Miguel António Dias Santos

Antiliberalismo e contra-revolução na I República (1910-1919)

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2009

Miguel António Dias Santos

Antiliberalismo e contra-revolução na I República (1910-1919)

Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor Amadeu Carvalho Homem

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
2009

Abreviaturas

ADG – Arquivo Distrital da Guarda

AHD - Arquivo Histórico-Diplomático

AHM – Arquivo Histórico-Militar

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

CEP – Corpo Expedicionário Português

CTGL – Corpo de Tropas da Guarnição de Lisboa

DGAPC – Direcção Geral da Administração Política e Civil

EAO – Espólio de Aires de Ornelas

ELM – Espólio de Luís de Magalhães

GNR – Guarda Nacional Republicana

IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

MI – Ministério do Interior

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

TMEL – Tribunal Militar Especial de Lisboa

TMTL – Tribunal Militar Territorial de Lisboa

UON – União Operária Nacional

Introdução

«A proclamação da República foi recebida, de braços abertos, por toda a gente que em Portugal, directa ou indirectamente, intervinha na política. Melhor do que isso: a proclamação da República foi recebida, de braços abertos, por todos os indiferentes que, afinal, a essa data, constituíam a grande maioria das classes conservadoras, verdadeiras forças vivas de uma nação de iletrados. Por esse país fora o comércio, a lavoura ou a indústria não eram monárquicos nem republicanos: em regra a única manifestação da sua solidariedade com as instituições consistia em votar com os amigos. Desobrigados desse compromisso voltavam ao seu negócio, às suas terras ou aos seus algodões. Para eles a República era uma esperança, embora imprecisa».

(Cunha e Costa, «Balanço Político», in *O Dia*, n.º 374, 31-12-1912, p. 1.)

Os debates historiográficos que se produzem em torno da primeira república têm-se centrado na natureza político-ideológica do regime e nas razões que ditaram o seu fracasso[1]. Entre a historiografia mais recente persistem visões interpretativas díspares, baseadas em metodologias ou concepções diferenciadas, algumas revelando mesmo preocupações ideológicas mais ou menos assumidas[2]. Para alguns historiadores, a república revelou-se um regime progressista e defensor dos direitos liberais, apesar das dificuldades e vicissitudes conjunturais, como o provam a sua

[1] Sob a historiografia da república, veja-se Armando B. Malheiro da Silva, «A escrita da história da I República Portuguesa», in *Ler História,* 38 (2000), pp. 197-254.

[2] Uma síntese foi produzida por Manuel Baiôa, «Partidos e sistema partidário na crise do liberalismo em Portugal e Espanha nos anos vinte», in *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri e Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades da Universidade de Évora, 2004.

constituição política e alguns progressos sociais e culturais[3]. Para outros, a república representou a continuação do liberalismo oligárquico da monarquia constitucional, dada a predominância da mesma elite liberal e a persistência de uma estrutura económica e social arcaica que pouco ou nada mudou durante a nova ordem política[4]. Finalmente, alguns especialistas acentuam a dimensão revolucionária e ditatorial da república, a partir do predomínio do Partido Democrático[5]. Esta corrente sublinha a importância do «terror jacobino» como responsável pela perpetuação política do partido dominante[6]. Mais recentemente, Rui Ramos subscreveu a tese de um regime estruturalmente revolucionário, cujo Poder se baseava numa constituição não-escrita que presumia que se a nação constituía património de todos os portugueses, o Estado era propriedade exclusiva dos republicanos. Só a fé republicana podia garantir a defesa da república, vedando assim o acesso ao Poder aos adversários do regime. A «ditadura da rua», instituindo uma legitimidade revolucionária persistente, explica assim o falhanço da I República por ausência de legitimidade legal, na medida em que os poderes eram muitas vezes exercidos fora da alçada da lei. Para Rui Ramos, esta arbitrariedade do poder coercivo de uma parte dos cidadãos desmente o carácter liberal do regime republicano, porque aquela não permitia a formação de uma verdadeira comunidade política[7].

Não é objectivo desta investigação retomar a discussão das teses abordadas, porque o seu objecto de estudo é a oposição monárquica e os seus esforços para restaurar o trono em Portugal. Ainda assim, entendemos que esta investigação pode contribuir para o aprofundamento de um debate que está longe de se ver esgotado, questionando ou reforçando perspectivas e abordagens explicativas já estabelecidas. A intelecção do fenómeno

---

[3] Cf. Amadeu Carvalho Homem, «Constituição de 1911: Programa de uma Burguesia Livre-Pensadora», in *História*, n.º 43, Março de 2002, pp. 32-37.

[4] António Costa Pinto, «A queda da 1.ª República Portuguesa: uma interpretação», in Manuel Baiôa (ed.), *ob. cit.*, pp. 165-183.

[5] O estudo de Fernando Farelo Lopes sobre o sistema eleitoral prova a existência de um regime parlamentar com partido dominante. Cf. *Poder Político e Caciquismo na 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

[6] Especialmente Vasco Pulido Valente, *A «República Velha» (1910-1917)*, Lisboa, Gradiva, 1997.

[7] A tese foi apresentada no estudo «Sobre o carácter revolucionário da Primeira República Portuguesa (1910-1926): uma primeira abordagem», in *Polis*, n.os 9/12, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2003, pp. 5-60. Foi depois retomada no estudo «Foi a Primeira República um regime liberal? Para uma caracterização política do regime republicano português entre 1910 e 1926», in Manuel Baiôa (ed.), *ob. cit.*, pp. 185-246.

republicano deve perspectivar-se, julgamos nós, dentro da conjuntura de crise que vai de 1890 a 1926 e na qual as forças monárquicas, no Poder ou na oposição, constituem dinâmicas que importa estudar no quadro da chamada história política e ideológica[8]. Enquanto forças políticas e ideológicas que lutaram pelo Poder, que ofereceram resistência, como se relacionaram com a legitimidade e a autoridade republicanas? Contribuíram para a paz e prosperidade necessárias à construção de uma sociedade política ou adensaram o clima de discórdia permanente que anulou qualquer possibilidade de consenso? Como se relacionaram com as restantes forças de bloqueio e resistência? Estas e outras questões não essenciais para compreender os meandros da contra-revolução monárquica e a forma como esta condicionou a própria evolução do novo regime político e da sociedade em Portugal.

Como acentua Cunha e Costa, então advogado republicano, na transcrição em epígrafe, a república foi recebida por todos como uma «esperança, embora imprecisa». Este optimismo inicial, esta crença nas virtudes regeneradoras do novo regime foi um lampejo que depressa esmoreceu, dando origem a um fenómeno de oposição que aqui designamos por contra-revolução. A contra-revolução assume em primeiro lugar a categoria de conceito operatório investido do encargo de analisar os meios, acções e extensão de uma agremiação que tinha sido despojada do controlo do Estado. Ainda assim, veremos que o ressurgimento doutrinário de pendor tradicionalista se fará também dentro de alguns pressupostos da ideologia contra-revolucionária, visíveis no renascimento do Partido Legitimista e da sua literatura pró-miguelista e das novas correntes do nacionalismo monárquico.

As razões que ditaram a contra-revolução monárquica, temática nem sempre devidamente valorizada pela historiografia, correspondem àquilo que a sociologia política identifica como ruptura ou inexistência de um consenso, de que resultou o conflito ideológico e a recusa da legitimidade política[9]. António Costa Pinto identificou três clivagens sócio-políticas que

---

[8] Susan, Pederson, «Que é a história política hoje?», in David Carradine (Coordenação), *Que é a História Hoje?*, Lisboa, Gradiva, 2006, p. 62.

[9] Cf. Seymour Martin Lipset, *Consenso e Conflito*, Lisboa, Gradiva, 1992, p. 15. Sobre a questão da legitimidade, leia-se Max Weber, *Três Tipos de Poder e outros Escritos*, Lisboa, Tribuna, 2005.

contribuíram para o fracasso da república e que podemos assumir como rupturas ou impedimentos à formação do consenso: a questão do regime, a questão religiosa, que este autor identificou com a secularização, e a oposição entre o campo e o mundo urbano[10]. É forçoso reconhecer que em todas estas dimensões a presença dos monárquicos é central e relevante como instância explicativa. Como procuraremos demonstrar, foi em torno destas clivagens políticas e ideológicas que se concebeu a ruptura com o consenso inicial, foi a partir delas que se forjou a contra-revolução.

E se aceitarmos a hipótese do mesmo Costa Pinto, segundo a qual o eixo analítico que explica o fracasso da república reside na formação de um sólido eixo civil-militar que contestou duramente a legitimidade da nova autoridade[11], o campo monárquico tem pelo menos direito a uma posição de significativo relevo. Durante anos, a acção subversiva dos monárquicos mais activos minou a autoridade e a legitimidade da república, conspirando e açodando o descontentamento da sociedade civil e da caserna. É toda essa actividade conspirativa, nem sempre fácil de reconstruir, e que culmina na restauração da monarquia em 1919, que será objecto de uma parte desta investigação. Corresponde ao estudo da contra-revolução na sua faceta diacrónica, estabelecida a partir das conjunturas mais conturbadas do novo regime, articulando a dimensão narrativa com a explicativa que torne inteligíveis os fenómenos políticos mas que permita, ao mesmo tempo, a revelação dos meios e a tipologia das acções subversivas. Resultou este esforço analítico de um conjunto assinalável de fontes de arquivo, incluindo processos judiciais, relatórios e documentação militar, correspondência particular e projectos políticos, em articulação com as fontes impressas e a imprensa, sempre úteis na reconstrução dos ambientes políticos e ideológicos. Algumas lacunas na reconstrução das dinâmicas contra-revolucionárias estão relacionadas com o movimento externo. Devido à impossibilidade de aceder a muitas fontes da emigração e até das chancelarias diplomáticas, ficou por confirmar a existência de outras

[10] António Costa Pinto «A Queda da Primeira República», in *A Primeira República Portuguesa entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, pp. 33-34. A tese foi repetida em «A queda da 1.ª República Portuguesa: uma interpretação», in Manuel Baiôa (ed.), *ob. cit.*, pp. 165-183.
[11] *Ibidem*, p. 42.

movimentações político-diplomáticas e até conspirativas conduzidas a partir de outras latitudes.

A análise cronológica da contra-revolução perderia em riqueza explicativa se secundarizasse os debates doutrinários e as questões ideológicas. É na esfera da ideologia, na existência de uma mundividência alternativa ao republicanismo, que a história da oposição monárquica pode conquistar protagonismo numa análise global da evolução da sociedade portuguesa entre 1890 e 1926. Em nosso entender, a república procurou harmonizar-se, afinal, com os ecos progressistas e democratizantes propalados por diferentes correntes radicais desde o final do século XIX, para quem o parlamentarismo oligárquico da monarquia constitucional estava longe de responder às exigências do liberalismo positivo. Para quem o Estado central e burocrático, dominado pelas elites burguesas dos partidos dinásticos, e atolado num estado vegetativo de corrupção endémica, estava longe de responder às crescentes reclamações das classes proletárias. Não é por acaso que as reivindicações destes sectores mais progressistas se encontravam nas cidades, associadas ao parco desenvolvimento industrial e a uma certa consciência de classe. Tal como na Europa, o partido socialista e os grupos radicais do anarco-sindicalismo pressionavam os governos no sentido de um alargamento democrático, que pelo menos tendesse ao estabelecimento do sufrágio universal. Em Portugal, a propaganda republicana e, mais radical, a retórica anarco-sindicalista exigiam uma profunda reforma do sistema político que se traduzisse na abolição da monarquia e do princípio dinástico, instituindo esse liberalismo positivo onde os cidadãos se governam a si próprios, concebendo um Estado laico e secularizando a sociedade, a cultura e as mentalidades[12].

As propostas republicanas e anarco-sindicalistas de revolução radical provocaram o medo da classe política liberal que, na esteira de pensadores contra-revolucionários e conservadores, abominava a multidão. Isto torna inteligível o verdadeiro temor que se apossou dos sectores anti-republicanos que não aderiram ao novo regime, e que viam na república a evolução para aquilo que então classificavam de «tirania democrática». Na leitura

[12] Sobre a propaganda republicana, leia-se Amadeu Carvalho Homem, *A Propaganda Republicana*, Coimbra, Câmara Municipal, 1991; Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da Origem ao 5 de Outubro*, vol. 1, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991.

interpretativa que fazemos do fenómeno ideológico deste período, seguimos as concepções epistemológicas da história política mais recente. Esta não se limita a analisar os comportamentos individuais ou colectivos e as suas consequências. Procura também compreender as suas percepções e sensibilidades para a partir delas avaliar a formulação e transmissão de crenças e valores[13]. Trata-se portanto de analisar o pensamento político dos diferentes indivíduos ou agrupamentos da direita monárquica tal como ele foi entendido pelos actores históricos[14].

Se é verdade que a república nunca assumiu a feição de um sistema democrático – foi, como a monarquia constitucional, um sistema demoliberal – o mundo conservador, identificado na epígrafe por Cunha e Costa, temia que o regime acabasse por consagrar a democracia de massas, na sua fórmula mais tirânica e demagógica já então contestada pela crítica antimoderna, de Nietzsche, Barrès, Maurras, Le Bon e alguns positivistas como Taine e Renan. Todos vislumbravam na democracia a forma política de «declínio» e essa leitura atravessou o pensamento da direita moderna, incluindo os conservadores liberais, e da direita antimoderna. A leitura atenta da sua imprensa (apesar da censura), dos seus livros, opúsculos, manifestos, panfletos e todo um acervo de correspondência particular e oficial, enfim, toda a retórica e toda a literatura da contra-revolução deste período exprimem sem hesitação a repugnância democrática que tinham como inevitável. Pode opinar-se que o campo monárquico tinha fraca expressão quantitativa[15]. Mas a sua influência, que procuraremos demonstrar, no mundo rural, entre os indiferentes e passivos, a «nação de iletrados» a que se referia Cunha e Costa, que continuavam sob a alçada das elites locais, era suficiente para causar problemas que a historiografia não pode, pensamos nós, continuar a desvalorizar.

Por isso entendemos que o conflito entre republicanos e o mundo conservador – que aqui se conota com os monárquicos e os católicos e alguns republicanos convertidos à realeza – assume essa dimensão de pleito entre a modernidade política e a tradição, numa continuidade ideológica feita

---

[13] Jean-François Sirinelli, «L'Histoire Politique et Culturelle», in Ruano-Borbalan, Jean-Claude (Coord.), *L'Histoire aujourd'hui*, Auxerre, Éditions Sciences Humaines, 1999, p. 159.

[14] Susan, Pederson, «Que é a história política hoje?», in David Carradine (Coordenação), *Que é a História Hoje?*, Lisboa, Gradiva, 2006, p. 72.

[15] Cf. António Costa Pinto, «A queda da 1.ª República Portuguesa: uma interpretação», in Manuel Baiôa (ed.), *ob. cit.*, p. 174.

de avanços e recuos[16]. Isto é, apesar dos erros e vicissitudes que impediram a consagração de uma verdadeira comunidade política, impossibilidade que se estendeu a toda a Europa liberal[17], e que em Portugal se caracterizou pelo desrespeito pela «sociedade civil»[18], havia uma clivagem ideológica importante com os monárquicos e outras agremiações. Se a propaganda realista pregava contra a «inexistência de liberdades constitucionais», também é verdade que ao nível dos princípios o seu pensamento político desprezava a existência dessa comunidade política caracterizada pelo dinamismo político dos seus indivíduos, por uma verdadeira cultura de cidadania, e pela emancipação face às tradições e à herança histórica colectiva.

A nova direita monárquica, cuja génese se vislumbra nos movimentos nacionalistas e elitistas emergentes no final do século XIX, com afinidades estreitas com o ressurgimento católico[19], encontrará na república a legitimidade teórica para iluminar o pensamento político com as verdades eternas da contra-revolução, do nacionalismo e do tradicionalismo, instituídas como barreiras contra a decadência liberal e democrática. Não é só o Estado liberal que é alvo das diatribes desta mundividência orientada pelas verdades universais e eternas, é acima de tudo o «homem massa», individual e abstracto, que ameaça os alicerces da civilização cristã.

Esta oposição entre tradição e modernidade, mesmo que uma modernidade ferida em algumas das suas premissas ideológicas básicas, constituiu o eixo nevrálgico desta investigação e respectiva dissertação. A divisão do plano de trabalho em três partes obedece, *ipso facto,* à necessidade de articular a diacronia com as questões teórico-doutrinárias. A primeira parte, que se estende do 5 de Outubro à «primeira Outubrada», em 1913, corresponde ao surgimento da primeira reacção ao programa

---

[16] Sobre esse progresso da ideia democrática, leia-se Luciano Cânfora, *A Democracia. História de uma Ideologia*, Lisboa, Edições 70.

[17] Sobre as crise do liberalismo, leia-se Marcel Gauchet, *L'Avènement de la Démocratie II La Crise du Libéralisme*, Paris, Gallimard, 2007.

[18] É inevitável assumir, como faz Rui Ramos, que apesar da constituição consagrar um Estado moderno, como aliás acontecia com a monarquia constitucional, não funcionava em Portugal uma verdadeira sociedade civil, porque a violência e os mecanismos institucionais impediam o acesso ao Poder e a existência de direitos políticos universais. Cf. «Foi a Primeira República um regime liberal? Para uma caracterização política do regime republicano português entre 1910 e 1926», in Manuel Baiôa (ed.), *ob. cit.*, pp. 186-188.

[19] Sobre ambiente reformista e regenerador que preparou o ideário monárquico, leia-se José Manuel Quintas, *Filhos de Ramires. As origens do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Editorial Nova Ática, 2004, pp. 45-63.

secularizador da república e à definição, ainda que meramente embrionária, dos primeiros pressupostos ideológicos da direita monárquica. É também o período em que a reacção político-militar se «organiza» de forma muito dispersa, articulando os movimentos internos com a emigração. Não é ainda, ou somente, a oposição monárquica, mas a predisposição do mundo conservador em defesa de crenças e tradições seculares. Na ausência de estruturas organizativas e de instrumentos de propaganda, o movimento ficou sob a chefia simbólica do inevitável Paiva Couceiro, o «paladino» ou «comandante» de uma causa a que parecia faltar fé, e que fervilhava em animosidades, dissensões e negativismos.

A segunda parte começa com a amnistia republicana, de 1914, que permitiu o regresso a Portugal de milhares de emigrantes espalhados por diferentes latitudes, em Espanha, França, Bélgica, Inglaterra e Brasil. Organizou-se então a Causa Monárquica, ainda que sem estruturas formais, e formaram-se os diferentes agrupamentos político-ideológicos, consociados entre diferentes sensibilidades ideológicas que partilhavam apenas a fidelidade a D. Manuel. É o período áureo da propaganda monárquica, marcada pela proliferação de um viveiro fluente de instrumentos de propaganda, especialmente de revistas doutrinárias que estimularam o debate político-ideológico. Mas este período ficou também marcado pelo eclodir da I Guerra Mundial, fenómeno devastador cujas implicações se fizeram sentir na vida pública e no quotidiano de milhões de pessoas em diferentes continentes. Período fértil em debates e polémicas, a conjuntura belicista dividiu profundamente a sociedade portuguesa, dando aos sectores monárquicos mais irrequietos a oportunidade para disseminar a discórdia e o ódio político ao partido da guerra e ao regime. Revisitaremos as tensões internas dos adeptos da coroa sobre a atitude a adoptar perante o conflito mundial e as expectativas emergentes sobre a fundação de uma nova ordem mundial assente num renovado paradigma ideológico. Para os realistas, a guerra constituiu um período fecundo em acções subversivas e projectos de restauração, de que resultou uma aproximação aos corredores do Poder durante os governos ditatoriais e antiguerra de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais.

Finalmente, na terceira parte, revisitamos o sidonismo, que já tínhamos estudado no livro *Os monárquicos e a República Nova*, e analisamos a

evolução político-militar que desemboca na restauração da monarquia no Porto, a 19 de Janeiro de 1919, termo cronológico desta demanda investigativa que praticamente coloca um ponto final na clivagem do regime. Com base no estudo de novas provas arquivísticas, muitas delas ainda inéditas, tentaremos contribuir para a elucidação desse período conturbado, cunhado pela inauguração dos múltiplos pronunciamentos que, como bem viu Douglas Wheeler, definiram Portugal até à emergência da Ditadura Militar e do próprio Estado Novo[20].

Antiliberalismo e contra-revolução na I República (1910-1919) sugere assim uma articulação da acção político-militar e subversiva com um projecto ideológico de matiz conservador e antiliberal para a futura monarquia. Mesmo a resistência de algumas das figuras de proa do liberalismo não impede que se vislumbre neste campo político a emergência de um ideário conservador que afinal haveria de governar a Europa entre as duas guerras[21], período que alguns historiadores já caracterizaram como «Guerra civil europeia»[22]. Procuramos assim estabelecer o contributo da Direita Monárquica, também ela exposta a divergências ideológicas e organizativas profundas, para a formação desse imaginário conservador, nacionalista e autoritário que caracterizou a longa «Guerra civil europeia» e que em Portugal, sob o signo da Ditadura Militar e depois do «Estado Novo», se estendeu num ciclo de longevidade que só terminou com nova intervenção militar, em 1974.

A terminar, deve referir-se que optámos por actualizar a grafia em todas as citações, atendendo à amplitude e diversidade cronológica da documentação utilizada. Mantivemos, por outro lado, inalterável a pontuação utilizada pelos autores dos textos e documentos.

---

[20] Wheeler, Douglas L. *História de Portugal 1910-1926*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1978, pp. 216 e ss.

[21] Cf. Susan, Pederson, «Que é a história política hoje?», in David Carradine (Coordenação), *Que é a História Hoje?*, Lisboa, Gradiva, 2006, p. 72.

[22] Cf. Luciano Canfora, *ob. cit.*, p. 205. A expressão teria sido cunhada por Isaac Deutscher numa conferência dada na Universidade de Cambridge, em 1967.

•

A investigação que agora termina contou com a colaboração de muitas pessoas e instituições. Quero em primeiro lugar manifestar ao Professor Doutor Amadeu Carvalho Homem, que me orientou nesta longa caminhada, a minha sincera gratidão pelas sugestões e críticas que foi produzindo. Sendo especialista reputado na história do republicanismo, nunca a sua visão dos problemas investigados se procurou sobrepor às minhas próprias interpretações, dando-me um exemplo de tolerância intelectual que muito me apraz encarecer publicamente. Naturalmente que quaisquer lacunas ou limitações encontradas nesta dissertação são da minha exclusiva responsabilidade. Ao Professor Doutor António Pedro Vicente agradeço o interesse com que sempre acompanhou o meu trabalho e a sua generosidade, franqueando-me o acesso à sua biblioteca, onde encontrei livros e fontes que muito facilitaram a minha consulta. No âmbito da Faculdade de Letras, recordo também o interesse e as sugestões dos Professores Doutores Fernando Catroga e Vítor Neto. O reconhecimento é também devido ao Centro de Estudos Interdisciplinares, na pessoa da sua coordenadora, Professora Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro, que me tem permitido apresentar e discutir publicamente algumas das problemáticas nodais desta dissertação.

No plano das instituições, agradeço a simpatia e o profissionalismo com que fui sempre tratado na Torre do Tombo, Biblioteca Nacional, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros e sobretudo no Arquivo Histórico-Militar, onde a diligência dos seus funcionários me permitiu aceder a alguns arquivos ainda inéditos e outros pouco estudados. Uma palavra de apreço é devida aos amigos e colegas pelo interesse e solidariedade, em especial ao Fernando Fava e à Lina Madeira. Devo uma referência particular ao António Maduro, amigo sincero de longa data com quem existe uma comunhão de interesses, com quem debati muitas dúvidas e incertezas e que arranjou tempo e paciência para ler este texto.

Finalmente, recordo a família e em especial a minha mulher, Madalena, porque sem o seu estímulo e o seu apoio incondicional esta dissertação simplesmente não existia.

Parte I

Génese da contra-revolução (1910-1913)

Capítulo I
A reacção monárquico-clerical

1. A «República dos Sapateiros»

A I república instalou-se em Portugal sob os auspícios de um vasto programa doutrinário e ideológico elaborado durante décadas e que em Portugal tinha a sua origem distante na teorização de José Félix Henriques Nogueira. Herdeiro da memória de 1848, o republicanismo não se limitava à contestação política da monarquia, mas apresentava-se como «proposta de matriz ontológica», em que a eliminação da realeza constituía uma exigência não só da natureza humana mas também do progresso universal[23]. Mais do que simples recusa antidinástica, consubstanciava um sistema de representações, ideias e valores que almejava a completa realização do Homem pela emancipação do indivíduo face às «formas tradicionais de vida» e pela capacidade de construir o seu destino[24]. A sua filiação iluminista, a crença no progresso contínuo e no aperfeiçoamento do Homem, colocavam a república como finalidade da História, regime que Teófilo Braga antecipava como a forma política «exigida pela natureza e pela sociedade e a única capaz de proceder «cientificamente» à regeneração intelectual, moral e económica da nação portuguesa»[25].

O positivismo e o cientismo, cultivados por intelectuais e pelas principais figuras do republicanismo, como Teófilo Braga, Manuel Emídio Garcia, Miguel Bombarda e Júlio de Matos, inoculavam o pensamento republicano da certeza científica, numa época em que a ciência acreditava

---

[23] Cf. Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro*, vol. 2, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991, p. 168.

[24] Jurgen Habermas, *O Discurso Filosófico da Modernidade*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1990, p. 89.

[25] Fernando Catroga, «Os inícios do Positivismo em Portugal. O seu significado político-social», in *Revista de História das Ideias*, n.º 1, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 1977, p. 370.

poder decifrar as leis que presidiam à marcha da humanidade e prever o futuro. Para os discípulos de Comte e especialmente Littré, que teve em Portugal mais prosélitos que o mestre[26], as transformações no poder temporal exigiam a formulação de um novo poder espiritual. A dimensão pedagógica de uma espécie de enciclopedismo renovado, veiculado através de múltiplas publicações, como a revista *Positivismo* (1878-1883), visavam a educação das elites e a «renovação mental e moral necessária às transformações políticas e sociais»[27]. A república era então antecipada pela ciência social e por isso adivinhava-se a sua emergência como uma «consequência implícita na ordem das coisas»[28].

Entre as componentes mais importantes do sistema político-filosófico do republicanismo contavam-se o anticlericalismo e o laicismo, correspondendo ao património ideológico herdado da Revolução Francesa e que o cientismo aprofundou, perseguindo a dessacralização da natureza e da sociedade. O anticlericalismo tinha tradição em Portugal no combate ao jesuitismo, ao congreganismo e ao ultramontanismo e radicava na crença de que as corporações religiosas contribuíam para o obscurantismo da população e impediam o progresso. Mas este primeiro anticlericalismo não contestava a existência de Deus e a importância social das religiões, limitando-se a exigir a moralização do clero e a liberalização da Igreja[29]. A sua evolução ao longo da segunda metade do século XIX, e já sob a influência do livre-pensamento europeu, do positivismo e do cientismo, conduziu a um aprofundamento dos debates e ao alargamento das exigências anticlericais.

Segundo Fernando Catroga, na base da questão religiosa estava a necessidade de se produzir uma «secularização externa da sociedade e interna das consciências». É neste contexto que devem entender-se as exigências no sentido de separar o Estado das Igrejas, da laicização do ensino, da assistência e da família, no último caso pela introdução do divórcio; e a secularização completa dos actos essenciais da vida, como o nascimento, o casamento e a morte, estabelecendo o registo civil

---

[26] Amadeu Carvalho Homem, *A Ideia Republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Minerva História, 1989, pp. 98 e ss.

[27] Fernando Catroga, «Teófilo Braga e o movimento positivista», in *Sociedade e Cultura Portuguesa II*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994, p. 220.

[28] Amadeu Carvalho Homem, *ob. cit.*, p. 232.

[29] Fernando Catroga, «O livre-pensamento contra a Igreja. A evolução do anticlericalismo em Portugal (séculos XIX e XX)», in *Revista de História das Ideias*, vol. 22, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 2001, p. 275.

obrigatório[30]. Estas exigências conformavam-se com a vasta campanha de descristianização operada sob a influência da Ciência e da Razão, e com raízes nas Luzes, que inseria o homem na Natureza, transferindo para o campo da imanência a «idealização da própria humanidade»[31].

O anticlericalismo tornou-se mais radical a partir do final do século XIX, quando a questão religiosa se tornou capital nos debates político-ideológicos. A reacção da Igreja aos avanços do anticlericalismo e do próprio materialismo ateu seria coordenada pelo Vaticano. Primeiro por Pio IX, que condenou toda a doutrina liberal e promoveu o ressurgimento de uma nova religiosidade e da espiritualidade católica. Depois, por Leão XIII, que não só procurou harmonizar o liberalismo com a religião, como ofereceu uma alternativa cristã para a questão social com a encíclica *Rerum Novarum* (1891)[32]. No campo político, o Vaticano envidou todos os esforços para organizar os católicos, visando a reconquista da sociedade para os valores cristãos e menos a conquista do Poder. A *Democracia Cristã* assumiu-se então como alternativa ao liberalismo político[33].

A reacção da Igreja Católica acendrou o combate à religião, entendida como suporte ideológico e cultural da monarquia. Só então a religião se transformou no verdadeiro inimigo para republicanos e livres-pensadores, que acreditavam que só a eliminação de Deus permitia a emancipação das consciências e a liberdade individual. Isso explica o recrudescimento do combate anticlerical no ataque à religião vindo dos sectores republicanos, carbonários e maçónicos que se conluiaram para derrubar a república por via revolucionária[34]. A questão religiosa foi então o elemento congregador, o «cimento ideológico» dos sectores radicais no combate à Monarquia, como

---

[30] *Ibidem*, p. 276.

[31] Amadeu Carvalho Homem, «A crise contemporânea da noção de divino», in *Progresso e Religião. A república no Brasil e em Portugal 1889-1910*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, p. 196.

[32] Cf. *Rerum* Novarum, Sobre a situação dos Operários, 15-05-1891; Vítor Neto, «O Nacionalismo Católico em Jacinto Cândido», in *Revista de História das Ideias*, vol. 22, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 2001, p. 397;

[33] A «doutrina social» da igreja foi instituída pela encíclica *Graves de communi*. Cf. Richard A. H. Robinson, «Os católicos e a Primeira República», in Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto (Coord.), *A Primeira República entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 93.

[34] Cf. Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal*, cit., vol. 1, pp. 135-157. Leia-se, também, António Ventura, *Anarquistas, Republicanos e Socialista em Portugal. As convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

reconheceu o próprio Sebastião de Magalhães Lima, mestre do Grande Oriente Lusitano[35].

O combate à ordem político-constitucional da monarquia constituiu outra das preocupações centrais dos republicanos e dos seus aliados radicais. A interpretação histórica do Antigo Regime mostrava que as revoluções liberais tinham substituído a representação divina pela representação popular e o súbdito pelo cidadão. Em Portugal, porém, a burguesia instalada aceitou na Carta Constitucional a consagração plena de uma representação híbrida, plasmada na glorificação da origem divina do poder régio com a sua aceitação nacional por «plebiscito tácito»[36]. Ao outorgar a Carta à nação e reservando para si o poder moderador, o monarca tornava-se no eixo nevrálgico do sistema político, controlando o poder executivo e legislativo, e reservando para si importantes atribuições de natureza judicial[37].

Na substância do combate à monarquia encontramos a recusa do sufrágio censitário, que estabelecia a existência de duas formas de cidadania na ordem jurídico-social, a cidadania passiva e a cidadania activa. O sufrágio censitário ou capacitário, que muitos republicanos de tradição liberal também acatavam, decorria da presunção de que o estatuto de proprietário consignava o mérito e as capacidades administrativas dos indivíduos, que elegiam ou eram elegíveis em função dos seus níveis de tributação e portanto do seu contributo para o progresso colectivo[38]. A defesa de um parlamentarismo genuíno saído da vontade popular, a eleição do chefe de Estado e a diminuição gradual das limitações capacitárias em direcção ao sufrágio universal, constituíam importantes reivindicações políticas do republicanismo e dos sectores mais progressistas, que acreditavam que só a instauração da república poderia regenerar um país em crise e eliminar os miasmas de uma sociedade anquilosada.

Este simples bosquejo do ideário republicano torna inteligível a opção do Governo Provisório de arrancar imediatamente com um programa de

---

[35] Fernando Catroga, «O livre-pensamento contra a Igreja. A evolução do anticlericalismo em Portugal (séculos XIX e XX)», cit., pp. 339-340.

[36] Amadeu Carvalho Homem, *A Ideia Republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*, cit., p. 239.

[37] Idem, *Ibidem*, pp. 237-238. Entre as prerrogativas régias contava-se a possibilidade de vetar diplomas aprovados na câmara dos deputados, nomear os Pares hereditários, convocar Cortes extraordinárias, a homologação de diplomas, etc.

[38] Idem, *Ibidem*, pp. 256 e ss.

reformas que fosse coerente com as exigências da opinião pública radical e do livre-pensamento, a começar pela expulsão das congregações religiosas. No início do século XX, o ódio anticongreganista tinha como alvo os jesuítas, corporação cuja influência na sociedade e na Igreja Católica tinha aumentado no decurso da segunda metade do século XIX[39] e que uma lei de Hintze Ribeiro, de 1901, legalizou de forma capciosa. Os jesuítas eram objecto de uma exagerada mitologia originária no século XVIII que os colocava ao serviço de forças obscuras e que os responsabilizava pela decrepitude nacional[40]. Compreende-se assim que o Governo Provisório tenha iniciado a sua obra revolucionária combatendo o congreganismo e expulsando os jesuítas de Portugal[41].

Seguiu-se um conjunto de medidas que visavam a secularização da sociedade e das consciências. A laicização do Estado implicou um vasto programa reformador que teve início com a proibição do juramento religioso nos actos civis (18 de Outubro), a proibição do ensino religioso nas escolas (22 de Outubro), a supressão dos dias santos e feriados religiosos (26 de Outubro); a proibição dos militares de participar em cerimónias religiosas (11 de Novembro), a lei do divórcio (3 de Novembro) e, mais tarde, o decreto sobre o registo civil obrigatório (18 de Fevereiro). Este vasto programa de secularização tinha implicações político-ideológicas importantes. Com efeito, os republicanos aceitavam que a influência da religião nas consciências se operava através dos mecanismos exteriores do culto, da sua atracção cultural e simbólica e do controlo da Igreja sobre a vida particular das pessoas. No entanto, não se tratava de uma eliminação pura e simples do conteúdo simbólico e espiritual das manifestações religiosas, mas a sua substituição por um conjunto de manifestações cívicas que aprofundassem a cidadania e o reforço dos valores patrióticos[42].

---

[39] Leia-se José Caldas, *Os Jesuítas e a sua influencia na actual sociedade portuguesa: meio de a conjurar*, Porto, Livraria Chardron, 1901; Manuel Borges Grainha, *A propósito do caso das Trinas. Os Jesuítas e as Congregações Religiosas em Portugal nos ultimos trinta annos*, Porto, Typ. Da Empreza Litteraria e Typogrphica, 1891; Trindade Coelho, *Manual Politico do Cidadão Portuguez*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1906.

[40] Cf. Maria Lúcia de Brito Moura, *A Guerra Religiosa na Primeira República*, Lisboa, Notícias Editorial, 2004, pp. 25-26.

[41] O diploma de 8 de Outubro, cujo conteúdo se manteve no art.º 3.º da Constituição de 1911, anulava o decreto de 18 de Abril de 1901 e repunha em vigor a legislação pombalina de 3 de Setembro de 1759 e de 28 de Agosto de 1767 sobre a expulsão dos jesuítas; e ainda a lei de 28 de Maio de 1834, que extinguia as casas religiosas e todas as ordens regulares.

[42] Cf. Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro*, cit., pp. 323-376.

A «questão religiosa» culminou na *Lei de Separação do Estado das Igrejas*, de 20 de Abril de 1911, da autoria de Afonso Costa, político que estivera na vanguarda do combate anticlerical desde que em Coimbra defendera como tese *A Igreja e a Questão Social* (1895)[43]. A lei de separação instituía o Estado neutro em matéria religiosa, consignação decorrente da veiculação da liberdade de consciência e religiosa. Lei verdadeiramente estruturante da I República, com ela se nacionalizou a propriedade da Igreja e proibiu o ensino religioso, para além de todo um complexo normativo com que o Estado interferia efectivamente na administração da religião e do culto. Entre múltiplas disposições, a nova lei criou as comissões cultuais, que não podiam ser presididas por sacerdotes e a quem competia organizar e fiscalizar o culto, proibiu o uso de vestes talares no espaço público e condicionou todas as manifestações exteriores de culto ao espaço privado dos templos, com o argumento de que podiam alterar a ordem pública. A lei prescrevia ainda um conjunto de normas sobre o funcionamento do culto, instituiu o beneplácito – que herdara da monarquia - e criou um regime de pensões para os padres que solicitassem auxílio material ao Estado. Mais tarde, a Constituição da República Portuguesa limitou-se a consagrar a existência do Estado laico e a consolidar no sistema jurídico-social os preceitos definidos na lei de separação.

A política anticlerical da república parecia encontrar, no início, um terreno favorável entre os sectores mais liberais e progressistas da sociedade portuguesa. A expulsão das ordens religiosas foi recebida com um entusiasmo freme nas hostes antijesuíticas, entusiasmo que a *Capital* anunciou triunfalmente em parangonas exageradas: «Já hoje foram expulsos dos coios religiosos centenas de frades e freiras»[44]. O seu significado político e ideológico ficava claro nos comentários do mesmo periódico, para quem este quadro legislativo se limitava a «satisfazer as aspirações do povo liberal»[45].

O «povo liberal», que assim demandava a mais completa secularização da sociedade portuguesa, não englobava apenas os republicanos. Integrava

---

[43] *A Igreja e a Questão Social* constitui a crítica à doutrina social da Igreja Católica instituída por Leão XIII através da encíclica *Rerum Novarum* (15-05-1891), que acusa de apenas pretender reafirmar o poder social e político da Igreja e do catolicismo.
[44] *A Capital*, ano 1, n.º 100, 08-10-1910, p.1.
[45] *Ibidem*.

todos os sectores político-sociais que marcaram presença na manifestação anticlerical de 2 de Agosto de 1909, no «auge da campanha de descristianização», desenvolvida no final da monarquia[46]. Na verdade, parte da opinião pública expressava-se no sentido de uma reforma radical, incluindo a antiga esquerda monárquica, que partilhava o ódio clerical com os republicanos[47]. O jornal *O Dia*, que acompanhou o adesivismo de José de Alpoim, desde a primeira hora[48], explanará o sentimento dos sectores monárquicos liberais que comungavam do espírito secularizador e anticlerical dos republicanos. Sob o título «Trabalho Formidável – Imprensa – Divórcio – Registo Civil – Separação da Igreja do Estado - Amnistia», o jornal elogiava o programa republicano, reafirmando que «a República portuguesa tem, como o fez o liberalismo monárquico pela mão de Mouzinho, de destruir a obra encontrada e construir uma sociedade nova»[49].

Aparentemente, a república florescia num quadro optimista, com os políticos de diferentes quadrantes, incluindo os sectores monárquicos mais liberais, a expressarem a sua «benévola expectativa»[50] para com um regime em que todos, incluindo Paiva Couceiro[51], depositavam as maiores esperanças. Com a dissolução dos partidos monárquicos, hordas de políticos e oficiais do exército acorreram a aplaudir estrondosamente o novo regime, a filiar-se no *Partido Republicano*, num processo de adesão que causaria muitos dissabores à república.

Mas a profunda transformação da sociedade portuguesa exigia do republicanismo uma política revolucionária. A via revolucionária impusera-se definitivamente no Congresso de Setúbal, em 1909, substituindo a via

---

[46] Cf. Fernando Catroga, «O Laicismo e a questão religiosa em Portugal», *Análise Social*, vol. XXIV (100), 1988, (1º.), p. 236.

[47] O jornal *O Dia* [n.º 3173, de 07-10-1910], órgão do partido dissidente, afirmaria então que «da mesma forma que queríamos uma monarquia amplamente democrática, anticlerical, desejamos que a nova República tenha um carácter radical, olhando para as questões de justiça social, e extinguindo de vez – aliás terá graves sobressaltos e perturbações! – todas as forças, conventuais e jesuíticas, do ultramontismo [sic] católico».

[48] Cf. *O Dia*, n.º 3172, 06-10-1910, p.1.

[49] *O Dia*, n.º 3189, 26-10-1910, p.1.

[50] Para Álvaro Pinheiro Chagas, «Na sua maioria, mesmo na sua maioria, os monárquicos entendiam então que a República e os seus homens, quando não merecessem a adesão, mereciam uma… expectativa benévola, mesmo muito benévola, pois eram homens de saber e respeitabilidade, pois era um regime que se apresentava bem intencionado» [*O Movimento Monarchico. II "O Correio da Manhã"*, Porto, Leitão & C.ª, 1913, p. 69].

[51] Essa esperança na capacidade regeneradora da República está bem expressa nas «Aclarações à Proposta Apresentada ao Governo Provisório», documento com a data de 6 de Maio de 1911. Vem transcrito, com outros manifestos, em Carlos Malheiro Dias, *O Estado Actual da Causa Monarchica*, Lisboa, Edição do Autor, 1912, pp. 92-93.

evolutiva que em tempos enformara republicanos do calibre de Teófilo Braga, para quem o vocábulo «revolução» se limitava a assumir o «culminar de uma renovação filosófica de conteúdo de consciência»[52]. Desde 1909, pelo menos, que «a tarefa do ressurgimento nacional depende necessariamente de um esforço revolucionário»[53]. Assim se explica que o Governo Provisório, em vez de se limitar a garantir a ordem pública e a preparar a eleição para a assembleia constituinte, tenha operado uma reforma político-ideológica que marcou a evolução do regime republicano em Portugal.

A revolução visava afinal a transformação violenta da estrutura política, social e cultural de Portugal. Bernardino Machado expôs esta ideia numa conferência que realizou no Centro Radical, afirmando que «a política deve ser profundamente radical. Dantes havia um governo reaccionário e uma sociedade progressista. Hoje temos o dever de completar a obra de revolução de sociedade. A política tem de ser revolucionária, a fim de completar o movimento de 5 de Outubro, e de se assentarem as bases do novo governo»[54]. Herdeiro da Revolução Francesa e da revolução vintista, o 5 de Outubro instituía uma legitimidade revolucionária que substituíra a legitimidade tradicional representada pelo princípio dinástico[55].

Nos alvores do regime parecia existir um consenso na sociedade portuguesa sobre essa legitimidade revolucionária. Mas o consenso tinha apenas a feição de aparência. Com efeito, pouco tempo decorrido após a revolução, quando já ecoavam nas ruas agitadas de Lisboa os primeiros vagidos da «Delenda República», o conselheiro Luís de Magalhães, antigo ministro regenerador-liberal e figura proeminente da futura contra-revolução, descrevia assim a «reacção»: «a Reacção é apenas um fundo de opinião tradicionalista, pouco activa, embora resistente; é o *pli* conservador de um país que não tem, na verdade, motivos de qualquer ordem para abandonar esse caminho político, nem profundas exigências orgânicas, que

---

[52] Cf. Amadeu Carvalho Homem, *ob. cit.*, p. 231.

[53] Afirmação de Duarte Leite no Porto, transcrita por David Ferreira, in *História Política da Primeira República Portuguesa*, vol. 1 (1910-1915) I Parte, p. 27.

[54] *O Dia*, 3.ª série, 12.º ano, n.º 109, 16-11-1910, p.1.

[55] Sobre os três tipos de poder legítimo veja-se Max Weber, *Três tipos de Poder e outros Escritos*, Lisboa, Tribuna, 2005, pp. 19-32. Para uma leitura do carácter revolucionário da I República, veja-se Rui Ramos, «Sobre o carácter revolucionário da Primeira República Portuguesa (1910-1926): uma primeira abordagem», in *Polis*, nºs 9/12, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2003, pp. 5-60.

só possa satisfazer por processos revolucionários; é o hábito nacional duma instituição oito vezes secular, a que se ligam os períodos mais brilhantes da nossa história; [...] é, enfim, e para resumir, a desilusão profunda, completa, de todos os que, velhos republicanos sinceros ou monárquicos sem obcecação doutrinária, tiveram a ingenuidade de esperar que fosse fácil a uma nova camada de homens fazer, dentro da República o bom governo representativo, que os maus monárquicos não souberam, ou não quiseram, fazer dentro da velha monarquia»[56].

Nas palavras de Luís de Magalhães ficava claro que existia uma reacção à instauração da república, de filiação política e ideológica de direita que este conotava vagamente com o «tradicionalismo» e o «conservadorismo». Era uma formulação ideológica de direita ainda pouco precisa, que pouco podia significar em termos doutrinários. Quanto aos sectores da sociedade supostamente implicados nesta reacção tradicionalista, descriminava-se «a enormíssima maioria da propriedade, do capital, do alto comércio, do clero, das profissões liberais, do funcionalismo e exército, vencidos mas não convencidos, e da massa esmagadora das populações rurais»[57].

A verdade é que este «fundo de opinião», no início meramente intuitivo, emocional, e exprimindo-se apenas em estado latente, não constituía aquilo a que poderíamos chamar de reacção monárquica. A génese da contra-revolução reside na oposição que lenta mas desveladamente se foi desenhando ao projecto de modernização da sociedade portuguesa, mas também aos excessos do radicalismo revolucionário. É sabido que a única resistência digna desse nome se perfilou em torno de três periódicos, o *Correio da Manhã*, o *Diário Ilustrado* e, mais tarde, o *Liberal*. Apesar de reacção tímida, aí encontramos as primeiras notas de desencanto e de contestação político-ideológica: «E comparando com esta visão de sonho a decepcionante realidade, reconhecendo os primeiros erros, os primeiros desvarios, as primeiras incoerências, os primeiros despotismos, os primeiros ataques à liberdade e à justiça do regime em que puseram as suas melhores esperanças da redenção da pátria, talvez exclamem já como o cantor de

[56] Veterano [Luís de Magalhães], «Sob a velha bandeira – Os Inimigos da República», in *Correio da Manhã*, ano I, n.º 232, 28-12-1910, p. 1.
[57] *Ibidem*.

Lisette exclamava em 1848: *La Republique! J'aimerais peut-être mieux en rêver que l'avoir…*»[58].

Entre a imprensa realista mais belicosa importa destacar o *Correio da Manhã*, ligado a figuras gradas da reacção, como Álvaro Pinheiro Chagas, Aníbal Soares e Joaquim Leitão, e que pertencera ao universo jornalístico do *Partido Regenerador-Liberal*. Foi por isso nas páginas do *Correio da Manhã* que a contra-revolução explanou os primeiros argumentos vagamente doutrinários, enunciando o apego do país à monarquia e ao rei: «Abstraindo de pessoas, de processos e da doutrina, continuamos persuadidos de que dadas as condições de tradição, de raça e de temperamento do povo português e ainda as da política europeia, o regime monárquico é o que convém ao nosso país»[59].

Antes de analisar a acção político-militar da reacção monárquico-clerical, parece haver vantagem em penetrar no âmago do seu conteúdo político-ideológico. Trata-se no fundo de tornar inteligíveis as motivações ideológicas da contra-revolução, na medida em que a sua gestação parece irromper directamente dos efeitos que a política revolucionária e reformista da república provocou nos mais variados sectores da sociedade portuguesa. Não se trata, portanto, de penetrar um conjunto coerente e sistematizado de ideias políticas e ideológicas, porque esse conjunto não existia ainda. As limitações criadas pelos ataques dos radicais à imprensa monárquica, a inexistência de estruturas políticas que dinamizassem e orientassem o esforço da opinião anti-republicana e o exílio de antigos políticos, impediram a criação de mecanismos formais de propaganda.

A imprensa, que fora uma arma poderosa nas arremetidas radicais contra a monarquia, tinha desaparecido porque «há o medo da tirania sangrenta»[60]. Em 4 de Outubro existiam em Lisboa onze jornais monárquicos, mas em 1912, depois da segunda incursão, apenas o *Dia* e a

---

[58] Veterano [Luís de Magalhães], «Sob a velha bandeira», in *Correio da Manhã*, ano I, n.º 203, 27-11-1910, p. 1.

[59] «República», in *Correio da Manhã*, ano I, n.º 175, 27-10-1910, p. 1. O *Diário Ilustrado* [39º ano, n.º 13297, 3-11-1910, p. 1] escrevia também a propósito: «Portugal, pela índole do seu povo, foi sempre absolutamente tradicionalista. Daqui o nós estarmos convencidos de que o sistema governativo da república lhe não satisfazia as suas aspirações de conservantismo, não existindo portanto a necessidade imperiosa duma mudança de regime, cuja afirmação foi dita e redita pelos propagandistas vermelhos nos seus tempos de lutas em prol do ideal republicano».

[60] José de Arruela, in *A Voz do Direito*, ano 1, n.º 4, 24-04-1912, p. 60: «Porque não se fundam jornais católicos? Porque não se fundam jornais monárquicos? Porque há o medo da tirania sangrenta».

Nação resistiram aos furiosos ataques do radicalismo republicano[61]. Não existia um jornalismo de propaganda que só aparecerá com a Causa Monárquica, organizada em 1914, num contexto político diferente. Resta assim um conjunto de textos disseminados por cartas particulares, panfletos, manifestos, algum jornal de ocasião, através dos quais procuraremos reconstruir os fios cerzidos pelo discurso contra-revolucionário.

A abrir esta exegese teórico-doutrinária, necessariamente concisa, importa estabelecer como preâmbulo que o discurso ideológico da primeira contra-revolução (1910-1911) não prescrevia a realeza como finalidade. As fraquezas da monarquia estavam ainda muito presentes nos espíritos para que fosse possível fazê-la reviver como regime morigerador. O próprio D. Manuel, numa missiva acintosa e autojustificativa, foi incapaz de esconder o desprezo que os políticos da monarquia lhe provocavam: «Comecei o meu reinado aos 18 anos, na mais trágica das circunstâncias possíveis, terminei-o aos 20, após 32 meses, por uma revolução, na qual, fora alguns, poucos, bem poucos, nomes heróicos, todos só compunham um rebanho de covardes e infames e de traidores!»[62].

Mas o contrário era igualmente verdadeiro. Entre os seus correligionários, as debilidades governativas de D. Manuel continuavam ainda muito evidentes para que os conservadores acorressem a exaltar-lhe as virtudes pessoais ou institucionais. Na verdade, o último monarca será alvo de uma forte campanha de oposição e contestação interna, que não deixará de o perseguir e atormentar até à sua morte, em 1932[63]. Muitos não lhe perdoavam ter deposto João Franco após o assassinato de D. Carlos e do herdeiro ao trono, o príncipe Luís Filipe[64]. Parte dessa desconsideração assentava, porém, em pressupostos falsos. Muitos criticavam-lhe a fuga em

---

[61] Cf. Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, pp. 121-122.

[62] BNP, ELM, doc. n.º 9424, carta de D. Manuel a Luís de Magalhães, de 16-12-1910. Pode ler-se em anexo.

[63] Leia-se António Cabral, *Cartas d'El-Rei D. Manuel II*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1933.

[64] BNP, ELM, doc. n.º 1906, carta de Jaime de Magalhães Lima a Luís de Magalhães, de 20-12-1910: «O meu pessimismo a esse respeito é extremo. Afigura-se-me que isto vai em uma incapacidade e uma anarquia... galopante. Jogámos na república a última cartada, e perdemos. É pavoroso. Que se segue a isto? A restauração dos Braganças, ou melhor, dos Orleães parece-me impossível e nada para desejar desde que me lembro que o último reinado começou por uma indignidade, - o insulto do rei à memória do pai, ainda a esse tempo a seu lado e quase quente, - para acabar em um delírio de imbecilidades - a confiança no Venceslau e no Teixeira de Sousa».

5 de Outubro, apodam-no de «cobarde»[65], mas hoje sabe-se que ainda no Terreiro do Paço procurou colocar-se à frente do seu exército. É também facto incontestável que depois do embarque da Ericeira, o jovem monarca exigiu que o conduzissem ao Porto para aí iniciar a contra-revolução, no que foi contrariado pelo seu tio, D. Afonso, e pelos oficiais a bordo do iate *D. Amélia*[66].

A contestação, que lavrava já no final de 1910, agravou-se nos primeiros meses de 1911, quando várias figuras da monarquia lhe exigiram que apresentasse um manifesto político ao país. Luís de Magalhães advertia o ex-monarca, logo em Outubro, para a possibilidade de uma restauração do trono, intimando-o a não «abdicar» dos seus direitos dinásticos e que, perante os portugueses, o manifesto se tornava «urgente». O futuro da Causa Monárquica impunha ao monarca uma declaração pública pois «quando mesmo o destino não queira que Vossa Majestade volte a sentar-se no trono de Portugal, a existência dum partido monárquico dentro do regime republicano é uma necessidade imprescindível para a boa marcha das coisas públicas»[67].

Ao repto ingente respondeu D. Manuel a partir do exílio inglês, afirmando que «o seu manifesto é a sua vida como Rei e como homem» e que as suas intenções teriam ficado claras na carta que escreveu no dia do seu embarque[68]. Mas os seus correligionários não entendiam que o rei destituído não tomasse uma posição clara e inequívoca, redigindo um

---

[65] Cf. Álvaro Pinheiro Chagas, *O Movimento Monarchico. II O Correio da Manhã*, Porto, Leitão & Cª., 1913, pp. 53-54.

[66] Cf. Maria Cândida Proença, *D. Manuel II*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p. 119. Veja-se, também, Fernando Honrado, *Da Ericeira a Gibraltar vai um rei: a queda da monarquia*, Lisboa, Acontecimento, 1993.

[67] BNP, ELM, doc. n.º 12050, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, de 31-10-1910.

[68] BNP, ELM, doc. n.º 12051, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, de Janeiro de 1911. Quanto à declaração de D. Manuel, redigida pelo conde de Sabugosa e copiada pelo monarca, para ser entregue a Teixeira de Sousa, presidente do governo, antes do embarque, foi publicada apenas em 27 Janeiro de 1911 no jornal *Correio da Manhã* e rezava assim: «Meu caro Teixeira de Sousa. Forçado pelas circunstâncias, vejo-me obrigado a embarcar no «iate» real «Amélia». Sou português e sê-lo-ei sempre. Tenho a convicção de ter sempre cumprido o meu dever de rei em todas as circunstâncias e de ter posto o meu coração e a minha vida ao serviço do meu país. Espero que ele, convicto dos meus direitos e da minha dedicação, o saberá reconhecer. Viva Portugal! Dê a esta carta a publicidade que puder. Sempre muito afectuosamente, Manuel. «Iate» real «Amélia», 5 de Outubro de 1910». Luís de Magalhães rebateu o valor da carta: «A Carta de Vossa Majestade que o Correio da Manhã publicou, e que é mto nobre, mto generosa, mto simpática, e em todos produziu a melhor impressão, não contém, todavia, meu Senhor, uma positiva declaração política. A *Palavra* notou mesmo que essa carta, quando foi publicada na imprensa estrangeira, terminava com esta frase no texto actual: *a minha partida não deve, por título algum, ser tomada por um acto de abdicação.* Porque se suprime agora esta afirmação essencialíssima?» [*Ibidem*].

manifesto em que afirmasse os seus direitos à coroa ou assumisse frontalmente a abdicação[69].

Na verdade, a ausência de um manifesto levantava múltiplos «embaraços» políticos. Em primeiro lugar dificultava a organização de um movimento contra-revolucionário de cariz monárquico, que carecia sempre da chancela régia. Em segundo, porque dava alento aos sectores miguelistas e reavivava uma velha ferida político-institucional, relacionada com as pretensões dinásticas de D. Miguel. Os legitimistas consideravam que a queda da monarquia constitucional permitia ao partido de D. Miguel arvorar o problema da restauração «sem restrições»: «Já não se tratava como até aqui, de manter o Rei liberal no trono em nome do princípio fundamental da Ordem». Tratava-se antes de mais da restauração da monarquia «tradicionalista, respeitadora das liberdades legítimas, popular e não democrática, paternal e não absoluta»[70].

Os monárquicos queixavam-se das complicações e «embaraços» criados pela inexistência de uma proclamação que estorvava os contactos com os oficiais para os planos de restauração[71]. Por outro lado, os oficiais que

---

[69] Cf. Carlos Malheiro Dias, *Do Desafio à Debandada. I O Pesadelo*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1912, p. 91. Leia-se, igualmente, D. José Luís de Almeida (Lavradio), *Memórias do Sexto Marquês do Lavradio*, Lisboa, Edições Ática, 1947. No espólio de Luís de Magalhães encontra-se um «manifesto» que este teria escrito para D. Manuel, tal como viria a escrever o «Manifesto à Emigração», em 1912. Nesse «Manifesto», dirigido à «Nação Portuguesa», o monarca exilado refere-se à polémica sobre a carta que deixara em 1910 e as dúvidas que acossavam a «opinião pública» sobre os seus «direitos ao trono», esclarecendo que «pelo amor do meu povo eu não abdico de nenhum dos meus direitos dinásticos, que tem o largo e sólido fundamento da legalidade, e da vontade nacional, duma tradição secular e da última união da Coroa Portuguesa com todas as altas empresas a que heroicamente se abalançou o génio de uma raça». No mesmo documento, refere-se à república como um «acto de usurpação» e acredita que, «sem meios violentos» a «monarquia representativa há-de retomar o seu papel». BNP, ELM, «Manifesto», escrito em Janeiro ou Fevereiro de 1911. Vai transcrito, na íntegra, em anexo.

[70] Manuel de Bethencourt e Galvão, *D. Miguel II e o seu Tempo*, Lisboa, Edições Gama, 1943, p. 164.

[71] Cf. Álvaro Pinheiro Chagas, *O Movimento Monarchico. II O Correio da Manhã*, Porto, Leitão & Cª., 1913, p. 88. Para *O Dia*, já sob a direcção de Moreira de Almeida e convertido em jornal independente, «se D. Manuel de Bragança não houvesse empreendido aquela fuga desordenada, se tivesse sido um vencido, até um prisioneiro, com as honras da guerra, batendo-se com bravura pela sua coroa, e escrevendo uma página épica no fecho da história da sua dinastia, que nasceu e viveu entre duas revoluções, ainda hoje, apesar de todos os erros gravíssimos dos monárquicos, de que o último soberano fora o menos responsável, a sua restauração não seria uma aspiração de todo irrealizável, ainda quando de uma grande improbabilidade. Os monárquicos teriam alguém, para os congregar e reunir. Sucedeu assim? [...] À fuga da Ericeira, seguiu-se o silêncio tumular de Richmond. Em quatro meses a nação não recebeu do que fora seu rei um documento que fizesse, com a defesa das instituições vencidas, a reivindicação da realeza aos seus direitos à coroa. Não houve uma proclamação, um manifesto aos portugueses, alguma coisa que tivesse grandeza ou significação política e alentasse nos amigos que foram do regime derrubado em 5 de Outubro, algum sentimento mais vivo e mais impulsivo do que essa piedade que o tempo irá murchando, ainda quando de

davam a sua adesão aos comités militares discutiam a questão do monarca a restaurar, ainda chocados com o «desprestígio que o desembarque de D. Manuel tinha acarretado sobre o seu nome»[72]. A hipótese de uma restauração com D. Miguel era comentada nos diferentes círculos realistas, mas outras possibilidades eram aventadas, como o príncipe D. Pedro, do Brasil, e o príncipe Guilherme de Hohenzollern[73].

Os embaraços criados pela figura de D. Manuel não se limitavam à sua pessoa, estendiam-se igualmente aos governos do seu curto reinado. A rejeição da monarquia dos últimos anos era generalizada, e muitos políticos não se coibiam de o afirmar publicamente no tom mais categórico e exaltado, alienando assim muito do capital conspiratório que a república potenciava. António Cabral, antigo ministro progressista, escrevia nas páginas do *Liberal* que o regresso à velha monarquia seria «voltarmos à antiga, com imbecis conselheiros encartados, de ofício, com estadistas dessorados, com intrigas e manejos de ambiciosos, cheios de ódios e de rancor, com violências estúpidas como as do último governo da monarquia – não! Mil vezes não!»[74]. O tom de repúdio será o mesmo que encontramos na imprensa dos monárquicos académicos de Coimbra, onde Fernando Cortez Sampaio e Melo expressa a veemente recusa da «monarquia dos escândalos, da corrupção e da veniaga»[75].

No critério de muitos monárquicos bem posicionados, a restauração não dispunha do pessoal político capaz de arrostar com as responsabilidades da governação, pois «num ano não se educam homens, nem se formam caracteres e os homens de hoje são os mesmos de ontem»[76]. A primeira e

---

todo não apague, e que, impregnada da melancolia duma saudade, nunca foi cimento assaz forte para a reedificação dum trono.» [21.º ano, 3.ª série, n.º 2, 03-02-1911, p.1].

[72] Depoimento do Conde de Mangualde, in Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *Memórias da Condessa de Mangualde. Incursões monárquicas 1910/1920*, Lisboa, Livros Quetzal, 2002, p. 210.

[73] Cf. BNP, ELM, doc. n.º 12051, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, datada de Janeiro de 1911.

[74] *O Liberal*, ano X, n.º 3133, 20-12-1910, p.1. Para o conde de Mangualde, quando se iniciou em actividades conspiratórias «o ponto de vista era o mesmo em todos – Antes isto que voltarmos aos últimos tempos do regime monárquico – não pode voltar» [*ob. cit*. p. 211].

[75]«Não é para restabelecer a monarquia dos escândalos, da corrupção e da veniaga. Queremos uma monarquia, mas uma monarquia séria, honesta e equitativa. É nossa convicção que, sob regime monárquico, Portugal poderá ser grande ainda e que é este mesmo regime que melhor serve este país. Mas para restabelecer o sóbado do sr. Teixeira de Sousa, ou restaurar a preponderância do sr. Alpoim, não daremos um passo» [*Patria Nova Semanario Monarchico Academico*, n.º 53, 30-11-1910, p. 1].

[76] José Lopes Dias, *Cartas Políticas do Marquês do Lavradio a Tavares Proença*, Separata de Estudos de Castelo Branco, Revista de História e Cultura, 1966, carta de 27-10-1911, p. 36.

mais árdua tarefa do movimento monárquico consistia em «depurar» as suas fileiras de todos os elementos que revelaram «incapacidade moral ou intelectual» e iniciar um processo de «auto-educação» de costumes e valores[77].

Um dos primeiros comités militares da reacção, onde predominavam os titulares conde de Mangualde e conde de Penela, não hesitou em enviar este último a Londres, no início de 1911, com exigências formais que condicionavam a continuação dos trabalhos de conspiração. Entre essas exigências contava-se a aprovação de uma nova constituição, recusa de todo o pessoal político dos velhos partidos monárquicos (exceptuando o partido franquista), a substituição da casa civil e militar de D. Manuel e, por último, a irreversível predisposição de recusar o regresso da rainha D. Amélia a Portugal[78]. Na carta em que o conde de Mangualde escreveu ao marquês do Lavradio, secretário de D. Manuel, procedendo à apresentação do conde de Penela, este afirmava que tais exigências correspondiam a uma «imposição da quase unanimidade dos oficiais de que temos obtido o concurso e adesão»[79]. A resposta de antigo monarca não podia ser mais categórica: «Por este preço, nem todas as coroas do mundo!»[80].

Tais dissensões não podem ser entendidas como meras divergências de conjuntura, pois elas antecipam o clima de profunda crispação e desacordo

---

[77] *Correio da Manhã*, Ano I, n.º 177, 29-10-1910, p. 1.

[78] Cf. D. José Luís de Almeida (Lavradio), *Memórias do Sexto Marquês do Lavradio*, Lisboa, Edições Ática, 1947, p. 184; Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *ob. cit.*, p. 210. Para o padre Avelino de Figueiredo, que liderava os grupos civis de conspiradores, as condições impostas a D. Manuel eram necessárias: «A El-Rei impusemos condições para fazermos a contra-revolução monárquica. [...] Embora as condições, principalmente a primeira, fossem dolorosas para El-Rei, o comité julgava-as necessárias para que a monarquia não voltasse a ser o que fora depois do 28 de Janeiro de 1908. Não teríamos o flagelo da República, a lançar-nos em todos os seus latrocínios, crimes, assassínios e negociatas escandalosas, nem o abismo certo se sua Majestade a Rainha D. Amélia seguisse outra política em 1 de Fevereiro. Não se demite um Ministro porque se assassina um Chefe de Estado, mas exige-se-lhe o castigo imediato, rigoroso dos assassinos, seja eles quais forem. [...] Ora o comité temia que a Monarquia restaurada viesse a cair nas mãos criminosas do Ferreira do Amaral e para livrar El-Rei de qualquer sugestão impunha-lhe que sua Augusta Mãe não voltasse a Portugal, sem licença das Cortes. [...] Outra condição era a substituição radical da casa civil e militar de El-Rei. Quase todos os membros destas duas casas nada fizeram no acto da queda da Monarquia. [...] A terceira, era proibição de voltarem a Ministros os Presidentes de Conselho do Senhor D. Manuel II. A quarta, a reunião do parlamento, alteração da Carta Constitucional e votação de nova Constituição Parlamentar. El-Rei não anuiu e a revolução foi adiada» [*A Minha Prisão. O primeiro movimento monárquico em Portugal*, Lisboa, Edição do Autor, pp. 55-58].

[79] D. José Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit.*, p. 183.

[80] O rei exilado acrescentaria a esta frase que «todos entendem que têm direito a impor-me condições, e condições destas! E se eu não aceitar é porque não quero voltar! Não terei eu direito de impor também condições?» [*Ibidem*, p.184].

que cunhará as relações de D. Manuel com os seus correligionários. É provável que tamanha animosidade possa ser imputada aos conselheiros mais próximos, que o condenaram a uma verdadeira clausura, procurando furtá-lo à envolvência dos meios agitadores. O conde de Sabugosa, em carta de 7 de Fevereiro, considerava inoportuna qualquer tentativa contra-revolucionária por lhe parecer que a situação em Portugal não estava «madura para tentar qualquer esforço tendente a afirmar qualquer pretensão por parte de El-Rei» ou sequer a organizar em Richmond um «bureau politique» que servisse de quartel general do movimento restaurador[81]. Já o conde de Mafra, em visita a Londres, lamentava a influência do marquês do Soveral e da condessa de Figueiró sobre D. Manuel, que o aconselhavam a não receber jornalistas, criando assim um «vazio» em torno do jovem monarca[82]. O marquês do Soveral, que exercia grande influência sobre D. Manuel e apenas admitia a restauração quando ela resultasse de uma imposição da Inglaterra[83], foi mais tarde acusado do «insucesso das incursões» monárquicas[84].

O descrédito geral da monarquia, o pessimismo acendrado de muitos notáveis[85] e a ausência de uma propaganda positiva em torno da realeza, explicam que a retórica da primeira fase da contra-revolução praticamente tenham ignorado a restauração. A evidência não passou despercebida ao conde de Penha Longa, para quem «é preciso não se imaginar que a reacção que hoje vai no país é reacção monárquica; não é tal. É apenas reacção contra o governo, contra os homens, contra certas leis. Não é um movimento afirmativo, mas apenas negativo»[86].

A verdade é que desaparecida a imprensa monárquica, por acção do radicalismo republicano, a monarquia constitucional carecia de meios de propaganda que lhe tecessem os panegíricos e lhe apregoassem as virtudes.

---

[81] *Ibidem*, pp. 182-183.

[82] Thomaz de Mello Bryner (Conde de Mafra), *Diário de um monárquico 1911*-1913, transcrição, selecção, anotações e nota prévia de Gustavo de Mello Bryner, [s/l], [s/n], 1994, pp. 33 e 35. O conde de Mafra abominava as movimentações restauracionistas, desde que a restauração servisse para colocar «outra vez no Trono» a condessa de Figueiró [p. 21].

[83] José Lopes Dias, *Cartas Políticas do Marquês do Lavradio a Tavares Proença,* cit., carta de 23-10-1912, p. 73.

[84] Cf. D. José Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit*., p. 18.

[85] Esse pessimismo atravessa muitas das memórias e epistolografias consultadas. Veja-se, entre outros, José Lopes Dias, *Cartas Políticas do Marquês do Lavradio a Tavares Proença,* cit.; Jacinto Cândido, *Memórias Íntimas para o meu filho (1898-1925)*, Prefácio do Dr. José Lopes Dias, Castelo Branco, Estudos de Castelo Branco, Revista de História e Cultura, 1963.

[86] Transcrito em D. José Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit*., p. 172.

Coube aos miguelistas fazer a defesa da monarquia, num panfleto distribuído em Abril de 1911 a oficiais da 2.ª divisão do exército (Viseu), mas para acusar a «imoralidade e a corrupção dos homens» do constitucionalismo monárquico de arruinar o regime tradicional. Para os miguelistas, a monarquia era «perfeitamente compatível com a felicidade do povo e o progresso das nações», realidade que as ricas monarquias europeias podiam comprovar[87]. *A Nação* aproveitava todos os ensejos para flagelar D. Manuel, que apodava de «tímido» e sem ligação afectiva com o povo português[88].

Os panfletos de Paiva Couceiro, obedecendo aos intuitos plebiscitários do seu mentor, consignaram a neutralidade do movimento político-militar. O panfletarismo da Galiza exaltava a «ordem» e a «autoridade» do Estado, mas silenciava quaisquer referências à natureza formal do regime. Outros panfletos produzidos internamente vinculavam vagamente o fenómeno contra-revolucionário à «esperança de uma restauração monárquica» e à «bandeira azul e branca»[89]. As referências ao último rei só muito ocasionalmente se encontram na literatura contra-revolucionária de 1911. Apenas um poema de Nemo, pseudónimo do antigo conselheiro José Fernandes de Sousa, fazia a apologia inequívoca da monarquia de D. Manuel, num texto carregado de inferências históricas ao velho heroísmo conquistador da raça lusitana. Apelando «às armas Portugal! Por El-Rei Dom Manuel», Nemo elaborou um poema pejado de invectivas belicistas que não escondiam a nostalgia do retorno a uma velha sociedade regida pelos preceitos tradicionais: «Deus, Pátria, Rei»[90].

A ausência da monarquia nos discursos da reacção monárquico-clerical acentua todavia a relevância da ideologia no confronto da primeira república. Não erraremos muito se afirmarmos que a questão de regime é secundária face ao confronto ideológico entre duas concepções político-sociais e duas mundividências que têm a sua gestação na crise geral do liberalismo. Já em 1903, Jacinto Cândido, fundador do Partido Nacionalista, defendia que o seu partido não era monárquico nem republicano, pois a «forma de governo – Monarquia ou República – era uma questão secundária, sem valor»[91].

---

[87] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 2, pasta 2.
[88] *A Nação*, ano 64, n.º 15084, 21-03-1911, p. 1.
[89] IAN/TT, MI, DGAPC, 1.ª Rep., caixa 3, Maço 215, doc. n.º 15.
[90] IAN/TT, MI, DGAPC, 1.ª Rep., caixa 3, maço 215.
[91] Jacinto Cândido, *ob. cit.*, p. 55.

No plano político-ideológico, a contra-revolução é devedora do reformismo monárquico, que vislumbrava no engrandecimento do poder régio e na acção de uma elite esclarecida a regeneração do trono e o início de uma «vida nova»[92]. Esta reforma imposta de cima para baixo era então defendida por sectores políticos e militares que vislumbravam na existência de um Poder forte e interventivo o dique necessário para impedir a explosão revolucionária das forças radicais. Jacinto Cândido expressou assim este espírito reformista: «Queria reforma de costumes públicos e de processos políticos: queria a revolução pacífica e ordeira, feita pelo poder do Estado, d'alto abaixo, do centro para a periferia, para evitar a revolução de baixo para cima, torva, impetuosa, sanguinária, demolidora, e anárquica»[93].

A «revolução pacífica» e «ordeira», que muitos políticos liberais entreviam no engrandecimento do poder régio[94], estabelece o primeiro postulado teórico da reacção anti-republicana em 1910: o repúdio das revoluções. Já na monarquia se encontrara o temor das revoluções e das suas ameaças à tranquilidade dos povos por acção do «terror jacobino» e esta ideia ganhará centralidade no combate à nova ordem política. Na verdade, ainda sem o necessário substrato teórico, o reformismo monárquico entrevia numa transição para a democracia a vitória da anarquia sobre a ordem e a autoridade do Estado[95]. As primeiras impressões da

---

[92] Sobre este período, leia-se Amadeu Carvalho Homem, *O Primeiro Conde de Arnoso e o seu Tempo*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1998.

[93] *Ob. cit*., p. 54.

[94] Cf. Miguel Dias Santos, «Luís de Magalhães, Oliveira Martins e a 'Vida Nova'», in *Revista de História das Ideias,* vol. 24, Coimbra, Faculdade de Letras, 2003, pp. 311-353.

[95] Luís de Magalhães descrevia assim a ameaça jacobina em 1897: «O que desejo pôr em evidência é o perigo do jacobinismo, perigo que todas as revoluções contemporâneas trazem no bojo e cujas causas são o orgulho igualitativo, próprio das democracias, junto à incompleta educação intelectual das massas e dos elementos politicantes que as dirigem e as exploram. O estúpido fetichismo da fórmula e do símbolo político, germinando em naturezas violentas e grosseiras, que não querem reconhecer nenhuma superioridade; as dissidências de opinião tornadas em ódio faccioso; uma fúria de justiça estreita, cega, dura, brutal, como a que acendia as fogueiras inquisitoriais do Santo Ofício e que mais parece uma inspiração de rancorosa vindica do que um pensamento de ordem moral e social; a violência arvorada em processo político; a intransigência elevada à categoria de virtude cívica - tais são os elementos fundamentais do espírito jacobino, os filamentos psicológicos que, entretecendo-se, o constituem. Tem sido este espírito anarquizador que tem conspurcado as mais nobres revoluções e as tem comprometido nas suas horas de triunfo. Foi ele o espectro que, durante muitos anos, tornou as monarquias receosas do princípio da liberdade. É ele que, por toda a parte, semeia a desordem nos espíritos, agrava o dissídio entre os governos e os povos, impede a consolidação das tradições administrativas e políticas, mancha com suspeições caluniosas os mais eminentes homens públicos, buscando inutilizá-los, inflama o espírito de rebelião e passa enfim, sobre as nações como um *simoun* destruidor que lhes enterra, nas sua nuvens de areia estéril e vã, a ordem, a liberdade, a paz e a riqueza» [*A Tarde*, ano X, n.º 2991, 17-11-1897, p. 1].

república pareciam confirmar os piores vaticínios dos conservadores. Luís de Magalhães haveria de apontar ao novo regime os terríveis efeitos de uma governança produzida sob influência do espírito «jacobino»: «A revolução, para derruir as organizações políticas que combate, ataca sempre, entre declamações insensatas e desvairadas, todas as formas e todos os representantes da autoridade […]. Esta magna questão da autoridade, da ordem, da disciplina social, é para a República nada mais, nada menos do que uma verdadeira questão de vida ou de morte. A anarquia *mansa* que fermentava dentro do velho sistema monárquico explodiu estimulada pelo triunfo da revolução e vai a caminho de se tornar em anarquia *brava*. Não faltam sintomas disso: são os estudantes que impõem a expulsão da cátedra aos professores com que não simpatizam, os empregados postais que reclamam a demissão dos seus chefes, os do caminho de ferro que exigem a destituição de todo o alto pessoal director, e muitos, muitos outros prenúncios de insubmissão hierárquica, que se rumorejam apenas e cuja gravidade não é menor»[96].

Os conceitos de «ordem» e «autoridade» definem desde muito cedo a ideologia da contra-revolução e a cultura política conservadora, predominante em boa parte do século XX português. Na ausência de uma teorização profunda, que estava ainda numa fase de incubação, estes conceitos nevrálgicos tomavam forma a partir da própria experiência republicana. Pragmático por essência, o mundo conservador não acreditava nas virtudes morigeradoras dos abalos históricos e violentos[97], enquanto as «leis históricas» demonstravam que «as sociedades não mudam bruscamente de regimes políticos»[98].

Paiva Couceiro haveria de reforçar este elemento nuclear, afirmando que a «Natureza não salta, e a Inovação, e a Conservação não são ideias opostas»[99]. «Inovar, Conservando» era o lema do «paladino», explanando nesta síntese um dos elementos de decifração da ideologia contra-revolucionária. Compreende-se o empenho da imprensa monárquica – antes de ser «empastelada» no início de 1911 – em recusar que a restauração resultasse da acção empreendedora de um qualquer movimento

[96] Veterano [Luís de Magalhães], in *Correio da Manhã*, ano I, n.º 203, 27-11-1910, p. 1.
[97] *Correio da Manhã*, ano I, n.º 175, 27-10-1910, p. 1.
[98] *Diário Ilustrado*, ano 39, n.º 13 296, 01-01-1911, p. 1.
[99] In Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, 100.

revolucionário e de «tramar conspirações, organizar intentonas, fabricar bombas, armazenar armamento, criar canteiros, choças e lojas carbonárias, indisciplinar o exército e a armada. Não está isso na nossa índole, nas suas tradições, no seu feitio pacífico e ordeiro»[100].

A recusa ideológica da Revolução estava em conformidade com a natureza do movimento neutro de Paiva Couceiro, que preconizava uma solução saída do escrutínio nacional. No seu «Manifesto ao Povo Português», divulgado na véspera da primeira incursão, Paiva Couceiro propunha-se «assumir provisoriamente o Poder, com a colaboração duma Junta Governativa» que «não legisla nem reforma», apenas garante o «estabelecimento dum regime de Ordem e de Liberdade igual para todos». Quanto ao futuro político, Couceiro propunha-se realizar eleições que fossem a «expressão da Vontade Nacional», isto é, que decidissem entre a monarquia e a república[101]. Nas palavras do «paladino», o movimento tinha como «objectivo imediato fazer cessar o estado Revolucionário do país».

O Estado-Maior da realeza, por seu lado, defendia a restauração por intervenção do exército, instituição que garantia o carácter nacional do movimento e lhe conferia legitimidade.[102] Apesar da doutrina e dos projectos, as contradições perseguiram a reacção conservadora, que conspirou e organizou grupos de civis e militares para derrubar a república através de uma linha violenta e destrutiva, assunto que será objecto de análise no capítulo seguinte[103].

As reflexões produzidas em torno do conceito de «Revolução» colocaram no centro do debate ideológico a questão da violência política. Já no estertor do antigo regime, os conservadores monárquicos temiam a violência revolucionária, não só aquela que derrubava regimes ancestrais, mas a «violência arvorada em processo político»[104]. Colocada no cerne do combate político, por acção do radicalismo republicano, a violência política seria também objecto de intensa propaganda dos adversários do regime.

---

[100] Veterano [Luís de Magalhães], in *Correio da Manhã*, ano I, n.º 232, 28-12-1910, p. 1.

[101] Cf. Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, 101. Apesar do plebiscito, as medidas governativas propostas visavam anular imediatamente a legislação da república e substituir as autoridades e corporações administrativas, procurando assim garantir o controlo sobre o aparelho burocrático-administrativo do Estado. Paiva Couceiro estava naturalmente convencido de que a consulta popular daria lugar à restauração da monarquia.

[102] BNP, ELM, doc. n.º 12052, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, de Março de 1911.

[103] Cf. AHM, 2.º TMTL, caixa 166, processo 206, Manifesto de 1912 com o título «P'ra Revolução».

[104] Luís de Magalhães, in *A Tarde*, ano X, n.º 2991, 17-11-1897, p. 1.

Estruturante na evolução dos dezasseis anos da república, a violência política foi também determinante para a interpretação historiográfica ulterior e para a propaganda anti-republicana. Na historiografia do Estado Novo, a violência «demagógica» dominou um discurso histórico que legitimava as soluções ditatoriais da «Nova Ordem», apresentadas como a antítese da «Balbúrdia sanguinolenta» anterior[105]. A tese, apesar de desprovida de algumas das suas nuances ideológicas, foi recuperada por outras leituras historiográficas mais recentes, para as quais a sobrevivência da república e o domínio do *Partido Democrático* se alicerçaram no «terror jacobino»[106].

Não é aqui o lugar para empreender o estudo do papel da violência política na compreensão geral da I República. Arredada da reflexão historiográfica como objecto autónomo[107], pode aceitar-se genericamente que a violência tem grande influência nas mudanças operadas na estrutura política e institucional[108]. No âmbito do nosso estudo, interessa sobretudo abordar, ainda que sumária e esquematicamente, «os planos da violência como elemento de estrutura social, de regulação política e de conteúdo simbólico-cultural»[109]. Se é evidente, para a generalidade da historiografia, o papel central do radicalismo urbano, em especial de Lisboa, na preservação do regime[110], não pode desprezar-se a importância da violência para o campo adversário, persistente tanto no combate político e na propaganda como na construção ideológica. Em 1919, uma fonte integralista procedia ao inventário exaustivo da violência política que ocorrera desde 1910, e atribuía a responsabilidade pelas revoltas e pronunciamentos monárquicos ao «patriótico intuito de resgatar a Pátria desta miséria e, portanto, de indirecta

---

[105] Leia-se João Ameal, *História de Portugal das Origens até 1940*, 6.ª ed., Livraria Tavares Martins, Porto, 1968, pp. 693-712. Adepto da contra-revolução e antiliberal, João Ameal viu na monarquia constitucional a mesma acção deletéria da «demagogia». Cf. «Realeza e Demagogia», in *ob. cit.,* pp. 669-686.

[106] Veja-se, entre outros, Vasco Pulido Valente, *A «República Velha» (1910-1917)*, Lisboa, Gradiva, 1997.

[107] Recentemente foi publicado um livro sobre a violência social na I República. Leia-se Maria Rita Lino Garnel, *Vítimas e Violências na Lisboa da I República*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

[108] Júlio Arostegui (ed.), «Violência y Politica en España», in *Ayer*, 13, Madrid, Marcial Pons, 1994, p. 20. Para este autor, a historiografia deve analisar o papel que a violência desempenha na mudança histórica e sobre o seu significado no contexto das relações políticas.

[109] *Ibidem*, p. 25.

[110] Cf., entre outros, Vasco Pulido Valente, *ob. cit.*; idem, *O Poder e o Povo*, [s/l], Círculo de leitores, 1999; António José Telo, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português,* Lisboa, Biblioteca Ulmeiro, 1977.

responsabilidade republicana»[111]. Parece assim claro que o fenómeno da violência política durante a I República só será devidamente compreendido se o equacionarmos à luz do confronto de «ideologias, crenças e percepções que incitam ao ódio entre pessoas e grupos, à hostilidade, e que são chaves na instigação de certos conflitos políticos»[112].

No campo republicano, a violência deve conotar-se com as condições de formação da «consciência republicana». A opinião pública tinha sido desprezada pela monarquia constitucional, que dela não carecia para legitimar o Poder, o que explica a inexistência de uma «consciência monárquica»[113]. Se a república não tinha ainda penetrado na província, republicanizando uma sociedade rural e politicamente indiferente e passiva, existia contudo uma forte opinião pública nas principais cidades, e em especial em Lisboa, cuja consciência republicana era o resultado de duas décadas de propaganda apaixonada e violenta. Nessa opinião pública militavam os lojistas, os trabalhadores do comércio e os operários, a baixa função pública e as baixas patentes do exército. Tinha uma forte consciência política e ideológica, que a incitava a agir em nome dos ideais e dos valores instituídos pela propaganda radical e progressista. Na violência dos grupos civis de defesa da república expressava-se afinal a mentalidade revolucionária, dotada de profundo idealismo e capacidade de destruição[114].

Em Portugal, essa mentalidade revolucionária de *vis* democrática estruturou-se ao longo das últimas décadas da monarquia, e atingiu o seu primeiro clímax durante o regicídio, correspondendo ao período em que os sectores radicais se mostraram empenhados em derrubar a monarquia por meios violentos. A importância simbólica deste momento charneira pode deduzir-se do facto de a república ter criado uma sala do regicídio no «museu da revolução» e haver procedido à imediata heroicização dos regicidas[115].

---

[111] *A Obra da República*, Separata do Jornal *A Monarquia*, Lisboa, [s/n], 1919, p. 7.

[112] Júlio Arostegui (ed.), *ob. cit.*, p. 23.

[113] Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, p. 32. Para o autor, a inexistência desta «consciência monárquica» explica igualmente que nem o povo nem o exército se tenham mobilizado para defender o regime.

[114]Sobre a mentalidade revolucionária, leia-se Michel Vovelle, *A Mentalidade Revolucionária. Sociedade e Mentalidades na Revolução Francesa*, Lisboa, Edições Salamandra, 1987.

[115] Cf. Para *A Capital* [9-01-1911, p.1], evocando um antigo escrito de imprensa de Bernardino Machado, o regicídio constituíra uma «acto de guerra» legítimo, contra um monarca que estava em «guerra com a nação».

Já depois de instaurada a república, e quando aumentavam os boatos de contra-revolução, o esforço revolucionário foi canalizado para a defesa do regime. Assistiu-se então a um aumento considerável dos grupos civis de defesa da nova ordem política, patrocinados pelo Governo Provisório e depois pelos governos constitucionais, que os protegeram e premiaram com empregos públicos[116]. O associativismo republicano reivindicou então as virtudes cívicas da utilização de armas de fogo pelos civis, organizando-se em «associações do tiro» onde os cidadãos treinavam a sua «pontaria». As virtudes desta cidadania bizarra e belicosa eram explicadas em conferências muito concorridas, onde oradores inflamados consagravam o carácter patriótico das «associações de atiradores», instigando os robespierres lusitanos a «defender em dias de festa a sua bandeira e em dias de perigo a pátria de nós todos»[117].

Os batalhões de voluntários possuíam uma pequena estrutura formal que dependia directamente do ministério do interior e dos governos civis, tinham a sua organização paramilitar e faziam treino militar regular sob a supervisão de um oficial ou sargento do exército. Juntamente com a carbonária, organização onde se recrutavam os cabecilhas, procediam à espionagem, vigiavam, prendiam, espancavam e, em alguns casos excepcionais, executavam os «inimigos» da república[118]. À acção dos grupos de civis e carbonários se deve parte importante da defesa do regime, no decorrer dos primeiros anos, mas igualmente o ódio dos sectores moderados da república[119] e do próprio exército. E ao descrédito da situação política no exterior, que não compreendia o excesso de zelo dos «comités de segurança pública»[120]. Com efeito, a arbitrariedade e a violência da sua acção coerciva,

---

[116]O governo provisório iniciou uma prática que seria depois ratificada pela resolução da Assembleia Nacional de 18-08-1911, de nomeação de revolucionários civis e carbonários. Veja-se algumas listas com dezenas de nomes nomeados ao longo dos primeiros anos em IAN/TT, MI, DGAPC, Segurança Pública, maço 47.

[117]*A Capital*, 6-01-1911, p. 3. No mesmo número anunciavam-se novas conferências sobre tiro de guerra para civis no Centro Bernardino Machado e no Centro Escolar Republicano de Belém.

[118] No arquivo do ministério do Interior abunda documentação que atesta as muitas acções de vigilância desenvolvidas por estes grupos por todo o país. Sobre esta máquina de «terror», sua organização e *modus operandi*, veja-se Vasco Pulido Valente, *ob. cit.*, p. 12 e ss. Uma lista de violência ocorrida durante este período pode encontra-se no livro *Obra da República*, já citada.

[119] Sobre o confronto entre moderados e radicais republicanos, leia-se Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo*, [s/l], Círculo de Leitores, 1999, pp. 199 e ss.

[120] Cf. Jonh Vincent-Smith, *As Relações Políticas Luso-Britânicas 1910-1916*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, p. 72; José Lopes Dias, *Cartas Políticas do Marquês do Lavradio a Tavares*

vigiando, prendendo e atacando muitos inocentes, no uso de uma prorrogativa exclusiva do Estado e sem regulação e controlo das autoridades judiciais, confrontavam a república com a ausência de garantias, direitos e liberdades dos cidadãos, que todos esperavam de um regime progressista[121].

A violência republicana ocupou um lugar de destaque na retórica e na propaganda conservadora. Não apenas a violência quotidiana protagonizada pelos defensores do regime, mas a violência revolucionária enquanto instrumento de transformação radical da estrutura social e cultural. Conservadores liberais como Luís de Magalhães denunciaram esse programa revolucionário logo em Outubro de 1910, atacando os seus alicerces ideológicos: «Internamente, é o fermento da desordem, que está em princípio e que há-de dar todas as suas consequências. É o despotismo demagógico que começa. É a agitação das consciências provocada por um estreito espírito anticlerical e pela mesquinha e inepta preocupação de laicizar à força e d'um dia para o outro uma sociedade secularmente católica. É a indisciplina anárquica de todas as democracias improvisadas e sem cultura correlativa à acção cívica que tem de exercer. É a instabilidade e a incapacidade prática próprias de doutrinários, [...]»[122].

O próprio D. Manuel, na primeira entrevista publicada em Portugal, referiu-se ao tema para comprovar a superioridade moral da monarquia. Depois de lembrar todos os mortos, presos e exilados, o antigo monarca afirmava que a violência mostrava a impossibilidade republicana em Portugal: «Se outros sinais não houvesse da inadaptabilidade da República a Portugal, para se avaliar como ela é completa, bastaria medi-la pela soma

---

Proença, cit., carta de 10-03-1913, p. 83. Lavradio escreveu que o *Morning Post* «de há dois ou três dias trazia consigo um artigo em que sem rodeios dizia que a Inglaterra devia intervir, como já o fez no tempo das lutas liberais e que é necessário acabar com a Carbonária que é o foco de desordem e que enquanto existir não há sossego».

[121] Para Fialho de Almeida, a propósito das prisões de João Franco – esta feita ao «requerimento de certo patriota» - e de Homem Cristo, é a «turbamulta das ruas que, segundo parece, é quem governa e dirige agora as acções do governo republicano» [p. 5]. E conclui: «Se conjugarmos estes actos, tão indicativos como amostra, com o das espionagens que o governo autoriza sejam feitas por alcateias populares, sem investidura legal nem competência policíaca de nenhuma espécie, aos cidadãos que essas mesmas alcateias tomam de ponta; e ainda por cima destes atropelos da liberdade e da segurança pessoal, repararmos nas demissões em massa, de funcionários antigos, alguns cheios de serviços, para meter anónimos da República, havemos de convir que afinal o começo deste regime novo cheira diabolicamente ao fim do velho, e que os puritanos e amigos dos puritanos, cunhados de puritanos e primos de puritanos, tudo afinal são roedores de apetite voraz, que nem por enrouquecerem a dar vivas à pátria se esquecem que a pátria lhes haverá que pagar quarto e comida, dispensando um ou outro, quando muito, a roupa lavada» [Fialho de Almeida, *Saibam Quantos… (Cartas e Artigos Políticos)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p. 6].

[122] BNP, ELM, doc. n.º 12050, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, de 31-10-1910.

de violências que o governo revolucionário tem que cometer para ir vivendo»[123]. Na boa tradição liberal defensora da «ordem e do progresso», D. Manuel acreditava que só a monarquia, ancorada na «ordem», na «lei» e na «autoridade do Estado», poderia garantir o progresso económico e social de Portugal.

Os abusos e as perseguições, os atropelos à liberdade individual e os ataques à imprensa, no fundo, a política de «terror» dos primeiros tempos legitimavam também a acção contra-revolucionária. Os panfletos da Galiza justificavam as movimentações anti-republicanas com os excessos e as violências praticados pela «tirania» republicana. Num panfleto dirigido «À Marinha Portuguesa» invocava-se o ambiente de dissolução que ameaçava os alicerces da sociedade, e das próprias forças da ordem, como o exército, para fazer a contra-revolução num país onde «impera» a anarquia e a «indisciplina social é completa»[124]. Outro «Manifesto», saído da lavra de Paiva Couceiro, distribuído com a primeira incursão da Galiza, evocava o terror da «minoria republicana» instituído como garantia de sobrevivência do regime: «Abandonada pela opinião geral, a República entrou, então, de frente e resoluta, no período declarado dos desvarios tirânicos e escandalosos, procurando pela corrupção, pelo terror, e pela força, conservar entre mãos a autoridade, que lhe fugia, sem mesmo, na cegueira do seu facciosismo feroz, se preocupar com a contradição flagrante, que processos dessa espécie significavam, ao serviço de uma intitulada democracia liberal»[125].

Para além da legitimidade, a violência teve uma importância substancial como referente simbólico-cultural. A retórica anti-republicana elaborou, ao longo dos dezasseis anos do regime, e prolongou-a depois no Estado Novo, a tese de uma «república sanguinolenta», feroz e anárquica, que tinha no regicídio a sua génese, a sua matriz fundacional. O legitimista João Franco Monteiro estampou esta leitura nas páginas da *Nação*, escrevendo em 1916 que «gerada a república numa poça de sangue, nunca a ordem poderia

---

[123] *O Correio*, 1.º ano, n.º 18, 05-04-1913, p. 3.

[124] Eis parte desse labéu panfletário: «A república, em vez de erguer Portugal, afunda-se no lodo de todas as ignomínias, rebaixando-o à inferior categoria dos povos bárbaros e tumultuários. A anarquia impera; a indisciplina social é completa; e, como consequência a indisciplina do exército e da marinha, onde os oficiais sofrem todos os vexames, continuamente humilhados pelos inferiores e pelos carbonários» [BNP, ELM, caixa 52].

[125] Transcrito em Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, p. 98.

assegurar-se em terras portuguesas. Baseou-se o regime no mais nefando crime, porque o era da mesma forma se os assassinos não fossem príncipes, tem os alicerces nos caboucos da dissolvência. A bomba e o tiro, a anarquia e a indisciplina são as lógicas consequências da hecatombe»[126]. Forjada na violência, a república estaria assim condenada a viver na instabilidade permanente e na desordem, tendo Lisboa como «metrópole europeia do anarquismo, da bomba e da dinamite»[127].

Entre as formas de violência política desta conjuntura conturbada destacou-se o homicídio político, e não apenas de algumas personalidades centrais, como D. Carlos e Sidónio Pais. A matança hedionda de 1921, onde pereceram Machado Santos, António Granjo e Carlos da Maia, que ficou para a história com o nome sinistro de «a noite sangrenta»[128], abalou profundamente a opinião pública da época, mas era apenas um sintoma de uma prática corrente que nem sempre foi devidamente punida pelas autoridades judiciais. Não existe um registo quantitativo dos assassinatos políticos praticados durante este período, mas a imprensa está repleta de relatos de homicídios que tinham a sua origem no ódio político[129].

Um dos homicídios que mais chocaram a opinião pública conservadora está relacionado com o tenente da armada Manuel Alberto Soares. Antigo político da monarquia, fora secretário particular de António Cabral e ajudante de João de Azevedo Coutinho. Preso como chefe da conspiração do Algarve, em Junho de 1911, foi pronunciado pela primeira instância e despronunciado pelo tribunal da Relação. Acabaria por ser assassinado em 9 de Julho de 1912, no rescaldo da segunda incursão realista, por um grupo de carbonários que supostamente o associou a uma explosão que nesse dia deflagrou no castelo de S. Jorge[130]. Na *Capital*, jornal republicano de

---

[126] «8 Anos de Tragédia», in *Nação*, n.º 161416, 02-02-1916, p. 1.
[127] Henrique Paiva Couceiro, *A Democracia Nacional*, Coimbra, Edição do Autor, 1917, p. 92.
[128] Cf. Brandão, José, *A Noite Sangrenta*, Lisboa, Publicações Alfa, 1991.
[129] Na investigação que realizámos no arquivo do ministério do interior, na Torre do Tombo, encontrámos vários relatórios de criminalidade que, curiosamente, apresentavam a coluna referente a «crimes políticos» em branco. No opúsculo *A Obra da Republica*, da autoria do integralismo lusitano, são indicados 34 assassinatos políticos, mas algumas das mortes referidas carecem de confirmação quanto às causas. Cf. pp. 17-18.

[130] O assassinato está descrito em pormenor em Sousa Costa, *Páginas de Sangue,* vol. II, Buiças, Costas & C.ª, Lisboa, Livraria Editora Guimarães, 1939, pp. 173-181. Jesus Pabón considerou o assassínio de Alberto Soares como o «primeiro crime escandaloso da Formiga Branca». Cf. *La Revolución Portuguesa*, vol. 1, Madrid, Espasa-Calpe, 1941, p. 149. *A Capital* [ano 1, n.º 699, 09-07-1912, p. 2] relata o crime como resultado da resistência de Manuel Soares ao «povo» que o vigiava e o pretendia prender, depois de lhe ouvir «críticas» à

tendências moderadas, o crime foi descrito na mesma toada objectiva e indiferente com que se tratavam assuntos banais, sem uma censura ou crítica ao comportamento do grupo homicida.

O efeito psicológico deste crime foi tremendo entre os conservadores. O conspirador Luís Teles de Vasconcelos, que naquele dia recolhia preso ao ministério do interior, assistiu horrorizado ao espectáculo dado pela populaça no momento em que recolhiam o cadáver de Alberto Soares, manifestando-se efusivamente num delírio incontido pelas «palmas» e pelos «vivas entusiásticos»[131].

Este sentimento de impunidade, que na glosa republicana se justificava na acção patriótica do «povo republicano», não podia deixar de impressionar a opinião pública mais conservadora. Para o advogado de presos políticos, José de Arruela, «os assassinatos políticos, que tão frequentes se tornaram, são uma das manifestações da presente anarquia social. Traem um profundo desequilíbrio mental»[132]. Como explicar, dentro de um quadro social moderno, o recurso a esta prática violenta? Alguns monárquicos aventuraram-se num esforço explicativo de matiz pretensamente científica, estribando-se nos estudos de Gustave Le Bon, autor que era muito lido nos meios contra-revolucionários[133]. O pensador francês encontrava uma analogia entre a mentalidade dos criminosos políticos e a mentalidade religiosa. A modernidade política teria operado uma ruptura espiritual com as crenças religiosas das sociedades antigas, que se viram substituídas por crenças de fundo político-social que apresentavam a mesma estrutura mental. No livro *Psicologia das Multidões*, o estudioso francês mostrava como estas se deixavam influenciar pela sugestão fácil, como tendiam ao exagero e à simplificação, ao «autoritarismo e à «intolerância» típicas da

---

república e elogios a Paiva Couceiro. Depois da agressão com bengaladas, a que este teria resistido disparando uma pistola, foi abatido com um tiro cuja autoria nunca foi identificada. Este relato é diferente daquele que vem produzido nos livros de Sousa Costa e Jesus Pabón, pois justifica o crime com a auto-defesa do grupo radical.

[131] «Era em frente do cadáver desse rapaz valente e leal que tão nobremente honrara sempre os seus galões, o que a poucos acontece, era em frente desse homem covardemente assassinado, que estalejavam palmas, que vozeavam vivas entusiásticos! Era a um cadáver que se dirigiam as chufas que saíam das bocas imundas dos energúmenos que são o esteio do regime republicano» [Joaquim Leitão, *A Entrevista. Sem santo nem senha*, n.º 14, 18-02-1914, p. 228].

[132] José de Arruela, in *A Voz do Direito*, Ano 1, n.º 1, 25-01-1912, p. 3.

[133] Cf. José Lopes Dias, *Cartas Políticas do Marquês do Lavradio a Tavares Proença*, cit., carta de 5-09-1912, p. 68. Lavradio recomendou a Tavares Proença a leitura da obra *La Révolution Française et la Psycologie des révolutions* [Paris, Ernest Flammarion, 1912] que «é deveras interessante».

cultura latina[134]. Estas explicações complementavam o estudo da psicologia dos elementos mais violentos da «multidão», cuja estrutura mental classificava de «semi-alienados». Altruísta e despojado, o criminoso político apresentava-se como instrumento ao serviço de um ideal superior de liberdade e emancipação. O mesmo Le Bon afirmava a propósito que «esta sede de destruição é […] um os elementos constitutivos da mentalidade do apóstolo. Não há verdadeiro apóstolo sem a necessidade intensa de massacrar alguém ou destroçar seja o que for. Para destruir os inimigos da sua fé, o apóstolo não hesita em aniquilar milhares de inocentes vítimas. Arremessa as suas bombas para um teatro cheio de espectadores ou para o meio de uma rua concorrida»[135].

Muitos conservadores vislumbravam na atmosfera de violência a consequência directa do espírito revolucionário e da nefasta acção das associações secretas, que teriam operado uma modificação no carácter e na bondade natural do português. Uma senhora da «boa» sociedade lisboeta, que sonhava com a emigração para fugir de um destino apocalíptico, escreveu a propósito: «Que saudade eu tenho daquele meu Portugal, daquele povo alegre, virgem, pacífico, feliz, generoso e bom, capaz de heroísmos e refractário ao tumultuoso das revoluções sanguinárias! Fizeram-no assim as retóricas do santo A. José de Almeida, qdo. nos comícios fazia a apologia da bomba, e aconselhava a ferocidade e a violência brutal contra o regime [...]. Fizeram-no assim as gazetas da carbonária, as associações secretas, a impunidade no crime, a fraqueza e desprestígio do poder. Vamos a todo o vapor para o abismo da morte e eu quase chego a desejar que chegue esse terrível momento [...]. Na verdade entre o estrangeiro inteligente e humanitário, tolerante e ordeiro, e estes portugueses estúpidos, ferozes, violentos e tumultuários, vomitando insultos e manejando bombas [...] antes aquele que me garante a vida e a liberdade. [...] Quem me dera fugir deste país! Se eu pudesse...»[136].

A opinião manifestada na carta ora transcrita traduz uma tese central no discurso da contra-revolução, a de que a república rompera com a pacatez e a tranquilidade do velho Portugal. Em alguns meios aceitava-se

---

[134] Gustave Le Bon, *Psicologia das Multidões*, Lisboa, Pensadores Delraux, pp. 53-54.

[135] «Assassinatos Políticos», transcrição de um trecho de Gustave Le Bon, de obra não identificada, in *A Voz do Direito*, ano 1, n.º 4, 24-04-1912, pp. 68-70.

[136] AHM, 2º TMTL, nº ordem 34,maço 9, pasta 3, doc. n.º 104-105.

que o tipo social português, que antes era alegre e tranquilo, sofrera uma transformação psico-social às mãos da propaganda republicana, culminando em instrumento de ódio e perseguição, em criatura «estúpida» e «feroz». A falta de critério científico desta explicação, não impede que vislumbremos nela a origem de um mito do mundo conservador que teve influência em boa parte do século XX português. A mito da pacatez, do português ordeiro e obediente, amante da tranquilidade do campo, traduzia uma nostalgia que mais tarde o salazarismo haveria de compor, impondo a família como base de uma sociedade onde a autoridade natural do chefe de família só tinha equivalente na sua bonomia e resignação. O mundo conservador revelava a sua incapacidade para aceitar as transformações estruturais da sociedade portuguesa associadas ao parco desenvolvimento das cidades e da indústria. Ao operário resoluto, reivindicativo e revolucionário preferiam o camponês pacato, submisso e sofredor.

A tese da pacatez teve os seus cultores, mas havia quem dela divergisse. Carlos Malheiro Dias, escritor de mérito e observador arguto e perspicaz, encontrava no tipo português uma estrutura mental impressionista e por isso propensa à imaginação e à indisciplina. Sem uma cultura de trabalho e de esforço, «inculto» e «ignorante», oscilando entre a euforia e o pessimismo, os portugueses vergavam-se à sugestão fácil dos panfletários e dos propagandistas radicais. As asserções de Carlos Malheiro Dias visavam estabelecer a predisposição mental da sociedade portuguesa, enquanto sociedade enferma e decadente, para o espírito revolucionário predominante na viragem do século. Nessa época conturbada, a república apresentava-se aos portugueses, na sua «versatilidade de carácter, tão característica da raça», como um «messianismo retrógrado»[137]. As consequências desta realidade sócio-cultural estavam no inevitável fracasso da república como antes falharam as instituições liberais: «Derivando em parte o relativo insucesso do liberalismo monárquico representativo da incultura da população, a participação em maior escala do povo inculto na obra republicana não iria senão agravar os factores dessa fatalidade

[137] Cf. *ob. cit.*, pp. 153-154. «A sociedade republicana era a projecção da sociedade monárquica, com os seus defeitos originários e intrínsecos, a sua inadaptação ao sentimento da disciplina, a sua carência de senso prático, a sua inconstância, a sua incoerência, o seu incorrigível cepticismo e o seu *messianismo* imoral»

histórica»[138]. Malheiro Dias via no prolongamento do período revolucionário a causa da instabilidade permanente que deixava a sociedade portuguesa na contingência do desmoronamento social[139].

Apesar da retórica da contra-revolução, que apresentava a violência como uma dimensão estrutural que era inerente aos regimes republicanos e às democracias, a violência não foi um exclusivo do radicalismo republicano. Em Portugal, a ruptura do consenso inicial em torno da república concitou a animosidade dos sectores conservadores, no exército, na igreja e no mundo rural - e até de muitos republicanos - que lentamente foram reagindo com animosidade à legislação mais progressista do novo regime e à violência dos «jacobinos». Na imprensa, no comício, na rua, nos cafés, isto é, na consciência da opinião pública chamada moderada e conservadora, havia um sentimento de ódio provocado pelo conflito político, pela luta pelo Poder ou pela sua conservação. Portugal vivia então numa atmosfera generalizada de guerra civil, de conflito persistente que só é conhecido da historiografia nas suas emanações lisboetas e em conjunturas específicas de maior agitação. Se de um lado se vilipendiava os «talassas» e a «padralhada», do outro ressurgia em penas inflamadas a «canalha republicana» que um padre avaliava com grande acicate: «Tu sabes melhor do que eu como são os republicanos portugueses. Além de estúpidos e maus, são o que há de mais reles no orbe terráqueo. São a lama duma democracia, e são a escória duma sociedade que apodrece. Envergonham um país e envergonham uma civilização»[140]. Apesar de parecer axiomático, devemos insistir que o ódio político dominou as relações políticas e sociais durante a I república[141].

---

[138] *Ibidem*, p. 154.

[139] *Ibidem*, p. 139.

[140] IAN/TT, MI, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maço 218, carta do padre Joaquim Fonseca, prior de Buarcos, de 21-08-1911. Na prisão escreveu também um conspirador: «Fase actual da Fantochada lusa: - podridão máxima. Não há já que duvidar: aproxima-se o finis república. Toda a gente sabe que os malandrolas são ladrões com cadastro, souteneurs de profissão, vaganãos de ofício, piolhos de prostíbulo» [AHM, 2.º TMTL, caixa 166, Processo 2657].

[141] A este propósito escreveu Alfredo Pimenta: «As relações sociais reflectem o ódio político. As manifestações de assistência, de caridade, reflectem o ódio político. A crítica literária, a crítica artística reflectem o ódio político. As funções governativas reflectem ódio político. Desde o chefe de Estado ao mais simples funcionário público, o prisma avaliador é o ódio político. Mas não é o ódio comedido, temperado: é o ódio selvagem que não respeita nada, não poupa nada, nem os melindres de consciência, nem as intimidades dos lares, nem o orgulho, nem o sacrifício, nem o desinteresse, nem a honra! O ódio político contemporâneo português é como aqueles ventos do deserto feitos de areia e de fogo, que sepultam caravanas inteiras, não deixando ficar delas a memória, nem o mais ligeiro sinal» [*O Dia*, n.º 974, 6-06-1916, p. 1].

Em Portugal, como em Espanha[142], a contra-revolução estimulou o ódio e o conflito na sociedade e procurou pela violência combater as instituições republicanas. Através de manifestos e panfletos, a reacção monárquico-clerical fazia frequentes apelos à violência contra os inimigos. Num panfleto de Paiva Couceiro pode ler-se: «O golpe que daqui se prepara, convém procedê-lo por agitações e conflitos, por forma que não provoquem repressões violentas desde logo, mas que dêem a ideia (aliás verdadeira) de que todo o País se encontra em estado revolucionário latente, e incomodem e atrapalhem o Governo, e introduzam, portanto, a confusão, a hesitação, o enfraquecimento nas medidas de defesa que ele está procurando adoptar»[143]. Ao terror republicano responderam os manifestos da Galiza com a ameaça do terror monárquico, distribuindo pelo mundo rural panfletos e manifestos carregados de ódio genuíno e pregando as virtudes da contra-revolução. Um desses panfletos incitava as populações a manifestarem-se através de um levantamento armado contra a república: «Que todas as povoações, que todos os homens válidos, as herdades e os palácios, estejam prontos a pegar em armas para desalojar a traição»[144]. Mais tarde, outro panfleto monárquico distribuído em Lisboa, antes da segunda incursão, acusava os republicanos de edificar «um futuro de ruína e de liberdade, para uma sociedade de assassinos e de misérias!». Redigido em apóstrofes violentas, os seus autores imprecavam contra a «tirania dos antros» e faziam apelos veementes «À guerra! À guerra!» contra «a república de meia dúzia de patifes, monstros da anarquia, que infelicitam o nosso Portugal»[145]. Isto parece provar que a violência, nas suas múltiplas formas, assumira uma dimensão estrutural, que se instituíra como mecanismo indispensável de luta pelo Poder.

Essa tónica é particularmente evidente na Galiza, onde existia o mesmo ambiente de violência enquadrado por grupos de defesa das forças couceiristas. Segundo algumas fontes, Jorge Camacho teria ordenado o

---

[142] Veja-se Jordi Canal, «A contra-revolução em movimento: carlismo e violência política em Espanha (1876-1939)», in *Ler História*, n.º 46, Lisboa, 2004, pp. 161-191.

[143] Carta de Paiva Couceiro lida no parlamento e transcrita por Raul Brandão, *Memórias* (tomo II), vol. 1, Lisboa, Relógio d'Água, 1999, p. 120 e Sousa Costa, *ob. cit.*, p. 127.

[144] IAN/TT, MI, DGAPC, 1.ª Rep., caixa 3, maço 215, doc. n.º 15.

[145] AHM, 2.º TMTL, Caixa 166, Processo 206, panfleto intitulado «P'ra Revolução Portugueses».

assassinato de vários indivíduos tidos como espiões republicanos[146]. A violência das represálias contra os «talassas», que aumentou depois de cada movimento contra-revolucionário e após serem derrubadas as reacções conservadoras de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais, instigou os desejos de vingança dos sectores monárquico-clericais. As ameaças de vingança extrema e violenta encontram-se em muita documentação da contra-revolução, entre 1911 e 1919, e tiveram concretização durante o curto predomínio realista na restauração de 1919, como se verá na terceira parte deste trabalho[147].

Para além da violência, o discurso contra-revolucionário procurou explorar as contradições entre a propaganda republicana[148] e a *práxis* política seguida depois de conquistado o Poder, aquilo que Carlos Malheiro Dias designou de «erros da república»[149]. Convictos de que a maioria do país lhes era fiel e que mesmo o povo indiferente mantinha um elo afectivo à realeza e às tradições[150], os monárquicos esperavam conseguir vencer a república nas eleições para a assembleia constituinte, comprovando aí a ilegitimidade da nova ordem política. Segundo explicavam com abundante certeza as gazetas monárquicas, no final de 1910, esta percepção colectiva era suficiente para impedir conspirações e projectos de restauração violenta da monarquia[151].

O adiamento constante das eleições constituintes e a legislação que restringia a acção das oposições acabou depressa com a ilusão monárquica. Os ataques à ditadura republicana notavam as resistências à consulta popular, afirmando que «não se é liberal sem o respeito das maiorias do país; e esse respeito não se ilude criando oligarquias, mantendo inutilmente ditaduras, fazendo nascer clientelas»[152].

---

[146] Cf. Abílio Magro, *ob. cit*., pp. 213-214.

[147] Veja-se AHM, 1.ª Divisão, 33.ª secção, caixa 2, pasta 7; idem, 34.ª secção, caixa 6, pastas 11 e 15; idem, 34.ª secção, caixa 3, pasta 5; idem, 37.ª secção, caixa 56, único.

[148] Sobre a propaganda, veja-se Amadeu Carvalho Homem, *A Propaganda Republicana*, Coimbra, 1990.

[149] Malheiro Dias estabeleceu assim os «factores de origem republicana impeditivos da fundação da paz»: «Lei de separação da igreja; Associações secretas; Leis chamadas de excepção, restritivas das garantias constitucionais; Medidas de natureza tributária, agravantes dos encargos fiscais que oneram a propriedade; Luta das facções republicanas; Impedimento criado à oposição monárquica; Predominância do elemento jacobino na obra governativa, pela inferioridade numérica do moderantismo republicano» [*ob. cit.*, p. 178].

[150] *Diário Ilustrado*, 39.º ano, n.º 13297, 03-01-1911, p. 1.

[151] Cf. *Correio da Manhã*, ano I, n.º, 223, 18-12-1910, p. 1; n.º 226, 21-12-1910, p. 1.

[152] *Diário Ilustrado*, 39.º ano, n.º 13283, 17-12-1911, p. 1.

A propaganda monárquica não entendia que o republicanismo não empreendesse imediatamente um programa de reformas políticas que fosse fiel aos valores democráticos que enformavam o seu projecto político. Por um lado, não compreendiam as limitações ao sufrágio, depois das críticas acerbas ao sufrágio censitário da monarquia constitucional. Por outro, não aceitavam que um regime que se dizia democrático e defensor da liberdade e igualdade políticas não as instituísse imediatamente. Na prática, os vários condicionalismos e entraves colocados à organização, participação cívica e à propaganda da oposição vieram dar razão aos adeptos da coroa. A ausência de liberdade de reunião, de associação e de expressão revelou-se constante, especialmente no período que antecedeu as eleições para a assembleia constituinte. A apreensão de uma circular de D. Alexandre Saldanha da Gama, enviada aos seus correligionários miguelistas de Guimarães, com o intuito de preparar a organização eleitoral, prova que os republicanos receavam a influência monárquico-clerical da província. A defesa do regime era então mais importante que a consagração dos direitos político-constitucionais e da cidadania plena. Os comentários do jornal *Mundo*, segundo os quais «seria conveniente que aqueles ilustres miguelistas fossem chamados a contas», revelam o desrespeito do radicalismo republicano pelas liberdades políticas, facto que os adeptos de D. Miguel leram como a assunção de um novo pressuposto político, o de que se a nação era de todos, o Estado era dos republicanos[153].

As eleições para a assembleia constituinte foram entendidas como instância legitimadora da contra-revolução. No essencial, os panfletos da Galiza exprobravam o repúdio pela soberania popular e a ausência de liberdades políticas para os sectores da oposição[154]. A «simples confecção de

---

[153] *A Nação*, 64º ano, 15117, 29-04-1911, p. 1. Esta ideia é central na tese de Rui Ramos para demonstrar que a república foi um regime estruturalmente revolucionário e menos uma democracia liberal. Cf. Rui Ramos, «Sobre o carácter revolucionário da Primeira República Portuguesa (1910-1926): uma primeira abordagem», in *Polis*, n.ºs 9/12, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2003, pp. 5-60.

[154] Cf. Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, pp. 92-93, Manifesto com o título «Aclarações à Proposta Apresentada ao Governo Provisório», de 6 de Maio de 1911. Perguntava Couceiro: «Quem é que deu ao Governo Provisório o direito de proceder como se o território português fosse nos próprios termos, uma propriedade feudalizada, em que só têm licença para produzir ideias, e exprimi-las, os «senhores» que, em 4 e 5 de Outubro passado, manusearam de facto, ou em espírito, as armas e bombas revoltosas, ou os seus sequazes e aderentes, e em que aos demais portugueses, só resta o papel, um tanto medieval, de inconsultados servos da gleba, sem jornais, nem liberdade de palavra nem de reunião, porque a violência e o terrorismo praticamente lhos suprimiram, sem faculdades de votação, porque uma lei

deputados», operada nas eleições constituintes, sancionava o projecto plebiscitário de Paiva couceiro, que em 1911 se mantinha fiel ao seu projecto de consulta popular. Mesmo um espírito liberal como o de Moreira de Almeida, que notava o paradoxo da república produzir uma lei que jamais aceitaria se aprovada em monarquia, entendia que a lei eleitoral não trazia «nada de bom para a república»[155]. Muitos monárquicos ilustres viam na problemática eleitoral, juntamente com a questão das liberdades individuais, razão suficiente para justificar a intervenção do exército num movimento de restauração[156].

Apesar de tudo o que fica dito, a substância da contra-revolução não se vislumbra de todo na questão do regime. Vimos já como a propaganda em torno das virtudes da monarquia foi escassa e praticamente irrelevante. Se aventavam a possibilidade de fazer regressar a realeza era porque estava na ordem natural das coisas políticas. Quer esta afirmação significar que a verdadeira reacção se revela na contestação à modernização política e cultural da república, na defesa da tradição[157]. Conceito ainda não teorizado, a tradição consubstanciava a recusa das leis republicanas que interferiam com as crenças, a família e a propriedade, assim como os símbolos da nação, que o mundo conservador via ligados às cores azul e branca, a

---

eleitoral «ad hoc» colocou todo o comando da máquina na dependência imediata da administração revolucionária?»

[155] *O Dia*, 12º ano, n.º 38, 18-03-1911, p.1.

[156] BNP, ELM, doc. n.º 12052, Carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, data de Abril de 1911. Escreveu Magalhães: «Aqui enumeraria o que se passou de Outubro para cá, analisando a obra da república e mostrando como ela é absolutamente contraditória com as afirmações de propaganda, ofensiva dos mais radicados e tradicionais sentimentos da nação, atentatória da liberdade, de igualdade, de todas as regalias cívicas, fraca na defesa da ordem pública, complacente com o crime e a violência, indisciplinadora e perturbadora da harmonia entre as classes, perigosíssima sob o ponto de vista financeiro e económico, etc. E, citando os factos típicos que isto provassem, chegaria à questão eleitoral, que consideraria como o motivo determinante da revolução do exército em intervir nos acontecimentos. Poria em confronto a lei eleitoral republicana com a última lei eleitoral da monarquia - provaria como aquela é mto mais uma lei partidária, uma arma de facção do que esta foi. Provaria que com ela só será deputado quem o governo da república quiser».

[157] Na proposta de Paiva Couceiro ao Governo Provisório pode ler-se: «O alongamento do período da vossa ditadura, não cingida apenas aos problemas urgentes de interesse prático e primário, mas, antes ao inverso, entrando de preferência e de chofre, pelos domínios do modernismo social, - certas inevitáveis complacências perante os impulsos das facções revolucionárias nem sempre razoáveis e tolerantes, - a supressão no campo dos factos, das liberdades cívicas mais essenciais, […] têm vindo a trazer-vos como resultante o gradual apagar dessa quase unânime expectativa de benevolências que, há quase seis meses vos saudou o advento. Dessa semente estais em vésperas de colher, como fruto, a contra-revolução» [in Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, p. 90].

«heróica e sagrada bandeira da pátria», substituída por um «trapo de significação odiosa, sem tradição e sem estética»[158].

Entre as leis que legitimavam a contra-revolução estava, naturalmente, a «intangível». *A Lei de Separação do Estado das Igrejas* constituiu talvez o mais determinante momento de ruptura do mundo conservador com a república e o «eixo de todo o movimento contra-revolucionário»[159]. Em todas as narrativas deste período, a «questão religiosa» surge à cabeça da contestação ao novo regime. Paiva Couceiro questionou a esse propósito o Governo Provisório: «Quem é que deu ao Governo Provisório o direito de editar uma chamada lei de separação da Igreja e do Estado, na qual, sob a capa inocente e justa da liberdade de consciência, que todos nós, de facto, muito queremos e prezamos, se oculta sofisticamente um propósito acintoso e perseguidor, visando a realizar na prática a profecia de que, dentro de três gerações, não haverá religião em Portugal»[160]. Para os monárquicos legitimistas, a lei de separação era uma lei «de escravização» que atentava contra a lei de consciência e de reunião, destilava ódio contra a Igreja, sem disfarçar um «cínico desdém pelo clero»[161]. Mesmo os monárquicos mais liberais, representados no *Dia* por Moreira de Almeida, muito sensíveis à cultura antiultramontana e anticongreganista, não deixavam de se exasperar com a «intangível». Moreira de Almeida, que distinguia o padre do jesuíta, entrevia benefícios morais na acção do sacerdote e da religião. Considerava a nova legislação como uma interferência injusta, imoral e radical do Estado nos assuntos da Igreja e condenava as expropriações e a fiscalização do culto[162].

O movimento católico viu a sua capacidade reivindicativa ruir perante a instauração da república, com o desaparecimento do Partido Nacionalista e dos Círculos Católicos Operários e só iniciará a sua recomposição a partir de

---

[158] BNP, ELM, caixa 52, panfleto com o título «À Marinha Portuguesa», da autoria dos «marinheiros emigrados». Sobre a polémica da bandeira, veja-se João Medina, *História de Portugal*, vol. XIII, Alfragide, Ediclube, 2004, pp. 128 e ss.

[159] Sousa Costa, *Páginas de Sangue, vol II - Buiças, Costas & C.ª*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães, 1939, p. 128.

[160] Paiva Couceiro, «Aclarações à Proposta apresentada ao Governo Provisório», de 6-05-1911, in Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, p. 92. A profecia de Afonso Costa, feita numa conferência no Grémio Lusitano, em 26 de Março de 1911, terá indicado duas ou três gerações conforme as versões. A autoria desta afirmação de Afonso Costa foi recusada por Oliveira Marques, mas a demonstração de Fernando Catroga parece não deixar dúvidas sobre a sua veracidade. Cf. Fernando Catroga, *ob. cit.*, pp. 357-358.

[161] *A Nação*, 64.º ano, n.º 15116, 28-04-1911, p. 1; *ibidem*, 26-4-1911, n.º 15114, p.1.

[162] Cf. *O Dia*, 12º. Ano, n.º 65, 21-04-1911, p.1.

1912-13[163]. Por isso, a hierarquia da Igreja Católica terá um papel determinante no combate à lei de separação, como adiante se verá. Não estranha também que o combate mais aguerrido viesse precisamente dos católicos que militavam no sector monárquico, como Alberto Pinheiro Torres, José Fernando de Sousa (Nemo) e o legitimista Domingos Pinto Coelho[164]. Para Alberto Pinheiro Torres, «não pode haver dúvida de que o fim é a descristianização do país: é a morte da igreja que se prepara pela escravização, pelo cisma, pela corrupção e pela apostasia»[165].

Por agora, interessa-nos perceber o alcance ideológico, do ponto de vista da primeira reacção, que apresentava a questão religiosa em Portugal. Uma das questões centrais na polémica religiosa era a importância dada pelo livre-pensamento à emancipação do indivíduo e à sua capacidade para determinar o seu destino à luz de pressupostos racionais. A reacção conservadora, ao contrário, vislumbrava na emancipação uma nova forma de «escravização» ao materialismo ateu e imoral: «A chamada emancipação das consciências e o preconizado livre pensamento, quer dizer, a abolição de lei moral e da autoridade divina, são as escravização da alma aos baixos instintos do animal, e o enfeudamento da liberdade ao despotismo feroz da seita»[166]. Os ataques à igreja e à religião consubstanciavam a recusa de toda e qualquer autoridade moral e punham em risco a ordem social, pois a igreja pregava o «respeito pelo próximo e as suas propriedades, porque reprime a inveja, numa palavra, porque mantém o equilíbrio na sociedade»[167].

A destruição dos alicerces morais e sociais da sociedade, da autoridade, a ruptura maçónica com o dogmatismo religioso tornam inteligível a

---

[163] Cf. Marie-Christine Volovitch, «As organizações católicas perante o movimento operário em Portugal (1900-1912), in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982, 3.º-4.º-5.º, p. 1208.

[164] Cf. *Separação (A). Decreto com força de lei de 20 de Abril de 1911. As Reclamações dos Catholicos (publicação feita por um grupo de catholicos de Lisboa), relator e editor Domingos Pinto Coelho*, Lisboa, Typographia da Papelaria Progresso, 1913. No *Grito do Povo e a A Democracia Christã (defensor dos interesses do operariado católico)*, Pinheiro Torres escreveu: «Não é à consciência nacional mas às indicações da maçonaria; não aos interesses legítimos do Estado mas às imposições das turbas, foi o estadista do «Mundo» procurar a inspiração para uma lei espoliadora e opressiva, que denominou erradamente à portuguesa» [n.º 621, 29-4-1911, p. 1]

[165] *Grito do Povo e a Democracia Christã (defensor dos interesses do operariado católico),* n.º 623, 13-5-1911, p. 1.

[166] Jacinto Cândido, *ob. cit.*, pp. 50-51.

[167] IAN/TT, Fundo particular de José de Arruela, carta de D. Luís de Alcáçovas a José de Arruela, 08-03-1912. Pode ler-se em anexo.

dimensão ontológica deste confronto ideológico. Para Jacinto Cândido, «o homem dignifica-se reconhecendo, obedecendo e curvando-se, humilde, perante Deus, que o criou; avilta-se, afastando-se de Deus, e escravizando-se à autoridade sectária do culto da escola»[168]. Mas a posição dos sectores mais conservadores não se limitava a recusar a modernidade e a nova ordem política e social saída da revolução[169]. Bem pelo contrário, para além do recrudescimento da religiosidade, a reacção anti-republicana denotava já alguns dos postulados teóricos do pensamento antimoderno e tradicionalista que mais tarde se tornaria dominante. Por um lado, na aceitação implícita da verdade revelada e da ordem natural que é ínsita ao seu pensamento filosófico: «No campo jurídico-político, que agora nos preocupa e pelo qual este periódico sai à luz, é Deus e à ordem natural aquilo para que deverão tender as nossas aspirações»[170]. Por outro, na recusa sistemática do racionalismo iluminista e na denúncia das conquistas da Revolução Francesa e da nova ordem liberal e democrática.

A retórica da emigração revelava então um profundo carácter reaccionário, recuperando as teorias jusdivinistas e recusando a modernidade em nome de «Deus e da ordem natural por Ele disposta»: «Começando pela questão da soberania nacional, há muito que dizer limpando cuidadosamente essas teias de aranha da Revolução francesa, as quais ainda para aí estão sujeitando a clarividência de muito espírito lúcido aliás. É preciso perder vergonha, e proclamar desassombradamente às multidões desnorteadas, que a soberania não tem a sua origem e base no povo, nem nas (sic) monarcas tão pouco - por isso que o princípio de toda a autoridade e a fonte de toda a lei reside na ciência e Omnipotência absolutas em Deus. É preciso mostrar-se à opinião pública, agora tão falseada, como é inteiramente postiça essa criação dos pretensos defensores da Liberdade,

---

[168] *Ob. cit.*, p. 51.

[169] «Julgaram que bastava separar a Igreja do Estado para arrancar aos católicos a sua fé e consciência! [...] E o que são todas as outras leis senão leis destruidoras: as leis desorganizando a família, por isso que a sua constituição obedece a um princípio conservador e é justamente no seio da família que primeiro se aprende a obedecer, para mais tarde saber respeitar e cumprir as leis. A lei do inquilinato, a do direito à greve, a do descanso semanal, todas elas tendo em vista, não regulamentar as relações entre o capital e o trabalho, mas antes pelo contrário, dificultando-as. […] O que é que eles pensavam? Substituir a religião pela moral humana, mas essa não passa duma convenção que muda constantemente de dia para dia e até de classe para classe» [IAN/TT, Espólio particular de José de Arruela, carta de D. Luís de Alcáçovas a José de Arruela, 08-03-1912].

[170] «Portugal novo mas Portugal crente», in *Portugal Novo*, ano 1, n.º 1, 10-03-1912 [AHD, 3P, A3, M716].

Igualdade, e Fraternidade do século 18.º: o cidadão». Por extensão e coerência, o ressurgimento católico-tradicionalista revelava o seu desprezo ingénito pelas instituições liberais como o parlamento e os partidos políticos: «De partidos políticos estamos nós e todo o mundo bem fartos»[171].

Para além de conferir legitimidade à acção contra-revolucionária, o discurso da reacção permite já traçar um esboço da ideologia da direita monárquica, conquanto atravessada de profundas divergências doutrinárias que a seu tempo serão objecto de revisitação. A república abrira as portas do Poder à pequena e média burguesia urbanas e até mesmo às classes populares, que ao nível da administração local se alcandoravam a posições até aqui reservadas às elites locais[172]. A reacção monárquico-clerical não aceitava nem compreendia essa democratização que interpretava como anúncio inequívoco de uma perigosa subversão social. As observações profundamente sarcásticas produzidas pelo abade de Perafita, na Moreira da Maia, a propósito das autoridades locais da república revelam a extensão do conflito sócio-cultural aberto pelo novo regime ao fomentar a ascensão social: «Moreira tem continuado a progredir: nada de padres, nada de religião e mais e mais tavernas sapateiras. Regedor é o sapateiro pai, à junta da paróquia pertence o sapateiro filho e cabos de polícia sapateiros são. Com este regime sapateiral há forçosamente progredir aquela linda terra»[173]. O mesmo sentimento de desprezo encontra-se nas palavras de um oficial monárquico, Alberto Margaride, cuja aristocracia repudiava as novas ideias liberais no exército e a influência de soldados e sargentos na instituição militar[174].

---

[171] *Ibidem*.

[172] Fialho de Almeida perguntava a propósito: «Que gente compõe estas comissões municipais e juntas de paróquia, estes parlamentos plebeus, locais, estas agremiações formilhantes e metediças que tecem os flexos da rede miúda do partidarismo republicano? Operários, trabalhadores de enxada, caixeiros de comércio, artífices, pequenos agricultores, pequenos proprietários, pequenos lojistas; gentes de pouco enfim, pela maior parte com um critério adusto e primitivo, à altura da nula instrução e das grandes sedes de vingança que, como classes desprotegidas e proletárias, servem contra os superiores, de cujo critério, ideal social e educação, não participam» [in *ob. cit*., p. 47].

[173] BNP, ELM, doc. n.º 9581, carta de António da Costa Ramos (Abade de Perafita) a Luís de Magalhães, de 11-10-1912.

[174] «Senhores do poder, os republicanos, sem preparação para governar, sem competências que os ajudasse, não vendo uma força que os derrubasse mas receando não ter a precisa para se sustentarem, começaram a agradar às classes em tudo baixas, atraindo-as com leis que as entusiasmavam [...] e, apoiados nessas classes, foram engrandecendo os seus partidos políticos e caminhando a passos largos para o bolchevismo ter no País os melhores elementos de vida» [Alberto Margaride, [folheto sem título], 1928, p. 3].

Mas a «república dos sapateiros» não se confinava à geografia limitada de Moreira da Maia. Os acontecimentos da Chamusca, onde o povoléu se revoltou contra a proibição de fazer uma procissão nocturna, mostram a extensão do fenómeno a outras paragens[175]. Segundo José de Arruela, que analisou os acontecimentos na revista *A Voz do Direito*, a «multidão ignorante», numa apóstrofe que galgou fronteiras, manifestou a sua indignação para com as autoridades republicanas com um clangoroso «Abaixo os sapateiros! Nós não queremos ser governados por sapateiros!». O brado da Chamusca não consistia apenas no «grito duma aldeia», atormentada pelo «domínio dos inferiores em educação, em tacto, em número e em qualidade». Para o advogado José de Arruela, que acusava a «república sapateiral» de governar em Lisboa e no resto do país, o «grito da Chamusca» tinha um significado ideológico mais profundo, pois correspondia a uma poderosa «síntese histórica»[176].

A república surgia assim sob o estigma da emancipação das classes trabalhadoras e da chegada ao Poder das «multidões», na sua versão «ferina e perigosa, negativista e destrutiva do partido republicano»[177]. Gustave Le Bon descreveria essa ascensão das classes populares à vida política na sua *Psicologia das Multidões*, de grande divulgação em Portugal, onde expõe o carácter «destrutivo» das multidões e outros perigos decorrentes da sua acção política e da sua irracionalidade[178]. Um desses perigos era a tirania do número, ameaça que um panfleto monárquico repudiava com particular virulência: «É tempo de entramos em guerra

---

[175] O caso da Chamusca relaciona-se com a aplicação da lei de separação (artigo 44.º) que proibia manifestações de culto depois do pôr-do-sol a não ser que a autoridade local o autorizasse expressamente. Face à proibição das autoridades de se realizarem procissões durante a semana santa, os populares indignados invadiram as igrejas, pegaram nos santos e terão feito uma procissão provocatória. No parlamento, onde a questão foi tratada, houve quem visse na revolta um confronto de monárquicos contra republicanos, outros de republicanos «bons» (moderados) contra republicano radicais. O conflito terminou com pancada e alguns tiros foram disparados, tendo provocado um morto e alguns feridos. Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 11-04-1912, pp. 9 e ss; *A Capital*, ano 2, n.º 605, 06-04-1912, p. 1.

[176] *A Voz do Direito*, ano 1, n.º 4, 24-04-1912, pp. 61-62.

[177] José de Arruela, *A Voz do Direito*, ano 1, n.º 1, 25-01-1912, p. 3. Portugal era governado «pela parte ferina e perigosa, negativista e destrutiva do partido republicano, na sua massa mais torva e ignorante de Lisboa, Porto e Coimbra, que faz parte de chafaricas secretas, de clubes demagógicos ou de cloacas ridiculamente jacobinistas»

[178] Cf. Gustave Le Bon, *ob. cit*.

franca e aberta contra a tirania dos antros que infamemente escala o poder do nosso Portugal tão amado»[179].

Um dos textos mais completos deste período, saído do exílio pela pena de D. Luís de Alcáçovas, oficial da Galiza e futuro visconde do Torrão, resume o confronto político e ideológico dos primeiros anos, entre uma república popular e democrática e uma sociedade conservadora que não aceita a igualdade política e social. Para o visconde do Torrão, a «ignorância» do Povo assentava num princípio de igualdade que importava desmistificar, pois sob essa «ficção igualitária» repousava o fermento da discórdia e da anarquia social: «Hoje o povo é tão ignorante como dantes, mas com a diferença que antigamente essa ignorância era um mal, mas não constituía um perigo e hoje tem o atrevimento próprio duma falsa sabedoria que o torna indomável. Pregavam o ódio aos ricos e o povinho julgou que podia haver trabalho sem capital, ou melhor, que deixaria de haver pobres, logo que não existissem ricos, e não percebe que a fortuna do particular forma a riqueza do Estado. [...] Não tiveram a prudência de explicar que enquanto a natureza fizer os homens diferentes física e intelectualmente, não se conseguirá a verdadeira igualdade. Aqui está o erro duma democracia que exige que todos sejam iguais: que se negue o merecimento do nascimento vá, mas não reconhecer o valor do homem superior, é impossível. Os homens superiores são uns desequilibrados que constituem portanto uma minoria e como não se consegue elevar os outros até ele, seria necessário suprimi-los, inutilizá-los»[180].

À democracia igualitária do republicanismo, os conservadores antepõem uma sociedade oligárquica que recusa a igualdade absoluta dos indivíduos. A democracia igualitária, «subversiva de toda a disciplina» era, afinal, uma «fraqueza do espírito democrático» que explicava a instabilidade e a anarquia que era inerente a todos os regimes republicanos. Na verdade, enquanto os republicanos aceitavam que as democracias modernas podiam dispensar os homens notáveis, que qualquer cidadão podia cumprir com as

[179] AHM, 2º TMTL, caixa 166, processo 206.
[180] IAN/TT, Fundo particular de José de Arruela, carta de D. Luís de Alcáçovas a José de Arruela, 8-03-1912.

exigências da governação[181], os conservadores defendiam afincadamente a acção política dos «homens superiores», de uma casta de eleitos[182].

O ataque ao «orgulho igualitário» e ao «ideal plebeu de igualdade» unia conservadores, liberais e tradicionalistas no mesmo ideário elitista. Mas estas ideias careciam de um esforço de teorização e sistematização que só surgirá depois de concluída a primeira reacção, que se estende entre 1910 e 1913. Só depois do movimento monárquico tomar contacto com o pensamento contra-revolucionário dos carlistas espanhóis e com o nacionalismo integrista de Charles Maurras se poderá proceder a um síntese do pensamento da direita monárquica. Por agora, a apologia da tradição, da religião, da família e da propriedade servirá de cimento ideológico a um vasto sector da sociedade que se ligará num consórcio heteróclito para combater feroz e vigorosamente as instituições e os ideais republicanos.

2. Para uma sociologia da contra-revolução

A explicação para o aparente fracasso da primeira república parece residir na contradição entre a sua estrutura social e económica e a ideologia republicana. Tal como na república espanhola, o regime português viveu numa tensão permanente entre um projecto progressista e modernizador e o conservadorismo da sociedade[183]. Com efeito, à imagem da Espanha, em Portugal predominava uma população rural[184] e analfabeta[185], que subsistia

---

[181] Cf. Amadeu Carvalho Homem, *ob. cit.*, p. 223.

[182] IAN/TT, Espólio particular de José de Arruela, carta de D. Luís de Alcáçovas a José de Arruela, 08-03-1912. Luís de Magalhães escreveu a este propósito: «A esta levedura de revolta acresce um elemento subversivo de toda a disciplina e que representa uma das maiores fraquezas do espírito democrático: o orgulho igualitário que não reconhece de bom grado nenhuma espécie de supremacia, nem mesmo intelectual ou moral. Em revolução todos se julgam iguais, não apenas em face da lei, mas no ponto de vista da capacidade para a acção política e para o julgamento das coisas e dos homens» [*Correio da Manhã*, ano I, n.º 203, 27-11-1910, p. 1].

[183] A propósito do caso espanhol, veja-se Raymond Carr, *Espana: De la Restauraión a la Democracia 1875-1980*, Barcelona, Editorial Ariel, 1983, p. 19.

[184] Das 5 960 056 pessoas que o Censo de 1911 registou, menos de 20% habitavam em cidades, com predomínio para Lisboa e Porto. Cf. A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal*, Vol. III, Das Revoluções liberais aos nossos dias, 13ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 305-306.

[185] O mesmo censo de 1911 indicava que cerca de 69,7% da população com idade superior a 7 anos era analfabeta. Cf. *Ibidem*, p. 358.

graças ao trabalho agrícola[186]. Os republicanos compreenderam bem essa contradição, tanto que evitaram ao nível político a adopção imediata do sufrágio universal.

Atendendo a estes factores, a modernização da sociedade portuguesa exigia uma política de integração a desenvolver no período pós-revolucionário que o projecto republicano, pelos erros cometidos e muito particularmente pela política religiosa, não favorecia. Faltou uma «propaganda de integração» que substituísse a «propaganda de agitação e de ódio» e que conduzisse as classes populares para uma maior participação política[187]. Faltou um esforço de republicanização das províncias, mais conservadoras, e onde se esperava uma intervenção emancipadora consumada pela propaganda e pela cultura. Muitos viviam então esperançados na Utopia, esperavam o esparzir das Luzes: «Mas esses povos libertar-se-ão. Hão-de ir invadindo as províncias a propaganda das ideias emancipadoras, que acendeu o seu foco radioso nas cidades; há-de chegar a escola, a «cartilha maternal», o «manual do cidadão», a luz, enfim, deslumbrante e redentora, que penetra os cérebros e desperta as consciências»[188].

A continuação da propaganda republicana, e o propósito mais vasto da construção do cidadão, exigiam uma expansão do sistema de ensino público. Mas as dificuldades económicas não favoreceram essa expansão, apesar do esforço inicial para aumentar a rede escolar e o número de professores primários[189]. Estas debilidades estruturais acabariam por expor as populações rurais, especialmente do norte e centro do país, à influência do elemento monárquico-clerical[190]. Por outro lado, a estrutura económica e social explica a inexistência de uma forte classe média que suportasse o

---

[186] Em 1911, 57,2% da população activa trabalhava na agricultura, enquanto 21,3% operava na indústria e minas e 9,9% no comércio e transportes. Cf. Bento Carqueja, *O Povo Portuguez*, Porto, 1916, p. 229.

[187] Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, pp. 43-44.

[188] *A Democracia (Diário Republicano da Manhã),* ano 1, n.º 50, 06-01-1911, p. 1.

[189] Em 1910 existiam em Portugal pouco mais de 5000 escolas. No ano escolar de 1911-1912 esse número aumentou para 6412 escolas e em 1926 para 6500. Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, pp. 43-44; A. H. Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 358.

[190] Veja-se o exemplo de Arcos de Valdevez: «Este concelho essencialmente analfabeto pois que, constituído por cinquenta e uma freguesias, conta actualmente trinta sem escolas, era facilmente dominado por meia dúzia de cidadãos cujo domínio político derivava, não só da incultura da população, mas também, e principalmente, da sua miséria económica», IAN/TT, MI, maço 214, *Juízo de Investigação dos Crimes de Rebelião*, «Relatório sobre os presos políticos detidos nesta vila no dia 4 d'Outubro de 1911».

regime. Apoiada pelas classes baixas e pela pequena burguesia urbana, com predominância de Lisboa e Porto, a república deixava de fora importantes sectores da burguesia e os grandes proprietários agrícolas.

A história da contra-revolução, nos primeiros anos do regime, é por isso a história da reacção monárquico-clerical ao projecto republicano, a recusa da sua matriz racional, laica e anticlerical. Será protagonizada pelos sectores que ao longo da primeira república formaram o chamado «mundo conservador» e que deram suporte aos vários projectos de direita. O mundo conservador das províncias não seria constituído por cinco milhões de monárquicos, se aceitarmos a sugestão de Carlos Malheiro Dias de que a república foi recebida por cem mil portugueses[191]. Mais tarde, o mesmo autor admitia que era em cerca de 500 mil portugueses que o movimento de reacção poderia recrutar os seus militantes. «Quantos são eles? Muito poucos. Uns seis mil padres, alguns poucos milhares de agricultores, industriais e comerciantes, as hostes minúsculas de Couceiro, a nobreza exilada… e os mil prisioneiros políticos da república»[192].

Sem organização partidária, a reacção correspondia ao esforço de forças político-sociais sem aparente coesão, a não ser a hostilidade ao advento da nova era. O campo político da extinta monarquia contribuiu para esta transição algo pacífica. Parte significativa do seu pessoal político aderiu imediatamente à república enquanto os dirigentes partidários se apressaram a dissolver as agremiações políticas a que presidiam e «retirar-se definitivamente da política»[193]. A dissolução dos partidos monárquicos não agradou à totalidade dos políticos que permaneceram fiéis ao trono. Muitos antecipavam-lhe papel relevante na reorganização da oposição, vislumbravam na sua acção a possibilidade de «fomentar a união dos monárquicos e para cobrir e promover a sua organização política»[194]. O alvitre, porém, desatendia à natureza dos partidos dinásticos, cuja orgânica burocrático-institucional, predominante nos sistemas liberais oligárquicos, a talhava para o exercício exclusivo do mando. Fora precisamente o

---

[191] Carlos Malheiro Dias, *Do Desafio à Debandada*, vol. I «O Pesadelo», Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1912, p. 18.

[192] Citado por Rui Ramos, *História de Portugal*, vol. VI, [s/l], Círculo de Leitores, 1994, p. 480.

[193] *Correio da Manhã*, ano I, n.º 175, 27-10-1910, p. 1.

[194] António Cabral, *As Minhas Memórias Políticas. Em Plena República*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1932, pp. 84-85.

surgimento de novos partidos, saídos das dissidências progressista e regeneradora, e depois o Partido Republicano, quem abalou o equilíbrio do rotativismo monárquico, isolou o monarca e precipitou a queda da realeza. Perdida a hegemonia do Poder e do aparelho de Estado, sem grande tradição na mobilização de massas, os partidos dinásticos pareciam incapazes de conduzir qualquer acção política de reacção.

Mas o facto dos partidos dinásticos exercerem o seu Poder numa pirâmide vertical, no quadro de uma rede sócio-política que se estendia do centro ao poder local, facilitou a dinâmica de resistência que agora haveria de se criar nas províncias. A maior parte dos antigos conselheiros políticos da monarquia que não aderiu ao novo regime manteve um capital de influência que se viria a revelar muito proveitoso à resistência monárquico-clerical.

No conjunto social da reacção, cumpre destacar, em primeiro lugar, os titulares, herdeiros do princípio aristocrático ou nobilitados de cepa liberal. Juntamente com os caciques do rotativismo monárquico, constituem as estruturas de comando, organização e financiamento do movimento. Em segundo lugar, mas não menos importante, o principal agente de ideologização do movimento, igualmente hábil nos manejos conspirativos, evidenciava-se o clero, sector em ruptura evidente com a política religiosa da República. Vêm de seguida, e sem atender a uma hierarquia de importância, sectores proeminentes do exército, instituição que seria foco constante de agitação e perturbações. Finalmente, o mundo conservador deve incluir o povo rural e dócil, essa massa popular passiva e politicamente indiferente, mas alvo fácil do verbo fogoso dos agentes contra-revolucionários[195]. Com efeito, o povo, no geral, pobre e sem instrução, vivia na dependência económica, «contínua e asfixiante», dos grandes proprietários conservadores, dos antigos caciques da monarquia, identificados pelas autoridades militares como sendo «todos ou quase todos conhecidos pelas suas ideias reaccionárias»[196].

---

[195] «As províncias [...] foram sempre mais indiferentes e passivas do que entusiastas pela realeza. Povos incultos, alheios à vida intelectual, febril, dos grandes centros de actividade, eram como rebanhos de ovelhas, que o caciquismo pastoreava e aos quais ia cardando a lã» [*A Democracia (Diário Republicano da Manhã)*, ano 1, n.º 50, 06-01-1911, p. 1].

[196] Cf. AHM, 1ª divisão, 34.ª secção, pasta 5, maço 3, fls. 505-506. Trata-se do Relatório do Comando do Sector de Defesa da Beira Baixa, de 13 de Julho de 1912, da autoria do tenente-coronel Abel Hipólito: «Quanto à disposição das populações, que estão embora sossegadas na

A população das províncias ver-se-á envolvida nos múltiplos levantamentos que, entre 1911 e 1912, caracterizaram internamente o fenómeno contra-revolucionário, e será sempre um alvo fácil nas manobras dos adversários do regime. Quanto à república, por seu lado, raramente se comprometeu numa extensa campanha de propaganda e informação que explicasse todo um edifício legislativo que interferia com a vida quotidiana e com as crenças das populações, empurrando-as para os braços dos seus adversários[197]. Com efeito, a republicanização da província, para além da escola primária, revelou-se muito ténue, sendo fomentada por oficiais do exército mais comprometidos com a ideologia republicana.

As forças do exército que ficaram com a responsabilidade de patrulhar as zonas de fronteira, ordenada pelo governo em 12 de Junho de 1911, encontraram um povo hostil por acção deletéria do padre e do cacique: «As povoações das serranias fugiram espavoridas ao verem aproximar-se as patrulhas de cavalaria e era convicção geral, que os soldados iam destruir todas as capelas, impedir os sentimentos religiosos destes povos»[198]. Em 1912, pouco depois de destruída a putativa ameaça da segunda incursão monárquica, o coronel António Pereira d'Eça, oficial adesivo e futuro ministro da guerra em 1914[199], na qualidade de governador civil de Viana do Castelo instruía os administradores de concelho nos procedimentos necessários para fazer junto das populações rurais a «política da república», através de uma

---

aparência, no fundo esperam talvez a entrada dos conspiradores ou qualquer ordem interna para se sublevarem, dadas as condições especiais em que elas se encontram, numa dependência contínua e asfixiante dos grandes proprietários, todos ou quase todos bem conhecidos pelas suas ideias reaccionárias. [...] Vista a posição para a defesa de Idanha visitei a casa do centro republicano cedida para alojamento da força; é pequena para tantas praças mas tem a vantagem da mesma força estar concentrada o que é de ponderar numa povoação como Idanha quase inteiramente hostil ao actual regime».

[197] «Não se iluda ninguém com a democratização das cidades principais, antes se convença de que dois terços do país, mercê da ignorância em que sempre o conservaram, com o acréscimo da pressão que sobre ele ainda hoje exerce o beleguim político, desconhece o que seja a República, e, o que mais é, porque assim lha figuram, a supõe a maior das calamidades. Há urgente necessidade de correr as aldeias, as freguesias, e ainda muitos concelhos, e aí, em palavra chã, para mais fácil assimilação, dizer ao bom povo em que consiste a obra do governo republicano, para o dissuadir da má impressão que os caciques lhe tem incutido no espírito, não com aquela verdade que é sempre de esperar de adversários leais, mas com todo aquele embuste só próprio de homens desonestos. É preciso bater em sua própria casa o cacique, quer ele vista de rabona, ou de samarra, porque se equivalem no efeito da sua influência»» [in *A Democracia (Diário Republicano da Manhã)*, ano 1, n.º 50, 6-01-1911, p. 1].

[198] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, pasta 6, maço 8, «Relatório da Repartição do Sector entre Minho e Cavado (8ª divisão)».

[199] O coronel Pereira de Eça teria afirmado que «se alguma vez a república triunfasse, arrancaria logo os meus galões. Cf. *O Talassa*, n.º 62, 29-5-1914, p. 5.

«intensa propaganda» que substituísse a nefasta «acção do influente e o predomínio do pároco»[200].

A situação pouco mudara em 1912 e pouco mudará. O clero e os antigos caciques do rotativismo monárquico continuavam a manobrar o povo inculto, explorando os erros e a violência da república e incitando o exército à revolta. A história da I República não ficará completa sem o conhecimento deste confronto com as forças conservadoras, que não perderá de vista a possibilidade de uma restauração. Vejamos mais de perto quem eram e como agiram essas forças da reacção.

2. 1 - Nobreza e caciquismo

A nobreza titular foi perdendo importância política ao longo do século XIX, à medida que os avanços do liberalismo monárquico foram rompendo com a estrutura social do Antigo Regime e permitiram a ascensão social da burguesia. O mérito foi assim substituindo a nascença como critério de prestígio social e os titulares, muitos com título recente, deram lugar aos bacharéis e conselheiros encartados, que tomaram conta da máquina administrativa e política do Estado, incluindo o governo e as duas casas do parlamento[201].

A república, conquistado o Poder, e interessada em fazer eco da sua ideologia democrática, apressou-se a retirar validade aos títulos

[200] «Governo Militar de Viana do Castelo (circular nº 1), Viana do Castelo, 23 de Julho de 1912, Ao sr. Administrador de Concelho [...]. A acção das autoridades deve pois consistir em fazer uma larga política nacional, a política da República, e para isso torna-se necessária uma intensa propaganda, principalmente nas povoações rurais. Esta propaganda, porém, não é certamente com discursos pomposos que se deve fazer, não é com frases, é com factos, isto é, de uma maneira que se torne bem visível à alma do Povo, e deve ser um trabalho de cada dia, de cada hora. Nesta ordem de ideias, o principal e o mais eficaz meio de propaganda é o exemplo das autoridades administrativas. Cumpre, portanto: 1º - A autoridade pôr-se directamente em contacto com o Povo, eliminando-se, ABSOLUTAMENTE, a acção do influente e o predomínio do Pároco, isto é, fazendo sentir que só há uma influência legítima - a influência da autoridade no exercício do seu cargo. 2ª – Proscrever de vez a acção dissolvente do empenho, que representa a desqualificação do mérito, falseia a noção do direito, provoca repugnantemente o abuso. [...] É pois desta maneira que determino seja orientado o procedimento dos Srs. Administradores de concelho, que os mesmos administradores orientem a acção dos regedores, porque somente assim é que se pode mostrar, de uma maneira sensível, ao Povo, quanto valem as instituições democráticas, e o Povo pode apreciá-las, devidamente, pelos benefícios que delas derivam» [AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, pasta 5, maço 3, fl. 482].

[201] Sobre o definhamento político da Nobreza veja-se, Miguel Dias Santos, «A Nobreza», in Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (Dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. X, Lisboa, Editorial Presença, 2004, pp. 157-161.

nobiliárquicos. Mas exceptuando esta medida, o regime não foi particularmente ostensivo para com os titulares. E não precisava. Como reconhecia D. Luís de Alcáçovas, a república não tinha que se preocupar com a nobreza porque «já há muito tempo que os reis a tinham inutilizado»[202].

Ainda assim, a aristocracia ressentiu-se com o ambiente de hostilidade que a pequena e média burguesia urbanas lhe criava. A emigração dos titulares aconteceu nos primeiros meses da república[203], levando esta aristocracia liberal a formar núcleos externos de apoio ao movimento de resistência, especialmente no financiamento[204]. Em primeiro lugar em Londres, junto do monarca exilado. Depois, no Brasil, em Paris e muito especialmente Madrid e Galiza, os nobres foram constituindo apoio relevante aos emigrados que se iam agregando a Paiva Couceiro. A nível interno, foram já referidos como conspiradores de relevo os condes de Mangualde e de Penela, mas muitos outros lhe seguiram o exemplo, como os condes de Bertiandos, de Águeda e Arrochela, os viscondes de Bustos e do Torrão, os marqueses de Belas e do Faial, entre muitos outros. Na província contribuíram para os novelos conspirativos com que arrebanhavam os seus dependentes para a revolta, actuando como autênticos caciques[205] ou distribuindo armas pelos conspiradores, como fez o conde de Penha Garcia[206] ou a condessa de Bardi[207].

Na Galiza destacaram-se os filhos dessa aristocracia das «boas famílias» de Lisboa e do Porto[208] que D. José de Saldanha, conde de Rio Maior, enaltecia como «cavaleiros *sans peur et sans reproche* que não têm uma mancha moral na sua vida»[209]. Estes jovens guerrilheiros, sem mácula política no currículo, surgiam a olhos distantes como os «heróis» de Portugal antigo que se queria restituir à nação, aquele Portugal que se bateu em

---

[202] IAN/TT, Fundo Particular de José de Arruela, carta de D. Luís de Alcáçovas, 08-03-1912.
[203] Vejam-se alguns exemplos em Raul Brandão, *ob. cit.*, p. 91.
[204] Cf. Carta de Teixeira Gomes para João Chagas, datada de Maio de 1911, in Hipólito de la Torre Gómez, *Conspiração contra Portugal 1910-1912*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, p. 57.
[205] Cf. AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 296, maço 3, «Administração do Concelho de Oliveira do Bairro», fl. 33; IAN/TT, MI, Direcção Geral da Administração Política e Civil, Maço 32.
[206] Cf. AHM, 1.ª divisão, 33.ª secção, caixa 2, maço 3, «Do comandante do Distrito de Recrutamento e Reserva n.º 12 ao Comandante da 2ª Divisão – Trancoso, 30 de Junho de 1911».
[207] Manuel de Bethencourt e Galvão, *D. Miguel II e o seu Tempo*, Lisboa, Edições Gama, 1943, pp. 174-175.
[208] Veja-se uma lista de nomes em Abílio Magro, *A Revolução de Couceiro*, Porto, Imprensa Moderna, 1912, pp. 293-296; Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo*, cit., p. 93.
[209] Transcrita por D. José Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit.*, pp. 194-195.

África e onde residia «o sangue Português»[210]. A república tinha assim conseguido despertar os filhos da nobreza para uma nova era de idealismo, reacendia-se a fé monárquica no sacrifício com que se apresentavam ao «paladino» para o combate, abandonando «a abundância das casas familiares, a tranquilidade, o bem estar»[211].

Mas esta visão idílica do sacrifício aristocrático não foi partilhada por todos. As forças de Couceiro depararam-se com uma quantidade inusitada de «rapazes finos» que devido à sua categoria social eram colocados como ordenanças dos oficiais, cargo para o qual não possuíam experiência nem competência. Se revelavam muita fé e acendrado ardor combativo, acabaram muitas vezes por tornar-se grandes empecilhos na dinâmica geral da Galiza[212].

A esta plêiade de notáveis falta ainda juntar o séquito miguelista, também ele carregado de tradição aristocrática, que na Galiza apresentava personalidades de elevada categoria, como D. João de Almeida, e o chefe do partido, D. Alexandre Saldanha da Gama e seu filho D. José e Chichorro, responsáveis por parte do armamento utilizado na primeira incursão monárquica. Ainda na Galiza estiveram o príncipe D. Miguel II e o infante D. Francisco, que abandonaram a região a pedido de Paiva Couceiro[213].

Resta acrescentar o papel das senhoras, particularmente activas no apoio à legião de presos que ocupava as cadeias portuguesas. A figura mais proeminente na acção filantrópica foi D. Constança Teles da Gama, promovendo subscrições financeiras para distribuir pelos presos mais necessitados e encarregando-se de muitas diligências jurídicas a que estavam obrigados os prisioneiros políticos[214]. Mas o «anjo visível» ou «anjo das cadeias» teria outras facetas mais ocultas, envolvendo-se em

---

[210] *Ibidem*.

[211] Carlos Malheiro Dias, *O Estado Actual da Causa Monarchica*, cit., p. 30.

[212] Cf. Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *ob. cit.*, p. 61; Manuel Valente, *A contra-revolução monarchica*, Edição de Autor, Porto, 1912, pp. 103-104. Na Galiza, a ordem n.º 11, de 3 de Agosto de 1911, assinada por Jorge Camacho, determinava que fossem «distribuídos como ajudantes dos srs. Comandantes de Pelotões» D. Pedro da Costa, Virgílio Pereira da Silva, Francisco de Almeida e Brito, Mariano de Almeida Lopes Novais, D. Pedro de Lencastre, D. Vasco de Lencastre e José Pedro Folque [p. 103].

[213] Manuel de Bethencourt e Galvão, *ob. cit.*, p. 173.

[214] Cf. Júlio Gonçalves Ramos, *Anjo Visível. Homenagem a D. Constança Telles da Gama (Cascaes)*, Lisboa, Typografia Portugueza, 1913; Gaspar de Abreu, *Memórias Políticas*, vol. 1, Prefácio de Alberto Pinheiro Torres, Braga, [s/n], 1960, pp. 246 e ss. Segundo dados fornecidos pelo seu advogado em tribunal, D. Constança teria distribuído 8 contos pelas prisões e vestido cerca de mil crianças. Cf. *A Capital*, ano 3, n.º 958, 01-04-1913, p. 1.

actividades conspirativas para o financiamento de uma revolta em Lisboa, em 1913, juntamente com a condessa de Ficalho[215]. A conduta subversiva, que sempre negou, valeu-lhe o cárcere durante oito meses, ao lado de muitos dos prisioneiros políticos que auxiliara, sendo absolvida de todas as acusações[216]. As aristocratas participavam assim na reacção dos «grandes do País» que, motivados por profundo «descontentamento», se organizavam para fazer a restauração da monarquia e trazer D. Manuel de regresso ao trono[217].

No plano simbólico, os «grandes de Portugal» incluíam também o alto clero. Se muitos tinham origem plebeia, alguns havia que ostentavam cepa aristocrática. Mas independentemente da origem social, o alto cargo eclesiástico conferia-lhes estatuto e dignidade. Existia pois uma solidariedade, talvez meramente simbólica, no contexto igualitário da república, que ficou bem clara na visita que muitos titulares fizeram ao cardeal patriarca de Lisboa, na véspera de D. António Mendes Belo abandonar a capital para o seu exílio em Gouveia, a 3 de Janeiro de 1912. Durante o protesto dos «grandes de Portugal», os «ricaços e titulares» que chegaram a S. Vicente de Fora em «esplendorosas carruagens», foram acusados de dar «vivas a Paiva Couceiro e à monarquia», gesto que acicatou os ânimos das turbas lisboetas que invadiram o paço episcopal, dando «vivas à Pátria e à república». Este confronto entre conservadores e radicais acabaria por concitar a intervenção policial para acalmar os ânimos e evitar violências[218].

Finalmente, o sector monárquico incluía os antigos caciques e influentes locais que não aderiram à república. O estigma criado aos «republicanos novos», por oposição aos «republicanos históricos»[219], gerou controvérsias inflamadas, com os adesivos a serem acusados de apenas pretender a manutenção dos cargos e das prebendas do Estado. Aqueles que não se

---

[215] AHM, 2º TMTL, caixa 156, processo 2657.

[216] Veja-se a descrição do julgamento na *Capital*, ano 3, n.º 958, o1-04-1913, p. 1.

[217] Era este o discurso de legitimação feito por um aliciador, no seio da Guarda-fiscal, em Lisboa, em 1912: «Sabe o que os homens querem? é mudar o regime e colocar cá outra vez o Dom Manuel; os padres e a maior parte dos grandes do País estão descontentes e na mesma intenção que nós de colocar cá outra vez o rei; o governo republicano só se tem enchido de dívidas e o que tem feito é colocar nos altos lugares os seus amigos; a lei da separação da igreja do Estado está muito mal feita; os padres estão na miséria e essa lei tem que ser modificada se voltar o antigo regime e tem também que desaparecer o doutor Afonso Costa» [AHM, 2.º TMTL, n.º 40, arquivo 14, pasta 4].

[218] Cf. *A Capital*, ano 2, n.º 513, 02-01-1912, p. 1.

[219] Sobre os «adesivos» da república, veja-se João Medina, *ob. cit.*, pp. 10 e ss.

sujeitaram ao vexame ou que a honra mandou pedir a demissão dos cargos ocupados, acabaram na oposição à república. A influência dos antigos caciques vinha de décadas de predominância ao serviço da máquina burocrática da monarquia e do controlo eleitoral que detinham sobre os cidadãos activos: antigos governadores civis, administradores de concelho e regedores, os «caciques burocráticos», ou simples «caciques proprietários», todos garantiam a legitimidade política aos governos rotativos[220].

O ascendente que exerciam sobre as populações não dependia agora do aparelho político-partidário, mas da sua condição social e económica. O estatuto profissional que mantinham, como proprietários, industriais, advogados e «capitalistas» granjeava-lhes, conjuntamente com o padre, a faculdade de exercer uma grande influência sobre as populações dependentes[221]. Segundo as autoridades militares, para além da «efervescência religiosa», existia «outro perigo mais terrível, o agente principal desta intranquilidade que por todos os processos, intrigando, indispondo, mentindo, pretende ou o seu antigo domínio ou a queda da República, esse inimigo sempre ameaçador, é o antigo cacique local»[222].

Fora das principais cidades, as províncias contavam com a sua actividade organizativa e a sua influência. Na Beira Baixa, por exemplo, região a que pertencia João Franco, e por isso considerada feudo realista, imperava a família Tavares Proença[223], ao lado de outras famílias poderosas, como os Megre ou os Vaz Preto, que foram responsáveis pelos

---

[220] Sobre o funcionamento do caciquismo, veja-se, Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista*, Lisboa, Difel, 1991.

[221] Essa dependência económica era especialmente visível no Norte: «Efectivamente, sendo a agricultura a única fonte de riqueza concelhia e, dado o extremo fraccionamento da propriedade agrícola, compreende-se como o nosso pequeno lavrador esteja sob a dependência imediata do cacique endinheirado que para ele representa o papel de Providência nos transes mais angustiosos da sua vida económica. E assim se explica a absoluta indiferença do nosso povo perante as flutuações da nossa vida política que ele encara e aprecia segundo o critério e a orientação do seu maior...credor. O nosso povo não votava pela monarquia nem vota hoje pela república: votava pelo credor A que lhe emprestara e a quem devia uma certa quantia, como hoje vota contra o cacique B que se recusou a emprestar-lha. Dizer-se que o nosso povo é monárquico porque desconhece o que seja a república, é uma afirmação grosseira que só pode ser formulada por quem desconhece a vida agrícola» [IAN/TT, MI, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, Maço 214].

[222] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 6, pasta 8, fls. 5-6.

[223] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 4, pasta 1. Em 1912, Tavares Proença redigiu o seu manifesto em que explica as suas ligações à contra-revolução monárquica: «Em Dezembro de 1910, principiei a organização de um plano de revolta do distrito de Castelo Branco, com o fim de pôr os meus amigos em condições de poderem coadjuvar o movimento que necessariamente havia de produzir-se no país contra um regime imposto ao pasmo geral por meia dúzia de bandoleiros, nascido de uma desordem de caserna, e absolutamente ofensivo dos sentimentos do bom povo português» [in AHD-MNE, 3P, A3, M716].

levantamentos que ocorreram durante a primeira incursão monárquica[224]. No Norte, junto à fronteira, enquanto os abades «mais exaltados» fugiam para a Galiza, «de onde lançavam terríveis anátemas sobre a República Portuguesa», os caciques locais conspiravam continuadamente, «agarrados ao orgulho do seu antigo domínio», «criando esta atmosfera de mal estar, de intranquilidade, impedindo a marcha progressiva do nosso País»[225]. Em algumas regiões, os antigos influentes conseguiram indispor o povo contra os republicanos, quando estes se preparavam para assumir o seu lugar nas juntas de paróquia, levando-os em alguns casos a renunciar ao seu mandato, por entre gritos de «vivas à monarquia e morras à república»[226].

Mas a sua resistência e a sua capacidade de influência não se confinaram aos manejos conspirativos. Quando a república conheceu prelúdios autoritaristas, impostos pelo exército em 1915, 1918/1919 e 1926, os velhos caciques monárquicos foram convocados para ocupar diferentes cargos de responsabilidade na máquina administrativa do Estado.

2. 2- O clero e o movimento restaurador

A forte ofensiva anticlerical desenvolvida pelo republicanismo, ainda no decorrer do período de propaganda, procurava convencer as classes urbanas dos perigos representados pelo clero nas sociedades modernas. Responsabilizado pelo fanatismo das populações e pelo atraso de Portugal, o clero, e muito especialmente o clero regular, era também conotado com a ideologia monárquica. A suposta aliança entre o trono e o altar explica a forte componente antimonárquica dos ataques à Igreja Católica, entendida como instância legitimadora do velho regime[227].

Esta realidade prática esclarece a importância da «questão religiosa» para a vitória definitiva da nova ordem política, como já o fora no combate à monarquia pelos sectores anticlericais. Para a oposição conservadora, por seu lado, a «questão religiosa» assumiu-se como instância de legitimação do

---

[224] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 6, pasta 7.
[225] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 6, pasta 8, fl. 2.
[226] IAN/TT, DGAPC, maço 31, caixa 1, n.º 28.
[227] Cf. Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1980, p. 242; A. H. Oliveira Marques, *A Primeira República Portuguesa*, 3ª. ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1980, p. 56.

combate anti-republicano[228], vindo a transformar-se no «eixo de todo o movimento contra-revolucionário», das tensões e da conflitualidade que marcaram os primeiros anos do novo regime[229].

A reacção inicial da hierarquia da Igreja, apesar da excitação anticlerical que escorraçou as ordens religiosas, não foi de confronto com o Governo Provisório. A doutrina da Igreja insistia que não lhe cabia conferir legitimidade aos regimes políticos[230], e por isso procurou que o clero acatasse as novas instituições «em tudo o que não fosse contrário à sua consciência»[231]. Mais tarde, seria o próprio episcopado a reagir à legislação laicizadora da república, por a considerar «anticatólica», na Pastoral Colectiva, de 24 de Dezembro. A pastoral, impressa e lida na diocese da Guarda, em final de Fevereiro, foi energicamente proibida pelo ministério da justiça, em decreto de 3 de Março, recorrendo à velha figura do beneplácito. A atitude drástica valeu ao regime o primeiro conflito institucional com a Igreja católica[232].

Entretanto, o bispo do Porto, D. António Barroso, exortou o clero da sua diocese a ler a pastoral aos fiéis, procedimento que promovia a desobediência e que lhe valeu a deposição do cargo pelo ministério da justiça. O exemplo dos bispos terá estimulado muitos padres, que romperam com a interdição. Em Março de 1911, a república ordenava a prisão dos

---

[228] Francisco Veloso escreveu na *Ideia Nacional* que «foram sem dúvida os desacatos, as profanações nos templos, o roubo descarado das corporações de culto e ensino católicos, a montaria bestial ao *jesuíta* e ao *reaccionário*, incêndio que devorou os grandes burgos e logo começou a alastrar pelas aldeias – foram essas violentas extorsões e tiranias que criaram no país a forte reacção contra a república. E quem fosse perguntar aos homens do norte que em massa retiravam para a Galiza a engrossar os bandos libertadores que viriam das novas Coblentz, quem lhes fosse perguntar qual a ideia que os atirava para o exílio, ouviria bem nítida a afirmação de que era a da reconquista da liberdade de crer e o desagravo da fé cuspida que Couceiro traria dentro em breve, na marcha triunfal das incursões» [n.º 15, 05-05-1915, p. 478]. Veja-se, também, Maria Lúcia de Brito Moura, *A Guerra Religiosa na Primeira República*, Lisboa, Notícias Editorial, 2004, p. 31.

[229] Era a opinião de um emigrado conspirador próximo de D. Manuel: «Se as instituições republicanas não se houvessem comprometido com erros irreparáveis, entre os quais se salienta o da questão religiosa, e se lhes fosse possível desarmar e subjugar os poderes ocultos e convulsionados do jacobinismo, que são os seus flagelos, então não digo que, dadas as condições em que se encontra o país, e a faculdade de adaptação do povo português, a República se não consolidasse» [in Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, p. 110]. Sobre a importância da «questão religiosa para a contra-revolução veja-se, entre outros, Sousa Costa, *ob. cit.*, p. 128; Carlos Malheiro Dias, *Do Desafio à Debandada*, vol I, cit., p. 96 e ss.

[230] A. Jesus Ramos, «A Igreja e a república», separata de *Didaskalia*, vol. XIII, 1983, p. 260-262. Doutrina que remontava ao papa Gregório XVI e à encíclica *Solicitudo ecclesiam*, de 5 de Agosto de 1831.

[231] *Pastoral Collectiva do Episcopado Português ao Clero e Fieis de Portugal*.

[232] Sobre a pastoral e o conflito que gerou leia-se, entre outros, A. Jesus Ramos, art. cit., pp. 264 e ss; Maria Lúcia de Brito Moura, *ob. cit.*, pp. 54 e ss.

primeiros sacerdotes[233] e até Julho desse ano seriam encarcerados cerca de 170 clérigos[234].

A «questão religiosa» teve o seu apogeu com a publicação da Lei de Separação. Se a república visava com esta lei «atingir o conservadorismo português», alcançou plenamente os seus objectivos[235], pois foi a partir de Março que a reacção monárquico-clerical despertou definitivamente para o combate. A resposta da Igreja Católica surgiu através de um protesto colectivo dos seus bispos, tornado público em 6 de Maio, em que classificou a lei de «injusta» e «opressora»[236]. Em Roma, o papa Pio X publicou a encíclica *Jamdudum in Lusitania,* de 24 de Maio, em que denunciou a «perseguição religiosa em Portugal», condenando ao mesmo tempo o desterro dos bispos do Porto e de Beja[237]. O documento papal apontou a legislação da república portuguesa como exemplo do mais amplo «manifesto de ódio à Igreja». Quanto à Lei de Separação, Pio X «reprova», «condena» e «rejeita» uma lei que ofende os interesses espirituais e materiais da igreja e que «oprime a própria liberdade da Igreja», deixando assim o caminho aberto à desobediência dos prelados portugueses[238].

Mas a reacção que as autoridades republicanas mais temiam procedia da acção subversiva do baixo clero, para quem a Lei de Separação significava a perda de vantagens materiais e a aniquilação da sua relevância sócio-cultural, moral e até simbólica[239]. Entre muitas outras disposições, a lei determinava a submissão das associações cultuais a membros laicos, o que significava o afastamento do clero do controlo efectivo do culto religioso.

---

[233] Cf. *A Capital*, n.º 246, 10-03-1911, p.1; n.º 247, 11-03-1911, p. 1.

[234] Cf. Manuel Braga da Cruz, *ob. cit*., p. 245.

[235] Vasco Pulido Valente considera que a lei de separação e a questão religiosa faziam parte do seu processo de radicalização da república e que com esta lei procurou «atingir o conservadorismo português no seu terreno guardado e coagi-lo a uma reacção violenta». Cf. *O Poder e o Povo*, 3ª ed., [s/l], Círculo de Leitores, pp. 170-171.

[236] Cf. A. Jesus Ramos, art. cit., pp. 275-277.

[237] O bispo de Beja, D. Sebastião Leite de Vasconcelos estava em Moura, em 5 de Outubro, quando se registaram desacatos na cidade, provocados pelo padre Manuel Ançã, que invadiu o paço episcopal. Face à agitação, foi aconselhado a migrar para Espanha, de onde contactou as autoridades, em 15 de Outubro, que o suspenderam de todas as temporalidades, por portaria de 21 desse mês [*Ibidem*, pp. 257-258].

[238] Cf. *Jamdudum in Lusitania*. A reacção dos bispos portugueses, violando o beneplácito e resistindo à execução da lei provocou a sua expulsão. Primeiro o patriarca de Lisboa, o bispo da Guarda e o governador da diocese do Porto foram banidos por dois anos dos distritos a que pertenciam as suas dioceses. Seguiram-se, com penalidades idênticas, os prelados do Algarve, Viseu, Braga, Portalegre, Viseu, Bragança, Lamego, Évora e o governador do bispado de Coimbra. Em meados de 1912 não residia nenhum prelado na sua diocese.

[239] Sobre os conflitos religiosos que se seguiram à Lei de Separação veja-se, por todos, Maria Lúcia de Brito Moura, *ob. cit*., pp. 54 e ss.

Mas seria o futuro da sua sobrevivência material, com a nacionalização da propriedade e o fim das côngruas, que supostamente o reduziam «à miséria, sujeito a ter de mendigar»[240], quem ditaria a crescente insatisfação e o ódio da classe sacerdotal a Afonso Costa[241].

Apesar de eliminar qualquer responsabilidade do Estado na remuneração do clero, a lei de separação estabelecia um sistema de pensões aos padres que o requeressem. A grande maioria, cerca de 76 %, por convicção ou por pressão dos seus bispos, recusou essa oferta, vindo-se a instalar um clima de hostilidade fremente para com os padres pensionistas[242].

A insatisfação do sector clerical induz uma dimensão interpretativa que pretendemos fulcral para a compreensão da contra-revolução. A problemática está em determinar o grau de envolvimento deste importante grupo social na organização e dinâmica do movimento anti-republicano de matiz realista. Observadores da época apontavam, com evidente exagero, o clero como agente natural da reacção. Logo em Outubro de 1910, o *Dia*, então pejado de ódio antijesuítico, denunciava ao governo que «no norte são exclusivamente os clericais, os frades e jesuítas, que estão organizando a contra-revolução» e que nos «padres que ontem fuzilaram o povo está o grande perigo»[243]. Em Maio, as percepções pouco se modificaram, mas agora havia motivos verdadeiros para a preocupação das autoridades. No Norte, o exército colocava-se em prevenção e, inquieto, mostrava verdadeira apreensão com os movimentos dos padres, que se «mexiam no confessionário» e insinuavam «no espírito dos seus fregueses a conveniência de se munirem de foices, roçadoras, enxadas, armas etc., caso algum dia os

---

[240] M. Abúndio da Silva, *Cartas a um Abade. Alguns aspectos da Questão Político-religiosa em Portugal*, Braga, Cruz e C.ª Livreiros Editores, 1913, p. 339.

[241] O abade de Perafita, António da Costa Ramos, escrevia em 07-10-1911: «Eu é que tenho razões para me queixar. Já antevejo sobre a minha pobre cabeça e dos meus desgraçados colegas a espada destruidora da nossa felicidade temporal. As minhas ricas inscriçõeszinhas, que de seis em seis meses me davam uns bonitos cobres com que podia viver livre de aflições, mais dia menos dia, se não for já, lá se vão e ficarei às esmolas dos meus mesquinhos paroquianos! Estou arranjado. E a minha rica casinha, onde gastei os meus magros cobres, talvez amanhã me seja espoliada, sem ao menos me dar uma remuneração.... Somos nacionais, do século passado, mata, enforca, que não vamos nós estorvar o progresso. Pobre Pátria guiada por Afonso Costa! [BNP, ELM, doc. n.º 9558, carta a Luís de Magalhães].

[242] Cf. Vítor Neto, «A Questão Religiosa na 1.ª República – A posição dos padres pensionistas», separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 9, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 1987, p. 693. Num universo de três mil sacerdotes apenas 766 aceitaram.

[243] *O Dia*, n.º 3174, o8-10-1910, p.1.

sinos da igreja tocassem a rebate...»[244]. Não por acaso, alguns oficiais do exército temiam mais as movimentações dos padres do que as ainda inócuas manobras do sector monárquico. Nos seus relatórios recomendavam por isso «mais espionagem sobre os bispos e deixemos o Paiva Couceiro»[245]. Segundo alguns observadores, dos mais argutos, a monarquia de D. Manuel ou D. Miguel não representava fundamento suficientemente atractivo para envolver o exército ou a burguesia em conjuras e conspirações. Restava o clero, «as sacristias», a quem não faltavam motivos para conspirar[246]. A realeza encontrava no padre, no abade da aldeia, um aliado tenaz na luta contra a república, pela sua capacidade de mobilização das populações rurais[247].

O Governo Provisório recebeu estas recomendações com grande preocupação, prova de que temia a reacção clerical. Uma circular do ministério do interior, dirigida aos governadores civis, datada de 26 de Abril de 1911, colocou o exército ao serviço das autoridades locais para reprimir violências eventuais resultantes da aplicação da lei de separação[248]. O governo provisório solicitava também aos comandantes militares que apreciassem a predisposição dos párocos para com o governo e o regime[249];

---

[244] Cf. Hipólito de La Torre Gómez e A. H. de Oliveira Marques, *Contra-revolução. Documentos para a História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Perspectivas e realidades, 1985, pp. 192-193.

[245] *Ibidem*.

[246] Cf. Jorge Madureira, *Na Fermosa Estrivaria (Notas d'um Diario Subversivo)*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1912, pp. 67-71. Escreveu Jorge Madureira: «Não estando, pois, nem no exército, nem na burguesia, nem no povo, esse alguém legendário capaz de se bater por um rei de lenda, mas sendo, por outro lado, certo, não há fumo sem fogo e que, por consequência, em alguma parte está esse alguém - restam as sacristias. Ah sim! mas p'ra elas não se trata de uma questão de regime. Trata-se apenas de uma questão de côngrua. Não tendo senão uma Pátria - Roma - e um rei - o Papa - essas é que conspiram e estão na lógica conspirando." (pp. 67-71

[247] Cf. Carlos Malheiro Dias, *Do Desafio à Debandada*, vol. 1, cit., p. 95; AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 5, Pasta 6.

[248] IAN/TT, Direcção Geral da Administração Política e Civil, maço 32, n.º 294.

[249] AHM, 1.ª divisão, 33.ª secção, caixa 2, Pasta 1. Resposta do Regimento de Cavalaria n.º 8, Castelo Branco, 25 de Maio de 1911: «a) Que o governador civil não tem confiança absoluta em nenhum pároco. b) Carece do mesmo grau de confiança com relação aos paroquianos, esperando todavia que os de grande número de freguesias não acompanhem os párocos que as abandonem. c) Tomou as providências que estavam ao seu alcance e deu instruções aos demais administradores do concelho». Resposta de Lamego, em 23 de Maio de 1911: «[...] administrador do concelho de Lamego me diz não [...] poder precisar bem as forças de que necessita para a manutenção da ordem, se ela for alterada por causa da lei de separação do Estado das igrejas»; resposta do Comando Militar da Guarda ao comandante da 2ª Divisão, em 24 de Maio de 1911: «1º) Não se pode ainda precisar qual o número de párocos de confiança, apesar de alguns já terem declarado que aceitam as pensões estabelecidas pela lei das Igrejas do Estado. 2º) Não é provável nem tão pouco há por enquanto conhecimento de que os paroquianos dalguma freguesia estejam aliciados e dispostos a acompanhar o seu pároco em algum acto de força contra as autoridades. 3.º) Que

a mesma circular instava os comandantes militares a explicar as vantagens da lei de separação e da nova ordem política[250].

Até que ponto a ruptura do clero com a república foi suficiente para uma espécie de nova aliança entre o trono e o altar? É certo que aos monárquicos interessava atrair os clérigos para a sua causa, advogando que a questão religiosa só veria resolução definitiva dentro da monarquia restaurada. Abúndio da Silva explicou como os defensores do trono souberam tirar proveito político das agressões e das perseguições à igreja[251]. O próprio D. Manuel, na primeira entrevista publicada em Portugal depois do exílio, teve a preocupação de elogiar a resistência e o comportamento do clero, prometendo que, restaurada a monarquia, seria analisada a situação «criada à igreja» e, «estabelecido o império da lei, serão dadas todas as reparações devidas»[252].

A historiografia mais recente, e em especial a investigação de Maria Lúcia Moura, menosprezou o envolvimento do clero em acções e conjuras restauracionistas. Para esta autora, a prisão de muito padres resultou apenas dos excessos persecutórios das autoridades, pois muitas das detenções teriam resultado de lastimáveis confusões e motivos frívolos e

---

a mesma autoridade já providenciou em relação ao concelho do Sabugal, onde presume estejam mais arreigadas as ideias religiosas e ainda por este concelho confinar com a fronteira espanhola».

[250] AHM, 1.ª Divisão, 33.ª secção, caixa 2, pasta 2. Instruções do Comando da 2.ª Divisão Militar:«1.º São autorizados os Snr. oficiais e sargentos a fazer conferências públicas, e muito convém que as façam especialmente nas sedes das freguesias rurais e existentes em torno do aquartelamento de qualquer força de efectivo cujo comando pertença a qualquer daquelas graduações;[...]4.º Que o assunto da conferência deve ser especialmente a explicação da lei da Separação da Igreja do Estado [...]. Convém igualmente demonstrar a necessidade que havia em proclamar-se a República e a que há em se manter para conservar a nossa independência e de assegurar a paz interna para evitar intervenções estrangeiras. […] 6.º Frisar bem que a república Portuguesa não proíbe as crenças religiosas de ninguém e a todos dá plena liberdade de seguir a religião que entendem. Com respeito à religião Cristã Católica Apostólica Romana, a República Portuguesa, não só a não proíbe, mas ainda em lugar de haver côngruas e outros encargos, dispensou os povos deles, e do cofre da nação é dada aos párocos uma pensão em dinheiro para que eles possam cumprir a sua missão de cura de almas, e que portanto, se o padre se recusar a ministrar os sacramentos, ou a dizer a missa nos dias costumados, é porque ele o não quer fazer e não porque a República Portuguesa os proíba, pois que para isso lhes paga; 7.º Estas conferências devem ter a forma de palestra e conversas amigáveis, e declarar-se que são feitas para evitar a alteração da Ordem Pública e portanto o emprego da força, o qual a fazer-se se fará com prudência mas energicamente. a) Manuel Rodrigues Ermitão, tenente-coronel».

[251] Cf. *ob. cit.*, p. 338

[252] *O Commercio,* ano 1, n.º 18, 05-04-1913, p. 3. Sobre o clero dirá o monarca exilado: «Os exemplos de abnegação, de coragem e devotação à sua fé, dados ao país por esses modestos sacerdotes que ao retraimento do seu dever e dos seus juramentos preferem as privações, o exílio, a prisão e as coacções de toda a ordem, são dos mais louváveis que a sociedade portuguesa tem recebido durante este período de experiência».

não de um envolvimento sério em actos conspiratórios contra a república[253]. Desvaloriza igualmente a capacidade dos párocos em manobrar as populações contra a república e justifica o encarceramento de clérigos como resultado da reacção às políticas anticlericais e não como acções em favor da coroa[254]. Escreveu também esta autora que é difícil definir o número de sacerdotes que se encontravam na Galiza, mas que a sua fuga ocorreu muitas vezes como resultado dos ódios e perseguições do regime republicano e não como consequência de um forte sentimento monárquico[255].

No essencial, não refutamos as interpretações desta autora, pois muitos padres foram efectivamente vítimas de ódios e perseguições dos sectores mais radicais[256]. Parece assim incontestável que a génese da revolta de parte da igreja contra a república se encontra na sua política visceralmente anticlerical. A sujeição constante a violências e vexames públicos, protagonizados pelos radicais ou pelas autoridades mais zelosas na aplicação da lei, explicam que muitos clérigos sentissem um apelo genuíno pelo movimento contra-revolucionário[257].

Apesar de tudo o que fica exposto, é nossa convicção que o clero contribuiu significativamente para a contra-revolução. Importa recordar que a reacção monárquico-clerical, nesta fase, só timidamente se poderia

---

[253] Cf. *ob. cit.*, pp. 98 e ss.
[254] *Ibidem*, pp. 112 e ss.
[255] *Ibidem*, p. 118.
[256] «Realmente em Portugal mal pode viver habitualmente um padre português e politicamente isto está irrespirável. Positivamente abafa-se [...] constantemente debaixo desta atmosfera carregada de incertezas, de paixões exaltadíssimas, de ódios, de insensatez, da falta de segurança de todos sobre o futuro. Não há forma alguma de desviar aqui o pensamento destas coisas que nos cercam de todos os lados, que nos assaltam mês após outros e a todos os momentos, que forçoso nos é remoer a sós neste isolamento de aldeia e de sofrer a deprimente opressão que lhes vem em seguida. Agora mesmo me diz o Henrique vir de assistir no embarque no "Adamastor" e no "S. Gabriel" em Leixões, com destino a Caxias, de 150 pessoas presas a esmo nas ruas do Porto e em outras localidades ontem e anteontem. Entre elas lá foi o pobre Pe. Domingos Alves […] Quem é que pode julgar-se ao abrigo de suspeições, por mais correcto que seja o seu modo de proceder, quando assim se procede contra um homem incapaz de levantar uma pedra? E estas prisões continuam hoje e continuarão. Anunciam-se prisões para estes dias. Não julgo impossível ter eu de escrever a próxima carta a V. Ex.ª do fundo duma prisão» [BNP, ELM, doc. n.º 7985, carta do padre Américo da Costa Nilo a Luís de Magalhães, de 01-10-1911].
[257] Houve padres ameaçados de morte, igrejas assaltadas, ameaças à liberdade e, depois da segunda incursão monárquica, o regime colocou nas mãos das autoridades concelhias a possibilidade de expulsar «todos aqueles que eles julgam contrários à república. Então não estão com cerimónias, aplicam a doutrina da circular a eito. Assim os administradores da Maia e Vila do Conde expulsaram todos os párocos, excepto os pensionistas». Estas e outras informações encontram-se na correspondência do padre António da Costa Ramos (abade de Perafita) para Luís de Magalhães. Cf. BNP, ELM, documentos n.os 9558 a 9581.

considerar um movimento de restauração da realeza. O que havia então era um desejo alardeado de derrubar a república: «Aqui em Portugal a questão das instituições passou para o segundo lugar, e hoje todos, monárquicos e republicanos, concordam em que: isto não pode continuar sendo preciso terminar esta desordem dos espíritos e da administração pública venha o salvador donde vier»[258].

A verdade é que muitos padres, convivendo mal com a atmosfera de «anarquia» social e com as constantes perseguições a que eram sujeitos, entreviram na restauração a esperança de mudar o jogo político a favor da igreja. E apesar do «horror à política», acabaram nos braços da contra-revolução[259]. «Para pelejar, defendendo a monarquia? Sim, mas única e exclusivamente para atingir o seu único e verdadeiro ideal – luta em prol da igreja»[260].

Na hipótese que procuramos demonstrar, parte do clero teve papel relevante na contra-revolução que se desenhou entre 1911-12, como aliás aconteceu pelo menos até 1919. Na impossibilidade de definir uma quantificação rigorosa de clérigos encarcerados por motivos de conspiração a favor da restauração, lembramos apenas alguns dos números disponíveis. O primeiro registo de presos políticos, feito a pedido do deputado António Pedro Correia, a 10 de Julho de 1911, registava 34 padres presos por crimes de conspiração, rebelião e boatos, num total de 517 presos. O número parece insignificante, contudo, era superior ao 11 militares indicados, no momento em que a rebelião organizada dava apenas passos muito ténues[261].

Já depois da primitiva incursão monárquica, as primeiras listas de presos políticos elaboradas pelas autoridades no Porto, entre 14 e 18 de Outubro de 1911, registavam a existência de 21 clérigos, num total de 149 civis[262]. Mas estes números não incluem outras regiões do Norte e das Beiras, onde a acção do clero foi determinante. Por outro lado, a deflagração

---

[258] BNP, ELM, doc. n.º 7991, carta do padre Américo da Costa Nilo a Luís de Magalhães, de Março/Abril[?] de 1912.

[259] Veja-se o exemplo do padre Américo da Costa Nilo, já referida, na sua correspondência para Luís de Magalhães, e especialmente o doc. n.º 7995.

[260] Abílio Magro, *A Revolução de Couceiro*, Porto, Imprensa Moderna, 1912, p. 1. Abílio Magro refere-se ao irmão João Magro e a muitos clérigos que «como ele» «se sacrificaram, fazendo-se também conspiradores».

[261] MI, Direcção Geral da Administração Política e Civil, Maço 34.

[262] IAN/TT-MI, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maço 214.

antecipada do movimento do Porto, na noite de 29 para 30 de Setembro, produziu o retraimento do movimento em muitas regiões do país, evitando a exposição dos párocos envolvidos[263]. Muitos outros, para evitar os calabouços da república, foram obrigados a emigrar para a Galiza, como aconteceu com todos os párocos das freguesias de Felgueiras e Paços de Ferreira[264].

Na tese que aqui sustentamos, importa escrevê-lo, o envolvimento da Igreja na contra-revolução deve ser medido pela relevância do clero na dinâmica conspirativa, deve ser aferido pelo valor combativo dos seus elementos e menos por critérios de natureza quantitativa. Com efeito, os seus manejos conspirativos foram preciosos e vitais em todas as regiões do país onde, entre 1911 e 1912, se registaram movimentos (ou meras tentativas) contra-revolucionários, simples revoltas ou conspirações. Juntamente com os caciques realistas, os padres eram os principais agentes de conspiração. Manuel Valente descreveu assim a sua acção: «todo o trabalho da contra-revolução se deve exclusivamente a ele, que foi infatigável, já organizando comités nas diversas cidades, vilas e aldeias de Portugal, já levantando mil dificuldades à república»[265].

No Porto, o movimento de 29 de Setembro contava com a liderança dos clérigos em reuniões preparatórias e no aliciamento de militares[266]. Nessas reuniões, os participantes, que por vezes «excediam a mais de trezentos», levavam «todos como sinal o coração de Jesus», símbolo inequívoco do

---

[263] Afirmação de um conspirador do Porto: «Felizmente foram prevenidos muitos elementos de valor a tempo para o fracasso não ser maior. Os abades estão bem e nada me consta de desagradável para eles» [BNP, ELM, doc. n.º 8346, carta de José Domingues de Oliveira a Luís de Magalhães, de 25-10-1911].

[264] Cf. Joaquim leitão, *O Capitão Phantasma (Dos acantonamentos da Galiza à marcha para a segunda incursão)*, Porto, Edição de autor, 1914, pp. 57-58. É esta a sua descrição: «Já estão em Tui dois médicos, o dr. António Ferreira de Paiva Sampaio [...] e o dr. Francisco da Silva Miranda Guimarães, e os párocos de quase todas as freguesias e Felgueiras e Paços de Ferreira. É horrível ver sacrificada tantíssima gente! E note-se que não eram conspiradores, nem conspiração havia. O que havia era o povo monárquico. E tanto que proclamaram a monarquia no dia 30 de Setembro, sem dar um tiro, sem as autoridades locais se lembrarem sequer de reagir. Para os sufocar, só tropa. [...] Não imagina a quantidade de padres, só desses concelhos, que tem passado para Tui e para Vigo. [...] Andaram dias a monte. Custou a passá-los para Espanha! Acho que foi um tal padre Domingos, de Cabeceiras de Basto, que ajudou a passar muitos deles». Veja-se igualmente AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 6, pasta 8, o relatório da Repartição do Sector entre o Minho e Cávado (8.ª Divisão), de 3 de Julho de 1913.

[265] Manuel Valente, *ob. cit.*, p. 196.

[266] Segundo o testemunho do 2º. Cabo de infantaria 6, João Maria, foi «o padre Narciso quem o convidou para aliciar gente» e quem lhe deu conta dos planos dos revolucionários de «entrar no palácio de Cristal». Cf. IAN/TT, MI, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maço 216.

papel do clero e da importância da religião como instância legitimadora e mobilizadora[267]. Ainda na região do Porto, o movimento de 29 de Setembro foi secundado por vários levantamentos que em algumas vilas e freguesias acabariam por restaurar a monarquia, como Paços de Ferreira e Felgueiras, entre outras[268]. O concurso dos sacerdotes na dinâmica contra-revolucionária parece-nos indiscutível, tanto nos preparativos como na execução. Foi à sua diligência e conhecimento do terreno que se entregaram as comunicações com o Porto, centro da conjura, e com outras regiões do norte do país[269], onde alguns chefiaram mesmo as conspiratas, como aconteceu em Viana do Castelo[270]. Os levantamentos da população não seriam possíveis sem a sua acção doutrinária, no púlpito e em contactos privados, indispondo e «fanatizando» as populações contra o regime. Houve populações que defenderam os seus párocos perante as autoridades quando algum soçobrava nas teias da justiça, resguardando-se num silêncio tumular sobre as suas movimentações suspeitas. Mas também houve casos de violência grave contra a prisão de alguns párocos, como aconteceu em Gandra, no concelho de Paredes, que resultou na morte de dois populares[271].

---

[267] *Ibidem*.

[268] Vejam-se os inúmeros relatórios oficiais em IAN/TT, MI, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maços 213 e 214.

[269] É este o teor de uma carta apreendida ao pároco de Paredes, e distribuída em várias paróquias: «Ordene que toque os sinos a rebate, e marche de manhã cedo, com o maior número de pessoas, possível. Faça comunicação em Duas Igrejas e se for possível em Rebordosa e onde puder mais. É esta noite. Não falte. A ordem para as outras freguesias é a mesma, para todas marcharem para a Administração. 30 à 1 hora» [AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 319, 1º vol., doc. n.º 18]. No mesmo arquivo existe outro documento elucidativo, escrito por Alfredo Pereira, polícia civil do Porto: «Amigo e Sr. Arlindo saúde e felicidade e a todos os nossos colegas que a minha saúde vai sendo melhor; participo-lhe que a nossa festa é às 2 horas da noite desculpe de ir mal escrita que é a pressa e podemos contar com a nossa vitória muitos recados ao senhor Abade e a toda da nossa gente [...]» [doc. n.º 23].

[270] Cf. *Diário de Notícias*, n.º 16466, 13-09-1911, p. 1. O chefe do *complot* abortado era o padre Sebastião Pinto Rocha, que tinha como comparsas alguns caciques e o reitor de Caminha, padre Sá Pereira, todos «conhecidos pelas suas ideias de aversão ao actual regime».

[271] Relatório do administrador de concelho de Paredes ao governador civil do Porto sobre o padre da freguesia de Gandra, José Joaquim da Silva Machado: «Este tem o povo da sua freguesia tão fanatizado, que quando foi preso por causa do movimento de 30 de Setembro, esse mesmo povo logo se revoltou tentando tirá-lo a uma força militar de 60 praças. O capitão comandante dessa força pediu e aconselhou o padre a que se dirigisse ao povo e o aconselhasse a regressar a suas casas mas o padre tal não fez e poucos minutos decorridos a força foi violentamente alvejada com pedras e sobre eles também foram disparados alguns tiros. A força defendeu-se e alvejou 6 indivíduos e destes já morreram dois. O culpado de tudo isto foi inegavelmente este reaccionário padre. Consta-me, por notícia dos jornais, que ele já foi posto em liberdade, do forte de Caxias, onde esteve preso como conspirador. [...] Antes da revolta este padre saía por muitas vezes, para os lados de Braga, ou Barcelos e algumas vezes, de noite, veio a esta vila ter conferências com o principal responsável de cabeça do motim, padre Francisco da Cunha Lima. Não há dúvida que ele foi um conspirador,

O predomínio intelectual dos clérigos, em consociação com os caciques locais, acirrando o desagrado já estabelecido entre as populações rurais para com algumas leis da república, como o registo civil obrigatório, explica os mais importantes levantamentos populares que se deram neste período, durante as incursões monárquicas. Os levantamentos da Beira Baixa, em 1911, e os levantamentos de Cabeceiras e Celorico de Basto, em 1912, eram talvez improváveis sem a sua acção conspirativa. Na Beira Baixa, a sua acção foi determinante para os levantamentos das populações das freguesias de Penamacor e Idanha-a-Nova, que obrigaram a uma intervenção de uma força do exército. Ao lado dos caciques Tavares Proença, Vaz Preto, Franco Frazão e outros, desenhou-se a acção de cerca de catorze padres, conspirando, perorando ao povo e incitando-o ao levantamento, ou estabelecendo ligações imbricadas entre Castelo Branco e Porto e Aveiro[272].

No concelho de Penamacor, algumas freguesias levantaram-se contra a república depois de «excitadas» pelos padres e caciques. Na freguesia de Aranhas, onde a populaça se reuniu em manifestação, «falou o padre António Esteves em comício público, anunciando também a restauração da monarquia e, desfraldando uma bandeira azul e branca, apresentou-a como símbolo da pátria, que todos deviam saudar e respeitar. Terminou a alocução com saudações à monarquia, Paiva Couceiro e à valente religião e morras aos republicanos»[273].

Outros actos de bravura e alguma ousadia revelam a fibra rija e a têmpera de parte do sector clerical. Em Macedo de Cavaleiros, o abade de Chacim, padre Guilherme Augusto da Silva, tinha organizado o povo para uma guerrilha, quando aí chegou o capitão Azevedo Lobo, que tinha entrado em Portugal na região de Castelo Branco e que depois avançou em direcção ao Norte que supunha restaurado. Preso com o pequeno grupo que chefiava,

---

mas as testemunhas não o dizem para não comprometer o seu pároco» [IAN/TT, MI, DGAPC, maço 35, doc. n.º 816, fl. 1-4].

[272] Cf. documentação abundante em IAN/TT, MI, DGAPC, maço 35.

[273] IAN/TT, MI, DGAPC, maço 35, doc. n.º 703, fls. 3-35, relatório de 07-10-1911. O sentimento anti-republicano dos párocos da região pode comprovar-se pelo teor de uma carta, escrita pelo padre Manuel de Oliveira Filipe, pároco de Aldeia de Santa Margarida (Idanha a Nova), dirigida ao padre Paulo Carvalho R. Oliveira (Souto da Casa, Fundão): «6-10-1911 [...] Então como vão por aí as coisas? Até que enfim!! Por aqui tudo sublevado. Eu ameaçado de prisão hoje ou amanhã. Nada receio. Não durmo em casa. No Norte está tudo sublevado e proclamada a m..., mas os jornais tudo ocultam. Ontem muitos automóveis carregados de militares passaram para Monsanto, Medelim, Proença, Idanha, etc. Muitas prisões e grossa pancadaria. Coragem e avante! Pra frente é que é o caminho. Saúde. Um abraço» [IAN/TT, MI, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maço 214].

o intemerato abade de Chacim, com auxílio pronto de outros cinco colegas de ofício e alguns notáveis, arrebanhou em pouco tempo cerca de 600 populares de várias aldeias do concelho para, «armados de caçadeiras e machados», arrombarem as portas da cadeia e libertarem os presos[274].

Em 1912, o movimento contra-revolucionário associado à segunda incursão contou com importantes levantamentos populares em Celorico de Basto, Cabeceiras de Basto, Fafe e Barcelos, tendo sido restaurada a monarquia nas duas primeiras localidades. Nesta vasta região montanhosa, marcada pela serra do Basto, a pobreza e a incultura traziam as populações dominadas pela retórica reaccionária do púlpito. Casos houve, porém, em que as ameaças ou as promessas de proventos materiais, conduzidas por padres e caciques, arrastaram as populações para o movimento[275]. Nesta região predominava um velho e sabido padre que fora cacique de renome ao serviço do Partido Regenerador, facto que lhe valeu a expulsão da Igreja. Era o célebre padre Domingos de Oliveira, responsável por uma não menos afamada «guerrilha»[276]. Muitos populares afirmam «ter sido obrigados pelo padre», que em alguns casos exigiu que cada família contribuísse para a luta com «ao menos um homem de cada casa». Pobres, ignorantes e dependentes, estes homens pouca resistência podiam oferecer às investidas clericais, porque receavam represálias e porque não sabiam «o resultado que aquilo dava»[277].

Mas aos clérigos não estavam confiadas apenas acções de mobilização popular. Mais remotamente, é certo, o arrojo das suas manobras conspirativas ter-se-á evidenciado também em actos de sabotagem, como a destruição de pontes, túneis, linhas-férreas e ligações telegráficas[278] e a

---

[274] Joaquim Leitão, *Couceiro, O Capitão Phantasma (Dos acantonamentos da Galiza à marcha para a segunda incursão monarchica)*, Porto, Edição do Autor, 1914, pp. 74-75.

[275] Das centenas de depoimentos dos populares que participaram no movimento, julgados no Tribunal Militar de Celorico de Basto, muitos referem-se a ameaças veladas, como a prisão, ou ameaças à integridade física. Cf. AHM, Tribunal Militar de Celorico de Basto (1912), arquivos números 1, 3,4 e 8, pastas várias.

[276] O padre Domingos teria sido destituído pelo arcebispo de Braga, em 1902, por envolvimento em actividades político-eleitorais. Cf. Joaquim Leitão, *A Entrevista. Sem santo nem senha*, Porto, Edição de autor, 1914, p. 99.

[277] AHM, Tribunal Militar de Celorico de Basto (1912), arquivo n.º 4, pasta 1.

[278] O relatório da repartição de justiça da 5.ª divisão do exército, datado de 29 de Agosto de 1912, afirmava: «Há fundadas suspeitas de que os padres José António Álvaro e o pároco de Tresoy foram autores da tentativa de destruição do túnel do Pequeno Salgueiral na linha férrea da Beira Alta, próximo do Luso, e do corte dos fios telegráficos no quilómetro 61,500 da mesma linha férrea, sendo o túnel deteriorado pela explosão de cargas de dinamite ali colocadas na noite de 7 para 8 de Julho findo -[...]. Mostra-se, pelo tempo em que o atentado

dinamização do contrabando de armas[279]. Por outro lado, as ligações entre as províncias do norte e a Galiza, de onde Paiva Couceiro comandou directamente os levantamentos populares de 1912, foram asseguradas pelos sacerdotes, numa teia de relações complexas que ligavam o paladino aos cabecilhas internos[280]. O testemunho de um seminarista, envolvido nas tramas conspirativas pelo pároco de Celorico de Basto, confirma a validade destas asserções, ao revelar «que o agente da principal da conspiração era Júlio Barros, padre de Vieira que transmitia as notícias da Galiza ao padre Domingos, de Cabeceiras, que por sua vez as transmitia ao padre Maciel de Celorico de Basto»[281].

A emigração de padres para a Galiza foi uma constante nos primeiros anos do regime[282]. Muitos relatos produzidos sobre a emigração referem a abundância de ministros da igreja: «Passada a ponte sobre o rio Minho […] logo antes nós desfilam os padres, quase todos alentados e com ar triunfal, envoltos em longas capas»[283]. O seu papel na organização do «exército couceirista» foi relevante, arrastando consigo centenas de populares[284], arrancados aos arados pela sua oratória obstinadamente anti-republicana, explicando ao povo que «era um dever de um bom católico e dum bom patriota concorrer para o derrubamento da república»[285]. O tenente Manuel Valente, conspirador na Galiza, elogiou o seu envolvimento no livro *Contra-revolução Monarchica*, pela sua capacidade de mobilização de «combatentes», «chegando a pagar do seu bolso particular muitas despesas»: «a estes padres deve a conspiração muitos trabalhos e verdadeiros sacrifícios»[286].

---

teve lugar, que ele tinha por objecto cortar as comunicações na referida linha para impedir ou demorar a marcha das forças militares que fossem mandadas ao encontro da incursão de Paiva Couceiro, que nesta data tinha sido feita na fronteira de Trás-os-Montes» [in AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 7, pasta 5].

[279] Cf. Joaquim Leitão, *Couceiro, o Capitão Phantasma*, Porto, Edição de autor, 1914, p. 52.

[280] Cf. depoimento de Paiva Couceiro, in Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, p. 19.

[281] AHM, Tribunal Militar de Celorico de Basto (1912), arquivo n.º 1, pasta 1.

[282] Abílio Magro [*ob. cit.*, p. 230] indica cerca de duzentos.

[283] *A Capital*, ano 1, n.º 279, 13-04-1911, p. 1. Segundo um artilheiro reformado que o enviado do jornal encontrara em Tui, «só vira pouco mais do que padres nas hostes belicosas do chefe da Vendéa portuguesa». Cf. Carlos Malheiro Dias, *Do Desafio à Debandada*, vol. II Cheque ao Rei, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1912, p. 27.

[284] Cf. Manuel Valente, *ob. cit.*, p. 55; AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 6, pasta 8, Relatório da repartição entre o Minho e Cavado (8.ª Divisão), de 3-07-1911.

[285] Cf. Tribunal Militar de Celorico de Basto (1912), arquivo n.º 1, pasta 1.

[286] *Ob. cit.*, p. 55.

Parece suficientemente demonstrada a influência do clero sobre as populações rurais, realidade que os relatórios das autoridades militares confirmam de forma inequívoca. Aqueles exploravam o descontentamento das populações rurais, incapazes de penetrar a complexidade e os intuitos da legislação republicana[287]. Por outro lado, não é menos verdade que o movimento monárquico de 1911-1912 teve no padre um agente dinâmico, sem o qual dificilmente se dariam os levantamentos populares. Se a reacção anti-republicana se mostrou ineficaz não foi por inércia ou incumprimento do sector clerical. A própria classe militar expunha sem rodeios a aversão daquele sector à nova ordem política, confirmando também a importância da questão religiosa na contra-revolução: «Gente inculta completamente fanatizada pelos padres, que julgam emissários de Deus, crentes nas suas palavras, como sendo inspiradas pelo verbo Divino, consideram a República como destituída de Religião e como um regime em que só governam os que entregaram a sua alma a Satanás! E como estas, muitas outras erróneas e irrisórias conjecturas fermentam naqueles cérebros enfermiços e destituídos de bom senso. Estes néscios não compreendem as leis da República e as vantagens das da separação, da família, do registo civil, bem assim as medidas de fomento, por ela adoptadas [...]. O movimento de rebelião que quase ao mesmo tempo se acentuou em diferentes pontos, deveria ter, como característica principal, o aspecto religioso: e, realmente foi o que se observou, pois até os distintivos e bandeiras apreendidos aos rebeldes, tendo o aspecto da antiga bandeira monárquica, ostentavam ao centro da imagem da Conceição»[288].

Em muitas regiões do país, como na Guarda, onde a intervenção do seu bispo, D. Manuel Vieira de Matos, ameaçava de excomunhão os padres que se inclinassem a receber a pensão do Estado, a questão religiosa inflamou a opinião pública conservadora. Ao ambiente de revolta, agravado pelos constantes boatos sobre conspirações, umas reais, outras mirabolantes, associou-se a «canalha republicana» em acções punitivas que as autoridades tinham dificuldade em controlar. Na Guarda, onde havia indícios da cumplicidade de D. Manuel Vieira de Matos com manobras conspiratórias, o

[287] Cf. AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 6, pasta 8, Relatório da repartição entre o Minho e Cavado (8.ª Divisão), de 3-07-1911.

[288] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 6, pasta 8, Relatório do comandante da 8.ª Divisão do exército, de 24-09-1912.

edifício do Paço foi cercado pela polícia e pela carbonária, de 11 para 12 de Junho, com o objectivo de prender o prelado e despachá-lo para Lisboa. A diligência não se realizou porque o governador civil, numa intervenção *in extremis*, garantiu não ser possível fazer prova cabal e inequívoca da acusação[289].

Por tudo o que fica escrito parece demonstrado o envolvimento consciente de parte do clero no movimento de reacção anti-republicana. À questão religiosa pode aduzir-se a recusa do projecto de modernização social, de secularização e de igualdade social preconizado pela república. Neste primeiro confronto, a religião constituía o principal fermento ideológico de aglutinação do mundo conservador. Deliberado ou apenas simbólico, o seu papel na resistência à república «maçónica» e «ateia» foi uma constante na vida do regime, mesmo quando Roma procurou outras vias mais pacíficas para a edificação dos interesses da Igreja Católica e da religião em Portugal[290].

2. 3 - O exército e a restauração

A instauração da república não encontrou o apoio do exército, cuja passividade significou um alheamento geral face à mudança de instituições políticas[291]. As forças armadas, enquanto instituição, não participaram, não chefiaram e não controlaram o movimento de 5 de Outubro, dirigido por carbonários e pela Maçonaria[292]. Mas, por outro lado, a adesão de oficiais, mesmo formal, e as parcas demissões nas Forças Armadas, logo após a mudança de regime, pareciam traduzir o apoio da instituição castrense, consagrando a república como regime nacional[293]. Essa foi pelo menos a

---

[289] Cf. AHM, 1.ª divisão, 33.ª secção, caixa 2, pasta 3; A. Jesus Ramos, art. cit., p. 296.

[290] Veja-se a evolução das relações entre o alto clero e a república em Jerónimo de Alcântara Guerreiro, *Monsenhor Aloisi Masella e o Arcebispo de Évora D. Augusto Eduardo Nunes (1918-1920)*, Évora, [s/n], 1968.

[291] Cf. José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares. Forças armadas e Regimes Políticos em Portugal no século* XX, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 38-39; Aniceto Afonso, *História de uma Conspiração. Sinel de Cordes e o 28 de Maio*, Lisboa, Notícias Editorial, 2000, pp. 15.

[292] Cf. Aniceto Afonso, *ob. cit.*, p. 15.

[293] A depuração do exército significou a expulsão inicial de 14 oficiais; desertaram 6 e pediram voluntariamente a demissão 30 oficiais, superiores e subalternos. Entre os demissionários contar-se-iam oficiais com grande proximidade ao monarca ou cujas tradições impediam uma adesão ao novo regime. Deste grupo saíram, porém, alguns dos mais

versão que a propaganda republicana elaborou, necessitada de filiar a república num movimento militar de carácter institucional e expungir a sua conotação popular e carbonária[294].

A adesão de parte do exército e da marinha à república traduzia também o desejo de uma modernização da estrutura militar. A este esforço de modernização associou-se um grupo de jovens oficiais, conhecido por *Jovem Turquia*, organizado pelo ministro da guerra, António Xavier Correia Barreto[295]. Neste grupo, recrutado entre oficiais em início de carreira, pontificavam os capitães Ernesto Sá Cardoso e João Pereira Bastos, e os tenentes Vitorino Henriques Godinho, Álvaro de Castro, Hélder Ribeiro, Álvaro Poppe e Américo Olavo. Eram oficiais com estreita ligação à Maçonaria e republicanos exaltados, de que resultará uma forte ligação ao Partido Democrático. Sob a sua acção, o exército procurou instituir as reformas necessárias à sedimentação do novo regime e a sua adequação ao ideário demoliberal: a criação do serviço militar obrigatório, segundo a aplicação da fórmula «nação em armas», a instituição dos oficiais milicianos e o incremento da vocação educativa do exército[296]. O exército pretendia assumir-se como uma escola de cidadania e patriotismo, facto que os sectores mais radicais procuraram impor a uma instituição conservadora que nunca aceitou bem este processo de republicanização[297].

Apesar de tudo, coube ao exército a função de repressão policial e de defesa da autoridade e da ordem pública, coadjuvando as autoridades administrativas durante os anos difíceis de 1911-1912. A sua acção foi determinante para sufocar os levantamentos populares, procedendo a buscas em domicílios e encarcerando muitos dos «indivíduos suspeitos à república»[298]. Para além da função policial, o exército foi responsável pela mais importante campanha de republicanização nas regiões do norte do país, realizada após a mobilização militar decidida em Junho de 1911,

---

categorizados membros da futura Causa Monárquica, como Aires de Ornelas, Alfredo de Albuquerque e o conde de Penela, D. José Maria de Portugal da Costa Mexia Matos. Cf. José Medeiros Ferreira, *ob. cit.*, p. 43; Luís Salgado de Matos, «República: um "corpo com alma"», in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. 4, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004, p. 130.

[294] Cf. Aniceto Afonso, *ob. cit.*, pp. 16-18.

[295] Sobre a sua acção política durante a república, veja-se Paulo Mendes Pinto, *António Xavier Correia Barreto. Biografia de um Presidente do Senado*, Lisboa/Porto, Colecção Parlamento 12, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2002.

[296] Cf. José Medeiros Ferreira, *ob. cit.*, p. 48-49; Luís Salgado de Matos, *ob. cit.*, p. 131.

[297] Cf. Aniceto Afonso, *ob. cit.*, pp. 14-15.

[298] Cf. AHM, 1.ª Divisão, 34.ª secção, caixa 6, pasta 15.

explicando às populações as leis da república em «palestras despretensiosas» e amistosas: «A todos os oficiais recomendei que na sua propaganda explicassem o objectivo elevado da República e as leis do recrutamento, Separação, Crédito Agrícola, da família, etc., encarando-as principalmente sob o seu aspecto moral»[299]. A sua participação neste processo de republicanização não se resumia às «palestras despretensiosas», mas elaboravam sugestões legislativas e recomendações políticas que deviam aplacar o espírito indignado das populações e viabilizar a republicanização e o progresso do mundo rural[300].

Em função de tais considerandos, interessava determinar o momento e as motivações que levaram alguns sectores do exército a envolver-se em actividades subversivas na aurora do novo regime. É sabido que o exército tinha uma tradição de forte intervenção na vida pública de Portugal e Espanha pelo menos desde as invasões francesas. Estabilizado o regime monárquico, foi um dos esteios da coroa até ao início do século XX, quando então se consagrava nas campanhas de ocupação africana. A crise da monarquia e o avanço do perigoso sector radical, depois da morte de D. Carlos, provocaram em alguns sectores castrenses o repúdio pelo rotativismo monárquico e pelos chefes partidários. Eram especialmente os oficiais africanistas quem revelava maior empenho em acabar com o

---

[299] AHM, 1.ª Divisão, 34.ª secção, caixa 4, pasta 5, «Relatório do comandante do destacamento misto da 8ª divisão para operar fora da cidade de Braga, Tenente Henrique Pires Monteiro», doc. n.º 230. Esses relatórios revelam a dimensão propagandística que alguns sectores do exército assumiram, deixando inclusive, sugestões ao poder político: «Esta ocupação militar não tem só o efeito moral da ameaça das balas das suas espingardas, das cutiladas dos seus sabres ou do fogo terrível das suas peças e metralhadoras, mas exerce uma forte acção de propaganda republicana, pela maneira como os nossos camaradas têm compreendido a sua nobre missão. O contacto com esta gente, o respeito que todos, oficiais e praças, têm mostrado pelas suas crenças religiosas, o consentimento para que façam as suas romarias, associando-se muitas vezes aos seus folguedos, as palestras despretensiosas, sem frases empoladas, inadaptáveis a estas inteligências rudes, que o orador do comício enfaticamente desperdiça, conseguem tornar esta ocupação militar um poderoso meio de civilização e propaganda» [in AHM, 1.ª Divisão, 34.ª secção, caixa 6, pasta 8, fls. 6-7].

[300] *Ibidem*. Escreveu o tenente Pinto Monteiro: «Outros meios indispensáveis, de resultados mais lentos, mas mais seguros, haverá a empregar. Não dizem respeito a assuntos militares, mas entendemos do nosso dever de patriotas e por devoção à causa da República, apresentá-los à consideração de V. Ex.ª. Esses meios são quatro: 1º - Modificação da lei da Separação do Estado das Igrejas, em alguns dos seus detalhes, tirando-lhes as asperezas que ferem o arreigado sentimento religioso desta gente do norte; 2º - Barateamento ou gratuitidade dos registos civis em determinadas condições e difusão dos postos de registo; 3º - Propaganda das vantagens do crédito agrícola e criação de caixas agrícolas, desenvolvimento do fomento nacional, segundo um plano cuidadosamente traçado e seguido com o espírito de sequência indispensável a toda a obra duradoura; 4º- Colocação à testa dos concelhos de autoridades estranhas aos interesses das terras, à intriga local, à nefasta política de campanário, honestas e devotadamente republicanas, animadas por esse espírito de disciplina e justiça que sempre distinguiu e caracterizou a família militar».

rotativismo, varrer a horda radical e depurar a monarquia. Lembremos que a subida ao Poder de Teixeira de Sousa deu origem a algumas tentativas goradas de intervenção do exército, quando a república constituía já uma ameaça iminente. No Verão de 1910, Vasconcelos Porto, ministro da guerra de João Franco e seu sucessor na chefia do Partido Regenerador-Liberal, foi procurado pelos comandantes de regimento da Guarnição de Lisboa para o informarem que tinham decidido «dar um golpe de Estado» destinado a depor o governo de Teixeira de Sousa. Como caução para a empresa, apenas exigiam que o ministro da guerra aceitasse presidir ao novo governo que resultasse da intervenção militar. Mas Vasconcelos Porto, um dos oficiais mais prestigiados do exército mas pouco seduzido por acções ilegais e subversivas, terá ido conferenciar com D. Amélia, que naturalmente o demoveu de aceitar tal incumbência. Os oficiais de Lisboa envolvidos renunciaram então ao projecto[301].

Outro movimento golpista do exército teve como chefe Paiva Couceiro e constituiu um derradeiro esforço para acabar com a instabilidade política e instaurar um regime de ordem e autoridade, através de uma «ditadura plebiscitária»[302] que regenerasse a monarquia[303]. Segundo o relato de Pinheiro Chagas, nas vésperas do 5 de Outubro, o *Correio da Manhã* deu guarida ao conluio conspiratório de Paiva Couceiro e demais oficiais do exército e armada, que aspiravam a neutralizar o conchavo revolucionário, pondo fim «à anarquia latente que a todos era evidente, acabar com especulações políticas, viessem de onde viessem, coibir os escandalosos abusos da imprensa, liquidar a questão das associações secretas sobre as quais se sabia, por determinadas vias, o bastante para as dissolver rapidamente, apreender todos os explosivos que se fabricassem pela cidade, e proceder severamente contra os que os fabricavam, etc., etc.»[304].

---

[301] Gaspar de Abreu, *Memórias Políticas*, vol. 1, Prefácio de Alberto Pinheiro Torres, Braga, [s/n], 1960, p. 205.

[302] Paiva Couceiro afirmou então defender «uma ditadura plebiscitária [...] gerada fora do meio do politiquismo profissional à qual se incumbisse a execução de um prefixo programa de governo e de providências, de acalmação e policiamento interno, voltando-se ao cabo do prazo limitado do seu exercício ao viver corrente da normalidade constitucional já moldada noutras formas» [*Correio da Manhã*, ano I, n.º 163, 21-9-1910].

[303] Leia-se Álvaro Pinheiro Chagas, *O Movimento Monarchico. I Do 28 de Janeiro ao 5 de Outubro*, Porto, Leitão & Cª., 1913, pp. 39-40; Vasco Pulido Valente, *Um Herói Português Henrique de Paiva Couceiro (1861-1944)*, Lisboa, Aletheia Editores, 2006, pp. 59 e ss.

[304] Álvaro Pinheiro Chagas, *ob. cit.*, pp. 39-40.

A existência, no final da monarquia, de sectores do exército profundamente desagradados com a política dos sectores radicais, e a defesa clara e inequívoca de valores autoritários, impondo a instituição castrense como instância morigeradora, constituíam um indicador seguro de que a república radical e o seu espírito revolucionário iriam encontrar no exército uma resistência tenaz e duradoura.

Sabemos que no final de 1910 existiam já alguns comités de oficiais ligados pela mesma desconfiança e descrença nas virtudes do novo regime. Não podemos falar ainda em conspiração, pois a acção destes comités era inócua, e a desconfiança face à coroa deposta não suscitava grandes entusiasmos por parte de uma oficialidade indolente. Contrariamente ao que aconteceu em Espanha, em 1874, onde a restauração da monarquia de Afonso XII encontrou eco entre o exército e os partidos políticos conservadores[305], em Portugal faltava esse apoio a D. Manuel, preso à imagem de rei inepto e influenciável e incapaz para chefe superior das Forças Armadas. Parece assim confirmar-se, também ao nível do exército, que as motivações para a reacção militar não se prendem com as virtudes do regime deposto, mas foram o resultado dos «erros da república» e da antinomia entre uma instituição conservadora e um regime estruturalmente radical e revolucionário. A contra-revolução no exército teve também uma filiação ideológica de evidente carga negativa, apesar da propaganda monárquica insistir na sua preferência pelo trono.

A passividade inicial do exército foi entendida pelos revolucionários radicais como indecisão. A estrutura militar não era republicana, apesar da adesão formal de cerca de trinta e cinco por cento dos oficiais, alguns dos quais se apressaram a aderir ao partido republicano. Havia por isso que mantê-la em vigilância apertada, operação em que se destacaram os sargentos e praças, mas também os carbonários, chegando por vezes à humilhação pública dos oficiais suspeitos e ao confronto físico. Gonçalo Pimenta de Castro, oficial monárquico, descreveu nas suas memórias os problemas que teve no regimento de infantaria 16, em Lisboa. O regimento era comandado pelo coronel Cristóvão Ribeiro da Fonseca, antigo oficial «declaradamente» monárquico, que se apressou a aderir ao Partido Republicano e a frequentar «um clube avançado» de Campo de Ourique.

[305] Cf. Raymond Carr, *ob. cit.*

Escreveu Pimenta de Castro que o coronel pretendia autorizar que os civis desse clube pernoitassem no quartel para «exercer uma especial vigilância sobre os oficiais de serviço». Pimenta de Castro ameaçou que corria os civis «à coronhada» e o comandante do regimento foi forçado a procurar a sua transferência junto do ministro da guerra, Correia Barreto[306].

Nas suas memórias, Pimenta de Castro refere-se ainda a reuniões que tiveram lugar na embaixada de Espanha, sob o patrocínio do ministro Villalobar. Essas reuniões, que o oficial apoda de «primeira conspirata monárquica», comandada pelo general José Celestino da Silva, seriam objecto dos grupos civis de vigilância, que um dia atacaram Pimenta de Castro na via pública[307].

A instabilidade na estrutura hierárquica do exército era já visível nos primeiros meses de 1910, quando «bandos de soldados, cabos e sargentos» se passeavam nas ruas como «donos e senhores», mandando parar a oficiais e obrigando-os a dar vivas à república, encarcerando polícias e «provocando rixas com os antigos municipais»[308]. Para muitos oficiais, este frémito patriótico consubstanciava uma clara inversão de valores que promovia a subversão hierárquica, indispondo parte do exército contra a «desordem» e a «instabilidade» provocada pelos sectores radicais do republicanismo[309].

A violência destes grupos deparava-se, segundo Pimenta de Castro, com a «tibieza de carácter» de muitos oficiais superiores «que passaram a ser uns capachos dos oficiais subalternos», isto é, do grupo conhecido como *Jovem Turquia*[310]. Outros oficiais, como Augusto Ribeiro de Carvalho, pelo contrário, contestavam os valores tradicionais da instituição castrense,

---

[306] Cf. Gonçalo Pereira Pimenta de Castro, *As Minhas Memórias - na metrópole e nas colónias*, vol. 1, Porto, Livraria Progredior, 1947, pp. 326-328. Outros relatos sobre a invasão dos «carbonários» nos quartéis encontram-se em Hipólito de La Torre Gómez e A. H. de Oliveira Marques, *Contra-revolução. Documentos para a História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Perspectivas e realidades, 1985, p. 82.

[307] *Ibidem*. «Ainda uma outra noite, quando regressava da embaixada de Espanha, na Rocha do Conde Óbidos, e me dirigia ao quartel de infantaria 2, onde ia pernoitar, [...] próximo da porta do quartel fui assaltado por um grupo de quatro, dos célebres formigas, que com as suas bengalas procuraram atingir-me na cabeça. Levava comigo uma forte bengala de pau de ferro de Timor. Aparava em primeiro lugar os golpes que me dirigiam à cabeça, e respondia depois com estocadas directas ao peito dum deles, que punha logo fora de combate. Quando já estavam só dois a atacar-me, dei um salto para dentro da porta de armas do quartel, onde estava a sentinela. Nas noites seguintes ia munido de pistola, que passou a ser a minha companheira inseparável».

[308] Cf. Vasco Pulido Valente, *ob. cit.*, p. 180.

[309] Veja-se o testemunho do major republicano Augusto Ribeiro de Carvalho em Hipólito de La Torre Gómez e A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 82.

[310] Cf. *ob. cit.*, p. 330.

defendendo uma «disciplina consciente», pois «o soldado tem que saber para onde o levam; se o seu comandante ou qualquer oficial o levar contra a república, e portanto contra a Pátria, a disciplina bem orientada, consciente, impor-lhe-á o dever de liquidar imediatamente esse comandante ou esse oficial»[311].

Contra a subversão das hierarquias protestou energicamente Paiva Couceiro no «Manifesto ao exército», documento que o paladino fez chegar à mão de vários oficiais, em Junho de 1911. Nesse documento da Galiza, Couceiro perguntava se «poderá, acaso, chamar-se Exército a uma instituição em que comités de inferiores exercem autoridade sobre os seus superiores hierárquicos – em que a posição dos oficiais anda à mercê das juntas de paróquia e das sociedades secretas»[312].

Quer isto dizer que, na senda do que defendem Hipólito de La Torre Gomez e Oliveira Marques, também nós consideramos que as conjuras militares deste período não visavam imediatamente a questão do regime. Os oficiais conservadores prezavam acima de tudo as questões que diziam respeito à «ordem» institucional, à disciplina, à obediência e menos às virtudes deste ou daquele regime[313]. A restauração nunca esteve no seu horizonte, apesar do monarquismo nem sempre claramente assumido de muitos oficiais, como Gonçalo Pimenta de Castro, Sinel de Cordes e tantos outros. Por isso, das intervenções do exército, em 1915, 1918/1919 ou 1926, a monarquia nunca seria restaurada. Mas se isto não constituía indicador favorável para os destinos da monarquia, também não jogava a favor da república. É sabido que os sectores mais conservadores do exército contribuíram significativamente para a instabilidade da I República e opuseram-se claramente à nova ordem a partir da I Guerra Mundial[314].

---

[311] Cf. Hipólito de La Torre Gómez e A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 82.

[312] Documento transcrito em Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, pp. 93-94 e Hipólito de La Torre Gómez e A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 297-298.

[313] Cf. *ob. cit.* p. 84; veja-se igualmente Aniceto Afonso, *ob. cit.*, p. 2.

[314] Num relatório produzido em 1919, na sequência da restauração monárquica, o comandante da 6ª divisão, coronel Tomás de Sousa, escreveu: «Mas o que é certo é que desde fins de 1914 que entre os oficiais do Exército se estabeleceu como que uma espécie de maçonaria que tem tido por missão prejudicar e entravar a República. Desde o assalto ao teatro da rua dos Condes em Lisboa em Novembro ou Dezembro de 1914, seguido a breve trecho pelo movimento das espadas, pelo apoio à ditadura Pimenta de Castro, nunca mais houve sossego e os dirigentes de tais movimentos, têm continuado a ser na república as pessoas mais categorizadas, parecendo que é condição indispensável o prejudicar o regime e ser com ele incompatível» [AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 52, maço 2].

Os monárquicos, por seu lado, compreenderam muito cedo que sem a intervenção do exército não seria restaurada a monarquia em Portugal. Luís de Magalhães defendeu isso mesmo em carta que dirigiu a D. Manuel, desvalorizando qualquer manobra de pendor político: «A contra-revolução tem de ser, no início, um acto essencialmente militar»[315]. O próprio Luís de Magalhães não perdeu tempo e esboçou um projecto de restauração cujo conteúdo reforça a tese que defendemos sobre a legitimidade da contra-revolução se situar fora do trono. O projecto previa uma restauração operada pelo exército que explicaria depois ao país, em manifesto, as razões que ditaram a sua intervenção. Essa explicação prévia correspondia à salvaguarda da honra da instituição, mostrando que a república fora apresentada ao exército como «um facto consumado». O manifesto proclamaria então a legitimidade da intervenção militar, enumerando os erros da república e muito especialmente a nova lei eleitoral, apresentada como «arma de facção» e vista como «*motivo determinante* da revolução do exército em intervir nos acontecimentos». A revolta armada entregava o Poder a um governo militar provisório, que convocaria as câmaras e procederia a «novas eleições»[316].

A ideia de um pronunciamento ou golpe militar estava na linha da restauração realizada sem o recurso à violência revolucionária, estratégia que compaginava os propósitos dos grupos realistas com uma vaga ideologia conservadora. Essa seria talvez a perspectiva de D. Manuel, cuja idiossincrasia foi cavando diferenças insuperáveis para o espírito irrequieto dos seus correligionários[317]. Por outro lado, pensamos que a adopção de uma intervenção militar seguida de governo de força, estratégia defendida por Luís de Magalhães e Paiva Couceiro em diferentes conjunturas, como 1911-1912 e entre 1915 e 1919, ia ao encontro dos melindres conservadores do exército, mais sensível aos valores da ordem e da autoridade do Estado, do que aos conchavos restauradores. Isto ajuda talvez a explicar o fracasso do movimento monárquico em Portugal.

---

[315] BNP, ELM, doc. n.º 12052, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, datada de Abril de 1911.

[316] *Ibidem*.

[317] Ainda assim, a estratégia de D. Manuel, repudiando os movimentos revolucionários, haveria de singrar apenas no contexto da I Guerra Mundial, quando entrar em confronto com a maioria da Causa Monárquica

Apesar do significado estrutural desta inferência, os primeiros anos da república mostraram-se férteis em conspirações, «complots», revoltas, levantamentos e incursões, envolvendo quase todas as forças regulares do exército. Não cabe aqui analisar a variedade e a tipologia dos movimentos, apenas interpretar o significado da sua multiplicação nacional. Entre 1911 e 1913 consumaram-se ou foram abortados dezenas de conjuras militares em cidades como Lisboa, Évora, Coimbra, Viseu, Lamego, Braga, Porto, Guarda, Viana do Castelo, Aveiro, Leiria, Castelo Branco, Mafra, Bragança e Faro. Como esperamos demonstrar, e contrariando a tendência da historiografia da I república[318], o perigo para o regime residia efectivamente nos manejos conspirativos realizados internamente e em especial no seio do exército. As incursões monárquicas não passaram de um epifenómeno que a propaganda republicana, especialmente os radicais, se apressaram a explorar e fomentar, legitimando assim a repressão sobre os «traidores» que fomentavam a «invasão estrangeira». O «perigo monárquico» estava dentro de fronteiras, como bem viu Américo Olavo, enviado ao Norte, à 8.ª Divisão, para analisar a situação militar de que resultou a segunda incursão realista, em 1912: «Aqui é que eu vejo bem que a força do Couceiro não estava nos sujeitos que entraram a fronteira. A força estava cá»[319].

Uma primeira evidência deste fenómeno encontra-se na quantificação possível dos militares implicados. Entre 1911 e 1912, o número de processos a decorrer nos tribunais militares ascendia a 444, envolvendo 1497 militares, divididos entre oficiais, sargentos e soldados. Estes números, que não incluem a 3.ª Divisão militar (Porto), região onde as actividades anti-republicanas tiveram maior pujança, reflectem bem o estado de espírito de vastos sectores do exército[320]. Quanto ao envolvimento de oficiais, e considerando que a documentação consultada não faz distinção, uma fonte monárquica indica que desde 1910 até 1912 o movimento monárquico

---

[318] A historiografia tradicional centra a análise do primeiro fenómeno contra-revolucionário nas incursões monárquicas, tidas como eixo central de todo o movimento restaurador. Veja-se, entre outros, Hipólito de La Torre Gómez, *Conspiração contra Portugal 1910-1912*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978; Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo*, cit.

[319] Carta escrita em Agosto (?) de 1912 a Sá Cardoso, então ministro da guerra, in Hipólito de La Torre Gómez e A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 443-446.

[320] Cf. AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 1, pasta 22, nºs. 2, 4 e 7. Uma lista elaborada pelo Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, datada de Outubro de 1911, identificava 328 presos políticos enviados do Porto para Lisboa e, entre eles, seguiam 34 militares da 3.ª Divisão (3 majores, 4 capitães, 1 tenente, 7 sargentos, 9 cabos e 10 soldados). Outros processos foram constituídos depois de averiguações posteriores.

implicou a adesão de mais de 300 oficiais do exército e da armada, na situação de aposentados, licenciados, transferidos por suspeitos, presos, condenados e emigrados[321].

Os números exigem algumas cautelas, mas podem tomar-se como referência. Com efeito, em muitos quartéis e divisões militares predominava o espírito monárquico ou assumidamente anti-republicano, como revelaram as investigações feitas após as incursões realistas. Na 8.ª Divisão do exército, com sede em Braga, os oficiais tinham «como certa a volta da monarquia» e não escondiam a sua satisfação, «não se escondiam, falavam, aliciavam, reuniam com sargentos, assistiam a jantares em que os próprios copos eram azuis e brancos com retrato do D. Manuel e os doces tinham bandeirinhas monárquicas. Era o descaro e a pouca vergonha»[322]. Acusações semelhantes encontram-se igualmente em Évora, onde a «maioria da oficialidade da divisão é monárquica e não esconde o desprezo pelas leis da república»[323]. Este estado de efervescência dentro da instituição castrense não representava ainda qualquer consciência de classe contra a república. Mas era já um indicador da animosidade crescente, que só a falta de uma liderança forte no topo da hierarquia e de organização impediu que representasse maior perigo para as novas instituições.

Chegados a este ponto, encontram-se plenamente identificados os sectores da sociedade que viriam a combater a república e que constituíam o «*pli* conservador» identificado por Luís de Magalhães. Tida pela retórica como «pacífica», a reacção monárquico-clerical causou as maiores perturbações à república, dificultando o seu reconhecimento pelas potências estrangeiras e obrigando a grandes investimentos financeiros e, quanto mais não fosse, contribuiu para o agravamento da atmosfera de ódio e de guerra civil permanente. A realidade dos bastidores parece contrariar o seu carácter inócuo e inofensivo, como se defendeu no final de 1910. Por essa altura, já se tinham formado os primeiros comités militares e, em algumas regiões da província, como na Beira Baixa, os antigos caciques, em irmandade com

---

[321] Cf. Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, p. 109.

[322] Carta escrita em Agosto (?) de 1912 a Sá Cardoso, então ministro da guerra, in Hipólito de La Torre Gómez e A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 443-446; AHM, 1.ª divisão, 34, secção, caixa 5, pasta 9. A utilização do epíteto «oficial talassa», em muita desta documentação, não significava que todos os oficiais fossem monárquicos. Muitas vezes a expressão era atribuída a oficiais conservadores que não simpatizavam com a república.

[323] *Ibidem*, pp. 450-451.

membros do clero, preparavam-se para uma luta sem tréguas contra a república[324].

[324] Um desses caciques, Francisco Tavares Proença, escreveu no final de 1911: «Em Dezembro de 1910, principiei a organização de um plano de revolta do distrito de Castelo Branco, com o fim de pôr os meus amigos em condições de poderem coadjuvar o movimento que necessariamente havia de produzir-se no país contra um regime imposto ao pasmo geral por meia dúzia de bandoleiros, nascido de uma desordem de caserna, e absolutamente ofensivo dos sentimentos do bom povo português» [MNE, AHD, 3P, A3, M716, n.º 5, «Manifesto Tavares Proença»].

Capítulo II
«O Perigo Monárquico»

1- A contra-revolução «Petisqueira»

A pergunta «conspirar, então, para quê?», estampada na primeira página do *Liberal* pela pena do antigo conselheiro António Cabral, sintetizava o estado de espírito dos sectores conservadores, pungidos entre a impotência e a expectativa, quando a lógica que imperava sugeria a aceitação da «experiência republicana»[325]. A questão reflecte porém o surgimento dos primeiros boatos de conspiração monárquica, produzindo a sua primeira vítima: um empregado de alfândega foi encarcerado porque espalhava boatos sobre conspirações realistas[326]. Na verdade, os fios da reacção foram-se tecendo ao longo dos primeiros meses de 1911, à medida que aumentavam as tensões, e os boatos de conspiração acendravam os grupos radicais e a carbonária a atacar a oposição.

Não é fácil ao historiador reconstituir as tramas das muitas conspiratas e revoltas abortadas, penetrar nesse dédalo de subversão permanente. Os próprios tribunais tinham dificuldades em condenar na ausência de delito e de provas materiais que comprovassem o crime de associação para derrubar pela violência o regime ou tornassem irrefutável a organização do movimento sedicioso. É todavia possível determinar que as movimentações da reacção monárquico-clerical começaram a gizar-se em finais de 1910[327].

---

[325] «Conspiração», in *O Liberal*, ano X, n.º 3133, 20-12-1910, p. 1. O mesmo estado de espírito era expressado pelos jornais *Correio da manhã* (21-12-1910 e 28-12-1910) e *Diário Ilustrado* (29-12-1910).

[326] Cf. «Conspirações», in *Diário Ilustrado*, ano 39, n.º 13293, 29-12-1910.

[327] Existem informações sobre uma tentativa de reacção, liderada pelo general Pimentel Pinto, que terá ocorrido durante a revolução republicana e que é contada por um jovem oficial que então se encontrava no Porto, Gonçalo Pereira Pimenta de Castro: «A certa altura entrou de repente no salão, o general Luís Augusto Pimentel Pinto, que encontrando-se em tratamento em Vidago e sabendo da proclamação da República, em Lisboa, veio logo para o Porto, a fim de fazer uma contra-revolução nesta cidade a favor da Monarquia. Interrogou os assistentes, para saber com que elementos podia contar e como deveria agir. Conseguiu que

Existia originalmente um comité composto por João de Azevedo Coutinho (oficial da Marinha e responsável pela organização militar), José de Azevedo Castelo Branco (último ministro dos negócios estrangeiros da monarquia e por isso responsável pela diplomacia do movimento) e o conde de Bertiandos, encarregado da parte financeira. Circunstâncias várias, incluindo a temível vigilância republicana, impediram o pleno funcionamento deste comité.

No início de 1911, um grupo constituído por Joaquim Teles de Vasconcelos, antigo par do reino e tenente da armada, o conde de Mangualde, João de Azevedo Coutinho e Guedes Vaz, oficial de infantaria, deliberou formar um novo comité, tendo recrutado para chefe o general Celestino da Silva, antigo governador de Timor com alguma experiência em «conspiratas»[328]. Os objectivos do comité constituíam então um simples proémio organizativo e de acordo com o conde de Mangualde visavam: «1- Identificar outros grupos militares revolucionários; 2- entrar em comunicação com El-Rei D. Manuel ou quem quer que fosse escolhido para o cargo; 3- fazer o plano revolucionário»[329].

Joaquim Teles de Vasconcelos, cuja família dominava politicamente no concelho de Sabugal, no distrito da Guarda, onde conspirava contra o novo regime[330], parecia assim evidenciar alguma predominância no comité contra-revolucionário, de que era, aparentemente, dirigente máximo[331]. Foi dele a

---

o general Nogueira de Sá, monárquico, como todos os assistentes, mandasse um novo telegrama circular aos vários corpos do regimento, dizendo: «Não está ainda confirmada oficialmente a proclamação da República». Pimentel Pinto interrogou então directamente os dois comandantes da Guarda Municipal, que o informaram de que: «não podia contar com a Guarda para um movimento contra-revolucionário. As tropas do seu comando, influenciadas pelas tropas da guarnição do Porto e pela propaganda civil, estavam muito republicanizadas e não lhes obedeceriam num movimento para derrubar a República.» - Por sua vez os dois inspectores da polícia disseram: «A polícia é monárquica, mas estão aterrados ante o entusiasmo popular e o que sabem do que se passa nos vários regimentos; tudo insubordinado, sem respeito por ninguém. Não podiam portanto contar com a polícia para uma contra-revolução e pelas informações que tinham, do que se passava nas unidades da guarnição do Porto, os oficiais também não podiam dispor das unidades do seu comando. [...]». Havia oficiais monárquicos, mas pertenciam ao grupo dos muito bem comportados, grandes no comando de papéis, porém incapazes de comandarem soldados numa contra-revolução. [...] Em vista das informações colhidas, o general sentou-se no sofá a chorar, por lhe ser impossível fazer uma contra-revolução monárquica, como desejava. Quando mais tarde saiu do Q. G. foi preso» [in *As Minhas Memórias – na metrópole e nas colónias*, vol. 1, Porto, Livraria Progredior, 1947, pp. 324-325.

[328] Cf. Gonçalo Pereira Pimenta de Castro, *ob. cit.*, pp. 178-179.

[329] Cf. Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *ob. cit.*, pp. 208-210.

[330] AHM, 1.ª Divisão, 33ª Secção, caixa 2, pasta 3.

[331] Avelino de Figueiredo fornece dados preciosos sobre a estrutura e os nomes da organização e respectivos comités, numa lista onde se encontram muitos dos civis e militares com destaque no movimento realista: «Entre os muitos conjurados destacam-se os

iniciativa de convidar o padre Avelino de Figueiredo, figura cuja actividade política remontava ao final da monarquia, quando organizava grupos civis para combater os sectores esquerdistas do anticlericalismo. Como tantos outros conspiradores, militava no *Partido Regenerador-Liberal*, partido a que estavam ligados os mais categorizados políticos da Causa Monárquica[332], como Paiva Couceiro, Aires de Ornelas, Luís de Magalhães, Álvaro Pinheiro Chagas e Aníbal Soares, entre tantos outros.

As principais cidades da reacção eram então Lisboa e Porto. O conspirador padre Avelino de Figueiredo conta nas suas memórias como organizou, em Lisboa e noutras cidades do país, os vários grupos civis que deviam tramar em conluio com o comité e com os oficiais realistas. Apesar do inegável exagero, Avelino de Figueiredo refere que nos primeiros meses de 1911 a conjura monárquica contava com o envolvimento seguro de cerca de 2900 civis, à espera do «sinal da luta para morrer ou vencer pelo seu ideal»[333]. O Porto, cidade que fora o berço e o esteio do liberalismo e da primeira tentativa republicana, fervilhava de agitação. À actividade febril do radicalismo republicano respondiam os sectores conservadores com as primeiras tramas. Estabeleceram-se então dois comités, um militar e outro civil, que logravam a coordenação de esforços com oficiais da Capital[334].

A ausência de uma legitimidade monárquica clara, as tensões com D. Manuel e o descrédito da monarquia dos últimos anos não podem explicar este frémito contra-revolucionário que tende a aumentar de intensidade nos primeiros meses de 1911. «Restaurações dinásticas para quê?», sentenciava Fialho de Almeida nas suas cartas políticas, expressando a crença

---

seguintes: *Presidente*: - Joaquim Teles de Vasconcelos, par do reino, 1.º tenente da armada; *Vice-presidente* – conde de Penela, capitão Camacho, Manuel Soares, tenente da Marinha, Tenente João de Azevedo Satúrio Pires; *Viseu* – Chefe Sinel de Cordes, capitão do Estado-Maior; *Lamego* – Major Vieira de Castro; *Aveiro* – Capitão Sarsfield, do G.M.; *Évora* – Major Montez; Capitão Francelino Pimentel; *Lisboa* – D. Rui da Câmara, Marquês de Ficalho, Major Solano de Almeida, José Casimiro, Tenente António Domingos Ferreira, Dr. Carlos Garcia, António da Silva Roquete, Dr. Carlos Henrique de Sousa, Capitão Mário de Sousa Dias, Eugénio Tavares de Almeida e Sousa, Capitão Raul Pinheiro Chagas, Dr. Costa Alemão, Dr. Luís Teles de Vasconcelos, Dr. Ribeiro Cardoso, Conde de Mangualde, Dr. Rui Ferreira de Figueiredo, Capitão João de Azevedo Lobo, Pe. António Joaquim Barroso, Pe. Manuel António Rodrigues, Dr. Dória Nazaré, Dr. Abel de Campos, José Luís Fiúza, Carlos Ficalho, Pe. José Pinheiro Marques, José Pereira Sabrosa, Tenente Sobral Figueira, Dr. Augusto César Bolotinha, Dr. Guilhermino Alves, Tenente dos Santos Falcão, Dr. Joaquim Saldanha, Dr. Agostinho Costa Nunes, Dr. Pedro Vilafranca, Dr. Camilo Castelo Branco, Pe. Gaspar de Abreu Lima, D. Vasco da Câmara Belmonte, Fausto Vilar, Mimoso Rodrigues» [in *ob., cit*., pp. 60-62].

[332] Cf. Álvaro Pinheiro Chagas, *ob. cit*., pp. 13-14.

[333] Avelino de Figueiredo, *ob. cit*., pp. 60-62.

[334] Cf. *Ibidem*, pp. 43-46; Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *ob. cit*., 215.

generalizada da improbabilidade de uma restauração, feita com um «rei inexperiente e pusilânime», uma «rainha metediça» e chefes rotativos «atrasados de três séculos»[335]. Para o explicar torna-se necessário convocar o ambiente político e ideológico deste período.

Com o novo ano recrudesceram as investidas do «terror» republicano, aumentando o descontentamento no campo conservador e até nos sectores operários que tinham aclamado a república no meio do aplauso geral, confiantes no seu carácter progressista e favorável à chamada «questão social». O aumento da violência, protagonizada pelos grupos de vigilância e defesa da república, contra os opositores monárquicos e católicos, expressava a radicalização crescente do regime, que os coevos, adversários ou simples observadores, apelidavam de «jacobinismo».

Entretanto inflamava-se a cruzada republicana contra os «adesivos». Cunha e Costa, que entendia que a república não podia sobreviver sem o «caciquismo» monárquico, por falta de uma classe política republicana, expunha assim os efeitos perversos desta campanha: «De repente, com assombro geral, desaba sobre a corrente de geral adesão à república a mais inclemente e absurda campanha de extermínio. […] Inventa-se, para o caso, o baixo qualificativo de *adesivo*, que em significado ultrajante corre em parelhas com o apodo de *talassa»*[336]. Esta recusa do «cristão-novo» tinha afinal a sua explicação, segundo Cunha e Costa, na «necessidade urgente de os excluir da concorrência com as clientelas republicanas no provimento dos lugares e na consolidação das influências»[337].

---

[335]«Restaurações dinásticas para quê? Com rei inexperiente e pusilânime, que brinca com soldados de chumbo e não sabe dizer coisa com coisa; com uma rainha metediça, que quer fazer política, tendo a prosápia imbecil duma criada; com chefes rotativos, atrasados de três séculos, e comprometidos em roubalheiras de bancos e combinações ignóbeis de blocos; com uma corte de peraltas gagás, um Conselho de Estado de Acácios e Proudhons, uma burocracia de cerdos e uma diplomacia de pavões, o regresso ao antigo regime não é coisa que interessa mais um povo, nem transe que valha a pena resgatar em nome de quaisquer ideais de progresso ou de fortuna. A força de coesão monárquica, tradicional na terra de Nun'Álvares, faliu pela incapacidade de três gerações de políticos inábeis, quebrando a continuidade de oito séculos de dinastias, durante os quais Portugal se criou como país preponderante na história. A tentativa republicana é a última consentânea de um Portugal integral e independente» [in *ob. cit.*, pp. 9-10]. Veja-se, ainda, Jorge Madureira, *Na Fermosa Estrivaria (Notas d'um Diário Subversivo)*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1912, p. 67.

[336] «Balanço Político», in *O Dia*, n.º 374, 3ª série, 13º. Ano, 31-12-1912.

[337] *Ibidem*. Sobre o fenómeno do adesivismo em geral e de alguns dos mais destacados adesivos, veja-se João Medina, *História de Portugal. A República*, vol. XIII, Alfragide, Ediclube, 2004. A oposição entre «republicanos históricos» e «adesivos» deixaria estes últimos enredados num estigma que em vez de significar estabilidade e consenso no apoio ao novo regime, aumentou a agitação e favoreceu o ódio a esta nova categoria. As referências negativas aos «adesivos encontram-se espalhadas em muitas publicações da época e na

O primeiro sinal de que a «canalha republicana», como tantas vezes foi apodada, estava preparada para defender a república recorrendo à violência, aconteceu a 8 de Janeiro. Um numeroso grupo de carbonários e civis atacou, com a conivência aparente das autoridades, as redacções dos jornais realistas, o *Correio da Manhã,* o *Liberal* e o *Diário Ilustrado.* A imprensa monárquica começava a criticar abertamente os actos políticos do governo provisório, provocando a ira dos republicanos. Entre outras matérias, censurava-se o prolongamento da ditadura revolucionária e os atrasos na convocação de eleições para as constituintes[338]. Mas apontava-se igualmente o «despotismo», a «indisciplina», a «violência» e a «corrupção» que, no dizer de Luís de Magalhães, feriam a sensibilidade conservadora e acabariam por conduzir à ruína da república[339]. Eram críticas ásperas e virulentas que se faziam sentir quando a atmosfera política começava a carregar-se com o aumento dos boatos de contra-revolução, a que responderam as autoridades incitando a formação de grupos de «batalhões de voluntários» para a defesa do regime.

Para Joaquim Leitão, que descreveu a violência destruidora de «machados» a destruir portas e a «escavacar móveis», «o país ficou inteirado do que entender por liberdade, sob regime republicano»[340]. A imprensa desvalorizou estrategicamente o episódio, como prova o silêncio do *Diário de Notícias* ou da *Capital*. Para o jornal *Democracia*, o «bom povo de Lisboa» fez justiça contra os monárquicos ingratos, que esquecendo a existência de um período revolucionário, «atacou quotidianamente a república e, por maneira inesperada os seus principais homens»[341]. Já em Coimbra, coube ao «bom» povo republicano da cidade, e que outros viam como «demagogia enfurecida», atacar o Centro Monárquico Académico e o

---

literatura. Fialho de Almeida [*Saibam Quantos Cartas e artigos políticos*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p. 6] observa-os «tomando conta das repartições» ao mesmo tempo que sofrem os enxovalhos de ministros «aterrados do enxurro» que os vilipendiam com os epítetos de «vendidos e canalhas». Referências negativas encontram-se igualmente em Agostinho Campos, *O Homem, a Ladeira e o Calhau. Breviário de Desencanto Político*, Paris-Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924, pp. 32-33 e em Raul Brandão, *Memórias* (Tomo II), Vol. 1, Lisboa, Relógio D'Água, 1999, p. 76.

[338] *Diário Ilustrado*, ano 39, n.º 13299, 05-01-1911, p.1.

[339] Veterano, «Sob a velha bandeira – Os inimigos da República», in *O Correio da Manhã*, ano 1, n.º 232, 28-12-1910, p. 1.

[340] Joaquim Leitão, *Annaes Políticos da República Portuguesa. I Da Proclamação da República às Primeiras Tentativas de Restauração (Outubro de 1910 - Março de 1911)*, Porto, Magalhães & Moniz Editores, 1916, pp. 178-179.

[341] *A Democracia (Diário Republicano da Manhã)*, n.º 53, 09-01-1911, p. 1.

Centro Académico da Democracia Cristã, destruindo o mobiliário e assaltando as redacções dos respectivos órgãos de imprensa: o semanário monárquico *Pátria Nova*, dirigido por Fernando Cortez Pizarro de Sampaio e Melo, e a revista católica *Estudos Sociais*[342]. Para o jornal *O Século*, o povo de Coimbra, «provocado pelos reaccionários, destrói-lhes as igrejinhas»[343].

A imprensa monárquica ficava reduzida, curiosamente, ao jornal *A Nação*, da facção miguelista, que procedia com alguma bonomia para com a república[344], para além de alguns jornalecos de província, que dificilmente incomodavam o regime, e foram facilmente anulados. Foi o que aconteceu em Tábua (Coimbra), com o *Povo da Beira*, semanário que contava com a direcção de António Gaitto, advogado que se destacará no movimento conspiratório de 29 de Setembro de 1911. O jornal ainda teve tempo para criticar os ataques à imprensa monárquica, comparando as «liberdades» da monarquia com o «liberalismo» violento da república[345]. Como resultado da acintosa afronta, o pasquim lá acabou por sucumbir às ordens do administrador do concelho de Tábua, Francisco Beirão. Este intimou o director do *Povo da Beira* a suspender o jornal com o argumento de que «estamos ainda no período revolucionário, que não há leis». Francisco Beirão acusava a redacção do jornal de ser um albergue para «elementos perigosos para a manutenção da ordem pública no nosso concelho e para a... consolidação da república»[346].

Mas os ataques à liberdade de imprensa não pouparam a imprensa republicana, como aconteceu no Porto, com o jornal de Sampaio Bruno, *Jornal da Tarde,* que teve de encerrar em 16 de Fevereiro para evitar a fúria dos republicanos[347]. Estas e outras violências teriam grandes repercussões na opinião pública. Os ataques à liberdade de imprensa empurraram o conde de Mangualde, oficial de ideias liberais e que aderira à república em 5 de Outubro, e com ele muitos outros, para uma atitude de repúdio e

---

[342] As duas instituições publicariam um «Manifesto Académico Ao País», em que descrevem e condenam os violentos acontecimentos provocados pela «demagogia enfurecida», e que pode ler-se em *O Povo da Beira*, n.º 4, 19-02-1911, p. 1.
[343] Cf. Joaquim Leitão, *ob. cit.*, pp. 199-200.
[344] O *Dia*, que no final de Dezembro de 1910 voltará a ser dirigido por Moreira de Almeida, só lentamente passará a criticar frontalmente a república para, a partir de Maio de 1911, apoiar a coroa. Isso explica que não tenha sido alvo da fúria republicana em Janeiro desse ano.
[345] Cf. *O Povo da Beira*, ano I, n.º 2, 29-01-1911.
[346] *Ibidem*.
[347] Cf. Raul Brandão, *ob. cit.*, p. 105.

contestação à república. Tornar-se-ia um dos mais empenhados conspiradores monárquicos[348].

Por outro lado, a vigilância dos carbonários e dos grupos civis ia, juntamente com a polícia, revelando os seus resultados, vigiando conspiradores civis e militares, entre as figuras mais proeminentes do regime anterior. Os movimentos de oficiais e civis de maior categoria eram objecto de vigilância aturada, que incluía a invasão da sua correspondência pessoal[349]. Como resultado de tais diligências começaram a ser expulsos de Portugal algumas figuras proeminentes do antigo regime, como José Castelo Branco, João de Azevedo Coutinho e Álvaro Pinheiro Chagas. A limpeza nas estruturas do exército de oficiais «talassas», mais difícil de concretizar, também faria as suas vítimas.

A 7 de Fevereiro, o capitão de Infantaria Remédios da Fonseca foi demitido do exército acusado de conspirar em Elvas[350]. O aumento da actividade conspiratória dentro dos quartéis levou o governo provisório a tomar medidas para afastar os oficiais que não dessem garantias de fidelidade à república. Nessa purga teria papel importante a oficialidade subalterna ligada ao grupo da *Jovem Turquia*, incumbida da missão de identificar os focos de infecção «talassa» e informar o ministério da guerra, que providenciava a transferência de oficiais[351]. O governo provisório publicou então, a 16 de Março, um decreto que permitia a abertura de processos criminais contra oficiais que não dessem essas garantias. Os monárquicos reagiram imediatamente aos efeitos nefastos desta lei. Para

---

[348] Cf. Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *ob. cit.*, p. 205. Sobre a sua mudança de atitude afirmou: «Mas as tolices multiplicaram-se e por fim houve os ataques ao Correio da Manhã, Diário Ilustrado e ao Liberal. [...] Aquela horda, passando no meio da domingã sensaboria do Chiado no meio da indiferença dos passeantes, ia recomendada pelo Pope que marchava paralelamente pelo passeio. [...] Era de mais! Tinham mostrado não se importarem com o cumprimento das suas promessas, nem sequer proceder em conformidade com os seus princípios basilares. O ataque aos «adesivos» tornava uma indignidade o conjugar as esperanças com os governantes. E por fim nem sequer a liberdade de imprensa, a mais reclamada das liberdades nos tempos da oposição, era respeitada. Era de mais! A república ia ter em mim, desde aquele momento um adversário implacável» [in p. 208].

[349] BNP, ELM, carta de Luís de Magalhães ao Conde de Arnoso, 23-12-1910: «E ponho esta reserva aos juízos da República porque a semana passada ela houve por bem, não violar apenas, mas eliminar por subtracção, uma carta do Álvaro Chagas para mim e outra minha para o Álvaro Chagas». A correspondência de Luís de Magalhães passou a ser objecto de especial vigilância e era frequentemente alvo de violação, tal como aconteceu com as mais categorizadas figuras da antiga monarquia.

[350] Cf. *A Capital*, 10-02-1911, p. 1; *Ordem do Exército*, n.º 9 (2.ª série), Fevereiro de 1911.

[351] Veja-se o caso de Braga na documentação de Hélder Ribeiro, publicada por Francisco Ribeiro da Silva (coordenação e estudo introdutório), *Coronel Helder Ribeiro. Correspondência recebida (1902-1931 e notas autobiográficas*, Porto, Universidade Portucalense e Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, 1997, pp. 79-80.

Moreira de Almeida, aceitando que a república tinha o direito de se defender, tinha contudo obrigação de o fazer «dentro da lei». O liberalismo de Moreira de Almeida não aceitava que os oficiais fossem demitidos das Forças Armadas sem serem ouvidos e julgados, competência que pertencia à justiça militar[352].

Depois de Remédios da Fonseca, seguiu-se uma lista de oficiais demitidos, muitos dos quais viriam a engrossar as fileiras da Galiza, depois da saída de Paiva Couceiro, também ele demitido, em 17 de Abril. Entre esses oficiais demitidos, na sua maioria tenentes e capitães, contam-se os nomes de Júlio da Costa Pinto, Luís Augusto Ferreira, Eurico de Sampaio Satúrio Pires, D. José Inácio de Castelo Branco (Marquês de Belas), José Augusto Rebelo, Francisco Vieira de Castro (Major), Manuel Valente, Raul da Silva Pinheiro Chagas, Júlio Ornelas e Vasconcelos, Jorge Camacho, Carlos Sarmento (Alferes) e João de Azevedo Coutinho[353]. Entre os oficiais afastados conta-se a guarda avançada das tropas que irão constituir o «exército» da Galiza, onde se juntaram a Paiva Couceiro, penetrando nas teias de toda a actividade contra-revolucionária.

A saída para a Galiza de Paiva Couceiro levanta questões oportunas para a compreensão dos primórdios da contra-revolução monárquica, entre as quais se perfila o problema candente da liderança[354]. Para alguns, Paiva Couceiro tinha-se tornado chefe do comité revolucionário por acção do conde de Penela, depois da recusa de outros oficiais mais graduados e da morte do general Celestino da Silva[355]. Para outros, Couceiro era o chefe natural, direito conquistado na única bravata bélica que o seu perfil mavórtico impôs no 5 de Outubro em defesa do brio e da honra militares. Nos primeiros meses do novo regime, coube ao próprio governo provisório o endeusamento apressado do «Paladino», recusando a sua demissão de

---

[352] Cf. *O Dia*, 12º ano, n.º 98, 30-05-1911, p.1.

[353] Para além das respectivas *Ordens do Exército*, existe uma lista dos oficiais que pediram a demissão ou foram demitidos em 1910-1911 em AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, maço 48, pasta 3. Sobre a demissão de João de Azevedo Coutinho, veja-se, António M. Martinó, *João de Azevedo Coutinho. Marinheiro e soldado de Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2002, p. 158.

[354] Sobre Paiva Couceiro, veja-se Vasco Pulido valente, *Um Herói Português Henrique de Paiva Couceiro (1861-1944)*, Aletheia, 2006.

[355] Cf. Entrevista dada pelo conde de Penela ao jornal republicano «Mundo», in Padre Avelino de Figueiredo, *ob. cit*. p. 50; Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, Edição de Autor, 1912, p. 14. O conde de Penela abandonará Couceiro pouco antes de se iniciar a primeira incursão, e será um dos seus mais fervorosos críticos, responsabilizando-o pelo falhanço da restauração monárquica. Leia-se, a este propósito, o livro *Negocios, Torpezas e vicios danosos a la salud del pueblo de Portugal*, Vigo, 1919.

oficial[356], oferecendo-lhe emprego e honrarias que ele sempre recusou[357]. Paiva Couceiro manteve a sua expectativa apesar dos convites para conspirar, alimentando esperanças sobre a acção regeneradora do novo regime, recusando envolver-se em «aventuras sangrentas» que lançassem o país numa guerra civil[358]. Nesse espírito manteve-se até 14 de Março, quando o governo provisório, pela mão de António José de Almeida, publicou a nova lei eleitoral.

Esta havia de contrariar toda a propaganda republicana, consignando o sufrágio restrito da tradição liberal, atribuindo a cidadania plena apenas aos indivíduos alfabetizados e aos chefes de família com mais de vinte e um anos, mantendo os círculos plurinominais de lista incompleta que tanto criticara no passado[359]. Com este expediente procurava-se contrariar o predomínio dos antigos caciques monárquicos e salvaguardar o regime da influência conservadora[360]. Apesar de restritiva e de resultar da consulta alargada a vastos sectores republicanos, a lei concitou a animosidade da

---

[356] O documento foi entregue ao ministro da guerra, Correia Barreto: «Ao Governo Provisório – Reconheço as instituições que a Nação reconhecer, porque, - antes – como depois da proclamação da república – ponho a Pátria acima de tudo, e sou contrário à desordem, e às lutas fratricidas. Abandono as fileiras do Exército porque o soldado que, durante uma já longa existência, tem vertido o sangue do corpo e da alma pela Bandeira azul e branca, onde as Quinas e os Castelos retraçam a história gloriosa de Portugal, não tem forças para largar o símbolo sacrossanto, que, desde sempre, se habituou a trazer plantado no íntimo do peito. Como cidadão, permanecerei fiel, em espírito, e em actos, à crença do ressurgimento nacional, pela paz e pelo trabalho de todos os portugueses, unidos numa só consciência de Nação que quer viver, honrada, independente e progressiva. Pátria e Liberdade! Outubro-8-1910 (a) H. de Paiva Couceiro» [in MNE, AHD, 3P, A3, M716, nº 3, «Resposta às declarações do Snr. Correia Barreto, ex-ministro da guerra da república»]. Vasco Pulido Valente [*ob. cit*., p. 82] escreveu que este documento continha afirmações de Couceiro no sentido de que «se o povo do Norte não «concordasse com o povo do Sul, ele defenderia a «tradição» e que se «alguma potência estrangeira tentasse restaurar a monarquia, ele «passava-se» imediatamente para a república», mas estas passagens não se encontram no documento. A primeira parte desta frase foi-lhe atribuída por Carlos Malheiro Dias [*Do Desafio à Debandada*, vol. I, p. 76], mas não se encontra em nenhuma documentação consultada. É este o seu teor: «Reconheço as instituições que o povo reconhecer. Mas se a opinião do Povo não for unânime, isto é, se o Norte não concordar com o Sul, estarei até ao fim ao lado dos fiéis à tradição». A segunda parte aparece em referências de Correia Barreto, o que pode entender-se como propaganda contra Couceiro.

[357] Cf. Entrevista retrospectiva de Álvaro Pinheiro Chagas, *O Nacional*, ano I, n.º 58, 21-04-1915, p. 1.

[358] Cf. Entrevista dada pelo Conde de Penela ao jornal republicano «Mundo», in Padre Avelino de Figueiredo, *ob. cit*. p. 49. A condessa de Mangualde, nas suas memórias [*ob. cit*., p. 39], refere, porém, que já na casa de Couceiro, em Algés, se conspirava contra a república, em reuniões em que participava o conde de Mangualde.

[359] Cf. *Legislação Eleitoral Portuguesa (1820-1926)*, organização e introdução de Pedro Tavares de Almeida, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros e Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998, Decreto-Lei de 14 de Março de 1911. Nas colónias adoptou-se os círculos uninominais e em Lisboa e no Porto instituiu-se a representação proporcional pelo método de Hondt.

[360] Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro*, vol. 2, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991, p. 284.

área mais radical. Esta apodava António José de Almeida de «traidor», acusando-o de confeccionar uma lei que levaria à assembleia nacional «quarenta monárquicos que fizessem a sua política» de atracção[361].

As personalidades mais proeminentes da realeza depositavam elevadas expectativas na eleição para as constituintes, anseios que viriam a revelar-se sobretudo ingénuos. Radicava este optimismo exacerbado na crença de que haveria uma consulta verdadeiramente democrática, e que podendo manifestar-se em absoluta liberdade, a maioria da nação – isto é, o mundo rural, passivo e analfabeto manobrado por notáveis habilidosos – mostraria o seu profundo desagrado pela mudança de instituições.

Compreende-se assim a frustração de Paiva Couceiro face aos pressupostos políticos e ideológicos da lei e do Poder, a que ele, muito indulgente, chamou «desorientação governativa»[362]. Foi já referida a importância da questão eleitoral na contestação ideológica da república. Resta acrescentar que precipitou a ruptura entre Paiva Couceiro e o Governo Provisório[363]. Recebido em entrevista pelo ministro da guerra, no dia 16 de Março, Couceiro dirigiu um «apelo» ou «intimação» a Correia Barreto para que entregasse o Poder ou organizasse eleições livres que delegariam na soberania popular a tarefa de escolher entre a república e a monarquia. O governo conservaria a ordem e continuaria a obra de «saneamento da vida pública» e de «democratização progressiva». A legitimidade do acto encontrava-a nas dificuldades da república, ameaçada por uma guerra civil interna, e nos perigos inscritos no «modernismo social» veiculado pelo reformismo da sua obra legislativa. Couceiro acrescentava ainda a este enxúrdio as ameaças externas ao património colonial do país, ameaças que tinha origem principalmente na Alemanha[364].

---

[361] Cf. Luís Reis Torgal, *António José de Almeida e a República*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004, pp. 117-118.

[362] Cf. AHD, 3P-A3-M716, nº 3, «Resposta às declarações do Snr. Correia Barreto, ex-ministro da guerra da república».

[363] «Entretanto, o Couceiro dava as suas lições de inglês, metido lá para o seu canto, em expectativa, a ver se daquela baralhada toda, algum proveito nacional se podia tirar. Não pensava em conspirar nem em se meter na luta. Da última vez que lhe falei, antes de ir para Londres, o Couceiro disse-me que antes de ver a lei eleitoral não se resolvia a trabalhar politicamente; se a lei eleitoral fosse o que os republicanos tinham prometido, fosse uma lei que permitisse ao país pronunciar-se livremente, ele, então, esperaria que o país se definisse; senão, então romperia hostilidades contra a república» [Entrevista retrospectiva de Álvaro Pinheiro Chagas, in *O Nacional*, ano I, n.º 58, 21-04-1915, p. 1].

[364] Cf. «Proposta de Paiva Couceiro ao Governo Provisório», in Carlos Malheiro Dias, *O Estado Actual da Causa Monarchica*, Lisboa, Ed. de Autor, 1912, p. 90-91; D. José Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit.*, p. 186.

No final da entrevista, o antigo governador de Angola declarou que «desde esse momento por diante» terminava a complacência com que acatou a república[365], isto é, num gesto quixotesco típico do seu espírito de cavaleiro medieval deslocado, «anunciou que ia conspirar»[366]. No dia 18 de Abril, o conteúdo da sua entrevista foi vertido para forma escrita, tendo o cuidado de endossar uma cópia a Correia Barreto. A 20 desse mês, para evitar algum «ataque traiçoeiro» que lhe ameaçasse a vida e a insistentes «rogos» da família, partiu para Vigo, no sul da Galiza[367]. Mas não partiu sozinho. Secundou-o o velho amigo Freire de Andrade, antigo governador de Moçambique, enviado para uma diligência conciliatória, e o polícia Frederico Alves para lhe guardar movimentos e antecipar manobras. Para a Galiza partiu também uma horda de carbonários buliçosos no encalço dos exilados, espionando movimentações e confundindo a emigração[368].

A partida de Paiva Couceiro, anunciada com estrondo, não deixou o país indiferente, atendendo à sua estatura moral e à memória de África. Os republicanos, com António José de Almeida à cabeça, qualificavam-no de «traidor»[369]. Correia Barreto, muito célere, dava ao *Mundo* a sua versão da entrevista com o «paladino». Nos sectores mais conservadores protegia-se Couceiro destes ataques[370], iniciando-se então um processo de endeusamento que se prolongou até à sua morte, em 1944[371]. O padre Albino Júlio de Magalhães, futuro conspirador da monarquia, que foi depois apanhado a distribuir manifestos com origem na Galiza, descreveu aquilo que muitos julgavam ser uma fraqueza da república, o medo de Paiva

---

[365] Cf. MNE, AHD, 3P, A3, M716, nº 3, «Resposta às declarações do Snr. Correia Barreto, ex-ministro da guerra da república».

[366] Entrevista retrospectiva de Álvaro Pinheiro Chagas, in *O Nacional*, ano I, n.º 58, 21-04-1915, p. 1.

[367] D. José Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit.*, p. 186. Para Carlos Malheiro Dias [*Do Desafio à Debandada*, vol. 1, cit., pp. 124], «não faltavam fanáticos que se ofereceram para ir matar à Galiza o inimigo da Pátria».

[368] Cf. *Diário de Notícias*, n.º 16303, 03-04-1911, p. 1.

[369] Cf. Carlos Malheiro Dias, *Ob. cit. 124-126*.

[370] *Vida Nova*, n.º 371, 15-06-1911. Escrevia o padre Albino de Magalhães: «Não! Paiva Couceiro foi sempre um austero e incorruptível político, e um soldado que deu à pátria as mais inequívocas e as mais sabidas provas do seu amor e da sua desinteressada dedicação».

[371] Cf. António Pereira de Sousa, *No Julgamento de Couceiro (Discurso de defesa proferido no tribunal do 2.º distrito criminal desta cidade em 17 de Junho de 1912*, Porto, Edição do Autor, [s/d]. Leia-se ainda Francisco Manso Preto Cruz, *Paiva Couceiro - Biografia Política e o In Memoriam*, Lisboa, [s/n], 1946; Miguel Dias Santos, *Os Monárquicos e a República Nova*, Coimbra, Quarteto Editora, 2003, pp. 122-123; Vasco Pulido valente, *ob. cit.*, p. 87.

Couceiro: «Evidentemente, a república arreceia-se de Paiva Couceiro, tem medo de um só homem! Tal é o estado da sua fraqueza»[372].

A debandada de Couceiro para a Galiza teve repercussões negativas na conjura contra-revolucionária, alterando a natureza da estratégia global. Segundo testemunhos credíveis, o movimento de reacção tinha carácter interno e natureza militar, «única que podia vingar». A sua atitude «desviou o movimento para a fronteira» e o seu «prestígio militar, o seu romantismo sugestivo, o seu apostolado idealista atraíram as imaginações. Foi um grande mal»[373]. Álvaro Pinheiro Chagas afirmaria anos depois que o objectivo inicial de Couceiro era entrar em Portugal «de automóvel» e «dar o grito», em Chaves, para o que contava com o Norte revoltado. Só uma «confusão de ordens» teria empurrado os descontentes para a fronteira espanhola obrigando ao seu internamento e organização[374].

Não havia, portanto, pré-concebido, um plano que estabelecia a Galiza e a Espanha como refúgio territorial e epicentro contra-revolucionário. Como explicar então este fenómeno de emigração e consequente organização de colunas incursionistas?

Talvez valha a pena lembrar, num brevíssimo relato, que as incursões da Galiza não constituíam uma novidade na história da Península Ibérica. Após a outorga da Carta Constitucional por D. Pedro, em 1826, a reacção das forças absolutistas, afectas a D. Miguel, desencadeou uma primeira guerra civil, que envolveu a Espanha entre Novembro de 1826 e Março de 1827. Depois de alguns levantamentos militares, forças absolutistas comandadas pelo general Silveira, que era também marquês de Chaves, invadiram Trás-os-Montes na zona de Vinhais, a partir da Galiza, enquanto o

---

[372] *Vida Nova*, n.º 371, 15-06-1911.

[373] Carlos Malheiro Dias, *O Estado Actual da Causa Monarchica*, cit., p. 105.

[374] Entrevista retrospectiva de Álvaro Pinheiro Chagas, in *O Nacional*, ano I, n.º 58, 21-04-1915, p. 1. «Nem o Couceiro nem ninguém pensou nunca em fazer a Galiza, ou organizar incursões. O que tencionava fazer o Couceiro? Meter-se num automóvel, com oito pessoas, automóvel que para esse fim se comprou, e numa dada noite entrar em Portugal, aparecer, suponhamos, em Chaves, e dar o grito. Mas, por uma confusão de ordens, em vez de se irem chegando para o norte e espalhando pelas povoações onde o Couceiro entraria, e para ele encontrar logo ali um apoio seguro, que viria engrossando até chegar cá abaixo; por uma confusão de ordens, começou a aparecer gente na Galiza. Pensou-se em mandar essa gente regressar a Portugal, mas essa gente estava comprometida, denunciada, eram cadetes, eram antigos polícias, antigos municipais, ou pessoas que ao saírem das suas terras se haviam comprometido, e não se haviam de mandar cá para dentro, obrigá-los a sofrer a perseguição e a cadeia. Ficaram. Não cabiam num automóvel, e não chegavam para uma coluna. Mas enquanto se esperavam as armas, o Camacho foi denunciado em Chaves, teve que fugir para Espanha, e já isso alterava o plano».

visconde de Montalegre agitava Bragança e Almeida. A Sul, o brigadeiro Maggessi fazia o mesmo no Alentejo, incorporando nas suas forças combatentes voluntários e armamento fornecido pela Espanha. Entre Dezembro de 1826 e Janeiro de 1827, forças absolutistas voltaram a entrar no Minho e Beiras, alastrando rapidamente a várias regiões do país. O movimento absolutista e uma possível invasão espanhola acabariam por fracassar devido à enérgica acção das forças liberais e à chegada do exército inglês[375]. As similitudes do contexto histórico foram recordadas numa crónica da *Capital*, que aproveitou para criticar duramente o envolvimento espanhol, estabelecendo uma óbvia comparação entre 1826 e 1912[376].

Não sabemos se as forças realistas conheciam estes episódios históricos. A fuga para a Galiza tem sido entendida como natural, atendendo à proximidade sociológica entre o norte de Portugal e aquela província espanhola[377]. Por um lado, as tradições conservadoras das populações da Galiza, que viam na promulgação do divórcio a prova inequívoca do estado de «desordem moral» da república portuguesa[378]; por outro, o predomínio da religião e do caciquismo, que tal como em Portugal haveriam de cooperar activamente com a reacção monárquico-clerical[379]. Na Galiza, as relações dos emigrados com as autoridades locais, com os abades, os caciques e toda a aristocracia da região foram facilitadas pelo peso político do carlismo. No rescaldo do 5 de Outubro, D. João de Almeida viajou para S. Jean de Luz onde estabeleceu contacto com os apoiantes de Carlos V através de D. Tirzo

---

[375] Cf. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, «Portugal e a Instauração do Liberalismo», vol. IX, Lisboa, Editorial Presença, pp. 569-570. Já em Espanha, em 1875, depois da restauração do trono, com Afonso XII, os republicanos e carlistas foram forçados ao exílio em Portugal, França, Inglaterra, Norte de África e América do Sul. Em França organizaram-se campos de internamento para os lutadores carlistas, mas a sua situação foi sempre precária. Cf. Jordi Canal, «Republicanos y Carlistas contra el Estado», *Ayer*, n.º 13, Madrid, Mancial Pons, 1994, p. 59.

[376] Cf. *A Capital*, n.º 701, 11-07-1912, p.1.

[377] Cf. Sílvia Enrich Marcet, *Las Tentativas de Restauración Monárquica Portuguesa En Relación con España 1911-1912*, Salamanca, Caja Duero, 2004, p. 136; *A Capital*, ano 1, n.º 279, 13-04-1911, p. 1.

[378] Cf. *El Correo de Galicia*, ano IX, n.º 3003, 17-12-1910, p. 1.

[379] A análise de alguma imprensa da Galiza revela a proximidade ideológica daquela província espanhola com o Norte, no apoio à causa de D. Miguel e em defesa da Igreja Católica. Cf. *El Correo de Galicia*, ano IX, n.º 3003, 17-12-1910, p. 1. Silva Passos, jornalista da Capital enviado à Galiza, descreveu assim a cidade de Tui: «Mas num dos extremos da calle […] encontra-se, em cotovelo, a subida que vai dar à Catedral e é por aí acima que de todos os lados surgem os Santos Cristos e os rosários, numa espantosa *soie* de fanatismo capaz de enlouquecer o mais frio Voltaire. Junto do mercado de peixe, na mesma rua dos talhos, pré-históricos e nojentos, alastram-se as barracas de imagens e artigos de devoção. Frente a frente, em ar de feira medieval, as barraqueiras oferecem a quem passa todo o género de coisas santas inimaginável» [Cf. *A Capital*, ano 1, n.º 279, 13-04-1911, p. 1].

Olazabal. Outros apoiantes do legitimismo, como Francisco Sousa Chichorro e António Galrão, trilharam também os caminhos da emigração, contribuindo para o «sucesso» militar da reacção. Para desconforto de D. Manuel, o miguelismo teria papel activo na preparação da primeira incursão, fornecendo as primeiras armas do «exército» de Couceiro[380].

Durante meses, com início em Janeiro de 1911, essa província espanhola foi recebendo os descontentes com a república. Primeiro foram os titulares e capitalistas, numa debandada que deixou Lisboa descaracterizada, sem a «alta sociedade». Seguiram-se depois os oficiais demitidos ou desertores, os padres, os funcionários demitidos, ex-polícias e muitos aventureiros, uns para matar o ócio e outros apostados em fazer negócio. A transformação destes grupos numa força militar seria, aliás, tarefa muito árdua, e viria mesmo a revelar-se estéril do ponto de vista da contra-revolução.

Parece evidente que o «perigo monárquico» era, no dealbar de 1911, uma forma vaga de assumir que se conspirava contra a república. Antes de mais, o «perigo monárquico» constituiu então uma construção propagandística do radicalismo republicano para defesa do regime. Muitos carbonários, que o jornalista da *Capital*, Silva Passos, estimava como «bons e exagerados patriotas», enchiam as ruas de Lisboa de uma «atmosfera de medo e terríveis suspeitas»[381] porque estavam empenhados na «política do terror». Os enviados da imprensa portuguesa à Galiza não encontraram um ambiente de conspiração nem a atmosfera marcial que antecede o deflagrar de uma guerra civil. Pelo contrário. O repórter da *Capital* encontrou apenas um «inofensivo cenáculo» de conspiradores e um «soalheiro de coscuvilhice»[382]. Exceptuando os radicais, a república desvalorizava o «perigo monárquico», mofava dos conspiradores e apelidava sarcasticamente a contra-revolução de «Petisqueira», epíteto que tinha origem na alcunha de um padre angariador de Vila Nova de Cerveira, o «Petisco»[383]. Havia tamanho optimismo que o próprio António José de

---

[380] Cf. Manuel de Bethencourt e Galvão, *ob. cit.*, pp 170-172; Manuel Valente, *ob. cit.*, p. 162.

[381] Cf. *A Capital*, ano 1, n.º 279, 13-04-1911, p. 1.

[382] *Ibidem*.

[383] O *Petisco* convenceu um artilheiro reformado a colaborar no movimento realista. Este, depois de regressar de Tui, contou que lhe ofereceram cem mil réis para encravar as peças da bateria de Viana. O burlesco episódio estaria na origem do atributo de «Petisqueira». Cf.

Almeida terá afirmado que Couceiro «seria seguro pela gola do casaco pela primeira patrulha, ao ultrapassar a fronteira»[384].

Os meandros da reacção monárquico-clerical, no exílio, pareciam confirmar esta suspeita. O silêncio de D. Manuel dera ânimo aos correligionários de D. Miguel para sair de um estado de semi-obscuridade e desenvolver intensa actividade política. A propaganda ao legitimismo tinha no jornal *A Nação*, naturalmente poupado pela fúria republicana para aprofundar a divisão entre monárquicos, o seu instrumento mais adequado. Ao velho periódico juntavam-se agora os múltiplos panfletos que eram distribuídos em vários quartéis, como aconteceu na 2.ª divisão militar, com sede em Viseu. A estratégia dos legitimistas consistia em demonstrar a superioridade moral da instituição monárquica, atribuindo ao sistema constitucional todos os defeitos e todas as responsabilidades pela crise da nação. D. Miguel emergia na retórica tradicionalista como o messias salvador, exaltado pelo seu aguerrido séquito: «O Senhor Dom Miguel é hoje o único homem que pelas suas qualidades pessoais como Rei e como particular, pode suster o País na beira do precipício para que o atiram os erros das últimas administrações e actualmente, a anarquia republicana»[385]. J. Nunes de Freitas, criticando o sistema constitucional pela decadência de Portugal, afirmava no órgão legitimista que a restauração de D. Manuel não seria mais do que um «capricho» que nada contribuiria para a «grandeza de Portugal» nem para «o bem-estar» dos portugueses[386].

O perigo miguelista poderá ter motivado uma nova atitude em D. Manuel. Este recebia em Richmond, na mansão que lhe oferecera Jorge V[387], muitos emissários civis e eclesiásticos e do Brasil chegavam as subscrições financeiras que traziam o monarca exilado numa certa esperança no movimento restauracionista[388]. Empenhado então em «voltar a Portugal

---

Carlos Malheiro Dias, *Do Desafio à Debandada*, vol. II Cheque ao Rei, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1912, p. 27.

[384] *Ibidem*.

[385] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 2, pasta 2.

[386] *A Nação*, 64.º ano, n.º 15084, 21-03-1911, p.1.

[387] Segundo Gaspar de Abreu, o paço de Fulwell Park foi uma «generosa dávida de Jorge V». Cf. *ob. cit.*, p. 192.

[388] Eis a carta de Teixeira Gomes escrita em Londres, para João Chagas, datada de Maio de 1911: «Aqui, na família proscrita [...] há tempos que renasceram as esperanças, mas nos últimos dias essas esperanças converteram-se numa quase certeza de que o movimento a favor da restauração ia estalar. Têm vindo a Richmond muitos emissários sendo alguns eclesiásticos. Do Brasil chegaram listas com subscrições muito importantes, o que junto às quantias prometidas ou dadas por portugueses residentes na Europa, e pelos gerentes dos

d'alma e coração», D. Manuel incitava os seus fiéis a organizar em Portugal um «Directório para o partido monárquico, para poder dirigir o movimento, que se há-de dar» e, ao mesmo tempo, evitar dissídios e a divisão das forças realistas[389]. Para iniciar a dinâmica organizativa, D. Manuel instou com Luís de Magalhães para que contactasse as personalidades mais influentes do Porto, isto é, os capitalistas e comerciantes ligados às importantes associações nortenhas, como a «Associação comercial» e a «associação industrial». Tratava-se, portanto, de mobilizar as forças produtivas, a burguesia industrial e comercial, assim como os antigos caciques e notáveis, e atrai-los para um movimento restaurador.

A iniciativa encontrou a resistência de Luís de Magalhães que não julgava o momento oportuno para «mover mto os elementos políticos. O essencial no primeiro momento é a acção militar»[390]. O tão desejado directório não foi constituído e D. Manuel começava a ver contestada a sua estratégia política. Mas qual era então a táctica dos monárquicos para restaurar o trono?

Havia três vias estabelecidas pelos principais estrategas do movimento de reacção: a primeira era constituída pelo tradicional golpe ou pronunciamento, de natureza militar, estratégia que era defendida por Luís de Magalhães, o principal teórico do constitucionalismo monárquico deste período e um dos estrategas da restauração[391]; a segunda tinha em vista a execução de uma revolta popular, potenciando o seu descontentamento, mas era de difícil execução, atendendo à republicanização do sul do país, e tinha resultados imprevistos; a terceira era a revolução, combinando o elemento militar com o elemento civil, estratégia defendida por Paiva Couceiro[392].

Apesar das profundas diferenças estratégicas, parecia haver unanimidade quanto ao principal objectivo do movimento, fosse revolução,

---

fundos que pertencem a congregações religiosas, atingem um total reputado suficiente para tentar a arremetida» [*Correspondência I - Cartas para Políticos e Diplomatas* (colectânea, introdução e notas de Castelo Branco Chaves, pp. 30-31].

[389] BNP, ELM, doc. n.º 9413, carta de D. Manuel a Luís de Magalhães, sem data.

[390] BNP, ELM, doc. n.º 12052, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, sem data [Abril de 1911?].

[391] Foi da sua responsabilidade o projecto de restauração elaborado em 1912 e que seria aplicado depois em 1919, durante a efémera Monarquia do Norte. Leia-se o projecto em Luís de Magalhães, *Perante o Tribunal e a Nação. A Monarquia do Norte e o Julgamento da Junta Governativa do Reino*, Coimbra, Coimbra Editora, 1925, pp. 206-223.

[392] As estratégias foram então analisadas por Carlos Malheiro Dias, *Do Desafio à Debandada. I O Pesadelo*, *cit*., pp. 92-103.

revolta ou simples pronunciamento: devia culminar na organização de um governo militar. Quanto às suas competências, persistiam duas teses antagónicas, reflectindo uma cisão óbvia entre os manuelistas assumidos e aqueles que seguiam Paiva Couceiro no seu projecto plebiscitário. Para Luís de Magalhães, o governo militar restaurava a ordem, convocava as câmaras legislativas e restaurava a monarquia constitucional na pessoa de D. Manuel[393]. Para Paiva Couceiro, para além de restaurar a ordem e a autoridade, o governo militar entregava ao povo soberano a decisão de escolher entre a monarquia e a república, recorrendo ao expediente de «eleições livres e leais»[394].

Esta divergência de Couceiro com D. Manuel e com o constitucionalismo monárquico haveria de assumir contornos mais dramáticos. Por agora achava-se plasmada no panfletarismo contra-revolucionário desse Verão de 1911, confirmando as antinomias estratégicas entre o movimento da Galiza e a conspiração interna. A propaganda da Galiza, obedecendo ao projecto de neutralidade de Paiva Couceiro, não fazia referências explícitas à restauração do trono, apesar da retórica em torno da bandeira azul e branca. Nas matas de Vinhais, a coluna couceirista tinha como estandarte uma bandeira azul e branca sem coroa. Já os panfletos produzidos pelo movimento interno evocavam a «causa monárquica» e faziam a apologia da restauração: «está pois em marcha a revolução monárquica»[395]. Eram os primeiros sintomas de uma divisão que se acentuará durante os anos vindouros, contribuindo para a fraqueza do movimento monárquico em Portugal. Muitos não entendiam a obsessão plebiscitária de Couceiro, que foi forçado a esclarecer o significado desta opção política[396].

A leitura de um desses documentos revela que o projecto plebiscitário não resultava de nenhuma excentricidade mas estava de acordo com o que Couceiro defendera no final da monarquia, quando estabeleceu o projecto de

---

[393] BN, ACNC, ELM, doc. n.º 12052, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, sem data [de Abril de 1911?].

[394] No seu «Manifesto ao povo português», de Outubro de 1911, afirmava Couceiro: «Sendo o nosso objectivo imediato o fazer cessar o estado revolucionário do País, estas medidas significam, em tal sentido, o primeiro passo, e logo, no mais curto intervalo de tempo, o segundo se lhe deve seguir, representado por umas Eleições livres e leais. E, consecutivamente, escolha do Regime, Constituição e Magistrado Superior» [in Carlos Malheiro Dias, *O Estado Actual da causa Monárquica, cit.,* pp. 99].

[395] MI, DGAPC, 1.ª Rep., caixa 3, maço 215, doc. n.º 15, panfleto intitulado «O Dia da Revolução».

[396] MNE, AHD, 3P, A3, M716, carta dactilografada de Paiva Couceiro a Satúrio Pires, de 24 de Agosto de 1911.

uma «ditadura plebiscitária» que reformaria a vida política nacional. Não sabemos qual o verdadeiro significado dessa «ditadura plebiscitária». Sabemos, porém, que a finalidade do movimento neutro consistia, afinal, em restaurar «D. Manuel bem rodeado», sem os políticos e conselheiros do rotativismo. Crente que o sentimento do povo estava «cristalizado nos antecedentes, e rebelde a inovações vermelhas», Couceiro vislumbrava no movimento neutro a fórmula eficaz para fazer da restauração um movimento nacional. Aclamado o rei por «um movimento de opinião», plano que fora sugerido por Canovas para restaurar Afonso XII em Espanha[397], a realeza obteria da consagração popular a legitimidade necessária para governar o país.

O «Comandante» afirmava então que «o Povo é a origem de toda a soberania. Por conseguinte ninguém tem o direito de lhe impor Soberanos com armas na mão». O plebiscito constituía o único processo que impedia a continuação do «estado revolucionário», pois conferia legitimidade natural ao «indivíduo», fosse o monarca ou o cidadão republicano[398]. Na verdade, o monarquismo de Paiva Couceiro, que evoluirá para formas mais conservadoras e elitistas, radicava numa profunda crença quanto à vocação da realeza, enquanto tradição, para reatar os «destinos históricos da nação». O seu combate será sempre em nome deste princípio tradicionalista e menos por simpatia com as casas reinantes[399].

As movimentações da reacção aumentaram de intensidade, agravando o clima de tensão e ódio, através da circulação de novos panfletos contra-revolucionários que proclamavam o óbito político do regime: «A república está morta. Morreu no dia em que perseguiu a *magistratura, a imprensa e a religião.* Morta a república, falta apenas fazer-lhe o enterro: é preciso que vá em caixão de chumbo, bem calcado do exorcismo da cal purificadora, e atirá-la para a carreta dos enterros civis. Logo que o caixão de chumbo esteja pronto, a república descerá ao túmulo. Assim o quer o Povo

---

[397] Raymond Carr, *ob. cit.*, p. 22. Não o permitiram os generais que restauraram a coroa através de uma revolta militar dirigida por Martinez Campos.

[398] MNE, AHD, 3P, A3, M716, carta dactilografada de Paiva Couceiro a Satúrio Pires, de 24 de Agosto de 1911.

[399] Cf. Henrique de Paiva Couceiro, *A Democracia Nacional*, Coimbra, Edição de Autor, 1917, p. 92. Em 1929 dirá ainda Paiva Couceiro: «Não mudo. Hoje, como ontem, e como sempre, não sirvo pessoas. Sirvo a minha Pátria. Deus, e a Pátria. Quanto ao rei, só, e apenas, enquanto ele se identificar com o interesse nacional. Quando em minha consciência entenda que não se identifica, corto-o. Mas não faço outro. As cortes gerais que o façam», [BNP, ELM, doc. n.º 728, Carta de Paiva Couceiro a Luís de Magalhães, 19-01-1929].

Português, assim o ordena a consciência colectiva»[400]. O panfletarismo reaccionário expelia ameaças que o governo provisório e os republicanos radicais levaram a sério, numa época em que o «perigo monárquico» era algo mais do que uma elaborada maquinação dos radicais. Foi para enfrentar esse «perigo monárquico» que se desencadeou uma série de mecanismos nesse Verão de 1911.

A partir de Maio era já visível o recrudescimento de diferentes tramas conspirativas. Parece existir uma relação directa entre este fenómeno e os preparativos para as eleições constituintes, que o ministério do interior convocou para 28 de Maio. É forçoso reconhecer que a intensidade da contra-revolução foi proporcional aos progressos político-institucionais no sentido de aprofundar a legalidade e a legitimidade da república. Se até então o conflito religioso estava no centro de todo o processo de contestação, o processo eleitoral criou um novo foco de tensão e controvérsia, aprofundando a clivagem político-social já então irreversível. A retórica da reacção acusava o governo provisório de confeccionar os deputados republicanos e atentar contra os princípios da democracia. Como se sabe, a lei de 14 de Março determinara a eleição de 226 deputados e, destes, 91 foram efectivamente nomeados, na medida em que se dispensava a realização de eleições nos círculos onde não se apresentassem candidaturas da oposição.

Da Galiza, Paiva Couceiro explorava as contradições ideológicas do campo republicano, afirmando que «os paladinos do liberalismo são esses que legalizam regimes com os votos da fuzilaria, e sujeitam o sufrágio universal aos mandatos imperativos da ditadura»[401]. Os panfletários exprobraram o acto eleitoral em textos inflamados, em que acusavam os republicanos de operarem sob o signo da repressão e da «autocracia do Directório Republicano», acabando por proclamar enfaticamente a eleição como acto «írrito e nulo»[402]. Por essa altura, Couceiro dirigiu-se ao exército em correspondência secreta que fez entregar a muitos oficiais, apelando

---

[400] MI, DGAPC, 1.ª Rep., caixa 3, maço 215, doc. n.º 15, panfleto intitulado «O Dia da Revolução».

[401] Henrique Paiva Couceiro, «Aclarações à proposta apresentada ao Governo Provisório», 6-05-1911, in Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, pp. 92-93.

[402] *Ibidem*, pp. 94-95, manifesto de 31 de Maio de 1911.

para a sua «consciência» e o seu «patriotismo» para intervir e determinar o futuro da nação[403].

Foi neste clima de tensão político-eleitoral que se agravou o conflito entre republicanos e os sectores monárquico-clericais. À medida que aumentavam os boatos de contra-revolução monárquica, intensificava-se a vigilância, a violência e a repressão protagonizada pelos carbonários e outros grupos de civis. O boato tomou conta da sociedade portuguesa, revelando graves consequências sociais e até económicas[404], que o governo foi obrigado a reprimir e a punir com pena de prisão[405]. Muitos cidadãos incautos foram encarcerados por espalharem boatos ou apenas por motivos fúteis e enganos absurdos[406], muitas vezes por acção directa de grupos de carbonários, que denunciavam e prendiam de forma arbitrária e ilegal[407].

Durante este período aumentou também a emigração, não só nas classes abastadas mas também entre os mais pobres do mundo rural. A maioria da emigração popular tinha como destino a América do Sul, para onde embarcava a partir de portos espanhóis, devido às condições de pobreza e miséria que se agravaram neste período. A estas razões pode acrescentar-se a reforma do exército que obrigou a um alargamento da base

---

[403] *Ibidem*, pp. 93-94, manifesto de Junho de 1911.

[404] Sobre o assunto afirmava o *Diário de* Notícias: «**Assunto do dia - O boato alarmante**. Vai finalmente diminuindo de intensidade, depois de se ter constituído numa verdadeira epidemia. Bicho incógnito a Lineu, o boato alarmante nasce de geração espontânea na atmosfera abrasada da revolução; contaminou os cérebros doentios; criou um ambiente de terror; e nesse ambiente surgiram logo os pescadores de águas turvas, para cem fins especiais, nem sempre políticos; mas de interesse material, pessoal muitas vezes. E não viram ou não quiseram ver todo o mal que isto representava para o país. E se muitos criavam, avolumavam, propagavam o boato com o fim de desacreditar as novas instituições, outros, na grande maioria, faziam-no por inconsciência, por contágio, por imitação, por snobismo, por tagarelice, por ociosidade. E entre os boateiros desta última especialidade avultava o sexo feminino, que principalmente nas cidades, criou, em certas classes o hábito da rua, da convivência fútil, da bavardage ociosa. O que se chegou a inventar era verdadeiramente fantástico e parecia ter o especial condão de ser tanto mais acreditado quanto mais inverosímil era. Chegou-se ao ponto de darem a pairar nas nossas costas, sob o comando de um oficial da marinha portuguesa, dois couraçados - naturalmente comprados por esse marinheiro nalgum ferro velho internacional, e de se anunciar como dia de gala real no paço das Carrancas do Porto o dia de Páscoa, há pouco volvido. O resultado foi a emigração de muitas famílias para a província e para o estrangeiro; o êxodo dos capitais, o retraimento do comércio, a crise de trabalho, o anseio e o mal estar da família, todo o cortejo de males inerentes às epidemias de terror, tão funestos como qualquer outra epidemia real, e não, como esta, gerada apenas no exagerado receio, de modo nenhum justificado pela realidade das circunstâncias e dos factos» [n.º 16339, 9-05-1911, p. 1].

[405] Em 20 de Maio, o governador civil de Lisboa, Eusébio Leão tornaou público um edital contra o boato que, para sossegar os espíritos, declarava a sua repressão.

[406] Em Julho de 1911, só no Porto havia 48 pessoas presas por propagar boatos contra o regime. Cf. IAN/TT, MI, DGAPC, maço 34.

[407] Cf. IAN/TT, MI, DGAPC, maço 32, n.º 228; *Diário de Notícias*, n.º 16358, 28-05-1911, p.1.

de recrutamento, provocando um aumento considerável do número de deserções, em especial nas províncias do Norte. Alguns dos que emigraram ou desertaram acabaram por se juntar aos conspiradores monárquicos da Galiza[408]. Até Outubro de 1911, a emigração para Espanha não cessou de crescer, especialmente nos distritos fronteiriços do Norte, obrigando as autoridades a medidas especiais para evitar esta sangria populacional[409].

Havia uma atmosfera de perturbação constante na sociedade portuguesa, fomentando actos de rebelião que açulavam as perseguições e a acção repressora dos radicais. O «perigo monárquico» decorrente das tensões político-ideológicas e sociais deste período tem sido algo menosprezado, vislumbrando-se nas conspirações e *complots* anunciadas pela imprensa meras «invenções» da república para legitimar a violência repressiva[410]. Esta interpretação, que tem como pressuposto a fraqueza real da Galiza mas omite o movimento interno, não é confirmada pela documentação de arquivo. Com efeito, depois do famoso *complot* de Lamego[411], e até esse Verão, foram detectadas conspirações em Viseu[412], Aveiro[413], Coimbra[414], Guarda[415], Castelo Branco, Porto[416] e Lisboa. O espírito anti-republicano de alguns regimentos da província era favorável a conjuras

---

[408] Douglas L. Wheeler, *ob. cit.*, p. 83; IAN/TT, MI, DGAPC, maço 33, Relatório da Polícia Especial de Repressão da Emigração Clandestina, fl. 395.

[409] Entre Maio e Outubro foram concedidos os seguintes passaportes: Braga: 1281; Bragança: 1414; Vila Real: 1481. Total: 4176 passaportes. Cf. *Ibidem*, maço 35, nº 829, fl. 2. Douglas L. Wheeler indica as estatísticas de emigração, que não inclui a emigração clandestina: 1910 – 39 502; 1911 – 59 652; 1912 – 88 920; 1913 – 77 663. Entre 1910 e 1913 emigraram oficialmente 265 737 portugueses.

[410] Vasco Pulido Valente escreveu mesmo que o governo provisório «inventava constantemente conspirações». Cf. *Um Herói Português. Henrique de Paiva Couceiro (1861-1944)*, Lisboa, Aletheia, 2006, p. 85.

[411] O *complot* de Lamego, surpreendido numa fase embrionária, em Março de 1911, congregava o clero com alguns oficiais, um sargento e vários cabos do regimento de infantaria 9. Era chefe da conspiração o major reformado Francisco de Paula Ribeiro Vieira de Castro. Os aliciadores usavam o descontentamento religioso para aliciar sargentos e oficiais. Cf. AHM, 1.ª divisão, 33.ª secção, caixa 2, pastas 5 e 6.

[412] Conjura de dezenas de militares e civis que teve lugar em Abril e que obrigou as autoridades a cuidada vigilância de «edifícios, estradas e pessoas», sendo muitas ouvidas pelas autoridades. Cf. AHM, 1.ª divisão, 33.ª secção, caixa 2, pastas 7 e 9.

[413] Na região de Aveiro predominavam o conde de Águeda, o visconde de Bustos, os drs. António Homem de Melo Macedo, Óscar Aguiar e Alberto António Henriques e vários clérigos. Cf. IAN/TT, DGAPC, maço 32, n.º 310; Miguel Dias Santos, *Arlindo Vicente e o Estado Novo. História, cultura e política*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006, pp. 26-27.

[414] Em Coimbra foram presas 30 pessoas, pela polícia e carbonária, incluindo professores, estudantes, membros do clero e negociantes, «quase todos pertencentes ao partido franquista». A suposta conspiração, que teria ramificações em Figueira da Foz, incluía o professor e historiador Fortunato de Almeida, o futuro conspirador monárquico Costa Alemão e vários polícias. Cf. *Diário de Notícias*, n.º 16349, 19-05-1911, p. 1.

[415] Cf. AHM, 1.ª divisão, 33.ª secção, caixa 2, pasta 3.

[416] Cf. IAN/TT, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maço 215; Alberto Cardoso Martins de Meneses Macedo (Margaride), [folheto sem título], [s/l], [s/n], 1928, pp. 4-5.

armadas, como acontecia no Norte, em Braga, Chaves e Bragança, onde as «tradições conservadoras e religiosas» explicam o fermento do dissídio, de indisciplina militar e das muitas deserções[417]. Em Chaves, os regimentos de cavalaria 6 e infantaria 9 «não oferecem garantias de absoluta confiança» às autoridades militares. Entre 3 e 7 de Agosto terão desertado para a Galiza 24 soldados e 1 cabo, instigados pelas mães, que lhes prometiam melhor soldo, rancho melhorado, exortando os filhos a que as «ajudem a salvar a religião que a República, segundo dizem, quer roubar e para restabelecer a monarquia»[418]. Na fronteira, civis e militares, ex-polícias e ex-oficiais, aliciavam homens para o exército da Galiza, oferecendo quantias em dinheiro[419]. Em Bragança registou-se a prisão de vários civis e militares, numa região em que avultavam os oficiais realistas Adriano Madureira Beça e o sobrinho Augusto Madureira Beça, e onde o padre e o cacique criavam uma atmosfera alarmante de boatos e intrigas. Bragança constituía o exemplo paradigmático da realidade sociológica de província, sensível ao poder das elites e da sua capacidade de manobrar os espíritos. Era o ambiente propício para desenvolver qualquer trama conspirativa e por isso as autoridades militares consideravam a região «um foco de conspiradores mais ou menos latentes»[420].

Em Junho, a imprensa dava conta da descoberta de um vasto plano contra-revolucionário no Algarve, com ligações à Capital, e que era chefiado pelo tenente Alberto Soares, oficial que a «canalha republicana» assassinou em Julho de 1912. As referências ao processo de aliciamento de soldados para a Galiza e os meios de pagamento envolvidos, identificados por Álvaro Pinheiro Chagas, tesoureiro da emigração, mostram que a conjura era verdadeira e o perigo para a república era bem real[421].

Mas Lisboa era uma cidade onde a república se encontrava consolidava, suportada pelos sectores mais radicais do republicanismo e da carbonária. Era por isso no Porto que se concentravam as movimentações

---

[417] Hipólito de la Torre Gomez e A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 84, 443-446. Veja-se a correspondência militar dos jovens turcos em Francisco Ribeiro da Silva [introd. e notas], *Coronel Hélder Ribeiro. Correspondência recebida (1902-1931)*, Porto, Universidade Portucalense e Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, 1997, pp. 79-80.

[418] *Ibidem*, p. 105.

[419] Na região das Beiras o aliciamento era feito a partir de Cidade Rodrigo, onde se oferecia 10 mil réis diários e se afirmava contar já o exército realista com 600 homens. Cf. AHM, 1.ª divisão, 33.ª secção, caixa 2, pasta 3.

[420] Cf. AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 5, pasta 4.

[421] *Diário de Notícias,* n.º 16380, 19-06-1911.

conspiratórias, pois a guarnição da cidade era reconhecida por não ter «um grande culto pela República»[422]. O conde de Penela, antes de sair para a Galiza, dirigiu-se ao Porto com uma carta de Paiva Couceiro destinada a Alberto Margaride, oficial que será governador civil do Porto durante o consulado sidonista, em 1918, pedindo «auxílio para um movimento monárquico iniciado no País»[423]. Este pôs o emissário de Couceiro em contacto com o general Pimenta de Castro, que era nessa altura comandante da 3.ª divisão militar, e já então visto como «perigoso para a república»[424]. O general, que veio a ser acusado de conivência com os emigrados, enquanto ministro da guerra do primeiro governo constitucional republicano, chefiado por João Chagas, teria concordado com um certo «desnorteamento» da república. Segundo Margaride, Pimenta de Castro terá afirmado que se o regime não modificasse o caminho trilhado, que ele justificava com o prolongamento do período revolucionário, «então teria de pensar na melhor forma de salvar o País»[425].

O depoimento de Alberto Margaride é ilustrativo da desconfiança precoce de Pimenta de Castro sobre a marcha da república, atitude que reflectia talvez a animosidade que aos poucos se foi apoderando da maioria da oficialidade. Por outro lado, o seu testemunho denuncia a existência, na região do Porto, de um acentuado descontentamento militar, envolvendo oficiais que aliciavam sargentos para um movimento contra-revolucionário[426]. Muita desta actividade conspirativa era consequente, como prova o aumento de contrabando de material de guerra. Em Ponte da Barca, o governador civil de Viana do Castelo apreendeu 55 pistolas automáticas, 4

---

[422] Cf. Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit.*, p. 116, carta do tenente Manuel Luís dos Santos a Sá Cardoso.

[423] Alberto Cardoso Martins de Meneses Macedo (Margaride), [Folheto sem título], 1928, p. 4.

[424] Cf. Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit.*, p. 120, carta do tenente Manuel Luís dos Santos a Sá Cardoso, datada de Abril de 1911.

[425] Alberto Cardoso Martins de Meneses Macedo (Margaride), [Folheto sem título], 1928, p. 4.

[426] «Pouco depois um conhecido oficial do Estado Maior, que ainda há pouco desempenhou um cargo da maior confiança no partido democrático, corria as várias terras do país pedindo a oficiais e sargentos auxílio para um movimento monárquico que seria, dentro do País, comandado por um distinto oficial superior que também ainda há pouco alguns cargos de categoria desempenhou, e ao mesmo tempo entraria pela fronteira Paiva couceiro com numerosas forças armadas. Ele era o chefe de estado-maior das forças revolucionárias do País, e à presença do tal oficial superior, que estava escondido numa casa do Porto, levou grande número de oficiais e sargentos. Couceiro entrou em Portugal confiado na gente que se comprometera a auxiliá-lo cá dentro. Raros cumpriam a sua palavra, e até alguns por medo o combateram» [*Ibidem*, pp. 4-5].

carabinas, 38 cartuchos para carabinas e 400 cartuchos para pistola[427]. No mar cantábrico foi por essa altura apreendido um barco alemão de nome «Gemma», carregado de armamento para os conspiradores da Galiza[428]. Todas estas movimentações davam a impressão de que o movimento contra-revolucionário devia eclodir entre Junho e Julho, facto corroborado por alguns aliciados na fronteira[429].

O ambiente era pois de Guerra Civil e as autoridades reagiram a uma ameaça que, não sendo sufocada, poderia colocar em perigo o regime. Mandaram-se por isso vigiar as fronteiras para evitar a incursão de «bandos armados», o recrutamento de homens para a Galiza e a «introdução de armas no país»[430]. O «perigo monárquico» obrigava as autoridades a adoptar medidas extraordinárias, como a mobilização militar de Junho e Julho de 1911, decidida por Correia Barreto. Nos dois meses foram convocadas pelo Ministério da Guerra dez mil reservistas das sete divisões do exército. Não se tratava apenas de preparar as forças armadas para um perigo iminente, mas igualmente de verificar a sua dedicação ao regime republicano[431]. Tal objectivo estava por isso em contradição com as afirmações do Governo Provisório, segundo as quais o exército se encontrava inequivocamente ao lado da nova ordem política[432]. As medidas militares incluíram o reforço das divisões militares de Braga, Vila Real e Lamego, acrescidas da mobilização de algumas forças navais para vigiar a costa e evitar um qualquer ataque marítimo[433].

A mobilização das forças governamentais teve ecos imediatos na Galiza. Sem outros meios para além da propaganda, a emigração distribui pelas populações nova remessa de panfletos, com os quais almejava indispor as famílias contra esta operação militar que retirava «milhares de braços produtores» aos campos. O panfleto servia igualmente para refutar as acusações que então inundaram a imprensa, como aquela que afirmava que

---

[427] *Diário de Notícias*, n.º 16382, 21-06-1911, p. 1.

[428] O barco alemão foi apreendido devido à espionagem republicana portuguesa e espanhola e continha 144 caixas com 4 mil armas, 8 peças de artilharia Krupp e 1 milhão de cartuchos. Cf. Abílio Maia, *ob. cit.*, 110 e ss.

[429] Cf. AHM, 1.ª divisão, 33.ª secção, caixa 2, pasta 3; veja-se, ainda, Hipólito de La Torre Gomez, *ob. cit.*, p. 97.

[430] Cf. AHM, 1.ª divisão, 33.ª secção, caixa 2, pasta 3.

[431] Veja-se a declaração de Bernardino Machado no *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, 14-07-1911.

[432] *Ibidem*, 03-07-1911, p. 23.

[433] Hipólito de La Torre Gomez, *Conspiração contra Portugal 1910-1912*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, p. 63.

em Espanha se preparava uma invasão estrangeira: «A república FALTA À VERDADE dizendo que esses Portugueses se fazem acompanhar de Espanhóis assalariados»[434].

Entretanto, a assembleia nacional constituinte, que reuniu pela primeira vez em 19 de Junho, dedicou parte dos trabalhos parlamentares a analisar o «perigo monárquico». A acção contra-revolucionária seria abordada pelo deputado Alfredo de Magalhães, em sessão de 23 de Junho. O tribuno republicano referiu a existência de um movimento subversivo que se encontrava munido de armas de guerra e munições devido a acções de contrabando. Relatou ainda a existência de comandos monárquicos na zona de fronteira para terminar em tom de verdadeira indignação: «Não pode ser assim. É necessário que tenhamos uma confiança cega nas tropas que guarnecem a fronteira, porque o inimigo tem a suficiente força para determinar, no norte do país, uma agitação que, explorando a ignorância do povo e da região, poderá criar os mais sérios embaraços ao governo da República»[435].

Na resposta, Teófilo Braga reconheceu que a «reacção natural» vinha do «capitalismo», do «militarismo» e do «clericalismo». Mas de todas, o «clericalismo jesuítico» era aquele que maior preocupação levantava e a república devia preparar-se para ele[436]. Já Correia Barreto, titular da pasta da guerra, analisou as providências tomadas para vigiar a fronteira, com forças do exército e da marinha. Abordou também a questão dos oficiais monárquicos para referir que era «muito perigoso dar-se um oficial como suspeito sem para isso ter provas irrecusáveis». Em face da dificuldade, Correia Barreto transferia os oficiais duvidosos para o Estado-Maior[437].

Na assembleia constituinte, o Governo Provisório, pela voz de António José de Almeida, ministro do interior, desvalorizou o perigo da Galiza, mostrando que as instituições estavam preparadas para receber o «traidor» Paiva Couceiro e as suas forças, «quer se apresentem para uma guerra regular, quer de guerrilha ou de montanhas». Informou ainda a câmara que em Chaves se encontrava Luz de Almeida, o chefe da Carbonária, à frente

---

[434] IAN/TT, MI, DGAPC, 1.ª repartição, caixa 3, maço 215, doc. n.º 15.
[435] *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, 28-06-1911, p. 4.
[436] *Ibidem*, p. 5.
[437] *Ibidem*, p. 6.

duma «comissão de vigilância e fiscalização»[438]. Era um nome pomposo para os cerca de dois mil carbonários que seguiram para a fronteira do Norte, investidos da missão de vigilância e repressão dos agentes contra-revolucionários, dentro e fora de Portugal[439]. O governo, através da câmara, enviava ao país e ao estrangeiro sinais de estabilidade e confiança, no momento em que a constituinte se preparava para eleger o presidente da república e entrar numa nova era de legalidade constitucional. Este era, porém, um sossego ilusório, como prova a discussão, na própria assembleia constituinte, de um projecto de lei que permitia julgar e condenar os conspiradores, sob proposta de Álvaro de Castro[440]. A existência de um tribunal de excepção repugnou aos espíritos mais conservadores, como António Granjo, mas era defendido pelos mais radicais como indispensável à defesa da república[441].

2. Do 29 de Setembro à I Incursão

A evolução política e institucional da república, a caminho da sua legitimidade constitucional, acabaria por açodar o movimento contra-revolucionário. A aprovação da constituição republicana, em 21 de Agosto, e a eleição do presidente da república, Manuel de Arriaga, a 24, contribuíram para a consolidação da república e exasperavam os monárquicos. O fim do período ditatorial, não só conferia legitimidade à república como abria as portas ao seu reconhecimento internacional. A república tinha sido oficialmente reconhecida por repúblicas da América do Sul, como a Argentina e o Brasil, em 22 de Outubro de 1910. Já os EUA e depois a Inglaterra faziam depender o reconhecimento oficial depois de eleita uma assembleia constituinte. Mas se os EUA reconheceram o regime em 11 de Maio de 1911, as potências europeias, lideradas pela Inglaterra, só oficializaram esse reconhecimento depois de aprovada a constituição: a

[438] *Ibidem*, 30-06-1911, p. 8.
[439] Cf. Hipólito de La Torre Gomez, *ob. cit.*, p. 63.
[440] *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, sessão de 21-06-1911, p. 7.
[441] *Ibidem*, 14-07-1911; 21-07-1911.

França em 25 de Agosto, a Espanha, a Grã-Bretanha, a Alemanha e Áustria em 11 de Setembro[442].

A presença de D. Manuel em Inglaterra, onde era muito considerado junto da corte inglesa e de alguns políticos, como o próprio Churchill, terá influído na resistência deste país para um reconhecimento do regime republicano[443]. Em Londres havia quem pensasse que a entrada de Couceiro poderia atrasar o reconhecimento do regime[444]. Exasperado, D. Manuel lamentava que o reconhecimento oficial da Inglaterra e da Espanha coincidissem com os avanços contra-revolucionários. Para o rei exilado, a diplomacia era «mais uma complicação, sobretudo por causa da Espanha. Reconhecer uma república anárquica no momento em que está talvez a rebentar uma revolução!!»[445].

Apesar do reconhecimento internacional, em alguns países havia quem coadjuvasse os esforços realistas para repor o trono em Portugal. João Chagas, então em Paris, soube pelo ministro do interior francês que se «projectava um grande empréstimo, garantido por 'três testas coroadas', para derrubar a República portuguesa». Chagas procurou aprofundar a informação, mas soube apenas que as reuniões tinham decorrido em Munique, no palácio do príncipe regente da Baviera. As «três testas coroadas» seriam a Alemanha, a Áustria e a Espanha[446]. Em Londres, Manuel Teixeira Gomes dava conta de grandes movimentações e das relações de proximidade entre Soveral e a família real[447].

A relação diplomática entre a Espanha e a república portuguesa ficará marcada pelas desconfianças de ambas as partes. Aparentemente, a Espanha via com maus olhos a existência, junto da sua fronteira, de um

---

[442] Cf. Douglas L. Wheeler, *História Política de Portugal 1910-1926*, Lisboa, Publicações Europa-América, p. 80. Sobre este assunto leia-se, também, Soares Martinez, *A República Portuguesa e as Relações Internacionais*, Lisboa, Verbo, 2001, pp. 46 e ss.

[443] Cf. John Vicent-Smith, *As Relações Políticas Luso-Britânicas 1910-1916*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, p. 47; D. José Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit.*, p. 203.

[444] Manuel Teixeira Gomes, *Correspondência I - Cartas para Políticos e Diplomatas* (colectânea, introdução e notas de Castelo Branco Chaves), Lisboa, Portugália Editora, 1960, carta a João Chagas, de 07-09-1911, p. 61.

[445] D. José Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit.*, p. 203.

[446] Cf. Noémia Malva Novais, *João Chagas. A Diplomacia e a Guerra (1914-1918)*, Coimbra, Edições Minerva, 2006, p. 38.

[447] «No Hotel onde estão os Chagas está também o D. João de Almeida e outros, e vai ali com frequência o padre Cabral. [...] Mando-lhe uma fotografia, e uma gravura do Daily Grafic, por onde você poderá ver a intimidade com que o Soveral vive ainda com a família real inglesa - Alguns jornais já dão hoje a notícia de um raid do Couceiro até Chaves. [...] os Chagas e outros partiram a noite passada para Paris, do que acabo de dar comunicação oficial» [Manuel Teixeira Gomes, *ob. cit.*, p. 62].

regime radical que dava alento aos republicanos espanhóis. Isso explica a protecção que o governo de Madrid concedeu aos emigrados da Galiza[448]. O seu ministro em Lisboa, marquês de Villalobar, desempenhou um papel crucial na contra-revolução monárquica. Sabemos já, de acordo com o testemunho de Gonçalo Pimenta de Castro, que foi na sua embaixada que se forjou a «primeira conspirata» monárquica. As informações que enviava para Madrid faziam acreditar ao governo de Canalejas que o descontentamento nacional era grande, tanto nos meios militares como entre a população do norte do país. Em Abril de 1911, oficiava para Madrid que a «restauração estava para breve», e por isso conviria não «comprometer a monarquia espanhola», advogando uma política que fosse distraindo o Governo Provisório[449].

Na verdade, havia em Espanha duas posições distintas face ao regime recém instalado em Portugal. Afonso XIII mantinha contactos estreitos com a família real portuguesa, tanto que D. Manuel intercedeu junto do monarca espanhol para que interviesse na recuperação das propriedades familiares dos Braganças[450]. Na corte havia quem se solidarizasse com a causa real de D. Manuel, e no Verão de 1911 corria em Madrid que Garcia Prieto, ministro de Estado, tinha favorecido a introdução de armas em Portugal por «expresso desejo do monarca»[451]. Já o chefe de governo, José Canalejas, era contrário a uma intervenção restauracionista de Espanha e mesmo a qualquer apoio aos emigrados.

É certo que, em Janeiro, Canalejas informou o embaixador inglês que a anarquia reinante em Portugal poderia dar azo a uma intervenção espanhola, mas nunca sem o conhecimento dos britânicos. Estes, como seria de esperar, desaconselharam o gesto[452]. Isto apesar de haver em Londres uma desconfiança muito grande para com a república portuguesa, especialmente sensível ao radicalismo anticlerical de Lisboa[453]. Mas a Galiza

---

[448] Sobre a relação de Portugal com a Espanha durante este período, veja-se, Hipólito de La Torre Gómez, *Conspiração contra Portugal (1910-1912)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1912; Sílvia Enrich Marcet, *Las Tentativas de Restauración Monárquica Portuguesa en Relación com España (1911-1912)*, Salamanca, Caja Duero, 2004; Soares Martínez, *A República Portuguesa e as Relações Internacionais [1910-1926]*, Lisboa, Verbo, 2001.

[449] Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit.*, pp. 53-54.

[450] Javier Tusell e Genoveva G. Queipo de Lliano, *Alfonso XIII El rey polémico*, 2.ª ed., Madrid, Taurus, 2002, p. 217.

[451] *Ibidem*, p. 221.

[452] *Ibidem*, p. 219.

[453] Cf. Jonh Vicent-Smith, *ob. cit.*, pp. 46-47; Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit.*, p. 58.

conservadora parecia sensível à causa da monarquia lusa, para além dos lucros obtidos com a alimentação e alojamento dos conspiradores[454]. As autoridades provinciais, apesar das orientações de Madrid, tudo fizeram para auxiliar os emigrados portugueses[455].

As autoridades republicanas protestaram desde o início contra a concentração de emigrados na Galiza, por intervenção de Bernardino Machado, ministro dos negócios estrangeiros, e através do seu ministro em Madrid, Augusto de Vasconcelos. Pretendiam o internamento dos principais dirigentes da emigração, como Paiva Couceiro e o seu séquito directo, em províncias distantes da fronteira[456]. Mas só em Junho, depois da agressão do chefe miguelista D. João de Almeida ao cônsul de Portugal em Verin, Arnaldo Fonseca, as autoridades espanholas deram ordem de expulsão dos povoados fronteiriços. Em Agosto, nova ordem de Madrid obrigava ao internamento dos emigrados na província de Leão. Os grupos de «combatentes» iniciaram então uma «peregrinação» à volta dos mesmos povoados, na esperança de que as diligências realizadas em Madrid obstassem à mobilização[457]. A 19 de Agosto, e depois a 23, as autoridades espanholas prorrogaram o prazo de expulsão dos emigrados, evitando assim a derrocada dos preparativos em curso e o descalabro do próprio movimento externo[458].

O governo português geriu a crise no terreno diplomático, tecendo várias acusações à monarquia espanhola, enquanto internamente acicatava os sectores mais radicais contra o país vizinho[459]. Para além de manifestações de protesto organizadas em Lisboa, os radicais publicaram panfletos e cartas abertas em que acusavam a «Espanha reaccionária» de dar guarida e protecção aos «bandidos» monárquicos[460]. Havia, porém, uma diferença de percepção sobre a ameaça realista que ajuda a compreender a posição das autoridades dos dois países. Em Portugal, a presença de nacionais na fronteira era entendida como uma ameaça e, acima de tudo, como uma afronta. Espanha, por sua vez, olhava para os conspiradores

---

[454] Cf. IAN/TT, MI, DGAPC, maço 35, doc. n.º 806.
[455] Cf. Manuel Valente, *ob. cit*, p. 128; Maria Tereza de Souza Botelho e Mello, *ob. cit.*, p. 43; IAN/TT, MI, DGAPC, maço 33, fl. 366.
[456] Cf. Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit.*, pp. 50-51.
[457] Maria Tereza de Souza Botelho e Mello, *ob. cit.*, p. 43.
[458] Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit.*, pp. 38-39; Manuel Valente, *ob. cit.*, p. 131.
[459] *Ibidem*, p. 65.
[460] IAN/TT, MI, DGAPC, maço 39, n.º 449, «Carta Aberta ao Governo Espanhol e à Colónia Espanhola residente em Lisboa».

como «visionários inofensivos que falavam muito e faziam pouco». A ausência flagrante de recursos e de organização, conhecida das autoridades espanholas, explica talvez a sua tolerância para com os conspiradores portugueses[461].

Espanha transigiu efectivamente com os emigrados. As autoridades locais praticaram conscientemente uma política de conivência, que muitas vezes significava desobedecer às ordens de Madrid. Mas, como veremos ao longo desta investigação, essa conivência prolongou-se por vários anos. Na Galiza, beneficiou da protecção dada pelo caciquismo, pela aristocracia e em geral pelas forças reaccionárias, afectas ao movimento carlista e à igreja católica. Na corte, graças à simpatia pela causa monárquica portuguesa e pelo sonho expansionista que então animava Afonso XIII. Esta realidade obrigou Portugal a um forte investimento na diplomacia, primeiro com Augusto de Vasconcelos e depois com José Relvas.

A contra-revolução estava, de facto, em marcha. A interpretação que fazemos dos acontecimentos considera, porém, que o verdadeiro perigo para a república residia na sua capacidade eventual de revoltar alguns regimentos militares, auxiliados por levantamentos populares, e menos na incursão que se preparava a partir da Galiza. Vimos já que as incursões ganharam enorme importância para a opinião pública coeva, que depois os sectores radicais da república exacerbaram, apodando as forças «reaccionárias» e muito especialmente Paiva Couceiro de «traição». Essa traição radicava na acusação muito repetida de que o «exército» realista da Galiza operava com apoio de forças estrangeiras.

Como se demonstrará, a natureza do movimento externo nunca poderia, por si mesma, ameaçar a república, como aliás as autoridades políticas e militares sempre reconheceram. A rede de espionagem do governo, secundada pelos republicanos da Galiza, conhecia praticamente todos os movimentos e planos dos monárquicos, discernia bem a sua fraqueza para poder alarmar-se. No plano do debate político, as incursões são mais proveitosas para explicar o confronto entre os republicanos, entretanto divididos entre os moderados do «bloco», liderados por António

[461] Sílvia Enrich Marcet, *ob. cit.*, p. 150.

José de Almeida, Brito Camacho e Manuel de Arriaga, e os radicais do *Partido Democrático*, liderados por Afonso Costa e Bernardino Machado[462].

A estratégia da contra-revolução implicava a subversão das províncias do Norte e das Beiras, manobradas pela acção dissolvente do clericalismo e do caciquismo, que secundavam a revolta de alguns regimentos militares. Paiva Couceiro seria o «rastilho» que ameaçava incendiar o país. Vasco Pulido Valente analisou já as fraquezas e algumas contradições deste plano, pois dele resultaria a luta fratricida que Paiva Couceiro afirmava querer evitar. Questionou também a necessidade de uma coluna invasiva, se na realidade o movimento interior tinha a importância que todos os dias lhe transmitiam para a Galiza[463]. Mas como se esclareceu atrás, não estava prevista a organização de qualquer força incursionista na Galiza, que surgiu espontaneamente na peugada do seu «Comandante», quando este abandonou o país. Quanto ao mais, Paiva Couceiro sempre afirmou que entrou por solicitação interna: «Em 6 de Julho, como em 3 de Outubro, entrei em Portugal porque me chamaram. […] Afigurava-se-me que o país desejava a minha intervenção como um pretexto para a rebelião contra o regime»[464]. Reforça as suas afirmações lembrando a exiguidade do material de guerra de que dispunha para atacar, tudo «armas de intimidação, não de ameaça». Na verdade, o paladino «contava com o país» a seu lado. Isto é, Paiva Couceiro acreditou, durante as duas incursões, que o povo e o exército repudiavam o «despotismo» republicano tanto quanto ele e que apenas esperavam um estímulo exterior para se revoltar contra o regime. Como um «messias» libertador, Couceiro seria apenas o instrumento dessa vontade nacional[465].

Perante a aparente ingenuidade, não só de Couceiro mas de todo o séquito que envolvia a emigração, composta por oficiais e alguns políticos experimentados, como explicar então o fenómeno das incursões monárquicas? Na verdade, ao exilar-se para a Galiza, Paiva Couceiro condicionou toda a organização contra-revolucionária. Era particularmente difícil contactar, organizar, armar e preparar as forças contra-revolucionárias

---

[462] Sobre este aspecto, veja-se Vasco Pulido Valente, *ob. cit.,* pp. 202-203.
[463] Cf. Vasco Pulido valente, *Um Herói Português Henrique Paiva Couceiro (1861-1944)*, Lisboa, Aletheia, pp. 90-91; Carlos Malheiro Dias, *ob. cit*., p. 19.
[464] Carlos Malheiro Dias, *ob cit*. p. 18.
[465] *Ibidem*, p. 20.

a partir do exterior, através de mensagens e telegramas cifrados[466] e das dificuldades constantes colocadas pelas autoridades espanholas. A existência de vários comités internos obrigava a um esforço de conjugação que não era fácil. Houve algumas tentativas para trazer Couceiro para o Porto, mas este recusou sempre essa possibilidade. O conde de Penela explicou que esteve em contacto com a guarnição do Porto, onde contava «até com oficiais generais» (Pimenta de Castro?), mas que estes exigiam contactar pessoalmente com Couceiro e este declinou a diligência[467]. O movimento contra-revolucionário seguia caminhos paralelos, dentro e fora de fronteiras, mas os embaraços e as dificuldades eram evidentes e desmedidos.

Outra dificuldade prendia-se com o financiamento. Para sublevar as populações, tomar de assalto quartéis e atender a despesas com os emigrados era necessário dinheiro, que seria difícil de conseguir sem o envolvimento de D. Manuel. Ao rei exilado iam chegando subscrições, vindas particularmente da comunidade brasileira. Em Agosto, D. Manuel enviou também 10 mil libras para a Galiza[468]. Mas muitos capitalistas próximos da Causa recusavam financiar o movimento com medo de represálias[469]. No final da primeira incursão, ficava claro que o financiamento da Galiza, cerca de 242 contos, se devera quase exclusivamente a donativos feitos por e através de D. Manuel[470]. Mas os fundos eram manifestamente exíguos para as necessidades e essa insuficiência avolumou-se com a desorganização[471], com a corrupção e as negociatas que se fizeram à sombra do movimento monárquico[472].

---

[466] Veja-se o caso do conspirador Tavares Proença, no seu manifesto, em MNE, AHD, 3P, A3, M716, nº 5. Pode ler-se em anexo.

[467] Cf. Pe. Avelino de Figueiredo, *ob. cit.*, pp. 51-52.

[468] Cf. Hipólito de La Torre Gomez, *ob. cit.*, p. 36.

[469] Cf. D. José Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit.*, pp. 195-196. O primeiro pagamento de armas seria coberto pelo Marquês do Faial, que entregou 4 mil libras. Cf. *Ibidem*.

[470] Num documento elaborado pelo tesoureiro do movimento, Álvaro Pinheiro Chagas, vê-se que num total de 1.344.559,80 pesetas (cerca de 242 contos), D. Manuel teria enviado 1.132.264,35 pesetas enquanto a subscrição entre realistas gerara apenas 212.295,45 pesetas. Cf. MNE, AHD, 3P, A28, M153, doc. n.º 169, datado de 11 de Novembro. Estas quantias seriam apenas parciais por falta de alguns documentos. Abílio Magro, que teve acesso à documentação, afirma que na primeira incursão se gastaram 635.620$800 réis (635 contos), o que o deixou perplexo com a falta de armas na coluna de Couceiro. Cf. *ob. cit.,* pp. 185-186.

[471] Cf. D. José Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit.*, p. 221.

[472] Todas estas debilidades do movimento da Galiza estão descritas em várias obras. Veja-se, entre outras, Manuel Valente, *ob. cit.*; Abílio Maia, *ob. cit*.

Todas as contradições e dificuldades da Galiza, que Abílio Maia qualificou de «comédia» e «mentira»[473], só ganham alguma coerência se aceitarmos que a substância do movimento dependia da capacidade de subversão ao nível interno. As incursões não passaram da emulação de outro movimento histórico, que opôs miguelistas e liberais. Mas durante a contenda fratricida que marcou o alvor do liberalismo em Portugal, os respectivos exércitos dividiram-se, comandados por generais e auxiliados por forças de guerrilha[474]. Agora, sem a existência de uma contra-revolução interna, o movimento monárquico da Galiza não passaria de uma aventura irrealista e muito irreflectida[475], sem organização militar substancial e sem armamento capaz de operações de vulto. É certo que após a chegada à Galiza do capitão Jorge Camacho, fugido da cadeia de Vila Real, onde conspirava, a organização militar melhorou um pouco, pois era um oficial de reconhecidas qualidades de organização e táctica militar[476]. Em Agosto de 1911, à frente do Estado-Maior, Jorge Camacho exigia maior rigor no alistamento de homens, para combater o amadorismo: «Deve haver o maior escrúpulo e cuidado no recrutamento, só alistando soldados e reservistas com instrução, pois estando os pelotões completos, já não há grande urgência em trazer homens, pois o alistamento, por pequeno que seja, será sempre superior às deserções e homens despedidos pelos comandantes dos pelotões»[477].

A grande maioria dos soldados deste exército improvisado era constituída por civis e eclesiásticos[478], alheios à organização militar e desprovidos de treino específico. Na sua preparação para combate, na ausência de armamento e de espaços adequados, recorria-se a exercícios feitos «com paus», quantas vezes realizados nos quartos ou corredores das casas que os hospedavam[479]. A maioria dos «combatentes» aliciados,

---

[473] *Ibidem*.

[474] Cf. Vasco Pulido Valente, *Os militares e a Política*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 75-97.

[475] Leiam-se a análise muito objectiva e as críticas certeiras do marquês do Lavradio em José Dias Lopes, *Cartas Políticas do Marquês do Lavradio a Tavares Proença*, Separata de Estudos de Castelo Branco, Revista de História e Cultura, 1966.

[476] Cf. Manuel Valente, *ob. cit.*, pp. 45-46.

[477] MNE, AHD, 3 P, A 28, M 153, doc. n.º 58.

[478] Manuel Valente, *ob. cit.*, p. 20.

[479] Um dos «soldados» afirmou «que nunca tiveram exercícios militares, excepto num dia que tiveram que fugir de Mouras por constar que ia lá a Guarda Civil para os expulsar desta povoação» [IAN/TT, MI, DGAPC, maço 35, fl. 806]. Os combatentes eram obrigados a

simples trabalhadores agrícolas e rurais e alguns criados, deixara-se guiar pelas promessas de proventos financeiros e de uma vida mais desafogada. Segundo o depoimento de um «combatente» aprisionado, que sintetiza o depoimento de dezenas de outros, «a causa do seu alistamento foi o ganhar a peseta, comer e beber, levar boa vida e ser induzido pelos aliciadores referidos»[480].

Compare-se este exército, por exemplo, com o movimento carlista, em Espanha. Este possuía uma organização militar no final do século XIX e início do século XX que preparava os soldados para a aprendizagem de técnicas de combate e organização táctica, dando preferência ao combate de guerrilha. A formação teórico-prática obedecia às orientações estabelecidas numa vasta literatura belicista, e uma propaganda cerrada mantinha viva a «idiossincrasia belicista»[481]. As famosas «réquétés» eram organizações paramilitares, forças muito aguerridas e especializadas em combates de guerrilha, que criavam muitos problemas às autoridades do país vizinho. A espaços, as autoridades consulares da Galiza davam conta de conúbios conspirativos existentes entre a reacção portuguesa e as «réquétés», mas estes nunca se concretizaram[482].

Esta análise, como a comparação, tem em vista reforçar a nossa tese de que o «perigo monárquico» estava realmente dentro do país, onde as forças contra-revolucionárias procuraram subverter a «ordem republicana». Os meses de Setembro e Outubro confirmaram essa promessa de agitação que havia de prolongar-se durante vários anos.

---

esconder a organização militar para iludir as autoridades espanholas. Cf. Manuel Valente, *ob. cit.*, p. 128; IAN/TT, MI, DGAPC, maço 33, fl. 366.

[480] IAN/TT, MI, DGAPC, maço 33, fl. 366. Vejam-se os inúmeros depoimentos de «soldados» da Galiza em IAN/TT, MI, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maços 215 e 217.

[481] Cf. Jordi Canal, «Republicanos y carlistas contra el Estado», Ayer, n.º 13, Madrid, Mancial Pons, 1994, p. 78. Entre essa bibliografia conta-se José B. Moore, *Guerra de Guerrilhas* (1894); Reynaldo Brea, *Manual del voluntario carlista* (1892); Leoncio G. de Granada, *Cartilla militar para uso de cabos, sargentos y oficiais en campaña* (1896); Juan Bardina «Valcarlos», *Táctica de Infantería* (1899).

[482] Para 1912, veja-se MNE, AHD, 3P, A3, M716, documento da legação portuguesa em Madrid; para 1919, veja-se AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 51, maço 2, pasta 2, carta do consulado de Tui.

2.1 - O movimento interno

O mês de Setembro começou com a nomeação do primeiro governo constitucional, chefiado por João Chagas, depois da recusa de Duarte Leite[483]. Cavava-se a divisão na família republicana com este governo extrapartidário, apoiado por camachistas e almeidistas, e com a oposição declarada de Afonso Costa. O ambiente em Lisboa tinha entretanto acalmado, sem o ruído estridente produzido em torno da ameaça couceirista. Aparentemente, a opinião pública parecia crer nas providências tomadas pelo governo para esconjurar o perigo e Lisboa amanhecia, nesse início de Setembro, apesar dos boatos, sem sombra de «sobressalto»: «não há terror, não há exaltação nem delírio»[484]. Essa calma estendia-se à câmara dos deputados, onde o executivo declarava não haver motivo para alarme. O ministro da guerra empossado, general Pimenta de Castro, confirmava isso mesmo aos deputados, afirmando que os comandantes militares das zonas de fronteira lhe asseguravam «haver ali completa tranquilidade» e não existir «nenhum motivo para recear de qualquer movimento». Com estas informações, Pimenta de Castro afastava a emergência de reforçar a fronteira com efectivos militares, assumindo que não era sequer necessário manter as tropas em estado de prevenção[485].

Apesar do sossego de Lisboa, os adversários porfiavam num esforço redobrado para organizar a conjura. A apreensão de armamento, ocorrida durante o Verão, obrigou ao adiamento da contra-revolução. A evolução política da república causava enorme apreensão no seio do grémio reaccionário. Não era só o reconhecimento do regime pelas potências europeias que, segundo a *Capital*, precipitava o pessimismo dos conspiradores da Galiza, pois condicionava o apoio sub-reptício de Espanha[486]. Era a consumação do primeiro aniversário da república, enquanto data simbólica, que se queria impedir. Paiva Couceiro procurou então pressionar um movimento de acção. Em missiva escrita em 2 ou 3 de Setembro, esclarecia o marquês de Lavradio sobre as condições que

---

[483] O governo era constituído por João Chagas (presidência, interior e estrangeiros), Duarte Leite Silva (finanças), Sidónio Pais (fomento), João Duarte Meneses (Marinha), Diogo Tavares de Melo Leote (Justiça) e Joaquim Pereira Pimenta de Castro (Guerra).
[484] *A Capital*, 2.º ano, n.º 406, 06-09-1911, p. 1.
[485] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 07-09-1911, p. 7.
[486] *A Capital*, 2.º ano, n.º 406, 06-09-1911, p. 1.

impunham o deflagrar do movimento, nomeadamente as «pressões» internas das «vítimas» do regime, a necessidade de evitar a «cristalização» de um estado «anárquico» em Portugal e o bom andamento das diligências para adquirir armamento[487].

As forças de vigilância existentes na fronteira dificultavam os planos de incursão e contrariavam a predisposição dos «inimigos» do regime. A região de Chaves estava fortemente vigiada, com forças do regimento de infantaria 19, cavalaria 6, destacamentos de infantaria 13 e cavalaria 7, duas baterias de artilharia 4, um pelotão de engenharia, forças da guarda fiscal, da companhia de saúde e da administração. Havia ainda 50 soldados em Mirandela e Valpaços e destacamentos de infantaria 19 e de cavalaria 6 em Montalegre. Toda a zona raiana era patrulhada por uma primeira linha constituída pela guarda-fiscal. Foi também colocado um batalhão de infantaria 24 em postos avançados instalados em várias povoações fronteiriças e reservas em Vila Pouca de Aguiar. Este forte dispositivo militar torna assim evidente que qualquer projecto de sublevação devia assentar numa revolução interna[488], que conquistasse uma cidade e partir dela irradiasse para outras partes do país.

Este período traduziu-se num reforço dos trabalhos conspirativos, com o aumento de contrabando de armas em Portugal e na Galiza[489]. Aires de Ornelas operava a partir de Paris, onde angariava dinheiro para armamento, e informava o Porto através de Luís de Magalhães, dando-lhe conta da proximidade do movimento[490]. O Porto tinha sido escolhido para sede do movimento monárquico-clerical, confirmando-se assim as inferências anteriores. A cidade possuía uma tradição revolucionária inequívoca, tendo em diferentes conjunturas cultivado os valores liberais e depois republicanos, em 1820 e em 1891[491]. Desta feita, repudiando a sua tradição secular, o Porto seria o epicentro de um movimento de reacção conservadora que devia expulsar o «jacobinismo» e a «demagogia» de Portugal.

---

[487] Cf. D. José Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit.*, p. 202.
[488] Carlos Malheiro Dias, *Do Desafio à Debandada, II Cheque ao Rei*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1912, pp. 300-301.
[489] IAN/TT, MI, DGAPC, maço 40.
[490] BNP, ELM, doc. n.º 8400, Carta de Aires de Ornelas a Luís de Magalhães, de 19-09-1911.
[491] Sobre o republicanismo portuense antes de 1891, leia-se Amadeu Carvalho Homem, *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage, 2001, pp. 69-78.

A contra-revolução tinha data e hora marcada: na madrugada de 29 para 30 de Setembro, entre a meia-noite e as duas da manhã, data em que Paiva Couceiro devia entrar em Portugal a partir da Galiza[492]. O plano consistia em tomar a cidade, para o que contavam com cavalaria 9 e algumas peças de artilharia da Serra do Pilar. Previa-se ainda um ataque a infantaria 6, que seria sublevado por forças militares e centenas de civis armados. A revolta começaria com a tomada do Palácio de Cristal, conduzida por cerca de quatrocentos homens, «quase tudo gente dos arredores do Porto», depois de um foguetão dar o sinal de arranque que seria correspondido com duas salvas na Serra do Pilar. Depois de tocar os sinos a rebate, cavalaria 9 juntar-se-ia aos revolucionários do Palácio de Cristal. O projecto previa também o corte de comunicações com o Sul e a ocupação dos objectivos nevrálgicos, militares e políticos, da cidade[493]. Os conspiradores que no Porto apareciam envolvidos nas reuniões preparatórias rondavam os trezentos indivíduos, chefiados por eclesiásticos e por antigos políticos da monarquia. Simbolicamente, todos exibiam como distintivo de fraternidade conspirativa o «coração de Jesus»[494].

---

[492] AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 319, 1º volume. A documentação apreendida ao padre de Paredes indicava: «30 à 1 hora» (doc. n.º 18); Alfredo Pereira, polícia do Porto, participou a um correligionário que «a nossa festa é às duas da noite» (doc. n.º 23); outro envelope apreendido pelas autoridades refere: «içar bandeira uma hora e trinta prender todos os indivíduos que tenham perseguido os monárquicos» (fl. 21 vº). O envelope dizia: «abrir à meia-noite» (doc. n.º 25). Carlos Malheiro Dias [*Do Desafio à Debandada*, vol. 2, p. 306] afirma igualmente que Couceiro devia entrar em Portugal nesta data.

[493] Mais tarde, em 1914, o tenente Eurico Cameira ressuscitou este plano revolucionário como ponto de partida para uma nova investida, para «servir de orientação»: a) levantamento de todas as forças possíveis tendo por inicial a Serra e a concentração na Batalha se outro lugar não for reconhecido mais próprio; b) corte das linhas telegráficas e telefónicas do Porto para Sul; c) preparação do corte de linhas de comunicação entre Lisboa, Coimbra, Porto e que será só ordenado momentos antes do levantamento; d) acção na Serra e imediatamente no quartel general, governo civil (comando de polícia) e telégrafos; e) acção em todas as unidades onde se contar com elementos e probabilidades de êxito; f) a acção pode começar a um sinal prévio de três foguetes de dinamite lançados em ponto onde se oiçam bem ou depois da posse da serra - um tiro de peça seguido de foguetes de dinamite; g) os grupos destinados propriamente a levantar as tropas não devem ser compostos de muita gente - poucos mas decididos e actuando quando possível por estalagem de modo a evitar luta na entrada do quartel. Todos os adeptos que não façam parte dos grupos armam-se nos quartéis e reúnem-se às forças depois ao local de concentração. No local de concentração comanda e dirige o oficial escolhido para tal, ou o primeiro que ali se ajuntar com forças ou mais arrojado que os camaradas escolham [...]» [ADG, Fundo do General João de Almeida, carta de Eurico Cameira a João de Almeida, de 23-04-1914]

[494] IAN/TT, MI, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maço 216, testemunho do 2º cabo João Maria, de Infantaria 6, que foi aliciado para o movimento e participou em reuniões preparatórias. A execução posterior do movimento confirma o seu depoimento.

O projecto contra-revolucionário tinha ramificações em várias regiões do país[495], mas a rede conspirativa parecia mais madura para um movimento a norte do rio Mondego. Os distritos de Coimbra, Aveiro, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Vila Real, Braga, Bragança e Viana do Castelo estariam envolvidos numa vasta teia de relações e cumplicidades, organizadas sobretudo por clérigos, titulares e antigos caciques, que se dispunha a sublevar quartéis e sobretudo levantar as populações locais contra o regime republicano[496]. A extensão geográfica visava também forçar a república a dispersar o exército enquanto no Norte, a partir do Porto, as forças da reacção avançariam ao encontro de Paiva Couceiro. Este plano complexo e aparentemente irrealizável, previa também uma força naval que seria comandada por João de Azevedo Coutinho para atacar o Porto[497].

A existência de uma força naval foi sempre ridicularizada, tanto na imprensa como especialmente por Abílio Maia, que considerava tratar-se de mais um logro para enganar os realistas e acendrar a «comédia»[498]. Estava enganado. A importância desta força naval, que seria de 1 ou 2 navios, foi definida por Paiva Couceiro, que a 2 de Setembro escreveu ao marquês do Lavradio censurando os atrasos vindos do comité responsável pela sua aquisição[499]. Segundo o próprio Lavradio, foi a intervenção do governo inglês, enviando uma nota à Alemanha, quem forçou este país a anular a venda dos «couraçados» nos termos acordados[500].

O comando foi entregue por D. Manuel a João de Azevedo Coutinho, que o nomeou «comandante da força naval monárquica»[501]. Este seguiu para Hamburgo juntamente com alguns oficiais, aspirantes e marinheiros,

---

[495] O cabo João Maria confirma que «se tratava da revolução que diziam [os cabecilhas] ter preparado por todo o país» [*Ibidem*]. Já Tavares Proença, antigo cacique de Castelo Branco, refere que a ordem de levantamento na região da Beira Baixa «tinha de dar-se, de qualquer forma na madrugada do dia 30 de Setembro, ou no dia 2 de Outubro no caso de receber telegrama combinado» [in MNE, AHD, 3P, A3, M716, n.º 5, «Manifesto Tavares Proença»].

[496] Cf. documentação existente nos vários arquivos consultados, mas especialmente em IAN/TT, MI, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maços 214 e 215.

[497] Cf. IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, carta de Paiva Couceiro a João de Azevedo Coutinho, de 30-09-1911.

[498] Cf. *ob. cit.*, pp. 11-12.

[499] Cf. D. José Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit.*, p. 202.

[500] José Lopes Dias, *ob. cit.*, p. 36, carta do Marquês do Lavradio a Tavares Proença, de 27-10-1911.

[501] IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, documento de D. Manuel, de 27-09-1911.

onde devia embarcar acompanhado desta força naval[502]. Os «couraçados» deviam seguir para Leixões, seguindo ordens de Paiva Couceiro, onde era suposto «atacar os cruzadores que têm sempre mais ou menos passado na costa norte»[503]. Entretanto, em Portugal foram distribuídos panfletos dirigidos à marinha portuguesa, sector tradicionalmente republicano, onde se justificava e legitimava uma acção armada contra o novo regime. Os «emigrados portugueses» esperavam convencer os seus camaradas a secundar as forças «libertadoras», que entrariam em Portugal para «salvar a honra da Marinha Portuguesa, e serem varridos do poder esses intrusos, traidores e nefastos, que dia a dia põem em perigo a independência de Portugal»[504].

D. Manuel esteve activamente empenhado neste movimento contra-revolucionário. Em 30 de Setembro enviou uma missiva a João de Azevedo Coutinho onde saudava os revoltosos, em nome de «Deus» e da «Pátria», e se mostrava esperançado no sucesso da ofensiva[505].

Traçado o plano geral da subversão e conhecidos os seus intérpretes, vejamos como decorreu a execução. No dia 29 de Setembro à tarde já corria no Porto que nessa noite se daria a revolta. O governador civil informou então o governo e garantiu que dispunha dos recursos necessários para combater o movimento. Nessa noite, uma multidão saiu às ruas, tornando óbvio o fracasso da revolta. Os carbonários vigiavam todos os pontos nevrálgicos da conspiração, fiscalizando movimentos e prendendo a esmo. No Centro Católico, que invadiram à meia-noite, assim como na ponte de S. Luís, fizeram inúmeras prisões, num acto que Carlos Malheiro Dias

---

[502] Eram oficiais: Capitão-de-fragata, João de Azevedo Coutinho (comandante); 1º tenente, Victor de Sepúlveda (imediato); Tenente, Carlos de Miranda Martins de Carvalho, Conde de Vilas Boas; eram aspirantes: António Carlos Calainho e Costa Alemão; eram marinheiros: Manuel Firmino da Fonseca, António Martins das Neves, Albino Monteiro, António Augusto, Alexandre Martins e Júlio Dias da Costa. Cf. Rocha Martins, *Verdes, Vermelhos e Azuis*, vol. 3, Lisboa, Organizações Crisalis, 1951, p. 190; Abílio Magro, *ob. cit.*, pp. 11-12.

[503] IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, caixa 2, Carta de Paiva Couceiro a João de Azevedo Coutinho, de 30-09-1911. Reza assim o documento: «Estamos em vésperas d'acontecimento e não podemos atrás [sic] de modo que a 1.ª coisa necessária é imprimir ao serviço a maxíssima urgência, custe o que custar.1.º - onde deve ir? A Leixões primeiro. 2.º Com quem deve comunicar? Connosco se já lá estivermos. No caso contrário, atacar os cruzadores que têm sempre mais ou menos passado na costa norte. 3.º A quem deve comunicar data chegada? A José Borges de Almeida. Hotel Continental Vigo. As mesmas respostas se aplicam ao 2.º navio se o houver. a) H. Couceiro».

[504] BNP, ELM, caixa 52, Panfleto com o título «À Marinha Portuguesa».

[505] IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, caixa 8, carta de D. Manuel e Azevedo Coutinho, de 30-09-1911. Escrevera D. Manuel: «A todos, comandante, dê por mim um abraço, e lhes diga que El-Rei neles confia para novamente poder dizer "E julgaria qual é mais excelente/Se ser do Mundo Rei se de tal gente". Viva Portugal Rei D. Manuel II».

classificou de simples «rusga», considerando a falta de resistência dos contra-revolucionários[506]. Entretanto, o ataque à Serra do Pilar não se concretizou e o Palácio de Cristal, invadido por centenas de reaccionários, foi atacado por carbonários e depois por forças da Guarda Republicana. Os quartéis de Infantaria 6 e Cavalaria 9, onde os revoltosos contavam apenas com promessas vagas de alguns oficiais, eram alvo de vigilância apertada das autoridades e dos carbonários. Não houve aí qualquer tentativa de assalto ou revolta, sendo encarcerados alguns oficiais, vários sargentos, cabos e soldados[507].

A conspiração abortava à nascença e deixava centenas de prisioneiros entregues às autoridades e à fúria republicana[508]. Como explicar o insucesso da conjura? Era óbvio que as autoridades tiveram conhecimento antecipado da organização e dos objectivos dos revoltosos. José Domingues de Oliveira, um dos conspiradores, que entretanto fugira para o Porto, afirmou que «o movimento gorou porque eram 40 a 50 os carbonários que assistiam às reuniões monárquicas e punham as autoridades ao facto de tudo. Suponho até que foram esses elementos os que apressaram o movimento para ele se fazer isoladamente e dar o resultado que se sabe»[509]. A forma como o movimento se desenrolara deixou muita gente perplexa, ante a ingenuidade dos contra-revolucionários[510]. Se é verdade que o movimento tinha muito de semelhante com o plano gizado no 5 de Outubro, em Lisboa, faltava aos conspiradores realistas a capacidade de organização e a tenacidade revelada pela carbonária e pelos populares da Capital[511]. E faltou-lhes ao menos um regimento.

---

[506] *Ob. cit.*, vol. 2, pp. 311-312.

[507] *Diário de Notícias*, n.º 16484, 1-10-1911, p. 2.

[508] Havia 354 presos na cidade do Porto, na sequência do movimento de 29 de Setembro. Cf. IAN/TT, MI, DGAPC, maço 35, doc. n.º 777, fls. 11-13.

[509] BNP, ELM, doc. n.º 8346, Carta de José Domingues de Oliveira para Luís de Magalhães, de 25-10-1911. Veja-se igualmente o testemunho do então inspector da polícia, Caldeira Scevola, no *Diário de Notícias*, n.º 16497, 15-10-1911, p. 2.

[510] O abade Perafita, António da Costa Ramos escrevia a Luís de Magalhães nestes termos: «O movimento do Porto de 30 de Setembro não o compreendo. Havia realmente um movimento monárquico combinado com os elementos de Paiva Couceiro? Mas porque foi só no distrito do Porto e não em toda a parte aonde têm elementos, se é que os têm? Foi um movimento só do Porto, sem combinações, fiados na sua força e enganados pelos carbonários metidos no movimento! Mas então são perfeitos patetas e imbecis. Eu acredito nesta última hipótese, tanto mais que, para sufocar o movimento, quase não houve um tiro» [BNP, ELM, doc. n.º 9569, de 21-10-1911].

[511] Cf. Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, pp. 307-308.

O resto do plano contra-revolucionário também falhou, como seria inevitável. Só na região do Porto deflagraram movimentos de sublevação, em Paredes, Santo Tirso, Paços de Ferreira, Felgueiras e Penafiel[512]. Orientadas pelo clericalismo e pelo caciquismo, as populações destes concelhos reuniram-se ao som dos sinos da igreja, armadas de foices, de enxadas e cacetes, invadiram os edifícios concelhios e arvoraram a bandeira monárquica[513]. Estava restaurada a monarquia, mas por pouco tempo. Bastou a presença de pequenas forças militares e a acção dos grupos republicanos para impor a ordem e a legalidade republicanas.

Em várias regiões do Norte, como em Vila do Conde, as prisões efectuadas pelas autoridades forçaram o cancelamento de muitas revoltas e pouparam muitos dos seus elementos de valor, em especial os clérigos, a um destino previsível[514]. O revolucionário José Domingues de Oliveira conta que «felizmente foram prevenidos muitos elementos de valor a tempo para o

---

[512] Cf. IAN/TT, MI, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maço 213.

[513] Veja-se a descrição da situação em Paredes: «Auto de notícia [...] desde há muito que se vê e mostra que o negociante desta vila Arlindo da Costa Pinto, casado, negociante desta vila, era um constante agitador contra as instituições da república portuguesa, vendendo no seu estabelecimento distintivos de carácter monárquico, como botões, colarinhos, gravatas, alfinetes, broches e medalhas, fazendo larga distribuição do jornal reaccionário "O Grito do Povo" e efectuando reuniões secretas de carácter político, sendo o seu estabelecimento diariamente muito frequentado por todos os indivíduos reconhecidamente hostis à república [...] tendo sido ele um dos que [...] tocaram o sino a rebate na igreja desta vila, [...] causando assim enorme alarme entre o povo desta freguesia. Que é também do seu conhecimento que o referido Arlindo é editor do jornal reaccionário, que há pouco se começou a publicar nesta vila, com o título de "A Defesa". Que nas igrejas de Lordelo, Rebordosa, Duas Igrejas, Besteiros e Madalena se tocaram os sinos a rebate e em todas estas freguesias os principais revolucionários e inimigos da república, depois de terem o povo reunido fizeram convergir para esta vila, onde se juntou muitíssima gente desde as cinco horas da manhã em diante, vindo todos armados de cacetes e dois deles chegaram até a vir para esta vila, armados de espingardas em tal atitude de desordem a ponto de trazerem os cães das espingardas levantados, isto é, prontos a fazerem fogo a menor movimento e estes eram Eulálio Coelho Duarte e Américo Moreira de Sousa Preza, ambos de Vilela. [...] e não sendo estranhos a este levantamento popular o clero na sua grande maioria das freguesias deste concelho, sendo os principais inimigos da república e aqueles que lhe movem uma guerra surda e traiçoeira, o pároco desta vila e os das freguesias de Baltar, Gandra e Vandoma que trazem os povos das suas freguesias num constante sobressalto e numa obediência passiva e irritante para as autoridades locais. Que os dois amanuenses da Câmara Municipal deste concelho [..] hoje pelas cinco horas da manhã corriam as ruas desta vila em atitude de serem os dirigentes do movimento revolucionário, dando ordens a uns, conferenciando com outros [...] funcionários estes que sempre e desde a implantação da república se mostraram irredutíveis inimigos por uma campanha acintosa e maldizente, feita publicamente e em qualquer parte [...] chegavam a insultar pela forma mais vil e indecorosa os ministros do governo provisório e em geral todos os republicanos [...]» [in AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 319, 1.º vol., fls. 83-85].

[514] Cf. IAN/TT, MI, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maço 213.

fracasso não ser maior. Os abades estão bem e nada me consta de desagradável para eles»[515].

Fora do Porto, o movimento de 29 de Setembro teve apenas manifestações episódicas, com pequenos focos de reacção em Torres Vedras, Pombal, Porto de Mós e Sabugal[516]. No distrito de Coimbra, Tábua e Oliveira do Hospital estavam na geografia da restauração. Em Tábua trabalhava o advogado António Gaitto em articulação com párocos de Midões, Penacova, Figueira da Foz e Avô[517]. Nesta última vila do concelho de Oliveira do Hospital, a monarquia foi proclamada e foram nomeadas autoridades pelos caciques monárquicos e por sacerdotes de algumas freguesias, todos de nomeada e em ligação com o Porto, onde acreditavam que a monarquia estivesse restaurada[518]. Finalmente, na região da Beira Baixa, e em especial no distrito de Castelo Branco, uma intensa actividade conspiratória coligava figuras proeminentes como Francisco Megre e Franco Frazão e vários padres da região com os comités de Aveiro e Porto. Contavam ainda ligações com contrabandistas que forneceram o armamento, incluindo duzentos quilos de dinamite, que foram apreendidos pelas autoridades republicanas. A rede de conspiradores da Beira Baixa estava em contacto com Espanha, de onde obtiveram armas, e com Aveiro, onde mais tarde seriam presas dezenas de conspiradores e muito armamento[519].

Na verdade, os fios cerzidos pela contra-revolução estendiam-se a vários distritos a norte do Mondego e Beira Baixa, ligando as províncias ao

---

[515] BNP, ELM, doc. n.º 8346, carta de José Domingues de Oliveira para Luís de Magalhães, de 25-10-1911.

[516] Cf. IAN/TT, MI, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maço 213. Em Torres Vedras, o pároco da freguesia de S. Mamede provocou uma revolta que envolveu 15 pessoas. Em Pombal, Porto de Mós, Barosa e Martingança, no distrito de Leiria, houve corte de telégrafos.

[517] Cf. *Ibidem*, maço 218.

[518] Cf. *Ibidem*, maço 213; *Diário de Notícias*, n.º 16485, 2-10-1911, p. 2; *Ibidem*, n.º 16488, 5-10-1911, p. 2.

[519] Veja-se um plano detalhado destas ligações, feito em 6-10-1911 pelo governador civil de Castelo Branco, em IAN/TT, MI, DGAPC, maço 35, fls. 45-46. Eis a lista de armamento encontrado em Ovar, no decorrer de Outubro: «Acham-se apreendidas: 5 carabinas de cavalaria e uma Mauser, e 23 carregadores com cinco balas cada; uma caixa de madeira com 0,33 m de comprido […], completamente cheia de balas de diversos tipos; dois lotes de rastilho; 11 caixas de lata com fulminantes para dinamite; 33 cartuchos de dinamite; mais uma grande porção de rastilho, uma caixa de lata com cartuchos carregados; 11 pistolas Browning's e 31 caixas de balas respectivas. O resultado das diligências efectuadas provam [sic] e justificam as medidas de rigorosa investigação a que se tem procedido neste Distrito» [IAN/TT, MI, DGAPC, maço 35, fls. 45-46, doc. n.º 789].

Porto e à Galiza[520]. Por isso entendemos que a incursão da Galiza, de 3 de Outubro, não pode ser desligada deste projecto mais vasto. Mas a sublevação das populações, numa espécie de insurreição nacional, apoiada militarmente apenas no Porto, era um projecto ingénuo. Couceiro e os diferentes comités internos acreditavam que o ódio à república seria suficiente para levantar as populações e criar um ambiente de anarquia e caos que perturbasse a acção das autoridades e incentivasse o exército a aderir para impor a ordem. Mas o plano era irrealizável. As dificuldades de comunicação e coordenação de regiões tão vastas eram só por si uma tarefa impossível[521]. Além do mais faltavam as armas e faltava o exército, a quem o «capitão fantasma» procurou atrair para um movimento através de cartas e de manifestos que endereçou a oficiais seleccionados, como o então tenente-coronel Abel Hipólito[522], ou mandou distribuir pelos quartéis[523].

A imprensa republicana reagiu com especial regozijo ao movimento monárquico-clerical. Viam-no como a resistência que não se dera em 5 de Outubro e, por isso mesmo, só podia ter como consequência a consolidação da república[524]. Na *Capital*, curiosamente, entendia-se que a incursão de um «exército de mercenários», feita a partir de Espanha, saíra gorada e por isso fora substituída por um movimento interno. A imprensa, como a opinião pública, parecia não estabelecer um anelo entre a Galiza e o movimento interno e dava como concluído o movimento contra-revolucionário[525].

Já o governo, melhor informado, nesse mesmo dia 29 de Setembro chamava a atenção do ministro de Estado de Espanha para as movimentações dos emigrados, que expulsos de uma província acabavam por fixar-se noutra, enquanto aquela era ocupada por outro grupo de emigrados. Estas deambulações teriam mesmo facilitado a aproximação à

---

[520] Em IAN/TT, MI, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maço 214 encontra-se uma lista com as dezenas de localidades e distritos onde se efectuaram centenas de prisões. Muitos presos, é certo, acabaram por ser libertados por falta de corpo de delito.

[521] Veja-se as dificuldades de Tavares Proença, no distrito de Castelo Branco, em MNE, AHD, 3P, A3, M716, n.º 5, «Manifesto Tavares Proença».

[522] Paiva Couceiro enviou a Abel Hipólito, então a residir em Abrantes, uma carta pessoal e três dos seus manifestos. O percurso sinuoso dessa documentação prova as dificuldades de comunicação: a carta foi entregue pela esposa de Paiva Couceiro à mulher de Ferreira de Mesquita que a fez chegar ao marido que a fez chegar a Jaime de Vasconcelos Thompson e este ao conde de Castelo Mendo que a fez chegar ao destino. Cf. IAN/TT, MI, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maço 217.

[523] Cf. AHM, 1.ª divisão, 33.ª secção, caixa 2, informação do comandante do Regimento de Infantaria 12, Guarda.

[524] *A Capital*, 2º. Ano, n.º 427, 30-09-1911, p. 1.

[525] *Ibidem*.

fronteira portuguesa das forças realistas[526]. A sua entrada em Portugal ia agora começar, deixando ao historiador algumas interrogações e perplexidades.

2.2 - A primeira incursão monárquica

Parece verdade inconcussa que a incursão da coluna de Couceiro devia ocorrer em simultâneo com a revolta de 29 de Setembro. Assim sendo, o que motivou a entrada de Paiva Couceiro, depois de falhada a sublevação interna? A primeira hipótese explicativa reside nas dificuldades de comunicação, que impediram que a coluna, já em movimento no meio de serranias, abortasse a sua deslocação para território nacional. Mas esta possibilidade não parece consentânea com as afirmações de Paiva Couceiro, que em carta ao marquês de Lavradio afirmou que entrou em Portugal, «com tão escasso armamento e municiamento» por «intimação do Porto» e «para satisfação de um compromisso»[527]. Ganha assim consistência uma segunda hipótese, que se prende com a firme convicção do «Comandante» de que a reacção contava ainda com a adesão segura de Bragança e Chaves[528]. Couceiro continuou a acreditar que a sua entrada haveria de provocar uma comoção patriótica no exército e o levantamento das populações fronteiriças, especialmente de Bragança, para onde devia avançar a coluna. Esta hipótese salvaguarda a tese de que o «paladino» entrou para honrar compromissos e partilhar responsabilidades no fracasso[529]. Só assim se poderá explicar porque avançou com um exército de

---

[526] Cf. Sílvia Henrich Marcet, *ob. cit.*, p. 151.

[527] D. Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit.*, p. 206. A informação é corroborada pelo conde de Mangualde: «A razão que com tanto interesse perguntas da... precipitação, vou-ta contar tal como o António [Couceiro] a contou. A última razão, a tal, que como o último copo é o que produz a bebedeira, aos bêbados, foi a que originou tudo, via-a eu: é um pedaço de papel almaço ordinaríssimo, uma espécie de quadrado com uns oito ou dez centímetros de cada lado, e que dizia aproximadamente isto: «Marcel já chegou, impossível adiar». Foi o caso que o comité do Porto, o 14, 13, 14, 21, 5, 20, já se vê, declarou terminantemente que não estava para esperar mais e que ia agir, vai daí o António entendeu que não podia deixar sacrificarem-se isoladamente os outros e depois de receber mais três telegramas confirmando o caso, fez o que sabes...» [in *ob. cit.*, p. 48].

[528] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 6, pasta 8, «Relatório da repartição do Sector entre Minho e Cávado (8ª divisão), para vigilância da fronteira», fl. 3.

[529] Tese igualmente defendida por Tavares Proença no seu «manifesto». Veja-se MNE, AHD, 3P, A3, M716, n.º 5.

ficção para uma aventura de fundo quixotesco que aproximava Paiva Couceiro do «Cavaleiro da Triste Figura».

Apesar de tudo, as dificuldades de comunicação eram bem reais e deram azo às interpretações mais erróneas. Em 7 de Outubro, Aires de Ornelas, então ainda em Paris, escrevia a João de Azevedo Coutinho com assinalável optimismo, considerando positiva a «entrada por Bragança e Chaves e a marcha sobre Braga», registando a existência de «boatos» que davam como garantida a ocupação de Braga e Guimarães[530]. Os boateiros mais espaventosos não davam tréguas em Lisboa e no Porto. A própria imprensa narrava confrontos imaginários que terminavam com vitórias fulminantes e uma mortandade desmedida que estabelecia a medida da superioridade das forças republicanas. Segundo alguns jornais, no dia 2 de Outubro, Paiva Couceiro teria investido sobre Bragança e Chaves, relatando em pormenor confrontos com as forças republicanas e a fuga desesperada dos realistas, que teriam perdido e abandonado 58 mortos[531]. Estas e outras efabulações fantásticas obrigaram o governo a intervir, proibindo a afixação de placares jornalísticos sem autorização prévia, procurando assim combater os eflúvios excessivos de uma opinião pública já suficientemente desvairada.

Não é objectivo desta investigação proceder ao estudo aprofundado das incursões monárquicas. Trata-se apenas de captar o seu significado e importância dentro do movimento contra-revolucionário[532]. Sabe-se que a coluna da Galiza estava organizada em três companhias, correspondendo a cada companhia três pelotões, num total de nove pelotões, dispersos por diferentes povoações e províncias da Galiza. O «exército» de Couceiro compunha-se de um total de 950 homens, mas apenas 240 estavam armados, muitos com pistolas, a maioria com armas de guerra «ferrugentas e velhas», algumas fabricadas em fábricas espanholas[533].

A entrada da coluna fez-se sob pressão das autoridades espanholas e portuguesas. A 2 de Outubro, Madrid recebia informações precisas de Augusto de Vasconcelos, segundo as quais setecentos homens uniformizados

---

[530] IAN/TT, Arquivo Particular de João de Azevedo Coutinho, Caixa 2, Carta de Aires de Ornelas a Azevedo Coutinho, de 7-10-1911.

[531] Vejam-se vários relatos e referências da imprensa em *A Capital*, 2º ano, n.º 428, 2-10-1911, p. 1.

[532] Existem já alguns estudos, nomeadamente: Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit.*; Sílvia Henrich Marcet, *ob. cit.*; Armando Malheiro da Silva, *Os conspiradores do sul da Galiza: as incursões monárquicas (1911-1912) na literatura portuguesa*, Braga, Real Associação, 2001.

[533] Cf. Manuel Valente, *ob. cit.*, p. 161 e 176.

e armados se preparavam para invadir Portugal e reclamando do governo de Canalejas a dissolução imediata dos grupos de conspiradores[534]. O governo de Madrid expediu ordens precisas para o governador de Zamora com esse intuito[535], o que explica a errância dos grupos monárquicos por terras espanholas, perseguidos pelos «carabineros» e pela «guardia civil», até se juntarem na Portela de Padronelo, na Serra da Portela[536].

A coluna partiu então com destino a Bragança, a 3 de Outubro, segundo o plano de Paiva Couceiro[537], mas um engano do guia que os acompanhava pelas serras obrigou-a a entrar por Vinhais. Aí entraram sem resistência, já que a pequena vila dispunha para sua defesa de apenas setenta praças de infantaria, comandadas pelo capitão Andrade, e quinze cavalos da guarda-fiscal[538]. A chegada deu-se no meio de grande entusiasmo da população, o mesmo entusiasmo que encontraram nas aldeias da serrania, sendo imediatamente proclamada a monarquia e substituídas as autoridades locais[539]. Deu-se de seguida o confronto militar com as tropas do capitão Andrade, nas cercanias de Vinhais, que terminou com o recuo estratégico das forças republicanas. Mas, inesperadamente, Couceiro reuniu os seus oficiais para lhes declarar que a coluna seguia em direcção à fronteira, devido à falta de munições e à incapacidade do seu «exército» para se defrontar com forças que seguramente o governo enviaria para Vinhais[540]. Couceiro teria finalmente compreendido que o povo não se levantara à sua chegada e que o exército não se mexera. A incursão monárquica revelava finalmente as suas incapacidades face à inexistência de apoios internos.

Entretanto, os comandos militares republicanos pediam ao ministro da guerra reforços para a região. Bragança, Porto, Coimbra e Viseu não podiam enviar reforços. Aveiro tinha infantaria 24 preparada para marchar mas faltava-lhe um comboio para executar o transporte. Apenas a 6.ª divisão correspondeu ao pedido com um esquadrão enviado de Chaves para Vinhais[541]. Como explicar a reacção tardia do exército?

---

[534] Cf. Sílvia Henrich Marcet, *ob. cit.*, p. 172.
[535] *Ibidem*.
[536] Cf. Manuel Valente, *ob. cit.*, p. 164.
[537] *Ibidem*, p. 169.
[538] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 1, pasta 3, informação do general S. Monteiro.
[539] Cf. AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 4, pasta 1, informações do sargento comandante da guarda-fiscal de Vinhais; Manuel Valente, *ob. cit.*, p 183.
[540] Cf. Manuel Valente, *ob. cit.*, p. 190.
[541] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 1, pasta 3.

O ministro da Guerra, Pimenta de Castro, que duvidava, com manifesta razão, da força do inimigo, questionava os comandos militares perguntando se um batalhão de infantaria 24 e duzentos marinheiros, entretanto chegados à região, não constituía força suficiente para se «opor a 200 ou 300 revoltosos de que se fala». A resposta revela que o governo possuía informações desencontradas, atendendo ao que Augusto Vasconcelos dissera em Madrid e aos telegramas de Vinhais, que referiam a presença de oitocentos revoltosos na coluna: «informações mandadas pelo comandante 6ª divisão recebidas das tropas em contacto com os revoltosos, não falam de 200 ou 300 revoltosos, mas sim de dois mil e quinhentos sob o comando de Paiva Couceiro»[542].

Enquanto isso, Couceiro abandonava Portugal, depois de um confronto com reforços de cavalaria vindos de Bragança, numa aldeia chamada Casares. Perseguidos por forças do exército republicano, de quem esperava uma revolta, a incursão monárquico-clerical sucumbia perante a inanidade do movimento interno. Internados na fronteira espanhola, as forças do «comandante» acantonaram entre Pinheiro Velho e Esculquera, muito debilitadas pela fome e pelo cansaço. As deserções aumentavam. A descrição do que restava deste comatoso «exército», feita por um oficial dos «carabineros», é elucidativa: «No dia 3 apreensão dum automóvel com armamento. A sua gente continua a abandoná-lo (a Couceiro) levando o armamento e munições. Dos 1200 homens aliciados não lhe restam mais de 400 a 500. Andam andrajosos e famintos, tendo sofrido deveras com as últimas chuvas, por não terem com que se mudar. Em 9 levantaram o acampamento de Pinheiro e seguem a pé, fazendo conduzir o pouco armamento que dispõem, pela fronteira portuguesa, em direcção a Santochão por Seixo onde passaram em 10. [...] Doutras informações concluía-se que os trânsfugas couceiristas vendiam o seu armamento ao desbarato, indicação de necessidades. Em Pinheiro diziam-nos que pareciam pobre da porta»[543].

Mas apesar de todos os contratempos, Couceiro continuava junto à fronteira com o que restava da coluna. Esperava ainda uma reviravolta, com novas armas e a chegada dos tão ansiados navios. O «comandante»

---

[542] *Ibidem*.
[543] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 6, pasta 2.

desconhecia por certo que se gorara a aquisição dos navios e de uma bandeira de «nacionalidade comprada», com que João de Azevedo Coutinho devia zarpar rumo a Leixões e provocar um novo movimento militar[544]. Durante esse mês de Outubro persistiam nessa falsa esperança de um movimento interno que reclamasse a sua entrada em Portugal. Por isso, Couceiro ainda andou errante, para Oeste, à espera que o chamassem de volta, e caminhou em direcção à Portela do Homem, na serra do Gerês[545].

O relato deste arremedo contra-revolucionário não ficará concluído sem a referência à segunda série de levantamentos, que devia deflagrar conjuntamente com a revolução do Porto e a incursão da Galiza. No distrito de Castelo Branco, as populações de várias aldeias dos concelhos de Penamacor e Idanha-a-Nova levantaram-se às ordens das forças tradicionais da reacção conservadora. O perfil do movimento repetia os levantamentos nortenhos de 29 de Setembro: os sinos da aldeia tocaram a rebate, soltaram-se morteiros, e congraçou-se a população que se juntava na sede da aldeia para ouvir um padre ou notável dizer que a monarquia estava restaurada em todo o país por acção de Paiva Couceiro, auxiliado pela população das províncias[546].

O movimento estava combinado entre os dois concelhos e estalou após a entrada em Portugal do capitão de cavalaria João de Azevedo Lobo, acompanhado de Tavares Proença, Manuel Vaz Preto, Francisco Manso Preto Cruz, Luís Rebelo Valente, D. Luís de Lencastre (visconde do Torrão), António Graça e José Rino de Avelar Fróis[547]. Desarmados e rapidamente atacados por pequenas forças do exército, os grupos de populares não ofereceram a menor resistência[548]. Quanto ao grupo de emigrados monárquicos, rumou à Guarda num automóvel de Vaz Preto, pois havia aí a

---

[544] Vimos atrás que terá sido a intervenção da Inglaterra quem impediu a compra de dois «couraçados». Cf. José Lopes Dias, *ob. cit.*, p. 36.

[545] São várias as fontes a explicar esta possibilidade: Carta de Paiva Couceiro ao conde de Alvelos, de 10-10-1911, in *Aléo*, Boletim quinzenal de 'Edições Gama', ano III, n.º 5, 17-03-1944; IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, carta de Aires de Ornelas a João de Azevedo Coutinho, de 07-10-1911; AHM, 1.ª. divisão, 34.ª secção, caixa 4, pasta 3, carta do comando da 3ª divisão militar; IAN/TT, DGAPC, maço 35, carta do comandante do posto fiscal de Moimenta para o administrador do concelho de Vinhais, de 27-10-1911; carta do conde de Mangualde, de 27-10-1911, in Maria Teresa de Sousa Botelho e Melo, *ob. cit*., pp. 45-46.

[546] IAN/TT, MI, DGAPC, maço 35, n.º 703, fls. 3-35.

[547] Cf. Joaquim Leitão, *O Capitão Phantasma (Dos acantonamentos da Galiza à marcha para a segunda incursão)*, Porto, Edição de Autor, 1914, pp. 56-67.

[548] Em João Pires, aldeia do concelho de Penamacor, bastou uma força de 20 praças para restaurar a ordem pública e a república. Cf. AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 2, pasta 2.

promessa de armas. Perseguidos por uma pequena força do exército, acabaram por avançar para Norte, depois de atravessar várias províncias. Presos em Macedo de Cavaleiros por um grupo de carbonários, em 5 de Outubro, seriam entretanto libertados na manhã seguinte, por acção de vários padres e notáveis do lugar que se colocaram à frente da população de várias aldeias. Do acto resultou a restauração efémera do trono em Macedo de Cavaleiros. O intrépido grupo seguiu depois para a fronteira, acossado por carbonários[549], terminando mais um episódio da aventura couceirista.

Apesar de efeitos nulos, a actividade contra-revolucionária condicionou a vida pública em Portugal. Em primeiro lugar, porque aprofundou o clima de ódio e suspeição, fazendo aumentar a acção dos grupos revolucionários, muitos surgidos em Outubro de 1911 como resposta ao movimento realista. Os grupos carbonários, juntamente com os grupos de vigilância da república, desempenharam papel relevante na repressão do movimento, tanto no Porto e respectivo distrito, como em Bragança, Chaves e Castelo Branco, vigiando movimentos e correspondência e prendendo todos os suspeitos[550]. Nos diferentes governos civis, como em Viana do Castelo, os responsáveis políticos fomentaram a constituição de novos «Batalhões de Voluntários» que se viram transformados numa polícia paralela, antecipando a famosa e controversa «formiga branca». Surgido em 2 de Outubro, o «batalhão de voluntários» de Viana do Castelo possuía existência formal, com cartões de identidade e regulamento, e recebia formação militar num quartel. Entre os vários serviços prestados, contavam-se a vigilância de pessoas e infra-estruturas, como pontes, vias de caminho de ferro, estradas e postos de telégrafo[551]. No distrito do Porto, mais de 300 indivíduos foram

---

[549] A narrativa pormenorizada da «incursão das beiras» encontra-se em Joaquim Leitão, *ob. cit.*, pp. 61 e ss; Francisco Manso Preto Cruz, *A Biografia Política e o In-Memoriam de Henrique de Paiva Couceiro*, Lisboa, [s/n], 1947, pp. 38-40;

[550] IAN/TT, MI, Juízo de Investigação dos Crimes de Rebelião, maços 214, 216 e 218.

[551] «Num meio aonde se faz sentir a falta de propaganda, abundante em inimigos do novo regime, com ideias retrógradas aos princípios avançados, habituados a ceder aos caprichos dum caciquismo jesuítico, eu tive a satisfação de notar que apesar disso era possível encontrar alguém que, comparticipando dos meus sentimentos democráticos, se prontificasse a ajudar-me a pôr em prática as minhas ideias republicanas, para bem da República Portuguesa. Resolvi então abrir a inscrição, no Centro Republicano, para organizar o Batalhão de Voluntários de Viana, em 2 de Outubro de 1911 [...]. É para registar que do número de voluntários que acompanham o Batalhão, 40% alternativamente faltavam à instrução, que foi sempre dada no quartel de Infantaria 3, tendo a maior parte deles recebido, na carreira de tiro, a instrução de tiro ao alvo. Mas se só daqueles, 40 % apareciam, todavia, nas ocasiões consideradas como perigosas, eu tinha a satisfação de observar e orgulho-me em dizê-lo - nem um só faltava, prontos todos a defenderem a República» [Relatório do Comandante de

encarcerados, a maioria por acção dos batalhões de voluntários[552]. Ainda assim, muitas dessas prisões não obedeciam a qualquer critério criminal, constituíam o resultado de vinganças e inimizades, ou porque certos indivíduos não exaltavam publicamente o seu republicanismo[553]. O frémito encarcerador teve o condão de acendrar a animosidade anti-republicana, dilatando a base de recrutamento da contra-revolução. Mas era um sinal irrefutável da impossibilidade de tomar o Poder contra a base republicana do regime[554].

Portugal, e muito especialmente o norte do país, vivia um clima de febril agitação que depressa se transformaria em ódio e intolerância. No Porto, os presos foram insultados e espancados, enquanto os radicais assaltaram e destruíram jornais «reaccionários» e estabelecimentos comerciais de monárquicos conhecidos. A Igreja Católica sofreu igualmente os efeitos da ira popular, com ataques ao seminário do Porto e ao Paço Episcopal. Os padres, por sua vez, estavam impedidos de sair à rua, porque os mais afoitos caíam sob a alçada dos grupos de vigilantes, que logo os rechaçavam para o governo civil. Estes organizaram-se em «juntas de vigilância» que exibiam listas de conspiradores destinados à prisão, devassando residências à procura dos «traidores». Os padres e a igreja eram especialmente visados nesta violência anti-reaccionária, o que explica os ataques a templos católicos em Setúbal, Almada, Porto, Braga[555] e Moreira da Maia, terra de Luís de Magalhães[556].

Batalhões Voluntários de Viana do Castelo, in AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 5, pasta 3]. Em Lisboa, vários grupos de defensores da república possuíam um código de disciplina, que definia os direitos e deveres do grupo, havia grupos especializados em tiro e todos possuíam número identificativo.

[552] Foram presas 228 pessoas na cidade do Porto e 97 no distrito, num total de 325, entre civis e militares. Cf. IAN/TT, MI, DGAPC, Segurança Pública, maço 35 e Juízo de Investigação dos Crimes de Rebelião, maço 214. No final de Outubro, estavam referenciados 1200 prisioneiros políticos resultantes dos diferentes actos da contra-revolução. Cf. *A Capital*, ano 2, n.º 447, 25-10-1911.

[553] IAN/TT, MI, Juízo de Investigação dos Crimes de Rebelião, maços 214, 216 e 218.

[554] Cf. Vasco Pulido Valente, *ob. cit.*, p. 211.

[555] BNP, ELM, doc. n.º 7986, carta do padre Américo Costa Nilo a Luís de Magalhães, de 20-10-1911. Sobre este clima geral de violência, leia-se Vasco Pulido Valente, *ob. cit.*, pp. 212-213.

[556] Idem, doc. n.º 9572, carta do abade de Perafita a Luís de Magalhães, de 23-12-1911: «Agora uma notícia de vandalismo: de sábado para domingo último entraram uns bandidos na igreja de Moreira e fizeram todas as patifarias que ao diabo não lembravam. Rasgaram paramentos, opas, pálios, enfim tudo o que encontraram à mão. Quebraram o cálix, foram ao sacrário, roubaram as partículas sagradas, deixando o vaso, escangalharam as caixinhas das esmolas, fizeram defecções na sacristia, inutilizaram missais, etc!!! Vê-se que se não trata dum roubo sacrílego, como infelizmente a cada passo sucede, mas de refinada patifaria, pois que deixaram, embora estragado, tudo o que era de valor. Não sei se as autoridades têm

Ao nível político, foi convocada a câmara dos deputados para sessões extraordinárias, que decorreram entre os dias 16 e 21 de Outubro. Aí se discutiu um projecto do governo, apresentado por João Chagas, para julgar o «bandido» Paiva Couceiro e o seu exército de «traidores», acusados de «rebelião e incitamento à guerra civil». Afonso Costa aproveitaria para defender uma política de «intransigência» para com os conspiradores, facto que lhe granjeou o apoio das massas republicanas, que o vitoriavam à saída do parlamento.

Dessa discussão resultou a aprovação de um verdadeiro tribunal de excepção, conhecido como tribunal das Trinas, que foi presidido pelo juiz Costa Santos, acompanhado por mais sete juízes criminais. As investigações dos crimes relacionados com a actividade contra-revolucionária estenderam-se por todos os distritos e, dada a sua complexidade, haveriam de provocar o descontentamento no mundo conservador. É que muitos prisioneiros políticos estiveram enclausurados vários meses sem culpa formada, facto que muitos juristas reputavam inconstitucional[557]. Entretanto, as primeiras condenações provocavam a ira da imprensa realista existente. No *Dia*, regressado de uma longa ausência a 30 de Novembro, censuravam-se os excessos condenatórios dos tribunais, que tinham condenado Joaquim Augusto de Almeida, que entregara duas cartas de Paiva Couceiro em Santarém, a seis anos de prisão maior celular, seguidos de dez anos de degredo em possessão de 2ª classe ou na alternativa de 20 anos de degredo. O jornal de Moreira de Almeida não compreendia a excessiva pena condenatória e comparava os crimes dos republicanos, feitos à «mão armada», durante a monarquia, que não recebiam penas tão graves e que suscitavam imediatamente ondas «gerais de clemência»[558].

O movimento monárquico-clerical teve grandes implicações na vida política republicana. Açodou definitivamente a divisão entre os radicais de Afonso Costa e os moderados do bloco, acusados de conivência com os inimigos da república e de traição. O governo de João Chagas acabou por

---

pretendido desvendar o mistério. Como se trata de coisas mínimas, como para eles são as que se referem à religião, é provável que tudo fique assim».

[557] Vejam-se cartas de presos políticos ao presidente da república em IAN/TT, MI, DGAPC, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maço 213. A resposta do Juíz Costa Santos, declarando-se pela constitucionalidade das prisões, pode ler-se na *Capital*, n.º 535, 24-01-1912, p.1.

[558] *O Dia*, n.º 121, 30-11-1911, p. 1.

sofrer os efeitos desta cisão, afastando-se do bloco, e proclamando o fim da «indulgência para os inimigos da República». Como sinal desta política, afastou Pimenta de Castro do cargo de ministro da guerra, porque este não aceitava a utilização dos «batalhões de voluntários»[559] e porque supostamente se recusara a assinar o decreto de convocação do Congresso[560]. Pimenta de Castro, que muitos viam como factor de instabilidade, foi substituído no cargo pelo tenente-coronel Alberto da Silveira, em 8 de Outubro. Entretanto, António José de Almeida, atacado por França Borges, no *Mundo*, foi alvo da ira popular em 20 de Outubro, que o espancou em frente do café Brasileira, no Rossio[561]. O radicalismo não poupava os chefes republicanos. Ao mesmo tempo, o governo intentava efectuar uma depuração nas instituições do Estado, ordenando um levantamento exaustivo dos «funcionários públicos implicados no movimento de rebelião e incitamento à guerra civil»[562]. Iniciava-se assim o afastamento dos funcionários considerados hostis, enquanto dezenas de revolucionários civis começavam a ser admitidos nos diversos cargos públicos[563]. Quanto ao movimento contra-revolucionário, entraria numa nova fase.

---

[559] Cf. Vasco Pulido Valente, *ob. cit.*, p. 212. Pimenta de Castro defendia que apenas o exército tinha legitimidade para combater movimentos de revolta.

[560] Cf. Noémia Malva Novais, *João Chagas. A Diplomacia e a Guerra (1914-1918)*, Coimbra, Edições Minerva, 2006, p. 39. O próprio general haveria mais tarde, em 1915, de contestar todas as interpretações dadas para a sua saída. Em nota à imprensa, refere que as explicações para a sua saída do governo em 1911 não correspondiam à verdade pois colocou à disposição do comandante da 3.ª divisão as forças das 6.ª, 8.ª, 2.ª e 5.ª divisões, apesar de reconhecer que «as anunciadas e previstas incursões não teriam a importância que lhes davam ou pretendiam dar, convicção essas, cujo bom fundamento os factos subsequentes sobejamente demonstraram». Explicou ainda que o telegrama que enviou para o Porto, onde estavam Duarte Leite e Sidónio Pais, se deveu ao facto de considerar que a presença dos políticos estava a prejudicar a acção militar do comandante. Tratava-se de evitar «o grande inconveniente da variedade de mandos». Não foi sequer convocado para uma reunião para entendimento com o Dr. Duarte Leite. Foi-lhe entregue na noite de 7 de Outubro uma carta em que o chefe do governo dizia ter-se reunido com os ministros da justiça, finanças, marinha e colónias e à qual deu no dia seguinte a resposta que é conhecida. Cf. Entrevista de Pimenta de Castro, in *Jornal da Noite*, ano 1, n.º 101, 5-05-1915, p. 1.

[561] Cf. Luís Reis Torgal, *ob. cit.*, p. 123.

[562] IAN/TT, MI, DGAPC, Segurança Pública, maço 35, circular do MI n.º 705, de 10-10-1911. A resposta dos governadores civis mostra que não eram muitos os funcionários públicos envolvidos, porque não se chegaram a mostrar ou porque estavam bem protegidos: Viseu, 4; Lisboa, 20; Aveiro, 8; Bragança, 2; Braga, 0; Portalegre, 0; Viana do Castelo, 0; Ponta Delgada, 0. O pedido seria renovado pela circular n.º 763, de 22-10-1911: Angra do Heroísmo, 0; Lisboa (Seixal), 2; Torres Vedras, 2; Aveiro, 3; Leiria, 0.

[563] IAN/TT, MI, DGAPC, maço 47.

3. Do Pacto de Dover à Segunda Incursão

A preparação do movimento realista de 1912, dominado pela segunda incursão monárquica de Julho e pelos levantamentos populares do Minho, começou efectivamente logo a seguir ao desastre de Outubro, com a chegada de nova remessa de armamento e dos implicados nos levantamentos do Porto, com destaque para muitos clérigos[564]. Tavares Proença escrevia aos seus «amigos» a partir de Verin, expondo as razões do fracasso da primeira incursão e censurando aqueles que, ao contrário dele e Couceiro, não tinham cumprido o seu dever: «No que me diz respeito porém, resta-me a consolação de conscientemente ter cumprido o meu dever. Nem todos *infelizmente* poderão dizer o mesmo. E digo *infelizmente* porque se *todos* houvessem cumprido o seu dever não estaríamos hoje aqui neste horroroso tormento de exílio a preparar febrilmente uma nova e decisiva incursão, vendo a nosso lado, a dois passos de nós, o espectáculo horripilante da pátria a desmoronar-se, à nossa espera, sem um grito de dor, sem um gesto de revolta!»[565]. Estava, pois, em marcha, o segundo esforço da reacção monárquico-clerical.

Paiva Couceiro resolvera chefiar pessoalmente o movimento, mas as suas relações com Richmond não eram as melhores. D. Manuel repudiava a neutralidade da Galiza, facto que expôs numa carta dirigida aos emigrados, em 31 de Outubro[566]. A reacção da Galiza foi negativa e enérgica, com a maioria dos notáveis do movimento a dirigir-se ao rei manifestando a sua solidariedade com Paiva Couceiro, apesar de desvalorizarem o carácter

---

[564] Joaquim Leitão, *Couceiro, O Capitão Phantasma (Dos acantonamentos da Galiza à marcha para a segunda incursão monarchica)*, Porto, Edição do autor, 1914, pp. 52 e 57-58. Sobre os preparativos na Galiza, leia-se, ainda, Joaquim Leitão, *Em Marcha para a 2ª Incursão*, Porto, Edição do Autor, 1915.

[565] MNE, AHD, 3P, A3, M716, n.º 5. Sublinhado no original.

[566] Afirmava D. Manuel: «Vejo entretanto confirmado que o movimento projectado recebe o carácter de "neutral" colaborando nele entidades com ideias completamente diversas e que alimentam a esperança de as ver conseguidas se o país assim o decidir num futuro plebiscito. Como sei que posso absolutamente contar com a dedicação de muitos, a estes me dirijo para lhes declarar que reprovo completamente o carácter "neutral" do movimento e que repudio igualmente todo o acordo de qualquer espécie que seja, com o partido miguelista, com o qual nunca tive entendimento algum. Desejo também que fique bem acentuado que esta minha declaração não representa de forma alguma desistência ou renúncia dos meus incontestáveis direitos e que o mais ardente desejo da minha vida continua sendo o de regressar à minha querida Pátria e com a colaboração de todos os bons portugueses assegurar-lhe ainda dias de paz e prosperidade. D. Manuel Rei Richmond 31 de Outubro 1911» [BN, ELM, Doc. n.º 9427].

«neutral» do movimento[567]. Na emigração, por sua vez, acusavam o rei exilado de «desinteresse» pelos trabalhos da restauração[568], ao mesmo tempo que se fomentava o envolvimento dos próceres de D. Miguel, sob a acção de Alexandre Saldanha da Gama[569].

A aparição do miguelismo neste esforço de restauração da monarquia e da emergência do ideário tradicionalista não foi meramente episódico. Os miguelistas anteciparam-se a Paiva Couceiro na Galiza, com a ida para Verin de D. João de Almeida. Desde Dezembro de 1910 que este oficial austríaco diligenciava para organizar as forças legitimistas para uma resistência à república, com contactos feitos em Chaves e Bragança, junto de religiosos[570]. Quando Couceiro aí chegou, este procurou-o e ofereceu-lhe os seus serviços. Dos fiéis de D. Miguel chegaram à Galiza armas, dinheiro e «soldados», trazidos pela tia de D. Miguel, D. Aldegundes, personagem que haveria de interceder pelos emigrados junto do rei D. Afonso XIII[571].

A divisão dinástica enfraquecia o movimento de restauração. Os miguelistas continuavam a tentar organizar uma coluna, ainda pela acção de D. João de Almeida[572], enquanto Paiva Couceiro, melindrado com D. Manuel,

---

[567] Cf. D. José Luís de Almeida, *ob. cit.*, pp. 210-212. Veja-se o testemunho do conde de Mangualde em Maria Teresa de Sousa Botelho e Mello, *ob. cit.*, pp. 53-54. Eis as declarações de Pinheiro Chagas: «[...] entendi declarar a El-Rei não poder cessar de auxiliar, no que fosse possível, o movimento, por considerar: 1.º Que ele tinha condições de existência e não devia, portanto, concorrer de qualquer forma para que as deixasse de ter. 2.º Que o seu carácter neutral não tinha, em minha opinião a menor importância quer sob o ponto de vista político, quer sob qualquer outro, pois tal neutralidade de nenhuma cooperação nos privara e mais intensas e flagrantes tornara as já indiscutíveis convicções monárquicas manuelistas, tanto do país em geral, como especialmente da coluna organizada na Galiza sob o comando do capitão Paiva Couceiro. 3.º Que nenhuma significação política nem qualquer importância natural tinha a intervenção do miguelismo, a cujas ambições seria fácil pôr termo, vitorioso o movimento, no caso dessas ambições irem para além das que são legítimas a portugueses desejosos de felicidade e da paz do seu país. [...] embora todas as quantias por mim recebidas só tenham sido provenientes de manuelistas ou, pelo menos, de pessoas que como tal se apresentavam à data da entrega das quantias com que subscreveram» [in MNE, AHD, 3 P, A 28, M 153].

[568] Veja-se a carta do conde de Vilas Boas em D. José Luís de Almeida, *ob. cit.*, pp. 210-211.

[569] IAN/TT, Arquivo Particular de João de Azevedo Coutinho, caixa 1, Carta de D. Amélia a Azevedo Coutinho, de 26-11-1911.

[570] Veja-se o testemunho de António Granjo na *Capital*, n.º 720, 30-07-1912, p. 1. A presença antecipada de D. João de almeida na Galiza é confirmada por Manuel de Bethencourt e Galvão, *ob. cit.*, pp 170-172

[571] Cf. testemunho de D. João de Almeida em *Aléo*, Boletim Quinzenal de 'Edições Gama', ano III, n.º 5, 3.ª série, 17-03-1944, p. 2. As armas que permitiram a incursão de Vinhais foram fornecidas por D. Alexandre Saldanha da Gama e seu filho, D. José e Chichorro. Cf. Manuel Valente, *ob. cit.*, p. 159.

[572] Cf. Maria Teresa de Sousa Botelho e Mello, *ob. cit.*, pp. 52.

insistia no carácter neutral do movimento[573]. Como evitar esta dispersão de forças e congregar os adversários da República?

Nessa época verificaram-se algumas diligências para unificar os esforços restauracionistas. Figuras proeminentes do miguelismo procuraram uma aproximação às cúpulas de D. Manuel, em especial àqueles que encabeçavam o movimento em França e Inglaterra. Algumas destas personalidades tiveram mesmo entrevistas com D. Miguel, em Paris e Biarritz, sobre o movimento restaurador. Por essa altura chegavam a Londres, onde acabara de se formar um comité para dirigir a política restauradora, as disposições de D. Miguel de auxiliar a causa monárquica e de abdicar das suas pretensões ao trono, feitas pelo marquês de Abrantes, D. João de Lencastre e Távora a Luís de Magalhães. Segundo este, D. Miguel pretendia ver apenas restaurada a monarquia em Portugal. Depois de conversações prévias, vagas e comprometidas por vozes contraditórias, iniciaram-se negociações sérias, em Janeiro de 1912, conduzidas por D. Alexandre de Saldanha da Gama, que levava propostas definitivas de D. Miguel[574].

O acordo entre miguelistas e manuelistas, conhecido como «Pacto de Dover», foi patrocinado pela coroa espanhola, depois dos contactos estabelecidos por partidários de D. Miguel com o próprio Afonso XIII. A resposta dada pelo monarca espanhol a uma personalidade miguelista, que não foi identificada, é elucidativa: «Su país […] atraviesa una crisis bien penosa y bien profunda y sería de desear que, olvidando sus querellas interiores, los miguelistas y los manuelistas se entendieran por el bien y por el porvenir de Portugal. La unión hace la fuerza! Es posible? Por qué no? Os debéis ambos a vuestro país y haciendo esto y combatiendo juntos facilitaríais muchas cosas… Yo soy el primer interesado en ver a vuestro país fuerte, próspero y sobre todo con el orden que deseo»[575]. Ficava assim evidente o desejo de Afonso XIII de ver instaurada a monarquia e a

[573] As informações dos cônsules da Galiza confirmam esta informação, assim como a crescente popularidade de D. Miguel entre os emigrados. Cf. AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 4, pasta 3.

[574] Cf. Luís de Magalhães, *A Crise Monarchica. Documentos para a Historia e Liquidação de Responsabilidades*, Porto, Livraria Lello Editora, 1934, pp. 105-108.

[575] Citado por Javier Tusell e Genoveva G. Queipo de Llano, *Alfonso XIII. El rey polémico*, Madrid Taurus, 2001, p. 218.

«ordem» em Portugal. Segundo o marquês do Lavradio, «a Espanha impõe o movimento»[576].

A posição de Afonso XIII não se limitou a uma vaga expressão pessoal, como prova o envolvimento do seu ministro em Lisboa, o marquês de Villalobar, também ele favorável aos interesses realistas em Portugal. A acção diplomática de Villalobar terá sido fundamental para concertar os dois partidos desavindos numa tentativa de unidade operacional. Com efeito, o diplomata espanhol viajou para Londres, «mandado pelo Rei de Espanha», em Janeiro de 1912, para conversar com D. Manuel e dizer-lhe que «o rei de Espanha tinha de defender a sua coroa e que a república portuguesa lhe não convinha». Na eventualidade de D. Manuel não se interessar pelo movimento de restauração, o próprio Afonso XIII, cansado da propaganda nefasta dos republicanos, «ia fazer com que o movimento tivesse lugar sendo-lhe indiferente o Rei que para lá fosse, caso D. Manuel não quisesse»[577]. O marquês de Villalobar teve então conferências com Paiva Couceiro e D. Alexandre Saldanha da Gama. A união dos dois ramos dinásticos era, na sua opinião, a «única e mejor manera de entenderse todos j marchar de acuerdo»[578].

As conversações para um acordo de unidade dos Braganças tiveram lugar em Londres, entre os representantes de D. Manuel e o lugar-tenente de D. Miguel, mas encontravam a maior dificuldade na recusa do representante legitimista em renunciar aos seus direitos dinásticos, única base de negociações para o partido manuelista. As negociações deviam terminar com uma troca de cartas entre D. Manuel e o seu primo, D. Miguel. O «pacto» de Dover, que formalmente nunca existiu, saldou-se por um encontro entre os dois representantes da casa de Bragança, ocorrido em Dover, na Alemanha, a 30 de Janeiro. As cartas então trocadas, tornando claro múltiplos equívocos, não reflectiam aquilo que supostamente fora acordado, pois D. Miguel não abjurava os seus direitos dinásticos, deixando D. Manuel muito indignado com o logro aparente. E D. Miguel, que não pretendia firmar qualquer acordo político, mas apenas um acordo pessoal

---

[576] Cf. José Lopes Dias, *ob. cit.*, p. 45, carta do marquês do Lavradio a Tavares Proença, de 10-01-1912.

[577] *Ibidem*.

[578] IAN/TT, Fundo particular de João de Azevedo Coutinho, Caixa 2, carta do marquês de Vilallobar a João de Azevedo Coutinho, de 17-12-1912.

que visava a unidade para derrubar a república, ficava perplexo ante um documento que o obrigava a essa renúncia e não salvaguardava os direitos dinásticos dos seus descendentes[579].

Apesar do equívoco de Dover, a informação que chegou ao público anunciava a existência de um acordo político. Aires de Ornelas, então a residir em Paris, concedeu uma entrevista ao jornal francês *Excelsior*, em que afirmava que a entrevista de Dover «aumentará as probabilidades da restauração monárquica». Para Ornelas, a gravidade da situação política em Portugal obrigara a uma conciliação dinástica e significava a «união de todos os portugueses perante o inimigo comum»[580].

Aparentemente, D. Manuel, mantendo o silêncio sobre o que realmente se passara em Dover, procurava garantir a unidade política em torno do movimento de restauração, arregimentando todos os descontentes com a república e aprofundando a organização, já conciliado com Paiva Couceiro. É nesse sentido que deve entender-se a nomeação do «paladino» para chefe da contra-revolução: «Ele é o chefe do movimento e julgo absolutamente necessário que hoje *uma só e única orientação*»[581]. Couceiro mantinha boas relações com os sectores miguelistas, através de D. Aldegundes, condessa de Bardi, e abandonara o seu projecto plebiscitário, o que agradava a D. Manuel. A Galiza continuaria a organizar uma coluna e a preparar o movimento interno para uma sublevação nacional, pois Couceiro acreditava que «todo o país se sublevará um dia, num vasto e formidável arremesso de

---

[579] As negociações foram descritas em pormenor por Luís de Magalhães, que participou em parte das diligências e se correspondeu depois com D. Miguel. Toda a documentação exibida por Luís de Magalhães, incluindo cartas de D. Miguel e relatórios do seu filho, o duque de Viseu, e de D. Alexandre Saldanha, é reveladora dos muitos equívocos e dos interesses divergentes entre os dois ramos da família Bragança. Cf. Luís de Magalhães, *A Crise Monarchica. Documentos para a Historia e Liquidação de Responsabilidades*, Porto, Livraria Lello Editora, 1934, pp. 109-158.

[580] Entrevista publicada na *Capital*, n.º 546, 06-02-1912, p. 1.

[581] IAN/TT, Fundo particular de João de Azevedo Coutinho, caixa 8, carta de D. Manuel a João de Azevedo Coutinho, de Fevereiro de 1912. Sublinhado de D. Manuel. É este o conteúdo completo da carta, que termina com uma frase dúbia sobre o «acordo» de Dover: «Devo dizer-lhe que julgo indispensável que todos os passos que se tenham de dar sejam sempre d'acordo com o Couceiro. Ele é o chefe do movimento e julgo absolutamente necessário que hoje *uma só e única orientação*. É preciso unir todos os elementos, e mesmo estou trabalhando o quanto posso nesse sentido; mas quero fazê-lo combinado com o Couceiro. Está aqui João de Almeida e estou exactamente tratando desse importante assunto. Certamente falou com o Couceiro; graças a Deus tudo se passou bem no encontro de Dover».

opinião nacional… Não será uma conspiração, há-de ser a vontade nacional que reporá D. Manuel no trono»[582].

O facto mais significativo saído das negociações de Dover consistiu na mutação inequívoca que se dera na natureza do movimento monárquico-clerical. Em 1911 não era ainda um movimento formalmente restaurador, apesar de se acreditar que só a restauração da realeza poderia extirpar de vez a «conturbada» república. A partir de 1912, pelo contrário, o movimento assumia formalmente como programa a restauração da monarquia na pessoa de D. Manuel.

O projecto restaurador obedecia ao comité de Londres, chefiado por figuras de proa, como o marquês do Soveral, o Visconde de Asseca, Luís de Magalhães, Almeida Azevedo e J. de Almeida. Este comité articulava a sua acção com outros comités em Paris, Madrid, Lisboa e a Galiza, onde tinha como delegados João de Azevedo Coutinho, Aires de Ornelas e o conde da Ribeira[583]. Foi em Londres que Luís de Magalhães redigiu um «Esboço dum plano político para a restauração da Monarquia». Esse projecto continha os prolegómenos políticos e jurídicos da restauração. Começava por declarar que a república era o resultado de «um puro acto de usurpação, traiçoeiro e violento, realizado por uma minoria insignificante do exército e da população civil» que o acaso favoreceu e que, *ipso facto*, não representava a vontade nacional. Sem legitimidade, pois as eleições constituintes não passavam de um «puro simulacro» de natureza exclusivamente republicana, a república não era mais do que um «interregno» que terminaria com a reposição do trono.

O plano de restauração contemplava três fases distintas: a primeira era a fase do movimento contra-revolucionário, de natureza militar, que decorria desde a incursão e os pronunciamentos militares e civis internos, até à conquista de Lisboa e a eliminação completa da república; a segunda fase era constituída por uma obra de saneamento administrativo e reposição da ordem, entregue a um ministério constituído por um conjunto de «especialistas» de méritos e competência técnica reconhecida; nesta fase

---

[582] Cf. Luís de Magalhães, *ob cit.*, p. 150; entrevista de Aires de Ornelas, in *A Capital*, n.º 546, 6-02-1912, p. 1. Segundo o marquês do Lavradio, «o Couceiro não quer porém fazer o movimento sem contar com uma certa organização interna e prefere esperar até à primavera por causa da invernia. Calcula porém poder entrar em Março» [Cf. José Lopes Dias, *ob. cit.*, pp. 45-46, carta do marquês do Lavradio a Tavares Proença, de 10-01-1912].

[583] Cf. José Lopes Dias, *ob. cit.*, p. 73, carta do marquês do Lavradio, de 23-10-1912.

procedia-se ainda à organização político-partidária da monarquia, com a criação de um grande partido conservador-liberal que combateria o «despotismo demagógico» e o radicalismo republicano. Sob a acção desta agremiação seria edificada uma monarquia parlamentar mas conservadora, ao mesmo tempo «moderna» e «tradicionalista», «progressista» e respeitadora das «tradições»; finalmente, restabelecido o trono e reposta a legalidade constitucional, entrar-se-ia na terceira fase, período marcado por profundas reformas políticas «na representação nacional, na administração local, no regime tributário, no sistema financeiro» e por reformas na economia, sociedade, ensino, justiça, defesa e colónias. Era todo um novo edifício governativo que se propunha reconstruir a monarquia nova em Portugal, conciliando as exigências de modernidade com a tradição[584].

O movimento restaurador viu reforçada a sua pretensa legitimidade, no decorrer de 1912, em virtude do crescente radicalismo e das tensões sociais, que envolveram a igreja e o proletariado. O mês de Janeiro começou com uma forte campanha de luta e agitação conduzida pelos sectores operários contra a lei do inquilinato e em defesa de melhores salários. Esse combate enérgico começou em Évora, quando centenas de trabalhadores rurais protestaram contra o desrespeito dos proprietários pela nova tabela salarial acordada pelas partes. A greve seria reprimida pelas autoridades civis e pela GNR, resultando em vários feridos, prisões e um morto. Em Lisboa, por solidariedade com Évora, foi declarada a greve geral, que paralisou a região da Capital entre 29 e 30 de Janeiro[585]. No Porto teve lugar um comício de «protesto contra os acontecimentos de Évora»[586]. A violência inusitada da sublevação operária, que fez uso de bombas e armas de fogo, obrigou o governo a reunir um forte dispositivo de força, recorrendo à GNR e mobilizando pequenos destacamentos de artilharia e cavalaria de cidades como Santarém, Portalegre, Elvas e Portalegre, para além dos batalhões de voluntários. A 30 de Janeiro foi decretado o estado de sítio e suspenderam-se as garantias constitucionais, entregando-se o governo de Lisboa à

[584] O plano detalhado da restauração pode ler-se em Luís de Magalhães, *Perante o Tribunal e a Nação. A Monarchia do Norte e o Julgamento da Junta Governativa do Reino*, Coimbra, Coimbra Editora, 1925, 206-223.
[585] Cf. António José Telo, *ob. cit.*, p. 56.
[586] *A Capital*, n.º 539, 28-01-1912, p. 2

autoridade militar do comandante da 1.ª divisão, general António Carvalhal de Carvalho[587].

O governo de Augusto Vasconcelos enviou a Évora, como delegado, o deputado Inocêncio Camacho. A sua explicação para a violência das reivindicações estribava-se numa estranha aliança entre grupos de «reaccionários» e agentes do anarquismo. De acordo com o seu relato, bandos armados percorriam os campos, obrigando os trabalhadores rurais a segui-los. Esses bandos, constituídos pelos «criados de reconhecidos reaccionários, de mistura com anarquistas» incitaram os «trabalhadores a marchar sobre Évora, dizendo-lhes que Paiva Couceiro lhes faria pagar 600 réis por dia»[588].

A república não compreendia que os operários contestassem de forma tão patente a nova ordem política, tida como progressista e favorável aos trabalhadores. Isso explica que a propaganda estabelecesse um nexo de ligação entre os monárquicos e as organizações operárias, fazendo crer que as reivindicações do sector eram patrocinadas por adeptos da coroa. Estas inferências retorcidas e enviesadas justificavam também a violência exercida e o «aparato bélico». Alguma imprensa republicana escrevia que a greve geral de Lisboa, transmutando a luta sindical em «violência revolucionária», não era mais do que a metamorfose de um «complot monárquico»[589]. O absurdo de tais entendimentos parece óbvio, mas a verdade é que Augusto de Vasconcelos, obrigado a explicar a crise na câmara dos deputados, atribuiu de forma categórica a monárquicos e «reaccionários» a responsabilidade deste movimento «revolucionário». O chefe do governo identificava mesmo uma mutação nos processos contra-revolucionários: «há muito que o Governo sabia que os reaccionários tinham mudado de sistema, de táctica, que em vez de fomentar desordens, atrevendo-se a pretender perturbar a sociedade portuguesa sob a sua própria responsabilidade, pretendiam perturbá-la introduzindo agitadores profissionais nas massas operárias, na honesta massa operária do país […], e sabia, também, que nas associações, que no uso legítimo dum direito que as classes trabalhadoras

[587] *A Capital*, n.º 540, 30-01-1912, p. 1.
[588] *A Capital*, n.º 539, 28-01-1912, p. 2.
[589] António José Telo, *ob. cit.*, p. 57. *A capital* escrevia a propósito: «Tudo indica que o movimento, a que se pretendeu arrastar os nossos operários de Lisboa, planeado pelos elementos sindicalistas, em íntima relação com os anarquistas, é sustentado por dinheiro de reaccionários monárquicos» [n.º 540, 30-01-1912].

tinham constituído, se estavam metendo e introduzindo esses e outros elementos de desordem, elementos perturbadores que procuravam fazer um levantamento geral contra o Governo e contra a República. O Governo tinha, há muito, informações de que esses elementos manobravam e tramavam e seguiu-os sempre de perto, para no momento oportuno e quando o perigo avolumasse, caso não pudesse evitá-lo, vir ao Parlamento pedir as medidas que houvesse necessidade de tomar, extraordinariamente, para um tal estado de coisas»[590].

Em face dessas «medidas extraordinárias» procedeu-se então a numerosas prisões de sindicalistas e de monárquicos[591], tendo-se destacado a prisão de José de Azevedo Castelo Branco, acusado de ser «autor de cartas de graves responsabilidades»[592]. O advogado Mário Monteiro foi igualmente encarcerado. A natureza do labéu que pendia sobre este conhecido advogado de defesa de monárquicos, no tribunal das Trinas, decorria das relações profissionais que tinha com várias associações operárias. Era com argumentos espúrios e judicativos que o governo forjava um consórcio entre os sectores operários e os adeptos da realeza. A estratégia seria repetida noutras conjunturas, como em 1913, numa época em que os sectores operários e anarquistas não escondiam o ódio ao Partido Democrático e a Afonso Costa.

A verdade é que tais estribilhos não passavam de exercícios de propaganda, repudiados imediatamente no *Dia*, que escreveu que tais acusações eram «inverosímeis»[593]. Em Janeiro de 1912, os monárquicos estavam muito ocupados a discutir a possibilidade de uma unidade dinástica para combater a república. A desconstrução de tão mirabolantes conluios seria feita por quem contribuiu para a sua elaboração. Com efeito, as afirmações do deputado Inocêncio Camacho, no parlamento, referem apenas que o movimento de Évora interessava aos «lavradores», «porque tinham dinheiro», e que as perturbações eram animadas por «pessoas que não

---

[590] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 01-02-1912, p. 4.

[591] Mais de 600 pessoas foram presas a bordo da fragata *D. Fernando* e do navio *Pêro d'Alenquer.*

[592] *A Capital*, n.º 540, 30-01-1912, p. 1. José castelo Branco explica assim o valor dessas cartas: «Esses documentos eram substancialmente umas cartas particulares que eu escrevera a uns amigos, ausentes no Brasil, e a quem, num propósito de aligeirar as tristezas do exílio, contava o que os jornais diziam sobre escândalos ardentes praticados por certas figuras da República» [in Joaquim Leitão, *A entrevista. Sem santo nem senha*, n.º 9, 08-01-1914, p. 140].

[593] *O Dia*, n.º 183, 3ª. série, 13º. ano, 15-02-1912, p. 1.

podem simpatizar com o regime republicano»[594]. Os latifundiários e camponeses ricos do Alentejo, «porque tinham dinheiro» só podiam abominar a república. E com este preconceito classista se deduzia a autoria dos graves confrontos sociais[595]. Quanto à agitação de Lisboa, as únicas provas existentes eram «material para fazer explosivos» e algumas frases incendiárias, de matiz claramente anarquista, tiradas de uns panfletos encontrados na sede da União de Sindicatos[596]. O anarco-sindicalismo era então o verdadeiro responsável pela dimensão revolucionária destas manifestações de luta[597].

No campo religioso, a situação não era menos tensa e dramática, em resultado da aplicação da lei de separação. As vítimas eram agora os prelados. D. Manuel Vieira de Matos fora desterrado pelo governo, em 25 de Novembro, para o Fundão, acusado de defender um padre que lera aos seus paroquianos a encíclica *Jamdudum in Lusitania*, de Pio X. O Episcopado ainda reclamou para o presidente da república mas sem efeitos. D. Manuel sofreria novo desterro, em 28 de Dezembro de 1911, depois de ter expedido uma circular ao clero da sua diocese em que lhe determinava que não colaborasse na organização das cultuais. A organização das cultuais seria aliás a causa do desterro de todo o clero episcopal e dos governadores de bispado, de tal modo que a 8 de Abril de 1912 não residia nenhum bispo na sede do seu bispado[598].

O conflito entre clericalismo e anticlericalismo agravava-se, opondo os sectores conservadores aos radicais. A 1 de Janeiro teve lugar, em Lisboa, junto ao patriarcado, uma manifestação de solidariedade muito carregada de cunho ideológico, que contou com a participação das elites conservadoras e muito povo[599]. A essa manifestação responderam os sectores mais radicais

---

[594] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 01-02-1912, p. 9.

[595] Veja-se a conclusão de António José Telo, *ob. cit*., p. 40.

[596] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 01-02-1912, p. 6. As frases citadas eram: «"A ideia patriótica é uma superstição de que os habilidosos se aproveitam para governar os operários"; "Às violências da guarda republicana responde-se com bombas de dinamite" e "Debaixo da farda de cada militar pulsa o coração dum assassino"».

[597] Cf. António José Telo, *ob. cit*., p. 52.

[598] Cf. A. Jesus Ramos, art. cit., pp. 290-291.

[599] *O Dia* descrevia assim a manifestação: «Cerca de seis mil pessoas concorreram ali a saudar o chefe da Igreja Portuguesa, expulso deste distrito pelo decreto de 28 de Dezembro. Ali esteve tudo quanto a nossa elite intelectual conta de mais distinto, [...]. Foram ali magistrados, oficiais, advogados, médicos, engenheiros, homens de ciência, literatos, artistas, e muita gente das classes populares, além de numerossíssima representação do clero e da aristocracia. Elementos liberais, até republicanos, ali concorreram numa nobre e

com uma manifestação anticlerical, no dia 14, convocada pela Associação do Registo Civil. Nela marcaram presença as associações republicanas da Capital, mas igualmente a maçonaria, liderada por Magalhães Lima, representantes do exército e personalidades ilustres da república, como Correia Barreto e Teófilo Braga. No Porto, entre os manifestantes destacaram-se alguns intelectuais republicanos, como Leonardo Coimbra. O jornalista da *Capital* entendia estas manifestações como uma resposta ao desafio da «Roma papal», «inimiga da razão, do progresso e da soberania dos povos», feito à república. O «povo republicano» defendia a aplicação de uma lei «que fez sua» e com a sua manifestação «sancionou a orientação democrática da República»[600].

Mas, na realidade, em nome da «liberdade de consciência» e da «liberdade religiosa» cometeram-se as maiores violências contra a religião e os seus ministros, sob a acusação de que conspiravam contra a república[601]. Para além das prisões arbitrárias, atacava-se de facto a liberdade religiosa. Na Páscoa desse ano, muitos padres foram ameaçados para não realizarem as tradicionais celebrações festivas, como a visita pascal, e em alguns casos houve recurso a atentados bombistas. Os mais destemidos corriam riscos, mas outros evitavam expor a sua integridade física à «lei da bomba» imposta pelas «minorias»[602]. Estas acções, praticadas por grupos radicais de defesa da república, não eram punidas pelas autoridades. É certo que nem todas as autoridades administrativas agiam de forma radical no controlo da aplicação das disposições da lei de separação, pois muitas procediam com tolerância e respeito pelo sentimento religioso das populações[603]. Mas os extremistas interferiam com a prática do culto, como a semana santa, contribuindo para aumentar a hostilidade dos meios conservadores, mesmo republicanos, contra o regime. Em muitos casos, o anticlericalismo exagerado fomentou o ressurgimento do espírito católico e acentuou o fervor religioso. Em Monforte, onde o administrador do concelho impediu as cerimónias da semana santa, o oficial do registo civil assistiu à missa,

---

ordeira demonstração de solidariedade com o prelado. E a afluência de povo foi espantosa...» [n.º 148 (3.ª série), 13º. ano, 02-01-1912, p.1].

[600] *A Capital*, n.º 525, 14-01-1912, p. 1.

[601] Leia-se a carta do abade de Tadim em Raul Brandão, *ob. cit.*, pp. 150-151.

[602] BNP, ELM, doc. n.º 9576, carta do padre António da Costa Ramos, abade de Perafita, a Luís de Magalhães, de 14-04-1912.

[603] Sobre a aplicação da lei de separação, leia-se Maria Lúcia de Brito Moura, *ob cit.*, pp. 469 e ss.

fazendo aparentemente uma evolução pessoal da indiferença para a fé. Esta mutação foi notada por António Sardinha, que naquela época fez também a sua conversão à religião católica, ainda que numa dimensão «poética» e dentro de uma «religiosidade laica» recolhida dos ensinamentos de Renan[604].

Mas se uns encontravam a fé católica, outros convertiam-se ao evangelho contra-revolucionário, como o padre Américo da Costa Nilo, responsável por actividades conspirativas na Póvoa do Varzim e em Esposende[605]. Apesar da descrença no movimento de Couceiro, que as populações mofavam já de «Capitão Rouceiro», o ambiente social de «desordem», «indisciplina» e anarquia acicatava mesmo aqueles mais ponderados como o padre Américo da Costa Nilo. Levado para o cerne do confronto pelas negaças do messianismo, o sacerdote invocava a chegada de uma nova ordem que trouxesse a paz e a estabilidade a uma república anarquizada. Para a reconstrução dessa ordem reclamava-se a acção de um «salvador», de uma personalidade providencial que podia ser o «Grão Capitão» ou «outro qualquer» que sobrepujasse a «mediocridade dos homens do seu país»[606]. O messianismo e o seu matiz português, o sebastianismo, caracterizavam as sociedades cuja identidade colectiva se encontrava definida pelas ideias de decadência e ressurgimento[607]. A sua formulação durante a república antecipa os fenómenos de apoio a Sidónio Pais e a Salazar, vistos pela opinião pública conservadora como salvadores duma pátria doente e anquilosada.

---

[604] Cf. Ana Isabel Sardinha Desvignes, *António Sardinha (1887-1925). Um Intelectual no Século*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, pp. 146, 159-161.

[605] Cf. BNP-ACPC, ELM, doc. n.º 7997, carta do padre Américo da Costa Nilo para Luís de Magalhães, de 19-08-1912.

[606] *Ibidem*, doc. n.º 7991, Carta do padre Américo da Costa Nilo para Luís de Magalhães, de Abril? 1912. «Aqui em Portugal a questão das instituições passou para o segundo lugar, e hoje todos, monárquicos e republicanos, concordam em que: isto não pode continuar sendo preciso terminar esta desordem dos espíritos e da administração pública venha o salvador donde vier... De forma que, se o Grão Capitão (que o povo desde há muito chama o Capitão Rouceiro) ou outro qualquer, num arranque de coragem entrasse por ai dentro e favorecido pela sorte num combate a valer conseguir destacar-se da geral mediocridade dos homens do seu país teria a acolhê-lo não só a boa vontade mesmo dos indiferentes que facilmente lhe reconheceriam a supremacia, mas certamente até a complacência dos republicanos bem intencionados que antes de tudo querem a ordem e a integridade de Portugal». O padre Nilo reconhecia ainda que um «salvador» republicano também satisfaria os monárquicos.

[607] Sobre a importância da decadência e do sebastianismo na cultura política da segunda metade do século XIX, leia-se António Machado Pires, *A Ideia de Decadência na Geração de 70*, 2ª ed., Lisboa, Veja, 1992; Fernando Catroga, «O Problema Político em Antero de Quental. Um confronto com Oliveira Martins», Separata da *Revista de História das Ideias*, vol. III, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 1981, pp. 1-180; Miguel Dias Santos, «Luís de Magalhães, Oliveira Martins e a 'Vida Nova'», in *Revista de História das Ideias,* vol. 24, Coimbra, Faculdade de Letras, 2003, pp. 311-353.

A verdade é que o sistema político republicano não favorecia a constituição de uma agremiação ou força política saída dos sectores do conservadorismo monárquico e católico. Sem possibilidade de representação parlamentar, com a sua imprensa acossada pelos excessos extremistas, a reacção anti-republicana não tinha alternativa à acção armada e à conspiração. Esta, por sua vez, dava força ao Partido Democrático e aos «patriotas» mais radicais, que aproveitavam o «perigo monárquico» para atacar os moderados, chefiados por António José de Almeida e Brito Camacho[608].

A acção política concertada dos moderados, surgida com a designação de União Nacional Republicana, teve o seu esfacelo inevitável no início de 1912, com a formação de duas novas agremiações partidárias. António José de Almeida e Brito Camacho formaram então, entre Fevereiro e Março de 1912, dois partidos distintos: o Partido Evolucionista e a União Republicana. Esta recomposição político-partidária visava penetrar no mundo rural e urbano da província, dando voz a sectores que eram desprezados pelo Partido Democrático[609]. Por outro lado, parece evidente que as novas agremiações não enjeitavam a hipótese de atrair os monárquicos e os católicos para quem a questão de regime não assumisse uma dimensão de princípio e consciência e integrar o mundo conservador das províncias, indiferente e passivo, mas sujeito às investidas dos adversários da república. É o que se depreende de alguns tópicos do seu programa político, como a revisão da lei da separação e o favorecimento de uma política de atracção. Não por acaso, uma das primeiras propostas de António José de Almeida no parlamento foi a concessão de uma larga amnistia para os presos políticos, iniciativa política que o Partido Democrático estrangulou no parlamento[610].

Alfredo Pimenta, que então militava no Partido Evolucionista, via na constituição de uma república conservadora a alternativa à «república demagógica» de Afonso Costa. Mas ao contrário dos radicais que governavam, aos conservadores, isto é, às classes populares e às classes superiores, de «tendências orgânicas e construtivas», faltava «organização»

---

[608] Cf. Douglas L. Wheeler, *ob. Cit.*, pp. 108-109.

[609] Sobre a constituição e programa dos novos partidos, veja-se Ernesto Castro Leal, «Partidos e grupos políticos na I República», in João Medina, *ob. cit.*, p. 293 e ss.

[610] Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 21-02-1912, p. 4.

e «disciplina»[611]. Para Alfredo Pimenta, o Partido Evolucionista devia cumprir essa missão de coalização, integrando os monárquicos num grande partido conservador: «Todos sabem, os mais ferrenhamente monárquicos, que a monarquia não tem, pela força própria, isto é, pelos elementos de que dispõe, quer entre nós, quer além fronteiras, possibilidade, ainda a mais longínqua, de, num movimento revolucionário, tomar novamente conta dos destinos do país. […] Não é tarde, pois, para, esquecendo agravos, se colaborar na obra do progresso nacional porque há muito vínhamos sonhando, para que há muito vínhamos trabalhando. Temos ainda uma grande fé no espírito patriótico do País. E queremos acreditar que a Nação nos não abandonará, não nos deixará isolados no fim que temos em vista»[612].

A recomposição político-partidária de 1912 colocou pela primeira vez no tablado das relações políticas a hipótese de uma república conservadora. Esta solução será aventada noutras conjunturas difíceis, como em 1915 e 1917-1919, e para muitos políticos só uma república conservadora, construída sobre uma extensa base social de apoio, poderia salvar a república da instabilidade permanente. Os radicais e os próprios monárquicos, naturalmente, não aceitavam esta solução.

A contra-revolução monárquica encontrava a sua legitimidade na violência republicana, na desordem social e na «crise do medo». O jornal de Moreira de Almeida, que nos primeiros meses de 1912 desenvolveu uma campanha de pacificação da sociedade portuguesa, de afirmação da «ordem» e da «autoridade», sofreu várias ameaças veladas e um ataque incendiário[613]. Os ataques à imprensa, muitas vezes com a conivência das autoridades, constituíam a realidade mais visível deste radicalismo, que não admitia a crítica e a sugestão contrária. A imprensa monárquica via nestas violências o repúdio do regime pelas liberdades instituídas pela constituição republicana, e por isso questionava: «Quando não há num país liberdade de pensar, nem liberdade de escrever, nem liberdade de falar, quando só não são burlas as bombas de dinamite que põem em risco a vida dos cidadãos e da propriedade e às centenas se encontram fabricadas como agora se viu

[611] Alfredo Pimenta, *Política Portuguesa. Elementos para a Solução da Crise Nacional*, Coimbra, Moura Marques, 1913, pp. 11-112.
[612] *Ibidem*, p. 165.
[613] «A Crise da Ordem», in *O Dia*, n.º 216, 26-3-1912.

em Miragaia, quando por toda a parte a tudo isto acolhe a impunidade mais revoltante, para que há-de apelar-se, e como há-de discutir-se?»[614]. No campo republicano, personalidades como Alfredo Pimenta criticavam asperamente a república «demagógica», que acusavam de ser responsável pela «invenção dos monárquicos»: «A opinião monárquica de hoje minúscula e insignificante, mas que existe, e que todavia não existia em 5 de Outubro, quem fez essa opinião senão nós, com a nossa intolerância e a nossa loucura, com o nosso facciosismo e as nossas perseguições?»[615].

A resposta dos monárquicos a estes excessos encontrava-se na revolta armada. A preparação de uma nova revolta aparecia, assim, com uma áurea messiânica que fazia aumentar o número de arregimentados para actividades de conspiração. Vários comités internos preparavam um movimento que devia deflagrar ao mesmo tempo que Couceiro entrasse em Portugal à frente de um «exército». Era a repetição do modelo anterior, e que falhara. Ao nível interno, era no Porto e em Lisboa que se concentravam os mais importantes esforços organizativos. Mas as expectativas de Paiva Couceiro centravam-se no Porto, onde era suposto rebentar a contra-revolução que permitisse às forças anti-republicanas «avançarem sobre Lisboa»[616]. Aparentemente, os revoltosos preparavam-se para envolver cavalaria 9, no Porto, enquanto em Lisboa os manejos se concentravam em artilharia 1, infantaria 1 e um batalhão de caçadores[617]. Em reuniões furtivas que envolviam militares e civis, alguns ligados com Londres, onde estava João de Almeida, o «herói dos Dembos», em contacto com Paiva Couceiro, ia-se preparando o terreno para a conjura. Os oficiais mais novos, como o tenente de cavalaria Solari Allegro, figura flamejante no período de 1918-19, começavam a impor-se. No Porto, onde os trabalhos pareciam mais adiantados, havia já um grupo alargado de aliciados civis, estava já adquirido armamento e preparado um posto de socorros. A polícia descobriria também grande quantidade de manifestos impressos e outros

[614] *O Dia*, nº 218, 3ª série, 13º ano, 28-3-1912, p. 1.
[615] Alfredo Pimenta, *ob. cit.*, pp. 367-368.
[616] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 1, pasta 34 e caixa 10, pasta 3. Informações de um espião em Vigo, próximo de Couceiro, e de um tenente de infantaria 14 (Viseu); AHM, TCB, n.º 1, pasta 1, depoimento do seminarista José Magalhães Alves da Costa.
[617] Cf. AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 10, pasta 3.

manuscritos, «assim como bandeiras, escudos e emblemas da monarquia deposta e também do chefe dirigente daquela incursão»[618].

Outras cidades importantes eram Viseu, onde se contava com os dois regimentos locais[619], Braga, Coimbra e Leiria. Na região de Coimbra, os conspiradores estavam em ligação com a Galiza através de Ascânio Pessoa da Costa e Mário Pessoa da Costa, que se encontravam em Guinzo. A documentação apreendida pelas autoridades, endereçada ao ex-capitão de infantaria Mário de Sousa Dias, permite surpreender os mecanismos e os obstáculos do movimento. Uma dessas contrariedades prendia-se com a demissão e deslocação de oficiais sobre os quais recaíam desconfianças. A outra radicava na inépcia e passividade de muitos dos oficiais e do próprio comité de Lisboa, apesar da existência de armamento: «Aqui muito se podia fazer se os oficiais monárquicos do regimento tivessem tomates e se o director de Lisboa desse sinal de vida. Eu tenho 30 pistolas boas, vários revólveres, 50 espingardas de caça com cartuchos de bala e 9 carabinas tudo bem municiado à custa de muito trabalho e despesa e bons homens para tudo. O que falta é direcção e coragem nos oficiais»[620].

Na Figueira da Foz, o comité militar oferecia à conspiração «15 artilheiros reservistas» e «sargentos»[621], numa região onde o ímpeto contra-revolucionário e a abundância de recursos bélicos contrastavam com a inanidade de outras regiões: «A minha guerrilha está pronta a entrar em fogo com entusiasmo; tenho milhares de balas de calibre 12, 10 e 6 e 20 fabricadas em baleeiros […] de Ste. Etienne. Conto roubar as 20 espingardas da carreira de tiro [da Figueira da Foz] e as balas que lá existem para assim ter um exército de respeito; pena é tão estar longe da fronteira»[622]. As queixas dos conspiradores monárquicos eram justificadas, pois os oficiais não constituíam modelos de conspiração. O exército só podia actuar como corporação e não isoladamente e a sua passividade ficara provada no 5 de

[618] AHM, 3.ª divisão, 7.ª secção, Processo de António Adalberto Solari Allegro, caixa 1383. Solari Allegro foi a julgamento, com outros réus, mas o júri, apesar das muitas provas materiais, não deu o crime como provado.

[619] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 10, pasta 3.

[620] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 1, pasta 36, n.º 1. Noutra carta repete-se o lamento quanto à inacção dos oficiais do exército: «Os oficiais aqui têm boa vontade, mas têm muito cu (medo) e não sei o que farão na hora própria. Todos os dias lhes repito que estou pronto a auxiliá-los na tomada do quartel, matando à saída de casa todos os oficiais e sargentos malandros, mas... nada. [...] O comité Lisboa nada diz» [in AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 1, pasta 50].

[621] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 1, pasta 36, n.º 1 e pasta 50.

[622] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 1, pasta 50, carta em cifra de 21-06-1912.

Outubro. Observadores mais argutos notavam precisamente que o exército «hoje como em 5 de Outubro não se bate, nem se quer bater, nem pela Monarquia nem pela República, acrescendo hoje que está pior do que em 5 de Outubro pela indisciplina e anarquia em que tem vivido durante um ano»[623]. Mais tarde, os oficiais do exército serão acusados pelo movimento realista de «traição»[624] e «cobardia»[625].

Na região de Elvas, ao contrário de Coimbra, o movimento carecia de armamento e procurava suprir a falta através da Galiza, pedindo a Couceiro «30 espingardas e 100 cartuchos para cada, ou mesmo carabinas». As sugestões dos conspiradores internos permitem reconstituir o percurso e o *modus operandi* de ingresso de armamento em Portugal. As armas deviam ser despachadas por Comboio para a estação de Badajoz, em nome e morada acordados previamente, em conjuntos de cinco por dia. A guia para o seu levantamento era entregue em mão ou enviada para uma morada diferente, igualmente combinada[626].

Em Lisboa existia também um comité civil e outro militar, com ligações entre si, cuja constituição não foi possível apurar com rigor. Aparentemente, o comité civil envolvia Luís Teles de Vasconcelos[627] enquanto o comité militar seria chefiado por um coronel[628], que estava em ligação com Paiva Couceiro[629]. A actividade contra-revolucionária da Capital exigia cautelas redobradas, por força da acção da carbonária e dos «voluntários» da república, mas há indícios de que o contrabando de armas na cidade não parava de crescer. Em Maio de 1912 recrudescia a actividade subversiva destes grupos através de novo foco panfletário, carregado de apelos inflamados «À Revolução»: «É tempo de entramos em guerra franca e aberta contra a tirania dos antros que infamemente escala o poder do nosso Portugal tão amado»[630]. A sua linguagem belicista deixava entrever a atmosfera de ódio contra a república, que acusavam de «perturbar as ruas

---

[623] José Lopes Dias, *ob. cit.*, p. 36, carta do marquês de Lavradio de 27-10-1911.
[624] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 5, pasta 7.
[625] AHM, 2.º TMTL, caixa 166, processo 2657.
[626] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 1, pasta 36, n.º 3.
[627] Na correspondência com Mário de Sousa Dias, Breve e Silva refere o seguinte: «Diz na sua carta que aqui ou fugir ou empregar algum esforço como melhor combinar com o T(es). Não sei quem é o indivíduo a que se quer referir e por isso peço que me diga o nome por extenso» [AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 1, pasta 36].
[628] Há indícios de que se tratava de Adriano Madureira Beça.
[629] Cf. AHM, TCB, n.º 1, pasta 1, depoimento do seminarista José Magalhães Alves da Costa.
[630] AHM, 2.º TMTL, caixa 166, processo 206.

conservando a ordem à sombra de toda a casta de violências, de insultos e perseguições». Este apelo «à revolução» fazia-se em nome da «ordem», das «crenças» e das «tradições» dos portugueses, prova de que a questão religiosa estava no cerne da actividade contra-revolucionária[631].

3.1. A segunda incursão

O movimento da Galiza, sob o comando de Paiva Couceiro, e obedecendo ao lábaro da monarquia constitucional, reorganizava-se para uma segunda incursão. O objectivo desta nova investida foi estabelecido com clareza no manifesto de Tavares Proença. Não se tratava de uma invasão militar para restaurar a monarquia, mas de «uma força» que servia de alavanca a um movimento nacional para expulsar a república, em nome da «liberdade das suas crenças – essa luz suavíssima que vem do alto iluminar a consciência sereníssima dos crentes!»[632]. Em Tui imprimia-se entretanto um jornal, o *Portugal Novo*, onde se cultivavam os valores da pátria regenerada, e se vislumbravam os alicerces políticos e ideológicos da nova monarquia. Nas suas páginas ecoava a crença numa restauração iminente, prova de que o «comandante» não andava sozinho nesta esperança redentora. D. Manuel endossou entretanto uma carta à emigração, publicada nesse jornal, em que cumprimentava os «soldados» do seu exército, partilhando com eles a dor e a mágoa do exílio, mas a mesma esperança numa restauração próxima, na «salvação da Pátria – da Pátria que só pode viver com aqueles princípios de ordem, de justiça, de liberdade, de tolerância, de respeito pelas garantias individuais, que os recentes acontecimentos do nosso país irrecusavelmente mostram estarem em Portugal consubstanciados com a Monarquia»[633].

---

[631] *Ibidem*.

[632] «Nós não vamos entrar em Portugal para impor pela força das baionetas um regime monárquico absoluto e feroz. Nós vamos entrar em Portugal para auxiliar com o apoio da nossa força, a livre expansão da alma portuguesa no que de nela há de mais enternecedor – os sentimentos patrióticos e as crenças seculares. Nós vamos levar aos nossos amigos a força que há-de permitir-lhes a expulsão dessa horda de bandoleiros, que se apoderaram do poder para roubar, para oprimir, para perseguir implacavelmente aqueles a quem a rectidão e a virilidade de carácter não permita a covardia da dissimulação» [MNE, AHD, 3P, A3, M716, n.º 5].

[633] *Portugal Novo*, 1º. ano, n.º 1, 10-03-1912, p. 1 [MNE, AHD, 3P, A3, M716, n.º 5].

O movimento de restauração, seguindo o plano de Luís de Magalhães, previa uma acção militar levada a cabo a partir da Galiza, mas tinha como elementos chave as revoltas militares e os levantamentos internos. Couceiro não estava isolado na crença de que bastava a «conquista» de uma cidade para a partir dela se conquistar o resto do país. O projecto restauracionista elaborado por Luís de Magalhães previa que a primeira fase, fase essencialmente militar, começasse com as incursões e os «pronunciamentos militares e civis que se façam em qualquer parte do território português, até que em poder dos monárquicos caia uma capital de distrito, ou cidade ou vila importante, onde se possa organizar um governo provisório ou Junta Governativa que, em nome d'el Rei, concentre a direcção suprema do movimento, quer sob o ponto de vista militar, quer sob o político»[634]. Não se tratava, portanto, de uma estratégia irrealista, fruto da incompetência militar de Couceiro, mas de uma possibilidade admitida naquela conjuntura por vários estrategas e protagonistas da contra-revolução. As cúpulas monárquicas acreditavam que o exército estava com a monarquia, mas que dada a sua passividade natural precisava de um estímulo exterior, de alguém que ateasse esse rastilho. A coluna da emigração era esse rastilho. Acreditavam ingenuamente que a província podia impor-se a Lisboa.

Tornava-se por isso urgente a compra de armamento. O contrabando de armas, em Espanha e Portugal, intensificara-se logo após a derrocada da primeira incursão, presume-se que sob o controlo directo de Paiva Couceiro e Jorge Camacho[635]. Havia já informações rigorosas sobre a aquisição de duas metralhadoras vindas da Alemanha, e que se encontravam escondidas perto de Verín. Pela fronteira de Vilar Formoso teriam entretanto passado «1500 pistolas» pela acção de um «sargento reformado, dentro de «fardos de fazenda»[636]. Para este contrabando de armas contribuíam os chefes carlistas da Galiza, como o deputado Aguado Salaberri, que participava em reuniões na Galiza a pedir auxílio para os monárquicos portugueses, mesmo que isso exigisse «sacrifícios». Os carlistas empenhavam-se por isso na vitória da monarquia em Portugal, auxiliando os «paivantes» no contrabando

---

[634] Luís de Magalhães, «Esboço dum plano político para a restauração da monarquia», in *Perante o Tribunal e a Nação. A Monarquia do Norte e o Julgamento da Junta Governativa do Reino*, Coimbra, Coimbra Editora, pp. 220-221.

[635] Cf. informações dos cônsules e espiões em AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 4, pasta 3.

[636] *Ibidem*, caixa 10, pasta 2.

de armamento para dentro do país[637]. Mas também Espanha seria acusada de auxiliar os emigrados portugueses com armamento. Com efeito, teriam sido identificadas armas «Remingtons» usadas pelo exército espanhol e «Mausers» produzidas na Fábrica Real de Oviedo, o que comprometia o governo de Madrid[638].

A presença dos emigrados portugueses foi sempre um problema para as autoridades espanholas que, apesar de tudo, só agiam por pressão do ministro de Portugal em Madrid[639]. Na Galiza, na região de Ourense, intensificavam-se as tensões entre os apoiantes dos emigrados, normalmente as autoridades locais e as pessoas de «posição social», e os seus adversários, os republicanos e os carbonários galegos, envolvendo-se numa autêntica guerra civil[640]. Aos republicanos galegos, ligados aos carbonários e aos cônsules portugueses, interessava alertar as autoridades de Madrid para a presença dos emigrados portugueses, procurando manifestar a sua «incompatibilidade com a população da Galiza»[641]. Já em Tui, pelo contrário, a presença dos portugueses era encarada com optimismo e confiança e aproveitada como importante fonte de negócio.

Portugal ia pressionando Madrid, jogando o futuro da incursão no tabuleiro da diplomacia, apoiado pela Inglaterra e pela acção de José Relvas, que João Chagas tinha convidado para chefiar a legação de Portugal em na capital espanhola[642]. As tensões entre os emigrados e os republicanos galegos, juntamente com as insistentes reclamações de José Relvas,

---

[637] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 1, pasta 30.

[638] Dizia assim o «Memorando» entregue ao governo espanhol: «Remingtons, de 11 milímetros, de tiro simples, que eram, como se sabe, as armas usadas ainda há pouco por todo o exército espanhol e são agora ainda as armas que se guardam nos seus depósitos; Mausers espanholas, de 7milímetros, com a marca da Fábrica Real de Oviedo (na coronha e na parte superior da câmara, uma coroa dentro dum círculo, a palavra «Oviedo» e a data «1911»), actualmente usadas pelo exército espanhol, mostrando quase todas, a madeira por envernizar, como se fossem fabricadas recentemente, e mais baratas. [...] Os canhões de 7 centímetros, são de tiro acelerado e de montanha e têm a marca da fábrica raspada. Há sabres baionetas [...] e espadas de oficial da Fábrica Nacional de Toledo. [...] Nem essas armas, nem estas munições de guerra - se exceptuarmos as espadas de Toledo - são jamais vendidas, aos centos, ou aos milhares, a compradores particulares. Muitas delas saíram, todavia, como se vê, de fábricas ou de arsenais do governo de Espanha» [in MNE-AHD, 3P, A28, M153]. Sobre a aquisição de armas e artilharia em Espanha, com a conivência de homens da corte e a espionagem de republicanos, veja-se Joaquim Leitão, *Paiva Couceiro, o Capitão Phantasma*, Porto, Edição de autor, 1914, pp. 199- 213.

[639] Cf. Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit.*, p. 126.

[640] *Ibidem*. As actividades de espionagem, provocações, denúncias e outros actos hostis e belicosos podem ler-se nas pp. 127 e ss. Veja-se, ainda, Joaquim Leitão, *ob. cit.*, pp. 215 e ss.

[641] *Ibidem*, p. 127.

[642] Cf. José Relvas, *Memórias Políticas*, 2.º vol., prefácio de Carlos Ferrão, Lisboa, Terra Livre, 1978, pp. 36 e ss.

obrigaram Canalejas, em Maio de 1912, a ordenar a expulsão de todos os emigrados da província de Ourense[643]. Mas a ordem não seria executada, pois Couceiro dava instruções a Satúrio Pires para resistir «pela inércia». A estratégia estava em ganhar tempo e aproximar as forças da coluna da fronteira de Portugal[644]. Ainda assim, o «comandante», face à pressão de Madrid, abandonou a sua residência no Telheiro, solar de D. Eduardo Cea, e partiu para a capital espanhola para adquirir as armas necessárias à incursão[645]. As denúncias dificultavam cada vez mais as operações de contrabando de armas. Em Junho, o governo belga apreendia no porto de Brugges, depois de denúncia, o barco *Voz*, carregado de homens e armas de infantaria e artilharia, que se destinava a armar as forças internas e a secundar o movimento[646].

A viagem de Couceiro visava ultrapassar estas e outras dificuldades, para armar a coluna que haveria de entrar em Portugal. No dia 2 de Julho, na véspera da entrada em Portugal, chegava à Corunha um carregamento de armas que seria transportado em automóveis até ao Telheiro, onde os seus homens aguardavam a chegada de Couceiro. As armas provinham da fábrica de Toledo, que recebera uma encomenda em início de Junho, mas que não conseguira cumprir na totalidade. As negociações contaram com a colaboração do deputado carlista Llorens e dos antigos polícias Robles e Iglesias, sendo o pedido encoberto com o expediente de se tratar de uma encomenda da legação do Paraguai[647].

Entretanto, em Portugal, as autoridades estavam preparadas para mais este arremedo contra-revolucionário. A vigilância das fronteiras e a espionagem dos cônsules revelavam os planos de Couceiro, que contava nas suas fileiras um espião republicano, infiltrado na coluna de Vítor Sepúlveda. Este fazia chegar ao governo e às autoridades militares informação rigorosa e actualizada sobre as movimentações das forças, do armamento que

---

[643] Cf. Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit.*, p. 128.
[644] Joaquim Leitão, *ob. cit.*, pp. 240-241.
[645] Sobre as movimentações dos pelotões e a ida de Couceiro a Madrid, veja-se Joaquim Leitão, *ob. cit.*, pp. 241 e ss.
[646] Cf. Alfredo de Freitas-Branco, *No Exilio. Scenas da Vida dos Conspiradores Monarchicos*, Lisboa, Livraria Editora, 1917, pp. 19-20. Sobre as forças que deviam embarcar no *Voz*, escreveu: «Nessa expedição tomavam parte os Infantes, filhos do Senhor D. Miguel de Bragança, e seus Augustos primos e príncipes de Parma, muitos rapazes das principais famílias portuguesas - especialmente do norte, - oficiais estrangeiros da liga anti-maçónica, e grande número de soldados, bons campónios portugueses!».
[647] Cf. Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit.*, pp. 129-130.

possuíam e das datas e locais prováveis das incursões[648]. Por este espião sabia-se que Couceiro contava com Braga e Guimarães para dominar o Norte, mas que o Porto devia iniciar o movimento contra-revolucionário, para evitar a prevenção das autoridades: «O Paiva deu ordem para que no Porto rebente o movimento com algumas horas de antecedência da sua entrada»[649]. O mesmo espião revelava a existência de um desentendimento entre o Porto e a Galiza, que exigia que o «comandante» «entrasse adiante». As fraquezas do movimento externo ficavam claras na exposição deste infiltrado, para quem o exército de Couceiro, composto por setecentos homens, seiscentas espingardas e duas metralhadoras «quase nada vale»[650]. Mas reconhecia que havia um perigo interno para a República e pedia a máxima prevenção nas cidades do Porto, Braga, Guimarães, Monção, Viana do Castelo, Chaves e Bragança[651]: «Eles por si nada podem fazer, o diabo é dentro, dizem que o exército do norte está com eles em grande número»[652].

O segundo movimento restaurador, exceptuando os levantamentos da região de Basto e algumas conjuras que as autoridades facilmente dominaram, em Leiria e Torres Vedras, cingiu-se às três colunas da Galiza. As conspirações internas, previstas para Porto, Lisboa, Évora, Guimarães,

---

[648] Cf. AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 1, pasta 34. Os pontos de entrada não seriam conhecidos por outras pessoas «além do Paiva Couceiro».

[649] *Ibidem*, informação de Vigo de 29-06-1912.

[650] *Ibidem*, Informação de Vigo, de 30-06-1912: «Cautela com os elementos de dentro porque isto de cá quase nada vale 700 homens 600 espingardas, diferentes qualidades e feitios 2 metralhadoras 2 kruppe e nada mais vejo. Pouco mais poderá apresentar além do que cito mas estou convencido que não excedem nada. Está tudo marcado para a Entrada ser no dia 2 principiando às 10 horas da noite sem contudo haver pontos definitivos de entrada que seja do conhecimento de pessoas além do Paiva Couceiro. [...]».

[651] *Ibidem*, Informação de Vigo, de 29-6-1912: «O Paiva Couceiro regressou definitivamente, esteve a noite passada em Caldellos de Tui, e seguiu de madrugada para um lugar chamado Salgueiro próximo de Guizo de Lunia e próximo da Quinta do Eduardo Ceia. [...] Por telegramas seguiram a noite passada e esta madrugada para a Coluna os últimos homens, que aqui estavam sucedendo a mesma coisa em Tui e em Ourense. Por isso, aqui estamos apenas eu, Guilhermino, um tal Pereira e um tal Marques, que devemos ser chamados por telegrama à ultima pelo Sepúlveda, porque fazemos parte do grupo de comando do Sepúlveda, que ainda está em Tui e que deve entrar por próximo de Monção, um ou dois dias depois da entrada de Paiva Couceiro. [...] o ponto de concentração é Braga, e contam com o regimento de Guimarães. O Paiva Couceiro deu ordem para que no Porto rebente o movimento com algumas horas de antecedência da sua entrada, a fim de não haver prevenção, mas os elementos do Porto, parece que queriam que ele entrasse adiante. No Porto o sinal deve ser na Serra do Pilar e consta que os elementos militares do Porto só rebentam quando a serra esteja tomada, portanto mande já prevenção para o Porto, Braga e Guimarães e bem assim Arcos de Monção e Viana do Castelo, e não esqueça Chaves e Bragança».

[652] *Ibidem*, informação de Vigo, de 03-07-1912. O mesmo espião informava em 4 de Julho: «A entrada é entre 5 a 9. Dizem que o Paiva Couceiro vai pelo Minho, e também há quem diga que vai por Chaves ou Bragança. [...] Eu, agora nada mais poderei dizer, estão fulos comigo, por não aparecer no posto».

Elvas, Braga, Almeida, Castelo Branco, Viseu e Figueira da Foz, teriam sido paralisadas por um telegrama que não chegou à emigração[653].

As autoridades tinham organizado linhas de defesa militar nas cidades mais importantes da fronteira, onde contavam com o auxílio de grupos civis, armados e treinados pelas autoridades militares[654]. Aos ministérios do interior e da guerra chegavam entretanto centenas de ofertas de «revolucionários civis» ou simples republicanos dispostos a combater os «aventureiros desse bando foragido, às ordens dos reaccionários criminosos e dos interesses dos Braganças»[655]. Eram «verdadeiros republicanos», carregados de «acrisolado» amor ao regime, os indivíduos que em algumas cidades de fronteira, como Viana do Castelo, desempenharam tarefas de vigilância durante um ano. Com esta ameaça de incursão, cerca de cento e onze homens pertencentes ao Batalhão de Voluntários de Viana do Castelo, acabaram armados pelas autoridades para proteger locais e infra-estruturas estratégicas, sob o comando do major António Gonçalves Barreiros[656]. Conhecedor do fraco valor das forças de Couceiro, o ministro da Guerra, Xavier Barreto, regressado ao lugar no governo de Duarte Leite[657], informou entretanto a 3.ª divisão, no Porto, sobre a composição das forças de Couceiro, os prováveis pontos de entrada, para concluir que a «incursão não tem valor militar e deve ser esmagada com rapidez e com graves e importantes perdas para o inimigo»[658].

---

[653] Cf. Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, p. 63.

[654] Cf. AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 10, pastas 2 e 29.

[655] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 1, pasta 7.

[656] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 5, pasta 3.

[657] O governo de Duarte Leite, que ficara com as pastas da presidência e do interior, tomara posse em 16 de Junho e era constituído por Francisco Correia de Lemos (justiça), António Vicente Ferreira (finanças), Francisco José Fernandes Costa (marinha), Augusto de Vasconcelos (negócios estrangeiros), António da Costa Ferreira (fomento), Joaquim Albuquerque e Castro (colónias).

[658] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 1, pasta 6: «Segundo informações recebidas agentes governo na Galiza parece certa incursão desde amanhã e dias próximos. Deverá fazer-se em quatro colunas de pequena forças uma sobre Valença entrando por Monção - outra sobre Chaves - a terceira por Trás-os-Montes, quase pela mesma forma da incursão anterior -a quarta será pela Beira Cidade Rodrigo - sobre Pinhel -Penamacor ou Guarda - A coluna de Valença é comandada por Sepúlveda - a de Chaves por Camacho - a de Trás-os-Montes por Couceiro e a da Beira por Azevedo Lobo- As quatro colunas somarão um total de 800 a 900 homens armados com espingardas de diversos modelos com poucas munições. A coluna de Couceiro parece dispor de duas peças de tiro simples de antiquado modelo. A de Camacho parece dispor de duas metralhadoras. As duas colunas Valença e Beira terão efectivo diminuto contando as de Chaves e Trás-os-Montes com 300 a 400 homens o máximo cada uma. Admitindo que sejam certas as informações a incursão não tem valor militar e deve ser esmagada com rapidez e com graves e importantes perdas para o inimigo. Mandou-se ordem 5ª divisão para enviar urgente Bragança uma divisão de artª 2, com fim de evitar pânico que poderia causar nas nossas forças o aparecimento artilharia do lado inimigo.

No essencial, as informações de Xavier Barreto estavam correctas. A segunda incursão comportava de facto três colunas. Paiva Couceiro entrou com uma coluna por Montalegre, dirigindo-se a Chaves, acompanhado de cerca de 470 homens armados com 360 espingardas mauser, com 120 cartuchos por arma. Havia ainda duas pequenas metralhadoras que não funcionavam e duas peças de artilharia, com sessenta granadas, comandadas pelo conde de Mangualde e pelo capitão Ferreira.

Desta coluna faziam parte Jorge Camacho e João de Almeida, antigo oficial africanista e governador do distrito de Huíla, em Angola. Chaves era uma praça de grande valor estratégico para os conservadores, como seria sempre um meio propício a conspirações e conflitos. Couceiro escolheu a praça de Chaves porque aparentemente tinha aí «sólidos compromissos» com o comandante do regimento[659]. Igualmente conscientes da sua importância estratégica, as autoridades militares tinham preparado a defesa da praça, com a chegada de um contingente de civis que se havia misturado com a tropa e a quem fora distribuído armamento e um comando militar[660]. Um conspirador informara a Galiza destas contrariedades, mas asseverava a Couceiro que, face à hipótese de neutralidade da guarnição militar, sobrava ainda a possibilidade de um levantamento popular, para o qual havia «magníficos elementos», mas que precisavam de armamento[661]. Em Chaves, o «comandante» haveria de travar um longo combate, durante cerca de 8 horas, na madrugada de 8 de Julho, contra 170 praças de cavalaria 6, infantaria 19 e guarda fiscal, antes de retirar vencido para a fronteira, levando atrás de si cerca de 30 mortos e 150 feridos[662].

Deram-se ordens à 2ª divisão hipótese entrada na Beira. As informações recebidas indicam quase certa incursão por quanto a não se realizar em breves dias o governo espanhol será forçado a internar conspiradores. Com estes esclarecimentos tomará V. Ex.ª providências que julgar convenientes ficando certo que a dar-se incursão nossas tropas mostrarão mais uma vez seu devotado patriotismo e amor às instituições».

[659] Francisco Manso Preto Cruz, *ob. cit.* p. 41; D. José Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit.*, p. 222.

[660] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 1, pasta 50. Leia-se, igualmente, Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *ob. cit.*, p. 65.

[661] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 1, pasta 50.

[662] Cf. D. José Luís de Almeida, *ob cit.*, p. 222. Uma pequena descrição do combate de Chaves foi realizada no parlamento, nessa noite, onde Correia Barreto leu um telegrama pormenorizado do administrador da cidade, Teodorico Santos Ferreira. Veja-se o *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 08-07-1912 (à noite), p. 3. Sobre o combate de Chaves, pode ler-se Joaquim Leitão, *O Ataque a Chaves*, Porto, Edição do Autor, 1916; Remédios da Fonseca, Vítor de Meneses, Satúrio Pires, A. Braz, *O Ataque a Chaves. Memoria*, Paris, 1913; A. Carvalho, *A Defesa de Chaves no dia 8 de Julho de 1912*, Lisboa, Tip. da Coop. Militar, 1912.

A segunda coluna, comandada pelo capitão Sousa Dias, entrou por Vila Verde da Raia, nas proximidades de Chaves, e era composta por 180 homens, incluindo muitos miguelistas, como o próprio D. João de Almeida, e estava armada com 180 espingardas *Winchester*, com 60 cartuchos por arma[663]. A coluna devia encontrar-se com o grupo de Couceiro, mas foi interceptada por um esquadrão de cavalaria 6, uma divisão de artilharia 4 e uma companhia de cem homens de infantaria 19. Para o seu comandante, o objectivo desta coluna era desviar as forças republicanas da coluna de Couceiro[664].

O terceiro grupo, constituído por cerca de 150 homens, era comandado por Vítor Sepúlveda e atacou Valença com o objectivo de imobilizar Viana do Castelo e estabelecer a ligação com Braga[665]. Esta coluna atacou e ocupou a estação de caminho de ferro, o posto da guarda-fiscal junto da ponte internacional Valença-Tui, cortou as linhas telegráficas e atacou a guarnição militar[666]. Esta, constituída por 145 praças de infantaria e uma bateria de metralhadoras[667], repeliu o ataque e obrigou os agressores a atravessar o rio Minho em direcção à Galiza.

Havia ainda um grupo em Cidade Rodrigo que devia entrar pelas Beiras, dirigido pelo capitão Azevedo Lobo, e que contava com cerca de cem homens[668], mas este nunca logrou entrar em território nacional.

Em Braga havia trabalhos de conspiração de alguma importância, numa região onde as crenças e as tradições do povo pesavam no íntimo de muitos oficiais. Estava organizado um «complot monárquico» preparado para secundar o Porto e as incursões, mas a intervenção do comandante da 8.ª divisão, deslocando tropas e transferindo oficiais, impediu a acção do movimento e muitos oficiais acabaram, apesar da «hostilidade», por «cumprir as ordens que recebiam»[669]. Ainda assim, no dia 7, bandos de populares das aldeias circundantes, armados, debandavam para Braga onde

---

[663] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 4, pasta 6. Francisco Manso Preto Cruz, *ob. cit.* p. 42.
[664] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 4, pasta 6.
[665] *Ibidem*, caixa 4, pasta 5.
[666] MNE, AHD, 3P, A28, M153, «Memorando para o governo de Espanha», 12-07-1912.
[667] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 4, pasta 5.
[668] *Ibidem*, caixa 1, pasta 32.
[669] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 5, pasta 6, «Relatório do comandante da 8ª Divisão do Exército», de 24 de Setembro de 1912. A conspiração militar foi confirmada pelo «Relatório do oficial da polícia judiciária militar em Braga», de Julho de 1912. Cf. AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 5, pasta 9.

sabotaram a energia eléctrica e as comunicações, deixando a cidade isolada do resto do país. Esta investida obrigou as autoridades a ocupar militarmente a região mas, devido à dispersão de efectivos na região de Basto, tiveram de organizar grupos de civis, armados e instruídos com espingardas militares para auxiliar o exército nas tarefas de vigilância[670].

Esta movimentação popular articulava-se com os levantamentos mais vastos que afectaram a região, em Celorico de Basto, Cabeceiras de Basto, Amarante, Vieira, Fafe e Barcelos. A vasta região de montanha estava controlada directamente por Paiva Couceiro, com o auxílio de uma complexa rede de informadores, na maioria membros da igreja[671], por isso não recebeu a ordem para abortar o movimento, vinda do comité interno[672]. Em Barcelos e Amarante, o movimento foi sufocado à nascença[673] e em Fafe apenas teve repercussões nas freguesias rurais, sendo prontamente derrotado por uma força armada[674]. Em Celorico de Basto, pelo contrário, o povo amotinado, cerca de mil a duas mil pessoas, metade armada com armas de fogo[675], restaurou a monarquia e nomeou um administrador do concelho fiel à coroa, António da Silveira Meneses[676]. Mas foi em Cabeceiras de Basto, terra do antigo chefe regenerador, padre Domingos Pereira, que a situação tomou proporções alarmantes. Instigado por clérigos e antigos caciques, o povo restaurou a monarquia e substituiu as autoridades locais, nomeando novo administrador. Depois interceptou a estrada com árvores e blocos e cortou viadutos, procurando assim interceptar as forças fiéis à república. Dos confrontos entre republicanos e a guerrilha haveria de perder a vida o administrador republicano, Mendonça Barreto, saindo também gravemente ferido o secretário de finanças.

---

[670] Cf. AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 5, pasta 6, «Relatório do comandante da 8.ª Divisão do Exército», de 24 de Setembro de 1912.

[671] AHM, TCB, n.º 1, pasta 1, depoimento de seminarista José de Magalhães Alves Costa.

[672] Cf. Depoimento de Paiva Couceiro, in Carlos Malheiro Dias, *ob cit.*, p. 19; depoimento do padre Domingos, in Joaquim Leitão, *A Entrevista. Sem Santo nem Senha*, Porto, Edição de autor, 1914, pp. 103-115.

[673] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 6, pasta 15.

[674] IAN/TT, MI, DGPC, maço 40, caixa 10, «Relatório do governador civil de Braga ao ministério do interior».

[675] As fontes militares apresentam números diferentes para os levantamentos de Celorico. Veja-se AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 5, pastas 1 e 6.

[676] IAN/TT, MI, DGPC, maço 40, caixa 10, «Relatório do governador civil de Braga ao ministério do interior».

Os confrontos de Cabeceiras de Basto eram sobretudo chefiados por padres, que aí tinham formado cinco grupos de guerrilha[677], congregando aproximadamente 650 homens, mas apenas 50 possuíam armas de guerra[678]. De todos, o grupo do padre Domingos Pereira era aquele que provocava maior respeito e alguma apreensão, pois aquele «caudilho» de Bastos arvorava fama de guerrilheiro «audaz»[679]. Apesar das expectativas, a informação do desastre do movimento terá levado os cabecilhas dos grupos a abandonar a região. O padre Domingos acabaria por não comprovar a sua fama, pois «fugiu à aproximação de 10 cavaleiros, e não disparou um tiro, não ofereceu a menor resistência»[680].

A fuga do padre Domingos Pereira em direcção à Galiza e ao convívio de Paiva Couceiro colocou um ponto final na segunda incursão realista e nos distúrbios internos. O país assistiria ainda ao fim de uma conjura monárquica, em Évora, liderada pelo major Montez[681] e outra em Belas, mas sem consequências. Na Carregueira, nova trama era descoberta em 12 de Julho, estavam implicados os netos do marquês de Ficalho e de D. Carlos Mascarenhas, enquanto no quartel da GNR de Loyos era desmontado outro movimento de revolta[682].

As prisões voltaram a encher-se de políticos e agitadores, tendo o governo criado três tribunais militares para julgar os revoltosos, em Lisboa, Coimbra e Celorico de Basto[683]. Para a imprensa monárquica, o radicalismo

---

[677] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 8, pasta 3. Eram os padres Domingos, Almeida, Pina, Manuel Leite de Araújo e Paulo, de Chacim. Outra fonte militar refere, porém, a existência de um grupo dirigido pelo padre Júlio dos Anjos, que atacara uma força do destacamento n.º 1. Cf. AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 4, pasta 5, relatório do comandante do destacamento misto da 8ª divisão, tenente Henrique Pires Monteiro.

[678] Cf. Joaquim Leitão, *ob. cit.*, pp. 103-115.

[679] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 4, pasta 5, relatório do comandante do destacamento misto da 8ª divisão, tenente Henrique Pires Monteiro: «Tudo nos fazia prever o combate com o grupo do padre Domingos no dia 9. Esperava o encontro com um guerrilheiro audaz. A tradição de valentia corria no povo e comandando indivíduos na sua maioria contrabandistas conhecedores do terreno, preparando emboscadas, caindo de surpresa em pequenos grupos sobre as tropas republicanas, facilmente poderia desmoralizar os soldados, na sua maioria recrutas».

[680] *Ibidem*. Ainda assim, na versão do padre Domingos, os confrontos com forças do exército resultaram na fuga dessas forças. Leia-se um relato pormenorizado dos acontecimentos, na sua versão contraditória, em Joaquim Leitão, *ob. cit.*, pp. 103-115.

[681] Cf. *A Capital*, n.º 706, 16-07-1912, p. 1.

[682] Cf. Caetano Beirão, *A Lição da Democracia*, Lisboa, Empresa Diário de Notícias, 1922, p. 132.

[683] Foram 274 em Junho e 612 em Julho. Veja-se Vasco Pulido Valente, *ob. cit.*, p. 223; 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 1, pasta 7.

republicano explicava o movimento[684] e para o debelar deixava uma recomendação: «A república tem que retroceder, se quiser manter-se e avançar. Há-de reconciliar-se com as consciências, ser tolerante, generosa, e reconsiderar na sua errada política»[685]. Para a opinião pública republicana, que acompanhou de forma apaixonada os acontecimentos[686], a segunda incursão liquidava de vez a aventura couceirista. Para *A Capital*, as incursões eram entendidas como instância legitimadora da república, pela «adesão da nação e do exército». Se o 5 de Outubro era a data fundadora, o 6 de Julho consolidava definitivamente o regime perante a nação[687].

As razões para a derrota deste segundo movimento restaurador eram semelhantes à derrocada do primeiro. Paiva Couceiro acreditava que o país estava preparado para uma revolução nacional: «Garantiram-me que tudo se achava preparado para me secundar, que havia inumeráveis elementos de luta organizados, e bastantes para garantirem o êxito do movimento. A minha entrada em Portugal não seria, dentro dessa vasta organização revolucionária, senão um episódio. Chamaram-me. Fui. Os telegramas trocados entre mim e o comité eram explícitos. Circunstâncias sobrevindas à última hora fizeram fracassar, ao que parece, o movimento. Delas não tive conhecimento»[688]. A explicação, confirmada por outras fontes[689], faz sentido atendendo ao ambiente político da época. O movimento continha em si muitos factores que o enfraqueciam. Em primeiro lugar, a ausência de uma campanha ideológica de propaganda: a imprensa era praticamente inexistente e estava obrigada a mil cuidados para evitar a violência das turbas republicanas; o recurso a manifestos e panfletos foi muito débil, se o compararmos com a conjuntura de 1911. Em segundo, as muitas deficiências de uma estrutura complexa, abrangendo Portugal e várias cidades europeias, para além da Galiza, onde residia o comandante do

---

[684]«Uma orientação menos exclusivista, uma política de atracção sincera e inteligente, uma consulta lealmente feita ao livre sufrágio do país para a eleição dos seus legítimos representantes, um governo que a valer fosse liberal, mantendo e impondo o respeito por todas as crenças e opiniões, abririam caminho fácil, e não dariam lugar a lutas à mão armada como as que hoje estão ensanguentando uma das mais formosas regiões do país» [*O Dia*, 3ª série, n.º 304, 13º. Ano, 8-07-1912, p. 1].

[685] *O Dia*, 3.ª série, n.º 305, 13º. Ano, 9-07-1912, p. 1.

[686] Na *Capital* os acontecimentos foram descritos pelo deputado António Granjo, que participou activamente nos combates, ao lado dos grupos de civis de Chaves.

[687] *A Capital*, n.º 727, 27-07-1912, p. 1.

[688] Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, p. 19.

[689] Veja-se o depoimento do padre Domingos em Joaquim Leitão, *ob. cit.*, p. 104; Francisco Manso Preto Cruz, *ob. cit.*, p. 41.

movimento. Paiva Couceiro revelava uma grande ingenuidade, pois acreditava nos emissários que lhe afirmavam dispor de soldados e oficiais[690]. Muitos oficiais comprometiam-se vagamente mas chegados ao momento de intervir não se mexiam. Muitos outros foram também transferidos à última hora por Xavier Barreto. Mas o comprometimento da oficialidade devia ser encarado com reservas, como aconteceu em Chaves: «O comandante militar de Chaves prometera entregar a praça, mas… não pôde ou quis cumprir o seu compromisso»[691]. Por fim, a inaptidão conspirativa de muitos monárquicos, sem a unidade, a coesão e a obediência a uma chefia interna, explicam a incapacidade da revolta para causar maiores danos ao regime. Na verdade, como reconhecia um monárquico ilustre, o movimento falhou porque «não havia fé na restauração»[692].

O fracasso da contra-revolução foi entretanto assumido por Paiva Couceiro que, afastando-se do movimento, não deixava de incitar à organização da causa monárquica: «A Causa, essa, não morreu decerto, porque representa princípios e crenças que não estão apagadas no peito de todos, embora não encontrem condições de vida na degenerescência de muitos. Seja como for é preciso trabalhar sempre por ela, e espero que assim o entendam todos. Os factos que se passaram são comigo, são só comigo, e por forma alguma devem entibiar ou perturbar a persistência de todos os outros»[693].

---

[690] Cf. Joaquim Leitão, *ob. cit.*, p. 104. Veja-se o relato do coronel Sebastião de Mesquita, ao tempo comandante de Infantaria 8, em Braga: «De influências poderosas nos seus concelhos e até no País todos os graduados dispunham. Um tal Melo Maia, […] irmão de um cavalheiro importante de Viana, também emigrado, só do seu distrito oferecia 14 000 homens a Paiva que tudo indica que acreditara na melhor boa fé nestas e em outras atoardas. Bacelar, de Mirandela que levara para a emigração perto de 200 homens, a maior parte vadios e facínoras do seu concelho, dava-se ares de general em chefe de todo o distrito de Bragança. […] No meio desta tropa fandanga não faltava quem afirmasse que dispunha de companhias de regimentos […] sem ter ou sem ter tido as menores relações directas ou indirectas com os respectivos comandantes. O caso d'inf. 8, já referido nestas nótulas, confirma as informações Cunha, é característico e não deixa a menor dúvida sobre a desorientação e sobre a falta de escrúpulos dos aventureiros que sonham apossar-se da acção dirigente da emigração. […] Destes reles processos da dirigente acção monárquica foi ainda mais uma vez vítima a minha insignificante pessoa já depois de completamente anulada pela reforma. Sem ser ouvido nem achado parece que fui nomeado comandante em chefe das forças imaginárias dos contra-revolucionários do norte, tomando parte nessa nomeação, se não é o seu único autor, o meu amigo Aparício Miranda, segundo as informações de Cunha a que adiante se fará mais larga referência. A mim ninguém me notificou tão mirabolante honraria, mas teve dela conhecimento o governo» [in AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, maço 9, pasta 3, n.º 1]

[691] D. José Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit.*, p. 222.

[692] *Ibidem*, p. 242.

[693] *Ibidem*, carta de Paiva Couceiro, de 16-08-1912.

A segunda incursão realista esteve perto de quebrar as relações diplomáticas entre Portugal e Espanha. Em 28 de Junho, Espanha comprometera-se a internar em Cuenca e Turuel os emigrados, num prazo máximo de 10 dias. Apesar da pressão de José Relvas, os monárquicos entraram em Portugal no limite do prazo estabelecido por Madrid, colocando-se a questão de saber se Espanha fora conivente com a incursão. Esta acusação consta de um segundo memorando, entregue em Madrid a 24 de Julho de 1912[694].

O conflito foi ultrapassado, depois de muitas negociações, com a oferta do Brasil para receber os refugiados políticos. Os dois países assinaram uma convenção, em Setembro de 1912, a concretizar a viagem dos exilados para o Brasil, sendo que os dois países se comprometiam formalmente a não apoiar futuras conspirações contra qualquer dos estados ibéricos[695]. Como demonstrou Douglas Wheeler, as conspirações monárquicas de 1911 e 1912 tiveram consequências negativas para o país, porque se «gastou muita energia» nos confrontos e se mobilizaram meios humanos e materiais de valor considerável. As prisões encheram-se de prisioneiros políticos para os quais se criaram tribunais especiais. As tensões e os ódios aumentaram, enquanto o regime foi forçado a criar legislação penal de excepção para fazer face às ameaças da contra-revolução[696].

A situação dos presos políticos teve efeitos perniciosos na imagem externa da república, quando ganhou relevância internacional, especialmente na Inglaterra. Entre 1912 e 1914, a duquesa de Bedford desenvolveu uma intensa campanha na imprensa britânica a favor dos encarcerados[697]. No início de 1913, o governo permitiu-lhe uma visita a Portugal para observar as condições em que estavam os detidos. O seu relatório, publicado em jeito de manifesto, com o título «Presos Políticos Portugueses Protesto Nacional Inglês», denunciava as condições higiénicas dos cárceres, a sua coexistência com presos de delito comum e criminosos e a subsistência do capuz quando estes se encontravam em espaços colectivos. Mas aquilo que a duquesa mais censurava no sistema judicial

---

[694] Cf. Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit.*, pp. 147-148.
[695] Cf. Douglas L. Wheeler, *História Política de Portugal 1910-1926*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1978, pp. 108.
[696] *Ibidem*. Foi o caso da Lei de 30 de Maio de 1912.
[697] Cf. John Vincent-Smith, *ob. cit.*, p. 72.

português era a existência de prisões sem provas e as leis de excepção que permitiam que os detidos estivessem «dois anos» sem acusação ou julgamento[698].

Estas críticas envolviam também o ministro britânico em Lisboa, Hardinge, cujos relatórios enviados para Londres eram vistos por Afonso Costa como parte de uma campanha de solidariedade para com os «monárquicos vencidos»[699]. No geral, a opinião pública inglesa não compreendia os limites às liberdades individuais, e em especial a violência e as perseguições realizadas pelos grupos civis, com destaque para os «32 000 carbonários, que bem pagos pelas denúncias dos supostos «conspiradores» estão satisfeitos com o regime que lhes dá bons lucros em troca de pouco trabalho»[700]. A esta e outras campanhas não seriam estranhas as manobras de personalidades monárquicas bem relacionadas em Londres. Na verdade, a contra-revolução continuou aproveitando o clima de críticas internacionais à república de Lisboa e ao governo de Afonso Costa.

4. A Primeira «Outubrada»

Apesar da debandada de centenas de exilados políticos, muitos para a América, outros para Paris, não é verdade que Paiva Couceiro tenha seguido para um exílio em Londres[701]. Continuou em Espanha, em St. Jean de Luz, e na Galiza permaneceram muitos monárquicos fiéis, que haveriam de constituir um núcleo autónomo em Madrid. D. Manuel enviou para a Galiza,

---

[698] BNP, EAO, doc. n.º 126. Existe um relatório feito por presos políticos do Limoeiro que confirma as duras condições em que os 90 presos políticos deste estabelecimento prisional se encontravam. Cf. AHM, 2.º TMTL, caixa 166, processo 206, documento manuscrito com o título «Observações Gerais».

[699] Cf. John Vincent-Smith, *ob. cit.*, p. 74.

[700] BNP, EAO, doc. n.º 126. Escreveu a duquesa de Bedford: «Na manifestação que teve lugar em Lisboa, no dia 16 de Fevereiro de 1913, em honra dos assassinos de El-Rei D. Carlos foi feita a apologia oficial desses homens como merecendo a fama de «verdadeiros heróis», dignos «filhos de Portugal». [...] Contudo seria injusto supor que Portugal, como Nação, aceita a opinião do Ministro do Interior e, do mesmo modo, imaginar que a opinião pública portuguesa aplaude ou defende a crueldade sistemática com os presos políticos que desacredita a revolução e a república. Pode asseverar-se que esta crueldade e perseguição só agradam ao ministério, à canalha e principalmente aos 32.000 carbonários, que bem pagos pelas denúncias dos supostos «conspiradores» estão satisfeitos com o regime que lhes dá bons lucros em troca de pouco trabalho».

[701] Como afirma Douglas L. Wheeler, *ob. cit.*, p. 108.

a 15 de Setembro, uma «Carta Aberta» ou «Manifesto» onde repudiava as acusações de desinteresse pela causa monárquica[702]. Negando a existência de uma derrota política, o rei exilado procurou confortar os seus apoiantes, incitando-os a continuar o combate contra a «minoria» que governa o país «pela violência e pelo terror». Para D. Manuel, «o movimento monárquico, em Portugal, não é, pois, o esforço dum partido politicamente vencido, nem uma luta estimulada pelo simples capricho dinástico. É, real e verdadeiramente, a expressão da vontade nacional, a concretização, numa forma política, da suprema esperança na salvação da Pátria»[703].

O movimento restaurador não terminava, de facto, com a segunda incursão. Regressaria então ao plano original de Luís de Magalhães, que defendera um movimento de natureza exclusivamente militar, produzido internamente, através do pronunciamento de um general ou regimento, ficando a emigração apenas como estrutura de apoio. Esse golpe militar corresponde ao tentado a 21 de Outubro de 1913 e os seus preparativos começaram logo após o fracasso das incursões.

A agitação de 1911-1912 obrigou a uma radicalização do regime, de que resultou a acção policial de vários grupos civis e dos carbonários. Os cárceres da república encheram-se de presos políticos[704], mas muitos foram despronunciados ou absolvidos e outros viram as condenações anuladas. Esta situação excitou a indisposição dos poderes republicanos contra o sistema judicial[705] e a animosidade das turbas, que invadiam ruidosamente os tribunais como pressão sobre os juízes[706]. As sociedades secretas eram um problema mas todos os governos tinham fechado os olhos à sua actuação, tendo até promovido e aproveitado os seus serviços, em especial

---

[702] Segundo o marquês do Lavradio, o «Manifesto» fora redigido por Luís de Magalhães. Cf. José Lopes Dias, *ob. cit.*, p. 70.

[703] IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, caixa 8. Pode ler-se em anexo.

[704] Entre Agosto de 1911 e Julho de 1912 entraram nas cadeias 2383 indivíduos. Cf. Vasco Pulido Valente, *ob. cit.*, p. 223. Em Agosto de 1912, tinham sido julgados 463 indivíduos, implicados em movimentos anteriores, sendo 406 condenados e 57 absolvidos. Veja-se *O Grito do Povo e a Democracia Cristã*, n.º 664, 14-08-1912, p. 1.

[705] Na câmara dos deputados, o deputado Joaquim Ribeiro acusava o Tribunal da Relação de anular condenações referindo, escandalizado, casos em que se despronunciavam conspiradores «que declararam ter fracassado o movimento por lhe não terem indicado o depósito de armas». Veja-se *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 26-01-1912, p. 4.

[706] Segundo o padre Américo da Costa Nilo, «em volta dos presos políticos giram agora as atenções todas. Diz-se às escancaras que o José de Barros e os outros principais acusados dos acontecimentos de Setembro último no Porto serão imediatamente liquidados pelos carbonários, se forem absolvidos pelo tribunal. E as perturbações audazes e os insultos na própria sala do tribunal aos juízes e advogados, são garantias da veracidade desta versão» [BNP, ELM, doc. n.º 7995, Carta a Luís de Magalhães, de 28-05-1912].

os da Carbonária. Às primeiras críticas feitas à Carbonária, cuja acção um deputado apodara de «perniciosa e dissolvente», reagiu o chefe da dita associação, Luz Almeida, afirmando no parlamento que não se dissolveria a organização porque era indispensável à «defesa da república»[707]. Dias antes, Luz de Almeida concedera uma entrevista à *Capital* em que avisava o país que o papel da Carbonária Portuguesa não ficara concluído com a instauração e consolidação da república. A organização tinha ainda a obrigação moral de velar pela «regeneração completa e radical da sociedade portuguesa». Luz de Almeida inscrevia a acção da organização num propósito idealista, afirmando que «temos razão de existir e existiremos sempre, caminhando na senda do progresso e procurando realizar, na sociedade portuguesa, a perfeição política e social»[708]. Na sua entrevista, o chefe da «seita» reconhecia a emergência de novos grupos de carbonários, mas recusou qualquer confusão com a Carbonária Portuguesa[709].

A questão tornou-se mais relevante a partir do início de 1913. Afonso Costa, que beneficiara com a actuação da Carbonária, dos voluntários civis e de outros grupos radicais, impondo a sua vontade aos vários governos da república, chegou ao Poder em 10 de Janeiro de 1913, para liderar o primeiro governo partidário. Na sua apresentação parlamentar, o chefe democrático afirmou que pretendia desenvolver uma política de interesse «nacional», indicando a necessidade de discutir e «aperfeiçoar» a lei de separação; e a necessidade de resolver o défice das finanças públicas[710]. Alexandre Braga, falando em nome da maioria democrática, afirmaria então que se fechou «aquela era de instabilidade e indecisão». Em resposta, e num tom irónico, o deputado evolucionista Júlio Martins, entre críticas sub-reptícias ao novo governo, afirmava que «já não há medo dos monárquicos»[711].

Quanto aos monárquicos, não era possível esconder o desagrado provocado pela chegada de Afonso Costa ao governo, receando uma inversão ainda mais radical do regime para a «extrema-esquerda». *O Dia* resumia assim o seu legado político: «Fez a lei da separação, com a

---

[707] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 3-01-1912, pp. 5-6.
[708] *A Capital*, n.º 518, 7-01-1912, p. 1.
[709] *Ibidem*.
[710] Veja-se Rui Ramos, *ob. cit.*, p. 466.
[711] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 10-01-1913, pp. 12 e ss.

expropriação dos bens religiosos para o Estado, desterrou os bispos, desterrou os párocos, como desterra para a África e para a Índia os juízes, fez a lei do inquilinato e as outras famosas leis do provisório, obrigou as leis de excepção a título de defesa da república e representando, evidentemente, uma pequena minoria, com ela tem governado e dominado um país, em que não tem raízes na tradição, nem na vontade nacional»[712]. Durante anos, Afonso Costa concentrou o mais entranhado ódio político dos adversários da república, incluindo mais tarde republicanos da oposição. Com evidente exagero, foi muitas vezes retratado como um «monstro absurdo e cruel»[713].

Apesar do tom conciliatório de Afonso Costa, o seu governo ficou marcado por forte contestação política e social, que congraçou forças tradicionalmente próximas do regime: militares, sindicalistas, anarquistas e muitos carbonários insatisfeitos. Este amuo teve como consequência o aparecimento de um fenómeno revolucionário novo, com origem em sectores republicanos radicais. Como consequência, deu-se uma tentativa de revolução na madrugada de 27 de Abril, protagonizada por sócios da *Federação Radical Republicana* e da *Sociedade nº. 1 de Instrução Militar Preparatória*, que tentaram sublevar várias unidades militares da Capital, gritando vivas à «República radical», sob o comando do capitão Lima Dias, de infantaria 5[714]. Falhado o golpe, foram realizadas várias prisões no exército, incluindo o general da reserva Fausto Guedes, os capitães Carrazeda de Andrade e Lima Dias, entre outros. Nas primeiras declarações, todos afirmavam generosamente que apenas pretendiam «defender a república»[715], apesar de nunca explicarem qual o perigo que ameaçava o regime. A catilinária furibunda do *Mundo* não perdeu a oportunidade para atribuir a responsabilidade da revolta aos «monárquicos»[716]. Tais conclusões assentavam em argumentos espúrios e na fertilidade imaginativa dos boateiros de Lisboa que tinham anunciado que se preparava uma nova incursão monárquica ou que os conspiradores tinham regressado a Espanha vindos do Brasil[717].

---

[712] *O Dia,* 3.ª série, n.º 381,14.º ano, 9-01-1913, p. 1.
[713] Jesus Pabón, *La Revolución Portuguesa (De Don Carlos a Sidónio Pais),* Madrid, Espasa-Calpe, S.A., 1941, p. 277.
[714] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 5, pasta 15.
[715] *A Capital*, n.º 984, 27-04-1912, p. 1.
[716] Cf. Rui Ramos, *ob. cit.*, p. 467.
[717] Cf. *A Capital*, n.º 984, 27-04-1912, p. 1.

Estas e outras atoardas propagandísticas foram logo refutadas pela imprensa monárquica. *O Dia* contestou quanto pôde a acusação[718], até ser alvo de nova vaga de apreensões. Durante meses, até Julho de 1913, a liberdade de imprensa sofreu vários ataques dirigidos pelas autoridades, tendo como alvo os jornais *O Dia*, a *Nação* e o *Novidades*[719]. A caça aos monárquicos redobrou de intensidade, com o reforço da vigilância de suspeitos, a invasão da correspondência e da propriedade privada[720]. Para a opinião monárquica, a república afonsina representava o regresso ao «absolutismo»[721]: «A liberdade está a zero mas também ninguém a exige. Todos parecem resignados com a escravidão. O Afonso Costa reina mais à vontade do que D. José I»[722].

Entretanto, a imprensa republicana menos obstinada, ou geralmente mais sensata, certificava aos áulicos da república que «não se tratava mesmo de restauração monárquica», mas que estes estavam «na sombra, esfregando as mãos de contentes, esperando a desordem, a anarquia, em que pudessem basear-se para justificar os seus propósitos»[723]. Na verdade, os autores eram os radicais republicanos, muitos tinham estado no 5 de Outubro e eram apoiantes dos democráticos, todos descontentes com a «súbita moderação de Costa»[724].

Apesar de tudo, as relações entre monárquicos, o sindicalismo radical e os muitos descontentes com a república pareciam cada vez mais profundas. Os monárquicos aproveitariam o crescente descontentamento para manobrar estes sectores, seguindo a estratégia definida por Couceiro de estimular o «descontentamento social dos portugueses» através de actos de agitação. Tal hipótese parece depreender-se do conteúdo de uma carta escrita pelo novo ministro espanhol em Lisboa, Villasinda, a 19 de Outubro: «Certamente não se torna duvidoso, apesar de ser demasiado estranho na

---

[718] «Desta vez nem mesmo a mais requintada má fé poderia atribuir aos talassas ou à reacção vestígios sequer de conivência ou cumplicidade nos acontecimentos revoltosos em que autênticos revolucionários, oficiais superiores do exército e da armada, soldados e elementos civis, são incriminados» [*O Dia*, n.º 417, 3ª série, 14º. Ano, 28-04-1913, p. 1.]

[719] Cf. *O Dia*, 29-04, 1912; 12-06-1912 e 14-06-1913.

[720] A casa de Luís de Magalhães, na Quinta do Mosteiro, foi totalmente devassada pelas autoridades e por carbonários. Cf. BNP, ELM, doc. n.º 2022.

[721] BNP, ELM, doc. n.º 2033, carta de Jaime de Magalhães Lima a Luís de Magalhães, de 30-10-1913.

[722] BNP, ELM, doc. n.º 2028, carta de Jaime de Magalhães Lima a Luís de Magalhães, de 12-08-1913.

[723] *A Capital*, n.º 985, 28-04-1912, p. 1.

[724] Cf. Rui Ramos, *ob. cit.*, p. 468.

verdade, que existam determinadas concomitâncias e alianças secretas para tais fins [derrubar Afonso Costa] entre alguns grupos monárquicos exaltados e até exasperados e os elementos sindicalistas de maior capacidade. Os primeiros, talvez por não terem disposição nem galhardia para sair para a rua em pé de guerra, arriscar a própria vida e fazer pessoalmente o golpe, pretendem valer-se dos sindicalistas com o objectivo de promover em Lisboa e em algumas outras cidades mais importantes um movimento revolucionário que altere a ordem da actual República, surgindo logo eles prontamente, com o apoio de parte do exército e de todas as classes conservadoras, quando a confusão seja maior e quase sem risco, como restauradores da ordem e, por sua vez, da Monarquia»[725].

A aproximação dos sectores operários, ainda que ténue, aos grupos mais radicais da reacção monárquica surgirá noutras conjunturas igualmente conturbadas, como em 1917. Coincidência ou não, a primeira entrevista de D. Manuel, publicada em Portugal depois do exílio, concedeu grande relevância à questão social, dando ênfase especial à situação do operariado. D. Manuel sublinhou novamente algumas contradições entre a propaganda e uma realidade marcada pela «mais violenta e cruel opressão política e a da mais dura e álgida miséria»[726].

O conhecimento dos meandros organizativos de mais uma investida contra a república é revelador das complexidades da máquina contra-revolucionária. Este foi um período particularmente fértil em planos de invasão e revolta mais ou menos mirabolantes. Havia quem defendesse, talvez inspirado nas «réquétés» carlistas, a constituição de forças de guerrilha para atacar a república[727]. João de Almeida, por sua vez, evocando talvez a conhecida manobra de D. Pedro IV, sugeria a organização de uma expedição a partir do Brasil que devia desembarcar num ponto escolhido da costa portuguesa, provida e municiada com o respectivo armamento[728]. O comité ou «junta» de Londres lembrou a dificuldade de obter dinheiro e

[725] Citado por Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit.*, pp. 24-25.
[726] *O Correio*, 1.º ano, n.º 18, 5-04-1913, p. 1.
[727] Cf. José Lopes Dias, *ob. cit.*, p. 65, carta de do marquês do Lavradio de 23-08-1912.
[728] ADG, Fundo do General João de Almeida, carta de Luís de Magalhães a João de Almeida, de 24-03-1913. Pode ler-se em anexo.

armas para projecto tão arrojado. O melhor, respondeu Luís de Magalhães em nome da Junta, era «fazer as coisas com a prata da casa»[729].

A incapacidade para encontrar um chefe incontestável, após o afastamento de Couceiro, deixou a reacção entregue ao comité de Londres, entretanto abandonado pelo marquês do Soveral e por Almeida de Azevedo, antigo juiz de instrução criminal[730]. No início de 1913, formaram-se comités especializados, tendo a liderança do comité militar sido entregue a João Coutinho e dois outros oficiais não identificados[731]. Mas João Coutinho não tinha a aura do «comandante», era um chefe pouco consensual entre a emigração[732].

Uma das diligências fundamentais dos comités exteriores residia na angariação de meios financeiros. Apesar dos muitos desperdícios, o movimento tinha distribuído por Lisboa e Porto cerca de «quarenta contos» e pela província «vinte contos». A documentação de Luís de Magalhães, tesoureiro e figura de proa da Junta de Londres, revela que a república tinha muitos inimigos entre alta burguesia ligada ao capitalismo e à finança[733]. Aparentemente, a contra-revolução tinha planos adiantados em Lisboa e Porto, onde os seus delegados procuravam ultrapassar as desconfianças dos oficiais do exército, «fiéis e bem dispostos, mas temendo aproximações, com receio de serem enganados e delatados»[734]. Enquanto isso, as províncias

---

[729] *Ibidem*. Lavradio defendia também que «há uma única maneira de proclamar a monarquia em Portugal, é proclamá-la em Lisboa ou no Porto» [Cf. José Lopes Dias, *ob. cit.*, p. 65, carta de do marquês do Lavradio de 23-08-1912].

[730] Cf. José Lopes Dias, *ob. cit.*, p. 73, carta de do marquês do Lavradio de 23-10-1912.

[731] ADG, Fundo do General João de Almeida, carta de Luís de Magalhães a João de Almeida, de 19-03-1913. Existia ainda um comité para assuntos de administração e outro para a organização dos civis.

[732] Sobre João de Azevedo Coutinho escreveu Lavradio: «Não vejo a necessidade que tinha o João Coutinho de dizer que só faltam os últimos retoques, quando estes são também os primeiros e sem os quais nada se pode fazer. Mas o J. Coutinho foi sempre assim, mente e promete com a maior facilidade, e com a mesma facilidade falta ao que prometeu, e creio que mesmo sem dar por isso» [Cf. José Lopes Dias, *ob. cit.*, p. 55, Carta de 30-03-1912].

[733] ADG, Fundo do General João de Almeida, carta de Luís de Magalhães a João de Almeida, de 19-03-1913: «[…] resta ainda a grande questão financeira, que infelizmente os recursos no Brasil não resolviam. Lá de dentro pediam apenas quarenta contos mas constantemente isto não chegava. Eu calculei cinquenta para Lisboa e Porto, outros cinquenta para armamento nas províncias e cinquenta para fundo de reserva: cento e cinquenta ao todo. Fui ao continente - em dez dias consegui setenta contos certos e umas probabilidades de perto de cem. Estes porém voaram... Todavia, com os recursos que temos estão-se preparando ainda as coisas o que não quer dizer que eu não lute ainda por angariar novos fundos. Contudo, estou certo que uns cinquenta ou sessenta contos me cheguem agora para tudo». Noutra carta, Luís de Magalhães afirmava corresponder-se com mais de «cem» pessoas para tratar de assuntos da causa monárquica. Cf. ADG, Fundo do General João de Almeida, carta de Luís de Magalhães a João de Almeida, de 04-05-1913.

[734] ADG, Fundo do General João de Almeida, carta de Luís de Magalhães a João de Almeida, de 24-03-1913

eram trabalhadas a partir de diligências efectuadas em Espanha: «Quanto às províncias as delegações da Galiza (Minho e Trás os Montes) e as duas de Salamanca (Beira Alta e Beira Baixa) têm-nas trabalhado e estão comprando o armamento, que os recursos comportam»[735]. Parte da estratégia passava por armar os civis e financiar pronunciamentos ou revoltas militares. No Alentejo, por exemplo, «os elementos são quase exclusivamente militares». O objectivo da contra-revolução era então desencadear um movimento «simultâneo» em Lisboa, Porto e províncias[736].

O conhecimento dos mecanismos organizativos dos monárquicos não exclui, como se depreende, a existência de conluios com sindicalistas e outros adversários da república. Só que tais conluios com sindicalistas não explicam o golpe de 27 de Abril, conduzido por radicais e carbonários republicanos, e chefiado por oficiais inequivocamente republicanos. Apesar de tudo, os conúbios conspirativos estabelecidos entre realistas e republicanos radicais parecem indiciar uma relação anterior ao 27 de Abril, como revelam as provas documentais encontradas no rescaldo do movimento de 21 de Outubro. Na posse de um contra-revolucionário monárquico de Outubro de 1913, a polícia encontrou documentos que rotulou imediatamente de «estranhos»: «um convite para uma assembleia da Federação Republicana Radical; um número do jornal *A Nação* e outro do jornal *A Alvorada*»[737].

Lisboa vivia, neste ano de 1913, mergulhada num ambiente subversivo que só teria equivalente nos derradeiros anos da realeza, entre o regicídio e o 5 de Outubro. Aos conchavos contra-revolucionários de direita juntavam-se as manobras dos sectores radicais, a extrema-esquerda republicana, juntamente com o anarco-sindicalismo, funcionando num dédalo de conspiração difícil de controlar pelas autoridades. Talvez resida neste conglomerado ferozmente activo a explicação para o aparecimento da *formiga branca*, fenómeno político cuja história é ainda hoje difícil de descortinar. Aparentemente, terá sido Afonso Costa, com o auxílio do governador civil de Lisboa, Daniel Rodrigues, e do seu irmão Rodrigo Rodrigues, ministro do interior, quem criou a famosa «formiga branca»,

[735] *Ibidem*, carta de 19-03-1913.
[736] *Ibidem*.
[737] AHM, 2.º TMTL, caixa 166, processo 2657.

associação policial secreta ao serviço do governo civil da Capital. Fundada por antigos carbonários, a *formiga branca* era afinal a polícia secreta do Partido Democrático[738].

O papel da *formiga branca* seria então o de reprimir a vaga revolucionária deste período, marcada pelas estreitas afinidades entre antigos revolucionários civis, antigos polícias e toda a casta de descontentes, com a conspiração monárquica. Alguns dos núcleos conspirativos deste período foram patrocinados e financiados por monárquicos influentes, como o conde da Azambuja, os condes de Ficalho e D. Constança Teles da Gama[739].

---

[738] Em Julho de 1914, Alberto Mesquita, «formiga n.º 9» fazia, em artigos na *Vanguarda*, a história do movimento. Ao *Correio da Manhã* afirmou então: «Como se organizou a formiga branca? - A formiga branca organizou-se com alguns indivíduos filiados na antiga carbonária, que fez a revolução republicana, constituindo-se em diversos grupos. O seu principal incremento foi quando o governo civil de Lisboa foi confiado ao dr. Daniel Rodrigues. A formiga branca organizou-se com o fim de vigiar alguns monárquicos suspeitos de conspirar, bem como republicanos, sindicalistas, socialistas, as casas de batota e todas as pessoas que não pertencessem ao partido democrático. - Qual o número de associados da formiga branca? - Com cartões especiais, fornecidos pelo governador civil, calculo, aproximadamente, 200; mas agregados, calculo uns 4000, que formavam os grupos civis. - Quem são os chefes da formiga branca? - Alguns são já do conhecimento público [Daniel Rodrigues, José França Borges, secretário do governador civil] - Quantos há? - Uns quarenta; [...] Ganhavam entre 10 a 50 mil réis, por mês; [...] Quem é que os move e aproveita? - No tempo do governo de Afonso Costa obedeciam às ordens do Dr. Daniel Rodrigues e dos seus secretários, recebendo alguns ordens do ministro do interior, Rodrigo Rodrigues. Ultimamente foi organizado pelo governo do sr. Bernardino Machado a Comissão Central de Segurança Pública, fazendo parte dela o dr. Costa Santos e o capitão Lindorffe Barbosa. É este militar quem agora dá ordens superiores à formiga» [in *O Dia*, 15.º ano, n.º 690, 09-07-1914, p. 1].

[739] AHM, 2.º TMTL, caixa 166, processos 206 e 2657. D. Constança Teles da Gama foi presa na sequência da incursão realista de 1912 e julgada em 1 de Abril de 1913, sendo absolvida. No tribunal explicou a sua ligação com monárquicos com a actividade de caridade que exercia nas prisões, em auxílio dos presos políticos mais necessitados. Mas a documentação existente em arquivo prova claramente a sua ligação com elementos conspirativos, tanto em 1912 como em 1913. Em 6 de Junho de 1912, José dos Santos Alves, que seria julgado juntamente com D. Constança, acabando condenado, escrevia esta carta à sua protectora: «V. Ex.ª pergunta-me se me tenho visto aflito? Não lhe posso explicar os carbonário [sic] e outros patifes trazem-me tão vigiado que não posso ir a casa dos meus amigos e iguais influentes do assunto do que temos a tratar, a minha casa é vigiada e ninguém me pode visitar porque ficam a duvidar de quem me visita, enfim estou bem por certo que à mais pequena coisa que torno a ser preso, por isso espero as ordens de V. Ex.ª se for preciso passar a fronteira ou fazer outro qualquer trabalho é só dar-me as ordens de V. Ex.ª. Eu também me convinha visto andarem com tanta vigilância sobre mim, eu já fui soldado e portanto tenho imensa vontade de pegar numa espingarda para derrubar esta canalha, estes ladrões que nos roubaram o sossego e o bem da nossa pátria, roubaram-nos a nossa querida família real portuguesa, que tanto bem fazia aos pobres, roubaram-nos e querem destruir por completo as nossas crenças religiosas mas estou bem por certo que não hão-de ter esse prazer nem levá-lo a cabo, porque eu estou pronto a derrubar a última gota de sangue pela santa monarquia e da minha opinião há milhares de pessoas. Portanto espero as suas ordens. [...] José dos Santos Alves, Entroncamento, Chaves» [AHM, 2º TMTL, n.º ordem 34, arquivo 9, pasta 3]. Já em 1913, Godofredo Melo, ex-polícia e chefe de um dos grupos realistas a quem foi encontrado grande quantidade de armamento, confessaria que o armamento «era para uma revolução monárquica e que tinham muito dinheiro dado pela senhora condessa de Ficalho e D. Constança Teles da Gama». Este depoimento seria corroborado por um cabo da polícia de Almada, aliciado para a restauração [AHM, 2.º TMTL, caixa 166, processo 2657].

Os núcleos revolucionários espalhavam-se por diferentes bairros de Lisboa e seus arrabaldes, constituídos por largas dezenas de agitadores, sendo que cada grupo tinha um chefe e possuía armamento e diversas bombas[740]. A monarquia congregava agora os descontentes da república, arregimentando novos conjurados nos sectores profissionais que tradicionalmente estavam com o regime verde rubro, ex-polícias, polícias cívicos no activo, cabos da GNR, profissionais do comércio, sapateiros, etc.[741].

No exército e na marinha lavrava também a insatisfação. Oficiais, cabos e sargentos tramavam em conspirações diversas, fazendo dos grupos revolucionários e contra-revolucionários um amontoado ecléctico quanto à natureza e objectivos. Na documentação apreendia aos conspiradores, apesar das reservas, estão referenciados vários oficiais conhecidos, como o general Belmonte, o coronel Seabra de Lacerda, o tenente-coronel Alves Roçadas, e vários capitães e tenentes do exército, da marinha e da guarda municipal. Entre os generais identificados constata-se o nome do general Pimenta de Castro[742], oficial que Machado Santos conhecera quando comandante da 3.ª divisão, e que ao «contrário do que sucedia com a maior parte dos oficiais generais do nosso exército de terra e mar, era homem que pensava pela sua cabeça e tinha vontade própria»[743]. Eram conhecidas as suas críticas à evolução política do novo regime e nomeadamente o seu repúdio pelo papel exacerbado dos grupos civis. Na documentação apreendida, um dos golpistas esclarecia as dúvidas justificadas que alguns levantavam a propósito do envolvimento de Pimenta de Casto em manobras conspirativas: «Diz-me como é que pode ser monárquico o Pimenta de Castro que já foi ministro na república pois digo-lhe no tempo em que ele estava em ministro dava reuniões na legação de Cuba juntamente com mais oficiais monárquicos mas como isto já foi há muito tempo pode ser que já esteja voltado para a republica»[744].

---

[740] AHM, 2.º TMTL, processo 206, vol. 1. Na correspondência de um conspirador, um militar que organizara o *complot* de Loyos e que tinha importantes ligações com realistas, refere-se à existência de grupos com 1600 homens e um total de 30 mil «prontos para sair», mas estes números eram notoriamente exagerados. Cf. *Ibidem*.

[741] *Ibidem*, processos 206 e 2657.

[742] *Ibidem*, processo 206.

[743] Machado Santos, *A Ordem Publica e o 14 de Maio*, Papelaria e Tipografia Liberty, Lisboa, 1916, p. 19.

[744] AHM, 2.º TMTL, processo 206.

No campo estritamente político, a recusa da experiência parlamentar republicana levou alguns políticos a coligarem-se com os adversários de ontem para a procura de soluções alternativas. Uma dessas coligações, protagonizada pelos republicanos Maximiliano Cordes Cabedo e José Eugénio Dias Ferreira, preparou um ante-projecto constitucional que deveria ser equacionado no caso de ter sucesso de um movimento contra-revolucionário chefiado pelo major Rodrigues Nogueira. Esse ante-projecto, que o conde de Arrochela apresentou a Paiva Couceiro e depois levou a D. Manuel, estava acompanhado de um relatório político e militar produzido por várias figuras do exército e da política, como o general Sebastião Teles, D. António de Lencastre, coronel Sinel de Cordes e tenente-coronel Raul Esteves, entre outros.

O ante-projecto deste grémio previa a elaboração de uma constituição liberal que evitasse os excessos parlamentares da Carta e da Constituição republicana. Consolidando as teorias da representação orgânica e restritivas da soberania popular, sugeria-se o regresso ao sistema bicamaral da monarquia, prevendo-se a representação sócio-profisisonal nas duas câmaras, sendo que a composição dos Pares mantinha as regras da Carta: nomeação régia e direito hereditário. A acção dos deputados restringia-se à aprovação das leis na generalidade, ficando a especialidade na alçada de uma comissão de técnicos saída dos respectivos ministérios, aguardando depois a aprovação do conselho de Estado. A única excepção a este projecto, concebido para conter os excessos do parlamentarismo, com as suas discussões infindáveis e perniciosas, era a aprovação do orçamento de Estado, que seria discutido na especialidade pela câmara. Previa-se ainda a independência política das pastas das Finanças e dos Negócios Estrangeiros[745].

A existência deste projecto constitucional parece confirmar a existência de um forte dispositivo contra-revolucionário que procurava a restauração através de um movimento militar interno. Mas as ligações com o exterior permaneciam muito fortes. A começar pela Galiza, onde se encontrava um importante núcleo de conspiradores, ao lado de Paiva Couceiro e do padre

[745] Cf. Francisco Manso Preto Cruz, *ob. cit.*, pp. 185-187. O Conde de Arrochela, que descreveu este projecto de constituição, diz ainda que vitorioso o movimento seria João de Azevedo Coutinho o responsável por organizar o novo governo da restauração.

Domingos, entre os quais o conde de Mangualde e o seu ajudante Ferreira de Mesquita. Os planos dos conspiradores previam a entrada de um grupo de homens pela fronteira do Norte[746]. Não se tratava propriamente de uma incursão realista. Mas as movimentações na fronteira, de onde provinham importantes remessas de armamento, provam que a Galiza não encerrara a sua actividade conspiratória. Os cônsules de Verin e Ourense informavam o governo, com algum exagero à mistura, de grande concentração de «cabecilhas monárquicos» junto à fronteira e referiam com pormenor a iminência de um golpe que rebentaria no Porto e em Lisboa[747].

Ao movimento faltava um chefe, nas palavras de um conspirador ilustre, José de Arruela, alguém que fosse «O Chefe, o Chefe Militar, leal, valente, heróico, que arrastasse, galvanizasse o nosso esforço civil na hora marcada da luta decisiva, na hora da Revolta»[748]. Vimos já que esse «Chefe», que ocupava o cargo deixado vago por Paiva Couceiro, era agora João de Azevedo Coutinho. Azevedo Coutinho e o conde Mangualde saíram de Londres em direcção a Portugal, fazendo escala em Paris e Espanha. Coutinho vinha incumbido de chefiar o movimento, enquanto Mangualde ficava com a responsabilidade de sublevar Braga, ao comando de um regimento da cidade[749]. O comité de Londres registava alguma apreensão mas ao mesmo tempo confiava no sucesso do movimento: «Esperamos com confiança. […] A questão é tudo rompa simultaneamente e que todos dessem certos»[750].

---

[746] AHM, 2.º TMTL, caixa 166, processo 206.

[747] AHM, 1.ª divisão, 34 ª secção, caixa 4, pasta 1. Eis o teor de uma informação do Cônsul português em Ourense, de 15 de Outubro: «A chegada a esta cidade de vários cabecilhas [Couceiro, Mangualde, Sepúlveda, Sousa Dias, Camacho, padre Domingos Pereira, etc.] e a entrada em Portugal de outros acompanhados de aliciados é um sintoma de que o movimento monárquico será muito breve. Efectivamente parece que assim será porque segundo informação que me merece crédito vai rebentar por estes dias a revolução em Lisboa e Porto ao mesmo tempo que grupos de conspiradores entrarão pela fronteira para sublevarem ou as apoiarem se já estiverem sublevadas as diferentes povoações por onde passam. Parece que parte do exército está comprometido ou vendido e que a revolução será apoiada por quatro dos actuais deputados e nela estão envolvidos uns 16 generais. Dizem-me estarem armadas Lisboa, Porto, Viana do Castelo, Braga, Bragança, Lamego e Guimarães, e bem assim Vizela, Penafiel, Felgueiras, Cabeceira de Basto e outras localidades fronteiriças. No dia 11 do corrente fiz apreender em Cavaleiros, partido de Baude, 28 espingardas "Mauser" com os respectivos sabres e cerca de 1500 cartuchos que aqui haviam passado num automóvel e que eram destinadas aos realistas».

[748] Texto de José de Arruela, publicado na *Voz*, de 22-07-1932, in António M. Martinó, *João de Azevedo Coutinho. Marinheiro e soldado de Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2002, p. 169.

[749] Cf. Maria Teresa de Sousa Botelho e Mello, *ob. cit.*, p. 89.

[750] IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, caixa 1, Carta de Luís de Magalhães para a esposa de João de Azevedo Coutinho, de 10-10-1913.

A contra-revolução devia, de facto, rebentar em várias cidades em simultâneo, como Lisboa, Porto, Braga, Viseu, Vila Real e Viana do Castelo. O plano previa que em Lisboa fosse atacado o Museu da Revolução, pelo seu significado simbólico, e o museu da artilharia, porque aí existia grande quantidade de armamento em bom estado[751]. Seguia-se um assalto dos grupos civis ao regimento de artilharia 1 e ao quartel do Corpo de Marinheiros da Armada[752]. O movimento tinha sido preparado em Lisboa, por um comité civil, onde pontificavam os nomes de José Lobo de Ávila, conhecido lente de Direito, o irmão Fernando Lobo de Ávila, Vítor Claro, Constâncio Roque da Costa, João Diogo Peres, Luís Nóbrega de Lima, José de Arruela e José Augusto Moreira de Almeida, director do jornal *O Dia*[753]. O comité militar da cidade obedecia à direcção suprema do coronel Adriano Madureira Beça e integrava vários oficiais de diferentes patentes e sargentos[754], incluindo o seu sobrinho, Augusto César Madureira Beça, major de infantaria 18 e futuro obreiro da «Monarquia do Norte».

A polícia teve conhecimento antecipado do movimento e começou a prender os conspiradores em Lisboa, fazendo abortar os seus epígonos nacionais. Ainda assim, os polícias da esquadra do Caminho Novo haveriam de revoltar-se para se dirigirem ao parlamento, onde prenderam os guardas republicanos. Atacaram de seguida a Escola do exército, mas foram derrotados. Entretanto, foram cortadas as linhas telegráficas do Porto, Santarém Coimbra, Alentejo e Algarve, enquanto desertavam os polícias da esquadra da Boavista[755]. Em Viana do Castelo rebentou também uma rebelião, no regimento de artilharia n.º 5, quando vinte praças armadas quiseram entregar o quartel ao tenente Arnaldo Piçarra, oficial dos mais

---

[751] «Museu da Artilharia [...] A guarda do Museu é feita pelos soldados da Companhia dos Loyos; as chaves do museu, e da fábrica de armas e da fundição de canhões, ficam a guardar na casa da guarda todas as noites; eu alguns dias antes da minha prisão fui passar uma revista ao museu; na primeira sala contei até duas mil armas de diferentes calibres e tudo armas boas; também há lá muitas espadas e floretes; como vê a guarda é boa podem dar-lhe o assalto que se armam lá muitas pessoas, eu tinha isso planeado; e também lá há muitas pistolas; veja bem isto que o sítio é bom e nós temos as coisas na mão; relativamente às chaves estão na mesa da guarda sendo o cabo bom faz-se tudo muito bem e não sendo mata-se […]» [AHM, 2.º TMTL, caixa 166, processo 206].

[752] AHM, 2.º TMTL, caixa 159, processo 2527.

[753] *Ibidem*.

[754] *Ibidem*.

[755] Cf. Arnaldo Madureira, *A Questão Religiosa na I República. Contribuições para uma autópsia*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, p. 83.

reaccionários, vociferando sem rebuço: «rapazes defendamos a nossa religião»[756].

Entre os presos destacaram-se alguns oficiais de nomeada, como os generais Jaime Leitão de Castro, segundo comandante da Escola de Guerra, e Domingos Correia, o coronel Seabra de Lacerda, que fora ajudante de campo de D. Carlos e D. Manuel, o tenente-coronel da administração militar Miguel Coyola e o seu filho tenente Tomás Coyola[757]. Como vingança pelo movimento de 21 de Outubro, as turbas republicanas invadiram e destruíram os jornais *O Dia* e *A Nação*.

O golpe de 21 de Outubro foi descoberto antes de rebentar. O governo, através da polícia do Porto, liderada pelo comissário Artur Caldeira Scevola, introduzira nos meios realistas um espião que se fazia passar por monárquico, criatura que ficaria famosa, de nome Homero Lencastre. Segundo Rocha Martins, Homero e uns quantos agitadores teriam projectado e edificado uma loja «carbonária», chamada «Bastilha», em Fevereiro de 1913[758]. Em pouco tempo, este espião estava em contacto com o comité do Porto e o comité «estrangeiro», entrando nas graças dos conspiradores[759]. A sua actuação permitiu à polícia penetrar nos segredos do movimento, encarcerando os principais responsáveis em Lisboa e no Porto, como o conde de Mangualde e o seu ajudante, Ferreira Mesquita[760]. Já João de Azevedo Coutinho conseguiria iludir as autoridades e embarcar rumo ao exilo, sem contudo se aproximar sequer do centro da conjura[761].

Quanto a Homero Lencastre, abandonado pelos republicanos devido à sua reputação de traidor, partiu para a Galiza, onde continuou,

---

[756] 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 4, pasta 1. Arnaldo Piçarra será o futuro governador Civil de Braga, durante a «Monarquia do Norte».

[757] Cf. *A Capital*, 4.º ano, n.º 1161, 23-10-1913, p. 1; *ibidem*, n.º 1162, 24-10-1913, p. 1.

[758] O governo viria a reconhecer publicamente a qualidade de espião da polícia a Homero de Lencastre. O próprio Luz de Almeida afirmou então que Homero não pertencia à Carbonária Portuguesa, mas a outro grupo entretanto formado. Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 14-02-1914, pp. 4-8. Sobre a criação da «choça Bastilha» foram publicados vários documentos enviados por um carbonário para Homero de Lencastre que confirmam a veracidade dos factos. Cf. *Jornal da Noite*, ano 1, n.º 73, 02-04-1915, pp. 1-2.

[759] Uma descrição documentada da acção de Homero de Lencastre e da tentativa restauradora de 1913, encontra-se em Rocha Martins, *Verdes, Brancos e Azuis*, vol. III, Lisboa, Organizações Crisalis, 1951, pp. 192 e ss.

[760] A cilada para a qual Homero de Lencastre atraiu o conde de Mangualde e o seu ajudante, de que resultou a sua prisão, está descrita por este último em Joaquim Leitão, *A Entrevista. Sem santo nem senha*, n.º 6, 10-12-1913, pp. 85 e ss. Em Viseu foram presas 87 pessoas acusadas de envolvimento no 21 de Outubro. Cf. 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 6, pasta 16.

[761] Leia-se o seu depoimento em Joaquim Leitão, *ob. cit.*, n.º 1, 30-10-1913, pp. 7-15.

estranhamente, ao serviço do movimento monárquico, na preparação de novas tramas[762]. Como recompensa pela arriscada empresa, D. Manuel nomeou Azevedo Coutinho para o cargo de lugar-tenente, em 15 de Dezembro de 1913. Os termos da nomeação revelavam a permanência da táctica militar no combate à república, realidade que o marquês de Soveral combatia, pois «não queria revoluções»[763]: «Hei por bem nomear chefe da Causa Monárquica meu lugar-tenente a João de Azevedo Coutinho, dando-lhe ao mesmo tempo os plenos poderes para em meu nome tratar de toda a parte militar e também se ocupar em meu nome na questão financeira, podendo para isso dirigir-se às pessoas que julgar conveniente. D. Manuel, Rei de Portugal»[764]. Azevedo Coutinho era agora lugar-tenente e comandante militar do movimento contra-revolucionário.

Com o fim da primeira «outubrada» terminava o primeiro ciclo da contra-revolução, marcado pela reacção monárquico-clerical. Desde 1911 até 1913, teve lugar um número copioso de *complots*, conjuras, levantamentos e incursões contra o regime republicano. Com uma organização dispersa e multívaga, com uma estratégia complexa e heteróclita, a primeira reacção assumiu a sua condição de confronto ideológico. Da sua frenética actividade resultaram cerca de oitenta mortos, centenas de feridos e milhares de prisioneiros políticos. Apesar dos custos políticos e financeiros, não foi suficiente para ameaçar a sobrevivência do regime.

Apesar de tudo, a reacção condicionou de forma flagrante a evolução política da república. Na verdade, parte significativa da instabilidade dos primeiros anos também se deveu ao esforço dos monárquicos para impedir a formação de um consenso político em torno do regime e para evitar assim a sua legitimidade[765]. Se antes não era assumida, mas entendida apenas como reacção, a instabilidade passaria a constituir a estratégia central do movimento realista a partir de 1914, como veremos na segunda parte deste trabalho.

---

[762] Rocha Martins, *ob. cit.*, pp. 217-218. No ELM existe documentação que confirma esta estreita colaboração de Homero com o movimento no exílio, incluindo a elaboração de relatórios sobre a situação política em Portugal.

[763] *Ibidem*, p. 218.

[764] IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, caixa 8.

[765] Vejam-se as dificuldades criadas na opinião pública inglesa em John Vicent-Smith, *ob. cit*, pp. 41-81.

Como explicar então o significado da primeira reacção? O «couceirismo», não correspondendo a qualquer aparelho partidário ou organizativo, - a Causa Monárquica surge apenas em 1914 - reflectia a comoção dos sectores mais conservadores da sociedade portuguesa, ante o abalo republicano, e reflectia a oposição de duas concepções políticas e ideológicas. Faltou-lhes a autoridade de um chefe e a unidade contra-revolucionária, que D. Manuel nunca logrou assumir. Não existia uma estrutura organizativa que preparasse o terreno, no campo da propaganda, que incitasse as massas à rebelião. O exército não estava ainda preparado para intervir, enquanto corporação, numa acção contra a república. As dificuldades de coordenação entre os comités externos, envolvidos em profundas divisões, e os comités internos, impediam a existência de uma efectiva organização contra-revolucionária. O verdadeiro significado da primeira reacção está nos intrincados liames, políticos, militares e simbólicos, que a prenderam a Paiva Couceiro[766]. Adulado por monárquicos e temido por republicanos, na literatura[767], na imprensa e em quadras populares[768], Couceiro sintetizava um certo estado de espírito, uma certa atitude de repulsa contra o radicalismo extremo da política anticlerical da república. O «Capitão Fantasma» simbolizava mais do que a realidade o permitia, e por isso a sua acção assumiu aquela dimensão sebastiânica, muito ao gosto nacional, e que condizia com a sua postura austera, idealista

---

[766] Segundo Álvaro Pinheiro Chagas, «O Couceiro resume-se nisto que eu dizia na Galiza sempre que se falava na popularidade dele: a ideia do movimento monárquico está de tal maneira ligada à figura de Couceiro, que ponham quem quiser à frente da incursão, um preto, se quiserem, que o povo dirá: olha o Couceiro é preto! Isto é, quem for à frente da incursão é que é, para o povo, o Couceiro» [*O Nacional*, ano 1, n.º 58, 21-04-1915, p. 2].

[767] Sobre o impacto da Galiza na literatura, leia-se Armando Malheiro da Silva, *Os conspiradores do sul da Galiza: as incursões monárquicas (1911-1912) na literatura portuguesa*, Braga, Real Associação, 2001.

[768] Eis o poema encontrado em posse do padre José Magalhães Gonçalves de Sousa, em Arcos de Valdevez:

«Ressurge Pátria!
Para ser cantado ao som da Maria da Fonte:
Aí vem Paiva Couceiro/A tocar a reunir
Para salvar nossa Pátria/Que está prestes a derruir
Eia! Avante Portugueses/Eia! Avante e não temer
Contra os inimigos da Pátria/Batalhar até morrer
Surge heróico grande povo/A quem pretendem algemar
Para em golpe de heroísmo/Tua Pátria libertar
Eia! Avante Portugueses/Eia! Avante não temer
Pela liberdade da Pátria/Batalhar até morrer
Povo heróico ouve o grito/Do herói libertador
Que vem levantar altivo/Deste reino o esplendor
Eia! Avante Portugueses/Eia! Avante sem temor
Crê altura e confiado/No herói libertador».

e disciplinadora. Idolatrado em apoteóticos e inflamados panegíricos, Couceiro era descrito como uma espécie de «semi-Deus», quase «sobrenatural»[769]. Mas o «couceirismo», porque consubstanciava um certo estado de espírito, correspondia no plano da acção a um movimento inconsequente. A excessiva mitificação do «comandante» e a indulgência dos emigrados impediram o julgamento severo da Galiza e de todo o fenómeno contra-revolucionário. Fenómeno de efeitos políticos praticamente nulos para a Causa Monárquica, não se mediu a inépcia do comando de Paiva Couceiro[770], personalidade obstinada mas ingénua, idealista empedernido mas de feitio autoritário[771].

Só que Paiva Couceiro era mais do que um simples chefe contra-revolucionário, era um símbolo. Representava a «fé» numa causa que começava então a tomar forma. Gerada pelo ódio republicano, a reacção era então um movimento mais romântico do que prático. Ao contrário da conspiração interna, a Galiza, estigmatizada pelo ferrão da «traição, a nefanda traição[772], passaria para a história como uma jornada notável de «idealismo» e «amor patriótico». A sua pequena e quase insignificante força armada não pretendia «conquistar Portugal, para o qual não dispunha de força»[773], mas arvorar a bandeira da honra que o exército não soubera envergar no 5 de Outubro. Era um movimento essencialmente moral. Como

---

[769] O Advogado Pereira de Sousa, que o defendeu em 1912, escreveu que «olhava para ele como para um ser quase sobrenatural, para um semi-Deus» [António Pereira de Sousa, *No Julgamento de Couceiro (Discurso de defesa proferido no tribunal do 2.º distrito criminal desta cidade em 17 de Junho de 1912*, Porto, Edição do Autor, [s/d], pp. 29-30; vejam-se ainda os vários testemunhos em Francisco Manso Preto Cruz, *ob. cit.*.

[770] Apenas o marquês do Lavradio considerava que Couceiro tinha «falta de competência para lugar». Cf. José Lopes Dias, *ob. cit.*, p. 67.

[771] Homem Cristo, que acompanhou os preparativos da I incursão escreveu: «Paiva Couceiro é duma rara intrepidez. É um homem honesto e patriota. Mas tinha-se revelado um mau organizador, e uma coisa tão pequena como aquela. Admirável soldado, nunca chegaria a ser general. Além disso, concentrava nas suas mãos sobre todos os poderes militares todos os poderes civis. Ia ser o árbitro dos destinos do país. Muito mais do que um general, teria de ser um homem de Estado. Terrível coisa sendo Couceiro muito pouco inteligente, duma grande soberba e muitíssimo autoritário. Homem de ideias certas e fixas, não aceitando observações nem conselhos, cercando-se de uns patetas, imbecis que nem chegavam a ser medíocres, convencidíssimo de que lhe bastava pôr os pés em território português para que tudo se resolvesse em bem, só com o prestígio do seu nome, e com a sua boa vontade que, faça-se-lhe justiça, é enorme» [*Banditismo Politico. A Anarchia em Portugal*, vol. I, Madrid, Edição de autor, 1912, pp. 944-945].

[772] Cf. Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *ob. cit.*, p. 48.

[773] Para Pinheiro Chagas, «As incursões seriam coroadas de êxito se cá dentro se cumprissem os compromissos tomados com o Couceiro; se não se cumprissem, era evidente que as Incursões, que nunca tiveram o propósito de ser uma invasão, não podiam vingar. A Galiza é uma bela página desde que se lhe faça a história. Não foi o que o Couceiro premeditara; as suas sucessivas fases foram sucessivos remédios a sucessivos imprevistos e dificuldades que iam aparecendo» [*O Nacional*, ano 1, n.º 58, 21-04-1915, p. 2].

afirmou anos mais tarde um dos seus mais dedicados oficiais, Satúrio Pires, a Galiza foi o «forte arcaboiço e o rijo cimento, onde assentou, e de vez, a Causa Nacional da Monarquia, com toda a sua Fé, entusiasmo e desinteresse pela Grande Obra de Ressurgimento da Pátria!»[774]. Paiva Couceiro reconheceu depois que as incursões tinham sofrido com «muitos erros», mas tiveram a virtude de «trazer a Causa Monárquica à sua primeira razão de ser. Uma causa que não tem sacrifícios não se impõe»[775].

[774] In Francisco Manso Preto Cruz, *ob. cit.*, p. 114.
[775] Entrevista de Paiva Couceiro à *Nação*, ano 68, n.º 16260, 11-05-1915, p. 1.

Parte II

Natureza da contra-revolução (1914-1917)

Capítulo I
A Direita Monárquica

1. Conservadores e antimodernos

Parece agora claro que a origem da contra-revolução não constituíra o resultado de um simples conflito entre república e monarquia. A obra do novo regime, marcada pelo laicismo e pelo racionalismo individualista, constituindo uma «ruptura psicológica e emocional»[776], encontraria a resistência dos defensores das crenças religiosas, dos costumes e das tradições. Como refere Miguel Castelo-Branco, tratava-se de um «choque entre uma ordem fixada pela tradição e pela história, e outra que se pretendia impor como solução de modernização e fabricação de um novo cidadão»[777].

Até aqui temos utilizado indistintamente os vocábulos «contra-revolução», «tradição» e «conservador» deslocados da sua expressão ideológica, quando na verdade eles pressupõem uma dimensão conceptual e epistemológica que é estruturante em qualquer análise de história política. Em rigor, devíamos ter analisado a primeira reacção anti-republicana sobre outro signo negativo, anti-revolucionário. Tal como em 1789, na ausência de uma teorização especificamente contra-revolucionária, de um «contra-projecto ideológico»[778], o combate travado pelos conservadores contra a república fez-se em nome da destruição de valores religiosos e político-sociais, era por isso anti-revolucionário. O objectivo deste capítulo reside precisamente num esforço para estabelecer os princípios ideológicos da direita monárquica, da reacção anti-republicana.

O historiador Eugen Weber distinguiu na Europa três tendências de «direita política»: uma «reaccionária», que pretendia recuperar a Idade de

---

[776] Miguel Castelo-Branco, *Homem Cristo Filho. Do Anarquismo ao Fascismo*, Lisboa, Nova Arrancada, 2001, p. 73.
[777] *Ibidem*.
[778] Maria Ivone de Ornellas de Andrade, *A Contra-Revolução em Português José Agostinho de Macedo*, vol. II, Lisboa, Edições Colibri, 2004, p. 50.

Ouro perdida; uma «direita de resistência», conservadora mas que aceitava as inovações; e a «direita radical», nem sempre fácil de distinguir dos «reaccionários»[779]. Já em França, René Rémond identificou a existência de uma «direita tradicionalista», uma outra liberal orleanista e, finalmente, uma plebiscitária ou bonapartista[780]. Em Espanha, por outro lado, foram identificadas duas grandes «tradições» de direita: uma «conservadora liberal», de base ecléctica, que aceitaria muitas das transformações políticas e sociais do liberalismo, mas que partia do conceito de «continuação histórica», procurando conservar determinadas instituições históricas, como a monarquia e a igreja, numa lógica de tradição nacional e conservação social; uma segunda tradição, «teológico-política» e antiliberal, que defendia a aliança do torno e do altar, e que se identificava com o Carlismo[781].

Esta multiplicidade de categorias confirma a complexidade teórica e conceptual das diferentes escolas de pensamento que preenchem o universo da direita política. Outra conclusão se impõe face à diversidade tipológica: a de que as variações ideológicas correspondem a conjunturas e a realidades histórico-geográficas específicas, sendo que a Península Ibérica, enquanto «Europa da margem» ou «continente menor», assume uma vetusta condição de proximidade ideológica[782].

Em Portugal, coube a João Medina estabelecer a definição de uma «tipologia política» que abarcasse os agrupamentos de direita desde o liberalismo até ao Estado Novo. Na sua classificação identificou cinco famílias de direita: a) uma «direita liberal, monárquica e republicana»; b) uma «direita antiliberal», de «raiz contra-revolucionária», onde filia todos os grupos monárquicos como o miguelismo, franquismo, Integralismo Lusitano, Acção Realista Portuguesa e Causa Monárquica; c) uma «direita antiliberal de forma republicana»; d) uma «extrema-direita», associada ao Nacional-Sindicalismo; e) e finalmente, uma «direita católica antiliberal, de tendências ditatoriais e desinteressada da questão de regime político[783].

---

[779] Cf. Pedro Carlos González Cuevas, *El Pensamiento político de la derecha española en el siglo XX. De la crisis de la Restauración al Estado de partidos (1898-2000), Madrid,* Tecnos, 2005, p. 15.

[780] René Rémond, *Les Droits en France*, Paris, Edition Aubier Montaigne, 1982.

[781] Cf. Pedro Carlos González Cuevas, *ob. cit.*, pp. 15-16.

[782] O conceito de «continente menor» foi cunhado por Pierre Vilar e o de «Europa da margem» por Eduardo Lourenço. Cf. *ob. cit.*, p. 33.

[783] Medina, João, *Salazar, Hitler e Franco*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000, p. 21. João Medina refere ainda outras experiências partidárias que considera «marginais», como a *Vida*

Na tipologia política de João Medina, sintomática da mesma complexidade doutrinária que se verifica noutras latitudes, interessa-nos sobretudo a direita «antiliberal», de «raiz contra-revolucionária», por ser aquela que corresponde aos agrupamentos monárquicos em estudo neste período. Mas existiu de facto uma consonância ideológica e doutrinária entre a Causa Monárquica, o Integralismo e o Legitimismo como pretende este historiador? As reflexões que em torno desta problemática vão delinear-se não aspiram a produzir uma história das ideias políticas. Constituem o esboço teórico necessário ao enquadramento ideológico protagonizado pela reacção conservadora ao projecto de modernidade política que, apesar das polémicas e das vicissitudes históricas, enformava o republicanismo em Portugal.

Até agora temos recorrido ao vocábulo «conservador» para caracterizar a reacção monárquico-clerical. Mas a semântica dos vocábulos trai muitas vezes a sua complexidade conceptual, e ignora até alguma dimensão polémica. Logo à cabeça, emerge a questão de saber se o conservadorismo é uma ideologia, entendendo-se «ideologia» como «conjunto de ideias morais, económicas, sociais e culturais razoavelmente coerente» e com afinidades imediatas com o sistema político[784]. Mesmo aceitando a validade dessa categoria ideológica, como o fazem vários teóricos do fenómeno[785], o conservadorismo apresenta algumas dificuldades de conceptualização, que decorrem de uma certa confusão que se estabelece com a «contra-revolução» e o «tradicionalismo»[786]. O próprio vocábulo «conservador», que desde o século XIV é utilizado como significando «preservar ou manter algo intacto», é ambíguo enquanto instrumento conceptual político[787]. Alguns teóricos, como R. J. White, apresentaram o conservadorismo como «hábito mental», como «modo de sentir» e de «viver», o que significa uma preferência subjectiva sobre uma certa realidade político-social e menos a

---

Nova, de Oliveira Martins ou o Partido Nacionalista, de Jacinto Cândido, e a acção doutrinária de várias personalidades isoladas.

[784] É a definição de Robert Nisbet, *O Conservadorismo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987, p. 9. Maria Ivone de Andrade mostra que o conceito de ideologia ganhou interesse no final do século XVIII e começo de Oitocentos quando se revelou necessário «fundar a realidade social sobre a razão e a ciência», e que a ideologia visa presidir a uma explicação sócio-política. Cf. *ob. cit.*, p. 36.

[785] Cf. *Ibidem*; Robert Eccleshall, et alli, *Ideologías Políticas*, 2.ª ed., Madrid, Tecnos, 2004.

[786] Leia-se Robert Nisbet, *ob. cit.*; Jonh Weis, *Conservatism in Europe 1770-1945: Tradicionalism, Reaction and Counter-Revolution*, London, Thames and Hudson, 1977.

[787] Cf. Robert Eccleshall, et alli, *ob. cit.*, p. 84.

definição rigorosa de uma concepção ou ideologia política[788]. Em Portugal, por sua vez, o integralismo lusitano rejeitava o apodativo «conservador», afirmando que não pretendia «conservar» mas «reagir contra o presente», seguindo o modelo da ucronia, reconstruindo o que devia ter sido[789].

Não restam dúvidas, porém, que o «conservadorismo», expressão utilizada pela primeira vez por Chauteaubriand, em 1818[790], está conotado com toda a atitude de recusa da transformação brusca do tecido social e político. A expressão «conservador» entrou para o léxico político inglês em 1830, associado ao Partido *Tory*. A distinção entre a ideologia conservadora e as ideologias modernas, como o liberalismo ou o socialismo, reside afinal no recurso a uma fundamentação filosófica que prefere usar os dados concretos e a experiência histórica em detrimento de qualquer teoria abstracta[791]. Ao individualismo liberal e à crença no progresso antepõem os conservadores uma «sociedade como estrutura dominante» e o pessimismo e a decadência democrática, situados num quadro antropológico de sociedade imperfeita[792]. Na frase de Chateaubriand, «a sociedade ao alargar os seus limites, acabou reduzida; a democracia conquistou a morte»[793].

Fica assim claro que para além das fontes históricas, que começam com Edmund Burk e continuam nos teóricos franceses, de Joseh de Maistre, Chateaubriand a Louis de Bonald, entre outros, o conservadorismo partilha com a contra-revolução e o tradicionalismo a recusa dos postulados iluministas do progresso indefinido e o ódio ao princípio da Revolução. Mas

---

[788] *Ibidem*. Os autores referem-se à obra de A. Bullock, *The Conservative Tradiction*, London, Adam and Charles Black, 1964.

[789] Segundo Alberto Monsaraz, «não somos retrógrados, nem somos conservadores – não queremos voltar atrás, nem conservar o que está - ; somos, sim reaccionários e renovadores, - reagimos contra o presente tal qual é e desejamos restabelecer, não o passado que tivemos, mas o presente que hoje teríamos, se influências não portuguesas nos não houvessem desviado do rumo natural da nossa evolução» [transcrito em Raul Proença, *Polémicas*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1988, p. 408]. António Sardinha, citando La Tour du Pin, afirma o mesmo: «Não somos conservadores – dada a passividade que a palavra ordinariamente traduz. Somos antes renovadores, com a energia e a agressividade de que as renovações se acompanham sempre» [*Ao Princípio era o Verbo*, Lisboa, Editorial Restauração, 1959, pp. 189-190].

[790] Cf. Maria Ivone de Ornellas de Andrade, *ob. cit.,* p. 41.

[791] Cf. Robert Eccleshall, *ob. cit.*, p. 84. Este primeiro postulado é partilhado com os autores contra-revolucionários e tradicionalistas do século XIX e XX.

[792] *Ibidem*, pp. 94 e ss; Robert Nisbet, *ob. cit.*, pp. 83 e ss.

[793] Citado por Antoine Compagnon, *ob. cit.*, p. 20. A oposição entre indivíduo e sociedade não esconde outras perplexidades teóricas e conceptuais. A «descoberta» da sociedade, ou do colectivo, tomada como exclusivo da ideologia de esquerda, terá sido afinal uma descoberta dos primeiros contra-revolucionários que os liberais da segunda metade do século XIX, como Stuart Mill ou Spencer, se apressaram a introduzir na sua doutrina, num quadro de evolução epistemológica em que despontava a sociologia. Cf. Ortega y Gasset, *A Rebelião das Massas*, Lisboa, Relógio d'Água Editores, 2007, pp. 21-23.

se a contra-revolução brotou directamente da Revolução Francesa, negando a mudança e procurando «conservar» o que fosse possível do Antigo Regime, e nessa medida assumia-se também como «reacção», o tradicionalismo é-lhe bastante anterior[794]. Corresponde, no plano político-filosófico, à recusa da razão individual, enquanto fonte de incerteza e de erro, e à defesa da tradição, na sua dimensão histórico-temporal de repositório das verdades reveladas. O tradicionalismo confundiu-se depois de 1789 com a contra-revolução, condenando a soberania popular e pregando o jusdivinismo e o princípio dinástico. Em Portugal e Espanha, onde o pensamento conservador revela influências inevitáveis do pensamento católico, o tradicionalismo está conotado com o miguelismo e o carlismo, sendo considerados uma expressão local da contra-revolução[795].

A formação da direita monárquica, depois de instaurada a república, integra todo este vasto património ideológico de difícil conciliação. A evolução histórica obrigou à redefinição das próprias ideologias. As instituições a conservar em 1910 não têm correspondência imediata com a ideologia conservadora de 1789 ou 1815. Os conservadores portugueses de 1910 pretendem manter intacta a monarquia constitucional reformada e evitar a sua evolução para a democracia de massas, para além de elogiarem o parlamentarismo inglês[796] e o sufrágio restrito, e defenderem a propriedade e a lei. Tendo a tradição como paradigma, os conservadores recusavam a universalidade e uniformização de modelos político-sociais, preferindo a sua adequação à evolução das condições históricas e às experiências e circunstâncias de cada época[797]. Enquanto isso, os

---

[794] Cf. Antoine Compagnon, *Los Antimodernos*, Barcelona, Acantilado, 2007, pp. 14 e 30. A expressão «reacção» surgiu como fórmula política depreciativa durante a Revolução, no período Termidor, e foi definida por Benjamin Constant em *Las reacciones políticas*. Cf. *Ibidem*, pp. 26-27.

[795] Cristián Garay Vera, «Nacionalismo, Tradicionalismo, conservadurismo y liberalismo censitário. Aproximaciones para el debate», in *Revista de Historia*, año 9-10, vol. 9-10, 1999-2000.

[796] Cf. BNL, ELM, caixa 36, carta de Luís de Magalhães ao conde de Arnoso, de 16-05-1910; Luís de Magalhães, *Eduardo VII*, *Elogio Histórico Pronunciado na Sessão Solemne da Liga Monarchica do Porto em 20 de Junho de 1910,* Porto, Magalhães & Moniz, 1910.

[797] Luís de Magalhães, in *A Tarde*, n.º 2864, 26-06-1897, p. 1: «Os povos mais bem governados são aqueles que menos alteram as suas leis orgânicas e cuja administração ganhou essa consistência, essa regularidade, essa força tradicional, que só o hábito do exercício pode dar. De facto, a tradição é um elemento essencial de bom governo. A transformação social é lenta, como são, na natureza, todas as transformações. A hipótese das grandes revoluções geológicas de Couvier - essa mesma caiu ante as teorias evolucionistas de Lyell. Nas sociedades, as alterações orgânicas, dessas que determinam na política, a necessidade de correlativas alterações constitucionais, não são tão frequentes que demandem

tradicionalistas defendiam o regresso puro e simples às instituições monárquicas pré-liberais, o «regresso ao passado» da tradição romântica, recusavam a razão e defendiam uma reorganização tradicional da sociedade a partir de uma base religiosa[798].

Aos sectores ideológicos mais antigos, o século XIX acrescentou uma nova doutrina, o nacionalismo, fenómeno também difícil de conceptualizar. Nascido igualmente da Revolução, na medida em que esta promoveu a autodeterminação dos povos, o nacionalismo sofreu mutações associadas ao imperialismo e às concepções rácicas do final do século XIX, que conduziram à exaltação do Estado-nação, dos seus valores políticos e simbólico-culturais. A acepção do nacionalismo moderno encarnava na nação uma dimensão mística, pré-existia uma alma e fisionomia específica, a nação «era um organismo vivo, permanente, com características próprias», com potencialidades específicas. Para João Ameal, o «nacionalismo» implicava «uma concepção orgânica e tradicionalista de Nação, tomada não como um agregado de indivíduos, mas como uma unidade religiosa, moral, histórica, geográfica e étnica»[799]. Dada a complexidade teórica e a ambiguidade conceptual das ideologias, alguns dos autores que actualmente abordam o fenómeno contra-revolucionário preferem recorrer a conceitos mais abrangentes, como «antimodernos»[800] ou antiliberais[801], sintetizando assim o confronto entre os princípios da modernidade e da tradição.

Em Portugal, o ressurgimento do espírito conservador tem sido identificado com a universidade de Coimbra, onde os *novos* estudantes recusavam o reformismo violento assim como o cosmopolitismo e o racionalismo do discurso republicano[802]. Ainda assim, não pode

---

este furor reformatório em virtude do qual as constituições dos povos se tornem em verdadeiros *palimpsestos permanentes*, como Antero de Quental, com subtil ironia, observava a respeito da história. As convulsões da revolução francesa são acontecimentos acidentais de transformação social a que dizem respeito. Percebe-se que essa mesma transformação se desse sem elas - como se deu em Inglaterra, por exemplo».

[798] Cf. *Partido Legitimista. Programa elaborado pelo Conselho Superior do mesmo Partido* (1884); Cristián Garay Vera, art. Cit.

[799] João Ameal, *Panorama do Nacionalismo Português*, Lisboa, Edição de José Fernandes Júnior, 1932, p. 72.

[800] Leia-se Antoine Compagnon, *ob. cit.*; Zeev Sternhell (org.), *O Eterno Retorno. Contra a Democracia a Ideologia da Decadência*, Lisboa, Bizâncio, 1999.

[801] Leia-se Stephen Holmes, *The Anatomy of Antiliberalism*, 2ª ed., London, Harvard University Press, 1996.

[802] Cf. Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, pp. 76-77; António Cabral, *As Minhas Memórias Políticas. Em Plena República*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1932; José Manuel Quintas, *ob. cit.*, pp. 71 e ss e 104.

menosprezar-se a influência dos teóricos contra-revolucionários europeus na formação da nova mentalidade conservadora. Aires de Ornelas, ministro de João Franco e defensor da teoria do engrandecimento do poder real, revelou a influência dessa literatura política na sua educação: «Esses princípios, vocês sabe muito bem quais são. Não os vim aprender a Paris, agora. Fui educado com a bibliografia contra-revolucionária que hoje se receita à mentalidade da Europa. Os meus princípios são, pois, os princípios contra-revolucionários em que se baseia a doutrina da *Action Française*, por ser através dela que mais se têm propagado»[803].

A cultura política em França foi, durante a segunda metade do século XIX, profundamente antimoderna. Partindo dos contributos de Joseph de Maistre, de Bonald, Le Play e Lamennais, estendeu-se à literatura através de Chateaubriand e mais tarde de Baudelaire, Balzac, Flaubert e Marcel Proust[804]. Depois da Comuna de Paris, tiveram grande divulgação as obras de Taine[805] e, especialmente, Renan, com os livros *A reforma Intelectual e Moral* (1871) e *O Que é a Nação?* (1882), com os quais terá exercido grande influência sobre a intelectualidade europeia. A predominância das ideias de direita era uma realidade incontornável em Paris e, através dela, em boa parte da Europa: «As letras, a imprensa, as academias, os salões, Paris em suma, movem-se para a direita, mediante um movimento de conjunto, um impulso interior como o que obriga os grupos políticos a declarar-se e a situar-se na esquerda»[806]. Que o novo pensamento de direita chegou a Portugal antes do estertor do século XIX e aqui foi assimilado provam-no as referências encontradas em Aires de Ornelas, Paiva Couceiro[807], Luís de Magalhães[808] ou Alfredo Pimenta[809], entre outros.

O pensamento europeu do final de Oitocentos exibiu na época uma consciência deprimida, associada ao mito da decadência. Maurice Barrès

---

[803] Joaquim Leitão, *A Entrevista. Sem santo nem senha*, n.º 17, 12-03-1914, pp. 268.

[804] Para Antoine Compagon [*Los Antimodernos*, p. 16-17], «quase toda a literatura francesa dos séculos XIX e XX preferida pela posteridade é, se não de direita, ao menos antimoderna». O autor defende que a literatura francesa era, de Chateaubriand a Proust pelo menos, «moderna na medida em que é antimoderna», literatura cuja «resistência ideológica é inseparável da sua audácia literária».

[805] Nomeadamente, *As Origens da França Contemporânea* (1876-1894).

[806] Citado por Antoine Compagnon, *ob. cit.*. p. 16.

[807] Leia-se *A Democracia Nacional*, Coimbra, Edição de autor, 1917.

[808] Leia-se *Tradicionalismo e Constitucionalismo: estudos de história e política nacional*, Porto, Chardron, 1927.

[809] Leia-se Alfredo Pimenta, *Politica Monarchica*, Lisboa, Empresa Lusitana Editora, s/d, [1917].

escreveu nos seus *Cahiers* que «era uma época triste em que aceitávamos ser representantes da decadência»[810]. A intelectualidade europeia, em França como na Alemanha, onde Nietzsche herdava o pessimismo de Schopenhauer, pensava que a civilização liberal estava em declínio e que o «progresso no sentido burguês» era uma «ficção»[811]. O nacionalismo francês de Maurice Barrès aspirava afinal a assumir-se como reacção a essa consciência deprimida[812], tal como em Portugal fará o nacionalismo dos integralistas lusitanos e dos monárquicos africanistas[813]. Sinal da angústia do homem moderno face ao tempo, o decadentismo provocou uma «nostalgia da *renovatio*»[814], inscrita no regresso a um tempo primordial, restaurando a consciência colectiva «pela qual as primeiras sociedades haviam sido governadas»[815]. As «paranóias» regeneradoras do nacionalismo integral assentavam na construção de uma vasta mitografia de pendor étnico e determinista, e da revisão historiográfica então empreendida, com que almejavam restaurar a nação e a sua época de Ouro[816].

O ressurgimento da doutrinação conservadora fez-se sentir sobretudo nos meios estudantis da Universidade de Coimbra, onde os novos ventos da cultura francesa do início do século traziam no alforge os autores antimodernos[817]. A emigração para a Galiza de jovens carregados de idealismo, seguindo na peugada de Paiva Couceiro, aprofundou o contacto com o tradicionalismo espanhol, numa região profundamente católica onde predominava o «carlismo»[818]. O jornal da emigração, *Portugal Novo*, já

---

[810] Citado por Franklin L. Baumer, *O Pensamento Europeu Moderno*, Lisboa, Edições 70, 1990, p. 156.

[811] *Ibidem*.

[812]Cf. Zeev Sternhell, *Maurice Baurrès et le Nationalism Français*, Paris, Fayard, 2000, p. 316.

[813] Leia-se Paulo Archer de Carvalho, *Nação e Nacionalismo: mitemas do integralismo lusitano*, Coimbra, [s/n], 1993, Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiada); Miguel Dias Santos, «Imperialismo e ressurgimento nacional. O contributo dos monárquicos africanistas», in *Estudos do Século XX*, nº 3, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2003, pp. 83-112.

[814] Cf. Mircea Eliade, *Mitos, Sonhos e Mistérios*, Lisboa, Edições 70, p. 23.

[815] Franklin L. Baumer, *ob. cit.*, p. 163.

[816] Cf. Paulo Archer de Carvalho, «Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista», in *Revista de História das Ideias*, vol. 18, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras, 1996, pp. 231-243; Miguel Dias Santos, «O Mito da Atlântida nas leituras historiográficas do nacionalismo monárquico», in *Estudos do Século XX*, n.º 8, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2008, pp. 277-291.

[817] Cf. Luís de Magalhães, *A Crise Monarchica. Documentos para a Historia e Liquidação de Responsabilidades*, Porto, Livraria Lello, 1934, p. 11.

[818] Sobre o «Carlismo» leia-se a primeira história do movimento escrita por um historiador exterior ao movimento em Jordi Canal, *El Carlismo*, Barcelona, Alianza Editorial, 2004. Sobre

referenciado, é um indicador sólido da importância do ideário tradicionalista, pela recusa veemente do contratualismo em favor da teoria jusdivinista e da aliança entre o trono e o altar[819].

Mais tarde, depois do fracasso do movimento contra-revolucionário, parte da emigração seguiu para Paris e Bruxelas, onde esteve em contacto com os seguidores de Charles Maurras e da *Action française*, sendo que em Bruxelas esse proselitismo envolveu os refugiados católicos vindos de França[820]. O regresso a Portugal, em 1914, depois da amnistia de Bernardino Machado, da maior parte da emigração, criou condições para uma campanha de doutrinação monárquica sem precedentes, campanha marcada pelas influências do conservadorismo liberal inglês, do tradicionalismo galego e do nacionalismo católico e integral de França e Bélgica.

O ressurgimento do sentimento monárquico, entre 1913 e 1915, torna-se evidente na proliferação de jornais, revistas, conferências e na literatura[821]. Grandes jornais diários de circulação, como o *Diário da Manhã*, a *Restauração*, o *Jornal da Noite*, *A Liberdade*, *O Nacional* (este em 1915), juntaram-se aos títulos já existentes, *O Dia* e a *Nação*[822] e a outras publicações menores como o *Talassa* (1913), o *Papagaio Real* (1913) e o *Fantoches* (1914). Alguns destes pasquins faziam da sátira e do humor o estilo de eleição para a crítica política[823]. Confirma-se assim a dialéctica identificada por Antoine Compagnon entre os conteúdos e a forma na literatura francesa. Toda a propaganda antimoderna dos monárquicos recorria inevitavelmente aos meios modernos de construção ideológica e divulgação doutrinária.

Ainda no campo dos periódicos, cumpre destacar a acção doutrinária de várias revistas ligadas ao tradicionalismo e ao movimento integralista: a

---

o ideário tradicionalista espanhol e a sua relação com os emigrados da Galiza veja-se, José Manuel Quintas, *ob. cit*. pp. 84-88.

[819] *Portugal Novo*, ano 1, n.º 1, 10-03-1912 [in AHM, AHD, 3P, A3, M716].

[820] Cf. José Manuel Quintas, *ob. cit*. pp. 88-89; Joaquim Leitão, *A Entrevista. Sem Santo nem Senha*, n.º 10, 16-01-1914, p. 146.

[821] Uma descrição alongada da literatura monárquica deste período, ainda que limitada apenas no campo nacionalista e tradicionalista, pode ver-se em João Ameal, *ob. cit*., pp. 17 e ss.

[822] Atacados pela fúria republicana depois do movimento de 21 de Outubro de 1913, regressariam ao activo em 15 de Abril de 1914 e 18 de Novembro de 1913, respectivamente.

[823] Sobre a relação entre a caricatura e a política, veja-se a abordagem teórica e epistemológica de Amadeu Carvalho Homem, «Riso e Poder. Uma abordagem teórica da caricatura política», in *Revista de História das Ideias,* Vol. 28, Coimbra, Faculdade de Letras, 2007, pp. 697-721.

Alma Portuguesa, surgida em Maio de 1913, sob a direcção de Domingos Gusmão Araújo e que teve como colaboradores Paiva Couceiro, Aires de Ornelas, Pinheiro Torres, Alberto Monsaraz e Luís de Almeida Braga; *Os Meus Cadernos* (Agosto de 1913), do padre Amadeu Mariotte, a primeira revista a divulgar as ideias de Charles Maurras em Portugal; *Aqui d'El-Rei*, dirigida por João Amaral (de Fevereiro a Abril de 1914), e a *Nação Portuguesa* (8 de Abril), dirigida por Alberto Monsaraz, o mais importante órgão doutrinário do Integralismo Lusitano. Mais tarde, surgiu também a revista *Ideia Nacional* (1915 e 1916), dirigida por Homem Cristo Filho, que congregou as mais notáveis intelectualidades da monarquia, vindas dos diferentes campos ideológicos, num derradeiro esforço para emprestar dinâmica e unidade ao movimento monárquico[824]. Em muitas regiões do país floresceu a imprensa monárquica e católica de tendências régias: em Coimbra, o *Pátria Nova* e o *Imparcial*, em Viseu, o *Comércio de Viseu*, em Lamego, o *Restauração*, em Águeda, o *Soberania do Povo*, em Guimarães, o *Comércio de Guimarães*, entre muitos outros.

Anunciava-se então uma vasta campanha ideológica e de doutrinação, que visava operar uma revolução espiritual na consciência colectiva, catequizar os monárquicos e os novos descontentes com a república, que Joaquim Leitão apodava de «amigos da ordem, que enfermam da candura de a crer indiferentemente possível numa democracia como numa aristocracia»[825]. Esta campanha visava romper com a empresa negativa de viço anti-republicano que se instalara entre a grei monárquica[826]. Como

---

[824] Colaboraram nas duas séries da *Ideia Nacional*, Homem Cristo Filho, Alfredo Pimenta, João do Amaral, Lourenço Coyola e Luís de Magalhães; na primeira série, Francisco Veloso, Aires de Ornelas, Pinheiro Torres, Homem Cristo, Vítor Falcão, Emílio de Almeida Azevedo, entre outros; na segunda série juntaram-se os nomes de Álvaro Pinheiro Chagas, conde de Bertiandos, Rocha Martins, Artur Bívar, Tavares Proença Júnior, D. Luís de Castro, e integralistas como António Sardinha, conde de Monsaraz e Luís de Almeida Braga.

[825] «Carta Aberta aos Monárquicos Portugueses», in *A Entrevista. Sem Santo nem Senha*, n.º 10, 16-01-1914, p. 146.

[826] Cf. José de Arruela, *A Monarquia e a República. O programa do "Diário da manhã"*, Lisboa, Typographia Portugueza, 1914, pp. 7 e 12-13. Atende-se no diagnóstico catastrofista do *Diário da Manhã*: «A república é já um "montão" de ruínas - que é toda a obra salvadora da república. A justiça, o direito, a tolerância, todas as liberdades, as garantias liberais, a soberania nacional, a recíproca confiança dos homens e das classes, a paz pública, o respeito e a consideração do estrangeiro - tudo isso que nos deram, sobre uma tradição de sete séculos, oitenta anos de monarquia representativa, não são mais do que escombros informes duma derruição vandálica. Atirou-se abaixo um velho e grandioso edifício e, em seu lugar, levantou-se um vasto barracão de pranchas toscas, um tablado de feira besuntado de verde e vermelho, em que o entremez demagógico se desenrola, cortado de negros e sangrentos episódios de violência e de crime. O terror domina e escraviza tudo e renasce mais forte, sempre que a consciência da sua fraqueza e da sua instabilidade dá aos usurpadores do poder

afirmaria o padre Mariotte nos *Meus cadernos*, «a Monarquia não está reabilitada. É a República que está desacreditada»[827].

Pretendia-se operar uma renovação espiritual a exemplo daquela que a *Action française* desenvolvera em França, onde Charles Maurras desenvolveu uma profunda «reforma intelectual»[828]. Cá, como naquele país, essa «reforma intelectual» apresentava a dimensão de uma «reforma das consciências», de uma «restauração de inteligência»[829], que via na «História Pátria» e na «Religião» as alavancas de um movimento de regeneração nacional[830].

Um dos pontos nodais desta doutrinação multímoda, e que emprestava alguma unidade ao movimento monárquico, encontra-se na destruição dos mitos liberais, a começar pela trindade ideológica saída da Revolução Francesa[831]. Mas a génese antiliberal da reacção desenhava-se afinal na concepção de outro mito relevante ligado à «Ordem», no quadro conceptual de reflexão teórica produzido em torno da relação improvável entre individualismo e autoridade. Como veremos, tanto os conservadores liberais como os contra-revolucionários reputavam a «desordem» social como fruto do espírito revolucionário em que se gerara a república portuguesa[832]. Tais

---

a sensação mais viva dos riscos que os ameaçam. O Povo, ferido nas suas crenças, violentado nos seus costumes, vendo realizado o seu conceito aforístico da república, abandona a Pátria num êxodo trágico. Todas as classes ameaçadas nos seus interesses, olham apavoradas um regime que só as espolia e brutaliza. O proprietário não está seguro da sua propriedade, o comerciante da sua fazenda, o industrial da sua indústria, o funcionário do seu emprego, o militar da sua patente, o juiz da sua vara, o professor da sua cátedra, o padre da sua igreja, o trabalhador do seu salário, que o retraimento do capital lhe torna, cada dia, mais incerto e problemático. Toda a hierarquia social se inverteu, toda a disciplina se quebrou, toda a superioridade foi abatida, toda a mediocridade exaltada» [ano 1, n.º 2, 28-05-1914, p. 1]. Veja-se, ainda, *A restauração* (Lamego), ano 1, n.º 1, 7-05-1914, p. 1 e n.º 14, 6-08-1914, p. 1; António Cabral, *Diário da Manhã*, ano 1, n.º 4, 30-05-1914, p. 1; *Papagaio Real*, ano 1, n.º 1, 7-04-1914, p. 2.

[827] «Carta Aberta aos Monárquicos Portugueses», in *A Entrevista. Sem Santo nem Senha*, n.º 10, 16-01-1914, pp. 153-160

[828] René Rémond, *ob. Cit.*, p. 170.

[829] «Porque Voltámos», *Nação Portuguesal*, II Série, n.º 1, 1922, p. 3.

[830] Leia-se, entre outros, Henrique Paiva Couceiro, *A Democracia Nacional*, Coimbra, Edição de autor, 1917.

[831] Cf. João Ameal, *ob. cit.*, p. 65.

[832] A separação ideológica entre a república e monarquia, tendo como base a «ordem» social, era objecto de múltiplas referências: «O 5 de Outubro produziu, na sociedade portuguesa, uma separação radical, dividindo-a em dois grupos, que formam duas castas distintas, cada uma com suas características especiais, que as tornam perfeitamente heterogéneas e irreconciliáveis. [...] Hoje, monárquicos e republicanos são elementos que, embora confundidos etnicamente, se acham, por uma forma indissolúvel, divorciados pela oposição de princípios, pela desigualdade de crenças e pela diferença de educação. República, no vocabulário nacional contemporâneo, tem este apelativo significado: *formiga branca, carbonária, maçonaria, homérismo, intrujice*... O retumbante lugar comum do direito das gentes, a ordem, a inviolabilidade, a paz, todas as regalias ao abrigo da lei, encontram-se na

ideias estribavam-se nos teóricos da contra-revolução, como Louis de Bonald, para quem a liberdade conduz à desordem e à tirania[833]. A mesma concepção decorre da própria natureza da Revolução, vista por Baudelaire como «inclinação natural pela destruição»[834].

Esta questão é inseparável da teoria conservadora de Poder e autoridade, que estabelece que a liberdade é indissociável da «Ordem», pois na senda de Burke, em *Reflections on Revolution in France* (1790), sustenta que «a única liberdade» aceitável «é uma liberdade ligada à ordem; que não só coexiste com a ordem e a virtude mas também não pode existir sem elas»[835]. Os contra-revolucionários, como Joseph de Maistre, evidenciavam a ingenuidade dos liberais por acreditarem na bondade natural do Homem: «They think human beings are self-disciplined enough to rule themselves and cannot understand the necessity of a final authority, capable of resolving bitter disputes by fiat»[836]. O pessimismo antropológico dos contra-revolucionários, para quem a guerra, a violência e a crueldade humana jamais seriam superados pela racionalidade das Luzes e pelo progresso humano[837], explicava assim a inevitabilidade da ditadura democrática.

É que se a liberdade traduz o livre arbítrio e este conduz directamente à tirania, a igualdade política possui os «germens» do totalitarismo. Ao subverter a desigualdade natural, ofendendo a natureza e promovendo a incompetência individual, as políticas igualitárias tendiam para regimes ditatoriais que podiam derrogar a diversidade e a própria liberdade individual[838]. Tocqueville explicou este fenómeno afirmando que a igualdade seduzia os homens independentes na recusa de qualquer forma de

---

posse precípua de meia dúzia de aventureiros audaciosos, que açambarcaram tudo isto, que eles vão saboreando, à tripa forra, de mistura com os réditos da fazenda pública [...]. Monarquia é, nesta hora de expiação, a tábua de salvação da nossa integridade [...] é a paz bendita do lar, a normalidade da vida nacional, a nossa crença antiga e pura; [...] tais divergências abriram a cisão profunda em que a nação se debate, formando duas castas, uma, dominante; outra, que dominará, quando ela se decidir a calcar aos pés a hidra insaciável, quando ela se decidir a expulsar, como Jesus, os vendilhões do templo!» [*A Restauração* – Lamego - ano 1, n.º 3, 9-05-1914, p. 1].

[833] Cf. Antoine Compagnon, *Los Antimodernos*, Barcelons, Acantilado, 2007, p. 112.

[834] *Ibidem*, p. 44.

[835] Citado por Robert Nisbet, *ob. cit.*, p. 65.

[836] Stephen Holmes, *The Anatomy of Antiliberalism*, Cambridge, Harvard University Press, 1996, p. 27.

[837] *Ibidem*, pp. 27-28. A teoria da bondade natural estava na base do pacifismo burguês. Para os antiliberais, por outro lado, a violência e a guerra eram naturais, como demonstrava a história, pois resultavam de comportamentos inatos, instintivos e pré-racionais. O evolucionismo social do fim de século viria a reforçar estas ideias, estabelecendo a luta e a guerra como critérios de selecção dos povos mais aptos a sobreviver.

[838] Robert Eccleshall, *ob. cit.*, pp. 94-95.

autoridade que fosse exterior a si próprio, evidenciando o impulso natural para as instituições livres[839].

A antropologia antiliberal e a recusa dos valores democráticos veiculadas pelos antimodernos seduziram a maioria dos monárquicos. Aires de Ornelas recusará categoricamente a igualdade social, porque a considerava um «mero sofisma das democracias», escrevendo que «o futuro, como o progresso, pertencem à ordem. Não à igualdade»[840]. Já Luís de Magalhães, a grande referência doutrinária do liberalismo monárquico, ao reflectir sobre a Europa do pós-guerra e a vitória dos valores conservadores, afirmava que «a ordem há-de restaurar-se com aqueles princípios que melhor a garantem e que constituem a sua própria essência: a disciplina social, o império da lei e da justiça, mantidos pela força da autoridade»[841]. Mais extremista na sua retórica autoritarista, Alfredo Pimenta condenava a liberdade de pensamento em nome da obediência social e afirmava sem tibiezas que «a lei é a restrição da liberdade»[842] e que «a democracia faliu»[843]. Aires de Ornelas também sentenciava a república e a democracia dentro de critérios pessimistas e decadentistas, proclamando que a «democracia é o mal, a democracia é a morte»[844].

Mas a doutrinação monárquica colocava a «Ordem» numa categoria mental susceptível de consequências mais profundas ao nível da ideologia e da organização político-social. É que a «Ordem» evocada não correspondia apenas à ordem nas ruas, aspirava à «Ordem total», «Ordem» da «consciência, de inteligência, de vida pública», subjugada a uma «Ordem filosófica e intelectual»[845]. Tais pressupostos explicam que João Ameal invertesse a fórmula central de Joseph de Maistre, quando este definiu a contra-revolução afirmando que «a contra-revolução não é uma revolução

---

[839] Alexis de Tocqueville, *Da Democracia na América*, Lisboa, Principia, 2002, p. 807. Segundo o mesmo autor, as consequências desta propensão seriam a anarquia ou a servidão.
[840] Aires *de* Ornelas, Aires de Ornelas, *As Doutrinas Políticas de Charles Maurras*, Lisboa, Livraria Portugal Editora, 1914, pp. 45-46; Henrique de Paiva Couceiro, *ob. cit.*, pp. 63-64.
[841] Luís de Magalhães, *Portugal e a Guerra*, Coimbra, Coimbra, França & Amado, 1915, p. 51.
[842] Alfredo Pimenta, *Politica Monarchica*, Lisboa, Empresa Lusitana Editora, s/d [1917], pp. 21-23.
[843] *Ibidem*, p. 50.
[844] *Ob. cit.*, p. 40.
[845] João Ameal, *ob. cit.*, pp. 68-69.

contrária; é o contrário duma revolução». Para João Ameal, com efeito, «a contra-revolução é uma Revolução contrária»[846].

Esta expressão sintetiza com clareza a missão da doutrinação contra-revolucionária do século XX e que o mesmo João Ameal ajuizou assim: «Tem que demolir, agitar, tem que sacudir as colunas dos templos maçónicos, plutocratas e parlamentares; tem que fazer vítimas inúmeras, tem que desenhar em outros moldes a constituição das sociedades – e tem que destronar, um a um, os mitos dominantes, os mitos liberais e democráticos, para em seu lugar instalar as duras verdades dum século de resgate!»[847]. O facto de tais juízos terem sido produzidos em 1932, nunca época em que o monárquico João Ameal se arvorava em ideólogo do Estado Novo que então emergia, é elucidativo do caminho trilhado por alguma doutrinação monárquica no sentido de preparar a opinião pública conservadora para as soluções antiliberais, antidemocráticas e autoritárias defendidas por Oliveira Salazar e pelo Estado Novo.

Chegados a este ponto, há um dever insofismável de esclarecer que apesar da aparente unidade em torno dos princípios conservadores, subsistem diferenças relevantes ao nível ideológico no âmago da direita monárquica. Importa, *ipso facto*, estabelecer uma tipologia alternativa à de João Medina. Por isso propomos a coexistência, nem sempre pacífica, de dois grandes campos doutrinários na direita monárquica, a exemplo da tipologia definida para Espanha por Pedro Cuevas[848]: uma direita conservadora ou oligárquica, de base ecléctica, que integrou algumas das aquisições da modernidade e que nos primeiros anos controlou a Causa Monárquica; e uma direita antiliberal, tradicionalista e contra-revolucionária, que congregava o Integralismo Lusitano, o miguelismo, a Acção Realista (surgida em 1924) e o nacionalismo monárquico de algumas figuras de proa da antiga oficialidade, como Paiva Couceiro e João de Almeida. Mas tal como alguns dos conceitos operatórios atrás analisados, também a fronteira ideológica entre as duas correntes se foi atenuando, evoluindo para um predomínio crescente do pensamento antimoderno.

---

[846] João Ameal, *A Revolução da Ordem*, Lisboa, [s/n], 1932, pp. 36-37.
[847] *Ibidem*.
[848] Cf. Pedro Carlos González Cuevas, *ob. cit.*, pp. 15-16.

2. Conservadorismo liberal

Este agrupamento conservador era encabeçado por alguns dos ministros, deputados e conselheiros da defunta monarquia. Personalidades como Luís de Magalhães, José Júlio de Morais Sarmento (4.º visconde do Banho), Moreira de Almeida, Fernando Martins de Carvalho, José de Arruela, Pedro Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon (2.º conde de Azevedo), Tomás de Vilhena, Morais de Carvalho, Aníbal Soares e José de Azevedo Castelo Branco, entre outros, constituíam a plêiade de notáveis que pugnava pela restauração da monarquia constitucional. Outras figuras pontificavam na Causa Monárquica durante este período, vindas dos sectores militares, como João de Azevedo Coutinho, Aires de Ornelas, João de Almeida e Paiva Couceiro, mas os princípios doutrinários que defendiam (Azevedo Coutinho só na década de vinte), distanciavam-nos do constitucionalismo liberal. Era este o bloco conservador que predominava na Causa Monárquica em 1914.

O grémio conservador tinha antecedentes ideológicos nos movimentos de regeneração surgidos no estertor da monarquia constitucional. Tanto a *Vida Nova*, de Oliveira Martins, como os seus avatares dos *Vencidos da Vida*, do franquismo e do movimento dos *Endireitas*, filiavam a reforma da monarquia na acção de uma elite política encabeçada pelo monarca[849]. Se os partidos dinásticos se caracterizavam pela ausência de programa doutrinário, os partidos reformistas, como o *Partido Nacionalista* e o *Partido Regenerador-Liberal*, evidenciavam uma dimensão ideológica de matiz conservadora e elitista[850]. As necessidades de propaganda política estiveram entre as principais preocupações de João Franco, que reconhecia na imprensa um

---

[849] Mesmo aceitando que o franquismo defendeu uma política liberal, como demonstrou já Rui Ramos. Cf. *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

[850] Sobre o programa do *Partido Nacionalista*, veja-se Jacinto Cândido, *ob. cit.*, pp. 369 e ss. A acção do Partido Regenerador-Liberal tem sido estudada tendo como horizonte essencial a intervenção política de João Franco. Mas a compreensão do franquismo e do seu ideário exige um inquérito mais alargado ao contributo de um conjunto de notáveis que constituía uma elite dentro da monarquia. Para um estudo do ideário do franquismo veja-se os jornais *A Tarde* (especialmente 1897-99) e *O Jornal da Noite* (1903). Para um estudo deste movimento político e de opinião elitista, leia-se Rodrigues Cavalheiro, «João Franco, Luís de Magalhães e o Parlamento de 1895», Lisboa, Separata da Revista *Ocidente*, n.º 64, s/d; Miguel Dias Santos, «Luís de Magalhães, Oliveira Martins e a 'Vida Nova'», in *Revista de História das Ideias,* vol. 24, Coimbra, Faculdade de Letras, 2003, pp. 311-353.

poderoso instrumento de divulgação ideológica: «O que é preciso, e isso hoje só a imprensa o pode fazer em grande e em largo, é espalhar ideias generosas e grandes, no campo da política especialmente por mais necessário, que formem o carácter e animem a vitalidade nacional. Que para um ou outro caso ocorrente a imprensa indique a fórmula do remédio também é possível e útil, mas grande, grande, pregar e ensinar»[851].

A crise política do final da monarquia, marcada pelo radicalismo, favoreceu a instituição de uma nova cultura política, caracterizada por valores conservadores, com os quais se esperava operar o «ressurgimento nacional». Já os movimentos golpistas, de matriz militar, em que estiveram envolvidos Aires de Ornelas, Paiva Couceiro e Vasconcelos Porto, entre 1899 e 1910, constituíam indicadores suficientemente fortes para se presumir a emergência de uma «mentalidade autoritária» a enunciar o sentido dessa nova cultura política: «unidade moral da nação, culto da tradição nacional, heroísmo, recristianização social, Estado forte, sociedade hierárquica, reconhecimento do mérito individual, vocação imperial ou antiparlamentarismo»[852].

Paiva Couceiro, sempre muito activo, integrou também o *Congresso Nacional*, em 1910, visto como derradeira reacção das elites nacionais para conter as ameaças oriundas do revolucionarismo republicano e pelos receios provocados por uma «revolução das massas» que já então se pressagiava. Este *Congresso Nacional* propugnava uma intervenção cívica das elites sociais para superar a crise do sistema político-partidário e alargou-se durante a vigência da república, no contexto de formação de outras agremiações, como a *União Patriótica*, em 1913, e a *Liga Nacional*, criada em 1915. Todas representavam a afirmação das elites num vasto segmento conservador que viria a confluir na formação da *Cruzada Nun'Álvares Pereira*, em 1918[853].

Das fileiras destes dois partidos reformistas saíram as figuras proeminentes da Causa Monárquica atrás referidas, incluindo os líderes católicos, como Pinheiro Torres, o conde de Bertiandos e José Novais. No

---

[851] Carta de João Franco a Luís de Magalhães, de 05-06-1897, in Rodrigues Cavalheiro, *ob. cit.*, p. 24.

[852] Cf. Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismo. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Cosmos, 1999, pp. 93-97.

[853] Sobre estes movimentos, enquanto «antecedentes» da Cruzada, leia-se Ernesto Castro Leal, *ob. cit.*, pp. 93-122.

âmbito desta cúpula de notáveis, destacou-se como doutrinador, político e agente contra-revolucionário, a personalidade de Luís de Magalhães. A análise da sua evolução político-ideológica e espiritual ilustra bem as mutações ideológicas que se deram no campo liberal, entre o final da monarquia e a aurora do Estado Novo.

Filho do famoso político liberal, José Estêvão, Luís de Magalhães acamaradou com todos os movimentos reformistas da monarquia, da «Vida Nova» ao Franquismo, onde assumiu verdadeiro protagonismo como teórico e doutrinador do reformismo franquista, vindo depois a sobraçar a pasta dos negócios estrangeiros no primeiro governo de João Franco[854]. Adepto do evolucionismo, a sua análise doutrinária revelou-se muito cedo incompatível com os grandes abalos históricos, alheios à história e à tradição: «Efectivamente, todas as inovações fundamentais na vida social dum povo, saem precárias, inconsistentes, impróprias, postiças, se se põe de parte o critério histórico e evolucionista, se se não atende à sua tradição, aos seus costumes, a esse passado que é a raiz do presente e do futuro»[855].

As críticas do reformismo liberal tiveram como consequência a exaltação da acção providencial de uma elite, a realizar através de uma ditadura parlamentar, ou pela sublimação do novo César, revestido de uma auréola de «Rei-Salvador» da monarquia[856]. As cúpulas do reformismo liberal, como Oliveira Martins, Luís de Magalhães, António Cândido, Carlos Lobo de Ávila, Jaime Magalhães Lima e tantos outros, prescreviam a tese do engrandecimento do Poder régio como solução para a crise da monarquia liberal. Luís de Magalhães desenvolveu estas ideias na imprensa[857] e num ensaio que viu o prelo com o título *Eduardo VII*, publicado no ano em que este monarca inglês desaparecia do mundo dos vivos[858].

---

[854] Sobre a emergência de Luís de Magalhães como político e intelectual, veja-se Miguel Dias Santos, *art. cit*.

[855] *A Tarde*, ano X, n.º 2894, 26-07-1897, p. 1.

[856] Cf. Amadeu Carvalho Homem, «João Franco ou a tentação ditatorial», in *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage Editora, 2001, pp. 125-134. Luís de Magalhães escreveu a propósito da ditadura Hintze-Franco de 1895: «E acreditei que com o ostracismo dos partidos, responsáveis dos nossos males, com a acção enérgica de meia dúzia de homens mais afastados, esses, das responsabilidades políticas dos últimos anos e com a docilidade admirável, de que a nação dava prova - a aurora, há tanto tempo esperada, surgiria por fim. Engano ainda!» [*A Tarde*, ano X, n.º 3020, 22-12-1897, p. 1.].

[857] Cf. Luís de Magalhães, «Notas Políticas», *A Tarde*, n.º 2864, 26-06-1897, p. 1; «O Rei e o Povo», *A Tarde*, n.º 2964, 15-10-1897, p. 1

[858] Luís de Magalhães, *Eduardo VII*, *Elogio Histórico Pronunciado na Sessão Solemne da Liga Monarchica do Porto em 20 de Junho de 1910,* Porto, Magalhães & Moniz, 1910. Numa carta dirigida ao conde de Arnoso, Magalhães explicitou as ideias que ancoravam o ensaio: «Ora o

Os doutrinadores do intervencionismo elitista não constituíram um exclusivo português, eles assomaram no pensamento político europeu no final do século XIX. Já intelectuais de filiação liberal, como Alexis de Tocqueville, no livro *A Democracia na América*, tinham reflectido sobre o perigo que podia sobrevir para a democracia da ascensão das massas populares, ascensão que se tornaria inevitável face à crescente afirmação dos valores igualitários e à importância que aquele sistema político conferia ao conceito de maioria. Esta dependência da maioria, sentenciava Tocqueville, poderia efectivamente conduzir a democracia à «ditadura plebiscitária» e ao «despotismo».

Este argumento fez escola no pensamento europeu, em Nietzsche, Gustave Le Bon, Maurras, Spengler, Ortega, Carl Schmitt e muitos outros, que «contemplam com terror» a ascensão da «multidão»[859]. A crítica antiliberal via na democracia o resultado da «reacção plebeia contra os

---

que eu quis simplesmente, em toda a sinceridade do meu coração, foi pôr em evidência, por factos concretos, ainda que de pura fantasia, a grande e salutar acção que para a nossa política podia ter uma enérgica e severa interferência da vontade real na luta antipatriótica das oligarquias partidárias. Cada vez mais firmemente creio que só isso nos pode salvar. Como as coisas vão, ao abandono, o desastre é certo mais dia, menos dia. Na resolução não creio nem nas miríficas virtudes que os partidários de fórmula apregoam. Os ingénuos, que candidamente acreditam numa possibilidade de restauração nacional por esse processo e que têm ideias e os melhores desejos de as porem em prática, honrada e patrioticamente hão-de ser logo […], vencidos, postos de parte, pela matilha jacobina e pelos [falta] de toda a sorte que precisam de desordem para os seus audaciosos golpes de mão. Desta forma, vendo tão frouxa, tão indecisa, tão falha de orientação e de rumo a política monárquica e sem fé nem esperança, doutro lado, nos benefícios dum triunfo revolucionário, que hão-de fazer os que, como eu, nada querem para si da política e nela se envolvem apenas com o desejo de servirem, na medida das suas forças, este pobre país? Naturalmente, retiram-se, metem-se em casa, cruzam os braços - convictos, enfim, da inutilidade de todo o esforço e de todo o sacrifício. E assim afastados por uma espécie de selecção natural, os *Bons* (à falta de melhores títulos, permita-se-nos o orgulho deste) da política, os especuladores, os fura-vidas, os trapaceiros, ficam nela mais à vontade sem a polícia importuna duma minoria honesta, que sempre lhes servia de elemento de ponderação moral. O Rodrigues de Freitas dizia-me muitas vezes: *Do que nós precisamos é de um bom Rei*! As melhores cabeças da gente republicana do Norte querem a revolução para fazerem uma grande ditadura justiceira! Parece um paradoxo: deitar-se abaixo a monarquia para estabelecer em seu lugar o governo... dum só! Mas o que este país precisa é disto: uma força superior à [---] politicante, [...] que a governe, a dirija, a moralize, a discipline em nome do interesse da nação. Já o nosso pobre Oliveira Martins pensava e muito bem que éramos um povo maduro para o cesarismo. Ora é mais fácil ser César a um Rei, do que a um presidente da república. O rei é vitalício. O presidente é temporário. O rei tem atrás de si a força duma tradição e o cimento duma dinastia na base do seu poder. O presidente luta com a fraqueza do princípio [...] e com as ambições dos concorrentes, que o hão-de querer empurrar para o substituírem. Se, pois El-Rei não se decide a ser o Salvador - perde o país e perde-se a si» [BNP, ELM, caixa 36, carta de Luís de Magalhães ao conde de Arnoso, 08-08-1898].

[859] Ortega y Gasset descreveu assim o «Homem-massa»: «Por toda a parte surgiu o homem-massa de que este volume se ocupa, um tipo de homem feito à pressa, montado apenas sobre umas quantas e pobres abstracções e que, por isso mesmo, é idêntico de uma ponta à outra da Europa. […] Este homem-massa é o homem previamente esvaziado da sua própria história, sem entranhas de passado e, por isso mesmo, dócil a todas as disciplinas chamadas «internacionais»» [*A Rebelião das Massas*, Lisboa, Relógio d'Água, 2007, p. 16].

poderosos», ocorrida durante a Revolução Francesa, e segundo esta crítica condenara a humanidade à decadência, estado degenerativo suscitado pelo socialismo e pela democracia igualitária. Ortega e Gassett, que possuía uma visão mais optimista sobre o presente e questionava a ideia de decadência[860], chegou ao ponto de estabelecer uma analogia entre a ascensão política das massas e a criação dos estados totalitários[861].

A ideologia conservadora desenvolveu um ódio evidente à democracia e às concepções igualitárias, que Spengler via como um «logro» e como «declínio da civilização»[862]. Renan, na obra *Reforma Intelectual e Moral,* acusava a soberania popular de constituir um factor de instabilidade e asseverava que «um país democrático não pode ser bem governado, bem administrado, bem dirigido»[863]. Os teóricos do elitismo reforçavam a tese dos homens superiores e competentes, como Renan, que postulava a entrega das chaves do Palácio ao resultado de uma «selecção». Os seguidores de Taine, principal teórico do elitismo, acreditavam mesmo que cabia a uma elite culta produzir os valores necessários à regeneração civilizacional, menosprezando os doutrinadores das Luzes e da Abstracção[864].

O pensamento antimoderno fez escola e aos poucos foi penetrando no pensamento político nacional, com ênfase para o campo monárquico e católico. Luís de Magalhães expendeu ideias próximas desta concepção elitista, preconizando uma democracia conservadora, a que ele, citando Litré, chamava de «aristocracia aberta», isto é, «o poder dirigente duma elite seleccionada no livre exercício das suas capacidades»[865]. Na realidade, tais concepções configuravam a assunção de uma oligarquia política e cultural no comando da «Cidade», pois «não podendo mandar todos, mandarão alguns». Aceitando a desigualdade social do pensamento conservador, «onde os mais fortes, os mais activos, os mais educados, os mais ilustrados predominarão sobre os que o forem menos», Magalhães estabelecia que o exercício do Poder devia ser apanágio de uma oligarquia

---

[860] Ortega y Gasset, *ob. cit*., pp. 54-56.
[861] Cf. Robert Nisbet, *ob. cit.*, 1987, p. 82.
[862] Zeev Sternhell (org.)*, O eterno Retorno. Contra a Democracia a Ideologia da Decadência*, Lisboa, Bizâncio, 1999, p. 126.
[863] Citado por Antoine Compagnon, *ob. cit.*, p. 54.
[864] Cf. Zeev Sternhell (org.), *ob. cit*, p. 15.
[865] BNP, ELM, caixa 36, carta de Luís de Magalhães ao 2.º conde de Azevedo, 02-06-1928; *Diário da Manhã*, ano I, n.º 35, 05-07-1914, p. 1.

restrita, cujas capacidades de mando a habilitassem para o exercício da autoridade[866].

Aires de Ornelas comungava do mesmo exclusivismo elitista, mas ia mais longe nas inferências ideológicas. Com efeito, a incompetência política e governativa das democracias, como a república demonstrava, filiava-se na corrupção ideológica instaurada pelas novas concepções jusnaturalistas, pois «o governo do número é absurdo na sua fonte, incompetente no seu exercício, pernicioso nos seus efeitos»[867].

Os principais teorizadores da Causa Monárquica propugnavam portanto uma monarquia que no plano formal instaurasse uma «democracia aristocrática», que não era mais do que uma oligarquia das sociedades modernas. Com efeito, essa aristocracia não era recrutada exclusivamente de acordo com o pretérito privilégio do nascimento ou de casta, antes obedecia aos princípios liberais do mérito individual. Esta ideia, pedida de empréstimo a Renan, significava afinal a restauração da «oligarquia da inteligência»[868], por isso aberta «a todas as superioridades, a todos os méritos, a todas as capacidades, e cuja selecção se faz naturalmente pela concorrência social»[869]. O governo da monarquia restaurada seria entregue a verdadeiras competências, numa espécie de meritocracia que recusava todavia qualquer cedência aos valores democráticos da igualdade política e social.

As concepções elitistas ultrapassaram a mera teorização, pois ver-se-iam consagradas num movimento cívico que esteve na origem da *Liga Nacional*, organização de «convergência cívica» que funcionou entre 1915 e

---

[866] *Ibidem*. «Acima da lei está a natureza dum lado, e as condições de vida social do outro, que os fazem desiguais. [...] A desigualdade social conduz à formação de agrupamentos diferentes, onde os mais fortes, os mais activos, os mais educados, os mais ilustrados predominarão sobre os que o forem menos. [...] Sendo diferentes as qualidades e as capacidades dos indivíduos, segue-se que nem todos são aptos para o mando. E não podendo mandar todos, mandarão alguns. É essa a etimologia do termo: oligos: poucos; archê: poder. Nas sociedades antigas, essa oligarquia foi o patriciado; na Idade Média o feudalismo; na Idade Moderna, até à Revolução, a aristocracia; nos nossos dias, isso a que correntemente se chama as classes dirigentes e que representa a elite da gente culta e rica, dos intelectuais, dos letrados, dos sábios, dos homens públicos, dos proletários, dos industriais, dos capitalistas».

[867] Aires de Ornelas, *ob. cit.*, pp. 39-40. Citando Maurras, continua Ornelas: «já surgiu alguma competência no governo republicano português, não tendo sido perniciosos todos os seus efeitos? Não está ele perdendo de facto para a Soberania da Nação, um Império descoberto, evangelizado, conquistado e colonizado por cinco séculos de monarquia? É somando votos de incompetentes que se resolvem as questões de interesse nacional?».

[868] Cf. Antoine Compagnon, *ob. cit.*, p. 54.

[869] *Diário da Manhã*, ano 1, n.º 35, 05-07-1914, p. 1.

1918, apesar de ter sido ilegalizada pelo 14 de Maio de 1915. Apresentando figurino policromático, pois congraçou monárquicos, republicanos e católicos, a *Liga Nacional* evidenciava a hegemonia do conservadorismo monárquico e católico, visível na militância de integralistas, neomonárquicos como Alfredo Pimenta e Cunha e Costa, e militares, como Sinel de Cordes e o tenente integralista Vasco de Carvalho[870]. O ideário que emanava dos estatutos da Liga Nacional consagrava aquilo que então se definiu por «critério conservador». Vale a pena apreender essa concepção a partir dos objectivos estatuídos para a *Liga Nacional*: «Envolve a defesa do princípio do governo da sociedade pelos mais aptos; de moral cristã, portanto, de remissão do seu ensino nas escolas; da organização económica baseada na harmónica concorrência dos três factores: propriedade, capital e trabalho; da continuidade da tradição nacional, consubstanciada na ideia de Pátria e, portanto, do militarismo; e da expansão colonial e marítima e, portanto, do imperialismo»[871]. Era este pensamento conservador que predominava nos diferentes segmentos da Causa Monárquica.

Entre os nomes de monárquicos ligados a esta agremiação elitista contavam-se Aires de Ornelas e Luís de Magalhães, teóricos da «democracia aristocrática» e do governo de competências. O autor do romance *O Brasileiro Soares* emigrou para Londres no verão de 1911, na proximidade da primeira incursão monárquica, sendo um dos principais conselheiros de D. Manuel. Fiel ao rei, mas crítico da sua estratégia política durante a Guerra, Luís de Magalhães reforçara em Inglaterra a sua admiração pelo sistema político inglês. Ao contrário de outros dirigentes da Causa Monárquica, exilados em Paris, Madrid e Galiza, onde apreenderam ou aprofundaram os cânones do tradicionalismo, Magalhães encontrava no sistema inglês as virtudes do casamento da democracia aristocrática com o sufrágio e a representação nacional[872].

Mas não se julgue nesta admiração pela Inglaterra uma predisposição pelos valores democráticos extremos. É certo que existia na Europa de então uma retórica «anglocêntrica» sobre a predominância das liberdades políticas na pátria da «Magna Charta Libertatum». Na realidade, governada pelo

---

[870] Cf. Ernesto Castro Leal, *ob. cit.*, p. 110.
[871] *Ibidem*, p. 111.
[872] Leia-se Luís de Magalhães, *Eduardo VII*, Porto, 1910.

Partido Conservador, a Inglaterra conservadora do final do século XIX, tal como a Europa, revelava um certo desprezo pela democracia, como os ténues progressos do sufrágio universal tendem a comprovar[873]. A admiração pelo sistema político britânico contribui para a dilucidação de um ponto nodal da ideologia conservadora, que se prende com a concatenação do liberalismo com a tradição. Em 1898, e quando se previa mais uma reforma da Carta Constitucional, o ideólogo de João Franco afirmava que «a tradição é um elemento essencial de bom governo», repudiando o fragor reformista de então. Defensor da «evolução na tradição», Luís de Magalhães elogiava a «tradição política» na Inglaterra: «Sem a tradição não se criam costumes políticos e administrativos, e, sem estes, que representam a penetração das leis na psicologia dos povos, nunca se poderá formar inabalavelmente o império da lei - base única da ordem e do equilíbrio social»[874].

Luís de Magalhães publicou no *Diário da Manhã*, órgão oficial da Causa Monárquica, um conjunto coerente de textos doutrinários, únicos no seu género dentro deste segmento ideológico, que entroncavam na estratégia de reforma espiritual que «reabilitasse» a realeza e o constitucionalismo. A sua leitura, necessariamente sucinta, permite penetrar no âmago desse pensamento político do sector monárquico conservador e oligárquico. No texto que contém os pródromos da sua doutrina, Magalhães opõe a tradição histórica das monarquias à utopia racionalista do republicanismo. Filiando-se num liberalismo racional e individualista, gerado pelo idealismo utópico das Luzes, o republicanismo não resultara das necessidades evolutivas das colectividades. Era uma imposição dogmática de princípios abstractos que não tinha em conta as realidades nacionais: «As sociedades idealizadas por todos os sonhadores ou raciocinadores de sistemas, desde Campanela ou Morus aos colectivistas ou aos anarquistas contemporâneos, não passam de puras e fantasiosas utopias. A base positiva de toda a política é a tradição

---

[873] Cf. Luciano Canfora, *A Democracia. História de uma Ideologia*, Lisboa, Edições 70, pp. 139-141.

[874] *A Tarde*, ano X, n.º 2864, 26-06-1897, p. 1. «Ora justamente neste povo, que foi o pai do liberalismo contemporâneo, que foi o mestre do sistema representativo e do *self-government*, que foi o modelo de todas as nações que se liberalizaram na Europa e na América; neste povo cuja prosperidade incomparável, cuja riqueza e poderio, cujo gigantesco poderio ultramarino, cuja maravilhosa organização imperial e democrática abonam, como resultados, a excelência da sua política e do seu governo; neste povo [...] a tradição é um dogma administrativo de encontro ao qual todas as tentativas radicais têm infrutiferamente abortado».

histórica. Nela é que se desenham o carácter e o temperamento nacionais, o modo de ser político e social de cada povo, as suas capacidades e energia representativas. Nela se acentuam as suas tendências, se definem os seus costumes, se vão revelando e formulando as suas necessidades vitais»[875].

A defesa da tradição histórica era uma ideia que o conservadorismo liberal partilhava com o pensamento contra-revolucionário, construído a partir do historicismo antimoderno de Edmund Burke[876]. Ortega y Gasset lembrava a propósito que «o homem não é nunca um primeiro homem: começa logo a existir sobre certa altitude de pretérito amontoado. É este o tesouro único do homem, o seu privilégio e a sua marca»[877]. Como estes, Luís de Magalhães, na senda do pensamento tradicionalista e contra-revolucionário português, aceitava que a história, «como um grande livro aberto», arrastava consigo uma experiência concreta que repudiava os valores abstractos. A legitimidade política estava por isso condicionada aos valores da tradição, dos usos e costumes de cada nação[878].

Ora as condições históricas, isto é, a tradição, postulada como «política experimental», aconselhava em Portugal o governo da realeza. Luís de Magalhães asseverava que o princípio dinástico era o que melhor se adequava ao governo da nação, devido à «fixidez», «à continuidade dinástica». A realeza era assim uma «criação histórica», que a tradição portuguesa recomendava desde que à dinastia se devia a fundação da nacionalidade: «A dinastia é, assim, o eixo da vida política de todo o país, o ponto imóvel em torno do qual giram todas as peças móveis que constituem o mecanismo político da Nação, a cadeia secular que concatena as tradições dum povo, o seu nexo familiar, familiarmente simbolizado»[879].

---

[875] *Diário da Manhã*, ano 1, n.º 2, 28-05-1914, p. 1. A mesma ideia tinha já sido expendida a propósito da monarquia constitucional: «O pecado original do liberalismo, diz-se, foi a aplicação dos princípios do *self-government* às sociedades que não tinham, para ela, a necessária preparação. A diferença entre as organizações políticas antigas e as modernas, reside, de facto, em que as primeiras eram criações espontâneas e, por assim, dizer, instintivas, determinadas naturalmente pelas necessidades históricas e sociais, ao passo que as segundas são criações reflectidas, construções ideológicas, invenções sistemáticas dos filósofos, dos sociólogos e publicistas» [*A Tarde*, ano X, n.º 2894, 26-07-1897, p. 1].

[876] Cf. Antoine Compagnon, *ob. cit.*, p. 80.

[877] *Ob. cit.,* p. 32.

[878] Sobre a importância da História e da Tradição no pensamento conservador, leia-se Robert Nisbet, *ob. cit*, pp. 48 e ss; Antoine Compagnon, *ob. cit.*, pp. 80-86.

[879] *Diário da Manhã*, ano 1, n.º 6, 02-06-914, p. 1.

O princípio dinástico, que neste ponto central aproximava Magalhães dos teóricos do tradicionalismo[880], não esquece os contributos da Revolução, apresentando assim diferenças substanciais para o pensamento contra-revolucionário. No pensamento saído da pena do conservadorismo liberal, a legitimidade do princípio monárquico saíra reforçada com as revoluções liberais, pois «a dinastia é consagrada e investida na sua autoridade pela vontade livre da nação»[881]. As vantagens da monarquia estavam, pois, na continuidade da função, pois o rei «não morre». Por outro lado, e ao contrário do presidente republicano, consagrado pelo voto personalizado, o rei «não erra» porque constitui a «personificação dum princípio». Os conservadores tinham aprendido com a experiência da monarquia constitucional, quando a confusão instituída entre o símbolo e a pessoa do monarca desembocou nos ataques ao rei e à instituição monárquica. Por isso, insistiam na importância de se consagrar a «irresponsabilidade» política do monarca[882].

Apresentada a superioridade do princípio monárquico, importava analisar o sistema jurídico-formal da restauração. A sua teoria constitucional tem a originalidade de enlaçar pressupostos conservadores com o liberalismo. Com efeito, reafirmando o princípio da soberania nacional, Luís de Magalhães inscrevia o contratualismo na nova tradição forjada ao longo do século XIX, considerando que constituía «um facto histórico, um elemento tradicional, um vínculo indelével, que seria um novo contra-senso pretender pôr de parte na consideração e solução do problema contemporâneo»[883]. Na medida em que os pressupostos conservadores e contra-revolucionários só admitem as instituições consagradas pela história, pelos usos e tradições, dentro do conceito de «política experimental», a ideia

---

[880] Veja-se, entre outros, António Sardinha, *Processo dum Rei*, Porto, Livraria Civilização, 1937; Alfredo Pimenta, *ob. cit.*, Henrique Paiva Couceiro, *ob. cit.*

[881] *Ibidem*.

[882] *Diário da Manhã*, ano 1, n.º 21, 19-06-914, p. 1. «Identificar o Rei com os seus gabinetes, nos combates políticos, é esquecer o princípio da irresponsabilidade do poder real, que não é um contrasenso jurídico, porque os símbolos não podem ser responsáveis. A responsabilidade implica personalidade, e o Rei, politicamente, é impessoal. Um dos mais graves erros, dos mais perniciosos e funestos desvarios da velha política monárquica foi o esquecimento destes princípios, a obliteração, na consciência dos nossos homens públicos, destes conceitos fundamentais da política representativa. [...] No símbolo viam o homem. Atacavam-no como se ele fosse um verdadeiro chefe de partido. Lançavam sobre a sua irresponsabilidade constitucional todas as responsabilidades, que só eram dos seus ministros».

[883] *Diário da Manhã*, ano 1, n.º 26, 25-06-1914, p. 1.

parece um paradoxo e uma contradição. Mas Luís de Magalhães não se encontrava isolado. Também Chateaubriand, pese embora o seu pragmatismo anti-abstracção, via na Revolução um facto histórico concreto que era impossível rejeitar[884]. A aceitação do liberalismo como realidade histórica irreversível permitiu ao filho de José Estêvão a construção da tese do tradicionalismo da Carta Constitucional, ou do liberalismo como tradição política, concepção a que regressaremos numa fase posterior[885].

O conservadorismo liberal defendia que a representação nacional não era uma novidade do liberalismo revolucionário, porquanto se inscrevia em parte na tradição política nacional. Segundo Luís de Magalhães, as cortes teriam exercido em Portugal um «papel representativo» de grande significado. Não legislavam mas faziam chegar ao chefe de Estado as «respectivas necessidades políticas, administrativas ou sociais»[886]. Esta tese é nuclear na teorização de todos os agrupamentos doutrinários do espectro monárquico, desde os legitimistas aos nacionalistas integrais, e tinha tradição no discurso contra-revolucionário que se bateu contra a instauração do liberalismo, na primeira metade de Oitocentos. Todos afirmavam que «a doutrina da Soberania nacional encarnada no Rei é genuinamente portuguesa»[887] e sustentavam a ideia de que as antigas cortes portuguesas traduziam uma forma de soberania nacional, convergindo na acusação ao absolutismo e especialmente ao marquês de Pombal, da responsabilidade de destruição dessa velha forma de representatividade[888]. Uma concepção que

---

[884] Cf. Antoine Compagnon, *ob cit.*, p. 118.

[885] A propósito do liberalismo afirmara em 1897: «Pensar em voltar para trás é, porém, impossível. O Liberalismo, com todos os seus desacertos e erros de iniciação, é contudo, um facto histórico, inevitável e lógico. E o grande trabalho dos políticos modernos devia ser tornar viável esse princípio, dar-lhe condições de realização prática» [*A Tarde*, ano X, n.º 2894, 26-07-1897, p. 1].

[886] *Diário da Manhã*, ano I, n.º 26, 25-06-1914, p. 1

[887] Leia-se Aires de Ornelas, in Joaquim Leitão, *A Entrevista. Sem santo nem senha*, n.º 17, 12-03-1914; António Sardinha, *Processo dum Rei*, Porto, Livraria Civilização, 1937; Alfredo Pimenta, *ob. cit.*.

[888] Para Aires de Ornelas, «o absolutismo do poder real que, no continente, caracterizou a política dos séculos XVII e XVIII, cortou essa tradição. E, quando os povos quiseram reconquistar esse perdido direito, não souberam reatá-lo, ligando o passado ao futuro, adaptando aos tempos novos essas velhas e fortes instituições» [*Ibidem*]. Veja-se ainda Joaquim Leitão, *ob. cit.*. Para os tradicionalistas, a acção de Pombal foi determinante na eclosão do pensamento liberal. Cf. Luís Reis Torgal, *Tradicionalismo e Contra-Revolução. O pensamento e a acção de José da Gama e Castro*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1973, p. 13.

os conservadores portugueses partilhavam, afinal, com os «reaccionários» franceses de 1789[889].

Luís de Magalhães admitia, pois, a tese de uma monarquia representativa, assente no princípio jurídico da soberania nacional. Se consignava uma monarquia com uma «forma de governo democrática», a aplicação deste princípio deveria atender «às condições especiais da nação a que se aplica, às suas tradições, aos seus costumes, ao seu temperamento, ao seu grau de cultura, à sua energia e à sua capacidade representativa»[890]. Na verdade, como sugeriam as críticas feitas pelos republicanos no final do século XIX, conciliando o sufrágio censitário com a existência de um rei, os teóricos do reformismo liberal apostavam num «eclectismo filosófico e numa legitimação fictícia, traindo assim a vontade popular»[891].

A instituição do sufrágio censitário com base económica e social evocava o liberalismo clássico da monarquia representativa. Constituía uma premissa antidemocrática que decorria do princípio liberal de que a posse de propriedade era a mais indicada ao exercício da cidadania activa[892]. Na medida em que recusavam o critério de «saber ler e escrever», instituído pela república, enquanto «base censitária puramente artificial», os conservadores reafirmavam o essencial do liberalismo negativo, explanando a ideia de que a posse de propriedade constituía um sinal de independência económica que comprovava os méritos sociais do proprietário. O voto consistia numa espécie de recompensa para os que revelavam capacidade económica, reforçando-se assim a componente meritocrática deste sistema liberal[893].

Quanto à questão da representação, Luís de Magalhães não deixou de reprovar o sistema bicamarário da monarquia e o sistema parlamentar

---

[889] Antoine Compagnon explica que os primeiros contra-revolucionários franceses se dividiam em três grandes correntes: a *conservadora*, a *reaccionária* e a *reformista*. A primeira, *conservadora*, pretendia restabelecer o Antigo Regime, sem as suas fraquezas; a terceira, *reformista*, era defensora do constitucionalismo segundo o modelo inglês ou americano; finalmente, a segunda, *reaccionária*, fundava-se nos direitos históricos da nobreza militar francesa, defendendo a liberdade e a soberania que possuíra antes do absolutismo os submeter à sua «tirania»; admiradora das liberdades feudais, esta corrente pugnava por um regresso «às leis fundamentais do reino» e aos costumes antigos esquecidos desde o século XVII pelo centralismo monárquico. Cf. *ob. cit.*, pp. 35-38.

[890] *Diário da Manhã,* ano I, n.º 26, 25-06-1914, p. 1

[891] Cf. Fernando Catroga, «O Problema Político em Antero de Quental. Um confronto com Oliveira Martins», Separata da *Revista de História das Ideias*, vol. III, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 1981, p. 19.

[892] *Diário da Manhã*, ano 1, n.º 55, 29-07-1914, p. 1.

[893] Robert Eccleshall et alli, *ob. Cit.*, p. 62.

republicano pela sua ineficácia, assumindo uma velha bandeira política da *Vida Nova*, o «sistema orgânico de representação parlamentar». Recuperado da pretérita representação das Cortes, o organicismo era ostentado como base da organização social que tinha a vantagem de instituir os interesses de classe. O político recuperava algumas das ideias do seu mestre, Oliveira Martins, que defendera na obra reformadora *As Eleições* um modelo orgânico-corporativo que garantisse a representação «concreta» da sociedade, e não a sua simples «abstracção algébrica». Também aí, Oliveira Martins, rejeitando as teorias demoliberais da contratualidade, propunha uma reforma da Carta Constitucional que garantisse a representação dos órgãos intermédios, ao serviço de um programa político que conciliasse a «ordem» com o «progresso»[894]. Na senda do mestre, Magalhães defendia que «a representação nacional não é apenas o somatório da vontade de todos os cidadãos, [...] tem de ser a expressão dos interesses das classes e das funções orgânicas da sociedade»[895].

Ao contrário da «representação individualista», «uniforme e indistinta», a representação orgânica tinha a vantagem de reflectir a organização hierárquica da sociedade. Este princípio assume o conflito moderno entre a sociedade e o indivíduo. Luís de Magalhães colocava-se ao lado da sociedade, aceitando as desigualdades sociais e declinando os direitos naturais dos indivíduos. O conservadorismo assumia que o princípio da igualdade seria sempre revogado pela natureza, favorável à emergência de oligarquias, pois não basta que a lei «declare iguais todos os homens» para que, na realidade, o sejam. «Acima da lei está a natureza dum lado, e as condições de vida social do outro, que os fazem desiguais»[896].

A representação orgânica salvaguardava os agrupamentos naturais da ameaça igualitária ao princípio da liberdade, «liberdades que são

---

[894] Sobre a criação do Estado Corporativo em Oliveira Martins, leia-se Fernando Catroga, *ob. cit*, pp. 20 e ss.

[895] *Diário da Manhã*, ano 1, n.º 63, 07-08-1914, p. 1. «A agricultura, o comércio, a indústria, a propriedade urbana, o capital, as profissões liberais, o funcionalismo, o operariado, exprimindo os interesses das classes; a administração civil e política, a magistratura, o culto, a instrução, o tesouro, o exército e a armada, a diplomacia, o fomento, a administração colonial, exprimindo o das instituições - constituiriam, pelos seus representantes (eleitos, no primeiro grupo, por colégios eleitorais próprios; de direito, inerente a certos cargos, no segundo) uma assembleia cujo espírito e critério, inteiramente diferenciados dos da assembleia popular, encarariam as leis sob aspectos diversos, completando assim, com outros pontos de vista e novos elementos de exame, a sua discussão e votação».

[896] *Diário da Manhã*, ano 1, n.º 35, 05-07-1914, p. 1.

inseparáveis da diferenciação inata, da variedade e das diversas oportunidades que são tantas vezes o alvo do igualador»[897]. Na verdade, os conservadores lusos acatavam o pensamento antidemocrático e antimoderno então em voga, segundo o qual «uma sociedade sã assenta na desigualdade natural; é hierarquizada». Na senda de Nietzsche e de Spengler, e de todos os teóricos da contra-revolução, admitem que o «ideal plebeu» da igualdade sobrepõe a quantidade à qualidade, privilegiando a mediocridade do número em detrimento da competência das elites[898].

Finalmente, diga-se que Luís de Magalhães propugnava um sistema eleitoral de lista plurinominal que tinha a vantagem de garantir a representação das minorias. Apesar de liberal oligárquico, o antigo ministro de João Franco entendia que o sistema político devia garantir a ida ao parlamento das «diferentes sensibilidades partidárias», para fiscalizar os actos da maioria de governo. A aceitação do parlamentarismo e do partidarismo, mesmo com limitações e critérios apertados de representação, eram notas importantes na diferenciação doutrinária do liberalismo conservador perante os turibulários do tradicionalismo. Ainda assim, o seu pensamento continuava inoculado pela vaga autoritária da época, assumindo a primazia do Poder executivo face ao Poder legislativo, como resultado das experiências negativas do final da monarquia e da república: «A iniciativa governamental tem sido, é e será, por muito tempo, o supremo elemento director da vida política». Os monárquicos vislumbravam no parlamentarismo republicano, que não admitiu, antes de 1919, a indissolubilidade do parlamento, um factor nuclear de instabilidade política. Luís de Magalhães afirmava que o parlamento republicano era dominado por Afonso Costa e pelo Partido Democrático, pelo que não restava alternativa aos demais agrupamentos republicanos senão recorrer à violência para transitar às cadeiras do Poder. Por isso sentenciava: «O dilema é inexorável: ou a epilepsia revolucionária, ou a atonia política. E, quer numa quer noutra das pontas desse dilema – a morte[899]».

O ideário difundido por Luís de Magalhães sintetiza o pensamento dos sectores manuelistas da Causa Monárquica, aqui omitidos por inexistência de

---

[897] Robert Nisbet, *ob. cit.*, p. 90.
[898] Zeev Sternhell (org.), *ob cit.*, p. 126.
[899] *Diário da Manhã*, ano 1, n.º 39, 10-07-1914, p. 1.

fontes ou porque faltou sistematização aos esparsos comentários com que ocasionalmente pulverizaram colunas de imprensa.

Vimos já que o conservadorismo liberal desejava uma monarquia constitucional, mas o seu ideário estava repleto de premissas que avocavam um certo eclectismo filosófico. Por um lado, aceitavam as conquistas básicas do liberalismo político, como a contratualidade, a cidadania e a soberania nacional; por outro, manifestavam um irreprimível conservadorismo social e até filosófico. Nalguns casos, porém, este eclectismo revela-se ainda mais contraditório e talvez original, conciliando parte do liberalismo com o tradicionalismo. Foi o caso de Aires de Ornelas, futuro lugar-tenente de D. Manuel II. Formado na escola da contra-revolução, profundamente católico, recusava os dogmas da Revolução, o liberalismo político e a democracia[900]. Mas, paradoxalmente, defendia a monarquia com a Carta Constitucional, aceitando a soberania nacional e a separação de poderes[901]. O seu sistema político consubstanciava uma modalidade política que o aproximava do aristocratismo, mas onde a sociedade surgia modelada por valores irrefragavelmente cristãos.

Esse eclectismo evidenciava-se igualmente na coabitação de modulações ideológicas antagónicas. Se a maioria aprovava um conservadorismo ideologicamente mais extremado, irromperam também fórmulas mais progressistas, que coadunavam a instituição monárquica com o reformismo de base social e operária, como acontecia com Moreira de Almeida e Rocha Martins. É certo que Moreira de Moreira abjurara os valores abertamente progressistas que advogou no final da monarquia para se aproximar de uma política mais conservadora. Mas o velho jornalista recusava que sob o manto conservador se entrevisse qualquer «reacção», qualquer «retrocesso» histórico. O seu conservadorismo foi talvez o resultado dos excessos da vaga revolucionária. Tal como o exaltado progressista António Cabral, que viria a singrar no campo tradicionalista da *Acção Realista*, Moreira de Almeida passou a valorizar a história e a tradição, no fundo, adaptava-se a uma nova era, marcada pela crise do sistema liberal e pela emergência da autoridade. Nas suas palavras, o

---

[900] Veja-se *As Doutrinas Políticas de Charles Maurras*, Lisboa, Livraria Portugal Editora, 1914; *Um Ano de Guerra (Agosto de 1914 a Agosto de 1915)*, Porto, Magalhães & Moniz, 1916.

[901] Joaquim Leitão, *A Entrevista. Sem Santo nem Senha*, n.º 17, 12-03-1914, p. 269.

conservadorismo era uma «fórmula de progresso dentro da ordem, um desenvolvimento evolutivo da sociedade em que o futuro se liga ao passado em vez de o negar, em que as raízes da tradição não são inconscientemente cortadas»[902].

Neste reformismo evolucionista, que respeitava as «instituições seculares», porque eram a «espontânea criação histórica do génio da raça», não cabiam os velhos preceitos do liberalismo clássico. Na verdade, a monarquia de Moreira de Almeida era tendencialmente antiliberal porque repudiava o seu excessivo individualismo e preconizava uma solução nacional para o grande problema moderno: a questão social. Não se reportava a uma monarquia socialista, tratava-se antes de mais de criar instrumentos de justiça social, de redistribuição equitativa da riqueza dentro de critérios conservadores, isto é, que evitassem o conflito social, a luta de classes, e atendessem em primeiro lugar ao interesse nacional: «O que é preciso é que a política social não represente um enfraquecimento da política nacional. O que é preciso é que o desenvolvimento e a saúde de certos órgãos não se façam à custa da robustez do corpo de que eles não são parte. O que é preciso é que classe e pátria não representem uma antinomia, uma insaciável e irredutível oposição».

Rui Ulrich é outro exemplo de um conservadorismo travestido[903]. Este antigo lente da Universidade de Coimbra, mestre e simpatizante do ideário integralista, e que pertencia a um grémio elitista que poderíamos apelidar de «monárquicos de competências»[904], defendia uma restauração cuja reforma devia obedecer a «um sentido abertamente conservador, dando-se de preferência a representação às classes organizadas e às corporações

---

[902] *O Dia*, ano 17, n.º 842, 02-01-1916, p. 1.

[903] Rui Ennes Ulrich (1883-1966) foi político, professor e diplomata. Doutorado na Universidade de Coimbra, onde foi professor até 1910, afastou-se alegando razões políticas. Entre 1914 e 1927 esteve à frente do Banco de Portugal. Em 1933 dirigiu a embaixada de Portugal em Londres e em 1937 regressou à universidade, em Lisboa, dirigindo a Faculdade de Direito até 1950. Neste ano voltou a chefiar a embaixada de Portugal em Londres.

[904] A expressão reflecte uma tendência conservadora, durante a República e o Estado Novo, que estava ligada aos grandes quadros técnicos do capitalismo industrial, comercial e financeiro e que muitas vezes era colocada como reserva política da nação. Tal como Rui Ulrich, seu irmão João Henrique Ulrich (n. 1880) integrava este grupo. Deputado do Partido Regenerador (1907-1910), foi advogado e exerceu vários cargos financeiros: vice-governador e governador do Banco Nacional Ultramarino; presidente do conselho de administração da Companhia da Zambésia; administrador e presidente do conselho de administração da Companhia Nacional de Navegação; administrador do Companhia das Águas de Lisboa (1914-1928).

técnicas para assim se corrigirem os erros do parlamentarismo excessivo»[905].

Este pressuposto confirma todavia a concatenação de princípios conservadores com pressupostos liberais, pois Rui Ulrich afirmava então que este sistema «não exclui a manutenção do regime constitucional, que apesar dos seus defeitos ainda é o sistema de governo menos imperfeito»[906]. Numa célebre polémica entre liberais e tradicionalistas, ocorrida em Março de 1915, quando o optimismo exacerbado fazia crer a restauração para breve, a maioria dos políticos de nomeada defendeu a restauração imediata da monarquia constitucional. Mas quase todos proclamavam em uníssono a necessidade de uma reforma da sua base ideológica e política[907]. O próprio Rui Ulrich, apesar do apoio a D. Manuel, afirmava «haver nesses trabalhos [dos integralistas] muito de aproveitável para as alterações a fazer na monarquia nova, sem poder, porém, partilhar em absoluto todo o rigor das suas conclusões. Estou certo de resto que o espírito ilustrado de S. M. El-Rei será o primeiro a apreciar e a aprovar gostosamente as reformas projectadas»[908]. Esta era, afinal, a esperança dos intelectuais do Integralismo Lusitano.

3. Tradicionalismo ou a «Geração do Regresso»

O segundo campo da direita monárquica era constituído pelo sector antiliberal, tradicionalista e contra-revolucionário. A referência à «tradição» como denominador comum de um vasto sector político heterogéneo tem em vista alcançar uma unidade ideológica que só este vocábulo podia emprestar. Com efeito, tanto o integralismo, como o legitimismo e o neo-tradicionalismo monárquico e católico partem duma concepção segundo a qual a tradição é um «depósito» constituído pelas gerações passadas que deve impor-se aos sistemas de governo e à opinião pública. Ao contrário da modernidade, que garantia ao indivíduo a liberdade de escolha, o

[905] *O Nacional*, ano 1, n.º 50, 21-04-1915, p. 1.
[906] *Ibidem*.
[907] A polémica dirimiu-se entre os jornais *O Nacional*, dirigido por Aníbal Soares, e a *Nação*, órgão do miguelismo, entre Março e Abril de 1915. A este assunto voltaremos mais à frente.
[908] *O Nacional*, ano 1, n.º 50, 21-04-1915, p. 1
[908] *Ibidem*.

tradicionalismo aceitava que a liberdade individual se esgotava no peso das tradições, da herança histórica[909]. O ressurgimento monárquico assumiu como vector estruturante do espírito colectivo a revalorização das «dependências ancestrais» e de uma solidariedade entre gerações que estava contida na história. O tradicionalismo, tal como o nacionalismo de Barrès, de Sardinha ou Couceiro, enraizava-se na «fé na terra e nos mortos»[910].

Pode argumentar-se que o nacionalismo, enquanto ideologia, corporiza o essencial do pensamento monárquico deste período. Mas o nacionalismo era uma componente ideológica complexa que os ideólogos do conservadorismo liberal, como alguns sectores republicanos, cultivavam com a mesma exaltação[911]. Não erraremos muito afirmando que a essência do nacionalismo monárquico reside no aproveitamento ideológico da tradição, repensando a nação à luz da história e de uma vasta mitografia produzida pelas interpretações historiográficas que buscavam, *in illo tempore,* o génio da raça e o fermento espiritual da existência colectiva[912]. A importância do tempo e da história não significa que o nacionalismo monárquico defendesse o simples regresso ao passado, pois o conceito de tradição era dinâmico: «Somos tradicionalistas. Mas ser tradicionalista não é encerrar-nos na contemplação saudosa do Passado. É antes reconhecer a contínua sucessão dinâmica em que a história se coordena entre si, efectuando a solidariedade dos Mortos com os Vivos»[913].

Para além da tradição, este grémio nacionalista pregava o ódio ao «fatal século XIX», século em que se «esquecera o primado do Espírito», a soberania divina, e «proclamara-se, com solenidade alucinada, os Direitos

---

[909] Cf. Luc Ferry, «A crítica nietzscheana da democracia», in Alain Renault (dir.), *História da Filosofia Política 4. As Críticas da Modernidade Política*, Lisboa, Instituto Piaget, 2002, p. 301; Cristián Garay Vera, «Nacionalismo, Tradicionalismo, Conservadurismo y Liberalismo Censitario. Aproximaciones para el debate», *Revista de Historia,* año 9-10, vol. 9-10, Instituto de Estudios Avanzados, Universidad de Santiago de Chile, 1999-2000.

[910] Miguel Dias Santos, «O Mito da Atlântida nas leituras historiográficas do nacionalismo monárquico», in *Estudos do Século XX*, n.º 8, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2008, p. 280.

[911] Sobre o nacionalismo monárquico, leia-se Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

[912] Miguel Dias Santos, art. cit.; Paulo Archer de Carvalho, «Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista», in *Revista de História das Ideias*, vol. 18, Coimbra, Instituto de História das Ideias, 1996.

[913] António Sardinha, *O Valor da Raça. Introdução a uma Campanha Nacional*, Lisboa, Almeida Miranda Sousa, 1915, p. 152.

do Homem». Para a nova «Ordem» intelectual, empenhada na recristianização do ocidente sob a égide espiritual de Roma, os «verdadeiros direitos do homem nascem de que ele tem deveres para com Deus»[914]. Colocando de parte as dissensões dinásticas e a dimensão doutrinária dos grupos, parece haver unidade ideológica neste bloco antimoderno na aceitação desta premissa: nação reorganizada em torno da realeza, tendo o catolicismo como horizonte moral e espiritual e a tradição como referência histórica e política.

Os títulos estampados em obras de doutrinação e divulgação pelos principais ideólogos monárquicos avocavam a tradição como referencial. Obras como *O Valor da Raça*, de António Sardinha (1915), *O Culto da Tradição* (1916), de Luís de Almeida Braga, *Uma Campanha Tradicionalista* (1919) e *A Lição da Democracia* (1922), de Caetano Beirão, entre tantas outras, e publicações periódicas como *A Nação,* a *Nação Portuguesa* e a *Monarquia*, inscrevem-se na acção deste vasto aparelho ideológico que salpica todo o espectro político de direita, visando atestar a superioridade da tradição nacional sobre a democracia e o liberalismo. Paiva Couceiro resumiu a força da tradição a essa «herança» de «um grande património de sacrifícios, experiências e conhecimentos», que constituía, afinal, o «governo dos mortos»[915].

Compunham este sector ideológico *a nova geração*, na expressão que deu título ao livro de Diogo Pacheco de Amorim[916], católico tradicionalista, ao lado das gerações mais vetustas do miguelismo e da tradição militar monárquica. A *nova geração* ou «geração do regresso» era constituída pela grémio de universitários que acompanhou a queda da monarquia e a instauração da república e que integrou a corrente nacionalista que em Portugal procurou reatar a tradição que fora supostamente quebrada pelo liberalismo e pela herança da Revolução de 1789[917]. O integralismo lusitano é talvez o mais sonante dos agrupamentos monárquicos da «nova geração»,

---

[914] Leão XIII, na encíclica *Sollicitudo*, citado por João Ameal, *ob. cit.*, pp. 7-8.

[915] *A Democracia Nacional*, Coimbra, Edição de autor, 1917, p. 115. «Os laços que mais seguramente podem apertar a Unidade Nacional, vão colher-se no terreno histórico dos Mortos. Essa dependência e ligação indissociável com os "Vivos do Passado" é lei natural dos "Vivos do Presente"».

[916] Veja-se Diogo Pacheco Amorim, *A Nova Geração*, Coimbra, França e Arménio Livreiros, 1918.

[917] João Ameal, *Panorâmica do Nacionalismo Português*, Lisboa, 1932, p. 79.

e por isso alvo do olhar atento da historiografia e dos estudiosos[918]. Movimento político e intelectual, o integralismo teve a sua origem remota no decadentismo da geração de 70 e no movimento de regeneração nacionalista e religiosa que se seguiu após o ultimato inglês[919]. Já dentro da república, foi gerado no seio da academia coimbrã, onde o espírito conservador do *Centro Académico de Democracia Cristão* e do *Centro Monárquico Académico* se opunha ao radicalismo republicano do *Centro Académico republicano*. Foi numa viagem do Orfeão Académico de Coimbra, a Paris, em Abril de 1911, que Alberto de Monsaraz contactou pessoalmente com os «mestres da Action française»[920]. Mais tarde, o exílio na Bélgica, que se seguiu às incursões monárquicas, trouxe uma proximidade mais profunda com as ideias de Charles Maurras.

Não é aqui o lugar para uma história do movimento deste agrupamento doutrinário, campo fértil em estudos[921]. Importa talvez reafirmar que o integralismo se propunha, como Charles Maurras em França[922], empreender em Portugal uma «reforma intelectual» que lhe permitisse «restaurar a consciência portuguesa»[923] ou, na expressão de Sardinha, «restaurar Portugal pela monarquia»[924]. Assumindo a sua natureza de movimento de ideias, o grupo tinha também ambições legítimas no campo político, pois aspirava chegar ao Poder através da monarquia restaurada. Mas a conquista do Poder político só seria realidade se fosse precedida da conquista do Poder intelectual, ganhando a «batalha pelas ideias e a luta pela razão

---

[918] Sobre o Integralismo Lusitano pode ler-se, entre outros, Luís Ascensão Ramos, *O Integralismo* Lusitano, Lisboa, Edições Gama, 1943; Carlos Ferrão, *O Integralismo e a República. Autópsia de um mito*, 2.º vol., Lisboa, Inquérito, 1964;Raul Proença, *Acerca do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Seara Nova, 1964; David Ferreira, *Integralismo Lusitano: uma doutrina política de ideias novas*, Lisboa, Cultura Monárquica, 1991; Paulo Archer de Carvalho, *Nação e Nacionalismo. Mitemas do Integralismo Lusitano*, policopiado, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993; idem, «Três teses sobre a ucronia e a floresta utópica. A propósito do Integralismo Lusitano», *Revista de História das Ideias*, vol. 24, Coimbra, 2003; José Manuel Quintas, *Filhos de Ramires. As Origens do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Editorial Nova Ática, 2004.

[919] Sobre esta filiação nos movimentos de ideias da monarquia finissecular, veja-se José Manuel Quintas, *ob. cit.*, pp. 51 e ss.

[920] *Ibidem*, p. 79.

[921] Os trabalhos de Paulo Archer de Carvalho e José Manuel Quintas, já citados, incluem a vasta bibliografia sobre o Integralismo.

[922] Sobre a *Action Française* pode ler-se uma síntese em René Rémond, *Les Droits en France*, Paris, Edition Aubier Montaigne, 1982, pp. 169-180.

[923] Cf. José Manuel Quintas, *ob. cit.,* p. 93.

[924] António Sardinha, *Processo dum Rei*, Porto, Livraria Civilização, 1937, p. 144.

histórica»[925]. Na perspectiva dos intelectuais do Pelicano, muito marcados pelo positivismo francês, a monarquia não seria restaurada por um acto de fé, mas resultava de uma demonstração das leis da física social, «comme un theorème»[926], que aduziam a realeza como o regime comprovado pela experiência histórica.

Quanto ao seu projecto político, o grupo sustentava a monarquia orgânica, tradicionalista, antiparlamentar, articulando uma tendência centralizadora - o poder pessoal do rei – com uma tendência descentralizadora, que incidia sobre a economia, a família e a justiça, concebidas como um todo orgânico enquanto «nação organizada»[927]. Profundo movimento de ideias, o integralismo opunha também a história, enquanto «método positivo», ao racionalismo do século XIX, na concretização de um vasto movimento de reacção nacionalista e universalista, na medida em que a vitalidade dos «agrupamentos nacionais» exigia a obediência aos «mandamentos» cristãos e a definição de uma cristandade ocidental. Para Sardinha, «tomar partido dos nossos Maiores é reconciliar-nos com a essência eterna da Pátria – é integrar-nos na sequência tradicional do nosso passado de ocidentais e de portugueses»[928].

Aos novos do integralismo importa agregar o velho partido legitimista renascido, que juntava à legitimidade de D. Miguel a defesa da monarquia cristã, tradicional e hereditária[929]. A proximidade ideológica com o integralismo começa com a partilha dos teóricos da contra-revolução portuguesa, como o Marquês de Penalva, José Agostinho de Macedo, José Acúrsio das Neves, Fortunato de S. Boaventura, Visconde de Santarém, José da Gama e Castro e António Ribeiro Saraiva, entre outros, cujos textos eram

---

[925] Paulo Archer, «Três teses sobre a ucronia e a floresta utópica. A propósito do Integralismo Lusitano», in *Revista de História das Ideias*, vol. 24, Coimbra, 2003, p. 284.

[926] *Nação Portuguesa*, I série, n.º 1, 08-04-1914.

[927] *Ibidem*.

[928] António Sardinha, *Ao Princípio era o Verbo*, Lisboa, Editorial Restauração, 2ª ed., 1959, pp. 10-11.

[929] «Monarquia cristã, tradicional, hereditária, acompanhando os interesses e as necessidades justas da sociedade moderna, como o Rei como representante da autoridade suprema, responsável e livre: *Rex noster liber est*. Junto dele, como representantes da nação, livres também - *nos liberi sumus* - as cortes gerais, poder legislativo; - o ministério, poder executivo - e os tribunais, poder judicial. Ao Rei queremo-lo chefe desses três poderes e exercendo a supremacia no legislativo, pela sanção das leis, pela promulgação delas em circunstâncias excepcionais, inspirada no princípio da salvação pública e pela faculdade de dissolver as cortes ou convocá-las extraordinariamente […]» [*A Nação*, n.º 16239, 16-04-1915, p. 1]. Sobre o seu programa, leia-se *Partido Legitimista. Programma elaborado pelo Conselho Superior do mesmo Partido* (1884?).

objecto de revisitação à luz de novos pressupostos[930]. António Sardinha, escrevendo sobre o marquês de Penalva, não tinha dúvidas em considerá-lo como «um dos mestres venerados da nossa Contra-Revolução»[931]. Divididos, até 1919, pela questão dinástica, integralismo e miguelismo participavam da mesma corrente antimoderna e antidemocrática, achavam-se ligados por um certo «vínculo hereditário»[932] e pela «mesma ideia», pois «ambos são nacionalistas, tradicionalistas, antiparlamentares, descentralizadores, e católicos. Ambos são uma coisa que os constitucionalistas de 34 a 910 não eram: são monárquicos»[933].

A existência de uma estrutura ideológica antimoderna no miguelismo, ao longo do século XIX, foi já objecto de análise historiográfica, que evidenciou igualmente a presença de uma forte componente mítica e messiânica, em que D. Miguel «surgiu contra o futuro, contra a imagem de um novo homem e de um novo mundo, contra a idealização de uma felicidade social e política liberta da vontade de Deus e gerada apenas pela razão humana»[934]. O recrudescimento do miguelismo, no decorrer das primeiras décadas do século XX, não pode dissociar-se da emergência em Portugal e na Europa deste vasto complexo ideário de direita, da crítica antimoderna e anti-racional elaborada pela tradição.

Despojado dos complexos mecanismos de propaganda do século XIX, impostos pelo exílio e pela morte de D. Miguel, em 1866, o miguelismo passou a identificar-se com o integralismo e com a escola da Action Française, apesar de reivindicar uma certa independência: «Somos, como dele [programa] se vê monárquicos integristas, da escola de Maurras. Inscrevemo-nos, pois, contra o parlamentarismo da Carta. Repelindo o absolutismo […] somos pela representação nacional organizada e não pulverizada num sufrágio universal. Com este nosso antigo programa, tão

---

[930] Fernando Campos publicou uma antologia em *O Pensamento contra-revolucionário em Portugal (século XIX)*, 2 vol., Lisboa, Edição de José Fernandes Júnior, 1931-1932.

[931] *António Sardinha, Ao Princípio era o Verbo*, cit., 1959, p. 273.

[932] Jordi Canal, *ob cit.*, p. 13.

[933] Caetano Beirão, *Uma Campanha Tradicionalista (Com um estudo de António Sardinha)*, Lisboa, Livraria Lisbonense, 1919, p. 70: «Em Portugal, presentemente, esses princípios sobre os quais é preciso que assente a nacionalidade portuguesa são representados por duas facções que, se à primeira vista podem parecer divorciados, não são afinal senão os dois aspectos sob que esses princípios se podem apresentar. É o velho partido legitimista e o novo partido integralista. Os primeiros representam a ideia intuitiva, hereditária, contínua; os segundos representam a ideia histórica, científica, dedutiva. Mas a ideia é a mesma».

[934] Armando Malheiro da Silva, *Miguelismo Ideologia e Mito*, Coimbra, Minerva História, 1993, p. 218.

nítido e franco, temos a imensa satisfação de ver que concorda essa admirável plêiade de monárquicos de Coimbra, esperança da monarquia de amanhã»[935].

Outro grupo importante, dentro do ideário tradicionalista, era representado pela corrente neomonárquica, constituído por antigos republicanos descontentes. António Sardinha, Alfredo Pimenta, Homem Cristo Filho e Cunha e Costa, entre outros, representavam os sectores que se desencantaram com o regime do barrete frígio. Quase todos militaram na extrema-esquerda, antes de transitarem para a república, que agora repudiavam. Na verdade, a definição que Chateaubriand atribuíra à Revolução, de «destruição», era aplicado à revolução republicana portuguesa. Por um lado, a república significava a destruição das «bases fundamentais da sociedade portuguesa: a família, a religião e a propriedade»[936]; por outro, o colapso da monarquia amplificava a crise da autoridade do Estado[937]. A continuidade dessa crise de autoridade, a que associavam a república, que, como a república de Weimar, transformara Carl Schmitt num neófito entusiasta do antiliberalismo[938], estava integrada numa crise mais vasta do sistema liberal. A doutrinação segundo os princípios conservadores, das tradições e das instituições intermédias, como a Igreja Católica, haviam juntado afinal os neomonárquicos com os integralistas, católicos e alguns liberais numa colaboração política e doutrinária, sob a direcção de Homem Cristo Filho, na revista *A Ideia Nacional*. Apesar de algumas nuances, que se tornam claras com a evolução do pensamento político destes intelectuais reaccionários, as suas ideias iam do nacionalismo integral, de António Sardinha[939], até às soluções ultraconservadoras e

---

[935] *A Nação*, n.º 16215, 18-03-1915, p. 1. E ainda: «[…]tudo quanto há na escola de Maurras, limitação da omnipotência parlamentar, poder Real forte e efectivo (além de hereditário, claro está), representação de classes e não de indivíduos, descentralização administrativa, tudo isso está no nosso programa» [*A Nação*, n.º 16220, 24-03-1915, p. 1].

[936] Miguel Castelo-Branco, *ob. cit.*, p. 74.

[937] Vejam-se os artigos de Alfredo Pimenta na revista *A Ideia Nacional (1915)*, onde, sob o pseudónimo de Lord Henry, e ainda republicano, desenvolve o seu pensamento de base autoritarista e racista.

[938] Cf. Stephen Holmes, *The Anatomy of Antiliberalism*, London, Harvard University Press, 1996, p. 37.

[939] Sobre António Sardinha, veja-se Ana Isabel Sardinha Desvignes, *António Sardinha (1887-1925) Um Intelectual do Século*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2006.

autoritaristas de Cunha e Costa e Alfredo Pimenta e às concepções protofascistas explanadas por Homem Cristo Filho[940].

Destas personalidades, só António Sardinha e Alfredo Pimenta permaneceram fiéis à coroa, evidenciando-se como doutrinários de referência do seu campo doutrinário. Cunha e Costa defendia então o «fortalecimento do prestígio real». As suas ideias sobre a monarquia restaurada pressupunham o regresso da «tradição nacional, simultaneamente apoiada na Cruz, na Espada e na Toga». Convicto das virtudes da «obediência» na organização das sociedades políticas, Cunha e Costa afirmava que «a obediência terá de ser a condição da monarquia nova», organizando a sociedade enferma numa estrutura hierarquizada[941]. Este pensamento autoritarista, que partilhou com Alfredo Pimenta[942], explica a evolução ideológica de Cunha e Costa, que rompeu em 1918 com a Causa Monárquica, para abraçar o sidonismo, que ele vislumbrava como «criatura providencial» para iniciar um processo de regeneração nacional sob o signo da Ordem[943].

A mesma sedução pelo sidonismo revelou Homem Cristo Filho, intelectual muito marcado pelas teorias do movimento e da revolução de Sorel. O seu apoio entusiasta ao poder pessoal de Sidónio e ao seu autoritarismo de cariz bonapartista, juntamente com o papel assumido pelas teorias do movimento de Sorel, anteciparam a evolução do pensamento de Cristo Filho para uma direita moderna, concretizada na apologia do ideário fascista[944].

---

[940] Veja-se Cecília Barreira, *Nacionalismo e Modernismo. De Homem Cristo Filho a Almada Negreiros*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1981.

[941] *O Dia*, 15º. ano, n.º 464, 19-05-1914, p. 1. «A obediência livremente consentida é uma virtude excelsa. A obediência - não me cansarei de o repetir - é a mais nobre afirmação do livre arbítrio. Traçado um ideal de salvação pública, é preciso obedecer-lhe. É preciso que na família os filhos obedeçam aos pais; que nas escolas os discípulos obedeçam aos mestres, que em todas as profissões e hierarquias os inferiores obedeçam aos superiores; que os soldados obedeçam aos seus oficiais, sargentos e cabos; que os católicos obedeçam ao seu prelado; que um juiz seja um juiz, que um general seja um general, que um bispo seja um bispo, e que todos, mas todos, obedeçam à monarquia e ao Rei, como símbolos que são, da tradição nacional».

[942] Lord Henry escrevia então que «o destino dos homens indicou a uns o mando e a outros a obediência» e concluia: «Repugna-nos a disciplina, repugna-nos a hierarquia, como se fosse possível o progresso sem disciplina, sem ordem e sem hirarquia» [*A Ideia Nacional*, 27-03-1915].

[943] Sobre a sua ruptura com a monarquia e a sua adesão ao sidonismo, veja-se Miguel Dias Santos, *Os Monárquicos e a República Nova*, Coimbra, Quarteto, 2003, pp. 66 e ss.

[944] Cf. Miguel Castelo-Branco, *ob. cit.*, p. 116-118. Como nota este autor, a via autoritária do poder pessoal e a valorização do papel do Estado significou a ruptura de Homem Cristo Filho com o tradicionalismo monárquico.

Quanto a Alfredo Pimenta, evoluiu do socialismo anarquista para o republicanismo e daqui para o monarquismo orgânico e tradicionalista[945], criando em 1915, com Alberto Reis, Caetano Beirão, Luís Chaves e Oliveira Monteiro o «Grupo dos Cinco». A ruptura estava já iminente quando emprestou a sua colaboração a Homem Cristo Filho, na revista *A Ideia* Nacional. Sob o pseudónimo de Lord Henry, desenvolveu aí algumas das premissas do seu pensamento ultraconservador, em matizes fascizantes, autoritárias, pró-belicistas e racistas, e pregando a ordem e a tradição como elementos base da colectividade: «As nações devem caminhar para o futuro, cada vez mais se servindo do passado»[946].

Este sector, de grande importância no quadro da direita monárquica, tinha muitas afinidades ideológicas com o integralismo, mas manteve sempre alguma autonomia institucional, colaborando com os diferentes órgãos da imprensa monárquica, como a *Nação*, a *Nação Portuguesa*, *A Ideia Nacional*, o *Diário Nacional* e o *Dia*. Divergindo do integralismo na questão dinástica, depois de 1919, o neo-tradicionalismo de Alfredo Pimenta fundou a *Acção Tradicionalista Portuguesa* em 1921 e, em 1923, a *Acção Realista Portuguesa*. Este grupo incluiu alguns dos monárquicos de nova geração, como Caetano Beirão, Alberto Reis, Ernesto Gonçalves, Laertes de Figueiredo, Luís Chaves e João Ameal, que em 1926 haveria de dirigir o diário do grupo *Acção Realista*. Para além deste periódico, a sua acção doutrinária, de grande relevância na década de vinte, contava ainda com as revistas *Acção Realista* e o semanário *A Voz Nacional*.

O seu pensamento político, vincadamente tradicionalista, católico e nacionalista, teve a influência do positivismo de Comte e de Taine, fazendo a apologia da autoridade e da acção das elites[947], numa monarquia antiparlamentar fundada em «princípios formulados cientificamente»[948]. Tais princípios científicos exigiam a confirmação da história, explicando-se desta forma a centralidade que adquiriu a revisão historiográfica a que

---

[945] Cf. Manuel Braga da Cruz, Prefácio a *Salazar e Pimenta. Correspondência 1931-1950*, Lisboa, Verbo, 2008, pp. 5-6.

[946] *A Ideia Nacional*, 27-03-1915, p. 16.

[947] Cf. João Ameal, *ob. cit.*, p. 22; Alfredo Pimenta, *Politica Monarchica*, Lisboa, Empresa Lusitana Editora, s/d, [1917], pp. 8-9.

[948] Cf. Alfredo Pimenta, *ob. cit.*, p. 8. Caetano Beirão escreveu a propósito: «Política, para nós, é a aplicação de princípios formulados cientificamente tendo por bases o estudo consciencioso da História, a observação profunda das condições sociais modernas, os ensinamentos dos grandes mestres do nacionalismo, e da experiência de nossos dias» [*Acção Realista*, n.º 1, 1924, pp. 10-11].

submeteram a história de Portugal, procedendo a uma revisão crítica do liberalismo e do século XIX em geral, que colocou no mesmo patamar ideológico a monarquia constitucional e a república[949].

Outro segmento tradicionalista de relevo era constituído pelo sector católico, núcleo que tinha em José Fernando de Sousa (Nemo), Pinheiro Torres, Diogo Pacheco de Amorim e Domingos Pinto Coelho as referências de notoriedade. Políticos experimentados no combate político-partidário, mantiveram a fidelidade à realeza depois de 5 de Outubro, e alguns, Fernando de Sousa e Pinheiro Torres, viveram a experiência da emigração na Galiza. A organização dos católicos ficaria refém da questão do regime, enfeudando o Centro Católico, criado em 1917, à política monárquica, pelo menos até à sua reestruturação, ocorrida em 1919[950]. Este grémio dividia-se entre a monarquia de D. Miguel e D. Manuel, entre o direito divino e a soberania nacional, mas quase todos advogavam uma cultura política antimoderna e antiliberal, cultivando os valores da ordem e da autoridade. Defendendo uma «reforma das ideias» e a recristianização da sociedade, veiculavam a acção determinante das elites no processo de «reconstrução religiosa» e na afirmação de uma política «patriótica»[951]. Fernando de Sousa foi director dos jornais *A Ordem* (Lisboa), *A Época* e *A Voz*, assumindo a defesa do nacionalismo monárquico de influência maurrasiana[952].

Finalmente, o campo tradicionalista integrava algumas das mais proeminentes figuras do exército monárquico e da própria contra-revolução: Aires de Ornelas (já referido), Azevedo Coutinho, Henrique Paiva Couceiro e João de Almeida. Oficiais com folha brilhante na moderna ocupação africana, Couceiro e Almeida empunharam a pluma para travar um combate ideológico, envolvendo-se em acções de doutrinação e num esforço de teorização que via na tradição e no nacionalismo as alavancas de

---

[949] Leia-se Alfredo Pimenta, *ob. cit.*; Caetano Beirão, *A Lição da Democracia*, Empresa Diário de Notícias, Lisboa, 1922; *Acção Realista*, 1924-1925. Alfredo Pimenta, Caetano Beirão e João Ameal dedicaram muito do seu labor à produção historiográfica antes e especialmente na vigência do Estado Novo.

[950] Sobre a relação dos católicos com os monárquicos, leia-se Arnaldo Madureira, *A Questão Religiosa na I República. Contribuições para uma autópsia*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003; Miguel Dias Santos, *Os monárquicos e o Sidonismo*, cit., pp. 92-106.

[951] Francisco Veloso, in *Lusitânia*, n.º 1, 01-01-1914, p. 1.

[952] Cf. José António Faria Pinto, «O Imparcial (1912-1919). Um Jornal da Resistência Católica à Primeira República», in *Studium Generale*, n.º 0, Porto, 1979, p. 140

ressurgimento colectivo[953]. Para Paiva Couceiro, só a restauração da «tradição monárquica» podia conduzir à felicidade colectiva pelo reforço dos laços de solidariedade: «a felicidade e o bem, não os encontram o homem na quebra de laços, mas, precisamente ao inverso, nas mesmas cadeias que os prendem aos seus parentes e companheiros, à sua casa e afazeres, à sua Terra e Igreja, à sua Raça, de quem herdou o sangue, e à sua História, que, através dos séculos, lhe perpetua a existência pessoal dentro da existência colectiva»[954].

Mas restaurar a «tradição monárquica» não significava, na teorização de Paiva Couceiro, a simples restituição do Poder ao rei. Os tradicionalistas, em Portugal como em França, defendiam que a restauração da monarquia significava a reposição «de todas as leis fundamentais do Povo»[955]. Esta será uma distinção teórica importante para o liberalismo. No lugar dos «Direitos naturais do Homem», erigidos em ara política pela Revolução, os tradicionalistas colocavam as «liberdades» do direito tradicional, como os foros, os privilégios, as garantias municipais, corporativas, familiares e profissionais[956]. Repudiando os «Direitos do Homem» como «absurdo e heresia da filosofia tarada de Rousseau», afirmavam que os únicos direitos existentes na «Lei Tradicional Portuguesa», fundamento da sua constituição nacional, eram o «Bem Comum da Nação, superior ao bem individual dos seus membros»[957].

Apesar de algumas nuances ideológicas, visíveis sobretudo no papel do Estado e nos excessos autoritaristas de Alfredo Pimenta, o campo tradicionalista partilhava a mesma teoria constitucional antiliberal e anti-abstracção. Refutando a soberania popular, essa ignomínia de Rousseau, todos sustentavam a existência de uma constituição de origem histórica em que assentava a soberania nacional[958]. A constituição não podia ser o

---

[953] Veja-se Henrique de Paiva Couceiro, *A Democracia Nacional*, Coimbra, Edição de autor, 1917; João de Almeida, *Visão do Crente*, 2.ª ed., 1937, Livraria Tavares Martins, Porto, 1937.

[954] *Ob. cit.*, p. 61.

[955] Cf. António Sardinha, *Processo dum Rei*, Porto, Livraria Civilização, 1937, p. 11. Paiva Couceiro partilhava afinal as ideias de António Sardinha, de Ribeiro de Saraiva e do francês De La Barre de Nanteuil.

[956] Cf. João Ameal, prefácio a D. Miguel Sotto-Mayor, *A Realeza de D. Miguel. Resposta a Um Livro do Sr. Tomaz Ribeiro*, 2ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1929; António Sardinha, *Processo dum Rei*, Porto, Livraria Civilização, 1937, p. 11.

[957] *Ibidem*; Paiva Couceiro, *ob. cit.*, pp. 136-137.

[958] Veja-se António Sardinha, *Processo dum Rei*, Porto, Livraria Civilização, 1937; Alfredo Pimenta, *Politica Monarchica*, Coimbra, s/d [1917]; Henrique de Paiva Couceiro, *A Democracia Nacional*, Coimbra, ed. de autor, 1917; João Ameal, prefácio a D. Miguel Sotto-Mayor, *A*

resultado de «criações artificiais», da vontade arbitrária de «uma assembleia ou de um homem», antes constituía o resultado das «circunstâncias históricas» que enformavam o «espírito público» ou «Bem Comum»[959]. António Sardinha afirmava, porém, que anterior ao «Bem Comum» ou «Poder Público», existia um «direito social» que condicionava o Poder e o governo, afirmando em conformidade que a soberania derivava da sociedade mas não residia nela[960].

Dentro desta linha de pensamento, a restauração da realeza consubstanciava o regresso à verdadeira constituição nacional. O princípio hereditário, ao contrário da eleição, garantia a «estabilidade, continuidade e homogeneidade» do Poder político, e era a condição necessária ao funcionamento estável da sociedade e da ordem política[961]. «O Rei é a Nação personificada», afirmava Alfredo Pimenta, para quem o monarca «está cima dos dirigidos» e tem «poderes absolutos», pois a fórmula liberal segundo a qual o «rei reina mas não governa fez o seu tempo»[962].

Esta teoria constitucional era compatível com as novas concepções antropológicas de fundo conservador, que preceituavam a desigualdade natural dos indivíduos[963]. Tais teorias filiavam-se afinal numa concepção aristocrática e hierárquica de sociedade e de Poder. Aceitando que as

---

Realeza de D. Miguel. Resposta a Um Livro do Sr. Tomaz Ribeiro, 2ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1929.

[959] Alfredo Pimenta, *ob. cit.*, pp. 32-33.

[960] *Ob. cit.*, p. 71.

[961] Alfredo Pimenta, *ob. cit.*, pp. 10-11.

[962] *Ob. cit.*, pp. 20-26. Para Pimenta estas eram as bases fundamentais da monarquia: «O Rei tem poderes absolutos: em matéria diplomática - podendo, portanto, declarar a guerra, fazer a paz, concluir tratados e convenções; em matéria de defesa militar - competindo-lhe o comando supremo das forças de terra e mar, a sua constituição e organização, a nomeação dos seus comandantes, a fiscalização directa do funcionamento desses organismos armados; em matéria política - no que diz respeito à nomeação e demissão dos ministros, à nomeação e demissão do Conselho de Estado, à convocação, prorrogação, adiamento ou dissolução das Câmaras, à nomeação e demissão dos membros dos Conselhos técnicos, funcionando junto dos vários departamentos do Poder Executivo. O Poder Executivo constituído por ministros individualmente responsáveis unicamente perante o Rei, e estranhos ao Poder Legislativo, tendo a funcionar junto a si comissões técnicas encarregadas da elaboração das leis e reformas, nomeadas livremente pelo Rei, dentre os indivíduos apresentados pelos organismos técnicos da Nação, desde as Universidades às Associações operárias. O Poder Legislativo, saído do sufrágio restrito, formado por um reduzido número de membros, funcionando sempre em sessões secretas, de que só serão públicas as actas, e com atribuições limitadas à questão tributária e ao problema orçamental bem como à apreciação das medidas propostas pelo Poder Executivo. O Poder Legislativo deve ser, para a Nação, o mesmo que os Conselhos Fiscais são para os bancos e Companhias. Constituído por duas câmaras, estas duas câmaras devem ter atribuições diferentes. O corpo eleitoral, além de restrito, não poderá ser formado por indivíduos com menos de 30 anos. E a capacidade para ser eleito só será atingida aos 33 anos. No capítulo das chamadas liberdades Constitucionais, a reconhecer-se a necessidade da sua enumeração, não faltará a liberdade plena de ensino» [*Ibidem*, pp. 63-64].

[963] Cf. Paiva Couceiro, *ob. cit.*, p. 65.

«massas não pensam» mas obedecem, a contra-revolução defendia a acção das elites, de uma «elite superior dedicada ao interesse público»[964], que era muitas vezes conotada com a nobreza e o nascimento de casta. Tanto Alfredo Pimenta como António Sardinha e Caetano Beirão expunham as suas teorias da nobreza, no pressuposto de que a aristocracia carregava o peso da história e da família, vista por Sardinha como a base da sociedade[965]: «O regime das castas que fez a grandeza dominadora de tantas civilizações, grandeza que as civilizações modernas, viciadas de igualitarismo, de democratismo, de degradante mestiçagem, de babelismo, jamais atingirão, o regime das castas é uma das fundamentais condições de ordem e de prosperidade positiva»[966].

Se Alfredo Pimenta, fiel a um velho preceito comtiano, vislumbrava na acção dessa elite a salvaguarda da ordem social e do progresso[967], António Sardinha enquadrava-a na proposta utópica e antimoderna de um regresso «à terra, de hora para hora mais imperioso com o excessivo urbanismo que tudo devora e não termina nunca»[968]. Esta recusa do mundo moderno transformado pela industrialização e pelas máquinas não constituía propriamente novidade. A crítica à industrialização, muito forte na tradição conservadora, consubstanciava afinal um acendrado cepticismo face às mudanças nos antigos modos de produção, incapazes de vislumbrar na produção industrial as oportunidades para as populações poderem melhorar as duras condições de vida. Na Inglaterra, este fenómeno fomentou uma escola de interpretação histórica que via na industrialização a responsável pelo «colapso nos padrões de vida popular e responsável pela ruptura das velhas relações de hierarquia nas quais os governantes validavam uma obrigação para com a comunidade»[969]. Para os conservadores europeus, como para os portugueses, casos de Sardinha, Couceiro, Pimenta e mais tarde Salazar, as «relações de autoridade são aspectos da forma natural da

---

[964] *Ibidem*, p. 149.
[965] Cf. António Sardinha, *Ao Princípio era o Verbo*, Lisboa, Editorial Restauração, 1959, p. 191.
[966] Alfredo Pimenta, *ob. cit.*, p. 18. Caetano Beirão afirmava igualmente a necessidade de uma aristocracia organizada pois «uma classe de elite é indispensável dentro dum regime conservador, bem equilibrado e probo» [*ob. cit.*, p. 19].
[967] *Ob. cit.*, p. 9.
[968] António Sardinha, *ob. cit.*, p. 188.
[969] John Gray, *O Liberalismo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988, p. 137.

vida social»[970] e só o mundo rural poderia garantir a permanência dessas relações de autoridade.

4. A «questão doutrinária»: liberalismo ou tradição?

A coexistência, dentro da direita monárquica, de concepções antagónicas gerou um conflito ideológico – acompanhado de perturbações institucionais e dinásticas - que à época ficou conhecido como «questão doutrinária». Em 1914 ainda existia algum equilíbrio entre uma feição liberal e constitucionalista e os tradicionalistas. Em 1930, porém, predominavam as ideias do tradicionalismo e da contra-revolução, concepções antimodernas que estranhamente os seus arautos classificavam de «modernas»[971]. Aparentemente, esta mutação no campo ideológico da direita significava a consagração definitiva das ideias antidemocráticas e antimodernas, a exemplo do que acontecia noutros sectores político-ideológicos e militares.

Para muitos monárquicos, especialmente para as novas gerações, desencantadas com a ausência de novidade no discurso republicano e com a fraqueza do Estado republicano, só o princípio monárquico podia superar a angústia moderna gerada pelo cosmopolitismo e pelo racionalismo. Aderindo às novas concepções nacionalistas e ao ressurgimento católico, os monárquicos recusavam qualquer conotação real ou fictícia com a monarquia constitucional sustentada pelas cúpulas manuelistas. «Novos» e «velhos» não se entendiam sobre a organização da Causa Monárquica e sobre os princípios ideológicos que haviam de constituir os alicerces da realeza. O conde de Bertiandos[972], antigo dirigente do Partido Nacionalista, afirmava a esse propósito: «Agora anda tudo mto baralhado; nem sequer sobre a existência do parlamento há concórdia! A gente nova não quer ouvir falar nele! Entre os velhos não há harmonia sobre como ele se tem de formar. Era preciso que se chegasse a um acordo em que todos transigíssemos um

---

[970] *Ibidem*, p. 136.
[971] Azevedo Coutinho escreveu a D. Manuel uma missiva em que afirmava, a propósito da corrente antiparlamentar e tradicionalista, que «a corrente moderna cada vez atrai mais gente, a dedicada, a combativa». Cf. IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, minuta de uma carta sem data [1926?].
[972] Gonçalo Pereira da Silva de Sousa Meneses.

bocadinho e reflectíssemos no que é prático e possível e não no que tem cada um de nós na sua cabeça»[973].

A «questão dinástica», renascida em 1915, durante a ditadura de Pimenta de Castro, não era mais do que a consubstanciação desta antinomia ideológica: D. Manuel representava os princípios do conservadorismo liberal e D. Miguel o tradicionalismo emergente, mesmo que então os integralistas arvorassem o seu apoio ao exilado de Richmond[974]. Fervilhando de quezílias e inebriado pelo «pimentismo», o ambiente político viu-se toldado por uma polémica surda, ocorrida em Março e Abril de 1915, quando então se afigurava a todos a «agonia republicana» e «próxima portanto a restauração da Monarquia»[975].

A polémica estalou quando o órgão miguelista *A Nação* escreveu «que o Senhor D. Miguel II é que é o legítimo rei de Portugal»[976]. Durante semanas, as duas famílias monárquicas esgrimiram argumentos e revisitaram a história da implantação do liberalismo para provar a legitimidade dinástica dos dois ramos da família Bragança. Discussão tão acerba que Cunha e Costa, recém-chegado ao aprisco régio, não resistiu a descrevê-la para a posteridade: «A intimativa e o fervor dos jornais monárquicos são tais que uma pessoa até se chega a convencer de que a Monarquia já está restaurada e que Nação e O Nacional tratam apenas, muito avisada e legitimamente, da propaganda eleitoral das respectivas candidaturas que amanhã, nas futuras Constituintes, farão vingar a Monarquia do Senhor D. Manuel ou a Monarquia do Senhor D. Miguel»[977].

O ímpeto dos manuelistas, extasiados com a política conciliatória de Pimenta de Castro e com a crença na derrocada da república, levou Aníbal Soares a dirigir um inquérito público às mais distintas personalidades da grei para se manifestarem sobre o monarca a coroar em caso de restauração da realeza[978]. O inquérito gerou copiosos depoimentos e lições memoráveis de

---

[973] BNP, ELM, doc. n.º 3831, carta do Conde de Bertiandos a Luís de Magalhães, de 11-04-1917.
[974] António Sardinha, *Processo dum Rei*, Porto, Livraria Civilização, 1937, p. 91.
[975] *O Nacional*, ano 1, n.º 17, 17-03-1915, p. 1.
[976] *A Nação*, ano 68, n.º 16213, 16-03-1915, p. 1.
[977] *O Dia*, ano 16 (4.ª série), n.º 756, 26-03-1915, p. 1.
[978] Era esta a questão do inquérito: «Prevendo a hipótese de que a Nação venha a regressar ao regime monárquico, é V. Exª de opinião que a nossa propaganda deve actualmente ser ostentada no sentido de se preconizar uma restauração [...], a escolha entre a continuação do sistema monárquico constitucional representativo ou outra qualquer forma de governo monárquico, e entre S. M. El-Rei D. Manuel e qualquer eventual pretendente ao trono

direito público, saídas das penas de figuras como Luís de Magalhães, Anselmo de Andrade, Cunha e Costa, José de Azevedo Castelo Branco, D. Luís de Castro, conde de Paço Vieira, conde de Águeda, Fernando Martins de Carvalho e Roma de Bocage. Os manuelistas apresentavam grande unanimidade sobre o rei a sentar no trono, mas os prosélitos, como Cunha e Costa, tinham ideias próprias e imaginavam a refundação da monarquia com um monarca legitimado pela nação em cortes constituintes[979]. Era o que defendia Anselmo Andrade, antigo ministro, para quem «a monarquia restaurada teria de ser agora uma monarquia nova, com outras ideias, com processos diferentes de governo, outra monarquia, enfim», e que os seus princípios deveriam ser definidos antes da «designação» constitucional do rei[980].

A doutrina foi imediatamente censurada pois representava a ameaça iconoclasta, nociva para os interesses do liberalismo constitucional. Para Luís de Magalhães, que sempre defendeu o regresso a 4 de Outubro de 1910, a doutrina de Cunha e Costa e Anselmo de Andrade não representava uma restauração mas uma «revolução monárquica»[981]. O princípio da eleição foi igualmente recusado pelo conselheiro Fernando Martins, para quem a escolha do monarca por uma assembleia constituinte traduzia a assunção «do princípio republicano da eleição do Chefe de Estado, importaria o absurdo e anacrónico reconhecimento duma superioridade teórica do regime democrático»[982].

A essência da polémica foi bem compreendida pelos constitucionalistas do órgão oficial de D. Manuel, *O Nacional*. Tiveram a percepção imediata de que por detrás da questão dinástica se escondia uma dimensão ideológica fracturante: a escolha entre uma monarquia constitucional e uma monarquia antiparlamentar[983]. Recusando tergiversações sempre funestas, Aníbal

---

português? Ou entende mais útil ao país, ao bom êxito da missão da Monarquia e mais conforme ao Direito a propaganda da aclamação de El-Rei D. Manuel e do regime constitucional que S. M. simboliza, logo no próprio acto da proclamação da Monarquia, caso ela venha a proclamar-se?» [O Nacional, ano 1, n.º 29, 29-03-1915, p. 1].

[979] *O Dia*, ano 16 (4.ª série), n.º 756, 26-03-1915, p. 1.

[980] *O Nacional*, ano 1, n.º 39, 10-04-1915, p. 1.

[981] *O Nacional*, ano 1, n.º 35, 06-04-1915, p. 1.

[982] *O Nacional*, ano 1, n.º 43, 14-04-1915, p. 1.

[983]«Mas então não é para a restauração da Monarquia Constitucional na pessoa do Senhor D. Manuel que nós andamos trabalhando e sofrendo? Então o que se pensa é simplesmente derrubar a República, proclamar em seguida uma Monarquia sem Monarca e abrir - no meio desta Europa de hoje! - um período de luta implacável, extrema, candente, acerca da pessoa que há de ocupar o trono, e mais do que isso, acerca da forma de governo, Monarquia

Soares prescreveu sem rebuço a posição oficial: «Nós somos partidários da restauração incondicional da pessoa do Senhor D. Manuel II e do constitucionalismo, logo no próprio acto de proclamação da Monarquia, sem dependência de luta eleitoral e de voto das Cortes ou de quaisquer outras aventurosas contendas»[984].

Para os miguelistas, a discussão devia centrar-se no campo ideológico e menos na vetusta questão da legitimidade, convictos de que o tempo favorecia as ideias antiliberais. Só assim se compreende a provocação contínua feita ao campo adversário para que apresentasse publicamente um programa doutrinário, visando com tal expediente fraccionar o campo manuelista e talvez atrair o integralismo para a causa de D. Miguel[985].

A I Guerra Mundial contribuiu também para a crise do sistema liberal, com as suas práticas políticas em ruptura com os preceitos liberais e parlamentares. Os governos exerciam vastos poderes por derrogação parlamentar, estabeleceu-se a censura vigorosa e em alguns países foi restabelecida a pena de morte[986]. O Estado mínimo do liberalismo dava então lugar ao Estado interventivo que impôs serviços públicos, mobilizou milhões de soldados, racionou a alimentação e restringiu a liberdade de movimentos[987].

Em Portugal, o conflito abriu feridas profundas numa sociedade em crise. No campo monárquico, o fermento antiliberal alastrava. Os seus progressos, em especial a sua expressão antiparlamentar, atingiam também as figuras de proa do monarquismo e da hagiografia africanista. Paiva Couceiro, na sua *Democracia Nacional*, e João de Almeida, na *Visão do Crente*, livros que produziram nos anos difíceis do conflito, arremessaram com estrondo contra o liberalismo e os seus «mitos depressores», que

---

Constitucional ou Monarquia anti-parlamentar?» [*O Nacional*, ano 1, n.º 27, 27-03-1915, p. 1.].

[984] *Ibidem*.

[985] Perguntava a *Nação*: «Restaurada amanhã a Monarquia do Senhor D. Manuel [...] volveríamos pura e simplesmente à Carta, atirando para o cesto dos papéis velhos, todo o tão valioso trabalho construtivo que os únicos monárquicos que entre nós estudam e teorizam sobre estes problemas, têm tão brilhantemente acumulado? Renegará o Senhor D. Manuel dos trabalhos de Mariotte, H. Raposo, João do Amaral, Noronha e outros? E sobre a questão religiosa, muito interessante seria conhecer a orientação manuelista» [ano 68, n.º 16215, 18-03-1915, p. 1].

[986] Em Portugal, a lei n.º 491, de 12 de Março, concedeu ao governo de Afonso Costa poderes extraordinários para o estado de guerra. Nesse Verão de 1916 ainda se propôs o restabelecimento em Portugal da pena de morte para crimes de guerra no teatro de operações, mas foi recusado por unionistas e evolucionistas.

[987] Cf. John Gray, *ob. cit.*, p. 66.

responsabilizaram pela decrepitude da monarquia e, consequentemente, pela instauração da república. Paiva Couceiro, já então convertido aos valores do tradicionalismo, explanava nas páginas da *Pátria!*, órgão realista do Porto, em «Conversas com o Povo», as suas ideias sobre a «Monarquia Nova», aprofundando as teses expostas na *Democracia Nacional*. Nesses artigos tornava-se límpida a valorização da História, enquanto processo «experimental», na definição da nova constituição monárquica: «Classes e regiões organizadas […] constituindo-se, por intermédio de um Estado equilibrado e dirigente, em Nação organizada e unitária. Eis, em essência, o conceito historicamente português de constituição»[988].

Esta ruptura com o sistema constitucional, apodado de «mentira das eleições» e outros vitupérios flamejantes, foi objecto de contraditório nas colunas da imprensa liberal, como o *Dia*, onde Paiva Couceiro foi acusado de «abandonar o Partido Monárquico Constitucional». Na sua defesa, Paiva Couceiro afirmou então que «se essa frase […] entende exprimir que não concordo com que a Monarquia Nova, conforme a queremos, continue a reger-se nos precisos termos da «carta velha», poderia a frase considerar-se exacta no fundo». Para o «paladino», eram os monárquicos os verdadeiros apóstatas quando defendiam a Carta Constitucional reformada, advogando que a chegada ao tradicionalismo se faria por um processo evolutivo e não revolucionário[989].

O constitucionalismo liberal sofria as mais impiedosas investidas, vindas de um sector tradicionalista em franco crescimento. O Integralismo Lusitano ia reforçando o seu prestígio como grupo de doutrinação e cuja combatividade intelectual, sólida e tenaz, se impunha aos adversários. Exemplo dessa determinação em doutrinar, «educar» e forjar os espíritos, encontra-se na série de conferências proferidas na Liga Naval em torno da ameaça espanhola, questão que ganhou foros exacerbados de preocupação

---

[988] H. Paiva Couceiro, «Conversas com o Povo. VII – A Constituição», in *Pátria!*, ano 1, 19-10-1917, p. 1.

[989] «H. de Paiva Couceiro – Uma Carta», in *Pátria!*, ano 1, 15-12-1917, p. 1. «Nenhum monárquico pensa em que, de chofre, se despeje sobre o país qualquer cornucópia de inovações catedráticas, estranhas às realidades do meio, tal como existe de facto, no momento em que estamos. Isto é, que nenhum monárquico pensa em imitar os processos da República em 1910. Convém fazer distinção entre princípios e aplicação de princípios. Nós podemos ser – e somos – tradicionalistas de ideia, mas ter, ao mesmo tempo, a opinião de que só pode chegar-se ao tradicionalismo – facto por intermédio de um bem conduzido processo evolutivo. E ter […] a opinião de que a maneira de atingir eficazmente as realizações de reforma política é avançar com cautela, e dando a conveniente precedência às realizações de reforma social».

em 1915[990]. Ao nível institucional, o Integralismo aprofundou a sua organização em 1916, com a criação da *Junta Central do Integralismo Lusitano*, dirigida por Xavier Cordeiro, António Sardinha, Hipólito Raposo, João do Amaral, Pequito Rebelo, Alberto Monsaraz e Luís de Almeida Braga[991]. No seu primeiro manifesto, saído em Abril de 1916, o movimento mantinha a fidelidade a D. Manuel e aplaudia a sua estratégia de, em nome da aliança inglesa, da pátria e da disciplina militante, secundar a política belicista da república[992]. Mas ao nível da doutrinação, tanto a *Nação Portuguesa* como o jornal *A Monarquia*, aparecido em Fevereiro de 1917, continuavam a causticar os dogmas adversários com o fito de «destruir o falso prestígio do constitucionalismo monárquico, responsável por todas as desgraças em que a Pátria parecia subverter-se»[993].

Na senda do integralismo, os neo-tradicionalistas do grupo de Alfredo Pimenta e Caetano Beirão, ambos colaboradores da *Nação*, redobravam os dispositivos ideológicos do sector antimoderno, apesar de Alfredo Pimenta ser também colaborador importante do *Diário Nacional* e defensor acérrimo da disciplina em torno de D. Manuel[994]. Tanto na sua *Politica Monarchica*, de 1917, como na *Lição da Democracia* e *Uma Campanha Tradicionalista*, de Caetano Beirão, o constitucionalismo da monarquia e da república sofreu os mais ferozes doestos num processo de revisão historiográfica que carregava sobre a «ilegitimidade» do liberalismo. Os dois publicistas sustentavam que tanto o liberalismo como a democracia teriam afastado Portugal das «realidades nacionais»[995], estabelecendo nos séculos XVIII e XIX a génese da «derrocada democrática» rolando para «essa avalanche ensanguentada

---

[990] Foram reunidas em volume na *A Questão Ibérica*, Lisboa, Almeida, Miranda e Sousa, 1916. Foram estes os conferencistas: António Sardinha, «O Território e a Raça»; Hipólito Raposo, «A Língua e a Arte»; Luís de Freitas Branco, «Música e Instrumentos»; José Pequito Rebelo, «Aspectos Económicos»; Rui Ennes Ulrich, «Colonizações Ibéricas»; Adriano Xavier Cordeiro, «Direito e Instituições»; Vasco de Carvalho, «Aspectos político-militares»; Luís de Almeida Braga, «Lição dos Factos».

[991] Cf. Leão Ramos Ascensão, *O Integralismo Lusitano*, Lisboa, Edições Gama, 1943, pp. 40-41.

[992] *Ibidem*, pp. 179-184. Terminava assim o *Manifesto*: «O Integralismo Lusitano, por tudo quanto fica exposto, fiel aos seus princípios de disciplina política e absoluto respeito pela suprema dignidade da função régia, sem a qual não há vida social possível, nem ordem pública, resolve acatar inteiramente as instruções d'O Mais Alto Representante da Nação. Entretanto, espera que o governo da república, atendendo às reclamações instantes da consciência nacional, abra as fronteiras da Pátria a todos os exilados por motivos políticos ou religiosos, que têm, como os outros portugueses, o indiscutível direito de servir o seu país».

[993] António Sardinha, *ob. cit.*, p. 91.

[994] Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 132-133.

[995] Caetano Beirão, Caetano Beirão, *Uma Campanha Tradicionalista (Com um estudo de António Sardinha)*, Lisboa, Livraria Lisbonense, 1919, p. 69.

que rolou sobre a Europa-latina desde os fins do século XVIII até à guerra actual»[996].

A teorização desenvolvida em torno da guerra, assunto a que voltaremos depois, emprestava aos monárquicos uma estranha certeza sobre a vitória dos princípios conservadores, e sobre a derrocada inevitável da república como símbolo da falência do constitucionalismo e da democracia em Portugal[997]. Em certa medida, o sidonismo, com a sua «experiência» ditatorial e presidencialista, que Sardinha antevia como «interessante demonstração de integralismo»[998], acentuou a convicção de que uma vez restaurada a monarquia seria definitivamente banido o parlamentarismo em Portugal[999].

Este optimismo sofreu um abalo estrondoso com a restauração da monarquia constitucional durante a fugaz Monarquia do Norte. A opção constitucional deduzia directamente do projecto restauracionista elaborado por Luís de Magalhães, em 1912, e agora reinventado[1000]. A sua proclamação no Monte Pedral, em 19 de Janeiro, provocou uma onda de indignação entre os sectores tradicionalistas. Incrédulo e tempestuoso, Alfredo Pimenta expôs essa indignação em termos muito vigorosos e vibrantes de alacridade: «Planeia-se um movimento revolucionário de possível grande repercussão, que muito possivelmente podia degenerar numa guerra civil feroz e perigosa – para se restaurar a carta constitucional? Era para voltarmos aos moldes anárquicos de antes de 5 de Outubro que tornaram possível essa data, que se trabalhava, que todos nós trabalhávamos? Era para restabelecer o liberalismo constitucional, com as suas superstições dispersivas, com as suas quimeras negativas, com as suas ficções democráticas – que nós andávamos a lutar? Era para restaurar a monarquia degenerada e falsa, que nós andávamos no bom combate? Era para substituir um rei sem coroa por um presidente coroado? Era para voltarmos à nefasta política do rei que reina mas não governa, do Rei-chancela, do Rei-Abúlico, do Rei-Irresponsável, do Rei-Fantasma, que nós

---

[996] Cf. *Ibidem*, p. 69.
[997] *Ibidem*, pp. 53-54; Caetano Beirão, *Lição da Democracia*, Lisboa, Empresa Diário de Notícias, 1922.
[998] Cf. *A Monarquia*, 14-01-1918, p. 1.
[999] Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 53-58.
[1000] Cf. Luís de Magalhães, *Perante o Tribunal e a Nação*, ob. cit., pp. 206-223.

todos nos andávamos a sacrificar dia-a-dia?»[1001]. Os integralistas, pela pena do conde de Monsaraz, já tinham afirmado que se a proclamação do trono significasse o regresso à Carta Constitucional era preferível «decididamente que a monarquia se não restaur[asse]»[1002]. Mais tarde, o próprio Paiva Couceiro, obreiro-mor da Monarquia do Norte, explicava nas páginas da *Acção Realista* que a restauração da Carta constituíra uma inevitabilidade da conjuntura política, enquanto asseverava o seu repúdio determinante pelo liberalismo[1003].

A nova polémica teve consequências dramáticas nas relações institucionais e aprofundou a antinomia doutrinária dentro da direita monárquica. O agrupamento mais buliçoso, o integralista, abriu as hostilidades com uma campanha fortemente subversiva contra o liberalismo de D. Manuel. Os integralistas enviaram uma delegação a Londres, chefiada por José Pequito Rebelo e Luís de Almeida Braga, que levava na bagagem, para além de uma «mensagem política», uma agenda de exigências significativas a entregar ao antigo monarca, entre as quais se conta a nomeação de um sucessor ou a assunção de um dispositivo ou política abertamente contra-revolucionária. Mas, na substância, reclamavam de D. Manuel que «repudiasse o sistema constitucional» e adoptasse o programa do integralismo lusitano[1004].

Esta tentativa de «golpe de estado», consumando um «Direito de revolta» contra um monarca que não consubstanciava o «interesse nacional», nas expressões de Sardinha[1005], era reveladora de uma dupla ambição: tratava-se, por um lado, de abandonar o campo da simples doutrinação, enveredando pelo confronto político na expectativa da conquista futura do Poder; por outro, ambicionavam transformar o nacionalismo integral na ideologia oficial da Causa Monárquica, colocando no seu programa político a restauração da monarquia integralista.

[1001] Alfredo Pimenta, *A Revolução Monarchica, Lisboa*, Edição do Autor, 1919, pp. 17-18.
[1002] *A Monarquia*, ano II, n.º 363, 11-05-1918, p. 1.
[1003] Henrique Paiva Couceiro, «Carta Aberta aos meus amigos e companheiros», in *Acção Realista*, ano I, n.º 10, 01-11-1924, pp. 182-184.
[1004] Cf. *Cartas Políticas de Sua majestade El-Rei D. Manuel II*, coligidas por Alfredo Pimenta, Lisboa, Portugália, 1922, pp. 29-37; *A Questão Dinástica. Documentos para a Historia Mandados coligir e publicar pela Junta Central do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Empresa Nacional de Indústrias Gráficas, 1921.
[1005] Cf. António Sardinha, *Processo dum Rei*, Porto, Livraria Civilização, 1937.

A posição do integralismo não colheu aplausos nos sectores manuelistas. Luís de Magalhães descreveu o gesto num tom verdadeiramente ofensivo: «A acção dos integralistas é uma miserável infâmia, uma vilania que, para sempre, os estigmatiza e os degrada. Política e pessoalmente, passam à categoria de desqualificados»[1006].

A resposta inabalável de D. Manuel, farpeando os integralistas com a recusa de «monarquias absolutas»[1007], acirrou o pleito e estimulou uma cisão profunda no campo monárquico, com o Integralismo a transferir o seu apoio para a causa de D. Miguel e D. Duarte Nuno[1008]. Alfredo Pimenta e o seu sector neo-tradicionalista, apesar da proximidade com o ideário integralista, manteve a fidelidade a D. Manuel, fundando a *Acção Tradicionalista Portuguesa*, no final de 1921, para a qual contaria com o beneplácito do rei exilado[1009]. Politicamente, o movimento pretendia «ocupar o lugar que a Junta Central do Integralismo Lusitano» desempenhava em 1919 e «congraçar à sua volta todos os monárquicos que professam as ideias antiliberais»[1010]. O seu programa doutrinário seguia de perto as ideias de Alfredo Pimenta sobre uma monarquia onde o rei exercia efectiva autoridade política e governativa, estribado no princípio elitista e no poder espiritual da Igreja Católica, e as concepções orgânicas sobre a soberania e a representação[1011].

A teorização neo-tradicionalista e nacionalista retomava, no primeiro lustro de Vinte, uma predisposição combativa feroz, no pressuposto de que a «monarquia nova» só seria viável após uma campanha de doutrinação sistemática para derruir o que restava do velho edifício constitucional. Este combate pela razão histórica reforçou a componente de reinterpretação

---

[1006] BNP, ELM, doc. n.º 12066, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, de 17-01-1920. Noutra carta escreveu: «Não me parece conveniente que o soberano entre em discussão directa com esses jacobinos brancos, cuja dissidência é, de resto, o acto mais lógico da sua política cheia de inconsequências. O que tinham a fazer era aclamar logo o senhor D. Miguel, porque o nosso integralismo não é, no fundo, mais do que um miguelismo....infantilmente filosófico.» [BNP, ELM, doc. n.º 12066, carta de Luís de Magalhães a Aires de Ornelas, de 20-11-1919].

[1007] Cf. *A Questão Dinástica*, p. 10. D. Manuel escreveu então a Aires de Ornelas afirmando: «1º. Mantenho formalmente todos os meus indiscutíveis direitos ao trono de meus maiores; 2º. Afirmo, vindo a ser restaurada a Monarquia, reunir imediatamente Cortes Gerais, eleitas pelo sufrágio mais amplo, para determinarem a forma de governo».

[1008] Sobre este processo veja-se, *A Questão Dinástica, ob. cit.*.

[1009] Cf. *Acção Tradicionalista Portuguesa*, nº 1, Lisboa, 10-12-1921.

[1010] *Correio da Manhã*, ano I, n.º 246, 12-12-1921, p. 1.

[1011] *Acção Tradicionalista Portuguesa*, n.º 1, Lisboa, 10-12-1921.

historiográfica, associada a uma exegese crítica dos fundamentos histórico-filosóficos da teoria constitucional.

Os ataques ao liberalismo monárquico tomaram como alvo central a Carta Constitucional, que alguns contemplavam como «fonte primária da república[1012]. Se a teoria liberal descobria na constituição a fórmula jurídica que melhor garantia a separação de poderes e impedia os abusos do Estado, os tradicionalistas recusavam que «a sociedade pudesse dar-se a si mesma, por um acto de soberania, instituições da sua preferência»[1013]. As únicas e verdadeiras fontes de soberania nacional encontravam-se no costume e na tradição, alicerçados na história, e não no conceito vago e abstracto da vontade geral.

A revisitação teórica do século XIX, com que se ressuscitaram velhos tratadistas do legitimismo miguelista[1014], centrou as suas críticas no liberalismo, ao qual se imputavam as condicionantes jurídico-políticas que teriam «obrigado» o país a viver, desde 1820, numa situação «estruturalmente, revolucionária»[1015]. Filha desse espírito revolucionário, a Carta impunha o jugo de instituições de importação, cujo exotismo rompia com a tradição política nacional. Para alguns, os regimes constitucionais não passavam de joguetes nas mãos dos interesses do internacionalismo maçónico e anticatólico[1016].

Governando pela «tirania do bando»[1017], o liberalismo condenara o século XIX à decadência, fragmentando a nação e o império e dissolvendo os valores patrióticos[1018]. A república dera continuidade à obra desnacionalizadora da monarquia constitucional e consumara a democracia como «forma de governo de sociedades embrionárias ou decrépitas», sendo

---

[1012] Alfredo Pimenta, *ob. cit.*, p.18.

[1013] Cf. António Sardinha, *Processo dum Rei*, Porto, Livraria Civilização, 1937 [1922], p. 68.

[1014] Cf. Fernando Campos, *Os Nossos Mestres ou Breviário da Contra-Revolução. Juízos e Depoimentos*, Lisboa, Portugália Editora, 1924; Idem, *O Pensamento Contra-Revolucionário em Portugal (século XIX)*, 2 vols., Lisboa, Edição de José Fernandes Júnior, 1931-33; D. Miguel Sotto-Mayor, *A Realeza de D. Miguel. Resposta a um livro do sr. Tomaz Ribeiro* [1ª edição, 1882], Prefácio de João Ameal, Coimbra, Livraria Atlântida, 1929.

[1015] Alfredo Pimenta, *ob. cit.*, p. 19.

[1016] Leia-se Luís Vieira de Castro, *A Europa e a República Portuguesa*, Coimbra, Lúmen, 1922.

[1017] Cf. Henrique de Paiva Couceiro, *ob. cit*., pp. 20-26 e 38-39.

[1018] Alfredo Pimenta, *Politica Monarchica*, Lisboa, Empresa Lusitana Editora, s/d [1917], p. 15.

por isso ilegítima[1019]. Para a crítica neo-tradicional, D. Pedro, usurpando o trono legítimo de D. Miguel, inaugurava a era democrática em Portugal[1020].

Vimos atrás que a consciência decadentista, conhecida como «enfermidade do século», se apossara dos circuitos intelectuais europeus no final do século XIX, dando origem em Portugal às «paranóias regeneradoras»[1021]. Na verdade, o processo começara muito antes. Ao recusar todas as mudanças operadas pela Revolução Francesa, a reacção confessava a sua desconfiança no futuro, sentimento que ficaria gravado no pessimismo de De Maistre e Chateaubriand e nos grandes pensadores franceses da segunda metade do século XIX. Se no decurso da Revolução este pessimismo podia ser interpretado apenas como emoção psicológica, face ao «excesso de mal» representado pelos jacobinos, em meados do século XIX pressupõe já uma conotação política, ligada à «desilusão do progresso e da democracia»[1022]. Essa seria também a interpretação do nacionalismo português, que entrevia «na crise do liberalismo e na difícil transição para a sociedade de massas» os sintomas de uma «verdadeira crise da civilização ocidental»[1023].

António Sardinha procurou explorar a «enfermidade do século» apresentando-a como crise da autoridade do Estado liberal. A teoria constitucional teria lacerado o princípio da autoridade, princípio que Sardinha considerava ser anterior à legitimidade de qualquer regime ou governo[1024]. O Rei constituía a base do ideário tradicionalista na medida em que encarnava

---

[1019] Caetano Beirão, *A Lição da Democracia*, Lisboa, Empresa Diário de Notícias, p. 229. «O governo da república é pois um governo ilegítimo que nós não somos obrigados a reconhecer, que nós temos o dever de não reconhecer como tal. Os presidentes da república, não são chefes do estado, são, quando muito, chefes dum bando de insubordinados que é preciso meter na ordem. [...] A questão política entre nós tomou o aspecto duma verdadeira questão moral. Não se trata de uma luta de partidos, como a muita gente poderá ser cómodo afirmar. Trata-se duma luta, sim, mas duma luta em que não pode haver tréguas porque dum lado está uma facção criminosa que nos espolia e compromete, do outro lado está o nosso interesse, a nossa terra, o nosso futuro, a nossa pátria; numa palavra, está Portugal» [Caetano Beirão, *Uma Campanha Tradicionalista (com um estudo de António Sardinha)*, Lisboa, Livraria Lisbonense, 1919, p. 127].

[1020] Cf. Caetano Beirão, *Uma Campanha Tradicionalista (com um estudo de António Sardinha)*, Lisboa, Livraria Lisbonense, 1919, pp. 123-128.

[1021] Veja-se Paulo Archer de Carvalho, «Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista», in *Revista de História das Ideias*, vol. 18, Coimbra, Instituto de História das Ideias, 1996, pp. 231-243.

[1022] Antoine Compagnon, *ob. cit.*, pp. 97-99.

[1023] Para o integralismo, veja-se Paulo Archer, «Três teses sobre a Ucronia e a Floresta Utópica», *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Instituto de História das Ideias, 2003, pp. 267 e ss. Era também a perspectiva dos oficiais africanistas. Cf. Paiva Couceiro, *O Soldado Prático,* Lisboa, [s/n], 1936; João de Almeida, *A Ocupação Portuguesa na África Contemporânea*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1936.

[1024] *Ob. Cit.*, p. 43.

o princípio da continuidade dinástica e da autoridade do Estado. Sobre a realeza pesavam as gerações perdidas, as tradições e o sentimento nacional. O monarca oferecia a única estabilidade viável, unindo as gerações no mesmo sentimento patriótico. Este pensamento encontrava-se nos antípodas da teoria constitucional, que oferece as restrições ao exercício do Poder e a cidadania activa como virtudes do constitucionalismo e conquistas da modernidade[1025].

As restrições ao exercício do Poder do monarca constituíam, na retórica dos contra-revolucionários, a principal explicação para a ineficácia do sistema liberal, na medida em que o «rei reina mas não governa», dando origem a uma «majestade fictícia»[1026]. A Carta Constitucional estabelecia que a «Nação» era constituída unicamente pela «associação política dos seus indivíduos», de que o rei era o chefe supremo. Em conformidade, Sardinha advogava que a legitimidade do monarca liberal residia no consenso definido pelos indivíduos e por isso a sua situação era legítima apenas e enquanto fosse legal[1027]. No princípio da soberania popular residia, afinal, a chave que explicava não só a crise do princípio da autoridade como o predomínio do espírito revolucionário. Com efeito, «se a origem do poder está na vontade das turbas, todas as restrições que se façam à actividade soberana destas turbas são artificiais, e todas as revoluções que estas turbas pratiquem são legítimas»[1028].

A teoria do consenso tornava inteligível a instauração da república em Portugal, vista como corolário lógico da evolução da monarquia liberal em direcção à democracia. Mas esta ideia tinha algo de perverso para a causa de D. Manuel. Se a república traduzia o desagrado da nação, também extinguia a legitimidade do rei por ruptura do necessário consenso nacional. O 5 de Outubro consagrava o termo do mandato nacional de D. Manuel, instituindo uma forma de governo supostamente mais consensual. Detentor de uma soberania «fantasma», transformado pela Carta em «chefe de

---

[1025] Sheldon S. Wolin, *Política y perspectiva. Continuidad y cambio en el pensamiento político occidental*, Buenos Aires, Amorrortu editores, 2001, p. 417.

[1026] *Ob. cit.*, pp. 25-26: «A fórmula liberalista, "O Rei reina mas não governa" fez o seu tempo. E o que é preciso é que o Rei reine e governe. Essa fórmula liberalista representou uma errónea transigência perante o alastramento dos princípios revolucionários do século XVIII, e deu em resultado a criação de uma majestade fictícia».

[1027] António Sardinha, *ob. cit*. p. 81.

[1028] Alfredo Pimenta, *ob. cit.*, p. 27.

facção», D. Manuel não passava, à luz do direito constitucional, de um «pretendente» ao trono[1029].

O carácter subversivo de tais inferências, congeminadas por António Sardinha no rescaldo da ruptura dinástica, revelava-se perigoso para as pretensões dinásticas de D. Manuel, forçando o campo liberal a movimentações político-diplomáticas. A Causa Monárquica era então uma estrutura sem credibilidade, um «instrumento anémico, entorpecido», que precisava urgentemente de renovação e de uma conquista política relevante[1030].

O Pacto de Paris, assinado em 17 de Abril de 1922 entre os ramos políticos desavindos[1031], foi entendido por muitos como uma ofensiva flagrante dos signatários do parlamentarismo e por isso recusado pelos seus émulos[1032]. O Integralismo divergiu em adesões e afectos e suspendeu funções, «para que não possa atribuir-se ao Integralismo Lusitano a responsabilidade de retardar ou prejudicar o advento da Monarquia»[1033]. Quanto à *Acção Tradicionalista Portuguesa*, e face à unificação das duas famílias reais, optou por dissolver-se alegando «não ter razão de existir, como organismo independente»[1034].

[1029] Cf. António Sardinha, *ob. cit*., pp. 81-82.

[1030] BNP, ELM, doc. n.º 714, carta de Paiva Couceiro a Luís de Magalhães, de 19-05-1920. Escreveu Couceiro: «Enfim V. Ex. adivinha por certo quantas dificuldades nos provêm do facto de não termos atrás, e por cima de nós, a Causa Monárquica, constituída com o seu Chefe ostensivo, a sua união orgânica, e a sua atitude consciente, embora subordinadas as formas da sua actividade ao oportunismo das ocasiões. A Causa Monárquica, tal como tem vegetado há uns tempos, - inconsciente, imprecisa e vaga - sem afirmações, sem imprensa, sem trabalho, e sem convicções do seu papel na crise que sufoca, e enlameia a Pátria, - a Causa Monárquica, repito, produz para os estrangeiros a impressão dum instrumento anémico, entorpecido, e de fracas condições de serviço.»

[1031] Sobre o Pacto de Paris, veja-se, entre outros, Luís de Magalhães, *A Crise Monarchica. Documentos para a Historia e Liquidação de Responsabilidades*, Porto, Livraria Lello, 1934, pp. 160 e ss.

[1032] A maioria do Conselho Superior adjunto à Lugar-Tenência do Partido Tradicionalista declarou, em reunião de 24 de Maio de 1922, «não poder aceitar os termos do referido acordo, tendo os seus vogais resolvido […] abandonar completamente a actividade política» [*Correio da Manhã*, ano II, n.º 384, 06-05-1922, p. 1].

[1033] *Correio da Manhã*, ano II, n.º 384, 06-05-1922, p. 1. Luís de Almeida Braga e Alberto Monsaraz escreveram então a D. Aldegundes de Bragança, representante de D. Duarte Nuno, que era menor, declarando «aceitar e acatar tudo quanto Alteza Real houve por bem decidir, pondo de nós acima de tudo a convicção de que os actos de Vossa Alteza Real são sempre guiados pelo altíssimo desejo de honrar e servir a Pátria dos Reis seus Avós» [*Ibidem*].

[1034] *Correio da Manhã*, ano II, n.º 384, 6-05-1922, p. 1. É este o teor do documento: «A Acção Tradicionalista Portuguesa constituiu-se tendo em vista a unificação política da Causa Monárquica, uma vez que acontecimentos de todos conhecidos a tinham dividido. Para alcançar esse fim empregou todos os meios de que pôde dispor. Mas visto o Acordo de Paris de 17 de Abril de 1922 […] a Acção Tradicionalista Portuguesa não tem razão de existir, como organismo independente e, portanto, dissolve-se nesta data. Lisboa, 5 de Maio de 1922. A Junta Directiva: Alberto Ramiro dos Reis; Alfredo Pimenta; Caetano Beirão; Luís Chaves;

A intransigência do integralismo teve eco no carácter de Aires de Ornelas, criatura conciliadora e sensível às «divisões doutrinárias», que rapidamente defendeu a remodelação institucional da Causa Monárquica com intuitos pacificadores, recuperando a tese manuelina sobre a legitimidade das Cortes Gerais para decidir a natureza formal da monarquia: «São as futuras Cortes Gerais que devem, segundo o acordo, decidir a Constituição dessa Monarquia salvadora e reparadora. Quem os impede [aos integralistas] de preparar os espíritos e as coisas para que essas Cortes sejam já representantes de Municípios, Províncias e Corporações e não saídas apenas do Sufrágio Universal? Porque sem esse alicerce todo o edifício que pretendemos levantar fica sem bases»[1035].

Mas o confronto institucional entre os sectores do conservadorismo liberal e os tradicionalistas, em vez de se apaziguar, redobrou de intensidade. A reorganização da Causa Monárquica, unida em torno do Pacto de Paris, teve como consequência a primazia dos velhos conselheiros da monarquia liberal, facto que provocou o azedume dos sectores contrários. Para estes, tornava-se evidente que a Causa Monárquica procurava inibir a restauração da «tradicional Monarquia Portuguesa»[1036]. O *Correio da Manhã*, órgão oficial da Causa, sendo acusado de fazer a apologia do liberalismo, defendia-se das muitas vozes que repudiavam com fragor inusitado o regresso à «monarquia de 1910». Defendendo a instituição que governou entre 1834 e 1910, com a Carta Constitucional, recriminava os seus detractores de servirem e fazerem o «jogo republicano»[1037]. Num propósito de acalmação dos ânimos desavindos, Luís de Magalhães explicou, em

---

Mateus de Oliveira Monteiro; Pela Junta Central: Manuel Barros; Pela Junta Financeira: Francisco dos Santos Silva».

[1035] Aires de Ornelas, «As Consequências Políticas do Acordo», in *Correio da Manhã*, ano II, n.º 385, 07-05-1922, p. 1.

[1036] Um conjunto de notabilidades endereçou uma carta a Aires de Ornelas, representante de D. Manuel, nestes termos: «Quer-se pôr à margem, a despeito de tantas afirmações feitas, e do pensamento que presidiu ao Pacto de Paris, todos aqueles que, considerando passada a hora das monarquias liberais, pugnam pela restauração não da monarquia que gerou a república, mas da tradicional Monarquia Portuguesa». Assinavam esta carta o conde de Sucena, visconde do Torrão, visconde do Porto Cruz, Alfredo Pimenta, António Ferreira Júnior, Alberto Ramires dos Reis». Aos críticos respondeu Aires de Ornelas, afirmando: «Ninguém deseja mais do que eu a Restauração da Monarquia, mas o que eu posso afirmar é que não é a Monarquia de 1910, nem a de 1820, nem a de 1834, mas a Monarquia que precisa a união de todos em volta dela. […] Muita gente espera de nós a salvação, mas o que nos pedem é que sejamos uma causa de ordem» [*Correio da Manhã*, ano III, n.º 967, 14-01-1924].

[1037] *Correio da Manhã*, ano III, n.º 922, 26-11-1923.

artigos inseridos no mesmo *Correio da Manhã*, as razões que ditaram a restauração da Carta Constitucional em 1919[1038].

As tensões agudizavam-se, afinal, num quadro político marcado pela edificação dos novos estatutos da Causa Monárquica, que seriam aprovados em 1924 de acordo com as «Bases de Acção da Política Monárquica»[1039]. As «Bases» estabeleceram as consignas de um projecto liberal conservador, que defendia a Igreja Católica e atacava o laicismo; que valorizava a família e repudiava o divórcio; que recusava o marxismo e a nacionalização da propriedade; que sugeria a descentralização e a unidade colonial e a reforma das diferentes instituições políticas e judiciais. Quanto à forma ou natureza ideológica, as bases fixaram apenas uma fórmula já institucionalizada: «A restauração da Monarquia está condicionada quanto à Constituição Política e à sucessão da coroa pelo Acordo assinado em Paris em 17 de Abril de 1922»[1040]. Este acordo, como se sabe, atribuía às cortes gerais a definição do estatuto político da monarquia restaurada, o que correspondia à posição de D. Manuel[1041]. Mas a própria organização da Causa Monárquica foi motivo para disputas orgânicas infindáveis, tal como em 1917/1918, que uns pretendiam centralizada na pessoa do monarca e outros sujeita às regras democráticas[1042].

O acendrar das tensões doutrinárias teve como consequência uma iniciativa institucional de peso no campo tradicionalista, associada a um novo movimento doutrinário de importância capital para aquele ideário. Referimo-nos à fundação, em 1924, da *Acção Realista*, movimento encabeçado por Alfredo Pimenta, Caetano Beirão, Alfredo Pereira Júnior e pelos restantes

---

[1038] «Porque restaurámos a Carta em 1919», *Correio da Manhã*, ano III, n.º 1010, 27-02-1924, p. 1 e n.º 1011, 28-02-1924, p. 1. Os artigos foram depois transcritos na íntegra em Luís de Magalhães, *A Crise Monarchica*, cit., pp. 17-23.

[1039] Cf. *Correio da Manhã*, ano III, n.º 1020, 09-03-1924, p. 1.

[1040] *Ibidem*.

[1041] Cf. Carta de D. Manuel a Aires de Ornelas, de 26-11-1919, in Alfredo Pimenta (org.), *Cartas Políticas de D. Manuel II*, Lisboa, Portugália, 1922, pp. 29-37. Sobre o Pacto de Paris, veja-se Luís de Magalhães, *ob. cit.*, pp. 160-161.

[1042] BNP, ELM, carta de Luís de Magalhães a Aires de Ornelas, de 20-11-1919: «Soube que El-rei te ratificara os poderes da missão em que te investira. [...] Mas tu não ignoras, por outro lado, o que sempre pensei sobre a organização e a vida do partido. [...] não supunha que a Sua ideia de organização partidária fosse duma *ditadura de opinião* exercida por S. M. por meio do seu representante aqui. Nem faz sentido que el-rei se mostre *Rei constitucional* em frente dos integralistas e queira ser *rei integralista* em frente dos constitucionais. [...] Se somos *constitucionais* (e eu, por mim, sou-o cada vez mais arreigadamente) façamos uma organização *constitucional*. Ponhamos a soberania nas mãos de quem a ela tem direito, isto é, na representação do partido por ele próprio eleito. Distribuamos funções, repartamos os encargos, fixemos responsabilidades, montemos, enfim, um maquinismo, constituamos um órgão, que seja capaz de produzir trabalho eficaz e positivo».

membros da *Acção Tradicionalista*. A *Acção Realista* lançou então uma revista com o mesmo nome, dirigida por Ernesto Gonçalves, em Maio desse ano. No artigo de abertura, Alfredo Pimenta lançou-se com enorme exaltação e voracidade contra o «papelejo» de D. Pedro para declarar que «a Carta constitucional está enterrada para sempre». Pimenta declarava que a monarquia constitucional não fora mais do que obra pré-republicana, pois a sua «doutrina fundamental é da limitação dos poderes dos Reis». «Que os monárquicos constitucionais cedam. A monarquia ou será antiliberal ou não será»[1043].

Os campos extremavam-se agora com grande estrondo público, acentuando divisões e incompatibilidades. Por essa altura, Paiva Couceiro escreveu a Luís de Magalhães uma longa missiva, censurando D. Manuel, que julgava incapaz para «rei dos portugueses» - e por isso o «abandona» - ao mesmo tempo que exprobrava todos os projectos que visavam restaurar a Carta Constitucional[1044]. O «paladino» acreditava que as doutrinas orgânicas, antiliberais e antiparlamentares, próprias da «moderna (embora antigas nas origens) corrente de ideias» estavam «destinadas a caracterizar o funcionamento das sociedades do presente século, como as ideias do constitucionalismo liberal caracterizaram o século XIX»[1045]. No campo organizativo, o «comandante» havia criado em Madrid uma estrutura política independente cujos trabalhos obedeciam aos propósitos ideológicos do seu mentor, edificando um projecto institucional, uma organização e disciplina dentro das concepções do nacionalismo orgânico e tradicionalista[1046].

[1043] Alfredo Pimenta, «As minhas Razões», in *Acção Realista*, n.º 1, 22-05-1924, pp. 5-6.

[1044] BNP, ELM, doc. n.º 723, carta de Paiva Couceiro a Luís de Magalhães, de 25-10-1924. «Excesso, sim, está da parte de El-Rei metendo-se a tratar novamente um caso que já estava liquidado, e inteligentemente liquidado pelo seu lugar-tenente. Exorbitando assim a sua autoridade, porque El-Rei resolve nos seus Conselhos dentro do País, e não por conta própria fora dele. Faltando aos seus compromissos, porque, em face do Pacto, não pode dizer, ou antes ordenar, que a monarquia será restaurada com a Carta Constitucional. Mostrando mais uma vez a sua incapacidade para rei dos portugueses. A esse monarca já declarei directamente que não o sigo por tal caminho. Pois não sou servidor da Carta Constitucional. Nem dum rei que com ela se engloba e com o partido correspondente. *Partido*, conforme o próprio monarca o designa no seu infeliz documento de 17 de Maio "Último". Não sirvo partidos. Sirvo apenas a Causa Nacional Monárquica. Deus e Pátria. Quanto ao Rei, só apenas enquanto ele se identificar com a Causa Nacional e com o Bem Público. Senão, não. E como S. M. pretende que a Causa se suicide...por observância do seu juramento - que é seu e não da Causa - eu, por minha humilde parte, abandono-o».

[1045] Henrique de Paiva Couceiro, «Carta Aberta aos meus amigos e companheiros», in *Acção Realista*, ano I, n.º 10, 01-11-1924, p. 184.

[1046] BNL, ELM, doc. n.º 716, carta de Paiva Couceiro a Luís de Magalhães, de 30-08-1920.

Mas os monárquicos constitucionais não cediam, ambicionando «ressuscitar» a «calamidade» parlamentar[1047]. A doutrinação liberal constituiu uma preocupação constante no órgão oficial da Causa Monárquica, o *Correio da Manhã*, dirigido por Aníbal Soares. No plano individual, a defesa mais consistente e original da Carta saiu da pena do inevitável Luís de Magalhães, ideólogo e conspirador-mor da contra-revolução[1048]. Reagindo aos ataques cerrados vindos do campo adversário contra a «soberania da incompetência»[1049], Luís de Magalhães sustentou que a carta constitucional de 1926 se limitou a reatar a tradição política nacional. Para espanto e incredulidade do sector antiliberal, o político defendeu ainda o carácter tradicionalista da Carta Constitucional[1050].

A primeira parte da tese não constituía propriamente novidade, antes retomava argumentação do período liberal. Com efeito, como demonstrou António Silva Pereira, o liberalismo Oitocentista procurou legitimar-se através de dois métodos: um método histórico e um método filosófico. O método filosófico consistiu em demonstrar por uma via racional-abstracta a superioridade das instituições liberais; o método histórico partia da análise da evolução histórica da sociedade portuguesa. Dentro desta corrente figurou uma plêiade de autores notáveis, com destaque para José Liberato Freire de Carvalho, João Bernardo da Rocha ou Almeida Garrett, que

---

[1047] Paiva Couceiro escrevia ainda: «A verdade é que esse regime parlamentarista se apresenta em decomposição e transes de falência, não apenas no nosso País mas, mais ou menos, em todos os outros, especialmente nos Países latinos. [...] É esta calamidade que pretendem ressuscitar? Não será com a minha concordância» [«Carta Aberta aos meus amigos e companheiros», in *Acção Realista*, ano I, n.º 10, 01-11-1924, pp. 203-204].

[1048] O próprio Caetano Beirão o reconheceu pois Aníbal Soares e Moreira de Almeida tinham entretanto falecido. Magalhães era, por isso, o «último "abencerragem" do monarquismo liberal». Cf. *Acção Realista*, nºs 27/28, Junho de 1926.

[1049] Magalhães resumiu assim esses ataques: «A Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa, outorgada em 29 de Abril de 1826 por D. Pedro IV, tornou-se objecto das mais violentas e ásperas críticas. Ela fora a predecessora e preparadora da República. Eivada de espírito maçónico, desencadeara a perseguição religiosa. Com o sufrágio generalizado à grande massa da nação, estabelecera a «soberania da incompetência» e o regime da «mentira constitucional». Enfraquecera o princípio de autoridade da Monarquia integral, pondo em frente da soberania do Rei a soberania do parlamento. Com o seu critério individualista desorganizara a sociedade portuguesa. Com o seu espírito democrático atingira e ofendera o carácter da nacionalidade. Fora um enxerto artificial de ideologias estrangeiras. E, assim, renegara o passado, cindira as nossas raízes históricas e ferira de morte a nossa tradição política» [«A "Carta", constituição tradicionalista», in *Portugália*, vol. 1, Outubro de 1925].

[1050] As suas ideias encontram-se explanadas em dois artigos: no *Serviço d'El- Rey*, em 1925, e «A "Carta", constituição tradicionalista», *Portugália*, vol. 1, Outubro de 1925. Vêm reproduzidos no livro *Tradicionalismo e Constitucionalismo: estudos de história e política nacional*, Porto, Chardron, 1927. Este livro foi entretanto publicado com um estudo introdutório por Luís Loia intitulado *Liberalismo Constitucional 1826-1926. O Pensamento Político de Luís de Magalhães*, Lisboa, Tribuna, 2008.

advogou que o constitucionalismo se inscrevia numa tradição política nacional que havia sido quebrada pelo absolutismo. O constitucionalismo, instituindo a soberania nacional, reatava a tradição e delimitava o campo de acção do próprio monarca, salvaguardando os antigos foros e privilégios. Nesta linha de pensamento, argumentava-se que a antiga constituição e as cortes teriam sido responsáveis pela grandeza de Portugal, cuja decadência era afinal responsabilidade da centralização monárquica operada pelo absolutismo[1051]. José Liberato Freire de Carvalho considerava mesmo, com evidente exagero, que a origem da constituição portuguesa se encontrava já nos lusitanos e que desde as cortes de Lamego, passando pela aclamação de D. João I até às cortes de 1641, a soberania nacional fora insofismavelmente exercida pelos portugueses. Invocada como instância legitimadora da nova ideologia, a história comprovava a origem constitucional da monarquia portuguesa[1052].

Luís de Magalhães, fiel a esta tradição conservadora, que buscava nos dados concretos da História a fundamentação necessária à sua teoria constitucional, procurou demonstrar que a Carta Constitucional significava, afinal, o reatar dessa tradição nacional. Em resposta a Caetano Beirão[1053], Magalhães afirmava que o «espírito liberal do nosso tradicionalismo vem-nos de muito longe, tem raízes seculares, onde já no século XII, antes, portanto, de tal facto se dar em Inglaterra e na França, os povos tinham ingerência na vida política da nação pela sua representação em Cortes»[1054]. Os próprios direitos individuais, um dos fundamentos da constituição dos povos modernos, eram, afinal, herdeiros das antigas liberdades dos povos[1055].

Entendendo a história como sucessão de ciclos evolutivos, inscritos na influência hegemónica de uma grande potência, o autor afirmava que a

---

[1051] Cf. António J. da Silva Pereira, «Estado de Direito e "Tradicionalismo Liberal"», in *Revista de História da Ideias*, n.º 2, Coimbra, 1979, pp 119-161.

[1052] José Liberato Freire de Carvalho, *Ensaio Historico-Politico sobre a Constituição e o Governo do Reino de Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, Imprensa Nevesiana, 1843, pp. 14 e 350.

[1053] Os artigos de Caetano Beirão podem ler-se em *Acção Realista*, números 27, 28, 29 e 30, como resposta ao artigo de Magalhães inscrito na *Portugália,* vol. 1, Outubro de 1925, com o título «A "Carta", constituição tradicionalista».

[1054] Luís de Magalhães, *Tradicionalismo e Constitucionalismo: estudos de história e política nacional*, Porto, Chardron, 1927, p. 41.

[1055] *Ibidem*, p. 36. «Que é *liberalismo*? É uma doutrina oposta ao absolutismo, e na qual se consideram como um dos fundamentos da constituição política dum povo os direitos individuais, desde sempre chamados *liberdades*, e que não foram apenas uma criação contemporânea, mas, com maior ou menor extensão e esta ou aquela variante de carácter, se encontram já nas antigas legislações. A miúdo, nas velhas Cortes, eles foram reclamados e defendidos. E hoje, em todo o mundo, inscrevem-nos os códigos das nações civilizadas».

instituição do liberalismo em Portugal harmonizava o país com a evolução das instituições europeias[1056]. Na verdade, Magalhães apresentava o liberalismo como a verdadeira tradição, conceito que entendia, na esteira do próprio Sardinha, como «continuidade no desenvolvimento» e «permanência na renovação»[1057]. A revolução liberal de 1820 abjurara o absolutismo e edificara a tradição representativa reactualizada segundo os princípios liberais vigentes na Europa. Desta forma, a tese de Magalhães não se limitava a opor de forma irreparável a história à razão, como faziam os integralistas[1058], antes harmonizava as duas esferas do devir humano.

Mas o mais original da sua teorização encontra-se na formulação do carácter tradicionalista da Carta Constitucional, que ele considerava «acentuadamente integralista». Luís de Magalhães entendia mesmo que «a revolução liberal portuguesa foi, de facto, uma reacção tradicionalista». Esta ideia, central na sua tese, pressupõe que fora o absolutismo quem derrubara as tradições liberais da representação nacional, através do processo de centralização do Poder. A Carta limitara-se a restabelecer a «nossa tradição representativa»[1059].

A tese é importante para compreender a clivagem ideológica no seio da direita monárquica, se considerarmos que os tradicionalistas, incluindo os intelectuais do pelicano, reivindicavam a legitimidade de D. Miguel[1060], que

---

[1056] *Ibidem*, pp. 5-6.

[1057] *Ibidem*, p. 35.

[1058] A este propósito escreve Raul Proença no contexto de uma polémica com Alberto Monsaraz: «Para ele [integralismo] não há ideias, há leis científicas e verdades de facto. É a experiência e a história, essa experiência do passado, que nos dão a conhecer as leis por que se hão-de reger as sociedades. Enquanto a República é o regime em que as mesmas instituições e as mesmas leis são impostas pela razão para a índole dos povos diversos, a monarquia é o regime de facto, e as suas leis são o produto da experiência particular de cada nação» [*Polémicas*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1988, p. 402].

[1059] Luís de Magalhães, *ob. cit.,* p. 45. A tese não seria sequer uma originalidade portuguesa. Jaime de Magalhães Lima escreveu a esse propósito: «Encontrei há poucos dias em uma revista francesa um artigo interessantíssimo, do qual te mando aqui a cópia dos períodos mais importantes. Por eles verás que o constitucionalismo não foi tradicionalismo somente para Portugal. Foi uma revivescência do passado para toda a Europa, como tal claramente procurada e proclamada, tentando apenas renascer por escrito e em forma jurídica com emanações próprias o que pertencera ao direito consuetudinário e vigorara com felicíssimo êxito, mas que os abusos do poder real haviam atropelado e obliterado, não na saudade dos povos que persistia, mas na consciência e na forma dos governos que aborreciam semelhantes peias. Será mesmo de crer que o nosso constitucionalismo nos foi sugerido pela França, não só porque habitualmente nos inclinamos a ouvi-la e a havê-la por mestra, mas também porque naquele tempo a sede da civilização era ainda para toda a gente em França» [BNP, ELM, doc. n.º 2157, carta de Jaime de Magalhães Lima a Luís de Magalhães, de 22-07-1927].

[1060] Caetano Beirão, in *Acção Realista*, nºs 27-28, Junho de 1926, p. 284. Para António Sardinha, «o direito dinástico chamava sem hesitações o infante D. Miguel à sucessão. Em D.

Magalhães apodava de absolutista e usurpador. Os opositores do conservadorismo liberal estavam conotados com o regresso intransigente do absolutismo, representavam «o crê ou morres do mais intratável fanatismo sectário, do mais intolerante jacobinismo branco»[1061].

A argumentação de Luís de Magalhães encontrava na própria génese da Carta os fundamentos para o seu carácter tradicionalista, na medida em que a outorga do diploma não reflectia qualquer mandato nacional: «A outorga da Carta é um acto espontâneo do poder pessoal do Rei, na plena integridade da sua soberania, uma livre decisão da sua vontade pela qual ele dá à Nação um estatuto político que se afigurou o mais adequado ao interesse nacional. […] Já isto é um traço firme do tradicionalismo da Carta»[1062]. Através deste acto individual, D. Pedro teria articulado com sucesso a tradição autoritária dos monarcas com o espírito liberal dos direitos e garantias dos cidadãos. O cartismo apresentava-se assim uma via moderada entre as concepções políticas do radicalismo vintista e da tradição monárquica nacional.

Mas a prova irrefutável do carácter tradicionalista da Carta parecia descobrir-se, afinal, nas condições de organização do Estado, ao instituir a representação nacional à maneira tradicional das cortes gerais: o clero, a nobreza e o povo restabeleciam a velha «tradição representativa». Para Magalhães, a Carta não aplicava o princípio abstracto da representação nacional das constituições radicais, como a constituição vintista de 1822, antes estabelecia uma fórmula intermédia entre o princípio da soberania nacional e o princípio dinástico. Com efeito, o clero e a nobreza estavam representados na câmara dos Pares por direito próprio e por nomeação régia, a título vitalício, e o povo na câmara dos deputados por sufrágio universal restrito[1063]. O diploma constitucional era visto como o equilíbrio necessário numa sociedade em transição para a modernidade, congraçando

---

Miguel se reunia, pois, com a *legitimidade da pessoa*, a *legitimidade da instituição* [*Processo dum Rei*, 2.ª ed., Lisboa, Livraria Civilização, 1937, p. 22].

[1061] Luís de Magalhães, *A Crise Monarchica*, cit., p. 13. Jaime de Magalhães Lima elogiava o livro de Magalhães como uma «bela obra e piedosa que de uma singela réplica a um infantil absolutismo empertigado passou a apostila superiormente elucidativa de mta história moderna» [BNP, ELM, doc. n.º 2175, carta de Jaime de Magalhães Lima a Luís de Magalhães, de 11-05-1930].

[1062] Luís de Magalhães, Luís de Magalhães, *Tradicionalismo e Constitucionalismo: estudos de história e política nacional*, Porto, Chardron, 1927, p. 19.

[1063] *Ibidem*, pp. 19-21

a velha nobreza com os grupos intermédios da sociedade e as instituições liberais.

No eixo central do discurso antiliberal estava, como se viu, a questão da autoridade do rei. Para os liberais, porém, o espírito e a letra da Carta procuravam harmonizar uma autoridade que reputavam incontestável com o princípio da cidadania. Com efeito, o diploma de 1826 estabelecia sem equívocos que o rei constitucional «era a chave de toda a organização política» (art.º 71): controlava o poder executivo, nomeando e demitindo livremente os seus os ministros; interferia no poder legislativo, pois reservava-se o direito de dissolução e de veto; e controlava o poder judicial, pois salvaguardava o direito de moderar ou anular as penas decretadas (art.º 74). Por último, Magalhães exibiu como argumentos irrefutáveis a existência do poder moderador, a irresponsabilidade política do monarca e o carácter sagrado da sua realeza[1064]. Para atestar a amplitude constitucional dos poderes régios, citou ainda uma carta que Charles Maurras teria endereçado a Aires de Ornelas, declarando que «bem estimaria ele que, restaurada a Monarquia em França, os seus Reis viessem a ter o poder e a autoridade que a Carta atribuía aos soberanos portugueses»[1065].

O longo ensaio teórico de Luís de Magalhães não deixou de abordar questões sensíveis como a questão religiosa. Os seus adversários acusavam a monarquia constitucional de perseguir a igreja e viam no regalismo «impenitente» o predomínio da Maçonaria internacional. Luís de Magalhães recordou que o catolicismo era a religião oficial do Estado durante a monarquia liberal. Se a transcendência não tinha para os liberais a mesma importância que para os tradicionalistas, pelo seu papel na edificação de uma ordem social cristã, a moral católica assumia, apesar de tudo, uma posição de centralidade num liberalismo que se tornara mais conservador. O radicalismo republicano extirpara de vez do campo monárquico os velhos resquícios anticlericais, assumindo-se a liberdade religiosa e de associação como uma responsabilidade do Estado na educação para os próprios valores liberais, em especial na organização de uma sociedade governada segundo os preceitos da ordem e da moral. Luís de Magalhães elogiava por isso o regresso das corporações religiosas no final do século XIX, «pela sua elevada

[1064] Idem, «A «Carta» Constituição Tradicionalista», *Portugália*, n.º 1, Out. 1925, p. 21.
[1065] Idem, *Tradicionalismo e Constitucionalismo*, cit., p. 146.

e profícua acção no ensino e na beneficência», e deixava antever a sua legalização dentro da «monarquia nova»[1066].

Vimos já que sob Caetano Beirão recaiu a incumbência de responder à tese de Luís de Magalhães, exposta pela primeira vez na revista *Portugália*: «A Carta é uma constituição de aspecto acentuadamente integralista! Era troça? Era blague? Era paradoxo? Não! […] O antigo ministro da monarquia quase pretende que a "Carta" do imperador D. Pedro "foi, é e será a constituição mais reaccionária do mundo"»[1067]. Caetano Beirão construiu a sua refutação em torno dos conceitos de «liberalismo» e «tradicionalismo» que entendia como «escolas filosóficas completamente distintas, duas doutrinas sociais perfeitamente opostas»[1068]. Partia por isso de uma epistemologia para asseverar a antítese irrepreensível entre as concepções tradicionalistas e liberais: «O que está na base da questão é a concepção científica da sociedade. Temos de considerar esta como um organismo, com personalidade própria e permanente, com os seus órgãos definidos constituindo um quadro de interesses intermediários entre o indivíduo e a nação». Desta concepção resultava o Estado como «produto natural» da sociedade. Já o Estado liberal, porque via na sociedade um agregado de indivíduos em que cada um não significava mais do que a «unidade constitutiva do todo», representava o «interesse abstracto desses indivíduos». Caetano Beirão acusava Luís de Magalhães de confundir o estatismo da carta constitucional, gerada no regalismo, com o tradicionalismo. A Carta não seria mais do que uma «tragicomédia do racionalismo político de 93»[1069].

A argumentação de Caetano Beirão desenvolveu-se no sentido de demonstrar a ilegitimidade da Carta e do próprio D. Pedro IV, pois aquela teria sido outorgada por um «mação» e «estrangeiro». O acto de outorga não representava senão uma «tirania» que resultava do estatismo liberal a impor-se à nação. Quanto à representação, Beirão distinguia entre uma representação «orgânica e nacional» e a representação liberal, vista como «delegação aritmética e viciada do eleitor, considerado em abstracto como

---

[1066] *Ibidem*, pp. 155-159. Ainda assim, o político, fiel à tradição liberal, defendia a separação clara entre as esferas do espiritual e do temporal.
[1067] Caetano Beirão, «O "Tradicionalismo" da Carta», in *Acção Realista*, n.º 25, Dezembro de 1925, pp. 260.
[1068] *Ibidem*, p. 261.
[1069] *Ibidem*.

indivíduo isolado»[1070]. Como tinha já enunciado em 1922, no livro *A Lição da Democracia,* Caetano Beirão afirmava categoricamente que a república existia em Portugal desde 1834 e não representava mais do que o predomínio histórico da Maçonaria[1071].

A verdade é que apesar da polémica, a própria tese do tradicionalismo liberal confirmava o crescente predomínio das ideias contra-revolucionárias, antiliberais e antidemocráticas no seio dos diferentes segmentos monárquicos. Mesmo este liberalismo oligárquico não passava então de uma fórmula dissimulada de elitismo e tecnocracia. Com efeito, em 1926, num ambiente político mais favorável à reacção, D. Manuel afirmaria publicamente, pela primeira vez, a sua predisposição para aceitar que a monarquia restaurada «não podia ser a monarquia que caiu em 1910»[1072]. Em consequência, nomeou uma comissão para chegar a um acordo sobre os princípios gerais da monarquia a restaurar, procurando com esta iniciativa congregar definitivamente as facções desavindas.

Essa comissão nunca chegou a acordo e por isso os princípios doutrinários da monarquia restaurada nunca foram definidos. Mas o ambiente ideológico era já favorável às concepções antiliberais. D. Manuel, até aqui irredutível na defesa dos princípios liberais e parlamentares, enviou uma mensagem aos seus partidários carregada de inferências conservadoras que o aproximavam do ideário tradicionalista. Para o monarca exilado, «a monarquia do futuro tem de ser baseada sobre Deus e a religião, sobre a tradição, sobre a autoridade, sobre princípios e convicções, sobre a Ordem»[1073]. Os sectores tradicionalistas regozijaram com a evidente mudança de paradigma, Alfredo Pimenta anunciou publicamente que o «rei inerte e abúlico do liberalismo revolucionário» dera lugar ao «rei moderno» e «antidemocrático» por que tantos suspiravam[1074].

[1070] *Ibidem*, n.º 26, Janeiro de 1926, pp. 8-11.
[1071] *Ibidem*, p. 12 e 43.
[1072] Luís de Magalhães, *A Crise Monarchica*, Porto, Livraria Lello, 1934, p. 14.
[1073] *Correio da Manhã*, ano V, n.º 1722, 02-03-1926, p. 1. Afirmou ainda D. Manuel que «o regime parlamentar tal como existe faliu» e «a monarquia de 1910 não pode voltar».
[1074] Cf. *Correio da Manhã*, ano V, n.º 1744, 24-03-1926, p. 1: «Anda a Nação Portuguesa, há tanto tempo, a pedir um chefe que a salve. Têm-lhe aparecido *condottieri* momentâneos, aventureiros de ocasião […]. Pois bem. O chefe que a Nação pede, legítimo, pois se apoia numa tradição secular […] e legítimo ainda porque o Seu Pensamento veio ao encontro do Ideologismo das gerações novas de Portugal, o Chefe que a Nação pede, ei-lo: o Rei. Não o Rei inerte e abúlico do liberalismo revolucionário […] mas o Rei moderno, dos nossos tempo de Pensamento Activo, de Doutrina Audaz, a quem repugna aquele horror de responsabilidade que constitui o âmago doutrinário da democracia».

Era já evidente que as ideias antiliberais haviam penetrado a cultura política e as mentalidades da época. Para além do anti-individualismo, as novas gerações aceitavam com agrado os limites à liberdade, pois a liberdade sem limites aproximava-se da desordem e mostrava-se por isso incompatível com o progresso social e moral[1075]. Quanto à igualdade social e política, era uma «mentira» que os inimigos da nação apregoavam em defesa de interesses individuais que feriam a disciplina e o interesse nacional. O próprio *Correio da Manhã*, em cujas penas rutilara, durante anos, o dogma constitucional, acabaria por conformar-se com as exigências dos tempos, ao mudar de proprietário. Neste ano decisivo para a República, vencida por um movimento militar, a direcção do Conselho Director das Juventudes Monárquicas, sob inspiração de Fernando Pizarro, assumiu uma orientação antiparlamentar, defendendo ser a «hora das ditaduras» e dos governos fortes «recheados de competências», ainda que ancorados na figura de um rei[1076]. Mas se apenas sob a direcção do monarca era «lícito confiar num governo de força», havia contudo a obrigação de todos os monárquicos contribuírem para «fazer durar» a ditadura militar[1077].

«Autoridade e Ordem» constituíam então o lema da nova geração[1078]. Mas não só. Os mais velhos, como o antigo ministro progressista António Cabral, que combatera ferozmente a ditadura de João Franco[1079], deixavam-se enlevar pelas ideias que eles agora apelidavam de modernas. António Cabral converteu-se ao ideário tradicionalista e ingressou na *Acção Realista*. Nas páginas da revista do grupo, o antigo ministro progressista desancou com fragor as concepções demoliberais, atacando o sufrágio popular e o parlamentarismo onde não vislumbrava «nada, absolutamente nada de aproveitável»[1080]. Na mesma *Acção Realista*, Paiva Couceiro, que chefiava o grupo monárquico da emigração em Madrid, expunha, numa «Carta Aberta aos meus amigos e companheiros», o seu projecto restauracionista,

---

[1075] Cf. Diogo Pacheco de Amorim, *ob. cit.*, 1918, pp. 18-19.

[1076] *Correio da Manhã*, ano VI, n.º 1876, 05-08-1926: «A verdade, porém, é que hoje, todos admitem a pôr de parte o Parlamento, para que um governo, forte, bem intencionado, rodeado por competências, possa agir sem quaisquer embaraços. É bem a hora das ditaduras».

[1077] Cf. *Correio da Manhã*, ano VI, n.º 1809, 30-05-1926. O jornal apoiou incondicionalmente o movimento militar e defendeu exaltado que «não basta vencer, é indispensável durar».

[1078] Cf. Querubim Guimarães, in *Correio da Manhã*, ano VI, n.º 1930, 02-10-1926, p. 1.

[1079] Cf. Rocha Martins, *O Regicídio*, Lisboa, Bonecos Rebeldes, 2007, p. 27.

[1080] António Cabral, «A burla das eleições», in *Acção Realista*, ano I, n.º 2, 10-06-1924, pp. 20-23.

acintosamente norteado contra a monarquia liberal e o parlamentarismo[1081]. Por sua vez, João de Azevedo Coutinho apodava os constitucionalistas, chefiados por Luís de Magalhães, de «inveterados parlamentares» que não queriam ver que só as modernas ideias antiliberais atraíam os jovens e os militares[1082]. E lembrava a D. Manuel que dos seis senadores existentes no último senado da república só um, Tomás de Vilhena, era parlamentarista, para concluir que o futuro da monarquia passava inevitavelmente pelas concepções tradicionalistas[1083].

Chegados ao termo desta incursão ideológica, desta polémica «questão doutrinária», parece evidente a vitória das novas concepções ideológicas, estribadas na «ordem» e na «autoridade», que não negavam as virtudes das ditaduras. Mesmo o liberalismo oligárquico e conservador de Luís de Magalhães, visconde do Banho e Tomás de Vilhena, não escondia a sua sedução pelas novas doutrinas: «O meu liberalismo – escreveu Luís de Magalhães - nunca foi incompatível com o tradicionalismo, o nacionalismo, o regionalismo, o hierarquismo, o espírito orgânico na constituição da sociedade»[1084]. Inevitavelmente, o liberalismo cedera lugar ao conservadorismo.

Estavam também criadas as condições ideológicas favoráveis à aproximação dos monárquicos com a Ditadura Militar e o Estado Novo[1085]. A própria Causa Monárquica publicou em 1930 uma declaração oficial de apoio à política e ao espírito da Ditadura[1086]. Organizações como a *Cruzada Nuno Álvares Pereira* não fizeram mais do que congraçar monárquicos e

---

[1081] *Acção Realista*, ano I, n.º 10, 01-11-1924, pp. 181-186.

[1082] IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, caixa 8, carta de Azevedo Coutinho para D. Manuel, s/d. [1926]. «Deve o Aires ter informado El-Rei do que se passou, e comunicar-lhe que vão quarta para Londres a fim de expor-lhe o que desejam, uns poucos inveterados parlamentaristas, respeitáveis, é facto, mas verdadeiramente divorciados da massa activa da Causa que os não serve e se enerva e irrita, com o seu permanente obstrucionismo. Chefia-os o bom e dedicado Luís de Magalhães cujo culto pela memória do pai o faz encarar tudo por um prisma especial que hoje poucos compreendem».

[1083] Os outros eram Luís de Castro, Fernando de Sousa, Querubim Guimarães, Álvaro Mendonça e o próprio João de Azevedo Coutinho.

[1084] Luís de Magalhães, *Perante o Tribunal e a Nação*, Coimbra, Coimbra Editora, 1925, p. 163. Magalhães descreveu Mussolini, a propósito da reforma do senado italiano, como «a mais interessante e proeminente individualidade política da Europa» [in *Correio da Manha*, ano V, n.º 1705, 12-02-1926, p. 1].

[1085] Sobre a relação dos monárquicos com o Estado Novo, leia-se Manuel Braga da Cruz, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986.

[1086] Cf. «Nota Oficiosa da Causa Monárquica sobre o Manifesto do Governo de 30 de Julho de 1930», in Leão Ascensão Ramos, *O Integralismo Lusitano*, Lisboa, Edições Gama, 1943, pp. 207-209. Na imprensa monárquica, como o *Correio da Manhã*, a obra de saneamento financeiro de Salazar foi muito elogiada.

republicanos no mesmo espírito nacionalista e antiliberal. Como referiu com acerto Raul Proença, no contexto de outra polémica relacionada com a Cruzada, já não havia entretanto monárquicos e republicanos. Havia essencialmente conservadores e radicais[1087].

[1087] Raul Proença, *Polémicas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988, p. 384.

Capítulo II
Os Monárquicos e a Grande Guerra

1. A Guerra como «Revolução Conservadora»

O assassinato do herdeiro do império Habsburgo, o arquiduque Francisco Fernando, em 28 de Junho de 1914, lançou a Europa num dos mais terríveis conflitos do século XX, rompendo com o ambiente de concórdia que reinava nas últimas quatro décadas. Mas a paz podre que persistia no velho continente escondia feridas e ódios antigos, sobredeterminando as relações entre a França e a Alemanha desde a guerra franco-prussiana de 1870. Por outro lado, as ambições territoriais da Alemanha, na Europa, África e Ásia provocavam a animosidade e o espírito antigermânico na Grã-Bretanha, que assistia alarmada ao crescimento do poderio naval dos teutónicos.

As causas do conflito, apesar de complexas, decorriam dos jogos de interesses políticos e económicos entre as principais potências europeias[1088]. Eric Hobsbawm já mostrou como na fase imperial da Europa a política se tinha fundido com a economia, conduzindo a rivalidades extremas e a uma competição económica exacerbada, empurrando a guerra para metas ilimitadas[1089]. A Inglaterra e a Alemanha, mas também a França, jogavam na diplomacia das alianças a concretização de um alargamento de áreas de influência, numa época em que o crescimento económico e demográfico explicava a grandeza das nações. Ao imperialismo e à chamada política das potências, havia ainda que adicionar os nacionalismos surgidos entre os povos oprimidos pelo jugo dos grandes impérios, a Turquia, a Áustria-Hungria e a Rússia. As ambições nacionalistas dos povos eslavos seriam o

---

[1088] Sobre as causas da guerra veja-se, entre outros, uma síntese na obra monumental de Martin Gilbert, *A Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007, pp. 29-49.

[1089] Eric Hobsbawm, *A Era dos Extremos. História Breve do Século XX 1914-1991*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 39.

detonador do conflito bélico, cujos efeitos catastróficos tinham sido previstos por espíritos mais lúcidos como o primeiro ministro inglês, H. H. Asquith, que afirmou então ao rei Jorge V que a Europa estava a «uma distância apreciável de um verdadeiro Armagedão»[1090].

É certo, como já escreveu Eric Hobsbawm, que em 1914 não era propriamente a ideologia que separava os beligerantes[1091]. Apesar das suas especificidades e dos regimes políticos, não havia diferenças profundas entre os sistemas políticos da França, Alemanha e Inglaterra, pois em todos predominava o sufrágio restrito[1092]. Mas Winston Churchill, avaliando as possibilidades de um conflito, em 1901, referia-se a uma guerra entre democracias, para concluir que «as guerras entre povos serão mais terríveis do que as guerras dos reis»[1093].

A guerra entre democracias, entendido o conceito na sua expressão liberal, explica que a mobilização da opinião pública obrigasse os governos e os partidos políticos a animar fortes campanhas ideológicas para explicar as motivações pró-beligerância. As motivações ideológicas eram um catalizador de mobilização mais forte do que as rivalidades políticas e os interesses económicos. Isso explica que em Portugal, como em França e na Inglaterra, o conflito fosse descrito como um confronto entre a cultura ocidental e a barbárie e o absolutismo, representados pela Alemanha, em defesa dos direitos e liberdades da Europa democrática[1094]. Citando o antigo primeiro-ministro inglês H. Asquith, Aires de Ornelas garantia também que a Inglaterra agia em nome do Direito, «no desempenho de uma obrigação internacional», para combater «a força» e fazer triunfar «o princípio das nacionalidades»[1095].

Desvalorizando que entre os aliados da *Entente* se encontrava a última monarquia absoluta da Europa, a Rússia de Nicolau II, os republicanos evocavam igualmente a autodeterminação dos povos e o seu direito à

[1090] Cf. Martin Gilbert, *ob. cit.*, p. 60.
[1091] Cf. *Idem, Ibidem*, p. 39.
[1092] Leia-se, a esse propósito, Luciano Canfora, *A Democracia. História de uma Ideologia*, Lisboa, Edições 70.
[1093] Martin Gilbert, *ob. cit.*, p. 32. Este historiador afirma mesmo que a guerra era vista em alguns círculos políticos da Alemanha como uma possibilidade de operar uma viragem na política doméstica «numa direcção conservadora» [*Ibidem*, p. 47].
[1094] Cf. João Chagas, *Diário I*, prefácio de João B. Serra, Lisboa, Edições Rolim, 1986, p. 132; Miguel Castelo-Branco, *ob. cit.*, pp. 99 e ss.
[1095] Aires de Ornelas, *Um Ano de Guerra (Agosto de 1914 a Agosto de 1915)*, Porto, Magalhães & Moniz, 1916, p. 60.

independência, e exaltavam a vitória da democracia sobre o «despotismo revigorado»[1096]. Segundo a retórica da época, de um lado encontravam-se os defensores dos princípios liberais, a Europa democrática, e do outro os adeptos do reaccionarismo encarnado pela «Europa feudal e apostólica»[1097]. A mesma retórica e a respectiva filiação política existiam em Espanha, cuja sociedade se viu cindida entre os conservadores, incluindo o exército, que apoiavam a Alemanha e defendiam a «autoridade» contra a decadência, e a esquerda intelectual, que apoiava a «civilização» contra a «barbárie»[1098].

A posição dos monárquicos portugueses sobre a guerra – assunto a que voltaremos à frente – fosse em defesa dos aliados ou apoiando a Alemanha, não pode dissociar-se do seu vasto projecto ideológico de refundar Portugal pela monarquia. As diferentes narrativas então produzidas analisavam a crise europeia dentro de um quadro interpretativo mais penetrante, cunhado no seio de uma filosofia da história e de diferentes modulações ideológicas. A guerra constituía o corolário de uma crise mais profunda do sistema liberal de que resultaria uma mudança no paradigma político e ideológico da Europa. Os discursos da direita monárquica não se limitavam a apreender o significado filosófico e político da contenda, inseriam-na numa cruzada ideológica contra os valores da democracia. Entendida também como disputa cultural e moral, a guerra assumia essa dimensão demiúrgica e insofismável de uma «Revolução conservadora». Tomada no sentido que lhe conferiu João Ameal, a contra-revolução perspectivava-se como «uma revolução contrária» ou «conservadora», de demolição e extermínio do demoliberalismo[1099].

A tese da «Revolução conservadora» teve em Oswald Spengler um dos seus fundadores espirituais. A observação dos factos que conduziram ao conflito mundial, e que estiveram na origem da conhecida obra *O Declínio do*

[1096] *O Dia* ironizou com esta campanha: «A Rússia, o grande colosso, é o mais absoluto e até despótico, dos impérios do mundo, apesar das recentes tinturas de formalismo constitucional na Duma, cujo presidente e deputados foram agora prostrar-se aos pés do Czar. Pois é num governo que entram nações assim caracterizadas que os nossos políticos de papelão pintado e os respectivos canudos de imprensa descobriram a defesa da Liberdade ante o espírito retrógrado! O da Alemanha! E lá diz a Luta, apesar das pretensões de intelectual, que os exércitos liberais (!!) vão resistir aos embates das tropas imperialistas (!!)» [n.º 721, 14-08-1914, p. 1].

[1097] É esta também a tese de Vitorino Magalhães Godinho, *ob. cit.*, pp. 106-113. O historiador cita textos de Henrique Lopes de Mendonça, João Chagas e Raul Proença.

[1098] Cf. Raymond Carr, *España: de la Restauración a la democracia, 1875-1980*, Barcelona, Ariel, 1983, p. 118.

[1099] Cf. João Ameal, *ob. cit.*, p. 36.

Ocidente, levou-o a tomar consciência de que se preparava uma disputa entre o campo liberal, representado pela França e Inglaterra, e o campo conservador, protagonizado pela Alemanha[1100]. Para Spengler, como para muitos monárquicos portugueses, a democracia era «a forma política do declínio», consequência de uma ordem burguesa e racionalista que substituíra o «Estado orgânico» primitivo[1101].

A elite monárquica portuguesa comungava desta visão decadentista da democracia e do liberalismo[1102]. João de Almeida, o herói dos Dembos e figura cimeira do nacionalismo português a partir da década de vinte, afirmará a este propósito que «demonstrada a falência dos pacifismos democráticos […] a evolução para a direita, a regressão aos princípios conservadores e tradicionalistas, ao puro nacionalismo, é concludente, é um facto»[1103]. A retórica azul e branca empenhou-se em aprofundar estas ideias, convencida da inevitabilidade dos princípios conservadores. Tanto no grémio liberal, encarnado na figura de velhos conselheiros e antigos ministros, como no redil neo-tradicionalista, garantia-se a vitória dos pressupostos doutrinários do conservadorismo, independentemente do vencedor da guerra.

No *Diário da Manhã*, onde pontificavam os notáveis do conservadorismo liberal, chegou-se ao extremo de elogiar a Alemanha, nação que devia constituir um «exemplo para os latinos» devido ao «são patriotismo» instituído pelo seu grito de guerra colectivo: «Com Deus pelo Imperador e pela Pátria»[1104]. E independentemente do vencedor da contenda, o *Diário da Manhã* asseverava a «vitória do princípio conservador»[1105]. Também *O Dia*, dirigido pelo antigo progressista Moreira de Almeida, apesar de afirmar que as causas da guerra eram essencialmente económicas, o «struggle for life de

---

[1100] Sternhell, Zeev (org.*), O Eterno Retorno. Contra a Democracia a Ideologia da Decadência*, Lisboa, Bizâncio, 1999, pp. 13-124.

[1101] *Ibidem*.

[1102] Leia-se, entre outros, Paiva Couceiro, *A democracia Nacional*, Coimbra, Edição de autor, 1917.

[1103] João de Almeida, *Visão do Crente*, 2.ª ed., 1937 [1.ª ed. de 1918], Livraria Tavares Martins, Porto, 1937, pp. 112-113.

[1104] *Diário da Manhã*, n.º 54, 30-07-1914, p. 1. «A todos nós, latinos, esta política da Alemanha, ditada pelo mais são patriotismo e pela compreensão inteligente dos seus interesses nacionais, dever-nos-ia servir de ensinamento e de estímulo. Nós desunimo-nos e batalhamos sobre ambições mesquinhas; ela, forte e consciente, rodeia a figura grandiosa do seu imperador, o chefe supremo do mais potente exército do mundo, que levanta como lema e grito de guerra a legenda seguinte [...] - Com Deus pelo Imperador e pela Pátria».

[1105] *Diário da Manhã*, n.º 62, 06-08-1914, p. 1.

nações» em expansão comercial, reconhecia que «nesta guerra estão irremediavelmente perdidos os princípios avançados». O conflito mundial, antecâmara de uma nova geografia política, preparava o epílogo do espírito revolucionário e a emergência do espírito conservador, sob o qual a Europa colheria os benefícios de uma paz duradoura[1106].

Se tal profetização se impunha face à vitória dos aliados - Moreira de Almeida apoiava a causa francesa – uma vitória eventual dos exércitos teutónicos tornava mais óbvia tamanha constatação, mesmo para espíritos mais liberais e arejados[1107]. Tanto Aires de Ornelas como Luís de Magalhães, aliadófilos indiscutíveis, não escondiam apesar de tudo a admiração pela organização política dos germânicos[1108]. Para Aires de Ornelas, a superioridade do sistema político e da capacidade de organização da Alemanha, que justificavam as retumbantes vitórias no primeiro ano do conflito, espelhavam a superioridades das monarquias conservadoras e a crise das democracias[1109]. Essa superioridade não residia apenas na sua organização político-constitucional, que estabelecia a continuidade da chefia do Estado, mas também nos pressupostos ideológicos do regime. As suas

---

[1106] *O Dia*, n.º 721, 14-08-1914, p. 1. Em 1916 voltava a insistir nas mesmas ideias: «Nas trincheiras de Champagne ou da Lorena, não será o socialismo, nem o sindicalismo, nem o anarquismo, nem o antimilitarismo, nem o antipatriotismo, nem a clerofobia jacobina, nem o egoísmo dos interesses de classe, quer dizer, não será nada daquilo que constitui o espírito radical e revolucionário que triunfará, salvando a França. Há-de ser, bem ao contrário, todo um sistema de sentimentos e de ideias com longas e tenazes raízes no passado e que, por isso mesmo, não julgo errar, classificando-os de conservadores» [*O Dia*, 17.º ano, n.º 842, 02-01-1916, p.1].

[1107] Afirmava Luís de Magalhães: «Se isto é assim, na hipótese do vencimento dos aliados, com mais razão o deve ser na vitória germânica. Essa vitória seria a da fórmula que, na Europa, à excepção da Inglaterra (a qual resolveu o problema noutras bases) mais solidamente combinou a política nacionalista com a política social. Triunfante a Alemanha, esta guerra seria, para ela, a confirmação dos seu sistema político, que, depois de lhe ter proporcionado e garantido a assombrosa expansão económica e a sua formidável organização militar, a tornava, por meio dessas armas irreversíveis, a vencedora e dominadora do mundo. O espírito militar, o federalismo imperial, o poder cesarista combinado com a democracia social, o socialismo de Estado, a unidade económica mantida pelo zollwerein - todos os factores da grandeza do Império ficariam, por largo tempo, consagrados inabaláveis da sua política. De maneira que, em qualquer das hipóteses, o que parece provável é que a fisionomia da Europa futura seja antes conservadora do que radical» [*Ibidem*, pp. 49-50]

[1108] Cf. Luís de Magalhães, *Portugal e a Guerra*, Coimbra, França & Amado, 1915; Aires de Ornelas, *Um Ano de Guerra (Agosto de 1914 a Agosto de 1915)*, Porto, Magalhães & Moniz, 1916.

[1109] Cf. Aires de Ornelas, *ob. cit.*, pp. 222-223. «Ninguém mais do que Frederico esteve jamais convencido da absoluta e incontestada superioridade do governo monárquico sobre a democracia, ninguém mostrou mais absoluto desprezo quer pelos soberanos fracos cujos países eram governados pela democracia, como a Inglaterra do seu tempo, quer pela forma republicana em si como na Holanda e na Suécia suas contemporâneas. Nós hoje começamos a crer em tais verdades; outra não tem sido em França por exemplo a campanha política da *Action Française*. Mas a guerra actual oferece-nos, se jamais o houve, o exemplo retumbante da inferioridade das democracias na resolução das questões nacionais, nos assuntos de política externa e guerra, como tanto o notava Frederico».

virtudes de comando militar, de exercício de autoridade e capacidade de organização sobrepunham-se facilmente às deficiências reveladas pelos sistemas electivos, onde mandava indirectamente a opinião pública: «Numa monarquia bem organizada, como a alemã, o Kaiser emprega em tempo de guerra todos os recursos da nação, para o melhor dos interesses da mesma sem hesitação nem demoras, e o chefe duma democracia tem que a convencer de que há perigo e das obrigações que impõe esse perigo nacional. [...] os chefes duma democracia tendo que ser oradores e parlamentares, não só se habituam a resolver as questões, falando, como são incapazes de as tratar sem a preocupação eleitoral do voto»[1110].

A abordagem que as narrativas monárquicas construíram, a propósito da vitória do conservadorismo e da antidemocracia em França e Inglaterra, centrou-se menos na organização do sistema político e mais numa escala de valores. A maioria dos teóricos monárquicos evidenciava naquelas nações aliadas a emergência dos valores patrióticos associados ao militarismo e ao nacionalismo, valores reclamados no reforço da unidade nacional e indispensáveis para vencer o inimigo alemão. Aires de Ornelas afirmava categoricamente que só o nacionalismo e a tradição, «criação dos séculos», e «apesar do regime», granjearam à França suster a ofensiva germânica, «e salvaram definitivamente a tradição e a civilização latinas do maior ataque conhecido»[1111]. Luís de Magalhães vislumbrava também no militarismo gaulês o «triunfo do nacionalismo» e a vitória do conservadorismo. Para o provar abordava a questão das expectativas para o pós-guerra, irrevogavelmente cunhadas pela desordem económica e financeira e pela profunda agitação social que fatalmente haveria de se abater sobre a velha Europa. Revelando grande capacidade de previsão, os políticos monárquicos sustentavam que a catástrofe belicista acabaria por impor aos governos, como política dominante, a afirmação da autoridade do Estado, da «disciplina social» e da ordem pública[1112].

O reforço dos conteúdos nacionalistas operava mais uma evidência. As exigências da guerra, impondo uma organização «robusta», «disciplinadora»

[1110] *Ibidem*; leia-se, também, Luís de Magalhães, *ob. cit*., p. 45.
[1111] *Ibidem*, p. 92.
[1112] Cf. Luís de Magalhães, *ob. cit.*, pp. 50-51. Escreveu o político: «E essa ordem há-de restaurar-se com aqueles princípios que melhor a garantem e constituem a sua própria essência: a disciplina social, o império da lei e da justiça, mantidos pela força da autoridade».

e «coerente», indicavam a valorização efectiva do colectivo em detrimento dessa excrescência ideológica que respondia pelo nome de «individualismo», responsável pela «desagregação», «decomposição» e «apodrecimento da Europa»[1113]. Para os neo-tradicionalistas, como Caetano Beirão e Alfredo Pimenta, a superioridade germânica residia no facto de ser a «nação menos individualista no mundo». A conclusão ditava-se por si mesma: «O individualismo faliu» perante o retorno aos valores do passado e da tradição[1114].

Esta abordagem da Grande Guerra como «Revolução conservadora» poderá eventualmente lançar alguma luz sobre as ideias de António Sardinha, que foi muitas vezes acusado de germanofilia. No parlamento sidonista, Cunha Leal lembrou que existia em Portugal uma corrente germanófila, facto que despertou automaticamente em António Sardinha um sentimento de reacção. O libelo tinha como base um trecho de António Sardinha, publicado na *Nação Portuguesa* no final de 1915. Nesse texto já famoso, escreveu o notável ensaísta: «A nossa derrota será, Latinos, a nossa salvação. […] Francófilo que me mostrei, já em público, eu desejo agora veementemente, a vitória da Alemanha. Só pela vitória dos Impérios Centrais nós teremos, com a derrota da Maçonaria, o restabelecimento da ordem legítima que permitirá à França ressarcir-se e a nós curar-nos»[1115]. António de Monforte, como então se declarava num toque de nobilitação toponímica, esclareceu a nação sobre o sentido do seu pensamento, afirmando que apenas censurava que a França sacrificasse as novas gerações aos princípios da Revolução e do Internacionalismo: «Vítima da mentira Democrática, a França sacrificava a essa mentira o sangue inflamado da mocidade católica e nacionalista»[1116]. Na derrota dos latinos vislumbrava então a vitória dos princípios conservadores como condição para salvar a Europa da decadência, na sequência das ideias que afinal

---

[1113] Caetano Beirão, *Uma Campanha Tradicionalista,* cit., pp. 61-63.

[1114] *Ibidem*.

[1115] António Sardinha, «O testamento de Garrett», in *Nação Portuguesa*, 1.ª série, n.º 10, Dezembro de 1915, pp. 300-301.

[1116] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 30-07-1918, pp. 1-3. Sardinha citava então em sua defesa o escritor francês Lysis: «Trata-se de se saber se nós queremos sacrificar os princípios à França ou a França aos princípios. Se nós sacrificamos a França aos princípios, é baldadamente que nossos filhos terão morrido; é baldadamente que os nossos heróis terão sido mutilados, ficando inutilizados para sempre e arrastando uma existência miserável; é baldadamente que as nossas mulheres terão sofrido os piores ultrajes. No entanto, nós compensar-nos-emos dessas desgraças pensando nos princípios».

atravessaram todo o pensamento monárquico de então. Na sua retórica, a apologia da guerra tinha como base o sofrimento colectivo enquanto punição regeneradora e restauradora de uma nova era ou «Ordem» cristã. Sardinha encontrava um paralelismo entre a realidade coeva e o que sucedera com a Roma do declínio, quando as invasões germânicas abriram o campo à vitória do cristianismo[1117].

Apesar de nunca utilizada pelos monárquicos, por ser politicamente heterodoxa, a argumentação de António Sardinha tem para a compreensão histórica a vantagem de sintetizar o pensamento de um importante sector ideológico da sociedade portuguesa. A expressão «Revolução conservadora», aqui por nós adoptada, traduzia as expectativas monárquicas de uma viragem ideológica na Europa que favorecesse os princípios nacionalistas e a vitória da monarquia em Portugal. Era contudo uma tese ambígua e perigosa para a Causa Monárquica, ambiguidade que Cunha Leal sintetizou na resposta que deu então a António Sardinha: «Quer dizer: a melhor forma que o Sr. Sardinha descobre para que Portugal ressurja, para que os nossos aliados ressurjam na hora crítica em que a França está espezinhada e a Bélgica calcada pela força teutónica, é a de que sejamos todos esmagados»[1118].

À tradição e ao nacionalismo restava acrescentar o ressurgimento católico para a «Revolução conservadora» assumir a plenitude. A tese principal de Ornelas sustentava que a guerra opunha o materialismo germânico ao espiritualismo e à moral do catolicismo. Para o lugar-tenente de D. Manuel, nomeado em 1916, e fiel ao seu espírito profundamente católico, a raiz do despotismo alemão encontrava-se na natureza individualista do Luteranismo e da Reforma. O protestantismo traduzia uma subversão cuja génese se imputava à aversão a Roma e à Igreja Católica, justificando-se desta forma que o individualismo estivesse na origem da Revolução. O ódio a Roma explicava também a supremacia do poder civil e o laicismo do Estado, «estas duas criações onde está o gérmen do espírito revolucionário». Os princípios do luteranismo, na sua aversão ao espírito latino, conformavam-se com o espírito revolucionário, espírito que era contrário aos princípios da ordem e à autoridade, que tinham na Igreja

[1117] Cf. José Manuel Quintas, *ob. cit.*, p. 204.
[1118] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 30-07-1918, p. 9

Católica a sua fonte moral e espiritual. Segundo Ornelas, a destruição dos templos católicos e a morte de clérigos, no decorrer da invasão da Bélgica, levada a cabo com violência e desumanidade, eram consequência directa deste materialismo extremo. Sob o signo da recristianização católica, pregava-se a soberania da lei e do direito contra a força e o despotismo[1119].

O discurso laudatório em torno de Roma e do catolicismo inscreve-se num plano mais vasto do nacionalismo monárquico. A Revolução – isto é, os seus avatares liberais e republicanos – tinha operado uma «descristianização» do mundo ocidental, cedendo aos avanços do laicismo e da secularização. Mas o tempo era de revivescência religiosa, o catolicismo deixava de ser uma questão de fé individual para assumir uma dimensão ideológica, transformava-se no único elemento seguro de oposição à força bruta. Na Igreja Católica depositavam-se as últimas esperanças de resguardo para a civilização latina, da sua concepção de Homem e de Sociedade[1120].

Compreendem-se assim as referências encomiásticas dirigidas por Ornelas à França e à *Action Française*, tidas como responsáveis pelo regresso ao espírito católico, vendo neste movimento patriótico, nacionalista e monárquico a responsabilidade pelo fim da «irreligião» e pelo combate tenaz ao «erro revolucionário». A guerra apresentava esse significado mais profundo de uma «catástrofe regeneradora» através da qual irrompia uma nova era de «patriotismo e fé religiosa»[1121].

Esta exaltação da França tradicionalista e católica, protagonizada por Ornelas, Homem Cristo e pelos sectores miguelistas[1122], expunha a importância ideológica e política do catolicismo para o ideário conservador. A relevância moral da religião, reforçando a consciência nacional, explicava a

---

[1119] Aires de Ornelas, *ob. cit*, pp. 271-285.

[1120] Cf. Miguel Castelo-Branco, *ob. cit*., pp. 82-83; Aires de Ornelas, *ob. cit*., p. 42.

[1121] Aires de Ornelas, *Ibidem*, pp. 244-256. «Em muitos, em quase todos até, a fé patriótica tem levado depois à fé religiosa, fé que não se resume neles em práticas mais ou menos exteriores mas que penetra até ao íntimo do ser humano e determina a sua acção. A actual mocidade francesa é deveras integralmente crente e patriótica. A Guerra foi portanto a ocasião formidável que deu a este facto todo o seu valor, e veio trazer ao movimento do renascimento francês um sentido muito mais profundo do que à primeira vista pode parecer. Porque tem uma aplicação dupla: a afirmação positiva da fé, exaltando e levando ao máximo as potências patrióticas da alma dos soldados e reacção intensa contra tudo quanto ameaçava a existência nacional, e em primeiro lugar contra o erro revolucionário, e portanto toda a acção política republicana que nele unicamente se inspira».

[1122] Cf. *A Nação*, 02-08-1914, p. 1; 07-08-1914, p. 1.

capacidade de resistência dos franceses ante as arremetidas germânicas de Marne, e elevava o valor moral do «sacrifício» do povo belga.

Muitos adeptos da coroa, especialmente os que militavam no sector tradicionalista, reclamavam a velha e rechaçada aliança entre o trono e o altar[1123]. Tanto Ornelas como Homem Cristo Filho imputavam ao catolicismo a glória de ser «portador da unidade e da pureza moral indispensáveis para que viva e perdure uma civilização». Do espírito cristão esperava-se o «milagre» de salvar a Europa e a civilização latina da ameaça provinda de «nova invasão dos bárbaros»[1124].

Mas o ressurgimento católico não significava apenas a vitória da civilização sobre a barbárie. Contribuía para o renascimento dos valores da tradição, indispensáveis para combater a desordem e anarquia nos espíritos e nas instituições[1125]. Em Portugal, o «abismo» criado pela descristianização republicana, na sua ofensiva anticlerical e anti-religiosa, só podia evitar-se pela restauração da monarquia cristã, no pressuposto de que «não há povo sem religião»[1126]. As virtudes da ideologia da restauração estavam pois na sua capacidade de «conservar as tradições nacionais, os padrões de memória imorredoura, que esmalta as páginas da nossa história; os símbolos augustos da nossa Religião Católica, sua liberdade e independência, como derivam do Evangelho; conservar a forma social que presidiu à formação, desenvolvimento e perfeição desta nacionalidade; conservar finalmente o trono, apoiado pelo altar»[1127].

Paiva Couceiro, que não admitia o «Bem Comum» e a «moral pública» desligados da ideia de Deus, condenava os males que decorriam do livre pensamento e do ateísmo republicano. O «paladino» defendia uma monarquia cristã porquanto a religião católica, enquanto «religião tradicional

---

[1123] Cf. Aires de Ornelas, *Segundo Ano de Guerra (Agosto de 1915 a Agosto de 1916),* Porto, Magalhães e Moniz, 1918, pp. 289-291; *A Restauração* (Lamego), nº 1, 07-05-1914, p. 1. Ornelas citou a propósito o cardeal Mercier, Arcebispo de Maline: «Daqui a 14 anos nesta data, as nossas catedrais restauradas e as nossas igrejas reedificadas, estarão amplamente abertas: o nosso Rei Alberto de pé no seu trono inclinará por um gesto livre perante a Majestade do Rei dos Reis, a sua fronte indomável; a Rainha e os Príncipes, rodeá-lo-ão. Tornaremos a ouvir o alegre correr dos nossos sinos, e no país inteiro sob a abóbada dos templos os Belgas renovarão o juramento ao seu Deus, ao seu Soberano e às suas liberdades, enquanto Prelados e sacerdotes, interpretes da alma da nação, entoarão num comum entusiasmo de reconhecimento um triunfal Te Deum!» [Ibidem, p. 281].

[1124] Homem Cristo Filho, *A ideia Nacional*, n.º 3, 24-03-1915, pp. 68-69.

[1125] Cf. Aires de Ornelas, *Um Ano de Guerra (Agosto de 1914 a Agosto de 1915)*, cit., pp. 244-256.

[1126] Cf. *A Restauração* (Lamego), nº 1, 07-05-1914, p. 1.

[1127] *Ibidem*, n.º 49, 08-04-1915, p. 1.

e estrutural da Nação portuguesa» constituía o único esteio da unidade social, da ordem e da autoridade contra o dique revolucionário que ameaçava os fundamentos de Portugal e do ocidente cristão[1128].

O conflito bélico foi também interpretado pelos vários segmentos ideológicos do monarquismo como um conflito cultural que tinha as suas raízes no século XIX. Foi já sublinhada a importância que as historiografias de cunho nacionalista e as «antropologias identitárias», juntamente com as teorias positivistas e naturalistas, tiveram na definição dos mitos eurocêntrico e etnocêntrico[1129]. No caso da Alemanha, a preparação do público para o conflito foi uma preocupação do chefe de Estado-Maior conde Von Moltke. A 10 de Fevereiro de 1913, Moltke afirmaria ao chefe de Estado-Maior austríaco, general Conrad Von Hotzendorf, a braços com os nacionalismos eslavos, que «uma guerra na Europa virá mais cedo ou mais tarde, e nela o que estará em causa será a luta entre o mundo germânico e o mundo eslavo»[1130].

A mitologia etnocêntrica, transformada em ideologia pela propaganda, legitimava o belicismo das grandes potências europeias. Se a França lutava em nome da civilização latina, a Alemanha invocava a cultura, vista como «ideia de Estado étnico» que traduzia a superioridade material e tecnológica da civilização germânica[1131].

Esta visão da guerra como conflito de civilizações seria teorizada pelos monárquicos portugueses de acordo com as suas convicções filosóficas, ideológicas e de oportunismo político. Para os aliadófilos indiscutíveis, como Aires de Ornelas e Homem Cristo Filho, a causa da França e da Inglaterra exprimia o confronto da civilização com a barbárie. Aires de Ornelas, habituado a reflectir sobre política internacional, via na política alemã aquilo que Hobsbawm apelidara de «metas ilimitadas»[1132], ou seja, o desejo insaciável de dominar os mares e o mundo. Para o demonstrar citava o Kaiser, para quem «qualquer interesse que surgisse contra o interesse alemão tinha que ser esmagado com o punho ferrado»[1133]. Ornelas

---

[1128] *Ob. cit.*, pp. 153-163.
[1129] Cf. Miguel Castelo- Branco, *ob. cit.*, p. 100.
[1130] Martin Gilbert, *ob. cit.*, p. 40.
[1131] *Ibidem*.
[1132] Cf. *ob. cit.*, p. 100.
[1133] Aires de Ornelas, *Um Ano de Guerra (Agosto de 1914 a Agosto de 1915)*, Porto, Magalhães & Moniz, 1916, p. 21.

vislumbrava nesta manifestação de força o resultado da aliança da cultura científica alemã com o militarismo de raiz prussiana, circunstância que explicava a «desumanidade» do conflito: «A união da barbárie com a ciência, da kultur com o militarismo, negada pelos devaneiadores [sic] internacionais, proclamada agora e orgulhosamente reivindicada pelo célebre manifesto dos intelectuais alemães, eis o que explica o carácter pavoroso e absolutamente anti-humano que a guerra alemã tem assumido»[1134].

O antagonismo entre as duas civilizações reflectia, afinal, a diferença entre a cultura arrogante e musculada dos germânicos e a cultura humanista e centrada nos valores e no direito da civilização latina[1135]. Para Ornelas, «esta guerra vem revelar-nos que, como no tempo de Tácito, a civilização e barbárie, a *Rheno separatur*»[1136]. O combate ao expansionismo da Alemanha assumia pois a defesa da cultura, das letras e dos valores romanos e latinos contra os perigos que além-Reno a ameaçavam. Em França, a Sorbonne juntou um grupo de intelectuais de vários países, a 15 de Fevereiro de 1915, numa manifestação cívica e cultural contra o perigo germânico. A Alemanha viu-se dissecada pelos intelectuais que, como Homem Cristo Filho, viam na guerra um confronto entre o «ideal de potência» e o «ideal de perfeição», em que a civilização latina representava as aspirações de beleza e liberdade a que todo o indivíduo podia legitimamente aspirar[1137]. Mas não era a Alemanha, na consciência dos europeus, a pátria do idealismo e da estética, vertida no pensamento e nos escritos dos seus filósofos, escritores e artistas?

Aires de Ornelas, que participou dessa necessidade que atravessou o campo intelectual, de decifrar o enigma e a aparente contradição, esforçou-se por derrubar essa «doença» que aceitava a «superioridade da cultura alemã». Com efeito, a Alemanha «idealista e sonhadora» não fizera mais do que «impregnar-se» da cultura latina, não era genuína, era uma *imitatio*[1138].

[1134] *Ibidem*, p. 42.
[1135] *Ibidem*, pp. 42-43. «Veja-se agora em contraposição o que é a civilização latina; o velho direito romano pelo respeito pela lei, a cultura como meio de adoçar os costumes, de suavizar a vida, de nos tornar mais homens, alheios a nada do que seja humano, na admirável frase do poeta latino, temperando a força pelo cavalheirismo, tornando a honra o braço indelével do carácter, usando a caridade como a atenuante das exigências que a guerra tornar necessárias».
[1136] *Ibidem*.
[1137] Cf. Miguel Castelo-Branco, *ob. cit.*, pp. 102-103.
[1138] Cf. *Ob. cit.*, pp. 42-43.

Mas nem todos partilhavam desta visão negativa a propósito da Alemanha. Alfredo Pimenta, germanófilo convicto, citava Nietzsche para afirmar que a civilização latina tinha como função a criação da beleza, era do domínio do espiritual; enquanto que na civilização germânica avultava a sua função «temporal, política e económica: obra de força»[1139]. Os sectores neo-tradicionalistas defendiam, por outro lado, que a civilização latina estava em decadência, enquanto a sua oponente germânica se encontrava numa fase de crescimento e afirmação. Adeptos das virtudes morais da guerra, todos asseveravam que as civilizações, na sua origem, apresentam um temperamento guerreiro, enquanto o pacifismo era apanágio do seu período de decadência[1140].

Tais afirmações significavam que além de conflito cultural, a guerra assumia igualmente uma dimensão moral. Muitos realistas, como Homem Cristo Filho, Caetano Beirão, João de Almeida e Alfredo Pimenta, faziam a apologia da conflagração enquanto instrumento de revigoramento dos povos e das raças. João de Almeida afirmava a esse propósito: «Eu não odeio a guerra porque, em momentos de crise e de abatimento, de degenerescência como a actual, quando conduzida com honra e dignidade pode ela ser a nossa salvação. Porque só na guerra se desenvolvem e fortificam as mais nobres virtudes do homem; e a guerra é a melhor escola de educação cívica de um povo[1141]». Se Homem Cristo Filho admitia que a guerra significava a construção de um mundo novo e de um aperfeiçoamento da sociedade[1142], os germanófilos mais radicais, como Pimenta e Beirão, exaltavam o belicismo alemão em nome da sobrevivência nacional. Adeptos do darwinismo social e dos seus avatares, evocavam as «leis imutáveis» segundo as quais só a guerra faz grandes nações e que a «vida é a luta constante pela sobrevivência». Estas ideias, hauridas das concepções etnocêntricas, encontram-se plasmadas em escritos produzidos por militares alemães, como o oficial de cavalaria Friedrich von Bernhardi, que escreveu no seu livro *Germany and the Next War* (1912), que a guerra era uma «necessidade biológica» e que a Alemanha devia tomar a iniciativa das

---

[1139] Cf. Alfredo Pimenta, *A Significação Philosophica da Guerra Europeia*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1915, p. 26.
[1140] *Ibidem*, pp. 26-30; Caetano Beirão, *ob. cit*.
[1141] João de Almeida, *Visão do Crente*, 2ª ed., 1937, Livraria Tavares Martins, Porto, 1937.
[1142] Cf. *ob. cit.*, 106-107.

batalhas ou perderia a luta pelo Poder mundial. Bernhardi também evocava, num claro esforço de fundamentação teórica, a «lei natural em que se baseiam todas as leis da natureza», a «lei da luta pela sobrevivência»[1143].

O pacifismo explicaria a «debilidade da França e da Inglaterra» e a afirmação da superioridade alemã[1144]. Alfredo Pimenta avocou igualmente princípios «científicos» pedidos a Gustave Le Bon para legitimar a «brutalidade» guerreira que lançava a França sobre um fogo mortal: «A guerra faz-se com brutalidade e aspereza». Quanto à sua legitimidade, invocava Maquiavel, afirmando categoricamente que «a força é a garantia do Direito» e uma «necessidade dos povos»[1145]. A conflagração europeia constituía uma oportunidade para Portugal proceder à sua «revolução conservadora» e realizar a parte do seu sonho imperialista, pois o imperialismo mais não era do que a «luta pela sobrevivência»[1146]. Como sintetizou João de Almeida, «vamos pois pela guerra, se a guerra é necessária e ela nos satisfaz ambições queridas e justas e nos conduz à vitória dos ideais da nossa Raça»[1147]. De acordo com esta retórica, a «revolução conservadora» e o consequente ressurgimento da pátria reclamavam o imperialismo como ideologia de engrandecimento e demanda de unidade nacional.

2. Nação e Imperialismo

O imperialismo europeu não pode dissociar-se da construção moderna de nação e identidade nacional e das teorias rácicas que povoaram o universo cientista e naturalista no final do século XIX. A divisão da Europa em nações «viventes» e nações «moribundas»[1148] decorria da aplicação dos pressupostos do evolucionismo darwinista de que apenas as raças mais

---

[1143] Citado por Martin Gilbert, *ob. cit.*, p. 30.
[1144] Caetano, Beirão, *ob. cit.*, p. 62.
[1145] *Ob. cit.*, p. 16-20.
[1146] *Ob. cit.*, p. 52.
[1147] João de Almeida, *ob. cit.*, p. XX.
[1148] Cf. Joaquim António Fernandes dos Santos, *Do Império da Raça à «Raça do Império» (Etnicidade e Colonialismo, 1870-1914)*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Coimbra, Faculdade de Letras, 2002, p. XX.

aptas estariam em condições de sobreviver[1149]. Estas ideias penetraram fortemente no pensamento dos ideólogos do militarismo, como João de Almeida, que afirmava que «aqueles que crêem nessa utopia [pacifismo] desconhecem que o Imperialismo é a manifestação da vontade do mais forte […] que a própria união dos Estados na defesa da justiça e do direito comum é apenas o modo de fazer triunfar essa vontade, é ignorar a guerra e a filosofia da guerra. A ambição de viver, como a da supremacia, importa a acção e o progresso. Não há progresso sem competência, como não há competência sem luta»[1150].

A expansão imperial correspondia assim a uma etapa para afirmação das nações «viventes» em direcção a mais um estádio superior de evolução civilizacional e de progresso. A tese parece significar que o determinismo rácico não podia dissociar-se da ideologia nacionalista, pois só na unidade nacional se podiam exprimir as bases do expansionismo imperial. Como construção realizada *à posteriori*, a nação resultou de um longo processo de formação identitária desenvolvido ao longo do século XIX, período em que as elites políticas e culturais determinaram o património de cada nação e difundiram o seu culto[1151].

Em Portugal, coube a Teófilo Braga e Oliveira Martins procurarem uma fundamentação «supostamente científica» para a existência de Portugal e da sua missão histórica, construindo uma teoria geral da história que atribui um papel central ao «espírito» ou «génio» dos povos e das raças. Ambos aceitavam a superioridade hierárquica da raça branca, destinada a dominar o mundo e a reduzir as raças «inferiores» à subjugação ou ao extermínio[1152].

[1149] Valentim Alexandre, «Nação e Império», in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa*, vol. 4, [s/l], Círculo de Leitores, 1998, p. 133.

[1150] João de Almeida, *ob. cit*., pp. 115-116.

[1151] Cf. Anne-marie Thiesse, *A Criação das Identidades Nacionais*, Lisboa, Temas e Debates, 2000, pp. 14-17.

[1152] Valentim Alexandre, *ob. cit*., pp. 133-134. Sobre Oliveira Martins, leia-se Ana Leonor Pereira, «Raças e História: imagens nas décadas finais de oitocentos», separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 14, Faculdade de Letras, Coimbra, 1992. Aires de Ornelas compartilhava deste património racial, criticando o modelo de colonização desenvolvido por Portugal, dentro dos pressupostos anti-individualistas e antiliberais. Para o antigo ministro de João Franco, as nossas colónias «não são organismos sadios, são entidades doentias. Nelas legislamos, não para o indígena macua, landim, ou chope, mas para um indivíduo de cor preta que se quis fazer igual ao indivíduo branco que a teoria sectária criara. Este indivíduo branco era eleitor, eleitor deveria ser o nosso irmão de além-mar! Raças não só diferentes, mas cientificamente inferiores à nossa, com um modo de sentir e de pensar proveniente é claro da sua organização social tão diversa, da sua própria organização física tão diferente, com uma moral e uma religião até opostas à nossa, absolutamente incapazes, cientificamente falando, de adoptar aos seus cérebros rudimentares e de curto período de desenvolvimento,

Foi neste ambiente cultural e ideológico que se iniciou a campanha africana do moderno colonialismo português. Numa época em que as ameaças ao património colonial eram uma realidade decorrente da aplicação do espírito da Conferência de Berlim, as campanhas de ocupação africana constituíram uma escola de nacionalismo e imperialismo, levada a cabo pelos «heróis da ocupação»[1153].

A direita monárquica integrava muitos desses «heróis» das campanhas de ocupação de Angola e Moçambique, como foram Aires de Ornelas, Paiva Couceiro e João de Almeida, que formavam o «partido africanista»[1154]. Todos representavam uma forte corrente nacionalista e imperial ligada aos destinos africanos que se iria projectar ao longo dos anos para culminar no reconhecimento ideológico do Estado Novo[1155]. A Grande Guerra reforçou o seu papel como ideólogos da ideia imperial e arautos do nacionalismo dentro das concepções rácicas tão em voga na época. A análise das suas ideias, ainda que sucinta, deve integrar-se no quadro da mesma «revolução conservadora» que atrás identificámos, e perspectiva alguns dos mitos coloniais que atravessaram o século XX português.

As suas narrativas reforçavam as teorias que representavam Portugal como um todo orgânico, de raiz étnica ou racial, portador de um espírito ou «génio específico proveniente do fundo dos tempos»[1156]. Todos acreditavam que Portugal tinha uma «vocação» ou «génio colectivo» que correspondia

---

as nossas complicadas teorias e as nossas elevadas concepções, raças em tal estado social, foram metidas num molde que quase um século de experiência tem mostrado não ser o mais favorável possível ao habitante da mãe pátria» [Aires de Ornelas, *A nossa administração colonial. O que é, o que deve ser*, Conferência realizada na Sociedade de Geografia em a noite de 30 de Novembro de 1901, Lisboa, 1903].

[1153] Cf. Luís Teixeira, *Heróis da Ocupação*, Lisboa, Editorial Ática, 1943, p. 41.

[1154] Aires de Ornelas destacou-se como chefe de Estado-Maior de Mouzinho de Albuquerque, quando este era governador de Moçambique, tendo participado nas campanhas contra o Gungunhana. Mais tarde, em 1905, foi chamado para governar a província de Lourenço Marques, e depois para ministro da marinha e do ultramar, nos governos de João Franco. João de almeida, por sua vez, partiu para Angola em 1903, tendo participado em inúmeras campanhas de pacificação no sul daquela região, revelando notáveis qualidades militares no comando da coluna que venceu e pacificou o território dos Dembos. Foi também governador do distrito de Huíla, entre 1908 e 1911. Finalmente, Paiva Couceiro, que participou nas campanhas de ocupação de Moçambique, ao lado de Mouzinho e Ornelas, foi por este último nomeado governador-geral de Angola, em 1906. Cf. Eduardo Lupi, *Aires de Ornelas*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1936; Francisco Manso Preto Cruz, *Paiva Couceiro - Biografia Política e In Memoriam*, Lisboa, 1946; Henrique Galvão, *História do Nosso Tempo (Acção e Obra de João de Almeida 1904-1910)*, Lisboa, 1931.

[1155] Sobre o seu papel na construção de alguns dos mitos coloniais, veja-se Miguel Dias Santos, «Imperialismo e ressurgimento nacional. O contributo dos monárquicos africanistas», in *Estudos do Século XX*, nº 3, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2003, pp. 83-112.

[1156] Valentim Alexandre, *ob. cit.*, p. 133.

afinal à missão história de colonizar[1157]. Numa época marcada pelas tensões nacionalistas, o expansionismo imperialista da raça lusitana expressava a identidade da nação, emprestava um sentido à existência colectiva: «Numa conferência feita no ano passado, na sede desta mesma Liga, eu tive ocasião de expor o que a tradição nos ensinou ser o objectivo da actividade nacional: a expansão de Portugal. Dela tem resultado a posse dum dos grandes impérios coloniais do mundo actual. Essa posse impõe-nos deveres de diversa ordem e importância, que nos cabe cumprir sob pena de a perdermos, e com ela a razão de ser da nossa existência como nação autónoma e livre. Quer isto dizer: dentro desses deveres está a Política marítima que ao decoro e brio nacional cumpre seguir»[1158].

A história devia comprovar esta matriz identitária de um destino colectivo que se realizava na actividade expansionista, o que explica a profusão de textos de pendor historiográfico. João de Almeida e António Sardinha foram mais longe nessa elaboração mitográfica, ao identificar o povo da mítica Atlântida com os antepassados dos lusitanos[1159]. A elaboração da ideia de «Nação», definindo a identidade nacional, implicava a elaboração de epopeias e expressões literárias e culturais tantas vezes forjadas em documentos apócrifos[1160]. Para além do passado, a língua e a etnia serviram aos nacionalismos do fim do século para a construção das nações-Estado e para a formação de movimentos de autodeterminação[1161].

Os teóricos do nacionalismo monárquico centraram o seu discurso nas teses rácicas para fundamentar a independência de Portugal, «reconstruir» o que fosse a «raça portuguesa» e «surpreender-lhe a capacidade criadora»[1162]. No contexto de critérios etno-culturais e linguísticos europeus, a tese de João de Almeida e António Sardinha não era minimamente

---

[1157] Cf. Paiva Couceiro, *A Democracia Nacional*, cit, pp. 102-103; João de Almeida, *ob cit.*, p. 116; Aires de Ornelas, *O Ultramar Portuguez. O que foi e o que é perante o conflito actual*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1919, pp. 91-92.

[1158] Aires de Ornelas, *Política Marítima Nacional, Conferência realizada na Sede da Liga naval Portuguesa*, Lisboa, Liga Naval Portuguesa, 1910, p. 4.

[1159] Cf. Miguel Dias Santos, «O Mito da Atlântida nas leituras historiográficas do nacionalismo monárquico», in *Estudos do Século XX*, n.º 8, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2008, pp. 273-287.

[1160] Cf. Anne-Marie Thiesse, *ob. cit.*.

[1161] Eric Hobsbawm, *A Questão do Nacionalismo. Nações e nacionalismo desde 1870*, Lisboa, Terramar, 2.ª ed., 2004, pp. 97 e ss.

[1162] António Sardinha, *O Valor da Raça. Introdução a uma Campanha Nacional*, Lisboa, Almeida Miranda Sousa, 1915, p. 59.

extravagante, mas a sua cientificidade foi duramente causticada pela crítica do padre Amadeu Mariotte[1163].

O «herói dos Dembos» procurou demonstrar que a mítica Atlântida, que teria sucumbido a «profundas alterações geológicas», apresentava como vestígios «a Gronelândia, os Açores, a Madeira e as Canárias com as três grandes extensões de terra firme, as ilhas Britânicas, a Lusitânia e a Mauritânia»[1164]. O rigor histórico e arqueológico destas teorias perdia-se na intencionalidade ideológica e subjectiva da empresa, empenhada na busca das virtudes rácicas ancestrais do povo português[1165]. Tratava-se, no fundo, de «escolher» um passado ou «precedente» que, mesmo quando falsificado, cumpria uma função simbólico – cultural e identitária que devia servir de farol às gerações futuras[1166].

João de Almeida encontrava vestígios da pureza dos «atlantes» na Lusitânia, para onde aqueles teriam emigrado, «nos platós e altos vales do Minho (Castro Laboreiro, Gerez), Trás-os-Montes e na Beira», onde evitaram

---

[1163] Cf. Carlos Ferrão, *O Integralismo e a República. Autópsia de um mito*, vol. 1, Lisboa, Inquérito, s/d [1964], pp. 65-91.

[1164] João de Almeida, *Visão do Crente,* cit., pp. 11-14. A teoria da originalidade do território e da raça portuguesa, que este faz remontar aos habitantes da mítica «Atlântida», foi apresentada pelo autor em 1901, na sua tese de formatura em filosofia natural com o título *O Fundo Atlântico da Raça Portuguesa*, em que trabalhou os dados de craniometria efectuados em mancebos durante as inspecções militares e a medição de crânios da estação arqueológica de Muge. A teoria foi depois desenvolvida no livro *Visão do Crente* e referida noutros textos como *O Ressurgimento Ultramarino. Grandeza e Romantismo duma geração*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1933. Mais tarde foi aprofundada em *O Fundo Atlante da Raça Portuguesa e a sua Evolução Histórica,* Lisboa, 1950.

[1165] Eis alguns factos que supostamente atestavam a continuidade entre os «Atlantes» e os Lusitanos: «a - As navegações dos Lusitanos ao longo da costa atlântica mantiveram-se sempre, tanto para norte como para sul, desde os tempos mais remotos da proto-história, e delas se serviram os Fenícios, Gregos, Cartagineses e Romanos. E os Lusitanos e os Portugueses as mantiveram também para o sul […]. b - O carácter insular e de projecção oceânica do nosso povo, que em todos os tempos se reconheceu existir nos Lusitanos e depois nos Portugueses, provém, sem dúvida, da hereditariedade de uma raça que, para possuir tais características, teria de viver isolada numa grande ilha, ou continente, cercado de água por todos os lados, e que, […] só podia ser a Atlântida. […] E quando, depois da conquista de Ceuta, as nossas caravelas começaram a navegar no mar largo, o fim não devia ser outro senão o de procurar a localização das terras da Atlântida, que se sabia existirem no Oceano […]; f - O sentimento da existência da Atlântida nunca se perdeu; ele esteve sempre na memória dos Lusitanos e perdura ainda na alma dos Portugueses» [*O Fundo Atlante da Raça Portuguesa*, Lisboa, Edição do Autor, 1949].

[1166] Cf. Miguel Dias Santos, art. cit., p. 283. Escreveu Ornelas: «Procurar esta ideia criadora da nação é portanto o verdadeiro critério da história; indicar qual foi o seu esforço em prol da humanidade, qual a energia com que contribuiu para o seu progresso, para o alargamento da sua esfera de acção, numa palavra mostrar o que foi a sua força de expansão e como ela se traduziu em aquisição de imortalidade, tal é ainda o elevado conceito que deve apresentar a filosofia da história» [Aires de Ornelas, *O Ultramar Portuguez. O que foi e o que é perante o conflito actual*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1919, p. 8].

a «mestiçagem» e formaram uma raça pura, o «Homo Atlanticus»[1167]. As invasões posteriores da península, por iberos e celtas, teriam dado origem às duas raças peninsulares, os lusitanos e os celtiberos, mas estes cruzamentos não produziram qualquer alteração «no fundo dessas raças primordiais». Estavam assim explicadas as diferenças étnicas entre os portugueses e os espanhóis, que no contexto da mestiçagem europeia significavam todavia a pureza das raças peninsulares[1168].

A tese de João de Almeida evolui na pré-história e na história medieval de Portugal, analisando em detalhe a chegada à Lusitânia dos vários povos, desde os fenícios, até aos «árabes», passando por gregos, romanos e «bárbaros do norte». Para o nosso estudo interessa saber que João de Almeida encontrou na origem atlântica dos lusitanos um temperamento expansionista que sobredeterminou a reconquista cristã e os próprios descobrimentos. O fim da reconquista cristã marcava a emergência de uma verdadeira comunidade nacional, pois estava fixada a «unidade moral, de raça, língua, usos, costumes e aspirações»[1169].

As narrativas dos oficiais monárquicos valorizavam a Idade Média e a Renascença porque eram épocas em que Portugal se confirmava como nação imperial, dando continuidade às exigências expansionistas da raça. Aires de Ornelas defendia que a conquista do Algarve era a «primeira afirmação da força expansiva da Nação e também a primeira façanha da marinha nacional»[1170], enquanto João de Almeida vislumbrava nas conquistas de D. Sancho o modelo de colonização próprio da «raça» lusitana. Quanto aos descobrimentos, constituíam uma etapa na afirmação gloriosa da raça,

---

[1167] João de Almeida, *Visão do Crente,* cit., p. 16. A constituição física da «raça lusitana ou atlântida» era assim descrita: «O extracto fundamental dessa raça lusitana ou atlântica, que a antropologia nos identifica e comprova com a nossa actual, era caracterizada por uma média e robusta altura, cabeça, longa, dolicocéfala, de ociput desenvolvido, suturas complicadas, face moderadamente alongada, mezoprozapa, glabela acentuada, nariz mezorrinico, órbitas micozenas, olhos e cabelos escuros, cor morena, fémures em pilatras, tíbias platicerénicas na sua maioria e números quase sempre perfurados» [*Ibidem*, pp. 17-18.].

[1168] Os nacionalismos do fim do século XIX prezavam a pureza da raça, o que explicaria a efervescência anti-semita em algumas regiões da Europa. Na Inglaterra, pelo contrário, orgulhavam-se da origem mestiça e da mistura filológica da língua (bretões, anglo-saxónixos, escandinavos, normandos, escoceses e irlandeses). Cf. Eric Hobsbawm, *ob. cit*., p. 103.

[1169] *Ibidem*, pp. 65-78. Apesar das nações serem uma construção moderna, os teóricos do nacionalismo procuravam na história a legitimidade da ideia de nação. Mas, na realidade, a nação, enquanto construção teórica e ideológica, só pode ser conhecida prospectivamente e *à posteriori*. Cf. Eric Hobsbawm, *ob. cit.*, p. 13.

[1170] Aires de Ornelas, *O Ultramar Portuguez. O que foi e o que é perante o conflito actual*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1919, pp. 9-10.

«rompendo as estreitas fronteiras do mundo antigo»[1171], «ampliando o horizonte do mundo antigo»[1172] e assim estabelecendo os alicerces da civilização moderna. A ideia moderna de império, criação de heróis e estadistas lusitanos, constituía, para os teóricos do nacionalismo monárquico, o contributo português para o progresso geral da história e da civilização ocidental[1173].

Havia nestas crenças uma concepção providencialista da história, uma ideia subjectiva acerca de um destino histórico sobredeterminado pelas qualidades inatas da «raça»[1174]. Essa «fatalidade étnica», essa força misteriosa e colectiva, explicava a emergência de Portugal como nação imperial, correspondia ao «génio colectivo» ou a «uma ideia nacional sempre igual a si própria» que traçava a matriz identitária de Portugal[1175].

Este conjunto teórico não pode ser entendido fora dos nacionalismos forjados entre a crise de 1890 e a I Guerra Mundial. Foi já demonstrado como o imaginário colectivo respondeu a essa crise com a formulação de um novo período imperial a desenvolver no continente africano[1176]. A construção da «Nação Imperial» ou do «Portugal Maior» atravessou as narrativas dos monárquicos africanistas entre o final do século XIX e o Estado Novo, mantendo uma coerência doutrinária que não deixaria de contribuir para os mitos da «herança sagrada» e da «missão civilizadora» e da ilusão de grandeza que se veio a apoderar dos ideólogos do Estado Novo[1177]. Os

---

[1171] Paiva Couceiro, *ob. cit.*, p. 101. «Veio depois essa maravilhosa Empresa da Descoberta Marítima, pela qual […] os nossos antepassados romperam as estreitas fronteiras do Mundo antigo, trazendo para a evolução da cultura e da actividade modernas, toda a periferia do globo».

[1172] Aires de Ornelas, *ob. cit.*, p. 14.

[1173] João de Almeida, *ob. cit.*, pp. 85-86. Paiva Couceiro, *ob. cit.,* p. 115; Aires de Ornelas*, ob. cit.*, p. 20. Escreveu Ornelas: «Mas as descobertas ampliaram o horizonte do espírito humano precisamente naquele momento, supremo e único da história, qual é caracterizado sob o nome de Renascença, em que o humanismo dá lugar à plena expansão do Homem, como uma realidade viva e forte. Idade de heróis, a renascença é a época do imperialismo, e como o âmbito do mundo se alargara é sobre ele todo, e não só sobre a velha Europa, que ele deve assentar; assim temos a génese da formidável concepção imperialista que surgiu no cérebro poderoso dum dos homens típicos dessa Renascença, o Príncipe Perfeito: a união das duas coroas peninsulares numa só cabeça, e vergados a esse poder, as duas Índias, ocidentais e orientais, a Ásia e a América, o mundo velho e o mundo novo. A visão é na realidade colossal».

[1174] Cf. Miguel Dias Santos, *art. cit*., pp. 90-91.

[1175] Cf. Aires de Ornelas, *ob. cit.*, p. 8; Paiva Couceiro, *ob. cit.*, pp. 102-103.

[1176] Cf. Alexandre, Valentim, *Velho Brasil Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Edições Afrontamento, 2000; Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, p. 33.

[1177] Cf. Miguel Dias Santos, *art. cit*. Neste artigo pode encontrar-se a vasta produção bibliográfica produzida a propósito deste imperialismo nacionalista, a partir da década de

«heróis africanistas», fundadores da «moderna escola colonial», perseguiam os caminhos trilhados pelos antigos colonizadores, Afonso de Albuquerque, Vasco da Gama ou Francisco de Almeida (João de Almeida descendia do 1º. vice-rei da Índia) fundando em África uma nova era expansionista[1178].

A guerra constituía então uma oportunidade para recolocar Portugal em comunhão com o seu destino imperial, interrompido pelo liberalismo. A ideia de decadência, central na crítica antidemocrática, ressurge com as teorias de engrandecimento desenvolvidas pelos oficiais africanistas[1179]. Ao liberalismo monárquico e depois ao epílogo republicano atribuíam a responsabilidade pelo ambiente de decrepitude que inebriara o país através das «ideias alucinadoras bebidas da filosofia»[1180]. Ilustração e Revolução eram portanto responsáveis pela ruptura com as leis imutáveis da história, no fundo, com o génio colectivo que se revelou em toda a sua extensão na «missão civilizadora» de Portugal. A «tradição imperial» estiolava ante as arremetidas do individualismo, depreciava-se o interesse colectivo e a «consciência nacional» em face dos «políticos sem escrúpulos», das «quadrilhas democráticas» que condenavam a nação à decadência[1181]. Se o liberalismo e a democracia continham em si mesmos, como componentes ontológicos, os elementos constitutivos da ruína colectiva, a «tradição imperial», isto é, a «verdade biológica» da nação portuguesa[1182], haveria de alcandorar Portugal a uma nova «época de ouro». Esta concepção explica a importância dos mitos, como o mito da Atlântida, enquanto utopia regressiva que ambicionava «restaurar a consciência colectiva» através do regresso ao tempo primordial[1183].

---

vinte, que aprofunda muitas das ideias aqui sumariamente analisadas. Por isso nos socorremos apenas da bibliografia produzida durante o período que é aqui objecto de estudo.

[1178] Aires de Ornelas, *Política Marítima Nacional, Conferência realizada na Sede da Liga naval Portuguesa*, Lisboa, Liga Naval Portuguesa, 1910. «Nós hoje, os da moderna escola colonial, somos com orgulho justificado o posso dizer, os representantes daquela tradicional política imperialista portuguesa que nas mal alinhavadas regras que precedem tenho procurado deixar esboçada. No primeiro período, marcamos na Ásia os moldes em que havia de assentar mais tarde o império britânico; no segundo criamos o Brasil. Agora entramos no período Africano; é o terceiro da expansão nacional».

[1179] Cf. Miguel Dias Santos, *art. cit*., pp. 92-93.

[1180] Cf. Henrique de Paiva Couceiro, *ob. cit.*, p. 117.

[1181] Cf. Aires de Ornelas, *Política Marítima Nacional*, Conferência realizada na Sede da Liga naval Portuguesa, Lisboa, Liga naval Portuguesa, 1910; João de Almeida, *ob. cit*.; Henrique de Paiva Couceiro, *ob. cit*.

[1182] António Sardinha, *ob. cit*., p. 120.

[1183] Cf. Miguel Dias Santos, «O mito da Atlântida nas Leituras Historiográficas do Nacionalismo Monárquico», in *ob. cit*., p. 281.

Compreende-se, no âmbito deste quadro teórico e interpretativo, a importância atribuída ao conflito europeu, visto como catástrofe regeneradora, devolvendo Portugal à sua vocação imperial, reatando a «tradição quebrada» pelo liberalismo individualista[1184]. O belicismo dos monárquicos africanistas aspirava a animar a «nação» de um desígnio colectivo que rompesse com a anomia colectiva inaugurada com o liberalismo. Paiva Couceiro, citando o Renan da célebre conferência «O que é a nação?» (1882), afirmava que a existência dos povos dependia desse desígnio que consistia em «ter feito grandes coisas reunidas» e «estar no propósito, ainda, de fazer outras coisas semelhantes»[1185], domínio ôntico que Ornelas identificava também com a «expansão de Portugal»[1186].

Havia uma visão trágica neste enunciado, pois os teóricos do «Portugal Maior» vislumbravam na recusa da política expansionista a morte da nacionalidade[1187]. Por isso, uma política imperialista efectiva não significava apenas o reatar dessa «fatalidade étnica» de colonizar, era todo um programa ideológico marcado pelo nacionalismo e pelos valores antimodernos: «Portugal tem também os seus objectivos a alcançar, os seus fins a atingir, tem também o seu *imperialismo*. […] É indispensável libertar-se das peias avassaladoras dos espíritos e dos actos, das imposições deprimentes, e, primeiro que tudo, reatar a tradição quebrada pela acção nefasta e dissolvente das importações exóticas mal apropriadas e pior digeridas, como impróprio alimento do seu organismo. Integrar a nacionalidade nos moldes políticos e orgânicos talhados na rigidez e austeridade dos princípios e na pureza dos costumes e tradições da raça, inspirados nos grandes ideais de nobreza e engrandecimento, dando largas às tendências e aspirações da nacionalidade, deve ser o início da obra que compete às gerações actuais»»[1188].

A problemática que então se arrastou para discussão, prendia-se com a forma como devia ser conduzida a política imperialista de Portugal no contexto da guerra, atendendo à sua reduzida capacidade militar e à sua

---

[1184] Cf. Henrique de Paiva Couceiro, *ob. cit.*, p. 115.
[1185] *Ibidem*, p. 102.
[1186] Aires de Ornelas, *ob. cit.*, p. 4. «Uma nação é um ser vivo, um organismo que se perpetua através do tempo e da história com tradições, isto é, com um passado que é seu e com um objectivo, uma razão de ser que é o seu futuro, a própria determinante da sua existência actual».
[1187] Cf. Aires de Ornelas, *ob. cit.*, p. 4; João de Almeida, *ob. cit.*, p. 116.
[1188] João de Almeida, *ob cit.*, pp. 116-117.

situação de periferia da Europa. Sabe-se que a vizinha Espanha aproveitava a sua condição de potência continental peninsular para negociar dividendos, que reforçavam, inclusive, o chamado «perigo espanhol» sobre Portugal. Com feito, Afonso XIII, empenhado em recuperar «una antigua grandeza», negociou a sua neutralidade com a Entente e com a Alemanha na esperança de conseguir alargar a sua zona de influência. Em 1914, enquanto conseguia da Alemanha a «oferta» de Gibraltar, Portugal e Tânger, o monarca solicitou à França «alguna satisfacción tangible»[1189]. Todas as potências acreditavam que o conflito mundial continha a chave política para o aumento ou a perda de influência territorial e geo-estratégica.

No caso de Portugal, a maioria dos políticos tinha consciência de que a prioridade estava em manter a integridade do seu património colonial, no quadro da aliança com a Inglaterra. Como podia então Portugal, um país pobre e periférico, desenvolver uma política efectivamente expansionista? Os monárquicos africanistas tinham consciência destas debilidades, por isso entendiam que uma política de engrandecimento só poderia ser desenvolvida em África, porque aí se afirmavam claramente os interesses coloniais do país[1190]. Importava não só proceder à defesa das colónias, face à ameaça alemã, mas igualmente intentar a expansão das fronteiras, recuperando territórios de que Portugal tivesse sido despojado.

Para além dos objectivos, a natureza dos conflitos coloniais aconselhava esta solução como a mais adequada ao exército português. O autor da *Visão do Crente* conhecia bem as limitações das forças militares, asseverando a sua falta de preparação para uma guerra moderna determinada pelos fracos recursos bélicos e financeiros. Mas tais limitações não significavam qualquer inferioridade militar. Acontecia que «a índole das tropas nacionais estaria mais em harmonia com as campanhas coloniais», numa guerra que se revelava, afinal, «mais penosa» pelos rigores da natureza[1191].

Ao orientar a sua política belicista para o continente africano, Portugal não se limitaria à defesa da sua soberania colonial. Os africanistas entreviam no conflito a possibilidade de engrandecimento de Portugal através de uma

---

[1189] Javier Tusell e Genoveva G. Queipo Llana, *Alfonso XIII*, Madrid, Taurus, 2.ª ed, p. 287.
[1190] Cf. «Portugal na Guerra», *O Dia*, 12-12-1917, p. 1.
[1191] Cf. *ob. cit.,* pp. 126-129.

política inequivocamente expansionista. Mas em vez de uma expansão que resultasse de uma política de conquista, impossível para um país periférico e de fracos recursos como Portugal, pensava-se numa forte política diplomática que permitisse ao país estabelecer exigências nas conferências do pós-guerra, não esquecendo talvez que o destino colonial de muitas regiões do globo havia sido definido em conferências internacionais. Fora o caso mais recente da ocupação do norte de África, partilhado pela França, Espanha e Itália no âmbito da conferência de Algecira de 1906. Já em 1904, um tratado bilateral entre a Inglaterra e a França abria a esta última as portas de Marrocos, que manteve um conflito aberto com a Espanha pela posse do território até à década de vinte[1192].

A posse de Marrocos voltou a ser uma prioridade e tornou-se o eixo da rivalidade entre as principais potências europeias, quando a Alemanha, em 1911, procurou alargar a sua influência à região, tentando estabelecer um porto em Agadir, na costa atlântica. A chegada de um barco alemão, em Agosto desse ano, obrigou os britânicos a ameaçar com a abertura de hostilidades se a Alemanha não retirasse. A pressão da Inglaterra e da França produziu os seus efeitos, mas aumentou o rancor e a hostilidade da Alemanha[1193].

Marrocos ocupou um papel central no pensamento imperialista dos principais teóricos do nacionalismo imperialista e integral. Ceuta dera início à actividade expansionista dos portugueses, tendo sido inclusive objecto de rememoração solene em 1915, e ressurgia na pena dos ideólogos imperialistas através de uma nova «visão» de engrandecimento. Tanto João de Almeida, então a residir em Marrocos[1194], como Aires de Ornelas, viam no norte de África a zona de expansão «natural» de Portugal. Ambos perspectivavam que esse domínio se confirmasse como a solução razoável para a questão marroquina, «à espera da qual ainda hoje se encontra a

---

[1192] Cf. Témime, É., Broder, A., Chastagnaret, G., *Historia de la España contemporánea. Desde 1808 hasta nuestros días*, Barcelona, Editorial Ariel, 1985, p. 178; [João de Almeida], *Marrocos Terra Irredenta de Portugal*, Memorial apresentado ao Governo Português por um grupo de nacionais residentes em Marrocos, 1917, pp. 27-33.

[1193] Cf. Martin Gilbert, *ob. cit.*, pp. 32 e 37-38.

[1194] João de Almeida tinha regressado do seu exílio em 1915, durante a ditadura de Pimenta de Castro. Expulso de novo do país, após a revolução sangrenta de 14 de Maio, deslocou-se para Marrocos, onde vivia quando se deu a entrada de Portugal na I Guerra Mundial. Possuidor de exaltado sentimento patriótico que o impeliu para o conflito, ofereceu-se no consulado de Casablanca, de acordo com as instruções de D. Manuel, para ingressar no CEP, oferta que foi recusada.

Europa»[1195]. Mas João de Almeida, arvorando a sua tese étnica sobre a proximidade rácica dos habitantes da península e do norte de África, defendia os direitos históricos de Portugal: «Se Marrocos não pode viver nem civilizar-se só por si, se a sua nacionalidade precisa de *protecção* de outras nações para a governarem e administrarem, entregue-se essa missão a quem mais direitos possuía, pela raça, pela semelhança do meio, pela prioridade de acção e mais competência tenha mostrado pelas obras passadas e garantias no futuro. Esse direito compete a Portugal»[1196].

Tal pretensão dirimia-se no âmbito dos interesses geo-estratégicos gizados em torno da soberania do Estreito de Gibraltar, considerando o autor que um acordo entre a Espanha, Inglaterra e Portugal garantiria a «neutralidade do estreito». Para João de Almeida, o domínio de Marrocos e de Tânger, não só constituía um direito histórico, como era «para as duas nações peninsulares uma nova forma do imperialismo ibérico; é uma necessidade e um direito»[1197].

Definida a zona como «protectorado», iniciar-se-ia o processo de colonização efectiva, segundo o modelo histórico e orgânico de nacionalização dos novos territórios: pela emigração de portugueses, que em dezenas de anos «seria mais do que suficiente para transformar os territórios da sua zona numa perfeita continuidade do Portugal europeu»[1198].

A ocupação de Marrocos por Portugal inscrevia-se no quadro da tradicional aliança com a Inglaterra, que João de Almeida supunha a principal interessada no «engrandecimento de Portugal», reforçando por esta via a sua posição no Atlântico. Mas significa que o antigo governador de Huíla não admitia a intervenção no conflito armado, em nome da mesma aliança, com todos os «perigos e sacrifícios da guerra» sem que Portugal viesse a colher benefícios políticos, em termos de uma clara expansão territorial[1199].

[1195] Aires de Ornelas, *Política Marítima Nacional. Conferência realizada na Sede da Liga Naval,* Lisboa, Liga Naval Portuguesa, 1910, p. 24.
[1196] *Ob. cit.*, pp. 98-99.
[1197] *Ibidem*, p. 184. A propósito da conferência de Algeciras afirmou: «Todo o mundo sabe, todas as nações o sentiram e o palpitaram nessas conferências internacionais de Madrid e Algeciras […] que o Povo que tinha direito a Marrocos é Portugal. Mas a política seguida pelas potências interessadas, estabelecendo convénios e tratados, visando à posse de Marrocos, pondo de parte e arredando sistematicamente os direitos de Portugal, representou uma violência e um esbulho para quem não podia responder-lhe pela força».
[1198] *Ibidem*, p. 145.
[1199] *Ibidem*.

Aires de Ornelas, chefe político do partido monárquico, postulava a participação portuguesa no conflito mundial sob a égide da aliança anglo-portuguesa. Ornelas entendia que a concepção imperialista do século XIX, associada ao desenvolvimento capitalista, implicava uma luta e uma concorrência por novos mercados e pela influência económica no mundo. Considerava que a nova roupagem imperialista, motivada por razões económicas e comerciais, não apontava para a conquista e ocupação de novos territórios, como pretendiam os seus correligionários João de Almeida e Paiva Couceiro, que viam no imperialismo colonial a política de construção de países idênticos à metrópole. Pelo contrário, o expansionismo moderno aspirava a anexar vastos territórios, com soberania decidida em Congressos, visando o seu desenvolvimento comercial e industrial. No plano político e ideológico, esta concepção, que Ornelas associava à política colonial da Inglaterra[1200], vinculava a ideia da criação de novas sociedades unidas à «pátria-mãe» pelos mesmos interesses e pela solidariedade da raça: «Tal é a concepção da ideia imperialista ao findar o século XIX; dela se deduz todo o sistema colonial moderno: o aumento constante da força viva da mãe pátria, pela associação de sociedades novas, as colónias de antigas eras, ligadas pela troca de interesses, apertadas pelo laço misterioso, mas tão forte, da unidade da raça»[1201].

A grande questão nacional era, pois, a de saber como podia Portugal adaptar-se a esta nova concepção imperial, considerando a sua situação periférica e o seu atraso industrial. Segundo Aires de Ornelas, o país teria de modificar o seu modelo tradicional de colonização ou seria incapaz de resistir à concorrência mundial[1202]. O seu apurado conhecimento de política e diplomacia internacionais impelia-o a defender o fortalecimento de Portugal tendo como base o reforço da velha aliança com a Inglaterra, com vista à manutenção do império colonial e à construção do «Atlântico em Lago anglo-latino». Consciente das debilidades materiais do país e da importância estratégica do Atlântico na rivalidade entre a Grã-Bretanha e a Alemanha[1203], o chefe monárquico propugnou a «união das potências atlânticas» contra o expansionismo alemão. A Portugal, pelo seu domínio de

---

[1200] Cf. Heinz Gollwitzer, *ob. cit.*, p. 54.
[1201] Aires de Ornelas, *ob. cit.*, pp. 91-92.
[1202] *Ibidem*.
[1203] Cf. Nuno Severiano Teixeira, *ob. cit.*, p. 80.

pontos-chave no atlântico insular e na costa ocidental africana, ficava reservado um papel nevrálgico na nova ordem geopolítica, que devia incluir o Brasil, nação ligada a Portugal pelos laços inexpugnáveis da raça[1204]. A consecução de tais objectivos justificava assim plenamente a entrada de Portugal na guerra, vista igualmente como única via de sobrevivência do país e da integridade do seu império colonial[1205].

A questão colonial ganhou maior amplitude nas vésperas da Guerra e prendia-se com o renovado interesse da Inglaterra e da Alemanha em dividir entre si as colónias portuguesas, tendo-se iniciado as negociações no princípio de 1912. Apesar de hoje sabermos que a Inglaterra não se empenhou verdadeiramente nesta partilha[1206], o problema colonial foi uma bandeira política que os monárquicos bramiram com mestria, no sentido de convencer a opinião pública da incapacidade política e administrativa da república[1207]. Exagerando muitas vezes o perigo, afirmavam convictamente que o fim do império colonial implicava o fim da independência de Portugal[1208].

As apreciações negativas à política colonial da república vinham dos mais variados segmentos ideológicos da direita conservadora. Os antigos oficiais africanistas acusavam-na de ceder os interesses nacionais às conveniências e ao proveito das «quadrilhas republicanas e da demagogia»[1209]. No plano das realizações práticas, censuravam a política republicana de favorecer os apetites alemães em Angola e Moçambique, numa época em que ressurgira o acordo anglo-alemão de partilha do império colonial português, a troco do reconhecimento internacional do novo regime. Afirmava Paiva Couceiro: «Logo em 1911, por exemplo, a república, - a troco plausivelmente do seu reconhecimento pela Alemanha – abriu as

---

[1204] Aires de Ornelas, *O Ultramar Português. O que foi e o que é perante o conflito actual*, cit., pp. 116-117. Também João de Almeida defendia uma associação entre o Brasil e Portugal, considerados os laços étnicos que unem os dois países, para a «formação de um grande Império Lusitano», símbolo de unidade da mesma raça. Cf. João de Almeida, *ob. cit.*, pp. 189-193.

[1205] *Ibidem*.

[1206] John Vicent-Smith, *ob. cit.*, pp. 66-69. À Inglaterra não interessava ceder colónias portuguesas à Alemanha. Por isso, apesar da assinatura de um acordo anglo-alemão, ninguém vislumbrava a possibilidade de se anular a aliança luso-inglesa e o tratado que previa que a Inglaterra estava obrigada a defender as colónias portuguesas de qualquer ameaça.

[1207] Aires de Ornelas, *As Doutrinas Políticas de Charles Maurras*, cit., pp. 56-57.

[1208] *Diário da Manhã*, n.º 9, 05-06-1914, p. 1.

[1209] João de Almeida, *ob. cit.*, p. 203-205.

portas à influência alemã na província de Moçambique, entregando a missionários alemães, patrocinados pelo governo imperial, a missão da Zambézia. Do lado de Angola, temos depois, em 1913, o decreto chamado de «Portas Abertas». Abrindo facilidades às manufacturas alemãs, com prejuízo reflexo da Indústria Portuguesa, aí se reconhece da nossa parte uma cedência, só explicável logicamente […] pela falta de consciência portuguesa […]»[1210].

O consenso sobre o património colonial explica que a retórica monárquica explorasse em proveito próprio as ameaças a esse património. Por isso, a política da república, e em especial a lei de 17 de Novembro de 1913, era vista como uma das mais ruinosas medidas políticas de governação, para Portugal e para a indústria portuguesa[1211]. Aires de Ornelas via nesta política de concessões a confirmação do espírito antipatriótico dos republicanos, acentuando a contradição com o exacerbado fogo patriótico que tinham revelado em 1890[1212].

Por outro lado, a existência de Portugal como nação imperial explica a importância das colónias no debate sobre a entrada do país no conflito. Aires de Ornelas, apesar de aliadófilo indiscutível, admitia a beligerância de Portugal para defesa do património colonial, mas essa beligerância devia concretizar-se em África e não no teatro europeu. A cooperação em África e na Europa, fornecendo à Inglaterra material de guerra, constituía a forma ideal de salvaguardar os «deveres da aliança» e sentar Portugal numa futura conferência de Paz[1213]. Para muitos monárquicos, como se verá, a neutralidade colaborante era a política que melhor servia os interesses coloniais de Portugal.

[1210] Paiva Couceiro, *A Democracia Nacional*, Coimbra, Edição de Autor, 1917, pp. 217-218.

[1211] Luís de Magalhães, «A Perda d'Angola», in *Diário da Manhã*, n.º 47, 18-07-1914, p. 1. A lei reduzia de 3 para 1,2 por cento os direitos de trânsito sobre produtos industriais estrangeiros. Esta lei era descrita pela oposição como o instrumento político que incentivou a Alemanha a desenvolver uma política de organização económica e migração para o Sul de Angola, que seria discutida na Europa como instrumento de expansão imperial daquele país. Luís de Magalhães refere ainda os prejuízos para os industriais algodoeiros portugueses, que teriam apresentado ao governo o seu descontentamento.

[1212] Aires de Ornelas, *As Doutrinas Políticas de Charles Maurras*, Lisboa, Livraria Portugal Editora, 1914, pp. 56-58.

[1213] Aires de Ornelas, *Segundo Ano de Guerra (Agosto de 1915 a Agosto de 1916)*, Porto, Magalhães & Moniz, 1918, pp. 18-26.

Capítulo III
Os Monárquicos contra a Guerra

1. A «Segunda Outubrada»

Na antecâmara da Guerra, a política externa de Portugal encontrava-se sobredeterminada pela possível ameaça ao seu património colonial e pelo «perigo espanhol», problemas que a retórica monárquica imputava ao regime republicano. O «perigo espanhol» teria atingido proporções alarmantes por força das péssimas relações entre Portugal e Espanha depois de instaurada a República. Para muitos, o «perigo espanhol» decorria das ambições expansionistas que alguns sectores, próximos de Afonso XIII e de alguns segmentos mais conservadores, como carlistas e católicos, exibiam em relação a Portugal.

Na vizinha Espanha, Portugal era tema de discussões em vários quadrantes político-ideológicos, que depois da instauração da república recuperaram a velha questão ibérica. Muitos comungavam da ideia de uma nacionalidade em decadência que justificava a intervenção das potências europeias por incapacidade política de sobreviver[1214]. No complexo jogo diplomático, Espanha procurava aproximar-se da França e da Inglaterra desde o início do século, a propósito do contencioso de Marrocos. Afonso XIII não desdenhava uma absorção de Portugal e por várias vezes negociou essa possibilidade com a Alemanha[1215] e com a própria Inglaterra. Um *post-scriptum* de Churchill a um documento do almirantado, de 5 de Dezembro de 1912, que questionava a aliança anglo-portuguesa, admitia que a absorção de Portugal pela Espanha não colidia com os interesses da Grã-Bretanha[1216].

[1214] Cf. Hipólito de La Torre Gómez, *Na Encruzilhada da Grande Guerra. Portugal-Espanha 1913-1919*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 116-117.
[1215] Javier Tusell y Genoveva G. Queipo de Llano, *ob. cit.*, p. 287.
[1216] Cf. John Vincent-Smith, *ob. cit.*, pp. 92-93.

A existência de um verdadeiro «perigo espanhol», explorando as controversas relações entre as nações peninsulares, não encontrava consenso entre a grei monárquica. Para alguns, como Luís de Magalhães, o «perigo ibérico» era uma realidade «possível, mas não provável», e só existia por força da instauração da república em Portugal e da sua feição jacobina, que acusava de combater a hostilidade da monarquia espanhola auxiliando o movimento republicano daquele país[1217]. Dentro desta lógica, esse perigo só seria esconjurado quando «desaparecer a república, nem antes nem depois. É um problema de regime»[1218].

Já no decorrer da contenda mundial, muitos entreviam na proximidade da Espanha à Alemanha o perigo real de uma anexação, concretizando-se assim as ambições expansionistas de Afonso XIII e de alguns sectores militares[1219]. Os integralistas amplificaram o problema durante o governo de Pimenta de Castro, vislumbrando no putativo ataque da Espanha - que muitos realistas aceitavam piamente[1220] - o resultado da instabilidade republicana. Na Liga Naval, um conjunto de conferências de cariz patriótico constituíram afinal um instrumento importante de doutrinação do nacionalismo integral[1221].

O «perigo espanhol» e a «questão colonial», muito discutidos na opinião pública no início de 1914, condicionaram a política externa de Portugal. Mas a deflagração da guerra, na vigência do governo de Bernardino Machado, foi entendida como oportunidade para Portugal solucionar os seus problemas internacionais[1222]. Com efeito, pensavam os

---

[1217] Luís de Magalhães, *Portugal e a Guerra, Coimbra*, França & Arménio, 1915, pp. 33-34.

[1218] *Diário da manhã*, nº. 9, 05-06-1914.

[1219] BNP, ELM, doc. n.º 10666, carta do 1.º conde de Tovar a Luís de Magalhães, de 30-01-1915. Mas o conde de Tovar, que vivia em Madrid, cita uma carta de Mauras, de 10 de Janeiro, para demonstrar que tal perigo não existia: «Los escritos y discursos sobre problemas exteriores [...] serian solaz más o menos ingeniosa de la fantasía, si no dispusieran para contrastar su ley de la piedra de toque de la historia. Y la historia nos enseña que la independencia de Portugal como nación es una realidad secular, inalterable por la sola fuerza de las armas, pero tan compatibles con los intereses españoles que jamás, en tantos años, tuvimos nada que tener en nuestra frontera occidental....».

[1220] Cf. BNP, ELM, caixa 46, carta do conde de Mangualde ao general Pimenta de Castro: «Meu Exmo General. De há muito os jornais vêm falando da iminênca do perigo espanhol e ainda de há mais tempo à boca pequena se fala nesse perigo. Na hipótese, pois, de uma invasão espanhola, não queria eu deixar de cooperar da defesa da minha pátria. Por isso lhe venho pedir - como um insigne favor - para me considerar oficial da 1ª reserva devendo ser chamado ao serviço em caso de mobilização, rogando-lhe ainda para - nesse caso - me ser reconhecido, na minha arma, o posto que me competiria, se em serviço tivesse continuado e não tivesse pedido a minha demissão. […] Conde de Mangualde, Fernando de Albuquerque».

[1221] Cf. *A Questão Ibérica*, Lisboa, Almeida, Miranda e Sousa, 1916.

[1222] Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, 60.

republicanos que a beligerância de Portugal, no campo da sua velha aliada, esconjurava quaisquer ameaças vindas de Espanha e assegurava a soberania sobre os seus territórios coloniais numa futura conferência de Paz. Por outro lado, reforçava a soberania e independência de Portugal, e legitimava a nova ordem política no contexto diplomático internacional[1223].

Em Portugal, a guerra despertou paixões e ódios, mobilizou a opinião pública e agravou as clivagens na sociedade portuguesa, aumentando as tensões e agravando a instabilidade endémica. O conflito armado foi aproveitado como instrumento político e ideológico, acabando por dividir a sociedade em intervencionistas e não intervencionistas, entre beligerantes e aqueles que alinhavam pela neutralidade.

O partido da guerra era liderado pelos democráticos. Afonso Costa e o sector militar do partido, constituído pelos «jovens turcos»[1224], entreviam na beligerância a resolução definitiva da questão de regime, legitimando para sempre a república e o próprio Partido Democrático no Poder. Apesar de alguns historiadores recusarem a tese da legitimidade, com o argumento de que a república estava consolidada[1225], a verdade é que os seus dirigentes tinham consciência de que a guerra constituía uma oportunidade única para construir a unidade nacional em torno dos valores patrióticos e republicanos, até aqui inexistente, e edificar uma consciência política mais homogénea que atraísse o mundo rural e os católicos, afastando definitivamente o perigo monárquico[1226].

Os próprios monárquicos tiveram consciência desse perigo de consolidação e atracção sobre o mundo conservador. Mais tarde haveriam de explorar as fraquezas da propaganda e da mobilização. Se no plano ideológico viam na guerra o prenúncio de uma «revolução conservadora» e subsequente vitória da contra-revolução, no plano político vislumbravam a hipótese de derrubar definitivamente a república. A política de mobilização dos diferentes sectores da sociedade portuguesa foi já alvo da atenção da historiografia, tendo ficado claro que a imprensa monárquica, apesar da

---

[1223] Sobre as causas da entrada de Portugal na guerra, veja-se Nuno Severiano Teixeira, *O Poder e a Guerra 1914-1918. Objectivos na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, pp. 210-211.

[1224] Sobre o esforço de guerra deste grupo, leia-se Vitorino Magalhães Godinho, *Vitorino Henriques Godinho (1878-1962). Pátria e República*, Lisboa, Assembleia da República e D. Quixote, 2005.

[1225] Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *ob. cit.*, p. 108.

[1226] Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, pp. 22-23.

posição contrária de D. Manuel, combateu a política belicista do Partido Democrático[1227]. Mas aquilo que a imprensa monárquica não podia revelar eram os planos subversivos dos sectores radicais da monarquia, que juntavam à campanha de contra-mobilização uma estratégia de confronto armado. Os anos de 1914-1917 foram férteis em projectos contra-revolucionários e criaram condições para a disposição de uma teia conspirativa permanente. Com tais expedientes, fomentaram as maiores dificuldades ao Poder instituído, aproveitando o descontentamento do exército e incitando a população ao ódio contra a guerra, Afonso Costa e o Partido Democrático.

A organização contra-revolucionária não recuou depois do fracasso da «primeira outubrada», recuperando o fôlego no início de 1914. Nas cúpulas do movimento acreditava-se que o país era hostil à república e que esse sentimento favorecia a acção dos adversários do regime: «As tentativas contra-revolucionárias continuarão indefinidamente enquanto o estado de espírito do país for de inconformidade manifesta e clara com o regime, como é. Estamos em frente de um fenómeno natural de reacção que nem está na vontade de ninguém impedir que se dê»[1228]. Quanto aos planos de subversão, mantinha-se a fecundidade recente, que dependia apenas dos planos e sensibilidades dos seus mentores. Muitos continuavam a porfiar num movimento complexo, que repetia o modelo fracassado das incursões, combinando a acção de um «exército» exterior com a deflagração de movimentos internos. Outros queriam a acção rápida e cirúrgica de «meia dúzia de grupos» que em Lisboa provocassem um golpe contra os principais órgãos de poder político e militar[1229]. A existência de múltiplos planos contra-revolucionários não oferecia, porém, condições de vitória, como se verá ao longo deste capítulo.

Esta predisposição combativa contrastava com a política de «apaziguamento» desenvolvida no início de 1914 pelo governo de Bernardino Machado. Até porque muitos monárquicos tinham conhecimento da proximidade de uma amnistia. Luís de Magalhães, por exemplo, estava convencido que o novo governo, que substituíra a administração de Afonso

---

[1227] Cf. *Ibidem*, 37-64.
[1228] ADG, Fundo do General João de Almeida, Carta de Luís de Magalhães a João de Almeida, de 27-01-1914. Pode ler-se em anexo.
[1229] *Ibidem*.

Costa, se encontrava pressionado para inaugurar «uma política de acalmação», conforme indicações do presidente da república, Manuel de Arriaga[1230].

A pacificação da vida pública, que a carta-programa de Manuel de Arriaga apresentara aos partidos republicanos, implicava uma amnistia e a revisão da lei de separação. A amnistia configurava uma exigência que muitos políticos, como Bernardino Machado, António José de Almeida e Machado Santos[1231], faziam publicamente, e parece que decorria de uma reclamação da Inglaterra e do Brasil[1232]. Recusada a hipótese de um governo extrapartidário, Arriaga convidou Bernardino Machado, regressado da embaixada no Brasil, para chefiar um governo de acalmação. Mal recebido pelos republicanos radicais, o gabinete pôs em prática uma política de «congraçamento» que tinha como objectivo «reconciliar a família portuguesa». Mas a atribuição de uma amnistia devia evitar a entrada em Portugal de «elementos que mais podiam ser causa de perturbação»[1233]. Apesar de atribuída a cerca de duas mil pessoas (1200 estavam presas)[1234], a lei de 22 de Fevereiro deixava de fora onze «elementos de perturbação», com destaque para Paiva Couceiro, João de Azevedo Coutinho, João de Almeida, Jorge Camacho, Vítor Sepúlveda e o padre Domingos Pereira[1235].

A amnistia abriu as fronteiras a figuras proeminentes da emigração, como Luís de Magalhães, e concedeu a liberdade a centenas de prisioneiros políticos, que depressa se reiniciavam em acções de conspiração[1236]. Se a intenção dos republicanos moderados era pacificar a sociedade portuguesa, tudo indicava que tinham aberto uma caixa de Pandora, pois os monárquicos não estavam na disposição de baixar as armas. Pelo contrário, aproveitaram

---

[1230] *Ibidem*.

[1231] João Chagas, *Diário I*, Lisboa, Edições Rolim, 1986, p. 35.

[1232] ADG, Fundo do General João de Almeida, carta de Luís de Magalhães a João de Almeida, de 27-01-1914.

[1233] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 19-02-1914, p. 39.

[1234] Rui Ramos, «A Segunda Fundação», in José Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 500.

[1235] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 19-02-1914, pp. 39-40.

[1236] Veja-se a carta do administrador de Viseu ao comissário da polícia da cidade, de 25 de Maio de 1914: «Os amnistiados políticos doutores Luís Ferreira de Figueiredo e filho, Luís Frutuoso de Melo Ferreira de Figueiredo, e o alferes Brito, de artilharia 7 desta cidade, conhecido e considerado como inimigo do regime, tem reunido com outros indivíduos, civis e militares, [...]. No dia 19, último, também aqui foi visto Teles de Vasconcelos, amnistiado político, que fugiu da penitenciária de Coimbra, dirigindo-se em automóvel por duas vezes, para a povoação de Abravezes, a 3 quilómetros desta cidade, onde reside o doutor Saldanha, chefe do movimento local de 21 de Outubro último, com quem falou» [AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 6, pasta 6].

a amnistia para se reorganizarem, pois contavam com o «relaxamento dos rigores e de perseguições os deverão cobrar ânimo - eles hão-de continuar a conspirar amparados na opinião por uma imprensa monárquica que vai reaparecer, decerto, mais numerosa, e mais cúmplice nos seus ataques»[1237].

No momento em que Lisboa aprovava a lei de amnistia, o Porto conspirava, redobrando os esforços para a aquisição de armamento[1238]. A realidade é que os realistas não viam a amnistia como um gesto magnânimo mas como uma «imposição externa da Inglaterra e do Brasil», concedida «de uma forma que não convida à gratidão»[1239]. O próprio D. Manuel, em carta dirigida a João de Azevedo Coutinho, seu lugar-tenente, reafirmou então publicamente as «suas pretensões ao trono», declarando clara e inequivocamente que «os seus esforços e a sua actividade, tenderão sempre para o restabelecimento da Monarquia em Portugal»[1240].

Com a amnistia e o regresso de parte significativa da emigração, teve lugar a organização da Causa Monárquica e a difusão doutrinária através da imprensa, do livro e da conferência. Apesar de tudo, muitos não acreditavam que o regime autorizasse a oposição política no campo eleitoral. Os mais impetuosos pretendiam averiguar se podiam «ir às urnas», explanando a doutrina segundo a qual a «boa táctica» mandava «aproveitar as faltas ou os erros do adversário»[1241]. Paiva Couceiro, analisando as condições políticas dessa pugna eleitoral, defendia que a Causa devia preparar uma «organização local e central» para «dirigir os trabalhos» e fiscalizar os actos da república. Mas, desconfiado de tanta generosidade, considerava que o movimento devia estar «preparado para tudo, e estarmos com as predisposições tomadas para sair imediatamente para a rua com as armas na mão, à primeira tentativa de golpe que os nossos adversários venham a pronunciar contra as ditas eleições livres e contra o governo que no-las garanta»[1242]. Informações recolhidas pela secretaria de guerra confirmavam

---

[1237] ADG, Fundo do General João de Almeida, carta de Luís de Magalhães a João de Almeida, de 27-01-1914.
[1238] ADG, Fundo do General João de Almeida, carta de Luís de Magalhães para João de Almeida, 16-03-1914.
[1239] *Ibidem*.
[1240] Carta de 26 de Fevereiro, publicada no *Diário da Manhã*, n.º 1, 27-05-1914, p. 1.
[1241] BNP, ELM, doc. n.º 3609, carta do visconde do Banho a Luís de Magalhães, de 20-03-1914.
[1242] BNP, ELM, doc. n.º 703, carta de Paiva Couceiro a Luís de Magalhães, de 06-02-1914.

a existência de manobras subversivas nas proximidades da fronteira com a Espanha e no interior do país[1243].

Dotados de imprensa, os monárquicos procediam à sua campanha de doutrinação, insuflavam os ânimos de valores patrióticos[1244] e cerziam injúrias e acusações em torno dos republicanos, autores «dessa política de desmiolados facciosos»[1245]. Aires de Ornelas teorizou sobre a violência revolucionária e, evocando a sua «tendência destruidora», alertou para a «continuação do estado de guerra»: «a luta não cessou; os monárquicos não desarmaram; a nação não abdicou; o país não quer morrer!»[1246]. Enquanto uns passavam atestados de óbito à república[1247], outros identificavam as fraquezas do regime, orientando os fazedores de opinião para a retórica demolidora com que deviam fustigar as instituições e a vida política adversária[1248].

Os políticos do regime sofreram então as investidas impiedosas de uma imprensa cada vez mais ousada e aguerrida. A crítica feroz à «falta de liberdades» e a alguns negócios cuja transparência fora questionada pela opinião pública[1249] crispou as relações entre Bernardino Machado e os realistas. Estes traçaram-lhe o perfil de falso bonacheirão, de lobo travestido em pele de cordeiro e dotado de «requintada hipocrisia», «ridículo» e «mentiroso»[1250]. O «tio ternuras», como era mimado pelos adversários, devolveu os doestos, apodando os monárquicos de «imbecis e cretinos» porque estes alardeavam a bondade de Afonso Costa quando comparado

---

[1243] IAN/TT, DGAPC, maço 51, Informação de 18-03-1914. O comandante da 2.ª divisão do exército (Viseu), escrevia em 20 de Abril: «Tendo conferenciado com governador civil esta cidade informou ter conhecimento, via cônsul Cidade Rodrigo, que cerca mil emigrantes clandestinos estavam Salamanca, semana passada, retiraram direcção Cádis e Almeria, acompanhados por alguns conspiradores domiciliados Salamanca que são Joaquim Mota, capitão, Domingos Ferreira, ex-major Montez, tenentes Gonçalves e Pimentel e ex-sargento Nunes além outros uns doze, que usam nomes supostos. Informações governador civil província Salamanca consta terem ali chegado cerca 150 emigrantes, todos novos, talvez reservistas» [AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 6, pasta 16].

[1244] *Papagaio Real*, n.º 1, 07-04-1914, p. 2.

[1245] José de Arruela, *A Monarchia e a República. O programma do "Diário da Manhã"*, Typographia Portugueza, 1914, p. 5

[1246] *Diário da Manhã*, n.º 3, 29-05-1914, p. 1.

[1247] Cf. José de Arruela, *ob. cit.*, p. 10.

[1248] ADG, Fundo do General João de Almeida, carta de Luís de Magalhães para João de Almeida, 16-03-1914. Segundo Luís de Magalhães essa retórica devia centrar-se na questão colonial, no «perigo espanhol» e nos conflitos partidários internos da república.

[1249] Foi o caso da concessão de exploração de águas em Pedras Salgadas, atribuída ao deputado António Maria da Silva.

[1250] *Papagaio Real*, n.º 10, 09-06-1914, p. 2.

consigo[1251]. Como consequência da desbocada verrina, a imprensa monárquica passou a ser alvo da censura e da polícia, que durante meses apreendeu várias edições de diferentes periódicos, com destaque para o *Diário da Manhã*. O magistrado João Eloy, comissário da polícia, foi mais longe nas manobras de intimidação, avisando os seus directores de que «devia parar o abuso de insinuar directa ou indirectamente que a salvação do país depende do regresso à monarquia»[1252].

O assunto concitou o interesse do parlamento, onde se clamava contra a ausência de liberdade de expressão. Bernardino Machado revelou então as ponderosas razões que levaram o governo a perseguir a imprensa, afirmando que a «república não tem que ser fiscalizada pelos monárquicos». O argumento balofo não tinha base de sustentação, pois o próprio Bernardino Machado haveria de reconhecer que o papel da oposição era fiscalizar o Poder, como também no passado tinham feito os «republicanos que fiscalizavam a monarquia». A verdade é que Bernardino, como muitos republicanos, recusava a existência de uma opinião pública realista, para além dos «parasitas» e «snobs», enquanto justificava, num assomo de confidência, que o objectivo principal da censura era combater a «linguagem» revolucionária dos adeptos da realeza e evitar as suas previsíveis «aventuras»[1253].

A deflagração da guerra, em Agosto de 1914, agravou ainda mais as relações entre monárquicos e republicanos. Bernardino Machado convocou o Congresso para uma assembleia extraordinária, que teve lugar a 7 de Agosto, e reivindicou para o governo poderes excepcionais com vista a «garantir a ordem» e defender «os interesses nacionais». Reafirmou também a disposição de Portugal cumprir as suas obrigações políticas com a Inglaterra.

O Congresso aprovou o mandato pedido por Bernardino numa quase unanimidade, com Afonso Costa, António José de Almeida e Brito Camacho a reforçarem a importância da cooperação de Portugal com a sua velha aliada. Apenas Machado Santos questionou este reforço de poderes, sugerindo a necessidade de um governo nacional que congregasse todas as correntes

---

[1251] *Ibidem*.
[1252] *O Dia*, n.º 714, 06-08-1914, p. 1.
[1253] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 12-06-1914, pp. 19-20.

políticas[1254]. Entretanto, davam-se no norte de Moçambique os primeiros incidentes militares com tropas alemãs. O governo ordenou então, a 18 de Agosto, a mobilização de duas forças expedicionárias para Angola e Moçambique. A primeira seria comandada por Alves Roçadas e a segunda por Massano de Amorim, totalizando cerca de 3000 combatentes, entre cavalaria, infantaria e artilharia, que embarcaram a 11 de Setembro[1255].

No campo monárquico, D. Manuel escreveu uma carta a João de Azevedo Coutinho, datada de 15 de Agosto, que modificava radicalmente a sua política restauracionista. Colocando de parte a via armada, defendeu uma política de unidade, instou os seus partidários a servir «em Portugal para defender o nosso País» ou «combatendo nas fileiras dos aliados»[1256]. Ao conde de Sabugosa diria, na mesma data, que todos os monárquicos deviam oferecer os seus serviços ao governo de Portugal[1257]. A justificação para esta inversão política foi produzida numa outra missiva que dirigiu ao conde de Sabugosa, onde defendeu que Portugal deveria acompanhar a Inglaterra na guerra com base nas garantias que o rei Jorge V lhe dera pessoalmente, nomeadamente: que seria mantida a integridade de Portugal e do seu património colonial, incluindo a devolução do território conquistado pela Alemanha; a eliminação de qualquer ameaça vinda de Espanha e, finalmente, a promessa de que D. Manuel seria ouvido em futura Conferência de Paz[1258].

O antigo monarca mostrou que sabia efectivamente colocar os interesses do país acima das suas conveniências dinásticas. A sua retórica argumentativa, favorável à beligerância de Portugal, aproximava-o do Partido Democrático, provocando uma dilacerante angústia entre os seus apaniguados. Para além de importante acção diplomática junto das

---

[1254] *Ibidem*, sessão de 07-08-1914.

[1255] O facto de Portugal ainda não estar em guerra explica o fraco contingente, que seria mais tarde reforçado. Cf. Marco Fortunato Arrifes, *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa. Angola e Moçambique (1914-1918)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2004, pp. 113-114.

[1256] *Cartas Políticas de Sua majestade El-Rei o Senhor D. Manuel II*, coligidas por Alfredo Pimenta com um Prefácio de um «Monarchico», Lisboa, Portugália, 1922, pp. 23-24.

[1257] *Ibidem*, p. 24-25.

[1258] Carta de D. Manuel para o Conde de Sabugosa, de 15-08-1914, citado por Maria Cândida Proença, *D. Manuel II*, Círculo de Leitores, Mem Martins, 2006, pp. 159-160. As promessas de Jorge V deitavam assim por terra os receios de D. Manuel que em Carta de 8 de Agosto justificava a sua política afirmando que «se a Espanha se entende com a Inglaterra, se entra na guerra ao lado da Inglaterra e da França, o preço dessa colaboração será o nosso desgraçado país» [António Cabral, *Cartas de El-Rei D. Manuel*, Lisboa, 1933, Livraria Popular de Francisco Franco, p. 201].

autoridades inglesas, D. Manuel animou uma actividade humanitária de grande relevo, edificando e custeando um hospital de convalescença para feridos de guerra[1259].

O campo monárquico reagiu com azedume às orientações patrióticas do seu chefe político. A historiografia tem centrado a sua explicação para esta rebeldia no facto de vários segmentos monárquicos serem germanófilos, porque acreditavam que a vitória da Alemanha lhes traria a restauração do trono[1260]. Sendo verdadeira na substância, esta explicação não é suficiente para compreender os acontecimentos de 1914. É que a emergência da guerra e as orientações ulteriores de D. Manuel coincidiram com projectos contra-revolucionários que se encontravam num estado de execução muito avançado. A sua nova política provocou os maiores embaraços à flamejante actividade conspiratória, que continuava a alimentar a esperança numa derradeira restauração do trono.

Os sectores mais buliçosos fervilhavam de actividade, de tal forma que existiam planos diferenciados de ataque à república. Havia o grupo de Paiva Couceiro e do padre Domingos, exilados em Espanha, que estava em ligação com Luís de Magalhães e os grupos internos. Paiva Couceiro descreveu a D. Manuel, em carta de 8 de Agosto, as suas relações com o movimento interno, afirmando que tinha pessoas idóneas dispostas a «assumir compromissos de acção»[1261]. A propósito da acção dos grupos internos, diria também Luís de Magalhães: «Em Agosto, antes da partida da expedição para Angola, tive a máxima confiança no golpe que se projectava em determinado ponto porque toquei e palpei directamente os elementos de que para isso se dispunha - e esses elementos eram a todos os respeitos excelentes e deviam ser decisivos»[1262]. Este depoimento revela a extensão das movimentações militares e prova a vitalidade da contra-revolução.

Existia entre a grei realista um renovado sentimento de optimismo, estribado na crença generalizada de que os tempos eram favoráveis à sua

---

[1259] Cf. Nuno Severiano Teixeira, *ob. cit.*, p. 339.

[1260] Veja-se, entre outros, Nuno Severiano Teixeira, *ob. cit*., pp. 340 e ss; Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit*., pp. 58-59. Rocha Martins deixa clara essa ideia: «Infelizmente, muitos monárquicos eram germanófilos. As suas tendências prendiam-se com esta singularíssima impressão: a vitória dos impérios centrais representava o triunfo das monarquias e, por consequência, o restabelecimento do trono» [*D. Manuel II - História do seu reinado e da Implantação da República*, Lisboa, Edição de Autor, 1931, p. 617].

[1261] Cf. Maria Cândida Proença, *ob. cit.,* p. 161.

[1262] BNP, ELM, doc. n.º 12056, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, de 12-10-1914.

causa. Julgavam também que a instituição militar revelava finalmente uma predisposição favorável a um movimento corporativo para derrubar o 5 de Outubro. Todas as manobras e congeminações arquitectadas a partir de 1914 tinham como fito o exército, e essa estratégia redobrou de intensidade e convicção com o conflito que lavrava no coração da Europa.

Os planos de restauração previam, por isso mesmo, sublevações militares em cidades estratégicas da província, que lhes permitissem subjugar os comandos militares de divisão, constituindo mero prelúdio para uma «sublevação geral». Luís de Magalhães reconhecia que qualquer iniciativa hostil era mais difícil de concretizar em Lisboa e Porto, devido à acção da polícia, da carbonária e dos grupos civis. E chamava a atenção para o perigo externo, caso o golpe redundasse numa guerra civil. Preocupava-o acima de tudo a política expansionista de Espanha, razão porque preconizava uma acção diplomática na Grã-Bretanha: «A Espanha nada faria em Portugal contra a vontade da Inglaterra». Dadas as dificuldades desta diligência diplomática, aconselhava a criação de uma missão realista que em Madrid fosse abatendo dificuldades e preparando as autoridades para a restauração do trono. Quanto às demais potências, não lhe parecia que, em conjuntura de guerra, pudessem desviar atenções e meios para a política doméstica de Portugal. Sobre a natureza da restauração, Luís de Magalhães defendia a simples reposição da monarquia de 1910, vista como «plataforma segura e sólida, que evitaria todas as incertezas, arbítrios e confusões dos períodos revolucionários»[1263].

Mas havia outro grupo de irrequietos e outro plano de restauração, que estava na dependência de João de Azevedo Coutinho. Igualmente complexo, pois visava a concatenação de ataques civis com manobras militares, incluindo o pronunciamento de regimentos provinciais, a existência deste projecto parece desmentir a ideia de que o lugar-tenente de D. Manuel se empenhou na política de unidade de Richmond[1264]. Na verdade, João de Azevedo Coutinho presidia então a um comité que tinha sede em Espanha. As instruções que no início de Setembro de 1914 expediu para Portugal

---

[1263] BNP, ELM, documento intitulado «Projecto de Restauração», datado de 18-08-1914, caixa 43. Pode ler-se em anexo.

[1264] Segundo o seu biógrafo, António M. Martinó, João de Azevedo Coutinho ofereceu-se imediatamente para ser integrado nas forças combatentes. Cf. *João de Azevedo Coutinho. Marinheiro e soldado de Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2002, p. 181.

confirmam o seu estatuto de rebelde às orientações públicas de D. Manuel. Nessas instruções, João Coutinho interpretou e adulterou as declarações públicas do seu chefe político porque era a única forma de manter a fidelidade dos elementos subversivos. Justificou as declarações de Richmond, explicando que D. Manuel estava preso por um sentimento de lealdade à Inglaterra e porque julgara interpretar as convicções dos monárquicos no momento em que a pátria se sentia ameaçada por potências externas. Concluiu então João Coutinho: «Desde que deixou de existir a iminência do perigo, e há feitos trabalhos e combinações importantes que, por circunstâncias [D. Manuel] não conhecia em toda a sua extensão e valor, entende que se deve prosseguir, e que como Português e Rei, deve estar com o seu povo onde a honra e o dever o aconselhem»[1265]. O então lugar-tenente de D. Manuel terminou as suas instruções carregando a pena com um vibrante «Vamos para a frente o quanto antes!»[1266].

A carta representava naturalmente uma falsidade e uma farsa. Mas era uma farsa necessária aos esforços da contra-revolução que já haviam sofrido atrasos devidos às declarações intempestivas de Londres. Estaria João Coutinho a defender os interesses de D. Manuel, ameaçados pelos revolucionários que, chamando-o a Burgos, anunciavam escolher D. Miguel para rei?[1267]. A hipótese é aceitável, mas só a natureza impetuosa e irreflectida de João Coutinho explica a gravidade das suas acções, adulterando tão drasticamente a política e as intenções de D. Manuel.

A carta com as orientações de João Coutinho foi distribuída pelo comité interno, em 11 de Setembro, dando instruções e pedindo informações sobre o estado das manigâncias conspirativas[1268]. Falhadas as diligências de Verão, a contra-revolução empenhava-se agora numa nova conjura, preparando o golpe que haveria de rebentar em 20 de Outubro. Em Espanha, o padre Domingos, integrado no grupo de Paiva Couceiro, preparava um novo assalto a Chaves, praça onde esperavam finalmente um pronunciamento favorável às suas pretensões. O tráfico de armas continuava, através de

---

[1265] BNP, ELM, doc. n.º 4661, carta de João de Azevedo Coutinho, de 02-09-1914. Pode ler-se em anexo.
[1266] *Ibidem*.
[1267] Cf. Rocha Martins, *Vermelhos, Brancos e Azuis*, vol. 3, Lisboa, Organizações Crisalis, 1951, p. 221.
[1268] BNP, ELM, doc. n.º 4661, carta do Comité Interno, de 11-09-1914. Pode ler-se em anexo.

acções concertadas de contrabando, o seu fluxo para Portugal, seguindo para as cidades de fronteira, que deviam revoltar-se no contexto de um movimento mais amplo[1269].

A existência de um plano de revolta em fase adiantada de preparação colidia, pois, com as recentes instruções de D. Manuel. As suas declarações, tornadas públicas, retiravam legitimidade aos trabalhos da contra-revolução. A resposta dos monárquicos radicais passou, nesta fase, por ignorar simplesmente as ordens de Londres. D. Manuel, que entretanto descobrira os planos da conjura, escreveu a João Coutinho responsabilizando-o pelo «crime» e pelo «acto terrível de «indisciplina», intimando-a a deslocar-se à Grã-Bretanha, o que ele não fez[1270].

A reprimenda não chegou a tempo de evitar a revolta. Os monárquicos não apreciavam e não compreendiam o alcance das intervenções de D. Manuel. Luís de Magalhães pertencia ao estrito clube de notáveis que tinha a consideração pessoal do antigo monarca e que por isso lhe podia falar com franqueza e alguma ousadia. Sem as adulações costumeiras, Luís de Magalhães expressou o descontentamento de muitos sectores da Causa, expondo-lhe que a revolta era um problema interno que não responsabilizava o pretendente ao trono.

Há na sua racionalidade interpretativa uma explicação para o dissídio irremediável entre D. Manuel e a Causa Monárquica e para a proliferação de movimentos e conjuras contra a república. Para Luís de Magalhães, como para muitos conservadores, a incompatibilidade que vislumbravam entre a sociedade portuguesa e o regime republicano impunha aos defensores da realeza um esforço moral e material para oferecer uma alternativa política ao país. Tal como em 1911-1912, pensavam que havia um sentimento global favorável às correntes conservadoras que lhes impunha o dever de intervir. Havia por isso, nas orientações de D. Manuel, uma incompatibilidade flagrante com a nação e uma antinomia estratégica com o seu partido: «É que a aspiração restauradora, meu Senhor, é uma aspiração nacional, uma necessidade nacional, um movimento insistente de opinião [...]. Recomendar aos monárquicos que se não movam a mesma coisa é que

---

[1269] BNP, ELM, doc. n.º 8788, carta do Padre Domingos a Luís de Magalhães, de 22-09-1914.

[1270] Cf. António M. Martinó, *ob. cit.*, 181. Rocha Martins justificou a recusa de viajar para Londres com as dificuldades das viagens naquela conjuntura. Cf. *ob. cit.*, p. 221.

recomendar a um homem soterrado por um desmoronamento que não faça esforços para sair dentre os escombros que ameaçam matá-lo. [...] Isto é um estado de psicologia colectiva, creia-o El-Rei, que há-de ter as suas consequências fatais e superiores a toda vontade individual. Os chefes da conspiração passam, inutilizados ou desviados apenas pelos insucessos - e outros vêm tomar-lhes o lugar. E isto há-de ser assim, de tentativa em tentativa, sob o impulso íntimo d'uma sinceridade vital da sociedade portuguesa, até que um dia o sucesso chegue»[1271].

A avultada correspondência trocada entre Luís de Magalhães e D. Manuel é importante para documentar este confronto de posições apaixonadas sobre a guerra. Se muitos, como os miguelistas e alguns neo-tradicionalistas, expunham posições próximas da Alemanha, que lhe valeram os epítetos de germanófilos, a posição de Luís de Magalhães levanta outras questões e permite outras interpretações. Com efeito, aliadófilo indiscutível[1272], espírito culto e arejado, o antigo ministro de João Franco era um dos mais proeminentes conselheiros de D. Manuel, que por ele nutria elevada consideração. A sua rebeldia é relevante porque prova que mesmo o sector conservador liberal, que então predominava na Causa Monárquica, não concordava com a política de unidade patriótica reivindicada pelo pretendente ao trono. E não concordava porque política e racionalmente não a compreendia. Luís de Magalhães fez chegar as suas dúvidas e cogitações a Richmond, questionando o antigo monarca sobre a origem dos perigos que este reclamava «para a integridade da Pátria». Habituado a reflectir sobre uma área da política que já tinha tutelado, desmontou todas as ameaças que supostamente chegavam de Espanha e da Alemanha, entendidas por muitos como ameaças naturais à independência e integridade territorial de Portugal[1273]. A resposta de D. Manuel revelou que preocupações e dúvidas

---

[1271] BNP, ELM, doc. n.º 12056, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, de 12-10-1914. Pode ler-se em anexo.

[1272] Cf. *Ibidem*; Luís de Magalhães, *Portugal e a Guerra*, Coimbra, França & Amado, 1915.

[1273] BNP, ELM, doc. n.º 12055, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, de 04-09-1914: «Aconselha VM que, n'este momento, o qual El-Rei reputa mto grave para os nossos destinos, ponham os monárquicos portugueses de parte todas as dissidências politicas para se unirem num só pensamento: a da defesa da integridade e da autonomia da Pátria. Elevado pensamento, na verdade, meu senhor, e digno, em tudo de Vossa Majestade. Faço plena justiça aos sentimentos, aos intuitos que o inspiraram [...]. Claro está que se, realmente, a Pátria corresse o risco d'uma invasão ou d'uma afronta estrangeira, os monárquicos não deixariam de tomar de motu próprio a resolução de V. M. aconselha. Mas existe esse risco? [...] donde vêm esses perigos para a integridade da nossa Pátria? É preciso fixá-los, concretizá-los. Provirão da Espanha? Mas porquê? Porque a República portuguesa ameaça ali

semelhantes lhe chegavam de diferentes destinos e latitudes. A Luís de Magalhães expôs finalmente que as ameaças chegavam, afinal, da Grã-Bretanha, remetendo mais explicações para uma carta, já referida, que endereçara ao conde de Sabugosa. E terminou a sua explicação deixando um aviso sério: «Tomem os monárquicos cuidado com o que fazem, porque se têm a Inglaterra contra si, nunca mais a monarquia será restaurada em Portugal!»[1274].

Para os seus correligionários, porém, o «perigo inglês» era uma ameaça incompreensível. Luís de Magalhães voltou a dirigir-se a D. Manuel afirmando-lhe que os monárquicos portugueses não compreendiam que o «perigo» viesse da velha aliada e que, a ser verdadeira, seria uma ingerência inaceitável da Inglaterra nos destinos de Portugal, que transformava o país num «protectorado inglês»[1275].

No início de Outubro, e face a informações que davam como certa uma revolta no dia 15, o exilado de Richmond voltou a repudiar qualquer acção militar, declarando-a como um «acto de indisciplina e de violência»[1276]. Mas os seus avisos não demoveram os conjurados. A «segunda Outubrada»

---

as instituições monárquicas? Mas então, auxiliando os monárquicos a república, em vez de procurar derrubá-la, o que fazemos é tornarmo-nos solidários com a causa dos riscos que ameaçam a nossa autonomia! Fazer uma concentração patriótica em frente da Espanha, com os nossos [...] adversários, dando força às instituições contrárias, o mesmo é que avolumar o maior dos perigos nacionais - que é a existência desta república, causa única da instabilidade interna e externa, em que há quatro anos vivemos. Será porque, fora desse exclusivo [...] de precaução política, a Espanha queira aproveitar [...] da guerra europeia para nos conquistar? Ainda que esse fosse o seu pensamento, estranho seria que o pudesse fazer! Em primeiro lugar, no presente conflito, pelas suas recentes convenções com a França, pelas suas ligações dinásticas, políticas com a Inglaterra, a Espanha, embora neutral, está do lado da Triple Entente, onde nós também nos encontramos, em virtude da aliança inglesa. [...] Em segundo lugar, V. M. sabe perfeitamente, melhor do que ninguém que, ainda que esses fossem os seus desejos e intuitos, a Espanha não se atreveria a passar a fronteira portuguesa sem o consentimento da Inglaterra. Não o fará nunca. Nunca! É um facto político sem contestações. [...] E sendo assim, dá-me cuidado que na Espanha se possam interpretar as palavras de V. M. como uma injusta suspeita de deslealdade lançada contra aquela nação amiga. Na boca de qualquer homem público essas palavras seriam de extremo melindre. Na de V. M. o melindre é incomparavelmente maior. Não sendo pois, da Espanha que se trata, só da Alemanha, cuido eu, se pode tratar. Nesse caso: que à Alemanha será possível, [...] ameaçar a integridade do solo sagrado da nossa pátria? Ainda que ela, nos campos de batalha da Bélgica e da França esmague os aliados, difícil me parece que chegue a terras portuguesas. [...] Digne-se por isso, V. M. considerar que, admitir esta probabilidade, o mesmo é que proclamar, desde já, a provável derrota dos aliados, que a Alemanha teria positivamente de aniquilar (não falando da Espanha) para vir bater-nos à porta. E não creio que sejam as colónias portuguesas [...]. Portanto, onde está o inimigo? [...] Quem atenta contra a nossa integridade? Não o descortino, meu Senhor por mais que o procure. O perigo que V. M. denuncia parece-me extremamente vago, e, assim, não vejo fundamento para a atitude que V. M. recomenda aos seus partidários».

[1274] BNP, ELM, doc. n.º 9428, carta de D. Manuel a Luís de Magalhães, de 24-09-1914.

[1275] BNP, ELM, doc. n.º 12056, carta de D. Manuel a Luís de Magalhães, de 12-10-1914.

[1276] BNP, ELM, doc. n.º 9429, carta de D. Manuel a Luís de Magalhães, de 07-10-1914.

culminava mais de um ano de actividade conspiratória. Se, em 1913, a revolta se estribava na recusa do programa racionalista, igualitário e secularizador da «república dos sapateiros», isto é, de uma certa modernidade, em 1914 aproveitaria o crescente descontentamento com a eventual possibilidade de Portugal vir a envolver-se em campo de batalha no braseiro que dilacerava já a Europa.

No dia 10 de Outubro, a Inglaterra convidou formalmente Portugal a entrar na guerra em nome da velha aliança. O convite constituía o resultado das pretéritas pressões francesas. Com efeito, a França, depois da batalha do Marne, em que repelira decididamente os alemães, carecia de artilharia para reequipar o seu exército. Joffre perguntou então a Portugal se poderia enviar para França peças de artilharia e respectivo pessoal. O convite, que teve o beneplácito do ministério da guerra inglês, não foi, porém, bem recebido em Portugal. O general Pereira de Eça, então ministro da guerra, não aceitava enviar a artilharia senão acompanhada de uma divisão do exército. E tanto Freire de Andrade como Teixeira Gomes insistiam que o apoio de Portugal devia ser solicitado formalmente pela Inglaterra, invocando a aliança entre os dois países. Na verdade, a diplomacia do regime, exceptuando aquela que foi gizada durante o governo de Pimenta de Castro, viria a caracterizar-se por um esforço intenso de empurrar Portugal para o teatro de guerra[1277].

Depois da visita prévia realizada por uma legação militar a Londres e Paris, com vista a preparar o transporte do material de guerra solicitado, no dia 21 de Novembro foram embarcados 56 canhões de 75 mm[1278]. Mas apesar da remessa, em Portugal era claro que os altos comandos não estavam preparados para ir para o *front*. Havia uma consciência muito nítida de que o exército português não estava nem habilitado nem predisposto para um conflito de tamanha envergadura, com um exército «indisciplinado» e sem «organização militar»[1279]. Esse facto pode explicar que a Inglaterra, apesar das necessidades óbvias de armamento, aconselhasse Portugal a

---

[1277] Cf. John Vincent-Smith, *ob. cit*., 93-100.
[1278] *Ibidem*, p. 100.
[1279] Cf. BNP, ELM, doc. n.º 7080, carta de Alberto Castro de Meneses (Margaride) a Luís de Magalhães, de 15-10-1914. Veja-se, também, a propósito da organização, em Tancos, do CEP, Fernando Tamagnini, «Os Meus Três Comandos», in Isabel Pestana Marques, *Memórias do General 1915-1919*, Viseu, Fundação Maria Seixas, 2004, pp. XV-XXXIII. Visão diferente apresenta Vitorino Magalhães Godinho, *ob. cit*., pp. 155-205.

concentrar o seu esforço bélico na defesa das fronteiras coloniais[1280]. E que procurasse adiar a entrada do país no conflito europeu até 1916, convencida da sua incapacidade militar e da falta evidente de recursos. Nos meios monárquicos instalados em Londres fazia-se eco desta posição. Segundo o visconde de Asseca, «a Inglaterra não quer que Portugal entre pois as desvantagens que colhe de nós declararmos a guerra e ter que nos proteger e defender em toda a parte, não compensam as desvantagens de 20 ou 30 mil homens na linha de batalha. Além disso sabe também o estado de desmoralização em que tudo se acha lá»[1281].

Os dirigentes internos do movimento realista tinham consciência da animosidade que se instalara entre a oficialidade face à possibilidade de uma mobilização, convicção que parece concertar-se com a prevalência de um Estado-Maior dominado por oficiais «reaccionários». Essa animosidade estava entranhada no corpo de Estado Maior, chefiado em 1913 pelo general Martins de Carvalho, que tinha como vice-chefe o major Sinel de Cordes, oficial monárquico cujo nome figurava em documentos realistas comprometedores, e que será o grande obreiro das conspirações de 1925-26 contra a república[1282].

O mesmo estado de espírito de repulsa pela mobilização, num exército dirigido por oficiais passivos, marcados por rotinas e excessivamente preocupado com os seus interesses de caserna, pode encontrar-se num relato de Eurico Cameira, jovem oficial monárquico que participará na «outubrada» de 1914 e na revolução que derrubaria a «república velha», a 5 Dezembro de 1917. O seu relato é da maior importância porque nele se revelam os primeiros sintomas - o «medo de ir para a guerra» - e os primeiros gestos subversivos, vindos de sectores do exército tradicionalmente apáticos, com vista a derrubar o regime instalado a 5 de Outubro. E, finalmente, porque surge a primeira referência a um movimento «sem cor política». Mas sigamos de perto a descrição singular de Eurico

---

[1280] Cf. John Vincent-Smith, *ob. cit.*, 85-86. A 3 de Agosto, o governo inglês pediu a Teixeira Gomes que Portugal não declarasse beligerância nem neutralidade. Cf. *Ibidem*.

[1281] ADG, Fundo do general João de Almeida, carta do Visconde de Asseca para João de Almeida, de 21-11-1914.

[1282] Nem todos os oficiais identificados como «reaccionários» eram monárquicos. Bastava que não fossem exaltados republicanos para serem apodados pelos oficiais republicanos de «reaccionários», como acontecia desde 1910. Sobre o carácter «reaccionário» dos oficiais de Estado-Maior que em Portugal e depois no CEP dirigem o exército em conflito, veja-se Vitorino Magalhães Godinho, *ob. cit.*, pp. 89-90.

Cameira: «Logo que a nossa participação na guerra se tornou pública e à maneira que vai sendo mais certa, nota-se que vão empalidecendo os rostos daqueles bravos oficiais que a mim e a outros como a mim nos chamavam malucos [...] e nos perseguiam sempre que podiam. O medo de ir para a guerra entre estas bravas gentes é terrível. Eu já sabia que isto tudo era lama, mas nunca supus que ela fosse tão pertinente [...] agora têm medo da guerra como na revolução tiveram medo de defender a M.[onarquia] e como depois foi por medo que não coadjuvaram os monárquicos, e que há tanta dificuldade em organizar qualquer coisa, isto com algumas excepções é claro. Eu vim aqui hoje porque me chamaram cá a ver se se conseguia aproveitar este medo sentido fazer movimento como protesto marcha sem cor política. Parece que entre expectativa a ter aí sério ou aqui à bofetão preferir este. É pouco honroso para tal gente isto; mas eles a tudo se submeterão contando que os deixem saborear o seu café todos os dias e não lhes dêem manadas. A barriga e o descanso, a isto tudo! Chega às vezes a gente a pensar se merece a pena o sacrifício por uma raça assim degenerada que parece perder todas as suas energias de outrora; isto é triste, mas os factos são factos»[1283]. Esta animosidade de oficiais contra a participação de Portugal na guerra europeia seria do conhecimento das autoridades militares e políticas, como provam vários relatos de diferentes chefias militares[1284].

Para além das «comodidades», os oficiais do exército começavam então a hostilizar as diferentes campanhas de propaganda e mobilização, porque as entendiam como ingerências inaceitáveis dos políticos na esfera militar. Com efeito, não compreendendo que valores patrióticos existissem na argumentação republicana, muitos entreviam nessa mobilização uma estratégia política do governo republicano, e especialmente do Partido Democrático, que muitos oficiais desprezavam, de consolidação partidária.

[1283] ADG, Fundo do general João de Almeida, carta de Eurico Cameira para João de Almeida, de 04-10-1914.

[1284] O comando militar da 3.ª divisão do exército (Porto) escrevia ao Chefe do Estado-maior, em 15 de Outubro de 1914: «Constando neste quartel general que alguns oficiais, esquecendo a dignidade e ou decoro que lhes impõe a sua missão de oficial do exército português - [...] se permitem fazer apreciações desfavoráveis, em lugares públicos e até nos aquartelamentos, sobre a comparticipação do nosso exército no pleito que se está travando na Europa, e sendo esse procedimento indício claro e seguro de que esses oficiais preferem as comodidades do tempo de paz ao cumprimento do dever, indeclinável para todos, da defesa da nossa [...] Integridade Nacional, a qual só pode efectivar-se mercê da nossa especial situação política, na cooperação com os nossos aliados nos campos da batalha [...]» [AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 6, pasta 16].

O oficial de cavalaria Alberto Cardoso de Meneses (Margaride), monárquico confesso, expôs a Luís de Magalhães a desconfiança de parte da oficialidade que integrara a expedição moçambicana contra as autoridades republicanas. Para Margaride, em campanha era indispensável ter «confiança em quem nos manda principalmente nos governos que dirigem a nação». Ora essa «confiança» na república, efectivamente, não existia: «No meu esquadrão todos os oficiais são rapazes amigos e com o mesmo modo de pensar, e sentem-se igualmente caídos e desalentados pelo desconhecimento do fim para que vamos, do que se tem passado pela Europa, e principalmente do que se possa ter passado pelo nosso país. Habituados à mentira desta gente, não acreditamos no que dizem, conhecedores da linguagem brutal e tola orientação dos jornais Mundo, Século e outros, da pouca consideração e valor de ministérios e outras autoridades do regime, convencidos de que os republicanos não têm um partido de valor»[1285]. Para este descontentamento teria contribuído o facto de o governo não ter explicado cabalmente os objectivos destas missões em território africano e ter colocado à sua disposição fracos recursos militares[1286].

Os monárquicos saberiam explorar o súbito descontentamento revelado por muitos oficiais do exército. A sua imprensa começou então a dar destaque aos assuntos militares, discutindo doutrinas e concepções ou enaltecendo simplesmente o brio de alguns oficiais. Foi o caso de Adriano Madureira Beça, coronel do exército que participara em Lisboa no movimento de Outubro de 1913, e que conspirava desde a implantação da república[1287].

No plano da propaganda interna, criticavam a indisciplina no exército e o desrespeito pelos oficiais da instituição militar. O caso que mais acendrou a opinião pública teve que ver com o general Jaime Leitão de Castro, preso às mãos de uma horda de radicais republicanos, supostamente por ordem do governador civil de Lisboa. O general terá sido agredido por um conhecido

---

[1285] BNP, ELM, doc. n.º 7080, carta de Alberto Castro de Meneses (Margaride) a Luís de Magalhães, de 15-10-1914.

[1286] Cf. Marco Fortunato Arrifes, *ob cit.*, pp. 113-114.

[1287] Cf. *Diário da Manhã*, ano 1, n.º 70, 15-08-1914, p. 1. Adriano Beça tinha sido deslocado para Bragança onde veio a envolver-se na tentativa revolucionária de 1914. Cf. BNP, ELM, doc. n.º 3821, carta de Adriano Madureira Beça a Luís de Magalhães, de 10-07-1916.

chefe revolucionário civil, João Borges, numa ourivesaria, por suspeita de envolvimento na «primeira outubrada»[1288]. Em depoimento feito perante uma comissão do Senado, em 27 de Dezembro de 1913, Leitão de Castro declarou que foi «preso violentamente» e que não ofereceu resistência para evitar maior escândalo, depois de agarrado por três indivíduos em público. Mais tarde teria sido agredido por um grupo de indivíduos, quando era transportado para o governo civil. Afirmou ainda que fora abandonado numa sala do governado civil de Lisboa, «ensanguentado», onde aguardou durante duas horas antes de ser ouvido. Para o governador civil, Daniel Rodrigues, contudo, as agressões teriam sido «um episódio de rua» e não «vexame para a classe»[1289].

Para a imprensa monárquica, pelo contrário, a agressão a um general constituía mais um sintoma inabalável de uma sociedade enferma e desorganizada, fruto das políticas igualitárias de uma república «demagógica». A comparação com a Alemanha, onde oficiais agredidos teriam reagido recorrendo à força, revelava a superioridade de uma sociedade que salvaguardava as necessárias hierarquias sociais: «A consideração social de que goza um oficial alemão é superior à dispensada a outras classes importantes do império. O exército, segundo o conceito de Comert, é a parte mais elevada da pirâmide social»[1290]. O general Jaime Leitão de Castro não deixará de ser conotado com actividades conspiratórias contra a república, como já estivera em 1913, apesar de ilibado em tribunal[1291].

Nas colunas do *Correio da Manhã*, órgão da Causa Monárquica, foi então introduzida uma rubrica dedicada a assuntos militares, que analisou à lupa a reforma militar republicana. De uma maneira geral, a doutrina monárquica repudiava a concepção miliciana do exército, assente na existência de um grande exército de reservistas, visto como uma «exército

---

[1288] Conta Rocha Martins que João Borges lhe confessara ter ficado surpreendido por o general se deixar prender por um civil, mas que não o agredira. Cf. Rocha Martins, *ob. cit.*, p. 198.

[1289] O depoimento vem transcrito no *Dia*, 15.º ano, n.º 617, 17-04-1914, p. 1.

[1290] *Correio da Manhã,* ano 1, n.º 9, 05-06-1914, p. 1.

[1291] Cf. Rocha Martins, *ob. cit*., pp. 197-198. O processo que correu contra 87 indivíduos, militares, polícias e civis, alegadamente envolvidos nos preparativos da revolta de 1913, foi mandado arquivar pelo comandante da 1.ª divisão do exército. Nele estava incluído o general Leitão de Castro. Cf. *Correio da Manhã,* ano 1, n.º 6, 02-06-1914, p. 1.

de decadência»[1292]. Satúrio Pires, antigo oficial do exército e cadete da Galiza, defendia um pequeno exército de profissionais, bem treinado e disciplinado, que constituísse um «bom instrumento de guerra», o chamado «exército permanente» ou «activo». Esse exército permanente, atendendo às dificuldades financeiras do país, seria um corpo de elite, mesmo que isso significasse contar apenas com uma divisão militar, que deveria permanecer nas fileiras pelos menos trê anos, em vez dos três meses da estrutura existente. Haveria depois um exército de apoio, constituído por reservas e milícias regionais[1293].

No que diz respeito à Marinha, Aires de Ornelas tinha defendido, em 1910, uma reorganização da Armada no sentido de se constituir uma verdadeira «marinha de guerra». Ornelas considerava então que a defesa das fronteiras e do património colonial exigia a criação de uma marinha de guerra que pudesse garantir a soberania de Portugal num espaço geográfico tão vasto, dentro de uma concepção imperialista moderna[1294]. A realidade da armada portuguesa estava longe de constituir uma marinha de guerra, que não chegaria a ser objecto de reformas. Dos cinco navios principais existentes em 1910, um perdera-se e três encalharam. Um relatório da armada inglesa, realizado em 1913, dava conta do receio dos marinheiros em embarcar, enquanto os oficiais temiam os marinheiros[1295].

Quanto ao chefe supremo, Satúrio Pires, que fora segundo comandante da guarda do Palácio das Necessidades, considerava que a «boa doutrina monárquica» indicava que «só o rei, na altíssima concepção alemã, do chefe de guerra» poderia assumir a função, salvaguardando o carácter nacional do

---

[1292] Cf. Joaquim Leitão, *A Entrevista. Sem Santo nem* Senha, 04-03-1914, pp. 250 e 252. Satúrio Pires defendia que o reservista, «muito bom soldado que ele o houvesse sido nas fileiras, perde, pelo simples motivo de ingressar novamente no seio da família, uma grande parte, a maior parte mesmo, das suas qualidades de soldado. Pode não ter esquecido o manejo da arma, mesmo as suas pequenas particularidades de variada instrução, que recebeu no regimento, mas foi-se o endurance, com que se resiste às grandes marchas e às noites sucessivas de bivaque. Foi-se-lhe o espírito de disciplina, de camaradagem, de decisão, de sacrifício, que só a odiosa caserna dá. Depois toda a sua educação moral está esquecida […]. De resto, a guerra hoje em dia é, sobretudo, uma luta de forças morais, únicas que são bastante poderosas para aguentar o combate no fogo e em todas as vicissitudes na guerra. Só as forças morais darão a consistência d'alma suficiente para dominar o terreno que o invade» [pp. 250-251].

[1293] *Ibidem*, pp. 258-259.

[1294] Cf. Aires de Ornelas, *Política Marítima Nacional*, Conferência realizada na Sede da Liga Naval Portuguesa, Lisboa, Liga naval Portuguesa, 1910, pp. 56-57.

[1295] Cf. John Vincent-Smith, *ob. cit*., p. 84.

exército[1296]. Estas e outras ideias casavam com a recusa de parte da oficialidade da aplicação da reforma militar de 1911, pois a sua concretização envolvia a substituição dos quadros permanentes por quadros de milicianos[1297].

A súbita atenção que os diferentes órgãos e personalidades da oposição realista deram às questões militares foi tudo menos ingénua. Tratava-se no essencial de explorar a crescente animosidade de parte da oficialidade para com o regime, que agora se via agravada com o ensejo da beligerância. A sua imprensa explorou o assunto tanto quanto pôde, questionando a existência de um convite da Inglaterra para a colaboração de Portugal ao abrigo da aliança. Para os monárquicos, era evidente que não existira qualquer convite, explorando assim os perigos de uma intervenção: «Não havendo pedido nem sequer convite, não perigando a segurança da pátria e não o exigindo a opinião nacional, intervir porquê e para quê? A falta de ponderação e prudência que caracteriza a obra da república dentro de fronteiras, não deve consentir-se que passe para fora delas, servindo de guia a alguns milhares de portugueses para lugar em que o perigo é certo e a morte muito possível»[1298]. A propaganda contra a guerra aumentava em vários quartéis, onde as autoridades militares alertavam para a existência de panfletos a increpar mais um «crime da república»[1299]. Foi por esta altura que rebentou a «segunda Outubrada».

Mais uma vez, o plano de revolta era muito complexo, pois envolvia militares e civis numa teia de cumplicidades que abrangia a maior parte do território nacional. Fora elaborado por oficiais monárquicos no activo, como o coronel Alfredo José de Albuquerque e o major de engenharia António Rodrigues Nogueira, numa conjugação de esforços com grupos civis, liderados por José de Azevedo Castelo Branco e Moreira de Almeida[1300]. Rodrigues Nogueira, oficial com larga carreira política durante a

---

[1296] Cf. Joaquim Leitão, *ob. cit.*, p. 262.
[1297] Cf. Aniceto Afonso, *ob. cit.*, p. 145.
[1298] *A Restauração* (Lamego), ano 1, n.º 25, 22-10-1914, p. 1.
[1299] Cf. Nuno Severiano Teixeira, *ob. cit.*, pp. 240-241.
[1300] Cf. Almeida (Lavradio), D. José Luís de [Coordenação], *Memórias do Sexto Marquês de Lavradio*, Lisboa, Edições Ática, 1947, p. 244. Nuno Severiano Teixeira refere que o movimento de 1914 teria o apoio de agentes alemães, mas as fontes que apontam tais ligações são vagas e não se referem à conjuntura de 1914. Cf. *ob. cit.*, p. 241.

monarquia[1301], percorrera o país a organizar e instalar juntas revolucionárias, dividindo o país em províncias, municípios e grupos paroquiais que constituíam as células de base das operações[1302]. Em Espanha contava-se com as já clássicas movimentações da emigração, comandadas por João de Azevedo Coutinho, Paiva Couceiro e o padre Domingos[1303]. Era uma máquina com uma engrenagem complexa e difícil de manobrar, facto que já Luís de Magalhães apontara numa carta a D. Manuel[1304].

O movimento acabou por deflagrar apenas em Mafra, onde um grupo de civis, liderado por Eduardo Alberto Pacheco Soares, atacou e ocupou a Escola de Tiro de Infantaria. Depois de se armar com 200 espingardas e 2800 munições do exército, o grupo passou a constituir um corpo de guerra, dirigido pelo tenente Henrique Constâncio e pelo sargento Conceição. Engrossado por militares que aderiram ao movimento, dirigiu-se a Torres Vedras, «dando vivas a D. Manuel e à monarquia». O confronto com tropas fiéis ao regime teve lugar em S. Pedro da Cadeira, perto de Torres Vedras, saindo derrotado o grupo monárquico e esconjurada a revolta[1305].

[1301] Foi deputado em 1907, quando participou numa manifestação contra João Franco, assumindo-se como um adversário aguerrido da ditadura franquista. Viria a morrer em 1918, e a sua actividade política e militar seria relembrada pelos monárquicos na câmara dos deputados do congresso sidonista. Cf. Rocha Martins, *O Regicídio*, Lisboa, Bonecos Rebeldes, 2007, p. 66; *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 29-07-1918, pp. 3-5.

[1302] Cf. Rocha Martins, *ob. cit.*, pp. 222-223. Uma proclamação alegadamente confiscada a um dos conspiradores monárquicos parece confirmar a preparação de grupos civis para tomar conta do poder: «Essa proclamação declarava suspensas as garantias constitucionais e todas as autoridades; considerava como inimigos todos aqueles que não acatassem essas disposições; dissolvia as câmaras municipais e comissões paroquiais; ordenava a prisão de todos os que no regime republicano deposto tivessem mostrado poderem ser inimigos perigosos para o actual estado de coisas (sic); suspendia ou exonerava todos os oficiais que não acatassem tais disposições e nomeava uma junta local para assumir as funções judiciais e administrativas de cada um dos concelhos do país» [*A Capital*, n.º 1530, 04-11-1914, p. 2].

[1303] Cf. *A Capital*, n.º 1526, 31-10-1914, p. 1. O jornal revela a identidade dos dirigentes da revolta com base em depoimentos de um conspirador, Dr. Pacheco Soares, à polícia. Estes testemunhos são confirmados pela documentação de arquivo.

[1304] BNP, ELM, doc. n.º 12056, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, de 12-10-1914. Dizia Magalhães: «Eu, por mim, nenhuma acção directa tenho no que se está passando. A meu ver, o caminho a seguir devia ser outro - e o pouco que sondei acerca da viabilidade do meu método, deixou-me a impressão de que ele era mais simples, rápido e seguro. Em Agosto, antes da partida da expedição para Angola, tive a máxima confiança no golpe que se projectava em determinado ponto porque toquei e palpei directamente os elementos de que para isso se dispunha - e esses elementos eram a todos os respeitos excelentes e deviam ser decisivos. Agora, não sei. Não falta quem diga que vai tudo muito bem. [...] A mim parece-me que mais uma vez se engendrou uma máquina mto complicada e difícil de pôr em movimento na hora própria».

[1305] Cf. AHM, 1.ª divisão, 36.ª secção, caixa 13, pasta 1; *A Restauração*, ano 1, n.º 26, 29-10-1914, p.1.

A rebelião tinha sido denunciada por um tenente que no derradeiro lance recuou. Aparentemente, o seu objectivo principal visava provocar um levantamento militar contra os supostos preparativos de uma divisão auxiliar a enviar brevemente para a frente europeia[1306]. Tinha ramificações por todo o país, especialmente em Leiria, Castelo Branco, Porto, Portalegre, Viseu, Évora, Lisboa, Bragança, Vila Real e Braga[1307]. Em vários pontos do país foram cortadas as comunicações telegráficas e telefónicas, várias bombas deflagraram em pontes, linhas de caminho de ferro e postes eléctricos[1308].

Apesar da agitação, facilmente sufocada pelas autoridades republicanas, o movimento falhou porque muitos dos oficiais envolvidos recuaram. Este comportamento era típico entre as altas patentes do exército. Conspiravam, comprometiam-se mas, receosos, aguardavam até ao último momento para ver o que acontecia. O general Fernando Tamagnini de Abreu abordou o problema, explicando que os oficiais do exército não tinham «firmeza de convicções» e por isso eram facilmente atraídos para «qualquer conspirata», bastava a promessa de uma «comissão cómoda e rendosa após a vitória»[1309]. A mesma atitude explicava a falta de fé monárquica, agravada pela descrença e desconfiança com que no exército se olhava a Causa Monárquica, percebida «sem união, sem coragem, sem portugueses», e que impunha a recusa de «sacrifícios» inúteis[1310].

As consequências imediatas do movimento consistiram na prisão de centenas de monárquicos envolvidos em conspirações, muitos chegados a Portugal depois da amnistia[1311]. Mais significativo seria mesmo a prisão de muitos oficiais realistas. Em Bragança foi preso o coronel Adriano Beça, acusado de tentar revoltar o regimento de infantaria 30. Em Amarante foram encarceradas duas personalidades que seriam centrais na conjuntura sidonista: o capitão Artur Silva Ramos, predominante na Junta Militar do Norte, e o tenente Eurico Cameira, «uma das figuras proeminentes do

---

[1306] Cf. Nuno Severiano Teixeira, *ob. cit.*, p. 241.
[1307] IAN/TT, MI, DGAPC, maço 56.
[1308] Cf. *A Restauração*, ano 1, n.º 26, 29-10-1914, p.1.
[1309] Fernando Tamagnini, *ob. cit.*, pp. X-XI.
[1310] BNP, ELM, doc. n.º 7080, carta do major Alberto Castro de Meneses (Margaride) a Luís de Magalhães, de 15-10-1914. A condessa de Mangualde conta nas suas memórias que Rodrigues Nogueira teria dito ao ministro da guerra, Pereira de Eça, «que não mexesse nisto, porque 80 por cento dos oficiais eram monárquicos. E todos conspiradores? Perguntou o Eça. Não; conspiradores são talvez 20 por cento do total». Cf. Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *ob. cit.*, p. 129.
[1311] Cf. IAN/TT, DGAPC, maço 56.

movimento», conspirador experimentado e um dos autores da estratégia de 29 Setembro de 1911[1312]. Mas outros oficiais, que virão a destacar-se no período do sidonismo e da Monarquia do Norte, foram também detidos: capitães Piçarra, Alberto de Almeida Teixeira e Silveira Ramos e o conde de Mangualde; e os tenentes Pais do Amaral e Brito e Silva[1313].

O chefe do movimento, major Rodrigues Nogueira, desaparecido inicialmente, foi detido em Viana do Castelo e mais tarde expulso do país, por ordem do governo[1314]. Outras figuras proeminentes foram removidas para Madrid e Bordéus, entre civis, militares e clérigos, com destaque para conspiradores impenitentes como António Teles de Vasconcelos, José de Azevedo Castelo Branco, Júlio da Costa Pinto e Moreira de Almeida[1315]. Uma vaga de destruição tomou de assalto e varreu as redacções dos jornais *O Dia*, *Jornal da Noite*, *Restauração* (Lisboa), *Nação*, *Talassa* e *Ridículos*[1316]. João Chagas legitimava a onda de destruição louvando a acção dos arruaceiros, a clássica «multidão» ou «rua» de Lisboa, feita de «cidadãos que, à falta de governos justiceiros, fazem justiça por suas mãos. São beneméritos»[1317].

Poder-se-á integrar a «segunda Outubrada» no primeiro conjunto de acções contra a beligerância de Portugal? Vimos já que quando a guerra irrompeu as manobras conspirativas tinham planos muito avançados. Mas o depoimento do tenente Eurico Cameira prova que os conspiradores procuraram aproveitar as possibilidades de mobilização para envolver a oficialidade. A análise produzida por um jornal monárquico da província parece confirmar que as causas da revolta se achavam na «impressão de desagrado com que foi recebida a notícia do envio das nossas tropas para o

---

[1312] *Ibidem*. Esse plano detalhado existe no ADG, Fundo do General João de Almeida, carta de Eurico Cameira a João de Almeida, de 23-04-1914.

[1313] Cf. *A Capital*, n.º 1539, 15-11-1914, p. 2.

[1314] O ministro da Guerra do governo de Bernardino Machado, Cerveira de Albuquerque, foi interpelado por Sá Cardoso no parlamento sobre a expulsão de Rodrigues Nogueira, por três anos, na situação de adido sem direito a vencimento e promoção. Reconhece que a medida é ilegal, pois o oficial deveria ser sujeito a tribunal de guerra, como ordenam as leis militares. Reconhece que, face às provas, o oficial seria ilibado do crime. Para o ministro, a sua convicção pessoal sobre a responsabilidade de Rodrigues Nogueira determinou a sua expulsão. Cf. *A Capital*, n.º 1589, 05-01-1915, p. 2.

[1315] Cf. IAN/TT, DGAPC, maço 56. Do grupo, apenas Moreira de Almeida não tinha tradição de agitador.

[1316] Sousa Costa, *Páginas de Sangue*, vol. 2 – Buiças, Costas & Cª., Lisboa, Livraria Editora Guimarães, 1939, pp. 201-202.

[1317] *Diário I*, cit., p. 289.

teatro da guerra»[1318]. O mesmo jornal referia mais tarde que a extensão do movimento, depois de presas cerca de «1500 pessoas», provava o «descontentamento» que alastrava entre as diferentes classes sociais, e em especial o exército[1319]. Mas a causa remota para tamanho descontentamento social era, inevitavelmente, «a incompatibilidade do povo português com o regime implantado em 5 de Outubro de 1910»[1320].

Nos antípodas, a opinião pública republicana reconhecia nos constantes fracassos dos movimentos adversários a ausência de «fé monárquica». Mayer Garção, na *Capital*, lembrava que depois do movimento abortado em Lisboa, em 1913, «nem já se conseguiu desencadear numa cidade qualquer tumulto». Para Mayer Garção, a república estava já consolidada, e «abrasa hoje, no seu fogo redentor, a alma de todo um povo». Ainda assim, reconhecia que a conspiração realista haveria de continuar a flagelar o país, «enquanto houver quem a pague, enquanto houver quem a acoite, e enquanto houver quem se alugue nas suas aliciações»[1321]. Quanto aos objectivos da contra-revolução, os republicanos depressa compreenderam que a revolta estava na génese de um movimento contra a mobilização, procurando explorar os sentimentos do exército e do povo. Tais projectos filiavam-se numa campanha «de desânimo e de covardia» que se fazia em Portugal[1322].

Como consequência por mais um desastre, os monárquicos davam legitimidade aos radicais republicanos contra os moderados, aqueles que fizeram aprovar a amnistia por acreditarem na pacificação da sociedade portuguesa[1323]. Para os monárquicos, porém, a Grande Guerra reforçava a legitimidade da contra-revolução e transformava-se no eixo gravitacional de toda a estratégia e de todas as actividades conspiratórias. Nela residia a derradeira esperança numa restauração da realeza. E nem as orientações contrárias de D. Manuel tinham força para alterar o rumo dos acontecimentos. Bem pelo contrário.

[1318] *A Restauração* (Lamego), ano 1, n.º 26, 29-10-1914, p. 1.
[1319] *Idem*, ano 1, n.º 29, 19-11-1914, p. 1.
[1320] *Idem*, ano 1, n.º 26, 29-10-1914, p. 1.
[1321] «A Conspiração», in *A Capital*, n.º 1520, 25-10-1914, p. 1.
[1322] «Os monárquicos, fazendo esse movimento, tomavam como sua plataforma a não participação na guerra. Era assim que esperavam alcançar o concurso do povo e do exército. Procuravam especular com o sentimento afectivo das famílias e julgavam corresponder a um estado de espírito militar a campanha de desânimo e covardia que havia algum tempo vinha sendo feita em Portugal» [*A Capital*, n.º 1532, 06-11-1914, p. 1].
[1323] Cf. Nuno Severiano Teixeira, *ob. cit.*, p. 243.

2. Da «ditadura» Pimenta de Castro ao 14 de Maio

O conflito mundial continuou a dominar os debates políticos e ideológicos no final de 1914. Como se sabe, a constituição de 1911 previa que só o parlamento podia autorizar a beligerância de Portugal. Este foi convocado para uma reunião extraordinária, realizada no dia 23 de Novembro. Bernardino Machado, em nome do executivo, apresentou uma proposta de lei que autorizava o governo a «intervir militarmente na actual luta armada internacional, quando e como julgue necessário aos nossos altos interesses e deveres de nação livre e aliada da Inglaterra»[1324]. A proposta, depois de lido um documento que fazia referência a um convite explícito da Inglaterra, foi apoiada por unanimidade, incluindo Machado Santos, apesar de uma certa ambiguidade de António José de Almeida e Brito Camacho para quem, por certo, importava «manter o *status quo* relativo a 7 de Agosto»[1325]. Por proposta de Alexandre Braga, foi ainda aprovada uma moção de apoio ao exército pelo seu «heroísmo e alto sentimento patriótico».

Mas os acontecimentos futuros pressentiam outros sentimentos no exército. Em face das circunstâncias, o governo de Bernardino Machado demitiu-se, abrindo uma nova crise política. A recusa de Afonso Costa de liderar um governo de concentração obrigou Manuel de Arriaga a convidar várias personalidades para formar governo, como Machado Santos, Braancamp Freire e Magalhães Lima. A denegação dos convidados teve como consequência um derradeiro apelo dirigido ao presidente do senado, Victor Hugo Azevedo Coutinho, que formou um novo executivo. Ganhava o partido da guerra, pois nele predominavam os democráticos.

Entretanto, em Angola, davam-se os primeiros incidentes com forças alemãs a atravessar a fronteira portuguesa em Naulila, a 19 de Outubro, que se seguiram de ataques a postos portugueses, entre os quais Cuangar (31 de Outubro), onde morreram 22 pessoas. Estas escaramuças terminariam com o combate de Naulila, a 18 de Dezembro, em que um destacamento de 580 homens foi derrotado e obrigado a retirar para Dongoena[1326]. Como

---

[1324] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão extraordinária de 23-11-1914, p. 3.
[1325] *Ibidem*; cfr, igualmente, Nuno Severiano Teixeira, *ob. cit.*, p. 244.
[1326] Cf. Marco Fortunato Arrifes, *ob cit.*, pp. 302-303. Aqui perderam a vida três oficiais e 66 soldados.

consequência, várias tribos do Sul de Angola acabaram por sublevar-se. Num país em tensão permanente, tais infortúnios acirraram ainda mais uma opinião pública convulsiva.

Quanto aos monárquicos, apesar da derrota de 20 de Outubro, ressurgiam num novo ímpeto contra-revolucionário. Em Londres, bem se esforçava D. Manuel para contrariar esta tendência. Para o vincar escreveu ao seu lugar-tenente, João de Azevedo Coutinho, para lhe conceder a demissão que este solicitara, por desobediência consciente em Outubro[1327]. Mas os seus partidários continuavam a insistir na organização de conjuras e a urdir planos e maquinações, como João de Almeida, que instava o ex-monarca a realizar, em Londres, uma conferência de proeminências, que devia juntar João Azevedo Coutinho, Aires de Ornelas e Paiva Couceiro na composição de uma nova revolta[1328]. A repulsa de D. Manuel não podia ser mais categórica, ameaçando tornar público um manifesto se tal movimento se engendrasse. Na verdade, este preocupava-se com os estragos que cada nova conjura provocava na sua credibilidade. No íntimo da sua consciência, porém, não acreditava no sucesso da restauração, «pois não é de um dia para um outro que se reorganiza a monarquia e se torna são um corpo podre!»[1329].

A complexidade da máquina conspirativa de 1913 e 1914 e a animosidade da caserna ao conflito bélico operaram uma mudança estratégica significativa. Os principais estrategas entendiam que as operações de restauração deviam constituir uma responsabilidade do exército, instituição com legitimidade para intervir nos destinos da nação. Por outro lado, e esta será talvez uma novidade, essa missão devia ser confiada a um general, pois entendiam os teóricos desta solução, que «a monarquia tem de ser restabelecida por um *pronunciamento*, à frente do qual se ponha um chefe prestigioso, em *serviço activo*»[1330]. Para

---

[1327] IANT/TT, Arquivo Pessoal de Azevedo Coutinho, carta de D. Manuel para João de Azevedo Coutinho, de 23-12-1914.

[1328] *Ibidem*. Dizia D. Manuel: «De Portugal nada de especial tenho sabido, senão que a intriga continua e que apesar de tudo, querem fazer novo movimento!!! O João d'Almeida é um dos que anda [sic] empenhado em que tal suceda e quer que o chame aqui assim como ao João Coutinho, Couceiro e Ornelas!!! Escrevo-lhe agora o que penso a respeito de tamanho disparate!».

[1329] ADG, Fundo do General João de Almeida, carta de D. Manuel a João de Almeida, com indicação de Natal de 1914. Pode ler-se em anexo.

[1330] BNP, ELM, caixa 43, documento destinado ao general Jaime Leitão de Castro. Sublinhado no original. Pode ler-se em anexo.

desempenhar tão patriótica tarefa, os monárquicos escolheram o general Jaime Leitão de Castro, oficial que nutria pouca simpatia pela república democrática, e a quem não poupavam rasgados elogios[1331]. A escolha procurava por certo capitalizar o seu ódio aos republicanos, devido ao encarceramento e ao «vexame» que sofrera às mãos dos «carbonários».

Convém lembrar que, em 1914, muitos oficiais eram maltratados e vigiados pelos carbonários e por republicanos civis, especialmente aqueles que não expunham com ardor um sentimento genuinamente republicano. A indisciplina nos quartéis chegara a tais extremos que, em 1915, alguns oficiais, durante os exercícios, andavam com as pistolas engatilhadas[1332]. No documento endossado a Jaime Leitão de Castro, lembrava-se que «o exército tem sido uma das maiores vítimas da Demagogia que nos tiraniza»[1333]. Como escreveu Douglas Wheeler, a politização do exército, no anos de 1914-1915, se deixava a maioria dos oficiais embalados numa certa passividade e neutralidade para com a república, fazia emergir duas tendências minoritárias: uma tendência republicana radical, adjacente aos «jovens turcos» e ao *Partido Democrático*; e uma tendência conservadora, mais próxima dos monárquicos. Mas no início de 1915, a decisão do *Partido Democrático* de apoiar a mobilização do exército e a crescente interferência do poder civil nos assuntos militares fazia aumentar a animosidade dos sectores mais neutrais e passivos contra a república[1334].

Os monárquicos souberam explorar a propaganda guerrista dos republicanos. Para os autores do projecto de intervenção do exército, a participação de Portugal no conflito «não passa dum plano abjectamente maquiavélico, urdido pelo chefe do governo para enviar, como ele próprio disse, para o matadouro europeu, o exército, de que a República se arreceia,

---

[1331] *Ibidem*. «Ora, para assumir este papel de libertador e salvador do seu país, é preciso encontrar quem, sobre ter na mão uma força importante, organizada para uma acção imediata, tenha igualmente na corporação militar esse ascendente de prestígio, que inspira confiança e suscita adesões. *Só um comandante de divisão pode hoje dar esse golpe de uma forma decisiva.* E, de todos os oficiais generais no activo, é V. Ex.ª que (sem cumprimentos) pelas suas ideias, pelo seu passado, pelas suas qualidades de chefe, pelo prestígio do seu nome, pela confiança que inspira – oferece todos os requisitos para prestar ao seu país esse alto e indispensável serviço» [sublinhado no original].

[1332] Cf. Douglas L. Wheeler, *História Política de Portugal 1910-1926*, Lisboa, Publicações Europa América, 1978, pp. 130-131.

[1333] BNP, ELM, caixa 43, carta ao general Jaime Leitão de Castro.

[1334] Cf. Douglas L. Wheeler, *ob. cit.*, p. 133.

como a única força capaz de a derrubar»[1335]. Os estrategas do monarquismo esforçaram-se para rentabilizar a hostilidade da instituição castrense à beligerância portuguesa. Para o efeito, propunham um pronunciamento militar em duas ou três divisões da província, onde contavam com a adesão da oficialidade, para depois vergar Lisboa e Porto, objectivo que deveria ser atingido «sem derramamento de sangue»[1336].

Desconhecem-se os resultados das manobras intentadas junto do general Jaime Leitão de Castro e de outras patentes. São, pelo contrário, conhecidas as diligências do general no sentido de combater a propaganda monárquica contra a guerra, que no final de 1914 chegava a alguns quartéis da 7.ª divisão militar, que comandava[1337]. Mais tarde apoiou a ditadura de Pimenta de Castro, mas a sua indecisão, perante a revolução de 14 de Maio, revelou alguma inépcia para o comando de tropas[1338]. Apesar de tudo, é possível que o movimento das espadas, concebido para alijar o governo democrático do Poder, tenha constituído o resultado concertado das manobras desenvolvidas por oficiais retintamente monárquicos para derrubar o governo[1339].

Para os sectores conservadores do exército, que incluíam muitos monárquicos e todos os oficiais que odiavam o *Partido Democrático*, a sua política beligerante obrigava a um plano de intervenção. Entretanto, o governo decidira reforçar o contingente angolano de Alves Roçadas, devido à ameaça alemã, enviando 2400 homens em Novembro e 4330 em Dezembro[1340]. A sua diplomacia procurou convencer a Grã-Bretanha de que

---

[1335] BNP, ELM, caixa 43, documento endossado ao general Jaime Leitão de Castro. Os autores deste projecto, bem informados, acenavam com os argumentos de que a república procurava com a guerra um derradeiro esforço de legitimação política: «Sabe-se hoje que a *Inglaterra não nos pediu nada, nem quer pedir;* que foi o Bernardino Machado quem *ofereceu* o nosso apoio e insistiu pela sua aceitação, ponderando ao estrangeiro a *conveniência que isso representava para o governo da República*!! Sabe-se que o ministro inglês em Lisboa, para se livrar da impertinência belicosa do nosso governo, sugeriu as expedições às colónias. Sabe-se, enfim, esta [???] de atirar, *por interesse próprio*, para os horrores duma guerra como esta, que é uma colossal hecatombe, uns poucos de milhares de homens, sem instrução, sem preparação, sem disciplina, sem incentivos morais, não passa de um último e criminoso esforço da República para se aguentar (contra a vontade manifesta do país), afastando o perigo, sempre iminente, duma revolução militar» [sublinhado no original].

[1336] *Ibidem*.

[1337] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1262.

[1338] Cf. Gonçalo Pimenta de Castro, *As Minhas memórias - na metrópole e nas colónias*, vol. 1, 1947, p. 420: «Voltando ao general Jaime de Castro, esse tinha no Entroncamento regimentos de infantaria, de cavalaria e artilharia, absolutamente fiéis. A sua excessiva prudência fez com que a revolução do 14 de Maio vencesse».

[1339] Cf. *Ibidem*, p. 221. Veja-se, igualmente, Douglas L. Wheeler, *ob. cit.,* pp. 133-134.

[1340] Cf. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Dir.), *ob. cit.,* p. 25.

as ameaças alemãs eram o resultado da atitude pró-Inglaterra de Portugal e que tudo indicava ao país a intervenção no conflito em território europeu. A Grã-Bretanha, porém, não só não se deixou convencer, como mostrou alguma irritação, pois estava convencida de que a Alemanha não desejava declarar guerra a Portugal[1341].

A decisão do parlamento criou a expectativa de uma participação militar iminente nos sectores radicais, por isso começaram a correr panfletos favoráveis à guerra e às posições dos aliados[1342]. Do lado monárquico, pelo contrário, as forças políticas tendiam a dividir-se entre aliadófilos e germanófilos. Muitos, apesar de aliadófilos, não deixavam de revelar uma curiosa admiração pela Alemanha, como Aires de Ornelas[1343] e Luís de Magalhães entre outros, entusiastas da «organização alemã» e do seu conservadorismo, e ao mesmo tempo regozijados com «a expiação dos crimes da jacobina França»[1344]. A corrente contra a guerra parecia já ser dominante entre os arraiais da realeza, por razões de estratégia política. Nos quartéis começaram a circular panfletos antiguerristas que tinham origem no campo monárquico, enviados a partir do exílio. De Paris chegaram diferentes panfletos que foram distribuídos em quartéis da 7.ª divisão, incluindo aos

---

[1341] Cf. Jonh Vicent-Smith, *ob. cit,* p. 106-107. O visconde de Asseca confirmava em Londres esta ideia: «Portugal tem há meses empregado aqui as maiores diligências para o deixarem ir para a guerra (para sermos diferentes de todos em tudo, pois todos os países da Europa que não estão ainda metidos na luta, estão-se defendendo o mais que puderem). A Inglaterra porém creio que ciente do estado a que aí tudo chegou, dispensa tal colaboração (pelo menos tem-na recusado até hoje firmemente) e a isto estamos reduzidos, nós portugueses!! Explica que as vantagens que traria para a linha de batalha 30.000 ou 45.000 homens a mais, não compensariam as desvantagens de ter que nos proteger todas as costas e portos de qualquer ataque alemão, não o podendo nós fazer nós próprios e não tendo ela já pouco com que se entreter» [BNP, ELM, carta a Luís de Magalhães, de 04-01-1915].

[1342] Cf. Nuno Severiano Teixeira, *ob. cit*, p. 245. No total, teriam sido enviadas para África cerca de 34 600 combatentes das forças metropolitanas e 19 500 das forças indígenas.

[1343] *Diário da Manhã*, nº 16, 13-06-1914, p. 1. Ornelas refere-se ao imperador alemão como «o homem que mais admiro hoje no mundo como Chefe de Estado».

[1344] *Diário da Manhã*, n.º 56, 30-07-1914. Escrevia o *Restauração* (Lamego), de inspiração católica: «Entre nós acham-se divididas as simpatias; quais vão, entusiastas, para os alemães; quais para os aliados. Nós prestando homenagem à verdade, admiramos a sólida organização do povo alemão, seu ardente patriotismo, seus poderosos meios de acção, sua invejável união e espírito de sacrifício, seus progressos materiais, espantosos [...]; mas também não podemos deixar de condenar seus progressos de combate, atropelando os mais elementares princípios e artigos do Direito das gentes como na violência da neutralidade da Bélgica e Luxemburgo. O proceder dum povo que estava na vanguarda da civilização veio demonstrar dum modo eloquente que não há nem pode haver verdadeira civilização e progresso sem a Igreja Católica; só o Evangelho por ela ensinado pode ser o código civilizador das nações. [...] As nossas simpatias vão, pois, para a causa que defendem os exércitos aliados; mas nem por isso deixamos de considerar que esta horrorosa guerra é igualmente uma tremenda expiação para os crimes da jacobina França, que desta prova há-de sair purificada, e para a soberba Albion que no seu activo tem também a expiar muitos actos de crueldade, de injustiça, de rapina e de política interesseira e desleal».

comandantes do regimento, ou colados em paredes, como aconteceu em Alcobaça[1345]. A leitura desses e de outros documentos permite compreender como os monárquicos conheciam bem as movimentações diplomáticas[1346] e percebiam claramente os objectivos políticos da política intervencionista dos republicanos, especialmente do *Partido Democrático*. E, por outro lado, compreendiam as expectativas e os receios da opinião pública, que sabiam ser contra a guerra[1347].

A questão da aliança inglesa ocupava lugar central nesta literatura subversiva, pois a opinião pública só admitia a intervenção de Portugal desde que esta resultasse de um pedido expresso da Grã-Bretanha em nome dessa coligação. A propaganda contrária intentou persuadir a opinião pública de que a aliança com a Inglaterra não impunha qualquer dever de intervenção no conflito, pois não existia «uma única cláusula nos tratados de aliança com a Grã-Bretanha, que, directa, ou indirectamente, nos obrigue a tal acto»[1348]. Por outro lado, aos monárquicos interessava explorar a contradição entre o discurso pró-aliança mais recente, em confronto com o ódio e a histeria antibritânica revelada por vários sectores republicanos no período do ultimato de 1890[1349].

Foi já suficientemente demonstrado o esforço diplomático do regime para pressionar a Inglaterra a convidar formalmente Portugal, depois do primeiro convite realizado em 10 de Outubro[1350]. Os monárquicos a residir em Londres conheciam bem essas manobras diplomáticas e a resistência da

---

[1345] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1276. O comandante do regimento de infantaria n.º 7, de Leiria, recebeu esses panfletos num envelope que lhe fora expressamente dirigido.

[1346] D. Manuel, Luís Soveral, antigo ministro da monarquia em Londres, e outros monárquicos, tinham acesso privilegiado ao rei Jorge V e a políticos influentes da Grã-Bretanha, Alemanha, Áustria, França, Itália e Espanha.

[1347] Manuel Teixeira Gomes afirmara em 1914 que em Portugal «ninguém tem entusiasmo pela guerra», ideia corroborada por Brito Camacho na mesma altura. Cf. John Vincent-Smith, *ob cit.*, pp. 88-89.

[1348] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1276, panfleto com o título «Vítimas da nefasta política Internacional republicana», de 25-11-1914. Zeferino Cândido publicou então um livro favorável à Alemanha em que analisou as relações diplomáticas entre Portugal e Inglaterra e concluiu que as cláusulas da aliança «só começariam a tornar-se efectivas para Portugal, quando a Inglaterra fosse agredida e ameaçada na sua soberania política e na integridade do seu território. Pelo contrário, no presente conflito, foi a Inglaterra quem declarou a guerra à Alemanha, com quem nós outros estávamos e sempre tínhamos vivido em boa paz, e tomando por pretexto a garantia da neutralidade e soberania da Bélgica com quem nós não temos nada» [*O Canhão Vence... A verdade Convence*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1915, p. 59].

[1349] Sobre a reacção da opinião pública e dos republicanos ao ultimato, leia-se Amadeu carvalho Homem, *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage 2001, pp. 95-109.

[1350] Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *ob cit.*, pp. 67-68.

Inglaterra[1351]. A propaganda anti-republicana esforçou-se para sublinhar a subserviência de Portugal, colocado pelo oferecimento na categoria de simples «protectorado britânico»[1352].

O panfletarismo antiguerra alertava também para as crescentes dificuldades financeiras e para a inevitável ruína do país. Exibindo uma preferência germânica que decorria da inexistência de qualquer «pretexto plausível para combater a Alemanha», a retórica azul e branca explicava que as razões que empurravam Portugal para o conflito radicavam no desejo «que os carbonários têm de consolidar a república»[1353]. Este argumento central na historiografia que actualmente analisa as razões da participação de Portugal na guerra[1354], torna mais compreensível a recusa da política conciliadora de D. Manuel, mas a este assunto voltaremos em momento mais oportuno.

Outros panfletos, com a mesma origem, incitavam à violência geral contra o regime republicano. Tais incitamentos exploravam o sentimento de muitas famílias que veriam os seus filhos enviados para o «matadouro», numa retórica que apelava às mulheres para salvar «da morte e da desonra vossos maridos e filhos e gritai comigo: Às Armas! Abaixo a maldita república, morte aos traidores!»[1355]. O grito de revolta dirigido «ao povo e ao exército» procurava aproveitar o descontentamento que só então começava a emergir e assim potenciar o perigo de reacção contra os governantes da república. Pretendia-se com este expediente levar a opinião pública a acreditar que as motivações dos republicanos eram essencialmente partidárias e não visavam a defesa dos interesses nacionais. As mudanças políticas que entretanto se deram, com o governo de Pimenta de Castro, reflectem já este sentimento popular e castrense contra a guerra e contra o *Partido Democrático*.

Parece não persistirem dúvidas de que o movimento das Espadas teve a sua génese na reacção militar à política beligerante do governo de Vítor

---

[1351] Cf. ADG, Fundo do general João de Almeida, carta do Visconde de Asseca a João de Almeida, de 21-11-1914.

[1352] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1276, panfleto com o título «Vítimas da nefasta política Internacional republicana», de 25-11-1914; veja-se igualmente BNP, ELM, doc. n.º 12056, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, de 12-10-1914.

[1353] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1276, panfleto com o título «Vítimas da nefasta política Internacional republicana», de 25-11-1914. Tem a indicação: «lerá e faça circular».

[1354] Especialmente, Nuno Severiano Teixeira, *ob. cit.;* Filipe Ribeiro de Meneses; *ob. cit*..

[1355] *Ibidem*, panfletos com os títulos «Alerta Portugueses» e «Portugueses».

Hugo Azevedo Coutinho, conhecido jocosamente como os *miseráveis*[1356]. Não por acaso, esse movimento conservador coincidiu com a partida de uma força expedicionária para África[1357]. E a própria política diplomática de Pimenta de Castro, defendendo a neutralidade de Portugal, parece confirmar tais asserções. Apesar de formalmente respeitar a aliança, Pimenta de Castro recusava a ingerência da Grã-Bretanha na política interna portuguesa, exibindo mesmo alguma simpatia pelo Kaiser e pelo povo alemão[1358]. Conhecedora deste recuo táctico da política externa de Portugal, a Inglaterra apoiou a política pimentista de contenção[1359].

A chegada ao Poder do general Joaquim Pimenta de Castro, sob o signo da pacificação social, resultou da intervenção política de Manuel de Arriaga, que se queixava da excessiva interferência do *Partido Democrático* na sua acção política, numa conjuntura política que reputava de gravidade[1360]. O pretexto fora a reclamação de vários oficiais de Lisboa contra a transferência do major de infantaria Craveiro Lopes, comandante de infantaria 28, na Figueira da Foz, que se deslocaram a Belém para depositar as respectivas espadas nas mãos do chefe de Estado[1361].

Douglas Wheeler caracterizou o movimento das espadas como um golpe de estado sem derramamento de sangue, com origem em segmentos ideológicos diferenciados e com objectivos dissemelhantes. Segundo este historiador, existia um movimento monárquico preparado em diferentes guarnições que planeava um pronunciamento militar e, eventualmente, a restauração da monarquia; um outro grupo de oficiais republicanos que protestava contra o baixo estatuto dos oficiais e o desprestígio crescente do exército; e, finalmente, um grupo de oficiais da guarnição de Lisboa e do

---

[1356] O governo era constituído por Vítor Hugo (Presidência e Marinha), Alexandre Braga (Interior), José Maria Vilhena Barbosa de Guimarães (Justiça), Álvaro de Castro (Finanças), Joaquim Albuquerque e Castro (Guerra), Augusto Soares (Negócios Estrangeiros), Eduardo Lima Basto (Fomento), Alfredo Rodrigues Gaspar (Colónias) e Frederico Simas (Instrução).

[1357] João Chagas, lamentando o estado de anarquia que aproximava Portugal do México, referia o esforço de forças antibeligerantes contra a partida do regimento n.º 18, da guarnição do Porto, para combater os alemães em África. Cf. *Diário II*, Lisboa, Edições Rolim, p. 23.

[1358] Cf. Jonh Vincent-Smith, *ob. cit.*, p. 113. Leia-se também Joaquim Pimenta de Castro, Castro, Joaquim Pereira Pimenta de Castro, *O Dictador e a Affrontosa Dictadura*, Weimar, Wagner G. Humbold, 1915.

[1359] *Ibidem*.

[1360] Sobre a posição do presidente, veja-se Manuel de Arriaga, *Na Primeira Presidência da República, Um rápido relatório*, Lisboa, Typographia A Editora, 1916.

[1361] Sobre a crise aberta pelos oficiais e as reacções políticas dos diferentes sectores que levaram à queda do governo, veja-se Douglas L. Wheeler, *ob. cit.*, pp. 134-135.

regimento da Figueira da Foz, apoiado por Brito Camacho e Machado Santos, empenhado em fazer chegar os moderados ao Poder[1362].

Gonçalo Pimenta de Castro, oficial monárquico, confirmou nas suas memórias que o movimento das espadas tinha ramificações em várias cidades, sendo ele o chefe do movimento em Leiria, e que visava «expulsar das cadeiras do governo um ministério democrático»[1363]. Mas não faz qualquer referência à possibilidade de uma restauração monárquica, cuja causa parecia já não o seduzir grandemente. Muitos oficiais, apesar de monárquicos, não vislumbravam na realeza a solução para a crise nacional. Por isso, o movimento das espadas deve ser interpretado apenas como sinal do descontentamento dos oficiais mais conservadores, insensíveis à introdução dos valores democráticos no exército e ao espírito igualitário que supostamente estabelecia a matriz ideológica da república. A ideologia começava então a aproximar largos sectores do exército do campo conservador, protagonizado pelos monárquicos, católicos e alguns republicanos, em favor dos princípios da ordem e da autoridade contra a «rebelião das massas» e consequente subversão das hierarquias[1364].

Para os monárquicos, só a ideologia explicava o governo de Pimenta de Castro, sustentando que a intervenção do exército se fizera contra o regime de violência permanente instaurado pela «canalha republicana», e em defesa de uma sociedade católica e conservadora. «Enfim, respira-se», escrevia a imprensa tradicionalista[1365]. O motejo da violência opressiva, dos «desvarios

---

[1362] Cf. *ob. cit.*, pp. 133-134.

[1363] *Ob. cit.*, p. 221.

[1364] Para Gonçalo Pimenta de Castro, «a ditadura do general Pimenta de Castro foi a primeira tentativa para uma situação conservadora, dentro da ordem, da lei e da verdadeira liberdade, respeitando os direitos de todos. Foi a primeira tentativa de reconciliação da família portuguesa, não hostilizando nem perseguindo ninguém, fosse qual fosse o seu crédito político. Porém, as classes baixas já não obedeciam, e assim a República que se proclamou em Portugal com a maior ordem e cordura, veio a cair na República da rua, dos revolucionários civis, que pretendiam ocupar, e só eles, todos os lugares públicos. [...] Os revolucionários civis tinham direito a subir dois postos na escala de acesso dos seus serviços, e assim a República foi absorvida pela rua. Foi contra isso que se fez o movimento chamado das espadas, idealizado pelo venerando Presidente da República, Dr. Manuel de Arriaga, o qual escolheu para seu colaborador, o seu amigo de Coimbra, o general Pimenta de Castro» [*ob cit.*, pp. 423-424]. Gonçalo Pimenta de Castro apoiaria Sidónio Pais mas, após a sua morte, recusou-se a apoiar um golpe monárquico para restaurar a monarquia, como veremos à frente.

[1365] «Respira-se, enfim! Sentia-se que a atmosfera pesava como chumbo e que ninguém tinha seguros, nem os seus haveres nem a sua vida. A canalha, movida por instintos sanguinários de fera e instigada por alguns elementos que dela careciam para viver, tornava-se uma praga daninha que era mister extinguir. Havia o saque, o assassinato, o assalto às igrejas, a perseguição acintosa e cruel à família católica, a calúnia e todo um estendal de vergonhas e de misérias que traziam o português profundamente abalado e justamente

da rua», explicava e legitimava todas as tentativas restauracionistas desenhadas nos primeiros anos da república, única reacção possível contra o que eles chamavam de ausência de liberdades políticas e dos atropelos constantes à liberdade de expressão[1366].

A instauração de um governo militar, apesar da presença de alguns civis do partido de Brito Camacho, que apoiou inicialmente o movimento[1367], concebido em nome da «ordem» e da «liberdade», provocou nos arraiais monárquicos um desenfreado optimismo quanto às possibilidades de restauração, pois interpretavam o movimento como «falência» do regime republicano[1368]. Tal como em 1918, com Sidónio Pais, explicavam que uma ditadura militar, «expediente por sua natureza anormal e efémero», teria forçosamente que terminar com um regresso ao democratismo ou à restauração da monarquia[1369]. Se a república significava a demagogia, a monarquia representava a ordem. O seu profético lema «Anarquia ou Monarquia» encheu páginas de retórica e de doutrinação, mobilizou toda a

---

inquieto. Nem o exército escapou à fúria demagógica que, como tufão devastador - tudo arrastava diante de si! Era preciso reagir. Era preciso lutar... [...] O exército português - tão enxovalhado, tão insultado e até agredido - entendeu ser chegado o momento de reagir e opor uma barreira formidável aos desvarios da rua» [*Restauração* (Lamego), n.º 40, 04-02-1915, p. 1].

[1366] É o caso de Luís de Magalhães para quem «a opressão demagógica forçava a actividade monárquica a dissimular-se. Foi ela que a lançou nas conspirações, que, em todos os tempos, foram a arma com que se combateram as tiranias truculentas e criminosas. Com a nossa imprensa ou amordaçada ou assaltada violentamente pelos bandos de malfeitores a soldo da autoridade; sem o menor direito de protesto ou de representação, de que o mais ordeiro e ilegal exercício era logo impedido por meio de brutais agressões, protegidas pelos poderes públicos; sem possibilidade de propaganda livre; sem direito efectivo de reunião; sem garantias de espécie alguma; sob o domínio alarmante e deprimente d'um terror desenfreado e sanguinário - como seria possível reunir, por todo esse país, os elementos monárquicos, enquadrá-los, pô-los em contacto regular com um órgão director, dar-lhes uma orientação definida, levá-los confiadamente à acção política? [...] Este é, pois, o momento de reconstituir a família monárquica, de lhe dar unidade e coesão, de a preparar para uma actividade coordenada e definida, de a armar politicamente para todas as eventualidades que a crise nacional, que vamos atravessando, possa provocar e determinar» [*O Nacional*, n.º 2, 02-03-1915].

[1367] Entre 25 e 28 de Janeiro, Pimenta de Castro ocupou todas as pastas. Depois entraram: coronel Pedro Gomes Teixeira (Interior), Guilherme Alves Moreira (Justiça), o democrático Herculano Jorge Galhardo (finanças) até 6 de Março, quando foi substituído por José Jerónimo Rodrigues Monteiro (mais tarde passaria para os Negócios Estrangeiros; Contra-Almirante José Joaquim Xavier de Brito, ligado aos unionistas (Marinha); José Nunes da Ponte, unionista (Fomento); Teófilo José da Trindade (Colónias) até 10 de Março, substituído por José Maria Teixeira Guimarães e coronel Manuel Goulart de Medeiros, unionista (Instrução).

[1368] Cf. *O Nacional*, n.º 6, 06-03-1915, p. 1.

[1369] «Verificado, como está, que o regime de 5 de Outubro só pode assegurar ao país um pouco de ordem e de liberdade por meio do expediente dilatório duma ditadura militar, expediente por sua natureza anormal e efémero, além de mal aceite pelos elementos republicanos, natural é que os destinados a retomar amanhã o governo da nação vão deitando, como vulgarmente se diz, contas à vida, e preparando-se para cumprir capazmente a missão escabrosa que um futuro tão próximo lhes reserva» [*O Nacional*, n.º 6, 06-03-1915, p. 1].

casta de políticos até aqui indiferentes, passivos e já sem fé no regresso do trono[1370].

Conscientes das mudanças tácticas que operavam no xadrez político, os políticos mais activos da monarquia formalizaram os primeiros contactos com Pimenta de Castro, que algumas fontes dão como sensibilizado para a realização de um plebiscito sobre o regime[1371]. Políticos experimentados, os realistas conheciam bem as vantagens de poder controlar a máquina do Estado, quando era certo que dificilmente os partidos republicanos apoiariam uma ditadura militar, mesmo a União Republicana, de Brito Camacho, como veio a suceder. Nos primeiros contactos com Pimenta de Castro, insistiram com o general para que entregasse o lugar de ministro do interior, os cargos de governadores civis e os comandos militares das divisões a personalidades monárquicas[1372]. A reunião de José de Azevedo Castelo Branco com Pimenta de Castro, para lançar «os fundamentos da obra», teve lugar a 4 de Março, quando as nomeações de alguns governadores civis pareciam «sensivelmente favoráveis» aos interesses da oposição realista[1373]. Castelo Branco, como muitos monárquicos, acreditava que os adeptos do trono representavam a «maioria do país» e nessa maioria se legitimavam as exigências que fizera ao chefe de governo, convencido de que as eleições seriam o passaporte para a restauração[1374].

A conferência, porém, terá sido pouco animadora para as pretensões azuis e brancas. À indecisão de Pimenta de Castro, provavelmente tolhido

---

[1370] Cf. Luís de Magalhães, «República Conservadora», in *A Ideia Nacional*, n.º 7, 07-04-1915, pp. 197-201; Um Operário, *Anarquia ou Monarquia*, Lisboa, 1923.

[1371] Em carta dirigida a Luís de Magalhães, escreveu José Castelo Branco: «Estou inquieto com o que fará o P.C. Receio que isto nos não leve ao plebiscito mascarado na luta eleitoral, pois que receio que os que o cercam e ele mesmo tenha mudado ou venha a mudar de propósito» [BNP, E2, doc. n.º 4318, de 28-01-1915]. O próprio Luís de Magalhães afirmou, numa entrevista à *Capital*, esta possibilidade: «Desde que a possibilidade de uma consulta ao país, nesta conjuntura, foi trazida para a discussão, eu vi, mais de uma vez, afirmado, pela boca de graduados republicanos, que a resultante dessa consulta seria a restauração feita nas urnas» [ano 5, n.º 1638, 26-02-1915, p. 1].

[1372] Cf. BNP, ELM, doc. n.º 4318, carta de José de Azevedo Castelo Branco a Luís de Magalhães, de 28-01-1915. Para a opinião pública saíram apenas as exigências políticas dos monárquicos para aceitarem concorrer às eleições: novos recenseamentos eleitorais, período alargado de propaganda e absoluta liberdade política. Cf. *A Capital*, n.º 1618, 04-02-1915, p. 1.

[1373] Cf. BNP, ELM, doc. n.º 4319, carta de José de Azevedo Castelo Branco a Luís de Magalhães, de 04-02-1915.

[1374] *O Nacional*, n.º 3, 03-03-1915, p. 1. «Hoje somos a maioria e, porque o somos, temos o direito de pedir à probidade do Governo actual, com todas as reparações das injustiças feitas, que nos assegure o exercício do nosso direito de votar sem intervenção de nenhum daqueles meios que servem apenas para falsificar a expressão da urna. Nós pedimos-lhe a sua neutralidade».

pela intervenção legalista do ministro da justiça e reitor da Universidade de Coimbra, Guilherme Moreira, juntava-se uma estranha certeza quanto à importância do seu projecto eleitoral. Era uma ideia antiga que o velho general alimentava como «panaceia» para resolver «todos os males»[1375].

Pimenta de Castro estava então firmemente convencido de que uma nova lei eleitoral, abrindo a disputa política a todos os sectores políticos, incluindo monárquicos e católicos, haveria de pacificar a república[1376]. O decreto de 24 de Fevereiro de 1915 revogou a lei de 11 de Janeiro, da autoria de Vítor Hugo Coutinho, e estabeleceu a data de 6 de Junho para as eleições. As principais alterações à lei anterior prendem-se com a definição de 22 círculos plurinominais e a restituição do direito de voto aos oficiais e sargentos no activo[1377]. Compreensivelmente, a hipótese de plebiscito ao regime não constava da proposta eleitoral. Ao contrário do que a propaganda republicana fez circular, Pimenta de Castro não era «monárquico», apesar do seu nome aparecer em documentos conspiratórios anteriores a 1915, e de conviver intimamente com adversários do regime. O general era republicano mas, ao contrário de muitos oficiais com aquela patente, «era homem que pensava pela sua cabeça e tinha vontade própria»[1378].

Inevitavelmente, a nova lei eleitoral desagradou ao campo monárquico. A base capacitária definida na lei, não alterando no essencial o pressuposto republicano do «saber ler e escrever», não agradava aos interesses monárquicos, que repudiavam como «vago» e pouco «expressivo» da capacidade política dos eleitores. Estes continuavam a defender a base económica e censitária do sistema eleitoral como a mais ajustada ao «interesse social»[1379]. Não entendiam que se negasse capacidade cívica a quem produzia e pagava impostos e se atribuísse essa capacidade ao

---

[1375] Cf. BNP, ELM, doc. n.º 4314, carta de José de Azevedo Castelo Branco a Luís de Magalhães, de 05-02-1915.

[1376] O seu projecto político é explicado em Joaquim Pereira Pimenta de Castro, *O Dictador e a Affrontosa Dictadura*, Weimar, Wagner G. Humbold, 1915.

[1377] Cf. Pedro Tavares de Almeida (Organização e introdução), *Legislação Eleitoral Portuguesa 1820-1926*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, pp. 649-652. O decreto ditatorial estribava-se na lei de 8 de Agosto de 1914, que conferia ao governo poderes excepcionais.

[1378] Cf. Machado Santos, *A Ordem Publica e o 14 de Maio*, Lisboa, Papelaria e Tipografia Liberty, 1916, p. 19.

[1379] Entrevista de Luís de Magalhães à *Capital*, ano 5, n.º 1638, 26-02-1915, p. 1.

«primeiro vadio que rabisque o seu nome em letras gordas»[1380]. Sem terem a certeza do apoio das classes trabalhadoras, que tinham como favoráveis ao trono, muitos monárquicos alardearam a abstenção eleitoral como o caminho mais seguro e inevitável, como veio aliás a suceder[1381].

A nova ordem política, pouco favorável ao republicanismo radical, provocou uma grave crise política. A tensão político-social e a conflitualidade aumentaram consideravelmente, como testemunhavam as parangonas da imprensa. Os democráticos declararam guerra ao novo Poder, indo ao ponto de instigar a «rua à violência». O Congresso deveria abrir as portas no dia 4 de Março mas a recusa de Pimenta de Castro em permitir o acesso dos deputados ao palácio de S. Bento adensou a crise. Uma minoria de deputados reuniu em Santo Antão do Tojal (Loures), no antigo Palácio da Mitra, onde Afonso Costa, em vibrante discurso, apresentou uma moção que proclamava inconstitucionais, e por isso «fora da lei», todos os actos do presidente da república e do governo de Pimenta de Castro[1382]. Os democráticos decidiram então derrubar o governo, promovendo uma greve geral do funcionalismo público que paralisasse a administração[1383].

Aos poucos, Pimenta de Castro perdeu o apoio dos moderados ligados a Brito Camacho, e estava prestes a aborrecer os grémios de António José de Almeida e de Machado Santos. Mais tarde, o chefe evolucionista haveria de admitir que Pimenta de Castro fizera demasiadas «concessões» ao «chamado espírito conservador»[1384].

Restavam os monárquicos, a quem Pimenta de Castro solicitou auxílio para as eleições, e que votaram uma moção de apoio a uma maioria de governo[1385]. A substituição de administradores, governadores civis e autoridades policiais e militares colocara personalidades adversas à república em lugares importantes do Estado. O adensamento da crise, com a fuga dos partidos republicanos moderados, aumentava as esperanças numa restauração.

[1380] *Ibidem*.
[1381] *Ibidem*. Veja-se, igualmente, AHM, 1.ª divisão, 36.ª secção, caixa 13, pasta 2.
[1382] Cf. David Ferreira, *História Política da Primeira República Portuguesa,* vol. 1 (1910-1915) II Parte, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 51-53.
[1383] Cf. Douglas L. Wheeler, *ob. cit.*, p. 137.
[1384] Cf. Luís Reis Torgal, *ob. cit.*, p. 133.
[1385] Cf. BNP, ELM, doc. n.º 4321, carta de José de Azevedo Castelo Branco a Luís de Magalhães, de 13-04-1915.

A organização política dos monárquicos foi por isso uma preocupação do seu núcleo mais activo, que incluía Luís de Magalhães, José de Azevedo Castelo Branco, visconde do Banho, Moreira de Almeida, António Cabral, conde de Bertiandos e tantos outros. Em pouco tempo, Luís de Magalhães contactou os antigos caciques da monarquia, ministros, governadores civis, deputados, administradores de concelho e presidentes de câmara, preparando a velha máquina política da monarquia, e todos «afirmaram que, *mesmo com esta lei eleitoral*, a vitória dos monárquicos na urna era certa, certíssima, sem programa eleitoral, se a ela resolverem ir. E todos se mostraram não apenas *dispostos* a ir à batalha eleitoral, mas entusiasmados com essa ideia»[1386].

Persistia, todavia, um entrave formal à organização política e eleitoral da oposição monárquica: a ausência de um directório político que coordenasse os trabalhos e edificasse as estruturas necessárias. O núcleo mais buliçoso dirigiu-se a D. Manuel e aos seus conselheiros mais próximos, expondo o estado de espírito das bases da Causa Monárquica e exigindo daquele a nomeação de um directório político. Agastados com o seu longo silêncio, atiravam-lhe com a «desatenção», a «hesitação» e o «desinteresse» com que atendia aos negócios urgentes e pendentes da Causa[1387].

D. Manuel olhava com optimismo o governo de Pimenta de Castro mas pedia alguma contenção[1388]. Londres negava o «desinteresse» e a «hesitação», existia apenas o estado de «natural ponderação com que El-Rei resolve os casos que lhe são urgentes»[1389]. Mas a resposta não convencia. Para alguns políticos mais experientes, como Luís de Magalhães, a hesitação dos monárquicos poderia favorecer o aparecimento de uma república conservadora em torno de Pimenta de Castro[1390]. Esta possibilidade talvez

---

[1386] BNP, ELM, doc. n.º 1249, carta de Luís de Magalhães ao conde de Sabugosa, de 20-03-1915. Vejam-se igualmente as cartas de António Cândido Nogueira, antigo governador civil de Viana do Castelo durante o primeiro governo de João Franco, e António Barbosa de Mendonça, documentos n.ºs 8008 e 7343.

[1387] *Ibidem*.

[1388] Cf. Carta de D. Manuel ao marquês do Lavradio, de 16-02-1915, in D. José Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit.*, p. 249.

[1389] BNP, ELM, doc. n.º 1250, carta do conde de Sabugosa a Luís de Magalhães, de 24-03-1915.

[1390] BNP, ELM, doc. n.º 1251, carta de Luís de Magalhães ao conde de Sabugosa, de 31-03-1915. Escrevia Magalhães: «E, entretanto, o tempo passa, as eleições devem fazer-se dentro de *dois meses*, e um longo mês [...] perdido para esses trabalhos de organização. De vários pontos da província se me dirigem a mim, e a outros, e a gente não sabe o que responder,

não soasse mal ao general e ao seu ministro da justiça, Guilherme Moreira, que era apontado na época como o «novo apóstolo duma república conservadora»[1391]. O governo nomeara mesmo uma comissão eleitoral e ordenara aos governadores civis, através de uma «circular confidencial», o «emprego de meios para assegurar o triunfo da lista governamental»[1392].

O projecto não agradara certamente à grei monárquica, convencida de que uma república conservadora podia efectivamente «roubar-lhes adeptos e força»[1393]. A solução conservadora não passaria de algumas reflexões avulsas, mas a sua formulação viria a fazer-se nas conjunturas mais conturbadas do regime, surgindo com maior acuidade no decorrer das duas ditaduras. A retórica monárquica tratou sempre o projecto com desprezo que mal mascarava, afinal, o receio de consolidação definitiva do regime. Na imprensa como na literatura, sustentavam que em Portugal a república só poderia ser «demagógica», entendendo a demagogia como «degenerescência viciosa da democracia»[1394]. A república conservadora era, em Portugal, um «impossível metafísico»[1395].

Entretanto chegavam notícias de Londres. O conde de Sabugosa explicava que o caso era complexo e que D. Manuel precisava de reflectir profundamente sobre as propostas feitas por Luís de Magalhães e pelo conde de Bertiandos para a constituição de uma comissão política. O próprio D. Manuel, recalcitrante a todas as diligências autónomas da sua grei, dirigiu-se a João de Azevedo Coutinho reiterando que a matéria a tratar constituía «um assunto muito grave e complexo, e que carece de madura reflexão».

---

por não ter nenhuma outra espécie de investidura que não seja a nossa boa vontade... Fazemos o possível por cobrir a Pessoa d'El Rei, argumentando com a dificuldade das comunicações [...]. Tenho muito receio de que, dominado o demagogismo, restaurada um pouco a ordem, *se nós nos não organizarmos*, a propaganda duma *república conservadora* comece a frutificar entre as nossas massas abandonadas. E, em tal caso, [...] a Causa Monárquica marcará de novo passo por muito tempo».

[1391] *O Nacional*, 18-04-1915, p. 1.

[1392] Cf. BNP, ELM, doc. n.º 4321, carta de José de Azevedo Castelo Branco a Luís de Magalhães, de 13-04-1915.

[1393] António Cabral, *As Minhas Memórias Políticas. Em Plena República*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1932, p. 241.

[1394] Luís de Magalhães, *Portugal e a Guerra*, cit., p. 48. O autor definiu assim a demagogia: «É o arbítrio violento duma baixa e ignara oligarquia plebeia, guiada por energúmenos e aventureiros sinistros, que, por um permanente regime revolucionário, põe e dispõe dos governos e da sua política, dobrando-os aos seus caprichos desorientados, tornando a lei letra morta, suprimindo, de facto, todas as garantias, calcando todos os direitos, coagindo a justiça, violando todas as liberdades, contendo impunemente toda a casta de atentados pessoais, e impondo, enfim, brutalmente, o seu despotismo atrabiliário e fanático com as armas sangrentas do terror».

[1395] Luís de Magalhães, «República Conservadora», in *A Ideia Nacional*, n.º 7, 07-04-1915, pp. 197-201.

Insistia com os seus correligionários para que apoiassem inequivocamente Pimenta de Castro contra a ameaça democrática, e recomendava aos oficiais que aceitassem a amnistia e a reintegração no exército. Quanto à acção política, resumiu a sua política a uma fórmula lapidar: «Antes de tudo está a nossa Pátria»[1396]. Tudo indiciava que o pretendente ao trono não estava interessado em movimentos que revestissem o carácter de uma mudança de regime. Richmond esteve sempre em conflito com os seus partidários mais aguerridos. Mais tarde, e já depois da inauguração de vários centros monárquicos, voltaria a recusar qualquer pressão, acusando mesmo os meios realistas de viverem num meio de «intriga». Em Lisboa, só Aníbal Soares, director do jornal *O Nacional*, estava autorizado a falar em nome do chefe político[1397].

Apesar das recomendações de Londres no sentido da contenção política, os monárquicos, eufóricos, começaram a apregoar a restauração próxima da monarquia. A sua imprensa aparecia mais atrabiliária do que nunca, denunciando a «falência da república»[1398], os crimes da «carbonária»[1399] e fulminando os principais vultos republicanos, que atacou em linguagem desbragada e verrinosa[1400]. Desse optimismo exacerbado resultou a célebre polémica sobre o rei a colocar no trono: a *Nação* afirmava que o rei legítimo era D. Miguel e os constitucionalistas, acompanhados pelo grémio neo-tradicionalista, advogavam a monarquia de D. Manuel.

As recomendações e as hesitações de Richmond não foram suficientemente pujantes para impedir as manobras organizativas da sua

---

[1396] IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, Caixa 8, carta de D. Manuel a João de Azevedo Coutinho, de 23-03-1915.

[1397] ADG, Fundo do General João de Almeida, carta de D. Manuel a João de Almeida, datada de Abril de 1915. Eis o teor da missiva: «A amnistia já foi dada: calculo pois que regresse breve a Portugal. Vai cair no meio de muita intriga: a única pessoa neste momento que tem instruções minhas é o Aníbal Soares, que está escrevendo com o meu pleno aplauso e segundo as instruções que tem recebido. Quanto às questões, organização de partido monárquico, eleições e directório estou-me ocupando delas, conforme eu entendo e não como muitos o entendem infelizmente em Lisboa! Se o não fiz há mais tempo, é porque haviam [sic] gravíssimas questões de política internacional das quais podia depender simplesmente a independência do nosso querido Portugal. Hoje essas questões devido à minha intervenção estão melhor encaminhadas e o perigo posto de lado, por agora pelo menos: posso pois ocupar-me das outras. Chamei aqui o conde de Sabugosa que deve chegar aqui em breves dias e que deve ter falado com as pessoas mais importantes antes da sua partida. Quando o Sabugosa regressar a Lisboa levará então todas as minhas instruções sobre os três assuntos [...) Manuel, Rei».

[1398] *O Nacional*, n.º 6, 06-03-1915, p. 1.

[1399] Cf. *Jornal da Noite*, n.º 73, 02-04-1915, pp. 1 e 2; n.º 74, 03-04-1915, p. 1.

[1400] Cf. Jornais *O Nacional*, *O Dia*, *Jornal da Noite*, *Restauração* (Lamego) e a Revista *Ideia Nacional*.

grei. Mesmo sem comissão política oficial, arquitectaram estruturas e fundaram centros políticos nas cidades e vilas que representavam maior afinidade, estabelecendo uma dinâmica que lançou o pânico nos covis do republicanismo radical. Presume-se que entre Março e Maio tenham inaugurado cinquenta e cinco centros políticos em Lisboa e nas províncias[1401].

Para a consolidação dessa dinâmica contribuiu toda a família política, incluindo manuelistas, integralistas e católicos, que nos jornais *A Palavra*, *Liberdade*, *A Ordem* e *Restauração* (Lamego) faziam a apologia do tradicionalismo monárquico. Mas foi por acção dos caciques, os «ominosos caciques» da monarquia defunta, incluindo-se nesta categoria os deputados, governadores civis, administradores e regedores, que tamanha máquina política acabou empreendida[1402]. O optimismo transbordava na imprensa realista, convencida da sua força política e do seu contributo para acender a «fé monárquica»[1403].

Os centros monárquicos podem ser um indicador sociológico importante para compreender a origem social dos adeptos do trono. Com efeito, nas suas direcções predominava a antiga fidalguia, ao lado de velhos conselheiros e caciques do liberalismo: os grandes proprietários, empresários, agricultores e profissionais liberais. O Centro Monárquico D. Carlos, de Lisboa, inaugurado a 17 de Abril, empresta uma imagem fidedigna desta realidade sociológica. Concebido para orientar toda a actividade política da Causa em Portugal[1404], oferecia o exemplo do empenho redobrado da fidalguia portuguesa na causa do seu rei, mas constituía também o símbolo imutável de um Portugal arcaico que se pretendia

---

[1401] Cf. David Ferreira, *ob. cit.*, p. 96. A grande maioria situava-se no Centro e Norte do país. Os mais importantes, depois de Lisboa, eram Porto, Braga, Coimbra, Guimarães e Felgueiras.

[1402] Veja-se a inúmera correspondência existente em BNP, ELM, cartas de e para Luís de Magalhães. Mas, especialmente, os documentos 1249 a 1251.

[1403] Escrevia *O Nacional*: «Às salas do Centro têm-se ido inscrever nestes dois dias perto de 800 sócios, notando-se em todos o maior entusiasmo e a mais dedicada boa vontade. Nunca no Porto, dizem-nos, se trabalhou com mais dedicação pelo triunfo duma Ideia, que, como esta, se acha absolutamente identificada com os destinos da Pátria que todos nós queremos ver próspera e feliz no interior e respeitada no exterior pelo seu valor moral e material» [n.º 39, 10-04-1915, p. 2].

[1404] Segundo *O Nacional*, «conquanto o centro Monárquico seja uma agremiação relativa unicamente à capital, os seus corpos gerentes, ou antes uma parte deles, ficaram com o encargo de se dirigir aos centros e aos influentes eleitorais da província, a fim de os consultar directamente e concertar com eles a atitude do partido perante as anunciadas eleições» [n.º 50, 21-04-1915, p. 2].

restaurar, com o seu fausto, as suas hierarquias e o tradicional respeito pela ordem e pela autoridade. Presidido pelo conde de Bertiandos, tinha como secretários os condes de Arrochela e do Sisal. O Conselho Administrativo era dirigido pelo conde de Verride e a Comissão Política por Aires de Ornelas, também ele descendente de cepa nobilitada[1405].

A narrativa jornalística que cobriu o evento anunciou a presença, no seio da Causa Monárquica ali representada, de uma casta superior com «direito a governar»: «Era, por um lado quase tudo o que […] pela sua capacidade, pela sua fortuna, pela sua educação, pelos seus títulos literários e científicos – tudo quanto é alguém e tem neste país, que é o seu, o direito de governar, e não a obrigação de se submeter, como bando de incapazes ou leva de escravos, à tirania rancorosa e pelintra dum relativamente insignificante número de ineptos e de perversos, sem imputação social de espécie alguma»[1406]. Para além da aristocracia, o evento político contava com a plebe, com o povo.

Mas a imprensa realista estabelecia bem a diferença entre o povo monárquico, o «verdadeiro povo, que é aquele que labuta, produz, paga e constitui o manancial inexorável onde a Pátria vai buscar a sua seiva», e a «canalha republicana», constituída por «aquela turba-multa de gentalha quase toda sem ofício, vivendo do ódio, envenenada pelas mais perniciosas lições, que forma o núcleo central das *imponentes manifestações* jacobinas!». Esta dicotomia político-social oferecia ao espectador coevo a imagem do mundo conservador, supostamente trabalhador, amigo da

---

[1405] Os órgãos do Centro estavam assim preenchidos: *Mesa da Assembleia-geral* – Presidentes Honorários: duque de Palmela; conde de Sabugosa; Presidente efectivo: conde de Bertiandos; Vice-presidentes: D. Tomás d'Almeida Vilhena, D. Tomás de Melo Breyner (conde de Mafra), António Luís Remédios da Fonseca; 1.º Secretário: conde de Arruchela; 2.º secretário: conde de Seisal; Vice-secretários: Domingos Pinto Barreiros, Dr. António Penha e Costa; *Direcção Política* – Presidente: conselheiro Aires de Ornelas e Vasconcelos; Vogais: conselheiro António Cabral Pais do Amaral, conde de Castro e Sola, conselheiro José de Azevedo Castelo Branco, conselheiro D. Luís Filipe de Castro, Dr. António Horta Osório, Dr. João Albino de Sousa Rodrigues, Dr. João Henrique Ulrich; *Conselho de administração* – Presidente: conde de Verride; Vice-presidentes: Dr. Mário Pinheiro Chagas, visconde de Coruche; Tesoureiro: conde de Monte Real; 1.º Secretário: marquês de Belas; 2.º Secretário: Fernando Correia; Vogais: D. Luís de Lencastre (Alcáçovas), Joaquim Morais Sobrinho, Jorge de Mendonça; Suplentes: conde de Mangualde, Dr. Albertino da Veiga Preto Pacheco, António de Menezes de Vasconcelos, Francisco da Costa Gonçalves, Carlos Quintela (Farrobo); *Conselho Fiscal* – presidente: visconde do Marco; vice-presidente: marquês de Ficalho, Joaquim Xavier Oriol Pena; 1.º Secretário: Eduardo Perestrelo de Vasconcelos; 2.º Secretário: Artur Sobral Figueira; Vogais: Dr. António Bourbon, Simão Trigueiro de Martel; Suplentes: Álvaro Ferreira Roquette, Dr. Francisco Pais de Sande e Castro, António Bastos, António Lapa, André Supardo. Cf. *O Nacional*, n.º 47, 18-04-1915, p. 2.

[1406] *Ibidem*, p. 1.

ordem, da autoridade e da estabilidade. Essa marca de conservadorismo seria bem vincada pela sessão política, realizada com a presença de «milhares de pessoas» que primaram pela correcção de comportamento, pela «unidade, a disciplina voluntária, a harmonia, a concordância de vistas». Muito distante, afinal, da propaganda dos comicieiros republicanos: «não houve discursos, não houve o espalhafato domingueiro que se via na propaganda dos adversários»[1407].

A Causa Monárquica procurava mostrar ao país que existia uma elite de Poder que não se conformava com a ausência do mando, assumindo princípios hauridos da ideologia conservadora segundo os quais competia às elites governar e ao povo obedecer e trabalhar ordeiramente. E que existia unidade política em torno da restauração da monarquia de D. Manuel. Mas essa unidade era um mito.

A participação inusitada da fidalguia, numa assembleia política, não passou despercebida ao olhar arguto de António José de Almeida, que ironizou com o facto de uma realeza supostamente liberal estar a ser defendida pela nobreza. Rocha Martins, patrono de uma monarquia social, veio logo a terreiro lembrar a costela liberal dos respectivos titulares, portadores do sangue e da espada com que se inaugurou o liberalismo e o sistema constitucional em Portugal, e que ele entrevia como os verdadeiros arautos da liberdade[1408].

A proliferação de centros políticos, as campanhas na imprensa e a discussão pública do rei a restaurar já traziam as hostes republicanas num frenesim revolucionário, quando Pimenta de Castro aprovou a nova lei de amnistia. Esta lei abria as fronteiras aos mais categorizados dirigentes monárquicos ainda no exílio, como Paiva Couceiro, João de Almeida, João de Azevedo Coutinho, Jorge Camacho, Vítor Sepúlveda e o padre Domingos. Publicada a 20 de Abril, foi logo reprovada como lei ofensiva e provocadora, por coincidir com o quarto aniversário da lei de separação[1409]. Enquanto a imprensa monárquica exultava de regozijo e satisfação, a rua republicana,

---

[1407] *Ibidem*.

[1408] *Jornal da Noite*, n.º 89, 21-04-1915, p. 1. Para Rocha Martins «entre os fidalgos dessa agremiação a ideia de liberdade é muito maior que entre os republicanos e para isso não é preciso mais do que comparar o que eles fizeram dentro da Monarquia e a maneira como os senhores de hoje têm conduzido a república».

[1409] Cf. David Ferreira, *ob. cit.*, p. 83.

os célebres «carbonários» e «voluntários da república», ressumbrava em gestos de ameaça, com o fito claro de defender o regime pela força.

A conflitualidade política e social aumentara de intensidade. A inauguração de centros políticos monárquicos mobilizou a «canalha republicana» para as imediações das sedes, provocando os adversários políticos e as autoridades policiais destacadas para a segurança das manifestações. A simples imagem da polícia republicana a proteger os «inimigos» do regime era uma ironia que os radicais não aceitavam. Por outro lado, para além de anular todas as medidas dos governos anteriores contra oficiais monárquicos[1410] ou antidemocráticos, o pimentismo entregou a chefia das polícias e do exército a oficiais conservadores, como fará mais tarde o sidonismo; muitos dos polícias demitidos desde a implantação da república regressaram aos seus postos, aumentando a crispação dos republicanos radicais.

A inauguração do Centro Monárquico Académico, em Coimbra, é o exemplo paradigmático da crescente conflitualidade entre monárquicos e republicanos. A cidade juntou aí uma plêiade de notáveis dirigentes da Causa Monárquica, como o conde de Bertiandos, Aires de Ornelas, António Cabral, José de Azevedo Castelo Branco, Homem Cristo Filho e o séquito integralista, com António Sardinha, Luís de Almeida Braga, Alberto Monsaraz e João do Amaral[1411]. Os políticos monárquicos foram atacados com pedras quando se dirigiam para o teatro Sousa Bastos, onde se realizava o acto político. Na baixa de Coimbra, os agitadores republicanos deixaram a cidade em estado de sítio, investiram ruidosamente contra os automóveis e gritaram impropérios e palavras de guerra como «mata, mata». A acção da polícia foi então considerada insuficiente pela imprensa realista para jugular os tumultos[1412]. Receosa talvez da força popular, limitava-se a evitar que a «canalha», vinda de todos os partidos da república, se aproximasse demasiado dos realistas, mas não evitou as agressões e não procedeu a muitas prisões. Para os monárquicos, esta era a prova irrefutável da força da rua republicana, em Lisboa como em Coimbra e noutras cidades, e da

---

[1410] Veja-se o caso de Adriano de Madureira Beça, que viria a ser homenageado no Porto e a seguir julgado e absolvido, em BNP, ELM, doc. n.º 3821, carta de Adriano Beça a Luís de Magalhães, de 10-07-1916.
[1411] Cf. *Jornal da Noite*, n.º 105, 10-05-1915, p. 1.
[1412] *Ibidem*.

incapacidade do governo de Pimenta de Castro para utilizar a força contra o radicalismo[1413].

Aproximava-se já a revolução de 14 de Maio, para a qual muito contribuiu a «rua», acendrada pelos excessos optimistas dos realistas, que afirmavam sem rebuços que a ditadura só podia desaguar na monarquia. Paiva Couceiro, que regressara a Portugal a 5 de Maio, era ameaçado por uns e admirado por outros, enquanto a imprensa realista exultava de entusiasmo. A sua presença nas ruas de Lisboa era, contudo, uma provocação que os radicais não toleravam. A chegada a Portugal do «Paladino» foi acompanhada desde a fronteira pela polícia e por informadores republicanos, que lhe conheciam todos os passos[1414]. No panfleto *EH Real*, publicado já depois da revolução, tripudiava-se com a imagem traçada pela imprensa, de um «Nun'Álvares, o santo e heróico condestável» com que era apresentada ao Povo a «figura desmanchada e reles de Paiva Couceiro»[1415]. Na verdade, o texto de Sérgio Sílvio contestava, em tom colérico e atrabiliário, a amnistia dada pela ditadura ao mais «odiento e celerado dos criminosos», culminando a sua catilinária com um grito subversivo: «E visto que tal se torna necessário [...] peguemos em armas e vamos para a luta revolucionária, implantando, definitivamente, a República em Portugal»[1416]. Couceiro foi obrigado a esconder-se até conseguir sair novamente do país, enquanto um grupo de revolucionários atacava e saqueava a casa da irmã, em Santa Catarina[1417].

No dia 6 de Maio, Afonso Costa deu uma conferência no Teatro Nacional, no Porto, onde apelou à violência contra a ditadura de Pimenta de

---

[1413] O conde de Bertiandos, ferido na sessão de Coimbra, descreveu assim os acontecimentos: «A jornada politicamente foi boa; mas ficámos com a impressão: 1.º de que as autoridades não têm força ou ordem pª usar dela, pois com a maior facilidade se evitariam atentados, visto que eram conhecidos os três cabecilhas e os vinte e tantos desordeiros. A tropa e a polícia várias vezes dissolvia os grupos dos que se manifestavam com insultos e bengalas, em ameaça. Contentava-se que a canalha se não aproximasse mto. 2.º Que já não há mocas nem valentões que as usem entre os académicos de hoje, porque, se as houvesse [...] bastaria um ou dois desses valentões pª. a pôr em respeito, como sucedia no meu tempo. Isso que se passou em Coimbra e o que se tem passado aqui demonstra-me que a canalha ainda tem mta força e que não podemos lutar com ela, se o governo se não resolve a ser forte e a perder contemplação. Dizem-me que em Coimbra se reuniram todos os partidos republicanos pª a contra-manifestação canalha ir por diante. Não se pode fazer nada com estes panos quentes, nem sei como podemos levar os nossos amigos às eleições, arriscando-os a serem mortos» [BNP, ELM, doc. n.º 3830, carta do conde de Bertiandos a Luís de Magalhães, de 12-05-1915].

[1414] AHM, 1.ª divisão, 36.ª secção, caixa 13, pasta 2.

[1415] *Eh Real, Panfleto Semanal de Crítica e Doutrinação Política*, n.º 1, 13-05-1915, p. 4.

[1416] *Ibidem*, pp. 11-12.

[1417] Cf. Maria Teresa de Sousa Botelho e Mello, *ob. cit.,* p. 130.

Castro, que apodou de «reaccionária» e de ser a «contra-revolução do 5 de Outubro». Quanto à restauração da monarquia, considerava-a uma impossibilidade e que tal tentativa havia de degenerar numa luta sem tréguas contra os adeptos da coroa[1418]. O sentimento de revolta aumentava. Durante este período Portugal fervilhou de conspiradores e revolucionários. Os monárquicos conspiravam para restaurar a monarquia. A dinâmica organizativa que a ditadura de Pimenta de Castro facilitou, marcada por inúmeras reuniões em Lisboa, Porto e nas restantes cidades do Norte, servia igualmente os propósitos contra-revolucionários[1419]. Muitos acreditavam que a máquina política devia estar preparada para um movimento revoltoso, e o futuro provaria a verdade desta afirmação[1420].

Continuaram, pois, os preparativos e as maquinações, recorrendo-se novamente a uma complexa máquina organizativa, que exigia focos de conspiração interna muito bem articulados entre si e com a emigração[1421]. Com esse objectivo em mira, acentuaram-se os contactos e as movimentações em Espanha e nas regiões de fronteira. O trânsito de armamento, trazido por contrabandistas, continuou a fazer-se com destino a Portugal[1422]. Os comités de Lisboa e do Porto estavam em permanente contacto com Espanha e com os comités militares para preparar uma revolta ou pronunciamento que devia acontecer antes das eleições, marcadas para Junho[1423].

[1418] A conferência de Afonso Costa foi mais uma análise da conjuntura política. Pode ler-se uma síntese em David Ferreira, *ob. cit.*, pp. 131-149.

[1419] AHM, 1.ª divisão, 36.ª secção, caixa 13, pasta 2: «As comissões monárquicas que se estão organizando nos diferentes concelhos do país, com o pretexto de tratar de eleições, não são mais do que 'comités' encarregados de se apoderarem das repartições públicas na ocasião da restauração monárquica que eles afirmam ser um facto dentro em pouco. Nos últimos dias entraram quase todos os conspiradores que ainda se encontravam na Galiza, dirigindo-se, conforme ordens que receberam, para as suas terras. O fim disto é tomarem parte no movimento que se há-de realizar no dia 'glorioso'».

[1420] A tentativa revolucionária de Agosto de 1915 foi liderada, em Guimarães, por António Machado, que era secretário do Centro Monárquico de Guimarães. Cf. IAN/TT, MI, DGAPC, maço 61.

[1421] BNP, ELM, caixa 58, carta cifrada de 24 de Abril [1915?].

[1422] Cf. dezenas de relatórios em AHM, 1.ª divisão, 36.ª secção, caixa 13, maço 2. Muitas destas informações eram desvalorizadas pelo novo poder político, que acusava os cônsules e informadores republicanos de exagero, que correspondia a «má vontade, da parte do governo contra os consulados da Galiza, e especialmente contra o de Tui». Mas a confrontação das informações consulares com a documentação do arquivo de Luís de Magalhães comprova que, apesar de muitos exageros, as movimentações contra-revolucionárias eram bem reais.

[1423] *Ibidem*. Entre os mais dinâmicos encontravam-se Luís de Magalhães, considerado «tesoureiro do comité do Norte», José de Azevedo Castelo Branco, Pinheiro Torres, Jaime Duarte Silva, Gaspar de Abreu, conde de Azevedo, Júlio de Araújo, Abel Ferreira, abade de Caminha, coronel Adriano Beça e muitos outros, civis, clérigos e militares.

No campo adversário, os carbonários voltavam à sua actividade revolucionária, enquanto no exército se preparava a queda da ditadura[1424]. O comité revolucionário era constituído por Sá Cardoso, Álvaro de Castro, António Maria da Silva, Norton de Matos e Leote do Rego, todos próximos do Partido Democrático. A revolução repetiu o modelo do 5 de Outubro, com a acção combinada do exército, da marinha e dos grupos carbonários, contando também com a passividade da maioria das unidades do exército. Por tudo isso, seria considerada pela retórica republicana como uma segunda proclamação da república.

A revolução saldou-se em cerca de 150 mortos e mais de mil feridos, nos confrontos que tiveram lugar em Lisboa, Porto e Santarém, mais do que aqueles que se haviam registado no 5 de Outubro[1425]. Nos sectores militares, as diferentes guarnições, comandadas por oficiais passivos, foram abdicando da luta, excepção feita a infantaria 16, chefiada por Gomes da Costa e por Gonçalo Pimenta de Castro. O auxílio esperado das forças da 7.ª divisão, chefiadas por Jaime Leitão de Castro, não chegou e o exército rendeu-se aos revoltosos[1426].

A revolução ficou inexoravelmente associada ao recrudescimento da violência revolucionária, marcada por confrontos terrivelmente sangrentos. Houve ataques a igrejas, centros monárquicos, sabotagens de postes eléctricos e telegráficos e vários assassinatos, incluindo, no Porto, a eliminação de Homero de Lencastre por radicais[1427]. O ódio para com a polícia de Pimenta de Castro, acicatado pela imprensa republicana, levou a que os sectores radicais assaltassem as repartições policiais no governo civil de Lisboa, destruindo o mobiliário e assaltando os cofres, de onde levaram os fundos de pensões e todo o dinheiro existente, para além de armamento. Vários polícias foram entretanto assassinados, muitos seriam republicanos dedicados, enquanto outros fugiam ou se escondiam das turbas enfurecidas[1428].

[1424] IAN/TT, MI, DGAPC, maço 60, carta do Governador Civil de Bragança ao Ministro do Interior, de 24-04-1915.

[1425] Cf. Douglas L. Wheeler, *ob. cit.*, p. 139. Outros historiadores referem apenas 102 mortos.

[1426] Cf. Gonçalo Pereira Pimenta de Castro, *ob. cit.,* pp. 410-420.

[1427] IAN/TT, DGAPC, maço 60.

[1428] *Ibidem*, Relatório do Comandante da Polícia, Tristão da Câmara Pestana, de 19-05-1915.

Portugal dava então uma imagem de guerra civil que as autoridades procuraram conter através de uma circular distribuída aos governadores civis[1429]. A violência da revolução, os bombardeamentos de Lisboa, os ataques a casas de apoiantes de Pimenta de Castro, e muito especialmente monárquicos conhecidos, marcaria o imaginário conservador durante anos, aprofundando a imagem de «balbúrdia sanguinolenta» que se colara à república. A condessa de Mangualde, que descreveu os acontecimentos revolucionários com pormenor, escreveu a esse propósito: «Parece impossível que este Portugal seja o mesmo que ainda há dez anos era a terra mais pacata e mais sossegada do mundo. Que responsabilidade medonha têm os que transformaram o bom povo português nas feras que agora andam por aí»[1430].

Os monárquicos exploravam esta violência política, de que também participavam como conspiradores impenitentes, apresentando-se como vítimas da ferocidade republicana. D. Manuel, em Londres, vituperava a revolução numa toada muito pessimista, afirmando que Portugal teria estado à beira de uma «intervenção estrangeira», isto é, intervenção de Espanha, que a Inglaterra «evitou»[1431]. Para o monarca exilado, o país, indiferente, nada podia contra os criminosos republicanos e a sua violência ferina: «Temos em frente de nós, de um lado assassinos, bandidos, a ralé que matam, assassinam [...]; do outro, infelizmente, um país inteiro apático e indiferente»[1432].

[1429] *Ibidem*, circular de 18-05-1915: «Não tendo o actual governo nenhum carácter partidário mas sendo essencialmente republicano nacional recomenda muito particularmente Exmo. Presidente Ministério não sejam praticados nem consentidas nenhumas hostilidades e perseguições de carácter político-partidário, o que V. Ex.ª imporá às autoridades suas subordinadas como norma de proceder recomendando também não haja a menor complacência na perseguição de quaisquer crimes devendo comunicar imediatamente ministério do interior todos os factos que contrariem espírito destas instruções».

[1430] *Ob. cit.*, p. 128.

[1431] «Escapámos a uma intervenção estrangeira por uma unha negra. A Inglaterra salvou-nos. A situação de Portugal é gravíssima e só um milagre salva o nosso desgraçado país. No mundo inteiro se sabe, segundo as expressões da imprensa inglesa, que o exército português só sabe trair e fugir e que a marinha só serve para bombardear Lisboa! tudo é um horror e uma vergonha» [IAN/TT, Fundo de João Azevedo Coutinho, caixa 8, carta de D. Manuel a João de Azevedo Coutinho, de 02-06-1915] . Carta de teor muito semelhante foi dirigida ao marquês do Lavradio, em 10-06-1915, aí expressando o receio de um entendimento entre a Inglaterra e a Espanha. Cf. D. José Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit.*, pp. 249-250.

[1432] IAN/TT, Fundo de João Azevedo Coutinho, caixa 8, carta de D. Manuel a João de Azevedo Coutinho, de 02-06-1915.

O fim da ditadura de Pimenta de Castro trouxe os democráticos novamente ao Poder, com um governo liderado por José de Castro[1433], a que se seguiu a demissão de Manuel de Arriaga, substituído por Teófilo Braga[1434]. O ambiente político, já muito degradado, agravar-se-ia nos anos seguintes, com a formação de um forte sentimento antidemocrático em alguns sectores republicanos, enquanto no exército surgia uma nova família política, ainda vaga, conhecida por «pimentismo». O «pimentismo», como depois o «sidonismo», era constituído por oficiais, uns sem cor política, outros republicanos conservadores e monárquicos, que nutriam um ódio visceral aos democráticos e que defendiam os valores da ordem e da autoridade como a mais imperiosa função política do Estado[1435]. Começava então a formar-se uma poderosa aliança contra o Partido Democrático que viria a ser responsável pela recusa da sua política intervencionista.

Alguns monárquicos caíram então num profundo pessimismo depois do 14 de Maio, que viria a derruir parte do esforço organizativo, político e contra-revolucionário que haviam arquitectado durante a ditadura de Pimenta de Castro[1436]. A sua capacidade de propaganda ficou seriamente debilitada com o desaparecimento de alguns dos seus mais relevantes órgãos de imprensa, como o *Dia*, o *Nacional*, o *Jornal da Noite* (este em Agosto). Deixara de haver condições políticas para concorrer a eleições, que se realizaram a 13 de Junho[1437], e condições de mobilização para levar a cabo um movimento restauracionista.

Mas nem todos analisavam negativamente o 14 de Maio. Luís de Magalhães descobria algo de positivo na revolução, que via como uma radicalização ainda maior do regime, no sentido de aumentar os confrontos entre as facções republicanas «o que é uma maior chance de triunfo final».

[1433] O chefe de governo indigitado inicialmente foi João Chagas, que abandonara Paris para combater Pimenta de Castro. A tentativa de assassinato de João Chagas, protagonizada no comboio Porto-Lisboa pelo senador João de Freitas, forçou-o à recusa. Chagas foi gravemente ferido e perdeu um olho, enquanto João de Freitas seria imediatamente linchado pelos populares.

[1434] Manuel de Arriaga abdicou da função a 29 de Maio, enquanto Teófilo Braga se manteve no cargo até à eleição de Bernardino Machado, a 6 de Setembro.

[1435] Cf. AHM, 1.ª divisão, 36.ª secção, caixa 13, pasta 3, relatório do Governo Civil de Viana do Castelo ao Ministro do Interior, de 29-07-1915 e cartas particulares.

[1436] Cf. BNP, ELM, carta de Luís de Magalhães a Moreira de Almeida, de 06-06-1915. O director do *Dia* defendia então o fim da luta política pela causa real.

[1437] As eleições deram uma vitória considerável ao Partido Democrático, com 106 deputados e 63 % dos votos no continente; seguiu-se o Partido Evolucionista com 26 deputados e 23 % dos votos; depois a União Republicana com 15 deputados e 16 % dos votos; finalmente, foram eleitos 6 independentes, 2 socialistas e 1 católico.

O 14 de Maio mostrava ao exército que a estabilidade seria sempre uma empreitada irrealizável com a república e, finalmente, porque «liquidava completamente a ideia de uma república conservadora»[1438]. A argumentação do antigo conselheiro monárquico radicava numa observação racional dos acontecimentos, segundo a qual nenhuma sociedade podia viver em «instabilidade permanente», como vivia a república. Como político hábil e pensador penetrante, sabia que as questões da «ordem» pública obrigariam o exército, quando a situação se tornasse insuportável, a intervir para repor essa «necessidade orgânica» das sociedades[1439]. Por isso, defenderia sempre a via da organização política da Causa Monárquica e o combate firme e cerrado ao regime republicano, mesmo que isso implicasse ignorar as orientações expedidas de Londres. Na verdade, a revolução tinha ainda outro mérito: o de revelar ao vasto campo do conservadorismo nacional que uma república conservadora era uma impossibilidade política, um «absurdo». Os monárquicos convenciam-se agora de que apenas a república radical e «jacobina», isto é, a «demagogia», enquanto «degenerescência viciosa da democracia», podia vingar em Portugal. A monarquia era assim apresentada como o único regime compatível com a «ordem» e a «autoridade», dentro de um quadro evolucionista, que a civilização coeva exigia para extirpar o vírus revolucionário que atacara Portugal e o lançara na mais deprimente anarquia[1440].

D. Manuel, na sua carta a João de Azevedo Coutinho, datada de 2 de Junho, tinha voltado a insistir na imobilidade política dos seus correligionários, cuja actividade causticava como «crime de lesa-pátria», enquanto prometia a restauração do trono no «fim desta guerra pavorosa»[1441]. Mas os monárquicos não aceitaram tais recomendações,

---

[1438] BNP, ELM, carta de Luís de Magalhães a Moreira de Almeida, de 06-06-1915.

[1439] BNP, ELM, carta de Luís de Magalhães a Moreira de Almeida, de 25-06-1915.

[1440] Esta era pelo menos a posição dos monárquicos constitucionalistas. Cf. Luís de Magalhães, *Portugal e a Guerra*, Lisboa, 1915, pp. 48-53.

[1441] IAN/TT, Fundo Particular de João Azevedo Coutinho, caixa 8, carta de D. Manuel a João de Azevedo Coutinho, de 02-06-1915. Afirmava o ex-monarca: «É indispensável que fiquem quietos a menos que queiram cometer um crime de Lesa-Pátria. Dar-lhes uma esperança para agora é um abuso e um erro: devemos esperar o fim desta guerra pavorosa. Será então o momento para se restaurar a Monarquia! [...] Os monárquicos devem unir-se o mais possível (o que não é fácil pois a união nunca foi o forte deles) mas nada de falar, de basófias ou discursos cujos resultados foram sempre contraproducentes».

insistindo sempre na necessidade de «organização» política, e continuaram a propaganda subversiva, especialmente no Norte do país[1442].

Para além da propaganda da ideia monárquica, procuraram capitalizar o descontentamento económico-social dos portugueses. Com efeito, aos problemas de uma sociedade em conflito seguiram-se as complicações económicas e sociais, com o agravamento do abastecimento público de géneros alimentares. O mês de Julho ficou marcado por um conflito entre os agricultores do Douro e os agricultores do Sul, por causa da exportação de vinhos generosos para Inglaterra. O tratado de comércio com este país, assinado a 23 de Janeiro de 1915, aceitava como vinho do Porto todos os vinhos exportados de Portugal[1443]. Os agricultores do Douro reclamavam a revisão do tratado no sentido de restringir as exportações de vinhos generosos aos vinhos produzidos na região duriense, e ameaçavam a exportação enquanto Inglaterra não adoptasse a designação portuguesa de «Vinho do Porto»[1444].

Na região do Douro, a 19 de Julho, os produtores de vinho mostraram o seu descontentamento numa manifestação que teve lugar em Lamego, congregando cerca de quatro mil manifestantes. Essa «multidão», que invadira a cidade armada «com paus, varapaus, machados, baionetas, antigas, facas atadas na ponta de paus, choupas, espingardas de caça e bombas» protestava contra a «questão duriense», levantava impropérios contra a república e contra o Sul que os «matava à fome». Quando, no dia seguinte, o povo amotinado se preparava para invadir o edifício dos Paços do Concelho, «a força militar abriu fogo contra os populares, e ao mesmo tempo algumas bombas rebentaram em frente do edifício»[1445]. Mas o relatório oficial das autoridades dá conta de uma explosão de violência entre os manifestantes e os civis republicanos que se encontravam no edifício

---

[1442] Cf. BNP, ELM, doc. n.º 8022, carta de D. Luís de Castro (conde de Nova Goa) a Luís de Magalhães, de 16-07-1915.

[1443] Cf. Miguel Nunes Ramalho, *A Opressão Salazarista e a Força da Liberdade. Alfredo de Sousa, um resistente*, p. 80. Sobre este conflito, leia-se pp. 79-89.

[1444] Cf. *A Capital*, ano 6, n.º 1783, 20-07-1915, p. 2. Os agricultores do Norte e os do Sul enviaram comissões a Lisboa, para fazerem chegar ao governo as suas reivindicações. O governo apresentou então no parlamento uma proposta que atendia aos interesses dos agricultores do Douro e compensava os agricultores do Sul com aumentos significativos dos preços das aguardentes, indispensáveis para a produção dos vinhos do Douro.

[1445] IAN/TT, MI, DGAPC, maço 61.

público, a quem aqueles «chamavam carbonários»[1446]. A fúria dos confrontos ficou marcada pelo arremesso de bombas e o uso de «pistolas automáticas» contra os ditos «carbonários», e a que estes responderam lançando «para a rua três ou quatro bombas» sobre o povo amotinado. Dos confrontos resultaram doze mortos e dezanove feridos[1447]. A existência de uma bandeira azul e branca, os vivas a D. Manuel e à monarquia, e as conhecidas simpatias monárquicas dos dirigentes do protesto, revelam que por detrás da manifestação poderiam estar os interesses monárquicos locais em criar mais um foco de instabilidade[1448]. Esta era a táctica recorrente nas tramas dos adversários do regime.

Os manejos conspiratórios aumentaram de intensidade no Verão de 1915. A máquina contra-revolucionária recomeçava a engrenar, por certo aproveitando a dinâmica criada durante o pimentismo. A Galiza fervilhava de novo de actividade, com a constante deslocação dos principais exilados, como Paiva Couceiro, Jorge Camacho, Sousa Dias e padre Domingos, constantemente acossados pelos espiões da república. Dentro de fronteiras multiplicavam-se as reuniões de chefes monárquicos, especialmente no Porto e em Braga. As autoridades militares tinham indicações de que o movimento monárquico tinha agora a colaboração de «sindicalistas» e «pimentistas»[1449]. Rocha Martins acrescentaria que o movimento era dirigido por Paiva Couceiro, e contava com a colaboração de Egas Moniz, sindicalistas, evolucionistas e unionistas[1450]. O «pimentismo», como vimos, era uma nova sensibilidade formada dentro da instituição castrense que

---

[1446] Segundo a autoridade republicana local, em Lamego existia um «importante núcleo de republicanos civis, dedicados à defesa do regime, desinteressadamente prontos a cooperarem para a manutenção da ordem e da salvaguarda das repartições e edifícios públicos, não querendo ser só republicanos de nome, esforçando-se por que haja respeito pela República. Cidadãos respeitáveis, constituem, por assim dizer, uma milícia civil, dedicada à defesa do ideal republicano e das instituições» [*ibidem*].

[1447] *Ibidem*.

[1448] *Ibidem*. "Os dirigentes eram todos [...] reconhecidamente monárquicos, e a manifestação, conquanto não fosse um acto de hostilidade contra o governo da República, nem rebelião, pode ser considerada, pela qualidade política dos seus dirigentes e porque à frente dos manifestantes vinham também pessoas conhecidas como monárquicos que não têm vinhas, como uma exibição ou vista e forças monárquicas. Um dos dirigentes, o Dr. Seabra Dias, declarou no seu depoimento ser monárquico. […] Deram morras ao sul, e vivas ao Douro, e também à monarquia (não sendo alguns correspondidos), a Paiva Couceiro e a D. Manuel. Entre os dirigentes, vinham à frente do povo, a cavalo, alguns padres desafectos à República, vindo o de Figueirosa com os seus paroquianos formados quatro a quatro, como os militares".

[1449] Cf. AHM, 1.ª divisão, 36.ª secção, caixa 13, pasta 3, «Informação ao Chefe de Estado Maior da 8.ª Divisão do Exército, Braga, de 01-08-1915.

[1450] Cf. Rocha Martins, *D. Manuel II. História do seu Reinado e da Implantação da República*, Lisboa, Ed. de Autor, 1931, p. 621.

principiava então a revelar a sua hostilidade para com o Partido Democrático[1451]. É possível que tenham sido aliciados pelos monárquicos para um novo movimento. Quanto aos sindicalistas e membros de outros partidos é difícil provar a sua participação, conquanto existam indícios de que figuras republicanas terão sido convidadas para a revolta, devido ao seu «ódio aos democráticos»[1452].

Entretanto, em Lisboa, aumentavam os boatos que indicavam a iminência de uma nova incursão a partir da Galiza, protagonizada por portugueses, carlistas e alemães. Informações delirantes referiam a existência, em Alcanises, de 400 homens armados, «na maioria espanhóis»[1453]. Para a propaganda republicana, empenhada em aumentar o sentimento patriótico dos portugueses e justificar a sua política intervencionista, era importante exagerar o perigo estrangeiro, insinuando a existência de conúbios entre a Alemanha, Espanha e os monárquicos portugueses. As autoridades militares rapidamente eliminaram esta possibilidade[1454].

O movimento monárquico que deflagrou parcialmente em 27 de Agosto de 1915[1455] previa a sublevação de quartéis por revolucionários civis, e devia estender os seus tentáculos a várias cidades do Norte e Lisboa. Esperava-se portanto um movimento militar provocado por civis que seria o detonador de um pronunciamento militar mais vasto. Na pior das hipóteses, tomariam uma cidade ou uma divisão do exército, que constituiria uma linha avançada do golpe restaurador. Aparentemente, o movimento era chefiado, em Portugal, por Vasconcelos Porto e, em Espanha, por Paiva Couceiro[1456]. Oficiais da Galiza deviam entrar em Portugal para se colocarem à frente dos

---

[1451] Cf. AHM, 1.ª divisão, 36.ª secção, caixa 13, pasta 3. Oficiais «pimentistas» ou «espadistas» eram identificados em Viana do Castelo e em Valença, onde havia «excesso de pimentismo e quiçá de monarquismo», e em Chaves, onde «formam um grupo à parte».

[1452] IAN/TT, MI, DGAPC, «Relatório aos Acontecimentos do Norte, pelo Delegado do Procurador da República da Comarca de Bragança», pp. 5-6.

[1453] Cf. AHM, 1.ª divisão, 36.ª secção, caixa 13, pasta 3, «Informação da Organização Voluntária 'Pátria e Liberdade'», de 30-07-1915.

[1454] Cf. AHM, 1.ª divisão, 36.ª secção, caixa 13, pasta 3, «Informação ao Chefe de Estado Maior da 8ª Divisão do Exército (Braga), de 01-08-1915.

[1455] Segundo informações da espionagem na Galiza, o movimento devia rebentar apenas na noite de 28 para 29. AHM, 1.ª divisão, 36.ª secção, caixa 13, pasta 1, Informação de Tui, de 04-09-1915.

[1456] Vasconcelos Porto foi ministro da guerra do governo de João Franco e um oficial muito prestigiado entre o exército. O seu nome é referido num relatório da espionagem na Galiza, referindo mesmo que este se encontrava na capital e que «chegou a fardar-se para a façanha». Quanto à chefia de Paiva Couceiro, seria confirmada pelo cabecilha local, Miguel Sotto Maior. Cf. *Ibidem*.

regimentos: Paiva Couceiro e Jorge Camacho operavam em Chaves, Sousa Dias em Guimarães, padre Domingos no Porto e Martins de Lima e Satúrio Pires em Braga[1457].

Na prática, porém, é possível que Jorge Camacho ou Sousa Dias tenham estado em Guimarães. Júlio da Costa Pinto, ex-oficial do exército, veio da Capital para comandar o regimento de Infantaria 29, em Braga, e constituía o elo de ligação entre as duas cidades[1458]. Já Manuel Costa Alemão Teixeira, ex-aspirante e «soldado» das incursões monárquicas, esteve reunido com os conspiradores em Guimarães e acompanhou o assalto ao regimento da cidade. Para os assaltos aos quartéis contavam com populares aliciados por revolucionários ou atraídos pela retórica ilusória ou persuasiva de vários clérigos da região. Infelizmente para os conspiradores, a Causa Monárquica não dispunha de rua, isto é, de associações secretas e «voluntários civis» cujo ardor ou «fé monárquica» justificasse a exposição a grandes perigos. Ainda assim, o ambiente político de Guimarães, cidade votada à religião e aos valores da tradição, cultivados por clérigos e por antigos caciques, explica a adesão de largas dezenas de populares. Alguns dos presos «saúdam a santa monarquia, cruz e coroa de mãos dadas»[1459].

O movimento resultou apenas num ataque perpetrado por civis ao regimento de Infantaria 29, em Braga, e ao regimento de Infantaria 20, em Guimarães. Nesta última cidade, os revoltosos, liderados por Costa Alemão e António Machado, director do *Comércio de Guimarães* e primeiro secretário do centro monárquico local, concentraram-se, na madrugada de 27, num acampamento no monte de S. Pedro de Azurens. Seguiram depois para o quartel, onde lhes foi facilitada a entrada por membros anteriormente aliciados. À mesma hora, em Braga, Miguel Sotto Maior[1460], chefe regional do movimento, tentava o assalto ao regimento 29, acompanhado de Júlio Costa Pinto. Alguns elementos conseguiram entrar mas foram presos de imediato.

[1457] *Ibidem*; IAN/TT, MI, DGAPC, «Relatório aos Acontecimentos do Norte, pelo Delegado do Procurador da República da Comarca de Bragança», p. 9.

[1458] No inquérito alegou que foi a Braga para impedir o movimento, que seria uma armadilha dos republicanos, mas a sua participação nos acontecimentos de Braga desmente essa possibilidade. Júlio da Costa Pinto era um dos mais tenazes e aguerridos inimigos da República. Cf. IAN/TT, MI, DGAPC, «Relatório aos Acontecimentos do Norte, pelo Delegado do Procurador da República da Comarca de Bragança», p. 6.

[1459] *Ibidem*, p. 13 vº.

[1460] O dirigente monárquico de Braga, considerado chefe do movimento, viria a suicidar-se na prisão. Ainda correram boatos de que a sua morte se devera a tortura e maus-tratos. O juiz de instrução pediu então uma autópsia que confirmou a causa da morte. Cf. *Ibidem*.

Na verdade, a maioria dos militares aliciados, em Guimarães e em Braga, não se mexeu e o movimento foi sufocado com grande facilidade. Na localidade de Trofa foi também dinamitada a ponte do caminho-de-ferro, mas sem grandes prejuízos. Nas averiguações da justiça[1461] ficaria provado que o movimento revestia carácter monárquico, apesar de muitos republicanos antidemocráticos terem sido aliciados, e que fora concebido em articulação com os comités de Espanha e Lisboa. Previa a sublevação das guarnições de Braga e Guimarães, para as quais contavam com comandantes designados, e o controlo da divisão militar de Braga. Na posse de Braga, ambicionavam conseguir a adesão de outras divisões militares, como o Porto. Na pior das hipóteses, esperavam provocar um estado de caótica agitação, suficiente largo para convencer Espanha a intervir em Portugal no sentido de restabelecer a ordem e eventualmente restaurar o trono[1462].

Apesar de mais um malogro, sem grande impacto, aliás, na imprensa republicana, e tratado na câmara como mais um caso de «ordem pública»[1463], a máquina revolucionária dos monárquicos continuou os preparativos para um novo golpe, sempre com a oposição determinada de D. Manuel. Mas então a entrada de Portugal no conflito mundial voltou a centrar e a determinar a acção dos infatigáveis adversários da república.

3. Contra-mobilização e contra-revolução

O período que decorreu entre 1916 e 1917 ficou marcado pelo esforço do *Partido Democrático* e da *Jovem Turquia*, no sentido de mobilizar a opinião pública e preparar o exército para a sua política intervencionista. A essa mobilização opunham-se vastos sectores da sociedade portuguesa, como os republicanos de Brito Camacho e Machado Santos, que apenas

---

[1461] O juiz de investigação criminal interrogou 84 presos: 35 de Braga, 47 de Guimarães e 2 da Trofa. 31 seriam libertados depois de um inquérito preliminar, pois o juiz de instrução decidiu mandar a tribunal apenas aqueles sobre quem pendiam responsabilidades criminais.

[1462] *Ibidem.* A hipótese de uma invasão espanhola para sanar a agitação tinha sido colocada por D. Manuel depois da revolução de 14 de Maio e terá sido aventada por alguns dos conspiradores interrogados. Foi também alvo de uma afirmação favorável no jornal *A Nação*, de 21 de Agosto, vista como única solução para a «restaurar a ordem e a disciplina social» [Cf. *A Capital*, ano 6, n.º 1813, p. 1]. Esta hipótese foi também analisada por Mayer Garção na *Capital*, ano 6, n.º 1820, 29-08-1915, p. 1.

[1463] Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 27-08-1915.

admitiam a intervenção num contexto colonial; o operariado e sindicalistas, defensores dos ideais pacifistas, e ainda a maioria do mundo conservador. Congraçados no mesmo sentimento, viriam a desenhar um reduto político e social de oposição, que no imediato visava a propaganda da contra-mobilização mas, no extremo, não desdenhava a revolução[1464].

Tantos os moderados como os socialistas e o mundo operário tinham em vista a substituição do *Partido Democrático* e a própria refundação do regime. Os monárquicos, por seu lado, mantinham-se na expectativa restauracionista do costume. Este bloco heteróclito, que incluía os sectores económicos ligados à agricultura e à indústria, chegou a ponderar a realização de alianças políticas e militares para atingir plenamente tais objectivos. Havia uma consciência estratégica apostada em aproveitar as dificuldades políticas e militares associadas à mobilização e às graves consequências económicas e sociais relacionadas com o conflito, cultivando e instigando a opinião pública no ódio ao Partido Democrático e à «União Sagrada».

O partido da guerra reforçou o seu Poder com a nomeação de Afonso Costa para o cargo de chefe de governo, depois da demissão de José de Castro, a 18 de Novembro de 1915, por não concordar com o processo de saneamentos militares exigido pela maioria democrática[1465]. O novo executivo, nomeado a 29 de Novembro e saído da maioria democrática[1466], haveria de clarificar a sua política de beligerância perante o parlamento e o país: «O Governo esforçar-se-á por dar execução a esses votos [de apoio à Inglaterra], salvaguardando assim a dignidade e os interesses nacionais e continuando a prestar todos os concursos necessários para a vitória do Direito e da Justiça, defendidos pela Inglaterra e seus aliados, a quem o governo português assegurou desde o começo da guerra, e diversas vezes

---

[1464] O estudo da política de mobilização e da contra-mobilização foi já realizado com profundidade por Filipe Ribeiro de Meneses, *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

[1465] O domínio do Partido Democrático aumentava com a aprovação de legislação que autorizava o governo a afastar os funcionários que não dessem garantias de «republicanismo» (lei n.º 319, de 16 de Junho) e a integrar em lugares do estado revolucionários que tivessem prestado serviços comprovados à república (leis de 9 de Setembro e 2 de Outubro de 1915).

[1466] O governo era constituído apenas por membros do Partido Democrático: Afonso Costa (Presidência e Finanças); Artur Rodrigues Ribeiro (Interior); Victor Hugo Azevedo Coutinho (Marinha); António Maria da Silva (Fomento); Frederico Ferreira Simas (Instrução); João Catanho de Meneses (Justiça); José Norton de Matos (Guerra); Augusto Vieira Soares (Negócios Estrangeiros) e Alfredo Rodrigues Gaspar (Colónias).

confirmou, a sua decidida solidariedade moral»[1467]. A declaração do chefe da maioria democrática, Alexandre Braga, tornava claro o pensamento de Afonso Costa[1468], afirmando que este governo iria colocar «todas as energias da Pátria» no objectivo de levar Portugal a lutar em território europeu, ao lado da sua «secular aliada» e em «afinidade espiritual» com a França, criadora do «génio latino»[1469]. Estava dado o mote para o aprofundamento da política intervencionista de Afonso Costa e do Partido Democrático.

A diplomacia portuguesa pressionava a Inglaterra, desde que Augusto Soares e Norton de Matos chegaram ao governo, depois do 14 de Maio, para a necessidade de uma declaração de guerra. A estratégia passava por «pressionar a Inglaterra e provocar a Alemanha». A Inglaterra, porém, só admitia uma declaração de guerra unilateral desde que pudesse invocar-se qualquer provocação da Alemanha. E insistia que nos termos da aliança, apenas podia comprometer-se a defender as colónias portuguesas[1470]. Havia então uma atitude concertada entre a diplomacia portuguesa e o executivo de Lisboa para pressionar a Grã-Bretanha. Em Londres manobrava o chefe da diplomacia, Manuel Teixeira Gomes, enquanto em Lisboa o governo pressionava o ministro inglês, na esperança de convencer o Foreign Office a reconhecer publicamente os serviços prestados por Portugal e forçar aquela potência a invocar a aliança.

Foi neste contexto diplomático que emergiu a questão dos navios alemães estacionados em Portos portugueses. A guerra marítima tinha provocado pesadas baixas na marinha dos aliados, com a diminuição drástica da tonelagem da França e da Inglaterra a tornar apetecíveis as 240 000 toneladas representadas pelos 76 navios alemães estacionadas em portos nacionais[1471]. A 23 de Fevereiro, e depois de um pedido formal da Inglaterra, invocando a aliança, Portugal apreendeu 70 navios alemães e 2 austríacos[1472]. A reacção da Alemanha, depois de diplomaticamente ter tentado evitar o conflito com Portugal, surgiu com a inevitável declaração de

---

[1467] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 02-12-1915, p. 7.

[1468] Numa conferência dada em 7 de Junho, Afonso Costa defendera a participação imediata de Portugal na guerra, afirmando então: «Nós temos de entrar na guerra…a guerra eis a única preocupação».

[1469] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 02-12-1915, pp. 10-11.

[1470] Sobre as movimentações diplomáticas durante 1915 e 1916, veja-se John Vicent-Smith, *ob. cit.*, pp. 107-136; Nuno Severiano Teixeira, *ob. cit.*, pp. 325 e ss.

[1471] John Vincent-Smith, *ob. cit.*, p. 128; Nuno Severiano Teixeira, *ob. cit.*, pp. 358-359;

[1472] Para uma descrição do acto de confiscação dos navios alemães, dirigido por Leote do Rego a bordo do navio Vasco da Gama, leia-se *A Capital*, ano 6, n.º 1993, 23-02-1916, p. 2.

guerra de 9 de Março. O Partido Democrático tinha finalmente condições políticas para entrar no conflito.

A política de guerra teve depois o apoio do Congresso, reunido em sessão extraordinária de 10 de Março de 1916, palco onde Afonso Costa propôs um governo de unidade nacional. Para Brito Camacho, porém, um governo nacional só seria viável se integrasse monárquicos, socialistas e católicos. Em vez disso, formou-se o governo da «União Sagrada», chefiado por António José de Almeida, resultado da aliança entre democráticos e evolucionistas[1473]. Os monárquicos insurgiram-se imediatamente contra um governo partidário, depois de D. Manuel fazer publicar em Lisboa e Londres um telegrama em que exaltava o esforço patriótico dos monárquicos ao disponibilizarem-se para entrar num «governo nacional». *O Dia* não entendia que os realistas, «que são alguns milhões de portugueses», não fossem sequer ouvidos pelas autoridades da república[1474].

É verdade que os nomes de alguns monárquicos ilustres andaram na praça pública como ministeriáveis, surgindo à cabeça a figura incontornável de Aires de Ornelas. Mas esta possibilidade não agradava a todos os republicanos, com destaque para o sector radical, que ameaçou organizar uma manifestação de força contra um governo que incluísse o lugar-tenente de D. Manuel[1475]. Na verdade, a relação dos republicanos com os monárquicos prova talvez que aqueles não estariam muito interessados num consenso nacional em torno da guerra. Prova disso é também a nova lei da amnistia, que deixava ainda de fora os monárquicos proeminentes no exílio, aqueles a cujo nome estava associada a direcção da pugna contra-revolucionária[1476].

[1473] O novo governo ficou assim constituído: democráticos - Afonso Costa (Finanças), Vítor Hugo de Sousa Coutinho Marinha), Augusto Vieira Soares (Negócios Estrangeiros), Norton de Matos (Guerra) e António Maria da Silva (trabalho); evolucionistas – Francisco Fernandes Costa (Fomento), Luís Pinto Mesquita de Carvalho (Justiça); Joaquim Pedro Martins (Instrução) e o independente António Maria Reis (Interior).

[1474] *O Dia*, ano 17, n.º 902, 13-03-1916, p. 1; n.º 920, 03-04-1916, p. 1.

[1475] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1263, pasta 1. Dizia uma nota dos serviços de informação que «a reunião de elementos republicanos efectuada ontem, pelas 22 horas, na rua Alves Correia, nº 56, 1º, teve por fim apreciar a maneira como se estão preenchendo as vagas que se vão dando nos ministérios, em que são postos de parte os revolucionários civis. Também resolveram levantar um ruidoso protesto se, formando-se um ministério nacional, for convidado Aires de Ornelas para dele fazer parte».

[1476] *O Dia*, ano 17, n.º 931, 15-04-1916, p. 1.

No sector monárquico, D. Manuel, que terá movido influências na corte londrina para que esta facilitasse a entrada de Portugal na guerra[1477], reagiu imediatamente à declaração da Alemanha, chamando Aires de Ornelas a Londres, no início de Março, e com ele analisou detalhadamente a política externa de Portugal[1478]. No imediato, procedeu à nomeação do antigo ministro de João Franco para o lugar ainda não ocupado, depois da destituição de Azevedo Coutinho, de lugar-tenente em Portugal, convencido da sua capacidade para impor disciplina partidária aos seus correligionários.

Ao contrário do irrequieto Azevedo Coutinho, o perfil de Aires de Ornelas, militar ordeiro e «correcto», impunha então uma figura de prestígio e consenso entre apaniguados e adversários políticos. D. Manuel viu nele a personalidade capaz de arrojar com a tarefa de unir a Causa Monárquica em torno do seu programa político, intervencionista e marcadamente anti-revolucionário[1479]. Numa carta que dirigiu ao marquês do Lavradio, de 16 de Março, o antigo monarca deu conta dessa nomeação e transmitiu as instruções aos seus partidários para que se abstivessem de actos políticos e apelou de novo à unidade patriótica e à cooperação com a política de intervenção. A todos as personalidades de referência terá escrito no sentido de garantir essa unidade política e submissão à sua «autoridade e direcção», condição que entendia indispensável para a concretização da tão ansiada restauração[1480]. No *Diário Nacional*, surgido em Agosto, dar-se-ia expressão

---

[1477] É o que pode entender-se da missiva de D. Manuel ao marquês do Lavradio, de 08-07-1915: «A Inglaterra por agora está ao nosso lado: mas o que pode fazer quando há pessoas que dispõem de influência e que me escrevem dizendo que o meu procedimento é ignominioso de pedir à Inglaterra que apoie a República, tendo eu escrito a essa mesma pessoa que se a Inglaterra deixar de apoiar Portugal, por consequência a República, o nosso país desaparece?!!!! Corta o coração […] e começo a não saber o que hei-de fazer, pois as primeiras pessoas a encontrar contra mim são os meus próprios partidários» [António Cabral, *Cartas d'El-Rei D. Manuel II*, Lisboa, 1933, Livraria Popular de Francisco Franco, pp. 200-201].

[1478] Cf. Maria Cândida Proença, *D. Manuel II*, Rio de Mouro, 2006, p. 170.

[1479] Cf. Miguel Dias Santos, *Os Monárquicos e a República Nova*, Coimbra, Quarteto, 2003, pp. 113-114.

[1480] Cf. Almeida (Lavradio), D. José Luís de [Coordenação], *Memórias do Sexto Marquês de Lavradio*, Lisboa, Edições Ática, 1947, pp. 250-251; António Cabral, *Cartas de El-Rei D. Manuel* II, Livraria Popular de Francisco Franco, Lisboa, 1933, pp. 204-205; António Cabral, *As Minhas Memórias Políticas. Em Plena República*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1932, p. 308; Maria Cândida Proença, *ob. cit.*, pp. 170-171. A Luís de Magalhães escreveu então no mesmo sentido: «Nomeei-o [Ornelas] meu representante em Portugal com vastos poderes e instruções minuciosas e mto importantes. Por elas poderá o meu qdo Luís avaliar a gravidade da situação apesar de ser angustiosa não é de forma alguma desesperada: peço-lhe que ajude o Aires na sua difícil missão. Tenho trabalhado muito nas últimas semanas especialmente e bastantes resultados se têm obtido. Mas, para que um verdadeiro resultado se obtenha para o nosso querido Portugal é indispensável: 1º) que se ponha de lado toda e qualquer ideia política e que se pense somente na Pátria que está em

oficial à política da Causa Monárquica, assumindo claramente a sua dimensão anti-revolucionária, evitando polémicas desnecessárias e arvorando um tom conciliatório[1481].

Mas nem as vivas recomendações de D. Manuel, nem a toada conciliatória do *Diário Nacional*, hasteando uma unidade e uma disciplina que traduziam mais um desejo do que uma realidade[1482], alteravam a antinomia estratégica que existia entre Twickenham – a nova residência de D. Manuel - e a maioria dos adeptos do trono[1483]. Muitos monárquicos não compreendiam também que D. Manuel enviasse as suas orientações através do conde de Sabugosa, quando em Lisboa existia uma Junta Monárquica, eleita em assembleia durante a ditadura de Pimenta de Castro, em 1915[1484].

Entre os entusiastas da política de D. Manuel contavam-se Aires de Ornelas, João de Azevedo Coutinho, Homem Cristo Filho, Cunha e Costa e a sua corte londrina[1485]. Adepto incondicional e inequívoco desta política beligerante foi Homem Cristo Filho, que Aires de Ornelas designou para o cargo de delegado da Causa Monárquica em França. Homem Cristo Filho foi dos poucos realistas a exultar genuinamente com a declaração de guerra da Alemanha e a mobilização do exército português[1486], quando a maioria a reprovava[1487]. Na sua visita a Lisboa, em Abril de 1916, onde foi recebido por António José de Almeida, e lançou a segunda série da revista *Ideia Nacional*, procurou os sectores monárquicos do exército da região de Lisboa para os dissuadir de se envolver em actos conspiratórios tendentes a restaurar o trono. Segundo algumas fontes, Homem Cristo apresentara então credenciais de D. Manuel que atestavam a sua condição de delegado régio[1488].

---

guerra. 2º) que se forme uma verdadeira e absoluta união entre todos os monárquicos debaixo da minha direcção e autoridade. Estes dois pontos são capitais e a base, pode dizer-se».

[1481] Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 114-115; *Diário Nacional*, ano 1, n.º 1, 15-08-1916, p. 1.

[1482] Cf. *Diário Nacional*, 12-10-1916, p. 1.

[1483] Sobre este conflito de estratégias, veja-se Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 113 e ss.

[1484] Cf. António Cabral, *ob. cit.*, 308. António Cabral, na sequência deste facto, demitiu-se do cargo de vogal da comissão dirigente da Causa Monárquica, por considerar o acto de D. Manuel uma «clara manifestação de falta de confiança política».

[1485] Cf. IAN/TT, Fundo João de Azevedo Coutinho, caixa 1, carta de João de Azevedo Coutinho a António Machado, de 23-06-1916.

[1486] Cf. Miguel Castelo-Branco, *ob. cit.*, p. 112.

[1487] BNP, ELM, doc. n.º 4286, carta de José de Azevedo Castelo Branco a Luís de Magalhães, de 25-03-1916.

[1488] BNP, ELM, doc. n.º 12054, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, sem data.

De regresso a França, Homem Cristo Filho procurou aprofundar uma política acentuadamente pró-aliados. Neste país desenvolvera-se um movimento anti-germânico que visava combater as «numerosas manifestações de infiltração austro-boche na nossa finança, no nosso comércio, na nossa indústria, na nossa legislação, nas nossas escolas, nos nossos costumes e, até já no seio das famílias». Homem Cristo Filho era o representante monárquico junto do *Comité Internacional das Associações Antigermânicas* e procurou estender este movimento a Portugal[1489]. Pretendia que em Lisboa se criasse a *Liga Nacional Anti-Germânica de Portugal*, a exemplo do que existia noutras capitais dos países aliados, convencido de que tal organização dava visibilidade aos esforços aliadófilos da política monárquica e esconjurava os estribilhos germanófilos que predominavam na opinião pública. Escreveu por isso a Aires de Ornelas com o intuito de este encetar diligências para a criação desse organismo, que seria presidido pelo próprio lugar-tenente de D. Manuel e para cujas vice-presidências recomendava os nomes de Fernando de Sousa, D. Luís de Castro, Luís de Magalhães e Cunha Costa[1490]. A Liga Anti-Germânica não chegaria a formar-se em Lisboa, onde Homem Cristo Filho encontrou a animosidade do importante sector monárquico revolucionário, que não aceitou as diligências que este fizera junto dos sectores militares da Capital[1491].

Entre os apoiantes da política manuelista encontravam-se também os integralistas, pese embora as ambiguidades de alguns textos aparentemente pró-germânicos de António Sardinha na *Nação Portuguesa*, como foi já referido. A *Junta Central do Integralismo Lusitano* tornou público um manifesto em que analisou o papel da aliança inglesa na história da monarquia portuguesa e terminou afirmando o seu apoio incondicional a D. Manuel e a intenção de «acatar as suas instruções»[1492]. A este coro de apoiantes juntar-se-iam alguns mais paradoxais, vindos do sector neo-

---

[1489] BNP, Espólio de Aires de Ornelas, doc. n.º 154.

[1490] BNP, Espólio de Aires de Ornelas, doc. n.º 157, carta de Homem Cristo Filho a Aires de Ornelas, de 04-05-1917.

[1491] BNP, ELM, doc. n.º 12054, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, sem data.

[1492] *A Questão Dinástica. Documentos para a Historia mandados coligir pela Junta Central do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Empresa Nacional de Indústrias Gráficas, 1921, pp. 17-18.

tradicionalista, como Alfredo Pimenta[1493], ou do sector militar revolucionário no exílio, como Jorge Camacho. Jorge Camacho, o braço direito de Paiva Couceiro nas incursões monárquicas, defendera em 1915 a neutralidade de Portugal[1494]. Agora entendia, porém, que por razões patrióticas os monárquicos deviam encontrar uma solução política que lhes permitisse coadjuvar as autoridades de acordo com as suas funções político-sociais[1495]. Para além de assumirem a disciplina como um valor político e ideológico inquestionável, pelo menos naquela conjuntura, tanto os integralistas como os tradicionalistas vislumbravam então criar condições políticas para assumir maior protagonismo dentro da Causa Monárquica. Para estes sectores, a prioridade da Causa Monárquica residia na propaganda dos princípios doutrinários da realeza. A guerra travava-se essencialmente no campo das ideias, substituindo as balas pelas palavras, assumindo assim consonância ideológica com o pensamento contra-revolucionário. Vislumbravam neste combate moral e ideológico a preparação dos espíritos para as novas doutrinas do nacionalismo integralista e do tradicionalismo, expurgando o movimento dos velhos resquícios liberais[1496].

Mas a grande maioria da grei monárquica, tal como em 1914, não compreendia e não aceitava a estratégia de D. Manuel, para quem só uma política intervencionista da república poderia garantir «la victoire finale des alliés»[1497]. A facção mais belicosa, chefiada internamente por Luís de Magalhães, José Castelo Branco, visconde do Banho, António Cabral, Moreira de Almeida, e externamente por Paiva Couceiro, não aceitava a política de D. Manuel e defendia inequivocamente uma política radical e contra-revolucionária de extermínio da república e de organização política da Causa Monárquica: «Não meu Senhor, nós não podemos, nem devemos, desarmar.

[1493] Com efeito, adepto irrepreensível da submissão dos monárquicos à autoridade de D. Manuel, que defendeu com ardor nas páginas do *Diário Nacional*, era ao mesmo tempo um assumido germanófilo e admirador da Alemanha, cuja superioridade previa e defendia, contrariando assim o aliadofilismo do seu rei. Apesar de tudo, o monarca exaltaria a sua defesa de uma política de unidade e disciplina da Causa Monárquica. Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 129-130; Alfredo Pimenta, *A Significação Philosophica da Guerra Europeia. O Imperialismo Contemporâneo*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1915.

[1494] Jorge Camacho, *A Situação de Portugal perante a Guerra*, Tui, 1915.

[1495] A declaração de Jorge Camacho, publicada no *Comércio de Guimarães*, vem transcrita no *Dia*, n.º 959, 19-05-1916, p. 1.

[1496] Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit*., pp. 119-120.

[1497] Cf. IAN/TT, Fundo de João de Azevedo Coutinho, telegrama de D. Manuel para João de Azevedo Coutinho, de 16-03-1916: «En vue de l'état de guerre tous mes partisans doivent offrir leurs services au gouvernement portugais; toute question politique doit être absolument mise de côté et tous devons joindre nous efforts pour la victoire finale des alliés».

Precisamos ao contrário, prepararmo-nos para todas as infinitas hipóteses e eventualidades e que, dum momento para o outro, tornem a restauração uma necessidade nacional, num extremo recurso de salvação pública. Precisamos de nos unir, de nos organizar, de nos disciplinar, de assentar num plano de acção, de fixar a nossa política futura, de fazer propaganda, de captar e enquadrar elementos activos - isto é, de proceder à preparação monárquica, que será a preparação do renascimento nacional»[1498]. Os monárquicos entendiam então que a restauração devia constituir um «acto da vida interna do país» e não uma imposição internacional. Não aceitavam o predomínio da Inglaterra nesse processo de restauração e abjuravam qualquer apoio claro ou moral com os «crimes» e a «ruína» da política de guerra da república, pois, em face disso, «que força moral, que autoridade será a nossa amanhã, restaurada a monarquia, para reprimir, castigar, remediar tudo isto […]?»[1499].

A máquina política e contra-revolucionária começava então a gizar-se dentro da estratégia de aproveitamento da insatisfação larvar, tanto no exército como na sociedade civil. A imprensa monárquica não podia assumir claramente esta estratégia subversiva, por isso defendia em público uma conformidade com as instruções de D. Manuel. *O Dia* recusava então qualquer movimento desde que a Alemanha declarara guerra a Portugal, com o argumento de que «se tal movimento se desse e alcançasse êxito, ter-se-ia prestado à Monarquia o pior de todos os serviços, porque se teria imprudentemente antecipado o que só deve ser na hora própria e quando nem uma só voz possa erguer-se a clamar que o advento da Monarquia prejudicara as vantagens que no ajuste da paz a república conseguira para a Nação Portuguesa»[1500]. Este argumento patriótico e fiel aos desejos do chefe da Causa, que esperava uma restauração na conjuntura do pós-guerra, estava em contradição com as movimentações do sector contra-revolucionário, que nos bastidores preparava uma vasta campanha de propaganda contra a mobilização do exército.

Ainda em 1916, o sector mais dinâmico da Causa começaria a espalhar «secretamente a ideia de um movimento de resistência e preparar as coisas

---

[1498] BNP, ELM, doc. n.º 12059, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, datada de Março de 1916. Pode ler-se em anexo.
[1499] *Ibidem*.
[1500] *O Dia*, n.º 990, 26-06-1916, p. 1.

para que desse movimento saia a queda disto tudo». Para atrair outras forças políticas e militares que discordassem da política intervencionista do *Partido Democrático*, como republicanos, operários e sindicalistas, alguns monárquicos proeminentes entendiam que não devia defender-se a restauração imediata da monarquia, advogando a criação de uma «Junta de Governo Nacional» que governasse o país até ao fim da guerra. A ideia não era absurda e explica o entendimento de forças monárquicas, republicanas e operárias numa estranha aliança contra os democráticos. A revolução de 5 de Dezembro de 1917 constituirá o corolário lógico deste bloco contrário à mobilização e da sua aguerrida propaganda[1501].

No exílio, alguns monárquicos de nomeada, que não foi possível identificar, mas que tinham acesso facilitado à corte de Afonso XIII[1502], congeminavam planos de restauração que reforçavam a tese monárquica de um «governo nacional». A hipótese de um «governo nacional», fruto de um pronunciamento do exército, teria sido colocada formalmente na corte espanhola, tendo como «programa imediato a Ordem, a Disciplina, e a preparação das vias constitucionais para a reorganização do Estado em bases de estabilidade e eficiência governativa»[1503]. A resposta das personalidades espanholas contactadas não podia ser mais afirmativa: «O governo espanhol veria com grande simpatia, e prestaria o seu apoio imediato, a um Governo Nacional, que em Portugal afirmasse a Disciplina e a Ordem, gestionando o seu rápido reconhecimento por outras nações»[1504]. Desconhecemos a identidade das altas individualidades políticas da corte espanhola que teriam assumido tamanha responsabilidade política. Mas a serem verdadeiras, elas traduzem contactos feitos com sectores bem colocados do Estado espanhol, pois uma das promessas supostamente concedida previa «que por ocasião do levantamento, mandaria ao Tejo uma esquadra pronta a coadjuvar o ministro, com o fim já conhecido de

---

[1501] É também a tese de Filipe Ribeiro de Meneses [*ob. cit.*], que aqui parece confirmada nas intenções expressas do campo monárquico.

[1502] Um desses monárquicos bem colocados era o antigo ministro da guerra de João Franco, Vasconcelos Porto, tido como bastante influente no seio do exército português. Vasconcelos Porto teria evitado a vinda a Portugal de vários políticos espanhóis para patrocinar a aproximação dos dois países, no momento em que o «perigo espanhol» parecia real, com o argumento de que tal visita era «inoportuna por causa da guerra europeia». Cf. Leal da Câmara, *Miren Ustedes. Portugal Visto de Espanha*, Porto, Livraria Chardron – Lello & Irmão Editores, 1917, pp. 22-23.

[1503] BNP, ELM, caixa 58, documento cifrado, sem data. Pode ler-se em anexo.

[1504] *Ibidem*.

protecção aos súbditos espanhóis, mas com ordens enérgicas de não consentir desmandos»[1505].

Mesmo aceitando que os vários executivos espanhóis não comungassem desta velha ambição intervencionista, incluindo o conde de Romanones, presidente do governo em 1916, a verdade é que a corte de Afonso XIII tinha uma tradição pró-monárquica bem antiga, acolhendo pretéritos desejos restauracionistas[1506]. E essa tradição estava em articulação com a pressão alemã para que a Espanha quebrasse a neutralidade, fazendo-lhe a oferta de Gibraltar e Portugal[1507]. Na verdade, os monárquicos portugueses continuavam a manobrar livremente em Espanha, cujas fronteiras se abriam para o contrabando de armamento que continuamente acudia a território nacional. Esse contrabando seria uma constante até à restauração da «Monarquia do Norte», em 1919.

Voltando à questão do projecto monárquico de um «governo nacional», esse desígnio procedia de um amplo consenso que se apossara dos sectores adversários da «União Sagrada». Como fundamento deste combate solidário, tido como fermento de convergência política, estava naturalmente a defesa da mesma política de beligerância: «A base de resistência deve ser esta*: queremos combater dentro do solo pátrio e só dentro dele*»[1508].

Se bem interpretamos o sentimento desta forte corrente política, havia uma concepção que unia aliadófilos e germanófilos e até sectores republicanos, como a *União Republicana* e o grupo de Machado Santos. Todos sustentavam uma política de neutralidade cooperante ou, na melhor

---

[1505] *Ibidem*.

[1506] Cf. Leal da Câmara, *ob. cit.*, pp. 34-35.

[1507] Cf. Hipólito de la Torre Gómez, *Na Encruzilhada da Grande Guerra. Portugal-Espanha 1913-1919*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 152-153.

[1508] BNP, ELM, doc. n.º 3616, carta do visconde do Banho a Luís de Magalhães, de 22-03-1916, sublinhado no original. Dizia o chefe monárquico de Viseu: «Estamos em guerra e governa a gente do 14 de Maio: isto quer dizer que pretenderão, como já se diz, mandar tropas para fora. A ansiedade é enorme tanto entre militares como no meio civil e a relutância é mto maior. Entendo ser conveniente espalhar-se secretamente a ideia de um movimento de resistência e preparar as coisas para que desse movimento saia a queda disto tudo e uma Junta de Governo Nacional que permanecerá até ao fim da guerra. A base da resistência deve ser esta: *queremos combater dentro do solo pátrio e só dentro dele*. Oposição intransigente a toda a ideia de se ir combater lá fora, e para que o sossego e a confiança renasçam nos espíritos, estabelecer um governo que mereça a confiança do país. Parece-me que a ideia frutificará e dará resultados seguros no estado d'alma de todos os portugueses sem excepção. [...] Para se pôr isto a caminho é preciso não perder um momento e pôr de acordo com o plano Couceiro e os outros emigrados. A propósito eu creio firmemente que a amnistia é um truc para nos entalar a nós e evitar que haja explosão antes de começar a partida das tropas. [...] Vou redigir uma proclamação que depois de impressa será largamente espalhada por todo o país, secretamente, é claro, e vou mandá-la a Lisboa à direcção do Partido p.ª eles dizerem se concordam».

das hipóteses, uma beligerância condicionada ao território nacional e às colónias. Ao avocar a guerra na defesa das colónias, campo tradicionalmente consensual, este vasto segmento político e social procurava resguardar-se das acusações que sobre ele iam pesando de defenderem uma estratégia antipatriótica, que na retórica dos radicais republicanos equivalia ao labéu de «germanofilismo».

Esta posição foi também assumida por muitos monárquicos conhecidos por apoiar a política de D. Manuel, como Aires de Ornelas, Luís de Magalhães e João de Almeida[1509]. Na verdade, uma leitura atenta de alguns dos textos que então produziram, não deixa de revelar algumas ambiguidades. Com efeito, Aires de Ornelas, grande defensor dos aliados e da cultura latina, apoiaria publicamente a beligerância de Portugal, seguindo as instruções que lhe dera D. Manuel[1510]. Mas os seus textos não deixavam de denunciar a «verdadeira hipnose europeia» que tomara conta do governo português, empenhado por «todas as formas e feitios» em «levar o país a combater na frente francesa». Nas suas reflexões sobre a guerra, afirmava abertamente a incapacidade militar do exército português para participar numa guerra moderna, incapacidade que também João de Almeida expressava no seu livro *Visão do Crente*[1511]. Neste livro, mais tarde visto como importante cartilha nacionalista, o antigo conquistador dos Dembos defendia também uma política intervencionista com o duplo objectivo de garantir a independência de Portugal face à Espanha e salvaguardar uma política verdadeiramente expansionista.

Mas era em África que esse duplo objectivo da política intervencionista de Portugal devia efectivar-se, como se viu atrás[1512]. João de Almeida partilhava esta concepção com Aires de Ornelas, que via na derrota da Alemanha a possibilidade de Portugal reforçar a sua posição de potência africana. Persistia ainda uma razão moral para Portugal se fazer representar numa futura Conferência, pois o país era o alvo privilegiado dos apetites

---

[1509] Nuno Severiano Teixeira integra estes nomes entre o grupo de «constitucionalistas» e homens de corte que «sacrificaram» a questão do regime para apoiar a política aliadófila de D. Manuel. Cf. *ob. cit.*, p. 341.

[1510] Aires de Ornelas, *Segundo Ano de Guerra (Agosto de 1915 a Agosto de 1916)*, Porto, Magalhães & Moniz, 1918, pp. 19-20.

[1511] *Ibidem*, p. 21; João de Almeida, *ob. cit.*, pp. 126-129.

[1512] *Ibidem*. Veja-se, ainda, Miguel Dias Santos, «Imperialismo e Ressurgimento Nacional. O contributo dos monárquicos africanistas», in *Estudos do Século XX*, n.º 3, Coimbra, Centro de Estudos do Século XX, 2003, pp. 100-103.

coloniais do pangermanismo em África. A sua resistência exigia algumas compensações. Por tudo isto, Ornelas defendia que «a situação política, o nosso interesse directo, tudo se combinava para nos impelir para uma *estreita colaboração em guerra africana* nos dois teatros onde ela ia efectivamente travar-se»[1513].

O lugar-tenente de D. Manuel considerava que as obrigações de Portugal com a Grã-Bretanha passavam pela «cooperação em África» e uma «cooperação» estratégica na Europa, isto é, fornecendo meios militares, era a que mais se adequava aos «deveres da aliança». Fica assim claro que mesmo os mais aliadófilos dos manuelistas, como Aires de Ornelas, eram sensíveis a uma estratégia que, internamente, postulava a participação exclusiva de Portugal em acções bélicas no teatro africano. Conhecedores da situação do exército, tanto João de Almeida como Aires de Ornelas proclamavam que não havia vantagens numa força composta por soldados portugueses, afirmando ainda que uma participação na guerra só agravaria a situação económica e financeira do país. Por outro lado, sugeriam que tal decisão não correspondia à vontade do país[1514]. Esta era, em suma, a política defendida pela maioria da opinião monárquica[1515].

Uma das questões mais pertinentes no estudo da relação dos monárquicos com a Grande Guerra prende-se com a sua propalada germanofilia. Vimos atrás que este sentimento existia realmente em diferentes sectores realistas, que já em 1914 contemplavam na vitória da Alemanha a possibilidade de uma restauração da monarquia. D. Manuel acusou várias vezes os seus correligionários de serem «germanófilos», contribuindo assim para a ruína da sua estratégia política[1516]. Na sua

---

[1513] Aires de Ornelas, *Segundo Ano de Guerra (Agosto de 1915 a Agosto de 1916)*, Porto, Magalhães e Moniz, 1918, pp. 18-19. Sublinhado nosso.

[1514] *Ibidem*. Escrevia Ornelas: «Pois essa cooperação em África, e uma política à japonesa aqui na Europa [fornecimentos militares] era, cremos nós, a melhor e a mais vantajosa forma de nos desempenharmos dos deveres da aliança. O governo, o seu próprio relatório o demonstra, não tem outro objectivo essencial além da guerra na Europa. Pode até ser, e do fundo da alma o desejamos, muito brilhante o concurso dos soldados portugueses. Mas não representa uma cooperação eficaz, visto os nossos efectivos em nada modificarem o poder numérico dos combatentes. Para isto se vai agravar a dificílima situação financeira e económica que o actual regime tem criado. A esta situação levou o país sob a sua única e inteira responsabilidade. Falar no poder soberano do Parlamento ou na unanimidade da representação nacional, corresponde à realidade dos factos pela forma que a Nação inteira perfeitamente conhece» [pp. 25-26].

[1515] Cf. «Portugal na Guerra», in *O Dia*, 12-12-1917, p. 1.

[1516] Carta de D. Manuel ao marquês do Lavradio, de 04-10-1915, in António Cabral, *ob. cit.*, p. 202. Essa carta terminava assim: «O germanofilismo dos monárquicos ser-nos-á fatal».

opinião, noventa e cinco por cento dos realistas eram simpatizantes incondicionais da Alemanha[1517]. Para evitar o alastramento desta simpatia, recomendou a Aires de Ornelas que procurasse evitar a influência dos germanófilos na «opinião monárquica»[1518].

Mas seriam os partidários da realeza autênticos admiradores da Alemanha, no sentido ideológico e filosófico que manifestavam Alfredo Pimenta e Caetano Beirão? Há fortes razões para pensar que não. Na verdade, muitos eram «germanófilos» apenas porque não compreendiam o recente aliadofilismo dos republicanos do *Partido Democrático*. Com efeito, a nova atitude da República face à Inglaterra, confirmada com a requisição dos navios, indispensável para a sua política de beligerância, modificou a retórica republicana, que passou a exaltar a «pérfida Albion». A ideia de que a Inglaterra protegia a república e, no extremo, que facilitou a mudança do regime em 5 de Outubro[1519], apregoada então pelos republicanos, provocava um sentimento de revolta nos arraiais monárquicos, reacção emocional que explicava aquilo que Luís de Magalhães chamava de «erro de previsão política»[1520].

A questão torna-se mais complexa, porém, se nos detivermos na possibilidade da acção revolucionária e subversiva dos monárquicos ter contado com a colaboração de agentes e espiões alemães. Na documentação

---

[1517] *A Questão Dinástica*, cit., p. 17.

[1518] BNP, ELM, doc. n.º 12061, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, datada de Agosto de 1916.

[1519] Tese antiga que foi recentemente revisitada por Jorge Morais, *Com permissão de Sua Majestade. Família Real Inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*, [s/l], Via Occidentalis, 2005.

[1520] BNP, ELM, doc. n.º 12061, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, datada de Março de 1916. Magalhães explicava assim o germanofilismo dos realistas: «O germanofilismo dos monárquicos, que é, sem dúvida, um sentimento mal discernido e baseado num erro de previsão política, tem, todavia, uma determinante que, se o não justifica, o explica pelos erros. O monárquico pende para a Alemanha, porque o republicano, atirando às urtigas o seu velho ódio à pérfida albion, se tornou num subserviente partidário da Inglaterra. O republicano prega e escreve, nos seus jornais, que a república se fez com a anuência prévia da Inglaterra; que a Inglaterra é a amiga da República; que o 14 de Maio, que derrubou a ominosa ditadura do Pta. de Castro foi de agrado do governo inglês; que os navios ingleses que visitam o Tejo vêm saudar a república, etc. Se bem que isto não seja inteiramente exacto, certos factos, entre eles a atitude do ministro inglês no 14 de Maio, [...] dão-lhe uma aparência de verdade. Se pois, a Inglaterra está identificada com a república, se a Inglaterra aprovou a implantação da república, se a Inglaterra protege a República, se a Inglaterra quer agora a República - é bem natural que o monárquico, que não quer a República, que sofre com ela, que por ela é tiranizado, perseguido, espoliado, preso, espancado, exilado, demitido, separado, não pode morrer de simpatia por quem se mostra o amigo do seu inimigo. E como a grande maioria do país é monárquica [...] segue-se que esta real ou aparente protecção da Inglaterra à República lhe criou uma inimizade geral, uma antipatia que relembra a dos amargos dias de 1890, quando foi do *ultimatum*».

da contra-espionagem francesa existem indícios de que houve contactos de agentes monárquicos no exílio com a espionagem alemã existente em Espanha, na preparação do movimento de 27 de Agosto de 1915, que deflagrou em Braga e Guimarães[1521]. Na documentação da contra-espionagem portuguesa encontram-se também muitos vestígios de cumplicidade entre agentes alemães e os exilados espanhóis para o desenvolvimento de actividades subversivas em Portugal, nos anos de 1916 e 1917, de que devia resultar a restauração da monarquia ou, na sua impossibilidade, a criação de um clima geral de agitação que dificultasse a mobilização de forças para o *Front*[1522].

Em documentação francesa encontram-se referências ao «ouro alemão» utilizado em propaganda contra a guerra em Portugal. O coronel Denvignes, adido militar em Madrid, implicava dinheiro alemão no movimento de Machado Santos, em 13 de Dezembro de 1916. E explicava que a Alemanha tinha aumentado a sua propaganda em Portugal para impedir a ida do CEP para a França. Já em Março de 1917, os serviços de informação franceses informavam as autoridades portuguesas da preparação de um golpe perpetrado por monárquicos a partir de Espanha, com armas fornecidas pela Alemanha[1523]. No caso da Espanha, foi já evidenciado todo o investimento da Alemanha para reforçar o sentimento germanófilo dos sectores que defendiam a intervenção daquele país em Portugal. Como demonstrou Torre Gómez, a campanha iberista e intervencionista desenvolvida em Espanha foi promovida pela imprensa germanófila, que seguia a política defendida pela Alemanha[1524].

Na documentação de arquivo não encontrámos elementos que ainda que indirectamente confirmassem ligações entre os agentes alemães e elementos subversivos da realeza. Mas existe um relato que pode constituir um indicador forte dessas conexões, pelo menos no exílio. Sabemos, devido ao relato de António Cabral, que o major António Rodrigues Nogueira, numa reunião havida na Quinta das Lágrimas, em Coimbra, manifestou a um grupo de notáveis do partido monárquico que estava encarregado de uma

---

[1521] Cf. Nuno Severiano Teixeira, *ob. cit.*, p. 342.
[1522] Cf. AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1262. Em 1915 teria havido em Madrid um encontro entre o embaixador alemão e João de Azevedo Coutinho. Cf. IAN/TT, Fundo de João de Azevedo Coutinho, carta de D. Manuel a João de Azevedo Coutinho, de 23-03-1915.
[1523] Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, p. 206.
[1524] Cf. *ob. cit.*, p. 152; Câmara Leal, *ob. cit.*, pp. 197-210.

diligência ao serviço da Alemanha[1525]. Este país prometia, através de Rodrigues Nogueira, o seu empenho na restauração da monarquia em Portugal, garantindo ao mesmo tempo a sua integridade territorial e a independência. «Em troca, pretendia apenas que os monárquicos portugueses, que eram maioria no país, pela sua influência e pela sua acção, concorressem para que Portugal não entrasse na guerra»[1526]. António Cabral assevera que a proposta da Alemanha foi recusada, em nome de valores «patrióticos», mas esta diligência não elimina a suspeita de que terão ocorrido contactos efectivos entre representantes da autoridade germânica e os realistas portugueses. Se internamente tais conúbios não passam de meras hipóteses, persistem indícios muito fortes de que através dos exilados em Espanha essa colaboração indirecta tenha de facto existido, tal como já acontecera em 27 de Agosto de 1915.

Os silêncios da documentação alemã não escondem, porém, uma realidade marcada internamente por uma vasta propaganda chamada «germanófila», consubstanciada em inúmeros panfletos, cartazes e sentenças escritas nas paredes, pelo menos em Lisboa[1527]. Alguns desses panfletos resultavam efectivamente da actividade de monárquicos exilados em Espanha, com ou sem conivência de agentes germânicos. Cerca de duzentos panfletos, com o título «Soldados ou carneiros», foram descobertos pelas autoridades no comboio de Valença do Minho e segundo relatórios oficiais tinham vindo de «Vigo», cidade onde residia uma importante colónia realista[1528].

Alguma historiografia mostra um certo cepticismo quanto a esta matéria, defendendo que não fica comprovado, apesar do que atrás se afirma, que a Alemanha possuísse em Portugal uma rede de espionagem[1529]. Ainda assim, os serviços de polícia e espionagem do ministério da guerra e do ministério do interior elaboraram informação detalhada dos nacionais alemães, austríacos e espanhóis que viviam ou passavam por Portugal e

---

[1525] António Cabral, *As Minhas Memórias Políticas,* cit., pp. 297-298. Os monárquicos presentes eram o conde de Bertiandos, D. João de Alarcão, D. Luís de Castro, José de Azevedo Castelo Branco, Moreira de Almeida e António Cabral.

[1526] *Ibidem*.

[1527] Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, pp. 207-208.

[1528] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1263, pasta 1.

[1529] Cf. Douglas L. Wheeler, *ob. cit*., p. 146; Armando Malheiro da Silva, *Sidónio e o Sidonismo*, vol. 1 História de uma vida, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006, p. 387. O historiador terá consultado documentação diplomática alemã e as memórias do dr. Friedrich Rosen que «não trouxeram luz ao caso».

alguns estavam identificados como «espiões»[1530]. Existia também informação detalhada sobre as personalidades monárquicas que estavam rotuladas como «activos» e «perigosos» e sobre os quais se supõe que existisse vigilância policial, incluindo sobre alguns dos exilados em Espanha[1531]. Estes «cadastros» continham os nomes dos «elementos políticos» potencialmente perigosos para a república, ou pelo menos identificados como adversários e acusados de combater a política de guerra do governo[1532]. Faziam parte daquilo que a retórica republicana se habitou a apelidar de «germanófilos».

A verdade é que o epíteto de «germanófilo» foi também usado pelos republicanos radicais para esconder a falta de entusiasmo que o povo português nutria pela mobilização militar[1533]. Como notou Malheiro da Silva, a campanha radical a favor da guerra criou então um «ambiente emocional de excitação guerreira e heróica» que não admitia posições contrárias, conotadas imediatamente com a Alemanha e os interesses teutónicos[1534]. Personalidades como Joaquim Pimenta de Castro, Machado Santos, Brito Camacho e Sidónio Pais contavam-se, como os monárquicos e católicos, entre o grémio dos «germanófilos». Alguma imprensa realista mais sensível recusava o atributo, mas a simpatia pela Grã-Bretanha e pelos aliados constituía uma excepção na retórica monárquica[1535].

A acção da propaganda contra a guerra conduzida por estes sectores revelou-se muito intensa e persistente. Obedecesse ou não a um plano concertado com os alemães, a verdade é que os monárquicos tudo diligenciaram, ao nível da propaganda, para dificultar a partida efectiva de soldados portugueses para a frente europeia de combate, dando expressão às orientações das cúpulas internas. Foi já analisada por Filipe Meneses a dificuldade dessa propaganda contra a mobilização, em virtude da censura e da vigilância policial instituídas pelo governo. Com efeito, a república criou toda uma rede de espionagem que, juntamente com a sua polícia judiciária e os agentes do ministério da guerra, procurou identificar e eliminar todos os

---

[1530] Cf. AHM, 1.ª divisão, 36.ª secção, caixa 13, pasta 3, n.º 2.
[1531] *Ibidem*. A lista incluía anarquistas, socialistas e sindicalistas supostamente perigosos para a república.
[1532] Estavam identificadas duzentas e vinte personalidades monárquicas.
[1533] Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, p. 206.
[1534] Armando Malheiro da Silva, *ob. cit.*, pp. 387.
[1535] Veja-se *A Nação*, n.º 16439, 29-02-1919, p. 1.

focos de contra-propaganda e as suas extensões subversivas e revolucionárias. Isso explica que parte essencial dessa produção tenha repousado na publicação de panfletos clandestinos e, mais difícil de controlar, no recurso ao contacto directo, que visava a população rural, na sua maioria analfabeta[1536].

Esta táctica estava conforme com a capacidade de penetração dos sectores monárquico-clericais no mundo rural. A documentação realista confirma que ela foi aproveitada para desenvolver a sua propaganda contra a mobilização. Para além dos manifestos chegados de Espanha, produziam-se em Lisboa panfletos, na sede do jornal *O Liberal*, dirigido por António Teles de Vasconcelos, onde a polícia tinha um agente infiltrado[1537]. Um panfleto com o título «Os bandidos vendilhões de carne humana», da autoria do exaltado Júlio da Costa Pinto, figura central do revolucionarismo monárquico sediado em Lisboa, explorava o número de mortos em África e revelava que estariam para seguir para o «matadouro da Europa 90:000 portugueses, VENDIDOS OU ALUGADOS A ESTRANGEIROS» em benefício dos chefes republicanos[1538]. Enquanto amealhavam «fortunas», os dirigentes republicanos semeavam, «sem escrúpulos, a viuvez, a orfandade, a miséria e, quem sabe, se a prostituição»[1539]. O panfleto terminava com um contundente apelo «à revolta» contra os «vendilhões de carne humana»[1540]. Muitos destes panfletos seriam da lavra de Zeferino Cândido, germanófilo convicto que publicara os livros *O Canhão Vence... A verdade Convence* e *Aliança que Esmaga… Beligerância que desonra*, onde defendeu a mais rigorosa neutralidade[1541]. Zeferino Cândido era acusado de ser «agente

---

[1536] Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, p. 179.

[1537] Em 1916, a polícia conseguiu infiltrar um agente no *Liberal*, que ocupava o lugar de tipógrafo. Não só permitiu às autoridades controlar a actividade editorial e política do grupo, como a sua acção revolucionária e propagandística, entre 1916 e 1917. Esse tipógrafo infiltrado foi o executor de alguns dos panfletos contra a guerra saídos da pena deste grupo irrequieto. Cf. AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1262, pasta 2.

[1538] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1262, pasta 1.

[1539] *Ibidem*.

[1540] O aproveitamento político das baixas em combate e do enriquecimento dos chefes republicanos foi uma constante da propaganda monárquica deste período. Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, p. 187.

[1541] *O Canhão Vence... A verdade Convence*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1915. O segundo dos livros, de 1916 e que não encontrámos nas bibliotecas consultadas, não tem, segundo Filipe Ribeiro de Meneses [*ob. cit*., p 183] indicações rigorosas de publicação. O *Canhão Vence… A verdade Convence* é uma análise superficial da política diplomática de Portugal, procurando demonstrar que os países aliados, especialmente a Inglaterra, a França e a Bélgica, prejudicaram gravemente o país, enquanto elogia a Alemanha pelo seu respeito pela propriedade colonial alheia e pelo «brio» com que abordara a guerra.

alemão» e de escrever os «manifestos distribuídos por Portugal incitando o povo a não ir para a guerra»[1542].

Estes panfletos aproveitavam a ignorância e a ingenuidade popular, estratégia que estava conforme com as instruções dadas pelas chefias realistas do sector radical. Com efeito, para além das movimentações políticas dos monárquicos mais activos, existe uma circular que prova a irredutibilidade do sector contra-revolucionário na recusa da política conciliatória de D. Manuel e no ataque à república. Essa circular, enviada a 46 pessoas, entre titulares, padres (12) e antigos caciques locais, convidava os monárquicos a fazer propaganda contra a participação de Portugal na guerra, com argumentos que apelavam ao sentimento popular e à ignorância assumida das populações. Entre as muitas indicações recomendava-se «fazer ver à simplicidade provinciana a falta que os portugueses fazem à sua terra, e a suas famílias, pois pela certa, não voltarão os que seguirem para a guerra»[1543]. Dentro do espírito subversivo deste grupo, já traçado, insistia-se também na necessidade de «contrariar por todas as formas que a sua inteligência lhe sugerir, as acções do governo da república, qualquer que ele seja».

A publicação da circular foi feita pelo jornal de António José de Almeida, depois de Leote do Rego a ter divulgado numa conferência realizada em Setúbal. Essa publicidade levantou protestos imediatos dos monárquicos. Aníbal Soares, manuelista indefectível, gizou mesmo a uma participação às autoridades, exigindo uma acção judicial contra os autores da dita circular[1544]. Na verdade, a imprensa monárquica não podia admitir publicamente esta activa propaganda contra a guerra, como não podia admitir que os monárquicos conspiravam para derrubar a república. Fosse por táctica, ou mesmo por ignorância da actividade subversiva desenvolvida pelos sectores radicais, a imprensa realista refutava todas as acusações sobre actos contra-revolucionários. No início de 1916, João Moreira de Almeida declarava no *Dia* que os monárquicos «não conspiram. Pode o governo procurar à vontade. Terá o desgosto de não encontrar o mais ténue

[1542] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1262, pasta 1.
[1543] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1263, pasta 1. Pode ler-se em anexo.
[1544] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1263, pasta 5. Veja-se, ainda, o *República*, ano VI, n.º 2116, 28-11-1916, p. 1.

fio que possa envolver os monárquicos numa nova fita»[1545]. A afirmação estava, porém, longe de corresponder à verdade.

A retórica monárquica insistia sobretudo numa ideia estruturante: a de que a política de intervenção não radicava em quaisquer interesses nacionais ou intuitos patrióticos, mas decorria da necessidade de consolidar a república e o *Partido Democrático*. A estratégia política dos afonsistas, agregada a um idealismo beligerante e exaltado, foi rapidamente desmontada por figuras de proa do monarquismo, como João de Almeida[1546] e Luís de Magalhães. As análises deste último não resultavam apenas das suas qualidades de político experimentado. O filho de José Estêvão estava habituado a reflectir profundamente sobre a vida pública, com as suas crises políticas, desde os tempos em que militara na *Vida Nova*, ao lado do mestre Oliveira Martins[1547]. A mesma acutilância com que defendera então os interesses nacionais, sacrificados à gula dos partidos dinásticos, vergastava agora o governo da república de pretender a beligerância em nome de «interesse políticos do seu exclusivo interesse»[1548]. Luís de Magalhães explicava assim a D. Manuel a estratégia republicana de consolidação do regime: «E, por isso, à falta de uma base interna, [a república] procura, com a política de guerra, uma base externa em que se firme e consolide. A guerra é, para ela, uma carta decisiva. A compartilha do triunfo dos aliados, o baptismo de fogo da bandeira verde e vermelha, a identificação dessa glória com o regime que a promoveu, o levantamento do espírito militar e a consagração por um certo espírito guerreiro, conquistado nos campos de batalha, dalguns chefes retintamente republicanos, o presumido apoio dos

---

[1545] *O Dia*, ano 17, n.º 851, 12-01-1916, p. 1.

[1546] Para João de Almeida, os governantes vêem «numa tal intervenção directa a forma de radicarem o regime, ilaqueando e forçando até à própria colaboração os adversários políticos, como meio de satisfazer os desvarios e as ambições de espécies várias de numerosas clientelas» [*ob. cit.*, p. 121].

[1547] Na *Revista de Portugal*, dirigida por Eça de Queirós, e de que foi secretário, Luís de Magalhães fazia a «Revista de Política Interna» em crónicas muito louvadas na época até pelo novo monarca, D. Carlos. Cf. Miguel Dias Santos, «Luís de Magalhães, Oliveira Martins e a "Vida Nova"», in *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Instituto de História e Teoria da ideias, 2003, pp. 332-333.

[1548] BNP, ELM, doc. n.º 12061, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, Agosto de 1916. «Assim, mesmo em estado de guerra, nós escaparíamos a ela, evitando as suas funestas consequências, se a Inglaterra não acabar por ceder às instâncias da República, que a todo o transe nos quer lançar na conflagração, por motivos políticos do seu exclusivo interesse. Todo este patriotismo belicoso, que a República afecta, os seus entusiasmos idealistas pela cruzada contra a barbárie alemã, em prol do Direito e da Liberdade dos Povos, a sua rabuja dedicação à Inglaterra, que outrora cobriu de doestos e insultos - não são mais, meu Senhor, do que um tremendo e criminoso *bluff* político».

aliados às instituições dum país, que tão voluntariamente lhes ofereceu o seu sangue e os seus recursos - seriam, para a República, outras tantas garantias ou probabilidades de garantias da sua estabilização política»[1549]. A imprensa realista também recusava o carácter nacional da política belicista do regime e insistia em afirmar que a «fúria guerreira» dos republicanos levava consigo a «marca da salvação da república»[1550]. E mesmo nos sectores mais próximos de D. Manuel, como Aires de Ornelas, que analisava com cautela e até com uma certa ambiguidade a beligerância de Portugal, considerava-se que «falar no poder soberano do Parlamento ou na unanimidade da representação nacional, corresponde à realidade dos factos pela forma que a Nação inteira perfeitamente conhece»[1551].

Esta incompatibilidade entre os sectores próximos do monarca exilado e os sectores radicais da Causa Monárquica não se limitava à questão da guerra. Traduzia uma antinomia doutrinária e estratégica que explica o fraco sucesso do movimento monárquico em Portugal. D. Manuel representava então, por questões de táctica e de patriotismo inequívoco, o espírito anti-revolucionário. Opunha-se a todos os esforços e manigâncias dos monárquicos porque acreditava que a restauração só seria viável por intervenção da Inglaterra, na conjuntura do pós-guerra. E porque não confiava nos seus correligionários, dificultou sempre os seus esforços de organização política. Bastava-lhe então um lugar-tenente que emprestasse visibilidade à sua política e ao seu pensamento[1552].

As ideias expendidas então pelo seu órgão oficial, o *Diário Nacional*, revelam afinal uma proximidade, ainda que ténue, com o pensamento contra-revolucionário, que então fazia a sua ascensão no campo monárquico. D. Manuel abominava as revoluções porque temia os abalos históricos carregados de instabilidade e desordem social. Preconizava, por isso, uma evolução gradual das instituições políticas, cônscio da importância de fazer corresponder a restauração a uma necessidade colectiva e não a

---

[1549] BNP, ELM, doc. n.º 12061, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, Agosto de 1916.

[1550] *O Dia*, 17º. ano, n.º 885, 18-02-1916, p. 1. A recusa do carácter nacional da guerra não foi exclusivo dos realistas, mas estendeu-se a todo o campo anti-intervencionista, em especial aos sectores operários e sindicalistas, que não aceitavam que se confundisse a aprovação parlamentar com a aprovação nacional. Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, p. 181.

[1551] Aires de Ornelas, *Segundo Ano de Guerra (Agosto de 1915 a Agosto de 1916)*, Magalhães & Moniz, 1916, p. 26.

[1552] Esta caracterização das correntes políticas monárquicas foi já objecto de estudo. Leia-se o nosso livro *Os Monárquicos e a República Nova*, Coimbra, Quarteto, 2003, capítulo 3.

uma imposição de força. Por outro lado, ao contrário da direita moderna de influência soreliana, a contra-revolução repudiava as movimentações das massas, aquilo a que Alfredo Pimenta designava de «movimento perturbador firmado nos elementos sociais inferiores»[1553].

A problemática torna-se mais pertinente se colocarmos o tema da mudança de instituições: como esperavam os sectores anti-revolucionários, e o próprio D. Manuel, restaurar a monarquia? Por uma restauração das consciências, pela propaganda da ideia monárquica que transformaria a restauração numa aspiração nacional. Os mecanismos podiam ser político-eleitorais, como defendia D. Manuel, ou resultar da intervenção do exército, instituição de vocação nacional.

A reposição da realeza por acção do exército tinha vantagens teóricas e pragmáticas. No campo do pragmatismo e da estratégia porque era, desde o início, a única instituição capaz de operar a mudança de regime e garantir a legitimidade da restauração. No plano teórico, porque a intervenção da força armada não colidia com o pensamento e a sensibilidade conservadora. Na medida em que Exército detinha a legitimidade da força e do poder coercivo, a sua intervenção filiava-se na linha dos «actos violentos de restabelecimento da ordem». O restabelecimento da coroa visava em primeiro lugar restaurar a ordem e a autoridade, não era uma revolução[1554]. Indo ao encontro do ideário de integralistas e tradicionalistas, como Alfredo Pimenta, D. Manuel pensava primeiro numa mudança nas consciências, nos espíritos, que apresentasse a monarquia como garantia de ordem e progresso[1555]. O *Diário Nacional* expunha assim o pensamento manuelista: «A causa monárquica tem de seguir uma política diferente da que sempre se tem adoptado em Portugal […]. Tem de ser uma política contra-revolucionária: afirmativa, orgânica e positiva […]: há-de ser, tem de ser, uma política nacional […] e subordinada à conveniência nacional e não partidária. Orgânica e não revolucionária»[1556].

A corrente radical, herdeira da sua tradição liberal oitocentista, defendia a acção política e a agitação continuada. Não entendia a passividade de D.

[1553] Alfredo Pimenta, *Política Monarchica*, Lisboa, Empresa Lusitana Editora, s/d [1917], p. 31.
[1554] *Ibidem*.
[1555] Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 119-120.
[1556] *Diário Nacional*, ano 1, 14-10-1916, p.1.

Manuel e a sua estratégia política de apoio à República, e não se eximia em lhe manifestar esse descontentamento: «Há muito tempo que os Seus partidários, só de Vossa Majestade ouvem conselhos de passividade, de retraimento, desaprovação dos seus intuitos, condenação dos seus actos e, agora, o aviso comunitório d'uma pública exautoração. [...] a impressão que isso causa é, nuns de desgosto profundo, n'outros de irritação, no geral d'um radicado convencimento de que Vossa Majestade se desinteressa da Causa que representa e abandona os seus servidores e o seu país ao seu duro e miserável destino»[1557]. Para a maioria dos monárquicos, a restauração não podia esperar pelo fim da guerra simplesmente porque «não tem prazos: tem oportunidades»[1558].

Paiva Couceiro, apesar do seu pensamento tradicionalista, representava os paradoxos e as antinomias de um sector que no plano doutrinário repudiava a Revolução, mas que por estratégia defendeu sempre a acção subversiva com o mesmo ardor com que combateu a república. Em 1926, o paladino insistia no papel da «violência» política na restauração da monarquia: «Sem o uso de violência não terão monarquia. É o que diz o raciocínio baseado nos factos. Violência efectiva, ou um grande potencial de violência funcionando como ameaça pronta a disparar. […] Ninguém pensa que o Conselho Político deva ser revolucionário. Mas o que pensa é que, - quando o Estado não garante os direitos cívicos, e antes pelo contrário é conivente com a desordem e o crime, - torna-se para os cidadãos e colectividade, direito, dever e questão de dignidade, assegurar, por meios próprios de polícia armada, a segurança e o respeito devido às pessoas e ao exercício das suas actividades lícitas»[1559].

O sector contra-revolucionário, que incluía Paiva Couceiro e o seu séquito de exilados em Espanha, procurou explicar a D. Manuel que a restauração aconteceria em função de determinadas «circunstâncias» ou quando os «factos o determinem»[1560]. Ora os factos e as circunstâncias também se provocam. Entre 1916 e 1917, a conjuntura de guerra, a mobilização do exército constituía circunstância que podia acelerar o restabelecimento do trono.

[1557] BNP, ELM, doc. n.º 12059, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, Março de 1916.
[1558] *Ibidem*.
[1559] BNP, ELM, doc. n.º 725, carta de Paiva Couceiro a Luís de Magalhães, de 17-01-1926.
[1560] BNP, ELM, doc. n.º 12059, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, Março de 1916.

Uma dessas poderosas circunstâncias descobria-se na profunda relutância com que parte significativa do exército encarava a possibilidade de marchar para a frente de batalha. Os sectores anti-intervencionistas desenvolveram uma forte campanha de propaganda junto dos quartéis, repudiando a mobilização e defendendo uma intervenção militar para derrubar o *Partido Democrático*. Essa propaganda foi já visível no verão de 1916, quando o governo de António José de Almeida, através do ministério da guerra, chefiado por Norton de Matos, organizou e formou as forças do *Corpo Expedicionário Português*. O exército português não reunia as condições técnico-profissionais nem ao nível dos equipamentos e armamento para combater o tipo de guerra que deflagrava na Europa[1561]. As reformas realizadas desde a implantação da república, no sentido da criação de um serviço militar universal e obrigatório e de oficiais milicianos, fracassaram, como fracassara a sua modernização técnico-profissional. Comandado por um corpo de oficiais conservador, continuava permeável às velhas práticas que isentavam os mancebos de se apresentar à inspecção[1562]. Seria este exército que o partido da guerra, liderado por Norton de Matos, procurou mobilizar para o conflito na Flandres, depois de reformas introduzidas que visavam garantir a existência de um serviço militar obrigatório.

A concentração, em Tancos, das forças que compunham a Divisão de Instrução, aconteceu nos primeiros dias de Maio de 1916, e a preparação militar ficou concluída em Agosto desse ano[1563]. Sobre esses exercícios de treino militar caíram as atenções e a propaganda: para uns era o «milagre de Tancos», traduzido numa mobilização rápida e ordeira; para outros o descalabro de oficiais desmotivados e soldados indisciplinados[1564]. O comandante nomeado para a Divisão de Instrução de Tancos, general

---

[1561] Cf. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, *ob. cit.*, p. 22.

[1562] Em 1915, dos 70 000 mancebos que deviam apresentar-se à inspecção, apenas 22 862 foram inspeccionados (32,9 %). Cf. *Ibidem*, p. 23.

[1563] A Divisão compunha-se do Quartel-General e Serviços, de duas brigadas de infantaria, cada uma com dois regimentos e cada regimento com três batalhões com um grupo de metralhadoras; um regimento constituído por grupos de baterias de artilharia e grupos de esquadrões de cavalaria. A primeira brigada era chefiada pelo coronel Almeida Fragoso e a segunda pelo coronel Acciaioli de Meneses, enquanto o regimento de artilharia e cavalaria era comandado pelo coronel Abel Hipólito. As forças mobilizadas pertenciam às 2.ª, 5.ª e 7.ª divisões militares, sediadas em Viseu, Coimbra e Tomar, num total de 35 mil homens.

[1564] Para uma leitura optimista do «milagre de Tancos», leia-se Vitorino Magalhães Godinho, *Vitorino Henriques Godinho. Pátria e República*, Lisboa, Publicações D. Quixote - Colecção Parlamento, 2005; para perspectiva contrária, veja-se o depoimento do oficial que comandou a divisão de instrução e o CEP em Isabel Pestana Marques, *Memórias do General. "Os Meus Três Comandos" de Fernando Tamagnini*, Viseu, Sacre/Fundação Mariana Seixas, 2004.

Tamagnini de Abreu, relatou algumas das dificuldades da empresa, nomeadamente a influência da propaganda deletéria: «Sério empreendimento era, com efeito, reunir alguns milhares de homens, obrigá-los a trabalhar, mantendo neles a disciplina, bastante abalados em consequência dos instigadores profissionais de revoluções […] à Caserna, prometendo os galões de oficiais a sargentos, […] e reunindo recrutamentos com eles para tramar […] conspiratas, e quando também circulava já a corrente contrária à nossa participação na guerra, deixando muitos oficiais transparecer a sua relutância, procurando fugir à mobilização»[1565].

Na verdade, o exército não queria ir para a guerra. Segundo o coronel Pereira Bastos, oficial próximo do partido beligerante, no Estado-maior do Exército «poucos eram os partidários ou simpatizantes da República e da Inglaterra»[1566]. A mesma ideia predominava no sector antibeligerante. Os monárquicos procuravam convencer D. Manuel da inanidade da sua política mostrando-lhe o descontentamento da maioria dos oficiais, conscientes da falta de capacidade bélica e de organização da força armada. A propaganda sobre a divisão de Tancos acentuava o descontentamento dos oficiais e soldados, que cantarolavam melodias de protesto ao som do rufo dos tambores, entoando os versos «Para Verdun/Não vai nenhum». Quanto ao «milagre de Tancos», não passaria de «pura pantomina militar. Ao fim de dois meses de instrução conseguiu-se fazer ... uma parada»[1567].

[1565] In Isabel Pestana Marques, *ob. cit.*, p. XXVI.

[1566] Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *ob. cit.*, p. 119.

[1567] BNP, ELM, doc. n.º 12061, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, de Agosto de 1916. Escreveu então Magalhães: «Nos meios militares, não são só os soldados que se não mostram animados de grandes espíritos guerreiros, como em Tancos o demonstraram ainda há pouco, acompanhando o rufo dos tambores com esta letra: Para Verdún/Não vai nenhum... Os melhores oficiais, os mais dedicados à sua profissão os mais animados de espírito militar - esses mesmos temem a efectivação da guerra. Por medo? Não, [...] por medo não mas por um motivo, mesmo, de brio de classe e de orgulho nacional. É que as últimas campanhas de África, é que a experiência da preparação de Tancos, lhes demonstraram, com uma desolada evidência, que, com esta organização do exército, é absolutamente impossível formar um contingente militar, por pequeno que seja, capaz de se mandar com confiança para uma frente de batalha. E temem, esta é que é a verdade, mais do que um insucesso e uma derrota: sentem uma vergonha que nos avilte aos olhos do mundo. Tancos foi uma pura pantomina militar. Ao fim de dois meses de instrução conseguiu-se fazer... uma parada. Unicamente. Tenho disso informações autorizadas e fidedignas. Os exercícios falharam. A disciplina em que tanto se falou, era mais aparente do que real: balofa, dizia-me alguém que a viu e sentiu de perto. Os oficiais percebiam que não eram senhores das suas unidades, sobretudo na infantaria. E o estado maior, onde estava a fina flor do nosso jacobinismo militar, parece ter provado uma completa incapacidade. Salvou-se a boa vontade do general, que fez o melhor que pôde, dentro das péssimas circunstâncias em que teve de desenvolver a sua acção de comando. A insuficiência dos nossos recursos militares provou-se ai extensivamente. Para juntar seiscentos cavalos ficaram apeados uns poucos de regimentos de cavalaria. Para se constituir um regimento de artilharia com as suas seis

Compreende-se assim as movimentações conspiratórias em torno dos quartéis e mesmo de Tancos, onde os adversários da guerra aumentavam a propaganda[1568]. A vigilância policial e militar começava a identificar os quartéis onde predominavam oficiais monárquicos ou «espadistas», todos inimigos ferozes do Partido Democrático e da guerra. Eram os casos de Évora, Viseu, Braga e Vila Real, regiões fronteiriças onde se notava um aumento considerável de actividade do lado espanhol[1569]. No regimento de cavalaria n.º 5, em Évora, o comandante, tenente-coronel Pereira da Silva, juntamente com os seus oficiais, era acusado de propaganda monárquica e germanófila. Segundo informações de um capitão, ao seu quartel chegaria frequentemente a imprensa espanhola considerada simpática para a causa alemã, e identificava os jornais *ABC* e o *Debate*[1570]. A situação de Viseu demonstrava o perigo da ameaça monárquica, associada ao clima antibeligerante, atendendo a que a 2.ª divisão militar fornecera contingentes para o CEP. Um relatório pormenorizado dava conta da dinâmica do movimento realista local, liderado pelo visconde do Banho, que se encontrava em contacto com Aveiro através de Luís de Magalhães. Segundo o relatório, trata-se de «um movimento monárquico, girando a propaganda em volta da partida para a guerra e da questão religiosa»[1571]. Nos regimentos da cidade, em infantaria 14 e artilharia 7, predominavam os oficiais monárquicos e alguns sargentos, mas apesar da propaganda contrária, a possibilidade de revolta é baixa, apenas «se for iniciada noutros pontos». Quanto à população da cidade, revelava-se afinal hostil à república e à guerra, seguindo a influência dos notáveis locais e a sua «fraca cultura»[1572].

A situação de Viseu, que será um dos esteios do monarquismo que restaura a monarquia, em 1919, mostra bem a situação sociológica das

---

baterias, todos os outros deixam contingentes de peças metralhadoras, a arma que esta guerra consagrou [...] - havia lá oito! E a divisão, que devia compor-se de 20 mil homens, pouco passava de 16 mil».

[1568] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1262, pasta 1. Segundo informações do *Grupo Companheiro do Bem*, um dos muitos grupos de vigilância da república então operantes, «nos quartéis alicia-se gente com verdadeiro furor».

[1569] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1262, vários documentos.

[1570] *Ibidem*.

[1571] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1279, pasta 3. Outros monárquicos identificados eram o Dr. Joaquim Saldanha, Agostinho Marques da Gama, Dr. Luís Ferreira de Figueiredo e o filho Luís Frutuoso Ferreira de Figueiredo, todos estarão ligados à restauração monárquica de 1919.

[1572] *Ibidem*.

cidades e vilas do interior, onde a republicanização das populações é incipiente e onde predominam as elites conservadoras e a classe dos eclesiásticos. O mesmo conflito de classes, de ideologias e de interesses encontrava-se no resto do país.

O aumento da propaganda antiguerra junto do exército fez com que o governo de António José de Almeida tomasse providências para afastar oficiais potencialmente hostis para com o seu esforço de beligerância. Entre os oficiais incluídos na *Ordem* do exército constavam nomes conotados com o pimentismo e com o monarquismo, como os do general Jaime Leitão de Castro, o tenente-coronel do Estado-Maior Alfredo Mendes de Magalhães Ramalho, o tenente-coronel de cavalaria Firmino Teixeira de Mota Guedes, para além de outros oficiais de baixa patente, todos afastados do serviço. Mota Guedes viria a assumir papel preponderante em Braga, durante a Monarquia do Norte. Reformados foram o coronel de infantaria Adriano Acácio de Madureira Beça, o capitão de engenharia António Rodrigues Nogueira e o capitão de artilharia Alberto Augusto de Almeida Teixeira[1573]. Todos partilhavam uma folha de serviço ligada às campanhas de ocupação africana e eram todos figuras sonantes da coroa. Madureira Beça e Rodrigues Nogueira eram impenitentes conspiradores, ligados às tentativas contra-revolucionárias de 1913 e 1914[1574]. Almeida Teixeira terá grande protagonismo durante o sidonismo na fase das juntas militares. A posição de Madureira Beça, que estava em contacto próximo com o sector político e contra-revolucionário da Causa Monárquica, expressa bem o ódio de parte

---

[1573] Cf. *O Dia*, ano 17, n.º 974, 06-06-1916, p. 1.

[1574] Madureira Beça contava assim as suas vicissitudes revolucionárias: «A minha triste odisseia principiada em Outubro de 1913, com a emigração durante um ano, continuou depois com a minha prisão em Bragança em Outubro de 1914, remoção para o presídio da Trafaria, num vaso de guerra desde o Porto, transferência de prisão para Vila Real durante 6 meses, sendo-me concedida pelo governo Pimenta de Castro, homenagem na cidade do Porto até ao julgamento. Tendo a felicidade de conseguir a absolvição, apresentei-me no Ministério da Guerra, onde deveria ser submetido a exame para general, por já me pertencer esse posto, mas foi-me logo notificado por um chefe de repartição que, não só não entraria na efectividade do serviço, mas também me não era permitido residir em Lisboa, sendo-me indicada a Figueira da Foz para local da minha residência. Em Novembro de 1915, já separado do serviço e reduzido a meio soldo, foi-me permitido residir em Lisboa com a família. A célebre amnistia de Abril, último, determinou, por uma pungente ironia, a minha reintegração no exército, mas para ser logo reformado, visto que o governo se reservara a faculdade de reformar os separados. Supus que terminaria aqui o meu calvário. Puro engano. Em Junho passado, fui intimado às 11 horas da noite para me apresentar imediatamente no quartel-general, onde me foi entregue uma guia de marcha para seguir na manhã imediata para Beja, onde o ministério da guerra fixava a minha residência! Fiquei surpreendido porque nenhum acto recente meu justificava tal medida» [BNP, ELM, doc. n.º 3821, carta de Adriano de Madureira Beça a Luís de Magalhães, de 10-07-1916].

da classe militar aos democráticos, cuja obra consideravam tão nefasta para Portugal, país «tão rijamente açoutado pelo vendaval demagógico, que não tem deixado pedra sobre pedra na sua demolidora e nefasta obra»[1575].

Apesar destas medidas disciplinares, Portugal fervilhava de agitação e conspiradores. Os monárquicos continuavam a preparar a restauração concebendo planos a partir sobretudo do exílio, que se revelavam de grande complexidade, pois previam a concertação de acções em vários distritos para deflagrar em simultâneo[1576]. Os autores destes planos pareciam não ter aprendido com os erros do passado. Mas percebiam que a conjuntura impunha cuidados especiais, pois o malogro de qualquer movimento seria imediatamente explorado como «acto antipatriótico e sugestão da Alemanha»: «É preciso evitar que tal movimento possa parecer pretexto para evitar intervenção guerra, o que tornaria governo nacional ou restauração monárquica, que dele saísse, abrigo de cobardia militar»[1577].

A leitura da imprensa realista, coarctada na sua livre expressão por medidas conjunturais, ligadas à censura, ou estruturais, decorrentes da sua condição de oposição ao regime, raramente favorecia a publicação de um programa político que traduzisse as intenções das cúpulas dirigentes. A conjuntura política e as movimentações do sector radical, associadas ao movimento de contra-mobilização, criavam a expectativa de que existisse um plano político ou projecto restaurador específico para essa conjuntura. Para penetrar nas intenções políticas do sector contra-revolucionário da Causa Monárquica foi preciso recorrer às fontes de arquivo. Esse projecto político existia de facto, e a sua análise torna inteligível e transparente a ambição monárquica de derrubar a república aproveitando as dificuldades de guerra.

Em primeiro lugar, ficava claro que o movimento monárquico devia começar por um pronunciamento militar «destinado a reagir contra a indisciplina revolucionária»[1578]. Seria então formado um «governo na sua maioria formado por militares», instaurando uma «ditadura militar», que devia preocupar-se sobretudo com a restauração da «ordem e da

---

[1575] *Ibidem*.
[1576] BNP, ELM, caixa 58, carta cifrada.
[1577] *Ibidem*.
[1578] BNP, ELM, caixa 43, documento manuscrito de Luís de Magalhães, sem data. Pode ler-se em anexo.

autoridade» e da «solução da questão política». No primeiro caso, «reprimir abusos e violências» e resolver a questão das subsistências. As soluções aventadas passavam por estimular a produção interna, fomentar a importação de produtos coloniais e garantir a importação de bens de primeira necessidade, para o que se contava com a recuperação da «tonelagem necessária para o nosso transporte comercial marítimo». Os interesses dos grandes grupos económicos, de onde saía parte importante da base social de apoio monárquico ou simplesmente inimigo dos democráticos, seriam salvaguardados pela constituição de uma «direcção económica» que promoveria «inquéritos ao estado da economia nacional».

Quanto à política externa, o governo militar devia salvaguardar os «compromissos internacionais», especialmente aqueles que decorriam da aliança inglesa, mas procedendo «tanto quanto em nossos recursos caiba e sem prejuízo da defesa do território nacional, quer na metrópole, quer nas colónias». Ficava assim claro que a política de guerra devia ser equacionada, ponderados todos os esforços e eventuais vantagens políticas. Sobre este governo caía ainda a responsabilidade de apurar as reais motivações da política beligerante dos democráticos, o que ia ao encontro das desconfianças do sector anti-intervencionista[1579].

No plano da política interna, este governo promoveria a atracção das «classes conservadoras», com as quais se preparasse um «plebiscito» ao regime, depois de expurgados da administração e das forças de segurança todos os republicanos democráticos e os «profissionais da revolução», «restabelecendo o princípio da disciplina e da subordinação hierárquica». Era por meio de um plebiscito que os monárquicos contavam resolver a questão do regime. Em termos práticos, a solução presumia ainda dois processos distintos: o plebiscito directo, perguntando ao eleitorado qual o regime que pretendia ver estabelecido em Portugal; ou indirecto, através da eleição de uma assembleia que decidiria em nome do país.

[1579] *Ibidem*. Rezava assim o documento: «6. Neste mesmo capítulo, buscará esclarecer as condições dessa cooperação, os encargos que ela nos impõe, as vantagens e compensações que nos trará, tanto sob o ponto de vista político como económico e as garantias que a esse respeito nos são dadas, podendo publicar, se nisso não houver inconveniente, os documentos diplomáticos que ao assunto se referem. 7. Proceder imediatamente a um rigoroso balanço da nossa situação financeira, dos encargos que nos tem imposto e continua impondo a nossa participação na guerra, procurando obter os recursos necessários para lhes fazer face de forma menos gravosa para a economia nacional».

A existência desta solução revela que os monárquicos receavam uma restauração que produzisse uma divisão do país e consequente guerra civil, o que ajuda a compreender muitas das hesitações de 1918/1919. Entendiam que o plebiscito, solução defendida em 1911 por Couceiro, e que regressava então como alternativa a uma simples restauração[1580], traria a legitimidade necessária a um regime que carecia de consenso nacional para assumir o Poder com total garantia de estabilidade. O conflito político que existia em Portugal decorria afinal porque uma das partes, o Partido Democrático, impunha aos outros partidos um «sistema de poder» que era contestado. Nascia daqui o «conflito» e a «luta política»[1581]. Esta era uma solução de natureza contra-revolucionária, pois era o exército quem intervinha para impor a autoridade e não uma qualquer revolução político-social. A intervenção do exército e a solução plebiscitária constituíam, para alguns monárquicos, a única via para garantir o consenso nacional e impor uma nova «ordem» política, aspiração de todas as organizações políticas[1582]. Que a solução não era consensual, mesmo entre a corte oficial de D. Manuel, ficaria provado quando ela veio a ser invocada, durante o sidonismo, e os sectores do tradicionalismo lhe levantaram grandes obstáculos doutrinários[1583].

Enquanto se conspirava e se montava a máquina contra-revolucionária, continuava a entrar armamento em Portugal, trazido de Espanha, ainda que as autoridades militares não identificassem bem o destino do material bélico[1584]. Segundo alguns relatórios, as cidades do Norte e Centro, como Viseu, eram destinos prováveis[1585]. No final de 1916, as informações chegadas ao ministério dos negócios estrangeiros apontavam no sentido de uma intensificação das manobras conspiratórias, envolvendo Paiva Couceiro, Jorge Camacho, entre outros, e alguns militares do Norte, que se deslocavam à Galiza para conferenciar com os exilados[1586]. Cá dentro, a 13 de Dezembro rebentava a tentativa revolucionária comandada por Machado

---

[1580] Cf. João de Almeida, *ob. cit.*, p. 216.
[1581] Sobre o conceito de conflito político-partidário aqui subjacente, veja-se Miguel Artola, *Partidos y Programas Politicos 1808-1936*, tomo I, Los partidos políticos, Madrid, Aguilar, 1974, pp. 18-20.
[1582] *Ibidem*, p. 14.
[1583] Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 169-172.
[1584] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1263, pasta 4.
[1585] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1262, pasta 2.
[1586] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1279, pasta 1.

Santos, movimento visto como esforço para impedir a partida do CEP para França. O aumento da propaganda antiguerra e das actividades revolucionárias era acompanhado pelos serviços militares e policiais de informação, mas dispunha de um contributo importante vindo do sector radical republicano. Tal como em 1911 e 1912, intensificou-se a acção dos grupos civis de revolucionários, que patrulhavam as ruas de Lisboa, Porto e outras cidades, apostados em «vigiar os inimigos do regime». A «Associação Patriótica e Secreta 'Mineiros'», organização com membros distribuídos por Lisboa e Porto, informava o governo, a 5 de Dezembro, da preparação de um movimento geral das forças anti-intervencionistas quando se realizasse a partida das tropas para a Flandres[1587].

É verdade que a revolta de Machado Santos deflagrou no momento de grande tensão provocada pela intensidade da propaganda contra a guerra, em cartazes espalhados pelas cidades[1588]. No interrogatório que lhe foi feito a bordo do navio Vasco da Gama, Machado Santos acusou a *União Sagrada* de governar em ditadura e reivindicou a qualidade de fundador da república para intervir e «expulsar o governo do Senhor António José de Almeida que se tornara réu dos ominosos crimes». Afirmou também que em Novembro reunira com Bernardino Machado a quem propôs um «golpe de estado pacífico que acabasse com a indissolubilidade do parlamento e restabelecesse de vez a ordem e a disciplina social». Apesar de atacar a política económica e social do governo e a sua «abjecta política internacional», Machado Santos asseverou então que «não era contra a guerra», que defendera sempre a política de intervenção. A situação das colónias era efectivamente o que mais o preocupava: «Deu-se o desastre de África… eis o motivo da sua revolta»[1589].

O movimento teve o seu epicentro em Tomar, cidade onde Machado Santos assegurou o comando da 7.ª divisão e a partir da qual se dirigiu a Lisboa, mas foi barrado em Abrantes pelo coronel Abel Hipólito. De prático teve a publicação de um *Diário de Governo* apócrifo em que se demitia António José de Almeida e se nomeava um novo governo presidido por

---

[1587] *Ibidem*, pasta 2.

[1588] Cf. *Ibidem*, pasta 8. Num dos cartazes podia ler-se: «Que o português sem tristezas/Se defenda do alemão/Nas colónias portuguesas/Porque não!!!!/Mas que parta desta terra/Que vá para a França e que morra/P'ra poupar a Inglaterra/Isso porra!!!!! / Viva Pátria Portuguesa».

[1589] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1279, pasta 8.

Machado Santos[1590]. Do ponto de vista político e revolucionário, significou a primeira revolta dos sectores contrários à guerra no teatro europeu, reunindo para o efeito republicanos, monárquicos e operários, civis e militares[1591].

A colaboração dos monárquicos na revolta de 13 de Dezembro está conforme a política traçada pelas cúpulas insubmissas. Entre os envolvidos estava o capitão de administração Eurico Cameira, monárquico indefectível, e oficial de larga tradição conspiratória, que virá a ter grande protagonismo no 5 de Dezembro e no sidonismo. Mas no plano civil, há indícios de envolvimento de Júlio da Costa Pinto, antigo tenente ligado ao jornal *O Liberal*, centro de importante e activo coio de subversão[1592]. Mesmo sendo um movimento favorável à refundação da república, o facto de procurar derrubar o governo da *União Sagrada* era suficiente para agradar às cúpulas radicais da Causa Monárquica e de oficiais realistas que agiam de forma autónoma. Independentemente da sua importância, a verdade é que a propaganda republicana fez correr na imprensa europeia o envolvimento de monárquicos no movimento de 13 de Dezembro, logo apodado de germanófilo[1593].

Para o sector manuelista, liderado por Aires de Ornelas, era importante, por questões de credibilidade interna e externa, refutar tais acusações. Internamente, o lugar-tenente escreveu a Bernardino Machado uma carta em que declinava qualquer envolvimento num movimento republicano, lembrando o oferecimento de vários oficiais realistas ao governo[1594]. Para o

---

[1590] AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 8, pasta 3. O governo de Machado Santos era constituído por António Celorico Gil, Francisco de Paula Abreu Marques, Álvaro António da Costa Ferreira, Joaquim Coelho de Carvalho, Francisco Xavier Esteves, José Alfredo Mendes de Magalhães, Francisco Reis Santos e José da Costa Júnior.

[1591] Machado Santos admitiu que esteve em contacto com operários para preparar o movimento. Cf. AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1279, pasta 8.

[1592] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1263, pasta 1.

[1593] BNP, Espólio de Aires de Ornelas, doc. n.º 143, carta de Aires de Ornelas ao L'Action Française, de 04-01-1917.

[1594] A carta foi publicada pelo *Liberal*, ano 1, n.º 26, 17-01-1917, p. 1 e tinha o seguinte teor: «[...] Senhor Presidente. A atitude dos monárquicos na crise actual é simbolizada nos repetidos oferecimentos feitos não só por antigos oficiais fora do serviço actualmente no território do continente, mas também por aqueles que ainda não podem entrar no seu país. Como é que antigos oficiais, e o signatário desta carta é um deles, poderiam ter a mínima parte num movimento de carácter daquele que acaba de ter lugar? [...] Na impossibilidade de efectuar por outra forma o meu mais absoluto protesto contra a ideia de envolver os monárquicos num movimento puramente de republicanos contra o governo republicano venho, Senhor Presidente, depositá-lo nas mãos de V. Ex.ª apelando para o espírito de elevada justiça e serena imparcialidade que deve sempre inspirar quem como V. Ex.ª ocupa o

exterior, Aires de Ornelas Aires enviou também uma carta dirigida ao *L'Action Française* em que negava as mesmas acusações que sobre a Causa Monárquica e sobre Paiva Couceiro pairavam de conspirar contra a república e fazer a propaganda contra a guerra[1595]. Na verdade, as divergências políticas dentro da causa monárquica começavam a tornar-se públicas, e a ficar evidente que a maioria da causa monárquica defendia uma política bem diferente daquela que era perfilhada por D. Manuel. No *L'Action Française* insinuava-se inclusive que os partidários de D. Miguel preparavam dificuldades a Portugal congeminadas a partir de França[1596].

Quanto a D. Manuel, criticou duramente o movimento de Machado Santos, que descreveu como «asneira bem criminosa», e respirou de alívio por, em sua opinião, nele não estarem envolvidos os seus reais súbditos[1597]. O antigo monarca permaneceu sempre fiel à sua política de coadjuvação da política beligerante da república, em guerra com a linha avançada do irredutível e irrequieto partido monárquico.

O ano de 1917 haveria de acentuar esta divisão entre D. Manuel e os seus partidários. Os sectores mais dinâmicos insistiam com D. Manuel e com Aires de Ornelas para que se organizasse o Partido Monárquico, estabelecendo as bases orgânicas e doutrinárias da futura monarquia restaurada[1598]. D. Manuel, porém, tal como em 1915, não promovia a

---

lugar de Primeiro Magistrado da Nação Portuguesa. Tenho a honra de me subscrever. Lisboa, 15 de Dezembro de 1916. De V. Exª mto atento venerador a) Aires de Ornelas».

[1595] «Je crois que la meilleure réponse aux accusations contre les royalistes portugais publiées récemment dans la press étrangère au sujet du mouvemente révolutionnaire du 12-13 décembre est la protestation dont copie ci-jointe, que j'ai adressée à M. le Président de la République à ce même propos. [...] Il est par conséquent absolument faux que mon ami Paiva Couceiro soit pour rien dans une affaire qu'il réprouve certainement au moins autant que moi. Il est encore absolument faux que les royalistes jamais été les meneurs de la campagne contre la participation à la guerre» [BNP, Espólio de Aires de Ornelas, doc. n.º 143, carta de Aires de Ornelas ao L'Action Française, de 04-01-1917].

[1596] *Ibidem*.

[1597] IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, carta de D. Manuel a João de Azevedo Coutinho, de 07-01-1917.

[1598] Luís de Magalhães escrevia nesse sentido ao conde de Sabugosa: «dada a desordem e anarquia em que *isto* se vai dissolvendo, é preciso, é indispensável que se pense na *preparação* monárquica, para que a Restauração não venha a caracterizar-se pela mesma desorientação, a mesma falta de plano que causaram o *gâchis*, já imperdoável, da república. É preciso aproximar homens [...] congregar os nossos futuros elementos de acção, assentar nas bases políticas e jurídicas sobre que eles têm de actuar e trabalhar, minutar inclusivamente, os diplomas essenciais e, por assim dizer, basilares, que se tornem indispensáveis ao governo a quem os chefes […] políticos incumbam a difícil tarefa de iniciar a restauração. Isto mesmo tenho dito e escrito ao Aires repetidas vezes - e para [...] tratarmos com os elementos monárquicos do norte, aqui o estou esperando desde Março passado, tendo sido a doença do Aníbal o que o tem impedido» [BNP, ELM, doc. n.º 1260, carta de 25-04-1917].

organização do seu partido, receoso da acção contraproducente de uma organização que ele não controlava. No *Diário Nacional*, Aires de Ornelas ia tentando moderar os ímpetos dos sectores mais dinâmicos, procurando evitar a «efervescência política prejudicial a todas as conveniências»[1599]. Estavam na memória de todos os conflitos e tensões com os republicanos resultantes do esforço organizativo de 1915, durante a ditadura de Pimenta de Castro[1600]. Mas a questão da organização do partido monárquico, que já analisámos noutro lugar[1601], não se limitava a questões orgânicas, antes traduzia os diferentes matizes ideológicos que caracterizavam a Causa Monárquica. Com efeito, se os sectores liberais defendiam uma concepção liberal e democrática do partido, os tradicionalistas opunham uma organização vertical em que o rei, como chefe legítimo e herdeiro da coroa, indicava os órgãos directivos e seleccionava os seus membros, assim como apontava as directrizes da política e da estratégia a desenvolver[1602]. Na substância deste diferendo residiam tensões ideológicas entre a soberania do rei – mesmo que afastado do trono – no quadro de uma doutrina que defendia o poder efectivo do monarca, exercendo a sua autoridade sobre o conjunto dos súbditos e da nação, e a soberania nacional preconizada pelos liberais, que viam no modelo orgânico dos partidários de D. Manuel o regresso ao «absolutismo puro»[1603].

A polémica impediu a organização da Causa Monárquica em partido político estruturado, mas não demoveu o seu grupo mais dinâmico da intenção de organizar as forças monárquicas e prepará-las para uma eventual restauração. Não por acaso essa dinâmica organizativa tinha o Porto e o Norte como epicentro, o que ajudará a compreender porque foi no Porto que se restaurou a monarquia, enquanto Lisboa reagia tímida e passivamente em Monsanto. Luís de Magalhães, José de Azevedo Castelo Branco e o visconde do Banho eram os principais impulsionadores desse

---

[1599] *Diário Nacional*, ano 1, 29-06-1917, p. 1.
[1600] *Ibidem*, 01-07-1917, p. 1.
[1601] Leia-se Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 130 e ss.
[1602] Alfredo Pimenta foi quem desenvolveu esta tese no *Diário Nacional* [28-06-1917, p.1], defendendo que «o rei […] escolhe o seu representante. Este […] dando unicamente execução às ordens do rei procurando realizar-lhe as intenções, escolhe dentro de cada distrito um representante seu. Este por sua vez assim procederá para com os concelhos, de modo que a grande massa política que faz peso pelo número, nada mais tem a pensar que não seja *obedecer* àqueles que são, indirectamente representantes do rei». Sublinhado no original.
[1603] BNP, ELM, doc. n.º 12023, carta de Luís de Magalhães a Aires de Ornelas, de 03-07-1917. Sobre esta questão, leia-se Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 135-138.

esforço organizativo, procurando estabelecer comissões concelhias e distritais por todo o país[1604]. Estes políticos multiplicaram-se em contactos e reuniões com o que restava dos antigos políticos do rotativismo, os «ominosos caciques», com que contavam para organizar as forças monárquicas[1605]. Esse esforço organizativo seria aproveitado em Novembro de 1917, quando o governo, então liderado por Afonso Costa, realizou as eleições administrativas[1606]. Lembramos que estas eleições tinham sido adiadas em 1916, argumentando o governo com os perigos decorrentes do ambiente de agitação interna e com a presença de submarinos alemães ao largo da costa nacional[1607].

Os monárquicos participavam então, pela primeira vez, numa eleição republicana[1608], organizando listas próprias ou conseguindo alianças com católicos e republicanos moderados, como aconteceu em Lisboa, onde apoiaram uma lista policromática contra a lista governamental. No campo da mobilização político-eleitoral, os sectores mais dinâmicos foram as regiões do Norte e, em Lisboa, o grupo do jornal *O Liberal*, onde se destacava a acção política diligente de António Teles de Vasconcelos, bem coadjuvado por António Cabral, Júlio da Costa Pinto e Satúrio Pires. Quanto à imprensa, coube aos aguerridos *Pátria!*, *O Dia*, o *Comércio de Viseu* e o já referido *Liberal* sustentar a campanha eleitoral e combater a discrição do órgão oficial, o *Diário Nacional*. O acto eleitoral era então um instrumento político importante no combate a um governo já então debilitado pela grave crise

---

[1604] João da Rocha Paris escrevia então a Luís de Magalhães: «Meu prezado amigo. Tenho o prazer de anunciar-lhe que tenho consituída já a comissão do concelho de Viana; para o resto do distrito precisava que V. Exª me escrevesse uma carta encarregando-me da organização do distrito, pois com ele creio poder organizar rapidamente comissões em Ponte de Lima, Arcos, Barca, Paredes de Coura, Caminha e Cerveira. Quanto a Valença, não sei o que poderei obter e em Monção e Melgaço creio que o Conde de Azevedo poderá conseguir facilmente o que v. Exª desejar. [BNP, ELM, doc. n.º 8682, carta de 31-01-1917].

[1605] No início de 1917, José de Azevedo Castelo Branco escrevia a Luís de Magalhães o seu «boletim de La Grand Armée», dando-lhe conta do seu périplo por Coimbra, Guarda, Fornos de Algodres, Seia e da sua ida a Covilhã, Castelo Branco e Portalegre. Luís de Magalhães ficava com a responsabilidade de contactar o Norte, especialmente Porto e Braga. Cf. BNP, ELM, doc. n.º 4287, carta de José de Azevedo Castelo Branco a Luís de Magalhães, de 21-01-1917.

[1606] A 4 de Novembro houve eleições municipais e a 18 desse mês tiveram lugar as eleições para as juntas de freguesia.

[1607] A decisão teve como base as informações de vários governadores civis que pediam reforços militares para assegurar a ordem durante as eleições, pois receavam graves «alterações da ordem pública» devidas à «propaganda dos inimigos do regime». Cf. IAN/TT, MI, DGAPC, maço 71.

[1608] Sobre as limitações e as vicissitudes da ausência de participação monárquica em actos eleitorais republicanos, veja-se Fernando Farelo Lopes, *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 82-84.

político-social e económica, como assumia papel relevante na estratégia dos sectores mais radicais do monarquismo de provocar os ramos mais passivos da Causa Monárquica e conquistá-los para a acção política[1609]. Quanto aos resultados, a crise que então se fazia sentir e o ódio generalizado a Afonso Costa e ao Partido Democrático podem explicar o sucesso relativo dos monárquicos nestas eleições. Apesar da vitória do Partido Democrático, com 92 câmaras – quando antes possuía 300 –, os monárquicos conquistaram 25 câmaras e várias minorias[1610].

Em Lisboa, o sector do *Liberal* desenvolveu uma campanha feroz com a distribuição de panfletos verrinosos, açulando os lisboetas conservadores a reagir pelo voto contra os «desmandos» do Poder republicano: «A horda de bandidos que dele tomou conta assassina e agride impunemente! O povo geme com fome perante a enorme carestia de vida, mercê da incompetência e do egoísmo dos actuais governantes. Bate-nos à porta a mais atroz das misérias e vós não protestais! Receais os tiros e os sabres da guarda republicana? Apavoram-vos os cárceres e a reclusão a bordo dos navios de guerra? Se não podeis de outra forma reagir perante as condições aflitivas em que presentemente se encontra o país, um ensejo se vos oferece para que de cabeça bem erguida, usando vosso […] direito, podeis protestar contra os desmandos daqueles que abusando da vossa evangélica paciência têm cometido os maiores crimes, enriquecendo à vossa custa»[1611]. Esse «ensejo» era afinal o voto na «lista da Cidade», apoiada pelos monárquicos, que seria a segunda mais votada, à frente das listas de republicanos moderados e socialistas[1612].

Na verdade, as eleições de 1917 acordaram as forças conservadoras da província, que beneficiariam de um decréscimo de mobilização política nas cidades, mais favorável aos republicanos. Estas debilidades beneficiaram os monárquicos, que alguns estudos consideram ter-se assumido como a

---

[1609] Cf. *Pátria!*, ano 1, 24-09-1917, p. 1; 04-10-1917, p. 1.

[1610] Cf. Douglas L. Wheeler, *ob. cit.*, p. 152. A restante oposição republicana conquistou 24 câmaras e os independentes 89.

[1611] Panfleto *Ao Povo de Lisboa*, da autoria de Júlio Costa Pinto, in AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1262, pasta 1.

[1612] Lisboa teve a seguinte distribuição de votos: Lista governamental (democráticos): 5727 votos; lista da Cidade (apoiada por monárquicos): 4023 votos; lista unionista: 1996; lista socialista: 1877 votos; lista evolucionista: 1668 votos. Cf. *Diário Nacional*, 07-11-1917, p. 1.

segunda força política, apesar de não contarem com um partido político organizado[1613].

No Norte do país, as eleições administrativas romperam a passividade de muitos caciques e terminaram em optimismo generalizado quanto à capacidade eleitoral dos realistas[1614]. Mas, mais importante que tudo, mostraram a importância de se proceder à organização partidária da Causa Monárquica[1615]. Tal urgência decorria da reorganização política no campo conservador, com o surgimento de um novo partido republicano. O *Partido Centrista Republicano*, liderado por António Caetano Egas Moniz, reunia os antigos monárquicos da dissidência progressista e republicanos de dissidência evolucionista. O seu programa, publicado em 20 de Outubro de 1917, tinha como «objectivo principal unir as dispersas forças conservadoras»[1616].

Apesar do discurso optimista produzido pelo sector oficial da Causa Monárquica, patente no *Diário Nacional*[1617], a criação do *Partido Centrista* era uma ameaça aos realistas, porque dividia o campo conservador e exercia um ensejo de atracção sobre muitos monárquicos que receavam uma perigosa

---

[1613] Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, p. 167. Esta conclusão esquece que 89 câmaras foram conquistadas por independentes, e muitas das listas independentes congraçaram as diferentes sensibilidades republicanas. O que estas eleições efectivamente demonstram, juntamente com o aumento da abstenção, é que o Partido Democrático não resistira às dificuldades criadas pela economia de guerra e à fortíssima propaganda antidemocrática. Sobre as listas de independentes, veja-se BNP, ELM, doc. n.º 7345, carta de António Barbosa de Mendonça a Luís de Magalhães, de 08-11-1917.

[1614] António Barbosa de Mendonça, cacique local em Felgueiras, descrevia assim a situação nesta vila: «Venho informar-te da eleição de Felgueiras. Perdemos a maioria por 26 votos; ficámos com a minoria. Fomos sós e venceríamos se os democráticos n. desistissem à última hora votando quase em massa a lista incolor. Eu queria vencer a eleição, prevendo o caso democrático, e era-me fácil atrair um grupo de amigos democráticos arrependidos mas não pude vencer a relutância dos nossos amigos em terem aliados. Uns n. acreditaram que os democráticos votassem a lista incolor; outros queriam vencer ou perder, sós, mas honrados, diziam. Na lista incolor votaram evolucionistas, unionistas, democráticos, republicanos sem filiação, e deram-lhe os votos alguns monárquicos de palavriado que sempre se encostaram à autoridade. Conseguimos pôr medo a todos. Veio pª aqui administrador pª a ocasião e força armada. A luta aproveitou. Organizámo-nos, demascarámos os falsos monárquicos, e ficámos com estímulo pª cuidar dos recenseamentos. Lutámos nas juntas de paróquia» [BNP, ELM, doc. n.º 7345, carta de António Barbosa de Mendonça a Luís de Magalhães, de 08-11-1917].

[1615] Escrevia a esse propósito o visconde do Banho, no rescaldo da eleição de Viseu: «O resultado das eleições paroquiais foi soberbo e espantou eles. Aqui na cidade vencemos em ambas as freguesias, vindo a soma das maiorias a representar 115 votos na votação total da cidade, havendo votado 500 eleitores. Foi de um efeito magnífico, principalmente por ser uma coisa resolvida e feita do pé para a mão. Sobre estes resultados a organização vem a matar. Todos a esperam e desejam» [BNP, ELM, doc. n.º 3612, carta do visconde do Banho a Luís de Magalhães, de 05-12-1917].

[1616] Sobre o Partido Centrista e o seu programa político, veja-se Ernesto Castro Leal, «Partidos e grupos políticos na I República», in João Medina, *História de Portugal*, vol. XIII, Alfragide, Ediclube, 2004, pp. 384-385.

[1617] Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, p. 41.

exposição política no campo adversário da república. Não por acaso, as adesões ao novo partido vinham dos vários sectores sócio-profissionais que interessavam os realistas, como os militares, os industriais, os comerciantes, os profissionais liberais e o professorado, isto é, as forças vivas que podiam suportar as suas pretensões políticas[1618]. Egas Moniz deu então uma entrevista ao *Século* em que afirmava que o novo partido podia atrair monárquicos e republicanos e as tais forças vivas que estavam então na ordem do dia[1619].

A transformação da Causa em partido político organizado era por isso uma exigência que os sectores mais dinâmicos defendiam cada vez com maior estridência[1620]. O discurso mais exaltado do monarquismo portuense, sem o afirmar abertamente, questionava a inanidade de Aires de Ornelas e do sector oficial na apatia e resignação com que se encarava a organização política[1621]. Não se estranha, por isso, que a organização partidária tenha assumido importância central nas movimentações dos sectores mais dinâmicos do Norte, obedecendo ao projecto de Luís de Magalhães de instituir uma «Federação Monárquica do Norte». A futura agremiação tinha como objectivo «unir, na sua respectiva zona, os elementos monárquicos, fazer a sua organização eleitoral, promover a propaganda monárquica, e proceder ao estudo dos mais instantes problemas da política nacional»[1622].

Nos meses seguintes, pelo menos até à eleição presidencial de Sidónio Pais, Luís de Magalhães multiplicou-se em contactos e reuniões para edificar um organismo que pretendia organizar os monárquicos nas províncias do

---

[1618] Cf. Ernesto Lastro Leal, *ob. cit.*, p. 385. Entre as figuras ilustres do Partido Centrista contavam-se, para além de Egas Moniz, Alexandre Vasconcelos e Sá, general Simas Machado, major Tamagnini Barbosa, general Gomes da Costa, coronel Eduardo de Almeida, professor Ângelo Ribeiro, o médico Alberto Madureira, entre muitos outros.

[1619] Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, p. 167.

[1620] Essa exigência foi uma constante na imprensa realista entre 1917 e 1918. Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit*., pp. 131 e ss.

[1621] Cf. *Ibidem*, p. 139.

[1622] BNP, ELM, doc. n.º 12026, carta de Luís de Magalhães a Aires de Ornelas, de 03-12-1917. Magalhães expunha assim o seu projecto: «Era justamente sobre a Federação monárquica do Norte que queria falar-te. Essa organização é, em parte, uma consequência das batalhas eleitorais de 4 a 18 de Novembro. [...] qual é o objectivo da Federação? Unir, na sua respectiva zona, os elementos monárquicos, fazer a sua organização eleitoral, promover a propaganda monárquica, e proceder ao estudo dos mais instantes problemas da política nacional. Quanto à sua organização, reduz-se ela à criação dum conselho geral dos distritos federados, que elegerá a comissão central directiva, a qual, naturalmente deve funcionar no Porto, e à formação de comissões distritais, concelhias e paroquiais. Esta organização reconhecerá e acatará inteiramente a tua autoridade como representante d'El-Rei; e procurará sempre proceder de acordo contigo nas suas resoluções no que diga respeito à política geral e à política externa nunca as tomando sem previamente te ouvir».

Norte, coadjuvado por notáveis como o visconde do Banho, José de Azevedo Castelo Branco e o conde de Lumbrales, «antigo influente regenerador» que dispunha de «grande força política» e que presidiu no Porto a uma reunião preparatória[1623]. O Porto assumia-se assim como eixo central da oposição conservadora à Lisboa republicana. De certa forma, congraçava a província numa aspiração contra-revolucionária contra a «tirania» democrática do Sul. Esta oposição conservadora era composta maioritariamente por proprietários, advogados e alguns titulares, a julgar pela constituição dos vários centros monárquicos concelhios e distritais[1624].

O caso de Guimarães é paradigmático do apoio das elites locais à Causa Monárquica, numa região onde a tradição conservadora, associada ao catolicismo e à realeza, parecia dominar. Não por acaso, no seu centro monárquico destacavam-se também seis padres e alguns oficiais, enquanto na vizinha Felgueiras pontificavam cinco clérigos[1625]. O envolvimento de eclesiásticos na propaganda contra a república explicava-se pelo agravamento das relações entre a República e a Igreja Católica, em crescendo no início de 1917. O novo governo de Afonso Costa revelou-se então inflexível na aplicação da lei de separação, e foi nesse contexto que recomeçou a actuar contra bispos e padres. Esta política punitiva começou com a expulsão do bispo do Porto, D. António Barroso, em 31 de Julho. Seguiu-se depois o cardeal patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo, a 23 de Agosto, e os arcebispos de Braga e de Évora a 27 de Novembro.

Por essa altura, a igreja preparava a organização dos católicos, reafirmando o *Apelo de Santarém*, de 1913, no sentido de uma maior intervenção dos cristãos na «vida pública», não para «combater instituições», mas para «promover a reivindicação das justas liberdades e legítimos direitos do catolicismo»[1626]. A pressão dos bispos para a organização político-religiosa dos católicos, pouco depois das primeiras aparições de Fátima, resultou na fundação do Centro Católico Português, fundado oficialmente em Braga, a 8 de Agosto de 1917. A igreja católica

---

[1623] BNP, ELM, doc. n.º 12025, carta de Luís de Magalhães a Aires de Ornelas, de 28-10-1917.

[1624] BNP, ELM, doc. n.º 7344, carta de António Barbosa de Mendonça a Luís de Magalhães, de 08-10-1917; AHM, 1.ª divisão, 35 secção, caixa n.º 1262, pasta 2; 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 401, pasta 3.

[1625] *Ibidem*.

[1626] Citado por Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1980, p. 264.

realizava assim a dupla intenção de aumentar a intervenção política dos católicos e eliminar o seu vínculo face à causa monárquica, mesmo que os seus principais dirigentes fossem monárquicos assumidos, como Alberto Pinheiro Torres, Diogo Pacheco de Amorim e José Fernando de Sousa (Nemo)[1627]. Na verdade, só em 1918, em plena *república nova*, os católicos conseguirão libertar-se da tutela monárquica, pois até lá o Centro Católico e os seus órgãos na imprensa, como a *Ordem* e a *Liberdade*, não deixavam de manifestar alguma simpatia pública pela realeza[1628]. Esta posição valeria então a hostilidade da *União Sagrada* e dos republicanos radicais, que acusavam os católicos e o clero de propaganda germanófila. Algumas medidas governamentais, como a proibição de realização de um congresso da Juventude Católica, em Braga, inscrevem-se nesta consciência do perigo vindo dos sectores católicos e clericais[1629]. Com efeito, os clérigos do Norte participaram activamente nas acções de propaganda monárquica e na propaganda contra a guerra. E conspiraram para derrubar a república, especialmente nas zonas fronteiriças do Norte e Trás-os-Montes[1630]. O seu papel dominante nas províncias do centro e norte de Portugal explica que o clero viesse a constituir um importante aliado durante a curta vigência da realeza, em 1919, como se verá.

Quanto aos oficiais do exército, aproveitavam o descontentamento geral gerado pela mobilização para manifestar o seu ódio à república, envolvendo-se inclusive nas eleições administrativas, em que apoiaram as listas monárquicas[1631]. Em Leiria, a Câmara eleita em 1917 era «retintamente monárquica, com oficiais a votar claramente nos monárquicos». Segundo informações oficiais, a ausência do estado-maior do regimento de Infantaria 7, enviado para França, explicava o estado «de insubordinação das praças». O sector radical do monarquismo procurou, aliás, aproveitar a presença dos oficiais democráticos no *front* para promover o aliciamento nos quartéis[1632].

[1627] Dirigentes, respectivamente do Norte, Centro e Sul do Centro Católico.

[1628] Para uma análise das relações entre os católicos e a Causa Monárquica, veja-se Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 92 e ss.

[1629] Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, p. 134.

[1630] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1279, pasta 2, «Informação de Chaves, de 28-11-1917».

[1631] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1263, pasta 4.

[1632] *Ibidem*. O conde de Castro e Solla afirmava numa reunião monárquica quando alguém lhe lembrava que na hora de avançar todos os envolvidos faltavam ao comprometido: «Tem razão, mas é que desta vez contamos em absoluto com a entrada dos nossos aliados de Espanha que só esperam pelo sinal combinado para entrarem, e além disso grande parte dos

Alguns centros monárquicos contavam, por isso, com comités militares, que integravam altas patentes do exército[1633]. A estratégia das autoridades republicanas, de destacar para os regimentos da província todos os oficiais que não dessem garantias de republicanismo, começava a criar-lhe dificuldades irreparáveis. Foi este sector militar e civil que contribuiu para a formação do forte segmento conservador que apoiou a República Nova, a Monarquia do Norte e depois a Ditadura Militar e o Estado Novo.

A acção deste vasto sector da sociedade foi visível durante a grave crise económica e social de 1917. A economia de guerra provocara um aumento do custo de vida, com o aumento dos salários a não acompanhar o aumento dos preços[1634]. O preço do pão teria aumentado, entre 1916 e 1917, sessenta e cinco por cento[1635]. A falta de géneros alimentares agravava as dificuldades das classes mais desfavorecidas, numa época em que Portugal estava obrigado a importar grandes quantidades de cereais e carne para fazer face às necessidades internas. Para agravar esta situação muito contribuíam os açambarcamentos e a especulação, para além das dificuldades comerciais. A ausência de meios de transporte impedia as exportações das colónias, dos países aliados de Portugal e mesmo dos países neutrais[1636]. Este fenómeno estimulou os conflitos sociais e instigou um movimento geral contra a carestia de vida. Logo no início de 1916 estalou em Lisboa uma vaga inaudita de assaltos a lojas, que incluíram confrontos com a polícia e a utilização de bombas[1637]. No resto do país sucederam-se fenómenos de violência contra os administradores e contra os açambarcadores. Em Faro houve movimentos e assaltos a lojas comerciais. Em várias cidades e vilas do interior, os comboios de mercadorias eram

---

formigões não estão cá. Foram para a França e já se estão batendo pela "causa da liberdade"».

[1633] O comité civil e militar de Guimarães era assim constituído: Dr. João Santiago, proprietário; Dr. João Rocha dos Santos, advogado; Padre João António Ribeiro; Tenente João Gomes de Abreu Lima, oficial separado do serviço; Dr. Henrique Martins de Meneses (Margaride), proprietário; Luís Martins de Meneses (Margaride), proprietário; Tenente-coronel Sá e Melo, comandante do regimento de reserva de Guimarães. Cf. AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1262, pasta 2. Sá e Melo seria depois um oficial importante na restauração da monarquia em Braga, em 1919. Os condes de Margaride eram monárquicos conhecidos, de origem aristocrática, que incluíam o oficial de cavalaria Alberto Margaride, futuro governador civil do Porto, durante o consulado sidonista.

[1634] Cf. António José Telo, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de Classes em Portugal, 1917-1919*, Lisboa, Ulmeiro, 1977, p. 102.

[1635] Cf. Douglas L. Wheeler, *ob. cit.*, p. 151.

[1636] *Ibidem*.

[1637] *Ibidem*, p. 104.

assaltados por populares em fúria, que carregavam a carga que podiam, enquanto protestavam contra o aumento de preços. As informações dos administradores enviadas para Lisboa ilustravam os perigos de subversão associados à carestia e à falta de géneros[1638].

Este fenómeno de violência contra o aumento do custo de vida, espontâneo ou organizado pela União Operária Nacional, agravou-se em 1917 e redundou no aumento da violência e da conflitualidade social. Mas os assaltos a armazéns de géneros alimentares não se limitavam a expor as dificuldades sociais da população. Traduziam um aumento das tensões políticas contra a república e o Partido Democrático, de que os seus adversários saberiam tirar proveito. No final de 1916, a 8 e 9 de Outubro, a população do Porto congregou-se numa manifestação em que participaram militares de diversos quartéis da cidade, que se «amotinaram contra a polícia e atacou várias esquadras», violência que justificavam com as «dificuldades económicas e a carestia de vida». O relatório elaborado pela autoridade policial identificava os agitadores como «socialistas, sindicalistas e monárquicos», mas incluía muitos descontentes com a república, como os polícias expulsos da corporação e muitos conspiradores presos na tentativa monárquica de 29 de Setembro de 1911[1639].

Já em Lisboa, em 1917, a população manifestou-se com estridência contra a carestia da batata, durante a noite de 19 de Maio: «O povo protestou esperando pelo anoitecer, fez um assalto geral a toda a cidade arrombando e saqueando um grande número de todos os estabelecimentos de víveres - mercearias - padarias e armazéns de bacalhau». A onda de assaltos reacendeu-se nos dias seguintes com uma violência destruidora inclemente, pois «nestes assaltos roubavam o que encontravam e destruíam as lojas e seu mobiliário, arrombavam portas, partiam vidros e levavam balcões». Da intervenção protagonizada por forças da GNR, da polícia e do exército resultaram 18 mortos e 56 feridos, entre civis e militares, o que ilustra bem a violência dos confrontos[1640].

[1638] IAN/TT, MI, DGAPC, maços 66 e 71.

[1639] IAN/TT, MI, DGAPC, maço 70, «Relatório do Comissário Geral da Polícia», de 18-11-1916. Só o comissário geral teria expulso 121 polícias, desde 1912, por serem «desafectos à República ou por mau comportamento». Dos confrontos resultaram 2 mortos, 58 feridos e 177 prisões.

[1640] IAN/TT, MI, DGAPC, maço 74.

Muitos destes assaltos e movimentos contra a carestia de vida eram justificados pelas autoridades com a instigação de monárquicos e clericais[1641]. Mas a leitura do insuspeito *O Século* mostra que as dificuldades de abastecimento e as ameaças de fome eram reais, tanto que justificava a revolta das populações com as «condições de existência precária de certas classes sociais»[1642]. Ainda assim, mesmo aceitando algum exagero nas informações fornecidas pelas autoridades locais, a táctica da agitação social estava na lógica da estratégia política dos sectores radicais da monarquia. A sua propaganda instigava de facto à violência contra os republicanos, aproveitando as dificuldades económicas. Na imprensa, a questão das subsistências era analisada de modo a responsabilizar os republicanos pelas dificuldades nos abastecimentos de géneros alimentares e outros bens de primeira necessidade, como o carvão[1643]. Essas dificuldades resultavam, afinal, do negócio ruinoso com que Afonso Costa teria cedido os barcos apreendidos aos germânicos, entendendo alguma imprensa monárquica que eram meios de transporte indispensáveis às importações e exportações nacionais[1644].

A mesma imprensa deu voz às reivindicações dos grandes proprietários agrícolas e dos sectores dos transportes, considerando que o governo os desprotegera perante a «economia de guerra». Na verdade, o tabelamento dos preços, estabelecido pelo executivo, limitava o lucro dos produtores agrícolas[1645]. O sector agrícola foi então instigado no sentido de se organizar

---

[1641] Casos dos movimentos do Porto, Viana do Castelo e Lamego, entre outros. Cf. IAN/TT, MI, DGAPC, maços 76 e 78.

[1642] Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, p. 139.

[1643] *O Liberal*, ano 1, n.º 70, 12-03-1917. «Pela incompetência dos homens que formam o governo chegou o país ao triste estado em que se encontra, não conseguindo importar os cereais, o carvão, tantos outros géneros de que tem urgente necessidade e não lhe sendo possível exportar o vinho, o cacau, outros artigos que pode dispensar e que, transformando-se em ouro, produziria um importante benefício cambial. Come-se em Lisboa um horrível pão que já se não pode dizer com precisão de que é feito; estragam-se por falta de transporte para a capital dezenas de arrobas de batatas, produto das terras da Beira; não há no país milho que chegue para as necessidades do consumo; foi inferior a colheita do feijão que, por isso mesmo, logo se vendeu caro; a alta da moeda espanhola permite que os naturais do vizinho reino ofereçam em terra portuguesa, por géneros aqui produzidos, pelos gados aqui criados, elevados preços; a exportação clandestina faz-se em grande escala, e até de moeda de cobre».

[1644] Para o *Liberal* «cederam-se oitenta por cento dos navios requisitados; a firma que os obteve do governo português a 14 schellings, empregou-os em transporte de géneros de outros países, que não o nosso, para o território francês; o vinho, cuja exportação traria grande vantagem à nossa situação cambial, continua envasilhado nas adegas portuguesas; o cacau estragado nas ponte-cais de S. Tomé. E o sr. Afonso Costa fez um grande serviço a Portugal».

[1645] Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, p. 139.

numa Associação de Agricultores que trabalhasse com afinco na defesa dos «interesses de classe». Mas de forma sub-reptícia, este desafio visava o reforço dos sectores que trabalhavam para derrubar a república[1646]. Fosse por mera coincidência ou não, a eleição dos novos dirigentes da *Associação Central da Agricultura Portuguesa*, realizada em 11 de Março de 1917, revelou uma instituição dominada por uma maioria de monárquicos e antigos titulares, ao lado dos republicanos José Relvas e António Miguel Fernandes, o abastado agricultor alentejano que alguns afirmam ter financiado a revolução de 5 de Dezembro de 1917[1647].

D. Luís de Castro propôs então aos demais «lavradores» a promoção de uma «semana da agricultura», iniciativa que visava dar visibilidade ao descontentamento do sector. Curiosamente, teriam saído de José Relvas as palavras que prenunciavam a intenção política desta agremiação, defendendo uma acção directa contra o executivo: «Se as nossas reclamações não forem atendidas ainda desta vez, então sim. Não se compreende que nós, que sendo a classe mais representativa sejamos assim tratados. Que consintamos que no poder continue um governo que é o maior inimigo da Pátria»[1648].

A movimentação dos agricultores realizar-se-ia sob influência da *Junta Nacional da Liga*, que teve o seu processo de legalização garantido em início de 1916, pelo governo da *União Sagrada*[1649]. D. Luís de Castro, vogal da

---

[1646] É este o sentido claro de uma «Carta aos lavradores» da autoria de José de Azevedo Castelo Branco, em que este defende «um centro de acção comum de onde irradiem ordens para serem cumpridas, indicações de toda a espécie para serem seguidas. [...] A Associação de Agricultura não pode ser uma sociedade de recreio, mas sim um centro de estudo, um órgão de defesa, autónomo para decidir, competente para ser obedecido, com personalidade jurídica para pleitear em nome dos lavradores, com autoridade e força que se faça temer e acatar. [...] ouso lembrar aos outros, que talvez de todas as nossas fraquezas, emolhadas numa vassoura, com um bom estadulho para pega, nós todos juntos déssemos um bom e grande varredor de muito lixo. Não valerá a pena experimentar? Bem pouco custa... se todos quisermos» [*O Dia*, ano 18, n.º 1184, 26-02-1917, p.1].

[1647] Cf. *O Liberal*, ano 1, n.º 70, 12-03-1917, p. 1. Foram eleitos para a direcção José Pereira Palha Branco (presidência), Luís Gama e Conde da Ribeira (secretários). Participaram activamente na reunião Eduardo Fernandes de Oliveira Soares, Dr. Pedro Ferreira dos Santos, conde de Bertiandos, Júdice Biker, José Barahona Fragoso e Mira, António Francisco Ribeiro Ferreira, José relvas, Justino Xavier da Silva Freire, visconde de Coruche, Ricardo Durão, Miguel Fernandes e D. Luís de Castro.

[1648] *Ibidem*.

[1649] Cf. Ernesto Castro Leal, *ob. cit.*, pp. 113-114. A direcção da Junta revelava o predomínio de monárquicos e católicos: presidência, conde de Bertiandos; vice-presidentes, Anselmo de Andrade, Domingos Pinto Coelho e Guilherme Alves Moreira (republicano evolucionista); entre os vogais estavam António Pereira de Matos, Egas Moniz (republicano evolucionista), Rui Ennes Ulrich, Carlos Alfredo da Silva, Fernando de Sousa, Aires de Ornelas, António Cabral, Francisco Joaquim Fernandes, Jacinto Cândido da Silva, José Soares

Junta à frente da secção de Agricultura, dirigiu então aos agricultores um «Manifesto à Lavoura» em que se exortava a classe a encontrar «um estímulo para a sua vontade, hoje chegada à hora das enérgicas decisões sob pena das máximas ruínas». Reiterando o «critério conservador» definido nos estatutos da Liga, o documento confeccionava a história da acção nefasta das «facções políticas» que tinham desorganizado a vida económica, reprimido o associativismo agrícola e onerado a carga fiscal sobre a propriedade. O «manifesto» acabava por analisar a política beligerante da república, afirmando que em Portugal fez-se a guerra «sob pretexto das altas necessidades nacionais, e desprezaram-se as altas necessidades nacionais sob o pretexto da guerra».

A elite dos lavradores nacionais não aceitava os prejuízos decorrentes do excesso de regulamentação e de fiscalização que pendia sobre a produção agrícola e exprobrava a política de transportes do governo, que prejudicava as exportações nacionais, acusando a política do governo de Afonso Costa de deixar «assim satisfeitos pontos de vista pessoais de governantes e talvez ilegítimos interesses de partidos, mas não o interesse nacional na sua inadiável urgência». O documento terminava com um apelo veemente à organização das diferentes associações agrícolas numa organização central que em Lisboa patrocinasse os interesses do sector[1650].

---

da Cunha e Costa, Agostinho de Campos, Francisco Miranda da Costa Lobo, D. Luís de Castro, Fernando Martins de Carvalho, conde de Castro e Solla e José de Azevedo Castelo Branco.

[1650] «A Liga Nacional, agremiação patriótica de competências e boas vontades votadas à solução do complexo problema português, deliberou, pela sua secção de agricultura, e a propósito da gravíssima situação dos transportes, dirigir aos lavradores de Portugal este manifesto, que para eles seja ao mesmo tempo um apelo à sua inteligência, pela imparcial exposição dos factos que constituem o actual descalabro económico, e um estímulo para a sua vontade, hoje chegada à hora das enérgicas decisões sob pena das máximas ruínas. Nesta atitude obedece a Liga Nacional à letra dos seus estatutos, que lhe impõem, como fundamental razão de ser, o critério conservador. [...] Da responsabilidade dos governos pelas facções políticas que representavam foi decerto a arruaça de Novembro de 1912, em que foram espancados à porta da sua associação os representantes da lavoura. Dos governos partiram palavras subversivas, chamando aos proprietários meros detentores da propriedade, parasitas e açambarcadores. [...] Decretaram-se impostos iníquos tendo por fim a satisfação da cobiça fiscal e por meio a adaptação de inovações radicais e perigosas. Supuraram os efeitos da insubordinação desde há longo tempo pregada, num sindicalismo rural, triste novidade nos nossos tempos onde a paz social reinava. […] Esta tonelagem é completamente insuficiente para o transporte das subsistências necessárias ao país e dos produtos de exportação necessária à riqueza nacional. Em face disso as classes interessadas e principalmente a Associação Comercial dirigiram-se ao governo propondo que os navios [alemães] fossem entregues a um organismo representando essas associação e as outras numa espécie de cooperativa que desse à economia nacional transportes por preço pouco maior que o custo e ao Estado a maior percentagem de participação nos lucros. Pois o governo, que já gravemente errara deixando perder-se para nós a maior parte da tonelagem necessária [...], o governo furtou-se a tomar uma rápida decisão no sentido indicado, exibindo agora escrúpulos contra a entrega sem concurso, que não tivera quando

Para além dos produtores, as medidas do governo não eram compreendidas pelos comerciantes e pelos consumidores, agravando o clima de tensão.

O governo de Afonso Costa, que tomara posse em 25 de Abril de 1917, não encontrava soluções para esconjurar os gravosos problemas económicos e sociais, de que resultava a crescente animosidade da maioria da sociedade portuguesa. Mesmo o *Século*, apesar do seu republicanismo moderado, não evitava uma atmosfera agastada perante os cortes constantes da censura, que muitas vezes consideravam «injuriosa»[1651]. No plano político, as soluções para a crise passavam então por uma revisão da constituição e pela reforma do sistema político-partidário ou pela via armada. Os esforços para reformar o texto constitucional no sentido de favorecer a dissolução do Congresso e o aparecimento do *Partido Centrista Republicano* vinham ao encontro desse esforço de resolver a grave crise política. Mas o ódio ao Partido Democrático, a Afonso Costa e à sua política beligerante parecia instigar o caminho da insurreição geral e da intervenção armada[1652].

No final de 1917 aumentou de intensidade o esforço revolucionário dos republicanos ligados a Brito Camacho e à *Luta*, que se tornou o centro da conspiração antidemocrática. Para além dos republicanos, os sindicalistas e os monárquicos conspiravam com mais afinco e tenacidade[1653]. Paradoxalmente, assistiu-se a uma proximidade entre os sindicalistas e a direita. O conde de Monsaraz escreveu então a Homem Cristo Filho sobre os francos progresso do ideário integralista, que em 1917 fundou o jornal *A Monarquia*, jornal de combate político e doutrinário que logo se impôs nos meios intelectuais[1654]. Nessa carta, apreendida pela censura militar, afirmava Monsaraz que «o integralismo vai singrando às mil maravilhas. Agora os sindicalistas já pedem que vamos fazer conferências às sedes. Dentro em breve conto estejam connosco»[1655]. Mais estranho do que esta inusitada aliança, que ia preparando o terreno para a revolução de 5 de Dezembro,

---

transaccionou com a casa Furnee ss. [...] Ficaram assim satisfeitos pontos de vista pessoais de governantes e talvez ilegítimos interesses de partidos, mas não o interesse nacional na sua inadiável urgência, prejudicial pelo formalismo prolixo do concurso» [*O Dia*, n.º 1210, 28-03-1917, p. 1; n.º 1211, 29-03-1917, pp. 1-2; n.º 1213, 31-03-1917, p. 1].

[1651] Cf. Douglas L. Wheeler, *ob. cit.*, p. 151.

[1652] Para uma síntese deste ambiente de crise, veja-se Douglas L. Wheeler, *ob. cit.,* pp. 152-153. Para uma análise aprofundada das dificuldades económicas, sociais e políticas de 1917, leia-se Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, 127-175.

[1653] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1262, pasta 1.

[1654] Sobre o papel doutrinário do jornal *A Monarquia*, veja-se Teófilo Duarte, *Sidónio Pais e o seu Consulado*, Lisboa, Portugália, 1941, pp. 124-125.

[1655] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1262, pasta 1, carta de 25-10-1917.

era afinal a predisposição revolucionária revelada neste documento. Contrariando todos os pressupostos contra-revolucionários e a vocação exclusivamente doutrinária do movimento integralista, Monsaraz escreveu então: «Também estou organizando os caceteiros. Ça marche»[1656]. A ser verdade, cai assim por terra um dos mitos sobre o integralismo, o de que o seu combate se centrou exclusivamente no domínio das ideias.

Por essa altura, recrudesceu de intensidade a propaganda monárquica e o seu esforço organizativo era acompanhado de forte actividade conspirativa. Em várias regiões do país, mas especialmente na zona Norte, intensificaram-se as reuniões políticas. Muitas destas assembleias não visavam a organização partidária da Causa, antes se inscreviam no esforço subversivo dos sectores radicais da monarquia. Os serviços de informação do ministério da guerra referiam um vasto movimento conspiratório «acentuadamente monárquico-germanófilo com tácito apoio de todas as oposições»[1657]. As autoridades republicanas faziam crer que as movimentações de militares e civis ligados aos sectores que fizeram o fracassado movimento de 13 de Dezembro, liderado por Machado Santos, tinham «um carácter francamente monárquico e germanófilo»[1658]. As próprias organizações de revolucionários civis, organizadas para defesa da república, insistiam no perigo de um movimento monárquico «coadjuvado por alemães»[1659].

Haverá em tais afirmações, no que concerne aos liames pró-germânicos, um certo exagero, com vista a acirrar o sentimento patriótico do radicalismo republicano. Aquilo que é possível aferir com algum rigor, mostra um movimento com ramificações por todo o país, apresentando porém uma dinâmica mais saliente em Braga, Guimarães, Figueira da Foz e Évora. O governador civil de Braga relatava com preocupação e pormenor as

---

[1656] *Ibidem*.
[1657] *Ibidem*, «Informação n.º 1456», de 12 de Novembro de 1917.
[1658] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1279, pasta 1.
[1659] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1263, pasta 4. «Núcleo D. A. - Alerta - Breve terás um criminoso movimento, feito por monárquicos coadjuvados por alemães que estão a concentrar-se na fronteira da tua pátria. Tem as tuas preocupações, de maneira que, saindo para a Rua a defenderes a tua Pátria liquides o maior número de traidores. Não consintas no teu íntimo uma parcela de dó. Se o fizeres, a tua consciência acusar-te-á mais tarde, DE TRAIÇÃO - porque não mataste um inimigo. Junta-se a dois ou três patriotas sinceros, e cumpre o teu dever. Pensa bem o que seria a tua deserção, na oportunidade da próxima revolução monárquico-boche, e então avaliarás o precioso que é a tua cooperação, para meteres na ordem os traidores. VÊ, OUVE E CUMPRE O TEU DEVER». Do núcleo-Lisboa, Março de 1917.»

movimentações monárquicas no distrito, reiterando a existência de um conspiração militar patrocinado por oficiais próximos de Brito Camacho e que os monárquicos «queriam aproveitar»[1660]. Ainda em Braga, o serviço de informações militares identificava como perigosos realistas o capitão de cavalaria 11, Arnaldo Ribeiro de Andrade Piçarro, e o tenente do mesmo regimento, António de Sá Júnior Guimarães[1661]. Estes oficiais, que actuavam numa região que registava grande número de desertores[1662], viriam a assumir responsabilidade directa na restauração da realeza em Braga, em 1919.

As autoridades consulares e a espionagem que actuava em Espanha informavam as autoridades para a existência de uma intensificação dos esforços contra-revolucionários. Do país vizinho continuava a chegar armamento, trazido por contrabandistas que contavam com o auxílio de funcionários da alfândega e dos caminhos-de-ferro[1663]. Entre os sectores mais activos contava-se o Norte, na acção dos inevitáveis Luís de Magalhães, visconde do Banho, conde de Castro e Sola, o advogado Assis Teixeira, em Braga, e o conde de Azevedo, conquanto mais próximo da linha oficial e por isso um tanto ou quanto receoso do envolvimento em acções conspiratórias[1664]. Na região de Gouveia, para onde o desterro do cardeal Patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo, atraíra alguns conspiradores, Rocha Martins contactava os «padres influentes» da região de Viseu, aparentemente sob a indulgência tutelar do chefe da Igreja Católica[1665].

Em Lisboa, o sector mais irrequieto congregava-se em torno do jornal *O Liberal*, dirigido por António Teles de Vasconcelos, que desenvolveu então uma propaganda aguerrida contra a mobilização. Para além dos panfletos de Júlio da Costa Pinto, o sector do *Liberal* foi responsável pela publicação e distribuição do famoso *Rol de Desonra*.

O panfleto, cuja autoria se apontava a oficiais do *front*, era uma narrativa que contava a experiência de guerra na frente das trincheiras. O seu objectivo principal era mostrar como os partidários da guerra, todos

---

[1660] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1262, pasta 1.
[1661] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1263, pasta 4.
[1662] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1262, pasta 1, «Informações confidenciais da fronteira».
[1663] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1263, pasta 4.
[1664] *Ibidem*.
[1665] Rocha Martins, *Vermelhos, Brancos e Azuis*, ob. cit., vol. 1, p. 141.

oficiais da *Jovem Turquia* ou deputados democráticos, como Roberto Baptista, Hélder Ribeiro, Vitorino Magalhães, Costa Dias, Sá Cardoso e Álvaro Pope, entre outros, tinham conseguido lugares de comando que os afastavam do perigo do *front*, ou se passeavam em Paris, beneficiando das habituais veniagas: «boa cama», «boa mesa», «bom automóvel» e «boa música». Os filhos de ilustres políticos republicanos, como Afonso Costa, Bernardino Machado e Leote do Rego não escapavam a esta catilinária desenfreada, que os apodava de covardes porque «não foram como se podia e lícito era esperar expor a vida pela dupla causa da pátria e da própria política, esconderam-se, vergonha suprema, detrás do nome paterno que justamente os devia obrigar a impelir para a frente»[1666].

O governo diligenciou no sentido de impedir a circulação do *Rol de Desonra*, mas este continuou a fazer as delícias de uma opinião pública sedenta de escândalos. Percorria o país viajando dentro de malas, através do caminho-de-ferro, onde era distribuído por Júlio da Costa Pinto a oficiais do exército[1667]. Entretanto, o grupo do *Liberal* era feito prisioneiro e acusado de múltiplas actividades revolucionárias e propagandísticas, em conivência com agentes da Alemanha. Entre os acusados contavam-se, além de Costa Pinto, António Teles de Vasconcelos, Eurico Sampaio Satúrio Pires, António Stubbs de Lacerda, António Rodrigues Graça (tipógrafo) e Fernando Lindoso[1668], quase todos agitadores monárquicos desde 1910. O grupo funcionava sob os auspícios do antigo conselheiro progressista António Cabral, então um adepto confesso da solução contra-revolucionária e da luta sem tréguas contra a república[1669].

O esforço contra-revolucionário e propagandístico dos monárquicos não pode ser entendido fora do contexto mais vasto da oposição ao Partido Democrático e à sua política beligerante. Numa entrevista dada à *Capital*, o advogado Cunha e Costa, apesar de aliadófilo indiscutível, afirmava que a sobrevivência da república implicava uma transformação política muito profunda que passava pelo afastamento do Partido Democrático. Para Cunha

---

[1666] «Rol de Desonra», in AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1262, pasta 1.

[1667] Cf. AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1262, pasta 2. Júlio da Costa Pinto distribuiu o panfleto em Santarém, Entroncamento, Alfarelos e Coimbra. Seria preso à chegada ao Porto, sendo-lhe então apreendida uma mala carregada de exemplares do *Rol de Desonra*.

[1668] *Ibidem*.

[1669] Cf. António Cabral, *Em Plena República*, cit., p. 403; Rocha Martins, *Memórias sobre Sidónio Pais*, Lisboa, Edição da Sociedade Editorial ABC Limitada, 1921, p. 260.

e Costa, que acreditava que a restauração era a única alternativa à «tirania» democrática, havia «na república, homens profundamente detestados pela enorme maioria da nação, e que são hoje o maior obstáculo à viabilidade do regime»[1670].

Os relatórios dos serviços de informações e das autoridades locais revelam a capacidade de penetração da propaganda anti-republicana, em especial no Minho e Trás-os-Montes, onde a dinâmica monárquica, desenvolvida por políticos locais e membros do clero, instigava o ódio ao governo[1671]. Nestas províncias, os efeitos da propaganda explicam o aumento da fuga para Espanha de muitos homens em idade militar, muitos dos quais se juntavam depois aos grupos conspiradores estacionados do outro lado da fronteira[1672]. Ao longo de 1917, muitos foram os militares mobilizados que desertaram, enquanto alguns regimentos se manifestavam publicamente contra a partida para França, como aconteceu em Penafiel com o regimento de infantaria 32, onde um sargento fazia «propaganda contra a guerra»[1673]. Essa insatisfação era o resultado de uma intensa propaganda que na província promovia a execração da beligerância e do governo[1674]. Como concluiu Filipe Ribeiro de Meneses, ao apostar a sobrevivência da República na política de intervenção, a liderança republicana condenou a república ao fracasso[1675].

A revolução de 5 de Dezembro constituiu o corolário desta estranha coligação antiguerra. O governo teria conhecimento, desde o Verão de 1917, dos preparativos da revolução, mas Afonso Costa, contando com o republicanismo radical de Lisboa, não esperava um movimento vitorioso[1676].

[1670] *A Capital*, 8.º ano, n.º 2598, 12-11-1917, p. 1. Mais tarde, Norton de Matos justificaria o movimento de 5 de Dezembro com o facto de Afonso Costa estar «muito impopular», enquanto Álvaro Poppe explicava que o «povo republicano estava aborrecido, mais do que com a política, com a conduta pessoal de Afonso Costa». Cf. João Chagas, *Diário III*, Lisboa, Edições Rolim, 1987, p. 10.

[1671] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1279, pasta 2; Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, p. 215.

[1672] AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1262, pasta 1. «Os efeitos da propaganda notam-se pela fuga dos homens em idade militar, fuga que se dá mais especialmente em S. Gregório, onde ultimamente, diz-se, têm passado para Espanha algumas dezenas».

[1673] José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, p. 63.

[1674] Cf. AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1263, pasta 2. Nesta pasta existem muitos panfletos contra a guerra. Uma circular do comando da 1.ª Divisão do Exército registava que em 8 de Agosto teriam faltado ao embarque para França «6 oficiais, 37 sargentos e 1102 cabos e soldados».

[1675] *Ob. cit.*, p. 215.

[1676] Cf. *ob. cit.*, p. 63.

Só que a desmobilização dos civis e a ausência dos oficiais republicanos facilitaria a vitória dos revoltosos. Álvaro Poppe, que comandou um pelotão que atacou o parque Eduardo VII, confirmava a fuga do «povo republicano», as «ruas desertas» e os ataques ao pelotão vindo das «janelas»: «O povo republicano doutrora não apareceu»[1677].

Sob a liderança de Sidónio Pais, a *Luta* era o centro de uma vasta conjura revolucionária que incluía oficiais e forças que estavam prestes a embarcar para França, como foi o caso do regimento de infantaria 33[1678]. Mas incluía igualmente militares que tinham sido demitidos pela república, em 1915 e em 1917, na sequência da tentativa de Machado Santos. Eram os oficiais que pertenciam ao «pimentismo», ao «machadismo» e que agora se irmanavam na génese do sidonismo. A tradição republicana do exército não gostava de Afonso Costa e do Partido Democrático, e revelava uma linha de comportamento que se tornará coerente no decorrer dos anos, e que culminou na ditadura militar de 1926[1679]. O dezembrismo era mais uma tentativa do exército para, segundo o próprio Sidónio Pais, «purificar» a república[1680].

A revolução de 5 de Dezembro, ao contrário do que afirma Medeiros Ferreira, não foi exclusivamente militar[1681]. Nela participaram republicanos do 27 de Abril e do 13 de Dezembro, e talvez monárquicos do grupo de Júlio da Costa Pinto[1682]. Mas podia o 5 de Dezembro ter assumido um carácter monárquico e conduzido à restauração, dando assim conformidade às acusações dos republicanos radicais, que se apressaram a escrever que a revolução era sobretudo obra de monárquicos? A esse propósito sabemos

---

[1677] Cf. João Chagas, *ob. cit.*, p. 11.

[1678] Teófilo Duarte, um dos oficiais do dezembrismo, escreveu que o 5 de Dezembro não se fez contra a guerra. Tentou demonstrar que os principais oficiais do movimento não estavam mobilizados e que oficiais do 33 que estavam mobilizados eram uma minoria. No geral, dos 26 oficiais envolvidos na revolução, apenas 6 estavam para seguir para França. Cf. *ob. cit.*, pp. 159-160.

[1679] Cf. José Medeiros Ferreira, *ob. cit.*, pp. 64-65.

[1680] Cf. Douglas L. Wheeler, *ob. cit.*, p. 156.

[1681] Cf. *ob. cit*., p. 63.

[1682] Cf. IAN/TT, MI, DGAPC, maço 82; Teófilo Duarte, *ob. cit.,* pp. 159-160; Douglas L. Wheeler, *ob. cit*., p. 153. Quanto a Costa Pinto, na informação n.º 1452, de 12-11-1917, pode ler-se: «Na nova busca a que acaba de proceder-se em casa do ex-Tenente Costa Pinto foram apreendidos: 4 bombas; Cartas que provam a relação entre ele e os conhecidos agitadores Manuel Pedro de Abreu, João de Deus Guimarães, Eduardo Gomes Leite e Sebastião Eugénio. Outras cartas que são bem a prova do valor moral do referido Costa Pinto. Aqueles indivíduos estiveram todos implicados no movimento de 13 de Dezembro do ano findo, de acordo, como se vê, com monárquicos e germanófilos. A despeito disso foram absolvidos» [AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1263, pasta 1].

apenas que alguns oficiais monárquicos participaram no movimento, como Eurico Cameira, Bernardino Ferreira, Solano de Almeida e muitos outros, conquanto não integrados em unidades militares[1683]. Eurico Cameira teve papel relevante na revolta e no regime sidonista, estando em contacto permanente com monárquicos de posição como João de Almeida, Satúrio Pires e Luís de Magalhães, tendo estado ao lado de Sidónio no Parque Eduardo VII[1684]. Já Solano de Almeida seria convidado por Machado Santos, que se encontrava preso em Viseu, a entrar no movimento para «derrubar a demagogia». Solano de Almeida, amigo pessoal de Teófilo Duarte, que era oficial no mesmo regimento de cavalaria 2, deslocou-se com um esquadrão de cavalaria de Tancos, onde se encontrava em exercícios militares, para Coimbra, com o objectivo de estabelecer contactos entre o Sul e o Norte. Encontrou a cidade anarquizada, já depois da revolução, e ter-se-á limitado a impor a ordem pública, facto que lhe valeu a nomeação para governador civil da cidade do Mondego[1685].

Sabemos igualmente que alguns revolucionários do 5 de Dezembro (militares?, civis?) procuraram Aires de Ornelas para indagar da possibilidade de emprestar ao movimento «uma feição monárquica ou provocar a mudança de regime»[1686]. Mas a restauração da monarquia não estava efectivamente nos planos dos obreiros da revolução, que entregaram o Poder a uma junta inequivocamente republicana, constituída por Sidónio Pais, Machado Santos e Feliciano da Costa. A questão do regime não estava de facto no horizonte político dos revolucionários. Mas, valha a verdade, o sidonismo aumentaria as expectativas de uma restauração monárquica, mesmo que a intenção reformadora de Sidónio Pais tenha oferecido ao país uma alternativa política, fundada na ideia de uma república conservadora e presidencialista, a que se chamou *República Nova*. O sidonismo só podia culminar na restauração da monarquia, estava na lógica dos acontecimentos.

[1683] Cf. Teófilo Duarte, *ob. cit.*, p. 160. Existem indícios fortes de que o próprio Teófilo Duarte, tal como Eurico Cameira, simpatizasse com a realeza, para acabar seduzido pela figura de Sidónio Pais.

[1684] Cf. BNP, ELM, doc. n.º 4047, carta de Eurico Cameira a Luís de Magalhães, sem data [Dezembro de 1917].

[1685] Veja-se o relato dos acontecimentos feito por Solano de Almeida no *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 06-08-1918, pp. 10-12.

[1686] BNP, ELM, caixa 56, documento manuscrito do visconde do Banho, datado de 24-09-1919, que era um esboço de uma espécie de «história do movimento monárquico». A narrativa, de que se conhece parte do manuscrito feito na prisão, não terá sido concluída.

Parte III

A contra-revolução entre o auge e o declínio

(1918-1919)

Capítulo I
Do sidonismo às Juntas Militares

1. Os monárquicos e o sidonismo

O ano de 1917 ficou marcado por um conjunto de acontecimentos que determinaram a evolução da guerra e o destino da própria Europa e do século XX. A entrada dos EUA no conflito, a 6 de Abril, depois de uma série de navios comerciais americanos ter sido afundada por submarinos germânicos, forçou a beligerância de uma potência até aí recalcitrante em sair da sua neutralidade colaborante[1687]. Esta súbita alteração da política americana implicaria uma ruptura com a longa hegemonia política do velho continente, mas as suas consequências imediatas notaram-se mais nos domínios político e financeiro do que no campo militar[1688].

Entretanto, o esforço de guerra derrubou o Czar Nicolau II e varreu do mapa o vasto império dos Romanov. O seu exército, esgotado depois da campanha contra a Áustria, sem armas e sem abastecimentos, e acossado por muitas deserções, contribuiu para a derrocada do regime. Apesar do esforço alemão para apressar o armistício na frente oriental, a Rússia permaneceu na guerra. Foi preciso esperar pelo golpe bolchevique de Outubro para que Lenine desse início às negociações com a Alemanha para uma retirada. No plano militar, a assinatura do tratado de Brest-Litovsk, a 3 de Março de 1918, permitiu à Alemanha, para além da aquisição de amplos

---

[1687] Os ataques dos submarinos decorriam da estratégia alemã de estrangular os fornecimentos à Inglaterra, procurando vencer o adversário pela fome. Só em Abril de 1917 foram afundados 373 navios aliados e de países neutrais, num total de 873 754 toneladas. Cf. Martin Gilbert, *ob. cit*., p. 491.

[1688] Sobre a entrada dos EUA na guerra, leia-se, entre outros, Bernard Broz, Anthony Rowley, *História do Século XX*, 1.º vol., 2.ª ed., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1999, pp. 58 e ss.

territórios, concentrar-se na frente ocidental para um derradeiro esforço bélico[1689].

A predisposição revolucionária do século XX não pode dissociar-se da Grande Guerra. Se é verdade que Lenine não logrou conseguir a Revolução mundial, a ideologia bolchevique depressa alastrou em toda a Europa, estendendo-se rapidamente à América do Sul e a algumas regiões asiáticas, como a China[1690]. Para além dos movimentos revolucionários, a guerra instigou a revolução em diferentes regiões do conflito. Na Europa Central, uma campanha de greves políticas e manifestações precipitou o declínio do Império Austro-Húngaro, de que resultou a formação de várias repúblicas. O nacionalismo vislumbrava na formação de novos Estados-Nação, inscrito nos 14 pontos de Wilson, o antídoto para o alastramento do Internacionalismo de Lenine[1691].

Para além do elevado número de mortos e feridos em combate, a população civil sofria com intensidade alarmante os efeitos da fome generalizada. Na Alemanha, cerca de 250 mil pessoas morreram por falta de alimentos, enquanto na Áustria a fome provocou greves e distúrbios violentos em Viena e Budapeste[1692]. Avolumou-se significativamente a influência dos movimentos pacifistas e o número de soldados desertores aumentou nas várias frentes do conflito. Em França, onde as deserções se propagavam, chegando mesmo a gerar fenómenos de amotinação, as autoridades militares, sob intervenção de Pétain, procederam a detenções em massa e à criação de tribunais marciais[1693]. Em França, como na Rússia, onde dois milhões de soldados haviam desertado e contribuído para as greves políticas que obrigaram à abdicação de Nicolau II, o sentimento contra a guerra alastrava.

Por outro lado, as tensões político-sociais impostas pelo estado de beligerância tiveram demasiado peso para as democracias ocidentais e por quase toda a Europa se caminhou para formas de governo conservadoras ou

---

[1689] Cf. J. M. Roberts, *História do Século XX*, vol. 1, Lisboa, Editorial Presença, 2007, p. 225.
[1690] Cf. Eric Hobsbawn, *ob. cit.*, pp 73-74.
[1691] *Ibidem*, p. 75. Na Áustria, os deputados polacos do parlamento declararam o seu apoio à independência da Polónia enquanto os deputados sérvios, croatas e eslovenos anunciaram a formação de um «Clube Parlamentar Jugoslavo», antecipando a formação da Jugoslávia. Cf. Cf. Martin Gilbert, *ob. cit.*, p. 497.
[1692] *Ibidem*, p. 580.
[1693] *Ibidem*, pp. 498-489. Em 1 de Junho, um regimento de infantaria francês apoderou-se de uma cidade e estabeleceu um governo antiguerra que se aguentou uma semana. 23 385 soldados foram então condenados por amotinação em tribunais marciais.

autoritárias[1694]. Em Espanha, cuja política interna e externa continuava indissociavelmente ligada à situação política de Portugal, o agravamento do custo de vida traduziu-se numa crise política e social que conduziu ao «descontentamento geral». Também aí a guerra enfraquecera o sistema parlamentar, com a ausência de Cortes, a censura à imprensa e a suspensão das garantias constitucionais[1695]. Os diferentes sectores da sociedade espanhola mostravam o seu «descontentamento», incluindo o exército, que se organizou corporativamente em Juntas Militares. As Forças Armadas assumiram então um «poder autónomo», expondo a fragilidade do poder político e arrastando outros sectores da sociedade civil e da função pública. Era a crise geral da Restauração e do próprio regime monárquico, de que resultaria uma mudança constante de governos e o agravamento da instabilidade[1696].

Em Portugal, os acontecimentos de 1917-1919, marcados pela revolução de 5 de Dezembro, pela organização das Juntas Militares e consequente restauração da monarquia, devem compreender-se no contexto deste quadro mais vasto de instabilidade política e social que caracterizou a Europa. Decorrem de um descontentamento crescente de largos sectores do mundo conservador, do exército e das classes trabalhadoras contra a república e a sua política de mobilização. Também no CEP, onde se avolumou a indisciplina e as deserções, os tribunais marciais condenaram 372 militares, mas apenas um foi condenado à morte por traição[1697].

O sidonismo tem levantado questões teóricas e de interpretação que se prendem com a própria natureza do regime e com a sua política externa. Não se afigura necessário estabelecer aqui se a ditadura presidencialista de Sidónio Pais prefigura e anuncia as ditaduras fascistas, e em especial a ditadura de Primo de Rivera, em Espanha, e a ditadura de Oliveira Salazar, em Portugal[1698]. Mas a relação da *República Nova* com os monárquicos pode contribuir para uma clarificação de algumas destas questões, nomeadamente a compreensão do processo de formação de uma profunda

---

[1694] Cf. Raymond Carr, *España: De da restauración a la democracia, 1875-1980*, Barcelona, Ariel, 1983, p. 117.
[1695] *Ibidem*.
[1696] Cf. Témime, É., Broder, A., Chastagnaret, G., *Historia de la España contemporánea. Desde 1808 hasta nuestros días*, Barcelona, Editorial Ariel, 1985, pp. 180-183.
[1697] Cf. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, *ob. cit.*, p. 30.
[1698] Sobre as semelhanças entre a República Nova e a «República Corporativa» de Salazar, leia-se João Medina, *História de Portugal*, *cit.,* vol. XIV, pp. 97 e ss.

base ideológica e social defensora dos valores autoritários, que suporta o sidonismo como mais tarde apoiará a Ditadura Militar e o salazarismo. A retórica monárquica exaltou com frequência a política conservadora de Sidónio Pais, a sua política de afirmação da autoridade do Estado e suposta garantia da ordem pública. E não deixa de ser significativo que a crescente evolução do dezembrismo para a ditadura se apoiasse no exército e na força policial, corporações onde predominavam figuras conhecidas pelo seu monarquismo.

Quanto à sua política externa, Filipe de Meneses defende que apesar de oficialmente se assumir uma política favorável aos interesses aliados, é inegável que ela reflectia a origem do dezembrismo, gerado no ódio à guerra e aos seus responsáveis do *Partido Democrático*[1699]. Apesar do esforço de Sidónio Pais em refutar as «vis calúnias» contra a sua diplomacia, supostamente germanófila[1700], parece claro que o sidonismo não revelou especial entusiasmo pela política de guerra.

Não existe consenso entre a historiografia sobre a matéria. Por um lado, acusa-se Sidónio Pais de cavar a morte do CEP por não ter reforçado o seu contingente, enfraquecendo-o quando se preparava para fazer frente à ofensiva alemã, explicando-se assim a derrota de La Lys, a 9 de Abril[1701]. Por outro, parece evidente que os problemas de reforço do contingente do CEP eram anteriores ao golpe de 5 Dezembro de 1917 e que o envio de tropas durante 1918 se deveu à inexistência de transportes marítimos para o efeito, de que a Inglaterra era igualmente responsável. Sidónio Pais teria conduzido a sua política externa de modo a reforçar o CEP e a impedir a sua integração em unidades inglesas, mas tal desiderato tornou-se impossível depois da derrota de La Lys[1702]. Seja como for, a revolução dezembrista ficaria colada ao esforço dos grupos reaccionários e «germanófilos» de combater o esforço de guerra, e entre esses grupos destacavam-se os monárquicos[1703].

[1699] Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, p. 219.

[1700] Vide discurso de 14 de Janeiro, no regimento de infantaria de Guimarães, in Feliciano de Carvalho (Org.), *Um ano de Ditadura – Discursos e Alocuções*, Lisboa, Lusitânia Editora, 1924, p. 44.

[1701] Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *ob. cit.*, pp. 180 e ss.

[1702] Cf. Hipólito de La Torre Gómez, *Do "Perigo Espanhol" à Amizade Peninsular. Portugal Espanha 1919-1930*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 31-32.

[1703] *Ibidem*.

Seriam aliás os adeptos da realeza a estabelecer uma ligação inequívoca entre a revolução e a política de guerra, numa curiosa abordagem produzida pelo senador visconde do Banho, que afirmava existir uma verdadeira antinomia entre a política dos democráticos e a opinião pública: «Entre o Governo que decidiu mandar e que mandou o primeiro corpo expedicionário a França e a opinião pública então predominante, até nos próprios meios militares, houve sempre uma grande divergência de vistas, sobre a maneira de encarar a nossa participação na guerra e até sobre a interpretação a dar nesta emergência, aos nossos compromissos internacionais derivados de velhos tratados de aliança, aos quais aliás nunca nenhum português pensou sequer em faltar. Mas essa divergência de vistas — e eu chamo-lhe assim para não lhe dar outro nome — foi tão funda, que se tornou necessária uma revolução triunfante para obrigar a ceder à opinião, que vergou, mas não se extinguiu — e o Governo sabe muito bem a cota parte com que essa opinião concordou para a revolução de 5 de Dezembro»[1704]. Coube ao então secretário de Estado dos negócios Estrangeiros, Joaquim do Espírito Santo Lima, criatura cuja adesivagem foi profundamente criticada pela imprensa realista[1705], o papel de recusar qualquer ligação entre a revolução sidonista e o sentimento antibeligerante[1706].

Entretanto, a imprensa monárquica insistia com veemência na publicação de um livro branco que explicasse ao país «como foi e porque foi para a guerra». O objectivo era provar, com recurso aos documentos oficiais, que fora o *Partido Democrático* quem forçara o envolvimento de Portugal no conflito e não o respeito pelos compromissos internacionais ou a defesa da «integridade territorial» do país. A abordagem do visconde do Banho no senado foi a todos os títulos significativa: «Ainda hoje se não sabe, Sr. Presidente, se foi uma consequência irrefutável dos nossos compromissos e da nossa situação internacional, se foi um crime de quem

---

[1704] *Diário do Senado*, sessão de 10-08-1918, pp. 11-14.
[1705] Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 89-90.
[1706] *Diário do Senado*, sessão de 10-08-1918, pp. 11-14: «A uma opinião, finalmente, se deixou o Sr. Visconde do Banho conduzir no seu discurso, que várias vezes se pretendeu insinuar, que outras tantas foi desmentida por factos e contra a qual eu peço licença para energicamente protestar. É que na revolução de 5 de Dezembro tenha entrado a animadversão contra a guerra».

pôs a sua política acima das conveniências da Pátria»[1707]. Igual posição era sustentada pelos periódicos do movimento: «A publicação do *Livro Branco* é uma obrigação de honra dos que combateram e venceram agora os democráticos. Ela que se faça. Em nenhum país se obrigaria um só homem a partir para a guerra e se arriscaria uma só vida sem que previamente esse país soubesse o que ia fazer para ela, excepto quando se trata de defesa da integridade do território nacional, aqui ou no ultramar»[1708].

Esta postura foi também assumida pela minoria monárquica no congresso sidonista. É certo que Aires de Ornelas produziu então um inflamado e sentido discurso pró-aliados, conforme a política traçada por D. Manuel[1709]. Mas a sua exigência para que se convocasse uma sessão secreta do Congresso deixa antever as suas verdadeiras intenções, que passavam por criar embaraços ao próprio Sidónio Pais, obrigando-o a tomar uma posição inequívoca. Essa sessão secreta visava: «1.° Para que o Governo se manifeste sobre a conveniência ou inconveniência da publicação dum Livro Branco, com os documentos referentes à nossa entrada na Guerra. 2.° Para que o Governo defina a nossa situação actual na guerra»[1710]. O segundo quesito parece confirmar que a política dezembrista, em matéria de participação de Portugal no conflito deixava a opinião pública na ignorância, dúvida que o próprio visconde do Banho levantou no senado[1711]. Mas não se deduza daqui qualquer germanofilia, apesar de entre os deputados monárquicos se contarem assumidos defensores da Alemanha, como Alfredo

---

[1707] *Diário do Senado*, sessão de 10-08-1918, pp. 11-14.

[1708] «Portugal na Guerra», in *O Dia*, 12-12-1917, p. 1.

[1709] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 31-07-1918, p. 15: «Eu orgulho-me agora, Sr. Presidente, de que, não a minha débil voz, mas a verdade das minhas convicções, realizasse aqui dentro essa união, a união de todos nós, porque aqui não há nem pode haver senão portugueses (Muitos apoiados). Diante do inimigo, que é a Alemanha, todos somos unidos, e eu sou bastante monárquico, eu que despi a farda em homenagem à bandeira que julguei servir, para poder afirmar bem alto que essa bandeira da República, que está lá fora cobrindo os nossos soldados em frente do inimigo, é agora para todos nós a bandeira da Pátria!»

[1710] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 29-07-1918, pp. 7-8. No Senado, o visconde do Banho, perante uma notícia do *Diário de Notícias* que dava como certo um aumento do esforço de guerra, questionava o governo para saber se «o exército português em França vai ser reorganizado» e se «o Governo Português se prepara para ampliar a nossa participação na guerra» [*Diário do Senado*, sessão de 10-08-1918, pp. 11-14].

[1711] «O povo português tem, neste momento, reunidos, os representantes da sua soberania, por ele legal e livremente escolhidos, e certamente há-de encarar com espanto que em Paris se saiba o que pensa e vai fazer sobre a nossa participação na guerra o gabinete português, e aqui, em Lisboa, no Parlamento tudo isso se ignora e o Parlamento nem sequer seja consultado (note V. Exa. que já não digo obedecido) sobre assunto de tanta magnitude» [*Diário do Senado*, sessão de 10-08-1918, pp. 11-14].

Pimenta[1712]. A guerra dos monárquicos era com o Partido Democrático, e a propaganda haveria de sujeitá-lo ao fogo de ataques constantes, visando aumentar o ódio da nação contra o partido que conduzira Portugal à guerra em nome do que «se diz ser a causa da Liberdade e do Direito, da Justiça e da Civilização, quatro Imortais princípios que seria excelente estabelecerem-se em primeiro lugar em Portugal e para uso próprio»[1713].

A política externa do sidonismo e a sua relação com os «reaccionários» de direita foi fortemente explorada pela propaganda republicana. Com efeito, tanto a imprensa republicana como os republicanos no exílio procuraram através das acusações de monarquismo e germanofilia estimular as antipatias para com a nova situação política. A partir de França, João Chagas asseverava em Março, após o abandono de Brito Camacho, que «aquilo em Portugal tornou-se abertamente monárquico e alemão». Em Abril, e já no contexto das eleições presidenciais, insistia que «os monárquicos estão senhores do país», ao mesmo tempo que se espantava com as conferências políticas de Aires de Ornelas no ministério do interior[1714]. João Chagas e Bernardino Machado tinham entretanto publicado, em Paris, um panfleto contra o sidonismo, acusando-o de sentimentos pró-germânicos e de diminuir o esforço de guerra rompendo com o envio de reforços para o CEP, colocando-se ao serviço da nação inimiga e da Causa Monárquica[1715].

Os monárquicos responderam ao pleito com uma vasta campanha contra João Chagas, cobrindo-o de doestos e estribilhos racistas, acusando-o de traição à pátria e de pretender a invasão estrangeira em Portugal, a «traição mais nefanda que registam os anais da nossa História»[1716]. Ironicamente, o grémio azul e branco repetia a mesma acusação que os republicanos radicais utilizaram durante vários anos, a propósito das

---

[1712] Sidónio Pais desconfiava das ligações entre elementos monárquicos com alemães, mas não tinha provas: «Tenho informações que há manejos de alemães combinados com elementos monárquicos. Já pude calcular que elementos serão, como eu também calculo sem todavia poder obter provas. O certo é que estes elementos monárquicos estão em ligações políticas com os restantes para a questão das eleições. Esta embrulhada coloca-os numa má situação - e é necessário aproveitá-la, o que vou fazer». Cf. Armando Malheiro da Silva, *ob. cit.*, vol. 2, p. 86, nota 235.

[1713] «Portugal na Guerra», in *O Dia*, 12-12-1917, p. 1.

[1714] Cf. *ob. cit.*, p. 86.

[1715] «Um acto de traição», in *Diário Nacional*, 21-03-1918, p. 1.

[1716] Cf. *Pátria!*, 22-03-1918, p. 1; idem, 22-03-1918, p. 1; *Diário Nacional*, 21-03-1918, p. 1; Idem, 22-03-1918, p. 1; *A Monarquia*, 23-03-1918, p. 1. O diário integralista terminaria a sua catilinária contra João Chagas escrevendo que «o preto democrático é o novo judas. Pois bem: enforquem numa figueira esse miserável traidor».

incursões monárquicas, de estimularem e pretenderem a intervenção estrangeira em Portugal.

Quanto a Sidónio País, redigiu uma longa carta, a 30 de Março, com que pretendeu convencer a opinião pública francesa da falsidade das acusações[1717]. Entretanto, nomeou Homem Cristo Filho, recém convertido ao poder pessoal do presidente, para dirigir os Serviços de Informação e Propaganda nos países aliados, cargo que ditou a sua ruptura com os realistas, pois era delegado da Causa Monárquica em Paris[1718]. Já no Verão desse ano, Sidónio abriu o discurso que proferiu no Congresso defendendo-se das acusações de «monarquismo» e «antibeligerância», afirmando que fizera a revolução «para o povo» e que por isso recusava qualquer intuito «reaccionário» ou mesmo «demagógico», ao mesmo tempo que fazia a sua profissão de fé republicana[1719]. Em 1919, com o regresso à *Nova República Velha*, as acusações de traição voltaram a pesar sobre Sidónio Pais, apodado no parlamento pelo democrático José Domingos dos Santos de ter pactuado com os inimigos do regime para «lhe entregar Portugal desde que ele não pudesse governar»[1720]. A acusação, carregada de intenção propagandística, não tem qualquer fundamento.

Mas apesar de ser um movimento de cariz republicano, produzido contra a política do Partido Democrático, e apostado em «refundar a república»[1721], a evolução institucional do dezembrismo deixará o presidente à mercê dos sectores conservadores do exército e da sociedade civil, onde predominavam efectivamente muitos realistas. Esse facto decorre de o sidonismo resultar de uma «encruzilhada de paixões contraditórias», constituir uma «manta de retalhos», que tinha como elemento de unidade o «repúdio do democratismo»[1722]. As forças políticas que apoiavam a situação, reunidas no Partido Nacional Republicano, que juntara os centristas de Egas Moniz e Tamagnini Barbosa aos reformistas de Machado Santos e Carlos da Maia, revelavam uma certa fraqueza e acabaram divididas em face do

---

[1717] Cf. Noémia Malva Novais, *ob. cit.*, p. 125.
[1718] Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 71-72.
[1719] *Diário do Congresso da República*, sessão de 22-07-1918, p. 4.
[1720] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 25-06-1919, p. 22.
[1721] Armando Malheiro da Silva, *ob. cit.*, vol. 2, pp. 11-12.
[1722] Cf. Cunha Leal, *Coisas dos Tempos Idos. As Minhas Memórias*, vol. II, Lisboa, Edição do Autor, p. 73.

projecto presidencialista de Sidónio Pais[1723]. Este contou com o apoio incondicional dos católicos, depois de alterada a lei de separação e restabelecidas as relações diplomáticas com a Santa Sé; e dos jovens «cadetes» do exército, como Teófilo Duarte, Jorge Botelho Moniz, Forbes Bessa e o monárquico Eurico Cameira, que desenvolveram um culto entranhado da figura do lente de Coimbra, contribuindo para a sua mitificação[1724]. No campo oposto, contou com a animosidade e oposição revoltada de todos os partidos republicanos, em especial dos democráticos que, apesar da prisão e do exílio das suas mais importantes personalidades, como Afonso Costa, Bernardino Machado, Norton de Matos, Leote do Rego, Sá Cardoso e Álvaro Poppe, depressa mergulharam na conspiração. Por isso, o sidonismo acabou envolto em algumas perplexidades de natureza política: prefigurava a acção política do seu chefe, o poder e a autoridade pessoal de Sidónio Pais, contra a oposição declarada dos republicanos e o apoio pragmático e estratégico dos monárquicos, esperançados numa restauração da realeza.

A relação dos monárquicos com o sidonismo foi já objecto de um estudo anterior[1725]. Ficou então demonstrado que aqueles mantiveram sempre um discurso ambíguo que constituía, afinal, o resultado do paradoxo criado pela solução presidencialista. Se, por um lado, apoiavam um regime que lhes concedia a liberdade de expressão e de organização política, por outro, a consolidação de uma república de cariz conservador e nacionalista fazia perigar qualquer expectativa de uma restauração próxima do trono. Na verdade, os adeptos da realeza tiveram prematuramente a percepção do carácter transitório da nova situação política, muito dependente da acção pessoal de Sidónio Pais. Não estranha que muito cedo lhe vaticinassem um

---

[1723] *Ibidem*, pp. 110-111.

[1724] Teófilo Duarte protagonizou um episódio conhecido, atirando-se sobre a urna que guardava o corpo de Sidónio Pais. Quebrou depois o vidro com a espada e lançou-se sobre o corpo do malogrado presidente. Já Eurico Cameira descreveu assim o seu estado de espírito perante o desaparecimento de Sidónio: «Eu perdi a luz radiosa d'Aquele espírito superior que era tudo para mim; já não falo no chefe, no amigo, no Mestre - o que era tudo era a inteligência sensata; a valentia e a bondade. Nunca aquela boca pronunciou palavras de maldição ou blasfémia; [...] Tão ralado andava, tão minado do corpo pelo trabalho extenuante, tão apoquentado com todas estas lamas, e... cada vez era melhor, mais santo e puro. Eu choro-o, choro sempre, e nestas longas noites passo horas a vê-lo, a remirar-me nele; e a saudade é cada vez maior! Que Outono me dará ainda Deus? Eu já só posso viver do passado. Muito amigo. Eurico Cameira» [BNP, ELM, doc. n.º 4047, carta de Eurico Cameira a Luís de Magalhães, de 07-01-1919].

[1725] Veja-se Miguel Dias Santos, *ob. cit.*

futuro pouco venturoso. Preocupados com a sorte do «libertador», admitiam que a sua obra não tivesse «continuidade» e previam a sua «inevitável ruína»[1726].

Pouco depois de vitoriosa a revolução de 5 de Dezembro, ficou claro que Sidónio precisava dos monárquicos, por isso solicitou o seu «apoio» e «benevolência»[1727]. No campo militar, foi obrigado a reintegrar oficiais realistas e conservadores que o democratismo tinha expulsado, reformado ou afastado do serviço, muitos reintegrados por indicação de Teófilo Duarte e Eurico Cameira, oficial que se tornaria admirador exaltado de Sidónio mas que nunca perdeu o contacto directo com o sector monárquico do Norte[1728]. Na sua estreia parlamentar, Cameira haveria de aclamar a acção dos «bons portugueses» que lutaram contra a demagogia em 5 de Dezembro, justificando a acção dos adeptos do trono no exílio com a falta de liberdade política em Portugal[1729].

Quanto a Teófilo Duarte, apesar do seu espírito republicano conservador, mantinha excelentes relações com os monárquicos, especialmente com os jovens oficiais milicianos do seu regimento de cavalaria 2, onde chefiava o esquadrão n.º 7[1730]. Teófilo apresentou o integralista Nobre de Melo a Sidónio Pais, propôs ao chefe militar a reintegração de Silveira Ramos, Carlos Veloso e Casal Ribeiro, entre outros, todos envolvidos em processos contra a república[1731]. Mais tarde outros oficiais importantes seriam integrados, como o capitão Francelino

---

[1726] «E Depois?», in *Diário Nacional*, 21-01-1918, p. 1.

[1727] BNP, ELM, doc. 4277, carta de José de Azevedo Castelo Branco a Luís de Magalhães, de 12-12-1917. Não se coloca aqui, por absurda, a tese de que Sidónio País era monárquico ou que os favoreceu conscientemente, como divulgou a opinião pública na época. A tese foi já, aliás, suficientemente rebatida por Armando Malheiro da Silva, que procurou demonstrar o contrário, isto é, que apesar da colaboração, Sidónio Pais procurou sempre manter um «distanciamento doutrinário» [*ob. cit*., vol. 2, p. 85].

[1728] Veja-se a sua correspondência para Luís de Magalhães, documentos 4047 e 4048.

[1729] Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 23-07-1918, pp. 13-14. Afirmou então Cameira esperar «que esta Câmara continue a defender os ideais da revolução de 5 de Dezembro para que todos os portugueses tenham liberdade na terra de Portugal e não necessitem ir para o estrangeiro fazer coisas contra a sociedade actual». O monarquismo de Eurico Cameira tem sido ignorado pela historiografia do sidonismo devido à sua adesão ao poder pessoal de Sidónio Pais e por esta via aderir ao Partido Nacional Republicano Presidencialista, de inspiração sidonista e presidencialista, em 1920.

[1730] Cf. Depoimento do alferes miliciano e monárquico João Baptista Lopes Rebordão, in AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 54, pasta 3.

[1731] Cf. Teófilo Duarte, *Sidónio Pais e o seu Consulado*, Lisboa, Portugália, 1941, p. 192-193. Sobre o recurso a oficiais monárquicos, veja-se, igualmente, Armando Malheiro da Silva, *ob. cit.*, p. 31.

Pimentel[1732], o coronel Adriano Madureira Beça, o capitão Gonçalo Pimenta de Castro, o antigo tenente Manuel Valente e o próprio capitão e «herói dos Dembos», João de Almeida, que «em 27 de Maio do corrente ano se apresentou voluntariamente de deserção, pelo que fica em situação de disponibilidade»[1733]. Acrescente-se ainda o general Jaime Leitão de Castro, que foi comandante militar de referência durante o consulado de Sidónio Pais. Todos terão papel relevante a desempenhar no pós-sidonismo.

Desde muito cedo que os políticos monárquicos mais activos tentaram cercar Sidónio Pais para o manobrar à vontade. Tal como acontecera com Pimenta de Castro, coube a José de Azevedo Castelo Branco a empresa de conferenciar com o chefe revolucionário para saber das suas intenções políticas. A reunião, ocorrida no final de Janeiro, esclarecia a ansiedade monárquica. Sidónio afirmaria então ao representante monárquico a sua vontade de «declarar uma constituição presidencialista e em seguida consultar o país sobre a sua presidência. É um plebiscito pessoal, mascarado num sufrágio directo»[1734]. Na verdade, o chefe revolucionário encontrava no sistema presidencialista, a «ideia nova», a via necessária para construir um consenso nacional em torno do regime republicano[1735]. Para o efeito, esperava conseguir atrair os monárquicos, intenção que expressou formalmente numa entrevista dada ao *Diário Nacional*, órgão oficial da Causa Monárquica, e publicada em Fevereiro[1736].

Castelo Branco expressou a Sidónio Pais a impossibilidade em que se encontravam os adeptos da realeza de apoiar formalmente a república, «fazendo-lhe ver o perigo de ruptura com todos os republicanos». Mas este, imperturbável no seu desígnio político, reagiu com ameaças, afirmando que «abandonaria o poder à fúria dos democráticos. Com esta ameaça se

---

[1732] *Ordem do Exército* n.º 10, 2.ª série, 28-05-1918.

[1733] *Ordem do Exército* n.º 12, 2.ª série, 28-06-1918.

[1734] BNP, ELM, doc. 4350, carta de José de Azevedo Castelo Branco a Luís de Magalhães, de 2-02-1918. Sobre as condições políticas que levaram Sidónio Pais a evoluir para o presidencialismo, leia-se Egas Moniz, *Um Ano de Política*, Lisboa, Portugal-Brasil Limitada Editora, 1919, pp. 85-86.

[1735] Cf. Feliciano de Carvalho, *ob. cit.*, pp. 48-49. O general inglês Bernardiston escreveu no seu relatório que «o chefe do movimento lhe afirmara a intenção do próximo governo republicano promover uma política de conciliação com os monárquicos, na esperança de obter a cooperação dos melhores elementos desse partido com vista a garantir o bem-estar e prosperidade do país». Cf. Armando Malheiro da Silva, *ob. cit.*, vol. 2, p. 12.

[1736] Sobre a reacção dos monárquicos a esta proposta, veja-se Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 40 e ss.

prepara para falar ao pavor dos conservadores»[1737]. Na verdade, a documentação de arquivo permite-nos reforçar a tese de que Sidónio Pais não promoveu deliberadamente os monárquicos, porque temia a radicalização da opinião pública republicana. A verdade é que procurou impedir que se apresentassem às eleições para a disputa das minorias, com o argumento de que se estes conquistassem «mais de oito a dez deputados» o facto seria de «mau efeito»[1738]. Sidónio saberia jogar com o pavor com que os conservadores recebiam a possibilidade de o Partido Democrático regressar ao Poder, receio que a imprensa monárquica fazia questão de vincar com frequência[1739].

Mas os monárquicos estavam convencidos da fraqueza do Partido Nacional Republicano e da sua força política numa eleição. Por isso, geriram o processo de maneira a garantir uma minoria representativa na próxima assembleia legislativa, apesar de decidirem apoiar a eleição de Sidónio Pais[1740]. Havia entre os diferentes grupos da realeza o mesmo sentimento, real ou exagerado, de que estavam senhores da situação política. Luís de Magalhães afirmaria a propósito que a maioria dos votantes em Sidónio «era retintamente monárquica» e que «os monárquicos deram ao sidonismo a carne da maioria e ficaram, para si, com o osso da minoria»[1741]. Na emigração, Paiva Couceiro mostrava-se inconformado com as cedências de Aires de Ornelas, defendendo que o presidente estava dependente do apoio dos monárquicos[1742]. Este foi efectivamente eleito com uma maioria confortável do eleitorado conservador, na primeira eleição por sufrágio directo realizada em Portugal e que os partidos republicanos boicotaram.

Os adeptos da realeza elegeram 37 deputados e 8 senadores para as duas câmaras do congresso republicano e conseguiram mesmo ganhar

---

[1737] BNP, ELM, doc. n.º 4350, carta de José de Azevedo Castelo Branco a Luís de Magalhães, de 02-02-1918.

[1738] BNP, ELM, doc. n.º 4280, carta de José de Azevedo Castelo Branco a Luís de Magalhães, de 05-04-1918. Escrevia assim Castelo Branco: «O governo não quer que disputemos as minorias! Diz que seria de mau efeito que apresentássemos mais de oito a dez deputados!!! Ao Egas, incumbido do recado, eu respondi que de modo algum aceitava semelhante coisa. [...] Que se tal coisa o Aires aceitasse eu e os meus amigos rompíamos com ele. E quanto ao argumento do medo dos democráticos sobre mim não pesaria [...]».

[1739] Cf. António Teles de Vasconcelos, «Na hora presente», in *O Liberal*, 20-02-1918, p. 1.

[1740] A decisão foi tomada numa assembleia magna que teve lugar a 10 de Março. Sobre esta assembleia e a comissão eleitoral eleita, veja-se Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, p. 47.

[1741] Luís de Magalhães, *Perante o Tribunal e a Nação. A Monarquia do Norte e o Julgamento da Junta Governativa do Reino*, Coimbra, Coimbra Editora, 1925, p. 16.

[1742] Cf. IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, caixa 1, carta de Paiva Couceiro a João de Azevedo Coutinho, de 13-04-1918.

algumas maiorias ao governo, como aconteceu em Vila Real, onde pontificava a família do activo José de Azevedo Castelo Branco[1743]. Na câmara dos deputados, para além de Aires de Ornelas e de António Sardinha, destacavam-se alguns irredutíveis da contra-revolução armada, como António Cabral, José de Azevedo Castelo e o inevitável António Teles de Vasconcelos, personalidade que tinha sido expulsa de Portugal no contexto do *Rol de Desonra* e que era acusado de ser agente ao serviço da Alemanha[1744]. No Senado pontificava a aristocracia da Causa Monárquica, dominada por alguns conhecidos agitadores e adversários impenitentes, como os condes de Mangualde, Águeda e Azevedo e os viscondes do Banho e Coruche[1745].

As ameaças do presidente não se revelam suficientes para explicar o apoio que os sectores conservadores não republicanos emprestaram a Sidónio Pais. A realidade é que o entusiasmo e o delírio incontido tomaram conta do espírito de muitos conservadores. Muitos monárquicos viam nos actos enérgicos de Sidónio Pais a preparação para a restauração do trono[1746]. No plano mais doutrinário, a teoria presidencialista era recebida com bonomia pelos principais teóricos da realeza, convencidos da importância da «experiência sidonista» para reafirmar os valores da autoridade e da ordem, próprios das monarquias, inculcando-os na cultura

---

[1743] Cf. Armando Malheiro da Silva, ob. cit., p. 166; Fernando Farelo Lopes, *ob. cit.*, p. 32. O PNR elegeu 108 deputados, os católicos 5 e houve ainda 5 independentes.

[1744] Foram deputados os seguintes monárquicos: Aires de Ornelas, António Cabral, D. Luís de Castro, José de Azevedo Castelo Branco, José Augusto Moreira de Almeida, Alfredo Pimenta, Gaspar de Abreu e Lima, Camilo Castelo Branco, Aníbal Soares, António Sardinha, Conde de Arrochela, Alfredo António Cunhal Júnior, F. Rocha Martins, Eduardo Pinto da Cunha, António Hintze Ribeiro, Artur Carvalho da Silva, António Teles de Vasconcelos, Alberto Navarro, Abílio de Campos Monteiro, Fernando Pizarro de Sampaio e Melo, João José de Miranda, Álvaro de Miranda Pinto de Vasconcelos, Frederico de Bivar Weinholtz, José Lobo de Ávila Lima, António Duarte Silva, António Horta Osório, Francisco da Cruz Amante, João Henrique Moreira de Almeida, José Adriano Pequito Rebelo, Francisco de Miranda da Costa Lobo, Francisco Joaquim Fernandes, António Faria Carneiro Pacheco e Francisco Solano de Almeida, Luís Ferreira de Figueiredo e José Trigueiros Frazão (visconde do Sardoal).

[1745] Eram também senadores realistas Mário Augusto de Miranda Monteiro, Adriano Xavier Cordeiro e Alberto Cardoso Meneses de Macedo (Margaride).

[1746] Cf. Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *Memórias da Condessa de Mangualde. Incursões Monárquicas 1910/1920*, Lisboa, Livros Quetzal, 2002, p. 143. Escreveu então a condessa: «Chegou a inspirar [Sidónio] verdadeiras adorações e os monárquicos eram os que o acolhiam com maior entusiasmo. Sabendo embora que as suas ideias não eram monárquicas, esperavam que a sua ditadura fosse o primeiro passo para a restauração da monarquia; era, pelo menos, a morte do domínio da demagogia, sob a qual a nação gemia havia sete anos. O país respirava!... Tinham acabado as violências, as perseguições, o terror; já todos podiam ter o seu lugar ao sol. Foi um delírio! [...] Em breve se formou à sua volta um grupo de rapazes entusiastas e dedicados, que foram chamados os «Cadetes de Sidónio», a maioria dos quais eram monárquicos».

política da nação. Os integralistas iam mais longe nas suas considerações teórico-filosóficas, antevendo no poder presidencial a afirmação do ideário integralista, da ideologia antiliberal, antidemocrática e, por extensão, anti-republicana[1747].

Já muito se escreveu sobre a influência do Integralismo Lusitano no consulado sidonista, nomeadamente no seu contributo para a confecção da nova lei eleitoral, com a introdução da representação corporativa. Na verdade, a representação de classes constituía uma herança martiniana que foi reproduzida em alguns projectos monárquicos durante a república, como aquele a que se referiu o conde de Arrochela, em 1913. O próprio conservadorismo monárquico-constitucional evoluiu para esta solução político-ideológica, como se viu na abordagem do pensamento político de Luís de Magalhães. No seio da república, o almirante Machado Santos defendeu a representação orgânica dos sectores sócio-profissionais no quadro do reformismo parlamentar republicano[1748]. Era portanto uma fórmula que conquistava adeptos nos diferentes quadrantes políticos e doutrinários e não uma novidade cerzida pela pluma integralista.

A compreensão cabal do papel dos realistas nesta conjuntura deve procurar-se nas diferentes estruturas de Poder, em Lisboa e na província, e menos nas movimentações das cúpulas da Causa Monárquica, órgão liderado por Aires de Ornelas. Com efeito, tanto no campo militar como político, Sidónio Pais ficou refém dos adversários da república depois da ruptura operada por Brito Camacho e pela *União Republicana*, ocorrida a Março de 1918. Nem sempre devidamente realçado, o afastamento dos amigos de Camacho condicionou a evolução da *República Nova*, colocando-as nas mãos dos sectores conservadores, monárquico e católico.

É certo que o *Partido Nacional Republicano*, herdeiro do antigo *Partido Centrista*, ainda procurou emprestar dinamismo aos republicanos conservadores, mas o seu peso político é quase insignificante. Pensamos não exagerar afirmando que a eleição de Sidónio Pais se deveu aos esforços de católicos e monárquicos[1749]. A própria eleição para a assembleia confirma a dinâmica que os monárquicos souberam desenvolver nas províncias do

---

[1747] Veja-se uma análise destas ideias em Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 53-58.
[1748] Cf. Armando Malheiro da Silva, *ob. cit*., vol. 2, p. 148.
[1749] Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.,*, p. 47.

Norte, Trás-os-Montes, Alentejo e Algarve, onde registaram votação elevada, tendo muitos dos seus candidatos vencido os opositores da situação[1750]. Para esta dinâmica muito contribuiu o esforço organizativo levado a cabo pelos sectores mais dinâmicos do Norte. É certo que o projecto de constituição de uma Federação Monárquica no Norte haveria de arrefecer o ímpeto com a campanha sidonista, mas os trabalhos iniciados pelo sector de Luís de Magalhães contribuíram significativamente para o sucesso da campanha realista[1751].

A eleição de Sidónio Pais, se não empurrava os mais irredutíveis para a conspiração, não anulava essa possibilidade. Com efeito, exceptuando o integralismo e o núcleo de Aires de Ornelas, político cujas capacidades de liderança eram objecto de desprezo profundo entre os sectores revolucionários[1752], todos se preparavam para o pós-sidonismo[1753]. O próprio Paiva Couceiro, que esperava do 5 de Dezembro a constituição de uma ditadura militar e a consulta plebiscitária que resolvesse definitivamente a questão do regime[1754], não deixava de equacionar essa possibilidade: «Armas contra a situação, não. Visto que ela dá as liberdades. Mas… perseguem as ideias que vejo na carta de hoje serem também as suas»[1755].

As ideias que Paiva Couceiro partilhava com Coutinho, Luís de Magalhães, o visconde do Banho, José de Azevedo Castelo Branco e tantos outros, decorriam da análise que todos faziam da situação política. Isto é, o sidonismo era uma experiência política com prazo determinado, ante a oposição feroz e irredutível dos partidos republicanos[1756]. A falência, a prazo,

---

[1750] Cf. Armando Malheiro da Silva, *ob. cit.*, vol. 2, p. 166. Sobre a participação dos monárquicos nestas eleições, veja-se Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 44 e ss.

[1751] BNP, ELM, doc. 3621, carta do visconde do Banho a Luís de Magalhães, de 13-02-1918.

[1752] José de Azevedo Castelo Branco considerava-o, como político, «canhestro e estúpido» [Cf. BNP, ELM, doc. n.º 4277, carta de José de Azevedo Castelo Branco a Luís de Magalhães, de 12-12-1917]. O sector radical criticava a péssima gestão do dossier eleitoral, atribuindo responsabilidades a Aires de Ornelas por não aproveitar a suposta dependência política de Sidónio. Escreveu Paiva Couceiro: «Estava daqui a ver o nosso Aires. Brando um pouco, conforme o costume. Nem de outra maneira se compreende que estando o Sidónio tão dependente de monárquicos, esteja sucedendo, o que está sucedendo». Cf. IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, carta de Paiva Couceiro a João de Azevedo Castelo Branco, de 13-04-1918.

[1753] Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 84-85. Eram especialmente críticos António Cabral, António Teles de Vasconcelos e o grupo do *Liberal*. No Porto, os ataques mais ferozes vinham do advogado António Pereira de Sousa, que dirigia o jornal *Pátria!*.

[1754] Cf. Rocha Martins, *A Monarquia do Norte*, Lisboa, ABC, 1922, pp. 7-8.

[1755] IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, carta de Paiva Couceiro a João de Azevedo Coutinho, de 13-04-1918.

[1756] Cf. Luís de Magalhães, *Perante o Tribunal e a Nação. A Monarchia do Norte e o Julgamento da Junta Governativa do Reino*, Coimbra, Coimbra Editora, 1925, pp. 13-14.

do projecto presidencialista, visto pela generalidade dos analistas políticos como fatalidade inevitável, não podia apanhar desprevenidos os sectores monárquicos mais aguerridos, empenhados em «deitar a república abaixo»[1757].

O significado ideológico e político-social do sidonismo não será devidamente compreendido se não o equacionarmos à luz da crise da autoridade do Estado que a guerra agravou substancialmente. Não sabemos ao certo se Sidónio Pais acabou seduzido pelos valores, cultura e organização política que encontrou na Alemanha, quando aí exerceu a função de ministro de Portugal[1758]. Mas a evolução da situação política para a ditadura foi entendida pelos sectores político-sociais conservadores, incluindo monárquicos, católicos e alguns republicanos, como confirmando a consolidação dos valores autoritaristas. Para muitos monárquicos esclarecidos, Sidónio País, que aparentava um «Mussolini» ou um «Primo de Rivera», representava afinal a cultura política do conservadorismo, marcada pelas ideias antidemocráticas. O espírito liberal de Luís de Magalhães não deixava de embevecer-se com a *República Nova* e o seu *condottiere* «desfraldando a bandeira da moralidade, da ordem e do princípio da autoridade»[1759]. E apesar da continuidade de um Congresso republicano, o seu estado moribundo e submisso às iniciativas legislativas de Belém revelava as dificuldades do parlamentarismo no decorrer da *República Nova*[1760].

A retórica azul e branca também contribuiu para a debilidade da legitimidade do parlamento. Os integralistas atacavam impiedosamente o parlamentarismo, conforme com a essência do seu projecto ideológico[1761]. Para outros sectores, tidos como liberais e próximos do visconde do Banho, um parlamento constituía um «luxo inútil» e «perigoso»[1762]. Desse ponto de vista, a ineficácia do parlamento sidonista era bem acolhida por parte

---

[1757] IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, carta de Paiva Couceiro a João de Azevedo Coutinho, de 13-04-1918.

[1758] Sobre esse percurso, leia-se Miguel Nunes Ramalho, *Sidónio Pais Diplomata e Conspirador (1912-1917)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2001.

[1759] *Ob. cit.*, p. 14.

[1760] Cunha Leal mostrou os expedientes que Sidónio Pais usou para legislar à margem do parlamento, conseguindo autorizações legislativas e tomando a iniciativa de projectos que apresentava para ratificação e publicação em *Diário da República*. No período da República Nova, o parlamento não aprovou uma lei. Cf. *ob. cit.*, p. 111.

[1761] Cf. *A Monarquia*, ano II, n.º 480, 30-09-1918, p. 1.

[1762] Cf. *O Comércio de Viseu*, ano XXXII, n.º 3285, p. 1.

significativa do grémio, mais interessado no exercício do poder pessoal do que na vacuidade parlamentar. Não se estranha que as cúpulas da Causa Monárquica tudo fizessem para impedir a reabertura do parlamento em Novembro[1763].

A rede político-social, militar e policial que assumiu o Poder durante a República Nova confirma a importância crescente dos sectores monárquicos, que ocuparam lugares importantes da máquina administrativa do Estado, como governadores civis, administradores de concelho, comissários e inspectores de polícia, membros das comissões administrativas dos distritos, municípios e paróquias[1764]. Se, inicialmente, em cada vinte e um governadores civis oito pertenciam à *União Republicana*[1765], a cisão do partido, em Março, deixou o poder local nas mãos dos adversários da república. O processo de substituição tinha sido facilitado pelas conquistas monárquicas nas eleições administrativas de 1917. Nas mais importantes cidades do país, como Lisboa, Porto e Coimbra, os governadores civis foram indicados por Sidónio ou pela cúpula da *União Republicana*. Mas quando os unionistas abandonaram o Poder, muitos cargos foram efectivamente ocupados por conservadores, com destaque para o grémio realista. É esta realidade político-social que ajuda a compreender a facilidade com que a monarquia será restaurada nas províncias do centro e norte de Portugal.

A situação do predomínio das elites monárquicas e católicas em Amarante, reunidas com alguns evolucionistas numa «frente antidemocrática», sob a influência patriarcal de António Cândido, foi já estudada com algum detalhe[1766]. Ao lado dos velhos caciques, como António Cândido e António Cabral, apareciam os notáveis, as elites agregadas ao centro monárquico local[1767]. O mesmo processo repetiu-se em lugares como

---

[1763] BNP, ELM, doc. n.º 4352, carta de José de Azevedo Castelo Branco a Luís de Magalhães, de 02-11-1918: «A abertura das Cortes amanhã era um truc do Egas para a [...] reconciliação republicana, com votação de moção indicatória de um governo, também nacional [...]. O Sidónio ia no bote com uma admirável inconsciência. A nossa atitude e uma conversa nossa com ele ontem das 1 às 4 horas da manhã deu [...] com o artifício do Egas e ele abriu os olhos à realidade. As Cortes reunirão em Dezembro. Eis que há».

[1764] Cf. Luís de Magalhães, *ob. cit.*, p. 17.

[1765] Cf. Armando Malheiro da Silva, *ob. cit.*, p. 31.

[1766] Cf. Armando Malheiro da Silva e Luís Pimentel de Castro Damásio, *António Cândido, Sidónio Pais e a elite política amarantina, 1850-1922*, Amarante, Câmara Municipal de Amarante, 2000.

[1767] Idem, *Ibidem*, pp. 182-183. Os autores descreveram a nova Comissão Executiva Municipal que «tomou posse a 2 de Janeiro de 1918, pelas 14 h, nos Paços do Concelho. Estavam presentes os "presumidos eleitos" saídos das eleições administrativas de 11 de Novembro de 1917, a saber: José Emídio de Souza Cardoso (monárquico), Rui Vieira de Melo

Braga, Mortágua, Régua e Santa Marta de Panaguião[1768]. Em Braga, «a comissão da Câmara é toda de monárquicos» e o mesmo acontecia em Barcelos[1769]. Nestas localidades, a autoridade sidonista era constituída maioritariamente por personalidades da realeza que mantiveram os lugares durante a Monarquia do Norte. Em Mortágua e Régua, os respectivos presidentes, Joaquim Tavares Festas e José da Costa Pinto, dirigentes destacados do monarquismo local, assumiram o Poder como administradores do concelho, cargo que mantiveram na vigência da restauração. Ambos colaboraram com a Junta militar do Norte e participaram nas cerimónias da restauração da coroa[1770]. Na Régua, José da Costa Pinto assumiu o cargo de presidente da câmara logo em Março de 1918, quando o presidente unionista pediu a demissão. A Régua terá um papel importante no decorrer da restauração, estabelecendo a ligação entre o Porto e os distritos de Vila Real e Viseu, por acção directa deste destacado dirigente[1771].

Mas o sidonismo não se caracterizou apenas pelo reforço do Poder dos monárquicos, significou também uma importante alteração de forças na rua. Em muitas cidades do norte do país esse predomínio significou a retracção dos republicanos, que passaram a estar na mira das autoridades e eram alvo de vigilância aturada dos grupos de civis monárquico-sidonistas, enquanto

---

da Cunha Osório (monárquico), dr. Álvaro Pereira Teixeira de Vasconcelos (monárquico e íntimo dos Cardosos, da Pena [...]), José Albano Brandão (monárquico), dr. Pedro Maria Macedo da Cunha Coutinho (monárquico), José Teixeira Pinto da Fonseca, capitão Carlos Alberto Viana Pedreira (republicano evolucionista), Augusto Ferreira de Almeida (monárquico), Álvaro Teixeira Barbosa, Moisés Amilcar de Oliveira e Carmo, dr. José Falcão de Sousa e Castro e Rodrigo Ferreira da Cunha».

[1768] Escrevia o administrador do concelho de Santa Marta de Panaguião, empossado após a derrota da monarquia: «[...] teve este concelho, durante a vigência monárquica, dois administradores, achando-se um preso nas cadeias de Vila Real e outro fugido para Espanha, onde presentemente se encontra. Não chegou a haver vereação nomeada por monárquicos, pois que a vereação sidonista, sendo quase toda monárquica, não foi substituída, apesar de ter pedido, por formalidade, a demissão. É certo que esta vereação não tomou deliberações durante a vigência monárquica, tendo eu por isso dúvidas se devo efectuar a sua prisão, pelo que rogo a V. Ex.ª se digne informar-me do que devo fazer» [1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 52, maço 1, pasta 1].

[1769] BNP, ELM, doc. n.º 6499, carta de Manuel Novais Leite a Luís de Magalhães, de 15-01-1918.

[1770] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, único; 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 52, maço 1, pasta 1. Em Mortágua predominava o «Dr. Joaquim Tavares Festas, chefe político dos monárquicos, sobre os quais tem sempre uma influência decisiva. Depois dos acontecimentos de 5 de Dezembro de 1917 foi investido no cargo de administrador do concelho e de presidente da comissão administrativa municipal, de que só agora foi destituído pelo povo republicano». [AHM, 1.ª Divisão, 37.ª secção, caixa 52, maço 1, pasta 1].

[1771] Cf. AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 407, pasta 1.

os adeptos da coroa recrudesciam na sua acção política e ideológica contra a república[1772].

A rede sócio-política de apoio a Sidónio Pais, na expressão de Malheiro da Silva, estendeu-se ao exército. Este historiador considera que a nomeação de monárquicos para lugares de comando não significava a entrega das forças militares aos adversários do regime, com o argumento legítimo de que muitos destes oficiais prometeram servir com zelo a *República Nova*[1773]. Mas, na verdade, excluindo dos comandos os oficiais conotados com os partidos republicanos, muitos dos quais se encontravam em França, no que restava do CEP, o presidente viu-se forçado a nomear oficiais monárquicos e conservadores para cargos militares de importância. Foi o que aconteceu com Jaime Leitão de Castro, antigo «espadista», que passou a dirigir a 5.ª divisão do exército (Coimbra) e depois a de Lisboa[1774].

As primeiras *Ordens* do exército estão pejadas de anulações de castigos aplicados pelos governos posteriores ao 14 de Maio de 1915, nomeadamente o dos generais Pimenta de Castro e Jaime Leitão de Castro, e vários monárquicos reconhecidos, como o coronel de infantaria Adriano Acácio de Madureira Beça, os capitães Alberto Augusto de Almeida Teixeira, Fernando Coutinho Silveira Ramos, Raul Andrade Piçarra e Carlos Maria Veloso, acabando todos por ascender ao cargo superior que lhes cabia na hierarquia militar[1775]. Sidónio Pais não só os reintegrou no exército, como os nomeou para lugares importante da administração militar e do comando de regimentos, como aconteceu com Álvaro César de Mendonça, Gonçalo Pimenta de Castro, Alberto Almeida Teixeira. Álvaro Mendonça chegou mesmo a ocupar o cargo de secretário de Estado da Guerra, na remodelação governamental de 8 de Outubro, já o sidonismo caminhava para o estertor político. Quanto a Artur Silva Ramos e António Adalberto Solari Allegro, trata-se de oficiais cujas movimentações são importantes para compreender a formação das Juntas Militares e da própria restauração da monarquia no Porto[1776].

[1772] A. Ferreira Soares, *Viana na Insurreição de 1919. Impressões e Notas*, Ponte de Lima, 1920, pp. 21-23.
[1773] Cf. *ob. cit.,* pp. 62-63.
[1774]Cf. *Ordem do Exército*, n.º 18, 2.ª série.
[1775] *Ibidem*.
[1776] *Ibidem*, n.º 19, 2ª série, de 31-12-1917. Artur Silva Ramos foi nomeado inspector da Inspecção Territorial de Fortificações e obras militares; Solari Allegro foi nomeado para o

Estas referências, que não pretendem ser exaustivas, significam apenas que os oficiais realistas passaram a concentrar, dentro da república, uma autoridade de peso considerável, e não apenas em Lisboa e Porto[1777]. A organização do Corpo de Tropas da Guarnição Militar de Lisboa (CTGL), criado pelo decreto nº. 3960, de 20 de Março, viria reforçar a importância da oficialidade hostil à república democrática, sendo chefiado pelo monárquico Eduardo Pellen a partir de Janeiro de 1919. A justificação para a criação deste corpo de tropas, também apodado de «Guarda Pretoriana» de Sidónio Pais, estava na necessidade «de poder dispor-se de um núcleo de forças permanentemente organizado» em Lisboa, face à mobilização de parte significativa do exército no CEP[1778]. O CTGL, que integrava regimentos comandados por monárquicos promovidos, como Silveira Ramos, Alberto Teixeira e Gonçalo Pimenta de Castro, todos ligados por laços de solidariedade pessoal e institucional a Sidónio Pais, emprestava à *República Nova* o seu cunho autoritarista, assente nos valores da hierarquia, da ordem e da autoridade do Estado. João Chagas queixar-se-ia de que a contra-revolução republicana não avançava em Lisboa por acção do Corpo de Tropas[1779]. O próprio Sidónio promovia uma espécie de militarização do regime, organizando e participando em paradas militares muito elogiadas pela imprensa conservadora, que viam numa ordem marcial a emergência do seu património político e ideológico.

O projecto presidencialista foi-se esboroando ante o afastamento das forças e personalidades republicanas que lhe tinham dado origem. Depois de

---

serviço de recenseamento de animais e veículos e colocado como capitão em cavalaria 9, no Porto, regimento que foi entregue a outro monárquico de nomeada, o coronel Jaime Carvalho da Silva, por decreto de 16 de Março de 1918; o tenente-coronel Álvaro César de Mendonça foi nomeado comandante do regimento de Cavalaria n.º 4 e o tenente-coronel Gonçalo Pereira Pimenta de Castro, comandante interino do regimento de Infantaria 16, em Lisboa. Ainda na capital, o major e depois tenente-coronel de artilharia Alberto Augusto Almeida Teixeira foi nomeado comandante do grupo de Baterias a cavalo, de Belém.

[1777] As cidades de Braga, Viana de Castelo, Vila Real, Bragança, Viseu e Guarda possuíam já uma vasta rede de oficiais hostis à república, fruto de mobilizações defensivas ordenadas a partir de Outubro de 1910. Veremos como esta oficialidade contribuiu, no pós-sidonismo, para encorajar a formação das Juntas Militares e depois a restauração da monarquia.

[1778] *Ordem do Exército*, n.º 4, 1.ª Série, de 28 de Março. De acordo com o decreto n.º 3.960, de 20 de Março, definia-se, no artigo 1.º, que era «constituído para a guarnição da cidade de Lisboa um corpo especial denominado Corpo de Tropas da Guarnição de Lisboa, formado pelas seguintes unidades: 1.ª companhia de sapadores mineiros; Grupo de baterias de artilharia a cavalo, 2.º grupo de baterias do regimento de artilharia n.º 1, Regimento de cavalaria n.º 2, Regimento de cavalaria n.º 4, 3.º esquadrão do regimento de cavalaria n.º 7, 1.º grupo de metralhadoras, 2.º batalhão do regimento de infantaria n.º 1, 2.º batalhão do regimento de infantaria n.º 5, 2.º batalhão do regimento de infantaria n.º 16, 3.º batalhão do regimento de infantaria n.º 33» [p. 211]».

[1779] Cf. *ob. cit.*, vol. IV, pp. 130-131.

Brito Camacho e da *União Republicana*, seria a vez de Machado Santos e Carlos da Maia se afastarem da *República Nova*, afastamento que contentava os adeptos da realeza. No próprio *Partido Nacional Republicano* abrira-se uma crise entre as diferentes sensibilidades, nomeadamente centristas, camachistas e sidonistas, provocando o azedume dos realistas contra os políticos republicanos que sustentavam a situação. Não confiavam especialmente em Egas Moniz que acusavam de empurrar o regime para a esquerda[1780]. Cada vez mais isolado no campo republicano, o sidonismo foi-se confinando à acção ditatorial do chefe de Estado e de governo.

O isolamento do presidente tornou ainda mais evidente a importância dos sectores realistas, aumentando a tensão política e instigando a acção revolucionária dos sectores republicanos. A fase final da situação política ficaria caracterizada pelo crescente aumento do espírito revolucionário, tanto no campo republicano como monárquico. No primeiro caso, depois de algumas conspiratas abortadas, em Maio e Setembro, os esforços para derrubar o sidonismo culminaram na tentativa revolucionária de 12 de Outubro, ocorrida em Coimbra e Évora, mas que tinha ramificações em Lisboa, Porto e Penafiel. Em Coimbra, sob a direcção do coronel Alexandre Mourão, apenas o regimento de infantaria 35 se revoltou, mas o suficiente para lançar o caos sobre a cidade, que controlou durante dois dias, obrigando as autoridades a pedir reforços a Aveiro. No total, foram feitos 93 prisioneiros, entre os quais oficiais republicanos de relevo, como o general Correia Barreto, os coronéis Sá Cardoso e Pereira Bastos. Sidónio Pais declarou o estado de sítio e vários comandantes militares assumiram tarefas de ordem pública. No combate ao movimento de 12 de Outubro sobressaíram vários oficiais monárquicos de destaque. Em Aveiro, comandava a região militar o recém-integrado João de Almeida e o seu pronto auxílio sobre Coimbra foi importante para sufocar a revolta[1781]. No Porto e em toda a região, o movimento foi anulado graças ao empenho das autoridades policiais, sob o comando do «infatigável» Solari Allegro, que actuava sob protecção do governador civil, o major Alberto Margaride. A sua decisiva intervenção encontrou o apreço das autoridades militares do Porto,

[1780] Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 155-157.
[1781] Vide transcrições do jornal *Tempo* na *Capital*, 9º. ano, n.º 2928, 15-10-1918, p. 1.

que sublinharam a «acção inteligente, enérgica e infatigável do capitão Solari Allegro»[1782].

Mas o campo monárquico haveria de trilhar o mesmo percurso agitador, de tentar a via armada. Depois da tentativa republicana de Outubro, a imprensa adversária voltava a insistir na solução monárquica para a crise política nacional, incluindo a esfera integralista, que assumia então o seu desencanto com o «presidente-rei»[1783]. O sidonismo era uma «fórmula transitória» «suportável» na conjuntura de guerra. Os prenúncios de um armistício, adivinhando a paz nos campos de guerra da Europa, tiveram como consequência as movimentações do grémio, que entendia que só a coroa oferecia a estabilidade necessária à reconstrução de Portugal[1784]. O caminho para a agitação viu-se subitamente facilitado com a publicação do decreto nº. 4223, de 9 de Maio, que concedeu amnistia a todos os crimes políticos e aos crimes militares não praticados no contexto da guerra. O regresso de Paiva Couceiro a Portugal trouxe à Causa Monárquica o irrequieto «paladino» e toda a sua corte de apaniguados, os famosos «cadetes da Galiza», que contava com nomes célebres na peleja, casos de Satúrio Pires, Artur Sobral Figueira, Jaime Caio, visconde do Torrão, conde de Mangualde, conde da Torre, José Rino de Avelar Frois, Ascânio Pessoa, Francisco Manso Preto Cruz, conde de Vale dos Reis e tantos outros. No Verão desse ano de 1918, o carisma de Paiva Couceiro era apregoado em tons apologéticos, exaltando-se o «comandante» e os «soldados da Causa Monárquica»[1785].

[1782] AHM, 1.ª divisão, 34.ª Secção, caixa 6, pasta 15. É este o teor do documento da autoria do comandante da 3.ª divisão: «Fracassado o último movimento revolucionário, de indubitáveis ligações em todo o país, julga este Comando de seu dever frisar desde já bem os motivos porque acontecimentos, porventura mais graves do que em Coimbra, se não desenrolaram no Porto e mais área da 3ª Divisão em 13 de Outubro. Tudo indica ter sido esta cidade teatro escolhido para importante acção revolucionária, o que não era ignorado deste comando devido à acção inteligente, enérgica e infatigável do capitão Solari Allegro que, dia a dia, foi dando conhecimento de toda a conjura nos seus menores detalhes, duma forma tal que, a ter-se posto em prática nesta cidade o plano revolucionário, ele não constituiria surpresa em nenhuma das suas minúcias. A polícia do Porto sob a direcção do capitão Solari Allegro prestou a este comando valiosos serviços de informação que demais será encarecer, sendo, porém, dever acentuar que o referido capitão, avisando do movimento pouco antes de ele dever rebentar e antes de serem conhecidos os acontecimentos de Coimbra, tornou possível obstar a uma surpresa nesta cidade a qual, a surtir efeito, seria de consequências bem mais desastrosas e sangrentas do que a de Coimbra. Eis o que este comando julga dever expor, para conhecimento de S. Ex.ª o Secretário de Estado, acerca dos valiosos serviços prestados pelo capitão Solari Allegro. João Ricardo da M. M. e Brito. Genal».

[1783] Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 159-160.

[1784] Pereira de Sousa, «Meditando», in *Pátria!*, ano II, n.º 330, 09-10-1918, p. 1.

[1785] Cf. *Pátria!*, ano II, 08-07-1918, p. 1.

Para compreender as fraquezas do sidonismo e a sua evolução para a realeza, é importante analisar a situação política e militar do Porto enquanto sistema de Poder ou, para sermos mais rigorosos, de contra-poder. Os contactos entre a oficialidade da guarnição do Porto, como o coronel Artur Silva Ramos, futuro chefe da Junta Militar do Norte, e o sector irrequieto do monarquismo, incluindo Luís de Magalhães, Azevedo Coutinho e Paiva Couceiro, avançavam tímida mas resolutamente[1786]. Aparentemente, o 12 de Outubro acordava o «perigo democrático» e recordava as fraquezas da situação política, forçando os trabalhos da conspiração. O antigo comissário geral da polícia do Porto, Melo de Carvalho, avisou o secretário de Estado do interior, António Bernardino Ferreira, dos conchavos e maquinações anti-republicanas: «Tenho por obrigação avisar-te mais uma vez de que os monárquicos, estão a deitar a mão a isto tudo. Já outro dia, em Lisboa te disse isso mesmo. Hoje acrescentarei que tenho seguras informações de que eles (monárquicos) preparam uma revolução dizem eles, para a fazer estalar ainda este mês»[1787].

As manobras políticas desenvolvidas pelos manuelistas para anular os resquícios de democratismo que ainda persistiam permite compreender como aqueles estavam efectivamente a «deitar a mão a isto tudo». Com efeito, o surgimento de uma vaga para secretário da administração de Baião, para o que concorriam um monárquico e um democrático, provocou a ira de António Cabral, habituado a manobrar politicamente na vila nortenha. A correspondência trocada entre António Cabral e o major Alberto Margaride, governador civil do Porto, que teve Luís de Magalhães como intermediário, revela bem a importância política deste confronto no norte do país. António Cabral, no seu tom apopléctico, investia assim contra Margaride, de quem dependia a nomeação: «Depois de uma revolução em que os democráticos se manifestaram como há dias se viu, quererem-nos colocar aqui, na secretaria da administração deste concelho, um democrático!!! Querem-nos

[1786] É o que pode deduzir-se desta carta de João de Azevedo Coutinho: «Tendo o Cabral [Couceiro] falado com o Artur saberá mais ou menos tudo o que se passa. A ideia com que saí do Porto depois de falar com o Artur foi modificada pela força das coisas. Mas foi ontem ao Porto alguém que deve falar com o Artur sobre a nova orientação dos negócios. O Cabral [Couceiro] saberá tudo e tu poderás facilmente sabê-lo. Eu é que agora, enquanto não souber o resultado do que aí se passa daqui não posso sair. Mais uma [revolução 12 Outubro] e continuará se houver transigências dos que mandam. Eles é que sabem o que fazem, mas o pior é que muita gente em perigo [sic]» [BNP, ELM, doc. n.º 4672, carta de João de Azevedo Coutinho a Luís de Magalhães, de 18-10-1918].

[1787] Transcrito por Armando Malheiro da Silva, *ob. cit.*, p. 87.

entregar, a nós, conservadores de Baião, atados de pés e mãos, aos democráticos!!! Não! Contra isso protestaremos, e, se a violência for por diante o nosso protesto há-de dar brado em todo o país»[1788]. O antigo ministro do *Partido Progressista* escreveu sobre o mesmo assunto ao comissário da polícia Solari Allegro, o que atesta a importância desta personalidade na vida política do Norte, assim como dos pequenos lugares na administração pública local[1789]. O governador civil do Porto, pouco confortável neste jogo de manigâncias políticas[1790], responderia que a sua função enquanto governador civil se resumia a garantir a ordem pública, e que para esse efeito eram mais úteis «quatrocentos soldados do que quatrocentos votos». Caberia então ao próprio Luís de Magalhães mostrar a Margaride a importância política da nomeação para a manutenção da ordem pública, face ao avanço do «perigo democrático»[1791].

[1788] BNP, ELM, doc. n.º 3995, carta de António Cabral a Alberto Margaride, de 21-10-1918. O candidato do Partido Democrático tinha a protecção do tenente-coronel Jaime Carvalho da Silva, monárquico e comandante de cavalaria 9, o que aumentava a irritação de António Cabral: «Quem faz aqui política conservadora, fazendo frente aos democráticos deste concelho e às bombas e tiros dos carbonários, como sucedeu nas eleições administrativas de há um ano, somos nós e não os oficiais de caval.ª 9. Quem elegeu aqui o Sidónio e os deputados e senadores governamentais, fomos nós e não caval.ª 9. Portanto, parece-me que somos nós que temos direito a ser atendidos na nossa justa pretensão e não a oficialidade de caval.ª 9 que pretende colocar na secretaria desta administração um democrático. O lugar, nada valendo, é de alta importância política, pois os administradores - quem quer que seja que exerça este cargo, nunca residem na sede do concelho, de modo que é o secretário que a cada passo intervém nos negócios e assuntos políticos. Se tal se fizer nós temos de reagir energicamente, pois ficaremos na lama. A câmara municipal conservadora terá, provavelmente, de demitir-se, e eu terei, no parlamento e na imprensa de tratar vigorosamente, como costumo, esta questão. Convirá isso?» [BNP, ELM, doc. n.º 3994, carta de António Cabral a Alberto Margaride, de 21-10-1918].

[1789] BNP, ELM, doc. n.º 12415, carta de António Cabral a Solari Allegro, de 23-09-1918: «Se V. Ex.ª nomeasse esse pretendente, ficaria, para sempre, a administração do concelho de Baião na mão dos democráticos e do seu chefe, Artur de Faria!! Quer V. Ex.ª isto? - Não pode querer».

[1790] Margaride, que tomou posse em 3 de Agosto de 1918, chegou a pedir a demissão do cargo, o que Sidónio sempre recusou: «Insisti de tal maneira no pedido de demissão, que o presidente Sidónio Pais me mandou chamar a Lisboa, convidou-me para jantar em Belém e ali lhe expus com tempo os meus aborrecimentos. Via eu contra mim os facciosos das direitas e das esquerdas, uns por eu atender toda a gente que me pedisse o que representasse justiça, outros porque os não deixava levar por diante as suas tentativas revolucionárias. Mostrei-lhe ao mesmo tempo que não me podia modificar e que assim, com esta negação completa para a política, a todos desagradava. Respondeu-me que era assim mesmo que desejava que eu procedesse e, portanto, não via motivo para me demitir» [Margaride, Alberto, *A Hora da Justiça*, Vila Nova de Famalicão, Tipografia Minerva, 1934, pp. 322-323].

[1791] BNP, ELM, doc. n.º 7083, carta de Luís de Magalhães a Alberto Margaride, de 08-11-1918: «Na sua carta ao António Cabral, salientava o meu amigo que o seu papel, no governo civil do Porto, não era político e que visava muito particularmente à manutenção da ordem, dizendo que, para esse fim, mais úteis eram quatrocentos soldados do que quatrocentos votos. Mas é justamente, no próprio interesse da ordem que é preciso evitar que se coloquem em certas situações oficiais, mesmo modestas, pessoas que não dêem seguras garantias de fidelidade e confiança. Além disso, no caso presente, a nomeação de Aires Pinto, convicto ou suspeito que seja, de democrático, em contrário das solicitações dos elementos

Os factos narrados revelam a extensão da rede político-social dos adversários do regime. Para além desta rede de suporte, que se apossara legalmente das câmaras e administrações locais, o Porto contava com uma divisão militar onde a maioria dos regimentos era comandada por oficiais do grémio realista. No campo político, a autoridade distrital estava nas mãos do major Alberto Margaride e do comissário de polícia Adalberto Solari Allegro, capitão de cavalaria. Estas duas personalidades consubstanciam a natureza militar da ditadura sidonista, empenhada em garantir a ordem pública pela força e pela repressão. Foi já suficientemente estudado o carácter repressivo da *República Nova*[1792]. Se os abusos cometidos pela máquina repressiva não resultavam de ordens expressas do presidente, a verdade é que Sidónio Pais defendia o exercício da autoridade do Estado como garantia de funcionamento da sociedade[1793].

A máquina repressiva do sidonismo era afinal «extensa e variada», incluindo o exército, a GNR, a polícia, a censura e os grupos civis de defesa da situação[1794]. António José Telo analisou a extensão desse engenho securitário, mostrando as alterações introduzidas nas forças da GNR e polícia com vista à manutenção da ordem pública[1795]. A reforma destas forças inclui a atribuição de armamento militar, de maior dotação financeira, aumentando o número de efectivos e criando grupos especializados na repressão de manifestações operárias e na garantia da ordem pública. No caso da polícia, o sidonismo reformou a Polícia Preventiva, entregando-a a um oficial do exército, para depois lhe conceder autonomia total. António Telo refere que a Polícia Preventiva foi organizada em dois ramos, no Norte e Sul, ambos entregues à chefia de conhecidos monárquicos, Solari Allegro e José Duarte Costa. Quanto aos grupos civis, emergiram como reacção à «formiga

---

conservadores de Baião, porá ali em cheque a política conservadora e representará, para os adversários da ordem, uma vitória de influência, que os alentará no prosseguimento dos seus trabalhos de conspiração, cuja rede, como recentemente se viu, se tem estendido largamente nas províncias».

[1792] Leia-se, entre outros, João Medina, *Morte e Transfiguração de Sidónio Pais*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994, parte II.

[1793] Num discurso produzido na inauguração de mais uma Sopa 5 de Dezembro, em Sintra, em 04-08-1918, afirmou Sidónio: «Sem autoridade é impossível uma organização social perfeita. Essa autoridade é a base da ordem. Mas a ordem tem origem no cumprimento das leis. Portanto, um povo que se submete à lei deseja ordem, sem a qual não há trabalho útil e, portanto, vida própria». Cf. Carvalho, Feliciano de, *ob. cit.*, p. 77.

[1794] Cf. António José Telo, *ob. cit.*, p. 180.

[1795] Sobre a evolução das polícias e das forças da ordem em Portugal, leia-se Pedro Tavares de Almeida, Tiago Pires Marques (Org.), *Lei e Ordem Justiça Penal, Criminalidade e Polícia nos Séculos XIX-XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

branca», recebendo por isso o epíteto de «formiga negra». Tal como esta organização, foi responsável pela vigilância e assaltos a jornais, sedes de partidos, sindicatos e associações. Ficaram conhecidos os assaltos aos jornais *Mundo* e, no Porto, as arremetidas às sedes dos periódicos *Vanguarda, A Montanha e O Norte*, para além da investida ao Grande Oriente Lusitano, depois do assassinato de Sidónio Pais[1796].

No Porto destacava-se a acção policial de Solari Allegro, impedindo as manobras revolucionárias dos radicais no Porto e Lamego, ocorridas em Maio e Setembro respectivamente. A conjura de Lamego, onde o regimento de infantaria nº. 9 se preparou para a subversão, sob organização de sargentos republicanos, é elucidativa da capacidade de intervenção do comissário de polícia, que se deslocou pessoalmente a Lamego para fazer abortar o movimento[1797]. Destemido e organizado, o futuro ministro do reino construíra uma rede de espionagem que se estendia por várias províncias, estribada na acção de grupos civis que instauravam o terror entre os radicais. O alferes Pinto Machado, adjunto de Alberto Margaride, descreveu assim a sua actuação: «A bem dizer, polícia de segurança, no tempo do Presidente Sidónio Pais, só a teve o Porto quando o governador civil entregou o seu comando ao capitão Solari Alegro»[1798]. Pinto Machado revela ainda a capacidade de Allegro para se antecipar às conspirações republicanas, como aconteceu a 12 de Outubro, quando logrou prender o comité revolucionário de Matosinhos, frustrando assim os planos sediciosos para a região do Porto.

A acção das forças de segurança, muito exaltada pela imprensa da cidade, não se confinava à actuação dos agentes policiais. Os grupos de civis, conhecidos mais tarde por «trauliteiros», iniciaram as suas actividades de vigilância e violência ainda no decorrer do sidonismo e sob a bandeira republicana. Sob a direcção de Solari Allegro, grupos de vigilantes, muitos deles já possuidores de cadastro policial ditado por «razões políticas», praticaram os mesmos actos que os grupos republicanos: invadiam a residência de políticos e agitadores conhecidos, onde procediam a múltiplas diligências, e chegavam mesmo a atacar os republicanos mais odiados. Era o

---

[1796] Cf. António José Telo, *ob. cit.*, pp. 180-189.
[1797] Cf. José Luciano Sollari Allegro, *Para a História da Monarquia do Norte*, Lisboa, Bertrand, 1988, p. 304.
[1798] Idem, Ibidem, p. 301.

começo de um processo de vingança que desembocaria no famoso «Éden Teatro»[1799]. Entre os cabecilhas destes grupos, que estarão na origem do célebre Éden, destacou-se uma criatura de nome António Fonseca Júnior, um «velho soldado da Causa Monárquica»[1800], que terá grande destaque e visibilidade no período que decorreu entre o final do sidonismo e a restauração monárquica de 1919.

O resultado mais visível deste sistema repressivo encontra-se na prisão de centenas de opositores. Depois da revolta de 12 de Outubro e da greve geral de 18 de Novembro, teriam sido encarceradas mais de 300 pessoas. Mais tarde, Alberto Margaride justificou as inúmeras prisões, incluindo a prisão de um chefe civil famoso no Porto, Alberto Midões, com o mar de violências praticadas pelo radicalismo republicano. As violências praticadas pelos grupos de «trauliteiros» constituíam uma reacção natural pois «foram todos estes atentados descritos que deram motivo de ódios e vinganças»[1801].

A utilização da força policial, mesmo em regimes democráticos, parece encontrar legitimidade nas responsabilidades do Estado em manter a ordem pública, porque a manutenção da ordem é, desde há séculos, uma finalidade da polícia[1802]. Mas, em Portugal, durante a república, esta prerrogativa das forças policiais e militares foi muitas vezes usurpada por grupos de cidadãos que se instituíram para defesa do regime ou de determinado governo. Esta utilização ilegítima da força coerciva parece romper com a tese de Max Weber de que o Estado, através da polícia, detém o monopólio da violência legítima.

Por outro lado, se a ordem constitui uma finalidade da polícia, ela pode tornar-se um valor da política, especialmente quando o Estado se mostra precário e a instabilidade atinge por isso os fundamentos do Poder[1803]. Isto explica a importância que a ordem teve na retórica dos grupos conservadores, não só entre os agrupamentos político-ideológicos, monárquicos e republicanos conservadores, mas igualmente entre diferentes sectores da sociedade, como o exército, a lavoura e a indústria. A revolução

---

[1799] AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 411, pasta 4, com inúmeros depoimentos de participantes nos grupos civis e vítimas da sua violência.
[1800] BNP, ELM, carta de António da Fonseca Júnior a Luís de Magalhães, de 12-10-1921.
[1801] Alberto Margaride, *ob. cit.*, pp. 317-319.
[1802] Hélène L'Heuillet, *Alta Polícia Baixa Política. Uma visão sobre a Polícia e a relação com o Poder*, Lisboa, Notícias Editorial, 2004, p. 99.
[1803] Idem, *Ibidem*, pp. 112-113.

de 5 de Dezembro teria origem numa reacção à incapacidade do Estado para garantir a ordem. No final do sidonismo, a crescente instabilidade, agravada pelo surgimento endémico da pneumónica e pela agitação operária, sugeriu a alguns sectores do exército o projecto de uma intervenção corporativa para estabelecer um regime de ordem. A «ordem» pública não era só uma finalidade da polícia, passava a constituir um valor que legitimava a intervenção da única instituição que, depois da Polícia, podia exercer legalmente a coerção. A constituição das Juntas Militares, para além das questões políticas imanentes, não pode dissociar-se desta problemática da organização e funcionamento do Estado.

2. As Juntas Militares

O problema da ordem pública marcou o fim do sidonismo, em resultado de uma combinação de dificuldades políticas e económico-sociais. Ao nível político, a crise de Poder consubstanciada no isolamento de Sidónio Pais e no confronto entre monárquicos e republicanos traduziu-se no aprofundamento da repressão. No campo social, manteve-se o custo de vida elevado, associado à crise das subsistências. Mas as dificuldades das populações viram-se subitamente agravadas com uma nova crise de saúde pública marcada pela gripe pneumónica, que dizimou cerca de sessenta mil pessoas em Portugal continental[1804]. A fome e a doença tornaram a vida penosa para milhares de portugueses, sujeitos à caridade do Estado ou de associações locais, que distribuíam sopas entre as populações mais carenciadas[1805].

Esse período tenso e fértil em perturbações ficou também assinalado pela luta dos sectores operários e sindicais que adensaram a agitação social. Para além de greves sectoriais, a União Operária Nacional marcou uma greve geral para o dia 18 de Novembro. O predomínio do anarco-sindicalismo, influenciado pela revolução russa e pelos apelos à Revolução

[1804] Sobre a gripe pneumónica, leia-se João José Cúcio Frada, *A Gripe Pneumónica em Portugal Continental – 1918*, Lisboa, SeteCaminhos, 2005.

[1805] As sopas dos pobres, ou sopas do Sidónio, marcaram a acção social do governo de Sidónio Pais. Mas em muitas cidades foi necessário recorrer à acção de associações locais para acudir ao agravamento das condições de vida, por falta de géneros e pelo flagelo da pneumónica. A situação de Coimbra foi descrita pelo general Tamagnini de Abreu e Silva, «Os Meus Três Comandos», *ob. cit.,* pp. CCLXII-CCLXV.

mundial, guiou a União Operária para a organização de uma reivindicação geral, em vez das clássicas paralisações parciais por sectores de actividade[1806]. O governo reprimiu com brutalidade a greve geral, entregando às forças do exército e da GNR a eliminação da subversão operária. Ainda assim, a opinião conservadora vislumbrava na contestação das massas trabalhadoras o sintoma das fragilidades do Estado, impotente para garantir a ordem pública. Como era natural, o mundo conservador reagiu com temor à «revolta bolchevique» e coube-lhe a tarefa de reprimir ideologicamente a ameaça. Para o secretário de Estado da guerra, tenente-coronel Álvaro de Mendonça, conhecido pelo seu monarquismo, a greve geral constituía uma etapa no processo de subversão mais vasto protagonizado pelos sectores radicais e que tinha as suas raízes próximas nas revoltas de Coimbra e Évora. Este movimento político-social não traduzia apenas uma ameaça à ordem pública, constituía um ataque frontal ao próprio regime constitucional: «O programa deste movimento preconizava a abolição da magistratura, do exército, da polícia, da marinha. Enfim, era a desordem completa; era a destruição do organismo social! Era um programa bolchevista: a desordem, a anarquia!»[1807]. Para além dos sinais de crise social, a crispação e contestação ao próprio Sidónio Pais aumentavam de tom, havendo rumores desde o Verão de que se atentava contra a vida do presidente da república[1808].

É todo este contexto de agitação político-social que explica a formação das Juntas Militares. A continuidade entre o sidonismo e a Monarquia do Morte, e o predomínio de alguns monárquicos nas Juntas, fez com que os sectores republicanos e a generalidade da historiografia viessem a estabelecer como objectivo primacial da corporação militar a restauração do trono em Portugal. Os relatórios das autoridades militares republicanas, produzidos quase todos por oficiais democráticos, apressaram-se a estabelecer essa interpretação de forma inexorável: «Eu tive que defender a República contra os rebeldes da Junta Militar do Norte e contra os rebeldes da Junta Monárquica do Porto, vi bem que foram sempre os mesmos. Não

---

[1806] Sobre a greve geral de 18 de Novembro e a evolução do sindicalismo, leia-se António José Telo, *ob. cit.*, pp. 195 e ss; Maria Alice Samara, *Verdes e Vermelhos. Portugal na Guerra no ano de Sidónio Pais*, Lisboa, Notícias Editorial, 2003.

[1807] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 04-12-1918, p. 6.

[1808] Cf. Theofilo Duarte, *Sidónio Pais e o seu Consulado*, Lisboa, Portugália, 1941, pp. 332-333.

quero, por isso, fazer qualquer distinção entre as duas rebeliões. Ambas foram contra a República. Ambas tinham por fim reimplantar a Monarquia»[1809]. Mas o confronto de fontes militares com fontes monárquicas, a maioria inéditas, permite a reconstituição de um processo político-militar cuja complexidade decorre da fragmentação do país em múltiplas forças políticas que lutaram para chegar ao Poder: para além dos republicanos, monárquicos e sidonistas, o exército, também dividido em sectores político-ideológicos, procurou assumir um maior protagonismo no pós-sidonismo.

A organização das Juntas consumou-se em Novembro de 1918, no auge da agitação subversiva anarco-sindicalista, quando então se admitia a possibilidade de um atentado pessoal contra o presidente. Com o conhecimento deste, constituiu-se uma estrutura castrense que previa a instituição de um «governo militar, caso Sidónio sucumbisse vítima de um atentado»[1810]. Essa organização militar, que devia incluir núcleos nas cidades de Lisboa, Porto, Coimbra, Évora e Braga, adoptou um programa de intenções que configurava a intervenção corporativa do exército com vista a impedir a «conquista do poder» pelas «facções demagógicas» e garantir a «ordem pública», eliminando os focos de conspiração e revolta produzidos no seio da «política facciosa».

O mais importante preceito deste programa referia-se ao chefe de Estado: o juntismo comprometia-se a remover todas as pressões que se exercessem sobre o presidente da república vindas dos sectores democráticos e «na falta, por qualquer circunstância, do actual chefe de Estado tomar posse do poder, a fim de impedir que ele caia novamente nas mãos da demagogia». Uma das disposições programáticas abria ainda as portas a uma consulta plebiscitária sobre o regime: «5.º desde que cessem as circunstâncias, que determinam o apoio do exército à actual situação, empregar os meios necessários, para que a vontade nacional possa decidir os destinos do país, sem intervenção de poderes estrangeiros, que nos

---

[1809] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 52, pasta 2, Relatório do coronel Augusto César Ribeiro de Carvalho. Veja-se, ainda, AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 55, pasta 1, o relatório do tenente-coronel Fernando Augusto Freiria, «As Juntas Militares do Norte (Indícios da chamada "Traulitânia») (31 de Dezembro de 1918 a 8 de Janeiro de 1919)», de 08-01-1919; AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 52, pasta 2, relatório do comandante da 6ª divisão, Tomás de Sousa, de 28-06-1919; AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 3, maço 2, pasta 13, Relatório do general Alberto Ilharco, comandante em chefe das forças em operação no Norte.

[1810] Cf. Teófilo Duarte, *ob. cit.*, p. 333.

cumpre repelir patrioticamente como atentatórios do brio e dignidade da nação»[1811]. Este programa, que teve um carácter sigiloso, terá sido rubricado pelo general Jaime Leitão de Castro, comandante da divisão militar de Lisboa, e por «todos os comandantes de unidades da capital, Porto, Braga e Coimbra».

Neste programa de intervenção militar só a última disposição parecia surpreender a influência monárquica, pois a adopção do plebiscito ressurgiu com grande intensidade em Novembro, pela pena dos seus órgãos de imprensa, no momento em que parecia iminente o fim da guerra na Europa[1812]. Mas ele torna claro que o objectivo das Juntas era em primeiro lugar impedir o regresso do Partido Democrático ao Poder. Veremos que as soluções para garantir este desiderato também contemplavam uma eventual restauração, mas esse desígnio encontrou muitas resistências entre a oficialidade monárquico-sidonista.

O predomínio de alguns oficiais conhecidos pelo seu monarquismo também reforça a tese de que as juntas nasceram para restaurar o trono. As Juntas Militares tinham um conselho director, que devia ser presidido por um general, cargo que mais tarde ofereceram ao general Tamagnini de Abreu, comandante da 3.ª divisão do exército (Coimbra), mas que este nunca assumiu[1813]. Esse conselho director era ainda constituído por João de Almeida, em representação da junta militar do Sul, e Artur Silva Ramos, da junta militar do Norte, ambos monárquicos, e articulava com o governo através dos secretários da guerra e interior, Álvaro Mendonça e Tamagnini Barbosa. Mas Tamagnini, que acompanhara a organização militar e lhe tinha dado o seu apoio, «louvando-lhe o fim, entendendo-se com os dirigentes», haveria de tornar-se no seu mais feroz adversário, não ficando claro se o fazia por dedicação à república que julgava ameaçada ou por ambição política[1814]. A recusa em apoiar um governo militar, após a morte de Sidónio Pais, acabou por valer-lhe a hostilidade e o desprezo das Juntas Militares e

---

[1811] Idem, *Ibidem*, pp. 333-334.
[1812] Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit*., pp. 169 e ss.
[1813] Cf. Fernando Tamagnini, «Os Meus Três Comandos», in *ob. cit*., p. CCLXXVI.
[1814] Cunha Leal escreveu nas suas memórias que Tamagnini Barbosa não teve ligações com as Juntas Militares, recusando o convite para integrar o seu «Conselho Superior», mas as fontes indicam o contrário. Cf. *ob. cit.*, p. 131.

da opinião conservadora, que o acusavam de trair a «obra» e a «memória» de presidente assassinado[1815].

Para compreender melhor os desígnios das Juntas, importa lembrar que a concepção não constituía uma invenção nacional, pois em Espanha organizara-se o exército para impor os interesses da classe e da pátria à política, supostamente ameaçados por valores «ultra-avançados». Também aí o exército se impôs como Poder, pressionando o parlamento e os poderes públicos, provocando a queda de governos e expulsando as autoridades civis dos seus lugares[1816]. Esta será a realidade que em Portugal se desenhará após a morte de Sidónio Pais.

A compreensão do fenómeno das Juntas Militares deve entender-se, pois, à luz desta conjuntura conturbada em que o Estado revelava sinais de fraqueza e o bloco político-militar que sustentava Sidónio Pais começara a fragmentar-se. Acabaria por revelar-se a predisposição de largos sectores do exército para impedir a chegada ao poder do Partido Democrático e de prosseguir numa política conservadora, ordeira e autoritária. O relatório de um oficial republicano que combateu a monarquia restaurada, José Martins Cameira, revela a existência desse ambiente político conturbado de 1918 e do surgimento de interesses corporativos dentro do exército: «Foi sob uma atmosfera pesada e irrespirável que a Junta Militar do Porto nasceu e actuou facilmente num campo largo e fecundo por quase todas as guarnições militares do país. Não era lícito pôr em dúvida a franqueza dos seus propósitos anunciados, os quais consubstanciavam a aspiração de todos os elementos do exército de formarem um organismo próprio, à semelhança de todas as mais classes, susceptível de pugnar pelas suas prorrogativas, já prestes a submergirem-se pouco a pouco, sem que as estações competentes lhes pusessem cobro. É facto que as Juntas Militares, mais do que quaisquer outras associações de classe, constituem um estado dentro doutro estado.

[1815] AHM, TMEL, processo n.º 70/1919, depoimento de Carlos Maria Veloso, capitão da GNR: «Para um homem de dignidade não havia hesitação, tanto mais que por factos anteriores eu sabia bem que o sr. Tamagnini era homem sobejamente capaz de trair toda a gente. Haja em vista que esse senhor tinha dado todo o seu apoio, em vida, ao senhor doutor Sidónio Pais, para a formação das Juntas Militares, louvando-lhe o fim, entendendo-se com os dirigentes, nomeando-me a mim como agente de ligação entre ele e o órgão dirigente dessas Juntas, tendo conferências várias comigo e outros, em que se orientou a marcha dessa organização, etc., etc. e depois foi esse senhor que a propósito das Juntas representou o papel que se sabe. Com o que via, com o que diziam os jornais, e com tal homem no governo, eu via bem que se tramava uma obra de traição à orientação de Sidónio Pais e portanto não tinha que hesitar no caminho a seguir».

[1816] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 54, pasta 1.

Mas o estado civil para manter a sua indispensável supremacia carecia também de fazer respeitar o prestígio, as tradições, a hierarquia e o bom nome do exército que constituem a sua razão de ser para nele se pode firmar nos tempos difíceis e através de todas as vicissitudes»[1817].

A intervenção do exército na vida política da república resultava, afinal, da pressão persistente que os diferentes sectores políticos e ideológicos, incluindo republicanos e monárquicos, faziam sobre a caserna. Esta excessiva politização do exército dera já origem a uma retórica contra os políticos, especialmente visível nos dirigentes das Juntas Militares. A 20 de Dezembro de 1918, decorria então o braço de ferro entre as Juntas e Tamagnini Barbosa para a constituição do primeiro governo pós-sidonismo, o major Alberto Margaride legitimava a acção daquelas com a existência no seio do exército de uma «corrente de indignação contra os políticos que apenas pretendem satisfazer as suas ambições pessoais e os seus interesses partidários»[1818]. A mesma crítica às «ambições» e «interesses pessoais» dos republicanos seria produzida pelo general Ilharco, comandante das forças que combateram a Monarquia do Norte[1819].

Alberto Ilharco foi ainda mais acutilante nas críticas que endereçou aos dirigentes republicanos, responsabilizando-os pela instabilidade no exército como resultado desse fenómeno de politização que explicava o clima geral de conspiração constante: «As discórdias entre políticos para cuja solução se solicita, ou se permite a intervenção da força armada, tem cultivado o espírito de indisciplina e despertado ambições imoderadas, dando lugar às frequentes conspirações, ou manifestações, de que o país tem sido vítima há alguns anos, e que tanto têm concorrido para a constante intranquilidade e consequentes resultados, em que tem vivido»[1820]. Apesar do carácter faccioso das recentes intervenções do exército, desde o movimento das espadas no início de 1915, começava então a definir-se uma tendência corporativa que legitimava a intervenção da caserna com a necessidade de salvaguardar os interesses nacionais. Não era ainda a ditadura militar empenhada na Revolução Nacional, mas a mesma ganga ordeira, a mesma

---

[1817] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 55, pasta 1, José Martins Cameira, «Movimento Insurreccional do Norte em 1919. Subsídios para a sua história», 1925.
[1818] «Palavras dum Patriota», in *O Liberal*, 20-12-1918, p. 1.
[1819] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 3, maço 2, pasta 13, Relatório do General Alberto Ilharco.
[1820] *Ibidem*.

retórica patriótica e salvífica já se encontrava na definição da legitimidade do juntismo, concebido em nome de uma «administração séria e honesta»[1821].

A crise entre a *República Nova* e as juntas rebentou com a morte de Sidónio Pais, à entrada da estação do Rossio. O chefe de Estado preparava-se para entrar no comboio com destino ao Porto, cidade onde o conflito entre monárquicos e republicanos expunha já as fraquezas do sidonismo e antecipava o confronto futuro. Para além das tensões deste conflito, a capacidade das autoridades locais para combater «o perigo demagógico» revelava uma autonomia perigosa para o presidente, que aparentemente se predispunha a substituir essas autoridades, nomeadamente Alberto Margaride e o comissário da polícia Solari Allegro, colocando o seu irmão António Silva Pais à frente do governo civil[1822]. No dia anterior, no parlamento, o deputado Celorico Gil, que então desertara do campo sidonista, proclamava enfaticamente que a dependência de Sidónio Pais em relação dos monárquicos seria o fim do regime: «O Governo não tem outro apoio, o Governo não tem outra segurança, está fiado na força dos monárquicos e essa força é que o há-de perder, porque com eles será arrastado»[1823].

Assassinado Sidónio Pais, os monárquicos do Norte, incluindo os sectores militares das juntas, onde o movimento apresentava maior dinâmica e capacidade de mobilização, reuniram apressadamente para definir uma linha de rumo. Essa linha, transmitida por Luís de Magalhães a Aires de Ornelas, pois a Junta não tinha quaisquer contactos oficiais com o chefe monárquico[1824], era fiel ao programa já traçado em conjunturas anteriores, isto é, preconizava o estabelecimento de uma «ditadura militar» que organizasse um plebiscito: «Do que se trata? Simplesmente da formação dum governo militar que assuma a ditadura pª manter a ordem e fazer a limpeza da política infestada pelo demagogismo sicário – e vá, depois pª. a solução decisiva da consulta nacional. Isto aqui assumiu uma

---

[1821] «Palavras dum Patriota», in *O Liberal*, 20-12-1918, p. 1.

[1822] Numa carta a Alberto Margaride, António Silva Pais confirma que a ida ao Porto se devia à «rebeldia constante de monárquicos e republicanos» mas recusa que a sua ida visasse substituir o governador civil, pois afirma «ignorar» as intenções certas de Sidónio Pais, «assim como creio que ninguém poderá com segurança informar quais eram». Cf. Alberto Margaride, *ob. cit.*, pp. 352-353. Cunha Leal, porém, refere que o motivo da viagem de Sidónio Pais era pôr fim às Juntas Militares, o que é pouco provável, pois a sua acção ainda não se fazia sentir. Cf. *ob. cit.*, pp. 131-132.

[1823] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 13-12-1918, p. 11.

[1824] AHM, TMEL, n.º 92, arquivo 108, depoimento de Aires de Ornelas e Vasconcelos.

unanimidade, que decerto se não dá aí, onde a intriga (mesmo ausente o Egas) há-de fervilhar»[1825]. Parece assim evidente que a estratégia dos dirigentes das Juntas Militares do Norte não passava pela restauração imediata da monarquia, apesar de verem no trono a solução para a crise nacional. Não é difícil compreender os escrúpulos dos oficiais realistas em avançar para aquela solução radical: a guerra terminara há pouco e Portugal preparava-se para participar na Conferência de Paz, onde já se encontrava Egas Moniz; a restauração contrariava as orientações de D. Manuel para que se apoiasse a república até ao fim dessa Conferência de Paz, orientações que o rei exilado reiterou após a morte de Sidónio Pais. E os oficiais do exército não assumiam a mesma rebeldia que os políticos da Causa Monárquica, colocando por isso muitas reservas à empresa restauradora.

A carta de Luís de Magalhães é da maior importância para compreender a estratégia dos sectores militares que apoiaram o sidonismo, pois estavam na posse de um Poder valioso e temiam o regresso do «democratismo». Desaparecido o presidente, desapareciam também os «escrúpulos de lealdade e considerações de dedicação pessoal de muitos que o acompanharam e auxiliaram»: «Todos se sentem livres, e, senhores do poder, e da força que o defende e ampara, não estão dispostos a entregá-lo nas mãos dos inimigos, de quem serão amanhã as vítimas»[1826]. A Junta Militar do Norte defendia um movimento de força após o funeral de Sidónio Pais, pois seria «indiscreto dar um golpe de Estado (porque o seria) nessas primeiras horas de luto». Defendiam por isso a eleição indirecta de um presidente débil - «o que é preciso é preencher o lugar» - e a organização de um governo militar que evitasse o regresso dos democráticos e resolvesse a questão do regime por via de uma consulta popular. A consulta, solução de larga tradição entre os monárquicos, desde que Paiva Couceiro a defendeu em 1911, tinha a vantagem de garantir a restauração da monarquia na base «de uma solidez inatacável»: evitava a guerra civil e a animosidade da comunidade internacional, para além de ultrapassar as muitas reservas dos sectores conservadores do exército que eram indiferentes em matéria de

[1825] BNP, ELM, doc. n.º 12026, carta de Luís de Magalhães a Aires de Ornelas, de 17-12-1918. Pode ler-se em anexo.
[1826] *Ibidem*.

regime, por considerarem que não lhe competia fazer política[1827]. Era uma posição importante para convencer muitos oficiais de que o objectivo das Juntas Militares não visava a restauração da monarquia. O momento era por isso único: «No Porto o estribilho corrente é este: ou agora ou nunca»[1828].

Esta posição cautelosa explica as arremetidas dos sectores mais radicais do Porto, reunidos em torno do advogado Pereira de Sousa e do jornal *Pátria*, contra o que eles consideravam ser a passividade e indecisão tradicionais dos grupos conservadores, e insinuavam a restauração imediata como caminho lógico e inevitável: «Que receios os assaltam, que considerações há que, neste momento, os impeçam de dar ao problema político a única solução que tem?». Para Pereira de Sousa, a anarquia republicana só podia ser superada pelo regresso «ao passado», às «tradições» monárquicas do Portugal antigo e glorioso de «Ourique» do «Salado», de «Aljubarrota», das «Descobertas Marítimas» de «Camões» e de «1640»[1829].

O estabelecimento de uma ditadura militar encontrava uma larga consagração doutrinária na retórica propagandística dos monárquicos e católicos, para quem a intervenção das Forças Armadas tinha a vantagem de salvaguardar os princípios contra-revolucionários que apontavam o exército como reserva moral da nação. A legitimidade da sua intervenção na vida pública residia na crise e instabilidade permanentes, condições que se agravavam com o assassinato de Sidónio Pais. A intervenção do exército, «restabelecendo a ordem», «restaurando a disciplina» e «dignificando a hierarquia» consubstanciava uma exigência da nação. Esta retórica nacionalista, que antecipava outras intervenções da caserna, casava o pensamento dos sectores mais radicais do monarquismo, visível nos grupos do *Liberal*, do *Dia*, da *Pátria!* e especialmente do Integralismo, com as

---

[1827] Os monárquicos do Norte estavam convencidos da vitória fácil num plebiscito livre: «O que a consulta nacional dará, feita, como não pode deixar de ser, em plena liberdade, - já nós o sabemos. Mas acho que era da maior conveniência pôr uma cláusula fundamental na lei que decretar o plebiscito. Essa cláusula será a obrigatoriedade do voto. Isto tem 2 vantagens: obrigar a imensa massa de monárquicos a ir à urna e amarrar os republicanos à responsabilidade d'esse grande acto político, à qual hão de querer eximir-se pela abstenção geral, sob qualquer pretexto para encobrirem a sua derrota. Feito o plebiscito n'estas condições, a sua significação é incontestável, inequívoca, decisiva» [*Ibidem*].

[1828] *Ibidem*.

[1829] Pereira de Sousa, «A Morte do Sr. Dr. Sidónio Pais», in *Pátria!,* ano 2, n.º 437, 16-12-1918, p. 1.

posições dos dirigentes monárquicos da Junta[1830]. Por isso a grei realista, arvorando o «perigo demagógico», exultava com a predisposição de força das Juntas Militares, enchendo as primeiras páginas da sua imprensa de incentivos patrióticos e «vivas ao exército»[1831]. Os sidonistas, por sua vez, acusavam o grémio realista de provocar a instabilidade, ao procurarem a «restauração imediata da monarquia, ou, pelo menos, a consulta ao país, em plebiscito»[1832].

A pressão do Norte sobre Lisboa provocou uma tensão natural nas Juntas Militares, pois «não faltavam receios de que, se aí se hesitasse, todo o norte (porque estavam no Porto delegações das guarnições de Braga, Viana, etc.) tomasse a iniciativa do movimento»[1833]. Ora precisamente em Lisboa, na primeira reunião que teve lugar no Governo Civil, na madrugada de 15 de Dezembro, o monárquico Álvaro Mendonça, secretário de Estado da guerra, e responsável pela prevenção do exército, propôs a constituição de um governo militar por saber que essa era a «posição dominante no exército e nos meios conservadores que haviam apoiado o Dr. Sidónio Pais e a sua política»[1834]. A verdade é que a opinião pública em Lisboa esperava essa imposição de força do exército. Vários oficiais e subalternos procederam a múltiplas diligências no sentido de um movimento castrense que impusesse uma ditadura, visitando para o efeito as unidades militares da cidade[1835]. Em Coimbra, pelo contrário, o general Fernando Tamagnini, comandante de divisão e antigo comandante do CEP, para evitar «graves levantamentos no país», ordenou a prevenção da guarnição da cidade e redigiu uma proclamação às tropas, invocando a disciplina e a obediências às

---

[1830] Uma leitura exaustiva dessa retórica militarista poder ler-se em Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 180 e ss.

[1831] Cf. *O Comércio de Viseu*, ano 32, n.º 3366, 22-12-1918, p. 1; *O Liberal*, 18-12-1918, p. 1.

[1832] Cf. *O Liberal*, 26-12-1918, p. 1.

[1833] BNP, ELM, doc. n.º 12026, carta de Luís de Magalhães a Aires de Ornelas, de 17-12-1918.

[1834] AHM, TMEL, pasta 11, depoimento de Álvaro César de Mendonça, fl. 16: «Efectivamente lançara a ideia da organização dum governo militar o que estava perfeitamente dentro das suas atribuições de membro do mesmo conselho, porém que não indicara nomes alguns, quer de monárquicos quer de republicanos; que assim procedia por ser essa a sua opinião e por saber ser também a dominante no exército e nos meios conservadores que haviam apoiado o Dr. Sidónio Pais e a sua política, e que portanto desejariam conservar e continuar a sua obra e ainda disse mais que está convencido que os factos [...] vieram provar que tinha razão na sua proposta pois a ter-se esta adoptado a ordem teria sido facilmente mantida e à Nação ter-se-iam poupado os acidentes que se sobrevieram».

[1835] Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 62, maço 1, pasta 1, relatório do tenente-coronel José Mendes dos Reis, 2.º comandante da Escola de Guerra.

autoridades, recusando qualquer envolvimento do exército na política partidária[1836].

O mais paradoxal da situação política é que na mesma reunião do governo civil coube a Aires de Ornelas, na qualidade de líder da minoria monárquica e representante de D. Manuel, contrariar a constituição de um governo militar[1837], procurando ainda mediar um conflito que parecia inevitável entre Lisboa e a Junta do Porto[1838]. Aires de Ornelas continuava fiel à política traçada por D. Manuel, que em Londres declarava ao ministro Augusto de Vasconcelos o seu firme apoio ao governo da república para a manutenção da ordem «até à conclusão do Tratado de Paz»[1839]. Foi em nome desta política de colaboração que Aires de Ornelas garantiu o apoio da minoria monárquica no parlamento para a eleição de João Canto e Castro[1840], um almirante apagado e que aparentemente agradava a gregos e troianos[1841], e que apesar do seu monarquismo soube gerir com firmeza os interesses da república[1842]. Na câmara dos deputados, Aires de Ornelas produziu um discurso empolgante em torno dos valores da ordem, defendendo a continuação da «obra do Sr. Sidónio Pais na luta contra a demagogia, na luta contra a força anárquica anti-social, que com os seus crimes vem enlutando a nação». Mas denunciava também a tendência que existia em Portugal para se procurarem continuadamente soluções violentas para as crises políticas. Ainda assim, reiterava como fundamental que o novo presidente se apoiasse no exército, instituição a quem competia velar para que a «ordem» fosse uma garantia nacional[1843].

A posição de Aires de Ornelas não agradou aos sectores mais rebeldes, que viam na actuação do chefe político da Causa a ruptura com a solução militarista que mais interessava aos monárquicos e aos dirigentes das Juntas

---

[1836] Fernando Tamagnini, «Os Meus Três Comandos», in *ob. cit.,* pp. CCLXVIII.

[1837] Cf. Rocha Martins, *Memórias sobre Sidónio Pais*, Lisboa, Edição da Sociedade Editorial ABC Limitada, 1921, p. 319.

[1838] AHM, TMEL, caixa 92, maço 108, depoimento de João de Canto e Castro.

[1839] MNE, AHD, 3P, A3, M49, telegrama da Legação de Londres, de 21-12-1918.

[1840] AHM, TMEL, caixa 92, maço 108, depoimento de João de Canto e Castro.

[1841] Cf. Rocha Martins, *ob. cit.*, p. 319. João Canto e Castro foi primeiro indigitado chefe do governo em substituição de Sidónio Pais. Cf. *A Capital*, ano 9º, n.º 2986, 15-12-1918, p. 1

[1842] Sobre a acção de Canto e Castro, leia-se Norberto Ferreira da Cunha, «A ordem e a pátria na acção de um presidente da república monárquico: Canto e Castro», in *Revista de História das Ideias*, vol. 27, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 2006, pp. 359-397; Fernando Mendonça Fava, «Canto e Castro – Um monárquico na Presidência da República», *Cadernos do CEIS20*, n.º 8, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2008.

[1843] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 16-12-1918, pp. 18-19.

Militares. Por isso lhe recusavam simpatias, insistindo em denegrir as suas qualidades políticas como representante de D. Manuel. Para o irrequieto Júlio da Costa Pinto, a restauração da monarquia «estava no ânimo de todos», excepto na de Aires de Ornelas «que estava agarrado, como aliás lhe cumpria, às instruções do Rei[1844]. Um cadete de Paiva Couceiro foi menos condescendente, definindo politicamente o chefe da causa monárquica como «apático e indolente»[1845]. Para Eurico Satúrio Pires, Aires de Ornelas devia ter assumido as suas responsabilidades em 14 de Dezembro e arrogado a condição de chefe militar: «Errou-se muito em Lisboa e o principal erro, de tudo o que tenho ouvido e ajuizado, para mim continua a ser o Aires a tempo e horas (já ainda em vida do Sidónio) não ter compreendido a situação e disposto tudo para ser o chefe militar incontestado, na falta do presidente. Não o foi, não o quis ou não o soube ser – foi esse o seu defeito»[1846]. Muitos outros, como António Cabral[1847], haveriam de exprobrar publicamente Ornelas pela sua atitude naquela reunião do governo civil. Moreira de Almeida, no *Dia*, acusava o chefe monárquico de «um erro gravíssimo, talvez um crime, de que nem os seus contemporâneos nem os que hão-de suceder-nos neste país anarquizado saberão perdoar»[1848].

Apesar do que fica dito, é correcto afirmar que o confronto entre as Juntas Militares e as autoridades republicanas preparou a reacção monárquica. Não só porque aquelas se estabeleceram como Poder, exercendo autoridade efectiva na administração pública, como mobilizaram forças do exército para combater a república. O braço de ferro com o que restava do sidonismo começou com a constituição do governo, que as Juntas pretendiam que tivesse um carácter militar ou que integrasse personalidades da sua confiança, e que devia ser presidido pelo coronel João de Almeida[1849].

[1844] BNP, ELM, doc. n.º 9006, carta de Júlio da Costa Pinto a Luís de Magalhães, de 12-01-1920.

[1845] BNP, ELM, doc. n.º 9062, carta de Eurico Satúrio Pires a Luís de Magalhães, de 14-10-1920.

[1846] BNP, ELM, doc. n.º 9074, carta de Eurico Satúrio Pires a Luís de Magalhães, de 29-01-1921.

[1847] Cf. *ob. cit.*, p. 401.

[1848] Citado por Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, p. 180.

[1849] Cf. Cunha Leal, *ob. cit.*, p. 141; Gonçalo Pimenta de Castro, *A Revolta de Monsanto de Janeiro de 1920*, Porto, Tipografia Mendonça, 1920, pp. 10-11. Entre essas personalidades contavam-se: os generais Fernando Tamagnini de Abreu e Garcia Rosado, os coronéis João de Almeida, Artur Silva Ramos e Corte Real, tenente-coronel Álvaro de Mendonça e Fernando Borges, capitães Baptista Coelho e Eurico Cameira, Francisco Fernandes, Luciano Pereira da Silva, Azevedo Neves, Fernandes de Oliveira e Forbes Bessa. O ministério ficou assim organizado: Presidência e Interior, Tamagnini Barbosa; Justiça, Afonso de Melo Pinto Veloso;

No início, as Juntas ainda impediram a formação de um governo presidido pelo republicano católico Nunes da Ponte[1850], mas o convite a Tamagnini Barbosa, apoiado inicialmente pelas Juntas, reforçava o campo sidonista. A resistência de Canto e Castro e Tamagnini Barbosa, procurando gerir um equilíbrio instável[1851], abriu um conflito político-militar que só terminaria a 13 de Fevereiro, com o fim da curta guerra civil e o regresso do *Partido Democrático* ao Poder.

A vitória de Pirro do sidonismo teve como consequência imediata as manobras dos oficiais da Junta do Sul. Em Lisboa, João de Almeida, que sectores do juntismo pretendiam ver na presidência do governo[1852], conluiou-se com os comandantes das unidades militares para «a substituição pacífica, já entre eles decidida, da república pela monarquia»[1853]. Conta

---

Finanças, capitão Ventura Malheiro Reimão; Guerra, coronel Luís da Cunha Corte Real; Marinha, capitão-fragata José Carneiro de Sousa e Faro; Estrangeiros, Egas Moniz; Comércio, João de Azevedo Neves; Colónias, capitão Alfredo Baptista Coelho; Instrução, Alfredo de Magalhães; Trabalho, Henriques Forbes Bessa; Agricultura, Eduardo Fernandes de Oliveira; Abastecimentos, capitão José da Cruz Azevedo.

[1850] Cf. Alfredo Margaride, *ob. cit.*, p. 375.

[1851] Sobre este conturbado processo escreveria o ministro das colónias, Baptista Coelho: «No dia 18 fui solicitado pela primeira vez por S. Ex.ª o Presidente da República para fazer parte do governo, acrescentando o Sr. Presidente que o meu nome fora indicado para esse efeito pelo Corpo de Tropas de Lisboa. Recusei alegando principalmente as minhas convicções e ligações monárquicas [...]. Não tendo eu tido qualquer prévio entendimento com o Corpo de Tropas sobre tal assunto, procurei logo a seguir o meu camarada e amigo Almeida Teixeira que me informou que efectivamente o Comando de Tropas de Lisboa fizera a indicação (ou exigência?) do meu nome e dos coronéis João de Almeida e Silva Ramos para entrarem no ministério em formação. Procurei convencer o Almeida Teixeira da inutilidade do sacrifício que de mim exigiam, mas o Teixeira e o Silveira Ramos que assistiu ao final da conferência, rematavam sempre por dizer que era indispensável a minha entrada no ministério. [...] No dia 22 à noite fui mais uma vez solicitado pelo S. Tamagnini Barbosa para sobraçar a pasta das colónias no ministério que ele fora encarregado de organizar. Recusei primeiro com os mesmos fundamentos apresentados nos dois primeiros convites, mas afinal acedi às instâncias feitas por me declarar o sr. Tamagnini que considerava a minha entrada no ministério absolutamente indispensável para satisfazer a exigência do Corpo de Tropas de Lisboa e da Junta Militar do Norte e tranquilizar assim o elemento militar» [IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, carta de Baptista Coelho a João de Azevedo Coutinho, de 25-12-1918].

[1852] Cf. Carta aberta de João de Almeida a Tamagnini Barbosa publicada na imprensa da época, in José Luciano Sollari Allegro, *ob. cit.*, pp. 80-83. Mais tarde, Tamagnini Barbosa afirmou no parlamento que a carta não seria da lavra de João de Almeida: «Estou porém convencido, e tudo me leva a crer, por nenhuma referência ser exacta, que a carta é forjada, e a autoria não será fácil de descobrir». Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 08-01-1919, p. 37.

[1853] Gaspar de Abreu, *ob. cit.*, p. 271. Escreveu este político que João de Almeida procurou Aníbal Soares no hotel onde os dois estavam hospedados e que numa conversa com este «lhe pedia para seguir com eles, comandantes dos regimentos de Lisboa, a uma reunião onde ia assentar-se nas formalidades a pôr em prática, para realizar-se a substituição pacífica, já entre eles decidida, da república pela monarquia, pedido que lhe trazia a fim de ele ir redigir a proclamação ao país do transcendente acontecimento». As formalidades da restauração indicavam que «o cerimonial era […] o de serem içadas, na alvorada do dia imediato, em todos quartéis, as bandeiras verdes rubras, a que seriam prestadas pela última vez as devidas continências, após o que elas seriam arriadas, subindo, seguidamente, as bandeiras

Gaspar de Abreu nas suas memórias que o fracasso da operação se deveu a uma diligência de Tamagnini Barbosa que, conhecedor dos conchavos, convenceu Gonçalo Pimenta de Castro a «desligar-se» do «acordo estabelecido»[1854]. Sem o acordo necessário para a restauração, João de Almeida ainda conseguiu arrastar algumas unidades para um pronunciamento em Monsanto. Chefiou as forças de cavalaria 2 e 4 e do grupo de artilharia a cavalo de Queluz, comandadas respectivamente pelos tenentes-coronéis Silveira Ramos, Luís da Cunha Meneses e Alberto de Almeida Teixeira que, acompanhadas do general Jaime Leitão de Castro, comandante da 1ª. Divisão militar, subiram à Serra para um pronunciamento, pedindo a demissão imediata do governo[1855]. O conflito ficou resolvido com a intervenção do general Garcia Rosado, monárquico discreto, que levou a Monsanto um telegrama de Londres dando conta do apoio do governo inglês a uma situação política constitucional e «apoiada pelo parlamento»[1856]. A face dos revoltosos ficaria salvaguardada por um acordo que previa a remodelação do governo até à abertura do parlamento, a 8 de Janeiro, feita de acordo com as Juntas Militares, e a entrega do comando do CTGL a um oficial da sua confiança[1857].

O pronunciamento de parte da guarnição de Lisboa não era um movimento monárquico, como insinuam algumas memórias republicanas[1858], apesar de ele decorrer de um projecto de restauração falhado. O percurso de João de Almeida, um dos nomes mais referenciados para ocupar um cargo num governo militar, é sintomático das muitas perplexidades e paradoxos que se revelaram neste período agitado e apaixonado. É certo que o «herói dos Dembos» provocava a maior reserva nos meios políticos, por ter

---

azuis e brancas, as quais, saudadas militarmente, ali ficariam a tremular, anunciando aos quatro ventos a restauração da monarquia» [p. 272].

[1854] Idem, *Ibidem*. Segundo Gaspar de Abreu, Aníbal Soares ainda começou a redigir a proclamação quando foi anunciada a visita de Pimenta de Castro que com ele teve «demorada conferência». Segundo o testemunho de Aníbal Soares, Tamagnini Barbosa, conhecedor dos objectivos da reunião, pediu a Pimenta de Castro «que obstasse às decisões tomadas, ao que ele, Pimenta de Castro, anuíra, desligando-se por isso do acordo ali estabelecido».

[1855] Em Monsanto estiveram, para além do general Leitão, alguns oficiais de artilharia e infantaria, 47 alunos e alguns cavalos de Escola de Guerra, comandados pelo capitão Sá Guimarães, vindo de Braga. Cf. Alberto Margaride, *ob. cit.*, pp. 373-374; AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 62, maço 1, pasta 1, Relatório do 2.º comandante da Escola de Guerra, tenente-coronel José Mendes dos Reis.

[1856] MNE, AHD, 3P, A3, M49, telegrama da legação de Londres, de 21-12-1918; Alberto Margaride, *ob. cit.*, pp. 373-374.

[1857] O documento está reproduzido em Rocha Martins, *Vermelhos, Brancos e Azuis*, vol. 3, Lisboa, Organizações Crisalis, 1951, p. 128.

[1858] Cf. Cunha Leal, *ob. cit.*, p. 143.

combatido a república a partir da Galiza e ser um impenitente conspirador no exílio[1859], mas era uma figura de indiscutível prestígio no seio dos sectores conservadores do exército. A sua reintegração nas forças armadas, concedida por Sidónio Pais, que lhe atribuiu o comando de Cavalaria 8, em Aveiro, traduziu-se numa dedicação verdadeira ao presidente, recusando em vida deste qualquer projecto restauracionista, que julgava da «maior inoportunidade»[1860]. Não se estranha que depois do insucesso de Monsanto, para onde foi em nome da «Causa Nacional» e da «Ordem que o exército por definição é obrigado a assegurar»[1861], se tenha refugiado em Aveiro. Ainda teve papel importante na construção da máquina de guerra da Junta Militar do Norte, como se verá, mas recusaria afincadamente o cargo de ministro da guerra que Paiva Couceiro lhe ofereceu na monarquia restaurada.

Se referimos o caso de João de Almeida é porque ele é sintomático da predisposição de parte da oficialidade monárquica de Lisboa. Ao contrário do Porto, oficiais como Almeida Teixeira, Silveira Ramos, Gonçalo Pimenta de Castro ou Eduardo Pellen – futuro comandante do Comando de Tropas da Guarnição de Lisboa - entre muitos outros, continuavam presos àquilo que Luís de Magalhães se referia como «peias morais». Esses laços seriam descritos por Teófilo Duarte nas suas memórias sobre Sidónio Pais[1862], para explicar a sua recusa quanto a um movimento inequivocamente monárquico, mas que afinal a morte do presidente tornou inevitável. Os sectores radicais do monarquismo fariam depois outra interpretação destas «peias morais», criticando abertamente os oficiais e políticos da coroa que serviram o sidonismo de se terem «sentado» e que por causa disso «custava-lhes a levantar»: «A moralidade dos homens que hoje narram os acontecimentos, é diversa da que tinham nessa época; principalmente a dos que serviram com

---

[1859] Cf. Alberto Margaride, *ob. cit.*, pp. 375-378; Fernando Tamagnini, «Os Meus Três Comandos», in *ob. cit.*, p. CCLXXII.

[1860] BNP, ELM, doc. n.º 2402, carta de João de Almeida a Luís de Magalhães, 24-11-1918. Escreveu João de Almeida: «Regressei ontem à noite de Lisboa onde fui chamado pelo Ministério do Interior. Aqui está ainda muito longe de estar bem. Também tive de lá me encontrar com o nosso homem, que traz projectos largos, mas que eu julgo da maior inoportunidade. Lá lhe deitei um balde de água fria nas ardentes empresas».

[1861] Carta de João de Almeida (de 20-12-1918), in *O Liberal*, 23-12-1918, p. 1. Mais tarde, em 7 de Janeiro, o *Diário de Notícias* publicaria outra Carta de João de Almeida em que explicava a sua atitude como resultante do compromisso assumido pelas Juntas – a que pertencia Tamagnini Barbosa - e Sidónio Pais, de assumir o poder caso o presidente fosse assassinado. Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit*., pp. 187-189.

[1862] Cf. *ob. cit*., p. 332.

Sidónio. Havia monárquicos que, na frase pitorescamente sugestiva do Couceiro, e que me não esquece nunca, se tinham sentado; portanto, custava-lhes a levantar. Ministros houve que olhavam os monárquicos combativos se não abertamente como adversários, como amigos dos diabos muito incómodos portanto»[1863]. Entre os oficiais monárquicos mais censurados encontra-se precisamente Gonçalo Pimenta de Castro, que comandava o regimento de infantaria 16 e que rompeu com o acordo das unidades de Lisboa para a «restauração pacífica» do trono. O seu regimento de infantaria concentrava parte importante do «armamento ofensivo e defensivo» do regime[1864], e era por isso importante em qualquer pronunciamento ou movimento militar[1865].

A atitude irredutível de Pimenta de Castro, na sua recusa em se envolver em política, a influência militar e moral que exercia nos restantes regimento de infantaria, explicam em parte o falhanço do pronunciamento de 23 de Dezembro, como não deixarão de influir no falhanço do segundo movimento de Monsanto, em 23 de Janeiro de 1919, já depois de restaurada a monarquia no Porto. Pimenta de Castro, que era suspeito de conspirar contra a república em 1911, integrava o grupo dos muitos oficiais monárquicos para quem a questão do regime se tornara secundária, mas que em 1926 não deixarão de apoiar o movimento militar contra a república. A animosidade e hostilidade de muitos correligionários explicam a publicação do livro *Revolta de Monsanto*, em 1922, visto como justificação moral da sua atitude de estranha neutralidade, assim como do CTGL, defendendo-se do apodativo de «traição» que se lhe colara no decorrer do julgamento dos monárquicos revoltosos[1866].

O retraimento de Lisboa não fez esmorecer o Porto. Depois de uma primeira «proclamação» dirigida à «heróica cidade do Porto» e ao «resto do País», a 18 de Dezembro, em que ameaçou assumir «toda a acção governativa» se o exército não fosse ouvido, a Junta Militar transformou-se em «Junta Governativa» após a formação do governo de Tamagnini Barbosa, porque este não correspondia «aos desejos patrióticos do Exército». Essa

---

[1863] BNP, ELM, doc. n.º 9006, carta de Júlio da Costa Pinto a Luís de Magalhães, de 12-01-1920.

[1864] Cf. Cunha Leal, *ob. cit.*, p. 144.

[1865] O que explica que João de Almeida insistisse com Pimenta de Castro na importância da saída do regimento. Cf. Gonçalo Pimenta de Castro, *ob. cit.*, p. 14.

[1866] Cf. *ob. cit.*, nota inicial do autor.

Junta Governativa, que não chegou a concretizar-se, por pressão do governador civil do Porto, Alberto Margaride[1867], ainda comunicou para Coimbra que «tinha assumido as rédeas da governação do pais»: «Foi sol de pouca dura; na tarde desse mesmo dia notificou que fosse considerado sem efeito a anterior comunicação»[1868].

A Junta Militar do Norte não tomara as «rédeas da governação do país» mas existia na prática como sistema de Poder. Com efeito, as autoridades civis da cidade, o major Margaride e o capitão Solari Allegro, integravam as Juntas Militares e dispunham de grande poder na administração da cidade. Solari Allegro controlava as polícias e os grupos de civis que desde o sidonismo praticavam, com zelo por vezes excessivo, a vigilância sobre conhecidos republicanos. No plano militar, a Junta comportou-se como a única autoridade, mobilizando forças de diferentes guarnições do Norte para o Porto e concentrando volumoso armamento e munições na cidade[1869]; determinando a prisão de oficiais, políticos e civis conotados com o *Partido Democrático* ou simples opositores das Juntas, como o tenente Serafim Morais[1870]; destituindo e nomeando autoridades militares e civis, como aconteceu em Viseu, Régua e Vila Real[1871].

Como conseguiu a Junta do Norte concentrar tamanha autoridade e Poder? Para responder cabalmente à questão, sem a qual será impossível perceber a facilidade com que mais tarde foi restaurada a monarquia no Porto, é importante analisar o comportamento das guarnições do exército durante esse período, perceber os mecanismos de comunicação e mobilização dos comandos. A Junta do Porto procurou convencer todas as guarnições do país da importância de garantir a unidade do exército no seu

---

[1867] Cf. Alberto Cardoso Martins de Meneses Macedo (Margaride), *O Combate de Vila Real em 8 de Janeiro de* 1919, Tip. Minerva Vimaranense, Guimarães, 1921, pp. 8-9. Era constituída por oficiais monárquicos: João Gomes Espírito Santo, coronel de artilharia; Artur da Silva Ramos, coronel de engenharia; Augusto César Madureira Beça, coronel de infantaria; João C. Corte Real Machado, tenente-coronel de artilharia; Alberto Meneses de Macedo, major de cavalaria.

[1868] Fernando Tamagnini, «Os Meus Três Comandos», in *ob. cit.*, p. CCLXXII. A proclamação com a Junta Governativa foi distribuída em Braga, mas em Lisboa foi proibida por Tamagnini Barbosa, depois de Margaride ter informado Lisboa do comboio em que seguiam as proclamações. Cf. Alberto Margaride, *ob. cit.*, p. 9; José Luciano Sollari Allegro, *ob. cit.*, p. 78.

[1869] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 52, maço 1, pasta 1; Fernando Tamagnini, «Os Meus Três Comandos», in *ob. cit.*, p. CCLXXII; AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 55, maço 1, pasta 3, Relatório do tenente-coronel Fernando Augusto Freiria.

[1870] Cf. *A Situação*, 31-12-1918, p. 1.

[1871] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 55, maço 1, pasta 3, Relatório do tenente-coronel Fernando Augusto Freiria.

esforço para impor um governo militar a Lisboa. A retórica das Juntas encontra-se expressa nas diferentes proclamações em que a continuidade da «obra de Sidónio Pais» no combate à «demagogia» se revelava como eixo nodal da sua intervenção. A Junta do Norte – a Junta do Sul não teve o mesmo nível de institucionalização - depois da proclamação de 18 de Dezembro, enviou cópias do documento às várias regiões militares solicitando a resposta dos respectivos comandos. As respostas foram elucidativas: a 7.ª divisão (Tomar) declarou «prestar adesão moral» à Junta; a 6.ª divisão (Vila Real) declarou «obediência» aos superiores legítimos, mas actuaria quase sempre de acordo com a Junta do Porto; a 5.ª divisão (Coimbra), chefiada por Fernando Tamagnini de Abreu, não respondeu, mas algumas unidades da cidade responderam «estar incondicionalmente ao seu lado»[1872]; finalmente, na 2.ª divisão (Viseu) os comandos estavam divididos, alguns responderam «ambiguamente» mas podia considerar-se «aberta ou tacitamente» ao lado da Junta Militar do Norte»[1873].

Mais tarde, em Coimbra, onde o tenente-coronel Carvalho da Silva, membro da Junta, se deslocou para tentar a adesão do recalcitrante Fernando Tamagnini, que até aí tentara mediar o conflito institucional entre a Junta do Norte e o governo, aquele oficial de cavalaria 9 declarou «que à Junta tinham aderido [-] todas as guarnições do Norte excepto Viana; toda a 4ª Divisão que, segundo disse queria marchar sobre Lisboa, tendo sido difícil contê-la, quase toda a 7ª Divisão e a maior parte dos corpos da guarnição de Lisboa»[1874].

Parecia assim indiscutível aos olhos de Fernando Tamagnini que o grosso do exército estava, com excepção de várias guarnições – como Viana, Santarém, Caldas da Rainha e Abrantes - ao lado das Juntas Militares. Quanto aos processos, enquanto alguns comandantes reuniam os oficiais e sargentos das suas unidades para os questionar sobre a atitude que deviam

---

[1872] Fernando Tamagnini, «Os Meus Três Comandos», in *ob. cit.*, p. CCLXXI.

[1873] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 55, maço 1, pasta 3, Relatório do tenente-coronel Fernando Augusto Freiria.

[1874] Fernando Tamagnini», «Os Meus Três Comandos», in *ob. cit.*, p. CCLXV. A este respeito existem informações contraditórias. Na *Capital* [n.º 2987, 30-12-1918, p. 2] dá-se conta da visita de um delegado do ministério da guerra, capitão Henrique de Sousa Gomes, às guarnições de Santarém, Abrantes, Leiria, Tomar, Alcobaça e Caldas da Rainha «encontrando as tropas animadas do mais alto espírito republicano ao lado do governo legalmente constituído, não tendo aderido, nem querendo aderir à chamada Junta Militar do Norte».

tomar face às Juntas Militares[1875], outros havia que tomavam posição favorável sem consultar os seus oficiais[1876], o que fazia aumentar os níveis de indisciplina militar[1877]. Mas também houve situações em que a recusa de aderir às Juntas teve como resultado a prisão, separação de serviço ou a transferência dos oficiais rebeldes, o que atesta o poder e arbitrariedade deste organismo que se substituíra à autoridade constitucional da república[1878].

A discussão sobre as autênticas intenções das Juntas foi permanente nos meios militares e políticos. Para compreender a melindrosa crise política e institucional que então se fazia sentir em Portugal, basta um olhar atento à imprensa, onde se identificavam os muitos «perigos» para a república. Enquanto a imprensa monárquica asseverava o seu repúdio pela restauração do trono e insistia no «perigo demagógico»[1879], os republicanos começaram a questionar as verdadeiras intenções da agremiação militar. *A Capital*, que tinha sofrido a fúria destruidora dos sidonistas a 15 de Dezembro – voltou às bancas em 29 - exprimia a ideia de que o governo estava em condições de combater a «reacção extremista», contemplando nesta designação o «perigo democrático» e o «perigo monárquico». Para este periódico, se Sidónio Pais nunca transigira com os democráticos também nunca «transigira com os propósitos de subversão do regime que mal disfarçavam os monárquicos»[1880].

A imprensa republicana mais moderada não fugiu ao exercício de reflectir honesta e criticamente sobre as possibilidades de uma restauração do trono. No debate político-ideológico então urdido, concluiu-se que qualquer restauração da monarquia contrariava a lógica do pós-guerra,

---

[1875] Cf. AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 397, n.º 12, Relatório do alferes de artilharia n.º 5 (Viana do Castelo), Fernando Pimenta de Castro Vilas Boas Castelo Branco.

[1876] Cf. AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 409, pasta 1.

[1877] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 55, maço 1, pasta 3, Relatório do tenente-coronel Fernando Augusto Freiria.

[1878] AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 409, pasta 1. Foi o que aconteceu na guarnição de Bragança: «E quando da formação da Junta Governativa alguns desses oficiais fizeram por escrito a declaração de que estavam ao lado do governo legalmente constituído e não acataram as ordens das Juntas, foram uns presos outros separados do serviço, e punidos e presos depois todos e transferidos». No Porto foram presos vários oficiais que tiveram o «desassombro de declararem que estavam ao lado do governo e da constituição para defesa da Pátria e da República». Cf. Carta de Alfredo Augusto da Costa Pereira, alferes ajudante do 3º Batalhão de Infantaria 18, preso na casa de Reclusão da 3.ª divisão militar, de 4 de Janeiro de 1919, in *A Situação*, 12-01-1919, p. 1.

[1879] Cf., entre outros, *O Dia*, 30-12-1918, p. 1; *O Liberal*, 30-12-1918, p. 1; *Diário Nacional*, 30-12-1918, p. 1.

[1880] *A Capital*, n.º 2989, 02-01-1919, p. 2.

marcada pela vitória das democracias e do aprofundamento dos pressupostos da Revolução Francesa, porquanto as repúblicas se «encaminham para a expressão exacta das normas dessa democracia[1881]. No campo oposto, tanto monárquicos como católicos faziam a apologia continuada da retórica ordeira e autoritária, insistindo ambos no papel do exército como instituição demiúrgica e morigeradora, que os integralistas pretendiam que assumisse uma feição antidemocrática e antiparlamentar[1882]. No jornal católico *A Ordem* (Lisboa), o integralista Xavier Cordeiro escrevia: «É na disciplina, na força organizadora do Exército que este povo cansado do sectarismo feroz dos quadrilheiros da demagogia tem os olhos fitos, como numa última esperança de redenção»[1883].

Os meios militares não eram imunes à densa atmosfera política e aos fazedores de opinião. As desconfianças face aos verdadeiros intentos da Junta do Norte, acusada em surdina de pretender restaurar a monarquia, foram devidamente ponderadas pelos oficiais que de perto lidaram com a instituição militar, atendendo ao conhecido monarquismo dos oficiais que assinavam as proclamações[1884]. Tendo contactado de perto com a Junta e com alguns dos seus oficiais, o general Fernando Tamagnini de Abreu entendeu «aceitar» a «sinceridade» dos propósitos patrióticos dos oficiais do Porto. O próprio tenente-coronel Jaime de Carvalho, que se deslocou a Coimbra em missão da agremiação, declarou sob «palavra de honra» que no «surgimento da Junta Militar não havia qualquer ideia de restauração monárquica»[1885]. O depoimento de muitos dos oficiais republicanos a

---

[1881] *A Capital*, n.º 2988, 31-12-1918, p. 1. «Com a república se assegura hoje, em países dos mais fortes, dos mais florescentes do mundo, a propriedade, o trabalho, o desenvolvimento social em todas as suas manifestações, e por igual se assegura a evolução lógica e necessária das sociedades no sentido dum progresso que garanta todas as reformas económicas e políticas, susceptíveis de criar, no mundo uma liberdade cada vez mais ampla ao abrigo duma lei cada vez mais justa».

[1882] Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, p. 183-185.

[1883] «Vox Populi», in *A Ordem*, 24-12-1918, p. 1.

[1884] Fernando Tamagnini, «Os Meus Três Comandos», in *ob. cit.*, p. CCLXXIV. Tamagnini sintetizou assim essas duas tendências: «Corriam as mais desencontradas opiniões sobre as intenções da Junta Militar. Diziam uns tratar-se de um movimento monárquico encapotado por a Proclamação aparecer assinada por quatro oficiais, cuja política, contrária ao regime vigente, era manifesta; outros, porém, acreditavam na sinceridade dos assinantes, e admitiam que eles pondo de parte o seu ideal político, prevendo graves perturbações no País após o assassinato do Presidente, e conhecendo a efervescência dos partidos, atendessem unicamente, a que eram Portugueses e se aventurassem a dar um pouco que julgavam indispensável para salvar a Pátria da anarquia que a ameaçava».

[1885] *Ibidem*, p. CCLXXV. Mais tarde, no seu relatório, o general Alberto Ilharco contraria esta tese, afirmando que na ida ao Porto lhe ficou a «convicção de que a quase totalidade das tropas e seus quadros eram iludidos nas suas intenções. Disto preveni alguns membros da

propósito das intenções dos oficiais juntistas, recolhido no seguimento dos julgamentos relacionados com a restauração monárquica, revela as motivações da oficialidade: o ódio ao *Partido Democrático* e à «demagogia». Todos entendiam que o movimento das Juntas se forjara como uma inevitável reacção ao «perigo demagógico», concebido por isso em «benefício da república»[1886].

Tamagnini Barbosa tudo fez para combater a autoridade paralela da caserna, incluindo uma aliança com os sectores republicanos e operários que tinham guerreado Sidónio Pais. Enquanto o republicanismo mais radical conspirava para derrubar o governo sidonista, movimento que começara ainda em vida de Sidónio[1887], o governo tudo tentou para eliminar a autoridade da Junta do Porto. Enviou ao Norte o general Alberto Ilharco, a 30 de Dezembro, para «assumir o comando» da 3.ª Divisão militar[1888], cargo ocupado interinamente pelo coronel Espírito Santo, face à ausência por doença do general João Ricardo Macedo e Brito, desde 17 de Dezembro[1889]. Esta diligência encontrou a resistência da Junta e o recuo de Ilharco que entendeu «que não devia tomar a responsabilidade de uma revolução entre as tropas ali concentradas»[1890]. Para Viseu, o governo enviou o general Abel Hipólito com o mesmo objectivo de assumir o comando da divisão, então chefiada interinamente pelo coronel Paulo de Quental, oficial monárquico muito próximo da Junta Militar[1891]. Em Braga nomeou um alto comissário para assumir o poder em nome do governo. Ao mesmo tempo que encetava

---

junta e o próprio Governo no meu imediato regresso a Lisboa». Para Ilharco, a Junta Militar do Porto preparou o movimento monárquico, «muito embora esse fim oculto fosse apenas conhecido de alguns, e poucos, dos seus dirigentes».

[1886] Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 52, pasta 2; AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 428, pasta 3.

[1887] O deputado Celorico Gil denunciava no parlamento o poder pessoal do presidente e deixava no ar a existência de um movimento revolucionário: «Estou convencido de que esta guerra poucos tronos deixará em pé, quer na Europa quer até fora dela. É nesta altura que o Governo, em vez do caminhar no sentido da liberdade, quer recuar ao absolutismo! Mau é isso para o Governo e também para os desgraçados que o apoiam, porque em poucos dias, eu o garanto daqui, muito caro, extraordinariamente caro, o Governo há-de pagar e muitos que o acompanham». Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 13-12-1918, p. 13.

[1888] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 3, maço 2, pasta 13, Relatório do Comandante em Chefe das Forças em Operação, general Alberto Ilharco.

[1889] AHM, caixa 2191, Processo do General João Ricardo Macedo e Brito.

[1890] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 3, maço 2, pasta 13, Relatório do Comandante em Chefe das Forças em Operação, general Alberto Ilharco. Na mesma altura viajou para o Porto o tenente Teófilo Duarte, em missão oficiosa, com o mesmo objectivo de congraçar o exército e o governo da república, tendo também falhado no seu desiderato. No regresso a Lisboa protagonizou o conhecido episódio junto ao túmulo de Sidónio Pais. Cf. *A Capital*, n.º 2988, 31-12-1918, p. 2.

[1891] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 55, maço 1, pasta 3, Relatório do tenente-coronel Fernando Augusto Freiria.

tais diligências, procurou mobilizar forças das guarnições do Sul para combater a Junta, nomeadamente de cavalaria 5 (Évora)[1892] e cavalaria 1 (Elvas)[1893]. Num derradeira manifestação de força, Tamagnini Barbosa ordenou aos vários governadores civis, a 1 de Janeiro de 1919, que, colocando-se de «acordo com a autoridade militar», efectuassem a «prisão preventiva de todas as pessoas envolvidas no caso da Junta do Porto»[1894].

A prisão dos membros da organização militar não aconteceu porque a república sidonista já não exercia verdadeira autoridade naquela região do país, como ficou bem expresso num documento emanado do Porto, onde se afirmava taxativamente que a Junta «presentemente se acha governando no norte do país»[1895]. O capitão Feliciano da Costa ainda tentou, enquanto chefe de gabinete, mobilizar forças da 5.ª divisão para marchar contra o Porto[1896], entre outras diligências, como destacar oficiais dos regimentos que ocupavam para outras unidades, mas como reconheceu o chefe de governo, «todas as ordens dadas por S. Exa. eram apanhadas pela junta militar, que estava assim de posse de todas essas ordens»[1897].

No Porto, Alberto Ilharco não conseguiu concretizar nenhuma diligência e em Braga a Junta prendeu o alto comissário do governo. Em Viseu, a missão do general Abel Hipólito estava também condenada ao fracasso, pois o governo sentia-se «sem forças para fazer entrar na ordem as juntas militares»[1898]. Abel Hipólito ainda assumiu o comando da divisão, recolocou nos seus postos os funcionários administrativos e os funcionários dos correios e telégrafos, que tinham sido demitidos pela Junta, e colocou a cidade sob rigoroso controlo militar. Mais tarde esteve ainda em Lamego, onde a 6.ª divisão assumira o comando com um destacamento constituído por forças de Bragança, Vila Real, Chaves e Lamego, mobilização ordenada pelo governo «como medida defensiva». Regressado a Viseu, foi destituído do comando pelo coronel Paulo de Quental, que chegara do Porto com

---

[1892] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 32, maço 4, pasta 5.

[1893] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 32, maço 1, Relatório do Adjunto do Serviço de Cavalaria.

[1894] AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 409, pasta 1; AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 55, maço 1, pasta 3, Relatório do tenente-coronel Fernando Augusto Freiria.

[1895] AHM, Processo individual do coronel Paulo Quental, caixa 1382.

[1896] Fernando Tamagnini, «Os Meus Três Comandos», in *ob. cit.*, pp. CCLXXIV.

[1897] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 08-01-1919, p. 34. Feliciano da Costa queixava-se no parlamento de que ainda tentou integrar oficiais retintamente republicanos mas não foram sequer recebidos pelo ministro da guerra.

[1898] AHM, Processo individual do coronel Paulo Quental, caixa 1382.

instruções para aí repor a autoridade da Junta[1899]. Abel Hipólito e Fernando Freiria seriam depois conduzidos ao Porto pelo capitão Sá Guimarães, um oficial monárquico que chefiava a polícia em Braga, onde foram recebidos por dois membros da agremiação, os coronéis Prelada e Espírito Santo, que os mantiveram sob prisão até 8 de Janeiro, quando o conflito com as Juntas Militares chegou ao fim[1900].

Entretanto, a Junta respondeu às movimentações militares do governo mobilizando tropas para o Porto vindas das 2.ª, 6.ª e 8.ª divisões do exército[1901]. Quanto a munições, dois vagões de munições de artilharia e infantaria seguiram de Coimbra para o Porto por ordem do coronel João de Almeida, que assumira o comando da divisão interinamente, aproveitando a ausência do general Fernando Tamagnini em Lisboa[1902]. De Viseu seguira também para o Porto material de guerra de artilharia 7[1903]. Pode especular-se com o volume da concentração de forças e munições: um movimento de força para impor a Lisboa um governo militar ou a restauração da realeza?

Por essa altura, o governo ainda enviou ao Porto o general Garcia Rosado e o capitão António Pais para conseguir um acordo com a oficialidade desavinda. Esta exigia a saída do ministério de Egas Moniz e de Afonso Pinto Veloso, que deviam ser substituídos por personalidades da sua confiança. Ao regressarem do Porto, os enviados foram conferenciar com Tamagnini Barbosa e oficiais da guarnição de Lisboa, parecendo estar em marcha uma «plataforma conciliadora»[1904]. Na verdade, no dia 3 de Janeiro, Canto e Castro acolheu em Belém um conselho de ministros que contou com a

---

[1899] *Ibidem*. Era este o teor do documento da Junta: «Ao Exm.º Senhor General Abel Hipólito Viseu - Em nome da Junta Militar do Norte, que presentemente se acha governando no norte do país, tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª que por determinação da mesma junta venho reassumir o comando desta 2.ª Divisão do Exército. a) Paulo de Quental». Veja-se, ainda, AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 55, maço 1, pasta 3, Relatório do tenente-coronel Fernando Augusto Freiria.

[1900] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 55, maço 1, pasta 3, Relatório do tenente-coronel Fernando Augusto Freiria.

[1901] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 3, maço 2, pasta 13, Relatório do Comandante em Chefe das Forças em Operação, general Alberto Ilharco; AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 36, maço 4.

[1902] Fernando Tamagnini, «Os Meus Três Comandos», in *ob. cit.*, pp. CCLXXVIII-CCLXXIX; Rocha Martins, *A Monarquia do Norte*, Lisboa, ABC, 1922, pp. 21-22. Não se confirma, porém, a afirmação de Rocha Martins de que Tamagnini de Abreu entregara o comando da divisão a João de Almeida. Este fora chamado a Coimbra pelo chefe de Estado-Maior porquanto era habitual que o coronel mais antigo assumisse o comando na ausência do comandante de divisão.

[1903] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 55, maço 1, pasta 3, Relatório do tenente-coronel Fernando Augusto Freiria.

[1904] Cf. *A Capital*, n.º 2989, 02-01-1919, p. 2.

participação dos presidentes e dos líderes políticos das duas câmaras. Em representação da Junta Militar estiveram o coronel Silva Ramos, tenente-coronel António Machado Coutinho e tenente-coronel Carvalho da Silva; em representação das guarnições de Lisboa, o novo comandante do CTGL, coronel Eduardo Pellen, o comandante de cavalaria 2, tenente-coronel Silva Ramos, e o capitão e deputado Cunha Leal[1905]. O conflito entre Tamagnini Barbosa e os sectores do exército revelava uma dupla desconfiança: estes desconfiavam que Tamagnini abria o regime ao regresso dos democráticos e este desconfiava da possibilidade da Junta pretender restaurar a monarquia. Parecia inevitável a deflagração de um confronto onde se jogaria o futuro do regime.

A hostilidade face a Tamagnini Barbosa ficou bem patente na proclamação de 4 de Janeiro, documento em que a oficialidade acusou o presidente do ministério de «trair» os compromissos assumidos com o exército através de João de Almeida e Álvaro de Mendonça[1906]. Quanto ao conflito, ninguém queria perder a face e admitir a derrota. No final, porém, o governo constituído a 7 de Janeiro, apesar de incluir alguns dos nomes indicados pela Junta, representava uma vitória de Tamagnini Barbosa. Não apenas continuou à frente do executivo como manteve Egas Moniz, quando aquela reclamava a constituição de um governo presidido por um general e o afastamento imediato do ministro dos negócios estrangeiros[1907].

O novo ministério foi recebido no parlamento com frieza e duras críticas, proferidas por Cunha Leal, Feliciano da Costa e Celorico Gil, entre outros[1908]. Cunha Leal, já por certo a preparar o movimento de Santarém,

---

[1905] Cf. José Luciano Sollari Allegro, *ob. cit.*, p. 96; *A Capital*, n.º 2990, 03-01-1919, p. 2.

[1906] Proclamação intitulada «A Razão de ser da Junta Militar». Cf. José Luciano Sollari Allegro, *ob. cit.*, pp. 84-86.

[1907] As alterações ao governo foram a entrada de ministros indicados pela Junta, quase todos monárquicos: Francisco Fernandes, advogado e lente de direito, deputado monárquico pelo Porto, para a Justiça; capitão Eurico Cameira, para o Trabalho; tenente-coronel Silva Bastos, oficial do Estado-Maior, que depois seria acusado de monárquico, sem haver certezas quanto a essa filiação, para a pasta da Guerra.

[1908] Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 08-01-1919. Sobre o primeiro governo e sobre o próprio Tamagnini, Cunha Leal foi especialmente corrosivo: «O primeiro Ministério de V. Exa., Sr. Tamagnini Barbosa, não foi um Governo, mas um espantalho que esteve no Terreiro do Paço para nada fazer; foi uma reunião de criaturas sem energia, sem fé republicana que, sentados nas cadeiras do Poder, admitiram que alguém se intrometesse na gerência da Nação, consentindo toda a série de atentados. E eu, costumado a conhecer V. Exa. através duma atitude rígida de estátua, quando V. Exa. falava punha-lhe um fio-de-prumo na coluna vertebral, e sabia que V. Exa. ai mantinha uma verticalidade absoluta. Mas agora vejo que V. Exa. é de cera: amolda-se, deixa-se dominar contra todos os princípios constitucionais, aceita as situações mais vexatórias, e fica, apesar de tudo, porque nós

estranhava a constitucionalidade das substituições operadas no governo, e acusava Tamagnini Barbosa de pactuar com as Juntas e entregar a república aos monárquicos, afirmando categoricamente que «até ao dia 7, ontem, eu vejo que havia dois Governos em Portugal, porque um Governo sem força não se concebe»[1909]. O deputado João de Castro, em nome do grupo socialista, afirmou recusar qualquer apoio ao governo que considerava coacto da intervenção anticonstitucional e antidemocrática do exército. No senado, Tamagnini Barbosa foi alvo de um violento ataque desferido por Machado Santos que o acusou de transigir com adversários da república, apresentando o governo «mais extraordinário e inconstitucional» que se vira em Portugal[1910]. Restava ao governo o apoio cúmplice da minoria católica e monárquica e de algumas franjas do que restava da antiga maioria sidonista[1911].

O novo ministério significava a dissolução da Junta Militar do Norte. Mas um dos recentes episódios da tensão político-militar mostrava a esta corporação que persistia a ameaça democrática. No dia 3 de Janeiro, o governo nomeara para comandante da 6.ª divisão, em Vila Real, o coronel Augusto Ribeiro de Carvalho, próximo do *Partido Democrático*. Este oficial fora nomeado comandante interino da 6.ª divisão em Março de 1918 e demitido em Outubro desse ano, pelo tenente-coronel Álvaro de Mendonça[1912]. O governo receava então a eclosão de movimentos revolucionários e procedeu a uma purga de oficiais conhecidos pelo seu republicanismo intransigente e ligações ao *Partido Democrático*[1913]. As resistências à sua nomeação foram imediatas, por parte de oficiais próximos da Junta. O coronel José Aurélio Machado, que será responsável pela restauração do trono em Bragança, mais tarde nomeado comandante da 6.ª divisão durante a monarquia, «fez publicar uma proclamação por si

---

estamos convencidos de que V. Exa. fica, por isso que quer ser um partido dentro do Ministério».

[1909] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 08-01-1919, p. 11. «O Sr. Presidente do Ministério e vários membros que têm estado no Governo entregaram a República aos monárquicos. Este é o motivo por que estamos na situação em que nos encontramos».

[1910] *Diário do Senado*, 09-01-1919, pp. 20 e ss.

[1911] Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 08-01-1919; *Diário do Senado*, 09-01-1919.

[1912] Cf. Ribeiro de Carvalho, *A Rebelião Monárquica em Trás-os-Montes. Relatório Documentado*, Chaves, Tipografia Mesquita, 1919, p. 10.

[1913] Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 36, maço 4, Correspondência Confidencial do Regimento de Infantaria n.º 20.

assinada, negando-lhe a legitimidade do comando e aconselhando e proclamando que ninguém devia obedecer às ordens dimanadas do referido coronel Carvalho»[1914]. O novo comandante militar tratou imediatamente de nomear autoridades civis republicanas em Vila Real, Chaves e Régua, provocando a reacção da Junta, alertada por António Sampaio Pimentel, personalidade da Régua que seria governador civil de Vila Real durante a monarquia restaurada[1915]. As autoridades do Porto receberam a informação de que havia na Régua e Vila Real «um movimento revolucionário chefiado pelo comandante interino da 6.ª divisão, Coronel Ribeiro de Carvalho»[1916].

Em resposta, o Porto enviou a 6 de Janeiro um destacamento militar comandado por Alberto Margaride, que abandonara entretanto o governo civil, no dia 3, por discordâncias com a «orientação» da Junta Militar[1917], mas que actuava sobre a sua autoridade. A coluna de Margaride chegou à Régua «sem resistência», pois as forças «inimigas» haviam retirado para Vila Real[1918]. Na Régua, o major Margaride assumiu o comando militar e civil, enquanto informava a população local, em edital, que «estava restabelecido o sossego, garantindo-se a liberdade e a segurança de todos». O edital fazia eco da doutrina das Juntas Militares em prol da ordem contra a «demagogia» e ameaçava reprimir «os movimentos democráticos» que pudessem manifestar-se[1919]. Para impor a ordem e efectuar diligências contra os republicanos democráticos da Régua, Margaride precisava de outros dispositivos para além das forças militares da coluna. No comboio que a transportou seguiram alguns conhecidos chefes de grupos civis do Porto, mais tarde implicados no Éden Teatro. Em nome do comandante militar da coluna procederam a buscas exaustivas e perseguiram republicanos conhecidos da região[1920].

[1914] AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 409, depoimento de Joaquim Mendes Bragança, capitão de infantaria.

[1915] Cf. José Luciano Sollari Allegro, *ob. cit.*, p. 100; AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 46, maço 2, pasta 4.

[1916] Alberto Cardoso Martins de Meneses Macedo (Margaride), *O Combate de Vila Real em 8 de Janeiro de* 1919, Tip. Minerva Vimaranense, Guimarães, 1921, p. 9.

[1917] *Ibidem*.

[1918] *Ibidem*, p. 10.

[1919] Curiosamente, o edital, datado de 7 de Janeiro, era assinado por Alberto Margaride na qualidade de «major de cavalaria 9 Comandante do Destacamento e Governador Civil do Porto».

[1920] AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 411, pasta 4, depoimento de António da Fonseca Júnior, que no tempo das Juntas fora nomeado cabo da freguesia de S. Nicolau e tinha relações com Solari Allegro.

A Junta continuava a exercer a autoridade efectiva no norte do país. Seguiu depois a coluna com destino a Vila Real para atacar a 6.ª divisão, envolvendo-se em combate à entrada da vila com forças comandadas pelo major António Ribeiro de Carvalho, familiar do comandante de divisão. Os conflitos tiveram lugar durante cerca de 4 horas, no dia 8 de Janeiro, quando já a Junta se encontrava dissolvida ao constituir-se o novo ministério. Tendo tomado conta desse facto, por informação chegada de Lisboa, entabularam-se negociações para um armistício que foi assinado ao fim desse dia[1921]. O conflito entre o governo e a Junta do Norte terminava assim com mais um equívoco e uma manifestação de força por parte do exército, que ainda garantia a substituição de Ribeiro de Carvalho, à frente da divisão, pelo coronel Adolfo de almeida Barbosa, um oficial mais consentâneo com os seus interesses de casta.

No jornal *A Situação*, próximo do sidonismo, a dissolução da agremiação militar era abordada de forma sarcástica: «Dizem que está dissolvida a Junta Monárquica, perdão, a Junta Militar do Norte. Em obediência a um pacto feito com um governo os membros da Junta, que são homens de palavra e respeitam nobremente a fé dos contratos, deram por concluída a sua missão e enconcharam-se de novo na sua conhecida obscuridade. E mais uma vez foi por água abaixo a aspiração restauracionista…»[1922].

O autor do vaticínio estava naturalmente enganado. A «aspiração restauracionista» só então teria uma definição clara e inequívoca. Mas não traduzia um simples confronto de regimes políticos. Consubstanciava um conflito de ideologias, quando a democracia e o liberalismo procuravam resistir às ameaças vindas dos sectores conservadores, protagonistas da

---

[1921] Sobre os combates de 8 de Janeiro pode ler-se: Alberto Margaride, *ob. cit.*; Ribeiro de Carvalho, *A Rebelião Monárquica em Trás-os-Montes. Relatório Documentado*, Chaves, Tipografia Mesquita, 1919; AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 62, maço 1, pasta 1, Relatório do major António Germano Ribeiro de Carvalho.

[1922] *A Situação*, 09-01-1919, p. 1. O autor fazia depois a história do movimento juntista: «Porque a ninguém que conheça os cordelinhos com que manobrou tudo isto, é lícito duvidar de qual seria a finalidade da intentona militar. O plano executado há muito tempo na sombra, desmascarou-se já nos últimos tempos do governo do […] Dr. Sidónio Pais. O assalto aos lugares de valor estratégico, nos organismos a quem compete velar pela ordem pública, tinha sido feito no Porto com uma paciência beneditina, que evidencia bem a educação jesuítica do seu principal organizador. Estes lugares eram […] concedidos pelo Dr. Sidónio Pais a troca de uma quente afirmação de lealdade […]. Tal juramento […] era devido ao Dr. Sidónio Pais e não à república».

resistência antiliberal, antidemocrática, autoritária e ordeira, sob a bandeira espiritual e moral do catolicismo. Consistia, afinal, como se verá, na mesma reacção monárquico-clerical que em 1911 desfraldara o lábaro da tradição e que desde então combatia fervorosamente a república.

Capítulo II
A Monarquia do Norte

1. «Ou agora... ou nunca mais»

A dissolução da Junta Militar do Norte não eliminara a estrutura de Poder que existia: as autoridades civis do Porto não foram imediatamente substituídas e os comandos militares continuaram nas mãos dos oficiais juntistas. A explicação para o paradoxo encontra-se no acordo que Tamagnini Barbosa assinara com as Juntas para conseguir a sua dissolução: o governo comprometia-se a não «perseguir» os seus delegados e anulava quaisquer «penas disciplinares» ou «ordens de transferência» impostas aos comandos militares desde 15 de Dezembro[1923]. Esta realidade explica a facilidade com que os comandos militares do Porto puderam restaurar a monarquia a 19 de Janeiro. Entretanto, algumas perguntas devem colocar-se para a compreensão do emaranhado político que antecedeu a restauração: como se procedeu na transição entre as Juntas e o movimento restaurador? Em que momento se decidiu efectivamente resgatar o trono de D. Manuel?

Importa esclarecer que os delegados da Junta do Norte estavam muito pressionados para concretizar a restauração da monarquia. Segundo o general Fernando Tamagnini, essa pressão crescera bastante com a eleição de «aspirantes e alferes, em geral ávidos de aventuras e que a todo o transe queriam arrastar as tropas para fora dos quartéis»[1924]. Numa relação de oficiais revoltosos do comando da 3.ª divisão do exército, elaborada para efeitos de justiça militar, foram identificados 87 alferes, e apenas 6 coronéis, num total de 168 oficiais listados[1925]. Estes jovens oficiais constituíam aquele

[1923] O documento pode ler-se em Rocha Martins, *Verdes, Brancos e Azuis*, vol. 3, Lisboa, Organizações Crisalis, Lisboa, 1951, pp. 129-130.
[1924] Fernando Tamagnini, «Os Meus Três Comandos», in *ob. cit.*, p. CCLXXII.
[1925] Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 17, processo n.º 1.

grupo que Rocha Martins chamou de «Juntinha», que havia de trazer Paiva Couceiro para a restauração[1926].

Paiva Couceiro chegara ao Porto no final de Dezembro, depois de tactear os oficiais da Guarnição de Lisboa no sentido da restauração. A recusa daqueles oficiais e do próprio Aires de Ornelas, com quem teria entabulado conversações, empurrou-o para o Porto, onde encontrou um ambiente mais favorável a uma posição de força[1927]. No jornal *Pátria!*, onde o advogado Pereira de Sousa preparava os espíritos para a restauração da monarquia, Paiva Couceiro publicou um artigo intitulado «Corta-se o nó górdio?», onde avisava para o perigo das transigências com o «demagogismo» e a ameaça iminente de mais um «14 de Maio»: «Unamos, pois, as nossas fileiras sem outras preocupações que não sejam as do perigo demagógico que – esse sim – é real, efectivo e iminente»[1928].

Estaria por esta altura decidido o movimento no sentido da restauração da monarquia? Nas suas memórias, Gaspar de Abreu relata as conferências que teve com Paiva Couceiro e Alberto Margaride na residência do «paladino», na rua Bonjardim, afirmando que por essa altura «todos os comandantes dos regimentos como o governador civil estavam firmemente dispostos a implantar ali no Porto a monarquia»[1929]. Segundo Gaspar de Abreu, que ocupou depois o cargo de director geral do ministério da justiça da monarquia restaurada, a realeza não foi imediatamente reposta no final de Dezembro por inépcia de Paiva Couceiro. Apesar de longa, vale a pena transcrever a visão de um político que esteve no centro dos acontecimentos sobre as incapacidades do «comandante»: «A monarquia só não foi imediatamente restaurada porque houve falta de iniciativa, de pronta decisão, que Couceiro na realidade não tinha, não obstante possuir, aureoladas de heroísmo, como é sabido, todas as outras qualidades militares. E foi assim que ele, em vez de desembainhar prontamente, sem perda de tempo a sua espada – como o fez em Braga Gomes da Costa e em Lisboa Sidónio Pais – deixou-se ficar mais de um mês absorto na chinesice

---

[1926] Rocha Martins, *A Monarquia do Norte*, Lisboa, ABC, 1922, p. 41.

[1927] *Ibidem*, pp. 5-6; Rocha Martins, *Memórias sobre Sidónio Pais*, Lisboa, Edições da Sociedade Editorial ABC Limitada, 1921, pp. 321-322; Hipólito Raposo, *Folhas do Meu Cadastro*, vol. 1 (1911-1925), Lisboa, Edições Gama, 1945, pp. 43-44; Visconde do Torrão, «Paiva Couceiro Apóstolo da Restauração», in Francisco Manso Preto Cruz, *A biografia Política e o In-Memoriam de Henrique de Paiva Couceiro*, Lisboa, [s/n], 1947, p. 135.

[1928] *A Pátria!*, n.º 453, 06-01-1919, p. 1.

[1929] *Ob. cit.*, pp. 165-167.

(chamemos-lhe assim) de instalar no Porto um simulacro de governo, cuja inviabilidade era patente qualquer que fosse o lado porque tal concepção se considerasse, o mais grave das quais era dar tempo ao adversário para se preparar como de facto, segura e calmamente se preparou»[1930].

A «chinesice» de Paiva Couceiro estava em que este esperava que o viessem buscar, e os oficiais do Porto hesitavam bastante sobre o momento certo para avançar. Alguns sectores da Junta manifestavam o desejo de que o «ultimato» feito ao governo para a reconfiguração do executivo não resultasse: «Espera-se que o governo não ceda, isto é, que os poderes do Estado não cedam. Se assim for julgo que está assente uma nova Junta Governativa que irá até onde for preciso»[1931]. Parece assim poder aceitar-se que as cúpulas do juntismo esperavam apenas um motivo suficientemente forte, que eles entendiam legitimar uma intervenção ou salvar a honra, para romper em definitivo com o governo e fazer avançar o movimento restaurador. Essa ruptura não se deu com as negociações com Tamagnini Barbosa mas surgiria em pouco tempo, com a tentativa revolucionária de Santarém.

O movimento de Santarém aparece em todas as fontes consultadas como o momento chave para o avanço da contra-revolução. Na medida em que consumava a ameaça da «demagogia», transformou-se na legitimidade necessária ao gesto forte e decidido da Junta, vencendo as últimas resistências de espírito. Ao mesmo tempo serviu de catalisador dos oficiais mais recalcitrantes a um movimento enérgico. O próprio general Alberto Ilharco considerou que «o movimento de Santarém, como protesto contra a acção da junta, precipitou os acontecimentos, dando-se quase simultaneamente a revolta monárquica em Lisboa»[1932].

[1930] *Ibidem*.

[1931] BNP, ELM, doc. n.º 3486, carta do Conde de Azevedo a Luís de Magalhães, de 07-01-1919. O teor deste importante documento é o seguinte: «Porto [...] Ontem a Junta mandou um ultimatum ao governo dando-lhe o prazo até hoje ao meio-dia pª q. o novo governo se constitua nas condições desejadas. É para evitar que qualquer que seja o governo que, afinal, se constitua lá, possa n. conseguir amanhã, 8, no parlamento o respectivo voto de confiança e mais força oficial, portanto. Espera-se que o governo não ceda, isto é, que os poderes do Estado não cedam. Se assim for julgo que está assente uma nova Junta Governativa que irá até onde for preciso. O Margaride foi comandar a nova coluna que foi bater nos revoltosos de Vila Real e Régua, agora com elementos democráticos locais à mistura. Iam inf., cav., artilharia e resolvidos a pôr aquela parte do país na ordem. Vamos a ver. Como digo, não é certo que eu vá hoje ficar [...] porque, como vê, se o ultimato não for ouvido, haverá aqui alguma coisa que fazer».

[1932] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 3, maço 2, pasta 13.

Cunha Leal estava encarregado de contactar o governo, através de Tamagnini Barbosa, para se constituir uma aliança que combatesse as Juntas Militares[1933]. Álvaro de Castro, Cunha Leal, Couceiro da Costa e outros oficiais e civis republicanos deslocaram-se para Santarém onde esperavam encontrar os regimentos favoráveis à revolução. Juntamente com o coronel Jaime de Figueiredo, revoltaram a guarnição da cidade por considerarem que as juntas exerciam «coação» sobre o presidente da república e para «restituir» ao chefe de Estado a «liberdade de acção» para constituir um governo «essencialmente republicano»[1934]. Num dos panfletos distribuídos «Ao Povo Português», afirmavam que a república estava «em perigo» pois as «juntas militares» «preparam a restauração da monarquia», enquanto enumeravam um conjunto de medidas programáticas com que almejavam salvar o regime[1935].

Para os monárquicos, pelo contrário, o movimento republicano de Santarém, com ramificações na Covilhã e Alcobaça, confirmava os piores receios de um regresso do «demagogismo». Luís de Magalhães, Paiva Couceiro e os oficiais monárquicos da guarnição do Porto entendiam ser esse o momento de romper com a estratégia plebiscitária, pois para «dominar» a «reacção de esquerda» era necessário «marchar aberta e resolutamente para a direita»[1936]. A revolta de Santarém tornava imperativo substituir as «situações indefinidas, sempre fracas, mesmo quando apoiadas na força, e reconstituir […] o Estado sobre bases sólidas de autoridade e prestígio do Poder, como único meio de deter a desordem que se esforçava por triunfar mais uma vez»[1937]. As circunstâncias internacionais, sobredeterminadas pela abertura da Conferência de Paz, que se iniciava a 15 de Janeiro, também explicavam a necessidade de um movimento de força que restaurasse a monarquia e que garantisse uma representação política forte e prestigiante para Portugal[1938].

[1933] Cf. Cunha Leal, *ob. cit.*, pp. 144-145.
[1934] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 62, maço 2, n.º 3.
[1935] Pode ler-se o documento em Isabel Pestana Marques, *ob. cit.*, p. CCLXXXIV.
[1936] Luís de Magalhães, *Perante o Tribunal e a Nação. A Monarquia do Norte e o Julgamento da Junta Governativa do Reino*, Coimbra, Coimbra Editora, 1925, p. 20; AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 425, pasta 8, depoimento de Satúrio Pires.
[1937] BNP, ELM, caixa 56, documento manuscrito do Visconde do Banho.
[1938] Luís de Magalhães, *ob. cit.*, pp. 20-22; BNP, ELM, caixa 56, documento manuscrito do Visconde do Banho.

Na verdade, as cúpulas monárquicas ponderaram todos os cenários antes de avançar, o que constitui prova inabalável de que não foi decidido de ânimo leve. Parece também evidente que as chefias não possuíam muitas certezas sobre o sucesso da contenda. Os dois principais cenários analisados consideravam duas hipóteses: um «movimento simultâneo P. [Porto] e L. [Lisboa] com êxito imediato» e um «movimento circunscrito ao Porto», de que resultaria, em caso de insucesso na Capital, uma «guerra civil ou, pelo menos, o seu esboço». Já o primeiro cenário tinha a vantagem, no entender dos seus mentores, de apresentar a restauração como um «movimento nacional» e não uma simples revolução, não afectando a política belicista de D. Manuel e facilitando o reconhecimento internacional[1939].

Uma das questões mais complexas desta conjuntura prende-se com o momento em que se decidiu avançar decisivamente para a restauração do trono. Várias fontes relacionam esse momento determinante com a ida ao Porto de dois oficiais do gabinete do ministério da guerra, o capitão Gastão de Melo e o tenente Manuel Barros. Supostamente, os dois oficiais tinham como diligência conferenciar com Silva Ramos para saber se o Porto pretendia restaurar a monarquia e oferecer o seu auxílio para fazer as transferências de oficiais que fossem necessárias[1940]. A oferta não pareceu descabida aos oficiais do Porto, até porque o ministro da guerra, que fora chefe de gabinete de Álvaro Mendonça, era considerado monárquico, assim como os seus enviados[1941]. Machado Santos atacou-o politicamente no senado, quando aí foi apresentado o governo no dia 8 de Janeiro, considerando-o parte da «reacção católica militarista»[1942]. Mais tarde, já no Porto, Silva Bastos negou que tivesse enviado ao Porto os dois oficiais[1943]. Viria a combater a monarquia na qualidade de subchefe do Estado-Maior das Forças em Operações, sendo ilibado de qualquer responsabilidade na restauração por uma sindicância realizada pelo exército[1944].

[1939] BNP, ELM, caixa 43, documento manuscrito.

[1940] Cf. Carta de Solari Allegro a Alberto Almeida Teixeira, publicada por José Luciano Sollari Allegro, *ob. cit.*, pp. 112-118; José Pedro Folque (conde do vale dos Reis), «Servir – Isenção», in Francisco Manso Preto Cruz, *ob. cit.*, p. 189.

[1941] O tenente Manuel de Barros combateu em Monsanto no campo realista.

[1942] *Diário do Senado*, sessão de 09-01-1919, p. 18.

[1943] Cf. Carta de Solari Allegro a Alberto Almeida Teixeira, publicada por José Luciano Sollari Allegro, *ob. cit.*, pp. 117.

[1944] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 8, maço 1, pasta 7.

A chegada ao Porto dos emissários de Silva Bastos, no final de 11 de Janeiro, teve como consequência uma reunião em que estiveram estes oficiais, o coronel Silva Ramos, o tenente-coronel Corte Real Machado, de artilharia 6, o major Carlos Borges, comandante da GNR, e Solari Allegro. Coube a Silva Ramos, segundo vários relatos, definir as atribuições dos comandos militares: Paiva Couceiro seria o chefe do movimento e comandava as forças do Norte; o próprio Silva Ramos comandaria as forças no Centro e o Sul seria decisão de Paiva Couceiro, que viria a indicar o nome de João de Azevedo Coutinho para comandante político e do tenente-coronel Almeida Teixeira para comandante militar. Concluída a reunião, Solari Allegro, José Pedro Folque e os dois oficiais de Lisboa foram reunir com Paiva Couceiro, que foi então formalmente convidado pelos comandos da guarnição do Porto para dirigir o movimento de restauração[1945].

Os preparativos para o movimento deviam ter início quando o Porto recebesse um telegrama de Silva Ramos informando da sua chegada a Santarém, para onde devia partir a 12 de Janeiro, à frente de um destacamento misto. Faltava uma última diligência: obter o consentimento formal de Aires de Ornelas. Para o conseguir seguiu para Lisboa uma delegação que incluía vários titulares, como o conde de Arrochela, o visconde do Torrão e D. Rui da Câmara (Ribeira). Hipólito Raposo seria o autor do famoso documento conhecido como «Go On», onde Aires de Ornelas dava, a 14 de Janeiro, o seu consentimento ao movimento monárquico[1946]. Feitas três cópias rubricadas por Aires de Ornelas, uma foi enviada para Santarém, por António Hintze Ribeiro, e a outra foi levada a Paiva Couceiro, por Luís Chaters de Azevedo[1947].

Mais tarde perceber-se-ia que Aires de Ornelas autorizara a preparação de um movimento contra-revolucionário convencido de que se tratava de um

---

[1945] Carta de Solari Allegro a Alberto Almeida Teixeira, publicada por José Luciano Sollari Allegro, *ob. cit*., p. 114. José Pedro Folque (conde do vale dos Reis), «Servir – Isenção», in Francisco Manso Preto Cruz, *ob. cit.*, pp. 189-190; Visconde do Torrão, «Paiva Couceiro Apóstolo da Restauração», in *Ibidem*, p. 137; Rocha Martins, *A Monarquia do Norte*, Lisboa, ABC, 1922, pp. 50-51.

[1946] Cf. Hipólito Raposo, *ob. cit.*, pp. 43-44; conde de Arrochela, «Um grande carácter», in Francisco Manso Preto Cruz, *ob. cit.*, p. 185; Visconde do Torrão, «Paiva Couceiro Apóstolo da Restauração», in *Ibidem*, pp. 136-137.

[1947] Cf. Depoimentos do conde de Arrochela e de Luís Chaters de Azevedo, in Francisco Manso Preto Cruz, *ob. cit.*, pp. 175 e 185.

projecto para o futuro e não para o imediato[1948]. A sua obediência a D. Manuel exprobrava-lhe qualquer política que não fosse o apoio inequívoco ao governo da república, aumentando as hesitações que explicam depois o absurdo de Monsanto.

Quando as forças do exército sidonista se deslocaram para Santarém estava portanto traçado um plano global de intervenção para restaurar a Monarquia. O governo ordenara ao general Tamagnini de Abreu que marchasse para Santarém com forças da 3.ª e 7.ª divisões para atacar a cidade pelo lado Norte[1949]. Do Porto chegaria depois um destacamento misto da 3.ª divisão comandado por Silva Ramos[1950], comando que o general Fernando Tamagnini havia de estranhar, por se tratar de um coronel de engenharia «sem prática de comando de tropas»[1951]. De Lisboa chegou também um destacamento misto, sob o comando do coronel Velez, que tinha como comandante de artilharia o tenente-coronel Teixeira de Almeida, e incluía uma coluna comandada pelo tenente-coronel Silveira Ramos[1952]. Das Beiras apareceu também em Santarém uma coluna sob o comando de Teófilo Duarte, que fora à Covilhã sufocar outra revolta republicana, e de caminho apanhara uma companhia de Infantaria 22, de Abrantes, e outras forças se seguiriam[1953]. No final de 15 de Janeiro, as forças republicanas tinham-se rendido perante o tenente Teófilo Duarte, escolhido por ser «o único republicano que ali se encontrava»[1954]. O sarcasmo dos oficiais republicanos prendia-se com a convicção de que o governo tinha mandado contra as forças republicanas apenas «forças militares comandadas por

---

[1948] Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *ob. cit.*, p. 151; AHM, TMEL, caixa 92, maço 108, depoimento de João Tamagnini Barbosa; BNP, ELM, doc. n.º 9074, carta de Eurico Satúrio Pires a Luís de Magalhães, de 29-01-1921. Escreveu Satúrio Pires: «Quem me esteve a explicar tudo foi o T. C. Teixeira que me disse o segte: "O documento não é falsificado. Todavia as perguntas foram feitas ao Aires não para um movimento imediato mas simplesmente em princípio para o caso dum futuro movimento monárquico, que futuramente se combinaria". O próprio T. C. Teixeira teve na sua mão uma cópia dele, que lhe levou a Santarém o Ant. Hintze Ribeiro, mas o que ele julgou sempre também é que se tratava duma coisa futura e não imediata. E tanto assim que respondera desejar trocar ideias com os outros comtes de Corpos, logo que chegasse a Lisboa».

[1949] Cf. *Ob. cit.*, p. CCLXXXIV.

[1950] Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 25, maço 1, pasta 4. Esta força era constituída por 7 oficiais, 8 sargentos, 140 praças, 140 solípedes e 6 peças de artilharia.

[1951] *Ob. cit.*, p. CCLXXXIV.

[1952] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 25, maço 1, pasta 2.

[1953] Veja-se o capítulo que Fernando Tamagnini de Abreu dedica à revolta de Santarém, com pormenores dos movimentos militares e dos confrontos, em *ob. cit.*, pp. CCLXXXI e ss.

[1954] *Ibidem*, p. CCLXXXVII.

oficiais monárquicos»[1955], o que em última análise, exceptuando o general Fernando Tamagnini e alguns oficiais, correspondia à verdade.

A reacção da imprensa monárquica à vitória da «ordem»[1956] sobre o «último arranco da «demagogia»[1957] não conseguia esconder a tensão política do momento. A atmosfera tornava-se a cada dia mais densa. Parecia que o país suspeitava que grandes acontecimentos estavam prestes a dar-se, que era impossível manter a coabitação entre os antagonistas ideológicos, que o exército havia de decidir o pleito, tomando partido entre «a esquerda e a direita»[1958].

Em rigor, há muito que não se vislumbrava a existência de vida política em Portugal, pois as duas casas do parlamento não conseguiam *quórum* para reunir desde 10 de Janeiro[1959]. Enquanto a Europa celebrava os valores da liberdade, Portugal parecia render-se ao radicalismo virtuoso da ordem e da autoridade. *A Capital* elaborava então a história dos movimentos e revoltas que desde Outubro abalavam o país numa onda de «extremismo»: primeiro fora o extremismo demagógico do «democratismo»; seguira-se o extremismo «bolchevique» com a greve geral e os tumultos de 18 de Novembro; mais tarde o odioso assassinato de Sidónio Pais, antes da reacção do exército, numa tentativa de «despotismo militarista».

Aquele periódico republicano vislumbrava nos extremismos nacionais, com a sua «violência e intolerância», o confronto entre aqueles que pretendiam transformar o país «no feudo de uma seita ou na propriedade de uma casta»[1960]. A ameaça da restauração não podia ser lida senão como mais uma reacção extremista: «Se amanhã a reacção monárquica se quiser afirmar, o povo português repelirá esse extremismo duma outra espécie, impregnado de uma demagogia mais perigosa do que nenhuma outra, porque se vê animada do instinto das piores represálias, se mostra inconciliável com o espírito do progresso e até incompatível com as

---

[1955] *A Capital*, n.º 3003, 16-01-1919, p. 1.
[1956] «Viva a Pátria! Viva o exército», in *O Dia*, 20.º ano, n.º 1721, 16-01-1919, p. 1.
[1957] «O último arranco da demagogia», in *O Comércio de Viseu*, ano 32, n.º 3373, 16-01-1919, p. 1.
[1958] «Direita ou esquerda?», in *O Dia*, 20.º ano, n.º 1723, 18-01-1919, p. 1.
[1959] Na sessão de 16 de Janeiro, responderam à chamada 18 deputados no parlamento e 22 senadores, e nesta última Zeferino Cândido, o presidente, «teima mandando proceder à chamada». Cf. *A Capital*, n.º 3003, 16-01-1919, p. 1.
[1960] *A Capital*, n.º 3004, 17-01-1919, p. 1.

modernas correntes da civilização»[1961]. No campo oposto, porém, era a restauração apontada como a única solução capaz de travar a anarquia e a instabilidade: «Toda a gente pede Ordem e paz, ninguém se atreve a formular o pedido de uma mudança de instituições. A covardia colectiva é muito grande, o medo é geral e pavoroso». «Ou agora… Ou nunca mais» era o estribilho que andava na boca dos monárquicos do Norte, conscientes de que não teriam outra oportunidade para concretizar o sonho restauracionista[1962].

A restauração da monarquia teve a prepará-la uma série de pequenas trapalhadas e situações enigmáticas, nem sempre fáceis de discernir. Em primeiro lugar, porque Silva Ramos não enviou para o Porto o telegrama combinado. Mais tarde havia de discutir-se a vantagem de a restauração se ter iniciado em Santarém, possibilidade que alguns oficiais, como Álvaro de Mendonça, consideravam proveitosa[1963]. Mas uma série de incidentes encadeados, de indecisões e erros de avaliação explicam que o coronel Silva Ramos não tomasse Coimbra[1964] e que os comandos da guarnição de Lisboa fossem apanhados desprevenidos quando se restaurou a coroa no Porto. O episódio mais bizarro de toda esta trama foi protagonizado por Artur Silva Ramos, o autor do projecto restauracionista, que não cumpriu com o plano que ele próprio traçou, e que visava o arranque do movimento no centro do país.

Mas outras bizarrias tiveram lugar nestes dias. Paiva Couceiro enviou entretanto o alferes Luís Valente a Santarém para explicar a Alberto Almeida Teixeira, grande amigo do «comandante», «que no Porto havia uma grande corrente monárquica». Tendo Almeida Teixeira procurado Silva Ramos, respondeu-lhe este oficial: «Eles andam lá a fazer pequenas coisas mas eu

---

[1961] *Ibidem*.

[1962] *Pátria!*, 17-01-1919, p. 1.

[1963] BNP, ELM, doc. n.º 9074, carta de Eurico Satúrio Pires a Luís de Magalhães, de 29-01-1921. Escreveu Satúrio: «Sobre a possibilidade de se fazer a monarquia em Santarém, há aqui duas correntes. Uns dizem que não, como o C. Pinto e o Teixerinha mas muitos outros (entre eles o Mendonça) dizem que sim e que isso feito, estava tudo feito - é geral a concordância. Do que o Ramos tentou em Santarém, nada sei. Só o Teixeira me contou ter falado com ele e o Ramos lhe ter dito que ia para o Porto combinar tudo».

[1964] O general Fernando Tamagnini de Abreu deu ordens para a companhia mista do Porto intervir em Alcobaça e Caldas da Rainha, onde havia forças «insubordinadas», pois «não convinha, de forma alguma, em Coimbra tropa da guarnição do Porto». Cf. *ob. cit.*, p. CCLXXXVIII.

vou para o Porto e de lá lhe mando dizer para Lisboa o que há»[1965]. A posição de Silva Ramos é de difícil explicação. Ou não sentiu o apoio inequívoco dos comandos militares de Lisboa e receou assumir tamanha responsabilidade ou, como pretende o conde de Penela, grande adversário de Paiva Couceiro, foram conflitos de liderança entre os dois oficiais que ditaram a estranha apatia de Silva Ramos[1966]. A verdade é que a sua coluna, que regressou ao Porto no dia 20, não tentou qualquer movimento sobre Coimbra ou sobre Aveiro, como era de esperar, acabando o oficial por ir refugiar-se na sua casa em Vila Nova de Famalicão, de onde a população monárquica o terá arrancado à inanidade para ir assumir o seu lugar de ministro das obras pública do novo regime[1967]. Mais tarde, os monárquicos haveriam de questionar o estranho comportamento de Silva Ramos, «pasmando» «como um homem que sai todo empenhado do Porto, como o Ramos, tem esta atitude em Santarém»[1968].

Para além de Santarém, outra falha grave no plano monárquico prende-se com a deficiência dos contactos e canais de comunicação entre Paiva Couceiro e os comandos de Lisboa, onde a resistência era avassaladora. As forças do destacamento de Lisboa regressavam à Capital quando o movimento rebentou no Porto e as cartas de Paiva Couceiro só chegaram às mãos dos comandantes da guarnição de Lisboa, levadas por José Fróis, já na Serra de Monsanto. Satúrio Pires, um dos seus cadetes da Galiza, e secretário de Paiva Couceiro na Junta Governativa, não teve pejo em imputar estas falhas ao «Comandante», acusando-o de «tratar as coisas no ar, com um centralismo pavoroso de governador de Angola e por intermédio

---

[1965] BNP, ELM, doc. n.º 9074, carta de Eurico Satúrio Pires a Luís de Magalhães, de 29-01-1921.

[1966] Cf. Conde de Penela, *ob. cit.,* pp. 55-58.

[1967] Cf. *Ibidem*; AHM, Processo individual de Artur Maria Silva Ramos, caixa 2514. O jornal *A Situação*, de 22 de Janeiro, informa que «o sr. tenente-coronel Silva Ramos declarou em Aveiro que nada tem com o movimento do Norte nem para ele foi consultado». O mais espantoso para o historiador encontra-se na exposição que depois fez ao ministro da guerra, onde contesta a sua demissão de oficial do exército, afirmando: «Só em Espinho, na madrugada de 22, teve conhecimento pleno e exacto do que se tinha passado e estava passando no Porto, não ocultando dos oficiais que então o acompanharam, o seu profundo desgosto e grande admiração pelos factos consumados e pelo abuso que do seu nome se tinha feito, incluindo-o na lista ministerial sem assentimento seu e firmando uma proclamação que jamais vira e cujo fim francamente reprovava, protestando o seu completo afastamento» [AHM, Processo individual de Artur Maria Silva Ramos, caixa 2514].

[1968] BNP, ELM, doc. n.º 9074, carta de Eurico Satúrio Pires a Luís de Magalhães, de 29-01-1921.

de pessoas sem categoria»[1969]. A própria restauração acabou por resultar de contingências que Paiva Couceiro e os seus apaniguados não controlavam.

Com efeito, sabe-se que o general João Ricardo Macedo, comandante da 3.ª divisão militar, fora informado pelo secretário geral do governo civil do Porto, Costa Lobo, «uns oito dias antes da restauração da monarquia» «de que se tratava de restaurar a monarquia». O general chamou todos os comandantes da guarnição da cidade e «todos lhe garantiram que nada sabiam a esse respeito»[1970]. «Na véspera da restauração foi novamente avisado pelo mesmo indivíduo de que a restauração teria lugar no dia seguinte». Chamou de novo os comandantes e o comissário da polícia, Solari Allegro, «a quem expôs o que sabia sobre a restauração monárquica sendo-lhe por ele respondido que eram infundados os boatos que corriam a respeito da restauração monárquica». Foi nessa altura que telegrafou para Lisboa, «sendo então que Sua Ex.ª lhe disse, que no dia seguinte estava nesta cidade, onde devia chegar no comboio especial às cinco horas da manhã. Então nessa ocasião deu o depoente ordem a todos os Comandantes das unidades da guarnição para que a essa hora comparecessem na estação»[1971].

A ida de Alberto Silva Bastos ao Porto, coincidindo com a restauração, daria lugar a muitos boatos e especulações. Nas ruas do Porto afirmava-se que Silva Bastos vinha à cidade para restaurar pessoalmente a realeza[1972]. Na verdade, o ministro da guerra dirigiu-se ao Porto para evitar a restauração e substituir finalmente as autoridades civis, levando consigo o capitão Cristóvão Aires, para comissário da polícia, e António Pais, irmão de Sidónio Pais, para assumir o lugar de governador civil[1973]. Logo depois da sua chegada, reuniu com o comandante de divisão, ordenando-lhe «que

---

[1969] *Ibidem*.

[1970] AHM, TMEL, n.º 311, pasta 26, Processo de José Alberto da Silva Bastos, depoimento do general João Ricardo Miranda de Macedo.

[1971] *Ibidem*.

[1972] AHM, TMEL, n.º 311, pasta 26, Processo de José Alberto da Silva Bastos, depoimento de Casimiro Fontoura Curado. O coronel Augusto Beça, que foi receber o ministro, questionou Cristóvão Aires sobre a missão de Silva Bastos: «que no momento em que o senhor major Cristóvão Aires se dirigia para o automóvel em que retirava o ministro perguntou-lhe o coronel Beça o que vinha cá fazer o ministro a que Cristóvão Aires respondeu: tratar da questão da polícia, do comando da divisão e de mais umas pequenas coisas; e interrogado ainda pelo mesmo coronel Beça se era só disso que o ministro vinha tratar o referido major Aires nada respondeu» [*Ibidem*, depoimento do capitão João Teixeira Carvalhais].

[1973] AHM, TMEL, n.º 311, pasta 26, Processo de José Alberto da Silva Bastos, depoimento de Cristóvão Aires.

reprimisse o movimento», mas o quartel-general não dispunha de unidades militares. Silva Bastos ficou detido à ordem dos oficiais do Porto, até conseguir um salvo conduto para regressar a Lisboa[1974], mas a sua presença seria aproveitada para mobilizar as unidades da cidade, convencidas de que iam prestar homenagem ao ministro da guerra[1975]. No momento em que Silva Bastos viajava para Lisboa, no Porto restaurava-se a monarquia, no Monte Pedral.

2. Deus, Pátria, Rei

A Monarquia do Norte não tem concitado o interesse da historiografia, enquanto objecto autónomo, mas está disponível grande quantidade de fontes impressas[1976]. No contexto desta investigação, pretendemos apenas avaliar o fenómeno no quadro da história da contra-revolução nas suas duas dimensões aqui estudadas: acção político-militar e fundamentos ideológicos. Dentro do quadro interpretativo que gizámos, interessa aferir se a restauração da monarquia resultou de uma revolução, revolta ou de um pronunciamento do exército.

A teorização do fenómeno revolucionário em Portugal foi já objecto de um estudo de Jorge Borges de Macedo[1977]. O estudo comparativo de fenómenos revolucionários tem a vantagem de definir os seus pressupostos

---

[1974] *Ibidem*; BNP, ELM, caixa 44, documento manuscrito intitulado «Ministro da Guerra Silva Bastos».

[1975] AHM, TMEL, n.º 311, pasta 26, Processo de José Alberto da Silva Bastos, depoimento do alferes Eduardo da Rocha Sarsfield.

[1976] Entre outros destaca-se, pela qualidade documental, José Luciano Sollari Allegro, *Para a História da Monarquia do Norte*, Lisboa, Bertrand, 1988. Mais recentemente, apareceu um estudo de qualidade discutível de Helena Moreira da Silva, «Monarquia do Norte 1919», in *Batalhas da História de Portugal*, Porto, Quidnovi, 2006. Como fontes podem referir-se, entre outras, os clássicos de Rocha Martins: *Memórias Sobre Sidónio Pais*, Lisboa, Edição da Sociedade Editorial ABC Limitada, 1921; *A Monarquia do Norte*, 2 vol., Lisboa, ABC, 1922; Teófilo Duarte, *Sidónio Pais e o seu Consulado*, Lisboa, Portugália, 1941; Campos Lima, *O Reino da Traulitânia. 25 dias de reacção monárquica no Porto*, Porto, Renascença Portuguesa, 1919; Luís de Magalhães, *Perante o Tribunal e a Nação. A Monarquia do Norte e o Julgamento da Junta Governativa do Reino*, Coimbra, Coimbra Editora, 1925; A. Ferreira Soares, *Viana Na Insurreição de 1919. Impressões e Notas*, Ponte de Lima, Tipografia Guimarães, 1920; Gonçalo Pereira Pimenta de Castro, *A revolta de Monsanto de Janeiro de 1920*, Porto, Tipografia Mendonça, 1920.

[1977] Jorge Borges de Macedo, «Para um estudo estrutural dos movimentos revolucionários portugueses», in *Estudos Portugueses. Homenagem a António José Saraiva*, Lisboa, Ministério da Educação, 19190.

teórico-conceptuais e os condicionalismos históricos que determinam as grandes rupturas. A Revolução corresponde, de facto, a uma «ruptura» profunda com uma situação prévia, dita «normal», quando as forças que «sustentam a ordem existente cedem sob a pressão de algumas circunstâncias iniciais. É possível imaginar muitas destas pressões: más colheitas, invasão estrangeira, inflação, incompetência administrativa, rivalidade intra-familiar em torno da monarquia, perda de um consenso generalizado, etc.»[1978].

Segundo Borges de Macedo, em todas as revoluções portuguesas vitoriosas têm-se verificado três condições: uma agitação nacional sustentada, envolvendo as figuras mais representativas de todos os grupos sociais; a existência de um escol dirigente, encabeçado por uma liderança forte e a apresentação persuasiva dos objectivos que persegue e dos meios que dispõe o movimento[1979].

A restauração de 1919 deve ser compreendida no quando de um ambiente de agitação nacional que tivera já o seu epígono com a revolução de 5 de Dezembro de 1917. Em certa medida, dá continuidade ao fenómeno revolucionário de 1917, de que é herdeira parcial através das Juntas Militares. Ainda assim, e ao contrário do 5 de Dezembro, o 19 de Janeiro não corresponde a um desígnio nacional, apesar de ser apresentado como tal pela propaganda. A restauração correspondia a uma solução fracturante da sociedade e traduzia uma ruptura parcial do Estado e da ordem política vigente. A existência de um escol dirigente, apesar de fragmentado, e de objectivos e meios definidos, nem sempre assumidos, revelava-se insuficiente para produzir uma revolução que a doutrina conservadora também reprovava.

Estas considerações teóricas afastam, quanto a nós, a hipótese de se considerar o 19 de Janeiro na categoria de fenómeno revolucionário. Correspondeu, no essencial, a um pronunciamento de uma parte significativa do exército, no sentido de uma da mudança das instituições políticas, de uma ruptura com a «ordem republicana», que esperavam protagonizar de forma pacífica. O pronunciamento acontece, segundo alguns autores,

---

[1978] Noel Parker, *As Revoluções e a História. Ensaio Interpretativo*, Lisboa, Temas de Debates, 2001, p. 82.
[1979] Jorge Borges de Macedo, *ob. cit.*, p. 203.

quando há uma intervenção de oficiais de carreira, comandantes de unidades, que pretendem «substituir um governo ou um regime sem violência»[1980].

Os pronunciamentos militares subsistem em Portugal pelo menos desde as Invasões Francesas, período em que a desagregação do Estado provocou a intervenção política da caserna. Vários oficiais procuraram então revoltar-se contra o domínio francês e, em 1808, o Porto assistiria mesmo à formação de uma Junta. Colaborando com a classe dos magistrados, o exército acabou assim por contribuir para a afirmação de uma nova ideologia «jurídico-política» que conduziu depois à vitória do liberalismo em Portugal[1981]. Desde este período, a intervenção política dos militares tem sido uma constante na história contemporânea de Portugal[1982].

A realidade portuguesa não diferiu muito da situação vivida pela vizinha Espanha. Aqui foram constantes os pronunciamentos, realizados por um exército muito politizado, ao serviço de partidos e tendências políticas. Durante o século XIX, os militares espanhóis combateram a ordem política conservadora de Isabel II, numa época em que as espadas eram o meio privilegiado para chegar ao Poder[1983]. Em 1874, seria também o exército, através de um golpe militar levado a cabo pelo general Martinez Campos, quem restaurou a monarquia de Afonso XII[1984]. No início do século XX manteve-se esta tendência, agravada com a crise da I Guerra Mundial, em que o exército se organizou em Juntas Militares para defender os seus interesses corporativos. A crise política em Espanha fomentou a instabilidade. Entre Novembro de 1918 e Setembro de 1923, Espanha contou com dez governos de curta duração, que enfrentaram problemas graves como a guerra de Marrocos e o conflito laboral em Barcelona, levando a uma intervenção da caserna que reduziu muitas vezes «o poder civil a uma ficção»[1985].

[1980] Vasco Pulido Valente, *Os militares e a Política (1820-1856)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, p. 9.
[1981] Cf. Fernando Pereira Marques, *Exército e Sociedade em Portugal*, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 94 e ss.
[1982] Cf. Joaquim Manuel Croca Caeiro, *Os Militares no Poder. Uma análise histórico-política do liberalismo à revisão constitucional de 1959*, Lisboa, Hugin Editores, 1997.
[1983] Cf. Raymond Carr, *España: de la Restauración a la democracia, 1875-1980*, Barcelona, Ariel, 1983, p. 20.
[1984] *Ibidem*, p. 22.
[1985] *Ibidem*, p. 125.

Se evocamos a situação de Espanha é porque podemos encontrar afinidades com a realidade portuguesa. Se é verdade que a parte mais dinâmica do exército actuava, desde 1911, ao serviço do *Partido Democrático*, a partir de 1915 essa situação alterou-se. O «pimentismo» e depois o «machadismo» e o «sidonismo» corresponderam a intervenções de sectores do exército hostis a este partido dominante e ao próprio regime republicano. Às revoltas militares de Outubro de 1918 e Janeiro de 1919, que pretendiam ressuscitar a *república velha*, respondeu a parte conservadora do exército através das Juntas Militares. O militarismo juntista reivindicava pela primeira vez, como em Espanha[1986], um certo messianismo morigerador e uma certa pressão sobre o poder civil, pressão que se legitimava no interesse nacional e na vocação orgânica do exército[1987]. Se bem interpretamos este período complexo, a restauração da monarquia constituiu então uma alternativa ao falhanço do movimento juntista e do seu projecto de proclamar uma ditadura militar. Sem uma liderança firme, os oficiais da Junta Militar do Norte entregaram a Paiva Couceiro, um oficial expulso da corporação mas com legitimidade monárquica, a chefia de uma parte do exército para repor o trono em Portugal.

Os próprios dirigentes do movimento monárquico o entenderam como pronunciamento, e não como revolta ou rebelião militar. Este movimento estava em consonância com a perspectiva contra-revolucionária da restauração, pois a intervenção do exército «era um acto de vontade nacional», não era uma revolução[1988]. Na melhor tradição do pensamento contra-revolucionário e conservador, que repudiava as mudanças bruscas operadas pelas massas, a restauração traduzia uma mudança institucional imposta, «não por uma incerta tentativa revolucionária feita de baixo para cima, mas por um seguro pronunciamento feito, em plena força, de cima para baixo»[1989]. Era o exército, enquanto instituição nacional, fonte legítima de autoridade e de força coerciva e esteio da disciplina e das hierarquias sociais, que repunha em Portugal «as suas instituições naturais e tradicionais, que refizessem a sua unidade política e lhe restituíssem a paz, a

---

[1986] I*bidem*, p. 120.
[1987] Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 182-183.
[1988] Luís de Magalhães, *Perante o Tribunal e a Nação. A Monarquia do Norte e o Julgamento da Junta Governativa do Reino*, Coimbra, Coimbra Editora, 1925, pp. 101-102.
[1989] *Ibidem*, p. 48.

prosperidade e a grandeza passadas»[1990]. Este processo estava em conformidade com o projecto de restauração que as cúpulas radicais da Causa Monárquica defendiam desde 1917, como se viu no capítulo anterior.

A proclamação lida pelo major Satúrio Pires aos soldados, no Monte Pedral, onde se restaurou oficialmente a realeza, reivindicava essa missão patriótica e salvífica do exército: «Soldados! Soldados! O Exército é, acima de tudo, a mais alta expressão da Pátria e por isso mesmo tem que sustentá-la e tem que guardá-la nas circunstâncias mais difíceis, acudindo na hora própria contra todos os perigos, sejam eles externos ou internos, que lhes ameacem a existência. […] E com a ajuda de Deus, e com a força das nossas crenças tradicionais, que o Azul e Branco simbolizam, a nossa Pátria salvaremos!»[1991].

Que a restauração da monarquia constituiu uma imposição de parte do exército parece provar-se com a dinâmica prosseguida: pronunciamento da 3.ª divisão do exército e adesão automática das divisões militares de Braga (com excepção de Viana) e Viseu; resistência muito ténue da 6.ª divisão, que o ataque de uma coluna comandada pelo capitão Sá Guimarães facilmente debelou em Vila Real. Em muitos casos, a Junta Governativa, presidida por Paiva Couceiro, limitou-se a comunicar a restauração da realeza aos governadores civis dos distritos onde contavam com a adesão das guarnições militares[1992]. Depois, os governadores civis ou os comandantes de divisão apenas comunicaram o facto às guarnições respectivas, exigindo a proclamação local da realeza, para o que contavam com a passividade dos oficiais[1993]. Em muitas das guarnições, os comandos

---

[1990] *Ibidem*, p. 23; AHM, 3ª divisão, 6.ª secção, caixa 409, pasta 1, Panfleto assinado pelo coronel José Aurélio Ferreira Machado. Pode ler-se em anexo.

[1991] Pode ler-se em Campos Lima, *O Reino da Traulitânia. 25 dias de reacção monárquica no Porto*, Porto, Renascença Portuguesa, 1919, pp. 177-178.

[1992] Em Aveiro, por exemplo, a Junta contava com a restauração feita por João de Almeida, que não aderiu. O telegrama de Paiva Couceiro, de 19 Janeiro, foi enviado às 20:40H: «Governador Civil de Aveiro = comunico V. Ex.ª que foi proclamada a monarquia no norte pelo exército população civil ficando constituída uma junta presidida pelo coronel Henrique Paiva Couceiro e composta pelos coronéis João d'Almeida e Silva Ramos, capitão Solari Allegro, Conde d'Azevedo, Visconde do Banho e conselheiro Luís de Magalhães. Este acto patriótico realizado sem efusão de sangue terá imediata repercussão em todo o país. Queira V. Ex.ª reconhecer restauração na pessoa D. Manuel 2.º e comunicar o conteúdo do presente às autoridades admvas. suas subordinadas. O Presidente junta governativa do Reino. Henrique de Paiva Couceiro» [AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 27, maço 2, pasta 14].

[1993] Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 36, maço 4, pasta 7, Correspondência confidencial do Regimento de Infantaria 20 (Guimarães); AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 403, pasta 9, depoimento do coronel António Augusto de Sousa Cruz, comandante militar em Lamego.

declararam de imediato «acatar incondicionalmente» as novas autoridades militares e aderir «sem restrições ao regime monárquico»[1994].

O caso de Bragança é paradigmático da conivência do exército. A monarquia foi aí proclamada pelo coronel José Aurélio Machado, antigo colaborador local do *Partido Republicano*[1995]. Em 1919, este oficial era um defensor acérrimo das Juntas Militares, o que atestava uma mudança de atitude face à república[1996]. Numa proclamação ao exército, justificou o acto com «a vergonha e o crime» da república, que «encheu os lares de fome e os cárceres de presos». Entre esses crimes destacava-se a política de beligerância do regime, cujas despesas de guerra «serviram para cobrir toda a casta de latrocínios», e que terminava agora sem honra nem proveito para Portugal, na Conferência de Paz: «Nos campos da batalha, vós vertestes o vosso sangue e honrastes a vossa farda; mas depois de tão heróico sacrifício, a república leva-nos vergonhosamente à Conferência da paz, onde só temos um voto consultivo. Isto é a suprema vergonha, e a maior das infâmias. Só nos resta um caminho a seguir: defender a Monarquia restaura [da] contra os agentes da desordem»[1997].

Que a restauração correspondeu a um movimento do exército, ainda que tenha envolvido apenas a uma parte da corporação, prova-se com a ausência de resistência no Porto e mesmo no Norte, com excepção de Vila Real – incluindo mais tarde Mirandela, Bragança e Chaves, que obrigaram a acções militares de conquista. Tanto Paiva Couceiro como o general Alberto Ilharco, os comandantes em confronto, reconheceram que a proclamação da monarquia no Porto foi feita sem «a menor oposição»[1998], transformando-se

---

[1994] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 36, maço 4, pasta 7, correspondência confidencial do Regimento de Infantaria 20 (Guimarães).

[1995] AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 409, pasta 1, Relatório de defesa do coronel José Aurélio Ferreira Machado, fl. 218, que inclui provas documentais e testemunhos que corroboram a sua inclinação republicana inicial.

[1996] *Ibidem*, depoimento do capitão de artilharia Joaquim Mendes Bragança, fls. 131-133.

[1997] *Ibidem*, Panfleto assinado pelo coronel José Aurélio Ferreira Machado, doc. n.º 58. Posteriormente, o mesmo oficial defendeu-se das medidas disciplinares impostas evocando a «disciplina militar» e a «vingança» de militares por ele castigados [*Ibidem*, fl. 218].

[1998] MNE, AHD, 3P, A3, M49, entrevista de Paiva Couceiro ao jornal espanhol *El Sol*, de 27-06-1919; AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 3, maço 2, pasta 13. Luís de Magalhães pronunciou-se no mesmo sentido: «O carácter do movimento de 19 de Janeiro não foi, pela forma pacífica que revestiu, pela sua larguíssima extensão, pela repercussão imediata que teve em quase metade do País, o de uma rebelião ou revolta, mas o de um acto de vontade nacional, expressa, primeiro, por um pronunciamento militar e logo confirmada pelas mais entusiásticas aclamações populares, sem nenhum protesto, nem no Porto nem em outras terras do Norte, de qualquer das autoridades administrativas, militares, judiciais, fiscais, etc.,

a Junta Governativa em autoridade soberana sobre uma parte do território nacional[1999].

A exemplo do que acontecera a 5 de Outubro de 1910, a monarquia foi quase restaurada por telégrafo, contando com a habitual inércia das autoridades militares e o sentimento de impotência das autoridades civis[2000]. Na maior parte das vilas e aldeias do território restaurado, as personalidades realistas limitaram-se a tomar conta dos edifícios públicos sem a menor contestação ou resistência, como aconteceu em Vouzela, concelho de Viseu[2001]; noutras foram os oficiais do exército que restauraram o trono em nome da Junta Governativa[2002]. Em muitas cidades e vilas do Norte, como no Porto e Lamego, oficiais republicanos aderiram imediatamente à monarquia[2003], a começar pela Guarda Nacional Republicana, que se transformou automaticamente na Guarda Real, sob o comando do major Carlos Borges.

É certo que muitos oficiais do exército aderiram porque estavam convencidos que o trono estava restaurado em Lisboa e, por extensão, em todo o território nacional[2004]. Mas esta alegação, usada por muitos oficiais «sem política» e até por republicanos, pretende escamotear um comportamento natural no exército: o seguir-se naturalmente a política definida pelos comandos superiores, pela autoridade legítima. A Junta do Porto limitou-se a pôr em funcionamento uma engrenagem que já existia e que se baseava na solidariedade das hierarquias militares, que estava

---

que todos acataram, de pronto, o regime constituído, e com ele serviram no mais regular exercício das suas funções» [*ob. cit.*, pp. 101-102].

[1999] Cf. BNP, ELM, caixa 46, carta de Paiva Couceiro ao Presidente da Assembleia-geral do Banco de Portugal.

[2000] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 62, maço 1, pasta 1.

[2001] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 52, maço 1, pasta 1: «Aos dezanove de Janeiro de mil novecentos e dezanove, na administração do concelho [Vouzela] de digo compareceu o senhor Doutor Alexandre de Lucena e Vale com um ofício do Excelentíssimo senhor governador civil de Viseu - Patrício Xavier de Almeida Brito - tenente coronel de Artilharia com o número nove e datado de hoje, ordenando aquele magistrado que lhe entregasse a administração do concelho. Em virtude de que, o referido administrador substituto entregou ao referido senhor Doutor Alexandre de Lucena e Vale a mesma administração da qual este tomou posse declarando nesse momento estar restaurada a monarquia em Portugal e professando representar e defender os poderes constituídos».

[2002] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 13, maço 3, pasta 14, «Documentos dos monárquicos».

[2003] Cf. AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 403, pasta 9.

[2004] Cf. *Ibidem*; AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 435, pasta 7, processo de Augusto César Madureira Beça, depoimento de oficiais e sargentos; AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 62, maço 2, pasta 6, relatório do coronel José Peres.

facilitada pela persistência de uma estrutura de Poder autónoma e concorrente com o governo da república.

Mas a facilidade com que se restaurou a monarquia no Norte não decorre apenas de meros circunstancialismos conjunturais. Importa reter que a república não alterou significativamente a estrutura social e económica do país, caracterizada pelo predomínio da população rural e da actividade agrícola. Por outro lado, as condições de vida das populações agravaram-se com a guerra, devido à escassez de alimentos e à especulação, provocando a fome e a animosidade para com o regime[2005]. A pobreza e o atraso cultural das populações eram um traço marcante em muitas regiões do Norte e Centro, como em Lamego, onde mais de sessenta por cento da população era rural e vivia da agricultura, com predomínio da produção vinícola[2006]. Na parte norte do concelho, a predominância de grande quintas vinhateiras junto ao Douro, que recrutavam a mão-de-obra em períodos sazonais, deixava os trabalhadores na dependência dos grandes proprietários, que viviam no Porto. No sul do concelho, pelo contrário, a persistência da pequena propriedade agrícola lançava as populações numa pobreza extrema, numa região que, no início do século XX, ainda praticava a troca por troca[2007].

Quanto à realidade sócio-cultural, pouco tinha mudado em relação a 1910. A ignorância das populações e o ascendente da religião católica mantinham as comunidades rurais na dependência do clero e dos notáveis[2008]. Em muitas regiões do país, o predomínio da rede política monárquica, que se estruturou e alargou durante o sidonismo, explica a facilidade com que a monarquia foi restaurada. Muitos administradores de concelho fizeram a transição do sidonismo para a monarquia, tendo pelo meio dado a sua colaboração às Juntas Militares. Seriam, para além do mais,

---

[2005] Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 4, maço 1, pasta 1, Relatório da 8.ª divisão militar (Braga).

[2006] Cf. Miguel Nunes Ramalho, *A Opressão Salazarista e a Força da Liberdade. Alfredo de Sousa, um resistente*, Lisboa, Prefácio, 2007, p. 36.

[2007] Cf. *Ibidem*, pp. 36-37.

[2008] Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 4, maço 1, pasta 1, Relatório da 8.ª divisão militar (Braga): «Espírito da População – É na sua grande maioria muito ignorante, bastante religiosa, e sob a influência quase exclusiva do clero que na sua quase totalidade tem tendências monárquicas; contudo a grande massa mantém-se indiferente em assuntos políticos».

colaboradores importantes na proclamação da realeza, na organização de grupos civis e na perseguição aos adversários republicanos[2009].

A Monarquia do Norte consubstanciava a mesma reacção monárquico-clerical que assolava o país desde 1911, resultado da acção dos clérigos e dos antigos caciques monárquicos que instigavam o ódio permanente das populações ao regime republicano[2010]. O sidonismo e depois as Juntas Militares consolidaram as solidariedades e dependências locais, organizadas em estruturas de Poder que abriram as portas a uma reacção dos sectores mais conservadores da sociedade portuguesa. No Norte do país, os «bacharéis, lavradores e abades de boa têmpera» esperavam impacientemente a sua vez, «rugiam impaciências», numa expressão muito acertada de Rocha Martins[2011]. Foram eles o pessoal político da monarquia restaurada.

À restauração do trono seguiu-se a formação de uma Junta Governativa Provisória presidida por Paiva Couceiro, que acumulava com a pasta de ministro da guerra, e que tinha como ministros um grupo muito restrito, as mais gradas figuras da contra-revolução: Luís de Magalhães, visconde do Banho e conde de Azevedo[2012]. Das Juntas Militares foram cooptados os coronéis João de Almeida e Silva Ramos. O primeiro não só recusou o cargo de ministro da guerra, facto que provocou o descontentamento de alguns sectores do monarquismo[2013], como cumpriu com as suas obrigações de

---

[2009] Foi o caso de José da Costa Pinto, administrador e presidente da Câmara da Régua desde Março de 1918. Auxiliou as autoridades do Porto na prisão de elementos republicanos, auxiliou a coluna da Junta Militar, comandada por Margaride, requisitando automóveis e animais e proclamou a monarquia em 21 de Janeiro de 1919, como prova o telegrama para Paiva Couceiro: «Exmo. Henrique de Paiva Couceiro. Ilustre Presidente ministros. Porto. Nomeado administrador do concelho em sessão da câmara onde se proclamou a monarquia em meio d'aclamações delirantes, resolvi de acordo com várias individualidades monárquicas daqui mobilizar algumas reservas. Rogo V. Ex.ª diga se autoriza que tal se faça e em caso afirmativo mandar fornecer armamento. Admor. Concelho. José da Costa Pinto» [AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 407, pasta 1, doc. 12].

[2010] Leia-se o relatório que o alferes Virgálio Lopes, administrador do concelho de Mortágua, fez depois da derrocada da monarquia, in AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 59 .

[2011] Sobre o processo de restauração em muitas vilas e cidades do Norte, veja-se Rocha Martins, *ob. cit.*, 143-145.

[2012] Magalhães, na pasta dos Negócios Estrangeiros; Banho, nas pastas das subsistências, da fazenda e da justiça; Azevedo na instrução, agricultura, comércio e trabalho.

[2013] Segundo o governador civil de Viseu, tenente-coronel Patrício Almeida Brito, «tem feito por aqui impressão e abatido um pouco o moral o facto de não se falar no nome do sr. Coronel João de Almeida e nem mesmo se saber onde o mesmo senhor pára» [AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 61, maço 2 pasta 11]. Apesar de recusar o cargo de ministro da guerra, João de Almeida recebeu vários ofícios e telegramas de personalidades que o julgavam na função. Cf. Correspondência do coronel José Aurélio Machado, comandante da 6.ª divisão do exército da monarquia do Norte, *in* AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 409, pasta 1, fls. 50-53 e docs. 78-82.

comandante militar de Aveiro, informando a 5.ª divisão do exército do movimento do Porto e declarando «que a guarnição se conservava fiel ao governo»[2014]. O coronel Silva Ramos ocupou a pasta das obras públicas e assumiu responsabilidades nas manobras militares, apesar de posteriormente vir a recusar todas as responsabilidades políticas e militares[2015]. Na pasta do reino figurava o diligente comissário policial, capitão Solari Allegro, personalidade que gozava da fama merecida de evitar qualquer acto de revolta[2016]. Nos governos civis das capitais de distrito, os lugares foram ocupados por monárquicos e oficiais próximos da restauração e alguns oficiais juntistas[2017].

No plano político e institucional, duas questões centrais reclamam uma análise mais cuidadosa. A primeira prende-se com a legitimidade da restauração; a segunda tem que ver com os seus fundamentos políticos e ideológicos. No que concerne à primeira problemática, a sociologia política demonstra que os regimes carecem de um «conjunto de racionalizações» que apontem à sociedade a legitimidade do Poder e até das razões porque batalham contra os eventuais «contra-poderes»[2018]. Um olhar atento às proclamações monárquicas revela alguns paradoxos, tal como acontecera já em 1911. Nas proclamadas «racionalizações» não se vislumbram as esperadas virtudes da monarquia enquanto «autoridade tradicional» e regeneradora, antes se acentuam os erros e defeitos da república, o

---

[2014] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 62, maço 1, pasta 1.

[2015] AHM, Processo individual do coronel Artur Maria da Silva Ramos, caixa 2514.

[2016] Rocha Martins refere a dificuldade que existiu para conseguir a colaboração de figuras de primeira linha para a Junta Governativa, o que explica a concentração de pastas [*ob. cit.*, vol. 2, p. 16]. Um documento manuscrito encontrado no espólio de Luís de Magalhães permite ter uma ideia das personalidades estudadas para ocupar pastas ministeriais: «*Reino*: José de Azevedo; […] Pereira e Cunha; Cardoso Meneses; conde de Azevedo; visconde do Banho; Penha Garcia; Morª d'Almeida; *Justiça*: Martins de Carvalho; Paçô Vieira; Luciano Monteiro; Carlos Velez Caldeira; José Alberto dos Reis; José d'Azevedo; Visconde do Banho; Mário Pinheiro Chaves; Aníbal Soares; Rui Ulrich; João de Azevedo Cosme; C. de Castro Solla; *Fazenda*: Melo e Sousa; João Albino; Patrício Prazeres; Martins de Carvalho; João Ulrich; Er Schnoter; Anselmo de Andrade; Paulo Azevedo; José Francisco da Silva; Penha Garcia; *Guerra*: Paiva Couceiro; Aires de Ornelas; João de Almeida; Garcia Rosado; Sinel de Cordes; Adriano Beça; Vasconcelos Porto; *Marinha*: João Coutinho; Policarpo de Azevedo; José Francisco da Silva». Cf. BNP, ELM, caixa 43.

[2017] Cf. *Diário da Junta Governativa do Reino de* Portugal, p. 2. Foram nomeados os seguintes governadores civis: Porto: conde de Mangualde; Aveiro: major Egas Ferreira Pinto Basto (não tomou posse); Braga: capitão Arnaldo Ribeiro Piçarra; Viseu: tenente-coronel Patrício Xavier de Almeida e Brito; Bragança: tenente-coronel Carlos Leitão Bandeira; Vila Real: António Sampaio Pimentel; Viana do Castelo: major Martinho José Cerqueira. Para Coimbra, a Junta nomeou Vítor Ribeiro de Meneses que nunca chegou a tomar posse, sendo preso nesta cidade.

[2018] Cf. António Teixeira Fernandes, *Os Fenómenos Políticos. Sociologia do Poder*, 2.ª ed., Porto, Edições Afrontamento, 1998, p. 177.

«sistema de dominação» que supostamente revelava a uma «falência» incontornável.

É certo que a proclamação lida por Satúrio Pires no Monte Pedral, a 19 de Janeiro, começou por reivindicar a «força da tradição»[2019] da monarquia para justificar o acto. A restauração da realeza completava-se sob a influência das concepções conservadoras que reivindicavam a tradição histórica e os vínculos às formas tradicionais de vida e à solidariedade de gerações. E que vislumbravam nas democracias modernas a origem da decadência e a morte das nacionalidades[2020]. Mas exceptuando esta referência doutrinária, o discurso da legitimidade centrou-se na recusa do novo sistema de poder e autoridade representado pela república, com o seu sistema de legitimidade legal assente na existência de cidadãos[2021]. A retórica monárquica evocava a grave crise política e social, que resultava da «luta de facções» e da sua «ambição de poder», como justificação para a intervenção do exército, na sua qualidade de instância nacional, no sentido de regular o normal funcionamento das instituições e garantir os interesses da pátria[2022]. Numa proclamação monárquica, os mecanismos ideológicos ligados à «Ordem» eram estruturantes como instância legitimadora: «A Monarquia é a Ordem e a Liberdade: ordem nos negócios do estado e a liberdade no foro da consciência»[2023].

No plano político e ideológico, é sabido que o exército restaurou D. Manuel e a Carta Constitucional de 1826[2024], de acordo com a doutrina estabelecida em 1912 pelo projecto de Luís de Magalhães. A doutrina então defendida concebia a república como «regime de usurpação» e por isso a restauração devia repor o que estava em 4 de Outubro, a ordem político-

---

[2019] *Ibidem*, p. 182.

[2020] Cf. *Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal*, n.º 1, 19-01-1919.

[2021] Sobre os diferentes tipos de poder legítimo, veja-se Max Weber, *Três Tipos de Poder e outros Escritos*, Lisboa, Tribuna, 2005, pp. 19-32.

[2022] É o sentido da Proclamação lida na cerimónia do governo civil do Porto. Cf. *Ibidem*. É esse também o sentido da acta da sessão da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Régua: «Livre por consequência das opressões e desvarios da República, que tanto inibiram de coadunar uma administração bem seguida e profícua, de novo vai ela abalançar-se a fazer alguma coisa de útil e proveitoso para o seu concelho. Não é necessário avivar na memória dos seus ilustres colegas a administração desordenada e prejudicial que o país teve desde a proclamação da república. Os seus homens, dominados e desavindos pelo egoísmo do poder, limitaram-se a um duelo de vitupérios e desatinos com que despertaram o pasmo e a ignomínia dos seus governados» [AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 407, pasta 1, fls. 5-6].

[2023] BNP, ELM, caixa 44, folheto com o título «Soldados!». Repetido em AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 409, pasta 1.

[2024] Cf. *Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal*, decreto n.º 8, de 21 de Janeiro.

social anterior, entendida como um «sistema de formação histórica»[2025]. A restauração da Carta provocou, como se viu atrás, uma reacção violenta dos sectores tradicionalistas, que pretendiam uma monarquia reformada de acordo com os princípios consagrados pela doutrina integralista, orgânica e nacionalista. O próprio Paiva Couceiro viria depois a terreiro justificar a restauração da Carta como resultado das «oportunidades nacionais» e não como substância das suas ideias «antiparlamentares»[2026]. A pouca duração da Monarquia do Norte não deu azo para o reformismo doutrinário e constitucional que os sectores do tradicionalismo preconizavam, mas as posições assumidas pelos liberais conservadores revelam que o reformismo de Couceiro encontrava ainda resistências tenazes. Luís de Magalhães explicaria assim a doutrina da restauração: «Éramos conservadores e não revolucionários. Queríamos fazer uma restauração, não uma revolução monárquica»[2027].

A Junta Governativa do Reino assumiu todas as funções governativas e exerceu a dominação e autoridade próprios de um Estado legítimo. A sua acção política procurou fornecer à opinião pública um instrumento de análise que criasse nos espíritos a impressão de que a reposição do trono correspondia a «um governo definitivo e sério»[2028]. Assim se explica que, ainda antes de concluída a fase militar, procurasse exercer o poder político e administrativo como se controlasse todo o aparelho do Estado. Nos seis distritos sobre os quais exerceu efectiva autoridade, a Junta Governativa comportou-se como um verdadeiro Estado: «A Junta Governativa […] exercia todos os actos de soberania em todo o território compreendido entre o Minho e o Vouga. Ela cobrava impostos, que todos pagavam sem protesto, decretava leis que todos os tribunais executavam, nomeava autoridades, a que todos obedeciam mesmo os mais acérrimos republicanos e mantinha a ordem pública, que é o principal dever de qualquer governo. Todos os

---

[2025] Luís de Magalhães, *ob. cit.*, p. 209.

[2026] Cf. Henrique de Paiva Couceiro, «Carta Aberta aos meus amigos e companheiros», in *Acção Realista*, ano 1, n.º 10, 01-11-1924, p. 183.

[2027] Luís de Magalhães, *ob. cit.*, p. 53. «Mas dava-se ainda a circunstância de que, restaurados com o regime uma dinastia e o seu alto Representante, *que já reinara e do trono fora privado por um esbulho violento*, era óbvio que se lhe não podia impor um sistema de instituições diverso daquele a que o ligavam os seus solenes juramentos. Rei e Constituição formavam uma *unidade política e moral*, que não só não convinha quebrar, mas que também ninguém tinha autoridade para quebrar e, muito menos, para impor ao Soberano essa quebra» [p. 54].

[2028] Cf. *Ibidem*, p. 51.

funcionários civis e militares acatavam e cumpriam as ordens que desta junta emanavam»[2029].

Entre as diferentes funções político-burocráticas da Junta Governativa do Reino, houve uma que se destacou pela sua importância ideológica e institucional: a função legislativa. A legislação da Monarquia do Norte, publicada através do seu *Diário da Junta Governativa do Norte*, tem para esta investigação uma avultada importância. Não se trata tanto de descrever por esta via o quotidiano das populações do Norte, tentando apreender dinâmicas políticas locais e o impacto da legislação no seu espírito e na sua vida prática. É certo que muitas fontes, apesar de algumas contradições, descrevem a aparente normalidade na vida das populações, e em especial do Porto[2030], sublinhando o regozijo com que aparentemente foi recebida a realeza[2031]. Para o fito desta investigação importa sobretudo vislumbrar na obra legislativa da Junta Governativa, conquanto incipiente, alguns vectores estruturantes da matriz ideológica da restauração. Mesmo sabendo que no

---

[2029] AHM, caixa 2451, Processo individual do coronel João Gomes do Espírito Santo. O próprio Paiva Couceiro escreveu: «A Junta Governativa do Reino exerceu, no Norte de Portugal, soberania plena, com todo os atributos do Poder constituído e consenso manifesto das populações, administrando, mantendo a ordem, cobrando impostos e presidindo à vida dos distritos de sua dependência com perfeita regularidade. De modo que Portugal esteve então dividido em dois troços distintos, - governando no Norte a Junta Governativa Monárquica com tanta autoridade, pelo menos, como no Sul a República».

[2030] Cf. Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *ob. cit.*, p. 157. Rocha Martins, *ob. cit.*, p. 6. As fontes não permitem uma resposta definitiva sobre a normalidade da vida no Porto. Segundo testemunho do Alferes Miliciano de Infantaria 32, Ernesto Dias Coelho, «no Porto a vida é aparentemente normal mas a pressão sobre que todos vivem incomoda, bem como a falta de notícias do Sul, o que sucede aos próprios oficiais. Há muita espionagem e cheia de violências quando se é preso. Há víveres bastantes e o comércio está aberto e é tão regular quanto o permitem as circunstâncias. Há trabalho em toda a parte». Já José Francisco Serrano, Comerciante no Rossio de Abrantes e fornecedor do exército, fugido do Porto no dia 1 de Fevereiro, diria que «há no Porto falta de trocos, selos e papel selado. Toda a gente no Porto e arredores pagam as contribuições. Falta tudo no Porto; têm a carne ao mesmo preço, a broa está mais barata. A vida é normal no Porto mas o comércio está paralisado. [...] Os soldados passam mal» [AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 2, maço 3, Pasta 8].

[2031] Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 12, maço 1, pasta n.º 3. Segundo o Cônsul Geral de Cuba: «Proclamada monarquia entusiasmo população junta governativa provisória na ausência rei Manuel Marosi Cônsul». A simpatia com que aparentemente foi recebida a restauração da realeza haveria de desaparecer sob o efeito de um acto governativo da Junta, o decreto n.º 58, de 10 de Fevereiro, que obrigava ao depósito de todas as notas do banco de Portugal para lhes ser colocada a sobrecarga «Reino de Portugal» e receberiam no acto apenas 10 por cento do valor, ficando o remanescente em depósito. O efeito negativíssimo desta medida foi apontado por um monárquico: «Sou um monárquico ferrenho e mto vosso admirador; mas caiu-me a alma aos pés qdo o decreto desta pessegada de sanchelas [sic] e recolher o dro [dinheiro] e só gastar 10 % e toda essa michelana q todos nós temos de fazer leis e dectos [decretos], pensando todos, republicanos e monárquicos que modificamos as coisas com leis e dectos [decretos], sem pés nem cabeça! É, desculpe-me a franqueza a sentença da vossa morte política. Não se vê depois desse decreto senão ódios contra V. Ex. Não deviam fazer lei nem decreto alg. [algum] sem ter-se na mão o objectivo, a monarquia!» [AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 20, maço 1: documentos apreendidos aos revoltosos]. Veja-se, ainda, Rocha Martins, *ob. cit.*, pp. 107-108.

ânimo das cúpulas perpassava uma intencionalidade reformista, no sentido de modificar os seus fundamentos teóricos e constitucionais, existem indícios suficientemente seguros para apreender ao menos as principais coordenadas ideológicas da «Monarquia Nova».

Entre os decretos que definem programática e doutrinariamente o novo regime, o decreto n.º 3 revela a substância contra-revolucionária da restauração, pois revogava «toda a legislação promulgada desde 5 de Outubro». De uma assentada derribava-se o edifício legislativo que tinha enformado a matriz progressista e reformadora da república, com destaque para o seu fundo laico e secularizador. Os monárquicos justificaram esse decreto, visto como «decreto-programa», com a necessidade de dar ao público conservador indicações seguras do caminho que trilhava a restauração, expressando-lhe claramente que «todos os atentados contra a religião, a família, a propriedade, bases conservadoras da sociedade, - todos os atentados contra a justiça e a liberdade, condições supremas da ordem social, serão irremediavelmente suspensos e reparados. A República é um hiato de ilegalidade que se encerra. A Restauração é a tradição que se reata, o passado que ressurge»[2032]. Estas explicações mostram que a monarquia restaurada devia conformar-se com a doutrina conservadora que preconizava uma certa «ordem social», apoiada nas estruturas intermédias da sociedade, como a família, e sustentada no direito à propriedade. A legislação da Junta Governativa dava assim «satisfação às tradições do país»[2033]. Mas o sentido global deste «decreto-programa», enquanto reacção, só pode ser cabalmente apreendido na esfera da política religiosa e da nova espiritualidade católica.

Com efeito, a restauração formal da Carta Constitucional restabelecia a posição institucional da «Religião Católica Apostólica Romana» enquanto religião oficial do Estado[2034]. Só que as mudanças operadas no campo ideológico da direita monárquica previam uma nova abordagem do fenómeno religioso. Com efeito, a ligação orgânica da Igreja à monarquia liberal fora desenvolvida dentro do projecto liberal de funcionalização dos eclesiásticos. Para a esfera da religião relegava-se também uma dimensão

---

[2032] Luís de Magalhães, *ob. cit.*, p. 59.
[2033] Conde de Azevedo, «Restauração da Monarquia em 1919», in Francisco Manso Preto Cruz, *ob. cit.*, p. 207.
[2034] Cf. *Diário da Junta Governativa do Reino*, decreto n.º 14.

ética e reprodutora dos valores e da moral da sociedade liberal[2035]. Mas então os políticos liberais dividiam-se sobre o papel da Igreja, com os sectores mais radicais a envolverem-se em manifestações de anticlericalismo. Entretanto, a crença religiosa assumirá contornos ideológicos fulcrais no seio da contra-revolução que são determinantes para compreender as modulações antimodernas da Causa Monárquica e da própria direita antiliberal.

O ressurgimento católico visível no estertor da monarquia teve o mérito de impregnar a Causa Monárquica de uma nova espiritualidade, que seria aprofundada no exílio. Esta nova realidade, visível em Portugal e na Europa, acompanhada de manifestações de repúdio pelo anticlericalismo da I República, operou uma transformação espiritual entre os adeptos da coroa, mesmo os mais impenitentes liberais, como Luís de Magalhães[2036]. As elites que em 1910 se reuniram no *Congresso Nacional* incluíram no seu programa reformador a «recristianização» da sociedade[2037]. O sucesso das doutrinas integralistas e o revivalismo do tradicionalismo miguelista explicam a importância ideológica do cristianismo na doutrinação contra-revolucionária, fenómeno que foi já objecto de análise no decorrer deste trabalho[2038]. Diogo Pacheco de Amorim explicou assim a nova mentalidade dominante nos sectores conservadores e a importância do catolicismo na formação da *Nova Geração* e da contra-revolução*:* «A religião venerada pela mocidade portuguesa é, sem dúvida, o catolicismo; muitos o seguem com fé, alguns por filosofia, todos com respeito. O ódio às coisas e às pessoas da Religião é hoje desconhecido da quase totalidade dos rapazes. [...] Em moral, a mocidade adopta sem reservas as normas da Igreja. Mas a Igreja hoje não é só um guia moral para os rapazes; é uma verdadeira escola de Filosofia, de Política e de Arte. [...] Muitos rapazes de hoje timbram em ser católicos praticantes»[2039].

[2035] Cf. Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998, p. 53.

[2036] Cf. Joana Inês de Lemos Coelho de Magalhães, *Luiz de Magalhães. A sua evolução espiritual*, Separata do Vol. XXV do *Arquivo do Distrito de Aveiro,* Aveiro, 1959.

[2037] Cf. Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismo. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Cosmos, 1999, pp. 93-97.

[2038] Leia-se Aires de Ornelas, *As Doutrinas Políticas de Charles Maurras*, Livraria Portugal Editora, 1914.

[2039] Diogo Pacheco de Amorim, *A Nova Geração*, Coimbra, França e Arménio Editores, 1918, pp. 28-29.

Existem indícios suficientes para aceitar que restauração se perfilava para dar corpo a uma monarquia cristã, que estabelecesse a perenidade dos valores católicos. Os diplomas ideologicamente mais significativos da Junta Governativa incidem sobre a questão religiosa, nomeadamente a revogação da Lei de Separação[2040], o restabelecimento dos cargos de capelão do exército e da armada[2041], a reposição do juramento de carácter religioso[2042], dos feriados religiosos[2043] e a revogação de parte do decreto sobre o registo civil[2044]. Estas medidas correspondiam às exigências da consciência católica de Paiva Couceiro e dos membros da Junta Governativa, e reafirmam o lugar central da Igreja numa «Monarquia Nova». Todos os projectos ideológicos deste período conformam a sua matriz com a assunção da religião na organização da vida social e moral dos portugueses. A nova mundividência da «Monarquia Nova» reivindicava a autoridade de Deus sobre o poder temporal. O próprio congreganismo reassumia dimensão central, prevendo-se o regresso de todas as congregações religiosas em regime de total liberdade para desempenharem a mais «ampla acção social»[2045].

No plano institucional, as relações entre o Estado e o Vaticano deviam ser reguladas por um regime de concordata ou por uma nova lei de separação, mais favorável à Igreja Católica. Os bens confiscados pela república seriam devolvidos, mas a igreja seria indemnizada «se a restituição não for possível»[2046]. No projecto de 1924, a Causa Monárquica voltaria a assumir a prioridade no combate ao laicismo, que acusavam de ter como finalidade primária «expulsar Deus da vida dos povos». Como consequência deste postulado, combatia-se com fervor a chamada «escola neutral», no pressuposto de que sendo a nação portuguesa maioritariamente

---

[2040] *Diário da Junta Governativa do Reino*, decreto n.º 14.
[2041] *Ibidem*, decreto n.º 17, de 23 de Janeiro.
[2042] *Ibidem*, decreto n.º 18.
[2043] *Ibidem*, decreto n.º 30.
[2044] *Ibidem*, decreto n.º 36. Foram revogados os artigos 312 e 316 do Dec. de 13-02-1911 sobre Registo Civil, acabando com a precedência civil nos boletins de registo de nascimento, casamento e óbitos.
[2045] Cf. «Programa da Acção Tradicionalista Portuguesa», in *A Acção Tradicionalista Portuguesa*, n.º 1, 10-12-1921, pp. 6-8; «Bases de Acção da Política Monárquica», in *Correio da Manhã*, ano III, n.º 1020, 09-03-1924.
[2046] Cf. *Ibidem*; «Bases para a Organização do Partido Monarchico» (1919), in BNP, ELM, caixa 44.

católica, a «moral cristã deve ser a base de todo o ensino». Ainda assim, preconizava-se a liberdade de ensino como direito inalienável[2047].

Por outro lado, a legislação da Junta visou no imediato agradar ao vasto campo conservador e católico, dando sinal inequívoco de que a monarquia restaurada ia «no bom caminho»[2048]. Para muitos católicos do Norte, a restauração do trono era afinal consequência da política anticlerical da república: «Violaram-se sacrários e profanaram-se igrejas e encarceraram-se inocentes […] e forjaram-se leis execráveis e delapidaram-se os bens da Igreja e perseguiram-se os seus ministros e foram arrastados à cadeia e ao exílio os seus Bispos. […] Quem fez, pois, a monarquia? Os erros dos avançados, os desvarios do democratismo, os crimes da maçonaria. Saudemos uma Monarquia Nova, que dê ampla liberdade à Igreja e que legisle com justiça e governe com honra»[2049].

A cerimónia de investidura das novas autoridades esteve impregnada de grande valor simbólico e ideológico. A Junta Governativa organizou então uma cerimónia de juramento que teve lugar na Sé do Porto, espaço sagrado que havia de testemunhar uma nova aliança entre o trono e o altar. Com efeito, o vigário capitular do Porto, Teófilo Salomão, afirmou então vir «armar cavaleiros os nobres e valentes restauradores da Monarquia, que foi grande e gloriosa quando estreitamente ligada à Igreja». Já Paiva Couceiro, antes mesmo de prestar juramento à pátria e ao rei e «pousar a mão sobre os santos evangelhos», manifestou o desejo solene de emprestar «o meu apoio e o do governo à causa da Religião, que é a causa da Pátria»[2050].

Esta institucionalização política da fé e da religião, como cultura ideológica dominante, vislumbrava-se no inusitado fervor religioso que se apoderou da cidade do Porto, a começar pelo esplendor das múltiplas

---

[2047] Cf. «Bases de Acção da Política Monárquica», in *Correio da Manhã*, ano III, n.º 1020, 9-03-1924.

[2048] Cf. *Actualidade*, 30-01-1919, p. 1. Neste periódico católico escrevia-se a propósito: «A legislação publicada pela Junta Governativa do Porto tem agradado. […] O decreto que abrogou a lei mais perseguidora que se publicou em Portugal e que foi conhecida pelo nome contraditório de lei de separação do Estado das Igrejas […] não podia deixar de produzir imenso regozijo nos corações de todos os católicos cujas crenças foram fortemente vexadas durante oito longos anos. […] Os decretos que dizem respeito ao juramento religioso, introduzidos outra vez na nossa legislação, merecem todo o apoio dos católicos, que estão convencidos de que o juramento sem carácter religioso, pela honra, pela pátria ou pelo que quiserem, é uma verdadeira burla. […] A monarquia vai no bom caminho».

[2049] «Quem fez a monarquia?», in *Acção Social*, 30-01-1919, p. 1.

[2050] Pode ler-se a transcrição da cerimónia, feita a partir da imprensa da época, em Campos Lima, *O Reino da Traulitânia. 25 Dias de reacção monárquica no Porto*, Porto, Renascença Portuguesa, 1919, pp. 39-41.

celebrações religiosas em que participavam as figuras gradas da monarquia[2051]. O próprio exército fora acometido de ressurgência espiritual, com as novas hierarquias a declararem obrigatória a presença dos regimentos nas missas[2052], enquanto os soldados se passeavam no Porto com «bentinhos» distribuídos pelas senhoras e «que todos punham ao peito com muito respeito»[2053].

A relação de parte do clero com a Causa Monárquica foi muito sólida. Parece ter ficado suficientemente demonstrado que, apesar da intervenção dos bispos, muitos sacerdotes se envolveram activamente em actividades contra-revolucionárias e na própria organização da Causa Monárquica, em especial da Federação Monárquica do Norte. A restauração monárquica de 1919 mostra como, naquela região do país, o clero manifestava profunda hostilidade à república, tendo-se por isso envolvido na dinâmica dos adversários do regime[2054]. Muitos padres e abades foram nomeados administradores de concelho, enquanto outros pegaram em armas e organizaram grupos civis com os quais combateram o exército republicano[2055]. No plano das operações militares, se muitos padres chegaram mesmo a integrar os quadros de oficiais das forças do exército[2056],

---

[2051] Cf. *A Ordem*, 01-02-1919, p. 1. Segundo o capitão Sarmento Pimentel, «a crendice popular, as raivas católicas, apostólicas, romanas, dos padres boçais das aldeias, o beatério clerical, fidalgotes de meia tigela que ambicionavam acrescentamento nos pergaminhos, embandeiravam em arco, o Couceiro «Regente» e seus ministros gastavam muitas e preciosas horas em Lausperenes, Te Deum, sermões, missas cantadas» [*Memórias do Capitão*, Porto, Editorial Inova, 1974, p. 194].

[2052] AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 403, pasta 5. «Cópia do artigo 23.º da ordem regimental de 8 de Fevereiro de 1919. Que amanhã por 10,45 o regimento se ache formado a fim de ir ouvir missa na igreja da Misericórdia, acompanhado da banda de música. Comanda a força o sr. oficial que entra amanhã de dia ao regimento».

[2053] AHM, TMEL, Processo de Teófilo Duarte, n.º 152, carta de um soldado realista dirigida a uma tia de Coimbra, fl. 8; AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 52, maço 1, pasta 1, depoimento de um sargento da GNR preso no Porto. O oficial e o padre testemunhavam essa nova aliança entre o trono e o altar: «Quando das manifestações nas ruas ele [tenente-coronel Alexandre Pinto] e o abade de Penafiel subiram às sacadas dos Paços do Concelho e este abraçando-o disse - *mais uma vez está a cruz unida à espada*».

[2054] Cf. A. Ferreira Soares, *Viana na Insurreição. Impressões e Notas*, Ponte de Lima, Tipografia Guimarães, 1920, pp. 14 e 56-57. Na cerimónia que evocou a restauração da monarquia em Vila Verde, «fizeram-se referências sobremodo lisonjeiras ao clero, feitas pela sua conduta nobre no papel restauracionista» [*A Liberdade*, 30-01-1919, p. 1]. Muitos padres activos em 1919 eram «exilados» do 29 de Setembro de 1911 ou presos políticos por conspirar contra o regime. Cf. *A Liberdade*, 28-01-1919, p. 1.

[2055] Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 13, maço 2, pasta 14: documentos dos monárquicos; AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 12, maço 1, pasta 3.

[2056] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 13, maço 1, pasta 8. Segundo o soldado Francisco José Alves, fugido do Porto, «os quadros em oficiais não são completos apesar de grande número de indivíduos da classe civil, incluindo muitos padres, que dão ingresso no exército revoltoso, com a patente de oficiais, em seguida à sua apresentação voluntária».

a maioria teve papel relevante no sistema de informações militares[2057] e na mobilização das praças licenciadas e das tropas de reserva, legitimando a campanha como uma luta da fé e das crenças «contra a maçonaria opressora da consciência»[2058]. A própria Junta Governativa, cônscia da importância do clero, enviou uma circular aos prelados no sentido de estes recomendarem aos párocos que «no interesse da Ordem e da manutenção da Monarquia e da Igreja, auxiliem a Junta Governativa nos serviços de vigilância que é fácil estabelecer nas respectivas áreas de comunicação telegráfica»[2059]. Mais tarde, ao elaborar a «história» da «monarquia cristã», *O Século* escrevia que «a restauração monárquica fez-se sem dificuldade alguma, tendo para ela trabalhado os clérigos no púlpito, no confessionário, no convívio quotidiano, dentro e fora das igrejas»[2060].

O ambiente revelado pelas populações do Norte era, na sua fase inicial, de inebriante entusiasmo, provocado pelos foguetes, missas[2061] e sinos que «repicaram festivamente, como que saudando a libertação da Igreja da infamante opressão maçónica»[2062]. Nas aldeias, vilas e cidades do reino, todas as celebrações religiosas avocavam o regime restabelecido[2063]. Não pode desvalorizar-se o efeito simbólico e de legitimação que tais cerimónias religiosas tiveram durante a vigência do trono, pois os púlpitos eram claramente utilizados como instrumentos de inculcação ideológica, com os padres a explicar às populações o significado «do grande

---

[2057] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 13, maço 2, pasta 14: documentos dos monárquicos. O relato da acção de um padre numa povoação de Guimarães é ideologicamente significativo: «A monarquia tem sido aclamada no meio de apoteoses. […] O povo de Sande, à frente o seu pároco – homem de fé e carácter vivo – veio em manifestação frenética, jamais vista. O abade de Sande, falando ao povo, garantiu-lhe que a luta é contra a maçonaria opressora de consciências. Dirigindo-se aos soldados que partiam a enfileirar-se nas colunas monárquicas, disse-lhes que fossem confiados na vitória certa. Que se alguns caíssem alvejados pelas balas inimigas, seriam recebidos no seio de Deus nos esplendores de glória do céu, porque essas balas os santificavam pois eram forjadas pelos inimigos da pátria e pelos tiranos da Igreja. Que seriam mártires da pátria e da fé. Estas palavras caíram como sol ardente na alma do povo, a iluminar e a aquecer» [*Actualidade*, 6-02-1919, p. 2].

[2058] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 2, maço 3, pasta 8.

[2059] *A Ordem* (Porto), 01-02-1919, p. 2.

[2060] *O Século*, 25-02-1919, p. 1.

[2061] *Ibidem*, p. 1.

[2062] *A Liberdade*, 28-01-1919, p. 1.

[2063] Eis um exemplo das relações entre o clero e o novo regime: «Na Igreja do Carmo, a missa que é costume realizar-se às 9 e meia da manhã, será hoje, celebrada pelo respectivo capelão, rev. Salvador Coelho da Silva, que fará uma alocução ao batalhão da Guarda Real do Porto, que assistirá a ela, com toda a sua força disponível, em acção de graças do Altíssimo por ter sido restaurada a Monarquia, sem derramamento de sangue, nesta cidade. O rev. Salvador Dias Coelho, além de ter sido sempre monárquico convicto é um dos prisioneiros políticos de 29 de Setembro, tendo estado durante meses preso no forte do Alto do Duque e noutras prisões» [*A Liberdade*, 26-02-1919, p. 1].

acontecimento»[2064]. Na cerimónia de tomada de posse do governador civil de Braga, capitão Arnaldo Piçarra, o discurso colérico de um sacerdote cravou de vitupérios a república, que apresentou como «um equívoco ou um vómito infernal lançado em 5 de Outubro de 1910 sobre os portugueses». Falando em nome dos sacerdotes da diocese, o dito padre depositou «nas mãos do sr. governador civil todos os martírios e sofrimentos que passou e a classe a que pertence» durante o «bambúrrio» republicano[2065].

O alto clero revelou o mesmo frenesim que os sacerdotes no apoio ao trono restaurado. Em Vimioso, distrito de Bragança, o bispo da cidade, D. José Leite Faria, terá festejado efusivamente quando soube que estava a realeza consagrada no Porto[2066]. Enquanto isso, o bispo de Lamego, D. Francisco José Vieira e Brito, deslocou-se expressamente ao Porto, a 20 de Janeiro, para apresentar cumprimentos ao novo ministro dos negócios eclesiásticos, visconde do Banho[2067]. Em Braga, D. Manuel Vieira de Matos visitou o governador civil, Arnaldo Piçarra, e segundo Rocha Martins «sua excelência reverendíssima apeou entre vivas e palmas, e isso comovera-o, levara-o a vivar também a Pátria e o Rei, no meio dum enorme entusiasmo»[2068].

Mais tarde, D. Manuel Vieira de Matos, o bispo irredutível da Guarda em 1911, enviou um telegrama a Paiva Couceiro «saudando quantos lutam pela monarquia e pedindo que o governo da monarquia estabeleça os direitos e privilégios da Igreja em Portugal»[2069]. O seu comportamento valeu-lhe depois um processo disciplinar levantado pelo ministério da justiça da república[2070]. Roma ainda tentou intervir para evitar que os prelados e o vigário capitular do Porto fossem castigados, afirmando que se preparava

---

[2064] *A Liberdade*, 06-02-1919, p. 1.
[2065] *Ecos do Minho*, 23-01-1919, p. 2.
[2066] *O Século*, 16-02-1919, p. 1.
[2067] *Ecos do Minho*, 21-01-1919, p. 1; *O Século*, 25-02-1919, p. 1.
[2068] Rocha Martins, *ob. cit.*, vol. 1, p. 142; *Ecos do Minho*, 24-01-1919, p. 1. Segundo *O Século* [25-02-1919, p. 1], o bispo foi recebido com uma guarda de honra feita pelo regimento de cavalaria 11, do capitão Arnaldo Piçarra.
[2069] *O Século*, 29-01-1919, p. 1. Outros exemplos de apoio institucional do clero ao novo regime registaram-se no Porto e em Viana do Castelo. Cf. A. Ferreira Soares, *ob. cit.*, p. 72; *O Século*, 25-02-1919, p. 1.
[2070] MNE, AHD, 3P, A10, M62, Pasta 41. D. Manuel Vieira de Matos recusou todas as acusações de apoio à monarquia. Sobre o telegrama enviado a Paiva Couceiro esclareceu: «Limitei-me a manifestar a minha satisfação por supor que a Igreja e o Estado viriam a ter dias mais felizes e animou-me a enviá-lo a circunstância de estar persuadido de que a monarquia era um facto em todo o país, e ainda o receio fundado de que os monárquicos viessem a criar-me uma situação difícil conservando-me eu em maior retraimento».

para enviar ao clero português uma carta em que expressava o seu desejo de que este apoiasse a república e cumprisse as suas leis, mas o governo viu nesse documento um expediente para conseguir a «impunidade dos culpados»[2071].

O estreito relacionamento do clero, em território restaurado, com o novo regime terá causado sérios embaraços à Igreja Católica. O confronto entre republicanos e monárquicos acabou por dividir a igreja, apesar das recomendações das altas dignidades no sentido de que se evitasse qualquer envolvimento político[2072]. A política do *ralliement* indicada pelo papa Leão XIII para a França, que recomendava o fim da luta contra o regime liberal[2073], seria também aplicada pelos católicos em Portugal no final da monarquia, e orientou as relações dos prelados com a República, a partir de 1910. Em 1918, num quadro político favorável à igreja, criado por Sidónio Pais, que restabeleceu as relações diplomáticas com a Santa Sé e procedeu à revisão da lei de separação, os bispos portugueses reafirmaram a necessidade do clero não confundir a causa religiosa com a questão do regime. O bispo do Algarve, D. António Barbosa de Leão, crítico acerbo dos realistas, acusava-os de arrastarem os católicos para a sua contenda política[2074].

A morte de Sidónio Pais empurrou o movimento católico para um novo perigo, pois a imprensa católica apressou-se a manifestar o seu apoio às Juntas Militares e a reforçar o discurso conservador sobre a intervenção «patriótica» do exército. No senado, Domingos Pinto Coelho explicava a utilidade de um governo militar que contivesse o «avanço do demagogismo»[2075]. Apesar das recomendações da hierarquia eclesiástica, monárquicos e católicos formavam então um bloco ideológico homogéneo em torno dos valores da autoridade e da ordem contra a anarquia «demagógica». Mas esta retórica intervencionista evocava conteúdos ideológicos que matizavam então o espectro conservador, como o nacionalismo e a antidemocracia, descarregando genuíno desprezo contra a

---

[2071] *Ibidem*.
[2072] Cf. Jerónimo Guerreiro, *Monsenhor Aloisi Masella e o Arcebispo de Évora D. Augusto Eduardo Nunes (1918-1920)*, Évora, [s/n], 1968, p. 89.
[2073] Cf. Vítor Neto, *ob. cit.*, p. 418.
[2074] Cf. Bispo do Algarve, «Os monárquicos, que católicos são», in *O Progresso Católico*, n.º 24, 15-12-1918, p. 1. Sobre a relação entre monárquicos e católicos durante o sidonismo, leia-se Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 92-106.
[2075] *Diário do Senado*, sessão de 09-01-1919, p. 15.

política e os partidos políticos, e antecipando afinal a retórica autoritária da década de vinte[2076]. Depois de restaurado o trono, a imprensa católica do Norte substituiu os discursos pró-exército por um exaltado aplauso ao velho regime, tisnado da mesma retórica hostil à política, e congregando os conservadores na mesma ganga antimoderna: «Este país carece mais de quem o governe e administre bem do que quem lhe faça bonitos discursos ou o presenteie com ninhadas de políticos[2077]. Esse campo antimoderno saía reforçado com o regresso da tradição, pois vislumbrava na obra política da Junta Governativa a «harmonia com a grande aspiração do povo português de ligar o presente com o passado e a espada com a cruz»[2078].

É certo que nem todos os católicos apoiaram o trono restaurado, como Francisco Veloso, que censurou fortemente as violências praticadas sobre os republicanos do Porto[2079]. Ou Jacinto Cândido, que discordava da «orientação seguida pelo partido monárquico, que acaba de liquidar, triste e vergonhosamente, nesta aventura desgraçada da guerra civil, em que precipitou o país, e em que afundou a Causa»[2080]. A posição do clero nortenho teve como consequência o recrudescimento dos ataques vindos dos sectores radicais. Em Lisboa, o jornal *A Ordem*, propriedade do Centro Católico, foi vítima de várias agressões, sendo depois obrigado a reafirmar que os católicos não faziam «questão de regime» e que a incompatibilidade da Igreja «não é com a república, mas sim com a república sectária e perseguidora»[2081].

Mais tarde, no senado, Pinto Coelho defendeu os católicos da acusação de Machado Santos, segundo a qual tanto monárquicos como os seus aliados da igreja tinham responsabilidade pela grave crise política que o país atravessava. Segundo Pinto Coelho, apesar de perseguida a religião desde 5 de Outubro, a igreja «não se vinga» nem «fomenta insurreições»[2082]. Já depois de restaurada a república, a imprensa católica do Porto publicou um conjunto de artigos, assinados com o pseudónimo «Ignotus», que

---

[2076] Cf. *A Liberdade*, 05-01-1919, p. 1; *Ecos do Minho*, 10-01-1919, p. 1; *Actualidade*, 01-01-1919, p. 1; *Ilustração Católica*, n.º 287, 01-02-1919, p. 335; *Revista Católica*, 08-01-1919, pp. 17-18.
[2077] *A Liberdade*, 21-01-1919, p. 1.
[2078] *Actualidade*, 23-01-1919, p. 1.
[2079] *Ilustração Católica*, 22-02-1919, p. 358.
[2080] *Ob. cit.,* p. 290.
[2081] *A Ordem* (Lisboa), 02-02-1919, p. 1.
[2082] *Diário do Senado*, sessão de 03-04-1919, p. 20.

estabeleciam a doutrina católica sobre a legitimidade do Poder e das revoluções, reafirmando os preceitos de Leão XIII sobre a obrigatoriedade dos católicos aceitarem o poder civil constituído em função do «bem comum da sociedade»[2083]. Em conformidade, concluía o publicista, «aqueles que em 19 de Janeiro último revolucionariamente fizeram arrear a bandeira verde-rubra nacional, indo contra uma lei em vigor, não procederam como católicos, se o eram», pois «os bons católicos não se envolvem em actos revolucionários contra os poderes constituídos»[2084]. A Igreja católica acabava assim por condenar a restauração da monarquia, numa época em que a consciência republicana parecia despertar para uma aproximação aos católicos, procurando evitar um regresso ao período das funestas perseguições religiosas. A organização do Centro Católico sofreu então algumas alterações, com a saída de Pinheiro Torres e José Fernando de Sousa (Nemo), sobre quem recaíam acusações legítimas de militância monárquica. No final desse ano, no congresso da reestruturação, seriam aprovadas as bases do Centro Católico Português, sob inspiração do Episcopado, empenhado em colocar uma pedra tumular sobre a participação dos católicos nos movimentos de direita[2085].

Do lado monárquico, porém, parece evidente que a «Monarquia Nova» se comprometeu com um programa de ressurgimento cristão e de uma reorganização político-social em que se adoptava a velha fórmula ideológica «Deus, Pátria, Rei», reactualizada nos valores e na simbologia.

3. Monsanto

O projecto monárquico de restauração previa, como se viu, que sem o concurso de Lisboa havia fortes hipóteses de uma guerra civil e com ela surgir o descrédito da Causa Monárquica[2086]. Era um dado adquirido para todos os estrategas militares, e estava patente na história militar e

---

[2083] «Os recentes acontecimentos políticos à luz da doutrina católica», in *A Ordem* (Porto), 08-03-1919, p. 1. A série de artigos, realizada «com licença da autoridade eclesiástica», pode ler-se nos seguintes números da *Ordem*: 01-03-1919, p. 1; 08-03-1919, p. 1; 15-03-1919, p. 1; 22-03-1919, p. 1; 29-03-1919, p. 1.

[2084] «Os recentes acontecimentos políticos à luz da doutrina católica», in *A Ordem* (Porto), 22-03-1919, p. 1.

[2085] Cf. Arnaldo Madureira, *ob. cit.*, p.

[2086] Cf. BNP, ELM, caixa 43, documento manuscrito.

revolucionária de Portugal, que qualquer movimento precisava de conquistar Lisboa para obter sucesso. Paiva Couceiro não o desconhecia: «Nenhum conhecedor de Portugal ignora que Lisboa é quem se impõe sempre à Nação. Para triunfar necessitávamos de uma de duas coisas, na realidade equivalentes: a protecção internacional ou o apoio de Lisboa»[2087]. Por isso, o plano elaborado no Porto, na presença dos dois delegados do ministro Silva Bastos, a 12 de Janeiro, estabelecia que depois de proclamada a monarquia em Santarém ou no Porto seria avisado o ministério da guerra para se iniciar o processo na Capital. Estava prevista a detenção do conselho de ministros, enquanto Azevedo Coutinho assumiria o governo em Lisboa[2088].

Em Santarém, como se sabe, o coronel Silva Ramos não se mexeu e o enviado de Paiva Couceiro, alferes Luís Valente, foi recebido com alguma frieza porque não lhe reconheceram «idoneidade para tão delicada missão, pela sua pequena graduação»[2089]. Não espanta que o deflagrar do movimento no Norte, no momento em que a coluna do sul regressava a Lisboa, tenha «surpreendido» os comandos monárquicos[2090]. Os oficiais enviados por Silva Bastos ao Porto, e que só chegaram a Lisboa no dia 18, ainda enviaram um telegrama cifrado procurando parar a marcha dos acontecimentos[2091]. António Sardinha também chegou ao Porto, nesse mesmo dia 18 de Janeiro, com o mesmo fito: atrasar a restauração para garantir que o movimento rebentasse simultaneamente em Lisboa e Porto[2092]. Mas era demasiado tarde. A partida do ministro da guerra precipitara os acontecimentos.

Entretanto, em Lisboa foi declarado o estado de sítio nesse mesmo dia 19 de Janeiro. Tamagnini Barbosa ordenou a Eduardo Pellen, comandante do Corpo de Tropas, que convocasse de urgência os comandos da guarnição pois o governo queria saber «quais as forças com que podia contar em

---

[2087] MNE, AHD, 3P, A3, M49, entrevista de Paiva Couceiro ao jornal espanhol *El Sol*, de 27-06-1919.

[2088] Cf. José Luciano Sollari Allegro, *ob. cit.*, p. 130.

[2089] *O Dia*, ano 39, n.º 8823, 26-01-1926, p. 1, depoimento do tenente-coronel Almeida Teixeira.

[2090] *Ibidem*; AHM, TMEL, n.º de ordem 94, maço 36, pasta 2, depoimento do tenente-coronel Alberto Augusto Almeida Teixeira; AHM, TMEL, n.º de ordem 141, pasta 18, depoimento do tenente-coronel Fernando Coutinho da Silveira Ramos.

[2091] Cf. José Luciano Sollari Allegro, *ob. cit.*, p. 131.

[2092] Sobre a viagem de António Sardinha e a sua acção durante a monarquia do norte, leia-se Rodrigues Cavalheiro, «Um Inédito de António Sardinha sobre a Monarquia do Norte», Separata da Revista *Sulco* (nºs 15-16), Lisboa, 1968.

Lisboa»[2093]. A maioria dos comandantes presentes na reunião, a que não assistiram os tenentes-coronéis Almeida Teixeira e Silveira Ramos, regressados nesse dia de Santarém, entendeu não poder tomar uma posição face aos acontecimentos sem consultar os oficiais das unidades. Ficaria, porém, previamente estabelecido como orientação que o CTGL seria «estranho» ao movimento do Porto ou a qualquer movimento e conservar-se-ia ao lado do governo para «garantia da ordem»[2094]. Eduardo Pellen apercebeu-se então da «resistência da cavalaria presente»[2095]. No dia seguinte teve lugar a segunda reunião, a que faltou apenas o tenente-coronel Silveira Ramos, e nela foi redigido um pacto de neutralidade por proposta do tenente-coronel Álvaro César de Mendonça. De acordo com os termos do pacto, os comandos comprometiam-se a manter a neutralidade política, «formando um bloco para a manutenção da ordem em Lisboa, com o fim de reprimir qualquer assalto da demagogia», e a proteger-se mutuamente de qualquer ataque exterior. Paradoxalmente, reafirmavam a intenção de obedecer apenas ao comando militar. Quanto ao governo, ficava obrigado a não mobilizar forças contra o CTGL e a não interferir nos comandos das unidades[2096]. No dia seguinte, 22 de Janeiro, teve lugar uma última reunião no quartel de infantaria 16, em Belém, para convencer os recalcitrantes Almeida Teixeira e Silveira Ramos[2097].

Uma observação mais atenta aos preceitos definidos no pacto de neutralidade gera alguma perplexidade, pois através dele o Corpo de Tropas

---

[2093] Gonçalo Pereira Pimenta de Castro, *ob. cit.,* p. 18; AHM, TMEL, n.º ordem 141, pasta 18, depoimento de Eduardo Pellen, fls. 22-23.

[2094] *Ibidem*, pp. 18-19.

[2095] AHM, TMEL, n.º ordem 141, pasta 18, depoimento de Eduardo Pellen, fls. 22-23.

[2096] AHM, TMEL, n.º ordem 148, maço 179, pasta 11, depoimento do tenente-coronel Álvaro César de Mendonça, fls. 22-23. Eram estes os termos do Pacto: «1.º O Corpo de Tropas mantém-se neutral em política formando um bloco, para manter a ordem em Lisboa com o fim de reprimir todo e qualquer assalto da demagogia. 2.º As unidades do Corpo de Tropas obrigam-se a reprimir conjuntamente todo o ataque feito a qualquer delas. 3.º As unidades do Corpo de Tropas só cumprem as ordens emanadas do comando com o fim de assim ficar assegurada a sua ligação de conjunto. 4.º As unidades não podem ser desviadas do perímetro de Lisboa. 5.º O governo compromete-se a não promover ou sancionar qualquer agressão contra as unidades do Corpo de Tropas. 6.º Não serão feitas concentrações de tropas estranhas à guarnição na cidade ou nas suas proximidades nem aquela será atravessada por tropas estranhas sem prévio conhecimento do comando do Corpo de Tropas. 7.º O corpo de tropas garante a segurança pessoal do presidente da República, dos membros do governo e de todos os cidadãos que queiram acolher-se à sua guarda. 8.º Quando circunstâncias anormais obrigarem a novas resoluções, reunir-se-á novo conselho de oficiais. 9.º Não se fará qualquer alteração nos oficiais e graduados das unidades em prévio assentimento do comando do Corpo de Tropas de acordo com o comandante das respectivas unidades. 10.º A bateria de posição fica de novo adstrita ao Corpo de Tropas.

[2097] Cf. Gonçalo Pereira Pimenta de Castro, *ob. cit.,* pp. 22-25.

não se compromete a atacar os revoltosos nem a defender o governo legítimo. As Forças Armadas ficavam assim estranhamente divididas em três campos: o exército monárquico do Norte, o exército republicano do Sul e as forças do exército de Lisboa que não eram republicanas nem monárquicas: eram neutras. Esta ausência de unidade no seio do exército torna evidentes as dificuldades do projecto de restauração para romper com a «ordem republicana». Por outro lado, constituía um indicador seguro do divórcio emergente entre a instituição e o regime, tornando claro que este não podia contar com um exército genuinamente republicano.

A restauração da monarquia foi recebida em Lisboa com apelos inflamados à «união dos republicanos» vindos de todos os quadrantes políticos[2098]. A «rua» começou a movimentar-se de imediato para o Rossio, ao mesmo tempo que choviam manifestos em defesa da República, vindos dos partidos republicanos mas também do PS da UON e de diversos sindicatos. A agitação popular depressa se transformou numa gigantesca manifestação a reclamar a libertação de presos políticos e a exigir armas para combater a ameaça monárquica. A hesitação de Tamagnini Barbosa e a neutralidade do CTGL eram vistos como perigo para a república, por isso intimaram o governo a ceder armamento para combater os inimigos[2099]. Segundo a imprensa, no dia 21 de Janeiro já tinham sido libertados muitos oficiais republicanos, e começava a reclamar-se a organização de forças para atacar os revoltosos[2100]. Pressionado pela fúria popular, e reagindo à desconfiança destes sectores, Tamagnini Barbosa acabou por divulgar uma proclamação intitulada «Às armas cidadãos», em que convocava expressamente os civis para uma concentração no Campo Pequeno, local onde lhes seriam distribuídas armas de fogo[2101].

No Porto, o major Alberto Margaride, em conversa telefónica com o ministério do interior, estranhava que o movimento «não tivesse repercussões noutros pontos do país»[2102]. A tirada de estupefacção referia-se naturalmente a Lisboa, de onde se esperava que secundasse o Porto. Em

---

[2098] Cf. *A Capital*, 9.º ano, n.º 3008, 21-01-1919, p. 1.
[2099] Cf. António José Telo, *ob. cit.*, pp. 232-233.
[2100] Cf. *A Capital*, 9.º ano, n.º 3008, 21-01-1919, p. 1.
[2101] Cf. Hipólito Raposo, *Folhas do Meu Cadastro*, vol. 1 (1911-1925), Lisboa, Edições Gama, 1945; António José Telo, *ob. cit.*, p. 233; Damião Peres (Dir.), *História de Portugal*, Suplemento I, Lisboa, Barcelos Portucalense, 1954, p. 210.
[2102] Cf. *A Capital*, 9.º ano, n.º 3008, 21-01-1919, p. 2.

Lisboa, porém, reinava a confusão e a hesitação dos comandos – a maioria era monárquica - que se escudavam no pacto de neutralidade. Aires de Ornelas e João de Azevedo Coutinho recusavam qualquer acto hostil contra a república, seguindo as instruções formais de D. Manuel[2103]. É certo que nos quartéis dos regimentos de cavalaria, duas das unidades de Lisboa mais próximas do monarquismo, havia uma febril agitação de grupos civis e polícias desde que eclodira a revolta de Santarém[2104]. Esses grupos civis eram os mesmos que no consulado sidonista tinham sido utilizados pelos serviços de informação do regime[2105], e que teriam contribuído para o sistema repressivo da *República Nova*. Chefiados pelo antigo oficial - e agitador reputado - Júlio da Costa Pinto, do grupo do *Liberal*, os grupos civis, receando talvez represálias, pressionavam os comandos das unidades de cavalaria para um acto de força. A partir de 19 de Janeiro aumentou a concentração de civis nos quartéis de Cavalaria 2 e 4, em Belém, dormindo, alimentando-se e fazendo exercícios juntamente com vários polícias que aí executavam «serviços de vigilância»[2106]. Em cavalaria 2, Júlio da Costa Pinto e outros oficiais participaram em várias reuniões com o comandante, tenente-coronel Silveira Ramos[2107].

No campo oposto, as movimentações de civis, as manobras de instrução levadas a cabo na praça do Campo Pequeno e no depósito de adidos, onde os estudantes universitários de Lisboa aprendiam o manejo de armas de fogo[2108] - formavam-se então os primeiros batalhões de

---

[2103] AHM, TMEL, n.º ordem 92, arquivo 108, pasta 7, depoimento de Aires de Ornelas; AHM, TMEL, n.º ordem 123, pasta 9, depoimento de João de Azevedo Coutinho. O lugar-tenente de D. Manuel ainda foi procurado em casa por um dos oficiais que acompanharam Silva Bastos ao Porto «dizendo-lhe que se preparava no Porto um movimento monárquico, obtendo em resposta que não julgava a ocasião própria». Quanto a Azevedo Coutinho, afirmaria: «Fui verdadeiramente surpreendido pela eclosão do movimento monárquico do norte. Por ocasião das duas visitas que fizera a Henrique de Paiva Couceiro, durante a sua permanência em Lisboa, tivera ensejo de, peremptoriamente, lhe declarar ser adverso a qualquer tentativa de movimento revolucionário».

[2104] AHM, TMEL, n.º ordem 130, arquivo 104, pasta 6, Processo de Júlio da Costa Pinto, depoimento do 1.º cabo António Joaquim Santana, ordenança permanente do comandante tenente-coronel Silveira Ramos; AHM, TMEL, n.º ordem 148, maço 179, pasta 11, Processo de Álvaro César de Mendonça, depoimento de dois sargentos do regimento de cavalaria 4.

[2105] AHM, TMEL, n.º ordem 148, maço 179, pasta 11, depoimento do tenente-coronel Álvaro de Mendonça, comandante de cavalaria 4.

[2106] AHM, TMEL, n.º ordem 141, pasta 18, depoimentos de vários soldados, fls. 9 e 14 v.º.

[2107] AHM, TMEL, n.º ordem 130, arquivo 104, pasta 6, Processo de Júlio da Costa Pinto, depoimento do 1.º cabo António Joaquim Santana, ordenança permanente do comandante tenente-coronel Silveira Ramos.

[2108] Damião Peres, *ob. cit.*, p. 210.

voluntários para combater os réprobos[2109] - deram azo a que circulassem informações garantindo que as turbas republicanas se preparavam para atacar os quartéis de Belém e as principais figuras da monarquia[2110]. Os supostos ataques dos grupos radicais provocaram a concentração das principais personalidades monárquicas, como Aires de Ornelas, João de Azevedo Coutinho e outros, nos quartéis de cavalaria, para onde foram conduzidos por se recear a sua captura pela «canalha republicana», como tinha já sucedido com António Cabral[2111]. Antes dessa concentração, Aires de Ornelas fora chamado ao gabinete de Tamagnini Barbosa e aí afirmou que não autorizara o movimento monárquico, recusando mesmo a autoria do famoso documento contendo o «Go On»[2112].

Nos quartéis de cavalaria, os oficiais discutiam de forma tensa sobre a atitude a tomar. Os jovens oficiais e os civis mais «irrequietos», incluindo os integralistas, reclamavam um movimento de carácter político-militar, defendendo a «ocupação imediata da cidade e dos ministérios»[2113]. Aires de Ornelas conferenciava com Azevedo Coutinho, expunha-lhe a situação difícil em que se encontrava: repudiava o movimento, mas em face do facto consumado e da pressão de uma «forte corrente de monárquicos irrequietos», hesitava[2114]. A tensão aumentava continuadamente enquanto se discutiam questões morais e a estratégia que melhor importava naquele momento de crise: «Nos regimentos de Cavalaria de Belém proclamavam-se ardentemente deveres de lealdade e honra; discutiam-se as vantagens de diversas posições, Campolide, Rotunda, Monsanto, mas ainda com o pretexto de defesa própria e das centenas de monárquicos que, ante o

---

[2109] Cf. *A Capital*, 9.º ano, n.º 3009, 22-01-1919, p. 1.

[2110] Cf. Hipólito Raposo, *ob. cit.*, p. 45-46.

[2111] AHM, TMEL, n.º ordem 92, arquivo 108, pasta 7, depoimento de Aires de Ornelas; AHM, TMEL, n.º ordem 123, pasta 9, depoimento de João de Azevedo Coutinho; AHM, TMEL, n.º de ordem 141, pasta 18, depoimento do tenente-coronel Fernando Coutinho da Silveira Ramos; AHM, TMEL, processo 43/19, depoimento do advogado Fernando Cortez Pizarro Sampaio e Melo.

[2112] AHM, TMEL, n.º ordem 92, arquivo 108, pasta 7, depoimentos de Aires de Ornelas e de Tamagnini Barbosa. O relato do general Tamagnini de Abreu, que esteve em contacto telefónico com Aires de Ornelas e Paiva Couceiro por causa do célebre documento, confirma que Aires de Ornelas respondeu às questões no pressuposto de que o movimento se realizaria num futuro próximo. Aires afirmou então que Paiva Couceiro «lhe fizera umas perguntas, mas as suas respostas de forma alguma autorizavam a aventura em que se meteram». Cf. «Os Meus Três comandos», in *ob. cit.*, p. CCXCI.

[2113] Hipólito Raposo, *ob. cit.*, p. 46; AHM, TMEL, n.º ordem 72, arquivo 116, pasta 8, depoimento de Alberto Monsaraz (Conde de Monsaraz).

[2114] AHM, TMEL, n.º ordem 123, pasta 9, depoimento de João de Azevedo Coutinho; Hipólito Raposo, *ob. cit.*, pp. 46-49.

perigo, à protecção das suas armas se acolheram»[2115]. Ainda se alvitrou um gesto forte e determinado, detendo o presidente da república e os membros do governo, mas os comandos recusaram essa possibilidade, devido aos compromissos do pacto[2116].

No final, os comandantes de cavalaria e da bateria a cavalo de Queluz resolveram ocupar Monsanto, fazendo-se acompanhar pelos chefes monárquicos. Aires de Ornelas e Azevedo Coutinho, porque eram contrários ao movimento, fizeram-no por razões de honra e dignidade pessoal[2117]. Silveira Ramos, Alberto Teixeira e Álvaro Mendonça, os principais comandantes, tinham-se decidido por uma acção defensiva, pois havia informações de que os civis armados se preparavam para atacar os quartéis[2118].

O movimento de Monsanto é normalmente descrito como uma rebelião ou revolta monárquica mas essa definição é talvez exagerada em função dos acontecimentos e da estratégia adoptada, conforme procuraremos demonstrar[2119]. O tenente-coronel Almeida Teixeira descreveu assim os objectivos de Monsanto: «A principal determinante, pois, da saída do grupo de Bateria de Queluz (grupo a cavalo) do comando do declarante para Monsanto, juntamente com o Regimento de Cavalaria 2 foi essa defensiva, não tendo sido para o Parque Eduardo VII por não querer que partisse do grupo e de cavalaria 2, qualquer hostilidade, contra forças do Corpo de Tropas e as suas atitudes não serem de revolta. Se o fosse outra teria sido desde princípio a sua acção no comando numa ofensiva de revoltados e

---

[2115] Hipólito Raposo, *ob. cit.*, p. 48.

[2116] *Ibidem*.

[2117] AHM, TMEL, n.º ordem 92, arquivo 108, pasta 7, depoimento de Aires de Ornelas; AHM, TMEL, n.º ordem 123, pasta 9, depoimento de João de Azevedo Coutinho. Ornelas afirmaria no seu julgamento que foi para Monsanto «por motivos pertencentes à sua dignidade política e particular, e por circunstâncias e factos que ocorreram independentemente da sua vontade, mas que uma vez produzidas, impunham indeclináveis obrigações morais».

[2118] AHM, TMEL, n.º de ordem 141, pasta 18, depoimento do tenente-coronel Fernando Coutinho da Silveira Ramos; AHM, TMEL, n.º de ordem 94, maço 36, pasta 2, depoimento do tenente-coronel Alberto Augusto Almeida Teixeira; AHM, TMEL, n.º de ordem 148, maço 179, pasta 11, depoimento do tenente-coronel Álvaro César de Mendonça. Apesar da ameaça, os quartéis nunca foram atacados por civis.

[2119] José Medeiros Ferreira escreveu que «os monárquicos tomam posição na serra de Monsanto, donde pensavam dominar Lisboa». Cf. *O Comportamento Políticos dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, p. 80. A sua leitura de Monsanto tem pequenas incorrecções, como afirmar que em 24 de Janeiro João de Almeida comandava as forças realistas e Álvaro Mendonça comandava as operações no terreno. Incluiu, também, por lapso, entre as forças revoltosas de Monsanto, o regimento de cavalaria 9 (Porto).

certamente mais eficazes do que a defensiva passiva em que se mantiveram»[2120].

Os comandantes sabiam que era difícil, se não impossível, vencer uma revolta militar sem infantaria. As forças que saíram para Monsanto eram constituídas pelos regimentos de cavalaria 2 e 4, grupo de baterias a cavalo de Queluz, esquadrão de cavalaria 7, baterias de 7,5 cm T. R. da Graça, de artilharia 8 (que estava em Belém por mero acaso), as duas baterias de Belém, 120 praças de infantaria 1 e 100 de infantaria 30[2121]. Acompanhavam as forças do exército regular os grupos de civis comandados por Júlio da Costa Pinto, num total de cerca de 200 indivíduos armados[2122], enquanto o grosso das forças, todos os corpos de infantaria (1, 5, 16, 30 e 33), os regimentos de sapadores-mineiros, telegrafistas, metralhadoras, baterias de obuses da Ajuda e baterias do castelo de S. Jorge mantinham a sua posição de neutralidade[2123].

Parece compreensível, face à disposição das forças, que os oficiais de cavalaria e artilharia não pensassem em entrar em confronto com os seus colegas de infantaria. Os oficiais de cavalaria ainda procuraram convencer o comandante de infantaria 16, Pimenta de Castro, a aderir ao movimento, mas este permaneceu irredutível na sua denegação[2124]. Infantaria 16 possuía o mais importante armazém de munições e, por isso mesmo, era fundamental em qualquer acção militar levada a cabo na cidade de Lisboa.

Por outro lado, a escolha de Monsanto, repetindo o pronunciamento de João de Almeida, em 23 de Dezembro, não parecia aconselhada para quem pretendia dar um golpe militar. Monsanto era geograficamente indicado para o treino operacional das forças do exército mas tinha muitos inconvenientes militares e estratégicos no caso de um movimento sedicioso. Apesar de ser fácil à sua artilharia lançar fogo sobre Lisboa, era difícil manobrar a cavalaria e resistir a ataques perpetrados pela infantaria contrária, defendendo um

---

[2120] AHM, TMEL, n.º de ordem 94, maço 36, pasta 2, depoimento do tenente-coronel Alberto Augusto Almeida Teixeira.

[2121] Cf. Gonçalo Pimenta de Castro, *ob. cit.*, pp. 33-34;

[2122] Cf. AHM, TMEL, n.º de ordem 130, maço 104, pasta 6, depoimento do 1.º cabo António Joaquim Santana, ordenança permanente do comandante de cavalaria 2.

[2123] Cf. Gonçalo Pimenta de Castro, *ob. cit.*, pp. 33-34.

[2124] *Ibidem*, pp. 28-32. Na descrição dessa reunião, Pimenta de Castro refere que foi Aires de Ornelas quem lhe disse, tentando convencê-lo a segui-los, que iriam para Monsanto nesse dia.

vasto território irregular[2125]. Se pretendessem efectivamente ocupar Lisboa e restaurar a monarquia, os oficiais monárquicos instalavam-se na rotunda, como foi alvitrado pelos mais «irrequietos», e determinavam a detenção imediata das autoridades republicanas. Essa detenção encontrava-se facilitada pela concentração do governo em Belém, onde se reunira com Canto e Castro, na noite de 22 de Janeiro[2126].

A realidade apresentou uma coloração bem diferente. As forças monárquicas avançaram para a Serra de Monsanto «como quem vai para um passeio, apenas com o municiamento individual; sem munições, sem mantimentos, sem água e sem ração para os solípedes»[2127]. Hipólito Raposo escreveria a propósito que «as tropas haviam subido a Monsanto, mais para a concentração e imediato desfile de um pronunciamento do que para a resistência a ataques prováveis»[2128]. O *entourage* realista surgiu em Monsanto bem engalanado, «de bengala e luva branca», sendo conduzido em automóveis particulares, o que reflecte o espírito aristocrático de oficiais e graduados realistas[2129]. Nem parecia que se conduziam para um teatro de operações militares.

Muitos monárquicos haveriam de censurar o erro estratégico de Monsanto porque também não perceberam que o intuito da manobra não visava restaurar a monarquia[2130]. «O erro foi ir para Monsanto», sentenciava António Cabral[2131]. Na verdade, o movimento de Monsanto não pode ser interpretado senão como aquilo que realmente foi, um simples e inepto

---

[2125] Os vários inconvenientes militares foram analisados por Gonçalo Pimenta de Castro, *ob. cit.*, pp. 36-37.

[2126] Cf. Hipólito Raposo, *ob. cit.*, pp. 46-49; *A Questão Doutrinária, cit.*, p. 14. António Cabral escreveu a propósito: «Foi o que sucedeu às tropas monárquicas, indo para Monsanto. Abandonaram Lisboa, onde se poderiam apoderar, sem esforço e com segurança, dos ministérios, do Quartel General, da majoria geral da Armada, do Governo Civil, dos correios e telégrafos, dos depósitos de munições, enfim, de todas as posições de governo e de autoridade» [António Cabral, *ob. cit.*, pp. 415-417].

[2127] *Ibidem*, p. 37; Hipólito Raposo, *ob. cit.*, pp. 59-60.

[2128] *Ibidem*.

[2129] *A Capital*, ano 9, n.º 3013, 26-01-1919, p. 2, depoimento do sargento Martins.

[2130] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 13, maço 12, pasta 14, Relatório de António Sardinha; BNP, ELM, doc. n.º 9006, carta de Júlio da Costa Pinto a Luís de Magalhães, de 12-01-1920. Apesar de crítico, Júlio da Costa Pinto ainda via algumas vantagens em Monsanto: «Toda a gente discute a asneira de Monsanto, por exemplo. Eu clamei contra a ida para lá; a Rotunda era a posição; quando não fosse por estratégia, pelo direito consuetudinário, que é lei velha em Portugal. No entanto tem defesa a ida para Monsanto. Se o campo entrincheirado tem cumprido a sua obrigação apoiando-nos eficazmente, essa posição era inexpugnável. Arsenal e navios de guerra eram uma brincadeira para os obuses da Ameixoeira e do Alto Duque. Mas o campo entrincheirado falhou; não cumpriu o prometido».

[2131] António Cabral, *ob. cit.*, p. 415.

pronunciamento de solidariedade moral e política[2132], na expectativa de um eventual sucesso da Junta Governativa. Só em Monsanto, com efeito, Aires de Ornelas estabeleceu o seu Quartel-general, junto à Cruz da Oliveira, prescrevendo para seus ajudantes os integralistas Pequito Rebelo e conde de Monsaraz e para secretário Hipólito Raposo[2133]. E foi apenas nessa madrugada de 23 de Janeiro, quando soavam os primeiros tiros dos civis que escalavam Monsanto, que a bandeira monárquica foi hasteada por pressão dos monárquicos «irrequietos» «sobre o irresoluto ânimo de Aires de Ornelas». Aqueles entendiam que a honra lhes impunha a definição da situação militar e a solidariedade com o movimento do Norte[2134]. Só então Monsanto se transformou numa revolta monárquica mas, ainda assim, feita de passividade e descrença, pois não existia «qualquer plano de operações»[2135].

Aires de Ornelas ordenou então que se estabelecesse contacto com o Porto através da estação telegráfica sem fio que o capitão Delfim da Maia ocupara. O telegrama enviado à Junta Governativa do Norte, que o governo interceptou, adulterava deliberadamente a situação das forças monárquicas em Monsanto, afirmando que «quase totalidade guarnição aderiu» e que «quase totalidade Lisboa aclama Monarquia»[2136]. Esta adulteração, que só pode explicar-se por motivos de estratégia militar, com vista a conter o desânimo do Norte, explicará talvez o optimismo desenfreado que durante

---

[2132] AHM, TMEL, n.º de ordem 148, maço 179, pasta 11, depoimento do ministro da guerra Silva Bastos: «O acusado não tomou a iniciativa do movimento antes pelo contrário foi para ele arrastado por um espírito, aliás mal compreendido e justificado, espírito de camaradagem». O mesmo carácter de movimento de «solidariedade moral» afirmaria Alfredo Pimenta, *A Revolução Monarchica*, Lisboa, Edição do Autor, 1919, pp. 26-27.

[2133] Cf. Hipólito Raposo, *ob. cit.*, p. 52.

[2134] *Ibidem*, p. 54; AHM, TMEL, n.º ordem 92, arquivo 108, pasta 7, depoimento de Aires de Ornelas; AHM, TMEL, n.º de ordem 94, maço 36, pasta 2, depoimento do tenente-coronel Alberto Augusto Almeida Teixeira; AHM, TMEL, n.º de ordem 141, pasta 18, depoimento do tenente-coronel Fernando Coutinho da Silveira Ramos; AHM, TMEL, n.º ordem 123, pasta 9, depoimento de João de Azevedo Coutinho.

[2135] Cf. Hipólito Raposo, *ob. cit.*, p. 55.

[2136] AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 424, pasta 4, doc. 234: «Telegrama Junta Governativa do Norte 1.º Dê notícias situação Porto. Importante movimento tropas de Lisboa causa comum. Estamos posto rádio-telegráfico Monsanto pelo que pode telegrafar abertamente com toda a confiança. 2º - Diga se tomaram Foz, Aveiro, Coimbra, Castelo Branco. Nossas forças aumentam. Quase totalidade guarnição aderiu. Restantes neutros sendo o número estes últimos quase insignificante. 3º- Quase totalidade Lisboa aclama Monarquia». Veja-se igualmente *A Capital*, ano 9, n.º 3010, 23-01-1919, p. 2.

dias se viveu no Porto, de que a monarquia estava efectivamente restaurada em Lisboa[2137].

Em Lisboa aumentava a histeria antimonárquica, que apodava indistintamente de traidores Aires de Ornelas e todos os oficiais conservadores. O povo republicano expunha publicamente a convicção de que os monárquicos não possuíam qualquer esperança de «vencer a república na cidade de Lisboa»[2138]. A imprensa republicana enchia as suas colunas com manifestações de fé republicana do exército, que a caserna se encontrava «firmemente ao lado do governo», mas a realidade era bem diferente. Com efeito, o Corpo de Tropas de Lisboa não obedecia ao seu novo comandante, tenente-coronel José Mendes do Reis[2139], e manteve-se na sua estranha neutralidade, com excepção de alguns oficiais que isoladamente resolveram juntar-se às forças republicanas que iam atacar Monsanto[2140]. O governo de Tamagnini Barbosa encontrava-se nesta situação excepcional de não poder contar com as unidades regulares do exército de Lisboa para atacar os revoltosos, dispondo o comandante Vieira da Rocha de um batalhão da marinha, um grupo de metralhadoras, uma companhia da GNR, parte dos regimentos de Infantaria 1 e 11 e praças dispersas vindas de Infantaria 16. O ministério da guerra viu-se forçado a ordenar a mobilização de forças da 4.ª divisão (Évora), de Infantaria 5 (Lisboa) e de uma bateria de Setúbal, que não chegaram a entrar em operações[2141].

Só os incautos podiam estranhar que o governo cedesse à pressão da «rua» para armar civis. Tamagnini foi obrigado a convocar, através do

---

[2137] Eurico Satúrio Pires via neste telegrama uma elaborada estratégia de Aires de Ornelas para convencer infantaria a sair da sua neutralidade: «Lembra-se V. Ex.ª de que o radiograma do Aires perguntava se já nos tínhamos apoderado de Aveiro e Coimbra? Pois esta pergunta tinha o seu quê de ligação com a atitude do J. Pimenta de Castro e por consequência com a dos outros corpos de Inf.ª. Quer dizer, se Coimbra fosse tomada, o fiel da balança vinha para o nosso lado e eles pronunciar-se-iam a nosso favor. Portanto se o Ramos tem feito o que devia em Coimbra - ou então se o Aires nos tem falado francamente... inclusivamente do Porto lhe mandaríamos a notícia positiva da tomada de Coimbra! E depois... caiu Lisboa porque Coimbra tinha caído e depois caía Coimbra porque Lisboa estava em nosso poder. Pois não é verdade?» [BNP, ELM, doc. n.º 9074, carta de Eurico Satúrio Pires a Luís de Magalhães, de 29-01-1921].

[2138] *A Capital*, ano 9, n.º 3010, 23-01-1919, p. 2.

[2139] O tenente-coronel Eduardo Pellen, tido como monárquico, deu parte de doente e abandonou o comando.

[2140] AHM, 1ª divisão, 37.ª secção, caixa 58, pasta 7, Relatório do tenente-coronel Vieira da Rocha, comandante das forças republicanas em Monsanto.

[2141] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 3, maço 2, pasta 3, nomeadamente os regimentos de infantaria 17, 4 e 33.

ministério da guerra, grupos de civis armados como os «escuteiros» e os alistados da «Sociedade de Instrução Militar» que já tivessem recebido «instrução com armamento e de tiro»[2142]. Do sector operário choviam manifestos a instigar a unidade de operários, republicanos, socialistas e anarquistas no combate feroz contra a «traição monárquica». O manifesto dos «Condutores de Carroças» fazia apelos veementes ao boicote profissional, suplicando que nenhum dos «Condutores» se colocasse ao serviço da Causa Monárquica[2143]. O governo expendeu ordens aos governadores civis para serem colocados em liberdade imediata «todos os presos políticos e crimes sociais sem restrição de espécie alguma»[2144], facto que não agradou a muitos oficiais do exército[2145].

A ofensiva republicana começou inicialmente com ataques levados a cabo por grupos improvisados de trabalhadores e operários de Lisboa e por um batalhão de marinheiros organizado pelo capitão-de-fragata Afonso de Cerqueira[2146]. Mais tarde, juntar-se-iam a estas forças vários grupos de revolucionários civis com experiência de combate, como os republicanos radicais do 27 de Abril[2147], dois batalhões académicos e as forças do exército que o governo conseguiu mobilizar. Em Infantaria 16, Gonçalo Pimenta de Castro, apesar da posição neutral, foi entregando as munições que lhe foram requisitadas pelo ministro da guerra, Silva Bastos, e as praças necessárias para ocupar vários pontos de Monsanto[2148].

Do lado dos monárquicos, as manobras militares visavam no essencial a defesa da posição estratégica da Serra. Mas, em pouco tempo, Aires de Ornelas, vendo-se cercado pelas forças republicanas, tomou consciência da diferença de efectivos e «entendeu portanto não prolongar a resistência para além do limite em que a honra das armas estava perfeitamente satisfeita,

---

[2142] *A Capital*, ano 9, n.º 3010, 23-01-1919, p. 2.
[2143] *Ibidem*, n.º 3011, 24-01-1919, p. 2.
[2144] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 47, telegrama do governo ao governador civil da Guarda. Um primeiro telegrama, enviado ao início da noite de 23, era menos abrangente, exceptuando da ordem de libertação os cabecilhas, os criminosos já entregues ao poder judicial, os implicados em actos de sabotagem e os que tivessem praticado crimes de delito comum.
[2145] Cf. Fernando Tamagnini, «Os Meus Três Comandos», in *ob. cit.*, p. CCXCII.
[2146] Cf. Damião Peres, *ob. cit.*, p. 211.
[2147] Pode ler-se a acção destes grupos, que venceram uma bateria de 4 peças do grupo de Queluz e ocuparam o local ocupado pelos revoltosos em Monsanto, em Manuel Inácio Ferraz, *A Jornada de Monsanto em Defeza da República e a Acção do 27 de Abril. Relatório do grande republicano e revolucionário Manuel Ignacio Ferraz*, Lisboa, Centro Republicano 27 de Abril, 1919.
[2148] Cf. Gonçalo Pimenta de Castro, *ob. cit.*, p. 35.

honra que interessa por igual todos que vestiam a farda do exército português, quer combatessem pela bandeira azul e branca, quer pela republicana»[2149]. Com «três oficiais» abatidos, 25 feridos, e grande número de material destruído pelo fogo inimigo e com escassas munições, Aires de Ornelas mandou «içar a bandeira branca»[2150]. Terminava assim «com honra», mas sem qualquer ponta de glória, o bosquejo de movimento monárquico em Lisboa, e sob a Causa Monárquica descia o labéu da «traição», enquanto centenas de monárquicos recolhiam às prisões[2151].

O triunfo de Monsanto não significou uma retumbante vitória militar, apesar dos exageros da propaganda republicana, tão flagrante foi a passividade realista, recolhida ao seu instinto defensivo. A sua maior expressão encontra-se nos domínios da ideologia e da propaganda. Significava em primeiro lugar «a vitória da República contra a realeza!!», vitória definitiva e legitimadora porque acompanhada de uma reacção que não se dera em 1910. Por outro lado, representava a «vitória do povo» na sua expressão popular de Lisboa, com destaque para os revolucionários civis do 5 de Outubro[2152].

Finalmente, o triunfo de Monsanto teria como consequência o regresso da República Velha e do sistema parlamentar. A pressão dos sectores republicanos e a «desconfiança» de alguns sectores militares e civis sobre a capacidade do governo para lutar contra a ameaça monárquica, obrigaram Tamagnini Barbosa a apresentar a sua demissão a Canto e Castro, que a aceitou a 26 de Janeiro, tendo apresentado os motivos da sua resolução numa nota oficiosa[2153]. O combate à Monarquia do Norte exigia um governo de concentração republicana, apelo que foi produzido pelo directório do *Partido Democrático* num comunicado publicado no *Mundo*, de 25 de Janeiro[2154]. Para essa árdua tarefa de reconciliação foi escolhido o

---

[2149] AHM, TMEL, n.º ordem 92, arquivo 108, pasta 7, depoimento de Aires de Ornelas; AHM, TMEL, n.º de ordem 94, maço 36, pasta 2, depoimento do tenente-coronel Alberto Augusto Almeida Teixeira.

[2150] *Ibidem*. Sousa Costa refere que entre monárquicos e republicanos, o conflito de Monsanto se saldou em 39 mortos e mais de 300 feridos. Cf. Sousa Costa, *Páginas de Sangue, vol II - Buiças, Costas & C.ª*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães, [s/d], p. 270.

[2151] Cf. AHM, 1ª divisão, 37.ª secção, caixa 62, maço 1, pasta 1.

[2152] Manuel Inácio Ferraz, *ob. cit.*, p. 11.

[2153] Cf. Damião Peres, *ob. cit.*, p. 214.

[2154] Cf. Norberto Ferreira da Cunha, «A ordem e a pátria na acção de um presidente da república monárquico: Canto e Castro», in *Revista de História das Ideias*, vol. 27, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 2006, p. 387.

republicano moderado José Relvas, que tomou posse a 27 de Janeiro[2155]. Na sua apresentação ao Senado, a 3 de Fevereiro, Relvas afirmaria que «a sua missão é grande e bem difícil, mas em poucas palavras se resume: subjugar enérgica e rapidamente a revolta monárquica, promover a punição justa e legal de todos os responsáveis por tão criminosa tentativa, restabelecer a normalidade em todo o país e em seguida entregar o regime, salvo e purificado, em mãos que forem competentemente escolhidas para a continuação da obra redentora iniciada apenas em 5 de Outubro de 1910»[2156].

4. A «guerra de boas vontades»

Antes que José Relvas desse por terminada a sua missão, Portugal viveu um curto período de guerra civil. O conflito despontou numa época em que a Europa saía de uma guerra à escala mundial. Segundo algumas estimativas, Portugal contava 1341 mortos, 4626 feridos, 1932 desaparecidos e 7740 prisioneiros. Mas estes números estavam longe da terrível mortandade estimada para os valores globais: cerca de 8 600 000 soldados pereceram em combate[2157]. O mundo preparava o pós-guerra na Conferência de Paz, que teve lugar em Versalhes, a 18 de Janeiro de 1919. Portugal participava na Conferência com uma delegação presidida por Egas Moniz, que ainda em vida de Sidónio Pais decidira os objectivos do país em

---

[2155] Era este o elenco governativo: Presidência e interior: José Relvas, independente; Justiça, o juiz Couceiro da Costa, evolucionista; Finanças, o médico António Paiva Gomes, democrático; Marinha, Tito Augusto de Morais, unionista; Negócios Estrangeiros, Egas Moniz, sidonista; Comércio, Manuel José Pinto Osório, sidonista (substituído em 25 de Fevereiro pelo democrático Júlio Augusto Martins); Colónias, José Carlos da Maia, ex-sidonista independente (Domingos Leite Pereira desde 21 de Março); Guerra, tenente-coronel António Maria de Freitas Soares, independente; Trabalho, Augusto Dias da Silva, socialista; Agricultura, Jorge de Vasconcelos Nunes; Abastecimentos, João Henriques Pinheiro, sidonista; Instrução Pública, Domingos Leite Pereira, democrático.

[2156] *Diário do Senado*, sessão de 03-02-1919, pp. 14-15.

[2157] Cf. Martin Gilbert, *ob. cit.*, p. 794, segundo estimativas mínimas. As Potências centrais teriam sofrido 3 500 000 baixas e os aliados 5 100 000. Os números não incluem as vítimas civis: só na Turquia, um milhão de arménios foi massacrado, enquanto o número de civis alemães que perderam a vida ascende a 750 mil.

torno do património colonial[2158]. No final do conflito monárquico-republicano, Afonso Costa acabaria por substituir Egas Moniz na direcção da delegação nacional, mas as negociações de paz não foram favoráveis para os interesses de Portugal. Empurrado para a condição de «beligerante activo com interesses especiais em África», o país ficou impedido de participar em todas as negociações[2159], ao contrário da Espanha, que não entrou na guerra mas assumiu posição nuclear na Conferência.

O conflito ideológico que em Portugal opunha a esquerda republicana e a direita monárquica tinha equivalentes na Europa, na escalada da extrema-esquerda contra os regimes burgueses instalados. Na Alemanha, o ano de 1919 começou com as tentativas da extrema-esquerda de implantar uma revolução bolchevique, através da manifestação de cerca de 10 mil revolucionários, apesar dos esforços de Rosa Luxemburgo para evitar a antecipação da revolução. Os conflitos com as forças da extrema-direita tiveram como consequência a detenção de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, que foram condenados à morte e executados. A república de Weimar resistia assim aos ataques da revolução bolchevique, mas começava a expor-se demasiado às ameaças das forças de extrema-direita, que cultivavam o militarismo sobre as feridas de guerra e a humilhação de Versalhes.

Em Portugal, a agitação endémica não dava tréguas, e a república teve também mais uma prova de fogo com a curta guerra civil. Mas será rigoroso atribuir ao conflito institucional entre a monarquia e a república a categoria de guerra civil? Apesar de conceptualmente ser difícil de formular, a guerra civil acontece, segundo alguns autores, quando se manifestam quatro características essenciais: a existência de um conflito violento de massas; quando implica duas ou mais forças contrárias, uma das quais seja o exército regular que está ao serviço do governo; deve achar-se em ambas as forças uma organização central, mesmo que fruste, que planifique a defesa do território ou o ataque aos inimigos; e, finalmente, as operações

---

[2158] Cf. Noémia Malva Novais, *ob. cit.*, pp. 136-137. Segundo esta autora, Sidónio Pais limitava-se a exigir a manutenção da integridade territorial das colónias, enquanto Egas Moniz aspirava a um «engrandecimento» dos domínios coloniais de Portugal.

[2159] Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 143-164. Segundo Martin Gilbert [*ob. cit.,* p. 749], Portugal pretendia ficar com os territórios da África oriental alemã, que também eram cobiçados pela Inglaterra, mas ficou apenas com o «triângulo de Quionga», no norte de Moçambique.

armadas devem resultar de prévia planificação, de acordo com uma estratégia global[2160].

No confronto monárquico-republicano apenas o primeiro critério não se registou. Apesar das violências praticadas no Norte pelos civis monárquicos, conhecidos por «trauliteiros», a guerra monárquico-republicana não provocou vítimas a uma escala massificada. Mas as guerras civis costumam ser fenómenos de alguma duração e de extrema dureza, o que nos faz questionar a possibilidade de aceitar a categoria de guerra civil para o conflito de 1919, que durou cerca de 25 dias e teve combates de baixa intensidade. Entre as fontes monárquicas da época, o conflito foi sempre identificado como guerra civil, tanto que se esforçaram para que a comunidade internacional lhes atribuísse a condição de forças beligerantes. Para os republicanos, porém, a Monarquia do Norte consubstanciava um acto de revolta contra a autoridade legítima da república e como revolta foi tratada e referida na documentação civil e militar e na propaganda.

A Junta Governativa do Reino iniciou as operações militares na expectativa de que Lisboa a acompanharia na restauração. Entretanto, procurou alargar o território sob o seu domínio para o Norte, Nordeste e Sul, conforme o plano estabelecido: «Militarmente, tratou-se, desde logo, de estender o domínio e soberania da Junta a toda a província de Entre-Minho-e-Douro de forma a garantir a segurança da nossa retaguarda e a estabelecer as comunicações internacionais pela posse da linha fronteiriça do Minho»[2161]. No Minho, Viana do Castelo não se pronunciou pela monarquia, apesar do seu comandante militar, o coronel Alfredo Dias Branco, simpatizar com a realeza. No entanto, Dias Branco facilitou a entrada triunfante da força comandada pelo capitão Sá Guimarães, que para aquela cidade fora enviada pela Junta Governativa para restaurar o trono, antes de submeter Valença[2162].

No flanco leste, importava dominar todo o território de Trás-os-Montes, de forma a encontrar no Douro uma fronteira natural, como «um grande

---

[2160] Cf. Waldmann, Peter e Reinares, Fernando (Comp.), *Sociedades en Guerra Civil. Conflictos violentos de Europa y América Latina*, Barcelona, Paidós Ibérica, 1999, pp. 27-28.

[2161] Luís de Magalhães, *ob. cit.*, p. 27.

[2162] AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 432, pasta 7, vários documentos oficiais. Esta coluna era constituída por 100 praças do Quartel-general (Porto), 2 peças de artilharia e grupos civis armados. Cf. BNP, ELM, caixa 44, relatório manuscrito posterior a 13 de Fevereiro.

fosso difícil de transpor»[2163]. A resistência de Vila real, Chaves e Mirandela obrigou ao envio de uma coluna, também ela comandada por Sá Guimarães, que bombardeou e tomou Vila Real em 24 de Janeiro e dirigiu um primeiro ataque a Mirandela, mas o seu comandante acabaria ferido[2164]. Mirandela seria vencida no dia 8 de Fevereiro, já sob o comando do major Rangel[2165].

No Sul e Centro, a monarquia tinha como fronteira os distritos de Aveiro e de Coimbra e nesta região iriam concentrar-se os esforços militares do exército realista. Em Aveiro, João de Almeida não aderiu e deu parte de doente, deixando a cidade entregue a oficiais republicanos que iniciaram imediatamente os preparativos para defender a região das forças inimigas vindas do Porto. Foi convidado para chefiar as forças de defesa o coronel José Domingos Peres[2166]. Em Ovar foi capturado o governador civil nomeado para Coimbra, Vítor Ribeiro de Meneses, que estava na posse de «proclamações e ordens para as autoridades militares e administrativas dos distritos de Aveiro e Coimbra»[2167].

Em Coimbra, o general Fernando Tamagnini retirou o comando a alguns oficiais suspeitos e iniciou os preparativos para se organizar as forças republicanas do Vouga que iriam defrontar a coluna realista. Coimbra era um objectivo estratégico da maior importância para monárquicos e republicanos. Como diria um oficial republicano, «a perda de Coimbra teria uma altíssima significação política para a República»[2168], pois a partir dela os monárquicos estariam em condições de controlar toda a linha a norte do Mondego e então preparar as forças para avançar em direcção a Lisboa. Face aos insucessos do movimento nestas cidades, a Junta Governativa viu-se forçada a constituir a coluna do Sul, comandada pelo tenente-coronel Corte Real Machado, com objectivo imediato de conquistar Aveiro[2169].

[2163] Luís de Magalhães, *ob. cit.*, p. 27.

[2164] *Ibidem*, p. 28; BNP, ELM, caixa 44, relatório manuscrito posterior a 13 de Fevereiro. A coluna de Sá Guimarães foi então reforçada com 200 praças de infantaria 32 (Penafiel) e 2 peças Krupp de artilharia 6 (Gaia).

[2165] Sobre este ataque, leia-se Joaquim Rangel, *Um Episódio da Monarquia do Norte*, Porto, [s/n], 1932.

[2166] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 62, maço 1, pasta 1, relatório do Comando Militar de Aveiro; Fernando Tamagnini, «Os Meus Três Comandos», in *ob. cit.*, p. CCXCII.

[2167] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 3, maço 2, pasta 2, Quartel-General das Forças em Operação no Norte, Relatório das Operações; AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 4, maço 2, pasta 1.

[2168] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 4, maço 1, pasta 1, relatório do Chefe de Estado-Maior da 5.ª divisão, fl. 9.

[2169] BNP, ELM, caixa 44, relatório manuscrito posterior a 13 de Fevereiro. A coluna era inicialmente constituída por «1 divisão de art. 4 - 2 peças Canet; 1 divisão de art. 5 - 2 peças

Na região de Viseu e Guarda seria constituída uma terceira coluna, designada «coluna da Beira», que devia evitar o avanço de tropas republicanas para Trás-os-Montes, onde havia resistência de focos afectos ao regime republicano. Viseu aderiu à monarquia por acção da sua guarnição monárquica, em conluio com as principais personalidades realistas da cidade, como o visconde do Banho e o Dr. Luís Ferreira[2170], numa região onde predominavam a religião e o trono[2171]. Quanto à Guarda, o novo comandante da 2.ª divisão, coronel Paulo de Quental, ordenou ao comandante militar desta cidade, a 21 de Janeiro, que prendesse o governador civil republicano e assumisse a autoridade, «fazendo saber ao povo desse distrito que se acha proclamada a monarquia pelo exército, sem efusão de sangue, antes com o maior entusiasmo e alegria por parte de todos»[2172]. Mas a Guarda não se rendeu, deixando as autoridades monárquicas na ignorância de procedimentos futuros[2173]. Foi a partir desta cidade, para onde a república deslocou o comando da 2.ª divisão[2174], que o general Abel Hipólito iniciou o ataque às forças revoltosas.

Foi ainda na vigência do governo de Tamagnini Barbosa, e por ordem do ministro da guerra, Silva Bastos, que se iniciou a organização das forças do exército para combater a Monarquia do Norte, processo que as autoridades dividiram em três fases. A primeira fase teve início a 13 de Janeiro e decorreu até 31 do mesmo mês, data em que supostamente terminou a mobilização das forças que reforçaram os contingentes das divisões envolvidas directamente na reacção republicana, que eram a 2.ª (Viseu) e a 5.ª (Coimbra). Era chefe supremo das forças o general António

---

Canet; 1 divisão de art. 6 - 2 peças Canet; 1 secção de metralhadoras Maxim do 3.º e 8.º grupos; 1 esquadrão de cav.ª (1.º do 9 do cap. Amorim e depois do mesmo regimento do cap. Novais e Silva); 1 pelotão de cav. 11 (retirou antes de 13); 1 pelotão da Cav.ª do Q. Gal. (retirou antes de 13); Infantaria - 1 batalhão de inf. 3 - T. Col. Martins de Lima e Gama Lobo; 1 comp. de infª 6 (cap. Garin); 1 comp. de inf.ª 8 (cap. Azevedo); 2 comp. de Inf.ª 18 (capitães Gonçalves e Gonçalves [sic]; 2 comp. de inf.ª 20 (Tte. Vasconcelos e alf. [---]); 1 comp. de inf.ª 29 (cap. Vale de Oleiros); 1 comp. de inf.ª 30 (alferes Brito); 2 comp. de inf.ª 32 (Cap. Ribeiro de Almeida e Alferes Maia); 1 comp. do Q. Geal». Segundo fontes republicanas, a coluna teria cerca de 1400 homens. Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 2, maço 3, pasta 8.

[2170] Cf. Rocha Martins, *ob. cit.*, pp. 137-138.

[2171] AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 423, pasta 1, depoimento do tenente-coronel Patrício Xavier de Almeida e Brito, governador civil de Viseu da monarquia.

[2172] AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 396, pasta 13.

[2173] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 46, maço 1, pasta 4. O tenente-coronel Patrício Xavier de Almeida e Brito procurou informações sobre a Guarda e concretamente sobre movimentações de infantaria 12 (Guarda) e 14 (Pinhel).

[2174] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 1, pasta 2, Diário de Campanha da 5.ª Divisão.

Augusto de Oliveira Guimarães, comandante da 7.ª divisão, por ser o mais antigo, e estas tinham como objectivo estabelecer a «cobertura ao longo do rio Mondego».

O segundo período estendeu-se entre 1 e 20 de Fevereiro e correspondeu ao período das operações militares, quando as forças em combate estiveram subordinadas ao comando do general Alberto Ilharco, nomeado pelo governo cessante a 26 de Janeiro. A terceira fase correspondeu ao período de 21 de Fevereiro a 12 de Abril, data em que desmobilizou o Quartel-General das Forças em Operações e as divisões mobilizadas regressaram à autoridade do ministério da guerra. Equivaleu ao período de ocupação da região revoltada e à desmobilização[2175]. No dia 1 de Fevereiro, o quartel-general foi deslocado de Lisboa para o Entroncamento, onde permaneceu até 9 de Fevereiro, tendo avançado até ao Norte à medida que as forças republicanas progrediam no terreno. Regressou a Lisboa, onde desmobilizou, no dia 12 de Abril[2176].

A mobilização das forças republicanas encontrou muitos entraves e dificuldades que revelam bem o estado comatoso do exército português. Para além da questão do regime a cindir a corporação, o exército contava ainda os problemas relacionados com a participação na I Guerra Mundial. Entretanto, a deflagração de movimentos contínuos, em Santarém e Monsanto, e a neutralidade do Corpo de Tropa de Lisboa agravavam as condições de organização e mobilização de forças fiéis ao governo[2177], especialmente das unidades de cavalaria[2178] e artilharia[2179]. Faltavam oficiais para as três armas do exército[2180], o que obrigou o ministério da guerra a

---

[2175] AHM, 1ª divisão, 37.ª secção, caixa 3, maço 2, pasta 3, Relatório do Quartel-General das Forças em Operações no Norte

[2176] AHM, 1ª divisão, 37.ª secção, caixa 1, pasta 2, Diário de Campanha da 5.ª Divisão, fl. 16. Sobre a organização das forças republicanas, pode ler-se Helena Moreira da Silva, «Monarquia do Norte», in *Batalhas da História de Portugal*, Porto, Quidnovi, 2006, pp. 94-97.

[2177] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 3, maço 2, pasta 13, relatório do general Alberto Ilharco, comandante em chefe das Forças em Operação.

[2178] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 25, maço 2, pasta 6. «Cavalaria. Depois dos dias de Monsanto, a cavalaria de Lisboa, assim como a artilharia e em geral todo o Corpo de Tropas da Guarnição de Lisboa, ficou desmembrado, absolutamente desorganizado; daqui a dificuldade que oferecia uma reconstituição rápida, como a que era necessária, para acorrer ao Norte. Por esta razão, e também pela inércia, a mobilização das unidades desta arma que se puderam obter também, não teve a celeridade que seria de esperar nesta arma. Tudo, ou quase tudo, decorreu simplesmente a passo e não a galope, como seria próprio da cavalaria».

[2179] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 28, maço 5, relatório do Quartel-general do Comando de Artilharia.

[2180] Em infantaria estabeleceu-se a divisão em batalhões de 600 praças, divididos em companhias de 150 indivíduos; em cavalaria, esquadrões de 80 homens, divididos em três

convocar centenas de oficiais aposentados e na reserva[2181], muitos dos quais «corajosos no combate» mas sem «competência profissional» e sem «dedicação pelos interesses da fazenda e os cuidados pelas tropas»[2182]. A insuficiência de praças obrigaria também à requisição de praças aposentadas e a convocatória de reservas[2183].

Às dificuldades de mobilização juntavam-se as dificuldades técnicas e de recursos, como cavalos[2184], armas, munições, fardas e alimentos[2185] que, todas conjugadas, pareciam tornar impossível a organização e mobilização de unidades do exército capazes de combater[2186]. O governo tinha dado ordem de mobilização às forças das 1.ª e 4.ª divisões do exército, mas esta realizou-se de «forma tumultuária» e apresentou uma «constituição heterogénea» que expressava as dificuldades da corporação militar[2187]. Para suprir a necessidade de reforços, a república estimularia mais uma vez os voluntários civis, organizados e instruídos nas artes da guerra de acordo com o regimento militar, incluindo os batalhões académicos de Lisboa[2188] e

---

pelotões; em artilharia, a organização partia da bateria de 4 peças, devido à falta de material de guerra. Cf. Helena Moreira da Silva, *ob. cit.*, p. 95.

[2181] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 23, maço 1, contendo 3 listas com 833 oficiais apresentados entre as patentes de alferes e tenente-coronel.

[2182] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 3, maço 2, pasta 13, relatório do general Alberto Ilharco, comandante em chefe das Forças em Operação.

[2183] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 52, maço 1.

[2184] Só na área da 1.ª divisão foram requisitados 739 solípedes aos civis. Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 32, maço 4, pasta 3.

[2185] A questão da alimentação das forças em combate foi objecto de regulamentação na Ordem de Serviço n.º 1, de 01-02-1919 do Comando em Chefe: «1.º - Quando for autorizada a alimentação pelo habitante será a ração constituída por três refeições devendo a composição de cada uma ser fixada pelo comando da unidade sob proposta do provisor com a base mínima seguinte: da primeira refeição fará sempre parte café e pão; da segunda fará parte um prato, pão e vinho; da terceira fará parte sopa, dois pratos, pão e vinho. 2.º - O processo de requisição ao fornecedor e o horário das refeições serão fixados pelos comandos de unidade em conformidade com as necessidades de serviço. 3.º - A importância da alimentação pelo habitante será paga aos concelhos eventuais das unidades e formações pela pagadoria das forças em operações contra relação organizada conforme o modelo junto. 4.º - [...] foi autorizado que a alimentação de todos os oficiais, sargentos e equiparados em serviço ou em trânsito no Entroncamento seja feita pelo habitante à razão de 1$70 para oficiais e 1$35 para os restantes. Que autorizo o abono das seguintes rações a cada oficial ou praça: aguardente 0,05 diários, tabaco 15 gramas ou 12 cigarros por dia, papel de fumar (quando se distribua tabaco), um livro para três dias e fósforos amorfos uma caixa para dois dias» [AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 41, maço 1, pasta 2].

[2186] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 52, maço 1, pasta 1, Relatório do comandante da 5.ª divisão, coronel Francisco Gomes: «Iam chegando reforços que se apresentavam, é certo, mas na sua maioria, batalhões sem armamento, sem fardamento e com péssimo calçado, baterias ou divisões com as peças sem funcionar e esquadrões com efectivos diminutos e sem oficiais» (fl. 10).

[2187] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 3, maço 2, pasta 13, Relatório do general Alberto Ilharco, Comandante em chefe das Forças em Operação. Segundo o mesmo general, o exército revelava fraquezas ao nível da instrução, educação militar e disciplina.

[2188] Entre estas forças improvisadas contava-se o Batalhão Académico: «Tomei o comando do Batalhão Académico de Lisboa em 30 do mês findo, achando-se já a essa data em

Coimbra[2189]. Os voluntários da república formaram várias colunas, como a Coluna da Liberdade, o Batalhão Verde, a Coluna Vermelha, Legionários da República, etc., formações que o governo acabaria por regulamentar no dia 9 de Fevereiro[2190].

Para se ter uma ideia mais correcta da dimensão do conflito monárquico-republicano, tenha-se em conta que as forças mobilizadas pelos dois exércitos se equivaliam em homens e armamento. O exército monárquico incluía os regimentos das divisões militares de Porto, Braga, parte de Viseu e parte de Vila Real[2191], acrescidos de um batalhão da GNR do Porto, da Guarda Fiscal e cerca de 2000 civis armados. Quanto ao exército republicano, contava com forças das divisões de Coimbra e Viseu, com os respectivos reforços de Lisboa e Évora, acrescidos também de algumas centenas de civis[2192].

A guerra civil monárquico-republicana teve apenas alguns episódios mais violentos, e lentamente as forças republicanas foram vencendo e fazendo recuar as tropas realistas. Na região de Viseu deu-se um combate em Juncais que durou 15 horas, no dia 24 de Janeiro, quando as forças republicanas avançavam da região da Guarda em direcção a Viseu[2193]. Após a retirada das forças monárquicas, para esta cidade, as autoridades militares reuniram imediatamente por ordem de Paulo de Quental, chefe de divisão, devido a «que esta cidade se acha cercada por forças superiores ao efectivo da sua guarnição»[2194]. Ficou então decidida a retirada das forças fiéis ao Porto para Lamego, deixando em Viseu parte da unidade de infantaria 34

---

formação. Tinha como pessoal graduado um alferes, provisor do batalhão, seis aspirantes milicianos veterinários, sendo um ajudante, dois comandantes de companhias e três comandantes de pelotões; sargentos eram catorze, um comandante de pelotão, outros comandavam secções, e os restantes desempenhavam lugares de amanuenses da secretaria. [...]» [AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 27, maço 2, pasta 22].

[2189] Cf. José Lopes Dias, «O Batalhão Académico de Coimbra de 1919», in *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, n.º 48-49, Abril/Julho – 1974, pp. 20-47.

[2190] Cf. José Medeiros Ferreira, *ob. cit.*, p. 83.

[2191] Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 27, maço 2, pasta 3. O exército monárquico contou no início do conflito com cerca de 12 mil praças das três armas, cerca de 13 mil espingardas, 2. 650. 000 de cartuchos, 500 granadas e 42 peças de artilharia (38 de campanha e 4 da costa). O número de praças não contempla as reservas que foram convocadas.

[2192] *Ibidem*. O exército republicano contava, em 11 de Fevereiro, com a mobilização de 12 746 homens armados (mais 3900 da reserva geral e 2350 de tropas não endivisionadas), 2878 solípedes, 66 peças de artilharia e 14 metralhadoras.

[2193] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 55, pasta 1, relatório do tenente-coronel Fernando Augusto Freiria.

[2194] AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 396, pasta 13, Acta da Reunião de 25 de Janeiro de 1919, fl. 394.

para «manter a ordem». As instruções dos comandos previam que se entregasse a cidade às forças republicanas «sem que um só tiro se dispare», talvez para evitar situações de perigo para a população da cidade[2195]. Viseu voltaria à forma republicana de governo no dia 25 de Janeiro, por acção dos presos políticos, que logo proclamaram o barrete frígio[2196]. A partir daqui, as forças republicanas prepararam o ataque a Lamego, cidade estrategicamente importante no avanço para Trás-os-Montes e no cerco ao Porto.

Lamego estava sob o comando militar do coronel Ângelo Leopoldo da Cruz e Sousa e a Junta enviou o major Joaquim Rangel para assumir o comando das forças monárquicas. Este encontrou a cidade «em pânico», na iminência de ser atacada por forças inimigas[2197]. Rangel revelou então as suas qualidades de comando, determinando a prisão imediata de 20 sargentos que em infantaria 9 mostravam a sua hostilidade à realeza, mas seria desviado para a coluna do Norte, devido ao ferimento com bala que afastou do comando o capitão Sá Guimarães[2198]. Foi substituído pelo antigo conspirador da Galiza, capitão Sousa Dias. Mas este oficial estava longe de possuir as qualidades de comando necessárias e por isso a defesa de Lamego foi ineficaz. A fraca resistência das forças realistas, comandadas por um oficial sem qualidades de mando e antipático à maioria dos oficiais e da própria população, é sintomática da incapacidade da Monarquia do Norte para suster a ofensiva republicana[2199]. O próprio comandante da coluna republicana, capitão José Martins Cameira, explicaria o insucesso da defesa de Lamego com a falta de «unidade de acção por falta de um comando

---

[2195] *Ibidem*.

[2196] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 3, maço 2, pasta 3.

[2197] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 13, maço 2, pasta 14, Documentos dos monárquicos. «Cópia – carta – Vila Real 8-2 [...] Chego de Lamego que encontrei em pânico [...]. Como quer que seja é preciso partir da hipótese que Lamego vai ser atacada e é péssima a disposição dos espíritos em militares e população civil. [...] O Cruz [comandante de Lamego] está velho e Sousa Dias deu-me a dolorosa impressão de estar imbecilizado».

[2198] Cf. Joaquim Rangel, *ob. cit.*, pp. 20-21.

[2199] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 13, maço 2, pasta 14. «O moral do comandante Sousa Dias, é mau; sente-se abatido, preocupado sem qualidades de comando. Confessa que não conhece a situação porque o major Rangel, actualmente comandante da coluna de Vila Real, partiu sem lhe deixar instruções. 2.º - A oficialidade não tem confiança nas suas [de Sousa Dias] qualidades de comando, nem mesmo na sua fidelidade. É antipático aos oficiais. 3.º - A população da cidade está igualmente desgostosa por ver o abandono a que o comandante da coluna tem votado a sua defesa. No dia 7 ontem quando do combate, as únicas forças que defendiam Lamego era o pelotão acima referido do comando do sargento, que desertou o qual estava a 6 km da cidade; ao ser conhecido o ataque houve uma certa desorientação no comando ao ponto de se estabelecer o pânico na população que chegou a esconder as bandeiras monárquicas que estavam hasteadas. A impressão era de que, se o inimigo tem tentado um golpe de mão audacioso teria tomado Lamego. [...]».

único» e a inexistência da «crença política, indispensável, nessa conjuntura a alimentar-lhes a fé de vencer»[2200]. Este oficial republicano, escreveu, com evidente exagero, que bastou o bombardeamento da cidade, conquanto a maioria das granadas rebentasse no ar, para colocar em fuga as forças realistas, quando outras fontes referem um combate que durou entre o fim do dia 8 e o início de 10 de Fevereiro[2201]. Paiva Couceiro ainda acorreu a Lamego, quando a população abandonava a cidade com receio dos confrontos, mas o «comandante» não modificou o estado de espírito do seu exército. A perda de Lamego, a 10 de Fevereiro, foi militar e estrategicamente relevante para o avanço das forças republicanas e fora conquistada após breves escaramuças entre as forças antagonistas e uma retirada desordenada das forças realistas para a Régua, em direcção a Vila Real[2202].

Na frente Sul, na região de Aveiro, a coluna do tenente-coronel Corte Real Machado oferecia maior resistência. As autoridades militares da república insistiam na necessidade de garantir a cobertura da estrada que ligava Albergaria, Águeda e Coimbra, porque o objectivo central dos revoltosos era ocupar a 5.ª divisão militar[2203]. Os mais relevantes confrontos bélicos tiveram lugar nesta região. Em primeiro lugar em Águeda, durante o dia 27 de Janeiro, quando forças republicanas travaram o avanço dos realistas para Sul, deixando entre as forças inimigas um lastro de «desmoralização»[2204]. A 29 de Fevereiro travou-se novo combate em Angeja, perto de Albergaria-a-Velha, que durou desde a manhã até à noite, obrigando os revoltosos a recuar. A partir de então as forças realistas, estacionadas em Estarreja, e com o quartel-general em Oliveira de Azeméis, passaram a uma situação defensiva. Limitaram-se a resistir até que o

---

[2200] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 55, pasta 1, José Martins Cameira, *Movimento Insurreccional do Norte em 1919. Subsídios para a sua história*, 1925, relatório não publicado.

[2201] AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 403, pasta 9, fls. 274-275.

[2202] Sobre os combates de Lamego, veja-se AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 55, pasta 1, José Martins Cameira, *Movimento Insurreccional do Norte em 1919. Subsídios para a sua história*, 1925, relatório não publicado; Miguel Nunes Ramalho, *ob. cit.*, pp. 121-122.

[2203] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 1, pasta 2, Diário de Campanha da 5.ª divisão militar.

[2204] *Ibidem*. «Os rebeldes foram repelidos com perdas importantes, mortos, feridos e prisioneiros». Segundo o general Ilharco, «na zona em que operava a 5ª divisão de operações deu-se a única ofensiva dos revoltosos em um combate de vulto pela sua duração – combate de Águeda – em que ficou de todo abalado o moral dos revoltosos, já de início pouco consistente, como deixo indicado» [AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 3, maço 2, pasta 13».

contra-golpe no Porto, de 13 de Fevereiro, obrigou à dispersão das forças da coluna monárquica[2205].

As incidências militares deste conflito não ficam completas sem uma pequena referência à coluna de Teófilo Duarte. Exaltado sidonista, Teófilo Duarte fora nomeado alto-comissário em Castelo Branco por Tamagnini Barbosa, com o propósito de evitar a adesão da guarnição da cidade ao movimento do Porto. Com a substituição de Tamagnini Barbosa por José Relvas, e a entrega de muitos comandos a políticos e oficiais do republicanismo «demagógico», este oficial revoltou-se e atacou a Covilhã com uma força de 300 homens[2206]. Seguiu depois para a Guarda que arremeteu e ocupou depois de 4 horas de renhidos combates[2207]. O território nacional ficava assim militarmente dividido entre monárquicos, republicanos e sidonistas, pois Teófilo Duarte controlava a região de Guarda, Covilhã e Castelo Branco.

O comandante da «coluna negra», como ficou conhecida, representava neste conflito o que restava do sidonismo no exército. As suas posições ameaçavam as forças e o abastecimento da coluna do comando do general Abel Hipólito, que era abastecida pela linha férrea da Beira Baixa, o que terá levado José Relvas a enviar emissários a Teófilo Duarte para o trazer para Lisboa. Acusado por muitos de ter debandado para os monárquicos[2208], Teófilo tentou efectivamente um acordo com eles. Depois de ocupada a Guarda, dando liberdade a todos os prisioneiros monárquicos[2209], enviou um desses prisioneiros, o Dr. Simões de Carvalho, professor do Liceu de Braga, como emissário a Solari Allegro, informando-o do ultimato que fez ao governo de José Relvas. Esse ultimato previa três condições: uma pensão à família de Sidónio Pais, a substituição do ministro da guerra por um que lhe inspirasse confiança, que seria o irmão de Sidónio Pais, e a manutenção dos

---

[2205] *Ibidem*.

[2206] A coluna teria cerca de 350 praças de infantaria com 80 cartuchos por praça, 2 peças canet, 80 a 90 granadas e reserva de cartuchos para infantaria e uma metralhadora com 3 cunhetes. Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 35, maço único.

[2207] Cf. Teófilo Duarte, *ob. cit.,* pp. 361-362.

[2208] Cf. *Ibidem*, p. 363; AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 35, maço único: «Dois sargentos que fugiram da coluna dizem que seu comandante já se declarou abertamente monárquico».

[2209] AHM, TMEL, Processo 152, pasta 2, carta de um combatente monárquico preso no Hospital Militar da Guarda. Este seguiria depois para o Porto, incorporando-se na força do tenente-coronel Carvalho da Silva que seguiu para Lamego.

comandos do Corpo de Tropas de Lisboa[2210]. Caso o governo não aceitasse os termos do ultimato, Teófilo Duarte atacaria as forças do general Hipólito. Caso cedesse, era natural que viesse a chefiar uma coluna contra os monárquicos, e por isso queria previamente estabelecer contactos para facilitar um armistício e pôr fim ao conflito monárquico-republicano[2211]. Entretanto, Teófilo Duarte, depois de negociações com José Relvas, que o considerava «um louco»[2212], acabou preso em Lisboa, supostamente para salvaguarda da ordem pública e da sua própria vida ameaçada pelos radicais»[2213]. Este conhecido tenente representava o último arranco do sidonismo na resistência ao avanço dos republicanos vencidos a 5 de Dezembro. Faltava agora vencer os «revoltosos» do Porto para se regressar à *República Velha*.

No plano político, a situação da monarquia restaurada apresentava as mesmas fragilidades que no plano militar. A imprensa do Porto, e especialmente o jornal *Pátria!*, continuava a manobrar a opinião pública, apresentando a vitória do movimento num prazo de «12 a 15 dias». Solari Allegro, autor da profecia, mostrava a capacidade bélica e a superioridade moral das forças realistas como garantia de vitória inequívoca[2214]. Quanto a Lisboa, que constituía afinal o fiel da balança nesta contenda, Allegro garantia que a posição das forças na Capital era indiferente ao plano traçado[2215].

Apesar da propaganda, a realidade era bem diferente. A Junta Governativa do Reino manteve a sua política militar dependente da situação de Lisboa, de onde não chegavam notícias e que supunham vencida. Em

---

[2210] Cf. Teófilo Duarte, *ob. cit.,* pp. 363-364. Solari Allegro refere assim os termos do ultimato segundo o emissário de Teófilo: «libertação dos presos de Monsanto e constituição de um governo que continuasse a política de Sidónio Pais, punição do seu assassino, etc». Cf. BNP, ELM, doc. n.º 10480, carta de Solari Allegro a Luís de Magalhães, de 08-05-1920.

[2211] Cf. BNP, ELM, doc. n.º 10480, carta de Solari Allegro a Luís de Magalhães, de 08-05-1920. Mais tarde, Solari Allegro redigiu um relatório que confirma esta carta. Cf. José Luciano Sollari Allegro, *ob. cit.*, pp. 227-229.

[2212] Cf. José Relvas, *ob. cit.*, vol. 2, p. 93.

[2213] Cf. Teófilo Duarte, *ob. cit.,* pp. 364-365.

[2214] *Pátria!,* 27-01-1919, p. 1.

[2215] *Ibidem*. Afirmou Solari Allegro: «A título de informação, posso afirmar que a situação das nossas forças em Lisboa é magnífica, embora oficialmente nada possamos saber. Contudo, repito o que já ontem afirmei […]: para mim é um pouco secundário o que se passa em Lisboa, onde as forças do Porto e Norte entrarão, se necessário for, conforme o plano estabelecido no dia em que no Porto se proclamou a monarquia, dia esse em que o esforço das tropas da capital constituíam um factor estranho ao nosso plano. Com o chamamento de reservas, as nossas forças são simplesmente colossais, havendo só na província regimentos que nesta altura têm 1200 a 1250 homens cada um, enquanto as espingardas e munições não nos faltam porque já estávamos prevenidos para todas as eventualidades».

conformidade, a Junta decidiu, a 27 de Fevereiro, «prolongar a resistência, enquanto decorressem as negociações diplomáticas» e «sem prejuízo das ofensivas possíveis adoptar uma atitude cautelosa, olhando mais à segurança do que ao avanço, e retirando mesmo se necessário»[2216]. Estes receios e a atitude cautelosa da Junta Governativa decorrem em princípio da consciência sobre a importância central de Lisboa na decisão do pleito, o que transforma a escalada de Monsanto num erro estratégico determinante. Ou decorrem, como sugere Douglas Wheeler, do medo de uma intervenção estrangeira[2217], o que à luz da documentação monárquica parece pouco provável.

Seja como for, a decisão da Junta coincidiu com a derrota das forças monárquicas em Águeda, quando estas recuaram para posições defensivas. Quanto às «negociações diplomáticas», a Junta Governativa do Reino terá procurado, através do cônsul inglês no Porto, a arbitragem da Inglaterra para resolver a contenda de «forma pacífica». O projecto monárquico, até hoje desconhecido, previa que, com a mediação da Inglaterra, se estabelecesse um «armistício imediato entre as forças monárquicas e republicanas» e se resolvesse «pacificamente o conflito»[2218]. Mas o objectivo central da intervenção diplomática da Inglaterra e do próprio armistício residia, afinal, na realização de um plebiscito que resolvesse definitivamente a questão da forma do Estado em Portugal, para o que foi solicitada a intervenção de D. Manuel junto das autoridades de Londres[2219].

A questão das munições e armamento, abordada na sessão da Junta Governativa, mostra que as forças do exército realista tinham problemas em abastecer as suas tropas. Para o ministro dos negócios estrangeiros da Monarquia do Norte, Luís de Magalhães, a resolução do conflito estava dependente das munições, pois «os depósitos esgotavam-se lentamente, sem se renovarem» e o teatro de operações revelava-se «demasiado

---

[2216] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 61, maço 2, pasta 11, Sessão da Junta Governativa do Norte de 27 de Janeiro de 1919.

[2217] Douglas L. Wheeler, *ob. cit.*, p. 222.

[2218] BNP, ELM, caixa 49, documento manuscrito sem autoria. Pode ler-se anexo.

[2219] BNP, ELM, doc. n.º 9434, carta de D. Manuel a Luís de Magalhães, de 14-02-1919. Douglas Wheeler [*ob. cit.*, pp. 222-223] refere também que o ministro americano em Lisboa, Thomas Birch, propôs aos aliados a criação de um protectorado em Portugal, sob a acção directa dos EUA. O plano ter-lhe-ia sido sugerido pelo duque de Palmela, que se refugiou na embaixada americana, e que lhe apontou a ameaça bolchevique como motivo para uma intervenção aliada que resolvesse definitivamente o problema político em Portugal. As manobras de Birch não tiveram efeito, até porque os EUA jamais interferiam nos assuntos políticos de Portugal sem a conivência britânica.

vasto»[2220]. A Junta enviou entretanto uma comissão a Madrid, no início de Fevereiro, constituída pelo coronel João Gomes Espírito Santo, tenente-coronel Mário de Aragão e capitão Joaquim Vilas Boas, para resolver o problema da «pouca quantidade de artilharia e de munições»[2221]. As diligências feitas em Madrid mostram que as informações recolhidas pela república, através de soldados aprisionados ou indivíduos fugidos do Porto, de que a Espanha abastecia a restauração de armas e munições não eram verdadeiras[2222].

No dia 29 de Janeiro, Luís de Magalhães partiu numa viagem diplomática a Madrid, pois tinha informações que davam como certa a presença de D. Manuel em Espanha. Ainda assim, é provável que a viagem também estivesse relacionada com a questão do abastecimento do exército[2223]. A verdade é que na altura surgiram informações que indicavam como objectivo central da sua viagem uma derradeira tentativa de envolver a Espanha no esforço de restauração, pedindo audiências ao conde de Romanones e ao próprio Afonso XIII[2224]. A imprensa mais radical, como o *Mundo*, recuperava as acusações de que o movimento monárquico se armava e financiava com dinheiro estrangeiro e segundo processos

---

[2220] BNP, ELM, doc. n.º 12063, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, sem data. Escreveu Magalhães: «Sei agora que V. M. recebeu a minha Carta de Madrid - as coisas acabaram como eu previa nela. O malogro de Monsanto não nos fez perder a partida, se tivéssemos tido o apoio moral externo que nos faltou, por motivos e intervenções que V. M. não ignora. Esse apoio resolveria o nosso embaraço mais grave: o das munições. Os depósitos esgotavam-se lentamente, sem se renovarem. E o nosso teatro de operações era demasiado vasto: colunas na linha do Vouga, colunas na defesa do Douro, colunas operando em trás-os-montes, nem falando nas tropas imobilizadas na vigilância da costa, desde o Porto a Caminha».

[2221] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 61, maço 2, pasta 11, Sessão da Junta Governativa do Norte de 27 de Janeiro de 1919. Na sua defesa, o coronel Espírito Santo negou que o objectivo da missão fosse político, pois visava apenas resolver as necessidades de subsistências. Na sua missão a Madrid foi afinal acompanhado do tenente-coronel Afonso Temudo. Cf. AHM, caixa 2451, Processo individual do coronel João Gomes do Espírito Santo.

[2222] AHM, 1ª divisão, 37.ª secção, caixa 12, maço 1, pasta n.º 3: «Tomar, 22 – [...] Fui informado que Espanha auxilia monárquicos fornecendo armas e munições guerra». No Interrogatório do Alferes Miliciano de Infantaria 32, Ernesto Dias Coelho, feito prisioneiro em 11 de Fevereiro, este «Confirma a suspeita de que os revoltosos recebem abastecimentos, armas e munições de Espanha. Ignora como e por quem são ajudados» [AHM, 1ª divisão, 37.ª secção, caixa 2, maço 3, pasta 8]».

[2223] BNP, ELM, doc. n.º 9434, carta de D. Manuel a Luís de Magalhães, de 14-02-1919. O embaixador inglês em Madrid advertiu Romanones para a necessidade da Espanha evitar os envios de armas para o Porto «ainda que fossem espontâneos». Cf. Hipólito de La Torre Gómez, *Do "Perigo Espanhol" à Amizade Peninsular Portugal-Espanha 1919-1930*, Lisboa, Editorial Estampa, 1985, p. 64.

[2224] Cf. *A Questão Dinástica. Documentos Para a História mandados coligir pela Junta Central do Integralismo Lusitano*, Lisboa, 1921, pp. 16-17; Luís de Magalhães, *ob. cit.*, pp. 73-76.

«jesuíticos» que imputavam a Espanha[2225]. Hipólito de La Torre Gómez mostrou já como a comunidade internacional se revelou hostil para com o movimento monárquico, apesar da Junta Governativa afirmar publicamente que contava com o apoio da Inglaterra[2226]. Não era verdade. O governo inglês não apoiava a restauração «por respeito [ao] actual regime em Portugal, declarando, além disso, que, por prematuro, prejudica gravemente [a] causa monárquica e não tem a aprovação do rei»[2227].

Quanto à atitude de Espanha, o estudo das relações da Monarquia do Norte com Madrid, já realizado por Torre Gómez, mostra como a Junta Governativa parecia acreditar que era possível um reconhecimento de Madrid. A imprensa espanhola contribuiu para a elaboração de uma realidade que não tinha correspondência com que se passava em Portugal. Quem lesse jornais em Madrid ou na Galiza ficava com a impressão de que o sucesso da empresa era inevitável e que Lisboa não poderia resistir a um «movimento monárquico nacional»[2228]. Na impossibilidade de fazer regressar o trono, vaticinavam que Portugal sofreria às mãos do terror subversivo imposto por «republicanos e bolcheviques»[2229]. Enquanto manobravam a opinião pública espanhola, os realistas esperavam que os contactos de partidários bem colocados no Paço de Madrid pudessem atrair a simpatia de Afonso XIII para a sua Causa. Mais tarde, alguns referiram-se às «facilidades prometidas pelo Paço»[2230].

Estamos em condições de asseverar que D. Manuel, cuja política recusava a restauração por via revolucionária, e que condenou a restauração de 1919 como um «crime que se cometeu em Janeiro contra todas as minhas instruções e ordens»[2231], procurou salvar a «Monarquia Nova» do fracasso global[2232]. Na sua estada em Madrid, que ocorreu entre 29 de Janeiro e 10 de Fevereiro, Luís de Magalhães escreveu ao monarca explicando a grave situação das forças monárquicas e solicitando a intervenção do antigo monarca em três assuntos candentes. A natureza

---

[2225] Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit.*, p. 64.
[2226] Idem, *Ibidem*, p. 43.
[2227] Idem, *Ibidem*.
[2228] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 39, pasta 10, vários recortes de jornais espanhóis.
[2229] *Ibidem*.
[2230] Hipólito de La Torre Gómez, *ob. Cit.*, p. 65.
[2231] António Cabral, Cabral, António, *Cartas d'El-Rei D. Manuel II*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1933, p. 207.
[2232] Vejam-se os vários telegramas trocados com uma personalidade em Espanha, em *A Questão Dinástica, cit.*, pp. 14-15.

dessas diligências revela o sentimento de falência da restauração do trono. Essas diligências tinham que ver com o reconhecimento internacional da beligerância dos revoltosos, a negociação de um plebiscito com a intervenção da Inglaterra e o esforço para garantir o «reconhecimento das honras de guerra aos monárquicos vencidos»[2233]. Na carta a Luís de Magalhães, em que reiterava o repúdio pelo «nefando crime», feito «num momento de excepcional gravidade, durante a conferência de paz», D. Manuel referiu-se à questão do armamento, lamentando que se implantasse o trono «não estando preparados com as armas e munições que são a base duma revolução»[2234]. No entanto, escreveu a propósito: «Quanto à questão das armas e munições compreende o Luís de Magalhães e igualmente o deve compreender a Junta do Porto que me é absolutamente impossível fazer, nessa questão, a menor coisa, em vista sobretudo da situação internacional. Mas já escrevi ao rei de Espanha pedindo-lhe que fizesse tudo o que pudesse para auxiliar os meus amigos; expus-lhe rapidamente a importância vital que esta questão tem para a Espanha»[2235].

À data em que foi escrita a carta, 14 de Fevereiro, já a república tinha sido restabelecida no Porto. Mas era impossível qualquer intervenção de Madrid, pois o governo espanhol, através de Romanones, tinha afirmado no congresso que dera instruções para que se evitasse qualquer atentado contra Portugal a partir de território vizinho[2236]. O próprio Luís de Magalhães negou qualquer contacto com políticos espanhóis no sentido de ser reconhecida a beligerância aos revoltosos porque Espanha «nenhuma resolução tomaria sobre o assunto sem prévio acordo com a Grã-Bretanha»[2237]. Isto explica a importância que Luís de Magalhães depositava na diligência que solicitou a D. Manuel, instando-o a intervir junto da corte londrina.

Apesar das orientações de Madrid, que ordenavam a rigorosa proibição do trânsito de armas e alimentos e a detenção de qualquer indivíduo que participasse em manobras contra o governo de Portugal, as autoridades das

---

[2233] BNP, ELM, doc. n.º 9434, carta de D. Manuel a Luís de Magalhães, de 14-02-1919. Pode ler-se em anexo.
[2234] *Ibidem*.
[2235] *Ibidem*.
[2236] Cf. Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit.*, p. 43.
[2237] Luís de Magalhães, *ob. cit.*, p. 75.

regiões fronteiriças continuavam a proteger os monárquicos[2238]. Já depois de terminada a «guerra civil», centenas de homens foram recebidos em território espanhol, onde as autoridades locais, civis e militares, tudo fizeram para prestar auxílio aos foragidos[2239].

A ausência de intensidade combativa impeliu um oficial republicano a descrever a guerra civil como «uma guerra de boas vontades»: «Muito bem se chamou a esta breve campanha (uma espécie de manobras livres, pelas insignificantes perdas que as tropas da República sofreram, pois que os revoltosos pouca resistência opuseram) uma guerra de boas vontades»[2240]. O conflito desenrolou-se sem grande dureza, com a passividades das forças monárquicas e a falta de munições a facilitarem o avanço da república e o desenlace veloz do conflito. Exceptuando-se alguns confrontos, em Águeda, Angeja, Albergaria-a-Nova, Estarreja e Mirandela[2241], esta última pela intensidade dos bombardeamentos, a campanha saldou-se pela existência de 6 mortos e 27 feridos em combate, do lado republicano, num total de cerca de 150 mortos[2242].

Por outro lado, o desfecho da guerra civil teve o contributo da «boa vontade» de alguns oficiais da Guarda Real que, ante a perspectiva da derrocada, depois das derrotas de Estarreja e Oliveira de Azeméis, se transformaram de novo em Guarda Nacional Republicana[2243].

O contra-golpe republicano foi facilitado pelo facto de o Porto se encontrar quase desguarnecido de tropas. No dia 13 de Janeiro, encontravam-se na capital do reino a Guarda Real, uma companhia de infantaria 18 (cerca de 100 praças), duas companhias de reservistas de infantaria 8 e 9, a polícia e os grupos civis[2244]. As autoridades policiais, cuja

---

[2238] Cf. Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit*, pp. 66-67.

[2239] Joaquim Rangel, *ob. cit.*, pp. 43-50.

[2240] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 4, maço 1, pasta 1, Relatório do Chefe de Estado-maior da 5.ª divisão, major Henrique Pires Monteiro.

[2241] Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 1, pasta 2, «Diário de Campanha» da 5.ª divisão militar.

[2242] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 5, pasta 3; *Ibidem*, pasta 2, «Diário de Campanha» da 5.ª divisão militar. Registou-se ainda um morto e um ferido em acidente. As fontes militares não indicaram um número de mortos do lado monárquico, dão apenas informações genéricas, como aquelas que se referiram ao combate de Águeda: «Os rebeldes foram repelidos com perdas importantes, mortos, feridos e prisioneiros». Douglas Wheeler indica os 150 mortos e «centenas de feridos». Cf. *ob. cit.*, p. 223.

[2243] Campos Lima, *O Reino da Traulitânia. 25 dias de reacção monárquica no Porto*, Porto, Renascença Portuguesa, 1919, p. 114.

[2244] BNP, ELM, caixa 44, documento manuscrito com «apontamentos posteriores a 13 de Fevereiro».

capacidade repressiva e anti-revolucionária marcara o mundo conservador da época, estavam ausentes. Solari Allegro partira para missão delicada, a 6 de Fevereiro, com destino à Guarda, onde foi com o fito de persuadir Teófilo Duarte a passar-se para o campo monárquico[2245]. Ainda deixou directivas para não se transferirem os oficiais presos no Aljube e para se prender o coronel de Djalme de Azevedo, então envolvido em acções revolucionárias[2246], mas não foi obedecido[2247]. Quanto a Baldaque Guimarães, o conhecido comissário da polícia, fora demitido por pressão de oficiais da Guarda Real, os mesmos que exigiram a Paiva Couceiro a transferência dos prisioneiros do Aljube para o governo civil, devido a maus tratos, e que o governador civil, conde de Mangualde, recusou tanto quanto pôde[2248].

O golpe teve origem na movimentação de alguns oficiais que entretanto haviam regressado da frente Sul. Entre eles estava o capitão Novais e Silva, de cavalaria 9, que combateu em Oliveira de Azeméis e era oficial em «quem se tinha a maior confiança não só pela suas repetidas afirmações monárquicas mas ainda por ter sido um antigo preso político monárquico em 1912»[2249]. Novais e Silva sintetiza o perfil de muitos oficiais monárquicos que patrocinaram a restauração mas que, ante a inevitabilidade da derrocada, começaram a conspirar, coadjuvando o capitão Sarmento Pimentel. Ainda se estabeleceram medidas de prevenção de 12 para 13 de Fevereiro, sob suspeita de que a Guarda Real se manteria neutra em caso de revolta. As afirmações do comandante da Guarda, Major Carlos Borges, de que a corporação lhe era totalmente fiel, impediram medidas de prevenção mais rigorosas[2250].

Na manhã de 13, a Guarda Real iniciou a revolta contra a monarquia quase sem confrontos, enquanto na Serra do Pilar as peças troavam fogo

---

[2245] BNP, ELM, doc. n.º 10480, carta de Solari Allegro a Luís de Magalhães, de 08-05-1920.

[2246] Cf. Campos Lima, *ob. cit.*, pp. 110-111.

[2247] BNP, ELM, doc. n.º 10480, carta de Solari Allegro a Luís de Magalhães, de 08-05-1920. Quando chegou a Salamanca, Allegro soube que Teófilo Duarte partira para Lisboa. Ainda pensou tomar o comando da sua coluna, que sabia constituída por 11 oficiais monárquicos, mas estes já se tinham entregado às autoridades republicanas. Partiu então para Tui onde chegou a 14 de Fevereiro, deparando-se com os primeiros foragidos do Porto.

[2248] BNP, ELM, doc. n.º 7056, carta do Conde de Mangualde a Luís de Magalhães, sem data.

[2249] BNP, ELM, caixa 44, documento manuscrito com «apontamentos posteriores a 13 de Fevereiro»; BNP, ELM, caixa 45, Relatório de Satúrio Pires intitulado «O 13 de Fevereiro de 1919», fl. 4.

[2250] BNP, ELM, caixa 45, relatório de Satúrio Pires intitulado «O 13 de Fevereiro de 1919»; AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 425, pasta 8, depoimento de Eurico Satúrio Pires.

sobre o Quartel-general. Ainda se tentou uma resistência com Infantaria 8, vinda de Braga, mas esta unidade possuía apenas 40 praças, não tinha oficiais no quartel e não dispunha de munições suficientes[2251]. Apenas o regimento de infantaria 20 e cavalaria 9, e os civis que ocupavam o Éden Teatro, opuseram alguma resistência mas, com parcas forças, isolados e sem comando, nada podiam fazer[2252].

Aos monárquicos não restava alternativa senão a rendição. Os oficiais republicanos, próximos do *Partido Democrático*, tomaram imediatamente conta dos comandos militares: o coronel Alfredo Djalme de Azevedo ocupou o comando da 3.ª divisão, o coronel Carlos Ferreira Costa o comando da GNR e o coronel José Tristão Pais de Figueiredo ocupou o regimento de artilharia 6[2253]. No governo civil e corporação da polícia, os lugares de chefia foram ocupados por oficiais republicanos que se encontravam detidos desde o sidonismo. Haveria de repetir-se o fenómeno da restauração: como por mimese, a república reinstalou-se nos territórios ocupados, por simples intervenção dos grupos de republicanos civis que se foram apoderando das repartições públicas[2254].

As principais figuras da monarquia, que então se encontravam no Porto, foram detidas: Luís de Magalhães, o visconde do Banho, o conde de Azevedo e o coronel Artur Silva Ramos. Solari Allegro já se encontrava em Espanha e Paiva Couceiro, que a 12 de Fevereiro partira para junto das forças da coluna do Sul, estacionadas em Oliveira de Azeméis, acabaria por deambular pelo Porto e Minho, disfarçado, até conseguir passar a fronteira na Galiza. Por essa altura, as acções militares não tinham ainda terminado na região de Trás-os-Montes. A coluna da Beira, comandada pelo tenente-coronel Carvalho da Silva, encontrava-se na Régua quando se deu o contra-golpe no Porto. Ainda se deslocou para Vila Real com o objectivo de se unir à coluna do major Joaquim Rangel para atacar Chaves mas, estranhamente, esta coluna decidira atacar Bragança na presunção de que a coluna de Vila Real

---

[2251] BNP, ELM, caixa 45, relatório de Satúrio Pires intitulado «O 13 de Fevereiro de 1919»

[2252] Cf. Luís de Magalhães, *ob. cit.*, pp. 43-45. No Éden, os ataques dos civis republicanos e da renomada GNR fizeram alguns mortos. Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 62, maço 2, pasta 8.

[2253] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 17, processo n.º 17, doc. 1.

[2254] A. Ferreira Soares, *ob. cit.*, p. 86.

era suficiente para ocupar Chaves[2255]. Chegou a Bragança no dia 14 e voltou a restaurar a monarquia na cidade, enquanto as forças republicanas acudiam a Mirandela.

Em Vila Real era entretanto restaurada a república e a coluna do tenente-coronel Carvalho da Silva desmobilizou e seguiu para Espanha por Soutelinho, depois do comandante ter distribuído os fundos que trouxera da capital de distrito[2256]. Conhecedor de tais factos, Joaquim Rangel reuniu os oficiais e decidiu obter uma autorização das autoridades espanholas para entrar no país. Atravessou a fronteira no dia 20 de Fevereiro, depois de abandonar todo o armamento da coluna em território nacional. Terminava assim simbolicamente a *Monarquia Nova* em Portugal.

A Monarquia do Norte, enquanto manifestação de violência política, não pode ser devidamente compreendida fora da longa e conturbada conjuntura que começou com o regicídio em 1907 e que teve continuidade durante a república. A incapacidade dos republicanos de adequar o seu projecto à estrutura social e cultural do país, ou de transformar essa estrutura, e a constante luta pelo Poder, geraram um fenómeno de violência política continuada. A inexistência de consenso sobre os valores, os símbolos, as crenças e até os rituais da república explicam a predisposição para o conflito ideológico[2257]. A Monarquia do Norte, na medida em que resultava do conflito, ficou também caracterizada pelas violências praticadas pelos grupos de civis, na sua vingança destruidora. Os «trauliteiros» da realeza sucediam assim à «formiga branca» e à «formiga negra». A violência política instituíra-se como resultado do ódio entre sectores político-sociais que se foi aprofundando ao longo dos anos. Na região da Régua, vários testemunhos de vítimas dos «trauliteiros» denotavam esse rancor excessivo de grande carga política e ideológica, em frases como «Abaixo os republicanos – corte-se-lhes o pescoço – morram os Afonsos»[2258].

Se uns adoptaram os crimes políticos como instrumento de defesa do regime, os adversários foram acumulando raivas e antipatias viscerais que rebentaram quando a conjuntura se tornou mais favorável, como aconteceu

---

[2255] AHM, TMEL, Processo 152, pasta 2, depoimento de combatente emigrado; Joaquim Rangel, *ob. cit.*, p. 263.
[2256] Cf. José Luciano Sollari Allegro, *ob. cit.*, p. 264.
[2257] Seymour Martin Lipset, *Consenso e Conflito. Ensaios de Sociologia Política*, Lisboa, Gradiva, 1992, p. 15.
[2258] AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 401, pasta 3, fl. 94.

com o dezembrismo, depois o juntismo e a restauração. Repare-se que os grupos de «trauliteiros» eram constituídos por antigos conspiradores perseguidos pelos republicanos, muitos tinham sido presos e condenados na sequência dos movimentos do Norte de 1911 e 1912[2259]. Essas pretéritas perseguições eram usadas como instância justificativa para as «vinganças políticas» sobre os seus antigos carrascos[2260]. Rocha Martins descreveu assim a situação de Lamego: «Lamego era um baluarte monárquico recolhido preciosamente ante as investidas democráticas. Ali tinham passado tormentos os realistas que jamais desanimaram. As suas casas assaltadas, os seus moradores conduzidos sob prisão, coisa alguma levava de desistir a sua fé o dr. Rufino Osório ligado, desde há muito, com Paiva Couceiro. Grandes dissabores sofrera, ferinos ódios alcançaram essa dedicação. Cada vez que havia um triunfo demagógico em Lisboa ali se fazia sentir contra os monárquicos que depois marcavam generosidades quando apareciam os conservadores governando»[2261].

Os perseguidos de ontem constituíam o essencial dos grupos civis de defesa da *Monarquia Nova*, tanto no Porto como nas principais cidades e vilas onde o espírito monárquico-religioso das populações estava mais acentuado, como Braga, Vila Real, Viana do Castelo, Régua e Bragança. Estes grupos formaram-se com o beneplácito e a incitação do ministro do reino, Solari Allegro, que forneceu instruções precisas às autoridades locais para a «criação imediata de um grupo de voluntários para defesa da Causa Monárquica», grupo que devia ser municiado com armamento. Nas instruções do já célebre comissário da polícia de Sidónio Pais, determinava-se a detenção imediata de todas as «autoridades suspeitas». Numa orientação que legitimava a mais desbragada violência, Allegro mandava «empregar a máxima violência, que poderá ir até ao último extremo, contra todos aqueles que se insurjam com o regime restaurado»[2262]. Estava desta maneira legitimado e consagrado o homicídio de adversários políticos, prática que na monarquia restaurada teve alguns executantes de mérito reconhecido. Sousa Costa, no livro *Páginas de Sangue*, deixou gravados

---

[2259] AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 411, pasta 4, fl. 197; AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 401, pasta 3, fls. 17-18.
[2260] *Ibidem*; António Cabral, *ob. cit.*, p. 419; Sousa Costa, *ob. cit.*, pp. 286-287.
[2261] Rocha Martins, *ob. cit.*, pp. 143-144.
[2262] Documento publicado por Manuel Caetano de Oliveira, *Durante a Monarquia dos Trauliteiros. Depoimento duma Vítima*, Porto, Tipografia Sequeira, 1919, pp. 49-51.

alguns desses crimes contra a vida humana praticados no distrito de Vila Real, perpetrados por criaturas medonhas com alcunhas cuja fama derrubou fronteiras regionais, como o «cabo faca»[2263].

O confronto político-partidário dava azo aos mais abomináveis crimes de sangue, que deixavam os seus autores na mais absurda impunidade. Na noite de 16 de Outubro de 1918 ficou famoso o ataque sinistro a 150 prisioneiros políticos, episódio conhecido como «leva da morte», de que resultou o homicídio de seis indivíduos, incluindo o visconde da Ribeira Brava, e ferimentos em 60 outros indivíduos[2264]. No final de Janeiro de 1919 foi também assassinado o monárquico Jorge Camacho, antigo chefe do Estado-Maior da Galiza. Recolhido a Serpa, sua terra natal, depois da amnistia de Sidónio Pais, foi preso e acusado de tentar restaurar o trono no Alentejo. Jorge Camacho foi assassinado quando chegava a Lisboa, no momento em que uma multidão ululante vituperava os presos à saída da estação de comboio, no Terreiro do Paço[2265]. A violência não era exclusiva de ideologias e agremiações partidárias, mas traduzia as contradições da difícil mudança para as democracias modernas, em sociedades marcadas pelas solidariedades patriarcais e pelo fanático personalismo político. O terror era então o recurso daqueles que se encontravam na posse do Poder, varados pela paixão ideológica, e que exerciam o crime sob a protecção das autoridades.

Para além dos crimes contra pessoas, foram cometidos muitos crimes contra o património, através de actos de vandalismo e destruição. No Porto, Régua, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança, nos centros urbanos e em muitas aldeias foram incendiadas casas, derrubadas pontes, arrasadas quintas, jornais e centros partidários republicanos e até património público. Os crimes e a violência eram praticados por grupos de civis que à sua passagem deixavam um lastro de destruição[2266]. Mas persistem inúmeros relatos de destruições praticadas por colunas militares, como teria

---

[2263] Cf. Sousa Costa, *ob. cit.*, pp. 285-309. Veja-se também A. Ferreira Soares, *ob. cit.*, p. 11; AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixas 35 e 56, maço único. No Tribunal Militar Especial do Porto existem vários processos com acusações de assassinato político mas o júri nunca deu como provados esses crimes.

[2264] Cf. Sousa Costa, *ob. cit.*, pp. 245-250.

[2265] Cf. *Ibidem*, pp. 273-274.

[2266] Cf. A. Ferreira Soares, *ob. cit.*, p. 11; AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 56, maço único; AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 35, maço único;

acontecido com a coluna de Joaquim Rangel[2267], ou na ocupação de Vila Real[2268]. Mas não se julgue que a *vis* destruidora era apanágio dos monárquicos, porque a violência não se exercia em regime de monopólio. As colunas republicanas rivalizavam com as monárquicas nos ataques à propriedade privada[2269].

No Porto formaram-se vários grupos de civis armados que tinham como incumbência patrulhar as ruas, vigiar, realizar buscas e prender os mais «perigosos» republicanos, eliminando todas as ameaças à «Monarquia Nova»[2270]. Entre essas agremiações radicais ficou famosa aquela que era conhecida como o «grupo do Éden». Verdadeira polícia especial do regime, o grupo do Éden foi constituído pela Junta Governativa, por iniciativa do ministro do reino Solari Allegro, que convidou vários cabecilhas para dirigir a organização. O grémio securitário tinha uma organização simples mas hierárquica que dependia do ministério do reino: era constituído por vários chefes e contava cerca de 264 indivíduos, todos assalariados, que recebiam o estipêndio diário de um escudo – pago pessoalmente por Solari Allegro - e

---

[2267] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 46, maço 2, pasta 4, Relatório do oficial que foi parlamentar com o major Joaquim Rangel, na fronteira: «[...] e lhe desse toda a liberdade se se queria internar ou entregar e que eles vissem o procedimento das tropas republicanas a contrastar com as violências e selvagerias praticadas por eles em todas as povoações por que passámos, tais como Vila-Flor, Cachão, Mirandela, Rossas e Bragança, cujas casas saqueadas e destruídas na sua totalidade, onde nem sequer retretes escaparam aos seus vandalismos e o susto das respectivas populações, a maior parte das quais andaram a monte, até que ao saberem que as nossas forças tinham chegado nos acolhiam com o júbilo e a alegria de verem que as suas vidas e os seus haveres estavam garantidos».

[2268] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 35, maço único, telegrama de Chaves, em 4 de Fevereiro 1919: «Têm praticado piores infâmias incendiando casas republicanos roubando tudo e em seguida matando - em mirandela tem havido combates e próximo de chaves estão esses bandidos - estão entre pedras salgadas e vila pouca de aguiar tendo feito alguns tiros artilharia - enfim é urgentíssimo socorros para se fazerem fugir ou aprisionar; em vila real foram procurados em suas casas e assassinados seguintes republicanos: lameiro brasileiro - o médico josé augusto fernandes - tomás fernandes africanista casado com filha solicitador oliveira - o braga sucessor do merceeiro e um caixeiro e o padre alvadia - incendiaram casa domingos araújo e destruíram casa e estabelecimento araújo livreiro e outras - enfim um pavor! - aqui sossego mas prevenidos todos para fugirmos para Espanha, se não nos mandarem breve munições - ao menos - para correr estes bandidos - tropas realistas foram batidas em mirandela em dois combates nos dias 1, e 2». Sobre o assassinato do padre Alvadia, leia-se Sousa Costa, *ob. cit.*, pp. 300-309.

[2269] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 55, pasta 1, José Martins Cameira, *Movimento Insurreccional do Norte em 1919. Subsídios para a sua história*, 1925, fl. 239.

[2270] Campos Lima identificou vários desses batalhões de voluntários civis: S.P.S.P. – Salvem a Pátria – Sidónio Pais; Batalhão Académico do Porto, de estudantes das escolas; Batalhão Realista do Porto, de populares; Batalhão dos Voluntários da Rainha, com a elite da sociedade monárquica; Batalhão dos Voluntários da Galiza, com antigos conspiradores; Grupo de Voluntários de Santo Tirso. Cf. *ob. cit.*, p. 54-55.

operava no Porto, Santo Tirso e outras localidades limítrofes. Como base de operações foi escolhido o Éden Teatro[2271].

A associação de «trauliteiros» procedia a operações de vigilância, fazia buscas a residências para recolher armas e objectos simbólicos, como bandeiras republicanas, e detinha jurisdição sobre os republicanos que fossem suspeitos de conspirar contra a monarquia. No Éden foram então praticadas muitas violências contra os prisioneiros, que eram interrogados, torturados e espancados com «cavalos-marinhos», «bengalões» e «tiras de pneumáticos»[2272]. Apesar das atrocidades, houve depois exageros provocados pela propaganda republicana, que apontava a existência de esqueletos e a utilização macabra de um piano tocado por uma Luciana Vilar, expediente que visava impedir que se ouvissem os gritos e gemidos dos torturados[2273].

Mas os grupos de segurança pública e defesa da monarquia não se confinaram à cidade do Porto. Na Régua, um corpo de cem indivíduos armados fazia a segurança da vila e assegurou a sua defesa enquanto não chegaram tropas regulares, sendo a sua diligência muito elogiada pelas autoridades locais[2274]. Ao abandonar a vila, o grupo de segurança pública praticou inúmeros crimes contra pessoas e bens, entre os quais se conta o incêndio do asilo[2275].

[2271] AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 411, pasta 4, depoimento de Alfredo Gonçalves Camacho, «pagador geral do Éden teatro».

[2272] Um dos mais conhecidos prisioneiros foi o padre Camilo de Oliveira, que por abandonar o ofício foi alvo especial dos «trauliteiros». De acordo com o seu depoimento, Camilo de Oliveira foi preso no dia 26 «pelas 21 horas» por um grupo de homens armados, e comandados por José Pereira dos Santos. Na primeira noite «sofreu dois espancamentos» por seis ou sete indivíduos da primeira vez, e 15 ou 16 da segunda, e que estavam mascarados. Na segunda noite foi agredido pela terceira vez por 7 ou 8 espancadores «que para a prática desse crime se serviam do cavalo marinho e tiras de pneumáticos, deixando em tal estado o declarante, que os enfermeiros da Cruz Vermelha receando um desenlace, instaram fortemente para que fosse conduzido ao hospital, ao que os trauliteiros não acederam, tal era o seu ódio para com o declarante, cujo crime era apenas o de ter deixado a vida de padre e ter feito propaganda republicana pela palavra e pela pena. Esclarece o declarante que no final do segundo espancamento constituíram os "trauliteiros" o tribunal de inquisição, onde quase todas as perguntas versavam sobre interesses e doutrinas da Igreja católica, que eles diziam o declarante ter abandonado. A cada uma das suas negativas correspondiam novas bastonadas pelo corpo». No dia 28 recolheu ao Aljube transportado pela Cruz Vermelha» [AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 431, pasta 7]. Veja-se, ainda, Campos Lima, *ob. cit.*, pp. 61-63.

[2273] Cf. Luís de Magalhães, *ob. cit.*, pp. 63-64. Segundo o testemunho de vários membros do Éden, existiu um piano até ao dia 25 de Janeiro, tocado para «entretenimento» pelos «trauliteiros» e que o proprietário removeu para evitar a sua destruição às mãos dos «inexperientes» pianistas. Cf. AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 411, pasta 4.

[2274] Cf. AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 407, pasta 1.

[2275] Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 55, pasta 1.

Entretanto, a vitória dos republicanos fez mudar a coloração ideológica dos sicários do crime, mas a violência não mudou de tom. As ruas do Porto passaram a ser alvo de intensas patrulhas de civis inflamados, que invadiram centenas de habitações na caça dos «trauliteiros», visando «exterminar fraternalmente a raça dos talassas»[2276]. Gaspar de Abreu, que foi obrigado a refugiar-se para escapar à fúria dos radicais, escreveu nas suas memórias que do seu esconderijo ouvia a gritaria que resultava dos ataques republicanos em Santa Catarina, «onde uma horda atacava furiosamente uma casa, donde partiam gritos de socorro, que nós, bem tristemente lhe não podíamos prestar»[2277]. A acção de vigilância mantinha a cidade do Porto apertada num véu de terror, pois ninguém podia sair da cidade sem possuir «salvo-conduto ou bilhete de livre trânsito»[2278].

Em Lisboa, a vitória sobre a monarquia facilitou o regresso da *República Velha*. Os republicanos começaram por exigir a dissolução do parlamento dezembrista e organizaram um comício no Coliseu dos Recreios onde estiveram como oradores Estêvão Pimentel, Cunha Leal, Ramada Curto e Costa Júnior, que amplificaram aquela exigência popular. A multidão deslocou-se depois para o ministério do interior, onde o ministro Domingos Pereira expressou as divergências entre o governo e o parlamento na defesa da república. A presença da polícia haveria de acirrar a manifestação dos populares. Os ataques à esquadra da polícia provocaram 3 mortos e 40 feridos[2279]. No dia seguinte, foi atacado o batalhão de infantaria 33, aquartelado no castelo de S. Jorge, tido pela populaça como monárquico e germanófilo. A fúria dos ataques fica bem patente nos 9 mortos e 100 feridos no confronto[2280].

Aos poucos, a corrente republicana radical foi eliminando do Poder os resquícios do dezembrismo. Os ministros sidonistas demitiram-se do governo de José Relvas, gesto repetido por Egas Moniz quando tomou conhecimento de que se preparava a sua substituição à frente da delegação

---

[2276] Gaspar de Abreu, *ob. cit.,* p. 170. As casas de figuras odiadas da restauração, como Solari Allegro, Alberto Margaride – este não teve participação directa nos acontecimentos porque esteve doente e acamado – e muitos outros, foram assaltadas e completamente destruídas. Cf. *Na Morte de Sidónio Pais (Com uma nota referente ao actual momento político em Portugal)*, Tuy, Tipografia Regional, 1919, p. 43.
[2277] Gaspar de Abreu, *ob. cit.*, p. 169.
[2278] Idem, *Ibidem*, p. 185.
[2279] Cf. Damião Peres, *ob. cit.*, p. 216.
[2280] Cf. Sousa Costa, *ob. cit.*, p. 312.

da Conferência de Paz, por Afonso Costa. O governo entrou em crise e apresentou a demissão a 27 de Março. Os colégios eleitorais foram então convocados para 13 de Abril, dando uma vitória esmagadora aos democráticos.

O novo governo, presidido pelo democrático Domingos Pereira, desencadeou de imediato um processo de depuração nas instituições políticas e no exército, corporação que se pretendia dotada da mais excelsa «fé republicana»[2281]. Para além das demissões políticas e da emigração, em números difíceis de coligir[2282], centenas de militares ocuparam as masmorras do regime, à espera de julgamento[2283]. Mas a desconfiança face à fidelidade do exército aumentava de tom, levando os executivos republicanos a reorganizar e a reforçar a capacidade bélica da GNR. Apesar dessa reorganização das forças repressivas, os meses e anos seguintes seriam marcados pela agitação permanente, pela intolerância e pelas perturbações sociais, com greves e manifestações constantes que transformaram Lisboa numa cidade anárquica.

Quanto ao movimento monárquico, apesar das centenas de prisioneiros[2284], não desarmou. Os sidonistas apareciam agora conluiados com os monárquicos que não tinham sido apanhados nas malhas da justiça. Formaram-se então vários comités revolucionários que, segundo as

---

[2281] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 62, maço 2, pasta 14. A circular do ministério da guerra, de 22 de Fevereiro, rezava assim: «Sua Ex.ª o Ministro determina que com urgência seja expedida uma circular, a todas as Divisões e às autoridades a quem mais interesse, na qual se indicará o desejo que Sua Ex.ª tem de que todos os comandos e mais cargos de confiança, sejam entregues a oficiais republicanos e que sirvam dedicadamente a República; o mesmo deverá ser determinado em relação aos oficiais e sargentos que enquadrem as unidades e formações».

[2282] Um panfleto sidonista, publicado na emigração, referia a existência de 850 oficiais demitidos ainda por José Relvas, e 9600 funcionários públicos, entre os quais cerca de 3000 professores que foram desligados do serviço. Os números, que exigem algumas cautelas, foram publicados no opúsculo *Na Morte de Sidónio Pais (Com uma nota referente ao actual momento político em Portugal)*, Tuy, Tipografia Regional, 1919, p. 43.

[2283] Segundo dados oficiais de 19 de Setembro, encontravam-se detidos 593 militares, entre soldados, cabos, sargentos e oficiais. Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 62, maço 1, pasta 1. Um documento encontrado no espólio de Luís de Magalhães contabilizava 684 oficiais como implicados na Monarquia do Norte. Uma nota alertava para o facto de que se tratava de oficiais que «se comprometeram julgando de facto restaurado o antigo regime», mas não inclui muitos oficiais monárquicos que «não tiveram tempo nem ocasião para se manifestarem; outros tiveram a sorte de não serem apoquentados e, ainda, outros, que se defenderam habilmente e continuam em pleno sossego aguardando melhores dias para esta infeliz pátria» [BNP, ELM, caixa 52].

[2284] Segundo dados oficiais, de 19 de Setembro, estavam nos cárceres da república 533 civis relacionados com a restauração. Juntamente com os 593 militares, estariam presos 1196 indivíduos. Muitas centenas tinham seguido para a emigração e alguns tinham conseguido evadir-se da prisão. Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 62, maço 1, pasta 1.

autoridades, preparavam uma nova vaga de perturbações. Um dos comités militares mais activos estaria sediado em Coimbra[2285]. Em Abril, Teófilo Duarte encetou os preparativos para um movimento político-militar que agregava as duas correntes, conduzido a partir da sua prisão, no Forte da Trafaria, onde cedo começou a ser introduzido armamento[2286]. Apanhados os fios da trama revolucionária, Teófilo Duarte justificou as conexões com uma surpreendente predisposição para defender a república e a «legalidade» do governo de Domingos Pereira, que ele acreditava estar ameaçado por uma revolta de natureza conservadora. De acordo com o seu próprio depoimento, Teófilo Duarte deu ordens instruções para que «desde que tal acto de força começasse a ter execução, todos os oficiais sidonistas, monárquicos, liberais e conservadores, enfim, que não concordassem com tal acto de violência deviam recusar-se a colaborar em tais acções, opondo-se-lhes, pelo contrário na medida do possível; que, todos os elementos se unissem a mim onde quer que tivessem conhecimento que eu me encontrava, que naturalmente iria para Sapadores Mineiros, visto ser a unidade em que os oficiais eram tidos como conservadores; que o nosso lema era por enquanto abstrair por completo qualquer acção sidonista e concentrarmo-nos em Belém a fim de evitar golpe de força sobre a pessoa do Presidente e do governo»[2287].

Na mesma altura, vários relatórios militares e policiais davam conta de estranhas cumplicidades entre sidonistas, monárquicos, «operários sindicalistas e bolchevistas» e «despeitados republicanos», com o fito de provocar «distúrbios próximos com o fim de estabelecer confusão, assaltos, prisões, e libertar prisioneiros políticos»[2288]. Apesar de paradoxal e improvável, tais maquinações previam a preparação de uma greve geral ou rebentamento de um movimento «bolchevique» que depois os monárquicos controlariam com o «pretexto de extinguir a anarquia que atribuirão à República»[2289]. Haverá algum exagero nestes relatos, mas a verdade é que estavam identificados vários focos de conspiração monárquica que o desastre não abalara. As suas movimentações estavam controladas pelas

[2285] Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 52, maço 2.
[2286] Cf. *Ibidem*, carta da Polícia de segurança do Estado, 11-04-1919.
[2287] AHM, TMEL, Processo n.º 41/19, pasta 17.
[2288] Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 62, maço 2.
[2289] Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 54, pasta 2. Veja-se ainda caixa 52, pasta 2 e 58, pasta 3.

autoridades que reconheciam que, isolados dos grupos radicais de esquerda, os adeptos do trono não representavam uma ameaça grave[2290].

Em Espanha, os exilados continuavam a conspirar com a conivência das autoridades provinciais e locais. Apesar das mudanças operadas nas relações entre Portugal e Espanha, cada vez mais próximas de um compromisso ibérico, a verdade é que as cidades da Galiza e Madrid continuaram a ser percorridas por conspiradores. Em Madrid, Paiva Couceiro formara um comité que revelava grande actividade política[2291], auxiliado agora por partidários de D. Jaime, do partido carlista[2292]. Em Vigo havia um grupo de cerca de 600 emigrados, acompanhados de vários oficiais de referência dentro do movimento realista[2293]. As autoridades militares das províncias fronteiriças, as autoridades consulares da Galiza e alguns presidentes de câmara davam conta das movimentações dos chefes realistas em Espanha, na organização de grupos e na compra de armas para um novo movimento[2294]. É provável que houvesse algum exagero nestas informações. Contudo, a partir do Verão de 1919, o governo de Madrid deu ordem aos emigrados portugueses para abandonarem as posições fronteiriças, sinal inequívoco da sua presença incómoda para as autoridades espanholas, empenhadas agora em aprofundar as relações bilaterais entre os dois países[2295]. Por outro lado, porque havia informações sobre emigrados que vagueavam em algumas cidades da Galiza, alguns «pedindo esmola e outros socorro»[2296].

[2290] AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 52, pasta 2.

[2291] Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 51, maço 2, pasta 2.

[2292] *Ibidem*, informação dos serviços de espionagem; AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 51, maço 1, pasta 1.

[2293] Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 13, pasta 6, carta de Boaventura de Matos, alferes de infantaria 18: «Espanha 27-3-919 [...] Em Vigo havia oficiais em Penca: coronel de artilharia 5, coronel de Infantaria 29, Rangel (major), capitão Margarido, Braz, Levi de Vasconcelos, Pamplona, Machado, Pessoa de Amorim, alferes Negrão, Lacerda, Carlos, tenente Pestana, Guedes Pinto, Viriato (de artilharia 4), Ascânio (Guarda Republicana de Lisboa) Machado do 32 e mais outros que por nome não conheço, entre os quais três alferes de artilharia. Éramos em Vigo, com os civis, aproximadamente 600 - uma pequena coluna capaz de dar cabo da Guarda Republicana do Porto e com o padre Domingos ao nosso lado. [...] No meio dos civis há grandes esperanças de que em breve a monarquia será restaurada na República Portuguesa. De Portugal temos tido também boas notícias - que na casa de reclusão estão presos para cima de 250 oficiais que dão vivas à monarquia e conspiram contra a república».

[2294] Existem dezenas de relatórios e informações das autoridades com referências largas a estas movimentações. Veja-se AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixas 51, 52, 54.

[2295] Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 51, maço 2, pasta 2, Informação do Posto de Elvas, 24-08-1919; Informação do adido português em Madrid, de 12-10-1919.

[2296] Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 52, maço 2, pasta 2, Informação do consulado de Portugal em Ourense, 3 Abril de 1919: «Abandonados chefes continuam transitando esta

Concomitante ao movimento monárquico-sidonista, os sectores operários, incluindo a UON, iam preparando a «revolução social», contando para o efeito com ligações internacionais, especialmente em Madrid, e aproveitando o clima de instabilidade nas forças de segurança e no exército, provocado pela guerra civil e pelas mudanças políticas[2297]. As autoridades portuguesas e espanholas, conhecedoras das movimentações operárias, iam acompanhando as actividades dos conspiradores «bolcheviques» e do movimento monárquico-sidonista que supostamente se organizara com o «pretexto salvar pátria perigo iminente»[2298]. Em rigor, esconjurado o «perigo monárquico», começava um período marcado por uma nova ameaça para a república, que vinha da extrema-esquerda, dos sectores operários radicais e do sindicalismo. Este vasto segmento político-social iniciava os preparativos para a Revolução, organizando greves e manifestações que ameaçavam Lisboa e o país. Em Maio, um incêndio deflagrou no edifício dos correios, seguido de «assaltos e roubos»[2299], enquanto vários manifestos foram distribuídos pela população. Segundo o governo, um dos manifestos proclamava «a revolução social» e excitava o «incêndio de edifícios públicos».

A ameaça da extrema-esquerda, que quase subverteu Portugal entre 1919 e 1921, agora sob a égide aparente da Internacional socialista[2300], tornava inócuo o «perigo monárquico». Apesar de algumas movimentações isoladas, a Causa Monárquica perdera força política. Depois da prisão e

---

cidade estado verdadeiramente miserável muitos emigrados monárquicos último movimento vários deles têm-se apresentado este consulado pedindo esmola e outros socorros».

[2297] Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 51, maço 2, pasta 2, carta apreendida em 29-03-1919: «Camarada - Depois que os democráticos mandaram assassinar o Sidónio e que o governo armou os civis para dar caça à polícia como aos lobos tudo nos vai correndo bem. Seguem-se agora as perseguições a torto e a direito que nos trazem vantagens directas e indirectas como deves compreender. Manda-me mais proclamações mas em português e por portador [...] não escrevas nunca para a U. O. N. e sim para a loja mas o melhor é mandar por mão própria é mais seguro. [...] a mudança de tropa de Lisboa não fez mal ao andamento porque são elementos, os que sabem, os que vão espalhar as nossas ideias e os que vêm com facilidade abraçarão a nossa causa porque são trabalhadores como os nossos e estão fartos de tiranias e escravidão. O G está para o Alentejo, Serpa, o A já foi para o Porto o J não chegou a estar cá vinte e quatro horas desconfiado que vinha seguido embarcou em Santarém já te deve ter contado mais pormenores e até breve e um viva a revolução social. (as) J. S. Endereço - Cidadão - Gregório M. Rubio- Calle d'Alamo - 1 Madrid».

[2298] Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 51, maço 2, pasta 2, telegrama do Cônsul de Tui, de 16-03-1919.

[2299] *A Capital*, n.º 3108, 03-05-1919, p. 2. No dia seguinte, um outro incêndio provocado por presos terá destruído completamente uma ala do Limoeiro.

[2300] Existem documentos dos serviços de espionagem americanos que referem a possibilidade de haver intervenção da Rússia no financiamento do movimento operário em Portugal em 1919. Cf. 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 51, maço 2, pasta 2.

julgamento dos principais dirigentes, os monárquicos beneficiaram de uma larga amnistia em 1921[2301]. A fractura política e ideológica introduzida pelo Integralismo Lusitano abriu fendas difíceis de colmatar. Mesmo o Pacto de Paris não evitou que se acendrasse o divisionismo interno da Causa Monárquica. Separados pela estruturante «questão doutrinária», pela «questão dinástica» e por mil intrigas, os adeptos da coroa continuaram a combater a república pela pena e no parlamento, para onde foram elegendo alguns deputados e senadores[2302]. A derrota do Porto e Monsanto eliminou as aspirações violentas de mudança das instituições e a contra-revolução viu-se reduzida à sua dimensão mais ideológica e doutrinária. Mas mesmo essa haveria de conformar-se com o programa da Ditadura Militar e depois da «Nova Ordem» criada por Salazar e pelo Estado Novo, onde a maioria dos monárquicos acabou por acomodar-se. Como diria mais tarde Joana Magalhães, a filha de Luís de Magalhães, ao Almirante Américo Tomás, o Estado Novo representava «uma vitória - que já não era a nossa Causa, era a da nossa Pátria»[2303].

[2301] Sobre o julgamento da Junta Governativa, leia-se Luís de Magalhães, *ob. cit.*, pp. 81 e ss; BNP, ELM, caixa 45, documentos para a defesa de Luís de Magalhães e do conde de Azevedo.

[2302] Cf. Fernando Farelo Lopes, *ob. cit.*, pp. 32-33. Em 1921 elegeram 4 deputados, na legislatura de 1922-25, 13 deputados, e em 1925-26, 7 representantes.

[2303] BNP, ELM, carta de Joana Coelho de Magalhães a Américo Tomás, de 29-08-1965. O antigo oficial Alfredo Albuquerque escreveu também sobre a Ditadura Militar: «Agora para que não se imagine que estou contra a ditadura, isto é, guerreando-a, devo dizer que Deus nos livre ela caia; temos a obrigação de a defender de alma, vida e coração» [BNP, ELM, doc. n.º 2297, carta de Alfredo Albuquerque a Luís de Magalhães, de 18-08-1929].

Conclusão

O estudo que agora se aproxima do termo deixa transparecer um destino diferente para os dois planos da contra-revolução monárquica. Se o falhanço da contra-revolução política e militar é rotundo ao cabo de nove anos de combate intensíssimo às instituições republicanas, a ideologia da contra-revolução manteria a sua vitalidade em Portugal, em disputa com outros fenómenos de direita radical. Em Portugal, como bem viram alguns ideólogos da «Revolução Nacional», como João Ameal, a experiência ditatorial ou «Nova Ordem» tinha também os seus alicerces teóricos na contra-revolução, que ele então prescrevia como «Revolução ao contrário».

Num primeiro plano, o insucesso da contra-revolução terá demonstrado (ou confirmado) ao país a impossibilidade monárquica. Regime falido em 1910, a realeza tinha em D. Manuel um herdeiro debilitado pela agonia do regime e pelos ataques impetuosos do republicanismo e do anarco-sindicalismo. D. Manuel ainda se empenhou na restauração do trono, mas viria a desinteressar-se da empresa, por descrença no valor e na qualidade dos seus apaniguados, com quem manteve um conflito aceso e permanente. O ressurgimento monárquico teve a sua génese na monarquia derrubada. As figuras de proa da reacção monárquica procederam dos partidos regeneradores, enquanto os políticos dos partidos dominantes acorreram a transitar para o novo regime, numa vaga adesivista que suscitou grandes conflitos e perturbações. A reacção monárquico-clerical e a própria Causa Monárquica ficaram a dever a sua vitalidade a personalidades da envergadura de Luís de Magalhães, Paiva Couceiro, Aires de Ornelas, Aníbal Soares e tantos outros. Todos haviam militado na agremiação de João Franco, carregando depois o mesmo fermento reformista das instituições liberais, de matiz elitista e conservador, que estabeleceu as premissas ideológicas da primeira reacção.

As condicionantes da acção política do movimento monárquico não residem apenas na ausência de liberdades e nas perseguições que, durante largos períodos, impediram a organização e a propaganda do ideário realista. A ausência de lideranças políticas e militares eficazes, as múltiplas estratégias, a dispersão de forças e meios impediram a organização política da Causa Monárquica e a restauração do trono. No plano da propaganda, não foi possível à Causa devolver à monarquia a aura de legitimidade histórica. Na substância, os discursos da legitimidade viveram dos erros e das dificuldades da república, alimentaram-se das causas que os sectores mais radicais do regime escolheram para determinar a sua modernidade, como o laicismo e a secularização. A estratégia da reacção passou por explorar essas fraquezas e debilidades, beneficiando da imobilidade que marcava a estrutura sócio-económica e cultural e que as elites conservadoras continuaram a controlar durante décadas.

Apesar de nem sempre valorizada pela historiografia, a oposição monárquica criou muitas dificuldades ao regime e contribuiu para açodar o ambiente de intolerância e de crime. Foi muito evidente a estratégia monárquica de estimular as dificuldades conjunturais do regime para o enfraquecer e atacar, impedindo assim a criação de uma ambiente de paz favorável ao progresso e à constituição de uma verdadeira sociedade política. Numa primeira fase, aproveitando o descontentamento do vasto sector conservador com a política religiosa da república, agitou os quartéis e manobrou e enfureceu as populações que se levantaram contra o governo, em acções concertadas com membros do clero. Contribuiu também para as dificuldades de reconhecimento do regime pelas potências internacionais e para a existência de uma permanente tensão nas relações diplomáticas com a vizinha Espanha.

Numa segunda fase, com a política de beligerância, no quadro da Grande Guerra, acirrou as paixões político-partidárias e contribuiu para uma vasta campanha de descrédito dos políticos e das instituições republicanas. Não é possível, como se tem feito até aqui, continuar a subestimar os efeitos políticos e militares e as tensões e perturbações sociais provocadas por um movimento constante de conspiração e de propaganda aguerrida, mesmo com a vigilância dos grupos radicais e da censura quase permanente. A violência da I república não pode compreender-se fora da constante luta

pelo Poder que as diferentes facções, incluindo principalmente as monárquicas, protagonizaram, instigando o ódio e o confronto numa sociedade consumida por contrastes, entre uma província conservadora e a Lisboa progressista e radical.

Não pode também estranhar-se que as «ditaduras» de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais tenham na génese o descontentamento da corporação militar, muito açulada por conspiradores perseverantes. Os dois movimentos ditatoriais beneficiaram do contributo originário dos monárquicos que os ampararam, emprestando-lhes pessoal político e legitimando a sua acção no debate político-ideológico, na imprensa, nos comícios e na conferência. É certo que a grei azul e branca vislumbrou nas duas ditaduras o prenúncio de um movimento de restauração da realeza, procurando por todas as vias instrumentalizar o Poder e viabilizar os seus intentos políticos. Na prática, provocou um conflito com os sectores radicais do republicanismo, que agravou as tensões e o combate político, terminando ambos em violência grave: o governo de Pimenta de Castro expirou com a revolução de 14 de Maio e a restauração pereceu irremediavelmente após uma curta guerra civil. A ameaça monárquica durante este período também tornou patente a impossibilidade de se vir a instaurar em Portugal uma república democrática de cariz conservador, projecto que o presidencialismo sidonista esteve mais próximo de configurar.

No plano da política de subversão, a reacção monárquico-clerical compreendeu muito cedo que só a intervenção do exército poderia lograr restaurar o trono em Portugal. Todo o trabalho de subversão, incluindo as incursões monárquicas, visava provocar uma intervenção do exército, cuja legitimidade se tinha como inatacável. Mas as manobras continuadas para que o exército instaurasse uma ditadura militar, ainda que visando o trono, contribuíram para a formação de um imaginário político que aos poucos atribuiu à corporação militar uma aura messiânica, antipolítica, antipartidária e nacional. Esse imaginário político não pode conceber-se sem a acção subversiva dos monárquicos, civis e militares, que durante anos minaram os quartéis e a oficialidade, inundando-os de propaganda e instigando-os à agitação contra a república. Se nem todos os oficiais realistas cultivavam a defesa da monarquia, pelo menos aprofundaram o desprezo pela república e seus governantes.

Os diferentes movimentos e pronunciamentos militares que caracterizaram o país entre 1911 e 1926, a maioria falhados, tiveram o contributo de muitos oficiais monárquicos que conseguiram evitar qualquer exposição política, manobrando na sombra dos gabinetes. Alguns desses oficiais de referência, como Sinel de Cordes, só na década de vinte viriam a assumir papel fulcral na ruptura da corporação militar com o regime. Os pronunciamentos militares da década de vinte parecem estar na continuidade dos projectos de intervenção militar elaborados durante anos pelos monárquicos, muitos dos quais não passaram de vagas congeminações entre oficiais sem preparação ou predisposição revolucionária. A diferença entre 1919 e 1926 é que a monarquia deixara entretanto de constituir um projecto viável para parte substancial da corporação, apesar de alguns oficiais manterem viva a esperança. A Ditadura Militar pretendia assumir-se, segundo alguns dos seus corifeus, como movimento patriótico que visava a «Revolução nacional» e a reorganização do Estado sob a égide de valores mais conservadores, e muitos oficiais relacionaram esse movimento com o intervencionismo militar de 1918-1919.

A restauração da monarquia, em 1919, foi também uma imposição do exército através de um pronunciamento militar, como parece ter ficado suficientemente demonstrado, e não uma simples revolta monárquica. Ainda assim, teve o mérito de revelar a profunda divisão da sociedade portuguesa, divisão marcada por valores e sistemas políticos antagónicos que impediam qualquer esforço de consensualidade. Enquanto o Porto representava a reacção monárquico-clerical da província conservadora, Lisboa ostentava a resistência progressista e radical do republicanismo urbano. A curta guerra civil atestava a inexistência de um consenso ideológico em torno de qualquer dos regimes em disputa, tornando evidente que só pela violência seria possível manter a «ordem política» estabelecida. O exército estava dividido, e aos realistas faltava um general que comandasse as tropas e se impusesse à nação.

As diferentes clivagens político-sociais identificadas na introdução a esta investigação foram devidamente instrumentalizadas pela reacção monárquico-clerical. Se a questão do regime praticamente definhou – para regressar vagamente apenas em 1926 e durante o Estado Novo – a questão da secularização e a polarização entre o campo e a cidade parecem ter

beneficiado os séquitos realistas no combate ao regime. Se não significou uma mudança de instituições, teve o mérito de contribuir para o fracasso da I República e para a sua derrocada final em 1926. Essa acção dissolvente ficou bem patente durante a Guerra, quando o sector mais aguerrido alimentou e manteve uma verdadeira máquina de propaganda e de combate político-militar, numa época em que a táctica aconselhou verdadeiros conluios com a oposição republicana para a formação de uma frente de unidade contra a *União Sagrada*.

Na prática, o período conturbado do fim da guerra, vincado pelo sidonismo, juntismo, monarquia do norte e por múltiplos outros movimentos militares e conspirações, mostrou a necessidade da república operar uma reforma do seu sistema político-partidário. Modificou-se a constituição da república no sentido de permitir a dissolução do congresso pelo presidente da república e dissolveram-se os três partidos políticos do regime, que se pulverizaram em novas agremiações políticas, como o *Partido Republicano de Reconstituição Nacional*, o *Partido Liberal*, o *Partido Popular* ou o *Partido Nacional Republicano Presidencialista*. Mas a derrota da monarquia no Porto, se eliminara as ambições restauracionistas dentro da corporação militar, não afastou todos os oficiais monárquicos. Muitos continuaram a minar a relação de (des)confiança entre a estrutura e o regime político.

No plano ideológico, o período contribuiu para a formação de um novo conservadorismo, com a transformação operada no seio dos antigos liberais, e o nacionalismo monárquico. Os debates doutrinários travados entre o conservadorismo liberal e o ressurgimento tradicionalista das novas gerações não interessam apenas ao estudo do movimento monárquico. Não erraremos muito considerando que o confronto ideológico da I república deve inserir-se na crise da evolução dos sistemas liberais para as democracias contemporâneas. A reacção monárquico-clerical traduz a recusa do mundo conservador, marcado pelo predomínio das elites oligárquicas, face à emergência de sociedades cunhadas pela ascensão das massas. Não estranha que tanto os conservadores como os tradicionalistas de vários matizes partilhassem o mesmo horror à democracia, vista como degeneração colectiva, e exaltassem a desigualdade social como condição natural dos indivíduos. Para a retórica contrária, a república significava a assunção das massas «ignorantes» que eles cunhavam de «república dos

sapateiros». A república dos «sapateiros» prova que o novo regime também promoveu a ascensão das classes médias e favoreceu a formação de novas elites, ainda que pautadas por relações tensas com o campo conservador. Não espanta que os discursos da reacção centrassem a sua atenção nas questões da «desordem» social que imputavam aos sistemas igualitários, como a república portuguesa.

Quanto ao movimento monárquico, as suas propostas ideológicas vagueavam entre a monarquia constitucional e a monarquia tradicionalista. A restauração monárquica de 1919, ao repor a Carta Constitucional de 1826, provocou uma tensão ideológica que teve o mérito de aprofundar a polémica em torno da chamada «questão doutrinária», que já então minava as relações entre os diferentes segmentos da realeza. O resultado dessa polémica consistiu na vitória definitiva dos princípios conservadores, congregando os novos e os velhos, incluindo D. Manuel, na hostilidade aos velhos preceitos do liberalismo político.

É certo que houve algum esforço por parte do grémio liberal, e em especial de Luís de Magalhães, para actualizar o conceito de tradição, procurando afirmar o liberalismo como a nova tradição do século XX, com as suas conquistas políticas irreversíveis. Mas mesmo este liberalismo conservador tornara-se algo hostil aos valores da democracia e da igualdade política. Configurava antes de mais um liberalismo travestido pela ideologia conservadora e por isso revelava-se tendencialmente antimoderno. A querela ideológica entre os antigos e os novos monárquicos, evocando um velho conflito entre «antigos e modernos», tornou evidente que a evolução da direita monárquica se produziu no sentido de reforçar as posições antiliberais, marcadas pelo antiparlamentarismo, pelo antipartidarismo e pelo repúdio do individualismo. A generalização das soluções orgânicas e corporativas, incorporadas por todas as tendências realistas, revela o contributo da contra-revolução monárquica – e não apenas do Integralismo Lusitano - para a vulgarização desta forma de representação antidemocrática. No global, o pensamento político dos diferentes segmentos monárquicos, apesar das diferenças entre liberais (conservadores) e tradicionalistas, contribuiu para a formação de um imaginário autoritarista que, mesmo distante totalitarismo, não negou o seu apoio às soluções ditatoriais que se impunham em Portugal e na Europa.

Noutro plano, os debates doutrinários do campo monárquico contribuíram para o reforço do imaginário simbólico-cultural do nosso século XX, caracterizado pelo nacionalismo. Em primeiro lugar, concorreram para o sonho imperialista de uma nação que estabelecia a sua identidade a partir desse desígnio colectivo de civilizar. Se o discurso decadentista contribuiu na Europa para explicar a crise das democracias, em Portugal forcejou as «paranóias regeneradoras» que sonhavam com uma nova «Idade do Ouro». Este determinismo rácico, que vislumbrava no liberalismo e na democracia a ruptura com a missão histórica de colonizar, impunha uma política inequivocamente expansionista. O esforço doutrinário protagonizado por políticos, intelectuais e especialmente oficiais africanistas, alimentou a ideologia nacionalista e exaltou os valores patrióticos que acabariam por determinar o imaginário ideológico de boa parte do século XX. Portugal surgia na sua retórica como «Nação Imperial», o que implicava a sua participação na Grande Guerra, vista por alguns como «catástrofe regeneradora» e por todos como «Revolução conservadora». Como seria de esperar, a retórica nacional-imperialista reforçou a crítica à ideologia liberal, entendida como incompatível com projectos colectivos e com os valores patrióticos.

O estudo da contra-revolução e da direita monárquica, se revela a impossibilidade monárquica em Portugal, expõe todavia a formação de um vasto sector político-social dominado pelo conservadorismo filosófico e ideológico. Do confronto parece ressuscitar o conflito secular entre Revolução e Contra-Revolução, entre modernidade e tradição. Parece que ficou demonstrada a imobilidade irredutível das elites conservadoras, incluindo proprietários, industriais e o clero, e a sua necessidade de controlar o Poder e instrumentalizar a dinâmica do Estado. O mundo conservador, que partilhava da utopia regressiva, parecia imbuído de uma nostalgia do passado que impediu a recepção de todas as transformações sociais que apontavam no sentido da democracia moderna. Com a derrota da Monarquia do Norte, a direita monárquica sacrificava a sua existência como alternativa de Poder e de sistema político em Portugal.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes

1.1. Arquivo

Arquivo Distrital da Guarda

- Fundo do General João de Almeida

Arquivo Histórico-Militar

- 1.ª Divisão, 33.ª Secção, cx. 2, Movimentos revolucionários.
- 1.ª Divisão, 34.ª Secção, cxs. 1 a 10, Incursões monárquicas.
- 1.ª Divisão, 35.ª Secção, cxs. 1262, 1263 e 1279, Movimentos Revolucionários, Insubordinações Militares.
- 1.ª Divisão, 36.ª Secção, cx. 13, «Movimentos monárquicos».
- 1.ª Divisão, 37.ª Secção, 62 cxs., «Monarquia do Norte».
- 3.ª Divisão, 6.ª Secção, Tribunal Militar de Celorico de Basto, 1912.
- 3.ª Divisão, 6.ª Secção, Tribunal Militar do Porto, 1919-1921.
- 3.ª Divisão, 6.ª Secção, Tribunal Militar Especial de Lisboa, 1919.
- 3.ª Divisão, 7.ª Secção, Processos Individuais de Oficiais.
- 2.º Tribunal Militar Especial de Lisboa, caixas 159 e 166.

Arquivo Histórico-Diplomático

- Intentonas Monárquicas, 1911 (3P, A 28, M 153 e 153A).
- Refugiados Políticos e outros (3P, A3, M716).
- Revoluções em Portugal (3P, A3, M11, M12, M49, M716).

Biblioteca Nacional de Portugal – Arquivo da Cultura Portuguesa Contemporânea (ACPC)

- Espólio de Aires de Ornelas.
- Espólio de Luís de Magalhães.
- Espólio de Paiva Couceiro.

Instituto dos Arquivos Nacionais - Torre do Tombo

- MI, DGAPC, SP, Correspondência Recebida (1910-1919).
- MI, DGAPC, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião (1911-1912).
- Fundo Particular de José de Arruela.
- Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho.

1. 2. Impressas

Publicações oficiais

Diário da Assembleia Constituinte, 1911.
Diário da Câmara dos Deputados, 1911-1919.
Diário do Senado, 1911-1919.

Periódicos

A Acção Tradicionalista Portuguesa, 1921.
Acção Realista (Lisboa), 1924-1926.
Actualidade (Braga), 1918-1919.
Aléo, Boletim quinzenal de 'Edições Gama' (Lisboa), 1944
A Capital (Lisboa), 1910-1919.
O Correio (Porto), 1913.
Correio da Manhã (Lisboa), 1910-1911; 1921-1927.

A Democracia (Diário Republicano da Manhã), (Lisboa), 1911.
O Dia (Lisboa), 1910-1919.
Diário Ilustrado (Lisboa), 1910-1911.
Diário da Manhã (Lisboa), 1914.
Diário Nacional (Lisboa), 1916-1919.
Ecos do Minho (Braga), 1918-1919.
El Correo de Galicia (Santiago de Compostela), 1910-1912.
O Grito do Povo (Porto) 1910-1913.
A Ideia Nacional (Aveiro), 1915.
Ilustração Católica, 1918-1919.
Instituições Christãs (Coimbra), 1883.
Jornal da Noite (Lisboa), 1915.
O Liberal (Lisboa), 1910-1911, 1916-1919.
A Liberdade (Porto), 1918-1919.
Lusitânia (Lisboa), 1914.
O Nacional (Lisboa), 1915.
A Nação (Lisboa), 1911-1917.
A Ordem (Lisboa), 1918-1919.
A Ordem (Porto), 1918-1919.
Papagaio Real (Lisboa), 1914.
Pátria! (Porto), 1917-1919.
Patria Nova. Semanario Monarchico Académico (Coimbra), 1911-1912.
O Povo da Beira (Tábua), 1911.
O Talassa (Lisboa), 1913-1914.
A Restauração (Lamego), 1914-1915.
Revista Católica (Viseu), 1918-1919.
O Século (Lisboa), 1918-1919.
Vida Nova (Senhora Aparecida), 1911.
A Voz do Direito, Lisboa, 1912.
A Tarde (Lisboa), 1897-1899.

Livros, opúsculos e folhetos

Abreu, Gaspar de, *Memórias Políticas*, vol. 1, Prefácio de Alberto Pinheiro Torres, Braga, [s/e], 1960.

Almeida, Fialho de, *Saibam Quantos… (Cartas e Artigos Políticos)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992.

Almeida (Lavradio), D. José Luís de [Coordenação], *Memórias do Sexto Marquês de Lavradio*, Lisboa, Edições Ática, 1947.

Almeida, João de, *Sul de Angola: relatório de um governo de distrito*, [s/l, s/n], 1912.

[Almeida, João de], *Marrocos Terra Irredenta de Portugal*, Memorial apresentado ao Governo Português por um grupo de nacionais residentes em Marrocos, [s/l, s/n], 1917.

Almeida, João de, *O espírito da raça portuguesa na sua expansão além-mar*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1931.

Almeida, João de, *Em Prol do Comum*, Lisboa, Parceria A. Maria Pereira, 1931.

Almeida, João de, *Nacionalismo e Estado Novo*, Lisboa, 1932.

Almeida, João de, *O Estado Novo*, Lisboa, Parceria A. Maria Pereira, 1932.

Almeida, João de, *O Ressurgimento Ultramarino. Grandeza e Romantismo duma geração*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1933.

Almeida, João de, *A Cooperação dos Nativos na Expansão e na Defesa do Império*, Lisboa, Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934

Almeida, João de, *A Ocupação Portuguesa na África Contemporânea*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1936.

Almeida, João de, *Visão do Crente*, 2.ª ed., Livraria Tavares Martins, Porto, 1937.

Almeida, João de, *O Fundo Atlante da Raça Portuguesa e a sua Evolução Histórica*, Lisboa, Edição do Autor, 1950.

Ameal, João, *Panorama do Nacionalismo Português*, Lisboa, Edição de José Fernandes Júnior, 1932.

Ameal, João, *A Revolução da Ordem*, Lisboa, [s/n], 1932.

Amorim, Diogo Pacheco de, *A Nova Geração*, Lisboa, França & Arménio Livreiros Editores, 1918.

Arcos, Joaquim Paço de, *Memórias da Minha Vida e do Meu Tempo*, vol. 1, Lisboa, Guimarães Editores, 1973.

Beirão Caetano, *Uma Campanha Tradicionalista (com um estudo de António Sardinha),* Lisboa, Livraria Lisbonense, 1919.

Beirão, Caetano, *A Lição da Democracia*, Lisboa, Empresa Diário de Notícias, 1922.

Bryner, Thomaz de Mello (Conde de Mafra), *Diário de um Monárquico 1908-1910*, transcrição, selecção, anotações e nota prévia de Gustavo de Mello Bryner Andersen, s/l, s/e, 1993.

Bryner, Thomaz de Mello (Conde de Mafra), *Diário de um Monárquico 1911-1913*, transcrição, selecção, anotações e nota prévia de Gustavo de Mello Bryner Andersen, s/l, s/e, 1994.

Cabral, António, *As Minhas Memórias Políticas. Em Plena República*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1932.

Cabral, António, *Cartas d'El-Rei D. Manuel II*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1933.

Câmara, Leal da, *Miren Ustedes. Portugal Visto de Espanha*, Porto, Livraria Chardron – Lello & Irmão Editores, 1917.

Cândido, Jacinto, *Memórias Íntimas para o meu filho (1898-1925)*, Prefácio do Dr. José Lopes Dias, Castelo Branco, Estudos de Castelo Branco, Revista de História e Cultura, 1963.

Candido, Zeferino, *O Canhão Vence... A verdade Convence*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1915.

Carqueja, Bento, *O Povo Portuguez*, Porto, Chardron, 1916.

Carvalho, Ribeiro de, *A Rebelião Monárquica em Trás-os-Montes. Relatório Documentado*, Chaves, Tipografia Mesquita, 1919.

Carvalho, Feliciano de (Org.), *Um ano de Ditadura – Discursos e Alocuções*, Lisboa, Lusitânia Editora, 1924.

Carvalho, José Liberato Freire de, *Ensaio Historico-Politico sobre a Constituição e o Governo do Reino de Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, Imprensa Nevesiana, 1843.

Castro, Gonçalo Pereira Pimenta de Castro, *A revolta de Monsanto de Janeiro de 1920*, Porto, Tipografia Mendonça, 1920.

Castro, Gonçalo Pereira Pimenta de Castro, *As Minhas memórias - na metrópole e nas colónias*, vol. 1, Porto, Livraria Progredior, 1947.

Castro, Joaquim Pereira Pimenta de Castro, *O Dictador e a Affrontosa Dictadura*, Weimar, Wagner G. Humbold, 1915.

Cavalheiro, Rodrigues, «Um Inédito de António Sardinha sobre a Monarquia do Norte», Separata da Revista *Sulco* (nºs 15-16), Lisboa, 1968.

Chagas, Álvaro Pinheiro, *O Movimento Monarchico. I O 28 de Janeiro e o 5 de Outubro*, Porto, Leitão & C., 1913.

Chagas, Álvaro Pinheiro, *O Movimento Monarchico. II O Correio da Manhã*, Porto, Leitão & C., 1913.

Chagas, João, *Diário I a IV*, prefácio de João B. Serra, Lisboa, Edições Rolim, 1986.

Christo, Homem, *Banditismo Politico. A Anarchia em Portugal*, vo. I, Madrid, Edição do Autor, 1912.

Cordeiro, Joaquim António da Silva, *A Crise em seus Aspectos Morais*, 2.ª edição, Estudo introdutório, organização e notas de Sérgio Campos Matos, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

Costa, Sousa, *Páginas de Sangue, vol II - Buiças, Costas & C.ª*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães, 1939.

Costa, Sousa, *Heróis Desconhecidos (Lisboa Revolucionária)*, Lisboa, Guimarães, 1935.

Couceiro, Henrique de Paiva, *A Democracia Nacional*, Coimbra, Edição do Autor, 1917.

Couceiro, Henrique de Paiva, «Carta Aberta aos meus amigos e companheiros, *Acção Realista*, ano I, n.º 1, 1-11-1924.

Couceiro, Henrique de Paiva, *O Soldado Prático,* Lisboa, [s/n], 1936.

Couceiro, Henrique de Paiva, *Profissão de Fé*, Lisboa, Edições Gama, 1944.

Crimes (Os) da Formiga Branca, Confidencias verídicas e sensacionaes d'um Juiz de Investigação, Lisboa, Lamas & Franklin, 1915 (folhetos de 16 páginas).

Cruz, Francisco Manso Preto, *Paiva Couceiro - Biografia Política e o In Memoriam*, Lisboa, [s/n], 1946.

D'Arruela, José, *A Monarchia e a Republica. O programma do "Diário da Manhã"*, Lisboa, Typographia Portugueza, 1914.

Dias, Carlos Malheiro, *O Estado Actual da Causa Monarchica*, Lisboa, Edição do Autor, 1912.

Dias, Carlos Malheiro, *Do Desafio à Debandada. I O Pesadelo*, Lisboa, Livraria Classica Editores, 1912.

Dias, Carlos Malheiro, *Do Desafio à Debandada. II Cheque ao Rei*, Lisboa, Livraria Classica Editores, 1912.

Dias, Carlos Malheiro, *Ciclorama Crítico de um Tempo (Antologia)*, Lisboa, Vega, 1982.

Dias, José Lopes, *Cartas Políticas do Marquês do Lavradio a Tavares Proença*, Separata de Estudos de Castelo Branco, Revista de História e Cultura, 1966.

Duarte, Teófilo, *Sidónio Pais e o seu Consulado*, Lisboa, Portugália, 1941.

Fazenda, Pedro, *A Crise Política (Em Portugal)*, Lisboa, Lumen, 1921.

Fernandes, Estêvão Oliveira, *Os Crimes d'uma Defesa Política. Resposta de Estêvão Fernandes Oliveira ao folheto «Os Crimes da Justiça Politica» publicado pelo advogado José Soares da Cunha e Costa*, Minerva Comercial, Évora, 1912.

Ferrão, Carlos, *O Integralismo e a República. Autópsia de um mito*, vol. 1, Lisboa, Inquérito, s/d [1964].

Ferraz, Manuel Inácio, *A Jornada de Monsanto em Defeza da Republica e a Acção do 27 de Abril. Relatório do grande republicano e revolucionário Manuel Ignacio Ferraz*, Lisboa, Centro Republicano 27 de Abril, 1919.

Figueiredo, Avelino de, *A Minha Prisão. O primeiro movimento monárquico em Portugal*, Lisboa, Edição de Autor, 1961.

Fonseca, Martinho da, *D. Mecia Mouzinho de Albuquerque e os Presos Politicos (1912-1914)*, Lisboa, Typ. Do Annuario Commercial, 1914.

Freitas-Branco, Alfredo de, *No Exilio. Scenas da Vida dos Conspiradores Monarchicos*, Lisboa, Livraria Editora, 1917.

Galvão, Henrique, *História do Nosso Tempo (Acção e Obra de João de Almeida 1904-1910)*, Lisboa, s/n, 1931.

Galvão, Manuel de Bethencourt e, *D. Miguel II e o seu Tempo*, Lisboa, Edições Gama, 1943.

Gasset, Ortega y, *Obras Completas*, Tomo I, Madrid, Taurus, 2004.

Gomes, Costa, *Memórias*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1930.

Gomes, Manuel Teixeira, *Correspondência I - Cartas para Políticos e Diplomatas* (colectânea, introdução e notas de Castelo Branco Chaves), Lisboa, Portugália Editora, 1960.

Jacome, Mário de Paiva, *A Guerra Actual e a Evolução da Sociedade*. Lisboa, Imprensa da Livraria Ferin, 1918.

Le Bon, Gustave, *Psicologia das Multidões*, Lisboa, Delraux, 1980.

Leal, Cunha, *As Minhas Memórias*, vol. II, «Na periferia do Tufão De 1 de Janeiro de 1917 a 28 de Maio de 1926», Lisboa, Edição de Autor, 1967.

Legislação Eleitoral Portuguesa (1820-1926), organização e introdução de Pedro Tavares de Almeida, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros e Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

Leitão, Joaquim, *Diário dos vencidos. Subsídios para a Historia da revolução de 5 de Outubro*, Porto, Edição do Autor, 1911.

Leitão, Joaquim, *A Bandeira dos Emigrados (Repellindo uma Affronta*), Porto, Edição do Autor, 1912.

Leitão, Joaquim, *A Entrevista. Sem santo nem senha*, Porto, Edição do Autor, 1914.

Leitão, Joaquim, *Couceiro, O Capitão Phantasma*, Porto, Edição do Autor, 1914.

Leitão, Joaquim, *Em Marcha para a 2ª Incursão*, Porto, Edição do Autor, 1915.

Leitão, Joaquim, *O Ataque a Chaves*, Porto, Edição do Autor, 1916.

Leitão, Joaquim, *Annaes Políticos da Republica Portuguesa. I Da Proclamação da Republica ás Primeiras Tentativas de Restauração (Outubro de 1910 – Março de 1911)*, Porto, Magalhães & Moniz Editores, 1916.

Lima, Campos, *O Reino da Traulitânia. 25 dias de reacção monárquica no Porto*, Porto, Renascença Portuguesa, 1919.

Lupi, Eduardo, *Aires de Ornelas*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1936.

Madureira, Jorge, *Na Fermosa Estrivaria (Notas d'um Diario Subversivo)*, Lisboa, Livraria Classica Editora, 1912.

Magalhães Joana Inês de Lemos Coelho de, *Luiz de Magalhães. A sua evolução espiritual*, Separata do Vol. XXV do *Arquivo do Distrito de Aveiro,* Aveiro, 1959.

Magalhães, Luís de, *Eduardo VII. Elogio Histórico Pronunciado na Sessão Solemne da Liga Monarchica do Porto em 20 de Junho de 1910*, Porto, Magalhães & Moniz, 1910.

Magalhães, Luís de, *Portugal e a Guerra*, Coimbra, França & Amado, 1915.

Magalhães, Luís de, *Perante o Tribunal e a Nação. A Monarquia do Norte e o Julgamento da Junta Governativa do Reino*, Coimbra, Coimbra Editora, 1925.

Magalhães, Luís de, *Tradicionalismo e Constitucionalismo: estudos de história e política nacional*, Porto, Chardron, 1927.

Magalhães, Luís de, *A Crise Monarchica. Documentos para a Historia e Liquidação de Responsabilidades*, Porto, Livraria Lello, 1934.

Magro, Abílio, *A Revolução de Couceiro*, Porto, Imprensa Moderna, 1912.

[Margaride] Alberto Cardoso Martins de Meneses Macedo, *O Combate de Vila Real em 8 de Janeiro de 1919*, Tip. Minerva Vimaranense, Guimarães, 1921.

Margaride, Alberto [Cardoso Martins de Meneses Macedo], [folheto sem título], 1928.

Margaride, Alberto [Cardoso Martins de Meneses Macedo], *A Hora da Justiça*, Vila Nova de Famalicão, Tipografia Minerva, 1934

Martins, Rocha, *Memórias Sobre Sidónio Pais*, Lisboa, Edição da Sociedade Editorial ABC Limitada, 1921.

Martins, Rocha, *A Monarquia do Norte*, 2 vol., Lisboa, ABC, 1922.

Martins, Rocha, *D. Manuel II. História do seu Reinado e da Implantação da República*, Lisboa, Edição de Autor, 1931.

Martins, Rocha, *Vermelhos, Brancos e Azuis*, 3 vol., Lisboa, Organizações Crisalis, 1948-1951.

Martins, Rocha, *O Regicídio*, Lisboa, Bonecos Rebeldes, 2007.

Mello, Maria Teresa de Souza Botelho e, *Memórias da Condessa de Mangualde Incursões Monárquicas 1910-1920*, prefácio de Vasco Pulido Valente, Lisboa, Quetzal Editores, 2002.

Moncada, Luís Cabral de, *Memórias Ao longo de uma vida (Pessoas, factos, ideias) 1888-1974*, Lisboa, Editorial Verbo, 1992.

Moniz, Egas, *Um Ano de Política*, Lisboa, Portugal-Brasil Limitada Editora, 1919.

Na Morre de Sidónio Pais (Com uma nota referente ao actual momento político em Portugal), Tuy, Tipografia Regional, 1919.

A Obra da República, Separata do Jornal *A Monarquia* Lisboa, [s/n], 1919.

Ornelas, Aires de, *A nossa administração colonial. O que é, o que deve ser*, Conferência realizada na Sociedade de Geografia em a noite de 30 de Novembro de 1901, Lisboa, 1903.

Ornelas, Aires de, *Política Marítima Nacional*, Conferência realizada na Sede da Liga naval Portuguesa, Lisboa, Liga naval Portuguesa (Centro Typographico Colonial) 1910.

Ornelas, Aires de, *As Doutrinas Políticas de Charles Maurras*, Livraria Portugal Editora, Lisboa, 1914.

Ornelas, Aires de, *Um Ano de Guerra (Agosto de 1914 a Agosto de 1915)*, Porto, Magalhães & Moniz, 1916.

Ornelas, Aires de, *O Império Colonial Português perante a Guerra Actual*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1917.

Ornelas, Aires de, *Segundo Ano de Guerra (Agosto de 1915 a Agosto de 1916)*, Porto, Magalhães & Moniz, 1918.

Ornelas, Aires de, *O Ultramar Português. O que foi e o que é perante o conflito actual*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1919.

Pabón, Jesús, *La Revolución Portuguesa (De Don Carlos a Sidónio Pais)*, Madrid, Espasa-Calpe, S.A., 1941.

Penela, Conde de, *Negocios, Torpezas e vicios danosos a la Salud del Pueblo de Portugal*, Vigo, 1919.

Pimenta, Alfredo, *Politica Portuguesa. Elementos para a Solução da Crise Nacional*, Coimbra, Moura Marques, 1913.

Pimenta, Alfredo, *A Significação Philosophica da Guerra Europeia. O Imperialismo Contemporâneo*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1915.

Pimenta, Alfredo, *Politica Monarchica*, Lisboa, Empresa Lusitana Editora, s/d, [1917].

Pimenta, Alfredo, *A Situação Politica*: conferencia realisada no Salão Nobre da Liga Naval Portugueza, na noite de 26 de Fevereiro de 1918, Lisboa, Livraria Ferreira, 1918.

Pimenta, Alfredo, *A Revolução Monarchica*, Lisboa, Edição do Autor, 1919.

Pimenta, Alfredo (Org.), *Cartas Políticas de D. Manuel II*, Com um prefácio de um «Monarchico», Lisboa, Portugália, 1922.

Pimenta, Alfredo, *Nas Vésperas do Estado Novo*, Lisboa, Nova Arrancada, 1998.

Pimentel, João Sarmento, *Memórias do Capitão*, Porto, Editorial Inova, 1974.

Proença, Raul, *Polémicas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988.

Questão (A) Dinástica. Documentos para a Historia mandados coligir pela Junta Central do Integralismo Lusitano, Lisboa, Empresa Nacional de Industrias Gráficas, 1921.

Ramos, Júlio Gonçalves, *Um Anjo Visível Homenagem a D. Constança Telles da Gama (Cascaes)*, Lisboa, Typographia Portugueza, 1913.

Rangel, Joaquim, *Um Episódio da Monarquia do Norte*, Porto, [s/ed.], 1932.

Raposo, Hipólito, *Folhas do meu Cadastro*, vol. 1 (1911-1925), Lisboa, Edições Gama, 1945

Relvas, José, *Memórias Políticas*, 2 vol., prefácio de João Medina e apresentação de notas de Carlos Ferrão, Lisboa, Terra Livre, 1977.

Salazar e Pimenta. Correspondência 1931-1950, Prefácio de Manuel Braga da Cruz, Lisboa, Verbo, 2008.

Santos, Machado, *A Revolução Portugueza 1907-1910,* prefácio de António Reis, Lisboa, Sextante Editora, 2007.

Santos, Machado, *A Ordem Publica e o 14 de Maio*, Papelaria e Tipografia Liberty, Lisboa, 1916.

Sardinha, António, *O Valor da Raça. Introdução a uma Campanha Nacional*, Lisboa, Almeida Miranda Sousa, 1915.

Sardinha, António, *Processo dum Rei*, Lisboa, Livraria Civilização Editora, 1937.

Sardinha, António*, Ao Princípio era o Verbo*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Restauração, 1959.

Separação (A). Decreto com força de lei de 20 de Abril de 1911. As Reclamações dos Catholicos (publicação feita por um grupo de catholicos de Lisboa), relator e editor Domingos Pinto Coelho, Lisboa, Typographia da Papelaria Progresso, 1913.

Silva, M. Abúndio da, *Cartas a um Abade. Alguns aspectos da Questão Político-religiosa em Portugal*, Braga, Cruz e C.ª Livreiros Editores, 1913.

Soares, A. Ferreira, *Viana Na Insurreição de 1919. Impressões e Notas*, Ponte de Lima, Tipografia Guimarães, 1920.

Sotto-Mayor, D. Miguel, *A Realeza de D. Miguel. Resposta a um livro do sr. Tomaz Ribeiro* [1ª edição, 1882], Prefácio de João Ameal, Coimbra, Livraria Atlântida, 1929.

Sousa, António Pereira de, *No Julgamento de Couceiro (Discurso de defesa proferido no tribunal do 2.º distrito criminal desta cidade em 17 de Junho de 1912*, Porto, Edição do Autor, [s/d].

Teixeira, Luís, *Heróis da Ocupação*, Lisboa, Editorial Ática, 1943.

Valente, Manuel, *A contra-revolução monarchica*, Porto, Edição do autor, 1912.

2. Bibliografia

2.1. Histórias de Portugal, Histórias Gerais, Cronologias, etc.:

Ameal, João, *História de Portugal*, IV Edição, Porto, Livraria Tavares Martins, 1958.

Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano (Dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. 4, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004.

Bethencourt, Francisco e Chaudhuri, Kirti, *História da Expansão Portuguesa*, vol. 4, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 1998.

Brandão, Fernando de Castro, *A I República Portuguesa. Uma cronologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

Broz, Bernard, Rowley, Anthony, *História do Século XX*, 1.º vol., 2.ª ed., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1999.

Maltez, José Adelino, *Tradição e Revolução. Uma biografia de Portugal Político do século XIX ao XXI*, vol. II, Lisboa, Tribuna, 2005.

Marques, A. H. Oliveira, *História de Portugal*, Vol. III, Das Revoluções liberais aos nossos dias, 13.ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1998.

Medina, João (dir.), *História de Portugal*, Amadora, Ediclube, vols. XIII e XIV, s/d.

Peres, Damião (Dir.), *História de Portugal*, Suplemento I, Lisboa, Barcelos Portucalense, 1954.

Ramos, Rui, «A Segunda Fundação», in Mattoso, José (dir.) *História de Portugal*, vol. 6, [s/l], Círculo de Leitores, 1995.

Roberts, J. M., *História do Século XX*, vol. 1, Lisboa, Editorial Presença, 2007.

Serrão, Joel e Marques, A. H. Oliveira (Dir.), *Nova História de Portugal*, vol. IX «Portugal e a Instauração do Liberalismo», Lisboa, Editorial Presença, 2002.

Serrão, Joel e Marques, A. H. Oliveira (Dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. X «A Regeneração», Lisboa, Editorial Presença, 2004.

Torgal, Luís Reis, Catroga, Fernando, Mendes, José Amado, *História da História em Portugal séculos XIX-XX*, 2 vol., Lisboa, Temas e Debates, 1998.

2.2. Artigos e livros

Afonso, Aniceto, *História de uma Conspiração. Sinel de Cordes e o 28 de Maio*, Lisboa, Notícias Editorial, 2000.

Alexandre, Valentim, «Nação e Império», in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa*, vol. 4, [s/l], Círculo de Leitores, 1998.

Alexandre, Valentim, *Velho Brasil Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Edições Afrontamento, 2000.

Allegro, José Luciano Sollari, *Para a História da Monarquia do Norte*, Lisboa, Bertrand, 1988.

Almeida, Pedro Tavares de, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista*, Lisboa, Difel, 1991.

Almeida, Pedro Tavares de, Fernandes, Paulo Jorge, Santos, Marta Carvalho dos, "Os deputados da 1ª República Portuguesa: inquérito prosopográfico", *Revista de História das Ideias*, vol. 27, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 2006, pp. 399-417.

Almeida, Pedro Tavares de, Marques, Tiago Pires (Org.), *Lei e Ordem Justiça Penal, Criminalidade e Polícia nos Séculos XIX-XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

Andrade, Maria Ivone de Ornellas de, *A Contra-Revolução em Português José Agostinho de Macedo*, vol. II, Lisboa, Edições Colibri, 2004.

Arendt, Hannah, *Entre o Passado e o Futuro. Oito Exercícios sobre o Pensamento Político*, Lisboa, Relógio d'Água Editores, 2006.

Arostegui, Júlio (ed), "Violencia y Política en España", in *Ayer*, 13, Madrid, Marcial Pons, 1994.

Arrifes, Marco Fortunato, *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa. Angola e Moçambique (1914-1918)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2004.

Artola, Miguel, *Partidos y Programas Politicos 1808-1936*, 2 tomos, Madrid, Aguilar, 1974.

Baiôa, Manuel (ed.), *Elites e Poder. A crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri e Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedade da Universidade de Évora, 2004.

Barreira, Cecília, *Nacionalismo e Modernismo. De Homem Cristo Filho a Almada Negreiros*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1981.

Brito, António José de, *Reflexões acerca do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Editorial Verbo, 1965.

Burgos, Manuel Espadas, *Alfonso II y Los Orígenes de la Restauración*, Madrid, C.S.I.C., 1975.

Caeiro, Joaquim Manuel Croca, *Os Militares no Poder. Uma análise histórico-política do liberalismo à revisão constitucional de 1959*, Lisboa, Hugin Editores, 1997.

Calzada, Pablo Cepeda, *Las Ideas Políticas de Ortega e Gasset*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1968.

Canal, Jordi, «A contra-revolução em movimento: carlismo e violência política em Espanha (1876-1939)», *Ler História*, n.º 46, Lisboa, 2004, pp. 161-191.

Canal, Jordi, *El Carlismo. Dos siglos de contrarrevolución en España*, Madrid, Alianza Editorial, 2004.

Canfora, Luciano, *A Democracia. História de uma Ideologia*, Lisboa, Edições 70.

Cannadine, David (Coordenação), *Que é a História Hoje?*, Lisboa, Gradiva, 2006.

Carr, Raymond, *España: de la Restauración a la democracia, 1875-1980*, Barcelona, Ariel, 1983.

Carrilho Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

Carvalho, Paulo Archer de, «Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista», in *Revista de História das Ideias*, vol. 18, Coimbra, Instituto de História das Ideias, 1996, pp. 231-243.

Carvalho, Paulo Archer de, «Três teses sobre a ucronia e a floresta utópica. A propósito do Integralismo Lusitano», in *Revista de História das Ideias*, vol. 24, Instituto de História das Ideias , Coimbra, 2003, 357-414.

Castelo-Branco, Miguel, *Homem Cristo Filho. Do Anarquismo ao Fascismo*, Lisboa, Nova Arrancada, 2001.

Catroga, Fernando, «Os inícios do Positivismo em Portugal. O seu significado político-social», in *Revista de História das Ideias*, n.º 1, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 1977, pp. 287-394.

Catroga, Fernando, «O Problema Político em Antero de Quental. Um confronto com Oliveira Martins», Separata da *Revista de História das Ideias*, vol. III, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 1981, pp. 1-180.

Catroga, Fernando, «O Laicismo e a questão religiosa em Portugal», in *Análise Social*, vol. XXIV (100), 1988, (1º.).

Catroga, Fernando, *O Republicanismo em Portugal. Da Origem ao 5 de Outubro*, 2 vol., Coimbra, Faculdade de Letras, 1991.

Catroga, Fernando, «O livre-pensamento contra a Igreja. A evolução do anticlericalismo em Portugal (séculos XIX e XX)», in *Revista de História das Ideias*, vol. 22, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 2001, pp. 255-354.

Catroga, Fernando, *Entre Deuses e Césares. Secularização, Laicidade e Religião Civil*, Coimbra, Almedina, 2006.

Catroga, Fernando, Carvalho, Paulo Archer de, *Sociedade e Cultura Portuguesas II*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994.

Compagnon, Antoine, *Los antimodernos*, Barcelona, Acantilado, 2007.

Cruz, Manuel Braga da, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1980.

Cuevas, Pedro Carlos González, *El Pensamiento político de la derecha española en el siglo XX. De la crisis de la Restauración al Estado de partidos (1898-2000),* Madrid, Tecnos, 2005.

Cunha, Norberto Ferreira da, «A ordem e a pátria na acção de um presidente da república monárquico: Canto e Castro», in *Revista de História das Ideias*, vol. 27, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 2006, pp. 359-397.

Desvignes, Ana Isabel Sardinha, *António Sardinha (1887-1925) Um Intelectual no Século*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2006.

Dias, José Lopes, «O Batalhão Académico de Coimbra de 1919», in *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, n.º 48-49, Abril/Julho – 1974, pp. 20-47.

Eccleshall, Robert et alli, *Ideologías Políticas*, 2ª ed., Madrid, Tecnos, 2004.

Fava, Fernando Mendonça, «Houson Stewart Chamberlain. Apontamento breve», *Cadernos do CEIS20*, nº. 5, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2007.

Fava, Fernando Mendonça, «Canto e Castro – Um monárquico na Presidência da República», *Cadernos do CEIS20*, nº. 8, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2008.

Fernandes, António Teixeira, *Os Fenómenos Políticos. Sociologia do Poder*, 2.ª ed., Porto, Edições Afrontamento, 1998.

Ferreira, David, *História Política da I República Portuguesa (1910-1915)*, 2 vol. Lisboa, Livros Horizonte, 1973.

Ferreira, José Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

Fraga, Luís Alves de, "Portugal na Grande Guerra – Uma mudança estratégica?", in *Revista de História das Ideias*, vol. 27, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 2006, pp. 323-357.

Fraga, Luís Alves de, *General Tomás Garcia Rosado. O Outro Comandante do C.E.P. – França*, Lisboa, Prefácio, 2006.

Garnel, Maria Rita Lino, *Vítimas e Violências na Lisboa da I República*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

Gauchet, Marcel, *L'Avènement de la Démocratie II La Crise du Libéralisme*, Paris, Gallimard, 2007.

Gengembre, Gerard, *La Contre-Revolution ou L'histoire Désespérante*, Paris, Editions Imago, 1989.

Gilbert, Martin, *A Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007.

Godinho, Vitorino Magalhães, *Vitorino Henriques Godinho. Pátria e República*, Lisboa, Assembleia da República e D. Quixote, 2005.

Gómez, Hipólito de La Torre e Marques, A. H. de Oliveira, *Contra-revolução. Documentos para a História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Perspectivas e realidades, 1985.

Gómez, Hipólito de la Torre, *Conspiração contra Portugal 1910-1912*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

Gómez, Hipólito de la Torre, *Na Encruzilhada da Grande Guerra. Portugal-Espanha 1913-1919*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

Gómez, Hipólito de la Torre, *Do "Perigo Espanhol" à Amizade Peninsular 1919-1930*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

Gray, John, *O Liberalismo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988.

Guerreiro, Jerónimo, *Monsenhor Aloisi Masella e o Arcebispo de Évora D. Augusto Eduardo Nunes (1918-1920)*, Évora, [s/n], 1968.

Habermas, Jurgen, *O Discurso Filosófico da Modernidade*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1990.

Hobsbawm, Eric, *A Era dos Extremos. História Breve do Século XX 1914-1991*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1985.

Hobsbawm, Eric, *A Questão do Nacionalismo. Nações e nacionalismo desde 1780*, 2ª. Ed., Lisboa, Terramar, 2004.

Holmes, Stephen, *The Anatomy of Antiliberalism*, Cambridge, Harvard University Press, 1996.

Homem, Amadeu Carvalho, *A Ideia Republicana em Portugal. O Contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Minerva História, 1989.

Homem, Amadeu Carvalho, *O Primeiro Conde de Arnoso e o seu Tempo*, V. N. de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1998.

Homem, Amadeu Carvalho, *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage, 2001.

Homem, Amadeu Carvalho, "Constituição de 1911: Programa de uma Burguesia Livre-Pensadora", in *História*, n.º 43, Março de 2002, pp. 32-37.

Homem, Amadeu Carvalho (coordenação), *Um Século de Lutas Académicas*, Coimbra, Editorial Moura Pinto, 2007.

Homem, Amadeu Carvalho, et al., *Progresso e Religião. A República no Brasil e em Portugal 1889-1910*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007.

Homem, Amadeu Carvalho, «Riso e Poder. Uma abordagem teórica da caricatura política», in *Revista de História das Ideias,* vol. 28, Coimbra, Faculdade de Letras, 2007, pp. 697-721.

Juliá, Santos (Direcção), *Violencia política en la España del siglo XX*, Madrid, Taurus, 2000.

Leal, Ernesto Castro, «Quirino Avelino de Jesus, um católico «pragmático»: notas para o estudo crítico da relação existente entre publicismo e política (1894-1926)», in *Lusitânia Sacra*, 2.ª série, 6, Lisboa, 1994, pp. 335-389.

Leal, Ernesto Castro, *Nação e Nacionalismos. A Cruzada nacional Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

L'Heuillet, Hélène, *Alta Polícia Baixa Política. Uma visão sobre a Polícia e a relação com o Poder*, Lisboa, Notícias Editorial, 2004.

Lipset, Seymour Martin, *Consenso e Conflito*, Lisboa, Gradiva, 1992.

Loia, Luís, *Liberalismo Constitucional 1826-1926. O Pensamento Político de Luís de Magalhães*, Lisboa, Tribuna, 2008.

Lopes, Fernando Farelo, *Poder Político e Caciquismo na 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

Macedo, Jorge Borges de, «Para um estudo estrutural dos movimentos revolucionários portugueses. Ensaio de formalização concreta», in *Estudos Portugueses. Homenagem a António José Saraiva,* Lisboa, Ministério da Educação, 1990, pp. 193-213.

Madureira, Arnaldo, *A Questão Religiosa na I República. Contribuições para uma autópsia*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

Marcet, Sílvia Enrich, *Las Tentativas de Restauración Monárquica Portuguesa en Relación con España (1911-1912)*, Salamanca, Caja Duero, 2004.

Marques, A. H. Oliveira, *A Primeira República Portuguesa*, 3.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1980.

Marques, Fernando Pereira, *Exército e Sociedade em Portugal*, Lisboa, Alfa, 1989.

Martínez, Soares, *A República Portuguesa e as Relações Internacionais [1910-1926]*, Lisboa, Editorial Verbo, 2001.

Martinó, António M., *João de Azevedo Coutinho Marinheiro e soldado de Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2002.

Matos, Sérgio Campos, *Historiografia e Memória Nacional*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.

Matos, Sérgio Campos, «História e Ficção em Oliveira Martins. Imagens de Degenerescência», in *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2000.

Matos, Sérgio Campos (Coord.), *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.

Medina, João, *Salazar, Hitler e Franco*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000.

Meneses, Filipe Ribeiro de, *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

Morais, Jorge, *Com permissão de Sua Majestade. Família Real Inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*, s/l, Via Occidentalis, 2005.

Moura, Maria Lúcia de Brito Moura, *A Guerra Religiosa na Primeira República*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.

Neto, Vítor, «A Questão Religiosa na 1ª República – A posição dos padres pensionistas», separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 9, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 1987.

Neto, Vítor, *O Estado, A Igreja e a Sociedade (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

Neto, Vítor, «Abel Botelho. Quadros de Patologia Social», in *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2000.

Neto, Vítor, «O Nacionalismo Católico em Jacinto Cândido», in *Revista de História das Ideias*, vol. 22, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 2001, pp. 395-417.

Nisbet, Robert, *O Conservadorismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1987.

Novais, Noémia Malva, *João Chagas. A Diplomacia e a Guerra (1914-1918)*, Coimbra, Minerva Coimbra, 2006.

Parker, Noel, *As Revoluções e a História. Ensaio Interpretativo*, Lisboa, Temas e Debates, 2001.

Pereira, Ana Leonor, «Raças e História: imagens nas décadas finais de oitocentos», separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 14, Faculdade de Letras, Coimbra, 1992.

Pinto, José António Faria, «O Imparcial (1912-1919). Um Jornal da Resistência Católica à Primeira República», in *Studium Generale*, nº. 0, Porto, *Editora*, 1979.

Pinto, Paulo Mendes, *António Xavier Correia Barreto. Biografia de um Presidente do Senado*, Lisboa, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2002.

Pires, António Machado, *A Ideia de Decadência na Geração de 70*, 2.ª ed., Lisboa, Veja, 1992.

Proença, Maria Cândida, *D. Manual II*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005.

Quintas, José Manuel, *Filhos de Ramires. As origens do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Editorial Nova Ática, 2004.

Ramalho, Miguel Nunes, *Sidónio Pais Diplomata e Conspirador (1912-1917)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2001.

Ramalho, Miguel Nunes, *A Opressão Salazarista e a Força da Liberdade. Alfredo de Sousa, um resistente*, Lisboa, Prefácio, 2007.

Ramos, A. Jesus, «A Igreja e a república», separata de *Didaskalia*, vol. XIII, 1983.

Ramos, Rui, *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

Ramos, Rui, «Sobre o carácter revolucionário da Primeira República Portuguesa (1910-1926): uma primeira abordagem», in *Polis*, n.os 9/12, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2003, pp. 5-60.

Ramos, Rui «Foi a Primeira República um regime liberal? Para uma caracterização política do regime republicano português entre 1910 e 1926», in Manuel Baiôa (ed.), *Elites e Poder. A crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri e Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedade da Universidade de Évora, 2004, pp. 185-246.

Ramos, Rui, «Para uma história política da cidadania em Portugal», *Análise Social*, vol. XXXIX (172), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2004, pp. 547-569.

Reis, António (Coord. Científica), *As Grandes Correntes Políticas e Culturais do Século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2003.

Rémond, René, *Les Droits en France*, Paris, Edition Aubier, Montaigne, 1982.

Rémond, René, *Introdução à História do Nosso Tempo. Do Antigo Regime aos Nossos Dias*, Lisboa, Gradiva, 1994.

Renault, Alain (dir.), *História da Filosofia Política 4. As Críticas da Modernidade Política*, Lisboa, Instituto Piaget, 2002.

Ruano-Borbalan, Jean-Claude (Coord.), *L'Histoire aujourd'hui*, Auxerre, Éditions Sciences Humaines, 1999.

Samara, Maria Alice, *Verdes e Vermelhos: Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.

Santos, Joaquim António Fernandes dos, *Do Império da Raça à «Raça do Império» (Etnicidade e Colonialismo, 1870-1914)*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Coimbra, Faculdade de Letras, 2002.

Santos, Miguel Dias, «Os monárquicos e o sidonismo», in *História*, n.º 32, Lisboa, Janeiro de 2001, pp. 10-16.

Santos, Miguel Dias, *Os Monárquicos e a República Nova*, Coimbra, Quarteto Editora, 2003.

Santos, Miguel Dias, «Imperialismo e ressurgimento nacional. O contributo dos monárquicos africanistas», in *Estudos do Século XX*, nº 3, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2003, pp. 83-112.

Santos, Miguel Dias, «Luís de Magalhães, Oliveira Martins e a 'Vida Nova'», in *Revista de História das Ideias,* vol. 24, Coimbra, Faculdade de Letras, 2003, pp. 311-353.

Santos, Miguel Dias, *Arlindo Vicente e o Estado Novo. História, cultura e política*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006.

Santos, Miguel Dias, «O Mito da Atlântida nas leituras historiográficas do nacionalismo monárquico», in *Estudos do Século XX*, n.º 8, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2008, pp. 277-291.

Silva, Armando B. Malheiro da, *Miguelismo Ideologia e Mito*, Coimbra, Livraria Minerva, 1993.

Silva, Armando B. Malheiro da, Damásio, Luís Pimentel de Castro, *António Cândido, Sidónio Pais e a elite política amarantina, 1850-1922*, Amarante, Câmara Municipal de Amarante, 2000.

Silva, Armando B. Malheiro da, «A escrita da história da I República Portuguesa», in *Ler História,* 38 (2000), pp. 197-254.

Silva, Armando Malheiro da*, Os conspiradores do sul da Galiza: as incursões monárquicas (1911-1912) na literatura portuguesa*, Braga, Real Associação, 2001.

Silva, Armando B. Malheiro da Silva, *Sidónio e o Sidonismo*, 2 vol., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

Silva, Francisco Ribeiro da (Introd. e notas), *Coronel Hélder Ribeiro. Correspondência recebida (1902-1931)*, Porto, Universidade Portucalense e Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, 1997.

Silva, Helena Moreira da, «Monarquia do Norte 1919», in *Batalhas da História de Portugal*, Porto, Quidnovi, 2006.

Sternhell, Zeev (org.), *O Eterno Retorno. Contra a Democracia a Ideologia da Decadência*, Lisboa, Bizâncio, 1999.

Sternhell, Zeev, *Maurice Barres et le nationalisme français*, Paris, Fayard, 2000.

Tavares, José, «Aveiro contra a 'traulitânia'», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, n.º 157, Janeiro, Fevereiro e Março 1974, pp. 27-37.

Teixeira, Nuno Severiano, *O Poder e a Guerra 1914-1918. Objectivos na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

Teixeira, Nuno Severiano, Pinto, António Costa (Coord.), *A Primeira República entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.

Telo, António José, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português,* Lisboa, Biblioteca Ulmeiro, 1977.

Telo, António José, *Decadência e Queda da 1ª República*, 2 vol., Lisboa, A Regra do Jogo Edições, 1980-1984.

Témime, É., Broder, A., Chastagnaret, G., *Historia de la España contemporánea. Desde 1808 hasta nuestros días*, Barcelona, Editorial Ariel, 1985.

Thiesse, Anne-marie, *A Criação das Identidades Nacionais*, Lisboa, Temas e Debates, 2000.

Torgal, Luís Reis, *Tradicionalismo e Contra-Revolução. O Pensamento e a Acção de José da Gama e Castro*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1973.

Torgal, Luís Reis, *António José de Almeida e a República*, selecção de imagens de Alexandre Ramires, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004.

Valente, Vasco Pulido, *A «República Velha» (1910-1917)*, Lisboa, Gradiva, 1997.

Valente, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo*, [s/l], Círculo de Leitores, 1999.

Valente, Vasco Pulido, *Os militares e a Política (1820-1856)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

Valente, Vasco Pulido, *Um Herói Português. Henrique de Paiva Couceiro (1861-1944)*, Lisboa, Aletheia Editores, 2006.

Ventura, António, *Anarquistas, Republicanos e Socialista em Portugal. As convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

Vera, Cristián Garay, «Nacionalismo, Tradicionalismo, Conservadurismo y Liberalismo censitário. Aproximaciones para el debate», in *Revista de Historia*, año 9-10, vol. 9-10, 1999-2000.

Vincent-Smith, Jonh, *As Relações Políticas Luso-Britânicas 1910-1916*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975.

Volovitch, Marie-Christine, «As organizações católicas perante o movimento operário em Portugal (1900-1912), in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982, 3.º-4.º-5.º, pp. 1197-1210.

Weber, Max, *Três Tipos de Poder e outros Escritos*, Lisboa, Tribuna, 2005.

Wheeler, Douglas L. *História de Portugal 1910-1926*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1978.

Anexos

Anexo 1

Carta de D. Manuel a Luís de Magalhães, de 16-12-1910

(BNL, ELM, doc. 9424)

«[…] Subi ao trono no dia 1 de Fevereiro de 1908: o início da minha vida pública foi, subir os degraus desse trono, que estavam manchados e embebidos do sangue dos meus sempre chorados Pai e Irmão!; eu mesmo estava ferido. Falei no fundo da minha alma, a minha dor, o meu sofrimento e o meu [?] por tudo e por todos. Era o meu dever! Nem tempo tive chorar aqueles entes tão queridos que me tinham sido roubados! No dia seguinte o Conselho de Estado; apenas faltou um dos seus membros por estar de cama gravemente doente; era o conselheiro Ant.º E. de Sá Brandão. Todos os presentes, depois de eu ter dito, que subindo ao trono em aquelas trágicas consequências, sem experiência, queria ouvir o conselho d'Estado, todos repito, disseram que se devia formar um ministério de concentração. Já antes do conselho, João Franco me tinha dito «que não podia continuar na presidência do Conselho!» Foi um erro deixá-lo sair?! Não o posso dizer; mas seja como for não tenho nesse acto responsabilidade alguma. O meu querido Luís de Magalhães, compreende bem que isto tudo é uma carta particular na qual escrevo o que me vai na alma! Formaram-se então seguidamente diferentes governos. Lembro-me bem de uma vez, ainda não há um ano, estive falando com o João Franco, perto de três horas e perguntei-lhe a sua opinião pedindo-lhe o seu conselho sobre um ponto de política. Respondeu-me João Franco: «Meu senhor permita V. M. que eu não dê a minha opinião e sobretudo um conselho; pois após 1 de Fevereiro perdi por completo a confiança que tinha em mim, não tenho pois autoridade para responder». O que foram as dificuldades ninguém sonha e não desejo ao meu pior inimigo a vida que eu tinha. Era uma luta constante e permanente contra todos! Fui menos [...] atacado pelos republicanos do que pelos monárquicos; monárquicos se assim podem chamar aqueles que mendigavam um sorriso meu e que hoje andam de rostos na lama diante daqueles que eram os inimigos das instituições e do Rei que haviam jurado

defender. Portugal era na verdade como dizia o meu querido pai «uma monarquia sem monárquicos». Por todos era atacado e que por processos! Os da esquerda com mais fel ainda do que os republicanos, atacavam-me porque eu era reaccionário, porque eu era dominado por influências nefastas, porque eu era católico praticante. Os da direita, uns em nome da cruz e do altar atacavam-me porque era jacobino, porque estava também sob influências nefastas que me queriam obrigar a perseguir a religião; outros em nome da lei e da ordem, insultavam-me, assim, como os outros, e pior do que isso, insultavam a minha santa mãe!!!! E porque razão procediam assim? Porque eu dizia alto e bom som o que pensava, porque eu dizia que os três grandes males em Portugal eram; a retórica, o empenho e a teoria (?); porque eu pregava o que era o dever! [...] O Dever! Palavra que não existe praticamente na língua portuguesa; [...] São as três malfadadas palavras: «retórica, empenho, teoria. Essas as três palavras são 3 teoremas, aos quais se junta outro, «a política». Deles se deduzem inúmeros corolários, que causaram a queda da monarquia! Retórica! Todos queriam falar a maior parte das vezes sem saber o que diziam. [...] Empenho; para satisfazer um amigo saltava-se por cima de tudo, e em lugar de se obedecer à lei, mandava-se pelo empenho. Assim se foi fazendo um núcleo enorme de descontentes; [...] teoria: todos sabiam muito... em teoria, o resultado prático não se via. [...] E ainda falta a política. Em Portugal, como tudo aproximadamente estava degenerado, a política tinha degenerado em "politiquices". Tudo obedecia a essa politiquice mesquinha! Um homem quis lutar contra isso: João Franco: não pôde; e nesta queda desapareceram meu querido pai e irmão! [...] Durante os meus 32 meses de infeliz reinado tive sempre a impressão que andava num terreno lamacento: dava um passo para a direita, enterrava o pé direito, dava um passo para a esquerda enterrava o pé esquerdo. Todo o apoio que eu procurava fugia debaixo dos pés e eu encontrava-me, politicamente só, abandonado, como só abandonado me encontrei no dia da revolução, tendo apenas comigo 10 pessoas da minha casa e o ministro de Espanha. [...] Comecei o meu reinado aos 18 anos, na mais trágicas das circunstâncias possíveis, terminei-o aos 20, após 32 meses, por uma revolução, na qual, fora alguns, poucos, bem poucos, nomes heróicos, todos só compunham um rebanho de covardes e infames e de traidores! A minha consciência está absolutamente tranquila,

tenho a convicção absoluta, que cumpri sempre o meu dever como Rei e como homem; e que trabalhei sempre com uma dedicação incondicional para o bem do meu País e de meu Povo que tanto amei e que tão ingrato e injusto foi para comigo. É duro e cruel receber esta recompensa! Os políticos (não tome esta frase para si) podem se felicitar pela sua obra, e esteja certo meu caro Luís de Magalhães, que tenho por eles o mais profundo desprezo. As minhas ideias são e serão sempre as mesmas; não mudo, e essas são bem conhecidas pois bem claro as disse em público, em todos os pontos do País, onde estive. O meu manifesto é a minha vida como Rei e como homem! [...]"

Anexo 2

«Manifesto» de D. Manuel não publicitado, escrito em Janeiro ou Fevereiro de 1911 por Luís de Magalhães

(BNP, ELM, doc. 12053).

À Nação Portuguesa

Um incidente há pouco levantado e debatido na imprensa do país, a propósito d'uma carta que em Portugal deixara para fins já de ninguém ignorados, revelou-me a existência de duvidas, por parte da opinião publica, sobre as intenções, que sempre me animaram e animam acerca da reivindicação dos meus direitos ao trono de Portugal e do cumprimento dos meus indeclináveis deveres para com o Povo Português.

Para que todo o equívoco cesse a esse respeito, julgo indispensável dirigir-me por esta forma ao meu País, fazendo sobre esse mormentoso assunto declarações categóricas e determinantes.

Não fui esbulhado da coroa, nem afastado da minha Pátria pela vontade da Nação. Do seu afecto, da sua dedicação, da sua lealdade, recebi nos curtos anos do meu reinado provas espontâneas e inequívocas, que não mais se esquecem e que me foram compensação única de todas as atribulações, cuidados, sacrifícios morais, desejos veementes de acertar, receios angustiosos de o não conseguir, que de continuo me sobressaltaram o espírito e torturaram a consciência no exercício das minhas funções. Se nem sempre logrei satisfazer o país, nem satisfazer-me a mim próprio, se mais de uma vez me iludi sobre as consequências da politica adoptada, não me pesa, todavia, o remorso d'um propósito malévolo. Mas também sobre ninguém lanço a responsabilidade moral de deliberações, que, à face da Constituição, são exclusivamente do meu alvedrio, e que assumo perante o meu Povo e perante a Historia, como quem pode reconhecer os improfícuos

resultados dos seus actos, sem desdouro nem vergonha para a pureza das suas intenções.

Coroado rei de Portugal pelo maior dos infortúnios e pela fatalidade do mais trágico destino, confirmado nesse alto cargo, tão glorioso mas tão árduo, pelo amor do meu Povo eu não abdico de nenhum dos meus direitos dinásticos, que tem o largo e sólido fundamento da legalidade, e da vontade nacional, d'uma tradição secular e da ultima união da Coroa Portuguesa com todas as altas empresas a que heroicamente se abalançou o génio de uma raça. Mas nem abdico das minhas obrigações para com a minha Pátria, dos laços morais que me prendem ao meu Povo, do dever que a consciência me dita de me identificar com o seu destino, de ser d'ele nas boas com nas más horas, de em se proveito desempenhar, até aos últimos sacrifícios, a missão politica que me foi imposta pela vontade de Deus, pela sorte de nascimento, pela herança de sangue e pelos solenes juramentos prestados ao assumir a suprema magistratura da Nação.

Os acontecimentos de Outubro, não os considero mais do que um acto de usurpação realizado por uma minoria, que não se pode arrogar o direito de representar a vontade nacional. A Nação nada tem com esse movimento. E se disso precisasse para provar, bastar-me-iam as manifestações que de todos os pontos dos pais e por todas as classes me têm sido feitas, e que tão profundamente me tocam o coração e me alentam o espírito.

Da experiência política por que o país esta passando, é convicção minha que o principio monárquico-representativo sairá exaltado, justificado, emendado em seus defeitos, e mais forte e mais robustecido para a acção do que antes era. Seu representante legítimo, com o ânimo retemperado na escola da adversidade, e cônscio de todos os meus deveres, eu quero assegurar o meu povo - de que os saberei meticulosamente cumprir. Quero ainda afirmar a todos os que me foram fieis e pela monarquia combateram com valentia ou lhe sacrificaram carreiras, postos, situações, interesses, num nobre exemplo de abnegação e lealdade - que os tenho no coração como queridos companheiros, que voluntariamente quiseram ser, do meu infortúnio. E quero, por fim, ofertar a minha reconhecida e pungente saudade à memória desse punhado de bravos que com a vida selaram a sua fidelidade cavalheiresca à pessoa dos seus Rei e à honra da sua gloriosa bandeira.

Portugueses: a missão histórica da monarquia não acabou em Portugal. O seu papel o futuro não será menos profícuo e honroso do que no passado. Nunca ela foi uma inimiga da liberdade! Bem ao contrário, sem a menor relutância a aceitou uma vez, quando a nação por si própria a proclamou; e doutra ela mesma vo-la deu espontaneamente com a outorga do Estatuto Politico por que tão longos anos nos regemos. Foi com a monarquia que a nação fez a aprendizagem do sistema representativo; foi dentro dela que se estabeleceu a igualdade das classes perante a Lei e se garantiu o seu gradual nivelamento; foi com ela que o país acompanhou os outros povos nos progressos da civilização contemporânea; foi por meio dela que se manteve intacta a nossa autonomia e se alcançou a honrosa situação externa que ultimamente gozávamos. Não se destroem factos nem palavras - nem há meio de sofismar os testemunhos a Historia.

Sem violências, pois, sem perturbações da ordem, sem atentados, sem retaliações - quando a fatalidade da Historia e as necessidades da vida politica da Nação a impuserem - a monarquia representativa há-de retomar o seu papel. É quase essa hora. Portugueses contai com o vosso rei, como ele firme e absolutamente conta com o vosso leal e dedicado apoio para a restauração da liberdade, da ordem, da justiça, da lei, tão gravemente ofendidas pelo governo da usurpação revolucionaria, e para felicidade, o engrandecimento e a manutenção da independência da nossa querida Pátria.

Anexo 3

Carta de D. Luís de Alcáçovas a José de Arruela, 08-03-1912

(IAN/TT, Fundo particular de José de Arruela)

Desejaria que V. Ex.ª me permitisse servir-me da sua "Revista" para protestar, para poder exprimir a indignação e a revolta que sinto por saber desse guilheto de traidor que os republicanos tão injustamente infligem aqueles que como eu têm a honra de combater pela Pátria. Não podemos, não devemos consentir que se nos roube com essas e outras calúnias o amor desse povo pelo qual lutamos e com o qual contamos para vencer. Censuram-nos pelos nossos defeitos que os temos concerteza, mas não nos acusem de crimes que não cometemos. [...] E traidores porquê? Acaso no dia 5 de Outubro se deu aquele facto tão inesperado para monárquicos e republicanos, houve entre os primeiros algum que procurasse deter a república na obra de salvação e progresso que prometia? Porventura puderam provar que estamos sofrendo o exílio para conseguir a intervenção das potências a troco de quaisquer concessões ou mesmo sem elas? Não! Nem sequer difamamos o país apenas atacamos os dirigentes actuais. É um dever defender a Pátria contra os inimigos internos e externos. [...] Nos primeiros momentos e perante um sucesso obtido com semelhante facilidade, podia-se pensar que a mudança de regime era inevitável e exprimia a vontade do povo. [...] Uma revolução só se justifica e pode dar fruto quando é o resultado da evolução das ideias, dos usos e dos costumes, quando obedece a uma necessidade, nunca quando tem unicamente por fim satisfazer paixões, e nesse caso é um crime! Igual se dá com as plantas que não se adaptam a todos os meios e cujas sementes devem ser lançadas à terra em determinadas épocas do ano, e ainda é necessário que a terra esteja preparada para as receber; não queiramos ser mais sábios do que a natureza. Foi longe, foi benévola a expectativa e ainda hoje a república poderia contar, senão com o entusiasmo, pelo menos com a resignação dos

monárquicos, se não fosse a inépcia, a sua insensatez que a levou a tudo destruir, e a todos perseguir. Sim! Aqueles que por tradições, educação, etc., não quisessem servir a república, dariam a sua demissão, mas continuariam a servir o país [...]. E como é que eles pagaram essa benevolência, essa boa vontade que levou cinco milhões de homens a sujeitarem-se ao posso, quero e mando dalguns mil? Perseguindo, caluniando e molestando de todas as formas. Esqueceram-se de que se a república podia ser só deles, a Nação é de todos! [...] Já é tempo que a gente de bem sacuda a sua indiferença, ponha de parte o egoísmo e se resolva a mostrar coragem que agora parece monopólio de alguns que nem sempre têm a recomendá-los as qualidades de sinceridade e honradez essenciais aos homens de governo. Quando se principiou a ver bem clara desorganização com que o país se encontrava, a anarquia que reinava e a miséria que o ameaçava, sem esquecer a perda das colónias que seria a consequência imediata, então já não havia que hesitar, era necessário, era urgente defendê-lo, salvá-lo; restabelecendo a ordem restituindo-lhe a paz e o sossego de que necessita para viver e progredir. Pela minha parte, é este um direito de que não abdico, um dever que nunca deixarei de cumprir. Não me cegam paixões, não sustentam ambições, nem me exporei levado pela esperança d'honras e proveitos; mas sim impelido por um ideal... a Felicidade da minha Pátria. [...] Sou manuelista por tradição e amizade, mas sou monárquico por convicção: acima do Rei, o regime, acima do regime o país. Para mim um rei representa o símbolo da unidade nacional e o seu papel reduz-se hoje ao de juiz nas questões internas e ao de diplomata nas questões internacionais. Não é num país com as tradições antiquíssimas que tem e com a ignorância que conserva que estava à altura de mudar as suas instituições e de se sujeitar às lutas e incertezas que ocasiona essa substituição. Entendo que, entre nós, a questão não está só nos homens, mas também no regime. Prefiro a estabilidade que garante a hereditariedade ao abalo periódico motivado pela eleição dum Presidente cujo resultado é sempre a paralisação durante esse período da vida nacional que fica dependente da feição que o novo chefe imprime aos negócios públicos. E afinal para quê, para eleger quase sempre um medíocre cujo único merecimento é servir de desempate entre outras candidaturas mais apoiadas. Ao passo que na monarquia, há ao menos um lugar que ninguém

pretende! É essa estabilidade, essa continuidade, essa sequência nos planos governativos que permite ao regime monárquico conceder maior soma de liberdades, do que ao regime republicano. Uma monarquia bem intencionada tem por base o respeito pelo povo, uma república adula-o, captando-o com promessas e esmagando-o quando ele reage e exige o cumprimento das mesmas. O povo propriamente dito, representa uma força com que é preciso contar e que tem direitos próprios que se devem atender, mas é necessário que essa força seja disciplinada e não nos devemos deixar levar por uma sensibilidade excessiva e por uma sentimentalidade absurda a ponto de desprezar e até atacar a outra parte da nação de que fazem parte todos aqueles que se distinguem pela sua posição social, cultura e riqueza; uns não substituem, nem devem excluir os outros: cada um no sue campo, não como inimigos, mas como colaboradores. Conste que não combatemos por ódio, mas sim por amor! Não queremos impor pelas armas um regime e um rei, longe de nós semelhante loucura, o que queremos é pelo contrário restituir à vontade do povo, a sua acção. [...] *Hoje o povo é tão ignorante como dantes, mas com a diferença que antigamente essa ignorância era um mal, mas não constituía um perigo e hoje tem o atrevimento próprio duma falsa sabedoria que o torna indomável. Pregavam o ódio aos ricos e o povinho julgou que podia haver trabalho sem capital, ou melhor, que deixaria de haver pobres, logo que não existissem ricos, e não percebe que a fortuna do particular forma a riqueza do Estado. [...] Não tiveram a prudência de explicar que enquanto a natureza fizer os homens diferentes física e intelectualmente, não se conseguirá a verdadeira igualdade. Aqui está o erro duma democracia que exige que todos sejam iguais: que se negue o merecimento do nascimento vá, mas não reconhecer o valor do homem superior, é impossível*. Os homens superiores são uns **desequilibrados** que constituem portanto uma minoria e como não se consegue elevar os outros até ele, seria necessário suprimi-los, inutilizá-los. Em suma, uma aristocracia é o exclusivismo dentro duma classe e a democracia é o exclusivismo abrangendo a Nação. [...] Viram e viram bem que as amarras da monarquia seriam naturalmente: a nobreza e a religião. Da primeira não tinham que se ocupar porque já há muito tempo que os reis a tinham inutilizado. Fizeram então convergir os seus esforços contra a religião católica, a mais socialista de todas as religiões, que eles odeiam

porque ensina a respeitar o próximo e as suas propriedades, porque reprime a inveja; numa palavra [...] porque mantém o equilíbrio na sociedade [...]. Julgaram que bastava separar a Igreja do Estado para arrancar aos católicos a sua fé e consciência! [...] E o que são todas as outras leis senão leis destruidoras: as leis desorganizando a família, por isso que a sua constituição obedece a um princípio conservador e é justamente no seio da família que primeiro se aprende a obedecer, para mais tarde saber respeitar e cumprir as leis. A lei do inquilinato, a do direito à greve, a do descanso semanal, todas elas tendo em vista, não regulamentar as relações entre o capital e o trabalho, mas antes pelo contrário, dificultando-as. E o povo não percebe que as vantagens que obtém momentaneamente, não compensam os prejuízos que mais tarde vieram a sofrer, pois que constituem uma barreira contra o futuro: quando os comerciantes e industriais já estabelecidos se mantêm a custo, devido ao aumento da contribuição, de salário e diminuição de horas de trabalho, como é que um caixeiro, um operário, pode pensar em vir um dia a ser patrão? [...] O povo português tem hoje o direito de morrer na miséria e foi para isso que ele se sacrificou! Não é licito destruir senão o que é inútil, ou aquilo que se pode e sabe substituir. O que é que eles pensavam? Substituir a religião pela moral humana, mas essa não passa duma convenção que muda constantemente de dia para dia e até de classe para classe [...]. Substituía-se a justiça imparcial pela justiça republicana, o exército por milícias organizadas pela carbonária e assim ficaria completa a obra verdadeiramente original que os republicanos se propunham realizar - ou seja, a República Portuguesa. São estas as razões porque alimentamos a esperança de mais cedo ou mais tarde, chegarmos a ver restabelecido o regime que o povo quer e o único possível como prova o descontentamento que predomina e os erros republicanos justificam. É à alma nacional que vamos pedir a vitória e isso explica como pensamos vencer, apesar de ser reduzido o número daqueles que abertamente combatem a república. [...]»

Anexo 4

Manifesto Tavares Proença
(MNE, AHD, 3P, A3, M716, n.º 5)

Aos meus amigos

Em Dezembro de 1910, principiei a organização de um plano de revolta do distrito de Castelo Branco, com o fim de pôr os meus amigos em condições de puderem coadjuvar o movimento que necessariamente havia de produzir-se no país contra um regime imposto ao pasmo geral por meia dúzia de bandoleiros, nascido de uma desordem de caserna, e absolutamente ofensivo dos sentimentos do bom povo português.

Com o fim de poder na ocasião oportuna concretizar o resultado dos meus esforços e as esperanças que já nesse momento o estado da organização me incutia, entrei em relações directas com o nosso prestigioso chefe o capitão Henrique de Paiva Couceiro e, a partir desse momento coloquei-me incondicionalmente às suas ordens. Deu-me esse oficial plena liberdade de acção para continuar a organização daquele distrito e mais de uma vez me prometeu satisfazer o pedido que repetidas vezes lhe fiz, de fornecer-me o armamento necessário para o movimento.

Em todas as minhas cartas eu havia insistido na clareza das minhas afirmações, segundo as quais, no caso de me ser fornecido o armamento pedido, o capitão Paiva Couceiro podia contar com o levantamento em massa do distrito de Castelo Branco, mas apenas contaria comigo individualmente no caso de nenhum armamento poder fornecer-me. As armas foram-me sempre prometidas até à última hora não apareceram por motivos que a seu tempo serão devidamente esclarecidos.

No dia 26 de Setembro cheguei a Cidade Rodrigo para cumprir ordem do capitão Paiva Couceiro. Ali recebi a ordem definitiva para levantar o distrito e ali foi ao meu encontro o oficial que o capitão Paiva Couceiro me enviou para assumir o comando das forças militares do distrito.

Segundo essa ordem o levantamento tinha de dar-se de qualquer forma na madrugada do dia 30 de Setembro, ou no dia 2 de Outubro no caso de receber telegrama combinado.

Esperei esse telegrama todo o dia 30 de Setembro, e esperaria ainda mais um dia se um telegrama recebido na manhã do dia 3 não viesse tirar-me a última esperança de obter armamento.

Em virtude pois do compromisso que havia tomado com o capitão Paiva Couceiro e para com os meus amigos, entrei no distrito na madrugada do dia 4 de Outubro. Não entrei porém só porque oito amigos queriam acompanhar-me e entre eles o oficial que o capitão Paiva couceiro me apresentava – o heróico e denodado capitão de cavalaria João de Azevedo Sabo?

Procurei ainda por meio de um golpe de audácia levantar o distrito e talvez alguma coisa tivesse conseguido.

Mas, sem armas e sem apoio moral algum porque o movimento ainda não havia começado no norte e também em virtude da interferência na organização do distrito de pessoa que nunca para ali havia sido chamada, tive de sair para Espanha mais de uma vez depois de ter atravessado mais de metade do país num estado de extraordinária e intensa efervescência e ansiedade pelo bom êxito do movimento libertador.

Esta incursão que eu só podia ter evitado desobedecendo às ordens recebidas, e faltando portanto à minha palavra e que seria brilhante se o movimento não falhasse no Norte, desagradou a algumas criaturas que preferem as incertezas.

…responsabilidades e contingências das lutas sociais e do cumprimento do dever, o sossego inglório mas emoliente do seio da família.

No norte havia sucedido o mesmo, e o capitão Paiva Couceiro voltava a Espanha para adiar por curto prazo a realização do nosso desideratum.

Comprometi amigos que eram elementos valiosos. É certo. No Norte também Paiva Couceiro havia entrado para não faltar à sua palavra e também por isso comprometeu outros elementos valiosos. Também chegará a hora de os reavermos. Comprometidos!... é a consequência inevitável de todos os movimentos sociais interrompidos.

No que me diz respeito porém, resta-me a consolação de conscientemente ter cumprido o meu dever. Nem todos infelizmente

poderão dizer o mesmo. E digo infelizmente porque se todos houvessem cumprido o seu dever não estaríamos hoje aqui neste horroroso tormento de exílio a preparar febrilmente uma nova e decisiva incursão, vendo a nosso lado, a dois passos de nós, o espectáculo horripilante da pátria a desmoronar-se, à nossa espera, sem um grito de dor, sem um gesto de revolta!

Vim para a Espanha novamente e voltei à carga. Quis preencher as faltas deixadas na organização do distrito pela prisão de alguns amigos, pelo exílio forçado de outros, e pela deserção espontânea de outros. Fazendo o balanço do estado da região, verifiquei com mágoa que seria quase impossível, no curto prazo de que podia dispor, renovar ali uma tentativa de movimento. Os melhores elementos faltavam.

Mas o distrito de Castelo Branco não podia rasgar assim as suas folhas de conduta, de dedicação e de fidelidade a um regime secular de glória e de abnegação. Não podia quedar-se de braços cruzados perante a reacção que em breve há-de produzir-se, intensa, indomável.

Vai chegar o momento em que voltará a ocupar nas páginas indeléveis da história o lugar que conquistou em séculos sucessivos de luta, de trabalho, de abnegação e de heroísmos.

É preciso para isso não desanimar, é preciso não desistir; e quando chegar a hora da libertação, essa hora que tão próxima está, é preciso que todos os portugueses que ainda amam e querem a pátria em que nasceram, unam os seus esforços aos nossos sem hesitações, sem receios porque é justa a nossa causa e a vitória será nossa.

A vitória será nossa porque é justa a nossa causa.

Nós não vamos entrar em Portugal para impor pela força das baionetas um regime monárquico absoluto e feroz. Nós vamos entrar em Portugal para auxiliar com o apoio da nossa força, a livre expansão da alma portuguesa no que de nela há de mais enternecedor – os sentimentos patrióticos e as crenças seculares.

Nós vamos levar aos nossos amigos a força que há-de permitir-lhes a expulsão dessa horda de bandoleiros, que se apoderaram do poder para

roubar, para oprimir, para perseguir implacavelmente aqueles a quem a rectidão e a virilidade de carácter não permita a covardia da dissimulação.

Nós vamos levar-lhes a força precisa para que seja feita de vez no país a completa depuração, único meio de conseguir uma garantia de estabilidade e de duração para as novas instituições; de sossego para as nossas famílias e para os nossos amigos; de esperança na realização das nossas mais caras aspirações de progresso e de paz.

Nós vamos levar-lhes a liberdade, o pleno gozo dos direitos legais, a protecção incontestável contra os desmandos dos elementos perturbadores, a paz e a ordem mantidas através de todas as contingências.

Nós vamos assegurar-lhe a independência da pátria, essa independência que a canalha republicana está procurando comprometer propositadamente para escapar ao castigo que merece como recompensa das perseguições, dos enxovalhos, do terror com que, […] vem querido fazer-nos esquecer a pátria, sobre cuja infelicidade e apatia tripudiam como ébrios.

Nós vamos levar-lhes aquele rei cujo infortúnio e vicissitudes nos ensinaram a amar, a adorar, a querer como a nenhum outro, esse Rei que no exílio, na adversidade não foi nem será esquecido pelo seu povo, esse Rei enfim que é para a nossa querida pátria a garantia única de existência de vida e de independência. Nós vamos facilmente levar-lhes a liberdade das suas crenças – essa luz suavíssima que vem do alto iluminar a consciência sereníssima dos crentes!

Para isso nós trabalhamos. Não perdemos um momento. O caminho que seguiremos para conseguir o nosso fim em breve o sabereis!

Não desanimem, não perder as esperanças é o único pedido que vos faço! Ninguém desanime!

Em breve estaremos juntos e poderemos então mostrar ao velho mundo civilizado que ainda se não perdeu, que renasce e vive e viverá…

essa raça d'homens
essa nação de atletas
Que tinha a inspiração mesma dos profetas
E o maior vigor dos gregos destemidos.*

F. Tavares Proença J.or

Verin 8-12-1911

* Verso do Sr. Conde de Monsaraz."

Anexo 5

Carta Aberta de D. Manuel à Emigração

(IAN/ANTT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, cx. 8)

Aos Emigrados Portugueses

Tendo chegado ao meu conhecimento que entre vós se propalava haver-me eu, depois dos acontecimentos de Julho, desinteressado da Causa que represento, abandonando os que com tanta dedicação, sacrifício e bravura a serviram e defenderam, e desistindo de uma obra política a cujo êxito está vinculada a própria salvação da Pátria - entendo não dever deixar sem o mais terminante e formal desmentido esses falsos rumores, altamente atentatórios do meu carácter, como homem, do meu patriotismo, como português, e da minha honra como rei.

Nego, da maneira mais categórica e solene, todas essas afirmações injustas, gratuitas e absolutamente infundamentadas, provenham elas donde provierem.

Estou e estarei sempre onde o meu dever me impõe que esteja: à frente do meu Povo, para servir as suas aspirações de liberdade, de justiça, d'ordem, de tolerância, de paz social, que, na sua legislação e pela observância dela, a Monarquia sempre lhe garantia. [...]

A Causa Monárquica não sucumbiu em Chaves, em Valença, em cabeceiras de basto. O que aí houve não foi uma liquidação política, mas apenas o insucesso dum ataque audacioso e renhido, onde o heróico esforço se perdeu, mas onde a honra ficou intacta. Circunstâncias fortuitas, contratempos irreparáveis frustraram os planos do bravo e nobre Paiva Couceiro e dos seus valentes oficiais e soldados, assim como a acção das massas populares, que se ergueram à sua voz. Mas a extensão desse movimento, cujo abalo se sentiu na maior parte do país e que foi quase exclusivamente dominado pela vigilância e manejos dos elementos

terroristas, que são a verdadeira força da República; a impetuosa bravura duns; a tenaz resistência doutros; a abnegação e o espírito de sacrifício de todos; os milhares de prisões efectuadas de norte a sul de Portugal - são uma demonstração da sua importância, da sua força, do seu alcance, do seu inequívoco significado político e moral. [...]

Por outro lado, a experiência destes dois anos d'anarquia revolucionária, em que a desordem, contra que os governos republicanos se sentem impotentes, parece ser, entre nós, a lei da vida pública; em que todas as liberdades e garantias foram suprimidas, e que as crenças religiosas do país, as suas velhas crenças, tão intimamente ligadas ao esplendor da sua vida histórica, se tornaram objecto duma perseguição odientamente sectária e liberticida; em que, segundo o depoimento dos próprios republicanos, uma Constituinte se elegeu sem a intervenção do eleitorado; em que todas as corporações locais estão nas mãos do governo, para evitar (conforme eles também publicamente confessam) o triunfo eleitoral dos monárquicos, certo e seguro, sem dúvida, se a liberdade da urna não for iludida pela fraude ou coarctada pela força - essa cruel e dolorosa experiência serviu-nos unicamente para mais identificar o espírito nacional com o princípio monárquico que em 5 de Outubro, foi abolido, não por acto da vontade soberana da Nação, mas por um esbulho violento, casualmente coroado d'êxito, que foi obra exclusiva duma fracção apenas, tanto da guarnição militar como da população civil de Lisboa.

O movimento monárquico, em Portugal, não é, pois, o esforço dum partido politicamente vencido, nem uma luta estimulada pelo simples capricho dinástico. É, real e verdadeiramente, a expressão da vontade nacional, a concretização, numa forma política, da suprema esperança na salvação da Pátria.

Com este pensamento, que é o de todo o Povo Português, excepção feita da minoria que despoticamente o governa pela violência e pelo terror; com este pensamento, que é o primeiro que se impõe ao meu espírito nesta hora solene, é que eu me dirijo a todos vós, expatriados como eu, e aos que, em Portugal, entre tantas provações, mantêm viva e ardente a fé na nossa Causa, para vos afirmar que a bandeira da Monarquia, a bandeira da Liberdade, da Justiça, da Ordem, continua erguida nas minhas mãos a fim de que, sob as suas pregas, se unam se concentrem todas as energias,

todas as dedicações, todas as boas vontades que se queiram empenhar na obra patriótica, nela representada e simbolizada. 15 Setembro de 1912. D. M. Rei.

Anexo 6

Carta de Luís de Magalhães a João de Almeida

(ADG, Fundo do General João de Almeida, carta de 19-03-1913)

Depois do fracasso das tentativas feitas para entregar tudo a um chefe, as coisas ficaram na mão de um conjunto de comités, um de preparação de movimento, outro de administração, outro de organização civil, etc. Do primeiro faziam parte seu amigo Azevedo, o coronel L. e um oficial da marinha. De súbito, neste comité surgiu uma funda dissidência porque Azevedo lhe punha a ideia de um plebiscito, para se resolver sobre quem seria aclamado rei - se o sr. D. Manuel, se D. Miguel!! […] restam ainda a grande questão financeira, que infelizmente os recursos no Brasil não resolviam. Lá de dentro pediam apenas quarenta contos mas constantemente isto não chegava. Eu calculei cinquenta para Lisboa e porto, outros cinquenta para armamento nas províncias e cinquenta para fundo de reserva: cento e cinquenta ao todo. Fui ao continente - em dez dias consegui setenta contos certos e umas probabilidades de perto de cem. Estes porém voaram... Todavia, com os recursos que temos estão-se preparando ainda as coisas o que não quer dizer que eu não lute ainda por angariar novos fundos. Contudo, estou certo que uns cinquenta ou sessenta contos me cheguem agora para tudo [...] Lisboa e Porto já receberam os seus quarenta contos. As províncias vinte, os dez restantes estão em reserva para qualquer urgência à última hora. Quanto à organização, não conhecemos nos seus detalhes o que há em Lisboa e no Porto. Contudo, se naquela cidade têm metade do que dizem tudo se cifra numa questão de comando. Quanto às províncias as delegações da Galiza (Minho e Trás os Montes) e as duas de Salamanca (Beira Alta e Beira Baixa) têm-nas trabalhado e estão comprando o armamento, que os recursos comportam. No Alentejo, os elementos são quase exclusivamente militares - e há quem com eles estivesse recentemente em contacto e afirmasse as suas excelentes disposições. A ideia é uma acção de conjunto simultânea, em Lisboa e Porto, e em toda a província onde haja elementos organizados. Se nalguma parte falhar a questão será [...] por uma guerra civil. Recentemente fizeram-se em Lisboa

algumas prisões de elementos nossos: Dr. Fontes, Ablaco, Monteiro, etc. [...] Afiançaram-me que a organização actual é muito sólida e que tem sido guardado o segredo como não fora das outras vezes. […]

Anexo 7

Carta de Luís de Magalhães a João de Almeida

(ADG, Fundo do General João de Almeida, carta de 24-03-1913)

Recebi as suas cartas de 18 e 26 do mês passado, que impacientemente esperava, como até então tinha esperado o telegrama que combináramos. Vejo agora que não obteve a morada do Castro Silva. Soube-a depois do meu amigo partir: é rua Cosme Velho, 202 (ou 207, porque a letra não é bem legível). Caso volte ao Rio seria talvez conveniente ver se dessa lura sai coelho.

Entreguei logo a El-Rei a lista que o meu amigo me mandou. El-Rei ficou de ir escrevendo essas cartas e de as mandar ao Lampreia. Ainda ontem lhe pedi que as não demorasse. Por cá também andamos a deitar as redes. Vamos a ver.

Não me parece que Barata tenha muita razão no que lhe diz. A semana passada esteve aqui um emissário de Lisboa e Porto. Custou, mas chegou. Em Lisboa S., L. e Azamor, agora intimamente ligados, são quem está à frente de tudo, e mandam informações muito animadoras. Todos os atritos parecem desfeitos, tendo-se obtido, finalmente, a unidade que desejávamos. Azamar já veio ao Porto, onde falou com altos elementos, e voltará breve para estabelecer relações com todo o Norte. Daí, pessoas de toda a confiança, dando um balanço consciencioso à situação, sem exagerações optimistas, afirmam que as coisas estão bem. O que tem sido difícil é promover a confiança recíproca dos oficiais, o que se vai agora conseguindo. Tudo andava desconfiado. Individualmente, fiéis e bem dispostos, mas temendo aproximações, com receio de serem esmagados e delatados. Os de Lisboa têm trabalhado muito o Sul. No Norte, os nossos agentes da Galiza têm minado bem Trás-os-Montes e Minho. Iguais trabalhos, com feliz êxito, na Beira Alta. Na Baixa T. P. [Tavares Proença] diz ter tudo a postos. Mas

não há detalhes, dizendo que se entenderá com A. O. [Aires de Ornelas]. Dar-lhe-ia mais minuciosas informações, se tivesse a certeza de que tinha aí cifra. Assim, julgo imprudente precisar mais.

Pelo que me diz, vejo que, aí no Brasil, também se dava crédito aos romances intervencionistas. Fará o meu amigo um bom serviço à Causa convencendo os nossos de que o problema político português só por nós próprios tem de ser autonomicamente resolvido. Contemos connosco, e só connosco. A intervenção alheia, a dar-se, custar-nos-ia cara, e seria uma prova de que a Monarquia se não podia restaurar pelas suas próprias forças. Sabe o que sempre pensei a esse respeito. Em tal base, não seria eu quem pela Causa trabalhasse. Quanto ao acolhimento que as potências farão à Monarquia restaurada, nenhuma dúvida pode haver a esse respeito pelo próprio interesse do princípio monárquico e por indícios bem seguros, que se descortinam sem serem necessárias grandes sondagens diplomáticas. Nós temos de refazer a Monarquia como os republicanos fizeram a república: com tenacidade e um pouco de audácia no momento preciso. Tenacidade não nos tem faltado; audácia não faltou aos de fora; se os de dentro lha imitarem agora, no pé em que as coisas estão, vi tudo num rufo…

É preciso confessar que os homens fazem todo o possível por ajudar-nos. A lei da contribuição predial tem levantado uma celeuma medonha e dará concerteza lugar a uma enérgica resistência, pelo menos passiva. Por outro lado, com o famoso artigo 8 da lei travão, o funcionalismo fica todo sob a ameaça da degola, ao puro arbítrio dos ministros e do parlamento. Uns com os outros, é o que se vê: a demissão do Alfredo Magalhães, os novos distúrbios no Porto, à chegada do António José de Almeida, o caso de Braga entre o governador civil e um capitão da guarda republicana, etc. Como quer que a caranguejola se aguente e se mova assim?

O Padre Domingos veio, com efeito, para a Europa. Está em Paris. Já de lá me escreveu e diz-me que vem aqui brevemente. Os miguelistas, claro está, andam em roda dele. Não param nas suas manobras. Mas parece-me que, apesar de todas as intrigas, pouco ou nada conseguirão. Contudo, não deixam de ser importunos. Estive a pique de ter uma entrevista com o próprio D. Miguel. Falhou. Mas deram-me ensejo a dizer-lhe, por escrito o que pensara dizer-lhe de viva voz.

Eu, minha mulher e filhas enviamos à Laura as mais afectuosas recordações, desejando-lhe muito que se não [?] por aí. O mesmo ao meu amigo, a quem peço que me creia sempre. Amigo Certo Dedicado e Obrigadíssimo.

O Conde de Mangualde pede para lhe dizer que agradece muito e retribui com estima e consideração os seus cumprimentos, beijando respeitosamente a não da Senhora D. Laura.

P.S. – Esqueceu-me responder a um dos pontos da sua última carta: a oferta de gente e pagamento do seu transporte para a Europa. Apresentarei esse alvitre à Junta. Mas, com franqueza, parece-me o plano de dificílima realização. Não creio que se possa fazer embarcar, duma vez, um tão grande número de pessoas e desembarcá-lo ainda em terra, sem que à partida ou à chegada se levantem suspeitas, que forcem a medidas para deter essa verdadeira expedição. Além disso, teríamos a dificuldade de comprar uma grande quantidade de armamento para esse exército e de o internar secretamente em Portugal num só ponto. E sabe quais as dificuldades financeiras com que estamos lutando. Armados lá, seria precisão navios de guerra que os comboiassem. E, assim, tínhamos de novo a eterna questão dos navios, cuja expectativa, em muitas ocasiões, tem sido um dos maiores tropeços à nossa acção. Cada vez me convenço mais que temos de fazer as coisas com a prata da casa. Não dispersemos esforços nem recursos. Vamos a ver se, concentrando-os em Lisboa e Porto e em mais meia dúzia de pontos, já bastante trabalhados, conseguimos deitar a caranguejola por terra. O seu amigo Azamor diz que sim, e outros mais igualmente o afirmam.

Para ver como aquilo está, deixe-me referir-lhe uma notícia que corre com insistência e a que alguns jornais se referem veladamente. Nos quartéis, pelo menos nos do Porto, teriam aparecido manifestos aos soldados em que se lhes diz que a república enganou o exército, e que terminam com vivas à Monarquia e à liberdade. Isto é o menos. Mas o mais interessante é que corre ser o autor desse manifesto o Coronel Simas Machado, presidente da câmara dos deputados! Será? Não sei. Mas diz-se.

Quanto ao Rebelo, o que houve foi o seguinte: ele escreveu para cá, pedindo que se mandasse uma pensão à mulher, que ficara em Portugal em más condições. O Conde de Mangualde escreveu para o Brasil, a meu pedido, para saber a direcção dele, Rebelo, a fim de lhe perguntar onde se encontrava a sua esposa. Essa carta foi para Alberto Martins Bastos. Até hoje não tivemos resposta nenhuma. Claro está que esta pensão, ou subsídio, é, como todos os outros, dado por El-Rei.

Anexo 8

Carta de Luís de Magalhães a João de Almeida

(ADG, Fundo do General João de Almeida, carta de 27-01-1914)

«[...] Nela lhe dizia que o fracasso de 21 de Outubro fora devido a traição, sobretudo o maquinista Manuel Álvaro, que na véspera do movimento delatou tudo ao Ministro da Marinha. O governo [...] pôs as tropas de prevenção e o Ministro da Marinha apresentou-se, em pessoa, no quartel dos marinheiros, fazendo prender alguns oficiais e sargentos, desarmando a guarda [...] de forma a impedir a entrada do João Azevedo Coutinho que numa casa próxima, até às 4 da manhã esperou que o viessem buscar. Contra-ordens tinham sido dadas para outros elementos, de forma que à parte alguns polícias não encontraram a menor resistência à sua acção, ninguém veio para a rua. [...] Apesar deste insucesso, que, felizmente, não atingiu senão muito superficialmente os nossos elementos, logo se recomeçou a trabalhar lá dentro, trabalhos que têm sido acompanhados cá fora. Os acontecimentos puseram o João Coutinho numa situação que tem de ser considerada. Por isso El-Rei, com o valor do comandante, lhe entregou a direcção superior dos trabalhos revolucionários. Além do aumento de prestígio, que lhe trouxe o seu acto de audácia e que o fez desejado por todos os elementos internos, havia o facto de ele ter estado em Portugal durante duas semanas, de ter falado com uns e outros, conhecer, portanto, directamente as forças com que lá contávamos. O J. C. está tratando de reorganizar os serviços cá fora, não só os da direcção como os financeiros.

A junta mantém-se, porém, como externa, apenas com a minha saída, que era já uma resolução importante pelo estado da minha saúde. [...] Deixe-lhe agora dizer a minha opinião sobre a marcha das nossas coisas. As tentativas contra-revolucionárias continuarão indefinidamente enquanto o

estado de espírito do país for de inconformidade manifesta e clara com o regime, como é. Estamos em frente de um fenómeno natural de reacção que nem está na vontade de ninguém impedir que se dê. [...] O que é preciso é coordenar, canalizar, organizar e dirigir estas forças espontâneas [...]. Mas (não tenhamos ilusões) a contra-revolução terá de a fazer o país, o que quer dizer terá de fazer-se de dentro [...] O mais que podem fazer os elementos externos é passar a fronteira no momento oportuno para ir dar um pequeno auxílio aos que por lá se sublevarem. O seu plano seria óptimo, [...] se fosse possível: 1º arranjar os fundos enormes, [...] e que, tenho a certeza, não se arranjam de maneira nenhuma. 2º poder preparar o golpe num segredo absoluto o que a complexidade e ostensiva vastidão dos meios materiais e a massa enorme e os movimentos de gente a empregar tornariam absolutamente impossível. Não há dissimulações eficazes para uma empresa destas mormente hoje, com todas as facilidades de comunicação, de vigilância, de que dispõem os governos. Pense o meu amigo do que aqui se passou há anos que iam para o presidente Castro, o que se passou com o vaso Antuérpia, com todos os nossos desembarques de armas em Espanha. [...] A minha convicção é que aquilo está maduro para um golpe de audácia - para uma espécie de 1640. Um punhado de homens divididos, que consiga surpreender o governo, liquida tudo. [...] E para isso, fazer-se pouca gente e uso meia dúzia de grupos deitarem rápida [...] a mão ao presidente da república, aos membros do governo, ao comandante de divisão, ao governador civil e pouco mais e [...] ocupar em Lisboa um ponto estratégico decisivo. [...] de resto os dados do nosso problema acabaram de ser profundamente modificados por um facto importante, cujos efeitos se desconhecem ainda e mal se podem prever em toda a sua extensão: queda de Afonso Costa. Qualquer outro governo que lhe suceda, embora seja democrático, com o Bernardino à frente, tem de fazer a política de acalmação, já indicada pelo Arriaga: larga amnistia, revisão da lei de separação, política pacificadora, etc. À primeira vista, parece que isto pode desarmar os monárquicos. Mas não desarma. Não desarma, porque os sofrimentos não esquecem e porque a amnistia, se dá a liberdade a uns e abre as portas da pátria a outros, não os reintegra nos seus lugares, nem lhes dá o pão que perderam e que só uma restauração lhes garante. Por isso, e porque o relaxamento dos rigores e de perseguições os deverão

cobrar ânimo - eles hão-de continuar a conspirar amparados na opinião por uma imprensa monárquica que vai reaparecer, decerto, mais numerosa, e mais cúmplice nos seus ataques. Além disto, há a contar com a cooperação dos grupos republicanos que precisem de força e que ainda que combatendo no seu campo ajudaram a enfraquecer [??]».

Anexo 9

«Projecto de Restauração» de Luís de Magalhães

(BNP, Espólio de Luís de Magalhães, caixa 43, documento de 18-07-1914)

Documento Reservado

Sob o ponto de vista interno, julgo que uma sublevação militar, em dois ou três pontos da província e que atinja os respectivos comandos das divisões, para que as forças sublevadas não percam a sua organização e os seus quadros - basta (atento o estado de espírito do exército e da população civil) para determinar, em todo o país uma insurreição geral.

Suponho mais difícil o êxito em Lisboa e Porto, por vários motivos, entre os quis a maior vigilância da polícia, carbonária, da multiplicidade de corpos, que se podem opor uns aos outros, dificuldade de manobrar no âmbito duma cidade, [...] mas se as províncias insurreccionarem, como é de supor, creio que Lisboa e Porto se [??] de pronto, quase por uma simples acção de presença das forças que as investissem.

Sob o ponto de vista externo, não ocultarei que julgo o lance arriscado, sobretudo se o êxito, nas províncias, não for completo em dois ou três dias. Devemos arrecear-nos da Espanha, cujos sentimentos para com a restauração não são precisamente os mesmos do tempo das incursões. Perante facto consumado, decerto a Espanha se inclinaria, não sendo natural que uma monarquia venha ao nosso solo para repor uma república. Mas, se cairmos numa guerra civil, pode isso ser pretexto para uma intervenção, que seja o prelúdio de uma anexação sob uma forma suave, por exemplo, a constituição duma monarquia dualista.

O meio de o evitar seria conseguir uma palavra ao governo inglês para Madrid, ou mesmo ao rei de Inglaterra ao Rei de Espanha. A Espanha nada faria em Portugal contra a vontade da Inglaterra. No momento actual, julgo,

porém, por muitos motivos, entre eles a falta de tempo, dificílimo, senão impossível, realizar essa demarche.

O que conviria era ter preparado uma missão em Espanha, para lá actuar logo que o movimento se pronuncie. Essa missão deveria aproveitar, desde logo, ali, a influência, situação pessoal, relações, etc., do antigo representante de Portugal em Madrid. Estas forças, não se improvisam. Conviria que o chefe dessa missão tivesse, por seu lado, categoria política e relações [...] naquela corte. O objectivo dessa missão seria advogar, junto do rei, do governo e dos políticos monárquicos espanhóis, a causa da restauração portuguesa, e empreender todos os esforços para evitar uma intervenção espanhola em Portugal, a pretexto do movimento contra-revolucionário. Conviria que esta missão estivesse em Madrid um dois dias antes de rebentar o movimento. Reputo perigosa qualquer prévia sondagem em Espanha, a não ser que se faça com uma habilidade e discrição extremas. Pode ser um alarme para as ambições espanholas. Não me parece crível que a Inglaterra assuma uma atitude hostil à restauração sobretudo desde que ela se faça rapidamente ou de pronto se estenda a uma grande parte do território português. Se a Inglaterra tivesse desejos de proteger a república ou de lhe manifestar o seu apoio e simpatia, tinha agora um ensejo excelente. Mas nem neste momento, e depois das afirmações oficiais relativas à Aliança, a Inglaterra se resolveu a mandar ao Tejo um qualquer navio de guerra. [...]

Além disto, nesta conjuntura, a Inglaterra não tinha meios materiais para uma intervenção em Portugal, além da restrita zona de Lisboa e seu Porto. Não pode distrair um soldado da guerra em que se envolveu.

Se a intervenção inglesa não é muito de temer (a não ser que se exerça como em 1847, com a cooperação da Espanha) - menos há a recear da Alemanha e da França, ou qualquer outra potência estrangeira, por idênticos motivos.

Todo o perigo está, pois, do lado da Espanha mas, repito, esta nada fará sem o assentimento da Inglaterra. O que fará esta? Eis o ponto obscuro? A manifesta frieza com a república, nesta conjuntura, pode bem evoluir numa absoluta indiferença.

Conquanto ponha em relevo este perigo, não o exagero. A tentativa monárquica, bem sucedida, pode ser mesmo a solução de uma independência.

Tenho a impressão de que as expedições que se preparam para as nossas colónias visam apenas deportar os elementos monárquicos do exército. E, se a tal deportação se chega realizar, a Causa Monárquica tem fatalmente de pôr de parte, por falta de tempo, qualquer tentativa contra-revolucionária, porque esta só é possível com uma iniciativa militar, que arraste a parte indiferente e paisana do exército, que é a sua maioria, e, libertando o país coacto, o deixe expender à vontade os seus sentimentos. Entendo que a acção política no primeiro momento da restauração, deve assentar, o mais possível, no restabelecimento do Stato Quo Ante a 5 de Outubro - plataforma segura e sólida, que evitaria todas as incertezas, arbítrios e confusões dos períodos revolucionários. Restabelecer o stato quo ante é pôr em movimento uma máquina que já se conhece, e que é a obra colectiva e histórica dumas poucas de gerações. Essa base é, por outro lado, a única legal, a única que exprime a vontade da nação. Não me parece prudente substituí-la por quaisquer improvisos reformadores, de resto desnecessários, porque o nosso mal era mto mais funcional do que orgânico. Além disso, a transformação do regime, neste grave momento, é preciso fazer-se sem grande abalo, para dar, desde logo ao país e ao estrangeiro, a impressão de que a crise portuguesa acabou com o elemento perturbador e anormal da república.

18-VIII-1914.

Anexo 10

Carta do Comité de Lisboa e cópia de Carta de João de Azevedo Coutinho

(BNP, Espólio de Luís de Magalhães, doc. n.º 4661, de 11-09-1914)

Ex.mos Amigos

A carta de Sua Majestade El-Rei D. Manuel, publicada nos jornais, obrigou o comité a adiar o movimento até que, muito positivamente, se certificasse do alcance internacional da mesma carta. As dificuldades de comunicação, só hoje permitiram a este comité receber a carta, cuja copia vai junta, e, para irmos para a frente e quanto antes rogamos aos nossos amigos que nos informem, no prazo máximo de 8 dias, se estão preparados para cumprir as instruções gerais e especiais que este comité lhes enviou no fim do mês passado.

O Comité.

Lisboa 11 de Setembro de 1914

Cópia da Carta «que vai junta»:

Valladolid - 2 de Setembro de 1914

Meu caro amigo

A carta de Sua Majestade El-Rei, cuja publicação solicitei, e que tanta impressão causou dentro e fora do País, impunha-se pelas circunstâncias especiais e excepcionais em que Sua Majestade se encontra como antigo e fiel aliado de Sua Majestade Britânica e admirador e amigo de um país que tanto e tanto lhe tem suavizado o exílio e bem acolhido todos os exilados. Alem disso, julgando Sua Majestade interpretar o sentir de todos os portugueses e em especial os seus devotados partidários - a grande maioria

da Nação - e impressionado pelo perigo que, a essa data, ameaçava a nossa integridade, aconselhava e desejava que se abstivessem de lutas políticas internas e que todos, abraçando a causa sagrada da Pátria, jamais pudessem deixar de ser tidos como bons e leais portugueses. Imperou ainda, e muito, no ânimo de El-Rei a especulação política que o governo, a imprensa e os agentes da república estavam fazendo, na Inglaterra e na França, pretendendo fazer crer que, não só a república desejava e se esforçava por acompanhar os antigos aliados de Portugal, como até que os monárquicos lhes eram hostis. Posso afirmar-lhes que estas e não outras foram as razões do gesto nobre e espontâneo de El-Rei. E que, nem com o Rei Jorge, nem com o governo inglês ou outro, houve prévio entendimento ou mesmo sugestão quanto à nossa politica interna ou trabalhos da nossa Causa. Sua majestade, que sempre se tem dignado honrar-me com a sua amizade e confiança, deseja e quer, acima de tudo, o bem da Pátria. Desde que deixou de existir a iminência do perigo, e a feitos trabalhos e combinações importantes que, por circunstâncias óbvias não conhecia em toda a sua extensão e valor, entende que se deve prosseguir, e que como Português e Rei, deve estar com o seu povo onde a honra e o dever o aconselhem. Pela minha parte agora e sempre estou incondicionalmente com o nosso País, com o nosso Rei e com os nossos bons e queridos amigos. Desfeitas pois as justas apreensões que aí surgiram e em virtude dos magníficos elementos de que dispomos e do procedimento inqualificável do governo da república para com El-Rei e para connosco, sou da opinião que VAMOS PARA A FRENTE O QUANTO ANTES. [...] Um abraço do seu

João de Azevedo Coutinho.

Anexo 11

Carta de Luís de Magalhães a D. Manuel

(BNP, Espólio de Luís de Magalhães, documento n.º 12056, de 12-10-1914)

Nessa mesma carta refere-se V. M. a um movimento monárquico iminente e declara-me que considera qualquer tentativa restauradora, nesta ocasião, como um acto de desobediência e de indisciplina da parte dos seus partidários. [...]A ordem de abstenção que V. M. significa com aquelas suas palavras, seria inteiramente justificada se V. M. tivesse maneira de tomar sobre si a responsabilidade duma ulterior acção contra-revolucionária, que aos seus partidários e ao país garantisse o termo duma situação que é, para ele, incomportável e que já bastante se tem prolongado.

Se V. M. não toma esta responsabilidade (porque, na verdade, a não pode tomar, visto a restauração ter fatalmente de ser um facto interno da vida do país, dentro dele só por ele realizável) - a reprovação de V. M. não lograria demover de lutarem pela sua liberdade (quando a julgarem possível) todos os que, por varias formas, sintam o peso da tirania republicana.

É que a aspiração restauradora, meu Senhor, é uma aspiração nacional, uma necessidade nacional, um movimento insistente de opinião [...]. Recomendar aos monárquicos que se não movam a mesma coisa é que recomendar a um homem soterrado por um desmoronamento que não faça esforços para sair dentre os escombros que ameaçam matá-lo. [...] Isto é um estado de psicologia colectiva, creia-o El-Rei, que há-de ter as suas consequências fatais e superiores a toda vontade individual. Os chefes da conspiração passam, inutilizados ou desviados apenas pelos insucessos - e outros vêm tomar-lhes o lugar. E isto há-de ser assim, de tentativa em tentativa, sob o impulso íntimo duma sinceridade vital da sociedade portuguesa, até que um dia o sucesso chegue. [...] Eu, por mim, nenhuma acção directa tenho no que se está passando. A meu ver, o caminho a seguir

devia ser outro - e o pouco que sondei acerca da viabilidade do meu método, deixou-me a impressão de que ele era mais simples, rápido e seguro.

Em Agosto, antes da partida da expedição para Angola, tive a máxima confiança no golpe que se projectava em determinado ponto porque toquei e palpei directamente os elementos de que para isso se dispunha - e esses elementos eram a todos os respeitos excelentes e deviam ser decisivos. Agora, não sei. Não falta quem diga que vai tudo muito bem. [...] A mim parece-me que mais uma vez se engendrou uma máquina mto complicada e difícil de pôr em movimento na hora própria.

Anexo 12

Carta de D. Manuel a João de Almeida

(ADG, Fundo do General João de Almeida, Natal de 1914)

«[...] Sou contra todo e qualquer movimento que se queira fazer em Portugal durante esta tremenda guerra. Publicamente já declarei qual era o caminho a seguir. Não mudarei pois de rumo e acrescento mesmo que se em Portugal se persistir em fazer um movimento ver-me-ei obrigado a fazer um manifesto ao país que será também publicado nos jornais estrangeiros. Posso garantir-lhe que a única atitude que podemos tomar é a seguinte: saber esperar. O movimento de Outubro produziu aqui uma péssima impressão e apenas um facto salvou a situação: a publicação da minha carta de quinze de Agosto ao J. Coutinho, nos principais jornais de Londres. Por causa das minhas ordens não terem sido cumpridas demiti o João Coutinho do cargo de meu Lugar-tenente, lamentando ter de assim proceder pela amizade que lhe tenho. Diz o João de Almeida que tenho a obrigação de auxiliar o movimento por todos os meios ao meu alcance, mesmo que o não deseje. Em primeiro lugar dir-lhe-ei que isso só a mim El-Rei cumpre julgar e decidir: e em segundo lugar que esse movimento teria como consequências únicas: primeiro, um novo e ridículo fiasco, como o de Outubro, segundo, o indispor contra nós a Inglaterra sem a qual não podemos viver. E ainda há um outro ponto importante. É que eu disse uma coisa publicamente para Portugal nos jornais e aqui ao rei de Inglaterra e ao seu governo, na pessoa do Ministro dos Negócios Estrangeiros e que não volto com a minha palavra atrás e também não quero que me possam dizer com razão que "jogo com um pau de dois bicos" ! - mas ainda há outra razão. Digamos que se faz um movimento e por um acaso dele resulta a restauração da monarquia. Peço-lhe que me diga, se puder, o que duvido, o que vamos fazer em Portugal? Digo-lho eu. É passarmos única e exclusivamente por todas as vergonhas por que está passando a República, obrigada a mandar a sua artilharia para França sem um só soldado, etc, etc, etc! Pois não é de um dia para um outro que se reorganiza a monarquia e se

torna são um corpo podre! E também para terminar quero ainda dizer-lhe que não compreendo esta pressa em fazer um movimento quando decorreram quatro anos de paz. Repito pois e novamente: sou contra qualquer movimento que se tente fazer e no caso tal facto se dar, publicarei um manifesto. Aceite as minhas boas festas para o Natal e o novo ano e creia-me sempre, meu caro João de Almeida um seu muito amigo. Manuel, Rei.

Anexo 13

Carta ao General Jaime Leitão de Castro
(BNP, ELM, caixa 43)

Meu Exmo. General

Permita V. Ex.ª que um seu obscuro e quase desconhecido camarada, guardando por vários motivos, o incógnito, se lhe dirija, levado por dois únicos sentimentos – o do amor de sua desgraçada Pátria e do brio militar tão tristemente abatido, e, direi mesmo, aviltado, nestes tristíssimos tempos, que vão correndo. Sou capitão do exército. Escuso de dizer a arma, nem a situação actual. A ninguém oculto os meus sentimentos e é só a necessidade que me força a servir um regime, que alarma a minha consciência de patriota e o meu coração de português. Por isso tenho-me envolvido em todas as conspirações que há quatro anos se têm urdido, sempre com tão infeliz e, às vezes, miserável resultado. A todos prestei o meu apoio, conquanto raro concordasse com a orientação dada aos trabalhos. Não sei como tenho escapado à prisão. Porque a verdade é que me não guardo.

Embora indirectamente, conheço o papel que V. Ex.ª já desempenhou nos movimentos monárquicos e sei das posições em que se encontrava relativamente ao último. Devo dizer-lhe, meu general, que as minhas maiores esperanças no seu êxito estavam justamente na acção de V. Ex.ª.

Tudo falhou. Porquê? Não o sei ainda. […] De V. Ex.ª, tenho a certeza de que, se não cumpriu as suas promessas, é porque se não deram as condições que […] para a sua intervenção.

E, por disso estar seguro e pela confiança que tenho no seu prestígio, nas suas qualidades de chefe, é que a V. Ex.ª me dirijo para procurar mostrar-lhe que nas suas mãos, estão, meu general, os destinos da nossa Pátria e honra do exército português, que tem sido um capacho sob os pés da vilíssima demagogia, que nos oprime e afronta.

As tentativas monárquicas têm falhado todas, porque não têm sido feitas pela única forma segura e eficaz que tudo – episódios análogos, condições actuais dos movimentos revolucionários (impossíveis sem o exército), psicologia militar, instinto hierárquico da disciplina, pré-existência duma organização, que continue funcionando normalmente, mesmo no estado insurreccional – indicava, aconselhava. Isto é, pela sublevação inteira dum ou mais corpos do exército, realizada de surpresa, sob ordem do Chefe, que habilmente disporia as coisas de forma a pôr os regimentos na rua, afastando deles, numa hora, os elementos republicanos de qualquer graduação, pelo menos os mais perigosos.

A monarquia tem de ser restabelecida por um pronunciamento, à frente do qual se ponha um chefe prestigioso, em serviço activo. Foi assim que Monk pôs no trono Carlos II, que Saint Armand restabeleceu o império em França, que Martinez Campos proclamou Afonso XIII em Sagunto.

No dia em que isto se faça, no dia em que uma divisão qualquer desfralde a bandeira azul e branca, a restauração está feita – feita num abrir e fechar de olhos. O resto do exército, pelo menos o da província, aderia logo. Que golpe de audácia, garantido por uma força respeitável, impor-se-á, decidirá, nos outros corpos, os tímidos e hesitantes. Por seu lado, o governo, em face dum movimento sério, encurralar-se-á em Lisboa, colocando-se apenas numa defensiva, de que facilmente se haverá […].

Medite V. Ex.ª um instante e verá que não exagero. O passado nos dá disso a melhor garantia.

Que fizeram sempre as forças regulares republicanas, em frente das […] monárquicas, em todos os encontros das sucessivas sublevações? À excepção de Chaves (que teria caído se Couceiro não perdesse tempo a simular um ataque e que supunha pretexto preciso para de dentro se renderam) - à excepção de Chaves, recuavam e fugiam sempre; recuaram e fugiram diante do mesmo Couceiro em Vinhais, em Casares, em Soutelinho, recuaram diante do Sousa Dias em Vila Verde, recuaram diante do Pe. Domingos noutros contactos que com ele tiveram em Cabeceiras; e ainda recuaram, outro dia, em Mafra, diante de gente do […] Henrique Constâncio, que tão honradamente soube cumprir a sua palavra de homem de bem e de soldado.

Ora, se isto tem sido sempre assim, diante de forças irregulares e minúsculas, pense V. Ex.ª, meu general, o que seria perante uma divisão inteira que se sublevasse, devidamente comandada, organizada, armada e municiada, e tornando-se num forte núcleo atractivo para os outros corpos do exército?

Com V. Ex.ª bem sabe, a oficialidade portuguesa, na sua imensa maioria, é monárquica. O mesmo podemos dizer dos sargentos. Isto sobretudo, na província – onde tudo aconselha a que se inicie o movimento. Porque se não têm movido, pois, os corpos mais trabalhados? É porque isto tem sido feito mto por baixo e, naturalmente, na hora própria, todos se retraem por uma espécie de instinto de disciplina que em nós se radica… e também por essa indecisão na iniciativa, esse medo das responsabilidades, esse terror das consequências, que nos assaltam quando não vemos costas mais largas do que as nossas para lhes atirar para cima…

De cima é, pois, que isto se deve fazer. E, tentado assim, será fácil. Uma divisão que se pronuncie, basta, a meu ver, para levar as outras a reboque. Mas, se o movimento explodir simultaneamente em duas ou três divisões, estrategicamente bem situadas, mais decisivo e rápido será o seu efeito. E não será possível a três generais portugueses, em comando efectivo, entenderem-se para esse fim? Não me parece difícil. O caso está em que um deles tenha a audácia bastante para tentar e a habilidade precisa para realizar.

Para mostrar a V. Ex.ª que isto não é um plano vago, eu vou descer às minudências da sua realização, como eu a concebo.

Se eu fosse comandante duma divisão, aí tem V. Ex.ª o que eu faria.

Em primeiro lugar, eu não conspirava nos corpos, quer dizer, não fazia propaganda, não aliciaria ninguém. Decerto, em cada regimento, eu havia de ter um oficial, que fosse da minha absoluta confiança, e esse oficial havia de ter um sargento que fosse da sua. Isto bastava. A cada um desses oficiais (que deviam ter, claro está, as requeridas qualidades de discrição, tacto e faro para conhecer os homens) eu cometeria o encargo de mesmo indirectamente, apalpar e sondar os sentimentos políticos dos seus camaradas. Devo explicar este indirectamente. Em vez de os incitar à revolta, esse oficia devia mostrar-se pessimista, dar a restauração como extremamente difícil, etc. Os monárquicos mais ferrenhos sairiam facilmente

a este toque indirecto. Os tímidos não teriam também medo de se pronunciar, visto que ninguém, de facto, lhes pedia o seu apoio. Por seu lado, os republicanos francamente se descobririam, e não era preciso grande perspicácia para neles discernir os que seriam perigosos no momento da acção dos que, nele, não resistiriam à pressão da maioria.

Cada sargento, dos acolhidos pelos oficiais, procederia da mesma forma, a respeito dos seus camaradas, dos cabos e das próprias praças de pret. De forma que, dentro de dois ou três meses, quando mto., o comandante da divisão podia estar inteiramente informado dos sentimentos políticos de todos os seus subordinados. Se visse que os elementos de que dispunha eram suficientes para dar o golpe, bem estava. Senão, determinaria, então, uma discreta propaganda, até ter todas as unidades convenientemente preparadas.

No dia marcado, tudo se resumia em pôr na rua os regimentos, sob o comando de oficiais e sargentos monárquicos, mediante, por exemplo, uma repentina prevenção, cujo aviso se não faria chegar a republicanos ou por qualquer outro estratagema. Mais nada.

Feito o pronunciamento militar, V. Exª. compreende que a acção do elemento civil monárquico era instantânea. Achando-se seguro, ele aparecia logo, como aconteceu em todas as povoações sublevadas nas anteriores conspirações, ao mesmo tempo que os republicanos se sumiriam como por encanto. Em meu entender, os civis deviam ser surpreendidos pelos acontecimentos. Era a maneira de tudo fazer no meio da mais absoluta reserva.

Proclamada, assim, a restauração nas províncias, onde ela é muito mais fácil de consumar-se e onde seria mesmo mais significativa, porque representaria desde logo a expressão da vontade de todo o país – a liquidação de Lisboa e Porto era uma coisa que, a meu ver, se conseguiria em breves dias, quase sem derramamento de sangue, por uma simples acção de presença.

Ocupados, pelo exército das províncias, os pontos estratégicos em redor das duas cidades – a República não resistia [uma sem área?].

Perdoe-me V. Ex.ª o tanto que eu tenho abusado da sua paciente atenção, mas eu queria dar-lhe, até às suas minúcias, a minha visão da

forma porque julgo possível vibrar-se, de maneira decisiva, esse golpe tantas vezes tentado em vão…

Disse, no princípio desta carta, que dois sentimentos a determinaram: o amor da minha Pátria e o do brio da corporação a que pertenço. Permita-me V. Ex.ª que justifique um e outro.

A República faliu por completo. Traiu todas as suas promessas, calou todos os direitos, aboliu todas as liberdades, dividiu a família portuguesa, fomentou ódios irredutíveis, descontentou todas as classes, ofendeu todos os interesses legítimos, indisciplinou inteiramente a nossa sociedade, esmaga a propriedade com impostos, arruína as indústrias com os seus erros económicos, encarece a vida, afugenta as populações rurais, que emigram em massa, - e persegue, vexa, afronta, espanca, encarcera, assassina os seus adversários ou os simples suspeitos, como se fossem seres postos à margem da humanidade.

Externamente, ela é o desprezo da Europa. O que foi preciso para arrancar à Inglaterra a vinda dum navio de guerra a Lisboa! O que em França se pensa a nosso respeito, apesar da similitude das instituições! E, aqui ao pé, é ver a desconfiança com que a Espanha olha este irrequieto e perigoso vizinho, - que tem de fatalmente de meter na ordem, se nós, os monárquicos, não nos resolvermos a fazê-lo. Um meu amigo, antigo oficial da marinha, que há tempos esteve em Londres, afirmou-me ter sabido lá, de maneira indubitável, que o governo espanhol havia feito diligências para conseguir que a Inglaterra lhe deixasse as mãos livres a respeito de Portugal. A Inglaterra impediu então a intervenção, na expectativa de que fosse coroado d'êxito o movimento restaurador. Mas não poderá resistir mto tempo às instâncias do gabinete [???] – porque a nossa República é uma eterna ameaça para o trono de Espanha, onde, além disso, se senta uma rainha inglesa.

A república é, pois, o risco permanente duma grande catástrofe nacional; e, se o exército português continuar na sua passividade, será sobre ele, será sobre nós, meu General, que cairá plena responsabilidade desse trágico e pavoroso fim.

Mas é também por nós, pela nossa corporação e pela sua honra, que eu queria que fosse às mãos do exército que a República sucumbisse.

O exército tem sido uma das maiores vítimas da Demagogia que nos tiraniza. A República desconfiou sempre dele. Para o subjugar, desde a primeira hora, lançou-lhe a semente da indisciplina. Ainda me lembro, com vergonha, de ver o primeiro ministro da guerra da República apertar as mãos aos sargentos e aos cabos, abraçá-los e ouvir-lhes os discursos, na sua primeira visita às guarnições da província.

Depois foi a espionagem da carbonária aos quartéis e aos próprios corpos em campanha, quando das incursões. Depois a demissão brusca e afrontosa do general Pimenta de Castro de ministro da guerra, infligida por um garoto desqualificado, de que a República fez em presidente de ministério! Depois os enxovalhos dum reles comissário de polícia, chamando-nos [???] de farda, sem que o nosso chefe, o ministro da guerra, exigisse o castigo do malandrim e a sua imediata demissão. Depois a perseguição aos mais belos nomes do exército português, a cadeia, o exílio, para os que mais lhe tinham honrado a tradição, para os que, nos campos de batalha de África, haviam levantado o prestígio do nosso nome e conquistado nobremente esse galardão com que dantes sonhava todo o oficial português: a Torre e Espada. Depois a agressão ultrajante, a afrontosa prisão de V. Ex.ª por um bando de vilíssimos formigas às ordens do formiga Daniel Rodrigues, e prisão que o governo fez [???], com a aprovação do infecto jacobino que então desonrava a pasta da guerra.

E, agora, é esta infame comédia política na nossa participação na guerra europeia, que não passa dum plano abjectamente maquiavélico, urdido pelo chefe do governo para enviar, como ele próprio disse, para o matadouro europeu, o exército, de que a República se arreceia, como a única força capaz de a derrubar.

Sabe-se hoje que a Inglaterra não nos pediu nada, nem quer pedir; que foi o Bernardino Machado quem ofereceu o nosso apoio e insistiu pela sua aceitação, ponderando ao estrangeiro a conveniência que isso representava para o governo da República!! Sabe-se que o ministro inglês em Lisboa, para se livrar da impertinência belicosa do nosso governo, sugeriu as expedições às colónias. Sabe-se, enfim, esta [???] de atirar, por interesse próprio, para os horrores duma guerra como esta, que é uma colossal hecatombe, uns poucos de milhares de homens, sem instrução, sem preparação, sem disciplina, sem incentivos morais, não passa de um último e criminoso

esforço da República para se aguentar (contra a vontade manifesta do país), afastando o perigo, sempre iminente, duma revolução militar.

Podemos mais assistir a isto de braços cruzados? Podemos deixar-nos envergonhar, curvarmo-nos submissos, como uma vítima indefesa, nós que somos força! – perante as maquinações infernais destes energúmenos? Podemos, assim, abandonar, tantos dos nossos camaradas, exilados, banidos, expulsos do exército, presos, muitos deles na miséria, sem um esforço sério para os vingar e os reintegrar nas suas situações? Seria indigno, meu general, seria mais um sintoma de covardia estampada na fronte do exército português!

Já não haverá em Portugal um oficial superior a quem tente um alto papel histórico? A quem [???] a nobre ambição de salvar o seu país, de desagravar a sua [???] e de, com isso, ilustrar e imortalizar o seu nome? A quem incitam mesmo as recompensas, as largas honrarias, a extraordinária situação militar e política, que de tal acto lhe adviriam? [???] inteiramente a raça dos Saldanhas, dos Terceiras, dos Sá da Bandeira, dos [???], dos Mouzinhos?

Não o posso crer, meu general, não o quero crer, por honra da nossa raça e da corporação de que fazemos parte.

Bem sei que o lance tem riscos – e que quem a ele se abalançar joga a sua situação, joga todos os seus recursos, joga o seu pão e o dos seus, porque raros são os ricos na nossa classe. Mas então a causa monárquica, para encontrar até hoje partidários que lhe deram <u>centos e centos de contos</u>, a causa monárquica, que, durante quase dois anos, subsidiou largamente os oficiais e sargentos exilados, subsídios que, segundo me afirma pessoa bem informada, montavam a perto de <u>trezentas libras mensais, em ouro</u>, - a causa monárquica já não encontrava a dedicação d'um grupo d'homens abastados que, com uma cotização relativamente pequena, garante a um general, que no movimento se compromete, assumindo as responsabilidades de pôr na rua os corpos do seu comando, uma pensão anual, para o caso de insucesso, que representasse, por exemplo, o seu soldo de general de divisão reformado? Posso afiançar a V. Ex.ª que uma pessoa a quem neste expediente falei, me disse logo que um ano inteiro de pensão daria ele da sua algibeira!

Ora, para assumir este papel de libertador e salvador do seu país, é preciso encontrar quem, sobre ter na mão uma força importante, organizada para uma acção imediata, tenha igualmente na corporação militar esse ascendente de prestígio, que inspira confiança e suscita adesões. Só um comandante de divisão pode hoje dar esse golpe de uma forma decisiva. E, de todos os oficiais generais no activo, é V. Ex.ª que (sem cumprimentos) pelas suas ideias, pelo seu passado, pelas suas qualidades de chefe, pelo prestígio do seu nome, pela confiança que inspira – oferece todos os requisitos para prestar ao seu país esse alto e indispensável serviço.

O momento, de resto, aproxima-se. A crise interna da República é gravíssima. Pessoa de toda a minha confiança falou, não há muitos dias, com um velho chefe republicano, dos mais cotados, que lhe confessou que a República falira inteiramente! A briga entre as facções apenas se dissimula sob o terror da situação externa. Mas as eleições gerais, que não podem já protelar-se mto., sob pena da República mostrar a sua absoluta impotência representativa, confirmando que não é mais do que a ditadura oligárquica d'uma minoria – as eleições gerais vão ser a determinante dum conflito partidário, que há-de ir às últimas extremidades da violência. Esse recrudescimento da desordem oferecerá um excelente e justificadíssimo ensejo para uma intervenção enérgica do exército. Foi sempre pela espada que se fez a ordem nas sociedades anarquizadas pela Demagogia. E ou nós o fazemos com espadas portuguesas, ou os estrangeiros cá virão como em 1847 – o que, sobre ser uma vergonha, tem hoje riscos mto. Maiores.

Porque é só na manutenção da República que eu vejo um perigo permanente para a nossa nacionalidade. Não se mete na cabeça de ninguém que a Inglaterra e a Espanha monárquicas intervenham em Portugal… para sustentar a República. Prevendo a restauração triunfante, a Europa monárquica aplaudirá e reconhecerá. É verdade que os contínuos insucessos contra-revolucionários diminuíram, lá fora, a confiança no espírito monárquico português e na força e meios de acção dos realistas. Mas o facto consumado impor-se-á e mostrará o engano. Não tenha disso V. Ex.ª a menor dúvida.

Perdoe-me, meu General, estas longas considerações. Mas, decidindo-me a este passo, eu entendi que devia fundamentar solidamente os motivos que me levaram a ele e as razões que sentia para crer na facilidade, direi mesmo

na segurança da empresa, que, hoje, só V. Ex.ª pode levar a cabo, salvando a sua pátria, cobrindo de glória o seu nome!

Não volte as costas à Fortuna, que vem ao seu encontro, meu General!

Salve-nos, salve este pobre e desgraçado país, e desagrave este miserável exército tão espezinhado, tão deprimido pela canalha demagógica e empurrado agora para esse morticínio inglório pelo ódio e o medo dos políticos da República – este insultado e enxovalhado exército que, na pessoa de V. Ex.ª sofreu a máxima afronta e o maior opróbrio – até hoje sem punição, nem vingança!

De V. Ex.ª

[…]

Capitão Z….»

14

Carta de Luís de Magalhães a D. Manuel

(BNP, Espólio de Luís de Magalhães, documento n.º 12059, de Março de 1916)

"[…] Há muito tempo que os Seus partidários, só de V. M. ouvem conselhos de passividade, de retraimento, desaprovação dos seus intuitos, condenação dos seus actos e, agora, o aviso comunitório d'uma pública exautoração. [...] a impressão que isso causa é, nuns de desgosto profundo, n'outros de irritação, no geral dum radicado convencimento de que V. M. se desinteressa da Causa que representa e abandona os seus servidores e o seu país ao seu duro e miserável destino. [...] Diz V. M. que devíamos esperar pelo fim da guerra, e, pondo ainda dependente da vontade da Grã-Bretanha a solução dos nossos destinos. [...] não quero uma aliança inglesa... à republicana, em que nós não somos a soror, mas a ancille da nossa aliada, ou mesmo como ela se caracterizou de 1808 a 1820, mais parecendo um protectorado do que a livre e voluntária conjugação de interesses de duas nações autónomas. Não me seduz também uma restauração feita por estranhos. [...] Esperar o fim da guerra - para quê? [...] Não meu Senhor, nós não podemos, nem devemos, desarmar. Precisamos ao contrário, prepararmo-nos para todas as infinitas hipóteses e eventualidades e que, dum momento para o outro, tornem a restauração uma necessidade nacional, num extremo recurso de salvação pública. Precisamos de nos unir, de nos organizar, de nos disciplinar, de assentar num plano de acção, de fixar a nossa política futura, de fazer propaganda, de captar e enquadrar elementos activos - isto é, de proceder à preparação monárquica, que será a preparação do renascimento nacional.

Doutra forma, a restauração, em que ainda confio, para a qual já antigos e sinceros republicanos desiludidos publicamente apelam [...] será uma nova e confusa trapalhada. Um prolongamento desta balbúrdia política em que a república impotentemente se debate: então será o fim de tudo: porque claramente patentearemos que isto já não é uma questão de regime ou de

homens públicos, mas um caso gravíssimo e irreparável de degeneração nacional. A restauração não tem prazos: tem oportunidades. E estas não surgem à vontade dos homens, como aquelas. Surgem quando as circunstâncias as trazem ou quando factos as determinam. [...] A restauração, meu Senhor, tem de ser um acto da vida interna do país. Tem de ser e há-de sê-lo. [...] E essa hora, que pode soar de um momento para o outro, não nos deve encontrar de braços cruzados, sem nenhum preparativo para aproveitarmos o ensejo para dominar os acontecimentos. [...] E dar força incondicional à república, para quê, também, meu Senhor? Para a apoiar a dar cabo do país, para ser cúmplice dela nesse crime de lesa-pátria? Para sancionar todos os seus erros [..]? Para ficarmos sobrecarregados com as responsabilidades de ruína financeira e económica para que marchamos, da anarquia que tudo subverte, da corrupção que tudo contamina, da catástrofe política que nos espera se, por um grande esforço, não pomos termo às causas que a preparam? E que força moral, que autoridade será a nossa amanhã, restaurada a monarquia, para reprimir, castigar, remediar tudo isto - [...]?

Anexo 15

Circular monárquica sobre a Guerra

(AHM, 1.ª Divisão, 35.ª secção, cx. 1263, pasta 1)

22-11-1916 Exmo. Snr. .....

É V. Exª monárquico convicto. Como tal, os abaixo assinados, monárquicos militantes que tanto têm sofrido com a república e sofrem, vêm dizer a V. Ex.ª que se não coaduna o seu carácter e as suas convicções com as determinações enviadas por S. M. El-Rei, que Deus guarde, e tendentes a contemporizar com o actual estado de coisas. Deve portanto V. Ex.ª, para que a acção seja única profícua, subordinar-se aos seguintes princípios, devendo igualmente usar da maior discrição.

1º Demonstrar o perigo em que ficamos para com a Espanha quando se der a partida de grande número de tropas para a França;

2º Fazer ver à simplicidade provinciana a falta que os portugueses fazem à sua terra, e a suas famílias, pois pela certa, não voltarão os que seguirem para a guerra;

3º Não empregar meios ostensivos que denunciem a sua acção;

4º Contrariar por todas as formas que a sua inteligência lhe sugerir, as acções do governo da república, qualquer que ele seja.

5º Fugir da acção directa e usar da maior prudência.

6º Comunicar-nos tudo o que de interesse se passe na área que constituir a sua esfera de acção.

Por ultimo devemos dizer a V. Ex.ª que se parece que desacatamos as ordens de S. M. El-Rei, é apenas no sentido de zelarmos pela nossa Santa Causa, que é a da nossa querida Pátria e dos nossos Augustos Soberanos. Lisboa..... Novembro de 1916.

Anexo 16

Projecto Monárquico para uma Ditadura Militar

(BNP, Espólio de Luís de Magalhães, cx. 43, documento manuscrito)

«1 - O governo que sair dum movimento militar destinado a reagir contra a indisciplina revolucionária, deve restringir o seu programa aos objectivos seguintes:

a) Restabelecimento da ordem

b) Recurso ao país para a solução da questão política.

2. Esse governo, que será constituído na sua totalidade ou, pelo menos na sua maioria, de elementos militares e que anuncia a ditadura militar, abster-se-á, o mais possível, de toda a acção legislativa e reformadora, procurando de preferência, por meio de simples acto de governo e administração e pela acção da justiça e duma sólida organização policial, reprimir todos os abusos e violências, inquirir de todos os crimes de ordem política, de todas as delapidações da fazenda pública, de todos os arbítrios e ilegalidades, impondo-lhes as sanções respectivas.

3. Procurava um apoio político na grande massa conservadora e nas forças vivas do país para as quais a ordem é uma condição essencial de vida, chamando-as à acção política e administrativa por meio de insofismáveis garantias de liberdade no exercício de todos os direitos cívicos.

4. Escolherá nelas as autoridades locais, as comissões administrativas das juntas de paróquia e dos municípios, libertando estas corporações de usurpação e exploração dos elementos democráticos.

5. Na política exterior, declarar, desde logo manter todos os compromissos internacionais, sobretudo os que se referem à aliança inglesa e à nossa cooperação na guerra, tanto quanto em nossos recursos caiba e sem prejuízo da defesa do território nacional, quer na metrópole, quer nas colónias.

6. Neste mesmo capítulo, buscará esclarecer as condições dessa cooperação, os encargos que ela nos impõe, as vantagens e compensações que nos trará, tanto sob o ponto de vista político como económico e as garantias que a esse respeito nos são dadas, podendo publicar, se nisso não houver inconveniente, os documentos diplomáticos que ao assunto se referem.

7. Proceder imediatamente a um rigoroso balanço da nossa situação financeira, dos encargos que nos tem imposto e continua impondo a nossa participação na guerra, procurando obter os recursos necessários para lhes fazer face de forma menos gravosa para a economia nacional.

8. Consagrará logo toda a sua atenção ao problema das subsistências, procurando fomentar a produção interna, garantindo o abastecimento dos mercados com a importação dos produtos coloniais e com antecipadas aquisições no estrangeiro de cereais, arroz, açúcar, etc que supram os défices daquele, regulando a exportação de todos os géneros alimentares de forma a que não faltassem ao consumo nacional, buscando reaver a tonelagem necessária para o nosso transporte comercial marítimo.

9. Constituirá sem demora um núcleo de direcção económica, para o qual solicitará delegados ao comércio, à indústria, à agricultura, à propriedade [privada?], ao capital, ao trabalho, e que, ao mesmo tempo que procederá a um grande inquérito ao estado da economia nacional, exercerá funções consultivas junto do governo para orientar a sua política neste ramo da administração pública.

10. Começará reorganizando os elementos de Segurança Pública, como os corpos de polícia e da guarda, judiciária, etc, expurgando-os dos profissionais de revolução, dos agentes demagógicos que as infestam e restabelecendo neles o espírito de disciplina e subordinação hierárquica.

11. Abster-se-á o mais possível de modificações no pessoal burocrático, mas corrigirá severamente todo o abuso de poder, toda a rebelião contra o princípio monárquico, toda a infidelidade política, toda a inobservação das leis e regulamentos.

12. Preparará imediatamente a consulta política ao país que poderá, consoante as circunstâncias aconselharem assumir uma destas duas formas: a) consulta directa sobre a escolha do regime, realizada por meio dum plebiscito; b) consulta indirecta, fazendo eleger umas Câmaras com ou

mesmo sem, poderes constituintes, que, apenas reunidas, resolverão o assunto por meio dum voto (ver nota final).

13. Na primeira hipótese, o governo ratificará logo o voto nacional, ou dando bases de ordem e legalidade ao regime republicano ou declarando restaurada a monarquia e entregando o poder aos naturais representantes desta instituição. Na segunda, mantendo a sua acção ditatorial até que as câmaras se pronunciarem sobre essa questão basilar.

14. Na preparação da consulta nacional, o governo estudará e decretará uma lei eleitoral, que torne extensivo o direito de sufrágio a todas as classes e a todos os interesses e não invalida a representação local com a sua absorção pelos grandes círculos plurinominais. [Dotará?] efectivamente o acto eleitoral, quer plebiscitando, quer de carácter parlamentar, de todas as garantias de independência e liberdade, sem o menor [??] a favor p.ª qualquer corrente de opinião.

15. O governo apressaria o mais possível a consulta para não demorar o periodo de indecisão política que ele implica e que pode ser aproveitado pelos elementos demagógicos para novas tentativas de reacção jacobina, que agravem a situação nacional e enfraqueçam a acção ordeira da ditadura militar.

16. Uma larga amnistia será logo decretada para os crimes meramente políticos, sendo repatriados os banidos e levantada a pena de desterro aos bispos e párocos, que ainda a estejam sofrendo.

a) nota ao n.º 12

A consulta directa tem a vantagem de abreviar o período de indecisão política que ela subentende, mas pode dar azo à suspeição de que o movimento tenha como único fito reservado, a restauração da monarquia por via plebiscitária. A consulta indirecta por meio duma eleição, evita esse inconveniente, mas tem em compensação, o de complicar os embaraços e dificuldades da situação com as possíveis dissensões duma longo discussão constitucional, desde que as câmaras convocadas tragam poderes constituintes. Em tal hipótese, o melhor seria que essas câmaras fossem eleitas como Câmaras ordinárias e resolvessem por um simples voto ou a continuação do regime republicano ou a restauração constitucional do statu quo ante a 5 de Outubro de 1910.

Anexo 17

Carta de Luís de Magalhães a Aires de Ornelas

(BNP, Espólio de Luís de Magalhães, doc. n.º 12026, de 17-12-1918)

[…] O assassinato do Sidónio não me surpreendeu. Era a vingança, nestas arenas de feras, do fracasso de todas as tentativas revolucionárias, tomadas depois do triunfo do 5 de Dezembro. A atitude, desde logo tomada pelo Diário Nacional, como expressão de sentir do partido, é da maior nobreza [...]. Como não somos republicanos lamentamos e reprovamos sinceramente o crime. Além do mais, a impressão de que o Sidónio era um bem intencionado, embora às suas boas intenções não correspondesse a sua capacidade política, que (a meu ver) num amuo de ditadura sem peias, mostrou ser inteiramente nula.

Esse acontecimento, porém, criou-nos uma situação, que vocês já aí, concerteza, ponderaram com melhores dados do que aqueles que eu disponho, e que, por mim, julgo ser decisiva, não só pª os destinos do partido monárquico, como também pª os destinos, ainda mais altos, da nossa Pátria.

O caso Sidónio era um equívoco. Mtas razões concorriam pro prolongar, e, entre estas, os escrúpulos de lealdade e considerações de dedicação pessoal de mtos que o acompanharam e auxiliaram sem serem republicanos, e dele receberam postos de confiança na administração e no exército.

Com a sua morte, porém, essas peias morais desataram-se. Todos se sentem livres, e, senhores do poder, e da força que o defende e ampara, não estão dispostos a entregá-lo nas mãos dos inimigos, de quem serão amanhã as vítimas.

Ontem, no Porto, (onde hoje volto) tive ensejo de tactear mto de perto, en haut lien, esta corrente de opinião que, pela tarde, numa reunião militar, se afirmou decisivamente. Sei que se telefonou pª aí, em termos enérgicos, e esperava-se uma resposta, que deveria vir dentro de 2 ou 3 horas. A tensão era tal que não faltavam receios de que, se aí se hesitasse, todo o

norte (porque estavam no Porto delegações das guarnições de Braga, Viana, etc.) tomasse a iniciativa do movimento.

Do que se trata? Simplesmente da formação dum governo militar que assuma a ditadura pª manter a ordem e fazer a limpeza da política infestada pelo demagogismo sicário, - e vá, depois pª a solução decisiva da consulta nacional.

Isto aqui assumiu uma unanimidade, que decerto se não dá aí, onde a intriga politica (mesmo ausente o Egas) há-de fervilhar. Sei que estão [aí] elementos valiosíssimos que comungam e advogam esta ideia, mas não sei se eles lograrão vencer as teias dessas intrigas, fazendo vingar a solução.

Compreendo que ela se não ponha desde já, nestes primeiros dias, enquanto se não realize o funeral do Presidente. Seria talvez indiscreto dar um golpe de estado (porque o seria) n'essas primeiras horas de luto. Mas é preciso prepará-lo pª o momento próprio.

À hora a que te escrevo (8 da manhã) ignoro o que se passou ontem no Congresso. Teria sido óptimo que a sessão se tivesse limitado às exéquias políticas do Sidónio e à eleição dum presidente interino, indispensável pª que isto não fique decapitado em tão grave conjuntura externa, - se bem que se não perceba mto bem que, depois da eleição directa do Sidónio, se eleja indirectamente o seu sucessor. Mas isto é, nessa hora, secundário. O que é preciso é preencher o lugar. E o Congresso, armado de poderes constituintes poderá bem arrogar-se o direito de fazer presidentes. Será isto o que se fez? Logo o saberei.

Se for, se se não tomar qualquer outra resolução que venha a limitar a liberdade de acção como partido, - o golpe de estado poderá vir sem embaraços logo que, enterrado o Sidónio, o Sidonismo tenha acabado material e moralmente, restituindo, a todos os que com ele estavam comprometidos, a sua inteira independência política.

O que a consulta nacional dará, feita, como não pode deixar de ser, em plena liberdade, - já nós o sabemos. Mas acho que era da maior conveniência pôr uma cláusula fundamental na lei que decretar o plebiscito. Essa cláusula será a obrigatoriedade do voto. Isto tem 2 vantagens: obrigar a imensa massa monárquica a ir à urna e amarrar os republicanos à responsabilidade desse grande acto político, à qual hão de querer eximir-se pela abstenção geral, sob qualquer pretexto para encobrirem a sua derrota.

Feito o plebiscito nestas condições, a sua significação é incontestável, inequívoca, decisiva. E a restauração far-se-ia sobre bases de uma solidez inatacável, tanto pª o país, como pª o estrangeiro.

No Porto o estribilho corrente é este: ou agora ou nunca. Não digo eu tanto. Mas, agora, o momento é duma oportunidade, duma lógica e até duma espécie realização automática, que dificilmente nos aparecerá ensejo tão cheio de facilidades. Acresce que, [...] morto o Sidónio, os seus poucos elementos não têm o menor valor, e a todos falta o prestígio que o chefe conquistara. O republicanismo conservador é inteiramente irrealizável; e se não se dá agora um firme coup de barre à droit, isto vai, mais dia menos dia, cair outra vez na voragem das esquerdas, - e sabe Deus de que trágica maneira!..

Entendi mandar-te estas informações, de que usarás com a discrição precisa. Oxalá disto saia a realização dos nossos belos sonhos e com eles venham melhores dias pª este desgraçado país!

18

Panfleto da Restauração

(AHM, 3.ª Divisão, 6.ª Secção, cx. 409, pasta 1)

Soldados

Não vos deixeis iludir.

Restaurada a Monarquia, o regime que eos dou [sic] oito séculos de glória, há de ainda maus portugueses que queiram perturbar sua missão de paz e de progresso.

Esses são os que durante oito anos, pesados como chumbo e negros como a noite, fizeram da Pátria o joguete das suas ambições desenfreadas.

A República fai [sic] a vergonha e o crime.

Encheu os lares de fome e os cárceres de presos.

Enquanto eles, os detentores do poder enriqueciam à custa da Nação, o povo ficava maltrapilho e faminto enchendo as ruas e as praças no maior abandono e miséria. Os dinheiros públicos passavam aos seus bolsos e aos das suas clientelas. Por isso a dívida pública subiu a um milhão de contos, que ninguém viu, nem sabe onde foram parar.

As despesas de guerra serviram para cobrir toda a casta de latrocínios.

Nos campos da batalha, vós vertestes o vosso sangue e honrastes a vossa farda; mas depois de tão heróico sacrifício, a república leva-nos vergonhosamente à Conferência da paz, onde só temos um voto consultivo.

Isto é a suprema vergonha, e a maior das infâmias.

Só nos resta um caminho a seguir: defender a Monarquia restaura [sic] contra os agentes da desordem.

A Monarquia, só ela, é a união de todos os portugueses de boa vontade em volta da bandeira gloriosa.

Nunca mais os filhos de Portugal serão monteados, como feras, a tiros e á bomba, pelos seus degenerados irmãos.

A Monarquia é a ordem e a Liberdade: a ordem nos negócios do estado e a liberdade no foro da consciência.

Será a restauração das nossas finanças avariadas e das nossas fontes económicas inteiramente desprezadas.

A Monarquia é no concerto das nações a afirmação da nossa honra e dos nossos direitos.

Só ela é a garantia do nosso domínio colonial, que péssimos portugueses há dias empenhavam para fazer revoluções.

Só ela poderá manter o prestígio do glorioso exército de Portugal confiado mais do que nunca à vossa honra de soldados e ao vosso patriotismo de portugueses.

Viva Portugal. Viva a Monarquia. Viva S. M. El-Rei o Sr. D. Manuel II. Viva o Exército Português.

O Comandante Militar, José Aurélio Dias Ferreira Machado.

Anexo 19

Proposta de Paz apresentada à Grã-Bretanha

(BNP, ELM, cx. 49)

A Junta Governativa do Reino de Portugal proclamada em 19 de Janeiro como Governo Provisório da Restauração Monárquica por uma parte importante do Exército e aclamada entusiasticamente em três grandes províncias do Norte, das mais populosas do país, não obstante ocupar com numerosas forças e reger em plena soberania e na mais perfeita ordem todo o território nacional ao Norte do Douro e ainda algum ao Sul deste rio, entende dever empregar os meios ao seu alcance para evitar a continuação da guerra civil, procurando, para o grande pleito da forma de governo uma solução pacífica, que seja garantia duma paz duradoura. Por isso recorre confiadamente à mediação do governo de S. M. Britânica por intermédio do digno Cônsul do Porto, esperando que o Governo da Inglaterra, seculat [sic] aliada da Nação Portuguesa, à qual nunca foram indiferentes os altos interesses e as comoções politicas de Portugal, interpondo os seus ofícios por que à luta se ponha termo, propondo um armistício imediato entre as forças monárquicas e republicanas, e constituindo-se em supremo árbitro para, ouvindo as duas partes litigantes, resolver pacificamente o presente conflito. Por sua parte a Junta Governativa confere desde já ao Governo de Sua Majestade Britânica os mais amplos poderes para esse fim.

20

Carta de D. Manuel a Luís de Magalhães

(BNP, ELM, doc. n.º 9434, de 14-02-1919)

[...] não posso deixar de lhe dizer, que tendo sido absolutamente estranho ao movimento de 19 de Janeiro, nenhumas responsabilidades caem sobre mim. Lamento que num momento de excepcional gravidade, durante a conferência de Paz, os monárquicos fossem iniciar uma guerra civil, sobretudo, não estando preparados com as armas e munições que são a base de uma revolução. Este movimento foi feito contra a minha opinião e contra as minhas instruções que publicamente tinha dado. Apenas digo isto para que perante a História, que um dia nos julgará a todos haja essa afirmação categórica escrita por mim! [...] não tendo a junta do Porto pensado em organizar um serviço de comunicações para aqui, eu nada sabia com segurança, não só do que se passava, mas também do que haveria fazer. Durante 3 semanas fiquei sem a mínima informação. [...] Vou-me imediatamente ocupar da primeira, quer dizer: do reconhecimento da beligerância mas, não quero deixar de lhe dizer que será extremamente difícil de obter, sem que haja um verdadeiro avanço dos monárquicos do Norte sobre os republicanos do Sul [...] em vista, sobretudo de ter completamente falhado o movimento em Lisboa e no Sul, receio imenso que não nos seja concedido esse factor tão importante. [...]

Se o Luís de Magalhães e a Junta desejarem que eu me ocupe da 2ª ou 3ª hipótese peço me telegrafe ou escreva com a máxima urgência para imediatamente começar negociações. Julgo crer que seria mais fácil tratar da 2ª hipótese (plebiscito) mas não o quero fazer sem primeiro fazer tudo o que é possível para obter o reconhecimento da beligerância. [...] Quanto à 3ª hipótese, corta-me o coração meu querido amigo! Nem tenho palavras que possam exprimir o que sinto ao pensar nela. Dessa (reconhecimento das honras de guerra aos monárquicos vencidos) não me ocuparei senão na última instância e só quando receber pedido seu e da junta do Porto para o fazer. [...] Quanto à questão das armas e munições compreende o Luís de

Magalhães e igualmente o deve compreender a Junta do Porto que me é absolutamente impossível fazer, nessa questão, a menor coisa, em vista sobretudo da situação internacional. Mas já escrevi ao rei de Espanha pedindo-lhe que fizesse tudo o que pudesse para auxiliar os meus amigos; expus-lhe rapidamente a importância vital que esta questão tem para a Espanha. [...] E agora meu querido deixe-me abrir o meu coração e dizer-lhe em poucas palavras, para que as repita aos demais membros da Junta e a todos amigos estas afirmações d'El-Rei: Que a Virgem padroeira do reino, a Virgem que a sempre leal e invicta cidade do Porto se orgulha de ter nas suas armas os proteja e lhes dê a vitória final. Salvem a Pátria e estejam certos que eu também farei tudo o que de mim dependa, pela querida Terra Portuguesa e pelos amigos tão dedicados que com tanta nobreza se têm sacrificado. [...].

Índice

Introdução 4

Parte I: A Origem da Contra-revolução (1910-1913)

Capítulo I: A reacção monárquico-clerical 15

1. A «República dos Sapateiros» 15
2. Para uma sociologia da contra-revolução 55
   2.1 Nobreza e caciquismo 60
   2.2 O clero e a restauração 65
   2.3 O exército e a restauração 79

Capítulo II: O «perigo monárquico». 90

1. A contra-revolução «petisqueira» 90
2. Do 29 de Setembro à primeira incursão 115
   2.1 O movimento interno 124
   2.2 A primeira incursão 133
3. Do Pacto de Dover à segunda incursão 142
   3.1. A segunda incursão 159
4. A primeira «Outubrada» 172

Parte II: A Natureza da Contra-revolução (1914-1917)

Capítulo I: A Direita Monárquica 191

1. Conservadores e antimodernos 191
2. Conservadorismo liberal 205
3. Tradicionalismo ou a «Geração do Regresso» 221
4. A «Questão Doutrinária»: liberalismo ou tradição? 234

Capítulo II: Os monárquicos e a Grande Guerra 260

1. A guerra como «Revolução conservadora» 260
2. Nação e Imperialismo 273

Capítulo III: Os monárquicos contra a guerra 288
1. A segunda «Outubrada» 288
2. Da «ditadura» de Pimenta de Castro ao 14 de Maio 314
3. Contra-mobilização e contra-revolução 344

Parte III: A Contra-revolução entre o auge e o declínio (1918-1919)

Capítulo I: Do sidonismo às Juntas Militares 397
1. Os monárquicos e o sidonismo 397
2. As Juntas Militares 424
Capítulo II: A Monarquia do Norte 452
1. «Ou agora… ou nunca mais» 452
2. Deus, Pátria, Rei 463
3. Monsanto 485
4. A «guerra das boas vontades» 498

Conclusão 528
Fontes e Bibliografia 535
Anexos 558
Índice 618